

Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz

***CRISTÓVÃO COLOMBO,  
o GENOVÊS,***

**MEU TIO POR AFINIDADE**



ACADEMIA DE MARINHA



Luís Filipe F. R. Thomaz

*CRISTÓVÃO COLOMBO,  
o GENOVÊS,*

MEU TIO POR AFINIDADE

Com uma nótula de taxinomia botânica por  
Maria Cândida Liberato



ACADEMIA DE MARINHA

2021

## **FICHA TÉCNICA:**

### *Título*

CRISTÓVÃO COLOMBO, o GENOVÊS, meu Tio por afinidade

### *Autor*

Luis Filipe F. R. Thomaz

### *Assessor de edição*

José Manuel dos Santos Maia

### *Edição*

Academia de Marinha

### *Publicação e Distribuição*

Academia de Marinha

Edifício da Marinha

Rua do Arsenal

1149-001 Lisboa

### *Impressão e Acabamento*

Página Ímpar Lda.

### *Tiragem*

200 exemplares

### *ISBN*

978-972-781-161-8

### *Depósito Legal*

487612/21

### *Data de edição*

Setembro 2021

# ÍNDICE

Proémio .....	11
---------------	----

## LIVRO I NEBULOSA PRIMORDIAL

Introdução .....	23
<b>I — Pequena história do delírio colombino</b> .....	51
<b>II — Cristóvão Colombo em Génova:</b>	
1 — As origens familiares .....	69
Anexo I: a língua de Colombo .....	92
Anexo II: as armas de Colombo .....	95
2 — Os pretensos estudos em Pavia e a cultura de Colombo .....	100
Anexo: a esfera do mundo .....	131
3 — O estranho caso da galeança <i>Fernandina</i> .....	135
4 — Os últimos anos em Génova e a viagem a Xio .....	145
<b>III — Colombo em Portugal:</b>	
1 — A aterragem no Algarve .....	149
2 — Entre Lisboa e a Madeira .....	160
3 — O casamento de Cristóvão com Filipa .....	167
4 — Derradeiros anos em Portugal: últimas viagens e génese do plano colombino .....	194
5 — As razões da recusa .....	228

## LIVRO II ASCENSÃO RETA

<b>I — Colombo no Reino de Castela: do anonimato à glória:</b>	
1 — A hégira, a metamorfose e a metonómia do descobridor .....	249
Anexo: a assinatura de Colombo .....	269
2 — A travessia do deserto .....	271
3 — Última tentativa em Portugal .....	291
4 — O áspero caminho para Santa Fé .....	298
5 — Preparos para a grande aventura .....	327
6 — A viagem descobridora .....	339

## **II — Colombo no Novo Mundo**

1 — O primeiro cruzeiro nas Antilhas .....	389
2 — Os processos náuticos e as observações astronómicas de Colombo .....	407
3 — O regresso .....	439

## **III — Entre o Novo e o Velho Mundo**

1 — A Cuba do Alentejo, a sua homónima das Antilhas e a sua vizinha Espanhola .....	453
2 — Na rota de Tordesilhas .....	459
Anexo: Os métodos de Mossen Jaime Ferrer para demarcar a raia .....	479
3 — A viagem colonizadora .....	482
4 — Novos descobrimentos, hipotéticos e reais .....	526
5 — A conquista da Espanha .....	578
6 — O primeiro ditador da América latina .....	595
Anexo: ouro e prata na economia da Hispanoamérica quinhentista .....	630

## **LIVRO III DECLINAÇÃO**

### **I — Entre Castela, as Antilhas e o Paraíso Terrestre**

1 — Pausa de semibreve .....	633
2 — A viagem de Vasco da Gama e o <i>Memorial de la Mejorada</i> .....	647
3 — O testamento de 1498 e a instituição do morgadio .....	665
4 — O primo João António .....	685
5 — A terceira viagem: o achamento da Terra Firme e do Paraíso Terreal .....	696
6 — A braços com Roldán .....	719
7 — Viagens menores, agruras maiores .....	728
8 — Operação de <i>charme</i> na Ligúria .....	750
9 — A evasão mítico-mística .....	758

### **II — Expulso, como Adão, do Paraíso**

1 — A devassa e a desgraça .....	785
2 — A última viagem .....	794
3 — A toponímia da região antilhana e a alentejana .....	858
4 — O fim de um Homem .....	868
5 — Restos mortais em bolandas .....	874

### **III — Epílogo**

1 — Lenda negra, lenda dourada .....	883
2 — Índias ou América? .....	895
3 — Porquê agente secreto? .....	914
4 — Conclusão .....	924

<b>Notas aos nomes científicos de seres vivos referidos no texto</b> .....	925
--	-----

# **CRISTÓVÃO COLOMBO, O GENOVÊS, meu Tio por afinidade**

por

*Luís Filipe F. R. Thomaz\**

---

\* Antigo professor, aposentado, da Faculdade de Letras de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa; antigo diretor do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa; doutor *honoris causa* em História pela Universidade Nova de Lisboa; investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa) e do Centro de História de Aquém e Além Mar (Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores).



*À memória do saudoso Almirante Max Justo Guedes  
(1927-2011)*

*Ao Colégio Militar, vera escola de elite, e aos mestres que  
aí me educaram e me procuraram dar uma formação tanto  
quanto possível enciclopédica*



***Se Colombo, tecelão e depois marinheiro nasceu em Génova, o descobridor nasceu em Portugal.***

*Carlos Malheiro Dias*

*Y aunque pudieran bastar al hombre los ríos y otros mares menores que el Océano, para mostrar Dios su inmensa potencia produjo también el Océano, y todo para nuestro uso; porque lo que no sirve para la vida corporal, sirve para la contemplación de la grandeza de Dios; y lo que parece inútil para las necesidades cotidianas, da gusto al entendimiento. El altura de los Pirineos y de los Alpes, del Tauro, del Cáucaso y de Bilcanota en el Perú, y de Tayrona en Santa Marta [Colômbia] y de otras montañas; los desiertos de Numidia, de Arabia y de otras partes, aunque san infructuosos para la vida corporal, no lo son para el entendimiento, que gusta de la consideración de los efectos maravillosos de la mano de Dios.*

*Y no solamente causa admiración la grandeza de la mar, sino la industria y ánimo del hombre, con el cual la señora y gobierna; porque no hay cosa más admirable que la navegación, con cuyo medio el hombre, engolfándose con un navío, regulando los vientos y arando la tierra, abre el camino por el Océano, aprovechándose del agua como pescado y del aire como pájaro; y así es incomparable la gloria que se debe al Almirante don Cristóbal Colón, porque con tanto ánimo descubrió a los castellanos el camino que nunca vió.*

Antonio de Herrera y Tordesillas, *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierrafirme del Mar Océano*, Madrid, 1601, Década I, libro v, capítulo 8.



## PROÉMIO

Como todas as cousas, mais ou menos complexa consoante os casos, tem este livrito uma história\*.

Estava eu já aposentado, após quarenta e sete anos de docência, especialmente focada na História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, em três universidades do nosso país (e, como professor visitante, por curtos períodos, na École Pratique des Hautes Études, na École des Hautes Études en Sciences Sociales e no Institut National des Langues et Civilisations Orientales, em Paris, na Universidade de Bordéus, na Universidade da Ásia Oriental, em Macau, na Universiti Kebangsaan Malaysia ou Universidade Nacional da Malásia, na Universidade de Pondichéry, na Índia, e na Universidade de Santa Cruz, na Bahia), “de meus anos colhendo o doce fruto”, como dizia o Poeta, quando pelos meios de comunicação social chegou ao meu conhecimento que fora criada na vila alentejana da Cuba um *Centro Cristóvão Colón*, mantido por uma associação homónima em parceria com a municipalidade local. Indignado de ver gastarem-se dinheiros públicos com delírios historiográficos, que embora lisonjeiros para o orgulho nacional, são totalmente desprovidos de base científica, dispus-me a intervir no debate, lançado já há anos pelo aparecimento de um livro de Mascarenhas Barreto em que defendia ser Cristóvão Colombo português e natural da mencionada vila — cujo nome, em gratidão para com o lugar que o vira nascer, teria ao depois conferido à primeira das grandes ilhas com que na sua viagem descobridora deparou. Resolvi então enviar para a *Brotéria*, revista em que assiduamente colaboro e faz o favor de publicar as minhas elucubrações, um artigo que intitulei “Cristóvão Colombo e a vila de Cuba”, que veio a ser publicado em Outubro de 2014 no fascículo 4º do volume 179 da revista. Em seguida, vasculhando mais no argumento da toponímia de origem supostamente alentejana aduzido por Barreto, reincidi, publicando novo artigo a que dei o título de “De novo o Colombo português”, que veio a sair em Janeiro de 2016, no volume 182 da mesma revista.

A confissão destes artigos impôs-me o dever de examinar com mais cuidado a documentação colombina, que apenas superficialmente conhecia, pois a viagem de Colombo sempre fora matéria marginal no que ensinava, verbalmente nas aulas, e em forma escrita nos mais de cem artigos, num total de c. 4.000 páginas, que tenho

---

\* Não reinando o acordo sobre o recente acordo ortográfico, que uns aceitam outros repudiam, toma o autor a liberdade de optar por uma grafia estritamente fonológica, ainda que não ponha aqui integralmente em prática o sistema que defendeu no seu artigo “Ainda a Reforma Ortográfica”, *Brotéria - Cristianismo e Cultura*, vol. 181, nº 4, Novº 2015, pp. 379-393, que se aparta mais decididamente das normas até aqui em vigor.

publicados. Pareceu-me então que valeria a pena retomar o assunto de forma mais acadêmica, redigindo um artigo de maior erudição, que enviei para os *Anais de História de Além-Mar*, a única revista portuguesa especializada em história dos descobrimentos e da expansão ultramarina, de que fora um dos fundadores. Como a publicação da revista andava atrasada, o artigo, intitulado “Cristóvão Colón, português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?” pôde sair ainda no vol. XVI dos *Anais...*, referente a 2015.

Constantemente açoitado por pedidos de colaboração em periódicos científicos, colóquios, obras coletivas e quejandos, tinha por minha parte posto de lado, de uma vez para sempre, Colombo para me poder dedicar a outras fainas, quando foi recebido na redação da revista, com pedido de publicação, um texto, intitulado “Discussão do artigo 'Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?' de Luís Filipe F. R. Thomaz”, assinado por um Eng<sup>o</sup> Fernando Branco, “professor universitário e membro honorário da Academia Portuguesa da História”, de que jâmais ouvira falar, a contestar o meu artigo. Conquanto a revista tenha adotado o princípio da “avaliação por pares”, ou seja, o de que nenhum artigo é aceite para publicação sem os pareceres favoráveis de dois especialistas na matéria, a sua direção dispunha-se, excècionalmente, a publicar aquela “Discussão...”, a título de vir na seqüência de um artigo publicado na revista, quando o Eng<sup>o</sup> Branco, impaciente por a ver estampada, sem esperar pelo número dos *Anais* em que deveria sair, cuja impressão estava atrasada, a publicou no *Expresso* — razão por que a redação dos *Anais*, que apenas editam trabalhos de investigação inéditos, devidamente avaliados por especialistas na área, se recusou a republicá-lo, tanto mais que saíra num periódico de grande tiragem e lata circulação <sup>1</sup>. Pela mesma época saíu, salvo erro no mesmo periódico, um outro artigo de um outro apóstolo do “Colombo português” a contestar o meu, a que não prestei muita atenção, mas de que retenho na memória alguns dos argumentos que avançava.

Quanto mais não fosse para defender a honra da casa — da revista, do centro de estudos, da faculdade que a edita, dos historiadores profissionais, senão da própria racionalidade — senti-me no dever de retorquir; e por seu lado, devo confessá-lo, o meu amor-próprio ferido animou-me a responder. A resposta saiu do volume XVIII dos *Anais*, referentes a 2017, com o título “Réplica a “Discussão do artigo...” de Fernando Branco”. Na minha “Réplica...”, além de rebater com base em documentos autênticos a argumentação do meu interlocutor, agradecia-lhe sinceramente — o que

---

<sup>1</sup> Fernando Branco, “Discussão do artigo 'Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?' de Luís Filipe F. R. Thomaz”, *Expresso*, 3 de junho de 2016. Disponível em linha: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-06-03-Texto-de-Fernando-Branco-1#gs.nrOcXXo>.

reitero aqui — ter-me facultado pretexto para aprofundar um assunto que estava longe de ter esgotado e uma ocasião para me documentar melhor sobre o tema.

Foi no decurso das novas investigações que então levei a cabo que constatei que, por curiosa coincidência, Cristóvão Colombo era, à 15<sup>a</sup> geração, meu parente por afinidade — em rigor primo por afinidade, já que sua mulher Filipa Moniz era sobrinha de meu decapenta-avô, D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, que viveu amantizado com a minha decapenta-avó, Branca Dias Perestrelo, irmã de Bartolomeu Perestrelo (c. 1384-1457), capitão-donatário da ilha de Porto Santo e sogro de Colombo. Dado que nos separam catorze gèrações e que Cristóvão Colombo, se fosse vivo, contaria no momento em que escrevo 569 anos, prefiro contudo tratá-lo, mais respeitosa e, por tio, como em muitas famílias se faz aos primos de uma ou mais gèrações acima. Deu aquela senhora ao *castíssimo* arcebispo com quem vivia nada menos que sete filhos, o que, com um outro que houvera já, ao que parece numa irmã sua, perfaz oito. É verdade que na época a opinião pública tolerava muito fàcilmente esse tipo de relações, que um século mais tarde, na atmosfera da Contra-Reforma tridentina, ou um milénio mais cedo, na Antiguidade tardia, seriam infamantes; mas a opinião pública não é, em matéria de moralidade, a suma e derradeira instância. Aliás embora a mentalidade da época fosse razoavelmente permissiva em relação a tal tipo de irregularidades, nem por isso deixou D. Pedro de Noronha de ser repreendido pela sua conduta imoral pelo papa Martinho V (r. 1417-31) nem de responder por ela perante o concílio provincial reunido em 1426 em Braga pelo arcebispo primaz D. Fernando da Guerra (1417-67).

Seja como for, embora, tanto quanto a tamanha distância o podemos julgar, de baixa moralidade, o arcebispo era de elevada jerarquia, pois além ser filho do conde de Noreña e Gijón, bastardo de Henrique II de Castela, e de D. Isabel, bastarda do nosso rei D. Fernando <sup>2</sup>, era cunhado do primeiro duque de Bragança, D. Afonso, que em segundas núpcias desposara uma irmã sua, D. Constança de Noronha, de quem não houve descendência. Foi por isso que quase todos os filhos daquela união impudente receberam foro ou mesmo títulos de nobreza. Tal foi o caso de D. Pedro de Noronha (forma que em português tomou o castelhano *Noreña*), comendador de Santiago de Espada, senhor do Cadaval e mordomo-mor del-rei D. João II, meu remoto antepassado, mais precisamente, meu decatetra-avô.

É por minha trisavó materna, D. Antónia Joana Francisca Leite de Sousa Noronha, nascida em Ribandar, Goa, Índia Portuguesa, a 7.XII.1831, que ao fim e ao cabo, com

---

<sup>2</sup> Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, 2<sup>a</sup> ed., Liv<sup>ra</sup> Atlântida, Coimbra, 1946, pp. 258 & sqq.

quatro quebras de varonia, sou longínquo descendente dos indecorosos amores da tia de Colombo com o prelado lisbonense — do que me não envergonho, já que Cristo era, segundo S. Mateus (1, 5-6) descendente de uma prostituta (Raab), de uma mulher adúltera (a de Urias, que o traiu com o rei David) e de uma estrangeira, quiçá incestuosa (Rute, que segundo uma das versões da história concebeu de seu próprio sogro). Fica assim justificado perante o leitor curioso o curioso título desta obra.

Dera eu, com a minha resposta ao Eng<sup>o</sup> Branco, o assunto por encerrado, preparando-me para me virar para outras investigações que de há muito trago pendentes, quando pela boca, ou antes, pela pena do mesmo engenheiro, a *Associação Cristóvão Colón* decidiu replicar à minha réplica, enviando para a redação da revista um ficheiro intitulado “Colón Responde a Prof. L. Thomaz”. A redação dos *Anais* e a direção do Centro de Humanidades que os edita estavam inclinadas a não publicar o texto, mas não quiseram fazê-lo sem o meu consentimento — que prontamente lhes dei, pois nem uma revista daquele nível é lugar apropriado para publicar romances policiais, nem o espaço de que dispõe no único número que anualmente publica pode levemente ser monopolizado por um debate que ameaça eternizar-se, através da incessante repetição de argumentos já sedícios. Como não há pior surdo do que não quer ouvir, nem sequer há garantias de que alguma vez venha a terminar... Para mais a *Associação Colón* tem a sua própria revista, por certo inteiramente aberta à publicação de um texto com as características daquele.

Na realidade, muito pouco de novo se pode achar neste derradeiro escrito do Eng<sup>o</sup> Branco. Aos raros argumentos novos que aduz, procurarei responder aqui, inserindo no lugar devido as minhas críticas e observações. Se o faço não é por desejo de prolongar indefinidamente uma discussão de que começo a ficar cansado, mas porque me pareceu que, uma vez que o assunto tem sido amplamente debatido em público, e que, como alguém pitorescamente observou, “as revistas são cemitérios de artigos”, era oportuno retomar e apresentar em livro o que nos vários artigos que sobre o tema publiquei tenho afirmado. O público medianamente culto deste país merece, mais talvez que os especialistas, que por si sós podem julgar, ser honesta e convenientemente informado. Por isso, fui cevando o artigo que em resposta à *Colón* decidira redigir, até que se tornou num livro.

Que aqui fique exarado desde já o testemunho da minha gratidão à Academia de Marinha na pessoa de seu Presidente, Almirante Francisco Vidal de Abreu, por ter aceitado dar à estampa uma obra que, a despeito do seu pendor positivista, não perdeu o caráter polémico, quiçá contundente, de que vinha inquinada desde o berço.

Confesso que em História permaneço assaz próximo da metodologia positivista. Na minha formação devo muito a mestres como o Padre Manuel Antunes,

o Padre Honorato Rosa, Jorge Borges de Macedo, A. H. de Oliveira Marques, Denys Lombard e outros; é contudo possível que em muitos aspetos tenha sido mais marcado pela influência de Joaquim Veríssimo Serrão, que ao tempo que orientou a minha tese era um positivista ortodoxo da escola coimbrã, e sobretudo pela de Jean Aubin, meu professor na École Pratique des Hautes Études, que classificaria como um “neopositivista esclarecido”. Ao longo de meio século de investigação e ensino da História comortei-me, por assim dizer, as mais das vezes como um positivista mais pela necessidade de “partir pedra” em muitos terrenos ainda por desbravar do que por convicção ideológica. Ora convém não esquecer que se enxergamos hoje mais longe do que os positivistas dos séculos XIX-XX — e do que os seus precursores das centúrias precedentes, como Du Cange (1610-88), Mabillon (1632-1707), D. António Caetano de Sousa (1674-1759) ou D. Martín Fernández de Navarrete (1765-1844) — é porque cavalgamos as suas espáduas. Prescindir do seu trabalho de publicação de fontes e apuramento dos factos seria como tentar construir um primeiro andar a uma casa sem rés-do-chão. Por isso prefiro reportar-me a Henry Harisse (1829-1910), Cesare de Lollis (1863-1928), Alberto Salvagnini e seus continuadores como Consuelo Varela e Juan Gil, do que às *tumbas de Mafoma* flutuando no espaço sem piso térreo, como a de Mascarenhas Barreto e sequazes seus. Se a História se não fizesse como estou habituado a fazê-la, procurando diligentemente os documentos e interrogando-os humildemente, eu não teria cometido um erro na vida: teria feito da minha vida inteira um erro! É ao nível dos factos que se situa a discussão sobre Colombo; por isso jamais se podem perder de vista os documentos e os eventos positivos. Será de um ponto de vista positivista que os irei discutir. Agradeço ao Eng<sup>o</sup> Branco ter aceitado discutir nesse plano.

Se em questões de metodologia me sinto assaz próximo dos positivistas de antanho, estou ao invés bem longe de partilhar a sua visão heróica da história. Prisioneiros da sua concepção de progresso, segundo a qual o Homem passaria sucessivamente por três estádios — o estádio teológico em que a causa dos fenómenos naturais era imputada a divindades, o metafísico em que era atribuída a misteriosas forças e o positivo, em que era explicada pela ciências — os positivistas ortodoxos, além de execrarem a religião, como um obstáculo à passagem do Homem ao estado positivo, tendiam a substituir o culto dos santos da Igreja pelo das grandes personalidades que guiaram a humanidade pelas sendas do progresso. Daí uma certa propensão para ignorarem os defeitos, fraquezas e insuficiências de tais heróis, em cujo conto, logicamente, entrava Colombo. Curiosamente, do cruzamento desta concção com a prática católica tradicional nasceram paradoxos como a tentativa de fazer canonizar pela Igreja o descobridor da América! Como o leitor verá, estamos muito longe de embarcar em tal visão

da História. O Colombo que, o melhor que soubermos, lhe procuraremos apresentar não é por isso uma figura sobre-humana — mas simplesmente humana.

Nas páginas que se seguem não encontrará o leitor uma colêânea de artigos, mas um texto novo que, embora integre passos de artigos anteriormente publicados, devidamente corrigidos sempre que foi caso disso, foi concebido de forma a constituir uma história seguida, coerente e atualizada, com base nos últimos documentos descobertos, da vida e obra do célebre navegador genovês — o que, tanto quanto sei, não existia ainda em nossa língua. É verdade que há em português um bom livro sobre Colombo, sério e bem documentado: *Cristóvão Colombo - Almirante do Mar Oceano*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1962; não é porém original, mas tradução, por Carlos Selvagem, da obra escrita em inglês pelo almirante americano Samuel Morison que em 1939-40 refez num veleiro as viagens de Colombo, e é por isso em muitos aspetos insubstituível. Infelizmente, tanto quando nos consta, desde 1993 que não é reeditada.

Quanto ao livro de Manuel Pinheiro Chagas *Os descobimentos portugueses e os de Colombo: tentativa de coordenação histórica*, publicado pela Academia Real das Sciencias em 1892, já de si demasiado generalista, está hoje completamente desatualizado; e as obras sérias que nos últimos tempos têm aparecido sobre o assunto — Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*, Vasco Graça Moura, *Cristóvão Colombo e a Floresta das Asneiras*, Alfredo Pinheiro Marques, *As teorias fantasiosas do Colombo “Português”*, Marquês de Abrantes, *Colombo, a Cabala e o Delírio* — se limitam praticamente a refutar as teorias delirantes do “Colombo Lusitano”, que, essas sim, têm proliferado.

Sem por sombras embarcar em tal tresvario, procurarei, pois, nas páginas que se seguem mostrar ao leitor não um Colombo português, mas um Colombo visto de Portugal — do Portugal em que o antigo tecelão, marinheiro e depois mercador de açúcar, aos poucos se tornou descobridor; visto de um Portugal onde jámais foi cultuado como herói nem encarado como pai do império, e onde por isso, estamos mais livres de hábitos inveterados e de preconceitos para sobre ele podermos pousar um olhar crítico. Longe de me fornecer o pretexto para uma apologia, o longínquo parentesco que me liga ao descobridor da América não me impedirá de ser objetivo, crítico e até por vezes severo assaz para com ele, como facilmente poderá o leitor verificar. Sempre terei bem presente a sentença de Cícero (106-43 A. C.)<sup>3</sup>: *quis nescit primam esse historiae legem ne quid falsi dicere audeat? deinde ne quid veri non audeat? ne qua suspicio gratiae sit in scribendo? ne qua simultatis?*, “quem ignora ser a primeira lei da história nada de

---

<sup>3</sup> *De Oratore*, II, 62.

falso ousar dizer? e, em seguida, nada do verdadeiro ousar não afirmar? para que não fique no escrever qualquer suspeita de favor, nem de desfavor”.

Uma vez que a conquista e colonização da América, que Colombo iniciou, constitui na história universal um capítulo novo, de que ele, por assim dizer, apenas escreveu o prefácio, ater-nos-emos à sua biografia e à história das suas viagens de descobrimento, deixando na penumbra o que daí se seguiu.

Que nos releve o leitor, se no que concerne à atividade do Almirante das Índias de Castela nos domínios desta, achar no que escrevemos menos originalidade ou menor domínio da matéria do que no que toca a Portugal; no outono de uma vida dedicada à história dos portugueses — e em particular na Ásia — creio que nem al seria de esperar desta incursão serôdia na história hispano-americana. Talvez que haja um pouco mais de novidade nas achegas pontuais que fazemos a propósito de lugares, coisas e factos do Oriente, já que raramente a história colombina tem sido objeto de estudo por parte de orientalistas; mas não passarão disso: referências pontuais.

A bibliografia sobre Colombo é quase infinita. Na impossibilidade física de a compulsarmos, teremos apenas presentes as obras que nos pareceram fundamentais, preferindo ater-nos em cada passo às fontes primárias, o que se nos afigura uma metodologia segura. Todas as afirmações que fazemos foram conferidas com as fontes primárias, ainda que o recurso a cada um destas nos tenha sido sugerido por estudos modernos. Assim o exige o aforismo: *sapiens nihil affirmat quod non probet*, “o homem sábio nada afirma que não prove”. Aproveitamos a deixa para, à atenção dos historiadores desportivos, notar os perigos de utilizar fontes secundárias sem as conferir com as primárias: é operação muito arriscada, pois quem conta um conto acrescenta um ponto; e muitos pontos formam uma linha, capaz por vezes de nos separar da realidade histórica!

Como o exige a seriedade do empreendimento, toda a afirmação será assim estribada em documentos autênticos, que o leitor poderá conferir através das inúmeras notas. Delas apenas consta o aparato crítico. Quanto a explicações de pormenores, discussões de pontos particulares, digressões sobre matérias marginais e quejandos, preferimos incluí-las no próprio texto, ainda que em corpo menor, para que as possam liminarmente saltar aqueles a quem a matéria não interesse. No texto vão, além disso, insertas numerosas citações, traduzidas em português no caso de originais em latim, italiano ou francês, mas as mais das vezes deixadas na língua original quando em castelhano, já que ninguém terá dificuldade em as entender, e conferem ao arrazoado um toque de autenticidade e um certo sabor da época, deixando, para mais, entrever algo da personalidade de quem nas redatou. Quando se trata de citações literais vão em itálico, em redondo quando vão traduzidas. Abster-nos-emos em contrapartida de

apresentar o texto com notas bibliográficas sobre matérias genéricas ou periféricas cujo conhecimento bebemos em manuais escolares, enciclopédias e quejandos. Apenas citaremos artigos assinados e quando deles retirámos matéria relevante.

Desceremos, por vezes, a pormenores que a muitos parecerão inúteis; disso temos clara consciência; é, porém, necessário fazê-lo, quanto mais não seja como profilaxia da réplica...

Não cuide, porém, o leitor que aqui achará uma mera obra de polémica: a demolição apenas intervirá, implacável as mais das vezes, quando se trate de abrir espaço à construção. O Colombo que nos aqui ocupa não é o modelo para uma estátua a erguer no lugar de sua naturalidade, a juntar ao *palmarés* das notabilidades locais: é o homem que, sem o querer nem disso se aperceber, descobriu o Novo Mundo. Procuraremos por isso traçar em pormenor a história do seu descobrimento, não só no seu aspeto corográfico mas também nos campos da botânica, da zoologia e da etnologia — pois embora iludido pela convicção, a que se fixou como uma lapa, de que achara as Índias, foi deveras um mundo em todos os seus aspetos novo aquele com que topou. Como teremos basta ocasião de ver, nem sempre é fácil sacudir o pó da ilusão que enganosamente cobre os seus relatos e determinar com rigor as novidades que na realidade se escondem sob a sua linguagem analógica, toda ela moldada sobre as coisas do Velho Mundo e do Mundo Antigo.

Queda evidentemente livre o leitor para saltar sobre os passos que, pelo tom polémico, pela cópia de detalhes ou pelo cariz técnico que apresentam, se lhe afigurem enfadonhos, que, para lhe facilitar a tarefa vão, como dissemos, em corpo menor, à guisa de notas de rodapé intercaladas no texto. Com a responsabilidade que me advém de 47 anos de docência e 56 de investigação no campo da História, seria grave falta saltá-los eu, assim deixando perder uma ocasião de dar aos historiadores desportivos que por i pululam, uma pequena lição de metodologia e crítica histórica. Pôr ao serviço da comunidade a minha experiência profissional, mais do que como um direito, encaro-o como um dever. O auditório a que este livro se destina não é meramente o universo dos especialistas, nem tampouco o grande público, mas as classes cultas do nosso país, que não dipõem em português de nenhuma obra completa e séria sobre Colombo, cujo descobrimento, bem feitas as contas, deve quiçá mais a Portugal do que a Génova ou a Castela. Por isso tentámos ser tão exaustivo quanto pudemos e soubemos, e tanto quanto foi possível, didático.

Escrito em boa parte durante a pandemia de Coronavírus, o livro foi redigido com base na bibliografia de que dispúnhamos em casa, que achámos na *internet* ou que pudemos encomendar. Dalguma lacuna importante se ressentirá talvez um pouco, conquanto a bibliografia sobre Colombo seja praticamente infinita, impossível de

compulsar numa só vida. A única coisa que podemos, pois, garantir ao leitor é que examinámos exaustivamente as fontes primárias subsistentes, o que nos permitirá por certo escusar erros ou lacunas graves.

Que me seja relevado o sarcasmo que, como velho professor cansado de ensinar mancebos, fui bastas vezes incapaz de reprimir! A quem aprecie o mistério, o *suspense* e as deduções acrobáticas, sugiro que não leia o livro, mas dedique antes os seus tempos de lazer à obra de Sir Arthur Conan Doyle ou à de Agatha Christie...

O Colombo que destas páginas ressaltará ao fim, assim o espero, não é um super-homem, nem sequer o herói nacional com que alguns terão sonhado — mas é, com seu génio de navegador e a confusão da sua astronomia, com a sensibilidade com que se extasia perante a natureza tropical e em três ou quatro pinceladas evoca os seus encantos, com a sua grandeza histórica e as suas baixeiras, com a sua religiosidade sincera e a sua arrogância de *parvenu* ambicioso, uma figura profundamente humana. E é isso o que ao cabo importa, pois, há que não esquecê-lo, a História é feita por homens!

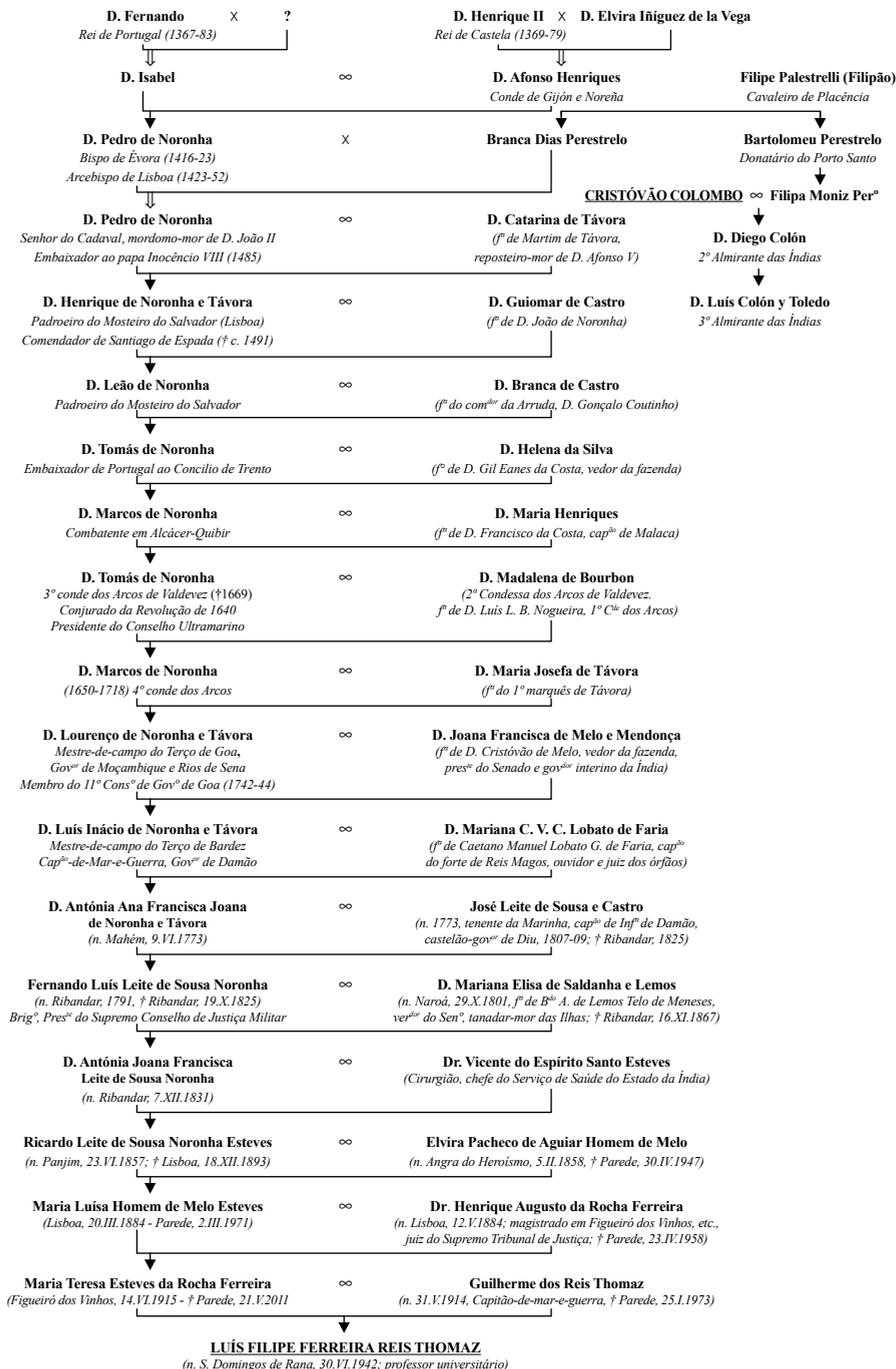
*Luís Filipe F. R. Thomaz*

---

\* Agradeço penhorado à minha colega e prezada amiga Evelina Verdelho o trabalho insano a que se deu para rever todo o texto deste livro e assinalar-me as gralhas com que topou. Bem haja!

## QUADRO GENEALÓGICO MOSTRANDO A RELAÇÃO ENTRE O AUTOR E CRISTÓVÃO COLOMBO

N. B.: o sinal ∞ indica matrimónio legítimo, o sinal × união ilegítima; o sinal ↓ indica filiação legítima, o sinal ∨ a ilegítima.



LIVRO I

# **NEBULOSA PRIMORDIAL**



## INTRODUÇÃO

Cristóvão Colombo é, sem dúvida, o navegador da época dos Descobrimentos sobre cujas origens e juventude estamos mais bem informados, e isto pela simples razão de que nasceu em Génova, região, como todo o Norte de Itália, largamente urbanizada, em que se recorria abundantemente ao documento escrito e em particular ao ato notarial. Está longe de ser na história dos grandes descobrimentos o que Melquisedeque é na Bíblia: uma personagem sem parentela, sem pátria e sem genealogia, sobre que são possíveis todas as especulações. Sabe-se muito mais sobre ele do que sobre Diogo Cão, Bartolomeu Dias ou mesmo Vasco da Gama, embora este seja oriundo de um estrato social mais elevado, contemplado pelos *Livros de Linhagens*. E no entanto, paradoxalmente, sobre nenhuma figura da época se fizeram mais especulações nem se construíram mais teorias...

De facto, desde 1874 que se tornou moda excogitar os mais bizarros argumentos para atribuir ao descobridor da América — a que até aí sempre havia sido reconhecida a nacionalidade genovesa ou pelo menos italiana — as mais diversas origens: grega, suíça, polaca, catalã, galega, estremenha, portuguesa, etc.

Cristóvão Colombo foi assim bizarramente identificado com as mais diversas personagens históricas, desde Alonso de Monroy, de Plasencia, Cristóbal Sánchez, de Oliva de la Frontera, Alonso Sánchez de Huelva e, mais recentemente, com o galego Pedro Madruga ou Pedro Álvarez de Soutomaior, até ao piloto, de origem provavelmente polaca, ao serviço da Dinamarca João Scolvus; houve mesmo quem no supusesse filho do rei polaco Ladislau (em polaco Władysław) III Jagelão (r. 1434-44), que de 1440 a 1444, sob o nome de Vladislau (Ulászló) I, foi também rei da Hungria — país onde os Vladislaus não entram no conto dos Ladislaus (László), de que houvera já cinco, com o que seria o VI e não o I. No conto dos reis da Polónia recebe por vezes o nº VI, em listas que contam com os duques da Polónia, dividida em ducados à hora da morte pelo rei Boleslau III (r. 1102-38), o *Boca Torta*. Ora, segundo reza a história, este Ladislau ou Vladislau, III, VI ou I, morrera em combate contra os turcos na batalha de Varna, sete anos antes da data provável do nascimento de Cristóvão...

Enquanto em Espanha houve émulos de Agatha Christie que o imaginaram meio-irmão de Fernando, o *Católico*, em Portugal foi já identificado com Simão Palha ou Simão Moniz, filho de João Palha, homem de confiança de D. João II, com um tal Pedro de Ataíde, de Castanheira do Ribatejo, e com outros ainda, nomeadamente com um imaginário Salvador Gonçalves Zarco, suposto fruto dos amores de uma filha de João Gonçalves Zarco com o infante D. Fernando, pai de D. Manuel I (e portanto

meio-irmão deste), nascido segundo uns em Génova, onde Domenico Colombo o teria criado como filho, segundo outros na Cuba do Alentejo...

A tecla em que ultimamente mais se tem batido é a de que seria natural da Cuba e que ao serviço de Castela teria actuado como agente secreto del-rei D. João II. Foi até criado na Cuba um *Centro Cristóvão Colón* — pois, como abaixo veremos, os partidários dessa fantasia sustentam que o verdadeiro sobrenome do descobridor da América era Colón e não Colombo. Lisonjeira para o orgulho nacional português, a teoria tem recebido apoio de inúmeros historiadores desportivos, em geral muito atentos a pormenores secundários, mas quase sempre falhos de uma visão integrada da documentação existente e ignaros das regras de crítica externa e interna dos documentos impostas pela boa metodologia histórica. A sua metodologia é a de melro em cerejal: debicar aqui, ali e acolá, escolhendo o que lhe agrada, e deixar na árvore os caroços e os píncaros, e o resto dos frutos a apodrecer ao sol. Não é, por certo, por mero acaso que, tanto quanto sei, nenhum historiador sério a tenha perfilhado, nem mesmo os que creem vislumbrar qualquer enigma nas origens do descobridor. É verdade que ele próprio, para ocultar as suas origens modestas, se tentou cercar de uma bruma de mistério — não suficientemente espessa para que a não logre penetrar, com o escopro aguçado da crítica, uma adequada metodologia histórica.

A bíblia dessa corrente *cupista* é, ao que parece, o livro de Mascarenhas Barreto *O Português Cristóvão Colombo, agente secreto do rei D. João II*, Referendo, Amadora, 1988, e será dele que em primeiro lugar nos ocuparemos. Embora me não conhecesse pessoalmente, o autor teve a gentileza de, por intermédio de nosso comum amigo Henrique Barrilaro Ruas, me oferecer um exemplar da obra — gentileza que não esqueço e por que quedo imensamente grato. O livro ensinou-me pouco, mas fez-me refletir muito.

No entanto, como diziam os Antigos, *amicus Plato, sed multo magis amica veritas*, “Platão é amigo, mas muito mais amiga é a verdade”. É por isso que a minha gratidão para com Mascarenhas Barreto me não pode impedir de dizer o que da sua obra penso: é uma espécie de caldeirada, em que, sem parecer ter lido nem sequer por alto a maior parte da documentação atinente ao célebre descobridor, caldeia tudo quanto a favor da sua identificação com tal ou tal personagem se tem escrito; e, sem parecer dar conta da incompatibilidade entre a maioria das teorias emitidas, chegar finalmente a uma conclusão perfeitamente absurda, como a seu tempo, *juvante Deo*, veremos. Houve quem avançasse que Colombo seria português, quem sugerisse que era judeu, quem aventasse que seria espião de D. João II e mesmo quem imaginasse que era de sangue real, meio-irmão del-rei D. Manuel I. Pois bem: o Zarco-Colón de Mascarenhas Barreto é tudo isso ao mesmo tempo!

Na sua caldeirada, que incide em boa parte sobre o período medieval, com especial relevo para cátaros, templários e judeus, confusamente considerados de uma maneira ou de outra predecessores de Colombo, fervilham os erros históricos, por vezes assaz grosseiros, que acabam por anegar totalmente a parte de verdade que eventualmente pudesse a obra conter. Vistas agora as coisas à distância de alguns anos, não podemos senão lamentar que Mascarenhas Barreto não tenha aplicado a ler os diários do descobridor, que parece jãmais ter compulsado, o tempo que dispendeu a estudar por exemplo os cátaros, que desapareceram da cena histórica uns bons dois séculos antes do nascimento de Colombo. Teria certamente cometido menos erros sobre o descobridor da América, sem lhes somar os que em série emite sobre matérias que não dominava e que em relação ao tema em causa são inteiramente marginais.

Nem a sobrançeria com que o autor apresenta as hipóteses mais inverosímeis como se fossem dogma de fé e estivesse ele, e só ele, na posse de uma verdade absoluta, nem o desprezo com que trata os que têm opiniões diferentes da sua, a começar pelos biógrafos do descobridor e pelos cronistas seus coevos, que parece olhar como inimigos pessoais, nem o desdém que afixa para com historiadores sérios e laboriosos que não comungam nos seus devaneios, apodando-os constantemente de “falsários”, gente “de raciocínio indolente e espírito complacente”, etc., induzem a que o tratemos com uma indulgência de que ele próprio se mostra incapaz de usar para com os seus adversários e a que deixemos passar em claro os erros crassos que a cada passo comete.

Numa série de quatro artigos publicados na revista *Armas e Troféus*, Luiz de Mello Vaz de São Payo deu-se ao trabalho de discutir e corrigir 359 dos seus erros e incorrêções, que vão desde não destrinçar Edessa, na Síria (cuja queda às mãos do atabaque ‘Imād al-Dīn Zengī, caudilho turco, em 1145, desencadeou a 2ª cruzada), de Odessa, porto russo do Mar Negro, até confundir a “Religião de S. João”, ou seja a Ordem de S. João de Jerusalém ou do Hospital, com a religião dos cátaros ou albigenses — sem sequer se aperceber de que o S. João patrono dos hospitalários é o Batista e o que inspirou os cátaros o Evangelista! Basta, como exemplo de imprecisões, incorrêções de linguagem, anacronismos e quejandos, citar o que Vaz de São Payo lhe aponta ao que escreve sobre o conde D. Henrique (c. 1066-1112) <sup>1</sup>: di-lo filho do duque da Borgonha, quando seu pai, Henrique, *o Donzel*, jamais foi duque, pela simples razão que faleceu em 1074, dois anos antes de seu próprio pai Roberto, *o Velho*, avô de D. Henrique, que continuou a reinar até à morte, em 1076; di-lo vindo para a Península como *cruzado*, quando se sabe que em 1095 já aqui estava casado com D. Teresa, e a primeira cruzada

---

<sup>1</sup> *op. cit.*, pp. 49 & sqq.

apenas teve lugar em 1096; afirma que D. Henrique teve “estreitos contactos” com os Templários, quando faleceu em 1112 e a Ordem do Templo apenas foi fundada em 1118; fá-lo perfilhar as “razões da luta do Languedoc contra as hordas capetianas”, quando essa luta apenas veio a estalar após a condenação dos cátaros pela igreja católica em 1165, 53 anos após a sua morte — além de que, sendo ele próprio trineto de Hugo Capeto (r. 987-996), fundador da dinastia capetíngia, não é muito seguro com que parte alinharia, se vivo ainda fosse...

Erros deste tipo, que se podem facilmente evitar recorrendo às enciclopédias e às cronologias publicadas <sup>2</sup>, lançam à partida o descrédito sobre o conjunto da obra. Propunha-se São Payo prosseguir a análise crítica desta quando a morte o ceifou, sem ter podido dar ao livro de Barreto o prometido *xequemate*. Nem tentaremos completar o que deixou incompleto — o que nos obrigaria a fazer mais alguns centos de correções a detalhes que permanecem laterais para o nosso escopo — nem seguiremos os seus passos: limitaremos as nossas críticas ao que de um modo ou de outro toca a Colombo, deixando deliberadamente de lado o que é *parte vaga*, ou seja, deambulações por fora do tema, que constituem bem 80 % do conteúdo do seu livro — do que o leitor curioso poderá formar uma ideia lendo os artigos de L. M. Vaz de São Payo <sup>3</sup>.

Contudo, por ter mais a ver com a matéria que nos diretamente ocupa — a história dos descobrimentos — reservando para o momento oportuno as correções pontuais, não deixaremos de fazer desde já à tese de Barreto algumas observações gerais.

Tudo o que escreve sobre a “Escola de Sagres,” que depois, a reboque do duque de Beja, sucessor do Infante D. Henrique se teria transferido para o Alentejo — pelo que, nos seus próprios termos, “se poderia designar por Escola de Sagres-Beja” — constitui uma bela construção mental. O seu único defeito é não ter com a realidade histórica a mínima semelhança; e se um ou outro promenor eventualmente bater certo, é pura coincidência. Senão vejamos.

Embora tenha sido, há já muitas décadas, demonstrado que a chamada *Escola de Sagres* não passa de um mito, Mascarenhas Barreto continua a falar dela; e o que é mais grave, associa-a à Ordem de Cristo, por quem, como continuadora que supõe ser da do Templo, nutre particular carinho.

---

<sup>2</sup> Apesar de antiquado, presta ainda bons serviços em matéria de história antiga e medieval o *Dictionnaire Universel d'Histoire et de Géographie* de M.-N. Bouillet, Lib. Hachette, Paris, 1863.

<sup>3</sup> Luís de Mello Vaz de São Payo, “Primeira Carta Aberta a Mascarenhas Barreto”, *Armas e Troféus*, VI Série, Tomo VI, pp. 5-52, Lisboa (1994); Idem, “Carta aberta a um agente secreto”, *ibidem*, VII Série, Tomo I, pp. 5-53, Lisboa (1996); Idem, “Carta Aberta a um 'Curioso' da Genealogia”, *ibidem*, IX Série, Tomo I, pp. 181-248, Lisboa (1999).

Ao mito de Sagres junta o autor um outro: o de uma “política de sigilo” como a imaginava Jaime Cortesão, que não incidiria apenas sobre cartografia, métodos de navegação e de construção naval, rotas e quejandos, mas até retroativamente sobre a história dos descobrimentos já consumados; e associa-o ao esoterismo que, gratuitamente, imputa à Ordem de Cristo. Como adiante veremos, supõe até, cândidamente, que o termo *sigillum*, com que por vezes se topa na documentação medieval e significa muito prosaicamente “selo, sinete”, não era um objeto, mas uma norma de conduta, que consistiria em guardar segredo!

É com igual candura que imagina que em 1308-12 a ordem do Templo se transformou na de Cristo, mas tudo continuou como dantes, herdando por conseguinte esta não só as terras, comendas, edifícios, etc., que haviam pertencido à primeira, mas também os pretensos “segredos” de que aquela seria detentora. Há que notar, em primeiro lugar, que as ciências ocultas que os templários eram acusados de cultivar<sup>4</sup> consistiam em magia negra e cousas similares e não na arte de marear; o grão-mestre Jacques de Molay foi, com seus mais próximos colaboradores, condenado à fogueira por praticar ritos iniciáticos secretos, supostamente sacrílegos, e não por navegar à bolina! As teorias que fazem remontar aos Templários, extintos em 1312, as origens da moderna Maçonaria, fundada em 1717, são demasiado frágeis — sem embargo de esta ter recuperado práticas e princípios das *guildas* de pedreiros ou *maçons* de fins da Idade Média.

Em segundo lugar, embora o rei de Portugal, como o de Aragão, tivesse obtido do papado que os bens da Ordem do Templo em vez de serem entregues à do Hospital, como no resto da Europa, revertissem para uma ordem nacional a criar, os freires não transitaram automaticamente de uma para outra: uns foram presos para serem interrogados outros foragiram-se, para não serem presos. O mestrado da nova Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, criada por João XXII pela bula *Ad ea ex quibus* de 15.III.1319<sup>5</sup>, foi assumido por D. Gil Martins, mestre da ordem de Avis, que o papa transferiu para a novel milícia. Foi só mais tarde que o antigo mestre dos templários em Portugal, D. Vasco Fernandes, e dois outros

---

<sup>4</sup> G. Grosschmid, artº “Templars” in *New Catholic Encyclopedia*, 2d ed., vol. 13, Thomson Gale, Detroit, etc., / The Catholic University of America, Washington, 2003, s. v. Pode ver-se a principal documentação sobre o assunto, em edição bilingue, in Georges Lizerand, *Le Dossier de l’Affaire des Templiers*, édité et traduit par..., “Les Belles Lettres”, Paris, 1964; e a edição crítica do texto latino do processo completo in Magdalena Satora, *Processus contra Templarios in Francia — Procès-verbaux de la procédure menée par la commission pontificale à Paris (1309-1311)*, 2 vols, Brill, Leiden & Boston, 2020.

<sup>5</sup> Pode ver-se o seu texto in Levy Maria Jordão (depois Visconde de Paiva Manso), *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae*, 5 vols, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868-1879, vol. I (1171-1600), Imprensa Nacional, Lisboa, 1868, pp. 3-6.

freires, que haviam fugido para Castela mas acabado por aí ser presos, foram autorizados a ingressar na nova ordem <sup>6</sup>; mas constituem o único caso de que tenhamos conhecimento.

É verdade que o infante D. Henrique, que deu início aos descobrimentos marítimos era, por mercê do papa, apesar de ser leigo, *administrador* da Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo — e não seu *mestre*, como Barreto afirma, que jãmais foi nem podia ser, pois não era cavaleiro professo!

A prática de confiar a um leigo a administração de uma ordem militar iniciou-se entre nós em 1418, sob D. João I (r. 1385-1433), que obteve do papado a entrega da ordem de Santiago ao infante D. João <sup>7</sup>, a que a 25.V.1420<sup>8</sup> se seguiu a da de Cristo a D. Henrique e finalmente a da de Avis a D. Fernando <sup>9</sup>, futuro *Infante Santo*. Como não havia ainda um exército permanente as ordens constituíam a única força militar estável de que os reis podiam dispor, e isso explica o interesse que puseram em colocá-las tanto quanto possível sob a alçada de figuras da família real. Por outro lado, as ordens dispunham de extensos domínios e fartas rendas, de que uma parte, a *mensa* ou “mesa mestrãl” estava afeta à manutenção do mestre; com a entrega das ordens a administradores laicos era para eles que revertia a *mensa*, o que não era um rendimento de somenos. A prática era assim aproximadamente equivalentente à entrega de abadias a “abades comendatários” leigos, que fora introduzida, a título temporário, na época das invasões bárbaras, quando muitos abades se puseram em fuga, mas estendeu-se enormemente a partir do século VIII, no quadro de uma tendência geral para a feudalização dos benefícios eclesiásticos <sup>10</sup>; o movimento desenvolveu-se mais ainda sob os papas de Avinhão (1309-77) e sobretudo durante o Grande Cisma (1378-1417), quando os pontífices sentiram especial necessidade de recrutar partidários entre os nobres. No caso das ordens militares essa prática precipitou a laicização da instituição, de que o passo mais visível foi a dispensa, concedida pelo Papa em 1496, do voto de castidade aos freires de Avis e de Cristo, que adôtarã a norma da “castidade conjugal”, já em vigor na de Santiago, que era de começo uma confraria de cavaleiros leigos e não uma ordem monástica. O processo viria a culminar em 1551 com a união definitiva dos mestrados à Coroa <sup>11</sup>. Há que notar que os administradores leigos das ordens não participavam na vida comunitária nem tinham o direito de interferir nos problemas internos da comunidade, que dependia de um *vigário* professo (mais tarde designado por *prior*), pelo que é mera espèculação imaginar, por exemplo, que o infante D. Henrique estaria na posse de segredos hipoteticamente herdados pela ordem de Cristo da do Templo.

<sup>6</sup> Vide António Domingues de Sousa Costa, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II: súplicas dos pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX, documentos publicados com introdução e notas de ..., Editorial Franciscana, Braga & Porto, 1960, em especial as pp. xviii-lvi.

<sup>7</sup> Bula *In apostolica dignitatis specula*, de 8.X.1418, de Martinho V, pub. [pelo P<sup>e</sup> Dias Dinis, O. F. M.] in *Monumenta Henricina*, 14 vols, Comissão Executiva das Comemorações do V<sup>o</sup> Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-73 [doravante *MH*], vol. II, doc. 148, pp. 303 & sqq.

<sup>8</sup> Bula idêntica, *ibidem*, doc. 180, pp. 367-369; concessão tornada perpétua pela bula *Eximie devotionis affectus*, de 24.XI.1420, *ibidem*, doc. 194. pp. 388-390.

<sup>9</sup> Bula *Sincere devotionis*, de Eugénio IV. 9.IX-1434, *ibidem*, vol. V, doc. 30, pp. 69-72.

<sup>10</sup> Cf. J. Gilchrist, art<sup>o</sup> “Commendation” in *The New Catholic Encyclopedia*, vol. 4, s. v.

<sup>11</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, art<sup>o</sup> “Ordens Militares”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, s. v.

D. Henrique fruía, como de cousa própria, dos rendimentos da *mesa mèstral* de Cristo; podia por isso aplicá-los no que quisesse. Não há contudo notícia de alguma vez ter utilizado dinheiros pertencentes à *mesa conventual* ou *mesa capitular* da ordem que administrava para financiar alguma das suas expedições marítimas; da documentação que nos chegou, nada consta. A única certeza que possuímos é a de que foi na sua qualidade de administrador da ordem que obteve d'El-Rei, e mais tarde do papa Eugénio IV (r. 1431-47) <sup>12</sup>, que as ilhas que mandou povoar não fossem integradas em nenhuma diocese, mas que o seu *espiritual*, ou seja, a sua administração eclesiástica, ficasse a cargo da Ordem, que assim ficava habilitada a cobrar dos colonos o *dízimo*, do que se pagavam as ordinárias ao clero e se financiava o culto. O *espiritual* envolvia assim, muito de *material*. O padroado da Ordem de Cristo sobre as igrejas do Ultramar estendeu-se mais tarde à Índia e ao Brasil; mas como a administração daquela estava desde o advento de D. Manuel (1495) confiada ao próprio Rei, a distinção entre padroado régio e padroado da ordem tendeu logicamente a esbater-se, sobretudo após a criação da diocese do Funchal a que ficaram sujeitos todos os territórios ultramarinos, cessando a jurisdição que sobre eles exercia o prior de Tomar. A Ordem de Cristo apenas conservou o direito de apresentação das coneziias e prebendas da nova sé funchalense, passando o do bispado para El-Rei <sup>13</sup>.

É verdade que, como se vê por muitos desenhos e gravuras, as naus que iam para a Índia levavam pintada ou bordada nas velas a Cruz de Cristo — costume que não sabemos exatadamente em que momento foi introduzido, mas é certamente posterior à viagem de Vasco da Gama, como se deduz de um passo do seu *Diário*: numa ilha um pouco ao norte de Moçambique o chefe local *mandou ao capitam-moor muitas cousas; e isto foi enquanto lhe parecia que nós éramos turcos ou mouros dalgũa outra parte (...); e depois que souberam que nós éramos cristãos ordenaram de nos tomarem e matarem à treição* <sup>14</sup>. Isto não teria sido possível se nas velas os navios trouxessem cruces. Seja como for, foi no reinado de D. Manuel que se introduziu esse hábito, que o próprio Rei refere numa das cartas que escreveu ao Papa. D. Manuel era, de facto, administrador apenas da ordem de Cristo, já que as outras duas, Avis e Santiago, estavam confiadas ao Senhor D. Jorge, depois dito “de Lencastre”, o filho bastardo de D. João II. Como o *Venturoso* sonhava com a reconquista de Jerusalém e queria dar às suas expedições à Índia um cariz de cruzada, não admira que tenha mandado figurar

<sup>12</sup> Bula *Etsi suscepti cura regiminis*, de 9.I.1442, pub. in Levy Maria Jordão, *Bullarium...*, vol. I, p. 20.

<sup>13</sup> Bula *Pro excellenti præeminentia*, de Leão X, 12.VI.1514, *ibidem*, pp. 100-101.

<sup>14</sup> Damião Peres, António Baião & A. de Magalhães Basto (ed.), *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do códice original transcrição e versão em grafia actualizada, 2 vols, Liv<sup>ra</sup> Civilização, Porto, 1945, fl 21.

no pano das suas naus o emblema da sua Ordem — o que não significa que fosse esta que as armava.

É, pois, grande erro supor que a Ordem de Cristo teve, como instituição, uma intervenção ativa nos descobrimentos. Fora aliás criada para a cruzada, mais concretamente para a conquista de Marrocos que D. Dinis pensava empreender a partir do Algarve, como se lê na própria bula papal que a instituiu, e por isso se sediou inicialmente em Castro Marim — que, ao contrário do que pensa Barreto, que imagina que o núcleo do seu castelo é “uma fortificação templária do século XIII”<sup>15</sup>, jàmais pertencera aos Templários, pois foi doada à novel ordem de raiz. Esta não era, como parece crer o autor, uma simples metamorfose da sua dileta Ordem do Templo, mas uma ordem criada do nada, para a qual, com autorização de Roma, D. Dinis transferiu os domínios territoriais dos Templários. Embora nesses domínios estivessem incluídos alguns castelos sites mais a norte, como o de Longroiva, o que estava especialmente confiado aos cavaleiros do Templo era a defesa das terras entre o Mondego e o Tejo, concentrando-se os seus principais domínios na região de Castelo Branco, junto à fronteira leonesa, e portanto muito longe do mar. Ao longo dos séculos XV e XVI a Ordem de Cristo encarnou uma política terrestre, pró-castelhana, orientada para a conquista territorial e para a expansão guerreira no Norte de África. Se a ordem havia virado para o mar, era a de Santiago de Espada, sediada em Palmela, cujos domínios se estendiam ao longo da costa, da Península de Setúbal ao Baixo Alentejo e cuja política era anti-castelhana e favorável à ligação à Inglaterra, em que já el-rei D. Fernando apostara<sup>16</sup>. Perfeitamente ignorante destas subtilezas da política externa e interna do nosso país, Mascarenhas Barreto parece raciocinar como se a Ordem de Cristo armasse os seus navios na Idanha-a-Nova, fazendo-os em seguida descer o Ponsul e o Tejo, ou em Tomar, navegando nesse caso pelo Nabão... E, como se os homens do Infante montassem cavalos-marinhos, escreve lapidarmente: “Desde o tempo do Infante D. Henrique que ser-se 'criado' do Mestre da Ordem de Cristo quase correspondia ao grau de cavaleiro — 'cavaleiro do mar'”...

Erro mais grave ainda é imaginar que o infante D. Fernando, que D. Henrique adotara e seria mais tarde pai do futuro rei D. Manuel, tinha alguma coisa a ver com os descobrimentos marítimos. Dando largas à sua fértil imaginação, entrevê assim Barreto que esses *cavaleiros-do-mar*; “porque tinham necessidade de reunir-se

---

<sup>15</sup> *Op. cit.*, p. 54.

<sup>16</sup> Luís Adão da Fonseca, “Ordens Militares”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, [Lisboa], Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. 2000-2001, 4 vols, vol. III, s. v.; Gastão de Melo de Matos, “Cristo, Ordem de” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, 4 vols, vol. I, s. v.

frequentemente em Beja com o Infante D. Fernando, muitos deles, ao passarem da meia-idade iam-se fixando nas vilas do Ducado” — e assim se explicaria a aparição de Salvador Fernandes Zarco, o pseudo-Colombo na Cuba — onde o duque os nomeava alcaides-mores. Parece assim imaginar que o “ducado de Beja” coincidia com o atual distrito, quando na realidade o duque apenas recebera, além de Beja de que tirava o título, as vilas de Moura e Serpa, a primeira doada por seu irmão D. Afonso V, juntamente com Beja em 1453, a segunda em 1458 <sup>17</sup>. Para desgraça das teorias *cubistas*, a Cuba não estava incluída em nenhuma das duas concessões <sup>18</sup>. Viria a estar na do ducado de Beja, com diversos lugares do seu termo e as vilas de Serpa, Moura e Marvão, feita ao infante D. Luís, quarto filho del-rei D. Manuel pelas cartas régias de 5.VIII.1527 e 29.III.1534. Foi na seqüência delas que D. Luís aí construiu uma casa de campo, conhecida por “Paço dos Infantes”, que Barreto tenta insinuar datar da época de D. Fernando; mas entre esta concessão e as precedentes não há continuidade, visto que entre o advento de D. Manuel em 1495 e aquelas datas o ducado esteve incorporado na Coroa.

Esquece por outro lado o autor que *alcaide-mor* equivale a governador de um castelo e que, à exceção dos castelos que, por especial privilégio, pertenciam à Casa de Bragança, todos os castelos do Reino eram pertença da Coroa, pelo que só El-Rei podia nomear os seus alcaides-mores. As vilas e fortalezas do Duque de Bragança — pelas quais, como os demais, tinha de prestar menagem em forma a El-Rei <sup>19</sup> — chegaram a ser em número de 25; mas vieram finalmente a reduzir-se a cinco: Vila Viçosa, Portel, Ourém, Alvito e Alter do Chão. Pena é, de qualquer modo, que o autor não dê exemplos de dois ou três velhos lobos-do-mar que tenham virado alcaides-mores, pois na época a que nos reportamos, alcaides-mores de Serpa foram, de c. 1442 a 1486 João de Melo e após a sua morte seu filho Garcia de Melo († 1510) <sup>20</sup>; e de Moura, Lopo Vaz de Castelo-Branco e seus herdeiros, até Lopo Vaz de Castelo Branco, *o Torrão*, que em 1478 se levantou com a vila pelo rei de Castela, se autoproclamou “conde de Moura”, acabando por ser morto por ordem do príncipe D. João, como abaixo veremos <sup>21</sup>. Foram, como era dado, nomeados por El-Rei, por carta-régia registrada na chancelaria, e não nos consta que nenhum deles fosse embarcado.

---

<sup>17</sup> João Silva de Sousa, *A casa senhorial do infante D. Henrique*, Livros Horizonte, Lisboa, 1991, pp. 279-280.

<sup>18</sup> *op. cit.*, p. 392.

<sup>19</sup> Rui de Pina, *Chronica d'ElRey D. João II*, cap. iii-v & xiv.

<sup>20</sup> Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921-30 [reimp.: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1973], vol. I, pp. 452 & sqq.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, vol. III, pp. 219-221.

Mas nada disto é o pior. O pior é que logo a seguir à morte de D. Henrique, D. Afonso V anulou o testamento do Infante redigido a 28.X.1460<sup>22</sup>, porque dispunha nele, a favor de seu sobrinho D. Fernando, de bens que lhe não pertenciam, pois eram bens da Coroa. Não querendo, porém, nem hostilizar seu irmão, que o tio nomeara seu herdeiro, nem ofender a memória deste, acabou por fazer de *motu proprio* e por sua autoridade como Rei, doação a D. Fernando de quase tudo o que lhe tentara legar D. Henrique<sup>23</sup>, incluindo os arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde; com uma notável exceção, porém: a navegação e comércio com a costa africana, que D. Afonso V avocou à Coroa, transferindo imediatamente de Lagos para Lisboa a Casa dos Tratos de Arguim. Há, menos de um ano após a morte de D. Henrique, um documento de Agosto de 1461 que confirma apoditicamente que desde logo assim foi: a resposta de D. Fernando a uns capítulos que lhe enviara a Câmara do Funchal<sup>24</sup>, em que lhe pedia para os seus municípios serem escusados da saca de mil moios de trigo anuais para o comércio da Guiné, em que a resposta foi *que por agora ser cousa que toca ao trauto del Rey, nom entendo em ello ennovar cousa algũa*. E assim se esvai em fumo a bela imagem do duque, cercado em Beja de velhos lobos-do-mar, a dirigir por cordelinhos os descobrimentos marítimos e a gerar em barriga alheia um bastardinho, destinado logo à nascença a integrar a mesma plêiade, enquanto não era chegado o momento de ser utilizado como agente secreto, com o fito de atrair para o Atlântico e aí fazer concorrência aos interesses portugueses, as atenções de uma Espanha unificada, mas virada para o Mediterrâneo...

Não deixa de ser curioso notar que praticamente nenhum historiador profissional se conte entre os partidários do Colombo português: Patrocínio Ribeiro era um publicista, Luciano da Silva era médico, Pestana Júnior político e advogado, e Mascarenhas Barreto tradutor e escritor generalista, tal como Ferreira de Serpa e Santos Ferreira. Nos dias em que vivemos, em que a democracia se tornou quase uma religião, é quiçá duro ouvi-lo, mas há que o dizer pois é verdade: em ciência não há democracia; se três milhões de pessoas afiançarem, contra uma única, que três e três são sete, nem por isso deixarão três e três de serem seis...

Quando eu estudava na Faculdade de Letras de Lisboa era muito costume, tanto em história como em filosofia, enumerar quanto a cada problema todas as

---

<sup>22</sup> Pub. in *MH*, vol. XIV, doc. 11, pp. 25 & sqq. Cf. as cartas testamentárias precedentes, *ibidem*, doc. 1-9

<sup>23</sup> Carta régia de 3.XII.1460, pub. *ibidem*, doc. 31, p. 103 & sqq.

<sup>24</sup> Regimento de 3.VIII.1461, *ibidem*, doc. 58, pp. 162 & sqq.

soluções propostas. Nomeadamente sobre os motivos da conquista de Ceuta em 1415 era de praxe exporem-se lado a lado as diferentes opiniões: António Sérgio disse que o objetivo era obter trigo, Veiga Simões que era arranjar emprego para a nobreza desempregada, Jaime Cortesão que era apoderar-se da grande escápula do ouro do Sudão, e assim sucessivamente. Em quase meio século de ensino jamais segui tal metodologia, pois nunca considerei que as diversas opiniões fossem *a priori* da mesma autoridade e peso; se as analisava era para as criticar, retendo o que cada uma pudesse ter de válido, já que raro era que não contivessem elementos positivos, e, fundamentando-a, expor a visão das coisas que se me impunha.

Passemos agora a um segundo ponto, atinente ele também à metodologia histórica e à filosofia que lhe deve quedar subjacente. Curiosamente, a quase totalidade dos *cubistas* no ativo são engenheiros, o que nos leva a admitir que haja entre a sua formação científica e os princípios básicos da metodologia e da crítica histórica qualquer incompatibilidade epistemológica que à primeira vista se não deixa bem entrever. Foi um deles quem, ao dirigir-se-me como porta-voz da *Associação Cristóvão Colón*, me sugeriu a chave para a compreensão de tão bizarro fenómeno, assacando-me: “os engenheiros que tanto critica (até de uma forma pouco simpática, mas que eu relevo), estão habituados a ter de interpretar os problemas da Natureza, na busca da verdade, e a Natureza, essa sim, é sempre implacável, inamovível e está sempre certa”.

Notemos de passagem que essa *implacabilidade* e essa *inamovibilidade* funcionam apenas à escala macroscópica; à escala microscópica imperam as leis estatísticas da física quântica, descoberta por Plank, e o princípio da indeterminação de Heisenberg. Embora para construir pontes não façam falta, não é demais tê-las presentes quando se trata de discutir epistemologia geral ou problemas relacionados com a teoria do conhecimento. É por exemplo oportuno notar que o conceito de *meia-vida*, *semivida* ou *período de semidesintegração*, que está na base do método de datação de achados arqueológicos pelo carbono 14, não é passível senão de uma definição estatística: meia-vida é o tempo necessário para que, *em média*, metade dos átomos se desintegrem. No caso do carbomo 14 o período é de 5.730 anos, ou seja, são necessários 5.730 anos que para uma determinada massa deste isótopo instável se reduza a metade, transformando-se a outra metade, através da emissão de partículas  $\beta$ , em nitrogénio 14, um dos isótopo do azoto. O que para o nosso objetivo é importante notar é que duração da vida de um átomo individual não é previsível; mas, se a amostra é representativa — o que, dada a pequenez dos átomos, em quantidades macroscópicas de matéria é praticamente sempre o caso — conhece-se a probabilidade de se desintegrar num dado período de tempo.

Não se pode, pois, opor simplística ou simploriamente o Homem à Natureza, como se naquele imperasse o totalmente imprevisível e nesta as leis da física clássica, que se utilizam por exemplo para construir arcos e abóbadas!

É verdade que o Homem só parcialmente faz parte da Natureza, pois — para usarmos um belo termo, introduzido na década de 1920 por Bernard Le Roy (1870-1954), Vladimir Vernadski (1863-1945) e Teilhard de Chardin (1881-1955) — integra a *Noosfera*: é, à imagem de Deus que o criou, um ser inteligente e livre. Situa-se, por isso, para além da Geosfera, o mundo inanimado, e da Biosfera, ou “esfera da vida” integrada por animais e plantas. Dotado de livre arbítrio, é, por isso mesmo, como muitas filosofias e várias religiões afirmam, “como que um deus decaído”, sujeito a inúmeras fraquezas, inconstâncias e paixões, que implicam que o seu comportamento como indivíduo seja imprevisível, pelo que se lhe não podem aplicar teoremas.

No entanto, se não é possível aplicar ao Homem nem o teorema de Pitágoras nem a equação dos gases perfeitos, nem outra fórmula que permita determinar *a priori* o seu comportamento, tampouco é correto imaginar que, dada a sua liberdade, tudo lhe seja possível. É que essa liberdade, circunscrita no espaço e no tempo, tem estritos limites. Para usar de uma comparação usurpada à matemática diria que é como a função  $y = \sin x$ , em que  $y$  pode ter uma infinidade de valores, com a potência do contínuo, mas jamais pode ser  $> 1$  ou  $< -1$ . E além dos limites que lhe impõe a Natureza — que lhe não permitem, por exemplo, sair de voo pela janela para se pousar nos fios da eletricidade como fazem os pardais — o Homem constantemente a si mesmo se limita pelas opções que faz; e essa limitação processa-se tanto ao nível individual como ao coletivo, já que a cultura de uma comunidade, condicionando a forma de refletir e de agir do indivíduo acarreta limitações ao seu comportamento. Voltando às imagens matemáticas, diria que é de certo modo como a equação de Diofanto,  $ax + by = c$ , que pode ter um número infinito de soluções; no entanto, escolhido para  $x$  um valor determinado, resulta possível para  $y$  uma única solução.

O porta-voz da *Colón* parece esquecer tudo isso ao acrescentar aos considerandos *supra*: “ao contrário, na investigação histórica a verdade resulta do consenso, na interpretação de documentos por humanos, e por isso mesmo é muito menos implacável, e frequentemente discutível, em função dos humanos investigadores, quer estes sejam historiadores ou engenheiros”.

Praza a Deus que o não ouça a *Troika*, nem a CEE ou alguma aventesma ainda pior, não vão impor ao Estado Português, que nos tempos de crise que vão correndo teima em manter cursos de História e Faculdades de Letras nas suas universidades, o seu

encerramento, a pretexto de que são perfeitamente dispensáveis, uma vez que, pelos vistos, para interpretar a História bondam os engenheiros e que o que se aprende nos institutos e faculdades de Engenharia fornece aos aspirantes a historiador base metodológica suficiente para interpretar os testemunhos do passado. Infelizmente para os historiadores, a História é matéria sobre que toda a gente se permite emitir opinião; por isso, meio a brincar meio a sério, comecei o meu primeiro artigo na *Brotéria* sobre Cristóvão Colombo lamentando não ter optado em novo por me dedicar à física quântica: discutiria com os meus pares e não teria que perder tempo e forças a disputar com amadores...

Não basta ver os eventos à lupa, há que ter um mínimo de visão do conjunto em que se integram!

Das ideias peregrinas sobre o descobridor da América que historiadores desportivos têm emitido, sem dúvida a mais disparatada, mas que constitui, na maior parte das teorias, a chave para interpretar o que designam por *mistério de Colombo*, é a de que o descobridor da América teria atuado como agente secreto de D. João II; a ideia é historicamente absurda, mas de um absurdo subtil para quem não conheça bem a história geral e a geopolítica do período em causa. É certamente por isso que nela chegou a embarcar um homem da craveira de um Armando Cortesão (1891-1977), que, diga-se em seu abono, foi um grande historiógrafo da náutica e da cartografia, conquanto de formação não fosse historiador profissional, mas agrónomo.

Aquela ideia contradiz frontalmente o que sabemos das concepções jurídicas, teológicas, e estratégicas de finais da Idade Média, que continuavam a privilegiar a Cruzada como modalidade de expansão da Cristandade. É verdade que a ideia de prosseguir para lá do estreito de Gibraltar a Reconquista cristã da Península teve altos e baixos; em Portugal sofreu um eclipse parcial durante a regência de D. Pedro (1439-48) e outro sob D. João III (1521-57), mas seria necessário um desastre como o de Alcácer Quibir para a arredar definitivamente do horizonte político nacional. Em Castela passava-se aproximadamente o mesmo, e é por isso que os descobrimentos e a expansão à distância, ou, se preferirmos, *colonial*, só a pouco e pouco foram conquistando na mentalidade das classes dirigentes o seu lugar ao sol. É por esta ordem de ideias que, para interpretar corretamente a História, é sempre preferível recorrer a historiadores e não a profissionais de outros mesteres.

Em face da entropia que têm gerado nos meios académicos e da anarquia mental que a sua metodologia evidencia, dir-se-ia que esta plêiade de cavaleiros andantes do Colombo português, engenheiros todos eles, formam como que uma *Desordem dos Engenheiros*...

A essa quasi-instituição se pode, *mutatis mutandis* aplicar a apóstrofe que faz Anunciada Colón de Carvajal <sup>25</sup>, descendente do Descobridor do Novo Mundo, aos propagandistas do “Colombo catalão”, que tentam servir-se dele como bandeira do nacionalismo que grassa na Catalunha:

*Olvidan que Cataluña posee una Historia propia con individuos y hechos de singular transcendencia universal e inequívocamente catalanes y no está necesitada de semejantes “adquisiciones”. No puedo entrar aquí en el análisis de los motivos por los cuales se llega a un “Gestaltannehmen” obsesivo, sustituyendo una Historia propia tan rica por simples falsificaciones, pero sí puedo recordar que la investigación histórica tiene unas reglas técnicas que no pueden ser sustituidas por disparates voluntaristas. Es cierto que con ellos se podrá convencer a gentes intelectualmente vulnerables y nunca a los auditorios serios. (...). La indiferencia a la falsificación, facilita su aceptación en ambientes culturalmente indefensos, pero sinceros y amplios. Por otra parte, cuando los difusores de esas arbitrariedades son profesionales de grande y justo prestigio en otras especialidades (...) es inevitable reclamarles que respeten la hermenéutica de la investigación histórica, con la misma seriedad que ellos se exigen a sí mismos para su propio trabajo. Al no ser especialistas de esa investigación, deberían informarse ante todo donde están las fronteras entre fiabilidad y arbitrariedad.*

A ideia é apresentar Colombo como um herói nacional da Catalunha, a quem Castela o teria arrebatado; segundo alguns dos apóstolos desta ideia o mesmo se teria passado com Leonardo da Vinci, Miguel de Cervantes, Américo Vespúcio, Lucca della Rovere, Hernán Cortés, Alberto Dürer, Jerónimo Bosch, Erasmo de Roterdão e outros ainda — tudo catalães roubados à Catalunha... <sup>26</sup>

Nada, porém, há de pior para correta interpretação da história do que mesclá-la à política, pois a mistura que daí resulta é corrosiva. Resta a vaidade pessoal de quem julga ter descoberto a pólvora sem fumo e deseja que todos admirem a sua capacidade de contradizer o *status quo* historiográfico; e uma *rerum novarum cupiditas*, “cupidez de cousas novas” que em nossos tempos grassa, para a qual mais importante do que dizer coisas certas é dizer coisas novas. E assaz difícil se torna remar contra a maré...

Mais grave ainda do que isso, é o facto de a história, ou antes, de a historieta que nos querem impingir os engenheiros da *Desordem* ser profundamente desumanizante.

De facto, na crítica que fazem aos documentos em que se estriba a interpretação tradicional, desprezam inteiramente quer a personalidade de Colombo e a sua

<sup>25</sup> *Op. cit.*, vol. I, p. 347, nota 309.

<sup>26</sup> Cf. Arturo Rodríguez Lopez-Abadía, “The origins of Christopher Columbus: a never-ending controversy”, in *Revista Internacional Digilec*, 1 (2014)

psicologia, quer as de seu filho e principal biógrafo, bem assim como as circunstâncias em que este redigiu a biografia paterna. Daí resulta uma história sem sentimentos, de que está por isso totalmente ausente a dimensão humana. Ora em estudos de macro-história, em que domina o jogo de forças colêtivas, incluindo a luta de classes e quejandos, embora se não possa prescindir da crítica do testemunho, pode em certa medida abstrair-se do estudo dos caracteres individuais; mas isso não é possível na micro-história nem, *a fortiori*, na biografia.

No campo da História o mal dos amadores é, geralmente, fixarem-se num texto fora do seu contexto; a isso se junta muitas vezes a mania das cousas esotéricas, que os leva a perscrutar em não sei que arcanos a explicação dos factos mais elementares e a olhar a documentação que se não coaduna com as suas teorias como apócrifa, senão propositadamente redigida para despistar os vindouros.

Ora uma vez que o acervo de documentos sobre Cristóvão Colombo de que dispomos se pode considerar uma amostra representativa, é estatisticamente impossível que seja falsa a maioria deles, a não ser que essa falsificação múltipla procedesse de uma causa comum. Convém não perder jámais de vista que não costuma ser meramente por desporto que se falsificam documentos!

No caso da documentação colombina, a única ideia não totalmente ilógica para explicar que fosse predominantemente falsa, seria a de que aí se houvesse de entrever o dedo de D. João II, movido por uma imperiosa “razão de estado”. Só que, não sendo *a priori* impossível, seria na prática totalmente inexequível: deixando de lado a conspiração dos cronistas — que haveria que imaginar prevenidos por D. João II por *e-mail* e peitados por transferências bancárias *swift* — que pela Europa fora, em número de cerca de um cento se puseram de acordo, sem uma única exceção conhecida, para fazer de Colombo um genovês, haveria que admitir que os esbirros do *Príncipe Perfeito* se teriam infiltrado em 11 cartórios notariais de Génova e Savona, no Arquivo da Universidade de Bolonha, no da República de Sena, no *Archivo General de Simancas*, no *Archivo de Indias* de Sevilha, no arquivo dos duques de Verágua, descendentes de Colombo, e provávelmente em outros mais ainda, para aí introduzirem documentos falsos, todos eles de espoleta retardada, que deixassem entrever (mas só quatrocentos anos após o falecimento de D. João II) que Colombo fora um agente seu...

Se assim tivesse sido, haveria que reclassificar gramaticalmente D. João II, passando-o de *Príncipe Perfeito* a *Príncipe Mais-que-Perfeito*...

Tampouco colhe a imputação das falsificações aos *genovistas* — como Mascarenhas Barreto designa, em termos depreciativos, todos quantos se rendem à evidência histórica de que Colombo nasceu na Senhoria de Génova. Tratar-se-ia,

na sua opinião, de uma espécie de seita ou de partido político, senão de uma maçonaria, a que teriam pertencido no século XV os escribas dos inúmeros documentos que o dizem genovês, na centúria seguinte Rui de Pina, Garcia de Resende, João de Barros, Frei Bartolomeu de las Casas, D. Hernando Colón e muitos outros mais, e em nossos dias todos os que não embarcam nos devaneios que referimos ao começo. Ora a maioria dos documentos de que não chegou até nós o original são conhecidos por cópias do século XVI, cujo papel, letra e tinta são inconfundíveis e dificilmente imitáveis, ao passo que a *genovesidade* do almirante só foi posta em dúvida com alguma base na segunda metade do século XIX.

Os apóstolos da asneira que luzem como outros tantos sóis no firmamento da historiografia luso-colombina adoptam as mais das vezes uma metodologia absurda, respigando de aqui e de acolá frases que pareçam confirmar as suas teorias, isolando-as por vezes de tal modo do seu contexto literal que acabam por conduzir ao ridículo. Sirva de exemplo o que se lê no artigo que acima referi, do punho de um dos corifeus da seita, em que incorre em erros tão grosseiros como o de aplicar a Cristóvão Colombo o que na biografia paterna escreve seu filho... de Nosso Senhor Jesus Cristo! A frase aparece no contexto de uma diatribe contra os que, como o cronista genovês Agostino Giustiniani (1470-1536), bispo de Nebbio, na Córsega, faziam do futuro descobridor um mesteiral de artes mecânicas; observa então D. Hernando Colón que, ainda que alguma vez o houvesse sido, não seria jamais isso a diminuir seu mérito como apóstolo que foi do Novo Mundo: havia o precedente dos apóstolos escolhidos por Jesus de entre pescadores, para não falar do próprio Cristo, que, sendo da régia estirpe de Judá não desdenhou nascer na família de um carpinteiro: *Ma io mi ritrassi da questa fatica, credendo ch'egli fosse stato eletto dal Nostro Signore per una così gran cosa qual fu quella che fece, e perché aveva ad essere così vero apostolo suo quanto in effetto fu, volle che in questo caso imitasse gli altri [sc., apostoli], i quali per pubblicare il loro nome da mari e da riviere Egli elesse, e non già da altezze e da palagi, e che imitasse Lui stesso, ch'essendo i suoi maggiori del regal sangue di Gerusalemme, Gli piacque che i Suoi genitori fossero men conosciuti*, ou seja: “mas eu me retrai de tal fadiga, crendo que ele tenha sido eleito por Nosso Senhor para uma tamanha cousa como a que fez, pois havia de ser tão verdadeiro apóstolo seu quanto com efeito foi, pelo que quis que neste caso imitasse os outros [apóstolos], que para publicar seu nome Ele elegeu dos mares e das ribeiras, e não já de altezas ou palácios, e O imitasse a Ele próprio, que sendo os seus maiores do sangue real de Jerusalém, lhe aprouve que seus progenitores fossem menos conhecidos...”. E o nosso bom engenheiro a concluir daqui que corria nas veias de Colombo sangue dos antigos reis de Jerusalém...

Note-se que D. Hernando <sup>27</sup> não reponta por Giustiniani dizer que seu pai era genovês e de origem humilde: reponta tão somente por dizê-lo ter sido pessoalmente um mesteiral. Giustiniani repete quase *ipsis verbis* o que escrevera Antonio Gallo, notário em Génova entre c. 1491 e 1510 e chanceler do *Ufficio di San Giorgio*, a quem, além de três comentários sobre história genovesa, se deve um *Comentariolus* <sup>28</sup> datado de 1506 sobre a descoberta da América. Reza assim o seu testemunho, redigido exatamente no ano em que Cristóvão Colombo faleceu, não sabemos se antes se depois de o seu óbito ter sido conhecido em Génova, onde lhe prestaram uma homenagem pública:

Cristóvão e Bartolomeu Colombo, irmãos, lígures de nação e nascidos em Génova {1} de pais plebeus [*natione ligures ac Genue plebeis orti parentibus*], que foram outrora cardadores de lanifícios, pois o pai era tecelão, e viveram de seu salário, alcançaram neste tempo grande celebridade por toda a Europa, pela sua audacíssima proeza e memorável novidade entre as humanas cousas.

Vale a pena atentar sobre este ponto, pois, como vamos ver, ajuda a compreender muita coisa.

A nobreza nutria um vivo preconceito contra as artes mecânicas e, de início, até contra o comércio; e a burguesia, temendo mesmo assim a sua concorrência, procurava confiná-la às suas tradicionais funções guerreiras. Juntava-se assim a fome à vontade de comer. Em Portugal há uma lei de D. Fernando que proíbe a nobres e clérigos adquirirem bens para revenda, vedando-lhes por conseguinte o exercício do comércio; curiosamente, a lei foi feita na seqüência de um pedido dos povos nas cortes de Lisboa, em 1371, renovado ao ano imediato nas cortes de Leiria <sup>29</sup> — o que mostra que a classe mercantil, que ao tempo começava a orquestrar a representação dos concelhos em Cortes, se arreceava da concorrência duma nobreza que principiava a aburguesar-se e a imiscuir-se na mercancia. Contudo, o próprio Rei dava exemplo em sentido oposto, ao constituir pouco tempo depois a *Companhia das Naus*, em que meteu doze naus suas, em pé de igualdade com as dos mercadores. A lei entrou

---

<sup>27</sup> Don Fernando Colombo, *La vita e i viaggi do Cristoforo Colombo*, a cura di Rinaldo Caddeo, Fasani, Milão, 1945, cap. ii.

<sup>28</sup> A cópia mais antiga que se conhece é a dos Archivi di Stato in Genova, *cod. cart. sec. XVII, n.º 259*, pub. por Ludovico Antonio Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, tomo XXIII, Milão, 1733, de novo por Orazio Follia em Génova, 1853, e incluso na *RC*, p. III, vol. ii, pp. 188 & sqq.

<sup>29</sup> Cortes de Lisboa, Capítulos Gerais do Povo, art.º 13.º & Cortes de Leiria, Capítulos Gerais, art.º 13.º, *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando*, 2 vols, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1990-93, pp. 21 & 131 respetivamente.

nas *Ordenações Afonsinas*<sup>30</sup>, promulgadas em 1438, de onde passou às compilações posteriores, como as *Ordenações Manuelinas*<sup>31</sup> e as *Filipinas*,<sup>32</sup> mas com uma cláusula restritiva: limitava-se a proibição aos “Fidalgos e Cavalleiros que stiverem em acto militar”. Acabou por fazer jurisprudência a interpretação que restringia a interdição ao comércio de retalho em loja aberta, que, no entanto, o fidalgo podia exercer por meio de empregados seus, não se pondo pessoalmente ao balcão.

O preconceito contra as artes mecânicas parece ter sido mais profundo e mais duradouro; inspirou nomeadamente restrições ao acesso às ordens militares, em princípio reservado aos nobres. Os estatutos da ordem de Santiago de Espada, impressos em Setúbal em 1509, exprimem assim esse nexó entre a Ordem e a nobreza<sup>33</sup>:

*A nossa sancta ordem, em seu principio, foy estabelecida & fundada por generosos caualeiros nobres. & de grande linhagem, hos quaes ordenárão que pessoa algũa não fosse recebido na dicta ordem, saluo se fosse fidalgo ou tal caualeiro que pudesse exercitar ho auto militar & ha caualaria delle. E nós, segundo sua regra e ordenança, estabelecemos e ordenamos que a pessoa que ouuer de ser recebida à dicta ordem seja homem fidalguo, ou bem criado, que seja caualeiro ou letrado conhecido por bõos.*

A letra da regra não é, como se vê, muito estrita; mas na prática observavam-se com rigor a exigência de *limpeza de sangue*, ou seja, ausência de ascendentes judaicos, de que só o Papa podia dispensar, e a exclusão dos *oficiais mecânicos*, para que bastava dispensa d'El-Rei. Percorrendo nos arquivos o registro das habilitações para ordens militares encontram-se muitos casos significativos, como o do filho de uma senhora que tinha forno e fazia pão, que teve de provar que o não fazia para vender, mas apenas para consumo da família.

Estas restrições continuaram a constar até quase aos nossos dias dos estatutos da Ordem Militar de Malta, que exigiam que, para um candidato ser aceito como cavaleiro, provasse que nem ele nem seus pais exerceram artes mecânicas<sup>34</sup>. É deste velho preconceito que provém a irritação de D. Hernando — que, sem embargo, se ufanava das suas origens italianas, como teremos ocasião de ver — contra Giustiniani:

Pelas quais palavras manifesta cousa é que ele não exerceu arte mecânica ou manual, pois ele próprio diz que [Cristóvão Colombo] empregou a puerícia em aprender as letras e a juventude

<sup>30</sup> Liv<sup>o</sup> IV, título xxxvii.

<sup>31</sup> Liv<sup>o</sup> IV, título xxxii.

<sup>32</sup> Liv<sup>o</sup> IV, título xvi.

<sup>33</sup> *Regra, statutos & diffinções [sic] da ordem de Sanctiaguo*, Em Setuual, por Herman de Kempis, 1509, fl 91 r.

<sup>34</sup> Agradeço ao meu prezado colega João Figueiroa Rego, cavaleiro da Ordem Militar de Malta, a confirmação desta informação que tinha sem me recordar já de onde a extraíra.

na arte navegatória e na cosmografia, e a sua idade adulta nos descobrimentos. De modo que o mesmo Giustiniani é convicto de falso historiador e se dá a conhecer por considerado, ou parcial, ou malévolo conterrâneo {2}, pois que falando ele de uma pessoa assinalada e que tanta honra trouxe à sua pátria {3}, de que o mesmo Giustiniani se fez cronista e escritor de suas histórias, ainda que os pais do Almirante tivessem sido pessoas vis, era mais honesto que ele falasse das suas origens com aquelas palavras que outros autores em tal caso usam, dizendo *humili loco seu a parentibus pauperrimis ortus* [“saído de lugar humilde ou de pais paupérrimos”], que pôr palavras injuriosas, como no dito Saltério ele pôs, transcrevendo-as depois na sua crónica e chamando-lhe falsamente mecânico...

Esta situação ajuda a compreender por que motivo se esquivou Colombo durante tanto tempo a aludir às suas origens genovesas, que se não denotavam pelo menos conotavam o mister de cardador de lã que exercera na oficina de seu pai. Só veio a professar abertamente a sua genovesidade no momento em que começaram a periclitar o seu prestígio junto dos Reis Católicos e a sua posição em Castela, e viu, um tanto ingênuamente, na sua prístina pátria um potencial apoio às suas pretensões, como teremos ampla ocasião de ver.

Aquele preconceito contra as artes mecânicas e contra o trabalho manual *in genere* remonta à Antiguidade Clássica, quando a grande massa da força de trabalho era escrava. A rápida expansão do Império Romano, estribada numa longa série de vitórias militares, proporcionara-lhe incontáveis prisioneiros de guerra, que foram comercializados e vendidos a particulares, e assim integrados na sociedade como escravos. Quando o Império atingiu as suas fronteiras definitivas e a *pax romana* sucedeu às conquistas em série os efetivos da escravaria não baixaram imediatamente, devido ao saldo fisiológico da classe servil, que durante muito tempo compensou as baixas por doença, morte ou alforria. A sociedade greco-romana continuou assim a ser uma sociedade escravista.

Se nos é permitido um àparte, aproveitaremos o ensejo para notar que se o estudo das *relações de produção* no seio de cada sociedade é imprescindível para a sua reta compreensão, a teoria marxista dos *modos de produção*, que se sucederiam necessariamente ao longo da História segundo uma espécie de *cursus honorum* pré-determinado, é demasiado simplista e está hoje praticamente posta de lado. Sobretudo não leva em linha de conta um elemento importante: o preço do escravo, que, como o de todas as coisas, depende sobretudo da sua abundância no mercado. É por isso que a mão-de-obra servil não é necessariamente mais económica que a mão-de-obra livre: é-o quando a escravaria abunda no mercado e o seu preço é baixo; se não há novas incorporações de cativos e os que aparecem no mercado resultam na sua maioria da multiplicação das famílias servas, há que levar em linha de conta uma outra variável: o custo da criação do jovem escravo durante uma boa dúzia de anos, desde o seu nascimento até ao momento de poder produzir trabalho útil. Ora isso depende de uma multidão de fatores, os mais deles conjunturais, pelo que as vantagens da utilização de mão-de-obra serva estão longe de corresponder apenas a fatores estruturais. A contraprova é que houve muitas sociedades, como a da Índia, em que a escravidão jámais desempenhou o papel fulcral que teve no Império Romano.

Seja como for, é à Antiguidade tardia que remonta a oposição das *artes liberais* — disciplinas como a gramática, a retórica, a aritmética, a astronomia, etc, típicas de homens livres, de onde o seu nome — às *artes mecânicas*, próprias dos escravos. Ora o nobre é o homem livre por excelência; essa ligação não é óbvia em latim (nem nas línguas românicas), em que o vocábulo *nobilis*, de uma forma mais antiga *gnobilis*, deriva da raiz do verbo *nosco* ou *gnosco*, “conhecer”, e por isso etimologicamente

significa “digno de ser conhecido, notável”; análogamente, o seu antónimo *ignobilis*, significa “indigno de conhecimento”. Já por exemplo em síriaco o termo que significa “nobre”, *bar hire*, lit. “filho de livres”, conota mais claramente essa noção de *nobre* como “livre por excelência”.

Não admira, de qualquer modo que, com a sua concção hierarquizada da sociedade e a sua tendência para a hereditariedade das funções, a Idade Média nada tenha feito para que aquele preconceito, herdado da Antiguidade, se esbatasse, ainda que a escravidão não desempenhasse já o papel central que desempenhara outrora; assim como tampouco admira que tenha sido sobretudo a nobreza a perfilhá-lo.

Visivelmente, os engenheiros da *Desordem* não atentam nesta realidade humana e teimam em lidar com Colombo e com seu filho como se de meras engenhocas se tratasse.

Reduzido o descobridor da América a uma espécie ou manequim articulado, sem sentimentos, sem paixões, sem personalidade, não sujeito ao devir como todos os mortais, todas as suas afirmações, seja para se gabar seja para menoscar os seus adversários, produzidas quando se achava no fastígio do poder ou após ter caído em desgraça, se tornam equipolentes, e todos elas dogma.

Ora a verdade é que Cristóvão Colombo era, na expressão de João de Barros, “homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades”, e “mui glorioso em seus negócios”; não há que tomar ao pé da letra tudo quanto diz quando se gaba! Há, pelo menos, que lhe dar algum desconto! Se Colombo não fosse, como todo o ser humano, sujeito ao devir, não se compreenderia por que motivo, após tudo ter feito — até aprovar que se arrancasse a língua a duas mulheres bem informadas que haviam dado com ela nos dentes — para fazer olvidar as suas reais origens em Génova, acabou por se aproximar em 1502 do embaixador genovês em Espanha, a quem confiou públicas-formas de todos os privilégios que recebera dos Reis Católicos, ao mesmo tempo que lançava na sua pátria original uma verdadeira *operação de charme*, comportando a instituição de vários legados que lhe valeriam as graças não só dos poderes constituídos mas também da opinião pública.

Deitando ácido sulfúrico sobre zinco, obtém-se sulfato de zinco e hidrogénio — seja a experiência levada a cabo de noite ou de dia, por homens ou por mulheres, na China, na Patagónia ou nos Grandes Lagos da África Oriental. Mas as pessoas não funcionam assim. O Colombo de 1502 não era já o de 1492: era um homem desiludido, humilhado e ofendido, que após ter sido impedido durante dois anos de voltar às terras que descobrira, se vira substituído por um governador de nomeação régia, que não contente de levantar um inquérito ao seu comportamento o recambiara a ferros para Castela. Não se trata da hipotenusa, cujo quadrado é há mais de dois mil anos a soma dos quadrados dos catetos, mas de um ser humano, passível de ambição, orgulho e sofrimento, quiçá de arrependimento e dor!

Colombo era, por outro lado, em extremo dado às especulações numerológicas ao jeito dos pitagóricos, acreditando que havia mudanças qualitativas nas cousas a cada *semana de anos*, ou seja, a cada período de sete anos. Ao forçar a realidade histórica a entrar em tal esquema aritmético, dá cabriolas tais que os números que ao cabo nos apresenta se revelam de todo em todo absurdos, como se fosse possível não saber Colombo em 1500 se contava de idade 55 anos, se apenas 42... E afirma alhures que andou catorze anos atrás de D. João II para lhe fazer aceitar o seu projeto, até desistir e partir desiludido para Castela — esquecendo que quando se passou para o reino comarcão o soberano português levava de reinado apenas quatro ou cinco anos... Tomando à letra os seus algarismos chegar-se-ia até à conclusão de que não ofereceu os seus préstimos a D. João II (que só subiu ao trono em 1481) mas a D. Afonso V, que era quem reinava 14 anos antes de Colombo, provavelmente em 1485, ir para Castela, portanto cerca de 1471. Ora o trêfego genovês só chegou a Portugal em Agosto de 1476.

Em 1471 o futuro D. João II tinha 16 anos e nada nos garante que se preocupasse já com descobrir o caminho para as Índias... Foi, com efeito, só três anos mais tarde, em 1474, quando Colombo pairava ainda em Quios, que El-Rei D. Afonso V, doou ao príncipe a exploração da Mina e da Guiné; e isso, como se lê na carta régia de 1481 que lhe confirma a doação,

*para que tivesse causa e quase necessidade de se ocupar em algum bom e honesto eixercicio per que espertasse seu entender e houvesse a prática de como os reix e príncipes governam, negociom e desembargam as cousas sob sua mão, ordenança e mando e assim o tirar do convívio dos que em idade de adolescência e mancebia som, os quaes a natureza e assi os que com eles conversom por isso mesmo serem mancebos encrinom e trazem a outros eixarcicios e delectes e os arredom de toda ocupaçom e cuidado d'esprito*<sup>35</sup>.

Estes termos, da lavra de seu próprio pai e em documento oficial, inclinam muito pouco a imaginar um príncipe D. João sonhando já com as Índias dez anos mais cedo!

Tampouco, porém, se pode prestar ao filho e biógrafo do descobridor, D. Hernando Colón, uma fé cega. D. Hernando era um grande erudito — juntou uma biblioteca de quinze mil volumes, que hoje se encontra na Catedral de Sevilha — e uma pessoa

---

<sup>35</sup> Carta Régia de 4.V.1481, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livº 26, fl 102v-103, pub. in *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1993, doc. 128, pp. 272-274

séria<sup>36</sup>. Com a habitual ligeireza, Mascarenhas Barreto exproba-lhe a pouca honestidade, imprópria de um frade — qualidade que lhe atribui, mas não sabemos em que se baseia para o definir assim, o que não parece ser um *lapsus calami* ocasional, pois noutros passos, incluindo o índice da sua obra, designa-o por “D. Frei Fernando Colón”. Nicolás Antonio afirma que para abrigar a sua esplêndida biblioteca D. Hernando ergueu nas margens do Guadalquivir uma bela e grande casa, onde viveu *cælebs et sacerdos*, ou seja “celibatário e sacerdote”, mas jamais ouvimos dizer que fosse membro de qualquer ordem religiosa, nem isso se coaduna com a construção de uma ampla mansão para uso próprio. Não admira, porém, que Barreto, que não dá mostras de ter alguma vez lido os *Diários* de Colombo, escritos em castelhano, desconheça a obra de Nicolás Antonio escrita em latim...

Concebida para ser publicada simultaneamente em latim, italiano e castelhano, a biografia paterna que redigiu apenas apareceu em versão italiana, publicada em Veneza em 1571, conquanto Frei Bartolomeu de las Casas tenha podido utilizar o texto original castelhano, hoje perdido, de que faz numerosas transcrições. As diversas edições espanholas da *Historia del Almirante* são retroversões do texto impresso italiano. Na sua, Luís Arranz<sup>37</sup> serve-se, contudo, do texto de Las Casas em todos os passos em que este o transcreve, de modo que a sua versão é, em certa medida, uma reconstituição do texto original.

Na biografia de seu pai D. Hernando em geral não inventa, mas aventa: quando quer insinuar algo que não é seguro, refugia-se modestamente por detrás de um *dicono alcuni che...*, que se lhe afigura garantia suficiente para sugerir fantasias tão pouco críveis como o parentesco entre seu pai e um cônsul romano do século I. Em regra mostra-se bem informado, e, salvo um ou outro erro pontual, controlável pela comparação com fontes históricas seguras, não há razões para rejeitar o seu testemunho. É, porém, evidente que, mais que uma biografia, o livro é uma apologia, que tudo faz para engrandecer a memória do pai do autor, de modo que há que utilizar com reservas as suas afirmações acerca de matérias como a nobreza da família, a instrução

---

<sup>36</sup> Sobre a sua biografia, vide Ramón Ezquerria, artº “Colón, Fernando” in Germán Bleiberg (dir.), *Diccionario de Historia de España* [doravante DHE], 3 vols., Alianza Editorial, Madrid, 1979, vol. I, s. v.; e Nicolás Antonio, *Bibliotheca Hispana Nova, sive Hispanorum Scriptorum qui ab Anno MD ad MDCLXXXIV floruerunt* [doravante BHN], 2 tomos, apud Viduam et Heredes Joachimi de Ibarra, typographi regii, Madrid, 1783-88 [reimp. Visor Libros, Madrid, 1996], s. v. “Ferdinandus Colón”. Para mais pormenores vide Juan Gillén Torralba, *Hernando Colón: humanismo y bibliofilia*, Fundación José Manuel Lara, Sevilha, 2004.

<sup>37</sup> A mais acessível é: Hernando Colón, *Historia del Almirante* [doravante HA], edição de Luís Arranz, Crónicas de América, nº 1, Historia 16, 3ª ed. Madrid, 1985. Como a edição italiana original na numeração dos capítulos salta um (o capítulo *XII bis* das edições modernas), o que foi corrigido na versão castelhana, há a partir daí um desfazamento de uma unidade na numeração desta; nas citações reportar-nos-emos à edição original, indicando entre parêntesis a numeração da edição espanhola.

de Colombo, e quejandos, em que resulta claro que muitas vezes exagera, outras finge ignorar o que lhe não convém confessar. E vai-se assim desculpando perante o leitor das suas omissões:

.... de muitas cousas de seus primeiros anos, não tenho bastante notícia, porque morreu quando eu não tinha atrevimento ou prática para lho perguntar, pelo respeito de filho, ou, para falar com mais brevidade, porque então, como moço, me achava eu muito longe do pensamento de o escrever...

o que até certo ponto é verdade, e daí em diante boa desculpa para não exarar por escrito o que lhe não convém. D. Hernando, pelo menos durante os dois anos e meio em que acompanhou o pai na sua quarta viagem, teve sobeja ocasião de interrogar o seu progenitor; deixou-nos, aliás, um belo e circunstanciado relato da expedição, que prova à saciedade que não estava tão imaturo como aqui procura dar a crer.

Há que notar, sobretudo, que D. Hernando foi a alma dos *pleitos colombinos*<sup>38</sup> a longa ação movida pela família Colón contra a Coroa, por incumprimento das promessas feitas ao descobridor nas *Capitulações de Santa Fé*<sup>39</sup>, em cujos termos seria almirante, vice-rei e governador das terras que descobrisse a título vitalício e hereditário; como a seu tempo veremos, a demanda principal arrastou-se nos tribunais de 1508 a 1535, mas a questão só se resolveu quando ambas as partes acordaram em sujeitar-se a um laudo arbitral, que foi dado em Valhadolid em 1536.

Embora apenas publicada póstumamente, em versão italiana impressa em Veneza em 1571, *La vita e i viaggi do Cristoforo Colombo*, ou, na retroversão castelhana, *Historia del Almirante*, foi, segundo tudo leva a crer, redigida em plena efervescência dos *Pleitos*. Foi, de facto, por real provisão outorgada pelo imperador Carlos V a 13.VI.1523, quatro anos antes de ser dada a primeira sentença (de que ambas as partes apelaram), que D. Hernando foi autorizado a fazer investigações nos arquivos régios

---

<sup>38</sup> O texto dos pleitos foi publicado por Cesáreo Fernández Duro, *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar*, 2ª série, tomo 7, Real Academia de la Historia, Madrid, 1892; esta edição foi, no entanto, substituída com vantagem pela de Anunciada Colón, que inclui numerosos documentos inéditos dos arquivos dos Duques de Verágua, descendentes de Colombo.

<sup>39</sup> Pode ver-se o texto das capitulações in Martín Fernández de Navarrete, *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*, (*Obras de D. Martín Fernández de Navarrete*, edición y estudio preliminar de D. Carlos Seco Serrano), 3 vols, Biblioteca de Autores Españoles, Ediciones Atlas, Madrid, 1954-1964, vol. I, pp. 302-305; e igualmente in Juan Pérez de Tudela & alii (dir.), *Colección Documental del Descubrimiento (1470-1506)*, 3 tomos (doravante CDD), Real Academia de la Historia / Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Fundación MAPFRE América, Madrid, 1994, t. I, doc. 21, pp. 64 & sqq.

a fim de redigir a biografia paterna <sup>40</sup>. A ambiência de polémica em que a redigiu explica suficientemente quer as suas tergiversações e reticências, quer as suas violentas diatribes contra o cronista genovês Agostino Giustiniani (1470-1536), a que aludimos acima, que no seu *Saltério Poliglota* publicado em 1516 e de novo nos *Castigatissimi Annalli della Republica di Genoa*, publicados postumamente em 1537 <sup>41</sup>, dizia que o navegador seu compatriota nascera “em lugar humilde”, *di parenti plebei, come il padre fussi tessitore di panni di lana et lui fussi textore di seta*, o que era pouco lisonjeiro, senão perigoso, para os sonhos de grandeza da família. Desejoso de mostrar que à família não faltava nobreza para as elevadas funções de que pretendia conservar o exercício, mas não podendo contrapor a Giustiniani factos positivos, Hernando Colón opta por um estilo ambíguo e evasivo, que deixa, de facto, lugar para especulações. Mas, tal como se lhe não pode prestar uma fé cega, tampouco se pode rejeitar em bloco o seu testemunho, a pretexto de conter reticências, lacunas ou mesmo pequenas inexatidões. Muito menos se pode recusar, como vi já fazer a não sei qual dos astros da *Desordem*, com o subterfúgio de que o texto italiano que nos chegou foi interpolado pelo tradutor, pois Las Casas conheceu o original castelhano, necessariamente anterior à morte de D. Hernando em 1539, e cita-o sobejamente, o que permitiria detetar sem dificuldade as interpolações que porventura ocorressem.

D. Hernando, que se atreve a afirmar que seu pai era genovês, resulta *persona non grata* a Mascarenhas Barreto <sup>42</sup> que tudo faz para denegrir a sua obra; e não só afirma, só Deus sabe sobre que base, que a versão italiana publicada em 1571 é “incompleta, adulterada e acrescentada”, como não cala a sua indignação por ter sido dessa péssima edição (a única que na realidade existe) que Carbia fez uma versão espanhola. Parece assim confundir Andrés González de Barcia Carballido y Zúñiga (1673-1743), um dos fundadores da Real Academia Española, a quem se deve a edição castelhana de 1749, com o historiador argentino Rómulo D. Carbia (1885-1944), que foi um distinto americanista, mas tanto quanto sabemos não publicou versão alguma da *História do Almirante*; sobretudo, parece ignorar inteiramente as versões de Manuel Serrano Sanz (Madrid, 1932), de Ramón Iglesia (México, 1947) e de Luís Aranz (Madrid, 1984), que incorpora no seu texto os passos transcritos por las Casas, que teve acesso ao original, hoje perdido, do texto de D. Hernando.

---

<sup>40</sup> Pub. in *Boletin de la Real Academia de la Historia*, vol. xxxiii (Madrid, 1898).

<sup>41</sup> Agostino Giustiniani, *Annali dela Repubblica di Genova*, Arnaldo Forni Editore, Bolonha, 1981 [reimp. anastática da edição de Génova, 1537, intitulada *Castigatissimi Annali con la loro copiosa tavola dela Ecclesia & Illustrissima Republi. di Genoa (...)*], fl ccxlix r.

<sup>42</sup> *op. cit.*, pp. 89-90

O testemunho deste pode, aliás, ser as mais das vezes cotejado com o de cronistas coevos, que em maior ou menor medida privaram com Colombo, ou pelo menos com seus filhos, como Rui de Pina, Garcia de Resende, Pedro Mártir de Angléria, Andrés Bernáldez, Frei Bartolomeu de las Casas e Gonzalo Fernández de Oviedo <sup>43</sup>, além de numerosos documentos dos arquivos. Procuraremos ao longo deste trabalho utilizar criticamente o seu testemunho, cotejando-o com as outras fontes, sem perder de vista a sua mentalidade, os seus interesses e o contexto histórico em que escreveu.

Fazer crítica histórica significa exatamente separar o trigo do joio. Há sobretudo que ter presente que se falsificaram e se continuam a falsificar documentos por interesse, pelo que é necessário um mínimo de psicologia, de sagacidade e de conhecimento das circunstâncias para detetar o móbil de cada falsificação; mas não há memória de que alguém se tenha dado a tal trabalho apenas para confundir os historiadores que haviam de vir ao mundo cerca de meio milénio mais tarde!

Seja como for, a falta de lógica das teorias de romance policial emitidas sobre Colombo resulta patente se considerarmos as conclusões desencontradas a que têm conduzido, mais incompatíveis entre si do que a tese tradicional o é com qualquer delas. Se, por hipótese, de hoje para amanhã se viessem a descobrir documentos que provassem apoditicamente que Cristóvão Colombo não era genovês, seguir-se-ia irremediavelmente uma espécie de guerra civil generalizada, não só no seio da nossa *Desordem dos Engenheiros*, mas pela Europa fora. Os que defendem que Colombo era catalão brigariam com os que o supõem polaco, os que o dizem francês com os que o imaginam grego; os que o identificam com Alonso de Monroy atacariam não só os que o supõem mero heterónimo de Cristóbal Sánchez como os que entreveem a sua identidade com Pedro Madruga ou Pedro Álvarez de Soutomaior. E mesmo adentro da pequena casa lusitana seria de temer uma guerra intestina entre a Cuba, Colos, Castanheira do Ribatejo e quiçá também Moura, tudo pátrias putativas do descobridor do Novo Mundo...

A única conclusão segura que daqui se pode sacar é a de que jamais conseguiu alguém contrapor à versão tradicional dos factos, estribada em centos de documentos, uma alternativa minimamente coerente. *Mutatis mutandis*, passa-se com estes detetives históricos de meia tigela algo de semelhante ao que se passou no século V A. C. com Zenão de Eleia e o seu célebre “paradoxo de Aquiles e da tartaruga”: imaginemos que Aquiles, o *pé-leve* da *Ilíada*, faz uma corrida com uma tartaruga — a que, magnânimamente, esguardando à proverbial lentidão do quelónio, concede um avanço; e

---

<sup>43</sup> Podem ver-se dados bio-bibliográficos de todos estes autores *in* Nicolás Antonio, *BHN*, na ordem alfabética dos nomes próprios.

imaginemos também, para simplificar as coisas, que Aquiles se move ao dobro da velocidade da tartaruga. Quando aquele chega ao ponto de que esta partiu, já a tartaruga avançou metade do caminho percorrido por Aquiles. Ora quando este alcançar esta segunda posição ocupada pelo animal, já este avançou metade do que avançara Aquiles para chegar ali — e assim sucessivamente, até ao infinitamente pequeno. Daí concluiu Zenão que o movimento era impossível e que, por conseguinte, quando as pessoas pensavam locomover-se estavam simplesmente incorrendo em ilusão... E destarte, para explicar a impossibilidade de Aquiles alcançar a tartaruga acabava por cair no absurdo e negar o que para qualquer pessoa é uma evidência: que o movimento é possível...

Semelhantemente, qualquer das teorias emitidas para explicar os pequenos enigmas que subsistem na vida de Colombo é como a Hidra de Lerna da mitologia grega, a quem por cada cabeça que se lhe cortasse nasciam duas; de modo que o enigma, se o há, em vez de se aclarar, se torna cada vez maior.

Esta situação recorda-nos irresistivelmente um episódio que, ao que se conta, se passou na Rússia dos Czares, dizem uns que em dias de Alexandre II, outros que em de Alexandre III. Pouco importa, pois na Rússia a burocracia do estado sempre foi asfixiante. Daí que um dos desportos preferidos da população fosse eludi-la. Ora sucedeu que numa aldeia russa a esposa de um *mujik* deu à luz o seu filho primogénito. Ufano, o pai correu para o *bistro* do lugarejo, disposto a pagar a todo aquele que aí achasse uma rodada de *vodka*. Quando já todos se encontravam quentes, partilhou o *mujik* com a assembleia a dúvida existencial que desde o início da gravidez da esposa o afligia: “não sei se hei de registar o rapaz com um ano a mais do que tem, se com um ano a menos... Ambas as coisas têm as suas vantagens: se o registo com um ano a mais, vai um ano mais cedo para a escola, um ano mais cedo para a tropa... Ganha um ano na vida! Mas se o registo com um ano a menos também não é mau, pois vai para a escola com mais maturidade, pode ter melhores notas, singrar melhor na vida... Finalmente, não sei o que fazer!”. E ficou a emprender naquilo largo trato. Foi então que um dos convivas lhe sugeriu: “Alexei Alexeievitch, porque o não registas tu com a idade que realmente tem?”. O outro respirou aliviado: “oh! disso me não tinha eu lembrado!”

Ideia em tudo semelhante teve o autor destas páginas — em que, timidamente, se limita a propor a hipótese de o Cristóvão Colombo descobridor da América ser identificável com o Cristóvão Colombo genovês de que testemunha mais de um cento de documentos <sup>44</sup> dos séculos XV a XVII...

---

<sup>44</sup> Para não impingirmos ao leitor a fastidiosa lista de tais testemunhos ou simples indícios, i-los-emos doravante numerando entre chavetas cada vez que com eles formos topando.

Com o que de outra feita escreveu e com o que ora escreve procura apenas repor a verdade dos factos, tal como os documentos que subsistem no-la deixam entrever, doa a quem doer, pois como dizia João de Barros, “a melhor parte da História é a verdade dela”. Por isso foi já acusado, em documento que circulou na *internet*, de ser movido e inspirado “pela clique trotskista e antipatriótica que domina o departamento de História da Universidade Nova de Lisboa”. Não importa. O apodo de trotskista é preferível ao de galopskista, que assenta melhor aos que cavalgam tão céleres as asas da sua fantasia que perdem de vista a realidade das coisas. . .

Se me quisesse celebrar à força, dizendo o contrário do que toda a gente diz, como o mundo gosta de ouvir, não perderia tempo com Cristóvão Colombo, sobre quem praticamente tudo está já dito: dedicar-me-ia por exemplo ao almirante turco Piri Reis, figura igualmente cercada de mistérios, defendendo que era afinal português, chamado em sua terra Pires dos Reis, nado e criado em Viseu, onde adquirira experiência náutica pondo barquinhos de papel a vogar no rio Pavia. E é muito possível que daí em diante contasse com o apoio incondicional da Câmara Municipal de Viseu para as minhas investigações. . .

No seu livro, perto já do fim <sup>45</sup>, escreve Mascarenhas Barreto em abono dos seus delírios:

*Se “Cristóbal Colón” não fosse Salvador Fernandes Zarco ao serviço d’el-Rei de Portugal e se os Portugueses não tivessem já navegado antes dele (ou até com ele) pelas águas antílicas, poder-se-ia escrever um outro livro, de lombada bem mais espessa do que este, só contendo dúvidas acerca da gesta colombina: uma sucessão de factos inexplicáveis, para além dos insolúveis enigmas da vida desse inventado Colombo estrangeiro.*

Ei-lo aqui. Embora não possamos garantir desde já a espessura da lombada, aqui o oferecemos ao leitor, certos de que se tiver paciência bastante para o ler na íntegra, nele poderá aclarar pelo menos 80 % das suas dúvidas, achar a explicação da maioria de tais “factos inexplicáveis” e a solução de quase todos aqueles “insolúveis enigmas”. O que quedará por explicar não é maior que o resíduo de ignorância a que, após meio milénio, estamos condenados no caso de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral.

---

<sup>45</sup> p. 593.



# I

## PEQUENA HISTÓRIA DO DELÍRIO COLOMBINO

Antes de em nossos dias ter atingido o paroxismo do absurdo, o delírio colombino começou por revestir formas benignas, que gradualmente se agudizaram.

Embora quer em vida de Colombo quer durante mais de século e meio após a sua morte, ocorrida em 1506, jamais tenha a sua nacionalidade sido posta em causa, está longe de ser agora a primeira vez que sobre as suas origens se emitem especulações fantasiosas <sup>46</sup>.

O primeiro a emití-las foi aparentemente Charles Molloy, que em 1682, numa apostila marginal do seu *De Jure Maritimo et Navale*, afirma do navegador, sem contudo apresentar da sua afirmação qualquer prova: *Born in England but resident at Genua*. Seguiu-se-lhe quinze anos mais tarde o advogado francês Jean Colomb que, embora sem explicar por que elos intermédios, se proclamou descendente do descobridor da América, que seria por conseguinte francês, o que apresenta uma certa lógica onomástica mas queda igualmente por provar. É evidente que tanto a afirmação de Molloy como a de Jean Colomb se explicam cabalmente como frutos de chauvinismo nacional e familiar.

Em contrapartida, sabe-se que em 1633 o 5º duque de Verágua, D. Álvaro Jacinto Colón de Portugal y la Bastida, tetraneto de Cristóvão Colombo, no regresso de uma viagem à Flandres, visitou Génova, onde foi recebido com todas as honras. O Sereníssimo Senado da República enviou o sub-chanceler Mercante a saudá-lo nos paços do príncipe de Valdetaro onde pousava; e o duque correspondeu a essa amabilidade, enviando dizer ao Senado que “tendo ele origem em damas genovesas, se estimava filho daquela república e teria sempre como seu ofício servi-la e honrá-la com o título de Sereníssima ou por qualquer outra maneira que lhe fosse possível” {4} <sup>47</sup>.

O suposto nexó genealógico entre os Colombos de França e o nosso Colombo alegado por Charles Molloy apenas voltou a ser insinuado no último quartel de Oitocentos num

---

<sup>46</sup> Resumimos criticamente o que com maior desenvolvimento e certa dose de nacionalismo expõe Rinaldo Caddeo, no apêndice à sua edição da biografia de Colombo por seu filho.

<sup>47</sup> Arquivo de Estado, Génova, *Archivio Secreto - Ceremoniali*, livº II, anos 1615-1638, parcialmente pub. em fac-símile e transcrito in Città di Genova, *Colombo*, Génova, 1932, pp. 282-283.

*Livre Généalogique des Colomb* <sup>48</sup>, devido a um autor anónimo que se confessa neto de Pierre-François de Colomb, antigo deputado à Assembleia Legislativa († c. 1830). Assaz bem documentado, sem atribuir ao navegador uma genealogia precisa, aventanele o autor a hipótese de que se ligasse à família Coulon, atestada em França desde o século XII, de que os vários ramos viveram em Bordéus, na Saboia e na Borgonha. Vale a pena determo-nos um pouco sobre este ponto, uma vez que cubistas, catalanistas et *hoc genus omne* afirmam a pés juntos o parentesco, senão a identidade, do descobridor com um capitão de navios del-rei de França, de origem grega, conhecido, pelas razões que a seu tempo veremos, por *Coulon, le Jeune* ou *Colombo o Moço*. Este nem sequer é mencionado no opúsculo, pela óbvia razão de que era *Colombo* de alcunha e não de nome.

O autor reproduz os escudos das várias famílias de sobrenome *Colomb* — que não remontam necessariamente ao mesmo tronco, visto o apelido *Colomb*, ou seja, “pombo”, poder sido, em diversos momentos e diversos lugares, dado a diversos indivíduos sem necessariamente terem parentesco entre si — de cuja mor parte, como seria de esperar, o principal móvel são três pombas, sem embargo de outros troncos ostentarem peças diferentes. Baseando-se numa informação errónea — a de que as armas do descobridor do Novo Mundo conteriam igualmente três pombas, com a divisa *Spes, Fides, Charitas*, o que, como veremos, não é confirmado por nenhuma fonte — afirma o autor como que a medo:

La Ligurie, le Montferrat, Plaisance, la Corse, se disputent le berceau du grand Colomb. Qu'il soit né à Gênes, le fait semble hors de doute (...). Mais pourquoi ne revenderiquions-nous pas son origine et ses ancêtres pour Français? Pourquoi le fis de Dominique Colomb, le cardeur de laine, et de Suzanne Fontanarosa, ne serait-il pas issu de la race des Colomb de Bordeaux et du Velay, que nous voyons au XIV<sup>e</sup> siècle essaimer en Languedoc, en Forez, en Dauphiné, em Bresse, en Savoie et jusqu'en Piémont? La date de sa naissance, vers 1435, l'incertitude de ses parents à la seconde génération, ne sont pas contradictoires avec cette supposition, rendue très probable par la similitude des armoiries, la presque similitude d'une devise.

L'antique honneur des Colomb, la gloire de penser que Christophe Colomb est issu de sang français, valent bien qu'on hasarde l'hypothèse et que l'on en fasse une croyance.

Como se vê, o anónimo mas honesto autor, não inventa qualquer genealogia para entroncar o descobridor num dos ramos dos Colombs de França, de que, com base em documentos autênticos, traça a história: limita-se a emitir essa hipótese, que lhe parece verosímil dado que aparecem Colombos em Cuccaro, no Monferrato (região do Piemonte contígua às atuais províncias de Savona e Génova, na Ligúria) — de

---

<sup>48</sup> *Livre Généalogique des Colomb*, Société de Saint Augustin, Desclée de Brouwer & C<sup>e</sup>, Lille, 1891.

onde, como veremos, era oriundo D. Baldassare Colombo, candidato à herança do Almirante Velho quando em 1572 se extinguiu a sua varonia, mas cujo parentesco com este os tribunais não aceitaram como provado. Quanto a Placência, veremos que é o próprio filho do Almirante que, por prosápia nobiliária, insinua que aquele seria aparentado com os Colombos nobres dessa cidade. Já a Córsega era, como toda a Ligúria, pertença da República de Génova, de onde não põe o autor em dúvida ser natural o célebre navegante: limita-se a lamentar não ser possível subir na sua árvore de costado acima da geração de seus pais — o que na época, antes da publicação da *Raccolta Colombiana*, era um facto para quem quer que não tivesse esgravatado nos arquivos genoveses.

A tese da origem francesa de Colombo, foi retomada pelo visconde Oscar de Poli (1838-1908), num artigo intitulado “Les Colomb au service de la France”, publicado em 1893 no VI volume do *Annuaire du Conseil Héraldique de France*, fundado pelo próprio autor. Com esta obra, que contesta a tese tradicional com base em documentos — embora equívocos — entra-se numa nova fase do que se veio a chamar, ainda que imprópriamente, “o problema colombino” ou mesmo “o enigma colombino”.

No entanto, até há cerca de um século, os detetives históricos limitaram-se a especular sobre as remotas origens de Colombo, sem em geral porem em dúvida nem a sua filiação nem a sua naturalidade genovesa. Foi só no século XX que se entrou verdadeiramente naquilo que, esguardando ao cariz de alucinação epidémica que gradualmente foi tomando, preferimos designar por “delírio colombino”.

É verdade que já o jurista americano de origem judaica Aaron Goodrich (1807-1887) avançara a ideia de que Colombo fosse grego, identificando-o com o corsário levantino Jorge Paleólogo Bissipat que, de facto, é designado em alguns documentos venezianos, mas, como veremos, por mera alcunha, por *Colombo zovane*, (“Colombo, o jovem”). Frei Bartolomeu de las Casas<sup>49</sup> chama-lhe *Columbo Junior* e D. Hernando Colón, filho e biógrafo do navegador, *Colombo giovane*, dando-o, mas errôneamente, como parente e companheiro de seu progenitor na batalha do Cabo S. Vicente, em que a frota genovesa em que, segundo tudo leva a crer Colombo navegava, foi atacada por corsários franceses — o que obrigou o futuro Almirante das Índias a salvar-se a nado e refugiar-se em Lisboa, onde sabia residir uma próspera colónia genovesa e onde se encontraria talvez já seu irmão Bartolomeu. Como veremos, D. Hernando confunde no entanto a batalha naval de 13 de Agosto de

---

<sup>49</sup> Fray Bartolomé de las Casas, “Historia de las Indias” [doravante *HI*], in *Obras Escogidas de...*, 5 vols, ed. de Juan Pérez de Tudela Bueso e Emilio López Oto, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1957-58, liv<sup>o</sup> I, cap. iv.

1476 com a que se travou nove anos mais tarde, a 21 do mesmo mês, em que o tal “Colombo o Moço” ou Jorge Bissipat tomou parte ao serviço da França, atacando uma urca flamenga e quatro galeças venezianas em que vinha para Portugal o primeiro embaixador veneziano <sup>50</sup>. Por outro lado Jorge Bissipat continuava entretanto vivo em França, onde em 1478 desposara em segundas núpcias Marguerite de Poix, obtendo graças a esse enlace o senhorio de Troissereux, na região de Beauvais, após o que o casal adquiriu o viscondado de Hannaches, na mesma região, onde expirou em 1496 e em cuja igreja jaz — o que é incompatível com tudo o que sabemos de Colombo, que só em 1506 veio a falecer.

A tese de Goodrich foi de certo modo retomada, mas com maior seriedade, em 1943 por Serafim Canoutas, outro advogado americano, mas este de origem grega, em livro intitulado *Christopher Columbus: A Greek Nobleman*; aí demonstrou que outros membros da família dos Paleólogos, a última dinastia bizantina, de que Bissipat descendia pelo costado materno, se estabeleceram em Itália, alguns deles em Génova, onde se aparentaram aos Doria, aos Centurione, aos Spínola e outras famílias mais; mas, não alcançando provar o seu parentesco com os Colombos, ficou-se honestamente por aí.

Uma outra teoria sobre a origem helénica do achador do Novo Mundo fora em 1937 avançada por Spyros Ceteras, em livro intitulado *Christopher Columbus was a Greek Prince and his real Name was Nikolaos Ypsilantis from the Greek Island of Chios*; não seria de todo impossível, uma vez que a ilha de Chios ou Xio, no Mar Egeu, era possessão genovesa desde 1346; faltam contudo as provas documentais.

Aproximadamente na época em que Goodrich avançava com o seu Colombo grego, outros sugeriam que fosse suíço, cidadão de Genebra, ou, com mais verosimilhança, do Ticino, o único cantão suíço de língua italiana. Houve também quem no imaginasse polaco, filho del-rei Ladislau III Jagelão que, como vimos, perecera em Varna em 1444. Essa teoria foi exposta por Manuel da Silva Rosa, que, num livro publicado em inglês, português e castelhano <sup>51</sup>, imagina que Ladislau não morreu na realidade em Varna, mas veio, sob o nome de Henrique Alemão, refugiar-se clandestinamente na Madeira, onde teria desposado uma senhora da fidalguia local — união de que teria

---

<sup>50</sup> Nota de Luís Arranz à sua edição da *HA* (nota 15, pp. 59-60). Las Casas, que visivelmente se baseou no filho do Almirante, parece incorrer na mesma confusão. Cf. A. Salvagnini, “Cristoforo Colombo e i corsari Colombo suoi contemporanei” in *Raccolta de documenti e studi pubblicati dalla Reale Commissione Colombiana per quarto centenario della scoperta dell'America* [doravante *RC*, i. e., *Raccolta Colombiana*], 3 partes em 14 vols, Roma, 1892-96, parte II, vol. iii, pp. 129-177.

<sup>51</sup> *Unmasking Columbus: spies, lies, cover-up and conspiracy*, Outwater Media Groups ; *O mistério Colombo revelado*, Lisboa, Ésquilo, 2006; *Colón: la Historia nunca contada*, Badajoz, Ésquilo, 2009; *Kolumb: Historia Nieznana*, Enter the Arena, 2012.

saído Cristóvão. A sua teoria foi reeditada por *Krystyna Lukaszewicz*, em artigo publicado em *The Polish Review* em 2012 <sup>52</sup>.

Outros detetives históricos, que não vale a pena enumerar, julgaram poder demonstrar que Colombo era corso — o que tampouco seria inteiramente impossível, dado que a Córsega pertenceu à Senhoria de Génova de 1284 a 1735, mas nenhum documento o indicia. Outros afirmaram-no sardo; outros ainda norueguês e outros ainda escocês. Ainda se não lembrou ninguém de tirar argumento do facto de a capital de Ceilão se chamar Colombo para afirmar que o descobridor da América era, a final de contas, cingalês...

Deixando para daqui a pouco as encarnações portuguesas de Colombo, registemos desde já as teorias que o pintam de espanhol: Pascual Madoz (1806-1870) sugeriu que fosse oriundo de Plasencia (na Extremadura espanhola, um pouco ao norte de Cáceres) e não de Placência ou Piacenza na Lombardia onde, como veremos, D. Hernando Colón colocava as origens da família; a teoria foi retomada por outros escritores que o identificaram ou com um tal Alonso de Monroy, natural de Plasencia, ou com um Cristóbal Sanchez, de Oliva de la Frontera ou Oliva de Jerez, na província de Badalhouce (ou, à espanhola, Badajoz). Em 1898 D. Celso García de la Riega, com base em documentos que falsificou — o que, como lhe convém, Mascarenhas Barreto lhe perdoa de todo o coração, mas acarretou na época um desmentido formal da Real Academia de la Historia — dizia-o nativo de Pontevedra, na Galiza, ao passo que o peruano domiciliado em Barcelona Luís de Ulloa Cisneros (1869-1936) o considerava catalão, identificando-o ao mesmo tempo com Colombo *o Moço*, com Juan Scolvus e com Alonso Sánchez, que mais não seriam que os nomes que sucessivamente haveria tomado <sup>53</sup>. Notemos, como que em parêntesis, que João Scolvus (também designado por Scolnus ou Skolny), ao que parece polaco, foi aparentemente o piloto da expedição enviada por Cristiano I da Dinamarca à Gronelândia em 1476; e que, segundo o Inca Garcilaso de la Vega (1539-1616) <sup>54</sup>, Alonso Sánchez, piloto de Huelva teria, cerca de 1484, no decurso de uma viagem entre as Canárias e a Madeira, sido arrastado por uma tempestade para as Antilhas, de onde teria depois logrado atingir o Porto Santo,

<sup>52</sup> “*Deceptive Practices in Fifteenth Century Europe: The Case of Wladyslaw III Jagiellon (Varnensis)*”, *The Polish Review*. 47 (2): pp. 3–20.

<sup>53</sup> Lluis Ulloa, *Cristòfor Colom fou Català: la veritable gènesi del descobriment*, Llibreria Catalonia, Barcelona, 1927, livro que apareceu no mesmo ano também em castelhano e em francês.

<sup>54</sup> *Comentarios Reales de los Incas*, livº I, cap. iii (vide Pº Carmelo Saenz de Santa María, S. I., *Obras Completas del Inca Garcilaso de la Vega*, 4 vols, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1960-65). Tanto Fernando Colombo (*HA*, cap. ix) como Las Casas (*HI*, I, xiii) referem histórias parecidas, que teriam inspirado Colombo, sem contudo as atribuírem ao piloto de Huelva.

dando então parte da sua aventura a Colombo. Esta derradeira teoria foi precisada pelo investigador catalão R. Carreras Valls (1881-1937)<sup>55</sup>, que concluiu ser o descobridor nativo de Tortosa, na Catalunha...

Quiçá a mais rocambolesca das teorias emitidas a este propósito é a que Alfonso Philippot Aveledo avançou em 1977: Colombo não seria nada menos que o cavaleiro galego Pedro Álvares de Soutomaior, dito Pedro Madruga, que após uma movimentada carreira política na Galiza e em Portugal, onde em 1476 D. Afonso V o fez conde de Caminha, veio a falecer em circunstâncias suspeitas em Alba de Tormes a 16 de Outubro de 1486. Acérrimo partidário da infanta D. Joana, filha de Henrique IV de Castela, dita por escárnio a *Beltraneja*, não teria na realidade falecido na data acima indicada, mas, tombado em desgraça com o triunfo de Isabel a *Católica* sobre a sua concorrente na Guerra da Sucessão de Castela; haveria então simplesmente fingido o seu falecimento, apresentando-se depois aos Reis Católicos como Cristóvão Colombo, provindo de Génova pela via de Portugal. Só se não compreende porque se não teria deixado ficar sossegado no seu condado de Caminha, onde lhe não faltariam proventos, e onde correria muito menos riscos... E houve recentemente quem, através da grafolgia, tenha julgado achar uma prova apodítica dessa identidade!

Notemos de uma vez para todas que as teorias que o pintam oriundo de qualquer lugar de Espanha como a Catalunha, a Extremadura ou a Galiza são, de quantas foram emitidas, as mais irracionais, pois brigam frontalmente com todos os documentos que o dizem estrangeiro nos domínios dos Reis Católicos, nomeadamente: uma lista de pagamentos feitos em 1488 que abaixo transcrevemos; a carta que o próprio Almirante, do decurso da sua 3ª viagem (1498-1500) enviou aos Reis, em que se declara *pobre extranjero inbidiado*<sup>56</sup>; a que pouco tempo depois, endereçou aos membros do Conselho: *suplico a Vuestras Mercedes (...) que miren todas mis escrituras, y cómo vine a servir estos Príncipes de tan leisos [=lejos, “longe”]*<sup>57</sup>; e a *Relação da Quarta Viagem* em que se defende da acusação de se querer rebelar contra os Reis, afirmando: *¿ quién creherá que un pobre extranjero se ubiese de alçar en tal lugar contra V. Al.*

<sup>55</sup> R. Carreras Valls, *La descoberta d'America*, Reus, 1929.

<sup>56</sup> Cristóbal Colón, *Textos y documentos completos*, edición de Consuelo Varela; *Nuevas Cartas*, edición de Juan Gil, Alianza Editorial, Madrid, 1992 [doravante Varela & Gil, *Textos...*], doc. xxxvii, pp. 411-412. Infelizmente, o índice alfabético desta obra (ou pelo menos da edição que utilizámos) além de muito incompleto (há numerosos antropónimos e topónimos que nem sequer constam do índice, outros que ocorrem repetidas vezes mas não constam do índice senão uma ou duas, etc.) contém numerosos erros (palavras que constam do índice mas não ocorrem no texto, ou ocorrem, mas duas, três ou mesmo mais páginas mais atrás ou mais à frente), o que dificulta imensamente a busca. Exceto no caso dos documentos achados em Tarragona que não constam da primeira nem da segunda edição (Madrid, 1982 e 1984, respetivamente), torna-se preferível utilizar uma destas.

<sup>57</sup> *Ibidem*, doc. xlix, pp. 438-439.

*sin causa y sin brazo de otro príncipe (...)*? Não é este, aliás, o único escrito em que Colombo de classifica a si mesmo de *pobre estrangeiro*, como teremos ocasião de ver. Sobretudo, os *Pleitos Colombinos*, de que falámos e de que falaremos, só se puderam arrastar nos tribunais os largos anos que vimos, por na primeira demanda ter ficado provado que nos reinos de Fernando e Isabel Colombo era estrangeiro, e que portanto a sua relação com os monarcas era meramente contratual. Tivessem os *fiscais* que representavam a Coroa tido o mínimo zum-zum de que ele era afinal súbdito dos reis de Espanha e não teriam deixado de explorar tal filão, que permitiria à Coroa embolsar alguns largos milhares de contos de maravedis.

Restam-nos a examinar as teorias do Colombo português. Por razões óbvias, fá-lo-emos com maior detença.

Tanto quanto sabemos a primeira foi emitida em 1916 por José do Patrocínio Ribeiro (1882-1926), no seu livro *O Carácter Misterioso de Colombo e o Problema da sua Nacionalidade*, nesse ano publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra. A obra foi, sob o título *A Nacionalidade Portuguesa de Cristóvam Colombo / The Portuguese Nationality of Christopher Columbus*, reeditada a título póstumo em 1927 pela Livraria Renascença de Lisboa, com adições em que pela primeira vez se relacionava a célebre assinatura de Colombo, que adiante reproduzimos, com a Cabala judaica. Alguns *catalanistas*, como Estella Irizarry, insistem, de facto, nas origens judaicas de Colombo, o que dada a sua inclinação para as especulações numerológicas, caras também à Cabala, não seria de todo impossível; mas nada as prova cabalmente, além de que a serem reais seriam perfeitamente compatíveis com a nacionalidade genovesa do navegador. Quanto à sua assinatura, veremos mais abaixo que de hebraica nada tem.

Seguiu-se em 1928 Manuel Pestana Júnior (1886-1969), que identificou o descobridor da América com um tal Simão Palha<sup>58</sup>. Conquanto aqui e ali faça o autor algumas observações lúcidas, não é em geral fácil seguir o seu raciocínio, devido por um lado ao estilo retórico, farfalhudo e cheio de alusões e subentendidos que adota, por outro à facilidade com que salta da matemática para a genealogia e da lingüística para a heráldica. No seu livro, que se compõe de 129 páginas de texto precedidas de uma introdução mais longa que o texto, numerada em romano de I a CLXXV, começa por explicar através de especulações matemáticas que Colombo (que, como veremos, nem sequer sabia capazmente navegar por latitudes) estava certamente na posse de segredos náuticos portugueses, o que só por si indicia que tivesse atuado como agente secreto

---

<sup>58</sup> Pestana Júnior, D. *Cristóval Colom ou Symam Palha na História e na Cabala*, Lisboa, 1928.

do *Príncipe Perfeito*. Passa em seguida à decifração da assinatura do Almirante, em que contra toda a expectativa lê o nome de Simão Palha, que identifica com o filho de João Palha, um dos homens de confiança do futuro D. João II que em 1478 assassinaram Lopo Vaz de Castelbranco, o *Torrão*, alcaide-mor de Moura, que mancomunado com Fernando o *Católico* se sublevara e se autoproclamara Conde de Moura; esse episódio é histórico, referido nas crônicas de Garcia de Resende <sup>59</sup> e de Damião de Góis <sup>60</sup>. Se bem entendemos, a chave da identificação forneceu-lha a forma *Colomo* — de que abaixo damos uma explicação lingüística que se nos afigura razoável — por que o descobridor é designado nos mais antigos documentos que se lhe referem em Castela. A sua prosódia correta seria *Cólomo* e não *Colômo*; ora *cólomo* = *colmo* = *palha*. Por outro lado o nome de batismo de Colombo é, na versão latina de que sempre usa, *Christoferens*, grafado *Xpo ferens* e cercado de várias cruces. Ora *Christo ferens cruce*m significa “a Cristo levando a cruz” (o que, embora o dativo ético seja aceitável, melhor se diria usando o genitivo: *Christi ferens cruce*m, “de Cristo levando a cruz”); de qualquer modo, no genitivo ou no dativo, fê-lo Simão Cireneu. Daí se deduziria que o verdadeiro nome de batismo do nosso herói seria na realidade Simão. Obtemos, por conseguinte, Simão Palha, ou, com o apelido do costado materno, Simão Moniz. Com as letras que cercam o seu âmago, *Xpo ferens*, o conjunto da assinatura ler-se-ia, pois, assim: *A mi, Symam My<sup>s</sup> [= Moniz] xamays assy: Xpo Ferens* — o que, digamos de passagem, é foneticamente impossível, já que a confusão entre *z*, pré-dorso-alveolar e *s* apical apenas se começou a esboçar no século XVI, e a homofonia entre *ch*, africado, e *x*, chiante palatal, no século XVIII. Quanto ao piloto da expedição dinamarquesa à Islândia, Scolvus, chamar-se-ia na realidade *Colmus* (devendo-se o *s*- inicial a influência da fonética eslava) e seria nem mais nem menos que João Palha, o pai de Simão. Os nobiliários registam de facto o último como filho de João Palha de Almeida, alcaide-mor de Fronteira, e de sua esposa D. Brites Rabelo ou Varela <sup>61</sup>, mas pouco se sabe dele; o autor aduz-lhe várias referências que nos não interessa esmiuçar, pois nada têm a ver com a personalidade de que aqui nos ocupamos, que é o Colombo real. Basta registar o que o autor pensa da metodologia histórica: “Quem chegar até aqui na leitura desta obra tem firmada a certeza de que à *História* menos importa a rebusca

<sup>59</sup> Garcia de Resende *Vida e Feitos del Rei D. João II*, in Evelina Verdelho, *Livro das Obras de Garcia de Resende*, ed. crítica de..., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994, cap. xx.

<sup>60</sup> Graça Almeida Rodrigues, *Crônica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, edição crítica e comentada, Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, Lisboa, 1977, cap. xcvi, pp. 202-203.

<sup>61</sup> Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo XXIV, p. 154 [reimp.: ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1992, vol. VIII, p. 588]; Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana* – Nova edição reformulada, 6 vols, Ed. de Carvalhos de Basto, Braga, 1997-98, vol. III, p. 103.

de documentos, aliás necessária, do que a posse dum processo de crítica onde a lógica não falhe <sup>62</sup>. O seu pensamento aproxima-se assim do de Berkeley ou do da escola budista chamada *Yogācāra*, de que foram principais mestres Ásvaghoṣa no século I e Asaṅga no século IV, que tinham o pensamento por mais real que a realidade — o que autorizaria a inventar a História em vez de pacientemente a descobrir...

A Pestana Júnior se seguiram dois anos mais tarde António Ferreira de Serpa (1865-1939) e Guilherme Luís dos Santos Ferreira (1849-1931) <sup>63</sup>, que avançaram a ideia de que Cristóvão Colombo seria na realidade português, não identificável com Simão Palha, mas com o fruto dos amores do infante D. Fernando, irmão del-rei D. Afonso V e pai de D. Manuel, com uma filha de João Gonçalves Zarco ou da Câmara, donatário do Funchal; para evitar o escândalo, esta teria ido desovar a Génova, onde o menino teria em seguida sido criado como filho por Susana Fontanarrossa e Domenico Colombo, que assim seriam apenas seus pais adotivos. É, de todas as hipóteses aventadas, a menos inverosímil e a que menos briga com a evidência provida pela documentação existente; mas tem o grande inconveniente de não ter por si um único documento, baseando-se em mera especulação.

De facto, como prova da maternidade de Colombo limitou-se Santos Ferreira a apresentar o *Theatro Genealogico, que contem as Arvores de Costados das principais Familias do Reyno de Portugal e suas Conquistas*, de Manuel Carvalho de Ataíde, pai do futuro Marquês de Pombal, publicado em 1692 em Nápoles sob o pseudónimo de “Prior D. Teusco de Nasao, Zarco y Colona” <sup>64</sup>. É neste pseudónimo que residiria a chave do mistério de Colombo. Seria na realidade, contra todas as aparências, redigido em escrita hebraica, embora disfarçada de latina, e nele se leria não o verdadeiro nome e a ascendência do autor da obra, como se poderia imaginar, mas os de Cristóvão Colombo: Salvador Gonsalves Zarco. Cristóvão Colombo seria um nome suposto, quiçá assumido por um criminoso regenerado que quisesse esconder a sua identidade, que tanto D. João II como os Reis Católicos teriam interesse em manter oculta para defender a honra da família. Na famosa assinatura de Cristóvão Colombo o derradeiro sinal é . / , que se se pode interpretar como um ponto e vírgula, sinal a que, segundo os autores, os antigos gramáticos chamavam *cólon*. Portanto, abstraindo do acento, *Xpofereṣ . /* equivale a *Xp<sup>o</sup> Colón*. Mas *zarco* [ ~ ] é um sinal de pontuação na escrita hebraica, que corresponde ao ponto e vírgula. Logo, . / = ~ = zarco. Por outro lado,

<sup>62</sup> *Op. cit.*, introdução, p. CXLI.

<sup>63</sup> G. L. dos Santos Ferreira e António Ferreira de Serpa, *Salvador Gonçalves Zarco (Cristóbal Colón)*, Lisboa, 1930.

<sup>64</sup> Cf. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*, 4 vols, Lisboa, 1741-1759 [reimp. Atlântida Editora, Coimbra, 1965-1967] s. v. “Manuel Carvalho de Ataíde”.

*Xpoferens* [i. e., “portador de Cristo”] equivale a Salvador. E como o resto da assinatura se pode interpretar *Christo Salvo, Maria Salva e Joseph Salvo*, pondo o termo *salvo* em evidência, obtemos *Xp<sup>o</sup>, M<sup>a</sup> e J. consalvis*, o que equivale a *Gonçalves*. Portanto, é bem de ver, Salvador Gonçalves Zarco — segredo oculto durante dois séculos, até vir finalmente a ser revelado pelo pseudónimo do pai de Marquês de Pombal, cuja relação com Colombo é evidente! Só fica por explicar por que motivo chamando-se o pai de Colombo Fernando e não Gonçalo, se não chamava ele Fernandes, mas Gonçalves...

Diga-se de passagem que o termo *cólon* para designar os dois-pontos ou o ponto-e-vírgula é de uso raríssimo; apenas é corrente para designar as tripas... Na acepção de “sinal de pontuação” não é mencionado pelos melhores dicionários de latim, como o de Charlton T. Lewis & Charles Short, o de L. Quicherat & A. Daveluy, nem sequer pelo monumental *Glossarium ad Scriptores Mediae et Infimae Latinitatis*, de Charles Dufresne, Sieur du Cange. Tampouco é seu étimo grego κῶλον registado nessa acepção por M. A. Bailly; o sentido do termo é “membro, órgão, em especial o intestino delgado”. Vi-me, por isso, grego para descobrir onde foram Ferreira de Serpa, Mascarenhas Barreto e seus discípulos buscar tal equivalência de um pontinho e uma barrinha a *cólon* e daí a *Colón*. O termo é registado nessa acepção na *Ortografia da Língua Portuguesa* de João Franco Barreto, publicada em Lisboa em 1671. Em sentido próprio o vocábulo designa o membro da frase; mas por metonímia pode, de facto, servir para designar o sinal de pontuação que o limita. Esse vocábulo fora já utilizado na mesma acepção por Duarte Nunes de Leão em 1571<sup>65</sup> e em 1631 por Álvaro Ferreira de Vera<sup>66</sup>; deve ter chegado ao conhecimento de Santos Ferreira e Ferreira de Serpa através de qualquer dos raros dicionários que o registram, como o de Bluteau ou o de Moraes<sup>67</sup>. Tal acepção parece ter entretanto caído inteiramente em desuso, pois não a regista o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* coordenado por José Pedro Machado<sup>68</sup>, ao passo que o de Houaiss<sup>69</sup> assinala *cólon* como termo de retórica, no sentido de “segmento de um período com integridade sintática, mas cujo sentido só se revela após o enunciado dos demais membros da cláusula” — mas não no de sinal de pontuação.

<sup>65</sup> *Orthographia da Língua Portuguesa*, João de Barreira, Lisboa, 1576, f. 74 v.

<sup>66</sup> *Orthographia ou modo para escrever certo na língua Portugeusa*, Matias Rodrigues, Lisboa, 1631, fs. 37-38; agradeço penhorado a minha prezada amiga e colega Evelina Verdelho esta informação, bem como a precedente.

<sup>67</sup> António de Moraes Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, 2 vols, Empreza Literaria Fluminense, Rio de Janeiro, 1889, vol. I, s. v.

<sup>68</sup> 12 vols, Sociedade de Língua Portuguesa - Amigos do Livro Ed., Lisboa, 1981, seguidos de um suplemento atualizativo, Lisboa, 1986.

<sup>69</sup> António Houaiss, Mauro de Salles Villar e Francisco Manoel de Mello Franco, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.

Seja como for, tanto naquele raro sentido de sinal de pontuação como no habitual de tripa, jamais se diria *colón*, mas *cólon*. Ora entre *cólon* e *colón* a diferença é a mesma que entre *cágado* e *cagado*: uma questão de acento suficiente para alterar completamente o sentido...

Embora o nexa entre Valentim Fernandes ou Marco Paulo e Gonçalves Zarco não seja mais óbvio, a confirmação desta teoria achar-se-ia no cólofon no *Livro de Marco Paulo* impresso em Lisboa por Valentim Fernandes em 1502: aí, nas palavras do autor,

Salvador Gonsalves começou por escrever o seu nome em hebraico, ושרן ; substituiu depois cada uma destas quatro letras por outra que lhe correspondesse no cursivo grego (*iota, sigma, úpsilon, ómega*), obtendo Ιςυω. Substituiu em seguida cada uma das letras do cursivo grego pelo que lhe correspondia — quanto à forma — entre as capitais dos alfabetos modernos, e assim obteve ISVW como se vê no listel. O quinto sinal não é uma letra, é uma associação de elementos heterógenos: representa a letra *ksi* [Ξ] voltada [*i. e.*, de lado: ΙΙ], cujas hastes laterais foram unidas por um traço horizontal, contendo um arco. Esta híbrida associação dava a ideia do apelido Zarco.

Quanto à paternidade de Colombo apresentou Ferreira de Serpa como sua prova apenas os factos de o infante ser dado às damas (haveria infantes que o não fossem?), e o de Colombo ter o hábito de jurar por S. Fernando <sup>70</sup> (prova altamente concludente...) e ter dado o nome de Fernando ao filho de sua união com Beatriz Enríquez de Arana; só se não compreende porque teria prestado homenagem à memória paterna dando o nome do pai a seu segundo filho, que nasceu bastardo, e não ao seu promogénito, a quem chamou Diogo. Como contraprova, é-nos apresentado o facto de que em 1452 o sobredito infante — pretextando ir encontrar-se em Nápoles com Afonso V de Aragão (r. 1416-58), seu tio materno, para o persuadir a adotá-lo como herdeiro de seu trono, pois não tinha filhos <sup>71</sup> — tentou fazer uma viagem a Itália, que seu irmão D. Afonso V (r. 1438-81) impediu, mandando-o interceptar no estreito de Gibraltar e obrigando-o a desistir quer da sua vilegiatura italiana quer das suas veleidades de cruzada marroquina. Para os autores do livro a viagem tinha, *evidentemente*, o fito de ir a Génova encontrar-se com a sua amante, já aí refugiada, e por isso a impediu El-Rei... Não lhes ocorreu a explicação mais óbvia: D. Fernando era ainda o herdeiro do trono português; como tal fora jurado em 1438, e sê-lo-ia até 1455, data do nascimento de seu sobrinho, o futuro D. João II, pelo que não era aconselhável que migrasse para os domínios da Coroa de Aragão, nem que pusesse a vida em risco em algomavarias no Magrebe.

<sup>70</sup> Las Casas, *HI*, I, ii.

<sup>71</sup> Sobre o infante D. Fernando, vide D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, Lisboa, 1736 [reimp. Liv<sup>a</sup> Atlântida, Coimbra, 1946], liv<sup>o</sup> III, cap. ix, pp. 283-312.

De notar que, aparentemente para reforçar a identificação de Colombo com o tal hipotético filho de D. Fernando, os autores incluem no seu livro uma estampa a cores com o brasão de Colombo, alterado a seu talante. Por carta régia de 20.V.1493 <sup>72</sup>, os Reis Católicos haviam-lhe concedido que acrescentasse às armas, que (provavelmente, como veremos, desde c. 1470) usava, os símbolos de Castela e Leão, mas com cores modificadas. Todavia, entre 1493 e 1502, o Almirante decidiu substituir no derra-deiro quartel do escudo por cinco âncoras douradas, dispostas em aspa ou sautor, em campo azul, “as armas que soía usar”, que segundo a descrição do cronista Gonzalo Fernández de Oviedo <sup>73</sup>, a que Harisse deu forma gráfica numa das gravuras com que ilustra a sua obra, <sup>74</sup> eram uma banda de azur em campo de ouro com chefe de goles (*i. e.*, vermelho) <sup>75</sup>, cuja origem discutiremos mais abaixo. Ora na gravura que orna o seu livro, Santos Ferreira substituiu as âncoras por besantes, tornando assim o último quartel do escudo idêntico a uma das quinas de Portugal — o que, obviamente, sugere desde logo a sua ligação à Casa Real portuguesa, *quod erat demonstrandum*... Ora as cinco âncoras (e não besantes) douradas em campo azul parecem representar, muito simplesmente, uma adaptação das armas dos Monizes, família a que, como é bem sabido, pertencia a mulher de Colombo: cinco estrelas de ouro, dispostas em sautor, em campo de azur.

A identificação de Cristóvão Colombo com o suposto fruto dos amores de D. Fernando com a filha de Gonçalves Zarco foi em 1939 retomada por Arthur Lobo d'Ávila e Saul Santos Ferreira, em livro intitulado *Cristóbal Colón - Salvador Gonsalves Zarco - Infante de Portugal*, editado em Lisboa.

Retomou-a em 1988 Mascarenhas Barreto (1923-2017) <sup>76</sup>, que invocou em apoio da sua tese eclética — em que Colombo é, ao mesmo tempo, como fora já sugerido, português, membro da família real, espião, judeu, templário, cátaro e não sei se alguma coisa mais — novos argumentos, que adiante discutiremos.

<sup>72</sup> CDD, I, doc 59, pp. 312-313.

<sup>73</sup> Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, *Historia General y Natural de las Indias* [doravante HGNI], 5 vols., ed. y estudio preliminar de Juan Pérez de Tudela Bueso, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1959-92, II, vii.

<sup>74</sup> Henry Harisse, *Christophe Colomb - Ses origines, sa vie, ses voyages, sa famille et ses descendants*, 2 vols, Paris, 1884, vol. I, pp. 37-38.

<sup>75</sup> Pode ver-se o significado exato de cada termo da linguagem heráldica *in* Armando de Mattos, *Manual de Heráldica Portuguesa*, F. Machado & C<sup>ª</sup>, Porto, 1941; ou *in* Luís Strubbs Saldanha Monteiro Bandeira, *Vocabulário Heráldico* [Associação dos Comandos / Edições Mama Sume], Porto, 1984.

<sup>76</sup> Mascarenhas Barreto, *O Português Cristóvão Colombo, agente secreto do rei D. João II*, Referendo, Amadora, 1988. A sua hipótese foi amplamente debatida e, a meu ver, cabalmente rebatida por Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, Documenta Histórica, Lisboa, 1990.

Introduziu-lhe, contudo, uma nova interpretação que roça pelo absurdo: imaginou o autor que, embora filho do infante D. Fernando e da filha de Gonçalves Zarco, como pretendiam Ferreira de Serpa e seus sequazes, Cristóvão Colombo, ou melhor, Salvador Gonçalves Zarco, teria nascido na vila alentejana da Cuba e aí sido educado; aí estaria a razão por que teria dado o nome de Cuba à ilha de Fidel de Castro, e nomes de vilarejos vizinhos a diversos lugares que explorou nas Antilhas e na Terra Firme — argumento que, como veremos em breve, não tem o mínimo fundamento. Na hipótese dos dois investigadores precedentes, entre nascer e vir para Portugal, Colombo teria vivido em Génova com os seus pais adotivos; seria possível. Na de Mascarenhas Barreto é um perfeito enigma: dir-se-ia que, parido na Cuba, foi escondido sob a camilha da braseira e aí esperou pacientemente até ter idade para ser usado como espia — o que, para o autor, explicaria suficientemente que nenhuma crónica ou documento de arquivo aluda, sequer ao de leve, à existência do bastardinho ducal... E no entanto, como ficamos a saber já perto fim do livro <sup>77</sup>, “é evidente” que havia quem conhecesse as suas verdadeiras origens: seus dois filhos, seus dois irmãos, “os Reis de Portugal, a Rainha D. Leonor, as Infantas e alguns nobres de lábios cerrados pela ordem do *sigilo*”. Em Castela sabiam-no, além dos Reis Católicos (*sic!*), os duques de Medina Sidónia <sup>78</sup>, os marqueses de Moya e os condes de Medinaceli <sup>79</sup>! Confirmar-se-ia assim que segredo é uma informação que se pode comunicar a toda a gente, desde que se revele apenas a uma pessoa de cada vez.

Segundo um dos passos do livro, Salvador Fernandes, o pseudo-Colombo, bastardito ducal, teria ido viver para a Madeira aos 14 anos, como atestaria Las Casas; sucede que conferimos cuidadosamente as 21 referências que no livro I da sua *Historia* o probo domínico faz, e nada de semelhante encontramos — nem podíamos encontrar, pois Las Casas conhecia bem, e resume-a na sua crónica, a história de Colombo *ab ovo*. Teria, naquele caso, sido mandado para casa de seu avô, o donatário do Funchal, para ser criado por sua mãe; estranha então que na documentação da época — particularmente rica e bem conservada no arquivo do Funchal, que o terramoto de 1755 não vitimou — nenhuma referência, direta ou indireta, se lhe ache. Ainda que assim fosse: que fazer nesse caso de seus irmãos: eram também bastardos de D. Fernando? ou filhos de Domenico Colombo, que

---

<sup>77</sup> pp. 499-500.

<sup>78</sup> *ibidem*, p. 475.

<sup>79</sup> *ibidem*, p. 503.

nesse caso nada teria a ver com Cristóvão? e então como aparecem a seu lado em Espanha, ou mesmo já em Portugal? e como aceitam todos essa relação fraterna, se nem irmãos de criação eram afinal, já que Cristóvão não foi criado em Génova, mas algures entre a Cuba e o Funchal?

Mascarenhas Barreto, lamentando não achar documentos sobre o assunto, outro remédio não teve senão contentar-se com um palpito que o acometeu: Jácome ou Diego e Bartolomeu Colombo seriam na realidade filhos de D. Isabel de Melo, vizinha da mãe de D. Cristóvão Colombo / Salvador Gonçalves Zarco, e de João Afonso de Aguiar e eram também agentes secretos de D. João II, que aceitaram entrar na farsa, um ao fim do primeiro ato, outro ao do segundo; como porém se sentiam bem nos reinos de Castela, quando ao fim do quarto ato os seus serviços se tornaram dispensáveis resolveram deixar-se ficar. Apenas se não compreende por que motivo pensava D. Diego em regressar a Itália <sup>80</sup>, de onde afinal não era originário, mas isso pouca importância tem...

Colmatando as lacunas dos nobiliários com genealogias com que sonhou de noite, o autor demonstra que o pseudo-Colombo de que nos ocupamos era não só parente da Casa Real portuguesa mas também de muitas insígnias figuras da nossa História que vão de Vasco da Gama a Luís Vaz de Camões, passando, é claro, por Pedro Álvares Cabral e Francisco Sá de Miranda. Como no *Ernani* de Verdi, *siamo dunque una sola famiglia*...

Dir-se-ia que, por vezes, o autor está simplesmente caçoando com o leitor, tamanho é o absurdo que lhe procura inculcar: não chega ao ponto de afirmar que Colombo era *parente* do marquês de Moya, simplesmente porque este era primo por afinidade da irmã da primeira mulher de um homem que em segundas núpcias desposou uma tia da sua nora?

Quer-nos parecer que, para além da suposta decifração da sigla colombina, o livro de Mascarenhas Barreto nada apresenta de novo, uma vez que o próprio argumento da toponímia usada pelo descobridor para as suas descobertas fora já usado pelos galeguistas García de la Riega e Arribas Turull, e em versão portuguesa por Patrocínio Ribeiro. Desse livro se poderia assim dizer o que consta ter sido alegado na arguição de uma tese na Faculdade de Direito de Lisboa: “F., apresenta aqui um volumoso trabalho, repleto de coisas boas e de coisas novas: só é pena que as coisas novas não sejam boas, e que as coisas boas não sejam novas...”. O autor assevera que passou

---

<sup>80</sup> Carta dos Reis ao bispo de Badajoz, mandando-lhe que deixasse D. Diego ficar, juntar-se a seu irmão na Espanhola ou partir para Itália, conforme preferisse, Arévalo, 1.VI.1495, pub. por Navarrete, *op. cit.*, vol. I, doc. xcvi, pp. 406-407.

quinze anos a estudar o problema da identidade de Colombo; pena é que durante eles não tenha tirado uma semana para ler os diários colombinos, com o que evitaria incorrer nos erros grosseiros que comete, como a seu tempo veremos.

Do mesmo quilate e de teor assaz semelhante é a teoria do médico e polemista luso-americano Manuel Luciano da Silva (1926-2012), que a divulgou em inglês em livro publicado em 1987, traduzido em português e publicado em Portugal em 2006. Ao que sabemos nenhum dos autores destas desvairadas teorias apresentou em seu abono novos documentos que contradissem os já de longa data conhecidos, limitando-se a emitir interpretações capciosas de passos obscuros ou frases isoladas destes, ou obstinando-se em negar a sua autenticidade.

Ora os documentos até aqui desconhecidos que recentemente foram descobertos e publicados só servem para confirmar o que durante os séculos que medeiam do XV ao XIX dizia toda a gente: Colombo era genovês.

A descoberta mais sensacional foi a de um copiadador contendo dez documentos da autoria do descobridor, que apareceu à venda num alfarrabista em Tarragona em 1985, que o governo espanhol adquiriu e depositou no *Archivo de Indias*, em Sevilha. Entre esses documentos contam-se: a versão original da Carta aos Reis Católicos de 4 de Março de 1493 a participar-lhes o seu descobrimento, que contém pormenores que não constam da carta a Luís de Santángel, de 15 de Fevereiro, a primeira notícia da América a circular impressa (em Barcelona logo em Abril de 1493); as relações da segunda, terceira e quarta viagens do descobridor ao Novo Mundo, apenas parcialmente conhecidas por transcrições posteriores; e diversas cartas e memoriais que aclaram pontos obscuros da vida do Almirante ou acrescentam ao que se já sabia interessantes pormenores. Para o nosso intento o seu principal interesse é revelarem mais italianismos na língua de Colombo do que deixavam ver as suas transcrições em documentos posteriores, que se deram bastas vezes ao trabalho de os corrigir<sup>81</sup>: para dar apenas um exemplo, na *Relação da Quarta Viagem* o manuscrito de Tarragona traz o topónimo *Belpuerto*<sup>82</sup>, que o da Biblioteca Universitária de Salamanca<sup>83</sup> corrige para *Belpuerto*.

Outra descoberta que se pode qualificar de sensacional é a do processo levantado a Colombo por Frey Francisco de Bobadilla, cavaleiro de Calatrava e primeiro governador das Índias nomeado pela Coroa, que exerceu funções de 1500 a 1503; achado

<sup>81</sup> Vide Varela & Gil, *Textos...*, introdução.

<sup>82</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 493.

<sup>83</sup> Pub. por Consuelo Varela, *Cristobal Colón, Textos y documentos completos*, Prólogo y notas de..., Alianza Editorial, Madrid, 1984, p. 323.



**O códice de Tarragona, agora no Archivo de Indias em Sevilha**

Cópia dos originais feita provavelmente no 2º terço do século XVI

em 2005 no *Archivo General de Simancas*, onde jouvera durante meio milénio entre outros maços de processos, dele consta um testemunho claríssimo da identidade entre Cristóbal Colón e Cristoforo Colombo, que a seu tempo citaremos <sup>84</sup>.

Temos ainda a registar a recente publicação sob a direção de Anunciada Colón de Carvajal, descendente do descobridor, da integralidade dos documentos que constituem os chamados *Pleitos Colombinos*, em parte preservados no arquivo dos Duques de Verágua, ou seja da família de Colombo. Daí se retiram diversos pormenores sobre essa longa e intrincada querela, que permitem conferir a genuinidade dalguns dos documentos que direta ou indiretamente atestam da genovesidade do Almirante e aclaram muitos pontos obscuros da sua biografia. Basta dizer que na primeira querela ficou provado que Colombo era estrangeiro e que a sua relação com os reis de Espanha era meramente contratual — o que sem ser incompatível com a sua suposta portugalidade o é em absoluto com as hipóteses que o pintam de galego ou catalão. Não é sequer imaginável que os tribunais de Espanha — honra lhes seja — se tivessem atrevido a dar aos descendentes de Colombo razão contra a própria Coroa se o facto não estivesse cabalmente provado!

<sup>84</sup> Consuelo Varela & Isabel Aguirre, *La caída de Cristóbal Colón - El juicio de Bobadilla*, Marcial Pons Historia, Madrid, 2006.

E temos, finalmente, em Junho de 2019, a descoberta em Toledo, no Archivo Histórico de la Nobleza, de duas cartas de D. João II ao Rei Católico sobre a primeira viagem colombina e a questão entre os dois reinos que daí se seguiu, datadas ambas de Maio de 1493. As cartas encontram-se no fundo do condado de Villagonzalo, incorporado no arquivo em 2010; embora o título de Conde de Villagonzalo apenas em 1705 tenha sido outorgado a Francisco Maldonado Rodríguez de las Varillas, senhor de Villagonzalo, o fundo inclui numerosos documentos provenientes de diversos morgadios detidos desde o século XV por vários ramos da família Maldonado. Provavelmente as duas cartas estiveram em poder do Dr. Rodrigo Maldonado de Talavera (1456-1517), membro do Conselho Régio dos Reis Católicos e reitor da Universidade de Salamanca, onde mandou construir a Capela Talavera e a Casa das Conchas, que foi um dos negociadores quer do Tratado das Alcáçovas, em 1479, quer do de Tordesilhas, em 1494, e um dos membros da junta que examinou o projeto de Colombo. Numa das duas cartas D. João II refere-se ao descobridor simplesmente como *dom Christouam, vosso almirante*; mas na outra designa-o por *dom Christouam Colombo vosso almirante*. É provável que dentro em breve os nossos *cubistas* descubram qualquer pretexto, quiçá uma cagadela de mosca fora da área destinada a tal efeito, para as declararem falsas visto não chamarem ao Almirante *Colón*...

Quanto ao romance de José Rodrigues dos Santos, *Códex 632*, publicado em 2005: como obra de ficção que é, não merece discussão — pois em tal género literário assiste ao autor o direito de inventar tudo aquilo que lhe dê na gana.

Nas páginas que se seguem os bombos da festa vão, por conseguinte, ser Mascarenhas Barreto, que é a fonte em que toda a *Desordem* bebe, e o Eng<sup>o</sup> Fernando Branco, que comentou detalhadamente os meus primeiros artigos sobre este assunto procurando contestá-los — pois no presente estado da arte parecem-me ser os únicos autores que avançam argumentos dignos de discussão. Espero que o tom sobranceiro que, sobretudo o primeiro, adota, classificando sem provas de falsificadores os que brandem os documentos que se não compaginam com os seus devaneios, seja suficiente para, em contrapartida, justificar o tom cáustico e sarcástico em que de quando em quando me exprimo. É verdade que Mascarenhas Barreto não está já cá para se defender; não se trata, porém, de julgar a sua pessoa, cousa que nem ao presente autor nem a mortal algum compete, mas de discutir as suas afirmações. E essas, como veremos caso a caso, não têm defesa possível.



## II

# CRISTÓVÃO COLOMBO EM GÉNOVA

### As origens familiares

Foi a obra de Augusto Mascarenhas Barreto, publicada em 1988, que desencadeou em Portugal a torrente de especulações e fantasias a que aludimos ao princípio, já que as obras de Pestana Júnior e Ferreira de Serpa não tinham tido grande impacto; o seu livro apresenta-se assim como uma espécie de *antologia da asneira*, em que caldeia todas as teses fantasistas emitidas até aí, sem parecer dar-se conta de que algumas eram inteiramente incompatíveis entre si. Será, por isso, principalmente sobre ela que incidirá a nossa análise crítica <sup>85</sup>.

Antes, porém, que nela entremos convém frisar que o Cristóvão Colombo genovês é uma figura histórica, cuja existência é provada por documentos de insofismável autenticidade, dos quais os mais antigos datam de 1470 <sup>86</sup>; e estava vivo ainda em 1500, oito anos após o grande descobrimento, como atestam pelo menos dois documentos notariais dos cartórios genoveses. Os que teimam em afirmar a inidentidade entre ele e o achador do Novo Mundo veem-se acuados a optar entre várias soluções de recurso, as mais delas pouco racionais quando não recheadas de contadições internas. Como notámos já, a única que, embora desprovida da mínima base documental apresenta uma certa lógica intrínseca é a de Ferreira de Serpa. As demais acabam por, mais cedo ou mais tarde, esbarrar com intransponíveis aporias ao tentar conciliar a existência quase simultânea de dois homónimos com traços biográficos tão semelhantes.

---

<sup>85</sup> Para mais pormenores sobre a biografia do Almirante pode ver-se, além da obra clássica de Henry Harisse citada acima, a volumosa obra de Juan Gil, *Columbiana. Estudios sobre Cristóbal Colón*, 1984-2006, Academia Dominicana de la Historia, Santo Domingo, 2007, que embora se apresente como uma colêânea de artigos constitui de facto uma verdadeira biografia do descobridor. Como iniciação podem ver-se obras mais breves, como Charles Verlinden, *Christophe Colomb*, Presses Universitaires de France (Collection “Que sais-je?” - n° 1457), Paris, 1972, ou Samuel Eliot Morison, *Cristóvão Colombo, Almirante do Mar-oceano*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1962.

<sup>86</sup> Ato notarial de Génova, 22.IX.1470, pelo qual Domenico Colombo e seus filhos Cristoforo e Girolamo del Porto, prometem pagar a Giovanni Agostino Goano o que for arbitrado por sentença, Archivio Notarile di Stato, Génova [doravante ANG], *Atti del notaro Giacomo Calvi*, filza 3, n° 370, pub. in *RC*, p. II, vol. I, doc. xxviii; sentença arbitral de 28.IX.1470, condenando-os ao pagamento de 35 libras, ANG, *Atti dei notari Giacomo e Giovanni Calvi*, filza 2, n° 73, pub. *ibidem*, doc. xxxi; & ato notarial de 31.X.1470, pelo qual Cristóvão Colombo, de 19 anos de idade, autorizado por seu pai Domenico Colombo, se declara devedor de 48 libras genovesas a Pietro Ballesio, que lhe fornecera vinho: ANG, *Atti del notaro Nicolò Raggio*, filza 2, a° 1470, n° 905; pub. *ibidem*, doc. xxxiv.

Para o Eng<sup>o</sup> Branco, se bem acompanho os meandros do seu pensamento, não haveria efetivamente um Cristóvão Colombo mas dois — digamos, Cristóvão Colombo (ou Cristoforo Colombo) e Cristóvão Colombo' (ou Cristóbal Colón) — nascidos com cerca de quatro anos de intervalo. O primeiro seria genovês, o segundo não; o primeiro não teria estudos, o segundo, embora não fosse italiano, tê-los-ia feito em Pavia. E, no entanto, apesar de ter estudado em Itália, não falava italiano! Dir-se-ia que era burro para línguas; mas afinal não se lhe deve creditar senão uma burrice seletiva, pois, segundo Branco, falava bem latim... Ambos teriam por pai um tal Domenico ou Domingos, o de Génova porque assim o provam numerosos documentos notariais, o descobridor porque se sabe que seu irmão Bartolomeu Colombo deu à cidade que fundou em 1498 na ilha de Haiti ou Espanhola o nome de Santo Domingo, em homenagem a seu pai. Ambos teriam dois irmãos, chamados um deles Bartolomeu, o outro Jácome, Tiago ou Diogo, o que etimologicamente, vem a dar ao mesmo. Um teria falecido em 1506, o outro não longe disso, já que é *grosso modo* na mesma década que as fontes históricas disponíveis cessam de o mencionar. Não estou de crer que a Natureza gagueje tanto...

As mais irracionais das teorias são as que imaginam que, chamasse-se como se chamasse originalmente o descobridor da América, este se tivesse, por embuste, feito passar pelo genovês, para então, em missão secreta ao serviço de D. João II, ir vender à Rainha de Castela os seus préstimos.

Como a existência do Colombo genovês é indiscutível, vêem-se alguns autores obrigados a insinuar que tivesse entretanto morrido, por volta dos quarenta anos de idade, coisa que, de facto, tem sucedido a muito boa gente. O que queda, evidentemente, sem explicação possível é o caso inédito de um homem ter caído maduro do céu aos quarenta anos, para então se apoderar da identidade do genovês defunto e se fazer passar por ele...

Fica nesse caso por explicar a ubiqüidade do herói, que entre 1487, data do primeiro documento oficial que o refere em Espanha, e 1502, data do último que em Génova lhe alude, permaneceria quiçá vivo em Itália, ao mesmo tempo que andava de caravela pelas Índias Ocidentais a fazer descobrimentos... Os sequazes dessa teoria tendem por isso a sustentar serem apócrifos todos os documentos notariais que em Génova se referem a Cristóvão Colombo. Teriam sido falsificados adrede pelos italianos para fazerem do descobridor da América genovês. Há, de facto, italianos capazes de tudo! Glosando o *Rigoletto*: *italiani, vil razza dannata*...

E no entanto, nenhum dos cronistas de Quinhentos, alguns deles indubitavelmente homens de vasta cultura, de elevada estatura moral e de rara inteligência, como Pedro Mártir de Anglória (1457-1526), Las Casas (1484?-1566) ou João de Barros

desconfiou ao de leve do embuste! Todos o enguliram: Rui de Pina (1440-1521), Andrés Bernáldez (c. 1450-1513), Bartolomeo Senàrega (*fl.* 1479-1514), Garcia de Resende (1470-1536), Agostino Giustiniani (1470-1536), Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés (1478-1557), António Galvão (1490-1557), João de Barros (1496-1570), Francisco López de Gómara (1511-66), Jerónimo Zurita (1512-80), Girolamo Benzoni (1519-70), Gaspar Frutuoso (1522-91), e Antonio de Herrera y Tordesillas (c. 1549-1625), para enumerar apenas os que nasceram nos séculos XV e XVI.

Não impingiremos ao leitor o longo rol dos testemunhos historiográficos: achar-se-á a lista completa de todos os testemunhos literários conhecidos em 1932 no volume Ciudad de Génova / Ville de Gênes, *Cristóbal Colón - Documentos y pruebas de su origen genovés / Christophe Colomb - Documents prouvant son origine génoise*, Edición hispano-francesa / Édition Franco-Espagnole (publicado também em edições italiana e anglo-alemã): aí se enumeram as obras de 93 cronistas, cartógrafos, cosmógrafos, etc., dos quais 26 não italianos, 52 italianos mas não lígures e 15 lígures, todos nascidos nos séculos XV e XVI e portanto contemporâneos ou quase-contemporâneos senão de Colombo pelo menos de seus filhos. Nessa obra se publicam em fac-símile quase todos os documentos de arquivo que neste estudo citamos.

Embora se não possa de modo algum desprezar a unanimidade dos testemunhos de cronistas e historiógrafos, em número de quase uma centena, que ao longo dos séculos XVI e XVII, quando ninguém pusera ainda em dúvida a genovesidade de Colombo, a atestam, são, como veremos, sobretudo os documentos produzidos no período 1487-1506 que permitem estabelecer, com absoluta certeza, a identidade entre o antigo tecelão de Génova e o descobridor da América.

À data em que Colombo nasceu não havia ainda registos de batismo: foi o Concílio de Trento, cujos decretos foram publicados em 1563, que os tornou obrigatórios. Algumas igrejas italianas mantinham registos de óbitos e funerais, de que constam dados biográficos dos falecidos, mas, infelizmente para o historiador, Colombo não morreu em Itália. Não admira, portanto, que se ignore a data certa do seu nascimento. Sabe-se porém, que veio ao mundo entre 25 de Agosto e 31 de Outubro de 1451, como se deduz de atos notariais que firmou e em que deixou exarada a sua idade: uma escritura de 31 de Outubro de 1470, em que se diz de dezanove anos, e outra de 25 de Agosto de 1478 (o chamado “documento Assereto” de que voltaremos a falar), em que se declara *annorum viginti septem circa*, ou seja, “de 27 anos ou à volta disso”. Estas datas harmonizam-se perfeitamente com tudo o mais que sabemos da sua vida.

A estes dados precisos pretendem os apóstolos do Colombo português contrapor indicações vagas e incoerentes respigadas dos seus próprios escritos, que conduzem ao absurdo. Retorquiou assim Fernando Branco, um dos próceres da *Desordem*, quiçá

seu bastonário, ao artigo que a esse propósito publiquei no volume XVI dos *Anais de História de Além-Mar*:

LT no entanto omite diversos documentos deixados pelo próprio Almirante (ver História do Almirante de Hernando Colon) que também permitem estimar a sua data de nascimento, tais como:

— *“Muy altos Reyes: De muy pequeña edad entré en la mar navegando, y lo he continuado hasta hoy; la misma arte inclina, a quien la prosigue, a desear saber los secretos deste mundo; ya pasan de cuarenta anos que yo soy en este uso”* (carta de 1501; cap.IV)

— *“...y más adelante, afirma que empezó a navegar de catorce años, y que siempre siguió el mar”* (cap. IV)

Ora uma simples conta de subtrair (1501-40-14), referente a estes dois documentos, permite ver que a data de nascimento do Almirante terá de ser anterior a 1447, ou seja uma data incompatível com a do nascimento do Colombo genovês. Tal mostra tratar-se de duas pessoas diferentes, inviabilizando a teoria genovesa. Note-se que além das duas referências citadas há diversas outras, escritas pelo Almirante, que levam a localizar o seu nascimento entre 1442 e 47, tais como:

— *“...Veintitrés años he andado por el mar “sin salir de él por tiempo que deba descontarse; vi todo el Levante, y todo el Poniente que se cree por navegar hacia el Septentrión, esto es, Inglaterra, y he navegado a Guinea”* (Diário de bordo de 21/12/92),

— *“...Despues que yo vine a servir que son siete años agora, a viente de Enero de 1493”*. (Diário de bordo de 14/1/93),

— *“...poco me han aprovechado veinte años de servicio que yo he servido con tantos trabajos y peligros”*. (carta de 1503, 4ª viagem<sup>5</sup>),

— *“...siete añõs estive io en su Real Corte, que a cuantos se fablo de esta empresa, todos aúna dixeram que era burla...”* (carta de 1503, 4ª viagem<sup>5</sup>),

— *“...y teniendo todos mis fijos en su Real Corte? Yo vine á servir de veinte ocho años, y agora no tengo cabello en mi persona que no sea cano ....”* (carta de 1503, 4ª viagem<sup>5</sup>),

A estes testemunhos poderíamos ajuntar o de um apontamento aparentemente dirigido por Colombo aos membros do *Consejo de Castilla* e datável de 1501, quando o trouxeram preso <sup>87</sup>, que o Eng<sup>o</sup> não cita: *Ya son XVII años que yo vene a servir estos Príncipes con la impresa de las Indias*, o que conduziria a 1484 a data da sua chegada a terras castelhanas.

Examinando um a um os documentos indicados concluir-se-ia: da primeira citação, apenas se pode deduzir que Colombo navegava desde c. 1461; da segunda, deduzir-se-ia que, tendo em 1461 a idade 14 anos, teria nascido em 1447; da terceira, que navegava desde c. 1459, o que, se de facto começou a navegar aos 14 anos, conduz a 1445 como data de nascimento. A não menos desconexos resultados conduzem — fazendo sempre, como o meu interlocutor sugere, “simples contas de subtrair” — as três citações seguintes: da quarta, infere-se que se pôs ao serviço dos reis de Castela em 1486; da

<sup>87</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlii, pp. 271-72.

quinta, que tal não sucedeu afinal nesse ano, mas em 1483; da sexta, que finalmente não terá vindo para Castela nem em 1483 nem em 1486, mas em 1485 (ou, segundo o documento que ajuntámos à lista, 1484). Finalmente infere-se da sétima citação que tendo 28 anos quando veio para Castela — o que, segundo as suas desvairadas contas sucedeu entre 1483 e 1486 — não nasceu, a final de contas, nem em 1445 nem em 1447, mas entre 1455 e 1458. É pena não ter o Eng<sup>o</sup> Branco feito mais contas de subtrair...

Perante tais desencontros, que implicam uma imprecisão de treze anos para a data provável do seu nascimento (1445-1458), fica-se prelexo, sem saber que data adotar: a média das cifras indicadas? ou antes a mediana? ou quiçá a moda? A única conclusão possível é a de que se trate de expressões vagas, aparentemente simbólicas, em que predominam as semanas de anos (*i. e.*, os períodos de sete anos ou de seus múltiplos, como 14 e 28), que não podem ser seriamente contrapostas a documentos notariais precisos. Conheci pessoas que não sabiam ao certo quantos anos tinham, se 60, se 61 se 62; o que de modo algum parece possível é que em 1500 Colombo não soubesse se tinha 55 anos se 42!

É igualmente devido à inexistência de registro de batismo que se ignora o lugar preciso em que sua mãe o deu à luz, embora seja certo que era cidadão da república de Génova. O que deu lugar às especulações que sobre a juventude de Cristóvão Colombo se têm feito foi a aura de mistério de que, pelas razões que conhecemos já, tanto o próprio navegador como seu filho e biógrafo, Don Hernando Colón, tentaram cercar as origens da família. Não é crível que D. Hernando, que acompanhou seu pai na sua quarta viagem ao Novo Mundo, de 3 de abril de 1502 a 7 de novembro de 1504 e teve por conseguinte dois anos e meio para o interrogar sobre o seu passado — de que pode também ter inquirido junto de seu irmão mais velho, D. Diego, que acompanhou às Antilhas em 1509 — ignorasse dados tão elementares. Contudo, como várias vezes sucede em casos semelhantes, descaí-se mais tarde a afirmar o que fingia ignorar: depois de dar a crer que não sabia ao certo de onde era oriundo seu pai, aventando entre outros lugares Placência da Lombardia como sua pátria — o que lhe permitia insinuar o seu parentesco com os Colombos nobres dessa cidade<sup>88</sup> — descaí-se no capítulo V a dizer que quando Colombo se salvou a nado da batalha do Cabo S. Vicente, se dirigiu a Lisboa *dove sapeva che si trovavano molti della sua nazione genovese; (...) essendo conosciuto da loro...*, *i. e.*, “onde sabia que se encontravam muitos da sua nação genovesa; (...) e sendo deles conhecido...” {5}. E depois de fingir ignorar o nome dos avós, declara no capítulo lxxii (=lxxiii) que Bartolomeu Colombo, irmão de Cristóvão,

---

<sup>88</sup> Sobre os Colombos de Placência, *vide* Vignaud, *Études critiques...*, pp. 53-55 e quadro genealógico IV, a seguir à p. 128.

*adelantado* e governador das Índias durante a ausência deste em Castela, havia dado o nome de *Santo Domingo* à cidade que fundara, *in commemorazione di suo padre, che se chiamava Domenico*<sup>89</sup> {6}.

Será necessário relembrar que o testemunho involuntário ou marginal é sempre o mais fiável? É um princípio elementar da crítica histórica! Mas infelizmente os engenheiros não estudam metodologia nem crítica histórica...

Objeta-me não sei já que luminar da *Desordem dos Engenheiros*: “de facto Santo Domingo teve esse nome por ter sido criada no domingo 5/8/1498, dia de Santo Domingos de Gusmão”. Não era, porém, a razão de ser do nome da cidade o que estava em causa, era se D. Hernando sabia ou ignorava o nome do avô! Seja como for, vasculhando pacientemente nas fontes, creio ter descoberto a origem da informação que me brande o meu opositor: provém certamente da *Historia General y Natural de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés (1478-1557), o primeiro cronista das Índias de Castela<sup>90</sup>, se bem que este se equivoque no ano, escrevendo 1494 em vez de 1498. Mandaria, porém, a honestidade citar o texto *in extensu*:

*... e llegó a este puerto, según algunos dicen, domingo, día del glorioso Sancto Domingo, a cinco días de Agosto, año de mill quatrocientos y noventa e quatro años (...). Pero, inquiriendo yo e deseando saber la verdad por qué esta cibdad se llamó Sancto Domingo, dicen que demás de haber allí venido a poblar en domingo e día de Sancto Domingo, se le dió tal nombre porque el padre del primer Almirante y del Adelantado su hermano, se llamó Dominico, y que en su memoria el fijo llamó Sancto Domingo a esta cibdad* {7}.

Por conseguinte todos estão de acordo em como o pai de Colombo se chamava Domenico, que era o que estava em causa! Que a cidade tire dele o nome, de um outro Domingos qualquer, do nome do santo do dia ou do dia semana, que importância tem isso? Nada aliás obsta a que hajam escolhido o dia 5 de Agosto para fundar oficialmente a cidade por se verificar nessa data aquela auspiciosa conjugação de nomes. Ao contrário de um descobrimento, que *acontece*, a fundação de uma cidade *faz-se*! É por um raciocínio semelhante que a ilha Domínica, descoberta por Colombo a 3.XI.1493, proclamou a independência a 3.XI.1978 — o que desde então lhe permite comemorar dois acontecimentos com um só feriado e assim economizar no PIB!

Tanto Las Casas como Herrera atestam que Cristóvão Colombo discordou do nome da cidade e preferiu chamar-lhe “Isabela Nueva”<sup>91</sup>; mas essa teima foi de tão pouco

<sup>89</sup> D. Hernando Colón, *Vida do Almirante* [doravante *VA*], cap. lxxii (lxxiii); Oviedo, *HGNI*, II, xiii.

<sup>90</sup> Livro I, capítulo xiii.

<sup>91</sup> Las Casas, *HI*, I, cxiv & cxxx; Herrera, I, iii, 5.

efeito como o nome de “Juana” dado a Cuba: só ele próprio persistiu em usá-lo, e jãmais criou raízes no uso do vulgo.

Não nos interessa esmiuçar aqui as razões por que se deve ter por certo que, como já Las Casas notou <sup>92</sup>, a fundação de Santo Domingo não tenha tido lugar em 1494 (em que, aliás, o dia 5 de Agosto não caiu ao domingo, mas à terça-feira) mas em 1498. Efetivamente, a festa de S. Domingos de Gusmão celebrava-se nesse tempo a 5 de Agosto; foi o papa Pio V quem em 1568 tornou obrigatório em toda a igreja latina celebrar nessa data o aniversário da dedicação da basílica romana de Santa Maria Maior (festa dita “de Nossa Senhora das Neves”) obrigando a festa de S. Domingos a passar para a véspera. Domenico Colombo devia ter falecido há pouco quando a cidade que lhe recorda o nome foi fundada, pois data de 30.IX.1494 o último documento que o dá como vivo: o testamento de Carlottina filha do falecido Bartolomeo Vernazzo e esposa de Carlotto Pizzorno, em que assina como testemunha <sup>93</sup>. Foi provavelmente ao tomar conhecimento do óbito do seu progenitor que Bartolomeu Colombo, que governava a Espanha na ausência de Cristóvão, decidiu atribuir à cidade um nome que assinalasse a sua memória. Se a iniciativa houvesse sido de Cristóvão, por certo que não procuraria mudar-lhe o nome.

Quanto ao argumento de que “o Almirante quando descobriu a ilha Domínica diz: *‘..a la que puso nombre de Domínica, por haberla descubierto el domingo, de mañana’* e não invoca o nome do pai como justificativo para esse nome) (*cap. XLVI*),” — primoroso argumento histórico! — apenas permite retirar uma conclusão: a de que os Colombos, que deram o nome do pai a uma só cidade, embora megalómanos, não eram de tanto como Alexandre Magno, que deu o nome de Alexandria a 16 das que fundou...

Aliás, se o critério universal para dar nome a povoados fosse atribuir-lhes o do dia da semana em que foram fundados, chamar-se-iam, pela lei das probabilidades, *Santo Domingo* um sétimo dos existentes, pois já naquele tempo, como ainda hoje, havia um domingo todas as semanas!

A explicação para a ignorância que D. Hernando não consegue simular até ao fim é, de qualquer modo, bem simples: herdou as veleidades nobiliárias de seu pai... Este já durante a sua estada em Portugal pretendia que, em troca do descobrimento que se oferecia para fazer, D. João II, entre outras *mercedes, dignidad y preeminencias*, como diz Las Casas <sup>94</sup>, lhe conferisse o título de *dom*.

---

<sup>92</sup> I, cix.

<sup>93</sup> Arquivo Notarial do Estado de Génova, *Atos do notário Giovanni Battista Parissola*, maço 10, nº 327, pub. em fac-símile e parcialmente transcrito in *Colombo*, Génova, 1932, pp. 158-159.

<sup>94</sup> I, xxviii.

A sua mania das grandezas não se ficou, aparentemente por aí: nas *Capitulações de Santa Fé*, firmadas a 17.IV.1492, sem dúvida redigidas sobre a base das petições apresentadas aos Reis pelo próprio Colombo, lê-se: ... *que vuestras Altezas, como señores que son de las dichas mares oceanas, fagan desde aquí al dicho don Cristóbal Colón su Almirante en todas aquellas islas e tierras firmes...*; ao que a resposta foi: *Place a sus Altezas - Juan de Coloma*<sup>95</sup>. No entanto, a nomeação formal, datada de 30.IV.1492, estabelece que Colombo apenas seria considerado almirante e poderia usar o título de *don* a partir do dia em que achasse e ganhasse quaisquer *islas e tierra firme en la dicha mar Océana*<sup>96</sup>. Tudo leva, portanto, a crer que o *don*, que consta de facto do registro das *capitulações* na Chancelaria de Aragão, constasse já do memorando, hoje perdido, redigido pelo peticionário uns bons seis meses antes de avistar terras antilhanas.

E na relação da sua derradeira viagem, Colombo gaba-se a Fernando o *Católico* de, na costa panamiana, ter ouvido uma voz do céu que o comparava a Moisés e ao rei David<sup>97</sup>.

Não é impossível que na sua megalomania Colombo a si mesmo se iludisse, como o general Epančin d'*O Idiota* de Dostoievskij, ou o *Tartarin de Tarascon* de Alphonse Daudet — que à força de impingir a terceiros a história da sua imaginária viagem a Marrocos, a combater infiéis, acabou por se convencer dela, e finalmente não mentia já quando a narrava...

Quanto ao filho e biógrafo de Cristóvão, tinha, pelas razões que vimos já, tão pouco interesse como o pai em propalar as suas origens modestas, que a todos pareceriam forte óbice ao grande salto que pretendiam dar na vida; mas, embora teça um certo mistério em torno da sua juventude, jámais nega as suas origens genovesas. D. Hernando fazia gala delas e nas suas múltiplas viagens pela Europa aprazia-lhe mais apresentar-se como italiano do que como espanhol. Deve ser por isso que Mascarenhas Barreto<sup>98</sup>, apostado em menoscar todo o autor antigo ou moderno que não afine pelo diapasão dos seus devaneios, reduz o conteúdo da Biblioteca Colombina reunida por D. Hernando (de que, efetivamente, alguma obras, com o correr dos séculos se perderam) a apenas 200 volumes — quando pelo inventário de 2017 só icunábulo (*i. e.*, livros impressos no século XV) se contam 1194! Nas vésperas de falecer em Sevilha fez D. Hernando o seu testamento, em que nomeou testamenteiros dois mercadores

<sup>95</sup> Pub. por Navarrete, *op. cit.*, doc. V, pp. 302-303.

<sup>96</sup> *Ibidem*, doc. VI, pp. 304-305.

<sup>97</sup> *Relación del Cuarto Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 490.

<sup>98</sup> *op. cit.*, p. 89.

genoveses da cidade. Como tivemos já ocasião de dizer, era um bibliófilo, que possuía uma biblioteca de 15.000 volumes. No rol das suas vontades <sup>99</sup> incluiu a recomendação para que se prosseguisse a aquisição de livros, recorrendo de preferência a livreiros genoveses, a quem o guarda-livros deve explicar que o é da

*librería Fernandina, que istituyó Don Fernando Colón, hijo de Don Cristóbal Colón, Ginovés {8}, primero Almirante que descubrió las Yndias, y que por razón de ser de la patria del fundador le pide por merced le favorezca en lo que se ofreciere en aquella tierra, porque así lo dexó istituido y amonestado a los sumistas que lo ficiesen, y que en su nombre se lo pudiesen, porque sabía que siempre hallaría de los de su patria muy buena ayuda.*

Para as exéquias de D. Hernando foram, conforme seu desejo, convidados *los señores y caballeros de esta ciudad [de Sevilha] y todos los señores genoveses de la nación del Señor D. Hernando {9}* <sup>100</sup>.

Não é totalmente impossível que — como foi já aventado, nomeadamente por Salvador de Madariaga <sup>101</sup>, que supôs o descobridor judeu converso de origem catalã refugiado em Génova, o que jamais se provou — D. Hernando tenha na biografia paterna tecido um certo mistério em torno do seu progenitor porque este fosse de cepa judaica, o que na Espanha dos Reis Católicos não seria, certamente, um grande cartão de apresentação. Sem embargo, tudo leva a crer que o primeiro almirante de Castela a título hereditário, D. Alfonso Enriquez (1365-1429), neto del-rei Afonso XI (r. 1312-50), era filho de uma judia...

No seu crónico tresvario Mascarenhas Barreto <sup>102</sup> via uma prova das origens judaicas de Colombo no facto de ser capaz — coisa que um “cardador de lã genovês” jâmais seria — de interpretar as tábuas astronómicas de Abraão Zacuto, escritas em hebraico, com que D. João II o teria regalado; parece assim ignorar inteiramente que o *Almanach Perpetuum* de Zacuto, terminado em 1478, fora logo em 1481-82 traduzido em castelhano por Juan de Salaya, e em seguida em latim por Mestre José Vizinho, e que viria a ter duas impressões em Leiria em 1496, uma totalmente em latim, outra com uma parte

<sup>99</sup> Cópia autenticada no Arquivo Capítular da Catedral de Sevilha; cópia de 1784 no Archivo de Indias, *Real Patronato*, maço 10 (I, i, 3/10), parcialmente pub. em fac-símile in Colombo, Génova, 1932, pp. 270-271.

<sup>100</sup> Declarações do testamenteiro de D. Hernando, Lic<sup>o</sup> Marcos Felipe, pub. por D. Miguel Salvá & D. Pedro Sainz de Baranda, *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Espanha*, tomo XVI, Madrid, 1850, doc. 6, pp. 459 & sqq.

<sup>101</sup> *Vida del muy magnífico señor Don Cristóbal Colón*. Espasa Calpe, Madrid, 1976.

<sup>102</sup> *op. cit.*, p. 125

em castelhano! Foi a partir do exemplar dessa edição de Leiria existente na biblioteca de Augsburg, escrito em latim, que em 1915 Joaquim Bensúde o reeditou em fac-símile <sup>103</sup>, na sua *Collection de Documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise*; e a partir do da Biblioteca Nacional de Lisboa, com uma parte em castelhano, que em 1986 a Imprensa Nacional o reimprimiu igualmente, em edição preparada por Luís de Albuquerque, que para ela redigiu uma primorosa introdução <sup>104</sup>! Para mais, em passo algum dos seus diários afirma Colombo que o almanaque de que se servia era o de Zacuto e não o de Regiomontanus. Quanto à informação de que D. João II o presenteara com a obra, não a achamos em qualquer passo dos seus escritos, nem nos de D. Hernando nem nos de Las Casas. Tampouco achamos o mínimo indício de que nas suas navegações Colombo tentasse determinar a latitude pelo Sol, mas tão somente pela Polar. Tudo leva a crer portanto que estamos perante uma das consuetas construções mentais de nosso amigo Barreto, que se estribam umas nas outras como o burro-em-pé, sem mais arrimo...

Por outro lado, se Colombo soubesse ler hebraico, por certo que quando compilou o seu *Livro das Profecias* teria retirado do texto original as citações que faz. A prova de que Colombo não lia a Bíblia em hebraico é o facto de no seu *Livro das Profecias* as citações por ele escolhidas serem feitas em latim, segundo o texto da Vulgata; e como se tal não fora prova bastante, inclui trechos dos livros deuteroacanónicos, como a profecia de Baruc e o Livro da Sabedoria, cujo texto hebraico, até ser achado em Qumrân, era desconhecido, já que não fazem parte do cânon judaico, mas tão somente da “Bíblia de Alexandria”, ou seja, da versão



**Entrada da Biblioteca Colombina na catedral de Sevilha**

Gravura publicada na revista *Le Monde Illustré*, em 1892

<sup>103</sup> Raby Abraham Zacuti, astronomi Johannis Secundi et Emmanuelis, Serenissimorum Regum Portugaliae, *Almanach Perpetuum Celestium Motuum (Radix 1473) - Tabulae Astronomicae*, in latinum translatae per Magistrum Joseph Vizinum, discipulum auctoris, reproduction fac-similé de l'exemplaire appartenant à la Bibliothèque d'Augsbourg, édition, 1496, Leiria, J. B. Obernetter, Munique, & Max Drechsel, Berna, 1915.

<sup>104</sup> Luís de Albuquerque, *Almanach Perpetuum de Abraão Zacuto - Reprodução em fac-símile do exemplar da Biblioteca Nacional com introdução de...*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, s/d (1986).

grega dita *dos Setenta*. Por outro lado, no seu *Livro*, a numeração dos salmos segue a dos Setenta e da Vulgata, e não a da Bíblia hebraica, que é diferente e cujo texto se aparta por vezes consideravelmente do texto massorético (o texto hebraico fixado nos primeiros séculos da nossa era por eruditos fariseus).

Desde que, sobretudo no Norte de África onde o grego era pouco conhecido, o cristianismo se começou a difundir nos meios latinófonos, foram feitas traduções mais ou menos completas da Sagrada Escritura no doce idioma do Lácio. Foram geralmente feitas a partir da versão grega dita dos Setenta, feita em Alexandria nos séculos III-II A. C. — versão, por assim dizer oficial do cristianismo nascente, utilizada em quase todas as citações que o Novo Testamento faz do Velho — e não do original hebraico. Essa versão, conhecida por *Vetus Latina* ou *Vetus Itala*, permaneceu em uso até aos nossos dias nas peças litúrgicas que estavam já musicadas, como o *Pater Noster*, o salmo 94 do *invitatório* de Matinas, os *introitos* das missas, etc. Nem sempre cuidadosas, essas versões apresentavam o inconveniente de serem traduções de traduções. Foi por isso que em 382 o papa S. Dâmaso, que por sinal era lusitano (natural, segundo a tradição local, de Idanha-a-Velha), encarregou S. Jerónimo de fazer uma nova tradução, diretamente do hebraico, do que resultou a *Vulgata Latina*. No entanto a recitação dos salmos estava demasiadamente enraizada na prática cristã para que fosse possível fazer sem escândalo uma substituição integral do texto tradicionalmente em uso por um outro consideravelmente diferente. Por isso o texto do saltério *secundum hebraicam veritatem*, vertido por S. Jerónimo, jãmais penetrou no uso litúrgico. Acabou por vir a predominar o chamado *saltério galicano*, que é o fruto de uma segunda revisão do texto da *Vetus Italica* por S. Jerónimo — ao passo que o uso do *saltério romano*, resultado da sua primeira revisão, ficou confinado às basílicas romanas. Ora é pelo *saltério galicano* que Colombo cita os salmos, que constituem uma parte considerável do seu *Livro das Profecias*.

A talho de fouce, já que é esse um dos argumentos favoritos de Barreto, não é despropositado notar que em Portugal, no que toca a judeus, as coisas eram um pouco diferentes do que se passava em Castela: estavam ainda em vigor as *Ordenações Afonsinas*, que dedicam toda uma secção ao direito dos hebreus<sup>105</sup>. Ignorando a existência das *Ordenações de D. Duarte*<sup>106</sup>, que chegaram a ser compiladas mas jãmais

<sup>105</sup> Livº II, títulos lxvi-lxxxxviii; cf. livº V, tit. xv-xxvi; vide *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, 5 vols, Coimbra, 1786 [reimp.: Mário Júlio de Almeida Costa & Eduardo Borges Nunes (ed.), *Ordenações Afonsinas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1984)].

<sup>106</sup> *Ordenações del-rei D. Duarte*, edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988.

foram promulgadas, Mascarenhas Barreto imagina, gratuitamente, que começaram a ser coligidas por D. João I. Na realidade as *Ordenações de D. Duarte* são uma mera colêânea de leis dos reis anteriores, apresentadas por ordem cronológica, ao passo que as *Afonsinas* são já um código, disposto por assuntos, embora se cite ainda o texto de cada lei mencionando o nome do rei que a promulgou. É só com as *Ordenações Manuelinas*, começadas a imprimir em 1512 e de novo impressas, em edição revista e corrigida, em 1521, que no nosso país surge pela primeira vez um código que vale pela autoridade de quem o promulgou no seu conjunto, e de que não constam já os nomes dos reis que eventualmente terão pela primeira vez decretado tal ou tal norma.

Ora até à promulgação das *Ordenações Manuelinas* estavam em vigor as *Afonsinas*, em que, ao lado do islamismo, o judaísmo era ainda autorizado; e D. João II tinha bons colaboradores judeus — como o seu médico, Mestre José Vizinho, a que o próprio Colombo se refere numa anotação que apôs à margem do seu exemplar da *Historia Rerum ubique gestarum*<sup>107</sup> de Eneias Sílvio Piccolomini, futuro papa Pio II. Folheando os documentos publicados nos *Portugaliae Monumenta Africana* topamos com dezenas de judeus empenhados ao lado de D. Afonso V e de D. João II no trato comercial da costa africana. Não mortificaremos o leitor impingindo-lhe aqui a sua longa lista. Não é porém ocioso lembrar que se não deve fazer cavalo de batalha das supostas origens judaicas de Colombo, que, além de estarem por provar, não teriam na corte de D. João II as mesmas implicações que na corte dos Reis Católicos ou na de D. João III. De qualquer modo o probo Frei Bartolomeu de las Casas atesta que Cristóvão Colombo era um católico muito devoto e observante de todos os jejuns e mais normas da Igreja — o que não implica, aliás, que lhe não corresse nas veias sangue judaico. A insistência com que a cada passo se mostra devoto do mistério da Santíssima Trindade e da Virgem Maria seriam então uma maneira de se demarcar claramente dos hebreus, seus parentes não sabemos em que grau, que, como é obvio, não comungam em tais devoções.

Havia, aliás, muitos judeus convertidos ao cristianismo, como Pablo de Santa María (1350-1435), que se batizou em 1390 e passou de grão-rabino de Burgos a bispo de Cartagena (1401), e depois de Burgos (1415), cargos estes em que lhe veio a suceder seu filho, D. Alfonso García de Santa María (1384-1456), mais conhecido por D. Alonso de Cartagena, que foi a partir de 1434 embaixador de Castela ao concílio de Basileia.

Seja como for, compreende-se que D. Hernando Colombo tenha, independentemente de tais hipotéticas origens, deixado pairar uma névoa de mistério em torno dos primórdios de seu pai simplesmente porque este era de origem modesta, filho

---

<sup>107</sup> Conservado na Biblioteca Colombina, Sevilha, *cod. 3.123*.

de artesãos, embora de certas posses. As especulações a que as suas reticências dão azo têm, todavia, por limite a documentação autêntica, as circunstâncias históricas e, sobretudo, a lógica, o bom senso e o espírito crítico. Compreende-se que, tanto por prosápia familiar como pelas circunstâncias peculiares em que redigiu a biografia paterna, o filho do Almirante tenha sido levado, senão a ajuntar-lhe pormenores de sua lavra, pelo menos a empolar alguns aspetos secundários ou mesmo duvidosos.

Afirma, por exemplo, que os Colombos seriam originários de Placência, na Lombardia, “na qual cidade há algumas pessoas honradas de sua família, e sepulturas com armas e epitáfios de Colombo, porque com efeito era este já o sobrenome ou apelido de seu maiores”; ora tanto Vignaud<sup>108</sup> como Rinaldo Caddeo, que estudaram cuidadosamente o assunto, são de opinião que a ligação entre os Colombos da Ligúria e os de Placência, na Lombardia, é uma invenção de Hernando Colón, para nobilitar a família, que, na realidade, embora relativamente abastada era de cepa plebeia. Não repugna aliás imaginar que essa fantasia genealógica remonte ao próprio Cristóvão, desejoso de guindar-se e de fazer esquecer o seu passado de oficial mecânico. Curiosamente, quem era de origem prazentim, como ao tempo se dizia, era Filipa Moniz, sua mulher, sem que possamos discernir se esse facto influiu de qualquer maneira no enlace ou na confusão que se veio a estabelecer. De qualquer modo foi até começos do século XIX costume em várias partes de Itália, sobretudo em Milão, dar aos meninos expostos o apelido de Colombo (no sentido de “inocente como uma pomba”), sobretudo aos que eram criados no Ospedale Maggiore, em cujo emblema figurava uma pomba. É evidente que, embora detentores do mesmo apelido, não tinham necessariamente entre si qualquer parentesco biológico!

Não se compreende assim por que razão se permite Mascarenhas Barreto, com a sua monomania dos cátaros e a sua habitual *delicadeza*, espargindo insultos sobre tudo e todos, escrever dos Colombos de Génova<sup>109</sup>:

... perante a entrada em cena dos *Colombo*, no palco de fantoches da tese genovista, saltava à vista que aquele nome não era o verdadeiro apelido da família. Colombo é um subapelido, pouco mais que um patronímico.

É impossível explicar claramente — a não ser pela dificuldade de os burlões encontrarem outros personagens ajustáveis — por que motivo os filhos de Doménico Colombo Canajole e de Susana Fontanarossa (com excepção de um, Giovanni, que é *Pelegrino*) preferissem usar o subapelido de *Colombo, sui-generis*, de odor cátrato.

<sup>108</sup> Henry Vignaud, *Études critiques sur la vie de Colomb avant ses découvertes: les origines de sa famille; Les deux Colombo, ses prétendus parents; La vraie data de sa naissance; les études et les premières campagnes qu'il aurait faites; son arrivée en Portugal et le combat naval de 1476; son voyage eu Nord; son établissement au Portugal — Son mariage — Sa famille portugaise*, H. Welter, Éd., Paris, 1905, pp. 29-128, com dois quadros genealógicos desdobráveis.

<sup>109</sup> *op. cit.*, p. 503.

Até hoje creio que ninguém conseguiu explicar o que seja um subapelido, nem porque rescende o subapelido *Colombo* a catarismo... Mas sigamos em frente.

Mais fantasiosa ainda que a asserção de que os Colombos de Génova descendiam dos de Placência é a afirmação de D. Hernando de que *procedevano da quel Colone, di cui Cornelio Tacito nel principio del duodecimo libro della sua opera dice che condusse prigionie in Roma il re Mitridate*, até porque o procurador do Ponto que, segundo Tácito <sup>110</sup>, conduziu no reinado de Cláudio (41-54) prisioneiro a Roma o rei Mitridates se chamava Júnio Cilão — por conseguinte, em italiano, *Cilone* e não *Colone*.

No mesmo rol das ambigüidades, senão fantasias, de D. Hernando se deve meter a afirmação que põe nos lábios paternos: “Eu não sou o primeiro almirante da minha família”; abaixo a analisaremos com maior detenção. Procuraria assim insinuar o seu parentesco com os almirantes franceses de apelido *Coulomb* ou *Coulon*. Jamais se provou tal relação <sup>111</sup>. Há que notar, com efeito, que *Coulon*, lit. “pombo” (substantivo atestado em francês antigo desde a *Cantilena de Santa Eulália*, do século IX ou X, depois substituído por *pigeon*, que de início se usava apenas para significar “borracho, cria de pomba”) remonta ao mesmo étimo latino, *columbus*, que *Colombo* em italiano; embora obsoleto o termo é ainda registado por Littré <sup>112</sup>. Já em português e em castelhano não tem tal termo por descendência senão o antropónimo feminino *Comba*, em castelhano *Coloma*, nome da virgem mártir dita em latim *Sancta Columba*; talvez por ter sido martirizada sem perder a virgindade, seu nome jamais se usa na forma masculina... Com efeito, o português *pombo* e o castelhano *palomo* derivam de um outro termo latino, *palumbus*, que designava originariamente o pombo-torcaz (*Columba palumbus*, L., da família das Columbidae). É por isso que das armas de quase todos os Colombos de Itália — curiosamente, à exceção dos de Placência, que tinham a pomba, mas em timbre, e do nosso Cristóvão — constam pombas; o mesmo se passa com vários ramos da família *Colomb* de França, que têm três pombas de prata em campo de azul <sup>113</sup>. Calcula-se que o *cognome* (“apelido”) *Colombo* seja hoje usado por 18.000 famílias em Itália, das quais 14.000 na Lombardia, e as demais na Ligúria, Piemonte e Sicília. Na Lombardia é o sobrenome mais corrente.

---

<sup>110</sup> *Anais*, XII, xxi.

<sup>111</sup> O assunto foi minuciosamente examinado por Vignaud, que expõe o resultado das suas investigações em *Études critiques...*, pp. 129-189.

<sup>112</sup> É. Littré, *Dictionnaire de la Langue Française*, 5 vols & 1 sup., 3ª ed., Hachette, Paris, 1889-92.

<sup>113</sup> Vignaud, pp. 64-65.

Não se pode contudo deduzir daí que todos os que usaram tal nome ou têm tal ave no brasão — como por exemplo o historiador brasileiro Rocha Pombo (1857-1933) ou, entre nós, o P<sup>e</sup> Ruela Pombo (1888-1960) — hajam saído da mesma família e tenham, por conseguinte, algo a ver com os Colombos, ainda que, ornitológicamente falando, o nome lhes seja aparentado. A título de curiosidade acrescentaremos que Palumbo existe também em Itália como apelido, de onde o nome dos estaleiros Palumbo, sediados em Nápoles, que por coincidência têm uma sucursal em Savona.

Quanto à interpretação delirante de Mascarenhas Barreto <sup>114</sup>, da afirmação que Colombo “não era o primeiro almirante da sua família” porque todos os almirantes de Portugal, desde o reinado de D. Dinis até ao de D. João II eram parentes seus, nem merece discussão! É do mesmo calibre e natureza da afirmação de ser Filipa Moniz parente dos reis de Chipre, prima do Santo Contestável e aparentada com D. Leonor Teles <sup>115</sup>; ou de ser a barregã de Colombo, Beatriz Enríquez de Arana, descendente de Enrique II de Castela. Como nos contos de fadas, tudo eram reis e princesas...

No que toca a ser Diogo Furtado de Mendonça, que nasceu em 1447, avô do arcebispo D. Pedro de Noronha <sup>116</sup>, que nascera em 1382, parece-nos haver um pequeno problema de cronologia... Dir-se-ia que a mesma ligeira dificuldade subsistiria caso Mascarenhas Barreto não tivesse em mente o Diogo Furtado de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, anadel-mor dos bêteiros do conto d'El-Rei e sogro do 4<sup>o</sup> duque de Bragança, D. Jaime, mas se quisesse antes referir a seu quase-homónimo castelhano Diego Hurtado de Mendoza, (1417-79), 1<sup>o</sup> duque do Infantado, pois também em tal caso teria nascido o neto antes do avô. Seja como for, D. Pedro de Noronha, como toda a gente, apenas tinha dois avós (o pai do pai e o pai da mãe), e esses eram D. Fernando I de Portugal e Enrique II de Castela! Onde se encaixaria o terceiro?

Seja como for, não é lícito identificar a voluntária névoa que em torno das origens paternas D. Hernando faz pairar com o *mistério* que julga ler no nome que o futuro achador do Novo Mundo recebeu no batismo, que se refere a uma espécie de profecia — por conseguinte, a *mistério* no sentido religioso próprio do termo. Ora, ou por falta de conhecimentos lingüísticos para interpretar corretamente o que de facto se lê na *Vida do Almirante*, pelo vício de fazer fogo com toda a peça desde que acerte no alvo

---

<sup>114</sup> *op. cit.* p. 462.

<sup>115</sup> *ibidem*, p. 419.

<sup>116</sup> *ibidem*, p. 409.

desejado, ou quiçá por excesso de ligeireza a roçar pela leviandade mental, objetou-me o Eng<sup>o</sup> Fernando Branco:

A verdade é que o próprio Hernando Colon não sabia a origem do seu pai como o indica claramente:

“...que su patria y origen fuesen menos ciertos y conocidos...”;

“...de tal nombre y apellido no fue sin misterio...”;

Liminarmente, há aqui um grave erro de metodologia histórica: a história não se escreve repescando daqui e dalém, como melro a depenicar na horta, frases arrancadas ao seu contexto para servirem de prova a qualquer teoria, *a priori* concebida, mas, ao invés, interpretando cada testemunho no seu contexto literal e no seu contexto histórico. Sobretudo, há que começar por compreender o sentido imediato do texto, antes de lhe tentar achar significações ocultas. Quando Hernando Colón fala do *mistério* do nome paterno — *Christophorus*, ou seja, literalmente, “portador de Cristo”, *Columbus*, isto é “pombo”, figura do Espírito Santo — não está certamente a pensar num enigma policial como o d’ “A Marca Amarela” do *Cavaleiro Andante* da minha juventude, que qualquer Sherlock Holmes da nossa praça acaba por decifrar, mas de *mistério* no sentido original do termo, que é próprio da linguagem mística e religiosa, exprimindo profeticamente a predestinação de Colombo:

*... siccome la maggior parte delle sue cose furono operate per alcun mistero, così quello che tocca alla varietà di cotal nome e cognome non avvenne senza mistero. Molti nomi potremmo addurre in esempio che non senza occulta causa furono posti per indizi dell'effetto che aveva a provenire (...). Perché, se abbiamo riguardo al cognome commune dei suoi maggiori, diremo che veramente fu colombo, in quanto portò la grazia dello Spirito Santo a quel novo mondo che egli scopri.*

ou seja {10}:

“assim como a mor parte das suas cousas foram obradas por algum mistério [da Providência], assim também o que toca à variedade de tal nome e sobrenome não sucedu sem mistério. Muitos nomes poderíamos aduzir como exemplo de que não sem oculta causa foram postos por indício do efeito que haviam de ter no futuro (...). Porque, se esguardarmos ao sobrenome comum de seus maiores, diremos que verdadeiramente foi *colombo* [ou seja “pombo”], na medida em que levou a graça do Espírito Santo àquele novo mundo que descobriu.

D. Hernando utiliza assim o termo mistério precisamente no mesmo sentido em que o usa Garcia de Resende <sup>117</sup>, ao falar da atribuição por D. João II da esfera

<sup>117</sup> *Vida e Feitos d'el Rey Dom João Segundo*, cap. xlvii (ed. cit., pp. 224-225).

armilar como emblema pessoal a D. Manuel, em que ao depois se viu um prenúncio do seu destino imperial:

E entam lhe deu el-rey por devisa a espera: cousa certo de misterio e profecia, porque lhe deu a esperança de sua real socessam, com ao diante se seguio, avendo entam muytas pessoas vivas que ante dele eram herdeyros , hos quaes todos depois faleceram pera ele vir herdar.

No caso de Colombo, ao mistério do apelido acrescia o do nome próprio, Cristóvão, que provém do grego Χριστοφόρος, que significa literalmente “portador de Cristo”, o que para o Novo Mundo Colombo foi deveras. E assim ficou, logo em vida sua, desvendado tal arcano!

É devido a brumas semelhantes que embora se saiba que era cidadão da Senhoria de Génova, se não sabe ao certo se nasceu na própria cidade se em Savona, se noutra qualquer localidade da Ligúria. Escrevendo c. 1535, Gonzalo Fernández de Oviedo equaciona bem o problema <sup>118</sup>:

*Fué natural de la provincia de Liguria, que es en Italia, en la cual cae la cibdad e señoría de Génova: unos dicen que de Saona, e otros que de un pequeno lugar o villaje, dicho Nervi, que es en la parte del Levante y en la costa de la mar; a dos léguas de la misma cibdad de Génova; y por más cierto se tiene que fué natural de un lugar dicho Cugurei {11}.*

Por *Cugurei* deve entender-se Cogoleto, em dialeto lígure *Cogoeuo*, no alfoz de Génova. Em começos do século XVII, nas suas *Décadas*, António de Herrera y Tordesillas <sup>119</sup>, que se serviu amplamente do texto de Las Casas, embora então ainda manuscrito, exprime-se de idêntica maneira quanto às origens de Colombo:

*...y para mayor inteligencia de ella [sc, de la Historia] conviene saber que fué don Cristóbal Colombo, a quién por más cómoda pronunciación dijeron Colón, nacido en la ciudad de Génova, en lo cual y en que su padre se llamó Domingo se conforman todos cuantos de él escriben y hablan, y él mismo lo confiesa; y cuanto al origen [sc, de la familia], unos quieren que fuese de Plasencia y otros de Cucureo en la ribera cerca de la misma ciudad, y otros de los Señores del Castillo de Cucaro...*

Os senhores do castelo de Cuccaro usavam também o sobrenome Colombo, mas, como ficou provado num pleito judicial de 1583 de que mais abaixo falaremos, não pertenciam à mesma família.

<sup>118</sup> Oviedo, *HGNI*, I, ii.

<sup>119</sup> Antonio de Herrera y Tordesillas, *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme el Mar Océano* [1ª ed. Madrid, 1601-15], publicada de acuerdo con la Academia de la Historia, 18 vols, Madrid, 1934-57, década I, livº i, cap. 7.

Herrera refere em seguida as doações de uma série de feudos no norte de Itália, de Savona e Turim a Bêrgamo e a Parma, feitas em 940 pelo imperador Otão II a três irmãos, os condes Pedro, João e Alexandre Colombo, de quem descenderiam todos os Colombos, o que de modo algum está provado.

Os dois únicos cronistas portugueses que conheceram pessoalmente o descobridor, Rui de Pina {12} e Garcia de Resende {13}, dizem-no simplesmente “italiano”, talvez porque Colombo se gabasse de descender dos Colombos de Placência, que fica na Lombardia, a NE de Génova e SE de Milão, e essa bazófia os tivesse deixado na dúvida; se bem que fosse relativamente corrente referir os italianos meramente como tal, sem especificar o principado ou república de que eram originários. Numa das cópias, não autógrafas, da crónica de Rui de Pina que se guarda na Biblioteca Nacional <sup>120</sup>, a palavra *italiano* está separada da que a precede e da que se lhe segue por um espaço maior do que o normal; pois até disso tiram os *cubistas* argumento para negar a origem genovesa de Colombo! Como se o manuscrito fosse o original autógrafo e tivesse sinais de rasura, ou se pudesse saber onde tinha o escriba a cabeça para espaçar mais aquele vocábulo. . .

Se, como aparentemente pretendem insinuar, o que estivesse escrito fosse *português*, por que motivo não explicaria o cronista, na sua crónica, que possui cabeça, tronco e membros, quem era, de onde provinha, nem que por motivo aparecia, como que caído do céu, ao serviço dos reis de Castela? Nas suas palavras <sup>121</sup>:

No anno seguinte de mil quatrocentos e noventa e tres, estando ElRey no lugar do Val do Paraíso, que hé acima do Moesteiro de Sancta Maria das Vertudes, por causa das grandes pestenenças que nos lugares principaes daquela Comarca avia, a seis de Março arribou a Rrestello, em Lixboa, Christovam Colombo Italiano, que vynha do descobrimento das Ilhas de Cipango e d'Antilia, que per mandado dos Reys de Castella tynha fecto, da qual terra trazia com sigo as primeiras mostras da gente, o ouro, e algũas cousas que nellas avia; e foy dellas intitulado Almirante. E seendo ElRey logo disso avisado, ho mandou hir ante si, e mostrou por isso receber nojo e sentimento, por assy creer que o dicto descobrimento era fecto dentro dos mares e termos de seu Senhorio de Guinee...

Quanto a João de Barros, limita-se a reproduzir Fernández de Oviedo. Um ou outro autor di-lo súbdito do Milanado; mas há que notar que a República de Génova esteve sujeita a Milão de 1353 a 1356, de 1421 a 1436 e, finalmente, na época de Colombo, de 1454 a 1499. A esmagadora maioria dos autores di-lo porém, pura e simplesmente genovês, conquanto alguns procurem especificar, atribuindo-lhe diversas pátrias,

---

<sup>120</sup> Cod. 632.

<sup>121</sup> *Chronica d'ElRey D. João II*, cap. lxxvi, “Descubrimento das Ilhas de Castella per Colombo”.

mas sempre adentro da Senhoria de Génova: Francisco López de Gómara (1511-66), di-lo nado em Nervi, *aldea de Génova*, ou em Cugurreo (*i. e.*, Cogoleto, na periferia de Génova) {14}, e para Nervi aponta outrossim uma crónica turca do derradeiro quartel de Quinhentos intitulada *Tarih-i Hind-i ğarbi yahut Hadis-i-nev*, “História da Índia Ocidental ou Nova História” {15}. Desta mesma origem são partidários o cosmógrafo sevilhano Alonso de Santa Cruz (1505-67) {16}, o cronista Gonzalo de Illescas (1521-74) {17}, Esteban de Garibay (1533-1600) {18} e Juan de Castellanos (1522-1607) {19}. Em contrapartida quer Pedro de Cieza de León (1520-54), um dos conquistadores do Peru e seu primeiro cronista, quer várias testemunhas ajuramentadas que depuseram nos *Pleitos Colombinos* têm-no por natural de Savona, onde de facto residiu, mas onde, tanto quanto se sabe, apenas se veio estabelecer com seu pai Domenico Colombo em 1470, aos dezanove anos de idade, portanto {20}. Seja como for *nenhum* autor coevo lhe atribui origens não italianas.

No que toca aos cronistas, ouvi já argumentar que se limitaram a copiar-se uns aos outros, mas o problema é infinitamente mais complexo. Deixando de lado as brochuras como a *Carta a Santángel*, a *Relação* de Trevisan, a *Lettera Rarissima*, etc., de que a seu tempo falaremos, a primeira crónica geral do Novo Mundo a circular impressa foram as décadas *De Orbe Novo* de Pedro Mártir, escritas em latim e publicadas pela primeira vez em 1511. Em vernáculo a primeira crónica a ser publicada foi a de Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), cuja primeira parte foi impressa em Sevilha em 1535. Assim, por exemplo, Garcia de Resende (1470-1536) copiou Rui de Pina (1440-1523), mas nenhum dos dois dá mostras de ter conhecido Angléria nem muito menos Oviedo, cuja obra apenas foi publicada após a morte de Pina e muito perto da de Resende. López de Gómara conheceu certamente as obras de Angléria e Oviedo, mas não a de Las Casas, que apenas veio a ser publicada em 1875; ao invés, Antonio de Herrera conheceu-a na sua forma manuscrita e utilizou-a abundantemente. Las Casas, que escreveu paulatinamente entre 1527 e 1559, utilizou largamente a biografia de Cristóvão Colombo por seu filho D. Hernando, que deve ter conhecido manuscrita no seu original castelhano, hoje perdido, conquanto a sua edição italiana, a única que chegou até nós, date de 1571, cinco anos após a morte do santo bispo de Chiapas. Este cita João de Barros, que por seu turno se baseia em Oviedo; mas nenhum deles parece ter conhecido López de Gómara, cuja obra foi publicada em Çaragoça em 1552, no mesmo ano da 1ª década de Barros. Las Casas conheceu também os depoimentos exarados nas sucessivas provanças dos *Pleitos Colombinos*, de que a seu tempo falaremos, sendo por conseguinte o primeiro historiador a utilizá-los como fonte.

Há quem argumente que Colombo não era genovês pois nascera em Cogoleto — como se Cogoleto não fosse naquele tempo parte da senhoria de Génova e hoje um

*comune* da sua área metropolitana! Torna-se em casos destes difícil destrinçar onde termina a ignorância atrevida e começa a aposta na ignorância do leitor desprevenido — e, por conseguinte, a desonestidade mental...

Ao fim e ao cabo o mais provável é que Cristóvão tenha nascido na própria cidade de Génova, porque seu pai era ao tempo guarda da Porta dell' Olivella (cargo para que foi nomeado a 4.II.1447 pelo doge Jano de Campofregoso<sup>122</sup> e exerceu até finais de 1448 e, de novo, de Outubro de 1450 ao final de Novembro do ano seguinte); e isso implicava que habitasse nas cercanias, com a mulher mai-los filhos que lhes fossem nascendo, por certo na casa que possuíam junto à dita porta, que apenas viriam a alienar em 1473 — o que Susana Fontana Rossa e Cristóvão confirmaram por escritura de 7 de Agosto desse ano, juntamente com um outro filho, Giovanni Pellegrino de que se não volta falar, pelo que se presume ter em seguida falecido. Nem Bartolomeu, nem Giacomo ou Diego Colombo corroboram, o primeiro talvez por se achar já na Península Ibérica, o segundo provavelmente por ser ainda menor; sabe-se, com efeito, por um documento de 10.IX.1484, que completara já nessa data dezasseis anos, pelo que em 1473 poderia ter apenas uns cinco.

Na realidade, Domenico Colombo, o pai do descobridor, tecelão como seu pai e como seu sogro<sup>123</sup>, não era um simples mesteiral, “um cardador de lã”, como despi-cientemente lhe chamam Ferreira de Serpa e Mascarenhas Barreto, mas um mestre da corporação dos tecelões de Génova e, por conseguinte, pessoa de certo *status* social. Nascido entre 1418 e 1419, em 1439 era já mestre do seu ofício e recebia *pro famulo et discipulo suo*, ou seja, como servidor e aprendiz, um tal António, filho de Luís de Laverono de Ponte Cicanie, de doze anos de idade<sup>124</sup>. Em 1470, ao lado de António Garibaldo, age como representante da corporação dos tecelões de Génova em Savona, celebrando uma convenção com o cônsul dos laneiros desta cidade<sup>125</sup>. Em 1474, já estabelecido em Savona, faz parte dos notáveis da corporação que aprovam uma tabela de salários para os seus trabalhadores<sup>126</sup>. Era proprietário de vários terrenos e casas, com que negociou bastas vezes. Os seus negócios parecem ter prosperado sobretudo entre 1447, quando comprou, tanto quanto sabemos pela

<sup>122</sup> Archivio di Stato di Genova, *Manuali Decretorum*, reg. nº 1, fl 48.

<sup>123</sup> Pode ver-se um quadro genealógico de Cristóvão Colombo in Vignaud, *Études critiques...*, quadro V, a seguir à p. 128.

<sup>124</sup> Ato notarial de 1.IV.1439, ANG, *Atti del Notaro Benedetto Peloso*, filza I, nº 96; pub. in RC, p. II, vol. I, doc. ii.

<sup>125</sup> Ato notarial de 13.III.1470, ANG, *Atti del notaro Paolo Recco*, filza 9ª; pub. *ibidem*, doc. xxvii.

<sup>126</sup> Ato notarial de 7.XII.1474, Archivio Notarile di Savona [doravante ANS], *Atti del notaro Ludovico Moreno*, a. 1473-74, bastardello 922-27, c. 283 A; pub. *ibidem*, doc. lx.

primeira vez, uma casa e 1470, quando contraíu uma dívida que o levaria momentaneamente à prisão: foi, de facto, preso por ordem do *podestá* de Génova, mas solto logo a seguir (a 22.IX.1470 às 11 horas da noite) pelo juiz dos malefícios da cidade, embora com a obrigação de se apresentar cada vez que fosse convocado. A sentença, condenando-o a pagar no prazo de um ano 35 libras a Giovanni Agostino Goano, foi proferida uma semana depois, a 29 de Setembro <sup>127</sup>. Este episódio reveste o interesse histórico de ser no seu contexto que aparece o primeiro documento conhecido firmado por Cristóvão Colombo.

Domenico praticou numerosas transações: em 1440 tomou de enfiteuse ao mosteiro de Santo Estêvão de Génova um terreno para erguer nele uma casa <sup>128</sup> e onze anos mais tarde, meses antes do nascimento de Cristóvão, comprou por 50 libras de Génova <sup>129</sup> a Paolino di Moconesi di Monteghirfo um terreno com oliveiras, figueiras e outras árvores, que imediatamente arrendou ao vendedor por três libras anuais <sup>130</sup>. A libra de prata de Génova pesava em finais do século XV c. 13 g; 50 libras equivaliam assim a 650 g de prata, o correspondente a uns 20 ducados. De facto, em relação ao ouro, a prata valia cerca de dez vezes mais do que hoje vale, pelo que a quantia representava mais do que hoje representaria. A causa da desvalorização da prata a



**O porto de Génova no século XVI**

Segundo uma gravura das *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun & Franz Hogenberg, Colónia, 1572

partir de meados do século XVI foi, indiretamente, a viagem de Colombo, que descobriu a América onde abundavam as minas desse metal.

Em 1455 Domenico Colombo tomou de enfiteuse ao mosteiro de Santo Estêvão uma casa no Borgo Santo Stefano <sup>131</sup>. Em 1470 possuía uma taberna em Savona, pois num ato notarial de 2 de Março <sup>132</sup> é classificado de *civis Ianue (...), textor pannorum et tabernarius*, “cidadão de

<sup>127</sup> Cf. L. T. Belgrano e M. Staglieno, “Prefácio” ao vol. I da p. II da *RC*, p. 25

<sup>128</sup> Ato notarial de 6.IX.1440, Biblioteca Vaticana, *cod. 9452*, p. II, c. 3 A; pub. *ibidem*, doc. iii, p. 85.

<sup>129</sup> Ato notarial de 26.III.1451, ANG, *Atti del notaro Giacomo Bonvino*, filza 2ª, nº 168; pub. *ibidem*, doc. xi.

<sup>130</sup> Ato notarial de 18.I.1455, Biblioteca Vaticana, *cod. 9452*, p. II, c. 4 A; pub. *ibidem*, doc. xv.

<sup>131</sup> Ato notarial de 18.I.1455, Biblioteca Vaticana, *cod. 9452*, p. II, c. 4 A; pub. *ibidem*, doc. xv.

<sup>132</sup> ANS, *Atti del notaro Giovanni Gallo*, a. 1468-70, cartulário 408-11, c. 42 B; pub. *ibidem*, doc. xxvi.

Génova, tecelão de panos e taberneiro”. Deixando de lado os documentos referentes a meras compras de lã para a sua arte, topamos com novas escrituras de compra-e-venda ou aforamento de imóveis, em seu nome ou no de Susanna Fontanarossa, sua esposa, em 1470 <sup>133</sup>, 1471 <sup>134</sup>, 1473 <sup>135</sup>, 1474 <sup>136</sup> e 1477 <sup>137</sup>. Destes atos subsiste em geral o documento original, salvo no caso do segundo, em que apenas dispomos da transcrição constante das *Annotationes Ivlii Salinerii Ivreconsvl. Savonensis ad Cornelium Tacitum*, publicadas em Génova em 1602. Giulio Salinero (1564-1612) era um jurisconsulto lígure, que no seu comentário a Tácito, a propósito da expressão *hinc auctus Oceanus* (“acrescido daqui o oceano...”), usada pelo autor latino <sup>138</sup>, insere no seu texto <sup>139</sup> uma longa dissertação sobre Colombo, em que transcreve 12 documentos sobre a sua família.

Domenico Colombo, dado ainda por vivo num documento de 1494, parece ter falecido entre essa data e 1499 ou, o mais tardar, 1500 <sup>140</sup>, ano em que seus filhos foram intimados a responder pelas suas dívidas. A despeito delas, Cristóvão Colombo parece ter herdado qualquer coisa da sua família em Génova, pois em 1503, na carta em que relata a Fernando, *o Católico*, a sua quarta viagem ao Novo Mundo entre amargas queixas pelo cerceio de seus privilégios e pelos maus tratos que recebeu por parte dos agentes da Coroa, alega <sup>141</sup>:

Yo bine a servir de veinte y ocho años, y agora no tengo cavello en mi persona que non sea cano, y el cuerpo enfermo para siempre, y gastado quanto me quedó de habuelos, y me fue tomado e hundido, y a mis hermanos fasta el sayo, sin ser oído ni visto, con grande desonor mío y contra su real orden y mandado.

<sup>133</sup> Ato notarial de 24.IX.1470, ANG, *Atti del notaro Francesco Camogli*; pub. *ibidem*, doc. xxx.

<sup>134</sup> Ato notarial de 25.VI.1471, ANG, *ibidem*, filza 3, nº 157; pub. *ibidem*, doc. xxxviii.

<sup>135</sup> Ato notarial de 7.VIII.1473, ANS, *Atti del notaro Pietro Corsaro*, a. 1473, filza 288, nº 27; pub. *ibidem*, doc. li

<sup>136</sup> Aforamento de uma terra de Bartolomeo Viano, cónego de Savona, a 19.VIII.1474, Arquivo Capitular da Catedral de Savona, *Libro delle prebende canonicali*, cartaceo del s. XV, c. 217 A; pub. *ibidem*, doc. lvii. Compra de dois terrenos em Legine, Valcalda (Savona), ato notarial da mesma data, transcrito nas *Annotationes Ivlii Salinerii Ivreconsvl. Savonensis ad Cornelium Tacitum*, Génova, 1602, p. 342, por seu turno transcrito in RC, p. II, vol. I, doc. lvi).

<sup>137</sup> Ato notarial de Savona, 23.I.1477, ANS, *Atti del notaro Giovanni Gallo*, a. 1477-78, filza 403-6; pub. *ibidem*, doc. lxii.

<sup>138</sup> *De vita Iulii Agricola*, cap. xxv.

<sup>139</sup> pp. 331-359.

<sup>140</sup> Harisse, vol. I, p. 211.

<sup>141</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 500

Pode tratar-se simplesmente de uma das inúmeras hipérboles de Colombo, que alega alhures ter deixado mulher em Portugal para servir Suas Altezas, quando na realidade tudo indica que ela tinha já falecido, ter pela mesma razão abandonado o filho, quando na realidade o trouxe para Espanha e o confiou a uma tia, e assim por diante. Não é, contudo, impossível que Cristóvão tenha, tal como sua irmã, herdado algo do dote de sua mãe, Susanna Fontanarossa, que parece ter falecido em Savona em 1484; seria parte da mesma casa ou então dinheiros, pois pela lei ao tempo vigente na Senhoria de Génova para além do dote as mulheres não podiam herdar bens de raiz <sup>142</sup>. Do pai, que morreu com dívidas, dificilmente poderá ter herdado bens móveis, embora se não possa excluir que tenha herdado, e ao depois liquidado, algum imóvel.

---

<sup>142</sup> Harisse, vol. I, pp. 213-216.

## ANEXO I

### A LÍNGUA DE COLOMBO

Tem-se insistido em particular sobre o aspeto lingüístico, aduzindo em especial o facto de não só a seu irmão Bartolomeu <sup>143</sup>, que o acompanhou nas Antilhas a partir de 1494, mas também à *Banca San Giorgio* de Génova <sup>144</sup> e ao embaixador genovês em Castela, Nicolo de Oderigo, escrever em castelhano. É esse, de facto, o único argumento minimamente consistente que se tem apresentado contra as origens genovesas de Colombo. Mascarenhas Barreto acrescenta a estes dados, dignos em verdade de serem discutidos, o facto de a seus filhos escrever em castelhano; mas se nenhum deles viveu em Itália, por que carga de água lhes havia de escrever na doce língua de Patarca? E — quiçá na posse de registos magnéticos das conversações de Colombo com os Reis Católicos — garante que não era jãmais em italiano que lhes dirigia a palavra! E entenderiam eles, se lhes falasse em genovês?

Seja como for, não é exato afirmar, como fazem quase todos os *cubistas* & C<sup>a</sup> Ld<sup>a</sup>, que não soubesse falar italiano, pois são redigidos nesse idioma pelo menos dois escólios ou apostilas que apôs à *História Natural* de Plínio, destinadas a seu próprio uso, além de uma das entradas, por sinal de seu próprio punho, no *Livro das Profecias* que, com a ajuda do cartuxo Frei Gaspar Gorrício, compilou; se, de facto, parecem conter erros, é porque a língua materna de Colombo — como tampouco, como veremos, a de Michele da Cuneo — não era o italiano literário, ou seja, *la lingua toscana in bocca romana*, mas o dialeto lígure falado em Génova. Ao contrário do que levianamente se tem afirmado o seu italiano não contém lusismos. O seu castelhano e o seu latim contém alguns italia-nismos — com alguns dos quais toparemos nas citações que abaixo fazemos: *Y greca* em vez de *Y griega*, *Spañola* em vez de *Española*, *Lisbona* em vez de *Lisboa*, num texto em latim *totta* em vez de *tota*, etc. Ocorre até nos seus escritos pelo menos um termo do dialeto lígure latinizado à pressão: *porsimolum*, em vez de *petroselinum*, “salsa”.

É, porém, verdade que a sua língua contém mais lusismos que italianismos <sup>145</sup>. De qualquer modo, se pensarmos que passou cerca de dez anos em Portugal (1476-86) e que em Portugal se casou, uma vez que entre o português e o castelhano é possível a intercomunicabilidade, é muito natural que ao ir para Espanha se fizesse, pelo menos

<sup>143</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxiv, p. 352.

<sup>144</sup> *Ibidem*, doc. lxxi, pp. 482.

<sup>145</sup> Para mais detalhes, veja-se o estudo de Juan Gil, “La lengua de los escritos colombinos”, pp. 168 & sqq.

de começo, entender aí em *portinhol*. A contaminação entre línguas diferentes é tanto mais fácil quanto mais próximas sejam.

Deve ter-se passado com Colombo o que se passa hoje com muitos portugueses em França, que falam em casa francês com os filhos (que por vezes não chegam por isso a aprender português) e quando vêm de *vacanças* à terra falam uma mescla de francês e português; sei, por exemplo de um que “caiu de uma *chafurdagem*, ficou *handicapado* e teve de ir para a *retrete*...”

Além de lusismos e italianismos, a língua de Colombo contém também alguns catalanismos, que têm permitido ao *pendant* dos nossos *cubistas* na Catalunha, com que topámos já, insinuar a sua origem catalã, que é ainda muito mais improvável do que a portuguesa, pelas razões que temos vistas. A língua em que se expressa é, ao fim e ao cabo, um eco da *língua franca*, o romance de origem compósita utilizado nos portos e nos meios marítimos do Mediterrâneo.

Há ainda que observar que naquele tempo as chamadas línguas nacionais não tinham ainda o estatuto que hoje têm, sobretudo em Itália, onde coexistiam três níveis lingüísticos distintos<sup>146</sup>: a língua oficial, da cultura livresca e clerical e da comunicação pan-europeia, era o latim, como tivemos ocasião de ver pelos numerosos atos notariais com que topámos; a língua literária e da cultura intermédia, burguesa ou cortesã, era em toda a Península Itálica o toscano, em que veio a ser editada em Veneza a *Vida do Almirante*; e a língua da comunicação oral quotidiana era, como ainda hoje, o dialeto local, muito raramente utilizado na escrita, a não ser um pouco em Veneza. Para mais não se distinguiam claramente como línguas autónomas os diversos romances da Europa meridional: em França usava-se uma classificação baseada na maneira de dizer *sim*: *langue d’oil* (modernamente seria *d’oui*) era o francês propriamente dito; *langue d’oc* o conjunto dos dialetos provençais; e sob a designação de *langue de si* compreendiam-se todos os falares das penínsulas Ibérica e Itálica. No *Livro do Armeiro-Mor*, cujo iluminador era francês, os nomes dos diferentes reinos da Cristandade ora aparecem em português, ora em francês, ora num compromisso entre ambos os idiomas; e nos *Autos* de Gil Vicente as personagens utilizam, misturados no mesmo diálogo, diversos falares românicos compreensíveis para o auditor, inúmeras

<sup>146</sup> Ocupámo-nos do problema da coexistência no mesmo espaço de vários níveis de comunicação nos nossos trabalhos “A língua portuguesa em Timor” in *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no Mundo - Actas*, ICALP, Lisboa, 1985, pp. 313-338 (reproduzido depois in *De Ceuta a Timor*; Ed. Difel, Carnaxide, 1994, pp. 637-665, e in *Babel Loro Sa’e — O problema linguístico de Timor-Leste*, Instituto Camões, Lisboa, 2002, pp.131-154) & “De l’autre côté du monde: Langues véhiculaires et communication interethnique dans l’océan Indien à l’époque de la découverte portugaise”, in Juan Carlos Estenssoro & César Itier (coord.), *Langues indiennes et empire dans l’Amérique du Sud coloniale / Lenguas indígenas e imperio en la América del Sur colonial* [Mélanges de la Casa de Velázquez, nouvelle série, tome 45-1], Madrid, 2015, pp. 113-131.

vezes português e castelhano, e pelo menos no *Auto da Fama*, ainda arremedos de italiano e francês. E quando Vasco da Gama chegou a Calecut e ao encontro dos navios veio um mouro que falava uma mescla de castelhano e genovês, e lhes bradava: *Al diablo que te doo, quen te traxo aquá?* Isso foi para os portugueses cousa de

*tanto espanto que o ouvíamos falar e nom o criamos, que homem houvesse tam longe de Portugal que nos entendesse nossa fala*<sup>147</sup>.

Não há, pois, que fazer finca-pé de pormenores lingüísticos que não revestiam na época de Colombo o significado que se lhes tem procurado atribuir.

Seja como for, o assunto foi exaustivamente estudado por Juan Gil, tanto na introdução à sua segunda edição de *Cristóbal Colón - Textos y documentos completos* como num estudo que lhe dedicou especialmente<sup>148</sup>, pelo que inútil se torna desenvolvê-lo aqui, apesentando o texto com enfadonhas listas de vocábulos.

---

<sup>147</sup> Fl 37 do ms da Biblioteca Municipal do Porto.

<sup>148</sup> *Columbiana*, pp. 168-213.

## ANEXO II

### AS ARMAS DE COLOMBO

Embora já na Antiguidade muitas cidades tivessem um emblema (como o mocho no caso de Atenas, a águia no do reino Ptolomaico do Egito, etc.), que figuram nas suas moedas, não existia ainda a heráldica pessoal, nem mesmo a familiar. Fora do mundo greco-romano utilizavam-se outros símbolos, como o dragão na China e o crisântemo no Japão, ambos associados ao poder imperial. Tanto no Velho como no Novo Mundo muitas tribos tinham como tótem um animal, considerado seu antepassado mítico, que funcionava também como seu emblema. Esse uso deu no mundo muçulmano lugar às *tuğrās* ou emblemas caligráficos, que remonta aos Turcos Seljúquidas do século XII; representam aparentemente uma islamização dos emblemas tribais usados pelos antigos turcos, de que foram eliminadas as figuras de animais, ao passo que se desenvolviam os elementos caligráficos, em particular as hastes dos caracteres arábicos. A *tuğrā* era usada como selo pelos sultões, e de tempos a tempos figura também nas moedas, sobretudo nas dos sultões otomanos da Turquia, a partir do século XV.

Na Europa a heráldica senhorial desenvolveu-se rapidamente a partir do século XI, no ambiente das Cruzadas, não só por uma razão de prosápia mas também pela necessidade prática de identificar os cavaleiros, completamente cobertos pelos seus elmos e cotas de malha: sabe-se, por exemplo, que na batalha de Hastings (14.X.1066) Guilherme, o *Conquistador*, teve de tirar o elmo para mostrar aos seus homens que, ao contrário do que corria no arraial, estava ainda vivo. O uso de selos armoriados está atestado no centro da Europa desde 1135. Nessa época apenas os grandes senhores usavam brasão, mas a partir do século XIII tal uso popularizou-se notavelmente, estendendo-se às mulheres, a burgueses, aos eclesiásticos, às autarquias e a diversas instituições. Os secundigénitos e os nobres de categoria inferior usavam na sua *cota de armas* o brasão do seu superior com uma *diferença*, que podia consistir numa *borda*, numa modificação das cores, no acrescento de um *móvel*, etc. No seu *Tractatus de insigniis et armis*, o célebre jurista Bártolo de Sassoferrato (1314-57) afirma que qualquer pessoa pode livremente tomar brasão, desde que não usurpe armas já existentes. Foi a necessidade de pôr ordem na heráldica que levou ao aparecimento dos reis-de-armas, arautos, passavantes e outros oficiais de armas um pouco por toda a Europa a partir do século XIII. Desde o século XV que vários estados, como o reino de Inglaterra e o ducado de Saboia procuram centralizar o uso de brasões, limitando-o aos nobres e fazendo-o dependente de autorização do soberano, mediante uma *carta de armas*. Em

Portugal é no reinado de D. Afonso V (1439-81) que, por lei de 21.5.1476, aparece o cargo de armeiro-mor, encarregado do registo das armas recebidas por herança ou concedidas pelo Rei <sup>149</sup>; sem embargo, o uso de armas permaneceu matéria sobretudo consuetudinária, conquanto a lei punisse severamente tanto a usurpação de títulos como a de armas alheias <sup>150</sup>.

É justamente célebre o códice iluminado da Torre do Tombo, ao que parece originalmente denominado *Livro Grande* mas modernamente conhecido por *Livro do Armeiro-Mor*; luxuosamente iluminado, mandado compilar por el-rei D. Manuel, em que se contêm as armas de todos os soberanos da Cristantade (incluindo as do rei do Congo, convertido alguns anos antes), as de alguns reis mouros, como os de Marrocos, Bugia e Tunes, e as de todas as famílias de Portugal que usavam brasão. Do livro consta o solene juramento, feito a 15.VIII.1509 pelo “rei-de-armas *Portugal* principal” em como recolheu fielmente os dados de que se serviu, guardando “bem e verdadeiramente a cada um sua justiça” <sup>151</sup>. Embora figurem nele as armas concedidas a Diogo Cão, não constam, como seria de esperar, as armas de Cristóvão Colombo, que, sem deixar descendência em Portugal, se passara havia já 24 anos para Castela e falecera havia três.

De qualquer maneira o uso de brasão por parte de Colombo conota o seu desejo de importância social, quadrande à sua prosápia. Como adiantámos, é possível que o tenha começado a usar c. 1470; é, pelo menos, seguro que o usava já antes de receber os títulos de *don*, vice-rei e almirante, como resulta claro da carta régia de 20.V.1493, pela qual os Reis Católicos que lhe conferiram novo escudo, em que lhe permitiam incluir, ainda que com uma *diferença* (as cores modificadas) os emblemas de Castela e Leão:

*...un castillo e un león, que Nos vos damos por armas, conviene a saber: el castillo de color dorado en campo verde, en el cuadro del escudo de vuestras armas en lo alto, a la mano derecha, y en el outro cuadro alto, a la mano izquierda, un león de púrpura en campo blanco rampando de verde, y en el otro cuadro bajo a la mano derecha unas islas doradas en ondas de mar, y en el otro cuadro bajo, a la mano izquierda, las armas vuestras que solíades tener.*

<sup>149</sup> Publicado in Armando de Mattos, *Manual de Heráldica*..., pp. 191-192. Cf. José Guilherme Galvão Borges, artº “Heráldica” in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s. v.; Oswald Barron, artº “Heraldry” in *Encyclopædia Britannica - A New Survey of Universal Knowledge*, Encyclopædia Britannica Ltd, Londres, Chicago & Toronto, 1960, s. v.

<sup>150</sup> *Ordenações Manuelinas*, livº II, titº xxxvii; *Ordenações Filipinas*, livº V, titº xcii.

<sup>151</sup> António Machado de Faria (ed.), *Livro do Armeiro-Mor*, organizado e iluminado por João du Cros e precedido de um Estudo de ..., Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956.

Estas eram, segundo o testemunho de Gonzalo Fernández de Oviedo, a que no seu livro *Harisse* deu expressão gráfica <sup>152</sup>, uma banda azul em campo de ouro com chefe de goles. Quase ao fim da sua bíblia <sup>153</sup> Mascarenhas Barreto descaí-se a dizer que os Reis Católicos, que conheciam as verdadeiras origens do descobridor, se terão limitado a confirmar-lhe as armas que usava em Portugal, que, como neto de Rei, eram certamente as do Reino. Esquæceu-lhe tão sòmente que, como bastardo, teria então de usar as armas do Reino *com diferença*, nesse caso a chamada “diferença real”, que era o *banco de pinchar*. Fica-se portanto sem saber porque lhe atribui Oviedo armas que se parecem tanto com as portuguesas como um ovo com um espeto... Mas se os Reis sabiam da sua vera ascendência, porque motivo quando ele se lhes apresentou como pobre genovês, fingiram engulir o embuste? Estariam também eles feitos com D. João II? E nesse caso: para enganar a quem? Seja como for, a referência da carta régia de 20.V.1493 às *armas vuestras que solíades tener* não é suficiente para provar que Colombo fosse de cepa nobre, uma vez que, como vimos, o uso de armas não estava estritamente reservado à nobreza

Tem-se discutido muito a origem daquelas armas, que não coincidem com as dos outros Colombos de França ou de Itália (as mais das vezes três pombas de prata em campo de azur), nem sequer com as dos Colombos de Placência (quatro rosas, duas de goles e duas de prata, em campo de azur, separadas por uma faixa de ouro), com que D. Hernando — senão já o próprio Cristóvão — insinuava ter parentesco.

Têm aventado alguns que seriam as da corporação dos tecelões de Savona, outros que corresponderiam ao emblema municipal da terreola da Catalunha de onde seria oriundo, etc., o que nada se provou. O que nos parece mais provável é que constituam uma adaptação das armas da família Cybo ou Cibo, de origem grega (chamada em Bizâncio Κυβός), que estava já instalada em Génova no século XIII. Essas armas continham a bandeira de Génova (uma cruz de goles em campo de prata), em chefe, e no campo do escudo uma banda escaqueada (axadrezada) de azur e prata em campo de goles. Dessa família saiu Giovanni Battista Cybo, que foi bispo de Savona de 1466 a 1472; os Colombos vieram residir para Savona em 1470 e é possível que Cristóvão se tenha posto então ao seu serviço, adotando as suas armas com *diferença*. Este prelado foi em 1473 feito cardeal e transferido para outra diocese; em 1484 foi eleito papa,

<sup>152</sup> Henry Harisse, *op. cit.*, vol. I, pp. 37-38. Cf. Oviedo, *HGNI*, II, i & vii.

<sup>153</sup> *op. cit.*, p. 475.

tomando o nome de Inocêncio VIII (r. 1484-92), mas conservou as mesmas armas, agora coroadas da tiara papal <sup>154</sup>. Pode também ter sido após a elevação deste seu conterrâneo ao sôlio pontifical, que veio elevar a pátria comum no conspecto da Cristandade, que Colombo adotou as suas armas; mas parece-nos mais verosímil a primeira hipótese. Não espanta que em Espanha tenha substituído o emblema de Génova, que no brasão do papa figura em chefe, por um simples chefe de goles, liso, pois não devia estar então muito interessado em ostentar as suas origens genovesas, que conotavam a humildade da sua família; como veremos, foi só quando as coisas lhe começaram a correr mal em Espanha que para ali se virou. Os Colombos de Módena usam um escudo muito diferente, mas com as mesmas cores (azur e ouro), e pode ter sido aí que Colombo se inspirou para escolher as suas; mas tudo isto é mera especulação.

As primitivas armas do Almirante apenas são conhecidas pela descrição de Oviedo, pois não figuram em nenhum documento que até nós tenha chegado.

Os únicos documentos datáveis da vida de D. Cristóvão de que consta o desenho das armas que adôtu são os luxuosos cartulários com públicas-formas dos 36 privilégios que tinha recebido dos Reis que mandou fazer em Sevilha em 1502, como adiante veremos com maior detenção, e confiou ao embaixador genovês em Espanha, Nicolò de Oderigo; conserva-se um deles em Génova, o outro em Paris, para onde o levou Napoleão.

Tal como se vê pela comparação das duas figuras, os Reis haviam-lhe permitido incluir no seu brasão os emblemas de Castela e Leão com as cores modificadas. Ele, porém, de *motu proprio*, reproduziu tal e qual as cores das armas régias, assimilando-se assim à Casa Reinante; e modificou também o último quartel, substituindo o desenho inspirado nas armas da família Cybo, usadas pelo papa Inocêncio VIII, por o que nos parece ser uma adaptação das armas dos Monizes, família de sua mulher, substituindo as cinco estrelas de ouro, dispostas em sautor, em campo de azur, por âncoras do mesmo metal. As âncoras — ainda que com disposição diferente: de azur em campo de prata, na bordadura do escudo — faziam também parte do brasão dos condes de Melgar, mais tarde duques de Medina do Rio Seco, descendentes dos almirantes de Castela, em quem Colombo se pode ter inspirado.

---

<sup>154</sup> Sobre o seu pontificado, vide Louis Pastor, *Histoire des Papes depuis la fin du Moyen Âge*, traduit de l'Allemand par Furey Raynaud, 20 vols, vol. V, Plon, Paris, 1924, liv<sup>o</sup> viii, pp. 225-500.



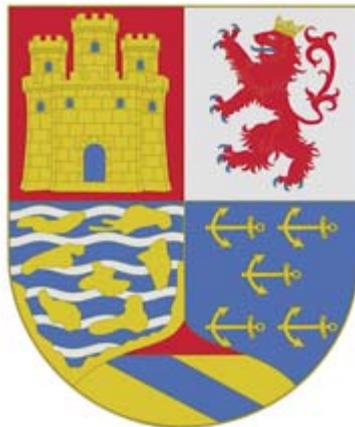
**a**



**b**

**Armas da família Cybo (a) e de Cristóvão Colombo (b)**

À direita: as armas de Cristóvão Colombo tal como as descreve a carta régia de 20.V.1493 que o autoriza a usá-las, conhecendo-se o detalhe do terceiro quartel ou quartel inferior esquerdo pela descrição de Oviedo; note-se que em heráldica se adota o ponto de vista de quem empunha o escudo, pelo que um quartel dito “esquerdo” fica à direita do observador. Na figura da esquerda as armas da família Cybo, que Inocêncio VIII continuou a usar depois de ter sido elevado ao sólio pontifício.



**Armas definitivas de Cristóvão Colombo**

Tal como figuram nos cartulários de 1502 e na *Historia General y Natural de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo, e como as usaram os seus descendentes

## Os pretensos estudos em Pavia e a cultura de Colombo

Invenção de Don Hernando parece ser também a afirmação de que seu progenitor fizera estudos em Pavia, prestigioso centro cultural, onde o imperador Carlos IV instituiu em 1361 um *Studium Generale*, a que o papa Bonifácio IX (r. 1389-1404) reconheceu os mesmos direitos e privilégios das universidades de Bolonha e de Paris. Em 1485 o *Studium Generale* receberia, por decreto imperial, o estatuto de universidade; mas então já Colombo estava em Portugal. Seja como for, embora se nos apresente como uma pessoa de certa cultura, nada indica que tenha feito estudos fora do torrão natal, onde a *Università degli Studi* não foi criada senão em 1481, após a abalada do futuro descobridor. Quanto aos estudos pré-universitários, se, como tudo indica, Colombo vivia em Génova, onde havia ensino primário e secundário, não se vê razão para ir estudar para Pavia senão para frequentar o ensino superior, tanto mais que, como nota Rinaldo Caddeo, a corporação dos laneiros de Génova tinha uma escola para os filhos dos seus sócios. E se por qualquer circunstância da vida, mal documentada para os seus primeiros anos, Colombo aprendeu as primeiras letras ou as *artes liberales* em Pavia, isso não reveste qualquer importância; o que é importante notar é que nada indica que tenha frequentado a universidade; nisso estão de acordo os investigadores que estudaram a sua vida, que não encontraram traço da sua presença na documentação referente à Universidade de Pavia.

Aliás, em parte alguma da sua obra assevera rotundamente D. Hernando Colón que seu pai frequentara a Universidade; mas a menção de Pavia sugere-o imediatamente ao leitor, e era certamente isso o que o autor, sem mentir redondamente, queria insinuar com tal alusão. Também eu poderia dizer que tive um jardineiro que estudou em Coimbra, já que fez a terceira classe na escola primária da Bencanta; mas ninguém o entenderia em tal sentido...

Objeta-me o ilustre bastonário da *Desordem dos Engenheiros* com duas citações de D. Hernando (que, como é seu hábito, transcreve na versão castelhana de Luís Arranz) e outra de Las Casas:

1. *Estudió en Pavia los primeros rudimentos de las letras, mayormente la gramática, y quedó bien experto en la lengua latina, y desto lo loa la dicha Historia portuguesa...*

2. *...en una carta que escribì a los Reyes Católicos el año de 1501, a los cuales no podría contar sino aquello que fuese verdad, dice las palabras siguientes... "En la marinería me hizo abundoso; de Astrología me dio lo que abastaba, y así de Geometría y Aritmética, e ingenio en el ánima y manos para dibujar esta espera."*

3. *Estudió en Pavia los primeros rudimentos de las letras, mayormente la gramática, y quedó bien experto en la lengua latina, y desto lo loa la dicha Historia portuguesa diciendo, que era elocuente y buen latino... "(...) " Consiguió la medula y substancia necesaria de las otras ciencias, conviene a saber de la geometría, geografía, cosmografía, astrología ou astronomía y marinería" .*

A terceira citação é de reduzido interesse, pois foi textualmente retirada da *História do Almirante*, de que Las Casas conheceu sem dúvida a versão original castelhana, hoje perdida. *La dicha Historia Portuguesa* é, na pena de Las Casas, a *Ásia* de João de Barros <sup>155</sup>, que de facto, alude por duas vezes aos conhecimentos de latim do futuro descobridor:

Segundo todos affirmam, Christóvão Colom era Genoez de nação, e bom latino, e mui glorioso em seus negocios. E como naquelle tempo huma das potencias de Italia que mais navegava por razão suas mercadorias e comercios era a nação Genoez; este, seguindo o uso de sua pátria, e mais sua propria inclinação, andou navegando per o mar de Levante tanto tempo, té que veio a estas partes de Hespanha e deo-se à navegação do Mar Oceano, seguindo a ordem de vida que ante tinha. E vendo elle que ElRey D. João ordinariamente mandava descubrir a costa de África com intenção de per ella ir ter à Índia, como era homem latino e curioso em as cousas da Geografia e lia por Marco Paulo (...) veio a fanteziar que per este mar Oceano Occidental se podia navegar tanto té que fossem dar nesta Ilha Cypango e em outra terras incógnitas.

A viagem ou viagens que fez ao Levante são confirmadas pelas comparações que faz primeiro entre Cuba, depois entre Porto Rico e a Sicília, escala obrigatória de quem queria passar do Mar Tirreno à bacia oriental do Mediterrâneo <sup>156</sup>; e numa carta de 1502 aos Reis <sup>157</sup> mostra-se assaz familiarizado com o régimen de ventos do *Mare Nostrum* e com a maneira de os utilizar para navegar, dando também pormenores sobre a navegação de Espanha para as Flandres.

Quanto aos bons conhecimentos de latim do nosso herói, não sei exatadamente em que se baseiam D. Hernando, João de Barros e Las Casas para o pintar de tais cores; provavelmente não se querem referir ao que nesse idioma escreveu, mas tão somente à facilidade com que lia e entendia livros escritos em latim — um conhecimento por conseguinte passivo e não ativo.

Seja como for, nos documentos que nos chegaram, o latim de Colombo não é bom nem mesmo mau: é péssimo! Recorda até por vezes o do *Palito Métrico*, contendo nomeadamente:

— abundantes erros de ortografia: *spera* em vez de *sphaera*, “esfera”; *arenoza* em vez de *arenosa*; *nauigacionis* em vez de *nauigationis*; *papiro* em vez de *papyro*; *fixicus* em vez de *physicus*; *equinoxialis* em vez de *æquinoctialis*, *ditus* em vez de *dictus*, *sertum* em vez de *certum*, etc.;

— vulgarismos de sabor tabeliônico: *anno de 88* em vez de *anno octogesimo octauo*; *habet castrum serenissimi regis Portugalie*, “há um castelo do sereníssimo rei de Portugal”, em vez de *est ibi castrum...*, etc.;

<sup>155</sup> *Da Ásia*, década I, livº iii, cap. 11.

<sup>156</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 28.X.1492; *Relación del Segundo Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. viii, p. 241.

<sup>157</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxviii, pp. 474-475.

— termos românicos latinizados à pressão: *uiagium*, “viagem”, em vez de *nauigatio* ou *iter maritimum*; *malineros*, “marinheiros”, em vez de *nautae*; *in remolio*, “de remolho”, em vez de *macerata*; e inclusivamente (imagine-se!) um termo lígure latinizado: *porsimolum*, “salsa”, em vez de *petroselinum*;

— faltas à concorrência gramatical: *Africa ... in aliquibus locis habitantur*, em vez de *habitatur*; *ad comperendum altitudinem solis* em vez de *ad comperendam altitudinem solis*; *potest uideri quisquam mentientem* em vez de *quisquam mentiens*;

— sujeitos em acusativo: *nec [id] impedit maximum calorem* em vez de *nec id impedit maximus calor*; *ut solent [nauigare] naucleres et malineros*, em vez de *ut solent naucleri et nautae*, já que *malineros* é de qualquer modo um barbarismo e o plural de *nauclerus* é *naucleri* e não *naucleres*;

— complementos diretos em nominativo: *Rex Portugalie misit in Guinea anno Domini 1485 magister Ithosepius, fixicus eius et astrologus*; *inueni locus temperatus esse*, em vez do que seria correto numa proposição infinitiva: *inueni locum temperatum esse*;

— um complemento direto em ablativo: *pone (...) semine in aceto* em vez de *pone semen in aceto*;

— complementos de “lugar para onde” ou de “*terminus ad quem*” em ablativo em vez de acusativo: *nauigando ex Ulixbona ad austrum in Guinea* em vez de *in Guineam*; *usque in Guinea* em vez de *usque in Guineam*; *de septentrione in austro*, “de norte a sul”, em vez de *in austrum*, etc.

— um complemento de matéria em genitivo com uma proposição que pede ablativo: *uide in nostris cartis a papyri*, em vez de *de papyro*, ou melhor ainda, *e papyro*;

— ablativos misturados com acusativos no mesmo sintagma: *usque uno promontorium* em vez de *usque unum promontorium*; *cum quadrantem et aliis instrumentis* em vez de *cum quadrante et aliis instrumentis*; etc.!

Valeu-lhe não ter estudado no Seminário Diocesano de Dare, em Timor, onde eu ensinei latim, nem ter sido eu seu professor em Pavia, senão chumbava...

Seja como for, para neto de um rei, ainda que educado à socapa sob a camilha da braseira, parece-me ignorância a mais...

Quando à cosmografia, navegação astronómica, etc., dir-se-ia igualmente que Colombo não era brilhante em tais matérias, pois além do monumental erro que cometeu na sua estimativa da circunferência da Terra, a que subtraía 26 %, chegou a admitir que esta tivesse a forma de uma pera, mais afilada de um lado do que de outro! Além disso a maioria das latitudes que dá nos seus escritos estão erradas: a costa setentrional de Cuba onde fez as primeiras observações ao chegar ao Novo Mundo, não se situa a 42° N mas a c. 21°, a Islândia não fica a 73° N mas a uma latitude média de c. 65° N, o Cabo Verde, no Senegal, não fica a 9° 15' mas a 14° 40', as ilhas de Cabo Verde não quedam a 9° 15', mas entre 15° e 16° N, a ilha de Trinidad não jaz à mesma latitude da Serra Leoa, mas uns 3° a 4° mais ao norte, S. Jorge da Mina não se situa sob a equinocial mas a 5° 10' N, o Cabo Santana tampouco se situa sob a equinocial mas a 7° 20' N, a cidade La Isabela que Colombo fundou na Espanhola não queda nem a 25° nem a 26°, como em diferentes escritos diz, mas a 19° 57' N, o Cabo da Boa Esperança

não fica a 45° mas a 34° 22' S, etc. Pior ainda é o que se passa com a longitude — que, diga-se aliás em abono da verdade, não podia ainda à época ser determinada com rigor: Colombo tentou aplicar o método que tinha por base a determinação da hora a que se iniciava um eclipse lunar, para a comparar com a hora dada por tabelas elaboradas para um lugar sito a uma longitude que servisse de referência; experimentou-o em 1494<sup>158</sup>, na sua segunda viagem, na costa meridional de Haiti ou na fronteira ilha Saona, e obteve um resultado com o tremendo erro de 23° 50'! Voltou a experimentá-lo na Jamaica aquando do eclipse de 29.II.1504<sup>159</sup> e o erro foi ainda maior: 38°, o que àquela latitude corresponde a um apartamento de mais de 4.000 km! Para quem, no dizer de Pestana Júnior e de Mascarenhas Barreto, estava na posse de segredos náuticos dos portugueses, não está mal...

Para o segundo destes autores — ou quiçá antes inventores<sup>160</sup> — Colombo ter-se-ia inclusivamente deslocado por duas vezes à Guiné e uma à Mina, “para, segundo ele próprio, *confirmar as observações cosmológicas [sic] anteriores, feitas por José Vizinho (judeu)*”. Pobre de D. João II se alguma vez tivesse quedado pendente da confirmação por Colombo dos cálculos dos seus astrónomos...

Teremos ao longo deste trabalho bastas ocasiões de notar o contraste entre observações ingénuas de Colombo e a forma que, ao registá-las por escrito, lhes conferiu Pedro Mártir de Angléria, um humanista culto que, como seria de esperar, passou pelo crivo da sua cultura a matéria bruta que lhe transmitia o desobridor. A comparação é em geral bem elucidativa da distância que vai de um erudito, ainda que por vezes demasiado imbuído do culto dos autores antigos, a um autodidata simplório.

Ninguém nutre quaisquer dúvidas de que Colombo foi um grande navegador; mas navegava à maneira mediterrânica, por rumo e estima, e não, como ao tempo faziam já os portugueses, por latitudes; e o facto de usar um método antiquado em águas totalmente ignotas só redundava em admiração pela perícia com que logrou, certamente, atravessar por quatro vezes o Atlântico em ambos os sentidos sem jamais se perder — embora, como veremos, em termos de ventos não tenha de uma das vezes escolhido a melhor rota. É na terceira viagem que aparentemente se situa a sua façanha mais notável: depois de descobrir a região de Pária, hoje parte da Venezuela, decidiu, por diversas razões que Las Casas especifica e mais tarde analisaremos, não prosseguir o descobrimento da costa do continente e rumar em direitura à Espanhola; meteu a proa

---

<sup>158</sup> Eclipse de 14.IX.1494, Carta aos Reis sobre a viagem a Cuba, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 315; *Libro de las Profecias*, *ibidem*, p. 454.

<sup>159</sup> *Libro de las Profecias*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lx, p. 455

<sup>160</sup> Mascarenhas Barreto, *op. cit.*, p. 143.

a noroeste e quarta do norte e em cinco a seis dias foi aterrar na ilhota a que chamou Madame Beata no ponto mais meridional da Espanhola, 25 léguas apenas a oeste do porto que demandava, que era sem dúvida o de Santo Domingo, para onde pouco antes seu irmão Bartolomeu, encarregado do governo na sua ausência, transferira a capital. *E pesóle de aver tanto decaído...*

Como testemunha Andrés Bernáldez <sup>161</sup>, a quem Colombo no regresso da sua segunda viagem confiou parte dos seus papéis, era, de facto, sua opinião:

*... no parezca maravilla que navegando se pueda arbitrar el camino en cierto, mas ántes se prueba por muy verdadero: porque muchas veces se vuelve el navío á la isla otra de donde salió, y no con el mesmo tiempo y viento, salvo con el contrario y adverso; aquí consiste el saber del maestro y el remediarse al tiempo de la tormenta; nin se tiene por buen piloto ó maestro aquel que aunque haya de pasar una tierra á otra muy lejos sin ver señal de otra tierra alguna, que yerre diez leguas, aunque el tránsito sea de mil leguas, salvo si la fuerça de la tormenta no le dexa usar el ingenio.*

Ainda que expressa assaz confusamente, era, pois, sua convicção que um bom piloto se não podia enganar em mais de dez léguas; e desta feita, ainda que entre ilhas inteiramente desconhecidas, ele errara vinte e cinco. Daí o seu pesar.

Segundo o testemunho de Michele da Cuneo de Savona <sup>162</sup>, amigo de sua família e seu companheiro na segunda viagem ao Novo Mundo, Colombo era um navegante exímio mas empírico, dotado de grande intuição náutica: *Poi che Genoa è Genoa no è nato uno omo tanto magnanimo e acuto del facto del navicare como il dicto signor armirante; perciò che, navicando, solum a vedere una nuvola o una stella di nocte iudicava quello dovea sequire e se essere dovea mal tempo; lui proprio comandava e staxeva al temone; e poi che la fortuna era passata, lui alzava le velle, e li altri dormiano*, “desde que Génova é Génova {21} não nasceu homem tão magnânimo e agudo na arte de navegar como o dito senhor almirante; pois que navegando só com ver uma nuvem ou uma estrela de noite julgava o que devia seguir e se devia fazer mau tempo; ele próprio manobrava e manejava o timão; e depois que a borrasca era passada, ele içava as velas e os outros dormiam?”. Cuneo testemunhara uma proeza que constituía a prova da perícia de Colombo como timoneiro: o périplo da costa sul de Cuba pelo meio de caios (ilhotas de coral coberto de areia), parcéis e baixios, praticamente sem uma beliscadura, como a seu tempo veremos.

<sup>161</sup> *Historia...*, cap. cxxxii.

<sup>162</sup> Pode ver-se a versão italiana original do texto, transcrita do manuscrito, in Antonio Núñez Jiménez, *Michele da Cuneo nel nuovo mondo*, Dan. Er. Ed., Savona, 1994; versões castelhanas in Gil & Varela, *Cartas...*, doc. vii, viii & xvi, pp. 152-203 & 260-235, e in Fernando Portuondo, *El segundo viaje de descubrimiento. (Cartas de Miguel de Cúneo y Diego Alvarez Chanca)*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1977.

A intuição meteorológica que lhe atribue Michele da Cuneo é confirmada pelo que se passou na sua quarta viagem: os Reis haviam-no proibido de escalar Santo Domingo à ida, autorizando-o apenas a aí fazer, em caso de necessidade, uma breve escala no regresso. À ida, entre a Martinica e a Espanhola, Colombo observou muitos golfinhos e lobos marinhos à tona de água, o que tomou por indício de que em breve estalaria um furacão <sup>163</sup>. Quando a 29.VI.1502 ancorou diante de Santo Domingo, mandou pedir licença ao governador, Frey Nicolás de Ovando, comendador de Lares e mais tarde comendador-mor da ordem militar de Alcântara, para entrar no porto e aí se abrigar da tempestade que se avizinhava, avisando-o ao mesmo tempo de que nos próximos oito dias não devia deixar nenhum navio fazer-se ao mar. Ovando não só lhe negou a licença, como insistiu em mandar partir, carregada de mercadorias e de ouro pertencente à Coroa, a luzida frota de 28 velas comandada por António de Torres, que em Fevereiro o trouxera de Espanha e agora devia transportar, de volta à metrópole, tanto o seu antecessor Frey Francisco de Bobadilla (o que em 1500 enviara Cristóvão Colombo e seu irmão Bartolomeu a ferros para a Península) como Francisco Roldán, cabecilha da rebelião contra os Colombos em 1497.

Perante a recusa de Frey Nicolás, o Almirante foi abrigar a sua frota em Puerto Hermoso, a 16 léguas de ali, e dos seus quatro vasos, nenhum se perdeu. Já da armada de Bobadilla, colhida pelo furacão mal dobrou o cabo oriental da Espanhola, naufragaram vinte e quatro, levando para o fundo do mar, além do ouro dos Reis, que totalizava 200.000 pesos, ou seja, 900 kg, umas quinhentas pessoas, entre as quais Roldán, Bobadilla e Torres e, a ferros, o pobre cacique Guarionex. Dos outros quatro navios, três arribaram a Santo Domingo, e foi num deles que se salvou Rodrigo de Bastidas de quem falaremos mais tarde; apenas um chegou a salvo a Espanha. Como comenta D. Hernando, que acompanhava o pai nesta viagem, pareceu-lhe tal desastre obra da Providência, “pois se [Bobadilla, Roldán, etc.] chegassem vivos a Castela jamais seriam castigados como mereciam seus delitos”. Já a população local raciocinou de outra maneira: como o único navio que chegou ao seu destino foi a nau *Guecha*, que transportava os 4.000 pesos de ouro (o equivalente 18 kg), que o governador cessante confiscara ao Almirante, mas que os Reis haviam mandado restituir-lhe, acusaram Colombo de, por artes mágicas, ter suscitado ele mesmo a tempestade...

---

<sup>163</sup> HA, cap. lxxxviii (lxxxvii); *Relación del Cuarto Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, pp. 485-486; Las Casas, *HI*, I, clxxxii & II, v.

Foi em vão que os Reis aguardaram a sua frota e o ouro que lhes tragara o Oceano; e ao cabo de nove meses decidiram-se finalmente a notificar a Ovando a sua provável perda <sup>164</sup>.

Voltando à intuição marinheira de Colombo, ele próprio, aliás, se gaba dela, e a justo título desta vez, na carta que de Granada escreveu aos Reis Católicos a 6.II.1502 <sup>165</sup>, em que lhes refere um episódio passado em 1497, no momento em que aqueles estavam em Burgos aguardando a chegada da princesa Margarida de Áustria, que vinha a desposar o príncipe D. João:

*Porqu'el tiempo perseveraba crudo y se suçedian los estirones, que de enfadados se iban a Soria; y partida toda la corte un sábado, quedaron Vuestras Altezas para partir lunes de mañana, y a un çierto propósito, en aquella noche, en un escrito mio que envié a Vuestras Altezas dezía “tal día comenzó a ventar el viento; el otro día no partirá la flota aguardando si el viento se afirma; partirá el miércoles, y el jueves o viernes será tant avant como la isla de Huic, y se no se meten en ella serán en Laredo el lunes que viene, o la razón de la marinería es toda perdida”. Este escripto mio con el deseo de la venida de la prinzeza movió a Vuestras Altezas a mudar de propósito de no ir a Soria y espirmentar la opinión del marinerio, y el lunes remanesió sobre Laredo una nao que refusó de entrar en Huit, porque tenía pocos bastimentos...*

Das viagens de Colombo ninguém tem dúvidas de que, pelas suas conseqüências para a história universal, é a primeira a mais significativa. Como atestado da sua perícia há, porém, proezas mais notáveis: a travessia certa do Atlântico, das Canárias à Guadalupe, de que apenas sabia pelo que escutara aos índios, em apenas vinte dias, em 1493; o descobrimento da costa meridional de Cuba, toda ela parcelada e semeada de ilhotas de coral e areia, em 1494; a travessia entre a Venezuela e a Espanhola, jãmais cartografadas, em cinco dias (15 a 20 de Agosto de 1498); e a viagem direta do Panamá à Jamaica em 1503.

Não obstante, se ninguém duvida de que o mundo moderno, tal como o concebemos, radica do grande descobrimento de Colombo, a *modernidade* do descobridor está longe de ser evidente. O Colombo que nos deixam entrever os seus próprios escritos é muito mais uma figura da Idade Média terminal que da Idade Moderna incipiente. Teremos basta ocasião de o observar, quando nos debruçarmos sobre aspetos como a sua mentalidade mística e messiânica, os seus métodos de navegação arcaizantes e a sua concção do mundo. Falta sobretudo ao descobridor da América o sentido do quantitativo e o culto do rigor matemático característicos dos

<sup>164</sup> Carta dos Reis ao governador, Alcalá de Henares, 10.IV.1503, *CDD*, III. doc. 606, pp. 1507.

<sup>165</sup> *CDD*, III, doc. 575, pp. 1414-17.

tempos modernos: aparentemente mais preocupado com o significado místico dos números do que com o rigor das cifras não hesita em manipular as datas para as fazer entrar, a bem ou a mal, no seu esquema preconcebido das semanas de anos; as latitudes que indica estão, na sua quase totalidade, rotundamente erradas, admitindo, por exemplo, que a costa setentrional da Espanhola estivesse a 25° N e a meridional a 18°, o que implicaria que a largura da ilha fosse de 777 km; e na desmesura das suas hipérboles chega a afirmar por duas vezes <sup>166</sup> que no descobrimento da Guiné pereceu metade da população portuguesa! Já a propósito da sua viagem ao Mar do Norte em 1477 observara que na Islândia a amplitudes das marés era de 50 braças — mais de cinco vezes o máximo mundial registado! Em Dezembro de 1492, ao avistar do mar a cordilheira setentrional da Espanhola, que culmina a 1.250 m, registou: *en toda esta comarca ay montañas altísimas, que parecen llegar al cielo, que la de la isla de Tenerife* — onde o pico de Teide atinge 3.717 m — *parece nada en comparación d'ellas en altura* <sup>167</sup> ! Na sua famosa *Carta a Santángel*, de Fevereiro de 1493, afirma que a Espanhola, que apenas costeara pelo norte, cuja área é de c. 76.192 km<sup>2</sup>, o equivalente a 83 % de Portugal, era maior que a Península Ibérica, que mede 622.918; e no mesmo insistia seis anos mais tarde, conquanto tivesse já entretanto percorrido várias vezes a ilha por dentro e por fora <sup>168</sup>. Em 1496 afirmava <sup>169</sup> que no centro da ilha se achara uma mina de ouro tamanha ou maior que a Andaluzia, que mede 87.268 km<sup>2</sup>! Seria, portanto a mina maior do que a ilha... No retorno da sua segunda viagem, informou Pedro Mártir de Angléria de que pusera nome a 700 ilhas, deixando à sua mão esquerda mais de 3.000 outras <sup>170</sup> — *ut ipse dicere audet*, “como ele próprio ousa dizer”, comenta prudentemente o humanista lombardo. Procuraria assim insinuar que andara pela Insulíndia, onde Marco Polo dizia haver 4.759 ilhas. No regresso da quarta afirmou-lhe que as montanhas de Verágua, no atual Panamá se elevavam a uma altitude de mais de cinquenta milhas, ou seja, cerca de 65.000 metros, o que corresponde a oito vezes a altitude do Monte Everest <sup>171</sup>! Na realidade, o ponto mais alto do Panamá, o vulcão Baru, sito na cordilheira de Talamanca, mede 3.495 m, pouco mais de 1/20 da altura que lhe atribuía o descobridor; não sabemos

<sup>166</sup> *Relación del Tercer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, pp. 383 & 400.

<sup>167</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 21.XII.1492, Varela & Gil, *Textos...*, doc. ii, p. 172.

<sup>168</sup> Carta aos Reis, <1498-99>, *ibidem*, doc. xliii, p. 423.

<sup>169</sup> A. Bernáldez, *Crónica...*, cap. cxxii.

<sup>170</sup> Década I, cap. iii, *ed. cit.*, fl viii v (p. 50).

<sup>171</sup> Década III, cap. iv, fl xliii v (p. 120).

aliás ao certo qual foi o pico que enxergou do mar. De qualquer modo, com os instrumentos de que dispunha, o quadrante e a balestilha, usando para mais o seu olho de marinheiro para estimar a distância a que se encontrava da montanha, ter-lhe-ia sido possível calcular, com razoável aproximação, a altitude dos picos que contemplava do mar. Mas sete anos após a viagem descobridora, em carta aos Reis datável de 1499, continuava a insistir em que a Espanhola se achava à mesma latitude das Canárias e bojava tanto como a Espanha inteira <sup>172</sup>...

Não faria sentido comparar Colombo a Descartes (1596-1650) ou a Fermat (1601-65), que viveram mais de século e meio mais tarde; mas, em matéria de rigor matemático, o contraste com um contemporâneo seu como Duarte Pacheco Pereira (1460-1533) é flagrante. Notemos, desde já, que a desmesura de Colombo, se não no que toca à altura dos montes, que a poucos havia de importar, pelo menos no que concerne as potencialidades económicas do Novo Mundo, acabaria a médio prazo por o prejudicar: à medida que se ia verificando que na realidade não existia metade do que ele apregoava, foi caindo no descrédito, de modo que a partir de certo ponto, quanto mais escrevia menos o criam.

Os textos colombinos deixam-nos de qualquer maneira entrever muito mais um autodidata do que um universitário. Aliás o próprio Almirante, numa carta de 1501 aos Reis Católicos <sup>173</sup> (parcialmente transcrita por D. Hernando <sup>174</sup>), o dá a entender, ao explicar que aprendeu a navegar por *trauto y conversación [que] he tenido con gente sabia, heclesiásticos e seglares, latinos y griegos, judíos y moros y con otros muchos de otras setas*. Já na primeira metade do século XVI o cosmógrafo Jerónimo Girava (c. 149?-1556) o descrevia como *Christoval Colón, genoves, gran Marinero y mediocre cosmografo* <sup>175</sup> {22}. Não é impossível que na sua formação tenha influído o mester de livreiro que terá exercido durante os seus primeiros tempos em Castela, como o dá a entender Andrés Bernáldez, que foi de 1487 a 1513 cura de Los Palacios, junto a Sevilha: *ovo un hombre de tierra de Génova, mercader de libros de estampa, que tratava en esta tierra de Andalucia, que llamaban Christobal Colon, hombre de muy alto ingenio sin saber muchas letras, muy diestro de la arte de Cosmographia é*

---

<sup>172</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc.xliii, pp. 422-423.

<sup>173</sup> *Ibidem*, doc. liii, pp. 444 & sqq.

<sup>174</sup> *HA*, cap. IV.

<sup>175</sup> Hieronymo Girava, *Dos libros de Cosmografia*, compuestos por ..., Tarragones, Milão, 1556, p. 186.

*del repartir del mundo...* <sup>176</sup> {23}. Claro que Mascarenhas Barreto, com a sua habitual delicadeza para com os que não embarcam nos seus devaneios, acha maneira de se desembaraçar de uma penada deste testemunho incómodo, caricaturando o livreiro retratado por Bernáldez como “um aventureiro supostamente genovês, praticamente incógnito, ex-cardador de lãs, que para matar a fome deambulava de porta em porta a impingir estampas coloridas”...

O retrato que todos estes textos pintam corresponde assim, com pequenas variações, ao de um autodidata — o que, aliás, apenas lhe redundava em mérito. Colombo era, afinal, aquilo a que em europês moderno chamam um *self made man*.

O testemunho de Bernáldez <sup>177</sup> é importante, pois conviveu de perto com Colombo, a quem albergou em sua casa, no regresso da sua segunda viagem à América:

*E así [que o Grão Cã deveria residir muito longe das Antilhas] ge lo dix e fize entender yo, el año de mill e quatrocientos e noventa y seis, cuando vino en Castilla la primera vez después de aver ido otra vez a descubrir; que fué mi huésped e me dexó algunas de sus escrituras en presencia de don Juan de Fonseca.*

Notemos desde já que este Fonseca é o Dr. Juan Rodríguez de Fonseca (1451-1524), que foi cónego, arcediogo e deão do cabido da Sé de Sevilha e em seguida, a partir de 1494, bispo de Badajoz, a quem os Reis Católicos encomendaram a gestão da empresa americana, tornado-se assim como que em seu Ministro do Ultramar. Veio a ser em 1499 bispo de Córdova e em 1505 de Palência; em 1511 tornou-se arcebispo de Rossano no Reino de Nápoles e finalmente, a partir de 1514, bispo de Burgos. Ao contrário de Bernáldez, que não aceitava as ideias cosmográficas de Colombo mas nutria por ele simpatia, Fonseca era-lhe adverso e chegou a ser repreendido pelos Reis por lhe não dar o devido apoio; aquele encontro dos três, que pôs a claro diante do prelado a ignorância do descobridor, por certo que a médio prazo o veio a prejudicar.

Onde, porém, o ilustre bastonário da *Desordem* se engana redondamente é ao imaginar que matérias como a geometria, a astronomia, etc., apenas se ensinavam na universidade: essas matérias eram consideradas disciplinas preparatórias para a universidade, formando o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), que no seu conjunto formavam as “sete artes liberais”, assim designadas desde Marciano Capela (séculos IV-V) por serem

---

<sup>176</sup> *Historia de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, cap. cxviii, “De como fueron descubiertas las Indias”, in D. Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla desde Don Alfonso el Sabio hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, t. III, Ed. Atlas, Madrid, 1953, p. 657.

<sup>177</sup> *Ibidem*, cap. cxxiii.

consideradas a base da formação dos homens livres, ao contrário das artes mecânicas, destinadas à população servil. As artes liberais eram ensinadas desde a Alta Idade Média, muito antes de haver universidades (que só aparecem no século XI), nas escolas catedrais e também nos mosteiros (sobretudo nos mosteiros de tradição irlandesa); constituíam o ensino médio, *grosso modo* correspondente ao moderno ensino liceal. Foi para isso que em 1542 D. João III criou o Colégio das Artes, que começou a funcionar em 1547, junto à Universidade de Coimbra, de que permanecia independente, como estabelecimento secundário que era, destinado a preparar os estudantes que desejavam ingressar no ensino superior. Em Portugal, para efeitos práticos, a astronomia naval e a marinharia eram ensinadas fora da universidade: era perante o *piloto-mor d' El-Rei* que os candidatos faziam exame. Não há aliás sinais do estudo das matemáticas aplicadas à náutica na Universidade antes de Pedro Nunes, na quinta década do século XVI.

Outro erro é imaginar que na época apenas os nobres e os clérigos estavam alfabetizados. A taxa de alfabetização era baixa mas, pelo menos nos meios urbanos, muito superior a zero: encontrei na Torre do Tombo folhas de pagamentos a soldados e marinheiros de armadas da Índia dos primeiros anos do século XVI em que boa parte deles, talvez metade, assina o recibo por sua mão, embora outros assinem de cruz. No caderno de recibos do almoxarifado dos mantimentos de Malaca em 1521-24<sup>178</sup>, que copiei por minha mão, de 47 despenseiros de outros



**Medição da altura e da largura da janela de uma torre com a balestilha**

Gravura da *Margarita Philosophica* de Gregor Reisch, nova edição, Basileia, 1508

A balestilha, formada por um virote fixo e duas soalhas móveis, foi provavelmente inventada por Levi ben Gershon (1288 – 1344), também conhecido por Gersónides e por Mestre Leão Hebreu, judeu francês oriundo de Bagnols-sur-Cèze, perto de Avinhão, conhecido sobretudo como autor de um tratado intitulado *As Guerras do Senhor*, escrito em hebraico mas prontamente traduzido em latim, mas autor também de um tratado de trigonometria, *Àcerca dos senos, cordas e arcos*, datado de 1342.

<sup>178</sup> Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, II-98-62.

tantos navios que partiram para diversas partes apenas 13 assinam de cruz; conquanto a amostra não seja suficientemente representativa para dela retirar conclusões mais gerais, corresponde a uma taxa de alfabetização de 72 %. Ora os despenseiros das naus nem eram nobres nem clérigos...

Na realidade as coisas no mundo dos homens não são tão geométricas como o parecem supor os nossos bons engenheiros da *Desordem!* Para dar, mais uma vez, um exemplo extraído da minha própria pré-história: quando a 20.V.1758, ou seja, um quarto de milénio após a morte de Colombo, na igreja de Santo António de Porto Judeu (ilha Terceira), o meu pentavô José Pacheco desposou a minha pentavó Catarina Josefa, natural da mesma freguesia, foram testemunhas Simão Lourenço Godinho, que assinou legivelmente, e Manuel Ferreira Ormonde (na realidade Drummond), fidalgo de geração e membro da notabilidade local, que assinou de cruz! De qualquer modo, se o ensino das primeiras letras estivesse limitado a clérigos e nobres, para que manteria a corporação dos tecelões de Génova uma escola para os filhos dos seus sócios?

É tendenciosa senão desonestamente que *cubistas*, catalanistas *et hoc genus omne*, classificam Cristóvão Colombo de “tecelão analfabeto”; era pelo menos tecelão de sedas, o que dentro da hierarquia da corporação o colocava acima dos simples laneiros, como seu pai. Seja como for, os documento notariais que na sua juventude firmou em Génova mostram claramente que não era analfabeto, como o não eram nem seu pai, nem sua mãe, nem seus irmãos, nem seus primos! E que o fosse: sempre houve muita gente que aprendeu a escrever depois de adulto!

Colombo era um homem inteligente, aprendeu muito à sua custa e ufanava-se da facilidade com que a si mesmo se cultivara; dir-se-ia que via até nisso um sinal da sua eleição por Deus para grandes obras. Na carta aos Reis citada acima, em que se gabava de ter aprendido de latinos e gregos, judeus e mouros, manifesta a sua gratidão a Deus por ter satisfeito o seu desejo de saber, aproveitando o ensejo para se gloriar um pouquinho dos seus variados talentos:

*La mesma arte inclina a quien la prosigue a desear de saber los secretos d'este mundo. Ya pasan de XL años que yo voy en este uso. (...). A este mi deseo fallé a Nuestro Señor muy propicio, y ove d'El para ello espíritu de inteligencia: en la marinería me fiso abondoso, de astrologia me dio lo que abastaba, y así de geometria y arismética y ingenio en el ánima y manos para debusar espera [= esfera], y en ellas las çibdades, rios y montañas, islas y puertos, todo en su propio sitio. En este tiempo he yo visto y puesto estudio en ver de todas las escrituras, cosmografia, istorias, corónicas y filosofia y de otras artes, a que me abrió Nuestro Señor el entendimiento con mano palpable (...). Y con este fuego vine a Vuestras Altezas. (...) ¿Quién dubda que esta lumbre no fuese del Espíritu Santo, así como de mí?*

Foi provavelmente sozinho que Colombo aprendeu a ler latim, embora, como vimos, desse erros de palmatória quando se entremetia a escrevê-lo. Possuía vários livros em

latim que leu e anotou, apondo-lhes inúmeros escólios ou apostilas — nomeadamente a *Historia Naturalis* de Plínio o Antigo (23-79), a *Imago Mundi* do cardeal Pierre d'Ailly (1351-1420)<sup>179</sup>, e a *Historia rerum ubique gestarum* de Eneias Sívio Piccolómini (1405-64), na edição de Colónia, 1477<sup>180</sup>. Nos seus escritos cita por vezes Aristóteles, Averróis, Alfragano, Estrabão, Santo Isidoro de Sevilha, Santo Ambrósio, João Duns Escoto, Flávio Josefo, Ptolomeu, Santo Agostinho, São Jerónimo e Séneca; mas trata-se de citações de segunda mão, bebidas em Pierre d'Ailly ou em Piccolómini, como se vê pelas anotações à margem e sublinhados que se podem observar nos exemplares dessas duas obras que lhe pertenceram. Quanto a Marco Polo (1254-1324), que Colombo leu e releu, fê-lo na versão latina abreviada feita c. 1302 por Frei Francesco Pipino (c. 1270-1328), do texto originalmente escrito em francês por Rusticiano ou Rusticello de Pisa a ditado do viajante veneziano; embora conhecesse já o texto, a que se refere explícita ou implicitamente várias vezes, foi só em 1496 que Colombo encomendou a John Day<sup>181</sup> (um livreiro de Bristol, estabelecido durante algum tempo em Sanlúcar de Barrameda), um exemplar da versão de Frei Pipino, em edição de Antuérpia, 1485, que se conserva ainda na Biblioteca Colombina da Sé de Sevilha, e a que após algumas notas<sup>182</sup>. Ao enviar-lho, John Day incluiu na carta com que lho remetia um relato sumário da exploração das costas da América do Norte, que ao serviço da Inglaterra fizera nesse mesmo ano João Caboto.

Colombo deixou ainda um livrinho de apontamentos com extratos que copiou aqui e acolá de Santo Agostinho, Flávio Josefo, Ovídio, Toscanelli, etc., além de diversas citações bíblicas; chamou-lhes, em latim macarrónico, *carte a papiri*, e encadernou-os juntamente com a obra de Piccolómini.

Da própria lista das autoridades que Colombo aduz se deduz que estava muito mais em sintonia com o humanismo e com o renascimento italianos, que veneravam a Antiguidade como

---

<sup>179</sup> Antonio Ramírez de Verger, *Pierre d'Ailly - Ymago Mundi y otros opúsculos*, edición preparada por..., revisión de Juan Fernández Valverde y Francisco Socas, Biblioteca de Colón, II, Alianza Editorial / Universidad de Sevilla / Sociedad Quinto Centenario, Madrid, 1992.

<sup>180</sup> Francisco Socas, *Eneas Sívio Piccolómini (Papa Pío II), Descripción de Asia*, volumen preparado por..., Biblioteca de Colón, III, Alianza Editorial, Madrid, 1992.

<sup>181</sup> Conserva-se a carta de John Day a Colombo com a resposta, datável do outono de 1497: Juan Gil & Consuelo Varela, *Cartas de particulares a Colón y Relaciones coetáneas*, edición de..., Alianza Editorial, Madrid, 1984 [doravante Gil & Varela, *Cartas...*], doc. xviii, pp. 266-269.

<sup>182</sup> Juan Gil, *El libro de Marco Polo — Las Apostilas a la Historia Natural de Plinio el Viejo*, volumen preparado por..., Biblioteca de Colón, I, Alianza Editorial, Madrid, 1992 [com o texto latino de Pipino traduzido em castelhano]. Edição crítica do texto original francês: M. G. Pauthier, *Le Livre de Marco Polo (...)*, Lib. Firmin Didot, Paris, 1865 [reimp.: Slatkine Reprints, Genebra, 1978]; versão inglesa profusamente anotada: Henry Yule & Henri Cordier, *The Book of Ser Marco Polo (...)*, 3 vols, John Murray, Londres, 1920-29 [reimp.: Munshiram Manoharlal, Nova Delhi, 1993]. A numeração dos capítulos é seguida no texto francês, ao passo que o inglês é subdividido em quatro livros, no interior de cada um dos quais são numerados os capítulos — numeração que nas nossas citações damos entre parêntesis.

um ídolo, do que com o humanismo português coevo, de pendor muito mais experimentalista. Ninguém nega que houve um Portugal numerosos cultores do humanismo livresco de além-Pirenéus; simplesmente, quando tal moda começou a penetrar neste remoto subúrbio da Europa, já o cabo Bojador fora dobrado havia pelo menos meio século, de modo que a ninguém passava pela cabeça a ideia de tentar conciliar o mundo novo que a seus olhos dia a dia se ia desvendando com as concepções dos geógrafos antigos, totalmente ultrapassados.

Um bom exemplo da dificuldade de Colombo em romper de vez o cordão umbilical que o prendia ainda aos Antigos está na sua insistência na habitabilidade da zona tropical, que refere num texto transcrito por D. Hernando e por Las Casas <sup>183</sup> e em duas das suas apostilas à *Imago Mundi* <sup>184</sup>. A geografia tradicional adotara a repartição do Globo em cinco zonas climáticas, que remonta a Parmênides de Eleia (séculos VI-V A. C.) e reaparece no “Tratado da Esfera” (*De sphaera mundi*) do monge inglês John of Hollywood, ou, à latina, João de Sacrobosco (1195-1256), que foi até finais da Idade Média o livro básico do ensino da cosmografia. Vertido em português, serve esse tratado de introdução ao chamado *Guia Náutico de Évora* (por se conservar aí o único exemplar conhecido da sua edição impressa provavelmente em 1516), profusamente ilustrada com gravuras, demonstrando a redondeza da Terra, o mecanismo dos eclipses, os efeitos da refração na observação dos astros, etc. <sup>185</sup>.

Como é bem sabido as cinco zonas são a frígida do norte, entre o polo setentrional e o círculo polar ártico, a temperada do norte, entre aquele e o trópico de Câncer, a zona



**O globo terrestre dividido em zonas climáticas, segundo Ambrósio Macróbio (c. 400 A. D.)**

Gravura da edição impressa em Bréscia em 1483.

As cinco zonas são a *frígida* do Norte, considerada inabitável, a temperada do norte (não indentificada por legenda), suposta corresponder à Οἰκουμένη ou “Terra Habitada”, subdividida em Europa, Ásia e África, a zona tórrida (*perusta* “abrasada, completamente queimada”), a temperada do sul (*temperata antipodum*, “temperada dos antípodas, a nós incógnita”) e a frígida do sul. No hemisfério austral, separada da Οἰκουμένη por um largo trato oceânico, figura a *Antichthon* ou Anti-Terra, a Αντίχθων de Pitágoras, suposto continente austral simétrico do nosso Velho Mundo. Notar-se-á que o horizonte geográfico do autor fenece na Índia, o que na época em que escreveu era normal.

<sup>183</sup> HA, cap. iv; Las Casas, HI, I, iii.

<sup>184</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. I, nº 3, p. 90.

<sup>185</sup> *Tractado da Spera do Múdo tirada de latim em lingoagē portugues, com hũa carta que huñ grãde doutor Allemam mandou a elRey de Portugall dom Joam ho segundo*, ed. fac-similada de Joaquim Bensaúde [*Histoire de la Science Nautique Portugaise à l'époque des Grandes Découvertes* (...), vol. 2] Société Sadag, Genebra, s/d (c. 1917).

tórrida, entre este e o de Capricórnio e as duas zonas, temperada e frígida do hemisfério austral, simétricas das do boreal. Era, porém, comum afirmar-se que, por causa dos grandes frios que aí reinavam, as zonas frígidas, para lá dos círculos polares, não eram habitáveis — o que não anda muito longe da verdade. Afirmava-se, contudo, paralelamente que, devido ao excessivo calor, a zona compreendida entre os dois trópicos tampouco era habitável; conseqüentemente, como o Homem fora criado no hemisfério norte e não podia passar ao oposto sem atravessar a inóspita zona tórrida, a zona temperada do sul era “habitável mas desabitada”.

Em finais do século XIII Pedro de Abano (1250-1316), professor nas universidades de Paris e Pádua e amigo de Marco Polo, adota no seu *Conciliator Controversiarum*<sup>186</sup> uma posição conciliatória, que leva em conta tanto a tradição que vem de Crates e passa por Sacrobosco, como as afirmações de Ptolomeu, que as observações de seu amigo no Champá, na Malásia, em Samatra e na Península Indiana pareciam confirmar: a zona tórrida era povoada, mas pouco...

Para os portugueses a habitabilidade da zona tórrida ficara experimentalmente demonstrada logo em 1436, aquando da terceira expedição enviada pelo infante D. Henrique à costa africana, sob o comando de Afonso Gonçalves Baldaia: Baldaia ultrapassou o trópico de Câncer, atingindo a Angra dos Cavalos, onde dois moços fidalgos, Diogo Lopes de Almeida e Heitor Homem, desembarcaram e se internaram no país, chegando ao Rio do Ouro, sito exatamente sob o trópico, constatando o seu povoamento. Conforme testifica o Dr. Jerónimo Münzer (1437-1508),



**Primeira página do tratado *De Sphaera* de João de Sacrobosco; cópia do século XV proveniente do Mosteiro de Alcobaça (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa).**

A esfera terrestre ocupa, como seria de esperar nesta época, o centro da Máquina do Mundo, cercada pelos sucessivos planetas e finalmente pelo firmamento, concebido como uma esfera cristalina a que estariam fixas as estrelas. Segundo vários autores tanto antigos como medievais as estrelas parecem-nos pequenas devido à distância; mas havê-las-ias maiores do que a Terra — como o era também o Sol, razão porque a sombra projetada pela Terra tem a forma cônica.

<sup>186</sup> Petro Abano Patavino, *Conciliator Controversiarum, quæ inter Philosophos et Medicos versantur*, ... auctore (...), Apud Iuntas, Veneza, 1564 [reimp. anastática, Ed. Antenore, Pádua, 1985], differentia lxxvii, fl 100 v.

que em 1494-95 visitou Portugal, incluindo no seu *Itinerário*<sup>187</sup> uma extensa relação dos descobrimentos portugueses, *laetatus est igitur Infans, quia homines ibi habitari expertus est contra cosmographos, qui sub torrida zona negant habitationem hominum*, “alegrou-se pois o Infante, pois teve por experiência que aí habitavam homens, contra [a opinião dos] cosmógrafos, que negam haver na zona tórrida habitação humana”. Dir-se-ia, pois, que já nessa época determinavam latitudes.

Se, ao lado de questões que no seu tempo permaneciam em aberto — como as dimensões do globo terrestre, a comunicabilidade dos oceanos ou a preponderância das terras sobre as águas — Colombo se dá ainda ao trabalho de o anotar, quase meio século mais tarde, é certamente porque tal teoria foi um dos argumentos que contra ele brandiram os opositores ao seu projeto. É verdade que em finais do século XVI o jesuíta José de Acosta dedica ainda todo o livro II da sua *Historia Natural y Moral de las Indias* à “zona tórrida y sus cualidades”; o seu escopo, porém, não é já provar que a zona tórrida era habitável, o que por experiência se tornara entretanto evidente, mas determinar as causas do erro em que, quase unanimemente, lavraram os Antigos.

Um dos livros de cabeceira de Colombo era a obra de Marco Polo, conhecida na sua versão italiana como *Il Milione*. Embora o nosso descobridor só tenha adquirido um exemplar da obra c. 1496-97, entre a segunda e a terceira viagem, conhecê-la-ia quiçá da biblioteca do duque de Medinaceli, e foi sobretudo nela que bebeu a geografia do Extremo Oriente que o norteou na primeira — de onde a sua obsessão com o Cipango.

*Cipango* é o nome que o viajante véneto dá ao Japão, que não visitou, mas de que ouviu falar na China e de que fornece a única notícia conhecida antes dos descobrimentos portugueses; transcreve os caracteres 日本国, que em japonês se leem *Nippon-koku* ou *Nihon-koku*, mas em chinês mandarim se pronunciam *Jih-pen-kuo*, em cantonês *Yât-pun-kwók* e em dialeto *hokkien* (da província de Fuquiem, fronteira à Formosa, que tinha muitas relações comerciais com o Sueste Asiático) *Jit-pún-kok*, o que em qualquer caso significa “país (*kuo*, etc.) da origem (*pen*, *pún*) do Sol (*jih*, *jit*, etc.)”, ou seja “País do Sol Nascente”. Foi aparentemente da forma *hokkien* *Jit-pún* que os malaios tiraram *Jepun*, de que os portugueses fariam *Japão*.

---

<sup>187</sup> O apêndice ao *Itinerário* sobre os descobrimentos foi publicado por Friederich Kunstmann: Hieronymus Münzer, *Entdeckung der Guinea*, Verlag der Königlich Akademie, Munique, 1854; pode também ver-se, em edição bilingue anotada, in Basílio de Vasconcelos, “*Itinerário*” do Dr. Jerónimo Münzer (*excertos*), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932 [separata de *O Instituto*, vol. 80, nº 5]; o resto do *Itinerário*, e em versão castelhana Jerónimo Münzer, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, Ediciones Polifemo, Madrid, 1991.

O mapa de Toscanelli, de que Colombo se servia e que em seguida pertenceu, com outros papéis seus, a Frei Bartolomeu de las Casas, não chegou até nós; mas podemos imaginá-lo, uma vez que devia condizer com o que o cosmógrafo florentino escreveu na sua carta a Fernão Martins, que abaixo traduzimos. Mascarenhas Barreto fala dele com tamanha segurança e tais certezas que se diria que o viu — o que não é impossível, se foi de noite, em sonhos...

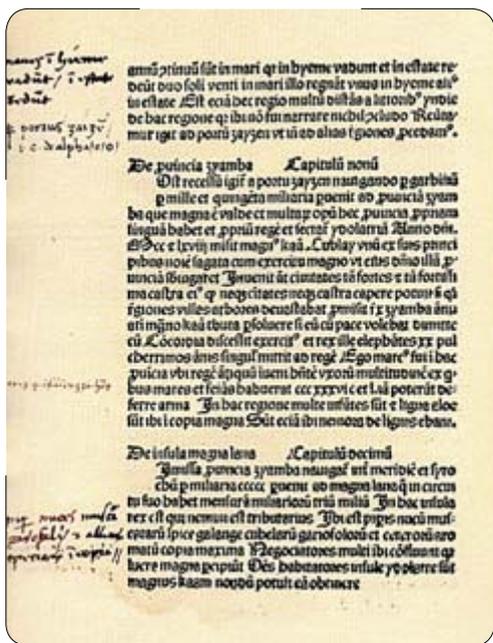
O mapa debuxaria portanto o Cipango a 2.500 milhas a oeste da “Antilha que vós conheceis”, cuja exata situação, pese à boa vontade do cosmógrafo, ignoramos totalmente. Efetivamente Toscanelli não indica a distância do Cataio ao Cipango, nem a da Antilha às costas do Velho Mundo; mas, como afirma que de Lisboa ao Cataio mediariam 6.500 milhas e é de presumir que situasse o Cipango à mesma distância do continente asiático a que o situava Marco Polo, ou seja a 1.500 milhas

ou 375 léguas, a Antilha ficaria 2.500 milhas ou 625 léguas, mais aquém, fazendo, como Colombo, as contas à razão de 4 milhas por légua.

Las Casas<sup>188</sup>, que tinha o mapa em seu poder, explica que Colombo se veio a persuadir de que Cuba não seria afinal ilha, como lhe haviam dito os nativos das Lucaias, mas parte do continente asiático, porque ocupava no mapa aproximadamente a posição que Toscanelli assinava ao Cataio. É verdade que o descobridor estava crente de que o Cipango distava apenas 750 léguas das Canárias, e ele percorrera até ali cerca de 800, o que equivale a 3.200 milhas. Por conseguinte ou o mapa não condizia com o que o cosmógrafo florentino dizia na sua missiva, ou Colombo fez mal os cálculos, contando as suas léguas das Canárias, de que a terra firme da Ásia devia distar pelo menos 1.600 léguas, em vez de as contar da Antilha de que distaria cerca de 1.000, ou seja, as 625 que iam da Antilha ao Cipango mais as 375 que mediariam entre este e o Cataio.

Afirmam alguns autores modernos<sup>189</sup> que a carta de marear utilizada por Colombo

mostraria fazer o Cipango 750 léguas a oeste das Canárias, ficando o Cataio 375 léguas mais avante e equivalendo por conseguinte a 1.125 léguas a distância total a percorrer das Canárias ao continente asiático. Não nos quer, porém, parecer que tal adição bata certa: se o Cataio distava de Lisboa 6.500 milhas, ou seja, às contas de Colombo, 1.625 léguas, como as Canárias jazem c. 9º a oeste de Lisboa — o que àquela latitude corresponde a c. 126 léguas de apartamento — a distância das Canárias ao Cataio devia ser de c. 1.625 - 126 = 1.499, portanto, em números redondos, 1.500



Página do exemplar do *Livro de Marco Polo* que pertenceu a Colombo com três escólios seus e uma nota de seu filho D. Hernando

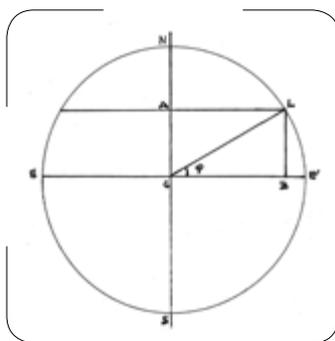
<sup>188</sup> HI, I, 1.

<sup>189</sup> Lourdes Diaz-Trechuelo, *Cristóbal Colón*, 2ª ed., Ediciones Palabra, Madrid, 2006, p. 60, com quem parecem concordar Monique de la Roncière & Michel Mollat du Jourdain, *Les Portulans - Cartes marines du XIII<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle*, Nathan / Office du Livre, Friburgo da Suíça, 1984, p. 210.

léguas, o que é bastante mais que as 1.125 que aqueles autores indicam. Portanto, ou se deixaram enganar pelas contas de Colombo que Las Casas não corrige, ou atribuíram ao grau de longitude uma medida linear diferente da que utilizámos. Com efeito, fazendo a conta como é mais corrente a  $17 \frac{1}{2}$  léguas ao grau da equinocial, o produto dessas  $17 \frac{1}{2}$  léguas pelo cosseno da latitude, (desprezando a diferença entre a medida do grau de longitude à latitude de Lisboa e à das Canárias, que é pouco significativa), que em números redondos é de c. 0,8, obtemos uma equivalência de c. 14 léguas por grau de longitude, de modo que  $9^\circ$  de diferença de longitude correspondem a um apartamento de c. 126 léguas; subtraindo-as das 1.625, a que equivalem as 6.500 que Toscanelli atribuíu à distância entre Lisboa e as costas do Cataio, obtemos efetivamente 1.499 léguas.

Expliquemos desde já, de uma vez por todas, a razão de ser daquela multiplicação do grau da equinocial pelo cosseno da latitude, a que teremos de recorrer muitas vezes: é a que se mostra pela figura seguinte, que representa o corte do globo terrestre por um plano que passa pelo seu eixo:

NS é o eixo da Terra; EE' o equador; C o centro da Terra; L o lugar cuja longitude está em causa; CL é, por conseguinte, o raio da Terra ( $R$ ), a que é igual o raio do equador terrestre (CE ou CE'). Assim sendo, AL, que é igual a CB, é o raio do paralelo que passa pelo lugar L ( $r$ ): e o ângulo  $\phi$  a distância angular de L ao equador, ou seja, a latitude de L. O grau ( $\gamma$ ) de paralelo à latitude,  $\phi$ , do lugar L equivale a  $\frac{1}{360}$  do seu perímetro, ou seja,  $\frac{1}{360}$  de  $2\pi r$ , portanto, de  $2\pi \times AL$ . Ora no triângulo LBC, retângulo em B, temos, por definição de cosseno (o cateto adjacente sobre a hipotenusa),



$$\cos \phi = \frac{CB}{CL} = \frac{r}{R}$$

portanto  $r = R \cos \phi$ ; e por conseguinte,

$$\gamma = \frac{2\pi r}{360} = \frac{2\pi R \cos \phi}{360} \quad \text{Ora como } \frac{2\pi R}{360} \text{ é a medida do grau da equinocial,}$$

segue-se que a medida linear do grau de longitude à latitude  $\phi$  é igual ao grau da equinocial multiplicado pelo cosseno de  $\phi$ .

O cálculo, que apenas exige noções elementares de trigonometria plana, era na época de Colombo perfeitamente acessível a qualquer letrado. Na realidade, a mais curta distância à superfície da esfera, entre dois pontos sitos à mesma latitude não é o arco de paralelo que os une, mas o arco de círculo máximo que passa por um e outro, que só pode ser rigorosamente calculado por trigonometria

esférica. Círculo máximo é, por definição, o círculo de maior perímetro que pode ser traçado sobre a superfície de uma esfera; situa-se necessariamente sobre um plano que passa pelo centro da esfera, como é o caso do equador e dos meridianos, mas não o dos paralelos.

Nesta época, porém, em que começava a divulgar-se a navegação por latitudes muitos pilotos apenas conheciam a sua forma mais simples: navegar a uma latitude constante, portanto sobre um paralelo. A não ser no caso do equador e dos meridianos, o traçado de um círculo máximo estava fora de questão.

Embora a primeira tábua de senos, como os entendemos hoje, apenas apareça em 1592 no *Fundamentum Astronomiæ* de Jost Bürgii, o *Almagesto* de Ptolomeu<sup>190</sup> continha já uma tabela de *cordas* dos diferentes ângulos, que, desde que se use um algoritmo conveniente, permite os mesmos cálculos, já que a *corda* é o dobro do seno de metade do ângulo em causa:

$$\text{chord } \alpha = 2 \text{ sen } \frac{\alpha}{2}$$

De onde, sabendo que  $\text{sen } 2\alpha = 2 \text{ sen } \alpha \cdot \text{cos } \alpha$  e que  $\text{sen}^2 \alpha + \text{cos}^2 \alpha = 1$ , facilmente se obtém o valor de  $\text{sen } \alpha$  e se passa ao sistema da trigonometria moderna.

Seja como for, o mapa de Toscanelli representava provávelmente o Cipango *grosso modo* à mesma latitude a que figura no globo de Behaim. Daí que Colombo tenha tentado abordá-lo navegando das Canárias em direitura a oeste, a uma latitude de c. 28° N, inflêntido em seguida, a conselho de Martín Alonso Pinzón, para sudoeste e quarta de oeste, o que o levou a aterrar nas Lucaias ou Bahamas, a c. 21° N e não na Florida, como muito bem explica Las Casas. Tendo perguntado ali por uma ilha grande e rica, indicaram-lhe a rota de Cuba, e para lá se dirigiu. Como Cuba não correspondia à descrição do viajante veneziano, Colombo veio a persuadir-se de que o Cipango corresponderia afinal à ilha de Haiti, com que topou a 5.XII.1492, dando-lhe então o nome de Espanhola. Como aí, na região de Cibau, veio a encontrar ouro, acabou, embora sem grande entusiasmo, por se fixar nessa identificação. Aceitou-a igualmente Pedro Mártir de Anglêria, que nas suas *Décadas* por mais de uma vez refere a região *Cipangi alias Cibau*, “de Cipango por outro nome Cibau”<sup>191</sup>.

Notemos, em breve parêntesis, que Pedro Mártir de Anghiera ou, na forma latinizada em que subscreve os seus escritos, de Anglêria (1457-1526), de quem não falámos ainda, foi um humanista lombardo que em 1487 o Conde de Tendilla, que integrou a embaixada espanhola ao papa Inocência VIII, trouxe para Espanha, para precetor de seus filhos, vindo a tornar-se em 1501

<sup>190</sup> Claudii Ptolemaei, *Opera quae exstant omnia: vol. I: Syntaxis mathematica*, part 1: libri I - VI, edited by Johan Ludvig Heiberg, B. G. Teubner, Lipsia, 1898 [reimp... Cambridge University Press, 2014], livº I, cap. 11.

<sup>191</sup> Década I, cap. ii & iv.

capelão de Isabel a Católica<sup>192</sup>. Não se sabe ao certo quando encontrou Colombo pela primeira vez, mas sabe-se que travou com ele amizade no campo militar de Santa Fé, nas vésperas da conquista de Granada. Autor de numerosas epístolas em latim, em que a partir de 1493 relata a diversas personagens as primeiras viagens ao Novo Mundo, organizou-as por décadas e reuniu-as em volume, intitulado *De Orbe Novo*, de que saiu um primeiro tomo em 1511, e em 1530 a edição completa e definitiva, que além de adições que a completam, contém várias correções ao texto da versão inicial<sup>193</sup>. Homem de cultura superior, não traga facilmente todas as fantasias de Colombo; mas regista fielmente o que, no regresso de cada uma das suas viagens, lhe narra o Almirante, a quem se mostra em geral assaz favorável. Tem-se a sensação de que Colombo, vendo que ele aceitava e divulgava de boa mente o que lhe narrava, se serviu da sua amizade para se promover, promovendo o conhecimento dos seus descobrimentos. Angléria, que se tornou um dos homens de confiança de Carlos I (r. 1516-56), viria a ser nomeado em 1518 conselheiro da *Junta de las Indias* e em 1524 do recém-criado *Consejo de Indias*.

Claro que aos nossos historiadores desportivos é *persona non grata*, pois afirma sem rodeios que D. Cristóvão era ligure. Mascarenhas Barreto<sup>194</sup>, que, quando se trata de desfazer nos *genovistas*, não hesita em recorrer aos argumentos mais capciosos que transitam pela sua mente vária, atreve-se a afirmar que “a obra de Pietro Martir de Anghiera (Angleria), só foi recolhida em 1930”! Na impossibilidade de lhe enviarmos para o outro mundo por *fax* o *PDF* da edição do *Epistolário* de Pedro Mártir, impressa em Alcalá de Henares em 1530, apresentamo-lo abaixo, em atenção ao leitor eventualmente interessado.

Um outro dos nossos *cubistas* vai mais longe, chegando inclusivamente afirmar que Angléria nem sequer conhecia Colombo! O mais estranho de tudo é, todavia, a força persuasiva das afirmações levianas do humanista lombardo a quem se deveria o falso boato da origem genovesa do descobridor do Novo Mundo: levou, com efeito, o próprio neto de Colombo, na genealogia que teve de apresentar e confirmar por testemunhas para se candidatar a cavaleiro da ordem militar de Santiago, a declarar em 1535 ser “neto paterno de Cristóval Colon, natural de Saona, cerca de Genova y D<sup>a</sup> Felipa Moniz, natural de Lisboa”!



**Rosto da edição do *Epistolário* de Pedro Mártir de Angléria estampada em Alcalá de Henares em 1530**

<sup>192</sup> Achar-se-ão muitos elementos sobre Angléria in *Pietro Martire d'Anghiera nella Storia e nella Cultura - Secondo Convegno Internazionale di Studi Americanistici*, Genova - Arona, 16-19 Ottobre 1978, Associazione Italiana Studi Americanistici, Génova, 1980. Lorenzo Riber, *El humanista Pedro Mártir de Angleria*, Barna, Barcelona, 1964, analisa sobretudo o epistolário do humanista.

<sup>193</sup> Petrus Martyr de Angleria, *Opera – Legatio Babilonica, De Orbe Novo decades octo, Opus Epistolarum* [reprod. fac-similada das edições de Alcalá de Henares, 1516, 1530 e 1530, respetivamente] introd. Dr. Erich Woldan, Akademisch Druk- und Verlagsanstalt, Graz, Austria, 1966; trad. castelhana: Pedro Mártir de Angleria, *Decadas del Nuevo Mundo*, Ed. Polifemo, Madrid, 1989.

<sup>194</sup> *op. cit.*, p. 88.

Se Pedro Mártir nem sequer conhecia Colombo, porque será então que na sua carta de 15.IX.1493 ao conde de Tendilla <sup>195</sup> e ao arcebispo de Granada escreve: “*Meminitis Colonom ligurem, instituisse in castris apud Reges de percurrente per occiduos antipodes nouo terrarum Hemisperio. Meminisse oportet, quia de re vobiscum aliquando actum est. Nec sine vestro, vt arbitror, consilio rem hic aggressus est*” ?

Está escrito em latim? Quem não sabe fica assim! Não se entremete a pontificar sobre o que desconhece...

Quando Colombo se persuadiu de que Cuba era parte do continente asiático, mais precisamente do Cataio, deve ter constatado que na sua geografia havia algo que não batia certo, pois antes de atingir o continente asiático deveria ter cruzado o Cipango; e, diplomaticamente, deixou de se referir a este. O Cipango é assim mencionado nove vezes no *Diário da Primeira Viagem*, para desaparecer inteiramente das relações das seguintes. Apenas volta à baila na carta que em 1502 escreveu ao Papa <sup>196</sup> e numa anotação marginal não datável que apôs à *História Natural* de Plínio, em que, mergulhando na geografia mítica, identifica o Japão de Marco Polo com as localidades bíblicas de Tarsis, Ofir e Cetim, situando-as todas no interior da Espanhola. Cetim em hebraico *Kittim* (certamente de Κίτιον, Kítion, nome de uma cidade aproximadamente correspondente à atual Larnaca), embora seja por vezes <sup>197</sup> usado em sentido lato, para designar todos os países de língua grega, é o nome que a Bíblia dá a Chipre. Tanto o *Génesis* <sup>198</sup> como o *I Livro dos Paralipómenos* (ou das *Crónicas*) <sup>199</sup> dão Kittim, pai dos cipriotas, como filho de Yavân, o mítico antepassado de todo os gregos; há que notar que, etimologicamente, tanto o hebraico *Yavân*, como o árabe *Yunānī* <sup>200</sup>, o sânscrito *Yāvana*, o prácrito *Yonaka*, etc., embora se apliquem aos gregos em geral, correspondem a *Jónio*, pela simples razão que os antigos levantiscos conheciam sobretudo os gregos da Ásia Menor, que eram jónios.

Já na tornada da sua segunda viagem Colombo sustentara perante Pedro Mártir, pouco penso a dar-lhe fê <sup>201</sup>, que Cibao, no interior da Espanhola, era o Cipango de

<sup>195</sup> *Opus epistolarum*, livº VI, fl xxxii.

<sup>196</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxix, pp. 479-481.

<sup>197</sup> v. g. in I Mac 1, 1.

<sup>198</sup> 10, 4.

<sup>199</sup> 1, 7.

<sup>200</sup> Na transcrição dos termos árabes utilizámos o sistema de transcrição de Hans Wehr, de que utilizámos a edição adaptada ao inglês por Milton Cowan, *A Dictionary of Modern written Arabic*, Spoken Languages Services, Nova Iorque, 1976; o *Dictionnaire Arabe-Français* de A. de Biberstein Kazimirski, 2 vols, Maisonneuve et Cie Éd., Paris 1860 [reimp. Librairie du Liban, Beirute, s/d], focado sobre a língua clássica, é mais completo, mas não contém transcrições em caracteres latinos. Apenas mantivemos a transcrição usada na *Encyclopédie de l'Islam*, sensivelmente diferente, na citação de artigos, para que se possam procurar na sua devida ordem alfabética.

<sup>201</sup> Década I, iv (9).

Marco Polo, e que era das suas minas que, pela via de Golfo Pérsico, chegava às mãos do rei Salomão todo o ouro de que fala o Antigo Testamento. Colombo chega ao ponto de datar uma das suas cartas aos Reis <sup>202</sup>, *de la isla Española, olim [=outrora] Ofir uel Feiti [i. e. Haiti], a tres días de febrero de 1500.*

Quanto a Cataio, nome que Marco Polo dava à China, trata-se já então de um arcaísmo, por certo aprendido dos mongóis que o veneziano encontrou no poder no Celeste Império, pois os Khitai, Kitai, Khitan ou Kitan (em turco antigo Qitañ, em chinês 契丹, pronunciado em cantonês *K'ai tan*, em mandarim atual *Ch'i-tan*), povo do grupo mongol estacionado no século X na Manchúria, apenas dominaram o norte da China, onde fundaram o império 遼Liao, que durou de 907 a 1124. É curioso notar que esse arcaísmo se perpetua até hoje em russo, língua em que a China continua a ser designada por Китáй (Kitaj). As numerosas referências que nos seus escritos Colombo faz ao “Grão Cã”, para quem levava cartas dos Reis Católicos escritas em latim, são perfeitamente anacrónicas, pois esse título apenas foi usado na China pelos imperadores da dinastia mongol 元Yüan, que reinou sobre o território chinês de 1279 a 1367.

*Grão Cã* ou *Grão Cão* é a expressão abundantemente utilizada por Marco Polo para designar o imperador da China, que no seu tempo estava submetida à dinastia mongol 元Yüan (1271-1367); tratava-se de Cubilai Cão (em mongol Хубилай хаан, *Kubilai kân*, *Khubilai Khan*, *Qubilai qayan* ou, em chinês 忽必烈, Hu-pi-lieh, r. 1271-94), neto de Chinguis Cão (Чингис Хаан, *Činggis kân* ou *Činggis qayan*, r. 1206-27). *Grão Cã* é um título mongol e não chinês, que embora tenha sido sinizado sob a forma 可寒 ou 可汗 *k'e han*, transcrição fonética do mongol *qayan*, não sobreviveu na China à queda da dinastia mongol, substituída em 1367 pela dinastia nacionalista chinesa 明Ming (1367-1644). Curiosamente, o único povo do grupo turco-mongol que abandonou este título tradicional dos seus monarcas, trocando-o pelo título chinês de 皇帝 *Huang-Ti* (“augusto senhor”, convencionalmente traduzido por “imperador”) foram os Khitai que deram o nome ao Cataio. O título de cã ou cão continuou a ser usado na Mongólia pelos descendente de Chinguis Cão, fundador da dinastia e é certamente daí que provém a expressão Grão Cã da Tartária, que Colombo não utiliza mas ocorre na pena de muitos escritores coevos. Note-se que a forma Chinguis Cão ou Chenguiscão, usada tanto por João de Barros como por Diogo do Couto, transcreve muito aproximadamente o mongol, ao passo que a forma mais corrente, Gengiscão, se aparta consideravelmente dele.

O título de Cão ou Cã, usado geralmente por chefes subalternos, representa uma abreviação do título mais antigo de *Kayan* (também transcrito, conforme os idiomas e os sistemas de transcrição, por *Qagan*, *Qaghan*, *Hākan*, etc.), usado de longa data pelos chefes principais dos povos turco-mongóis. Aparece em latim medieval sob a forma *caganus*, usada sobretudo para designar o soberano do caganato dos ávaros, que se sediou no que é hoje a Hungria e vizinhanças e durou de 567 a 804; o título de *caganus* (que ocorre já na *Historia Francorum* de S. Gregório de Tours, 538-594), em português *cagano*, *cagão* ou, mais eufonicamente, *cagã*, foi na Alta Idade Média usado por outros soberanos da Europa Oriental, incluindo a Rússia, mas em especial pelos reis dos búlgaros, que eram de cepa turca, embora se tenham rapidamente deixado eslavizar. Foi retomado na titulação dos sultões otomanos, na expressão árabe *Kāqān al-Barrayn w' al-Bahrayn* (em turco

<sup>202</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlvi, p. 428.

*Hakan ül-Berreyn vel-Bahreyn*) “cagão dos dois continentes e dos dois mares”, denotando que reinava sobre a Ásia e a Europa, e dominava o Mar Negro e o Mar Egeu. Foi contudo a forma abreviada *kān* ou *khan* (de onde o português *cão* ou *cã*) que se divulgou mais, como título de nobreza outorgado aos seus vassallos pelos reis e sultões, nomeadamente na Índia, onde subsiste como uma espécie de sobrenome ou apelido de numerosas famílias muçulmanas <sup>203</sup>.

Poucos lustros após a morte de Colombo havia, pelo menos em Portugal, perfeita consciência de que o Grão Cã não era mais que uma figura do passado. Assim o pinta Garcia de Resende, na sua *Miscellanea e variedade de historias, costumes, casos e cousas que em seu tempo acconteram* <sup>204</sup>, publicada póstumamente em Lisboa em 1545: *O Gram Cam também mandou / grandes gentes, muitas terras; / vimos quanto prosperou / e quantos desbaratou / em muitas e grandes guerras, / como foi obedecido / de tantos e tam subido / tam temido e acatado; / em breve tempo acabado / foi e já não é sabido.*

Uma vez que se tem já escrito que Colombo buscava o Grão Mogol, impõe-se um esclarecimento: *Grão Mogol* é o título por que na Europa se traduz o de *pādišāh* ou *padexá* (“soberano-rei, rei supremo”) usado pelos monarcas do Império Mogol ou Mogor (e também pelos sultões otomanos da Turquia); mas o Império Mogol só em 1526 veio a ser fundado por Bābur (1483-1530), vinte anos portanto após a morte de Colombo, pelo que ele não poderá jamais ter procurado uma entidade que não existia ainda! Bābur era, de facto de origem mongol, pois por seu pai era bisneto de Tamerlão e por sua mãe decendente de Činggis qayan ou Chinguisção; daí o epíteto de mogol (do persa *mogūl*, “mongol”) dado à dinastia. Quando em 1526 derrotou o último sultão de Delhi, Ibrāhīm Kān Loḏī ou Ibrāhīm Hān Loḏhī (r. 1517-26), de origem afegã, na batalha de Panipat, Bābur apoderou-se dos seus estados, assumindo então o título de *pādišāh*, que seus descendentes usaram até 1857.

Seja como for, deve notar-se todavia que Colombo dificilmente poderia estar mais bem informado sobre o Extremo Oriente, pois após o último viajante franciscano a visitar a China, entre 1338 e 1353, João de Marignoli — cuja relação de viagem, como as dos franciscanos que o precederam, a partir de João da Pian del Carpine (1185-1252) só modernamente conheceu as honras da estampa <sup>205</sup> — não se sabe de nenhum europeu que tenha visitado o Império do Meio. Nicolo de' Conti, entre 1414 e 1439, não ultrapassou o Pegu (Baixa Birmânia); o que refere do Cataio é copiado de Marco Polo. Quanto aos portugueses, só em 1513, sete anos após a morte de Colombo, lá chegaram.

Outro topónimo sacado de Marco Polo que Colombo cita é *Mangi*, em chinês 蠻子, (pronunciado *Man-tzu* em mandarim, *Mán-chi* em cantonense), nome que na

<sup>203</sup> Na interpretação dos termos chineses servimo-nos da obra monumental dos jesuítas da Formosa, *Grand dictionnaire Ricci de la langue chinoise*, 7 vols, Instituts Ricci (Paris - Taipei) / Desclée de Brouwer, Paris 2001, cujo sistema de transcrição (o sistema Wade-Giles) adotamos. Para o cantonês servimo-nos do *Dicionário Chinês - Português*, da Imprensa Nacional de Macau, 1962.

<sup>204</sup> Christopher P. Atwood, *Encyclopedia of Mongolia and the Mongol Empire*, Facts on File, Nova Iorque, 2004, s. v. “khan”; J. A. Boyle, artº “khān” in E. van Donzel, B. Lewis & Ch. Pellat (dir.), *Encyclopédie de l'Islam* [doravante *E. I.*], tomo IV, E. J. Brill & G. P. Maisonneuve et Larose, Leida & Paris, 1973, s. v.

<sup>205</sup> Estrofe 10; E. Verdelho, *Livro das Obras...*, p. 540.

China antiga se dava aos “bárbaros do sul” e continuou até à época do viajante veneziano em uso no norte para referir vagamente a China meridional, conquistado por Cubilai Cã em 1279.

Um outro ainda é *Çiamba*, em rigor *Ciampa*, transcrição italiana de Champá, nome de um antigo reino de população malaio-polinésica, profundamente indianizado, sito no que é hoje o Vietnã central. Marco Polo apenas diz que era rico em elefantes e pagava um tributo em marfim ao Grão Cã; mas Colombo persuadiu-se de que aí havia minas de ouro e supôs ter-lhes escutado referências em Cariay, no golfo dos Mosquitos (Panamá). Convencido de que Cuba era o Cataio, Colombo identificou as costas da América Central, que explorou na sua quarta viagem, com o Mangi e com o Champá do viajante vêneto.

Quanto a Cláudio Ptolomeu (c. 90-168), é bem sabido que, sobretudo fora da Península Ibérica onde o contacto com as realidades de Além-Mar impunha um prudente empirismo, gozou até bem entrado o século XVI de uma serôdia, em parte imerecida, estima. Colombo cita-o sete vezes nos seus escritos; mas o exemplar que possuiria da sua *Geografia* não chegou até nós. Ptolomeu influenciara decididamente os geógrafos árabes da Idade Média, mas só veio a ser conhecido no Ocidente latino c. 1410, através do humanista bizantino Manuel Chrysolaras, que comunicou a sua obra a Jácome d’Angelo da Scarperia ou Jacopo Angiolo, que por seu turno a traduziu em latim, vindo prontamente a adquirir grande popularidade. Os mapas que a ilustram parecem não remontar a Ptolomeu, mas terem sido desenhados por um monge bizantino, Manuel (em religião Maximos) Planudes (c. 1260-1305), que descobriu, certamente no palácio imperial de Constantinopla de que foi bibliotecário, o manuscrito da *Γεωγραφία* (*Geographia*) de Ptolomeu; terá sido a partir da lista de latitudes e longitudes dada pelo célebre geógrafo alexandrino que desenhou as cartas que ilustram numerosos manuscritos e edições impressas da sua suma geográfica. Seja como for o texto ptolomaico, sem mapas, teve a sua primeira edição em Vicência, 1475, e com mapas dois anos mais tarde em Bolonha, seguindo-se até ao final do século um total de seis edições.

A *Geografia* de Ptolomeu, que compendia o conhecimento que do mundo havia no Império Romano na sua época, consiste essencialmente numa lista de topónimos com suas coordenadas geográficas. Ptolomeu recolheu as suas informações sobre a Ásia junto de marinheiros e mercadores que freqüentavam os portos do Egito, em particular Clysma, perto do atual Suez, que como é óbvio não sabiam determinar latitudes nem muito menos longitudes; devem ter-lhe fornecido sobretudo direções e distâncias, a partir das quais estimou o geógrafo as suas coordenadas. O lugar mais remoto que menciona é Cattigara, que situa a 8° 30' S (o que pode ser simplesmente erro de copista, por 8° 30' N). Como Ptolomeu o situa no país a que chama Sina,

que corresponde aproximadamente à China, muitos autores o têm identificado com Cantão, que no entanto jaz a c. 23° N; é, contudo, mais provável que corresponda a um porto do reino a que os chineses chamavam Fu-nan (grafado 扶南, 跋南 ou 夫南, aparentemente transcrição fonética aproximada do khmer *phnôm*, “monte”), no delta do Mecom, comercialmente muito ativo entre o século I e o VII, onde, a partir da sua descoberta em 1942, foi escavado um grande porto, no sítio arqueológico de Óc-éo, a c. 10° N. *Cattigara* pode transcrever aproximadamente o sânscrito *kīrtinagara*, “cidade da glória”, que seria o seu nome indiano. Nos mapas de Planudes o Índico é um mar fechado, limitado a leste por uma terra firme onde se situa *Cattigara*, e a sul por uma “terra austral incógnita” que uniria o Extremo Oriente à África; mas Planudes pode ter sido forçado a incurvar para sul a costa asiática a fim de dar representação gráfica à conceção inerente à situação de *Cattigara* no hemisfério austral, imaginando, para completar o quadro, a existência daquela Terra Austral que, unindo a Ásia à África, fecharia o Índico. Assim consta de todas as edições impressas de Ptolomeu ilustradas com cartas. No texto do geógrafo alexandrino, porém, não se acha menção de tal “terra austral incógnita”, nem, como é óbvio, coordenadas de topónimos sitos nela; e nos mapas manuscritos anteriores às edições impressas de Ptolomeu nem sempre aparece essa “terra incógnita”, pelo que o Índico é bastas vezes apresentado como um mar aberto <sup>206</sup>. Parece que Colombo possuía a edição romana de 1478 da *Geographia* de Ptolomeu, que, tal como a edição bolonhesa do ano anterior, é ilustrada com mapas, em que o Índico é, de facto, figurado como um mar fechado — ao passo que a edição de 1475 continha apenas o texto <sup>207</sup>.

No entanto, já Plínio <sup>208</sup> usava, para designar o mar das Índias, a expressão *Oceanus Indicus*, que pressupõe que o concebia como parte do *Oceano*, uma cinta exterior de águas que envolvia a οικουμένη ou Terra Habitada, tomando a norte o epíteto de *Scythicus*, a oeste o de *Atlanticus*, a leste o de *Eous* (“da Aurora”) e a sul o de *Indicus*. De

---

<sup>206</sup> Pode ver-se o texto latino dos seus relatos in Anastasius van den Wyngaert, Georgius Mensaert & Fortunatus Margiotti, *Sinica Franciscana*, vol. I, Collegium S. Bonaventurae, Quaracchi (Florença) 1929; e em tradução inglesa in Henry Yule, *Cathay and the Way thither*, Hakluyt Society, Londres, 1913-16 [reimp. Nendeln, Liechtenstein, 1967].

<sup>207</sup> Cf. Wilcomb E. Washburn “A proposed explanation of the closed Indian Ocean on some Ptolemaic Maps of the twelfth-fifteenth Centuries” in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII (1985), pp. 431-441; também pub., como *Separata Verde* do Instituto de Investigação Científica Tropical, nº 177, Lisboa, 1985.

<sup>208</sup> Já em 1817 António Ribeiro dos Santos, num ensaio intitulado *Do conhecimento que era possível ter da existencia da America, pela tradição dos Antigos, e por motivos Filosoficos*, publicado nas Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, fazia o balanço das probabilidades de se ter em fins da Idade Média qualquer noção na existência da América.

conceção idêntica partilhava Pompónio Mela <sup>209</sup>. Como veremos melhor mais adiante, ao falar da quarta viagem colombina, Colombo supunha Cattigara acessível a partir das Antilhas, o que seria totalmente impossível se esse famigerado porto se situasse nas margens de um mar interior. Já na segunda viagem, aliás, lhe passara pela cabeça a ideia de regressar de Cuba a Espanha pelo Mar Vermelho, o que demonstra à sociedade que não acreditava que o Índico fosse um mar fechado. A razão de tal rechaço da conceção ptolomaica parece-nos assaz simples: sabia que Marco Polo regressara por via marítima do Cataio, o que implicava que, mais a norte ou mais a sul, houvesse um estreito. Nem sequer é impossível que em Lisboa tivesse o candidato a descobridor observado o mapa-múndi de Fra Mauro, encomendado por D. Afonso V e entregue c. 1458, que não só representa a África como circum-navegável, como esclarece numa legenda <sup>210</sup>:

Alguns autores escrevem do mar da Índia que seria fechado, como uma alagoa, e que o Mar Oceano não entraria aí; mas Solino quer que seja oceano e que aquela parte austral e sul-ocidental seja navegável; e eu afirmo que algumas naves velejaram por tal caminho.

Teria em mente a aventura dos irmãos Vivaldi que em 1291 passaram o estreito de Gibraltar com dois navios, dos quais um naufragou na Guiné, mas o outro parece ter atingido a Somália, de onde os sobreviventes terão atingido a corte etíope. Não sabemos como na mente de Colombo se harmonizaria esta conceção com a ideia que bebera no *IV Livro de Esdras* e repete várias vezes, segundo a qual apenas um sétimo da superfície terrestre seria coberto pela águas; se assim fosse teria muita terra a palmilhar!

De qualquer modo, na *Relação da Quarta Viagem* Colombo identifica a Cattigara de Ptolomeu com o país de *Çiguare* de que ouviu falar no Panamá, sito na contracosta. Porque não? basta simplesmente imaginar que Ptolomeu se tenha olvidado de botar na sua Cattigara uma cedilha....

Veremos mais tarde que esse país é identificável com um dos reinos maias, povo que na realidade se estendia de costa a costa. Por conseguinte, mesmo que não atinasse com o estreito, seria possível alcançar a Cattigara de Ptolomeu atravessando a pé o istmo de Panamá e então, eventualmente, reembarcar para enfim por mar concluir a viagem. Nos mapas de Planudes, que apenas figuram metade da redondeza do globo, a terra-firme que fecha a leste o *Magnus Sinus* (acidente geográfico que parece corresponder ao Golfo de Sião) tem pelo menos 2 ou 3 graus de espessura, ou seja, uns 200 a 300 km, pois o

<sup>209</sup> *História Natural*, VI, 33.

<sup>210</sup> *Geographia*, III, 45.

resto situa-se no hemisfério ignoto da Terra. Com um pouco de otimismo era, portanto, possível imaginar que de uma costa se pudesse passar rápida e facilmente à outra, pois aquela distância não equivale a muito mais de uma semana de andadura.

Colombo convencera-se de que o arquipélago caribenho correspondia à Índia Transgângética de Ptolomeu, ou seja, à Insulíndia; o geógrafo alexandrino não colocava aí senão meia dúzia de ilhas, de que a única identificável é Ἰαβαδίου, *Iabadium*, nome que transcreve o prácrito \**Yavadīv*, por seu turno derivado do sânscrito *Yavadvīpa*, que significa “ilha dos grãos, ilha dos cereais” e corresponde na realidade a Java ou ao conjunto de Samatra e Java, de facto assaz rica em arroz; mas os viajantes medievais pintavam já na região centos de ilhas, o que ao Almirante parecia condizer com o arquipélago que ia descobrindo. Por isso todo se enxofrava quando punham em dúvida a autoridade dos Antigos a tal respeito; e, por volta de 1500, acenando a Suas Altezas com os descobrimentos que fizera, enumerava-os comentando: <sup>211</sup>: ... *esta sola isla [a Espanhola], que boja más de sieteçientas leguas, Jamaica, con otras sieteçientas islas y tanta parte de la tierra firme, de los Antiguos muy cognosçida y no ignota, como quieren dezir los enbidiosos o ignorantes...*

Ao contrário do que hoje seríamos levados a pensar, o descobridor jámais se ufanou de ter achado novas terras, mas antes de ter descoberto um novo caminho para as Índias tão celebradas pelos Antigos, com que teimava em identificar as ilhas que encontrara; que chegara às Índias era um dogma. Como c. 1500 alegaria aos Reis num *Memorial de Agravios*, achara-as, porém, *nauegando de España al poniente, por el mar Oçeano, el qual camino jamás nadie nauegó*; era simplesmente aí que residia a novidade.

A incapacidade de Colombo para entender as novidades do mundo não nos deve espantar, pois era muito comum na época, demasiadamente influenciada pelo humanismo livresco importado de Itália. No seu culto quase supersticioso da Antiguidade greco-romana, os humanistas tendiam a atribuir aos escritores antigos uma autoridade a roçar pela infalibilidade, não só em matérias praticamente imutáveis como a cosmografia ou a corografia, mas também naquilo que é naturalmente sujeito à evolução, por vezes assaz rápida, como a geografia política. Já na segunda metade de Quinhentos, na sua *Cosmographie Universelle*<sup>212</sup>, André Thévet, com fina ironia, zombava de tal atitude:

*...mais je leur responderay que Nature ne s'est tant astrainte ou asubjetie aux escripts des Anciens qu'elle aict perdu le pouvoir et vertu de produire chozes nouvelles et estranges, outre les chozes de quoy ilz on escript.*

<sup>211</sup> Piero Falchetta, *Fra Mauro's World Map*, Brepols, Turnhout, 2006, legenda 53, p. 193.

<sup>212</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxxvi, p. 410

Ainda que com menos ironia, no mesmo sentido vai o sábio jesuíta José de Acosta (1540-1600), que na sua *Historia Natural y Moral de las Indias*, publicada em Sevilha em 1590<sup>213</sup> dá a um dos seus capítulos o título: “Que la zona tórrida tiene gran abundancia de aguas y pastos por más que Aristóteles lo niegue”. Colombo cria que, duzentos anos após Marco Polo, continuava a presidir aos destinos da China o Grão Cã da Tartária; não seria impossível. Geógrafos há, porém, que, 1800 anos depois de Alexandre Magno, continuam a falar do reino do rei Poros, que desaparecera do mapa c. 320 A. C.! Poros (sem dúvida Puru em sânscrito) era um soberano do Panjāb que, derrotado em 326 A. C. pelas forças macedónias na batalha do rio Hydaspes, foi, contudo, reinstalado por Alexandre no poder como seu sátrapa; mas foi morto uns cinco anos mais tarde por Eudemo, governador grego de toda a região e o seu reino desapareceu logo em seguida, absorvido pelo Império Maurya!

Como muito bem notou Joaquim Barradas de Carvalho, Portugal é nesse contexto uma exceção, imputável ao impacto epistemológico dos descobrimentos. Para não falar já em Duarte Pacheco Pereira, é flagrante o contraste entre as primeiras geografias portuguesas da Ásia — o *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*<sup>214</sup> e a *Suma Oriental* de Tomé Pires<sup>215</sup>, ambas datáveis de 1514-16 — e a *Suma de Geographia* de Martín Fernández de Enciso (c. 1469-1533), publicada em Sevilha em 1519. Aqueles jãmais citam Ptolomeu, Pompónio Mela ou qualquer outros autor greco-romano, nem que seja para os refutar; este descreve *de visu* as Índias Ocidentais, onde viveu com intermitências desde 1504 — mas é essa a única parte original do seu tratado. O resto é uma mescla desconcertante de informações atualizadas, referentes sobretudo às costas do Índico ocidental, hauridas junto de informadores portugueses, com fantasmas antigos como o do rei Poros, o do Preste João asiático e o do Grão Cã. A sua experiência antilhana permitiu-lhe compreender o regime tropical de chuvas de verão e explicar por ele o grande enigma que desde os

---

<sup>213</sup> Guillaume le Testu, *Cosmographie Universelle selon les Navigateurs tant anciens que modernes*, manuscrito da Biblioteca de Vincennes parcialmente transcrito por Frank Lestringant, *L'atelier du cosmographe ou l'image du monde à la Renaissance*, Albin Michel, Paris, 1991, pp. 149 & sqq.

<sup>214</sup> *Historia Natural y Moral de las Indias* [dòravante *HGMI*], livº II, cap. vi: vide *Obras del Padre José de Acosta*, Biblioteca de Autores Españoles, tomo LXXIII, Atlas, Madrid, 1954, p. 43.

<sup>215</sup> Armando Cortesão, *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515 and The Book of Francisco Rodrigues, rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515*, translated from the Portuguese MS in the Bibliothèque de la Chambre des Députés, Paris, and edited by..., Hakluyt Society, Londres, 1944 [reimp. Kraus Reprint Ltd, Nendeln, Liechtenstein, 1967]; ed. do texto português só, com a versão das notas da ed. de Londres mas sem índices: Armando Cortesão *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Duarte Rodrigues*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1978.

dias de Heródoto preocupava os gregos: as cheias estivais do Nilo. Mas o reino dos árabes nabateus, que foi absorvido pelo Império Romano no ano 106 da nossa era, permanece de pé, ao lado do reino de Sabá, como se entretanto, uns 900 anos antes da redação do compêndio, não tivesse aparecido o Islão! E no delta do Indo, onde desde o século XIII se conhecia a pólvora e se usava a artilharia, continuam a pôr em perigo o intruso incauto tribos que se servem de frechas envenenadas...

Ora Enciso era um homem de formação universitária, pois era formado em Direito, (por sinal que ganhara bom dinheiro a advogar <sup>216</sup>); além de que escreveu cerca de uma dúzia de anos após a morte de Colombo. Não se poderia esperar mais deste, que era um prático e um autodidata!

Do lado português uma das raríssimas tentativas de conciliar o saber experimental aduzido pelos descobrimentos com as afirmações dos Antigos ocorre num passo da *Ásia* de João de Barros <sup>217</sup> em que disserta sobre a Taprobana — do grego *Ταπροβάνη*, por sua vez do sânscrito *Tāmaparṇa*, à letra, “folha de cobre” — que, corretamente, identifica com Ceilão; há que frisar, contudo, que apenas o faz porque tradições locais, recolhidas na ilha pelos portugueses, pareciam confirmar o que haviam escrito os autores greco-romanos:

*E parece que naquelle antiquissimo tempo, de que os Geographos della escrevêram, era da grandeza que a fazem os seus naturaes, dizendo que tinha em roda mais de setecentas leguas, e que o mar a foi comendo; e daqui viria (se queremos salvar Ptholomeu) dar-lhe elle tanto comprimento, que passa além da linha Equinocial contra o Sul dous grãos e meio.*

Dos tempos de Ptolomeu para cá, por conseguinte, as *rapinas do Oceano* a que alude Plínio, ou seja, a erosão marinha, tê-la-iam desgastado a ponto de o seu extremo meridional se situar hoje a 5° 56' N, portanto c. 8° 30', isto é, 943 km mais a norte...

Regressemos, contudo, ao nosso argonauta genovês, antes que o estro nos faça passar mais além da Taprobana...

É do cadernito de notas a que o Almirante chamava *carte a papiri* que consta um curioso desenho da esfera do mundo, que tem sido apresentado como sinal dos vastos conhecimentos cosmográficos de Colombo, o que está muito longe da realidade. Alguém me enviou cópia de uma das ilustrações de não sei já que livro de não sei já

<sup>216</sup> Maria Augusta da Veiga e Sousa, *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*, prefácio, texto crítico e apêndice, por..., 2 vols, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1996-2000; versão inglesa, Mansel Longworth Dames in *The Book of Duarte Barbosa* (...), translated from the Portuguese text (...), edited and annotated by..., Hakluty Society, Londres, 1918-21 [reimp. Asian Educational Services, Nova Delhi & Madrastra, 1989]

<sup>217</sup> Las Casas, *HI*, II, lii.

qual dos nossos historiadores desportivos, que olhou para o dito desenho como boi para palácio e o reproduziu, aponto-lhe a legenda “Um aprendiz ou um mestre? Diagrama desenhado por Colon, onde coloca o Círculo do Equinócio (*sic*) e o Círculo Antártico (*sic*) juntamente com outros dados relativos ao céu, incluindo o horizonte e o ocidente (*sic*) e no qual mostra os conhecimentos que tinha não só dos céus mas também de círculos, arcos, linhas, curvaturas e ângulos” — legenda que apenas consegue demonstrar os conhecimentos que o autor do livro não tem nem dos céus, nem dos círculos, nem dos arcos, nem das linhas, nem das curvaturas, nem dos ângulos...

Como toda a gente sabe não existe nenhum “círculo do equinócio”: os equinócios têm lugar quando no seu movimento aparente o sol passa nos dois pontos em que a eclíptica intercepta o equador celeste; o de Março produz-se no Ponto Vernal ou Ponto Aries — em que no tempo de Hiparco (190-120 A. C.) o Sol entrava no signo do Carneiro ou Aries, o que hoje, devido ao movimento de precessão dos equinócios apenas sucede 25 dias mais tarde, embora, por convenção, se continue a dizer que entra então no Carneiro; e o de Setembro produz-se no Ponto Libra, em que o Sol entrava então no signo da Balança ou Libra, encontrando-se na realidade, já desde 2016, na constelação da Virgem no dia do equinócio, embora por convenção se continue a dizer que entra nesse dia no signo da Balança. Os dois pontos são unidos por uma reta que corresponde à interssecção da eclíptica com o equador celeste. É verdade que, devido à precessão dos equinócios, os dois pontos se movem sobre a eclíptica ou zodíaco — que a figura não representa! — descrevendo, ao longo de um ciclo de 25.776 anos, um círculo; poder-se-lhe-ia chamar, mas não se lhe chama, “círculo dos equinócios”, talvez porque lhe bastem perfeitamente os outros dois nomes que usa: eclíptica, que se aplica especialmente ao plano em que se dá a translação da Terra em torno do Sol (ou, em termos de movimento aparente, do Sol em torno da Terra), e zodíaco, que engloba uma banda de uma dezena de graus de um e outro lado da eclíptica, em que se inscrevem as doze constelações que no decurso de um ano o Sol visita no seu movimento aparente. Por conseguinte, além de inusitada, a expressão “círculo dos equinócios” não corresponde a nada do que a figura representa, pois não consta dela a eclíptica.

O que na época de Colombo (hoje mais raramente) se designava bastas vezes por *círculo equinocial* era o equador em que ao longo de todo o ano o dia é igual (*æquus*) à noite (*nox*); mas esse forma com a eclíptica um ângulo de c. 23° 30' (com pequenas oscilações devido ao movimento de nutação, que apenas foi descoberto por James Bradley em 1747). Quanto ao “Círculo Antártico” não consta do esquema, onde, pelo contrário, é bem visível o Círculo Ártico, identificado por uma legenda. Quanto ao “horizonte”, a única coisa que no esquema corresponde a um horizonte astronómico

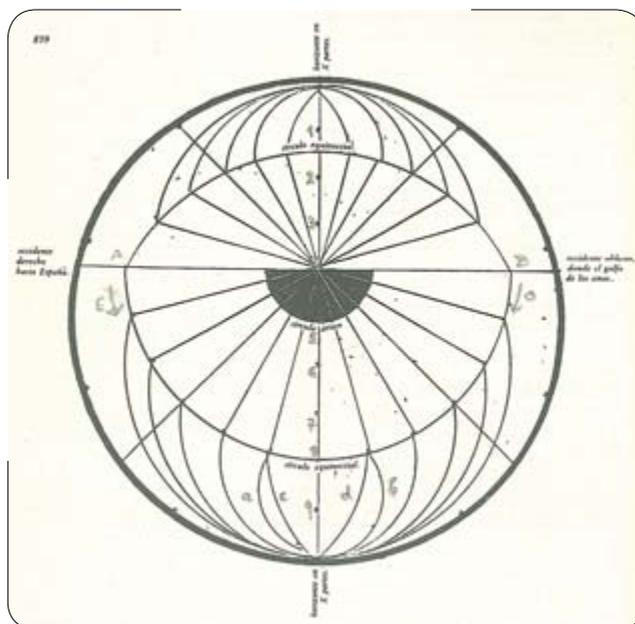
— que é por definição um círculo sito sobre um plano tangente à Terra no ponto em que se encontra o observador, de 360° em torno deste — é a carta em projeção polar que se vê aproximadamente ao centro, em que o “Círculo Equinocial”, ou seja, o equador, corresponderia ao horizonte do Polo Norte. Este não é indicado por legenda alguma, mas queda implicitamente identificado, uma vez que mais abaixo é representado o “Círculo Ártico” (e não o Antártico, como pretende aquele luminar, que nem ler sabe...). Veremos em seguida que, para mais, o que as legendas identificam como “Círculo Equinocial” e como “Círculo Ártico” não figuram na esfera na sua posição correta e não correspondem, por isso, ao que as legendas indicam.

Nada nos garante, aliás, que o desenho seja da lavra de Colombo, pois figura num caderno em que tudo o mais são citações, copiadas de diversas fontes. Poder-se-ia até aventar que o original de que o tomou tenha sido desenhado em Itália, pois uma legenda à esquerda da figura indica, no que pretende representar o sentido do oeste: *occidens directus Hispania* (ou, na tradução de Francisco Socas, de cuja edição retirámos o desenho) *occidente derecho hacia España*; e do lado oposto: *occidente oblicuo donde el golfo de los Sinas. Sinus Sinarum*, “Golfo dos Chinas” é, na *Geografia* de Ptolomeu, assaz confusa no que toca ao Extremo Oriente, o nome de um golfo sito bastante a sul da China (designada por *Sinarum Regio*), tangente a norte ao equador, na costa da terra imaginada que fecharia a leste o Índico. Dir-se-ia, pois, que o esquema foi desenhado algures entre a China e a Hispânia.

Tampouco é impossível que o desenho se deva a Bartolomeu Colombo, que era cartógrafo e de cuja mão são alguns dos escólios apostos aos livros que pertenceram a Cristóvão, mas que as legendas sejam da lavra deste; há que notar que a letra dos dois irmãos é bastante semelhante. A expressão *occidente obliquo* constitui um circunlóquio, assaz impróprio, para designar o oriente por onde, dada a redondeza da Terra, se poderia de facto atingir o ocidente (e vice-versa). A expressão é inadequada, já que, tanto no desenho como na realidade, essa direção é tão ortogonal ao eixo da Terra como o “ocidente direito”. Além disso não deveriam estar marcadas onde estão, apontando para o espaço exterior à esfera, mas em círculo, ao longo do suposto equador desta, como fizemos a lápis.

Como as breves legendas que Colombo apõe ao desenho mostram que o não compreendeu muito bem, seríamos levados a admitir que o tenha copiado de alguma obra que teve ao seu alcance, ajuntando depois à cópia notas da sua lavra. Seja como for, à pergunta do nosso anónimo interlocutor “um aprendiz ou um mestre?” somos assim levados a responder sem hesitação: “um aprendiz!”.

## ANEXO



**A esfera do mundo: desenho copiado por Colombo no seu caderno de notas (“*carte a papiri*”) encadernado juntamente com o seu exemplar da *Historia Rerum ubique gestarum* de Eneias Sívio Piccolómini**

Não se trata de uma esfera armilar, mas do desenho em perspetiva da esfera terrestre cortada em duas partes desiguais. Como veremos, devido a diversas imprecisões, à ausência de uma legenda que o explique e ao carácter convencional da representação em perspetiva do corte da esfera interior, não resulta claro se a circunferência exterior pretende representar o perfil da esfera.

O eixo vertical da figura corresponde ao eixo terrestre, e está dividido em dez partes iguais por pequenos pontos, que numerámos a lápis, de cima para baixo, para mais fácil compreensão do que se segue.

Não sabemos com que escopo, talvez por mero exercício, a esfera apresenta-se cortada em duas partes desiguais ao nível do ponto 4, ou seja, a  $\frac{4}{10}$  da altura do seu diâmetro vertical, isto é, a  $\frac{1}{10}$  do diâmetro ou 0,2 do raio da esfera acima do seu plano médio; portanto, a uma latitude  $\varphi$  tal que  $\text{sen } \varphi = 0,2$ ; de onde  $\varphi = 11^\circ 32' 13''$ . Esta latitude é perfeitamente arbitrária e desprovida de qualquer significado especial. Não é impossível que o autor do desenho se tenha enganado e feito o corte a  $\frac{4}{10}$  da altura do eixo vertical do desenho em vez de  $\frac{4}{10}$  do seu semi-eixo acima do equador, portanto a  $\frac{4}{10}$  do diâmetro da esfera em vez de  $\frac{4}{10}$  do seu raio; nesse caso teríamos  $\text{sen } \varphi = 0,4$  e  $\varphi = 23^\circ 30'$ , que é a latitude do trópico de Câncer, o que é bastante mais significativo. Esta hipótese parece confirmada pelo facto de no mapa em projeção azimutal polar que ocupa a parte inferior do desenho a linha identificada, embora erroneamente, como “círculo ártico”, distar do polo do mapa outro tanto ( $\frac{1}{10}$  do eixo vertical da figura, ou seja, 0,2 do raio da esfera): ora os círculos polares ( $\pm 66^\circ 30'$ ) distam dos polos tanto quanto os trópicos distam do equador; e como na projeção polar ortográfica (que assume o ponto de vista de um observador sito a uma distância infinita do polo), ao que se diz inventada por Hiparco c. 200 A. C., as distâncias ao polo são representadas pelo cosseno da latitude, paralelos eqüidistantes aparecem no

mapa a distâncias decrescentes do polo para o equador (o que aqui não é evidente, pois o mapa não figura os paralelos, a não ser o suposto *círculo ártico*). Se é de facto essa, como parece, a projeção do mapa, como  $\cos 66^\circ 30' = \sin 23^\circ 30' = 0,398749 \approx 4/10$  e o semicírculo tem por raio um segmento ( $1/10$ ) do diâmetro da esfera, ou seja,  $2/10$  do raio desta, dista do polo  $\text{arc sen } 0,2$ , i. e. c.  $11^\circ 32'$ , cerca de metade do que devia distar para corresponder de facto ao círculo polar ártico; não corresponde portanto a este, que dista do polo  $23^\circ 30'$ , mas ao paralelo  $78^\circ 28' \text{ N}$ .

Quanto à linha identificada no desenho como *círculo equinocial*, expressão de que, como vimos já, se usava muito na época para designar o equador, não é na realidade um círculo máximo e não pode por isso corresponder ao equador (que corresponderia ao corte da esfera pelo ponto 5), mas ao paralelo  $11^\circ 32' 13'' \text{ N}$ , correspondente ao corte da esfera pelo ponto 4. Todavia, como o equador está traçado a passar no ponto numerado com 8 e centrado no ponto numerado com 4, pode interpretar-se o *círculo ártico* (que passa no ponto numerado com 5) como estando representado com projeção no eixo a passar a um quarto do raio da Terra a contar do pólo Norte, o que dará para a respectiva distância angular ao pólo:  $90^\circ - \text{arc sen } 0,25 \approx 14^\circ 29'$ . Este valor é ligeiramente menos incorreto do que se considerarmos que se pretende representar a  $1/5$  do raio; mesmo assim, contudo, o suposto *círculo ártico* não se situa a  $66^\circ 30'$ , mas a  $75^\circ 31' \text{ N}$ , o que é erróneo. A indefinição provém do carácter convencional da representação do corte em perspetiva.

Entre a reta que indica o plano do corte e a linha curva erradamente designada por *círculo equinocial*, está desenhada metade ( $180^\circ$ ) de um mapa em projeção polar, cuja outra metade permanece invisível, para lá da *linha de terra* AB que indica o corte. Tudo se passa como se, obtido o corte, a calota dele resultante tivesse sido rodada  $90^\circ$  no sentido contrário ao observador, de modo a o plano do corte ficar em posição vertical. É o que a parte superior do esquema, para lá da linha AB, procura representar em perspetiva.

As linhas retas que nesse pequeno mapa divergem do polo boreal correspondem a meridianos. Uma vez que o esquema não assinala nem os dois trópicos nem o círculo antártico, dos paralelos apenas estão representados dois: o suposto *círculo ártico* (que limita a *zona frígida do norte*, assinalada a sombreado), que deveria situar-se a  $66^\circ 30' \text{ N}$ , mas na realidade se situa no desenho a  $78^\circ 28' \text{ N}$ , ou, na melhor das hipóteses a  $75^\circ 31' \text{ N}$ ; e o suposto *círculo equinocial* que não corresponde na realidade ao equador, mas ao paralelo  $11^\circ 32' 13'' \text{ N}$ . A semicircunferência do paralelo  $11^\circ 32' 13''$ , erróneamente designado por “círculo equinocial”, representada na parte superior do esquema, que designaremos por arco a não mede no desenho  $180^\circ$ , como mede efetivamente qualquer paralelo cortado em dois por um plano que passe pelo eixo da Terra, mas foi traçada com centro no ponto 6 e um raio de  $0,45$  do diâmetro da esfera (que medimos com o compasso); resolvendo o triângulo retângulo formado pelo eixo vertical do desenho, pelo segmento de reta que une o ponto 7 ao ponto A e pelo segmento de reta que une o ponto A ao ponto 4, que corresponde ao centro do mapa em projeção polar, tendo em mente que o triângulo com vértice em B é simétrico, e portanto inversamente igual, pelo que basta multiplicar o resultado por 2, temos  $a = 2 \text{ arc cos } 2/4,5 = 127^\circ 46' 24''$  — extensão que não corresponde a nada de significativo nem na esfera celeste nem no desenho, mas foi escolhida arbitrariamente, a fim de dar em perspetiva oblíqua uma imagem aproximada da sua real extensão, que é necessariamente de  $180^\circ$ . Em rigor um círculo visto obliquamente devia em perspetiva dar uma elipse, mas o autor do desenho traçou-o com o compasso, do que resultou um arco de círculo; trata-se, porém, mais de uma convenção que de uma incorreção. Pelo contrário, a linha designada na parte inferior do desenho por *círculo equinocial* é, como se pode verificar com um compasso de pontas secas, um arco de círculo, de  $180^\circ$  de extensão, traçado com centro no ponto 4, que é também o centro do mapa em projeção polar.

Se a circunferência exterior pretendesse representar o perfil da esfera terrestre, o equador (que na realidade se não situa onde a legenda indica, mas mais abaixo, ao nível do ponto 5) deveria ser-lhe tangente. Nesse caso, uma vez que a esfera se apresenta cortada a  $11^\circ 32' 13'' \text{ N}$ , o diâmetro do corte (segmento AB) deveria ser equivalente ao diâmetro do equador (que deveria ser igual ao do círculo exterior) multiplicado por  $\cos 11^\circ 32' 13''$ , e corresponder portanto a  $0,97979$  daquele; no entanto, no

desenho mede apenas 0,8 dele. Somos daí levados a concluir que a circunferência exterior, junto a cujos dois polos está escrito *horizonte en x partes*, não pretende representar o perfil do globo terrestre, mas o horizonte de um observador situado num ponto indeterminado da superfície da esfera, pelo que não tem relação evidente com o círculo interior que representa o globo terrestre. Só se pretender representar o horizonte de um ponto situado sobre o equador tem uma relação orgânica com aquele, pois de facto o horizonte de um ponto sito no equador vai de polo a polo.

A divisão do horizonte em dez secções iguais é estapafúrdia e não se entrevê com que objetivo foi feita: o normal é dividi-lo em múltiplos de quatro: ou quatro, correspondentes aos pontos cardeais, ou oito, por forma a incluir também os colaterais, ou dezasseis, por forma a indicar ainda os pontos intermédios, como nor-nordeste, oés-sueste, etc., ou 32 indicando ainda as direções designadas em náutica por *quartas*, que se sucedem de  $11^{\circ} 25'$  em  $11^{\circ} 25'$ .

Ora verifica-se que as linhas que partem do ponto 4 e formam ângulos de  $45^{\circ}$  com os eixos vertical e transversal do esquema e com a esquadria do desenho, ao contrário das demais, que apenas correspondem a meridianos do pequeno mapa em projeção polar e se interrompem ao atingir a linha erradamente designada por “círculo equinocial”, foram prolongadas até ao círculo exterior, de forma a representarem os pontos colaterais, fazendo do conjunto da circunferência exterior e das retas que até ela se prolongam uma rosa-dos-ventos, bidimensional — ao passo que o círculo interior representa um corte transversal do globo terrestre, tridimensional, ao nível de um paralelo, visto em perspetiva; dir-se-ia, portanto, que Colombo (ou quem quer que seja que tenha desenhado o esquema) misturou numa só figura duas coisas em princípio bem distintas.

No interior do mapa em projeção polar, as linhas a  $45^{\circ}$  são meridianos como os outros e dirigem-se por conseguinte ao polo sul, como se vê no desenho em perspetiva que ocupa a parte inferior do esquema. Só no caso de se ver na circunferência exterior o círculo do horizonte em torno de um qualquer ponto à superfície da Terra (abstraindo, portanto, de tudo quanto está debuxado no interior do círculo), se pode considerar corresponderem essas linhas aos pontos colaterais. Há, mesmo assim, uma pequena anomalia a registar: as linhas não partem do centro do círculo, a  $5/10$  da altura do eixo vertical do desenho, mas de um ponto sito a  $4/10$  da sua altura; contudo, as direções, que se sucedem de  $45^{\circ}$  em  $45^{\circ}$ , são de qualquer forma corretas, como se pode verificar usando um transferidor. Os dizeres “ocidente reto...” e “ocidente oblíquo...”, escritos no exterior da circunferência, em direções perpendiculares à linha norte-sul, referem-se necessariamente a essa rosa-dos-ventos e não ao globo em perspetiva representado no seu interior, em que o leste e o oeste deveriam ser marcados ao longo do equador, em direção perpendicular aos meridianos, acompanhando a redondeza da esfera, como fizemos a lápis, junto aos pontos A e B.

É verdade que o mapa em projeção polar corresponde *aproximadamente* ao horizonte de um observador situado num dos polos da esfera, cujo limite é, no entanto, o equador celeste e não o paralelo  $11^{\circ} 32' 13''$ ; mas para um observador situado num dos pólos não há leste nem oeste, pois todas as direções indicam o sul — como aliás se vê corretamente em ambos os desenhos em perspetiva, que figuram a convergência dos meridianos para um e outro pólo. No corte os meridianos são, também corretamente, representados por linhas retas a divergir do pólo, que correspondem à projeção dos meridianos à superfície da esfera sobre o plano de projeção da carta, que é tangente ao polo norte.

A legenda *horizonte en x partes*, aposta a cada um dos polos da esfera, nada tem na realidade a ver com esta, reportando-se necessariamente à circunferência exterior. Na realidade a esfera interior, subdividida por arcos de círculo que convergem para ambos os polos, não se divide em dez partes mas em vinte e quatro (doze visíveis e doze invisíveis no corte feito, porque sitas para lá da *linha de terra*) — conquanto no desenho fáltem os arcos de círculo que deveriam unir os pontos A e B a cada um dos polos (que apenas seriam dispensáveis se o corte correspondesse efetivamente ao equador e fosse tangente ao círculo externo que limita o desenho). Essas divisões correspondem na realidade aos vinte e quatro fusos horários em que, como faziam já os cosmógrafos alexandrinos de antanho, se pode dividir o globo. Os arcos de círculo *a* e *b* foram traçados por engano, substituídos pelos arcos de círculo *c* e *d*, mais conformes com a visão em perspetiva que se pretendia transmitir, mas não foram apagados.

O meu prezado colega, velho amigo e contraparente António Bivar Weinholtz, que fez o favor de reler o meu texto, chamou-me a atenção para outro aspeto: o autor do desenho, tal como dividiu o eixo maior do esquema em dez partes, marcadas com pontinhos que numerámos, dividiu também o círculo exterior em dez partes (portanto de  $36^\circ$  cada uma), assinaladas por outros tantos pontinhos, a que não prestáramos atenção e que por isso não numerámos. Ora verifica-se que na *parte* superior do desenho (a que se não pode chamar *metade*, pois as duas partes são desiguais, visto a linha AB não ser um diâmetro nem do círculo exterior nem do interior) as linhas que fazem um ângulo de c.  $45^\circ$  com o eixo vertical (e por conseguinte também com a horizontal AB e com o diâmetro horizontal do círculo, não representado), além de delimitarem no desenho interior o terceiro fuso horário a contar, para qualquer dos lados, do eixo vertical, passam, de ambos os lados também, pela 1ª divisão em dez do círculo exterior, assinalada de cada lado por um ponto não numerado. Resolvendo o triângulo formado pelo eixo vertical do desenho, pela linha que une o ponto 4 ao primeiro ponto não numerado do círculo exterior (por onde passa a linha oblíqua que apontaria o NE se o desenho fosse uma rosa-dos-ventos) e pela corda que une a intersecção dessa linha com o círculo à intersecção deste com o eixo vertical do desenho, obtém-se para o ângulo oposto à corda, com vértice no ponto 4, a medida de  $43^\circ 59' 1,165\dots$ , o que difere de  $45^\circ$  em menos de 3 %. Fazendo a mesma operação em sentido oposto (ou seja, com a linha que aponta o NO) o resultado é, evidentemente, o mesmo, pois os dois triângulos são simétricos, ou seja, inversamente iguais. Não cabe desenvolver aqui o detalhe de tal cálculo; basta notar que se trata de resolver um triângulo de que se conhecem dois lados e o ângulo por eles formado (um dos lados é a corda acima referida, cuja medida se pode obter resolvendo o triângulo isósceles com vértice no centro da figura e dois lados iguais entre si e iguais ao raio do círculo, que se pode tomar para unidade, separados por um ângulo de  $36^\circ$ , o outro lado é o de comprimento  $\frac{4}{5}$ , determinado no eixo vertical do desenho pelo ponto 4 e pela extremidade superior desse eixo, e formam um ângulo de  $72^\circ$ , coincidente com um dos ângulos adjacentes à base no triângulo isósceles).

Terá sido essa a razão da escolha da latitude  $11^\circ 32' N$  para o plano que corta a esfera? Nesse caso quem desenhou o esquema poderia ter raciocinado assim: qual deverá ser o ponto do diâmetro vertical que é vértice de um ângulo de  $45^\circ$  com lados dirigidos respectivamente para a extremidade superior do diâmetro vertical e para um dos pontos de divisão da circunferência em dez arcos iguais, imediatamente à direita e à esquerda dessa extremidade? Mais uma vez sem desenvolver o detalhe de tal cálculo, analogamente ao que acima se comentou, basta notar que se trata de resolver agora um triângulo de que se conhecem os três ângulos e um lado (a corda acima referida e, para além do ângulo de  $45^\circ$ , aquele que é comum com o triângulo isósceles auxiliar acima descrito, o que permite determinar imediatamente o terceiro ângulo) — o que, tomando mais uma vez como unidade o raio do círculo, conduz a um valor de  $0,7787\dots$ , que é de facto muito próximo de 0,8, ou seja dos  $\frac{4}{5}$  que correspondem à escolha do ponto 4. Por outro lado, estes cálculos demonstram que se o autor do desenho tiver partido das divisões decimais do círculo e do diâmetro que assinalou, facilmente poderá ter sido levado a pensar que teriam exactamente  $45^\circ$  os ângulos obtidos com vértice no “ponto 4” e lados dirigidos para os tais pontos da divisão da circunferência da maneira acima descrita; o erro seria muito difícil ou mesmo impossível de detectar à escala do desenho. Assim, talvez seja mais realista supor que terá sido “experimentalmente” e não por cálculos precisos mais sofisticados que terá ficado seduzido pela aparente coincidência de assim obter um ângulo a que se pode atribuir significado com relevância geográfica, o que o terá levado a privilegiar o corte do eixo exactamente por esse ponto 4. A razão metafísica de tal escolha, aparentemente arbitrária, pode ser qualquer especulação numerológica, de cariz cabalístico, que nos escapa. Pena é que Mascarenhas Barreto, que dedicou tanto tempo ao estudo da Cabala, a não tenha determinado!

Infelizmente, a análise cuidadosa do esquema a que procedemos apenas permite detetar os seus erros, sem nos elucidar sobre duas dúvidas que ficam em suspenso: primeira, com que preciso escopo foi o esquema debuxado; segunda, qual é nele a parte que cabe a Colombo. Seríamos tentados a dizer que é a ele a que se devem atribuir as legendas, podendo o desenho ter sido copiado de algum livro e, sem o ter compreendido bem, ter-lhe apostado as legendas, de onde a sua incorreção...

## O estranho caso da galeaça *Fernandina*

Têm os decifradores de enigmas inexistentes feito largo uso de um episódio da vida de Colombo, que não é referido por nenhuma outra fonte histórica, mas é por ele próprio relatado numa carta aos Reis Católicos de que apenas resta um fragmento, transcrito tanto por D. Hernando como por Frei Bartolomeu de las Casas <sup>218</sup>. Notemos desde já que a carta foi escrita da Espanhola em Janeiro de 1495, mas não contém qualquer referência à data do episódio que relata. Este faz, na realidade, parte do rol de feitos de que Colombo se gloria como prova da sua vasta experiência náutica. Até porque é relativamente curto, vale a pena citá-lo *in extensu*:

*A mi acaeciò que el rey Reynel que Dios tiene, me enbió a Túnez para prender la galeaça Fernandina, y estando ya sobre la isla de Sant Pedro, en Cerdeña, me dixo una saltía que estaban con la dicha galeaça dos naos y una carraca; por lo cual se alterò la gente que iba conmigo y determinaron de no seguir el viaje, salvo de se bolver a Marsella por otra nao y mas gente. Yo, visto que no podía sin algun arte forçar su voluntad, otorgué su demanda, y mudando el çevo del aguja, di la vela, al tiempo que anocheça, y, otro día, al sair del sol, estávamos dentro del cabo de Carthágine, tenido ellos todos por çierto que íbamos a Marsella, etc.*

Fica-se, por conseguinte, sem saber como terminou a peripécia: foi ou não apresada a galeaça? Seja como for, a história, como Colombo a conta, não é muito crível, já que muito dificilmente seria possível cobrir numa noite as c. 170 milhas marítimas que medeiam entre a ilha de S. Pedro, a SW da Sardenha, e o cabo de Cartago.

Para que numa noite tivesse feito 170 milhas seria necessário que a embarcação se deslocasse a uma velocidade média de mais de 14 milhas por hora, o que é completamente impossível a um navio à vela. Como termo de comparação podemos aduzir o que sabemos da primeira travessia do Atlântico pelo nosso herói: a velocidade máxima registada, a 10.IX.1492, foi de 2,5 léguas horárias: *en aquel día con su noche anduvo sesenta leguas, a diez millas por ora, que son dos leguas y media*. Não sabemos a que milhas exatamente se refere o Almirante. O mais provável é que se trate de milhas de 1.047 m, correspondentes a  $\frac{1}{4}$  de légua castelhana, pois são essas as que Colombo em regra usa; não é contudo impossível que se trate de milhas de 1.383 metros, correspondentes a  $\frac{1}{4}$  da légua comum, ou, no máximo, de milhas romanas de 1.477,5 m — todas bastante menores que as hodiernas milhas marítimas de 60 ao grau, equivalentes a 1.852 m. Fazendo, com certo otimismo, a conta a milhas de 1.383 m, aquele *record* corresponderia a uma velocidade de quase 7,5 nós

<sup>218</sup> Las Casas, *HI*, I, iii; Varela & Gil, *Textos...*, doc. xii, pp. 285-286.

ou milhas marítimas modernas por hora, o que para um navio à vela é excècional. A média da viagem, contudo, situa-se entre as vinte e as trinta léguas *por dia*, ou seja, c. 100 milhas, o que corresponde a uma velocidade média de cerca de 3 nós. Numa carta sua, muito posterior, aos Reis, Colombo admite que a 8.X.1492, nas vésperas da sua aterragem nas Lucaias, *con demasiado viento*, tenha chegado a percorrer três léguas e meia, ou seja 14 milhas das suas, numa hora <sup>219</sup>; aparentemente, no *Diário* de bordo escrevera 15, o que pareceu exagerado a Frei Bartolomeu de las Casas que ao transcrevê-lo, não deixou de notar com certo cepticismo: *y a ratos parece que anduvieron en la noche quinze millas por ora, se no está mentirosa la letra* <sup>220</sup>. Seja como for, como velocidade média na travessia da Sardenha à Tunísia, sem temporal, parece um tremendo exagero — o que indicia que estejamos perante uma das consuetas bravatas de Colombo e nos deixa sem saber o que pensar do resto do episódio.

Por outro lado, como foi de há muito notado, o truque de desmagnetizar a agulha, que o navegador terá talvez voltado a utilizar para iludir a tripulação na sua primeira viagem ao Novo Mundo, só poderia resultar numa noite particularmente escura, em que os homens não pudessem entrever pelas estrelas que não estavam navegando para norte, mas precisamente em sentido oposto. Tampouco colhe dizer, como já se aventou para assim resolver a charada, que se não tratava do cabo de Cartago mas do de Cartagena, *i. e.*, do cabo de Palos, pois para tornar atrás não era em tal caso mister iludir a guarnição; seja como for, jamais seria no Levante peninsular que se poderia dar caça a um navio surto em Tunes!

O ilustre bastonário da *Desordem dos Engenheiros* conclui daí que o texto

indica que o Almirante esteve envolvido como corsário na Guerra de Aragão (1460-72), opondo D. Pedro, Condestável de Portugal, e depois Renato de Anjou (rei Reynel) contra D. João II de Aragão e seu filho Fernando (futuro rei católico) na luta pela coroa de Aragão, isto numa altura em que, de acordo com os dois documentos de Génova de 1472, o Colombo Genovês ainda era tecelão em Itália.

Há aqui numerosos equívocos, para não dizer saltos mortais para o desconhecido: nem o documento indica que o episódio em questão teve lugar no contexto da guerra de Aragão, nem contém elementos que o permitam datar de 1472, nem indica que a galeaça pertencesse a Fernando de Aragão, nem o facto de ser tecelão era em Génova incompatível com a prestação intermitente de serviços náuticos ou militares, como

<sup>219</sup> Escrita no Puerto de Santa Cruz, na ilha Espanhola, a 26.II.1495, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 308.

<sup>220</sup> *Ibidem*, doc. ii, p. 108.

imagina o meu interlocutor. Se assim fosse só haveria em Génova tecelões de menos de 16 anos ou de mais de 70, uma vez que, como num instante veremos, a legislação da Senhoria exigia que todo o cidadão entre os 16 e os 70 anos prestasse serviço à sua marinha, a *Compagna*, quando requisitado. A marinha de Génova funcionava de modo semelhante ao das nossas Companhias de Ordenança do século XVI<sup>221</sup>, ditas *Companhias à Suíça*, porque a sua organização era idêntica à de que é ainda hoje a do exército suíço. Aliás, tecelão era o pai de Cristóvão, Domenico Colombo, e isso não o inibia de ao mesmo tempo negociar em vinhos (negócio em que Cristóvão participou também), nem de ser em Génova guarda da Porta dell' Olivella, cargo que exerceu de 4 de Fevereiro de 1447 a finais de 1448 e, de novo, de Outubro de 1450 ao final de Novembro do ano seguinte.

Bartolomeo Senàrega<sup>222</sup>, chanceler e analista oficial da Senhoria de Génova no período 1479-1514, expressou-o bem, no registo que fez do regresso de Colombo da sua bem sucedida expedição descobridora, em 1493, cuja nova fora trazida de Espanha pelos dois embaixadores genoveses, Francesco Marchesio e Giovanni Antonio Grimaldi, de volta à pátria: os irmãos Cristóvão e Bartolomeu, após terem trabalhado com o pai em seu mester, *puberes deinde facti, de more gentis nostrae in navigationes exiverant*; “tendo-se depois tornado adolescentes, segundo o costume de nossa gente haviam saído para navegações”. Tal era, de facto, o hábito em Génova, onde praticamente toda a gente estava ligada ao mar<sup>223</sup>. Daí o aforismo medieval: *Januensis ergo mercator* — “genovês, portanto, mercador”.

Como potência marítima que era, Génova não se podia abster de, ao lado da sua frota mercante, possuir uma marinha de guerra, indispensável num Mediterrâneo em que, para além das frequentes lutas entre potências navais, permanecia assaz ativa a pirataria sarracena. Ao contrário, porém, do que sucedia em Veneza e na maioria dos estados europeus, Génova não possuía uma armada estatal, recorrendo aos serviços de armadores privados, a quem cometia a defesa das suas costas e das suas colónias no

<sup>221</sup> Cf. Jean Aubin “Le capitaine Leitão, un sujet insatisfait de D. João III”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, 1983, pp. 87-152, rep. in *Le Latin et l'Astrolabe* [doravante *L. & A.*], vol. I, “Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales”, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Paris, 1996, pp. 309-369.

<sup>222</sup> Bartholomaei Senaregae, *De Rebus Genuensibus Commentaria, ab anno MCDLXXXVIII usque ad annum MDXIV* (L. A. Muratori, *Raccolta degli storici italiani dal cinquecento al millecinquecento*, tomo XXIV, parte viii, Nicola Zanichelli, Bolonha, 1929-32), anno MCCCXCIII, p. 29.

<sup>223</sup> Para compreender com funcionavam as coisas, não será mal verem-se estudos monográficos sobre Génova, tais como por exemplo: Jacques Heers, *Gênes au XV<sup>e</sup> siècle*, Flammarion, Paris, 1971; Gabriella Airal di, *Genova e la Liguria nel Medioevo*, Utet Libreria, Turim, 1986; Claudio Costantini, *La Repubblica di Genova*, Utet Libreria, Turim, 1986; e, principalmente, os estudos especializados sobre a vida marítima que na abundante bibliografia que qualquer destas obras fornece se indicam.

Mediterrâneo e no Mar Negro. Passava-se de certo modo o mesmo em Génova que nos reinos hindus do Malabar, como Cananor ou Calecut, em que o estado não possuía marinha, mas apadrinhava as frotas corsárias de armadores muçulmanos que lhe defendiam as costas, a cujos almirantes conferia títulos: ao de Cananor o de *Aderajão*, *i. e.*, Āli Rājan, “rei do mar alto”, em Calecut o de *Cunhale*, *i. e.*, Kuñjū Ali, “o menino Ali, o moço da guarda Ali”<sup>224</sup>, por se chamar Ali o primeiro detentor do cargo.

Com toda a probabilidade foram os próprios armadores de vasos de comércio que se começaram a associar para conjuntamente assegurarem a escolta dos seus navios e, de quando em vez, acometerem os valhacoutos a que os corsários se acolhiam. Quando, graças aos *Anais* de Caffaro di Rustico di Caschifellona (1080-1164), a história genovesa começa a tornar-se-nos clara, ou seja, a partir de 1099, existe já, não sabemos exatamente desde quando, uma associação jurada e bem organizada de mercadores, a *Compagna*, que, coberta pela autoridade comunal, assegura essas funções. Todo o homem entre os 16 e os 70 anos apto a manejar o remo, a vela ou o timão, ou a empunhar uma arma, é teúdo a prestar juramento à *Compagna*, de que por assim dizer se torna membro, em como acatará as ordens dos *cónsules* que a regem e observará as suas proibições de freqüentar tal ou tal porto, carregar certos géneros, ou transportar determinadas classes de pessoas<sup>225</sup>.

A *Compagna*, que de início era temporária, tornou-se uma instituição permanente, repartida em oito secções, correspondentes aos outros tantos bairros em que se dividia a cidade. Quando a Comuna começou a conquistar o resto do território ligure, obrigou os senhores feudais que dominavam o país a associarem-se-lhe também, fornecendo-lhe um determinado número de marinheiros e soldados para cada empresa naval. As empresas náuticas tinham sobretudo lugar no verão, de Maio a Outubro, pelo que veio a prevalecer o costume de licenciar no inverno os tripulantes desnecessários.

A *Compagna* não era paga pelo Estado, vivendo do produto das presas de guerra que fazia, que eram distribuídas entre armadores e tripulantes segundo regras fixas, que pouco variaram com o decorrer dos séculos. Era, em suma, uma sociedade semelhante às *maonas*, de que falaremos mais tarde. A sua frota consistia sobretudo em galés, navios mistos a remo e vela, considerados os mais adequados ao corso. Foi por

<sup>224</sup> Rev. H. Gundert, *A Malayalam and English Dictionary*, C. Stolz, Mangalor, 1872 [reimp. Asian Educational Services, Nova Delhi, 1992]. Podem ver-se pormenores no nosso artigo “Esta província, cujo porto agora, tomado tendes, Malabar se chama” entregue para publicação no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

<sup>225</sup> Baseamo-nos em toda esta secção em Camilo Manfroni & Giuseppe Pessagno, “La Marina di Genova nei secoli XV e XVI”, in *Il Banco di San Giorgio - L'antico Debito Pubblico genovese e la Casa di S. Giorgio - La Marina do Genova. S. Giorgio e i Possedimenti coloniali e di Terraferma - Il Palazzo della Società e le sue dipendenze*, Génova (1911) [reimp. Pranava Books, India, s/d], livro II, parte ii, pp. 359-459.

se reconhecer aos genoveses uma especial perícia nesse tipo de guerra que quando em 1317 o nosso rei D. Dinis decidiu constituir uma armada de galés, contratou um genovês, Emmanuele Pessagno, que entre nós se tornou Manuel Pessanha, como seu almirante <sup>226</sup>. De modo idêntico procederam outros soberanos da Cristandade, nomeadamente os reis de França e de Castela.

Quando Génova não necessitava dos serviços da *Compagna*, esta alugava-os bastas vezes a terceiros que deles careciam. Foi só no século XVI que se generalizou a prática de utilizar sobretudo cativos — prisioneiros de guerra ou condenados de direito comum — como remadores das galés, prática que foi imitada um pouco por toda a Cristandade, à exceção apenas de Veneza. Daí a expressão “condenado às galés”, e a acção de “penitenciária”, atestada já em 1554, que o termo *galera*, de início sinónimo de *galé*, tomou em italiano. No século XV, porém, tudo leva a crer que os navios da *Compagna* eram ainda tripulados sobretudo por homens livres, mobilizados no território da república. A historieta da galeação *Fernandina* não prova, por conseguinte, que Cristóvão Colombo tenha alguma vez estado ao serviço dos revoltosos da Catalunha, nem sequer ao del-rei Reinel: uma vez que a *Compagna* quando não tinha serviço em Génova alugava a terceiros os seus prós- timos, pode muito simplesmente ter-lhe o rei Reinel encomendado que, aproveitando o ensejo de estar a galeação do seu rival detida em Túnes, se tentasse apoderar dela, para assim desferir sobre Ferrante ou Fernando, que lhe arrebatara o trono de Nápoles, um pequeno golpe. Tudo se pode, pois, ter passado no âmbito da atividade de Colombo ao serviço da marinha genovesa.

Uma vez que o serviço à *Compagna* apenas era requerido aos maiores de 16 anos, Cristóvão Colombo, se como diz começou a navegar aos 14 anos de idade, deve por então ter navegado sobretudo ao longo da costa lígure, quiçá transportando cargas de tecidos ou de vinho de seu pai, pois na Ligúria, em que espessas vezes a montanha cai a pique sobre o mar, as comunicações faziam-se sobretudo por via marítima. Dada, porém, a mania de Colombo de computar o tempo em “semanas de anos”, 14 pode ser apenas uma duração aproximada, que não é necessário tomar à letra. De qualquer modo, se não começou a navegar aos 14 anos de idade como diz, começou aos 16, como toda a gente em Génova. Terá em seguida participado em expedições militares, corsárias ou meramente comerciais fora da Ligúria, de que nos não resta traço na documentação. Deve ter estado tanto na Córsega como na Sicília, pois no *Diário* da sua primeira viagem às Antilhas, compara a esta Cuba, e na relação da segunda, Porto

---

<sup>226</sup> Contrato de 1.II.1317, pub. in João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, 4 tomos, reimp. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988, tomo I, doc. 37, pp. 27 & sqq.

Rico, ao passo que nesta última compara à Corsega o “Quersoneso do Evangelista” no extremo ocidental de Cuba.

Seria, de qualquer modo, um erro imaginar que Cristóvão era um mero operário têxtil, com obrigação de trabalhar de sol a sol, 365 dias por ano: era o filho do patrão de uma pequena empresa familiar, pelo que o seu estatuto era assaz diferente, e sem dúvida maior a sua margem de manobra.

Em certo escrito seu, louva-se Fernando Branco num artigo redigido em catalão por um tal Albardaner<sup>227</sup>, publicado na revista de uma associação congénere da dos *cubistas* de Portugal, só que com a diferença específica de pretender provar que Cristóvão Colombo era catalão em vez de português. Ora a verdade é que o artigo não prova coisa nenhuma, ou, pior que isso, prova exatamente o contrário do que quer provar, pois limita-se a publicar documentos que referem por três vezes a galeação *Fernandina*, mas não contêm a mínima alusão a Colombo. Muito antes pelo contrário: demonstram que a galeação não pertencia a Fernando II da Sicília (r. 1468-1516), o futuro *Rei Católico*, mas a seu primo carnal Fernando ou Ferrante I de Nápoles (r. 1458-94) — razão por que é por vezes designada por *Ferrantina* — que a armara a meias com mercadores florentinos, entre os quais os Vespucci. Conhece-se uma carta de Ferrante a Luís XI de França, datada de 8.XII.1474 pedindo indemnização pelos danos que lhe causara o corsário Colombo, “súbdito de vossa Majestade”, bem como a resposta de Luís XI a Ferrante. Não se trata contudo de Cristóvão Colombo, como inicialmente se pensou devido a um erro de leitura, mas do velho almirante Guillaume Casenove, apelidado *Coulomb le Vieux*, de que voltaremos a falar<sup>228</sup>. Quanto a Ferrante era filho bastardo de Afonso V de Aragão e sucedera-lhe nos seus domínios napolitanos; mas não interveio na revolta da Catalunha que conduziu à longa disputa pelo trono de Aragão, pelo que não é nela que se inscreve o episódio.

Este não teve certamente lugar na época em que Renato — dito em catalão Reinel, como Colombo escreve — reinou efetivamente em Nápoles (1435-42), porque Colombo não era ainda então nascido. As duas menções de Marselha mostram claramente que o episódio se passou no período subsequente, depois da conquista de Nápoles por Afonso V de Aragão (1442), em que Renato se retirou para o seu condado da Provença, que governou até à morte, em 1480, e que foi daí que a seu mando se organizou a expedição. Não há pois qualquer razão para afirmar que tenha tido lugar durante o período

---

<sup>227</sup> F. Albardaner i Llorens, “Colom corsari del rei René d’Anjou abans de 1473 i de França entre el 1473 i l’any 1476”, *Revista d’estudis històrics*, nº 58, Barcelona, 2012.

<sup>228</sup> Prefácio de R. H. Major à sua edição de *Seleted Letters of Christopher Columbus with other original documents*, Hakluyt Society, Londres, 1847, pp. xxxvi-xxxvii.

em que Renato disputou efetivamente a Coroa de Aragão (1466-72), pois embora eleito rei pela *Generalitat*, ou cortes da Catalunha, jamais se deslocou a Espanha, delegando a defesa dos seus direitos, o comando das suas tropas e a administração do território em seu filho João II, duque da Lorena e da Calábria, a quem conferiu o título de príncipe de Gerona; e, após a morte deste, em seu neto Nicolau I, que lhe sobreviveu um ano apenas, vindo a falecer em 1473. João II, intitulado duque da Calábria embora refugiado em França, disputara a Ferrante I o trono de Nápoles, numa guerra que durara de 1460 a 1464, ano em que caiu a ilha de Ischia, último baluarte angevino no reino napolitano; mas tampouco pode ser nesse contexto que se situa o episódio. Mais falacioso ainda nos parece o argumento de que o facto de Colombo se referir ao Conde da Provença como *rei*, prova que o episódio teve lugar no período em que este disputou efetivamente o trono de Aragão, pois reinara em Nápoles de 1438 a 1442, e após esta derradeira data sempre se continuou a intitular “Rei de Nápoles e de Jerusalém”.

Na realidade Colombo não alude nem a João nem a Nicolau, mas ao velho rei Renato, que apenas assinou a paz com Aragão em Janeiro de 1479 — pelo que, ainda que a galeaza pertencesse a Fernando da Sicília, depois rei de Aragão, nada nos garantiria que a expedição em que aquele participou tenha de facto tido lugar antes de 1472. Seja como for, a galeaza não lhe pertencia — e é certamente por isso que as fontes aragonesas, nomeadamente os detalhados *Anales de Aragón* de Jerónimo Zurita não referem o episódio — mas a seu primo, o rei de Nápoles, a que el-rei Renato a pode ter querido arrebatar por mera revindicta, após uma guerra que, tal como seu filho, tinha já perdida desde há muito. Embora não seja impossível que a galeaza se tenha deslocado a Tunes por motivos de comércio, pode ter sido simplesmente apresada por corsários tunisinos, fornecendo ao velho rei Renato uma boa oportunidade para lhe lançar mão. Com efeito, sobretudo a partir da grande crise económica subsequente à Peste Negra de 1348, muitas populações marítimas da costa da Barbaria ou Berberia, do Egito ao estreito de Gibraltar, bem assim como as de Larache e Salé no litoral atlântico do reino de Fez, haviam adotado um modo de vida parasitário, baseado na intercêção e esbulho das embarcações cristãs que achavam ao seu alcance. Formaram uma série de repúblicas corsárias, que a partir de 1518 se começaram a tornar vassalãs da Sublime Porta<sup>229</sup>. A situação prolongou-se até 1830, quando a França se apoderou de Argel.

---

<sup>229</sup> Jean Monlaü, *Les États Barbaresques*, “Que sais-je?”, Presses Universitaires de France, Paris, 1973. O fenómeno está mais estudado no que toca aos séculos seguintes: *vide* Ellen G. Friedman, *Spanish Captives in North Africa in the Early Modern Age*, The University of Wisconsin Press, Madison, 1983; C. R. Pennell, *Piracy and Diplomacy in Seventeenth-Century North Africa - The Journals of Thomas Baker, English Consul in Tripoli, 1677-1685*, edited with an Introduction by..., Associated University Presses, Cranbury, Londres e Mississauga (Ontario, Canadá), 1989.

Com a publicação destes documentos fica, de qualquer modo esclarecido um paradoxo, que Consuelo Varela notara argutamente:

*Es este un texto curioso en el que el ya almirante a las órdenes los Reyes Caólicos les revela que había perseguido a una de las naves de don Fernando, la galera Fernandina, hasta las aguas de Túnez, cuando se encontraba navegando como corsario de Renato de Anjou. (...).*

*Se trata de una carta extraña que no deja bien parado al marino que aquí actuó como corsario — o en una acción corsaria — precisamente contra su patrón, don Fernando el Católico. Al copiar esta carta ¿ se dio cuenta Hernando de que su padre había perseguido a naves aragonesas? O, tal vez, el hijo — que no tenía un buen recuerdo del Rey Católico — la copió, precisamente, para fastidiar?*

Tudo resulta finalmente claro ao ficar provado que a galeaça não pertencia na realidade a Fernando de Aragão, mas a seu primo Ferrante, rei de Nápoles.

Prospero Peragallo e vários outros historiadores italianos datam tentativamente o episódio de 1473, ao passo que De Lollis o data de 1475. Seja como for, ainda que a caça à galeaça tivesse ocorrido em 1472, como pretendem os sábios da *Desordem*, isso não seria totalmente incompatível com o que sabemos da vida de Colombo: se, como vimos já, nasceu em 1451, tinha nessa data 21 anos, idade suficiente para chefiar como *capitano di guerra* a pequena guarnição de uma modesta embarcação corsária, destinada a apresar uma mera galeaça. Poderia ser simplesmente seu comitre, sub-oficial que encabeçava a taifa de marinheiros e a chusma de remadores. De qualquer modo, dada a tendência de Colombo para se guindar, não é de modo algum garantido, embora o procure dar a entender, que fosse ele o comandante. Consuelo Varela que, familiarizada com os escritos de Colombo bem sabe como ele era gabarola, é de opinião semelhante:

*Otro asunto que ha confundido a los investigadores es el empeño de Colón en autodenominarse “capitán”. Era muy joven para semejante puesto y, tal vez, el simple marinero quiso darse pisto subiendo de categoria. ¡Quién iba a saber, tantos años después, el cargo que ocupaba en aquella expedición!*

O que é totalmente inverosímil é a conclusão que daí retira o autor do artiguelho, para quem quedaria demonstrado que Colombo fora corsário del-rei de França de 1473 a 1476. Nenhum dos três documentos que publica cita sequer o seu nome; e o que D. Hernando Colón afirma, num passo mais que discutível da biografia paterna que analisaremos mais abaixo, é que seu pai navegou durante algum tempo em companhia de Jorge Paleólogo Bissipat, por alcunha *Colombo o Moço*, e não, como sem qualquer justificação nem esclarecimento adicional assevera o autor, colaborador de Guillaume Casenove, dito *Coulomb le Vieux*.

Além disso, o nosso Colombo jãmais pode ter navegado com aquele “largos anos”, como afirma D. Hernando, pois Bissipat apenas parece ter começado a navegar em 1475, ou seja, um ano antes do naufrágio do futuro achador do Novo Mundo no Cabo S. Vicente: aparece então pela primeira vez a capitanear um navio del-rei de França; e em 1477 a comandar a frota que escoltou no regresso a Portugal o nosso D. Afonso V, como vimos já. Embora só tenha recebido a nacionalidade francesa em Novembro de 1477, residia já havia pelo menos 17 anos em França, onde exerceu uma série de “funções terrestres”: num documento de 24.IV.1460 é designado por *chevalier, conseiller et chambellan du Roi*, e por carta régia de 19.IV.1473 foi feito visconde de Falaise, na Normandia, funções em que foi instalado pelo bailio de Caen a 5 de Junho desse ano. Embora em 1473 tenha recebido como mercê uma mansão senhorial perto de Bordéus, continuou a desempenhar funções sobretudo na Normandia, onde é mencionado como capitão de Touques em 1470; e por carta régia de 1.XI.1474 foi nomeado capitão de Lisieux e de Orbec <sup>230</sup>. Não se vê como poderia exercer tais funções enquanto varria durante anos os mares, acolitado por seu primo Cristóvão...

Quanto a um hipotético parentesco entre Cristóvão Colombo e Guillaume Casenove, está fora de questão; nem sequer D. Hernando, com a sua mania nobiliária o insinua. Não se sabe, aliás bem por que motivo era aquele denominado *Coulomb* ou *Coulon*, como abaixo veremos; é certamente por ser denominado *Coulomb* por alcunha e não de sobrenome que o seu nome não consta da genealogia dos Colombos de França, publicada pelo neto de Pierre-François de Colomb a que aludimos já.

Assiste-nos, por conseguinte, o direito de perguntar se, da parte de quem albardou o artigo, há simplesmente um *lapsus calami*, se uma deliberada fraude: *Colombo o Moço* não estava ainda neste tempo empenhado na guerra de corso: só em 1475 aparece a capitanear um navio e em 1477 a comandar a frota que escoltou no retorno a Portugal o nosso D. Afonso V, que após a derrota de Toro fora a França em busca de apoio para prosseguir a guerra. Ora para compor a seu talante a história que lhe convém, o autor substitui, sem mais, no texto de D. Hernando, *Colombo o Moço* por *Colombo o Velho*, de modo que tudo bata certo. E destarte ficaria provado que Cristóvão Colombo fora corsário del-rei de França de 1473 a 1476 e se batera pela independência da Catalunha contra um candidato ao trono de origem castelhana, *quod erat demonstrandum* ...

---

<sup>230</sup> Henry Vignaud, *Études critiques sur la vie de Colomb avant ses découvertes*, H. Welter, Paris, 1905, pp. 165-185.

Manipulando sub-repticiamente as fontes históricas na presunção de que o leitor as não confira, pode provar-se tudo o que se queira. No entanto, por nobres que sejam os intuitos que subjaçam a tal operação, não nos quer todavia parecer que cheguem alguma vez para justificar que se lhes sacrifique quer a verdade histórica quer a honestidade intelectual que um autêntico historiador sempre deve ter por timbre. Foi por a ter sacrificado nas aras do seu bairrismo que, há pouco mais de um século, o apóstolo do *Colombo galego*, D. Celso García de la Riega (1844-1914), ficou na história com seu nome manchado para sempre pelo estigma da falsificação...

## Os últimos anos em Génova e a expedição a Xio

Há um facto interessante na vida de Colombo que apenas é conhecido por alusões passageiras que lhe faz em seus escritos, mas constitui de qualquer forma um testemunho indireto — o que, vale apenas repetir, é sempre o mais fiável — da identidade entre o descobridor da América e o mareante genovês ao serviço dos Di Negro: trata-se das alusões que faz Cristóvão à almécega que encontrou no Novo Mundo, comparando-a à que vira na ilha de Xio ou Quios, possessão genovesa no Mar Egeu. Quios fora em 1304 ocupada pelo almirante genovês Benedetto Zaccaria, que a anexara aos domínios da sua família, mas em 1329 o imperador bizantino Andronico II havia-a reconquistado para o Império; Génova, contudo retomara-a em 1346 <sup>231</sup>, e em seu poder permaneceu até à sua conquista pelos turcos em 1566 <sup>232</sup>.

A almécega de Quios, também conhecida por *mastique*, era monopólio da *Maona* ou sociedade de 29 armadores genoveses (3 nobres e 26 populares) que à sua própria custa haviam reconquistado a ilha, a quem a Senhoria de Génova, por acordo firmado em 1347, cedera o *domínio útil* da novel colónia, de que assim os constituiu enfiteutas. A República guardara para si apenas os negócios da guerra e da justiça, com mero e misto império. Para reforçar a solidariedade entre eles, os *maonesi* ou sócios da *maona* decidiram em 1362 renunciar aos seus nomes de família e tomar todos o apelido de Giustiniani. A *Maona* de Xio veio a ser incorporada em 1437 na *Casa, Ufficio* ou *Banco di S. Giorgio*, o mais antigo banco da Europa e quiçá do mundo inteiro, de que abaixo teremos ocasião de falar em mor detalhe, que na época de Colombo funcionava ao mesmo tempo como instituição de crédito



**Lentisco ou aroeira (*Pistacia lentiscus*, L., da família das Anacardiáceas)**

Gravura da versão castelhana de Dioscórides por Andrés de Laguna, Valencia, 1677, p. 55.

<sup>231</sup> Giustiniani, *Annali...*, livº IV, *ed. cit.* fl cxxxiv & sqq.

<sup>232</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 12.IX.1492 & 11.XII.1492; *Carta a Santángel*, 15.II.1493, C. Varela & J. Gil, *op. cit.*, pp. 135, 136, 158 & 225.

público, instituto bancário, banco emissor, sociedade de navegação e companhia colonial. A antiga *Maona di Scio* fora dissolvida em 1373, mediante o reembolso dos créditos dos conquistadores ou seus herdeiros; mas para a substituir fora criada uma nova *maona*, constituída por doze cidadãos, e foi essa que se incorporou no Banco de S. Jorge. É interessante notar que as *maonas* constituem o mais perfeito precedente das grandes companhias de comércio das Índias Orientais e Ocidentais que a partir dos finais de Quinhentos surgiram em Inglaterra (1600), na Holanda (1602), na Dinamarca (1616), na França (1664), etc., embora não seja seguro que todas as tenham tomado como modelo. A *Compagnia Genovese per le India*, constituída por iniciativa do Banco de S. Jorge, é relativamente tardia, uma vez que data de 1653.

A almécega que a *Maona* explorava em Quios era extraída do lentisco ou aroeira, (*Pistacia lentiscus*, L. da família das Anacardiáceas, ditas também Terebintáceas)<sup>233</sup>, planta do Velho Mundo, inexistente no Novo; embora exista em toda a zona mediterrânica, por razões de solo e de clima, só em Quios dá almécega, ou pelo menos boa almécega. Assim já o notou no século I Dioscórides de Anazarba<sup>234</sup>:

Produce el lentisco de Italia, aunque miseramente, también almástiga, la qual no se deve comparar con la Chia. Es esta de Chio blanca, pura, transparente, y en virtud molificativa juntamente, y estíptica, que son dos facultades contrarias. La que viene de Egipto es negra, y mas dissecativa que estíptica...

A que Colombo viu nas Antilhas era provavelmente obtida de qualquer anacardiácea local ou, mais provavelmente, do *Sideroxylon fetidissimum*, Jacq., ou *Mastichodendron sloaneanum*, Jacq., da família das Sapotáceas, já que o *Schinus molle*, L., da família das Anacardiáceas, outra espécie americana de que se obtém uma espécie de almécega, se encontra sobretudo na região andina. Colombo mostra-se, além disso, bem informado sobre a comercialização da almécega e sobre os proventos que proporcionava à república da Ligúria: *mas del almáçiga es de entender bien*,

<sup>233</sup> As classificações botânicas que damos foram na sua maioria extraídas de D. J. Mabberley, *The Plant-Book — A portable dictionary of the vascular plants*, 2ª ed., Cambridge University Press, Cambridge, 1997, e verificadas em Agosto de 2019 pelo *Catalogue of Life*, actualizado mensalmente e disponível na internet ([www.catalogueoflife.org](http://www.catalogueoflife.org)). A nossa prezada amiga Maria Cândida Liberato, que até se aposentar foi investigadora do Centro de Botânica da saudosa Junta de Investigações do Ultramar (depois Instituto de Investigação Científica Tropical) fez o grande favor de reler todas as nossas divagações botânicas e lhe fazer sábias observações. Reunimo-las numa nótila com que finaliza o presente livro, onde o leitor curioso as poderá consultar pela ordem alfabética dos nomes científicos das diversas plantas (e animais) citados no texto.

<sup>234</sup> Pedacio Dioscorides Anazarbeo, *A cerca de la Materia Medicinal y de los venenos mortíferos*, traducido de lengua griega en la vulgar Castellana y ilustrada con claras y sustanciales anotaciones y com las figuras de innumerables plantas exquisitas y raras por el Doctor Andrés de Laguna, médico de Iulio Tercero Pont. Max., Valencia, 1677, livº I, cap. lxxii.

porque no la ha, salvo en la dicha isla de Xio, y creo que sacan d'ello bien cincuenta mill ducados [= 175 kg de ouro] si mal no me acuerdo. E noutro passo, citado por Las Casas na sua *Historia* e que por isso nos aparece redigido no discurso indireto: *Hallaran mucha almáçiga sin cuajarse; dize que las aguas lo deven hazer y que en Xio la cogen por Março.*

Embora nenhum documento conhecido refira nominalmente a presença de Colombo em qualquer das duas expedição de 1474-75, é possível que haja navegado para Xio na expedição comercial que zarpu de Savona (onde os Colombos residiam desde c. 1470) a 25 de Maio de 1474, em que participaram diversos empresários de indústrias têxteis, para venderem lá as suas mercadorias, quicá em parte produzidas por Domenico Colombo, pai de Cristóvão; terá provávelmente embarcado na nau *Roxana*, de que era proprietário e capitão Gioffredo Spinola, ou no barinel de seu irmão Nicolò Spinola, mas o seu nome não consta do rol da tripulação nem de uma nem da outra, onde pode contudo ter embarcado como passageiro, mercador, agente comercial ou mesmo barbeiro e não como marinheiro.



**Chios ou Xio**

Gravura das *Civitates Orbis Terrarum* de Georgius Braun, tomo IV, Colónia, 1574

Outra hipótese é ter participado na expedição imediata, que largou de Génova em Setembro seguinte, transportando reforços para a ilha, ameaçada pelos Otomanos<sup>235</sup>. Nesta se integrou um navio de Paolo di Negro, de que Colombo seria mais tarde agente em Lisboa, e outro de Nicolò Spinola, talvez o mesmo a cujo bordo viajaria Colombo no ano imediato, quando adergou naufragar ao largo do Cabo S. Vicente e assim aterrar em Portugal; daí que nos pareça ser mais provável que tenha tomado parte nesta segunda expedição, já como agente destes seus patrões.

É, de facto, provável que o jovem Cristóvão estivesse já em 1474-75 ao serviço daquelas firmas, pois data de 1472 o último documento conhecido que o classifica de *laneiro*: o testamento de Nicolò Monleone, lavrado em Savona a 20.III.1472, em que

<sup>235</sup> Cf. Consuelo Varela, *Cristóbal Colón - De corsario a almirante*, Círculo de Lectores, Barcelona, 2006; Idem, *Cristóbal Colón - Retrato de un hombre*, Alianza Editorial, Madrid, 1992.

*Christoforo de Columbo lanerio de Janua* figura como testemunha <sup>236</sup>. Seja como for, a história que se deixa reconstituir a partir da documentação existente é perfeitamente lógica e coerente.

Inversamente, cabe perguntar: se Cristóvão Colombo não era genovês, que andava ele a fazer em Xio? infringindo o estanco da almécega {24}? E se era, como dizem Mascarenhas Barreto e seus sequazes, um príncipe português ou um nobre de elevada jerarquia, porque se abaixava a andar a bordo de navios pertencentes a burgueses da Ligúria, ocupado em tão modestas funções que lhe não mereceram sequer uma referência nominal na documentação que a nós chegou?

---

<sup>236</sup> Arquivo Notarial Municipal de Savona, *Atos do notário Ludovico Moreno*, fl 921-26; reproduzido in *Colombo*, Génova, 1932, pp. 134-135.

### III

## COLOMBO EM PORTUGAL

#### A aterragem no Algarve

É sabido que D. Hernando Colón<sup>237</sup>, que las Casas<sup>238</sup> reproduz, narra em pormenor as circunstâncias inesperadas em que Colombo chegou a Portugal a nado, salvando-se da batalha naval do Cabo S. Vicente. Fá-lo num capítulo da biografia paterna significativamente intitulado *La venuta dell'Amiraglio in Spagna e como se manifestò in Portogallo, da che ebbe causa lo scoprimento dell'Indie che egli fece*. Não se vê razão para que tenha inventado esta história, que ao fim e ao cabo não era muito honrosa para o pai, já que apenas lhe poderia granjear fama de bom nadador — o que nessa época em que não haviam ainda sido restabelecidos os Jogos Olímpicos, de pouco lhe valeria, tanto mais que se propunha alcançar as Índias de barco e não a nado...

A aterragem fortuita de Colombo em Portugal pareceu a Frei Bartolomeu de las Casas — tão convencido da predestinação do seu herói para descobrir o Novo Mundo quanto da sua própria para defensor dos índios — um misterioso designio da Providência; e o mesmo Cristóvão parece convicto do caráter providencial da sua bizarra aventura ao escrever em carta a Fernando, *o Católico*:

*Dios nuestro Señor milagrosamente me enbió acá por que yo sirviese a Vuestra Alteza; dixé milagrosamente porque fui aportar a Portugal, adonde el rey de allí entendía en el descubrir más que otro<sup>239</sup>; El [= Dios nuestro Señor] le atajó la vista, oído y todos los sentidos, que en catorze años no le pude hazer entender lo que yo dixé {25}.*

Seja como for, é óbvio que D. Hernando, e sobre as suas pègadas Las Casas, misturam duas coisas: por um lado a batalha de 13.VIII.1476 (referida por Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. xciv) em que os navios franceses que tinham ido em socorro de Ceuta, sitiada pelos mouros, comandados por Guillaume Casenove ou *Coulon le Vieux*, travaram batalha com cinco vasos de comércio genoveses; por outro lado a batalha de 21.VIII.1485 (referida por Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, cap. xxi, por Zurita,

<sup>237</sup> *HA*, cap. v.

<sup>238</sup> *H. I.*, I, iv.

<sup>239</sup> Carta de c. 1505, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xcvii, p. 530.

*Anales de la Corona de Aragón*, XX, lxiv, etc.) em que uma frota francesa de sete navios, comandada por Jorge Paleólogo Bissipat, por alcunha *Coulon le Jeune* (ou Colombo o Moço) <sup>240</sup>, que acabara de desembarcar na costa de Inglaterra Henri Tudor, candidato ao trono inglês apoiado pela França, atacou nas mesmas paragens algarvias uma urca flamenga e quatro galês venezianas. É evidente que não foi desta segunda batalha, que se travou quando Cristóvão Colombo passara já uns sete anos em Portugal e estava aparentemente já de partida para Castela, que ele se salvou a nado, mas da primeira. Sabe-se aliás que foi em 1485 e não em 1476 que veio a Portugal o primeiro embaixador veneziano de que há notícia, Jerónimo Donato, a que Colón e Las Casas erroneamente aludem neste passo, colocando portanto a sua vinda em 1476 <sup>241</sup>. A mera análise interna da *Vida do Almirante* torna evidente um anacronismo de que D. Hernando se não parece ter apercebido: depois de, no capítulo V, louvando-se em Marc' Antonio Sabèllico, datar o combate *de vicino al tempo nel quale Massimiliano, figliuolo di Federico terzo imperatore fu eletto re dei Romani* (o que teve lugar a 16.II.1486 e é portanto *grosso modo* contemporâneo da segunda batalha), afirma no capítulo XII que seu pai *nel fine dell'ano 1483, col suo figliolino don Diego, si partì segretamente di Portogallo*; teria, por conseguinte, deixado Portugal antes de aí ter chegado...

Não se sabe ao certo porque davam tanto a Guillaume Casenove <sup>242</sup>, vice-almirante da Normandia, como a três parentes seus o cognome de *Coulon*; quiçá por terem, por via feminina, parentesco com algum dos Coulons ou Coulombs que aparecem na Normandia e na Gasconha a partir de 1152. Só em face de uma genealogia detalhada seria possível determiná-lo, uma vez que na Europa, fora da Península Ibérica, a sucessão é rigorosamente patrilinear e jàmais se usam apelidos do costado materno. Os Coulons, que parecem ter-ser espalhado a partir de Bordéus, pertenciam ao estamento da nobreza e estavam em boa parte ligados ao mar, embora alguns, como os senhores de Hauteville, fossem castelãos de terras. Que Casenove, temível corsário, tivesse por alcunha *Coulon*, “pomba”, só por sarcasmo; não seria impossível, mas nesse caso caberia perguntar porque davam o mesmo epíteto aos seus três parentes, que nada tinham a ver com o corso. Quanto ao epíteto *le Vieux*, é evidente que se destina a distingui-lo de Jorge Bissipat, dito, também por alcunha, *Coulon le Jeune*. Quanto a este, nem D. Hernando Colón, nem las Casas nem os *cupistas* da nossa praça compreenderam que *Coulon le Jeune* não é nome mas alcunha, o que não permite

<sup>240</sup> vide Harisse, *op. cit.*, & Salvagnini, *op. cit.*, cap. III, pp. 49 & sqq.

<sup>241</sup> cf. Conde de Tovar, *Portugal e Veneza na Idade Média (até 1495)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1933.

<sup>242</sup> Sobre esta personagem, vide Henri Harisse, *op. cit.*, & Salvagnini, *op. cit.*, cap. II, pp. 35 & sqq.

estabelecer a partir dele quaisquer nexos genealógicos. Seria como deduzir do apelido do meu prezado colega e amigo José Luís Gordo Porfírio, antigo diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, que descendia de D. Afonso II, *o Gordo*...

O verdadeiro nome da criatura era Jorge Paleólogo Dissipat (ou de Bissipat ou ainda Bicipat como escreve Commynes), em que Dissipat ou Bissipat transcreve aproximadamente o grego δισπάτος, “duas vezes cônsul”, título usado no Império Bizantino entre o século VIII e o XI, que em seguida se tornou nome de família. Chamavam-lhe em Veneza *Colombo Zovane archipirata* talvez por ter sido nos primeiros anos da sua carreira em França companheiro de Guillaume de Casenove ou *Coulon le Vieux* (†1483), como o dão a entender alguns documentos venezianos<sup>243</sup>, talvez por parecer a sua reedição — e tão famoso corsário que, segundo Hernando Colón, se metia até com seu nome medo às criancinhas que não queriam comer a papa. É desse cognome que provém a confusão, que alguns fizeram já na época, supondo-o por exemplo Sabêllico sobrinho, e Zurita filho, de *Coulon le Vieux*. Na realidade é, *mutatis mutandis*, o mesmo que chamar, como por exemplo faz D. Hernando, “um novo Tito Lívio” ao cronista véneto Marc'Antonio Sabêllico. Não se pode daí concluir que tanto este como qualquer um de sobrenome Sabêllico sejam na realidade aparentados a Tito Lívio Patavino!

Surge-nos assim a suspeita de que não seja por mera ignorância das regras da metodologia histórica, mas por má fé, que tantos historiadores desportivos, inventivos e agressivos, insistam no parentesco entre Colombo e Bissipat — que é uma invenção de D. Hernando, facilmente explicável pela sua mania nobiliárquica, mas que não resiste à mais elementar das críticas — ou, pior ainda, como faz Albardaner troquem sub-repticiamente Colombo *o Moço*, citado nas fontes que utilizam, por Colombo *o Velho*, para justificarem as suas invenções. Fazem assim dogma de uma frase isolada do filho e biógrafo do descobridor, cujo testemunho rejeitam *a priori*, sem o mínimo argumento contra, quando este, como faz linhas abaixo, direta ou indiretamente afirma que seu pai era cidadão da república genovesa.

Colombo vinha certamente a bordo da armada que o governo de Génova decidira organizar a 24 de Maio de 1476 e se começara a formar a 30 do mesmo mês em Noli, de onde zarrou a 31 de Maio. Integravam-na alguns dos navios que no ano anterior eram vindos de Quios: a galeaça de Gioffredo Spinola, aparelhada a quatro mastros, com 18 bombardas e 6 espingardas, uma chusma de 100 homens e 35 passageiros; um barinel de Nicolò Spinola; uma galeaça de Teramo Squarciafico, com 150 homens; a galeaça *Bettinella* de Gian Antonio di Negro, com uma equipagem de 103 homens; e,

---

<sup>243</sup> Vide Salvagnini, *op. cit.*, doc. xlv, xlvi & lxxi.

finalmente, a nau flamenga *Bechalla*, comandada por um italiano, Cristoforo Salvaso, mas sob pavilhão da Borgonha, em guerra com a França — o que deve ter constituído o pretexto para o brutal ataque. Esta nau transportava numerosos mercadores de Savona, onde residia o pai de Cristóvão, com bens no valor de 150.000 ducados, o equivalente a 525 quilos de ouro.

Sobre a batalha naval que se seguiu jamais me debruçara; mas forneceram-me as observações que me fez o meu interlocutor um bom pretexto para o fazer. Examinei por isso as fontes que cita (com que se não deve misturar Charles de la Roncière, 1870-1941, que é um historiador moderno, embora seja conveniente verificar as fontes primárias sobre que se baseou) e outras que não cita; mas de tal operação nada de novo resultou, ou seja, nada achei que contradiga o testemunho de D. Hernando Colón e de Bartolomeu de las Casas sobre o salvamento de Colombo a nado, nem qualquer nova razão para o pôr em dúvida, embora contenham o erro histórico que acabo de referir. Uma vez que conhecia já os testemunhos mencionados pelo Eng<sup>o</sup>, verifiquei o de Rui de Pina, li atentamente o de Alonso de Palencia, a quem se deve o mais detalhado relato do combate <sup>244</sup>, mas que para o nosso propósito nada adianta, procurei mas sem sucesso novos elementos em Garcia de Resende, Comynnes (que apenas refere que Luís XI encarregou Jorge Bissipat, alcunhado de *Coulon le Jeune*, de escoltar D. Afonso V no seu regresso a Portugal) <sup>245</sup>, D. Jerónimo de Mascarenhas <sup>246</sup> (que apenas refere o cerco de Ceuta), Damião de Góis <sup>247</sup>, Jerónimo Zurita <sup>248</sup>, Hernando del Pulgar, Diego de Valera <sup>249</sup>, Andrés Bernáldez <sup>250</sup> e Duarte Nunes de Leão <sup>251</sup> (que

---

<sup>244</sup> Alonso de Palencia, *Crónica de Enrique IV*, livro XXVII, cap. iv (Biblioteca de Autores Españoles, tomo CCLVIII), Atlas, Madrid, 1975.

<sup>245</sup> *Mémoires de Sire Philippe de Comynnes*, V, viii: vide Albert Pauphilet (ed.), *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age*, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, Paris, 1952, p. 1184.

<sup>246</sup> Afonso Dornelas (ed.), *Historia de la Ciudad de Ceuta por D. Jerónimo de Mascarenhas: sus sucesos militares y políticos - Memorias de sus Santos y Prelados y elogio de sus capitanes generales*, Academia das Ciencias de Lisboa, Lisboa, 1918.

<sup>247</sup> Graça Almeida Rodrigues, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, edição crítica e comentada, Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, Lisboa, 1977, cap. lxxxix, pp. 183-184.

<sup>248</sup> Jerónimo Zurita, *Anales de la Corona de Aragón*, edición preparada por Ángel Canellas López, vol. 8, Institución “Fernando el Católico” (C. S. I. C.), Zaragoza, 1977, XIX, I, li & lv, pp. 208 & sqq.

<sup>249</sup> *Crónica de los Reyes Católicos*, cap. xxi; carta do mesmo autor a D. Fernando, rei de Aragão, Porto de Santa Maria, 17.VIII.1476, transcritos por Luisa d'Arienzo, *La Presenza degli Italiani...*, pp. 313-319.

<sup>250</sup> Ambos pub. por Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde Don Alfonso el Sabio hasta los Católicos D. Fernando y D. Isabel*, vol. III (Biblioteca de Autores Españoles, tomo LXX), Atlas, Madrid, 1953.

<sup>251</sup> *Crónica e Vida del Rey D. Afonso o V*, cap. lix: vide . Lopes de Almeida (ed.), *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo Licenciado Duarte Nunes de Leão*, Lello & Irmão, Ed., Porto, 1975, pp. 977-979.

não referem o incidente, mas tão somente a viagem de D. Afonso V a França <sup>252</sup>), e uma série de testemunhos avulsos, de que o mais importante é o relatório oficial enviado pelo Conselho dos Anciãos e por Gian Francesco Palavino, vice-governador de Génova, a Galeazzo Maria Sforza, duque de Milão, de quem Génova ao tempo dependia, datado de 20.IX.1476 <sup>253</sup>. Nem um único dos quinze relatos da batalha naval de 13.VIII.1476 que compulsei alude de perto ou de longe nem à presença de Jorge Bissipat nem à de Cristóvão Colombo a bordo da armada francesa.

Até que novos elementos me apareçam, a minha conclusão continua, portanto, a ser precisamente a mesma: tudo “isso pouco significa pró ou contra a identificação proposta”. Pelo contrário, há até no relato de D. Hernando, que ora reli mais atentamente, uma frase descuidada que a confirma bastamente: do Algarve dirigiu-se o futuro almirante a Lisboa, onde sabia residirem muitos concidadões seus genoveses, e *essendo conosciuto da loro, gli fu fatta tanta cortesia e sì buona accoglienza che mise casa in quella città*, “sendo deles conhecido, lhe foi feita tanta cortesia e tão bom acolhimento, que pôs casa naquela cidade” — o que não teria seguramente acontecido se acabasse de participar num ataque a cinco pacíficos vasos de comércio genoveses, metendo ao fundo três, causando a morte a 350 homens e um prejuízo avaliado em 100.000 ducados, o que corresponde a 345 kg de ouro!

Creio que Hernando Colón pura e simplesmente se equivocou; apesar da sua mania das grandezas, não tem por hábito mentir, mas tão somente calar o que lhe não convém e insinuar obliquamente, geralmente através de um *dicono alcuni* ou expressão equivalente, o que lhe interessa veicular. Não creio que tenha retocado a história a seu talante para introduzir, como é seu costume, uma achega mais ao encómio de seu pai, neste caso o seu parentesco com Jorge Bissipat e, por seu intermédio, com os imperadores bizantinos; deve simplesmente, ter aproveitado a deixa para timidamente insinuar que o corsário era *un uomo segnalato del suo nome e famiglia*. Aliás, imaginando que a batalha se travou entre franceses e venezianos, não podia logicamente dar o seu progenitor como embarcado num vaso genovês, já que na sua história não há genoveses em cena.

Na batalha de 1476 os franceses, aliados dos portugueses na guerra da sucessão de Castela, que não queriam ver unida a Aragão — guerra que culminaria na batalha de

---

<sup>252</sup> A documentação concernente à aliança de D. Afonso V com Luís XI e à visita que lhe fez acha-se sumariada in Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, tomo III, J. P. Aillaud, Paris, 1843, pp. 112 & sq.

<sup>253</sup> Pub. por Salvagnini, *op. cit.*, doc. liii, p. 85.

Toro (1.III.1476) — não eram capitaneados por Jorge Bissipat, mas por Guillaume de Casenove; e os adversários não eram venezianos mas genoveses.

É certamente a bordo desta frota, que como vimos incluía três vasos que haviam integrado a expedição a Xio em que participou Colombo, que este navegava. É impossível discernir se é propositadamente, para insistir no parentesco e amizade entre seu pai e Jorge Bissipat, se por mero equívoco que D. Hernando o diz embarcado ao lado deste na armada corsária francesa: *dico che mentre in compagnia del detto Colombo Giovane l'Ammiraglio navigava, il che fece lungamente...*, induzindo Frei Bartolomeu ao mesmo erro. Com efeito, nem é provável que Jorge Bissipat tenha tomado parte na aventura de 1476, nem podia Cristóvão Colombo, recém-chegado de Xio, ter tido tempo para com ele ter entretanto “navegado longamente”; nem o próprio Bissipat deve ter começado a navegar muito antes dessa data, pois vimos já que é em 1475 que, pela primeira vez, é designado em documentos oficiais por *capitaine de la nef du Roy*. Sobretudo, jamais poderia Colombo ter recebido em Lisboa o bom acolhimento da colónia genovesa que seu filho diz ter tido, se de qualquer modo fosse conivente nas malfeitorias da armada francesa! Teria talvez fugido a nado, não, porém, para Portugal, mas em sentido oposto, para Marrocos...

Dir-se-ia, aliás, que o biógrafo do descobridor mudou de cabo a meio da rota, pois começa o capítulo por dar a entender que a vinda de seu pai a Portugal ocorreu por acidente, em consequência de um inesperado ataque corsário ao navio em que viajava: “quanto ao princípio e causa da vinda do Almirante a Espanha e de se ter dado às cousas do mar, foi delo ocasião um homem assinalado, de seu nome e família chamado Colombo, muito renomado pelos mares devido à armada que comandava contra os infiéis (...); a qual pessoa e armada é de crer que fosse muito grande, pois certa vez apresou quatro galés grossas venezianas...”. E, deixando de lado o pai, sem explicar como foi o seu suposto parente “princípio e causa” da sua vinda a Portugal, entra incontinentemente na descrição da segunda batalha do Cabo S. Vicente, sem explicar nem como nem desde quando nem porquê este se achava a bordo. É só duas páginas mais adiante que o faz cair do céu a bordo da armada de Bissipat que, como adiantamos já, é muito duvidoso ter participado naquela batalha, mas tão somente na que nas mesmas paragens ocorreu volvidos exatamete nove anos. Embora haja indícios de que em meados de 1476 o corsário grego andaria talvez em companhia de Guillaume Casenove<sup>254</sup>, parece que em seguida se separaram, pois há documentos que atestam

<sup>254</sup> Trata-se de alertas contra os possíveis malefícios da frota corsária de “Colombo e Jorge o Grego” datados de Veneza, 1/VIII/1476, Salvagnini, *op. cit.*, doc. xlv & xlv, *cf.* doc. lxii. *Cf.* o documento E-78 dos Archives des Basses-Pyrénées a que alude Charles de la Roncière, *Histoire de la Marine Française*, vol. II, “La Guerre de Cent Ans - Révolution Maritime”, Plon, Paris, 1900, p. 370, nota 2.

que este estacionou durante alguns meses na zona de Lisboa sem porém falar de Jorge o Grego, que um pouco mais tarde vamos encontrar em França, onde em Outubro de 1477 Luís XI o encarrega de escoltar D. Afonso V na tornada a Portugal.

Mas se o futuro descobridor não chegou a Portugal nesta batalha e se vinha já a bordo da armada francesa, como pretende o nosso bastonário, porque deixou ele, em codicilos apensos ao seu último testamento, exarado na antevéspera da sua morte, legados a favor de dois genoveses da frota de 1476 que provavelmente o ajudaram a salvar-se ou a instalar-se em Lisboa, Paolo di Negro, irmão de Gian Antonio di Negro, comandante da galeaça *Bettinella*, e Battista Spinola, filho de Nicolò Spinola, comandante de um barinel da mesma frota? {26}. E por que motivo não há nenhum documento de arquivo que ateste a sua presença na frota luso-francesa, onde como dá a entender o nosso bom engenheiro, deveria ter uma posição cimeira, dada a sua alta jerarquia? Afirma o meu interlocutor que o nome de Colombo não consta da lista de passageiros da armada genovesa; gostaria de saber, pois ignoro-o inteiramente, onde está publicada. Salvagnini, que publicou 122 documentos dos arquivos de Génova, Milão, Veneza, Florença, Lucca e Bréscia sobre o assunto, nem as inclui no seu livro nem de qualquer forma lhes alude; como está fora de questão que o ilustre bastonário da *Desordem dos Engenheiros* as tenha simplesmente inventado, admito que tenham sido achadas posteriormente, e gostaria então de saber onde foram editadas; se permanecem inéditas, pediria a fineza de me informar do arquivo em que se encontram manuscritas, para as poder consultar, pois esse detalhe parece-me de importância.

Não será ocioso discutir aqui, ainda que brevemente, a autenticidade dos codicilos ao testamento colombino a que aludimos acima, pois recorda-me ter um dos luminares da *Desordem* alegado que eram espúrios, atribuindo a D. Baltasar ou Baldassare Colombo a sua falsificação. Este Baldassare Colombo era um nobre de Cuccaro, no Piemonte, que em 1583, na seqüência da morte de D. Diego Colón y Pravia, 4º Almirante das Índias, bisneto e último descendente por varonia do descobridor do Novo Mundo, reivindicou para si o morgadio que este instituíra, com base numa alegada identidade entre um antepassado seu denominado Domenico Colombo e o pai do Almirante — impossível, uma vez que, como os tribunais vieram a reconhecer, o primeiro faleceu em 1456 e o segundo era ainda vivo em 1494<sup>255</sup>. Se fosse verdade, seria primo em quarto grau do terceiro almirante, e portanto parente mais próximo do que, por exemplo, os descendentes de Antonio Colombo, como Juan Antonio de quem falaremos mais abaixo, que era primo direito do Almirante Velho, ao passo que o avô

---

<sup>255</sup> Cf. Vignaud, *Études critiques...*, pp. 55-59.

ou bisavô de D. Baltasar seria seu irmão. Seja como for nem Baldassare Colombo nem nenhum outro dos candidatos à herança do descobridor da América tinham o mínimo interesse em inventar legados a favor de terceiros, a descontar no seu quinhão! Só no quadro de uma História concebida como uma engenhoca, de que está ausente o ser inteligente e livre chamado Homem, se pode avançar argumento de tal calibre!

O teor do codicilo é como segue:

*Relación de ciertas personas a quien yo quiero que se den de mis bienes, sin que se le quite cosa alguna d'ello. Hásele de dar en tal forma que no se sepa quién se las manda dar.*

*Primeramento a los herederos de Gerónimo del Puerto, padre de Venito del Puerto, chanceller de Génova, veinte ducados o su valor [= 70 g de ouro].*

*A Antonio Vazo, mercader ginovés que solía venir en Lisboa, dos mil e quinientos reales de Portugal, que son siete ducados poco más, a razón de trescientos e setenta y cinco reales el ducado [= 24,6 g de ouro].*

*A un judío que morava a la puerta de la judería en Lisboa, o a quien mandare un sacerdote, el valor de medio marco [115 g] de prata.*

*A los herederos de Luís Centurión Escoto, mercader ginovés, treinta mil reales de Portugal, de los culaes vale un ducado trescientos ochenta y cinco reales, que son setenta y cinco ducados poco más o menos [= 262,5 g de ouro].*

*A esos mismos herederos y a los herederos de Paulo Negro, ginovés, cien ducados o su valor; han de ser la mitad a los unos herederos y la otra a los otros [= 350 g de ouro].*

*A Baptista Espínola o a sus herederos, si él es muerto, veinte ducados [= 70 g de ouro]. Este Baptista Espínola es yerno del sobredicho Luís Centurión. Era hijo de Miçer Nicolao Espínola de Locollide Ronco, y por señas él fue estante en Lisboa el año de mil cuatrocientos ochenta y dos. La cual dicha memoria a descargo sobredicho, yo el escrivano doy fe que estaba escrita de la letra propia del dicho testamento del dicho don Cristóbal, en fe de lo cual lo firmé de mi nombre. Pedro de Azcoitia*

É verdade que os legados não foram transcritos na cópia autenticada pelo Dr. Antonio Conejo em Aranda, a 22.IX.1517, feita a pedido do segundo almirante, D. Diego Colón, que apenas contém as cláusulas em favor deste <sup>256</sup>; mas constam de uma outra cópia, notarialmente certificada, que se conserva em Sevilha <sup>257</sup>, onde foram acrescentadas em 1524 ao testamento de 19.V.1506, lavrado pelo notário Pedro de Hinojedo, por Pedro de Azcoitia, seu sucessor no cartório, que deu sua fê de que o copiara de um autógrafo do Almirante. Argumentou-me não me recorda já qual dos luminares da *Desordem*, que de tudo lançam mão para confirmar seus desvarios, que Pedro de Azcoitia jamais existiu. A verdade é que no arquivo da Casa de Verágua há documentos por ele autenticados; e o *Memorial ajustado hecho de orden del real y Supremo Consejo de Indias...* (organizado para uso dos advogados num dos sucessivos

<sup>256</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Diversos de Castilla*, maço 37; pub. por Luisa d'Arienzo, *La presenza degli Italiani in Portogallo al Tempo di Colombo*, Nuova Raccolta Colombiana, Roma (2003), p. 336-337.

<sup>257</sup> Archivo General de Indias, 295, 61.

pleitos sucessórios do Ducado se Verágua e impresso em Madrid em 1788)<sup>258</sup>, que compendia os autos e sentenças precedentes, contém uma inquirição de testemunhas por que se prova que *los registros de Pedro de Hinojedo, Escribano de Provincia de Valladolid (...) quedaron en poder de Pedro de Azcoytia, que tambien fue Escribano de Provincia en dicha Villa*<sup>259</sup>. Inventar é fácil, quando é muito forte a esperança de que ninguém se dê ao trabalho de conferir a invenção...

Os legados constam igualmente da cópia autenticada existente no arquivo dos Duques de Verágua, publicada por Navarrete<sup>260</sup>. Seja como for, D. Diego Colón sentiu-se moralmente obrigado a satisfazer os legados estabelecidos por seu progenitor; e como o não fizera ainda, em seu primeiro testamento<sup>261</sup>, lavrado no mosteiro cartuxo de Las Cuevas, em Sevilha, a 16.III.1509, encomendou genericamente a seus herdeiros que o fizessem {27}. E, como catorze anos depois continuava vivo mas se não lembrara ainda de pagar a maioria deles, num segundo testamento feito em Santo Domingo a 8.IX.1523, volta a encomendar a seus herdeiros que satisfaçam os legados, explicitando {28}:

*Primeramente a los herederos de Geronimo del Puerto, padres de Benito del Puerto, chanciller de Génova, veinte ducados ó su valor:*

*A Antonio Tobaço [=Antoniotto Vazo], mercader ginovés que solía vivir en Lisboa, dos mill y quinientos reales de Portugal...*

*A los herederos de Luís Centurión e Secondo [= Scotto] mercador ginovés, treynta mill reales de Portugal...*

*A esos mesmos herederos é a los herederos de Paulo de Negrón, ginovés, cinco ducados ó su valor:*

*A Batista Espindola, o a sus herederos si el es muerto, veinte ducados. Este Batista Espindola es yerno del sobredicho Luís Centurión, hera hijo de Miçer Nicolas Espindola de lo Poli [= de Locoli] de Ronco é por señas el fué estante en Lisboa el año de mill é quatro cientos é ochenta é dos.*

Torna-se evidente que se trata em todos os casos de pequenas dívidas de Cristóvão Colombo para com a família dos seus antigos patrões, que D. Diego quis saldar por uma questão de consciência. Seguem-se legados a favor de três outros genoveses que derivam de dívidas contraídas pelo próprio D. Diego e por isso deixamos de lado. De qualquer modo: restarão a qualquer pessoa de boa fê dúvidas de que Colombo trabalhou para as casas Centurione, Spinola e Di Negro?

<sup>258</sup> fl 60 & sqq.

<sup>259</sup> *Ibidem*, fl 70 & sqq.

<sup>260</sup> *op. cit.*, doc. clviii, pp. 489-491.

<sup>261</sup> Pub. por H. Harisse, *op. cit.*, vol. II, apêndice B, doc. I, pp. 455-463.

Diga-se entre parêntesis que é pasmosa a leviandade com que *cubistas et hoc genus omne* negam a autenticidade dos documentos que se opõem às suas loucas teses: não afirmou no Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua época” uma tal Janina Z. Klawe<sup>262</sup>, louvando-se em Antonio Rumeu de Armas, que a história do salvamento a nado do futuro descobridor da América era inteiramente inverosímil e teria sido acrescentada à *História do Almirante* pelo seu tradutor italiano em 1571? mas então, como narra Las Casas, que escreveu entre 1547 e 1559 e faleceu em Julho de 1566, com base na versão original da biografia escrita por D. Hernando, a mesmíssima história? E por que motivo se diz o próprio Colombo *milagrosamente* salvo e trazido a Espanha?

De qualquer modo, voltando ao testamento do descobridor, há que notar que as duas mais antigas cópias que até nós chegaram são em papel e letra de começos do século XVI, quando nem D. Baltasar nem sequer talvez seu pai eram nascidos. De qualquer modo, o documento foi incluído no memorial dos *Pleitos Colombinos* de 1508-1536, antes do nascimento de Baldassare Colombo, pelo que, ainda que interpoção houvesse, jamais poderia ter sido ele o seu autor.

Cristóvão Colombo viera para Portugal em 1476, nas circunstâncias fortuitas que há pouco vimos. Só não resulta claro se se fixou em Lisboa por seu irmão Bartolomeu aí residir já ao tempo, exercendo o mester de cartógrafo. Assim o afirmam tanto Bartolomeu Senàrega, como Agostino Giustiniani {29}, aparentemente na trilha de Antonio Gallo, notário em Génova entre *c.* 1491 e 1510 e chanceler do *Ufficio di San Giorgio*, a quem, além de três comentários sobre história genovesa, se deve um *Comentariolus*<sup>263</sup> datado de 1506 sobre a descoberta da América {30}. Muito sucinto, omite por exemplo os oferecimentos de Colombo a D. João II e quase nada nos diz que por outras fontes não sabemos; mas reveste o interesse de ser um testemunho precoce, muito próximo ainda dos factos que relata. Ora Gallo, depois de explicar que Bartolomeu residia em Lisboa onde, em busca de informações, freqüentava os navegadores que cada ano retornavam das viagens de descobrimento, dá a entender que foi ele quem iniciou Cristóvão nas coisas da arte náutica, no que coincide com Giustiniani. Fernando Colombo enumera essa história entre as falsidades que reproba ao último<sup>264</sup>, afirmando que foi, bem ao contrário, Cristóvão quem iniciou nas artes náuticas o

<sup>262</sup> “Bartolomeu Dias e a Viagem de Cristóvão Colón”, in *Congresso Internacional...*, vol. II, pp. 259-268.

<sup>263</sup> A cópia mais antiga que se conhece é a dos Archivi di Stato in Genova, *cod. cart. sec. XVII, n° 259*, pub. por Ludovico Antonio Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, tomo XXIII, Milão, 1733, de novo por Orazio Follia em Génova, 1853, e incluso na *RC*, p. III, vol. ii, pp. 188 & sqq.

<sup>264</sup> *HA*, cap. II.

irmão mais novo; Las Casas <sup>265</sup>, que conheceu a ambos e reputava Bartolomeu mais dotado que Cristóvão, comenta, conciliador: *y presumo que en algunas cosas destas le excedía, puesto que por ventura las hobiese del aprendido*. Seja como for, isso não implica necessariamente que Bartolomeu não tivesse precedido Cristóvão em Portugal, conquanto se não conheçam documentos que comprovem a sua presença aí nesse período. Como seria de esperar, D. Hernando vira a história do avesso, para que seja seu pai a ficar na mó de cima: Cristóvão estava já em Lisboa e Bartolomeu veio juntar-se-lhe para aprender com ele cartografia... Seja como for, tudo leva a crer que Bartolomeu já não estivesse em Savona com a família em 1473, pois não assina com os pais e os irmãos o ato notarial de 7 de Agosto desse ano que acima mencionamos. Recentemente foi encontrado nos arquivos notariais de Valência um contrato de 23.VIII.1479 pelo qual um tal “Bartolomeo Colom”, genovês, é recebido como aprendiz de Antonio di Piero, mestre tecelão de seda florentino residente em Valência, por cinco anos, para aprender a arte de confecionar damascos; como *colom*, “pombo” é a forma catalã correspondente ao italiano *colombo*, com o mesmo significado, é bem possível que se trate do irmão do nosso Cristóvão; mas isso não impediria que antes ou depois de ir residir em Valência tenha morado em Lisboa. *A priori*, o percurso mais lógico seria dedicar-se primeiro ao mister tradicional da família em Valência e reconverter-se em seguida à cartografia em Lisboa, onde a sua presença apenas está atestada c. 1485, quando Cristóvão o enviou a Inglaterra, a oferecer a Henrique VII o seu projeto de descobrimento.

*Omnibus computatis*, parece-nos que o mais provável é que Cristóvão se tenha fixado em Lisboa a convite dos seus patrões, como seu agente estante na capital portuguesa.

---

<sup>265</sup> I, xxix.

## Entre Lisboa e a Madeira

É, de facto, de presumir que, chegado a Lisboa, Colombo tenha prontamente achado emprego na representação das casas comerciais para que trabalhava haveria já quatro anos, pois poucos meses volvidos foi encarregado de prosseguir até às Ilhas Britânicas a expedição desastrosamente interrompida no Cabo S. Vicente. De facto, a 12 de Dezembro desse mesmo ano de 1476, foi decidido em Génova organizar nova expedição a Inglaterra, onde se dirigia a malograda, com instruções para reembarcar em Lisboa os sobreviventes da primeira.

Como no caso da viagem a Xio, é o próprio Colombo que, em escritos seus, testemunha da sua participação na expedição: no rol das suas proezas marítimas de que consta também a história da *galeaça* Fernandina, num escólio apostado à margem do exemplar da *Historia Rerum...* de Eneias Sívio, e em fugazes alusões nos seus diários. Reza assim o primeiro escrito:

*Yo navegué el año de quatrocientos y setenta y siete, en el mês de Hebrero, ultra Tile isla cient leguas, cuya parte austral dista del equinoçial setenta y tres grados, y no sesenta y tres, como algunos dicen, y no está dentro de la línea que incluye el Occidente, como dize Ptolomeo, sino mucho más occidental. Y a esta isla, que es tan grande como Inglaterra, van los ingleses con mercadería, espeçialmente los de Bristol; y al tiempo que yo a ella fue no estaba congelado el mar, aunque avía grandísimas mareas, tanto que em algunas partes dos vezes al día subía veinte y cinco braças y desçendía otras tantas en altura.*

*Tile, Thule* ou *Ultima Thule* era para os Antigos a mais remota das regiões habitadas, onde no solstício do verão se veria o Sol à meia-noite, o que significa que se situaria sob o Circulo Polar Ártico, a 66° 30'. Na *Geographia* de Ptolomeu corresponde aproximadamente às ilhas Shetland a NE da Escócia, que na realidade ficam a c. 60° N e praticamente à longitude de Greenwich, de Çaragoça e de Ourão, no norte de África; mas na Idade Média era geralmente identificada com a Islândia. Só neste caso se situaria parcialmente a oeste do meridiano do Ferro, nas Canárias, a 18° W de Greenwich, considerado o limite ocidental da οικουμένη ou Terra Habitada, que na realidade corta a Islândia praticamente ao meio. No entanto, a costa meridional islandesa situa-se a c. 63° N, *como algunos dicen* e com toda a razão, e não a 73° como Colombo quer dar a crer. Uma vez que para lá da Islândia não havia praticamente terra alguma povoada com que se pudesse traficar, não se compreende por que razão andaria uma expedição comercial e não de exploração geográfica a fazer cem léguas mais além, em pleno inverno, a não ser que tivesse sido arrastada por ventos tempestuosos, o que em tal época do ano é assaz possível.

É verdade que a 73° N e a c. 100 léguas para lá da Islândia se situa um ponto da costa da Gronelândia (que em longitude se estende entre 20° e 70° W de Greenwich e

jaz portanto fora dos limites que os Antigos atribuíam à Terra Habitada, que terminaria a 18° W); não se vê, porém, razão para que o objetivo de uma viagem de comércio fosse a Gronelândia, ao tempo apenas povoada de esquimós. Deixando de lado estes, a ilha fora talvez no século VIII descoberta pelos *Vikings* ou normandos da Islândia e explorada de novo pelo norueguês Gunnjörm Ulfsson no século X; foi graças às informações fornecidas por este que Erik, dito *o Ruivo* ou *o Vermelho*, pôde empreender em 982 uma expedição, à ilha, a que para atrair colonos chamou “terra verde”<sup>266</sup> (*Grænland* em islandês, *Grønland* em dinamarquês), fundando nela dois povoados. No século XIII a ilha contava 16 igrejas e dois mosteiros, tendo sido constituída em bispado em 1124. No entanto, devido possivelmente à alteração das condições climáticas, a cujos efeitos se somaram ataques de esquimós em 1379 e de piratas ingleses em 1418, as colônias normandas que aí subsistiam haviam em dias de Colombo sido totalmente abandonadas. A despeito da possível viagem que aí terá feito em 1476 o piloto João Skolp (ou, à latina, Scolvus), a que aludimos já, o repovoamento da ilha, desta vez por dinamarqueses, só se iniciou em 1721. Parece pouco provável que, repetimos, a não ser que aí tenha sido arrojada pelos ventos, uma expedição de comércio fosse arriscar a sua mercadoria numa aventura incerta, só para seguir os passos de Scolvus no ano anterior.

O que Colombo diz das enormes marés que na zona se registavam corresponde ao natural espanto de um homem do Mediterrâneo, onde a sua amplitude se escalona entre os 20 e os 50 cm, consoante os lugares — e coaduna-se assim inteiramente com a origem genovesa do futuro achador do Novo Mundo {31}. A amplidão que lhes atribui — 50 braças, ou seja, c. 90 m — nem por isso deixa de constituir, como muitas outras cifras aventadas por Colombo, uma descomunal hipérbole, já que à face do planeta que habitamos os máximos observados são da ordem dos 16,3 m!

Notemos, entre parêntesis, que embora ao tempo se não conhecessem ainda a leis da gravitação universal de Newton, se tinha já, pela observação do sincronismo entre a preia-mar e a passagem da Lua pelo meridiano do lugar, a noção de que era a atração do nosso satélite que provocava as marés. Embora confesse não compreender o desfazamento, variável de lugar para lugar, entre a culminação da Lua e a preia-mar (o chamado *estabelecimento de porto*), Fra Mauro — tal como já muito antes dele o Venerável Beda († 736) — explica o fenómeno avançando que se dá *perche la luna ha in sí virtù attractiva de ogni humiditâ*<sup>267</sup>.

<sup>266</sup> *Saga de Erik o Ruivo*, cap. ii: vide Régis Boyer (ed.), *Sagas Islandaises*, Bibliothèque de la Pléiade, Paris, 1987, pp. 332-334; *Saga dos Gronelandeses*, cap. i, *ibidem*, p. 357.

<sup>267</sup> Legenda do canto superior esquerdo do seu mapa, *ed. cit.*, p. 724.

Embora, como todo o bom mareante, soubesse prever as horas das marés, Colombo não dá mostras de se ter alguma vez preocupado com a explicação do fenómeno. De qualquer modo, os exageros e inexatidões que se notam no relato da sua viagem à Islândia indiciam um autodidata gabarola, sem que contudo bastem para que se revoque em dúvida a sua participação na expedição em causa. É certamente à mesma viagem que alude o escólio que mencionámos há pouco: *Homines de Catayo uersus oriens uenierunt. Nos uidimus multa notabilia et specialiter in Galei Ibernice, uirum et uxorem in duobus lignis arreptis ex mirabili forma*, “Homens do Cataio vieram em direção a oriente. Muitas cousas notáveis vimos, especialmente em Galway, na Irlanda, um homem e a sua esposa de espantosa maneira arrastados em dois madeiros”. Tratar-se-ia provavelmente de esquimós, cujo tipo mongólico se assemelha de facto ao da gente do Cataio, arrastados por alguma tempestade. Esta observação é importante pois mostra como se foi pouco a pouco formando na mente de Colombo o seu plano.

Após esta expedição ao Mar do Norte Colombo deve ter regressado a Lisboa e aí permanecido, ao serviço dos mesmos amos, durante mais de um ano, pois só em Julho de 1478 voltamos a topar com ele na Madeira, encarregado de adquirir para Paolo di Negro um carregamento de açúcar no valor de 1.290 ducados, ou seja, o equivalente a 4.515 g de ouro. Esse carregamento, que deveria ser embarcado na nau de um capitão português chamado Fernando Palenço, não chegou ao destino, ao que parece por não ter sido integralmente pago; foi por isso que Lodisio Centurione abriu junto do Venerando Ofício da Mercancia de Génova um processo, em que Colombo foi chamado a depor {32}. Visitou assim pela derradeira vez a cidade natal, de onde deve ter partido de volta a Lisboa a 26 de Agosto de 1479. Foi na véspera da data prevista para a largada que, para não perder o embarque, foi inquirido, juntamente com Paolo di Negro e seu irmão Cazano, deixando-se ao que parece para mais tarde a audição de outras testemunhas mais. Tudo isto consta de um público instrumento conhecido como “documento Assereto” por ter sido encontrado em 1904 nos arquivos de um cartório notarial de Génova pelo general Ugo Assereto. Colombo diz-se aí “cidadão de Génova, de cerca de 27 de idade” — o que se coaduna perfeitamente com o que por outras fontes sabemos.

Há de ser por isso e por permitir estabelecer a continuidade entre o pretérito tecelão de Génova e o futuro Almirante do Mar Oceano que todos os *cubistas* e quejandos em Portugal e seus congéneres na Catalunha se encarniçam contra o pobre documento acusando-o de falsidade. Para uns seria pura e simplesmente uma falsificação; para outros seria genuíno, mas referir-se-ia a um outro Cristóvão Colombo, da mesma origem e idade, mas diverso na paternidade e no mister, que este auto não especifica.

É verdade que o documento, embora em papel, tinta e letra típicos da época, levanta algumas pequenas dificuldades, como o próprio Assereto que o descobriu logo notou: não é todo da mesma mão, certamente por que houve um amanuense encarregado de tomar o depoimento de cada testemunha e não o prestaram todas ao mesmo tempo, mas uma a 23 e as outras a 25 de Agosto; o nome de batismo de Colombo aparece grafado tanto *Christoforus*, como *Cristoforus* e mesmo *Cristofforus*, consoante os escribas; a identificação das testemunhas é sumária, nem sempre se indicando a sua filiação, e os depoimentos não vão assinados. No entanto não há qualquer indício de que o documento tenha sido falsificado; o argumento de que duas das folhas que os compõem têm mais cinco milímetros do que as outras duas, é tão ridículo que não merece discussão.

Tudo ou quase tudo isto recapitula corretamente o ilustre bastonário da *Desordem*. De caminho, porém, admira-se candidamente de que Colombo não apresente testemunhas; mas se era ele a testemunha! Se as testemunhas que em qualquer auto depõem fossem obrigadas a apresentar testemunhas dos seus testemunhos, ter-se-ia de aplicar a estas o mesmo princípio. E assim, de testemunha em testemunha, não se apurariam jamais os factos, mas demonstrar-se-ia quiçá o teorema de Kantor...

Avança em seguida o nosso bom engenheiro com um marasmo de argumentos, de que, como seria de esperar, retira ao cabo uma conclusão tão absurda como insustentável:

O texto permitiu ainda saber que este Colombo foi à Madeira em 1478, comprar açúcar, mas era um mero passageiro do barco, capitaneado pelo português Fernandes Palêncio. Ora este personagem, mero agente comercial, que não capitaneava navios em 1478, tem uma vida incompatível com a vida do Almirante descrita pelo seu filho (H. Colon): - c. 1472 - Capitaneava um barco de corsários na guerra de Aragão; - c. 1476 - Participou como combatente na batalha de S. Vicente ao lado do corsário francês Culon (Colombo); - c. 1477 - Refere ter participado numa viagem ao mar do Norte (provável expedição luso dinamarquesa). Além disso este Colombo, agora agente comercial, casa-se, com Filipa Moniz (c. 1479) e nos restantes 5 anos em que está em Portugal, de repente, torna-se capitão de navios, aprende toda a arte de navegar, vai aos Açores, costa de África, Cabo Verde, Mina, etc. O documento Assereto parece assim ser uma das melhores provas que o tecelão, agora agente comercial, Cristóvão Colombo, de Génova, não tem nada a ver com o Almirante.

Haveria, portanto, neste momento na Madeira dois Cristóvãos Colombos em cena: Cristóvão Colombo, o tecelão genovês, que se tornara entretanto agente comercial, para em seguida se evaporar na estratosfera sem deixar qualquer rastro; e Cristóvão Colombo', futuro almirante em Castela que, após ter tombado do céu como uma gota de orvalho, desposara ou estava para desposar em breve a filha do capitão do Porto Santo. Não se sabe ao certo como se chamaria durante esta sua fase de crisálida, entre um estado larvar envolto na noite do total desconhecimento e a fase de borboleta a esvoaçar pelas Antilhas, em que dava pelo nome de Cristóbal Colón...

Se acaso se encontraram ambos — o que no Funchal não seria difícil — deve ter sido um momento comovente; tão tocante como o encontro de Papagheno e Papaghena na *Flauta Mágica* de Mozart!

Ora a verdade é que em parte alguma do “documento Assereto” se diz que Colombo viajou como passageiro a bordo do navio de Fernando Palenço: o que aí se afirma é que estava já no Funchal e começara a fazer os pagamentos quando chegou ao dito porto o tal navio, que vinha buscar o carregamento, sem tampouco sugerir que tenha embarcado nele. Se aliás o tivesse feito, não seria testemunha mas provavelmente arguido da desapareição da carga nas suas barbas... E que fosse passageiro? Onde está escrito, nem mesmo na famigerada historieta da galeaça *Fernandina*, que antes de 1492 tenha Colombo comandado algum navio? E se tivesse comandado: não comandara Diogo Dias em 1487-88 um dos navios da frota de seu irmão Bartolomeu? mas dez anos mais tarde vai na armada de Vasco da Gama como simples escrivão da nau *S. Gabriel*... Havia alguma lei que dissesse “quem uma vez comandou uma chata, de futuro, ou comanda ou fica em terra”?

E quem disse alguma vez que Colombo se *tornou de repente capitão de navios*, quando não há notícia de ter comandado algum, nem de repente nem em prestações suaves? e quem afirmou que nesses cinco anos aprendeu *toda a arte de navegar*? Na viagem a Xio, na que aterrou em Portugal, na que fez ao Mar do Norte, na de ida e volta que fez à Madeira em 1478 e na que fez a Génova no ano seguinte (para deixar de lado a que deve ter feito à Mina, mas alguns anos mais tarde), não aprendeu nada? Iria de olhos vendados? Burro não era, já o vimos...

Mas então, se, como pretende o nosso bastonário, o Cristóvão Colombo agente de Paolo di Negro na Madeira, é pessoa distinta do futuro Almirante, por que motivo no relato da terceira viagem deste, que Frei Bartolomeu de las Casas transcreve e D. Hernando confirma<sup>268</sup>, se explicita que, à partida, por saber andarem corsários franceses nas paragens do Cabo S. Vicente, Colombo decidiu rumar diretamente de Sanlúcar de Barrameda ao Porto Santo, a tomar lenha, água e refresco; e tendo aí chegado a uma quinta-feira seguiu no domingo imediato para a Madeira. *En la villa le fué hecho muy buen recibimiento y mucha fiesta, por ser allí muy cognosçido, que fué vezino d'ella en algún tiempo* <sup>269</sup> {33} ? Cristóvão Colombo', segundo a nossa autoridade, viera uma vez comprar açúcar à Madeira e sumira-se em seguida, ao cabo de poucos dias, a bordo da nau do Palêncio...

<sup>268</sup> cap. lxvi (lxvii)

<sup>269</sup> C. Varela & J. Gil, doc. XXX, p. 385.

Mero fruto da fértil imaginação do ilustre bastonário parece ser o argumento que me brande: “Desconhece-se qualquer registo, identificado em Portugal, do Almirante antes de ir para Castela, o que pode ser explicado pelo facto de ele efectivamente ter tido nessa altura outro nome. Note-se que não há registos de Colon ou Colombo, mas há registos de um corsário português Culon ou Culão, que podem facilmente gerar o nome Colon em castelhano”. Confesso que ignoro inteiramente tais registos; em vão os procurei nos índices alfabéticos d' *Os Descobrimentos Portugueses* de Silva Marques, onde o autor compendiou toda a documentação que achou sobre a atividade marítima em Portugal de 1000 a 1500 — 2071 documentos, no total — e nas crónicas que conheço: nada consta. Palpita-me, por isso, que o meu interlocutor, não evidentemente para confundir o leitor, mas porque se tenha ele próprio confundido, imagina ver um português *Culon* nos pelo menos quatro documentos que referem a presença em Lisboa de Guillaume Casenove dito *Coulon le Vieux* em finais de 1476 e começos de 1477 <sup>270</sup>. Em 1469, antes portanto da vinda de Cristóvão Colombo para Portugal, assolara as costas portuguesas, obrigando D. Afonso V a armar contra ele uma frota, para que os cidadãos do Porto contribuíram de boa mente, a despeito dos desmandos que nessa ocasião fizeram alguns fidalgos <sup>271</sup>; e em 1473 apresou uma nau portuguesa que ia para Inglaterra com azeite, cera e outras mercadorias, que foi ao depois resgatada por 12.400 ducados <sup>272</sup>. As presas em vasos portugueses perpetradas por corsários franceses eram, de facto, frequentes, acabando por obrigar a criar em Baiona um tribunal especial para dirimir as demandas que daí surgiam <sup>273</sup>. Tratava-se, por conseguinte, de um corsário francês, de que foram vítimas portuguesas, e não de um corsário português!

Em contrapartida não é impossível que daí derive a forma *Colón* que Colombo adôtu ao trasladar-se para Castela, pouco depois de falecer o velho corsário de que também ele fora vítima. De facto, Casenove deve ter falecido em meados de 1483, pois conhece-se uma procuração de 10.IX.1483 passada pela *noble damoiselle Guillemette le Sec, Dame de Varelma et le Mesnil Pavyot, veufve de Guillaume de Casenove dit Coulomp, escuyer, visadmiral de France, et Jehan de Casenove,*

<sup>270</sup> Alonso de Palencia, *Crónica de Enrique IV*, XXIV, vii (ed. cit., pp 243-245); cf Salvagnini, p. 81 e doc. lxiii, lxx & lxix.

<sup>271</sup> Vide as cartas de D. Afonso V aos regedores e homens-bons do Porto, Sintra, 8.X.1469, e a Brás Afonso, Évora, 6.XII.1469, in Luisa d'Arienzo, *La Presenza degli Italiani...*, pp. 300-302.

<sup>272</sup> Carta de Talento di Pierozzo Tedaldi, feitor de Lourenço de Médicis em Sevilha, a seu amo, 12-13.IX.1473, *ibidem*, pp. 303-304.

<sup>273</sup> Cf. Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Patrimonia Historica, Redondo, 1995

*escuyer; son filz et filz du dit visadmiral defunct* <sup>274</sup> . Se de facto foi nele que se inspirou Colombo ao tomar em Castela novo nome, não o fez, por certo, por identidade de pessoa ou de família, mas quiçá com o intuito de fazer ali crer que era parente ou pelo menos herdeiro moral seu; ou então por semi-consciente desejo de em certa medida se identificar com um velho lobo do mar que no fundo admirava.

Seja como for, não me consta que em português Culon ou Culão tenha sido alguma vez nome de gente...

---

<sup>274</sup> Pub. por Harisse, *op. cit.*, doc. xxv, p. 100.

## O casamento de Cristóvão com Filipa.

Foi provavelmente no retorno desta sua derradeira visita a Génova que Colombo desposou Filipa Moniz, ao tempo educanda no mosteiro de Santos-o-Velho, da Ordem Militar de Santiago, onde ele tinha por costume ir à missa; pelo menos assim o narra seu filho, e não há razão para o pôr em dúvida. Embora D. Hernando chame ao sogro de seu pai Pedro Moniz Perestrelo, tudo leva a crer que, conforme dizem os nobiliários, Filipa era filha do segundo matrimónio de Bartolomeu Perestrelo, capitão-donatário do Porto Santo; já viúvo de Catarina ou Beatriz Furtado de Mendonça, de que apenas tivera filhas, Bartolomeu Perestrelo I desposara em segundas núpcias Isabel Moniz, em quem teve filho varão, Bartolomeu Perestrelo II, que lhe sucedeu na capitania, e pelo menos duas filhas <sup>275</sup>: Filipa, que Colombo desposou, e Briolanja (dita também Violante) que casou em Castela com um flamengo, Miguel Moliart, de quem teremos basta ocasião de falar. Moniz não era, portanto, o sobrenome do sogro de Colombo, mas o da sogra. O sobrenome que a esposa de Colombo usava é confirmado pelos dois sucessivos testamentos de seu filho D. Diego, datado o primeiro de Sevilha, 16.III.1509, e o segundo de Santo Domingo, 2.V.1523 <sup>276</sup>, que mencionámos já. A identidade entre o sogro de Colombo e o donatário do Porto Santo, afirmada por todos os nobiliários, é confirmada por um despreocupado testemunho do Almirante, que em carta aos Reis Católicos escrita em Janeiro de 1495 da ilha Espanhola <sup>277</sup>, alude a um poço que mandou escavar no Porto Santo, o que dificilmente ousaria fazer se não tivesse qualquer autoridade pelo menos moral, na ilha. Corroborar-a também a habilitação de D. Diego Colón, filho do 2º almirante e vice-rei D. Diego, e portanto neto de D. Cristóvão, para ser admitido na Ordem de Santiago, em 1535, de que a seu tempo falaremos. A segunda esposa de Bartolomeu Perestrelo e sogra de Colombo, Isabel Moniz, era irmã de Diogo Gil Moniz que foi tutor de seu filho, Bartolomeu Perestrelo II, herdeiro da capitania. À época era freqüente dar-se às filhas o apelido da mãe, pelo que não admira que nem Filipa nem Violante usassem o de Perestrelo <sup>278</sup>. Embora

<sup>275</sup> Podem ver-se quadros genealógicos dos Monizes e dos Perestrelos in Vignaud, *Études critiques...*, a seguir à p. 504.

<sup>276</sup> Pub. por Harisse, *op. cit.*, tomo II, doc. i & vii, pp. 454 & sqq.

<sup>277</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xii, pp. 285-286.

<sup>278</sup> A fonte primária em que perecem beber todos os nobiliários — bem assim como Gaspar Frutuoso no seu *Livro Segundo das Saudades da Terra*, 3ª ed., Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968, cap. x — é a obra do cônego da sé do Funchal Jerónimo Dias Leite, redigida c. 1590, *Descobrimto da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, ed. de Cristina Trindade, Raimundo Quintal, Rui Carita & Luís Eduardo Nicolau, Imprensa Académica, Funchal, 1989.

se tenha pretendido que descendia de Egas Moniz, emprestando-lhe assim nobreza antiga, era na realidade neta de Gil Aires Moniz, escrivão da puridade do condestável D. Nuno Álvares Pereira, membro da pequena nobreza saída de revolução de 1383-85. Foi a esse título que veio a ser sepultada na capela da Piedade no convento do Carmo em Lisboa, destinada a jazigo da descendência de Gil Aires <sup>279</sup>.

Alguns autores insistem em que no caso dos capitães que, como Bartolomeu Perestrelo, dependiam de um senhor ou donatário superior (neste caso o infante D. Henrique, duque de Viseu) se deve usar preferentemente a expressão *capitão do donatário*. Não nos recorda quem terá forjado esta derradeira expressão, para designar o que melhor se diria *capitão pelo donatário*, ou *capitão da mão do donatário*, de tal ou tal ilha. Na realidade nem a expressão *capitão-donatário* nem *capitão do donatário* ocorrem na documentação da época, que os designa simplesmente por *capitães*. Como, ao contrário dos capitães das fortalezas da costa africana e depois da Índia, que eram de nomeação trienal, os das ilhas e mais tarde os do Brasil, recebiam a capitania *de juro e herdade*, ou seja, por *doação a título hereditário*, não é incorreto chamar-lhes *donatários*, ainda que dependessem de um donatário superior, que neles delegava competências — tanto mais que *donatário* não denota nenhuma função específica, mas designa simplesmente aquele que frui de uma doação. Por conseguinte, ambas as expressões nos parecem legítimas. De qualquer modo com a subida do duque de Beja ao trono em 1495, como D. Manuel I, o património do ducado de Viseu e Beja, herdeiro do infante D. Henrique, foi incorporado na Coroa, pelo que a partir daí a expressão *capitão do donatário* ou *pelo donatário* perde a razão de ser.

Pouco interesse tem saber se o único filho que nasceu da união de Cristóvão e Filipa, Diogo — o futuro Almirante D. Diogo, por duas vezes entre 1509 e 1524 vice-rei e governador das Índias de Castela — foi concebido em Lisboa se no Porto Santo. Anselmo Braancamp Freire <sup>280</sup> mostrou que ele veio ao mundo em Lisboa, em 1479 ou 1480, o que é confirmado pela habilitação de D. Diego Colón, seu filho para ser admitido na Ordem de Santiago em 1535 — o que para o nosso fito é o suficiente.

Os detetives historiográficos do Colombo português fazem cavalo de batalha da suposta impossibilidade de um plebeu desposar uma dama da nobreza de D. Filipa Moniz. Ouvi já por mais de uma vez afirmar como um dogma que “as regras do tempo mostram-nos que um plebeu nunca se casava com uma nobre, pelo que a origem de Colombo é assaz duvidosa” — sem que se especifique, todavia, se se trata de artigo das *Ordenações*, se de decreto de qualquer concílio ecuménico...

Meia hora de trabalho a folhear nobiliários seria quiçá bastante para moderar quejando simplismo. Neles se acha um razoável número de casos de pessoas que casaram “por amores”, fora das estratégias matrimoniais das famílias nobres e das

<sup>279</sup> Pormenores in Harisse, *Christophe Colomb*, I, pp. 288 & sqq.

<sup>280</sup> *Brasões...*, vol. III, pp. 55 & sqq.

convenções sociais da época. Darei apenas dois exemplos, extraídos da minha própria parentela, não porque tenha qualquer coisa de exemplar, mas simplesmente porque é matéria que estudei e conheço relativamente bem. Um é o caso de D. Paio de Noronha, trineto do arcebispo, do qual diz o *Livro de Linhagens do século XVI*<sup>281</sup>: *Dom Payo de Loronha, filho deste Dom Sancho, casou por amores com huua filha de huum carpinteyro*. Como notámos já este livro é muito fiável, já por ser próximo dos casos que recenseia, já por ter sido compilado com muita honestidade, deixando muitos espaços em branco, correspondentes às personagens cujo nome o autor ignorava e se não deitou a adivinhar. É verdade que os casos de homens de linhagem antiga que desposam mulheres de baixa condição é mais freqüente que o recíproco; mas há-os também em sentido inverso, como o da minha antepassada Madalena Lobato de Faria, da qual dizem os livros de linhagens que *casou por amores com João de Figueiredo, legítimo christão velho limpo de sangue e geração, sem raça nem descendencia de infecta nação* (valha-nos isso!). A avaliar por tal palavreado era sem dúvida pessoa de extracção assaz humilde, tendo como único predicado a *limpeza de sangue*...

Tal deve ter sido também, de certo modo, o caso do enlace de Filipa com Cristóvão, a avaliar pelos termos em que o refere D. Hernando: [*Colombo*] *era huomo di bella presenza (...); Filippa Mogniz (...) prese tanta prattica et amicitia con lui, che diuenne sua moglie*<sup>282</sup>. De qualquer modo, casar com uma mulher de estirpe mais alta é uma estratégia matrimonial muito comum entre os que buscavam subir na vida e elevar-se no conceito da sociedade: veremos em seguida alguns casos, como o do chanceler Rui Gomes de Alvarenga, o do Dr. Fernando Afonso da Silveira e os dos irmãos do cardeal Alpedrinha, que, ao que consta, fora em tempos guardador de porcos em Santarém. E Tristão Gomes da Mina, provavelmente neto do mercador de Lisboa Fernão Gomes da Mina, que trouxe arrendado à Coroa o comércio da Guiné de 1469 a 1474, na vigência de cujo contrato se achou a Mina de que tirou o nome, veio a casar com D. Lucécia de Noronha, bisneta do arcebispo D. Pedro<sup>283</sup>. Convém também não esquecer que havia varões que adquiriam o direito a usar a partícula *dom* e títulos de nobreza como marquês, conde, etc., *jure uxoris*, ou seja ao desposarem senhoras de estirpe mais conceituada, como o meu antepassado D. Tomás de Noronha que, embora de família nobre, não era titular, mas se tornou conde dos Arcos de Valdevez ao desposar a herdeira do condado.

<sup>281</sup> “Título de Noronhas”, p. 222.

<sup>282</sup> *HA*, cap. iv.

<sup>283</sup> António Machado de Faria (ed.), *Livro de Linhagens do século XVI*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, fl 144v (p. 222).

Tornando a D. Filipa Moniz: para começar, não era D. Filipa, mas simplesmente Filipa. Na realidade foi só em 1522, morto Cristóvão Colombo havia já dezasseis anos, que D. João III autorizou a mulher e as noras do donatário Bartolomeu Perestrelo III, sobrinho de Colombo, a intitulem-se *donas* <sup>284</sup>. Tal como ainda hoje, prodigalizava-se mais facilmente o *dona* às mulheres do que o *dom* aos homens, já que, segundo as *Ordenações do Reino*, elas o podiam herdar dos dois costados e mesmo da sogra, mas eles apenas dos pais ou avós. Já há cerca de um século notava irónicamente Anselmo Braancamp Freire: “Felipa Moniz, mulher de Cristóvão Colombo, não seria nunca Dona Filipa em quanto viveu; mas posteriormente é-lhe dado o título nos documentos espanhóis. Depois de morta não foi rainha como D. Inês de Castro, mas foi Dona...”

É certo que D. Hernando não deixa de empolar a nobreza da primeira esposa de seu pai, “senhora de nobre sangue, fidalga”, o que não queda fora da verdade; quem vai longe de mais é Mascarenhas Barreto e seus correligionários ao opinarem que uma dama da jerarquia de D. Filipa Moniz, filha do donatário do Porto Santo se não abaixaria a casar “com um aventureiro genovês” — esquecendo que ela não passava, afinal, da filha de um aventureiro lombardo, de jerarquia apenas um pouco mais subida; e viram nesse enlace um indício da alta estirpe de que teria por força de ser oriundo o descobridor. Mas se para um aventureiro genovês ela tinha nobreza a mais, para um neto de rei, ainda que por bastardia, como opinam Ferreira de Serpa e Mascarenhas Barreto, não teria nobreza a menos?

Não será talvez ocioso lembrar que o capitão do Porto Santo — ilha cuja relativa pobreza já Las Casas <sup>285</sup> notou — não era o Duque de Bragança nem sequer o donatário do Funchal, uma vez que a ilha já ao tempo não devia medir senão os 43,27 km<sup>2</sup> que mede hoje, embora em eras geológicas pretéritas possa ter sido bem mais vasta!

Os Perestrelas estavam, aliás, longe de pertencer à alta nobreza: esta, herdeira dos ricos-homens da Idade Média, era constituída em primeiro lugar pelos titulares, como duques, marqueses, etc., títulos estes — à exceção do de conde (*comes*, “companheiro” *sc.* do imperador) que remonta ao Império Romano — que foram introduzidos por D. João I à imitação do uso inglês, por influência de D. Filipa de Lencastre); eram anteriormente designados em latim por *optimates*, *magnates*,

---

<sup>284</sup> P<sup>o</sup> Fernando Augusto da Silva & Carlos de Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, 3<sup>a</sup> ed., 3 vols., Funchal, 1966, s. v. “Porto Santo, profetas e nobres do”; sobre as pretensões nobiliárias dos Perestrelas, *vide* “Perestrelo, Bartolomeu”, *ibidem*, s. v

<sup>285</sup> *HI*, I. xxiii.

*proceres*, etc., termos que na época a que nos reportamos haviam já caído em desuso. Em segundo lugar vinham os *fidalgos de solar* ou *senhores de terras* em que exerciam jurisdição, sem contudo possuírem títulos<sup>286</sup>; usavam todavia quase sempre a partícula *dom* antes do nome de batismo. Tal era, por exemplo, o caso do meu antepassado D. Pedro de Noronha, de que falámos já, que sem ser conde nem marquês era “senhor do Cadaval”. Chamava-se-lhes por vezes *senhores-de-pendão-e-caldeira*: de *pendão* por terem o direito de arregimentar e armar, para com eles servir o Rei na guerra, os seus dependentes; de *caldeira* porque *davam mesa*, ou seja, forneciam alimentação a seus *criados*, termo que abaixo explicaremos. A expressão *rico-homem* caiu em desuso no decurso do século XV, em parte devido à supressão da vassalidade entre nobres, que apenas deixou subsistir os *vassallos do Rei*, o que nivelou os nobres perante a realeza; essa supressão deveu-se a uma decisão das Cortes de Coimbra, em 1385, de que voltaremos a falar. A partir daí a expressão tende a ser substituída pelo termo *fidalgo*, que em rigor designa todo aquele que é nobre por direito de nascimento, embora se observe uma diferença entre a nobreza dos *fidalgos de quatro costados*, ou seja cujos quatro bisavós eram todos nobres, e os que não podiam alegar senão um número menor de avoengos. A evolução semântica do termo português *fidalgo*, que tendeu a restringir-se às camadas superiores da nobreza e a tornar-se sinónimo de *vassallo del-Rei*, foi assim diferente da do castelhano *fidalgo*, mais tarde *hidalgo*, que tendeu ao invés a usar-se especialmente para a baixa nobreza, ou pelo menos para a nobreza não-titulada; e o uso de *don* acompanhou a sua evolução.

Tanto em português como em castelhano *fidalgo* é provavelmente o *calque* de um termo arábico (tal como por exemplo *erva-doce* é um *calque* de *habbat-al-hulwa*, que traduzido de *verbo ad verbum* significa efetivamente “erva doce”, embora exista nos romances peninsulares um seu derivado direto, *batalafuga* ou *batafaluga*). Nas línguas semíticas são freqüentes os compostos formados a partir da palavra que significa “filho” (*ben* em hebraico, *bin* ou *ibn* em arábico, *bar* em aramaico ou siríaco), que as mais das vezes através da Bíblia passaram às línguas modernas, por vezes por simples transcrição (caso de nomes como *Benjamim*, de *ben yamin*, “filho da mão-direita” ou *Barnabé*, de *bar nabi*, “filho de um profeta”), por vezes por *calque* (caso de expressões como *filho de perdição*, *filho das trevas*, etc.). Este tipo de formação nominal era também muito comum em árabe (v. g., *ibn al-sabil*, “filho do caminho”, *i. e.* “viajante”), e é do árabe que, por *calque*, derivam expressões próprias aos três romances peninsulares mas ausentes dos demais, como *filho da terra*, no sentido de “nativo”, ou concretamente, *filho de Lisboa*, *filho da noite*, no sentido de “gátuno”, *filho da Índia*, usado por João de Barros para designar os que enriqueceram no Oriente, etc. No caso de *fidalgo*, curiosamente, o segundo elemento é um pronome indefinido: *algo*, “alguma coisa”, do latim *aliquid* com o mesmo significado, embora a derivação de *aliquid*,

<sup>286</sup> Vide João José Alves Dias, *Portugal - Do Renascimento à crise dinástica*, Nova História de Portugal, vol. V, Ed. Presença, Lisboa, 1998, pp. 277 & sqq.

“um tanto” não fosse também impossível. O sentido primitivo deve ser “de algumas posses”, sendo *filho* usado em sentido puramente figurado, de modo que semanticamente *fidalgo* é praticamente equivalente a *rico-homem*; a expressão corresponde assim ao hebraico *ben tovim*, “filho de bens”, *i. e.*, “rico”; menos provável mas não impossível é uma interpretação mais literal, aventada por Menéndez Pidal: “filho”, *i. e.*, “descendente de alguma cousa”, *i. e.*, de “algo de significativo”, de “gente notável”, hipótese que se estriba na ocorrência da expressão *filii bene natorum*, “filhos dos bem-nascidos” num documento de 985<sup>287</sup>.

Em português, como acabámos de ver, usou-se sobretudo para os membros da alta e média nobreza. Esse uso reflete-se no protocolo de numerosos alvarás e missivas régias aos concelhos. Sirva de exemplo a “carta del-Rei nosso Senhor sobre as armas e cavalos” endereçada a 12.V.1508 por D. Manuel ao concelho do Funchal<sup>288</sup>: *Fidalgos, cavaleiros, escudeiros, homens-bons e povo da nossa cidade do Funchal na ilha da Madeira: nós, El-Rei vos enviamos muito saudar...* O sentido etimológico e original do termo *fidalgo* veio com o tempo a obliterar-se, começando os reis a conceder a fidalguia a servidores que filhavam, independentemente da sua origem; a esses se chamava, um tanto pejorativamente (pelo menos aos olhos dos outros nobres), *fidalgos de carta* ou *fidalgos de livro*, aludindo à carta-régia que lhes concedia esse foro ou ao livro onde eram assentados<sup>289</sup>. Ocorre-nos um exemplo: Mem Lopes Carrasco, que indo em 1568 fazer uma viagem de comércio a Sunda topou na barra do Achém, no extremo norte de Samatra, com uma frota de cento e tal velas que se preparava para ir sobre Malaca, a que conseguiu resistir durante três dias, até que apareceu outra nau portuguesa e, juntos, conseguiram pôr em fuga o inimigo. O feito valeu-lhe um alvará de fidalgo e um hábito de cavaleiro de Cristo<sup>290</sup>.

Particularmente elucidativo desta evolução semântica é o artigo das *Ordenações Manuelinas*<sup>291</sup>, retomado pelas *Filipinas*<sup>292</sup> que comina severas penas a quem usurpe armas ou títulos a que não tenha direito, em particular a *todos aquellos que não stando assentados em nossos Livros por Fidalgos, ou não forem feitos Fidalgos por nossa especial mercê...*

<sup>287</sup> Pilar Loscertales, artº “Nobleza” in *DHE*, s. v.; Joan Corominas & José Pascual, *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, 6 vols, Gredos, Madrid, 1987-91, s. v. “Hijo”.

<sup>288</sup> Tombo 1º do Registo Geral da Câmara do Municipal do Funchal, 1ª parte, doc. 337, fl cc v., pub. in *Arquivo Histórico da Madeira - Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, vol. XVIII (1974), p. 525.

<sup>289</sup> D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*, tomo V, livº vi, p. 329.

<sup>290</sup> Diogo do Couto, *Ásia*, Década VIII, cap. xxxiv, o feito é narrado pelo próprio em carta a El-Rei de que subsiste uma versão alemã: vide Marion Ehrehardt, *Um opúsculo alemão do século XVI sobre a História Portuguesa do Oriente*, Francoforte do Meno, 1964.

<sup>291</sup> Livº II, titº xxxvii, § 10.

<sup>292</sup> Livº V, titº xcii, § 6.

Abaixo das várias categorias de fidalgos que acima enumerámos situava-se a *baixa nobreza*, muito mais numerosa e em geral dependente das grandes casas<sup>293</sup>. Como um pouco mais tarde Manuel Severim de Faria (1583-1655) explica claramente<sup>294</sup>, a baixa nobreza era, *grosso modo* desde o advento da Casa de Avis, constituída por três categorias principais: os *cavaleiros* (anteriormente, quando os documentos eram em latim, *militēs*), abaixo deles os *escudeiros* e finalmente os *moços-da-câmara* del-Rei. Eram, no seu conjunto, continuadores dos *infanções* de antanho, termo que cai em desuso no século XV, ao mesmo tempo que *rico-homem*. O estatuto promulgado em 1572 por D. Sebastião introduziu a distinção entre os *fidalgos do conselho* e os demais, sobre que ficaram tendo primazia, ao mesmo tempo que tabelava as moradias atribuídas às diversas categorias de nobres; mas esse estatuto, mais de meio século posterior à morte de Colombo não nos interessa aqui.

Vi já brandir em apoio da tese do alto estatuto dos Perestrelos o facto de serem cavaleiros da casa do duque de Beja e Viseu, que à época em que Colombo veio para Portugal era D. Diogo (1451-84) — filho do infante D. Fernando (1443-70), irmão de D. Afonso V e herdeiro do infante D. Henrique (1395-1460) que o adõtara. Quer-nos parecer, porém, que desde o momento em que foi agraciado com o senhorio do Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo cessou, pelo menos na prática, de prestar serviço como cavaleiro na casa de seu amo, para se tornar senhor de terras, embora com um estatuto subalterno, já que as Ilhas continuavam a depender do duque até à incorporação do ducado na Coroa, com a subida ao trono do duque D. Manuel, em 1495. O facto do duque de Beja e Viseu ser, após o de Bragança, o senhor mais poderoso do Reino, poderia aumentar a influência dos seus dependentes, através dos empenhos que podia entrepor, mas em nada acrescentava o seu estatuto. Seja como for, Colombo nunca esteve ao serviço da Casa de Viseu; e, como teremos ocasião de ver ao falar do *Memorial de la Mejorada*, não parece ter jamais nutrido especial afeição em relação a D. Manuel, que no ducado sucedera entretanto a seu irmão D. Diogo.

Em definitivo, era, por conseguinte, à baixa nobreza que, como *cavaleiros*, pertenciam os Perestrelos.

---

<sup>293</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, artº “Nobreza - Na Idade Média”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, s. v.

<sup>294</sup> *Notícias de Portugal*, introdução, actualização [da ortografia] e notas de Francisco António Lourenço Vaz, Edições Colibri & Escola Secundária Severim de Faria, Lisboa & Évora, 2003, discurso III, “Da Nobreza das Famílias de Portugal”, pp. 81-133.

Há que notar que tanto o termo fidalgo como o termo *vassalo* enfermam de uma certa polissêmia, pelo que nem sempre são usados rigorosamente no mesmo sentido: *fidalgos* é, por um lado, aquele que é nobre por nascimento, mas o seu uso tende a restringir-se aos que estavam assentados como *fidalgos da Casa Real*; e *vassalo* que designava originalmente aquele que, à maneira feudal, estava vinculado ao Rei (ou a um nobre de categoria superior) por um contrato e um ritual de vassalagem, tende a partir do século XVI a usar-se como sinónimo de *súbdito* e a aplicar-se, conseqüentemente a todo e qualquer *natural* do reino.

Por outro lado, entre o século XV e o XVI regista-se em Portugal um crescimento muito rápido da Casa Real, de que a maioria dos fidalgos se tornam *moradores*. Garcia de Resende (1470-1536), servidor de quatro reis (D. Afonso V, D. João II, D. Manuel e D. João III) observou em seus dias esse crescimento, e anotou-o na sua *Miscelânea*<sup>295</sup>: *A corte de Portugal / vimos bem pequena ser / depois tanto enoblescer / que não há outra igual / na Cristandade, a meu ver / tem cinco mil moradores / em que entram muitos senhores / a que El-Rei dá assentamentos / moradias, casamentos / tenças, mercês e honores*. A designação de *moradores* tornou-se rapidamente apenas honorífica, acabando por se introduzir dentro dela a qualificação *com exercício no Paço*, para distinguir os que prestavam efetivamente serviço na Corte dos moradores honorários. Contudo, também aquele título, considerado dignificante, acabou por se tornar honorífico; se me é permitido um à parte direi que me recorda de minha avó se gabar de que seu bisavô era *moço-fidalgo com exercício no Paço*, embora na realidade jamais tivesse visto o paço, pois nunca saíu de Goa...

A designação de *moradores* aplicava-se na realidade a todos os que, estando pelo menos desde o reinado de D. Afonso V (1439-81), arrolados no Paço, venciavam uma pensão chamada *moradia*, paga pelo mordomo-mor ou pelo vedor da Casa Real, sendo bastas vezes designados por “fidalgos” *tout court*. Desde os começos da expansão ultramarina que os principais cargos do Ultramar — vice-rei, governadores, capitães da fortalezas e dos navios — são na prática reservados aos que as cartas de nomeação, conformando-se com a linguagem corrente, designam simplesmente por *fidalgos de minha casa*, que constituem um estrato superior da nobreza. Adentro da Casa Real havia, porém, outras categorias, como os *cavaleiros-fidalgos*, também de nobreza hereditária mas de estatuto inferior, a quem eram distribuídas funções como as de feitor ou alcaide-mor das fortalezas; e abaixo destes os *pajens*, *moços-da-câmara* e *donzéis*, que recebiam escrivanihas das naus, fortalezas e feitorias, almoxarifados e outras funções subalternas<sup>296</sup>. Todos estavam arrolados no paço, num livro, chamado *Livro das Cozinhas*<sup>297</sup>, assim chamado por conter os nomes dos que tinham direito a comer no Paço.

Aproveitamos o ensejo para notar que, embora recente e pedantemente, ao que parece por influência das telenovelas brasileiras, se tenha começado a dizer “os Noronha”, “os Perestrelo” etc., em Portugal sempre foi uso dar plural — e até feminino, como ainda hoje se usa na Beira — aos nomes de família, como fazem todos os nobiliários. É por isso que há em Lisboa uma “Rua dos Soeiros” e não “Rua dos Soeiro”, que as crónicas falam da “armada dos Albuquerque” que foi para a Índia em 1503 e não da “armada dos Albuquerque”, que na Madeira há uma “frêguesia dos Canhas” e não uma “frêguesia dos Canha” e que Eça de Queirós escreveu “Os Maias” e não “Os Maia”. Com esse uso tradicional nos conformamos.

<sup>295</sup> Estrofe 281: vide Evelina Verdelho, *Livro das Obras de Garcia de Resende*, p. 588.

<sup>296</sup> Achar-se-ão dezenas senão centenas de exemplos nas c. 750 páginas do “Apêndice Documental” à nossa dissertação de licenciatura em História, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, redigida em 1964 e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1965.

<sup>297</sup> Mário Júlio de Almeida Costa & Eduardo Borges Nunes (ed.), *Ordenações Afonsinas*, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 vols, Lisboa, 1984, livº I, titº lvii (pp. 335 & sqq). Cf. L. Cabral de Moncada, artº “Moradia” in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira...*; Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 8ª ed., Empreza Litteraria Fluminense, Rio de Janeiro & Lisboa, 1891, s. v. “Livro”.

A nobreza estava pois longe de ser homogénea: mesmo no interior de uma mesma família intervinham além da cepa comum a primogenitura e a idade, de que adentro da Casa Real dependiam o estatuto de cada um e o quantitativo da sua moradia. El-Rei promovia muitas vezes nobres de uma categoria à categoria imediatamente superior por *acrescentamento*. É por isso que, embora a qualidade de *fidalgo*, em sentido etimológico, fosse por definição inata, o estatuto de *vassalo del-rei*, que se lhe tornou praticamente sinónimo, podia em qualquer momento ser outorgado pelo soberano. O mesmo se diga do de *cavaleiro*: de início qualquer rico-homem podia armar cavaleiro a qualquer indivíduo que filhasse para seu serviço; mas por lei de 4.V.1305 el-rei D. Dinis (1279-1325) avocou à realza esse direito <sup>298</sup>. Na época de que aqui tratamos apenas o duque de Bragança e os capitães dos Lugares de Além — ou seja, das Praças de África, em guerrilha endémica com a mourama — mantinham o direito de armar cavaleiros, conquanto a colação devesse ser em seguida confirmada pelo monarca. Trata-se em qualquer caso de *cavaleiros de linhagem*, isto é, de ascendência nobre, ou de *cavaleiros de benfeitoria*, ou seja, nobilitados por El-Rei, a não confundir com os *cavaleiros-vilãos*, indivíduos de origem não-nobre mas que tinham posses para manter um cavalo e servir com ele na guerra, que constituíam a nata dos concelhos <sup>299</sup>.

Há que notar, além disso, que o conceito de *fidalgo* não esgota a categoria de *nobre* <sup>300</sup>; é por isso que — pelo menos desde a reforma manuelina da administração municipal, que fez entrar os fidalgos nas vereações, até aí entregues aos *vilãos* <sup>301</sup> — havia em cada concelho, lado a lado, um *vereador fidalgo* e dois *vereadores nobres*, ao passo que os *mesteirais* apenas eram representados nos muncípios que haviam recebido o foro de Lisboa, como era o caso do Funchal, de Goa ou da Bahia; nos muncípios que seguiam o foro de Évora, como era por exemplo o caso de Macau ou o de Luanda, não havia representação dos mesteirais. É da reforma manuelina, que em certa medida nivelou nobres e vilãos, que radica a conceção moderna de um país *todo ele* subdividido em concelhos, pois até aí as terras sujeitas a jurisdição senhorial não o estavam à dos concelhos e vice-versa.

---

<sup>298</sup> Lei recopilada nas *Ordenações del-rei Dom Duarte*, edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988, pp. 201-202.

<sup>299</sup> Cf. *Ibidem*, s. v. “Cavaleiro”.

<sup>300</sup> Cf. António Caetano do Amaral, *Para a história da legislação e costumes em Portugal*, 2ª ed. Livª Civilização, Porto 1945; António de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XVI*, 2ª ed., Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1979.

<sup>301</sup> *Vide v. g.* o alvará de 17.VIII.1508, pelo qual D. Manuel manda que na Câmara do Funchal os fidalgos entrem nas vereações e se observe o mesmo regimento que na Câmara de Lisboa, *Tombo Iº...*, 1ª parte, doc. 317, fls cccxxxiiij-cccxxxv v., pub. in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVIII (1974), pp. 505-506.

Seja como for, já em 1438 as *Ordenações Afonsinas*<sup>302</sup> reconheciam três modos de adquirir nobreza:

*É por esto catárom os antigos, que pera Cavalleiros fossem escolheitos homeens de boa linhagem (...), e que estes fossem escolheitos de bõos lugares e algo, que quer tanto dizer segundo linguagem d'Espanha como "homem de bem", e por esto os chamárom filhos-dalgo, que quer tanto dizer como "filhos de bem"; e em algüos outros lugares lhes chamaõ gentys, e toma este nome de gentileza, que mostra tanto como nobreza e bondade (...); e esta gentileza vem em tres maneiras: a ãa por linhagem; a segunda por saber; a terceira por bondade e custumes e manhas; e como quer que estes que a ganham per sabedoria ou bondade, som per direito chamados nobres e gentys, muito mais o sam aquelles que a ham per linhagem antiga-mente e fazem boa vida...*

O exercício de certas funções, como a de *almotacel*, durante um ano dava automaticamente acesso ao estatuto de *nobre*. Havia assim muitos indivíduos que sem serem fidalgos tinham foro de nobreza, em virtude das funções que exerciam, sem que a sua nobreza fosse hereditária; para dar apenas exemplos entre os que me são chegados, tal era o caso de meu tetravô paterno Manuel Leandro, filho de Leandro José, de uma família que nem sequer apelido usava, mas que tinha foro de nobre por ser reposteiro da Real Câmara de D. João VI.

É na pequena nobreza, formada de cavaleiros, escudeiros, etc., dependentes das grandes casas ou diretamente do Rei, que se integravam os Perestrellos: ainda que a sua família fosse uma das mais antigas de Placência, na Lombardia, o primeiro do nome em Portugal, Filippo Pallastrelli, chamado Filippone ou Filipão pela sua grande estatura, era um simples cavaleiro. Estabeleceu-se em Portugal no reinado de D. João I (1385-1433). Os livros de linhagens e, de uma maneira geral, a historiografia tradicional afirmam que veio para Portugal em 1428, na comitiva de D. Leonor de Aragão, futura mulher del-rei D. Duarte. Parece, porém que essa versão da história é uma invenção, destinada a conferir pergaminhos à família<sup>303</sup>; a tradição do seu ramo que permaneceu em Placência é que Filippone se homiziou em Portugal, onde havia já muitos outros prazentins, após ter morto numa rixa o feitor do duque de Farnesi. Seja como for a data de 1428 é impossível, pois remonta a c. 1398 a provança por testemunhas apresentada por Filipão a D. João I a atestar a sua nobreza, para se eximir ao pagamento de uma

<sup>302</sup> *Ordenações Afonsinas*, livº I, titº lxxiii.

<sup>303</sup> Nunziatella Alessandrini, "Os Perestrello: uma família de Piacenza no Império Português (século XVI)" in N. Alessandrini, *Di buon affetto e commercio : relações luso-italianas na idade moderna*, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, pp. 81-111.

taxa de que estavam isentos os nobres <sup>304</sup>, o que lhe veio a ser reconhecido por carta régia de 8.I.1439. Seja como for, nem o *Livro de Linhagens do Século XVI* (conservado no arquivo dos Marqueses de Fronteira, compilado entre 1547 e 1557), assaz fiável, nem a bem conhecida *Pedatura Lusitana*, incluem os Perestrelas em seus róis, o que mostra que a sua nobreza era vista como de somenos. Seu filho primogénito, Rafael Perestrela vivia em Torres Vedras como simples cavaleiro e é dele que descendem os Perestrelas de Torres, que vieram mais tarde a ser agraciados com o título de viscondes de S. Torquato <sup>305</sup>; e seu neto mais velho, João Lopes Perestrela, filho de Rafael, “nosso escudeiro e servidor da toalha”, que por carta de 3.I.1488 recebera de D. João II uma tença de 100\$000 reais, aparece-nos em 1498 nas modestas funções de feitor da nau *São Cristóvão*, cujo patrão era Bartolomeu Dias <sup>306</sup>. Meses depois num outro documento <sup>307</sup> D. Manuel continua a classificá-lo de “nosso escudeiro”. Só em 1502 nos aparece a comandar uma nau, na segunda viagem de Vasco da Gama à Índia. Seus filhos Bartolomeu e Rafael Perestrela, partiram para a Índia em 1515, o primeiro investido nas funções de feitor de Malaca, o segundo ao comando de uma nau em que explorou o Golfo de Bengala e visitou o Celeste Império <sup>308</sup>. Tem-se especulado sobre o modo como encarariam estes um possível encontro com o seu primo por afinidade, D. Cristóvão, mas a verdade é que quando partiram para a Índia já o Almirante Velho era morto havia nove anos, e já toda a gente sabia em Portugal que ele jamais atingira a Ásia. Tal como Monsieur Jourdain do *Bourgeois Gentilhomme* de Molière, que, sem saber, falava em prosa, achara, sem dar por isso um Mundo Novo em todos os sentidos.

Foi assim o ramo secundigénito dos Perestrelas, que esteve de início ao serviço do infante D. João passando em seguida para a casa de D. Henrique, o que mais se notabilizou, graças à doação da ilha do Porto Santo a Bartolomeu Perestrela pelo Infante D. Henrique, a 1.XI.1446 <sup>309</sup>. É claro que a afirmação de Mascarenhas Barreto <sup>310</sup> em

---

<sup>304</sup> Nicolau Florentino [pseudónimo de António Maria de Freitas], *A mulher de Colombo*, Pap<sup>a</sup> e Typ<sup>a</sup> Guedes, Lisboa, 1892; cf. Maria de Freitas Treen, *The Admiral and his Lady. Columbus and Filipa of Portugal*, Robert Speller & Sons, Nova Iorque, 1989.

<sup>305</sup> É sobretudo deste ramo da família que se ocupa Nunziatella Alessandrini no seu artigo citado *supra*.

<sup>306</sup> Carta de quitação de 27.II.1498, pub. por Silva Marques, *Os Descobrimentos...*, vol. III, doc. 319, pp. 483 & sqq.

<sup>307</sup> Carta de quitação a João de Alter, 14.V.1498, *ibidem*, doc. 322, pp. 486-487.

<sup>308</sup> Veja-se a nótula biográfica que lhe dedicámos no estudo *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy - Relation Portugaise anonyme (1521)*, que publicámos em colaboração com Geneviève Bouchon, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, pp. 393-395.

<sup>309</sup> Pub. in *MH*, vol. IX, doc. 143, pp. 208 & sqq.

<sup>310</sup> *op. cit.*, p. 370.

como o infante D. Henrique doou em 1450 (*sic*) a ilha de Porto Santo a João Gonçalves Zarco (*sic*), doação que viria a ser confirmada a 15.XI.1445 (*sic!*) por D. Duarte (*sic*) — que falecera a 9.IX.1438 — nobilitando-o ao mesmo tempo com o título de Câmara (*sic*), parece extraída das *Lições do Tonecas*: nem a doação do Porto Santo data de 1450, nem foi feita a Zarco, nem D. Duarte tinha o costume de, proféticamente, mesmo antes de serem feitas, confirmar do outro mundo as doações que se haviam de fazer nos reinados dos seus sucessores, nem há nenhuma carta de D. Afonso V datada de 9.VII.1460 a confirmar a nobilitação de Zarco com o imaginário título de *Câmara*. Embora não valha a pena perder tempo a discutir asserções de tal quilate, não nos parece inoportuno esclarecer que *Câmara* não é um título mas um apelido, que advinha ao seu detentor de ter estabelecido residência em Câmara de Lobos — razão por que nos documentos mais antigos, nomeadamente na carta de brasão que lhe foi concedida por D. Afonso V a 4.VII.1460 <sup>311</sup> (e não em 1445 nem em 1450) é designado por *João Gonçalves da Câmara de Lobos*. Os Lobos caíram do apelido à segunda geração, mas as armas da família continuaram a ter por timbre um lobo. Na carta régia de 1460 o Rei limita-se a tratá-lo pelo nome por que era conhecido, que é tanto um título quanto os apelidos Brito, Oliveira, Almeida, Serpa, Freitas, Albuquerque ou Castelo-Branco; só o teria agraciado com um título se lhe tivesse outorgado chamar-se doravante, por exemplo, *visconde da Câmara de Lobos!*

Ao contrário do que geralmente se diz, Bartolomeu Peresterelo não *descobriu* nem sequer *redescobriu* a ilha, que foi provavelmente achada pela expedição de c. 1336 às Canárias, patrocinada por D. Afonso IV e comandada por Nicoloso da Recco e Angiolino del Tegghia de' Corbizzi, e aparece regularmente nas cartas náuticas a partir do mapa de Angelino Dulcert, o mais antigo documento cartográfico conhecido da Escola de Maiorca, datado de 1339. Os nomes por que as ilhas são ainda hoje conhecidas (Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens) aparecem no *Libro del Conosçimiento de Todos los Reynos*, redigido em meados do século XIV por um franciscano espanhol cujo nome se ignora <sup>312</sup>; e na cartografia regularmente a partir do Atlas Catalão de Abraão Cresques, datado de 1375 <sup>313</sup>. Por conseguinte, nem Madeira nem Porto Santo andaram alguma vez perdidas!

<sup>311</sup> *Ibidem*, vol. XIII, doc. 180, pp. 293-294

<sup>312</sup> Discutimos esse problema no nosso livrinho *L'Expansion Portugaise dans le Monde — XIVe-XVIIIe - Les multiples facettes d'un prisme*, Chandeigne, Paris, 2018, de que está em preparação uma tradução portuguesa para ser publicada pelas edições Gradiva.

<sup>313</sup> *El Atlas catalán de Cresques Abraham*, primera edición con su traducción al castellano en el sexto centenario de su realización, 1375-1975, Diáfora, Barcelona, 1975.

Segundo Zurara <sup>314</sup> foi a convite de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira que Bartolomeu Perestrelo os acompanhou até às ilhas, onde soltou a célebre coelha prenha que tamanha prole gerou que se veio a tornar em verdadeira praga. Aqueles dois haviam, com licença do Infante, após o descerco de Ceuta em 1419, armado navios para andar às presas, caçando embarcações mouriscas em águas do estreito de Gibraltar; foi então que os ventos os empurraram para o arquipélago madeirense, em que decidiram estabelecer-se. Perestrelo, todavia, preferiu tornar ao Reino — onde está atestada a sua presença como procurador do concelho de Bragança nas cortes de Lisboa, em 1439 — e nenhum documento nos dá a entender que tenha voltado ao Porto Santo ante de ter sido agraciado com a sua donataria em 1446.

Gomes Eanes de Zurara di-lo “fidalgo da casa do Infante D. João”, onde *fidalgo* se deve entender no sentido genérico do termo, uma vez que era de facto nobre por nascimento — embora não seja seguro que seu pai Filipe tenha recebido em 1433 a confirmação das suas armas de nobreza, por ter demonstrado as origens nobres da sua família em Placência, onde tinham o estatuto de *cavaleiros*. A mais antiga carta de armas concedida aos Perestrelos que se conhece é quase um século posterior, pois data de 6.II.1528; e foi concedida a um neto (ou, segundo Luísa d'Arienzo, bisneto) de Filipão, e portanto sobrinho de Bartolomeu: Francisco Perestrelo, cavaleiro da Ordem de Cristo e alcaide de Avô. O sogro de Colombo, era, tal como os seus antepassados, um simples cavaleiro, como consta de todos os documentos oficiais que o mencionam, nomeadamente a carta de 1.XI.1446, por que o infante D. Henrique lhe concede a capitania-donataria do Porto Santo, a carta régia de 17.VIII.1459 por que D. Afonso V autoriza o trespasse da capitania a Pero Correia, que desposara uma das suas filhas, a doação da capitania da ilha Terceira a Jácome de Bruges, no mesmo regime da do Porto Santo, a 2.III.1450, além de uma lista dos procuradores dos concelhos que participaram nas Cortes de Lisboa em Dezembro de 1439 e do aforamento de umas casas em Lisboa a 8.VI.1431<sup>315</sup>. Nas cortes de 1439 Bartolomeu Perestrelo aparece como procurador *da vila de Bragança*, ou seja, da sua câmara municipal, e não do duque de Bragança (título que apenas viria a ser conferido a D. Afonso, bastardo de D. João I, a 30.XII.1442!), como imagina Luisa d'Arienzo <sup>316</sup> — erro crasso que nos inclina a não depositar fê nas suas interpretações sem verificar cuidadosamente a documentação em que se baseia. Aliás, nem é sequer imaginável que nas Cortes de 1439, em que se ia decidir cousa de tanta monta como

<sup>314</sup> *Crónica dos Feitos da Guiné*, cap. lxxxiii.

<sup>315</sup> *MH*, vol. IX, doc. 143, vol. XIII, doc. 182, vol. X., doc.134 & vol. VII, doc. 15.

<sup>316</sup> “La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo - Recenti Ricerche” in *Bolletino della Società Geografica Italiana*, Roma, série XII, vol. XII (2007), pp. 649-670.

retirar a regência do Reino à Rainha, que D. Afonso, conde de Barcelos e futuro duque de Bragança, apoiava, para a confiar a seu meio-irmão D. Pedro, que cordialmente odiava, se fizesse representar por um simples cavaleiro, e ainda por cima da casa do infante D. João, que era do partido oposto! É bem verdade que para interpretar um texto é indispensável ter um mínimo de noção do contexto...

Cai assim pela base toda a construção da autora sobre a influência da Casa de Bragança nos destinos de Colombo.

Nenhum dos Perestrelos casou com damas de elevada estirpe. Ao que parece, a primeira mulher de Bartolomeu Perestrelo I, Catarina ou Beatriz Furtado de Mendonça, usava um nome pomposo, mas na realidade era oriunda de uma das famílias saídas da revolução de 1383-85, a de Afonso Furtado (c. 1347-1423) — anadel-mor dos besteiros do conto de D. Fernando e D. João I, e capitão-mor-do-mar do último — de quem era filha natural; é só na sua geração que os Furtados começam a usar o Mendoça ou Mendonça que, quer o tenham herdado por via feminina quer não, sugeria um parentesco com os nobres Hurtados de Mendoza de Castela, que se diziam descendentes dos amores furtivos da rainha D. Urraca (1081-1126), cujas armas acabaram por usurpar, forjando uma genealogia fictícia<sup>317</sup>. Os demais Perestrelos casaram com senhoras da sua igualha, filhas de capitães-donatários de outras ilhas: a primeira filha do sogro de Colombo, a que os nobiliários chamam Iseo, Hiscoa (o que deve ser erro de copista por Hiseo) ou Isabel, desposou Pedro Correia, capitão da ilha Graciosa; Bartolomeu Perestrelo II, cunhado do descobridor, casou com Guiomar Teixeira, filha de Tristão Vaz Teixeira, donatário do Machico; e Bartolomeu Perestrelo III, filho do precedente, desposou Aldonça Delgado, neta de João Gonçalves Zarco, donatário do Funchal, e, em segunda núpcias, sua tia D. Yolanda, filha do donatário do Machico. Quanto aos filhos daquele, sobrinhos-netos por afinidade do descobridor das Antilhas, um casou com a filha de um magistrado (Diogo Taveira, desembargador e corregedor do Funchal) e os outros dois com “homens principais, nobres e ricos”, da própria ilha do Porto Santo<sup>318</sup>, onde, como é bem sabido, não abundavam os titulares; tratava-se, por conseguinte de figuras da pequena nobreza local. Das irmãs de Bartolomeu Perestrelo, 1º donatário do Porto Santo, duas, ao que parece, foram, como vimos, amantes do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, ao passo que a terceira, chamada Catarina, se casou com Aires Anes de Beja, escrivão da puridade del-rei D. João I.

<sup>317</sup> Manuel Abranches Soveral & Manuel Lamas de Mendonça, *Os Furtado de Mendonça Portugueses: Ensaio Sobre a sua Verdadeira Origem*, ed. dos autores, Porto, 2004.

<sup>318</sup> Felgueiras Gayo, tomo XXIII, p. 12 [reimp., vol. VIII, p. 254].

Vimos já que a meia-irmã de Filipa, filha do primeiro matrimónio de seu pai, Iseo Perestrelo, desposou Pedro Correia da Cunha, capitão da Graciosa. Quanto à outra irmã de Filipa, Briolanja ou Violante Moniz, migrou provavelmente para o reino vizinho como criada de sua prima co-irmã, a marquesa de Montemor, D. Isabel de Noronha — conhecida em Castela por D. Isabel Enríquez, à semelhança da descendência espanhola do Conde de Noreña — de quem faria mais tarde sua testamenteira <sup>319</sup>; aí casou com um indivíduo de origem talvez picarda, talvez flamenga, Miguel Moliart, que vivia em Huelva, de que muito pouco se sabe, mas que, embora mencionado em meia dúzia de documentos da época colombina, jámais é classificado de nobre; seria provavelmente comerciante ou quiçá guarda-livros ou contabilista de qualquer casa comercial da cidade, pois em 1493 Colombo levou-o para a Espanha como seu *contador*, função que não é compatível com um escalão social muito elevado. Morto este, nas circunstâncias que a seu tempo veremos, Violante desposou um mercador florentino estabelecido em Sevilha, Francesco de' Bardi, que tampouco era nobre.

Na documentação espanhola há notícia de uma sobrinha de Filipa Moniz, irmã do donatário Bartolomeu Perestrelo II, Ana Moniz, que em primeiras núpcias desposou Juan Barahona, jurado de Sevilha e em diversas ocasiões procurador da cidade, de que era por conseguinte um *homem-bom* <sup>320</sup>. Em 1504 passou procuração a Frei Gregório, capelão da marquesa de Montemor sua prima, para receber 100.000 maravedis que lhe eram devidos de seu casamento. Barahona partiu para a Espanha quando seu primo por afinidade D. Diego foi nomeado vice-rei, em 1509; mas faleceu dois anos depois. A viúva desposou então um antigo companheiro do Almirante Velho na sua segunda viagem, em 1493, Francisco de Garay que, como criado do *adelantado* D. Bartolomeu <sup>321</sup>, permanecia nas Índias, onde D. Diego o veio a nomear sucessivamente alguazil-mor da Espanha e tenente-governador da Jamaica; decidiu, porém, alinhar na aventura mexicana de Cortés, em cujo decurso faleceu, em consequência de uma pneumonia. Viúva pela segunda vez, Ana Moniz passou o resto da sua vida na Espanha, como ama dos filhos do almirante D. Diego, vindo a ser contemplada com um legado de mil ducados pela vice-rainha viúva, D. Maria de Toledo. Portanto, nenhum Moniz-Perestrelo casou com figuras de alta nobreza.

<sup>319</sup> Juan Gil, “La familia portuguesa”, *Columbiana*, pp. 149 & sqq.; *El exilio sevillano...*, pp. 39 & sqq.

<sup>320</sup> Juan Gil, *Columbiana*, pp. 163-168.

<sup>321</sup> Testamento de Diego Méndez, criado de Colombo, Valhadolid, 19.VI.1536, Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xxxv, p. 343; a nota de rodapé nº 11 di-lo por lapso “cunhado de Colombo” quanto na realidade era seu sobrinho por afinidade.

No que toca à licença do grão-mestre ou governador da ordem da Ordem de Santiago (que ao tempo era D. João II), de que Filipa Moniz era comendadeira <sup>322</sup>, para poder casar, que o Eng<sup>o</sup> alega, apenas era estatutariamente necessária para as segundas núpcias das viúvas <sup>323</sup>, não para as solteiras, como era o caso de Filipa.

A afirmação de que Filipa não recebera do governador da Ordem autorização para casar só pode resultar de falta de familiaridade com os arquivos, inteiramente desculpável a todos os sapa-teiros que se não entremetem a subir mais alto que a chinela. *Grosso modo* até c. 1600, mais nuns casos do que em outros mas um pouco por toda a Europa, a documentação que nos chegou é lacunar, de modo que há mais factos que documentos. É por isso que, conforme uma vez explicou brilhantemente meu mestre Denys Lombard, a metodologia da história antiga, medieval e mesmo quinhentista é muito diferente da da história moderna e contemporânea, pois do século XVII para cá há mais documentos do que factos; o historiador não carece por isso de recorrer ao raciocínio indutivo, uma vez que tem à sua disposição uma abundante massa documental, que apenas tem de selêcionar, criticar e interpretar, mas que o dispensa as mais das vezes de se valer da analogia e da indução para colmatar as suas lacunas.

Para dar apenas dois ou três exemplos: não chegou até nos o alvará ou carta régia de nomeação de Afonso de Albuquerque para governador e capitão-mor da Índia! Alguém se admirará de que se não tenha achado a licença para a filha do capitão do Porto Santo poder casar? Mais: ninguém tem dúvidas de que a viagem de Pedro Álvares Cabral é um momento capital na história portuguesa e na do Globo. Ora em 1940 o sábio Comandante Foutoura da Costa apenas conseguiu, ao cabo de buscas exaustivas, encontrar nos arquivos lisboenses sete documentos que se lhe referem <sup>324</sup>! Mais tarde acharam-se outros tantos, o que perfez o número de 14 <sup>325</sup>. Posteriormente, o autor destas linhas encontrou mais dois <sup>326</sup>, o que eleva o total à modesta conta de 16. Como toda a gente sabe a Carreira da Índia era no século XVI um dos principais nervos económicos do Império Português. Vitorino Magalhães Godinho <sup>327</sup>, que ao tempo estava em França e não podia fazer pesquisas nos arquivos portugueses, servindo-se magistralmente da documentação publicada, conseguiu traçar um quadro vigoroso do funcionamento da Carreira ao longo do século XVI; pois bem, até ao ano de 1587, em que a sua exploração foi adjudicada a particulares, apenas logrou encontrar listas das mercadorias transportadas à ida para a Índia em 4 dos 87 anos do período, e do frete de retorno para 13 anos; coscovilhando pacientemente nos arquivos ao longo de bem meio

---

<sup>322</sup> Comendadora, com escreve o Eng<sup>o</sup>, não é português, é castelhano.

<sup>323</sup> Veja-se a *Regra, statutos & diffinções [sic] da ordem de Sanctiagu*, Em Setual, por Herman de Kempis, 1509, f. 7v. Agradeço à minha prezada colega e ex-aluna Doutora Fernanda do Olival, especialista em história das ordens militares, esta referência.

<sup>324</sup> A. Fontoura da Costa, *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.

<sup>325</sup> Joaquim Romero Magalhães e Susana Münch Miranda, *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.

<sup>326</sup> Luís Filipe F. R. Thomaz, “Gaspar da Gama e a génese de estratégia portuguesa no Índico” in *D. Francisco de Almeida – 1º Vice-Rei Português – Actas do IX Simpósio de História Marítima*, Academia de Marinha, Lisboa, 2007, pp. 455-492.

<sup>327</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 vols, Arcádia, Lisboa, 1963-65.

século apenas conseguimos juntar aos seus dados as listas de carga para mais 2 anos à ida e para mais 6 ao retorno <sup>328</sup>. Nada mais!

Não colhe portanto afirmar que Filipa não recebera a autorização (que como vimos lhe não era necessária) para casar! Sabe-se lá, aliás, se a recebeu ou não... O que é ainda maior temeridade é ousar dizer que jamais a poderia receber, pois aí entra-se na especulação pura e simples. Em contrapartida, ainda que alguns o tenham posto em dúvida, parece provado que Filipa Moniz era, de facto, comendadeira de Santiago, como D. Hernando <sup>329</sup> afirma, pois há na Torre do Tombo um anódino documento de 4.I.1475 <sup>330</sup>, que a enumera entre as damas chamadas a capítulo para aprovar o aforamento de uma propriedade do mosteiro de Santos-o-Velho a um tal Álvaro Lopes.

Contudo, não era só a fidalguia que contava: contava também a riqueza. Tudo indica que nas vésperas de falecer, uma dúzia de anos após ter recebido a sua donataria, Bartolomeu Perestrelo I, o sogro de Cristóvão, não estava em muito boa situação financeira, pois a 17.V.1458 obteve do infante D. Henrique autorização para trespassar a capitania a Pero Correia, seu genro e capitão da Graciosa, trespassasse que foi confirmado por D. Afonso V por carta régia de 17.VIII.1459 <sup>331</sup>. A venda veio, porém, a ser impugnada por Bartolomeu Perestrelo II e anulada por sentença judicial de 15.III.1473, por ter sido feita na menoridade deste, herdeiro legítimo da capitania e futuro cunhado de Colombo <sup>332</sup>; e Pero Correia da Cunha foi reembolsado da quantia que desembolsara. Segundo Nicolau Florentino, à sua morte, o primeiro donatário do Porto Santo deixara “a família em precárias condições económicas, pois que a sua capitania absorvera-lhe tudo, desde os dotes das suas [três sucessivas] mulheres e benefícios que por diversas vias alcançou, à própria saúde, sem que o capital ali enterrado correspondesse a um rendimento sofrível para a manutenção da viúva e de seus dois filhos”, que na realidade eram pelo menos três.

Ora o Cristóvão Colombo que Filipa desposou não era já o *cardador de lã* nem o *tecelão de Génova* que displicentemente nos pintam os nossos historiadores desportivos, mas o agente de poderosas casas comerciais genovesas que na prática detinham o monopólio da exportação do açúcar do arquipélago da Madeira.

---

<sup>328</sup> Publicámos os dados que encontramos nos nossos estudos *O Tesouro do “Bom Jesus”*, Academia de Marinha, Lisboa, 2018 & “O sistema das viagens e a rede portuguesa na Ásia Oriental” in *Anais de História de Além-Mar*, volume XIX (2018), pp. 53-86.

<sup>329</sup> HA, cap. II.

<sup>330</sup> TT, *Convento de Santos-o-Novo*, doc. 477: emprazamento em três vidas de terras de pão e herdades do convento de Santos-o-Velho a Álvaro Lopes por 550 reais anuais e 2 galinhas.

<sup>331</sup> TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livº 36, fl 118 v, em que é transcrita a carta de D. Henrique mencionada atrás.

<sup>332</sup> Carta testemunhável de D. Afonso V, Évora, 15.III.1473, TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livº 33, fl 85

Nas Cortes de 1472-73 haviam-se queixado os habitantes do Funchal de que todo o comércio açucareiro estava nas mãos de genoveses e judeus, pedindo a liberalização do seu trato; e em 1481-82 insistiam em que se proibisse a residência de estrangeiros no arquipélago, mas em vão, pois a infanta D. Beatriz havia determinado que Battista Lomellini fosse considerado não como estrangeiro, mas como *natural e criado e servidor seu*; o mesmo sucederia a “Micer Leão”, Giovanni Antonio Cesare, Luigi Doria, Urbano Lomelino, Battista Catagno, Antonio Spinola e vários outros que se arraigaram na Madeira. Finalmente em 1498, por um alvará de D. Manuel, foram todos os tratantes estrangeiros autorizados a tratar e residir na ilha da Madeira<sup>333</sup>. Por suas mãos deviam correr mais de 60 % da exportação açucareira. Numa época em que o arquipélago produzia cerca de 120.000 arrobas anuais de açúcar, Génova consumia 13.000 e colocava em Constantinopla, por intermédio do seu entreposto de Xio, mais 15.000, o que somado corresponde a quase 25 % da produção; e há razões para crer que das 40.000 que embarcavam para a Flandres (mais 33,33 %), boa parte era aí conduzida por vasos genoveses<sup>334</sup>. É neste contexto que Cristóvão Colombo aparece em cena como agente de Paolo di Negro, mercador estante em Lisboa, fornecedor de açúcar a Lodisio Centurione, que permanecia em Génova; como adiantámos já, tudo indica que andava ao seu serviço desde c. 1474, e que fora por sua conta que empreendera nesse ano a viagem a Xio, e em 1477 a que fez às Ilhas Britânicas e à Islândia. Juntamente com Battista Spinola, este Luigi ou Lodisio Centurione receberia em 1480 um salvoconduto para comerciar livremente em Portugal durante cinco anos<sup>335</sup>.

Não é impossível que em Portugal Colombo se fizesse passar por nobre, dizendo-se por exemplo descendente dos Colombos de Placência, a que seu filho insinuaria ser aparentado, ou primo dos Coulons de Bordéus. Segundo Las Casas<sup>336</sup>, uma das razões porque D. João II rejeitou os seus serviços, foi por ele pretender que, em troca do descobrimento que se oferecia para fazer, entre outras *mercedes, dignidad y preeminencias*, lhe fosse conferido o título de *dom*, que em Portugal nem todos os fidalgos usavam: acabaria por ser por lei reservado aos filhos varões e netos paternos dos que o

<sup>333</sup> Alvará de 22.III.1498, pub. por Silva Marques, *Descobrimientos...*, vol. III, doc. 321, p. 485.

<sup>334</sup> Podem ver-se mais detalhes in Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV - Problemas de Produção e Comércio*, Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962.

<sup>335</sup> Carta régia de 11.V.1480, TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livº 32, fl 159, pub. por Luisa d'Arienzo, *La Presenza degli Italiani...*, pp. 337-339.

<sup>336</sup> *HI*, I, xxviii.

houvessem usado ou a quem dele fizesse El-Rei mercê<sup>337</sup>; excetivavam-se os bispos e os juizes desembargadores, que o podiam usar em razão de suas funções, ainda que o não tivessem por herança.

Aproveitamos o ensejo para entrelinhar que embora alguns historiadores contemporâneos, sem dúvida devido a seqüelas não tratadas de ataques agudos de democracia retrospectiva, se comprazam em retirar o *dom* a muitos que na época o usavam, esse uso é historicamente importante, pois evita muitas confusões entre homónimos. É claro que ao referir um papa num livro de história não se torna necessário nem faz sentido anteceder-lhe o nome de *Sua Santidade*, como não faz falta a um rei a *Sua Majestade*. O caso do *dom* é, porém, assaz diferente, e em muitos casos apenas ele permite distinguir homónimos: na primeira metade do século XVI Diogo Pereira, por alcunha o *Malabar*, feitor de Cochim e depois secretário da Índia no governo de Lopo Soares de Albergaria, não é D. Diogo Pereira, conde da Feira! Tampouco D. João Pereira, capitão de Goa, é o mesmo que João Pereira, fidalgo mulato que foi reposteiro da infante D. Beatriz, depois duquesa de Saboia. E se um documento nos informa que tal ou tal soldado “veio do Reino na armada de Estêvão da Gama”, significa isso que veio em 1502, sob o comando de um primo de Vasco da Gama que nesse ano comandou uma das armadas da Índia; se “veio na armada de D. Estêvão da Gama” significa que veio em 1532 com D. Estêvão, filho do descobridor, mais tarde governador-geral da Índia; e assim por diante.

Convém notar que em Portugal os títulos de nobreza foram abolidos por lei de 15.X.1910, aprovada pelo Governo Provisório da República, mas volvidos menos de dois meses, nova lei, de 2.XII.1910, mitigava o rigor da precedente: “*aqueles que provarem o seu direito ao uso de títulos nobiliárquicos podem continuar a usá-los; mas nos actos que tenham de produzir direitos ou obrigações, será necessário o emprego do nome civil para que esses actos tenham validade*”. Esta lei jámais foi abolida, pelo que podem os bons democratas dar *dom* a quem no usava sem escrúpulos de consciência.

Aquela mania das grandezas levou-a Colombo consigo para Castela: os Reis Católicos permitiram-lhe incluir no seu brasão os emblemas de Castela e Leão com as cores modificadas<sup>338</sup>, mas ele reproduziu tal e qual as cores das armas régias, como se vê nos frontispícios dos dois cartulários que enviou para Génova e acima reproduzimos; e como vimos já, parece que se intitulava já *don* no momento em que assinou as *Capitulações de Santa Fé*. Ao regressar da viagem descobridora atreveu-se mesmo a sugerir aos Reis que pedissem ao Papa que fizesse cardeal a seu filho, ainda de menor idade, como havia feito a João de Médicis, de catorze anos, filho de Lourenço de Médicis, cujos serviços à cristandade se não comparavam aos seus<sup>339</sup>. Razão teria, como se veria a médio prazo, mas não de momento...

<sup>337</sup> *Ordenações Filipinas*, liv<sup>o</sup> V, título xcii, § 7, confirmado, com pequenos retoques que nos não interessam aqui, por uma lei de D. Filipe II de 3.I.1611, pub. por D. António C. de Sousa, *Provas...*, tomo II, i parte (Coimbra, 1947), pp. 19-20.

<sup>338</sup> Carta Régia de Barcelona, 20.V.1493, *CDD*, I, doc. 59, pp. 312-313.

<sup>339</sup> Carta aos Reis Católicos de 4.III.1493, escrita de Lisboa mas, por certo para não magoar os seus patrões, pudicamente datada de “la mar de España”, C. Varela & J. Gil, doc. VII, 227-235.

De qualquer modo a nobreza, sobretudo a alta nobreza constantemente alimentada pela concessão de novos títulos, não era em Portugal uma classe estanque como nem sequer as castas da Índia ao fim e ao cabo o são; era até uma classe mais aberta que, por exemplo, o patriciado de Veneza, onde o doge não tinha poderes para nobilitar quem dele não fazia parte; e o mesmo se passava em outras repúblicas aristocráticas da Europa medieval<sup>340</sup>. Em Portugal, como no resto da Península o Rei concedia frequentemente foro de nobreza em galardão de bons serviços, e foi a tal título que Cristóvão o pediu. Aliás o conceito, um tanto idealizado, de nobreza era à época o de uma classe que recebera privilégios em recompensa de feitos heróicos ou de serviços distintos. Assim a pinta, por exemplo, o Dr. Gaspar Frutuoso<sup>341</sup>:

*Como todos os homens procederam de um pai e de uma mãe, Adão e Eva, que são um só princípio e não dois pais e mães, claro está que nenhum nasceu fidalgo, nem com este privilégio de fidalguia, senão depois que suas obras ou de seus antepassados lho deram.*

Retirando à nudez crua da verdade o manto diáfano da fantasia, a verdade é que as mais das vezes a posição do nobre resultava simplesmente da posse de extensos bens fundiários, as *honras* (em que por vezes usavam de uma jurisdição simplesmente usurpada) ou da ocupação de altos cargos administrativos. Por isso vieram os descendentes de Colombo, sem dificuldade, a relacionar-se com famílias da alta aristocracia peninsular, como as dos duques de Alba e de Bragança. Para mais, como acentuámos em estudos precedentes<sup>342</sup>, a segunda metade do século XV foi uma época de crescimento demográfico e de desenvolvimento económico, o que, por muito que pesasse à ideologia nobiliária que procurava reimpôr-se, aumentava as possibilidades de emprego, favorecendo, por conseguinte, a ascensão social.

Esta fazia-se sobretudo através de duas portas: por um lado a do enriquecimento por meio do comércio. Seria interessante, mas não cabe aqui, fazer um estudo das relações familiares de outros mercadores italianos estantes em Portugal, como os Marchionni, os Da Empoli, os Corbinelli, os Sernigi, etc. Infelizmente o pomposo livro de Luisa d'Arienzo

<sup>340</sup> Yves Durand, *Les Républiques au temps des Monarchies*, Presses Universitaires de France, Paris, 1973.

<sup>341</sup> *Livro Segundo das Saudades da Terra*, 2ª ed., Ponta Delgada, 1968, cap. iii, p. 23.

<sup>342</sup> “Le Portugal et l’Afrique au XV<sup>e</sup> siècle: les débuts de l’expansion” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa - Paris, 1989, pp.161 a 256; também pub. na série *Séparatas* do Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, nº 221, Lisboa, 1989, e em versão portuguesa correta e aumentada na nossa colêtânea de estudos *De Ceuta a Timor*, DIFEL, Carnaxide, 1995, pp. 43-147; & *La expansión portuguesa: un prisma de muchas caras*, Ediciones Uniandes, Universidad de los Andes, Bogotá, 2016, e em versão francesa correta e aumentada: mas amputada das notas de rodapé: *L’Expansion Portugaise dans le Monde (XIV<sup>e</sup> - XVIII<sup>e</sup> siècles) - Les multiples facettes d’un prisme*, Chandeigne, Paris, 2018. Versão portuguesa em preparação para as edições Gradiva.

*La presenza degli Italiani in Portogallo al Tempo di Colombo* gira todo ele em torno de Pessanhas e Perestrelos, para além de generalidades sobre o estatuto e privilégios das comunidades mercantis italianas em Portugal, sem dar a qualquer daquelas famílias as honras de um estudo particular; e raras são as monografias de que dispomos, como a de Bruscoli sobre Bartolomeu Marchionni<sup>343</sup> ou a de Spallanzani sobre Giovanni da Empoli<sup>344</sup>.

Havia, por outro lado, a porta das universidades, que eram frequentadas sobretudo por elementos da burguesia, uma vez que os nobres de posses eram instruídos em casa por precêtores e os que tinham moradia no Paço eram educados na própria Corte. Ora vimos já que os estatutos da Ordem de Santiago de Espada autorizavam a admissão de letrados ao lado dos fidalgos. Foi da burguesia ou da elite rural dos homens-bons dos concelhos que saiu a maior parte dos letrados e dos universitários de finais da Idade Média, que por vezes se guindaram a posições cimeiras, como foi em Portugal o caso de João das Regras, o do Dr. Diogo Afonso de Mangancha, que forneceu o suporte jurídico à regência do Infante D. Pedro, o do chanceler-mor Rui Gomes de Alvarenga, pai de Lopo Soares de Albergaria que seria governador da Índia, etc. Os desembargadores, que representavam o grau mais elevado da magistratura, vieram a gozar automaticamente, em virtude das suas funções, do estatuto de cavaleiros-fidalgos com direito ao título de *dom*<sup>345</sup>.

O chanceler Rui Gomes era filho do Dr. Gomes Martins, também magistrado, que foi juiz dos feitos do Desembargo Régio — ainda que não chanceler-mor, como dizem os nobiliários e consta também do seu epitáfio, mas é falso, invenção dos herdeiros. Gomes Martins era, por seu turno, filho de Álvaro Martins Anaia, raçoeiro da igreja de Santa Maria do Castelo, em Torres Vedras, e de uma mulher solteira desconhecida, e foi legitimado por D. João I em 1388<sup>346</sup>. Também a *Pedatura Lusitana*<sup>347</sup> afirma que o chanceler Rui Gomes de Alvarenga era filho do Dr. Gomes Martins de Vasconcelos ou de Alvarenga e de sua mulher Catarina Teixeira, “camareira que foi depois da Infante D. Isabel, duquesa de Borgonha”, que era, ao que constava, filha de um sapateiro de Torres Vedras e da filha de um siseiro castelhano, e viúva já do Dr. Fernando Afonso da Silveira, “homem de baixa condição”, ainda que honrado, também desembargador, que foi progenitor dos Lobos da Silveira, mais tarde barões do Alvito. Estes foram buscar o *Lobo* à segunda esposa do pai do primeiro barão, João Fernandes da Silveira, filho do Dr. Fernando Afonso: *D. Maria Loba, filha de Diogo Lopes Lobo, senhor d'Alvito e doutras terras que trespassaram a este João Fernández da Silveira por este casamento, por ho qual foy feito barão e se*

<sup>343</sup> Cf. Francesco Guidi Bruscoli, *Bartolomeo Marchionni, “Homem de grossa fazenda” (ca. 1450-1530 - Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*, Leo S. Olschki Editore, Florença, 2014, pp. 26 & sqq.

<sup>344</sup> Marco Spallanzani, *Giovanni da Empoli, Mercante navigatore fiorentino*, S.P.E.S., Florença, 1984.

<sup>345</sup> *Ordenações Filipinas*, livº V, título xcii, § 7, confirmado, com pequenos retoques que nos não interessam aqui, por uma lei de D. Filipe II de 3.I.1611, pub. por D. António C. de Sousa, *Provas...*, tomo II, i parte (Coimbra, 1947), pp. 19-20.

<sup>346</sup> Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras: a Vila e o Termo nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995, pp. 538-540.

<sup>347</sup> Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana - Nova edição reformulada*, Ed. Cavalhos de Basto, Braga, 1997, vol. II, p. 214.

*chamou Dom João da Silveira* <sup>348</sup>. Quanto aos descendentes de Rui Gomes, foi também para disfarçar a humildade das suas origens que adotaram sucessivamente os apelidos de Vasconcelos, Alvarenga e Albergaria, famílias com que se cruzaram, mas de que, pelo menos por varonia, não descendiam. A origem do derradeiro apelido é clara: o chanceler Rui Gomes escolheu para consorte D. Milícia, filha de Estêvão Soares de Melo, senhor de Melo, junto a Gouveia, saído de uma família muito antiga, cuja genealogia se deixa traçar desde o século XI <sup>349</sup>. O bisavô desta D. Milícia, Martim Afonso de Melo desposara uma tal D. Marinha Vasques, filha de Estêvão Soares, senhor de Albergaria de Pai Delgado, e deve ter sido desse tetravô que Lopo Soares, governador da Índia de 1515 a 1518, repescou a *Albergaria* com que se assinava — a não ser que a tenha simplesmente copiado a seu tio por afinidade, Fernão Soares de Albergaria, senhor do Prado, esposo de D. Isabel, irmã de sua mãe D. Milícia. Escusado será dizer que na época as mulheres conservavam toda a vida o apelido de solteiras; o costume, de origem francesa, de adotarem, ao casar, o sobrenome do marido não se espalhou senão no século XIX.

Na sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* <sup>350</sup>, Damião de Góis, que não nutria simpatia para com Lopo Soares, designa-o sistematicamente por Lopo Soares de Alvarenga, jámais lhe chamando Albergaria.

Não conseguimos apurar ao certo onde foi essa família buscar o *Vasconcelos* nem o *Alvarenga*. O nobiliário de Felgueiras Gayo justifica-o em certo passo <sup>351</sup> com uma genealogia fictícia, dando o Dr. Gomes Martins (a quem chama Gomes Martins de Vasconcelos e Alvarenga) como filho de Martim Mendes de Vasconcelos, “2º padroeiro de S. Miguel de Lazarim (junto a Lamego) e senhor do Morgado da Fonte Boa, instituído por seu tio D. Martinho”; não se perceberia bem então por que motivo toda a sua progénie nos vai em seguida aparecer em Torres Vedras e não nas cercanias de Lamego. Contudo, mais adiante <sup>352</sup> especifica que esse Dr. Gomes Martins, que teria sido chanceler-mor e conselheiro del-Rei, o que vimos já não ser correto, casou com Catarina Teixeira, camareira-mor da Infanta D. Isabel, duquesa de Bragança (*sic*), que era filha de Estêvão Pires, alcaide-mor de Torres Vedras, e de sua mulher Maria Gonçalves Teixeira, irmã de Pedro Gonçalves Teixeira, alcaide-mor de Óbidos, o que, do ponto de vista geográfico, apresenta maior verosimilhança. No entanto acrescenta em nota: *esta Catarina Teixeira, diz Sequeira, era filha de um çapateiro de Torres Vedras e de hũa filha de um cerieiro castelhano de que é descendente o marquês de Alvito (título de Silveiras § 13, nº 4), o que é hũa mintira, pois se o fosse não seria o que se diz*. Contudo, no “título de Alvarengas de Guimarães” <sup>353</sup> confirma de certo modo esta última versão ao escrever: *Gomes Martins de Alvarenga, filho de Martim Gonçalves, que foi escrivão do almoxarifado e direitos reais de Torres Vedras, que dizem ser de baixa esfera, inda que outros digam ser escudeiro, e que a mulher era de baixa sorte (...); casou com Catarina Teixeira, filha de um çapateiro de ... e de sua mulher..., filha de um cerieiro castelhano*. De qualquer modo, tanto de escudeiro a senhor de terras, como de escrivão de um almoxarifado a alcaide-mor, vai uma certa distância...

Ao lado destas vias de nobilitação existia ainda a carreira eclesiástica, que em princípio estava aberta a todos, mas não tinha em regra tamanhos efeitos duradouros, devido ao celibato eclesiástico, embora, como bem sabemos, este nem sempre fosse observado estritamente e se obtivesse com relativa facilidade a legitimação dos bastardinhos.

<sup>348</sup> *Livro de Linhagens do século XVI*, “Título de mais Silueiras e Lobos”, pp. 307 & sqq.

<sup>349</sup> *Ibidem*, “Título dos Melos e do que mais lomje se pode saber”, pp. 154 & sqq.

<sup>350</sup> III, lxxvii & IV, xii & sqq.

<sup>351</sup> Título de “Vasconcellos em 1787”, §5, nº 12, vol- X, p. 70.

<sup>352</sup> *Ibidem*, § 159, nº 13 (p. 155).

<sup>353</sup> § 7, nº 1, vol. I, p. 317.

Há na época de Colombo casos de ascensão fulgurante, como o do célebre “Cardeal Alpedrinha”, D. Jorge de Costa (1406-1508), cuja infância, devido às suas origens extremamente modestas, permanece envolta em lendas, que afloram nas crônicas das ordens religiosas, particularmente nas dos Lóios a que esteve ligado, e permanece ainda viva em Alpedrinha na tradição oral<sup>354</sup>. Cronistas e nobiliários tendem para dois polos opostos: ou exagerarem-lhe a baixeza das origens, entretecida de lendas, que por vezes incluem profecias sobre a sua futura ascensão ao cardinalato; ou atribuírem-lhe genealogias fictícias, que o fazem entroncar em famílias nobres, emprestando geralmente a seu pai o apelido Gusmão<sup>355</sup>. Era filho, senão biológico pelo menos adótipo, de Martim Vaz, ao que parece caseiro da Quinta da Costa, em Alpedrinha, de que tomou o nome de Costa, pois de início chamava-se simplesmente Jorge Martins, *i. e.*, “Jorge filho de Martim”; em segundas (ou mesmo terceiras) núpias seu pai desposou uma forneira, Catarina Gonçalves, de quem são filhos os seus vários irmãos, de que falaremos num instante. Segundo uma nota da *Pedatura Lusitana*<sup>356</sup> teria fugido de casa, vivendo durante algum tempo como guardador de porcos em Santarém, após o que se teria posto ao serviço de um estudante de Lisboa, a quem dava explicações de latim, com o que se mantinha. O que é certo é que acabou por se albergar em Lisboa, no Hospital de Santo Elói (confiado desde 1442 aos Cónegos Regrantes de S. João Evangelista, ditos por isso *Lóios*), continuando os estudos na Universidade, ao tempo sediada em Lisboa. Aparentemente por indigitação do P<sup>c</sup> João Rodrigues, reitor do hospital, que seria talvez seu parente, D. Afonso V, que o tinha em alta consideração, nomeou-o confessor e precetor de sua irmã, a infanta D. Catarina, que contava apenas oito anos, e membro do seu conselho. Daí devem provir as armas que adôtu: a roda de navalhas, instrumento do martírio de S. Catarina de Alexandria, de ouro em campo de azul, que seus irmãos e sobrinhos usaram igualmente; mas houve quem inventasse que as usava porque descendia “del-rei Costa, pai de S. Catarina de Alexandria”<sup>357</sup>, que segundo a tradição foi martirizada sob o imperador Maximino Daia (r. 309-313); não era propriamente filha de um rei, mas de um rico proprietário rural do Egito romano, chamado, segundo a lenda, Constus ou Cestus.

Por influência de D. Afonso V — que nessa ocasião filhou seu pai, Martim Vaz, como vassalo, concedendo-lhe ao mesmo tempo a aposentação — tornou-se em 1463 bispo de Évora; no ano imediato tornou-se arcebispo de Lisboa (1464-1500), vindo ainda a ser-lhe confiada em 1501 a administração da arquidiocese de Braga que exerceu até 1505, governando-a partir de Roma, onde residia desde 1480, para evitar a proximidade de D. João II, que o detestava e, ao que consta, ainda em vida de seu pai o ameaçara de morte<sup>358</sup>. Homem de conduta reta, mas em extremo guloso de prebendas, obteve em 1475 a administração da abadia de Alcobaça, e em seguida a do mosteiro de S. João de Tarouca e as dos priorados do Crato e de Guimarães. Feito cardeal em 1476 pelo papa Sisto IV (r. 1471-84), tornou-se extremamente influente em Roma onde foi um dos principais conselheiros dos papas Sisto IV, Inocêncio VIII (1484-92), Alexandre VI (1492-1502) e Júlio II (1503-13); a despeito da sua avançada idade esteve prestes a ser eleito papa à morte de Inocêncio VIII, em 1492, e de novo em 1502, à morte de Alexandre VI. Foi ele quem em Roma impediu a legitimação do Senhor D. Jorge, filho bastardo de

<sup>354</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. preparada por Damião Peres, 4 vols, Portucalense Editora, Porto, 1967, vol. I, pp. 485-487; Domingos Maurício, art.º “Alpedrinha (Cardeal de)” in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. II, s. v.; Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, Colibri História, Lisboa, 1991; sobre a sua ação em Roma, vide Pastor, *Histoire des Papes*, vol. V & VI, *passim*.

<sup>355</sup> Assim v. g., o *Nobiliário* de Felgueiras Gayo, vol. IV, p. 601.

<sup>356</sup> vol. III, p. 181.

<sup>357</sup> D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga e dos Santos e Varoens illustres, que florescerão neste Arcebispado*, por..., Arcebispo e Senhor de Braga, Primáz das Hespanhas, 2 vols, Braga, 1634 [repr. fac-similada, com nota de apresentação de José Marques, Braga, 1989, vol. II, cap. lxi-lxvi, pp. 267-281.

<sup>358</sup> Garcia de Resende, *Vida e feitos del-rei D. João II*, cap. xix (E. Verdelho, *Livro das Obras...*, pp. 172-173; cf. pp. 447 & *Miscelânea*, estrofe 162, *ibidem*, p. 567).

D. João II, dando assim o trono a D. Manuel, seu lídimo herdeiro; foi ele também quem deu o apoio necessário à rainha D. Leonor, viúva de D. João II, na fundação das Misericórdias. Seus meios-irmãos, filhos de seu pai e da fêmeira Catarina Gonçalves, fizeram igualmente carreiras brilhantes: Martim ou D. Martinho da Costa, foi arcebispo de Lisboa (1501-21); Catarina da Costa casou em 1468 com D. Pedro de Albuquerque, fidalgo da casa de D. Afonso V, irmão do 1º conde de Penamacor, D. Lopo de Albuquerque, de que falaremos a seguir; e Isabel da Costa desposou D. João de Souto-Maior, filho do 1º conde de Caminha, Pedro Álvares de Souto-Maior ou Pedro Madruga, com que nos cruzámos já. Quanto a Jorge Vaz, depois dito, como ele, D. Jorge da Costa, arcebispo de Braga de 1486 até à sua morte em 1501, era como estes seu meio-irmão e não seu sobrinho, como foi já aventado; assim o prova uma carta de 2.IX.1501<sup>359</sup>, do cardeal a D. Manuel, anunciando-lhe que “sem meu requerimento, aprouve a nosso Senhor o Papa e colégio prover-me, per morte do arcebispo meu irmão, da igreja de Braga e dos outros benefícios”, que diz ter aceitado para assim poder com seus rendimentos fazer mercês a seus criados. D. Rodrigo da Cunha dá-o como sucessor do cardeal no arcebispado em vez de seu predecessor, o que não é correto.

Creemos que a história dos Costas de Alpedrinha, que nos não interessa aqui se não a título de contra-exemplo, seria por si só suficiente para lançar o ridículo sobre a argumentação dos meus ilustres opositores...

Retorque-me, contudo, o Engº Branco que “Filipa Moniz era ainda tia do Mordomo-mor de D. João II, D. Pedro de Noronha, pai do D. Martinho de Noronha que foi buscar o Almirante ao Restelo na sua chegada da 1ª viagem às Índias. Era também tia da Marquesa de Montemor, da Condessa de Abrantes e da Condessa de Penamancor, ou seja um ambiente familiar que não estaria muito ligado ao casamento com plebeus”. Erra aqui, como bastas vezes lhe sucede, o nosso bom engenheiro — e induziu-me também a mim em erro, na réplica que dei à sua “Discussão” do meu artigo, por não ter verificado sobre fontes de primeira mão, como sempre se deve fazer e agora fiz, as afirmações que ele fazia: Filipa Moniz não era tia nem do mordomo-mor de D. João II nem daquelas três ilustres damas que enumera, era sua prima. Eram, com efeito, todos quatro filhos de Branca Dias Perestrelo, irmã de Bartolomeu Perestrelo, sogro de Colombo.

Além disso, manda a honestidade historiográfica que se explique de onde lhes advinham tais parentescos: da falta de vergonha, tanto de minha decapenta-avó como de seu *castíssimo esposo*. Será que o facto de uma mulher ir para a cama com um arcebispo prova a sua alta jerarquia? Eu diria que prova apenas a sua baixa moralidade... Se seus filhos receberam títulos de nobreza, receberam-nos em atenção ao pai — que era neto, ainda que por bastardia dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique III de Castela — e não em atenção à mãe.

---

<sup>359</sup> pub. por Luiz Augusto Rebello da Silva, *Corpo Diplomático Portuguez, contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o século XVI até os nossos dias*, tomo I, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1862, pp. 8-9.

Foram as *Ordenações Manuelinas*<sup>360</sup>, definitivamente promulgadas em 1521, que vieram a proibir os filhos de prelados de usarem o título de *dom*, a não ser que a ele tivessem direito por herança de seus antepassados e tivessem sido gerados antes de os pais abraçarem o estado eclesiástico. A norma não estava, portanto, ainda em vigor em dias do arcebispo D. Pedro de Noronha (1382-1452), que era, como vimos, filho do conde de Noreña, D. Afonso Henriques e de sua esposa D. Isabel. Era o primogénito de seis irmãos: D. Fernando de Noronha (1378-1445), que se tornou 2º conde de Vila Real ao desposar a condessa D. Brites de Meneses (n. 1400); D. Sancho de Noronha († 1471), 1º conde de Odemira; D. Henrique e D. João de Noronha, que se bateram em Ceuta, mas de quem pouco se sabe, ambos mortos sem descendência; e D. Constança (1395-1480), que, como vimos, já desposou em 1420 o 1º Duque de Bragança, D. Afonso I (1377-1461), já viúvo de D. Beatriz Pereira de Alvim (1380-1414), filha única do Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Seu pai, D. Alfonso Enríquez ou D. Afonso Henriques, que sonhava com tornar-se independente nas Astúrias, aproximara-se Portugal e da Inglaterra, sua aliada na Guerra dos Cem Anos em que Castela alinhava com a França, pelo que, após uma série de vicissitudes que nos não interessam aqui, acabou por perder todos os seus bens (1386) e exilar-se em França, onde ao que parece faleceu pouco depois<sup>361</sup>. A viúva acolheu-se então com seus filhos à proteção de seu tio D. João I e foi assim que vieram para Portugal, onde o apelido Noronha se perpetuou até aos nossos dias, ao passo que a descendência que D. Afonso tivera em Castela guardou como sobrenome o patronímico Enríquez.

Foi seu tio-avô D. João I — que de facto era irmão e não filho de D. Fernando, como afirma Barreto! — quem destinou D. Pedro de Noronha à carreira eclesiástica, para que aparentemente não estava vocacionado, o que até certo ponto explica a sua devassidão, e quem lhe obteve do Papa o bispado de Évora e depois o arcebispado de Lisboa<sup>362</sup>.

A maioria dos nobiliários, como o de Felgueiras Gaio, afirma que viveu em contubérnio com uma dama chamada “D. Isabel ou D. Branca Dias Perestrelo”, mas resulta claro das cartas de legitimação dos filhos do arcebispo, publicadas há dois séculos já por D. António Caetano de Sousa, que se trata de duas amantes sucessivas, chamada uma Isabel outra Branca, talvez irmãs entre si (de onde a fusão, pelos linhagistas, das duas numa só), e nesse caso provavelmente ambas irmãs de Bartolomeu Perestrelo, 1º donatário do Porto Santo: de Isabel teve um filho, D. João, que foi alcaide-mor de Óbidos<sup>363</sup>, de modo que é de Branca que descende a maioria dos Noronhas de Portugal<sup>364</sup>, à exceção de alguns Enríquez, da descendência espanhola de D. Alfonso Enríquez, que vieram para Portugal e aqui trocaram o apelido que lá usavam pelo que aqui usavam os seus primos. Ignaro de tudo isto, Mascarenhas Barreto continua a falar de Branca e Isabel como se de uma só pessoa se tratasse e a dá-la(s) como irmã(s) em vez de tia(s) de Filipa Moniz...

Claro que os Noronhas cristãos-novos (como Fernão de Noronha que arrendou à Coroa o comércio do pau-brasil e recebeu em 1504 como donataria a ilha que usa ainda o seu nome) não são, como parece crer Barreto, parentes dos legítimos: muito provavelmente, ao ingressarem na

<sup>360</sup> Livº II, titº xxxvii, nº 11.

<sup>361</sup> Luís Suárez Fernández, artº “Enríquez, Alfonso” in *DHE*, vol. I. s. v.

<sup>362</sup> Cf. Néstor Vigil Montes, “Pedro de Noronha (1423-1452)” in João Luís Inglês Fontes (dir.), *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 2018, pp. 495-501

<sup>363</sup> Legitimado por carta de 13.VIII.1444, pub. por D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, ii parte, Livº Atlântida, Coimbra, 1949, p. 172.

<sup>364</sup> Vignaud, *Études Critiques...*, 6º estudo, pp. 451 & sqq., dedica a estes detalhes algumas páginas, com base nos estudos do Visconde de Sanches Baena, Braancamp Freire e Nicolau Florentino (*A mulher de Colombo*, Typ. Guedes, Lisboa, 1892).

Igreja Católica, tomaram, como no Ultramar foi costume muito comum até aos nossos dias, o sobrenome do padrinho de batismo. É do mesmo costume que deriva a existência de pelo menos dois índios chamados *Diego Colón*, para além do filho e do irmão do Almirante.

São, tanto quanto sabemos, apenas os nobiliários que atribuem à segunda concubina do arcebispo o apelido Perestrelo, pois do único documento da época que a refere (a carta de legitimação dos seus filhos) apenas consta Dias, que deveria ser o sobrenome da mãe, como na época era comum para as raparigas; seriam nesse caso filhas de uma outra união de Filipão Perestrelo — provavelmente ilegítima, pois o sobrenome da sua primeira esposa era Visconti e o da segunda Melo — em cuja família superabundam os bastardos. Luisa d'Arienzo, no seu artigo citado acima, põe em dúvida, com base em *documenti autentici* que as duas sucessivas amásias do arcebispo fossem, como afirmam os nobiliários, irmãs de Bartolomeu Perestrelo; mas não especifica nesse estudo os documentos em que se baseia, remetendo para um outro publicado anos antes<sup>365</sup>. Ora este demonstra a intensa atividade recreativa dos Perestrelas, que viram legitimada uma boa meia dúzia de bastardos, fabricados alguns deles por clérigos e por freiras; mas não chegam para demonstrar que pelo menos uma das duas sucessivas concubinas do arcebispo não pertencesse também à família! Terá talvez razão a autora ao afirmar — com base na carta de legitimação de uma segunda Isabel Perestrelo<sup>366</sup>, filha de Isabel Perestrelo, irmã de Bartolomeu I, monja de Odivelas que pariu de um padre Rodrigo, dominicano — que esta Isabel Perestrelo não é a mesma pessoa que Isabel Dias, que pariu do arcebispo, embora não seja totalmente impossível que, após se ter separado do arcebispo, que então se terá juntado a Branca, essa senhora se tenha feito monja, mas tenha mais uma vez tombado na tentação da carne. Ao invés, temos sérias dúvidas sobre o que a autora afirma de Branca Dias, que, sem explicar sobre que base documental, diz *considerata per errore una Prestrello*. Mas se não era uma Perestrela, por que motivo chama D. Diego Colón, segundo Almirante das Índias, no seu testamento *tia* à marquesa de Montemor, D. Isabel de Noronha, filha do Arcebispo, a favor de quem constitui um legado?

Nutrem-nos, para mais, o cepticismo tanto a não-exibição de documentos probatórios como a ligeireza com que a autora confunde a representação em Cortes da vila de Bragança com a do duque de Bragança, que na realidade o não era ainda; bem assim como a conclusão absurda a que chega acerca da entrega de Dieguito, filho de Filipa e Cristóvão, ao cuidado de seus tios em Huelva, como adiante veremos. Se a relação entre o arcebispo e uma senhora da família não era muito honrosa para os Perestrelas, mais uma razão para que os genealogistas a não tenham inventado sem qualquer fundamento, nem que fosse em tradições orais! Se, como dizem os nobiliários, Isabel Dias Perestrelo pariu do arcebispo, foi só ele a quebrar o dever de castidade; se pariu de um frade dominicano, foram dois a romper seus votos, o que só piora a situação! Os erros que se encontram nos nobiliários ou resultam do registo de ascendências imaginárias, postas a circular pela prosápia dos próprios descendentes, ou de lapsos, como confusão entre homónimos ou saltos de gerações. Não estamos por conseguinte seguros de que os dados que a autora carrega sejam suficiente para apagar o *pesante giudizio morale*, que, segundo ela, *gravava su Bartolomeo Perestrello* — que na realidade nem era responsável pelos atos das suas irmãs, nem do outro mundo encomendou a quem quer que seja que neste lhe ilibasse a memória...

Seja como for, D. Pedro de Noronha foi um dos principais apoiantes de seu cunhado o duque de Bragança D. Afonso, a cujo lado se bateu contra D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira (20.V.1449). Por carta régia de 13.VIII.1444 obtivera a legitimação dos seus filhos D. João, D. Pedro, D. Isabel e D. Diogo, não se sabendo se os demais chegaram a ser legitimados.

<sup>365</sup> *La presenza degli italiani in Portogallo al tempo di Colombo*, Nuova Raccolta Colombiana, vol. XIV, Ist. Poligrafico e Zecca dello Stato - Archivi di Stato Roma, 2004, cap. IV, pp. 187 & sqq.

<sup>366</sup> Carta régia de 29.IV.1496, TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv<sup>o</sup> 40, fl 84 e *Leitura Nova - Legitimações*, liv<sup>o</sup> 1, fl 127 v.

Em todo o caso, nem as hipóteses de Luisa d'Arienzo nem a cronologia se coadunam com as especulações do Eng<sup>o</sup> Branco: por um lado, o arcebispo com quem Branca Dias vivia amancebada faleceu em 1452, pelo que, para esta lhe ter dado oito filhos, por força que viveu com ele pelo menos desde 1444; mas como nesse ano foram legitimados dois dos filhos nela havidos <sup>367</sup>, D. Isabel e D. Pedro de Noronha, há que recuar aquela data pelo menos para 1441. Ora mesmo que tivesse iniciado o contubérnio aos 16 anos de idade, não pode de modo algum ter nascido depois de 1425. Seja como for, dificilmente poderia ser irmã de Filipa Moniz que deve ter nascido c. 1455, desposando Colombo c. 1478: é assaz difícil que duas irmãs, filhas da mesma mãe, façam mais de 30 anos de diferença de idade! Erra também o meu interlocutor ao afirmar que Filipa era *tia* da condessa de Abrantes, pois embora fosse *prima* de D. Inês de Noronha, esposa de D. João de Almeida (irmão de D. Francisco de Almeida futuro vice-rei da Índia), em rigor não chegou jãmais a ser prima *da condessa*, pela simples razão que esta apenas se tornou condessa quando seu marido se tornou conde, o que sucedeu à morte de seu pai, D. Lopo de Almeida, 1<sup>o</sup> conde de Abrantes, em 1486, estava já Filipa morta e Cristóvão em Castela <sup>368</sup>! Não nos espanto, contudo tal erro da parte do Eng<sup>o</sup>, já que Mascarenhas Barreto, cujo livro é a bíblia de todos os *cubistas*, afirma a p. 463 da sua obra que D. Fernando de Castro, filho do primeiro conde de Monsanto (a quem chama também D. Fernando mas que na realidade se chamava D. Álvaro) casou em 1463 com D. Constança de Noronha, tia do arcebispo D. Pedro — que falecera em 1452 aos setenta anos de idade e muito dificilmente poderia ter, 11 anos mais tarde, uma tia casadoira! A única D. Constança de Noronha que conhecemos não era tia mas irmã do arcebispo e desposou, como já vimos, o duque de Bragança. Quanto ao 1<sup>o</sup> (e último) marquês de Montemor, filho do 2<sup>o</sup> duque de Bragança, é verdade que recebeu o título c. 1473, tendo já efetivamente desposado, em data anterior a 1460, D. Isabel de Noronha, filha do arcebispo <sup>369</sup>, que fora legitimada por carta de 13.VIII.1444, e era efetivamente prima carnal de Filipa; mas em 1477 caiu em desgraça, por ter recusado aposentar o arcebispo de Braga, convocado para as Cortes que D. João, príncipe regente durante a ausência de seu pai em França, reuniu na vila de que era marquês <sup>370</sup>, acabando por se envolver na conspirata contra D. João II, fugir para Castela e ser degolado em efígie a 12.X.1483, pelo que pouca ou nenhuma influência poderá ter tido nos negócios de Filipa Moniz ou de Colombo. O único que poderia ter alguma influência no caso seria o conde de Penamacor, D. Lopo de Albuquerque, que por contrato de 7.III.1467 desposara D. Leonor de Noronha <sup>371</sup>, também filha do arcebispo, vindo a receber o título de conde em 1475; mas não é de crer que se fosse imiscuir no casamento de uma prima de sua mulher, que nem era da sua linhagem nem descendia do arcebispo de que, a despeito da bastardia, advinha à sua esposa a nobreza. Para mais, poucos anos volvidos, envolveu-se também ele na conjuração, pelo que teve de fugir para Castela <sup>372</sup>.

De qualquer maneira cabe perguntar qual seria mais infamante para uma donzela da nobre família dos Perestrelos: se casar à face da Santa Madre Igreja com um burguês com veleidades de nobreza, bem colocado na sociedade local, se viver em contubérnio com uma figura do alto clero, se, como propõe Luisa d'Arienzo, ser monja cisterciense em Odivelas e parir dum desbragado frade domínico ...

<sup>367</sup> Carta de 13.VIII.1444, pub. por D. António C. de Sousa, *Provas...*, tomo III, ii parte, p. 171.

<sup>368</sup> A. Braancamp Freire, *Brasões...*, vol. II, cap xvi & vol. III, pp.337-338.

<sup>369</sup> Idem, *ibidem*, vol. III, pp. 299-300.

<sup>370</sup> Rui de Pina, *Chronica d'ElRey D. João II*, cap. vi.

<sup>371</sup> Idem, *ibidem*, pp. 307-310.

<sup>372</sup> Cf. Juan Gil, *El exilio portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Fundación Cajal, Sevilha, 2009.

## Derradeiros anos em Portugal: últimas viagens e génese do plano colombino

Parece que nos anos imediatos Colombo se estabeleceu no Funchal, onde até ao século XIX se mostrava a casa quatrocentista em que terá habitado, de que algumas pedras se conservam no museu. Conhece-se outra no Porto Santo, onde obviamente tinha interesses de família, mas onde devia permanecer pouco tempo, pois muito pouco açúcar se produzia aí, e era esse o nervo do negócio de seus patrões. Dessa época não nos resta praticamente documento algum; mas há em textos posteriores de Colombo uma ou outra fugaz alusão: na carta ao rei Católico em que apresenta o rol das suas façanhas náuticas, escreve: ... *Yo me e hallado traer dos naos y dexar una en el Puerto Sancto a hazer un pozo, en que se detuvo un día, e yo llegué a Lisboa ocho días antes de ella...*<sup>373</sup>. Indício da longa estadia de Colombo na Madeira poderá, quiçá, constituir a sua tendência para trocar na escrita os dois fonemas *l* e *lh* (grafado *ll* em castelhano) que, de facto, na pronúncia madeirense se confundem num som intermédio; mas não sabemos se era já assim em seu tempo.

São, contudo, múltiplos os testemunhos — D. Hernando, Las Casas, Fernández de Oviedo — de que foi aí, em contacto com o Atlântico, que Colombo começou a arquitetar o seu plano de atingir as Índias rumando a ocidente. Foi sem dúvida também em Portugal que aprendeu, embora assaz confusamente como veremos, os princípios da navegação astronómica de que, segundo Oviedo, foi o introdutor em Castela — o que confere à frase de Carlos Malheiro Dias com que abrimos este livro todo o seu sentido. Não é impossível que já durante a sua estada em Portugal se tenha entregue, como ao depois fez na Andaluzia, ao comércio de livros impressos e que isso lhe tenha facultado a cultura livresca que lhe permitiria cruzar as informações que coligia com o saber dos Antigos. Como tivemos já ocasião de notar, chegaram até nós alguns códices que lhe pertenceram, em cujas margens escreveu um total de 2.125 anotações. Espírito curioso, soube combinar sagazmente o que lia nos escritores antigos com as informações que recolhia até formar um plano perfeitamente coerente, que apenas o não conduziu ao resultado pretendido por duas razões: porque, como depois veremos em maior detalhe, se enganou redondamente ao calcular a redondeza do Orbe Terrestre; e porque entre ele e as Índias se intrometeu o Novo Mundo, de cuja existência ninguém no Velho suspeitava.

Não vale a pena enumerar aqui os autores clássicos em que se inspirou para apurar a sua concepção cosmográfica, sobre que se espraíam avonde tanto D. Hernando como Las Casas. Mais interessante é elencar as informações que recolheu em Portugal

---

<sup>373</sup> *Ibidem*, doc. XII, p. 286.

— que justificam perfeitamente a frase lapidar de Carlos Malheiro Dias que citámos ao começo.

Alguns dos informes que coligiu eram lendas, como a das Sete Cidades, a da Antília e a da ilha de S. Brandão — que embora desprovidas de fundamento histórico agiram como íman, excitando a curiosidade para com essas ilhas supostamente sitas nas plagas ocidentais do Atlântico <sup>374</sup>. A mais curiosa é a lenda das *Sete Cidades* (cujo nome, não se sabe bem porquê, acabou por ser dado a uma caldeira da ilha de S. Miguel): segundo ela, fugindo da invasão moura de 711, sete bispos da Hispânia visigótica ter-se-iam embarcado com todas as suas ovelhas para se refugiarem numa ilha sita a ocidente, onde teriam fundado sete cidades. A lenda da *Antília* é aproximadamente idêntica, e algumas fontes, tais como o globo de Martin Behaim, identificam-na expressamente com a das Sete Cidades. Aparece pela primeira vez no portulano do cartógrafo véneto Zuane Pizzigano em 1424 e em seguida em muitos outros mapas manuscritos, por vezes a oeste da fiada dos “Falsos Açores”, dipostos de Norte para Sul ao longo da costa portuguesa, a metade da distância a que queda o verdadeiro arquipélago, de que em algumas cartas faz parte. Conquanto figure ainda no mapa de Johann Ruysch, impresso em 1507, a Antilha é, após as viagens de Colombo, geralmente identificada com as ilhas do Mar das Caraíbas, a que legou o nome de *Antilhas*, agora no plural. Assim sucede nomeadamente no mapa do almirante turco Piri Reis, desenhado em 1513 sobre protótipos ibéricos desaparecidos. A ilha, representada com dimensões avantajadas, situa-se aí aproximadamente na posição na realidade ocupada pela de Barbados, e é designada por *Antilya*, explicando-nos uma legenda em aljamia que abunda em animais silvestres, papagaios e pau-brasil (*vakami*, adaptação do árabe *baqqam*, “pau brasil”) <sup>375</sup>.

<sup>374</sup> Henry Stommel, *Lost Islands: the Story of Islands that never vanished from nautical Charts*, University of British Columbia Press, Vancouver, 1984.

<sup>375</sup> S. Soucek, artº “Pīrī Re’īs”, in *EL*, vol. VIII, s. v.; A. Afetinan, *Life and Works of Piri Reis - The oldest Map of America*, publications of the Turkish Historical Society, serial VII, nº 69 <sup>32</sup>, Ángora, 2008; Maria Pia Pedani, “Piri Reis in Venitian Documents”, in *Mediterranea - Ricerche Storiche*, nº 34, Agosto de 2015, “Un mare Ottomano - An Ottoman Sea”, pp. 319-324; Gregory C. McIntosh, *The Piri Reis Map of 1513*, The University of Georgia Press, Athens (Geórgia, E. U. A.) & Londres, 2000. Pode ver-se uma reprodução do mapa de 1513 in Monique de la Roncière & Michel Mollat du Jourdin, *Les Portulans - Cartes marines du XIII<sup>e</sup> au XVII<sup>e</sup> siècle*, Nathan, Office du Livre, Friburgo da Suíça, 1984, nº 28, bem assim como nas guardas da obra que citamos a seguir; e, com a transcrição e tradução de todos as suas legendas in *Piri Reis haritasi = La carta marina di Piri Reis = Dei Karte des Piri Reis = Carte de Piri Reis = Piri Reis map*, Deniz Kuvvetleri Komutanlığı Hidrografi Nesriyatı, Istanbul, 1966. Atas de dois colóquios recentes sobre Piri Reis: Mehmet Necati Kutlu, Mutlu Yılmaz, Paulino Toledo & Öznur Seçkin (ed.), *Piri Reis en América Latina*, Publicaciones del Centro de Estudios Latinoamericanos, Buenos Aires, 2013; *Uluslararası Piri Reis Sempozyum Tebiğler Kitabı, 27-29 Eylül 2004 - Proceedings of the International Piri Reis Symposium, 27-19 September 2004*, Seyir, Hidrografi ve Oşinografi Dairesi Başkanlığı, Istanbul, 2004 (?).

Rompamos à meada o fio, por momentos, para fornecer ao leitor curioso alguns dados sobre Piri Reis. Reina certa confusão na interpretação do nome por que ficou conhecido na História: dir-se-ia que transcreve a expressão *pīr-e ra'īs*, que em persa, língua de cultura do Império Otomano, significa “velho arrais” ou “decano dos capitães”, pois *pīr* (adjetivo que em persa, ao contrário de todos demais, se coloca normalmente *antes* e não *depois* do substantivo que qualifica) significa “velho, ancião”. Seria nesse caso o título que lhe terá sido conferido em 1547 pelo sultão otomano Soleimão o Magnífico (r. 1520-66), ao confiar-lhe o comando da sua armada do Mar Roxo. Poderia também tratar-se de uma alcunha, como a que deu origem ao sobrenome *Velho* em português, mas *pīr* é um subsantivo abstrato, que significa “velhice”, o que torna difícil que tenha virado alcunha. A grafia *Pīrī* (que pode dever-se simplesmente ao facto de em turco não haver oposição fonológica entre vogais breves e longas) aparece também na onomástica de outras personagens do Império Otomano. O *ī* final, porém, denota em geral uma *nisba*, último elemento de um nome islâmico — em árabe, mas não em persa nem em turco, sempre precedido do artigo *al-* — que as mais das vezes indica a naturalidade do indivíduo ou da família (v. g. *al-Šilbī*, “o de Silves”), ou uma relação de clientela com uma personagem importante (*al-Sulaymānī*, “o da casa de Soleimão”). Como vimos já dar-lhe o nome próprio de Muhyī<sup>u</sup>-dīn bin Hājji Aḥmad Pīrī, pode admitir-se que seu pai Hājji Aḥmad (em turco moderno Hacı Mehmet) tenha estado ao serviço de um xeque, ancião ou mestre sufi, provavelmente do chefe de uma *ṭarīqa* (confraria mística), entidade que é designada em persa por *pīr*, em árabe por *šayk* ou por *muršid*, e em turco por *baba*<sup>376</sup>; daí lhe adviria *Pīrī* como *nisba*, o que se traduziria assim por “o da casa do ancião” — conquanto seu pai seja também por vezes chamado Hājji Aḥmad Kirmanī, *nisba* esta que indica ser originário de Kerman ou Karaman (a Laranda dos Antigos, 37° 10' N, 33° 13' E), na Isáuria. Piri Reis foi também conhecido por Pir Beğ, em que *beğ* é uma forma arcaica de *bey*, “ancião, chefe, governador, bei” (adaptação do antigo persa *baga*, “divino”, que aparecia na titulação dos reis sassânidas e está igualmente na origem do eslavo *Bor* ou *Bog*, “Deus”). É por isso que Diogo do Couto o designa constantemente por Pirbec<sup>377</sup>.

Seja como for, era, como ele próprio confessa num dos seus escritos, sobrinho (*biraderzade*, do persa *birādar* ou *barādar*, “irmão” e *zādè*, “nascido”, portanto, “filho de um irmão, sobrinho direito”) de Kemal Reis, pirata e depois capitão corsário do sultão, sob cujas ordens serviu; este é por vezes — nomeadamente numa das legendas do mapa desenhado por seu sobrinho — designado por Gazi Kemal, sendo *gazi* (do árabe *gāzī*, “guerreiro, bravo, campeão”, um título dado aos que se distinguiram na *gazua*, *gaziva* ou *algazu*, *i. e.*, nas incursões contra infieis, que tanto podiam ser expedições terrestres como operações de corso). Muhyī<sup>u</sup>-dīn ou Piri Reis nasceu entre 1465 e 1470, ao que parece em Gallipoli (nome italiano por que é conhecida a cidade designada em grego por Καλλιόπολις, «bela cidade», modernamente em turco por Gelibolu, 40° 24' N, 26° 40' E), na margem europeia dos Dardanelos. Veio a morrer no Cairo em 1553, decapitado pelo *beylerbey* («bei dos beis», *i. e.* «governador») do Egipto, com o consentimento do sultão, por ter levantado o cerco que pusera à fortaleza portuguesa de Ormuz sem a ter tomado, o que foi imputado a suborno. Sob o comando de seu tio participara em diversas operações navais contra Génova e Veneza e na costa do Levante espanhol. Em 1516-17 tomou parte na conquista otomana do Egipto e foi nessa ocasião que presenteou o sultão com o seu mapa; participou também na de Rodas em 1522. Nomeado capitão-mor da armada turca no Mar Roxo em 1547, comandou no ano seguinte a tomada de Aden e em seguida, a despeito da sua avançada idade, diversas operações contra os portugueses na área do Golfo Pérsico, até ao fim trágico que relatámos.

<sup>376</sup> K. A. Nizami, artº “Pīrī” in *EI*, vol. VIII, s. v.

<sup>377</sup> *Ásia*, VI, x, 1.

Perito marinho, devem-se-lhe dois grandes mapas, que chegaram até nós truncados, datado um de 1513 e o outro de 1528, e um tratado de navegação, contendo um detalhado roteiro do Mediterrâneo, o *Kitāb-ı Bahriye* ou “Livro do Mar”, composto em 1521 (versão de que subsistem 11 manuscritos) mas revisto em 1524-25 (versão de que existem outros quatro)<sup>378</sup>. O manuscrito original compõe-se de 434 páginas e contém 290 mapas. Nesta obra recapitula as extensas legendas do seu planisfério de 1513, que é o que para nós aqui tem interesse. Como aí explica, para o elaborar serviu-se de 34 mapas, quatro dos quais portugueses, e um debuxado pelo próprio Colombo. Trata-se provavelmente de uma cópia do seu mapa de 1498, de que a seu tempo falaremos. Tê-lo-á obtido quando em 1501, sob o comando de seu tio, participou em operações corsárias ao largo de Valência, em que apresaram sete navios espanhóis. Entre os prisioneiros que então fizeram contava-se um marinho, cujo nome ignoramos, que dizia ter participado em três das viagens colombinas, que uma extensa legenda, a 5ª, do mapa de 1513 reporta. Os pormenores que dá sobre o achamento do Novo Mundo, a começar no rumo oés-sueste seguido à partida, correspondem sobretudo ao que se passou na segunda viagem do Almirante, de onde parece deduzir-se não ter o tal marinho participado na primeira; e como, se de facto foi aprisionado em 1501, não pode ter participado na quarta (1502-1504), dir-se-ia que apenas teria tomado parte na segunda e na terceira, sendo esta a que está na origem do referido mapa desenhado por Colombo.

O mapa de Piri Reis, debuxado em coiro de gazela, está datado do mês de Muḥarram do ano 919 da Hégira, ou seja, de Março-Abril de 1513; foi achado no palácio de Top Kapı em 1929, mas está incompleto, apenas representando o Atlântico e as costas ocidentais da África e da Península Ibérica; como o reticulado de rumos está centrado no Sahara, deduz-se que lhe falta uma página inteira, em que estavam debuxados a África Oriental e o Oceano Índico, o que é confirmado pelo *Kitab-ı Bahriye*.

Ouvimos já a um dos nossos historiadores desportivos afirmar que o infante D. Henrique fez os seus descobrimentos graças aos segredos que herdara dos Templários, entre os quais o mapa de Piri Reis — desenhado 53 anos após a morte do Infante, que *inter alia*, regista já o Tratado de Tordesilhas e a viagem de Vasco da Gama! Como para o afirmar apenas consumiu saliva, e não dinheiros públicos, é mais fácil prodoar-lhe do que noutros casos...

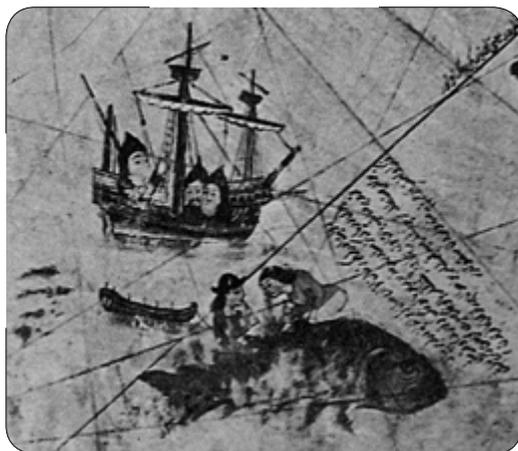
Essas ilhas lendárias herdaram parcialmente os antigos mitos concernentes à Atlântida, referidos por Platão no *Timeu*<sup>379</sup> e no *Crítias*; e na sua *Historia General de las Indias*, publicada em 1552, Francisco López de Gómara identifica os atlantes com os aztecas. A lenda da ilha de S. Brandão apresenta um cunho ainda mais maravilhoso do que a da Antilha: S. Brandão (c. 484-577) foi um monge irlandês, que seguindo a tradição céltica da *peregrinatio pro Christo*, que levava frequentemente os ascetas a expatriarem-se, embarcando para longes terras onde pudessem anunciar a mensagem evangélica ou fundar mosteiros em ilhas isoladas, deambulou pelas Ilhas Britânicas, Bretanha, Órcades e ilhas Shetland, atingindo talvez também as ilhas Faro

<sup>378</sup> Pirî Reis, *Kitab-ı Bahriye* [fac-simile do manuscrito, em aljamia, transcrição em caracteres latinos, tradução em turco moderno e tradução em inglês], 4 vols, Ministry of Culture and Tourism, Turkish Republic / The Historical Research Foundation, Istanbul Research Center, Ângora e Istanbul, 1988.

<sup>379</sup> Assim in Girolamo Benzoni, *La historia del Mondo Nuovo*, Veneza, 1565 [reimp. anastática, Sabin Americana, s/l, s/d], fl. 11 r.

ou Færøern, a meio caminho para a Islândia. A lenda atribui-lhe viagens ainda mais dilatadas, em cujo decurso teria inclusivamente aterrado numa ilha que lhe fugiu de sob os pés, pois não era finalmente ilha de terra e pedras, mas um gigantesco cetáceo! Este episódio é representado numa iluminura do mapa de Piri Reis, em que se veem dois indivíduos, aparentemente duas mulheres, a atear fogo sobre o dorso do monstro marinho, o que o terá posto em fuga.

Na sua forma latina, a *Navigatio sancti Brendani Abbatis* (de que há 118 manuscritos, um deles na Biblioteca Nacional de Lisboa <sup>380</sup>), data pelo menos do século IX,



**A ilha de S. Brandão no mapa de Piri Reis**

A legenda reza: “Diz-se que em tempos um certo sacerdote de nome *Sanvolrandan* navegou pelos sete mares. Diz-se que aterrou neste peixe, pensando ser terra firme, e fizeram fogo sobre esse peixe. Quando as costas do peixe lhe começaram a arder, ele mergulhou no mar. As pessoas embarcaram de novo dos seus batéis e fugiram para o navio. Este caso não é referido pelos portugueses infiéis; é tirado de um antigo mapa-múndi”.

ao passo que a versão francesa de Benedeit, *Le voyage de Saint Brandan*, de começos do século XII, transmitida por seis manuscritos, é o mais antigo texto narrativo em língua francesa que chegou até nós. É daí que provém a representação na cartografia de uma *Ilha de S. Brandão*, que de início aparece na zona das Canárias, mas ao depois, à medida que progredia o conhecimento geográfico do Atlântico migra para as mais diversas zonas, inclusive para o Oceano Índico, na zona das Mascarenhas, e só desaparece definitivamente das cartas impressas em 1867 <sup>381</sup>. História semelhante e relações com a mesma lenda tem a *Ilha Brasil* de que falaremos mais tarde.

Ao lado da de S. Brandão, há uma outra lenda céltica respeitante a viagens no Atlântico norte: a lenda galesa de Madoc, filho do rei Owain de Gwynedd, no norte do país de Gales (r. 1137-1170), que, à morte deste, no contexto da disputa pela sua sucessão, se teria refugiado em terras da América Setentrional. A lenda permaneceu

<sup>380</sup> Aires A. do Nascimento, *Navegação de São Brandão nas fontes medievais portuguesas*, ed. crítica de..., Ed. Colibri, Lisboa, 1998.

<sup>381</sup> Henry Stommel, *Lost Islands - The story of islands that have vanished from nautical charts*, University of British Columbia Press, Vancouver, 1984.

muito tempo na tradição oral, até ser utilizada no século XVI para justificar a colonização inglesa no continente norte-americano <sup>382</sup>. A mais antiga referência escrita que se lhe conhece aparece num poema galês de Meredudd ap Ryhs, composto entre 1450 e 1485. Em 1805 Robert Southey (1774-1843) dedicar-lhe-ia um extenso poema, com que pretendia rivalizar com Homero <sup>383</sup>. Na sua viagem às Ilhas Britânicas, em 1476-77, Colombo pode ter ouvido mencionar a lenda; mas a verdade é que nem D. Hernando nem Las Casas a referem entre as musas inspiradoras do projeto colombino. O mesmo se diga das sagas islandesas que mencionámos há pouco, como a de *Erik, o Ruivo*, e a dos *Gronelandeses*, que narram a fundação de duas colónias normandas na Gronelândia no derradeiro quartel do século X; em geral creditam a Leif Erikson, filho de Erik, o achamento da Markland, “terra das florestas”, que deve corresponder à península do Labrador, e da Vinland, identificável com a Terra Nova. O testemunho das sagas é confirmado quer por achados arqueológicos em Anse-aux-Meadows na costa da Terra Nova quer por referências à Vinland nos *Gesta Hammaburgensis Ecclesiae Pontificum*, redigidos c. 1075 por Adão de Bremen, e no *Íslendingabók* ou *Libellus Islandorum* de Ari Þorgilsson (c. 1067-1148). O nome de *Vinland*, “terra do vinho”, advir-lhe-á certamente da presença de cepas americanas (*Vitis labrusca*, L.) — a espécie que, por ser mais resistente ao inseto da filoxera do que as nossas vides (*Vitis vinifera*, L.), começou a partir da década de 1870 a ser utilizada na Europa como cavalo ou porta-enxertos destas. Segundo a *Saga dos Gronelandeses* <sup>384</sup> foi um alemão, companheiro de Leif Erikson, quem ao internar-se um pouco no país deparou com uvas, que na realidade não abundam em regiões tão setentrionais.

A busca de ilhas como a das Sete Cidades e a de S. Brandão estimulou várias viagens, que podem eventualmente ter entrevisto terras reais. Inspiradas ou não nestas lendas, corriam no tempo de Colombo notícias persistentes de avistamentos de terras: a de uma ilha entre a Madeira e a Terceira, entrevista por Vicente Dias à vinda da Guiné (provavelmente em 1456), a de uma terra imersa a oeste da rota de Santa Maria à Irlanda por um certo *piloto vesgo* de Porto de Santa Maria, e a de três outras ilhas que descortinara certa vez António Leme, casado na Madeira. Foi em busca de uma ilha entrevista desse modo que Diogo de Teive zarpuu do Faial à descoberta, vindo a topar com as ilhas de Flores e Corvo — viagem real e histórica, que sabemos ter tido lugar em 1452; apenas não é seguro se prosseguiu para Ocidente, topando

---

<sup>382</sup> Versão romanceada da história: Bernard Knight, *Madoc: The story of a Welsh prince who, legend says, discovered the continent of North America*, Accent Press, Cardiff, 2016.

<sup>383</sup> Robert Southey, *Madoc*, 2 vols, Gale - Sabin America, 1806.

<sup>384</sup> cap. IV; Régis Boyer, pp. 362-364.

com terras imersas à latitude do Cabo Clear, na Irlanda (51° 25' N), que corresponderiam então à Terra Nova <sup>385</sup>. Conhecem-se projetos posteriores de viagens para ocidente, mas não se sabe sequer se chegaram a partir: tal é nomeadamente o caso da ilha que “nas partes do mar oceano” pretendia achar Rui Gonçalves da Câmara, filho de João Gonçalves Zarco, de que recebeu nos moldes habituais a capitania-donatária por carta régia de 21.VI.1473 <sup>386</sup>. Dois escritores açorianos relativamente tardios, Gaspar Frutuoso (1522-91) e António Cordeiro (1641-1722), asseveraram que João Vaz Corte-Real e Álvaro Martins Homem, que em 1474 receberam as capitânias das duas metades em que foi dividida a ilha Terceira, as receberam em galardão de uma viagem descobridora que teriam empreendido à “Terra dos Bacalhaus”, ou seja, à Terra Nova, que a generalidade das fontes diz descoberta por Gaspar Corte-Real, filho de João Vaz, em 1500. Esta data, contudo, pode não estar certa, pois já a 12.XII.1499 D. Manuel concedera ao marquês de Vila Real os dízimos do bacalhau que entrasse pelo porto de Viana <sup>387</sup>.

Segundo testemunha D. Hernando, a viúva de Bartolomeu Perestrelo, sogra de Colombo, ao vê-lo tão curioso das cousas da navegação, deu-lhe as escrituras e cartas de marear que tinham ficado de seu marido, com o que aquêceu ainda mais a curiosidade do genro. Não sabemos de que se tratava exatamente, pois Bartolomeu Perestrelo não era, como vimos já, um mareante, ainda que tenha navegado entre o Continente e a sua ilha. Era talvez por isso que tinha em seu poder cartas de navegar.

Por outro lado Colombo soube, por seu concunhado Pedro Correia, capitão da Graciosa, que, como vimos fora episódicamente capitão também do Porto Santo, que aparecera aí certa vez um madeiro engenhosamente trabalhado, trazido à deriva pelas correntes e pelos ventos, semelhante a um que Martim Vicente, piloto d'El-Rei, vira a umas 450 léguas a oeste do Cabo de S. Vicente, que aparentava não ter sido lavrado com ferro. Era certamente um ídolo, totem ou cousa semelhante, quiçá um *cemi* ou figura de antepassado, entalhado por qualquer população neolítica do Novo Mundo. Pero Correia revelou-lhe igualmente que vira darem à costa no Porto Santo “canas tão grossas que de um nó a outro cabiam nove garrafas de vinho” — certamente bambus do Continente Americano, onde existem dele 21 géneros e cerca de 400 espécies diferentes <sup>388</sup>.

<sup>385</sup> Cf. Manuel Heleno, *O Descobrimento da América*, Tip<sup>a</sup> do Anuário Comercial, Lisboa, 1933.

<sup>386</sup> Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, III, doc. 98, pp. 130-131.

<sup>387</sup> † Pero Magalhães & Manuel Artur Norton, “Fagundes e a descoberta do Canadá” in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, Universidade do Porto & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, vol. II, Porto, 1989, pp. 403-482.

<sup>388</sup> *HA*, cap. v & ix; Cf. *HI*, I, xiii & sqq.

É possível que tenham também por vezes deparado aí com favas-do-mar, *Entada gigas*, (L.), Fawc. & Rendle, a leguminosa que dá as maiores vagens do mundo, que podem atingir dois metros de comprimento. A planta é originária das Antilhas e América Central. As suas sementes podem resistir anos na água salgada sem se deteriorar; arrastadas pela corrente do Golfo dão frequentemente à costa nos Açores, na Madeira e no litoral africano.

A ideia de que foi na Madeira que Colombo juntou os indícios da existência de terras a oeste e arquitetou o seu plano era no século XVI consensual; Francisco López de Gómara (1511-66), que não pode ter conhecido nem a obra de D. Hernando nem a de Las Casas, dá da génese do projeto colombino uma versão romanesca <sup>389</sup>:

*Navegando una carabela por nuestro mar Océano tuvo tan forzoso viento de levante y tan continuo, que fué parar a tierra no sabida ni puesta en el mapa ò carta de marear. Volvió de allá en muchos mas dias que fué; y cuando acá llegó no traía mas de al piloto y à otros tres ò quatro marineros, que, como venían enfermos de hambre y de trabajo, se murieron dentro de poco tiempo en el puerto. (...) Unos hacen andaluz à este piloto, que trataba en Canaria y en la Madera, cuando le aconteció aquella larga y mortal navegación; otros vizcaíno, que contratava en Inglaterra y Francia; y otros portugués. (...) Solamente concuerdan todos en que falleció aquel piloto en casa de Cristóbal Colón, en cuyo poder quedaron las escrituras de la carabela y la relación de todo aquel luengo viaje, con la marca y altura de las tierras nuevamente vistas y halladas.*

*Casóse [Colombo] en aquel reino, ó como dicen muchos, en la isla de la Madera, donde pienso que residia à la sazón que llegó allí la carabela susodicha. Hospedó al patrón della en su casa, el cual le dijo el viaje que le había sucedido y las nuevas tierras que había visto, para que se las asentase en una carta de marear que le compraba. Falleció el piloto en este comedio, y dejóle la relacion, traza y altura de las nuevas tierras, y así tuvo Cristóbal Colón noticia de las Indias. (...). Parésceme que si Colon alcanzara por esciencia [i. e., por leituras] donde las Indias estaban, que mucho antes, y sin venir à España [i. e., à Península Ibérica], tratara con genoveses, que corren todo el mundo por ganar algo, de ir à descubrillas {34}. Empero nunca pensó tal cosa, hasta que topó con aquel piloto español que por fortuna de la mar las halló.*

Já anos antes o licenciado de Tudela registara em latim uma tradição semelhante, numa página em branco do seu exemplar da primeira edição das *Décadas* de Pedro Mártir de Angléria, que se encontra hoje na Biblioteca Nacional de Madrid; só que aí o piloto que à hora da morte revelou a Colombo o descobrimento fortuito que fizera era, como ele, genovês:

*Christoforus Colon natione Genuensis pauper hauitauit Portugalie per multos annos in insula de la Madera, ubi casu uenerunt quidam illius patrie qui nauigarunt cum magna tempestate et*

<sup>389</sup> Francisco López de Gómara, *Hispania Victrix – Primera y segunda parte de la Historia General de las Indias*; servimo-nos da edição de Don Enrique de Vedia, *Historiadores Primitivos de Indias*, vol. I, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1946, p. 165. Como os seus capitulos são desprovidos de numeração, somos obrigados a dar como referência as páginas desta edição-

*currerunt ad insolas nouiter repertas; et ut pilotus infirmatus erat ad mortem, et ipse dedit ipso Christoforo memoriam illarum regionum, anno 1475, ubi ipse Colon profectus est ad Portugalie regem Alfonsum et forte, quia ipse erat tunc temporis occupatus in uelis [lege: bellis] Castellae, eum non audiuit; et ita dictus Christoforus profectus est Castelle regi Ferdinando et sic fecit primum iter anno 1492 et inuenit insolas Spañolam et Fernandinam et plures alias, “Cristóvão Colón, de nação genovês {35}, pobre, habitou em Portugal por muitos anos, na ilha da Madeira, onde por acaso vieram alguns de sua pátria, que navegaram com uma grande tempestade e correram até às ilhas novamente achadas; e quando o piloto adoeceu até à morte, deu ele próprio ao dito Cristóvão memória daquelas regiões, no ano de 1475, de onde o próprio Colón se dirigiu ao rei de Portugal Afonso; e sucedeu que por ele estar ocupado nas guerras de Castela, o não ouviu; e assim o dito Cristóvão dirigiu-se ao rei de Castela Fernando, e assim fez a primeira viagem no ano de 1492, e descobriu as ilhas Espanhola e Fernandina e muitas outras”<sup>390</sup>.*

A história nada tem de inverosímil, mas é impossível controlá-la por outras fontes. A ser autêntica explicaria cabalmente a súbita e apaixonada conversão de Colombo da mercancia à marinharia.

Nos escritos de Piri Reis, que conhecemos já, a história da gênese do plano colombino é apresentada de forma não menos romanesca mas sensivelmente diferente: ainda em Génova, Colombo teria descoberto um livro antiqüíssimo que referia a existência de terras emersas a ocidente; teria então começado a esboçar um plano para as encontrar, pelo qual, porém, na sua terra natal ninguém se havia interessado, o que o teria então levado a solicitar o patrocínio dos reis de Castela e Aragão. Lê-se, com efeito, na mais extensa das legendas do seu mapa-múndi de 1513 (a 5ª, a contar de cima para baixo, junto à margem esquerda da carta, ocupando o interior do continente sul-americano):

Estas costas são chamadas “litoral da Antília”. Foram descobertas no ano 896 do calendário árabe, o que é narrado assim: houve um cafre (“infel”) genovês {36}, cujo nome era Qulūmbū, que foi quem descobriu essas partes. Por acaso, caiu entre as mãos do dito Qulūmbū um livro, e achou escrito nele que no fim do Mar do Magrebe (*i. e.*, “mar do ocidente”, em árabe *baḥr al-māḡrib*), ou seja, do lado do poente, havia costas e ilhas e toda a sorte de metais e pedras preciosas. E tendo-o o sobremencionado estudado minuciosamente, explicou tal cousa a um dos grandes de Génova e disse: “vamos! dá-me dois navios e deixa-me ir a descobrir aquelas partes”. E eles lhe responderam: “ó homem inútil! pode um fim ou limite ser achado ao mar ocidental? os seus vapores estão repletos de trevas!”. Vendo o sobredito Qulūmbū que nenhuma ajuda lhe adviria dos genoveses, pôs-se a caminho e foi até ao Bei de Espanha e contou-lhe tudo em pormenor. Responderam-lhe eles também como os genoveses. Em poucas palavras: Qulūmbū requestou-os repetidas vezes, e finalmente o Bei de Espanha deu-lhe dous navios bem equipados, etc.

A data 896 da Hégira enferma de erro de uma unidade, pois o ano 896 decorreu de 14.XI.1490 a 3.XI.1491 da era cristã e o descobrimento do Novo Mundo veio a dar-se

<sup>390</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. ii, pp. 126-128.

a 12.X.1492 o que corresponde a finais de 897 A. H. (4.XI.1491-22.X.1492). Quanto à lenda do Mar Tenebroso, falaremos dela mais abaixo. Veremos também que o episódio do “livro antiqüíssimo” corria igualmente em Espanha, não sendo contudo atribuída a Colombo, mas a seu companheiro de aventura Martín Alonso Pinzón.

A história repete-se com pequenas variantes, no *Kitab-ı Bahriye*<sup>391</sup>, do mesmo Piri Reis, redigido em 1521 e revisto em 1524, em que após um capítulo dedicado às Antilhas, a seus habitantes antropófagos, ignaros dos metais, e ao comércio que com eles entabularam os espanhóis, se inserem dois mais, algo romanceados, em que se explicam as circunstâncias em que o descobrimento se produziu:

Em Génova {37} havia um astrólogo cujo nome era Qūlūn; caiu em seu poder um livro curioso, que era sem dúvida do tempo de Alexandre. Nesse livro haviam coligido e registrado tudo quanto se sabia acerca da navegação. Esse livro chegou por fim ao país dos Franges, mas não sabiam o que nele estava escrito. Qūlūn achou esse livro e leu-o, após o que o levou ao Bei de Espanha. E quando ele disse ao Bei tudo quanto estava escrito nele, este deu-lhe navios. “Usa esse livro”; e usando-o Qūlūn navegou e atingiu as Antilhas. Depois disso não cessou de descobrir essas terras, e a rota para elas tornou-se conhecida. E esse mapa chegou a nossas mãos...

Como a seu tempo veremos, Piri Reis alude provávelmente ao mapa desenhado por Colombo em 1498, de que terá possuído uma cópia. O nome de Génova aparece na forma *Jīnviz*, em moderna transcrição ataturquiana *Cenviz*, adaptação do italiano *genovese*, “genovês”, pois em turco hodierno a cidade é normalmente chamada *Cenova*. Quanto a “País dos Franges” (*Afranĵ*, em transcrição moderna *Efrenc*, “Frância, Europa”) é o nome usado no Mundo Muçulmano desde a época de Carlos Magno, rei dos Francos, para designar o Ocidente europeu de cultura latina, distinto de *Rūm*, lit. “Roma”, que apenas permaneceu em uso para o Império Bizantino.

Comparando ambas as versões da história, nada mais há a notar para além desse detalhe, senão que desapareceu da segunda o oferecimento de Colombo às autoridades genovesas; que, em conformidade com o uso que se generalizara entretanto em Espanha, o nome do descobridor passou de Qulūmbū a Qūlūn; e que começa a ser descrito como “astrólogo” (em turco moderno *müneccim*, do árabe *munajjim*, com igual significado, derivado de *najm*, “estrela”). Como da primeira vez, não se alude sequer à passagem de Colombo em Portugal.

Tornando à data dos oferecimentos do futuro Almirante das Índias ao soberano português: jámais poderia ser 1475, como afirma o licenciado de Tudela, uma vez que aquele só aterrou em Portugal no ano imediato. Não há, para mais, qualquer indício de

---

<sup>391</sup> fl 41 a-b; *ed. cit.*, pp. 195-197.

que tenha desde logo oferecido os seus préstimos a D. Afonso V, então reinante, mas só mais tarde a seu filho e sucessor, que subiu ao trono em 1481; mas ninguém esperaria grandes rigores cronológicos de uma mera tradição oral.

Esperar-se-iam, sim, de um autor que se propõe revolucionar os estudos históricos em Portugal, demonstrando ser Colombo um agente secreto português, encarregado de conduzir os castelhanos às Antilhas, para os desviar do litoral africano conducente às Índias — por que na realidade não haviam jamais demonstrado apetência alguma — cobrindo de insultos os historiadores probos, que se atêm fielmente aos documentos e ao que estes deixam honestamente entrever. Apostado em provar não só que os portugueses tinham uma vaga noção da existência da América, o que é assaz plausível, mas que conheciam em detalhe a sua topografia, Mascarenhas Barreto <sup>392</sup> amontoa a esmo os mais díspares testemunhos, sem minimamente esguardar à sua cronologia, ou, o que é pior, inventa provas.

Cita, por exemplo, um conhecido passo do *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira <sup>393</sup> em que — em abono da sua opinião, que hoje sabemos errónea, em como à superfície do Globo havia mais terra que mar — claramente alude a uma viagem que fizera ao Novo Mundo em 1498:

*... temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso [= de D. Manuel, a quem o Esmeraldo é dedicado] reinado, do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde Vossa Alteza nos mando descobrir a parte oucidental, passando além da grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada ùa tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a satenta graus de ladeza da linha equinocial conta o polo ártico [...] e vai além em vinte e oito graus e mêo de ladeza contra o polo antártico...*

Daí conclui Barreto que “não podendo tratar-se da Terra Nova, explorada pelos Portugueses de 1471 a 1473”, se refere o autor “indiscutivelmente às ilhas de Trinidad, Barbados e às Pequenas Antilhas de Barlavento”. Esquêceu-lhe virar ao *Esmeraldo* algumas páginas para achar a chave do enigma: ao discutir se é a inclinação do sol a causa única e unívoca da pretidão dos africanos, aduz, como esteio do seu cepticismo em relação a essa teoria simplista, o facto de os índios do Brasil, que vivem à mesma latitude, serem quase brancos — explicitando que era do Brasil que se falava no capítulo segundo do primeiro livro da obra, de onde foi extratado o passo acima transcrito. Uma vez que fonte alguma, a não ser os dois passos citados do *Esmeraldo* aludem a tal viagem, ficamos ardendo em ânsias de saber em que se baseia Barreto para afirmar que as terras visitadas

<sup>392</sup> *op. cit.*, p. 72-73.

<sup>393</sup> Liv<sup>o</sup> I, cap. ii & liv<sup>o</sup> II, cap. xi.

por Duarte Pacheco foram a Trinidad, Barbados e as pequenas Antilhas de Barlavento e não, por exemplo, Haiti, Porto Rico e as pequenas Antilhas de Sotavento...

O mais grave, contudo, não é isso. Como é que se pode apontar como indício de um conhecimento pré-colombino da América, imputável a iniciativa de D. João II, um texto que refere explicitamente que a viagem se fez em 1498 e a mando del-rei D. Manuel?

Outros dos indícios aduzidos são ainda mais fantasistas, não constam de nenhuma fonte e não se podem imputar senão à natural invenção do autor. Tal é, nomeadamente, a afirmação de que

quando em 1498 os navios de Vasco da Gama passaram os ilhéus atlânticos de S. Pedro e S. Paulo (29° 22' long. O, 0° 56' lat. N) a cerca de 1300 km da costa brasileira e 1500 km da costa da Guiné — o que representa uma larguíssima volta pelo interior do oceano, para quem vai descobrir a Índia! — realizaram uma festa a bordo, por se acharem em frente de terra portuguesa. Só então infletiram o rumo para oriente.

Ora sucede: que o episódio não consta de nenhuma das fontes de que dispomos sobre a viagem do Gama, nomeadamente do seu *Roteiro* atribuído a Álvaro Velho; que Vasco da Gama não passou nos penedos de S. Pedro e S. Paulo, que só viriam a ser descobertos em 1511 pela armada de D. Garcia de Noronha à ida para a Índia, como voltaremos a ver a propósito da viagem de Pinzón em 1499-1500; e que se tivesse passado não teria provavelmente chegado daquela feita à Índia, pois era de facto necessário “fazer uma larguíssima volta pelo interior do oceano”, não sendo possível naquela paragem inflêtir o rumo para oriente, contra ventos e correntes: teria sido arrastado pela Corrente Equatorial do Norte e empurrado pelos alísios de NE, e teria talvez ido parar às ilhas de Cabo Verde, para recomeçar então a volta...

Da natural invenção do autor deve igualmente ser o facto que a seguir aduz, o descobrimento da Florida “por Gaspar Corte-Real na viagem de 1494/1500” — o que, inda que fora verdadeiro, seria posterior de pelo menos dois anos ao descobrimento colombino, não podendo por isso constituir de forma alguma um precedente deste! O mesmo se diga da viagem de Gonçalo Coelho ao Brasil, de que voltaremos a falar, cujos resultados são registados no mapa de Visconde di Maiolo, de 1504, pois teve lugar em 1503-1504 — e não “muito tempo antes”, como baseado tão somente na lentidão das comunicações na época, presume o nosso autor!

Mais gratuita ainda — se possível! — é a afirmação<sup>394</sup> de que “o Infante Dom Henrique (...) já considerava a hipótese de atingi-la [Índia] *'pelo reverso do mundo'*,

---

<sup>394</sup> *op. cit.*, p. 78.

ou seja, pelo Ocidente” — quando nem sequer é seguro que pensasse em alcançá-la pelo anverso! Buscava, seguramente, a aliança com o Preste João da Etiópia, quiçá para com a sua ajuda reconquistar a Terra Santa; mas não há, antes de c. 1470, na documentação portuguesa nenhum sinal de que se pensasse em entabular relações com a Índia *stricto sensu* e, sobretudo, em fazer pela rota do Cabo comércio de especiaria <sup>395</sup>.

Embora na confusa tradição que veio a corporizar-se na lenda do piloto anónimo seja dificultoso discernir o real do fantasiado, há que reter, de qualquer modo, como assaz verosímil a alusão à Madeira como lugar onde o futuro descobridor coligiu a mor parte dos elementos que lhe permitiriam arquitetar o seu projeto. Daí a frase de Carlos Malheiro Dias que escolhemos como mote deste livro.

Na Madeira Colombo deve-se ter sobretudo familiarizado com o regímen de ventos e correntes do Atlântico, que entrevira já aquando da viagem à Islândia e pôde conhecer melhor na, ou nas, que fez à costa africana, até S. Jorge da Mina. Ignoramos as suas datas. Sem, como é seu hábito, indicar as fontes em que se baseia, Mascarenhas Barreto <sup>396</sup> afirma que a viagem teve lugar em 1482-83 e se fez em companhia de João Coelho, “o da Porta da Luz”, *com quem Cristóbal Colón insinuou ter ido a São Jorge da Mina (de 1482 a 1483), já que foi esse navegador quem para aí rumou. Nesses dois anos poderia ter ido às Antilhas...* Ora a verdade é que não encontramos nos textos colombinos nem a *insinuação* a que Barreto alude, nem qualquer menção de João Coelho, a que nas colêtâneas de documentos quatrocentistas até aqui publicadas tampouco se acha qualquer referência — nem a tal navegação, nem a tal navegador, nem muito menos à data em que terá navegado. Apenas lhe alude, muito mais tarde, a carta de Estêvão Fróis a D. Manuel, escrita de Santo Domingo onde estava preso por ter entrado sem licença nos domínios de Castela, a 30.VII.1514 <sup>397</sup>, em que afirma que Sua Alteza *puseia estas terras* [não se sabe exatamente quais, talvez o Nordeste brasileiro, por onde haviam andado] *há vinte anos e mais, e que já João Coelho, o da Porta da Cruz, vizinho da cidade de Lisboa viera ter por onde nós outros vínhamos a descobrir* — o que é manifestamente insuficiente para estabelecer com precisão qualquer trajeto ou data; e, *a fortiori*, para afirmar que Colombo acompanhou a expedição de Diogo Ribeiro em que Estêvão Fróis se incorporara, e que esta, que parece ter atingido o Rio da Prata, se dirigira à Mina!

---

<sup>395</sup> Vide a carta régia de 19.X.1470, pub. in *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1993, doc. 67, pp. 161-162

<sup>396</sup> *op. cit.*, p. 137.

<sup>397</sup> Pub. por Rolando A. Laguarda Trías, *El predescubrimiento del Río de la Plata por la expedición portuguesa de 1511-1512*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1973, pp. 71-85.

Pelo modo como se exprime, Colombo não se deve ter deslocado à Mina em 1485, quando D. João II aí mandou Mestre Rodrigo e Mestre José Vizinho, a medir com o astrolábio a altura meridiana do Sol. Com efeito, num dos seus escólios — em que Las Casas crê, contudo, reconhecer a letra de Bartolomeu Colombo — o futuro descobridor afirma que, de regresso, Mestre José *renunciavit dito serenissimo regi me presente*, “anunciou ao dito sereníssimo Rei, em minha presença”, que a Ilha dos Ídolos, junto à Serra Leoa, onde a 11 de Março (que era então a data do equinócio no calendário juliano) efetuara medidas, estava a 5° da Linha Equinocial — modo de dizer que parece indicar que o não acompanhou, apenas presenciando a sua entrevista com o soberano.

É bem sabido que D. João II era pouco propenso a aceitar a bordo dos seus navios simples curiosos, pelo que é de presumir que a sua viagem (ou viagens) à Guiné, de que não há notícia senão pelos testemunhos do próprio e de seu filho, teve talvez lugar por conta dos seus patrões — embora o negócio principal destes fosse o açúcar, que nesta época nem se produzia nem se consumia na costa ocidental africana, pois não era aí conhecido. O seu escopo poderia por exemplo ser a aquisição de escravos africanos para as propriedades da sogra no Porto Santo ou para as plantações de açúcar da Madeira, o que explicaria as visitas a diversos pontos da Guiné — mas não à Mina, que, curiosamente, importava a troco de ouro escravos de outras regiões, de onde os portugueses lhos traziam, em especial do Benim, provavelmente para os trabalhos da mineração.

Tampouco é impossível que D. João II, a quem Colombo teria apresentado já então o seu projecto, o tivesse deixado embarcar nalgum dos seus navios para que pudesse apurar melhor a sua ideia e para, ao mesmo tempo, o pôr à prova. É de qualquer modo interessante notar que ele afirma por duas vezes ter determinado que o castelo de S. Jorge da Mina estava “sob a linha equinocial” ou seja, a 0° — quando na realidade está, como os dois astrólogos d'El-Rei mediram e ele refere num dos escólios, a 5° N. Se veio para a corte discutir os seus resultados com os técnicos de D. João II, isso não há de ter criado a este grande confiança nas suas competências náuticas...

Aparentemente no intuito de daí extrair mais uma “prova” da portugalidade de Colombo, afirma Mascarenhas Barreto <sup>398</sup> que até 1475 o comércio com a Guiné foi livre, vindo D. Afonso V a proibir nessa data que nele participassem estrangeiros, e passando a exigir dos capitães e marinheiros nacionais o “juramento de confiança” já em vigor na Ordem de Cristo. Teria mesmo conseguido que três papas — entre os quais Martinho V, que faleceu a 20.II.1431, quase um ano antes de ele próprio ter vindo

---

<sup>398</sup> *ibidem*, pp. 142-143.

ao mundo, o que só veio a suceder a 15.I.1432 — excomungassem todo aquele que infringisse as suas proibições!

Como não é possível que o futuro descobridor do Novo Mundo se tenha deslocado à Mina e à Guiné antes de 1475, quedaria assim *ipso facto* provado que era português. Só fica por provar que em 1475 D. Afonso V tenha proibido a ida de estrangeiros à costa africana...

Embora, em estudo publicado há anos, tenhamos estudado em pormenor a história dos monopólios régios no trato ultramarino<sup>399</sup>, a necessidade de opor às fantasias de Barreto verdades sólidas e documentos precisos leva-nos a resumir aqui de novo as linhas de força da sua evolução na época que nos interessa.

O regente D. Pedro proibira em 1443 que alguém passasse o cabo Bojador, para fins de corso ou mercancia, sem consentimento de D. Henrique, que lhe representara ter sido ele o primeiro a mandar devassar e cartografar aquelas partes em que ninguém navegava até aí<sup>400</sup>. Reconhecia assim, implicitamente, tais plagas como *res nullius* e o Infante como sendo o *primus capiens*. A despeito do insólito da situação — visto o mar não ser, em princípio, apropriável — esse privilégio veio a ser mais tarde reconhecido pelo Papa, por bula que instaurava naquelas águas um regime de *mare clausum*<sup>401</sup>. Nos termos da concessão de D. Pedro a organização de expedições de corso ou de comércio à costa ocidental africana ficava pendente da autorização do Infante, a favor de quem a Coroa renunciava às dízimas e aos quintos que por direito lhe cabiam. Dízima era, como sabemos, a taxa alfandegária paga sobre as mercadorias entradas; o quinto incidia sobre as presas, segundo um princípio do direito muçulmano que reservava ao califa 20 % do espólio de guerra e fora adoptado pelos reis peninsulares no tempo da Reconquista.

Criava-se deste modo na costa africana uma situação de quase-monopólio — já que o comércio de particulares, embora não totalmente excluído, quedava doravante sujeita a prévio licenciamento, concedido *ad nutum* pelo Infante. Este veio a reservar para si o trato dos gatos-de-algália, o da malaqueta ou outra especiaria e o dos unicórnios; quanto ao resto, autorizava os mercadores a traficarem a bordo dos seus navios em regime de meação, ou em navio próprio mediante o pagamento de um quarto da mercadoria trazida. Assim o explicou ao mercador veneziano Alvise ou Luís de Cadamosto, interessado em participar nos tratos de Guiné<sup>402</sup>. Aquelas percentagens podem analisar-se assim: no primeiro caso o pagamento de 25 % incluía, teoricamente, os direitos (10 %), a licença (15 %) e mais o frete (25 %); no último, os direitos (10 %) e a venda da licença (15 %).

Foi sem dúvida a pensar nas vantagens económicas que de tal situação resultavam que, à morte de D. Henrique em finais de 1460, D. Afonso V não doou, como fez com todas as demais peças do senhorio henriquino, os tratos de Guiné a seu irmão D. Fernando, adoptado como filho

<sup>399</sup> *A questão da pimenta em meados do século XVI — Um debate político do governo de D. João de Castro*, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998.

<sup>400</sup> Carta régia de Penela, 22.X.1443, pub. in *MH*, vol. VIII, doc. 62, pp. 107-108.

<sup>401</sup> Bula *Romanus Pontifex*, de Nicolau V, *ibidem*, vol. XII, doc. 36, pp. 71-79; confirmada por Calisto III pela bula *Inter Cetera*, de 13.III.1456, *ibidem*, doc. 137, pp. 286-288; e por Sisto IV, pela bula *Aeterni Regis clementia* de 21.VI.1481, pub. em versão portuguesa in Instituto de Investigação Científica Tropical, *Portugaliae Monumenta Africana*, 4 vols publicados, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses - Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa, s/d [doravante *PMA*], I, doc. 129, pp. 275-284.

<sup>402</sup> Cadamosto, *Primeira Navegação*: vide *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Academia Portuguesa da História, 2ª ed., Lisboa, 1988, pp. 7 e 88.

pelo tio<sup>403</sup>. Resulta claro da documentação que nos chegou que continuou a vigorar o mesmo regime de excepção; só que os direitos antes devidos a D. Henrique reverteram para El-Rei, que para os arrecadar logo nomeou um tesoureiro<sup>404</sup>. Foi nessa conformidade que em 1463 a Feitoria dos Tratos de Arguim foi transferida de Lagos para Lisboa, de modo a permanecer desde então debaixo de olho da Coroa<sup>405</sup>.

Foi neste terreno jamais sujeito ao regime geral do comércio que vieram a surgir os primeiros monopólios régios, explorados directamente, doados ou arrendados a particulares. O Rei conservou para si o comércio de Arguim<sup>406</sup> e o trato dos géneros que já D. Henrique reservara, ajuntando-lhes ainda as pedras preciosas, o lacre e o pau-brasil que viessem a ser achados<sup>407</sup>.

Em 1466, para fomentar o povoamento de Cabo Verde, foi concedido aos seus colonos que, na condição de não fornecerem aos nativos armas, ferramentas nem navios, navegassem livremente por toda a costa de Arguim para o sul; ficavam, contudo, obrigados a pagar ao fisco em Santiago 25 % das fazendas que trouxessem — a mesma percentagem que D. Henrique cobrava — podendo a partir daí exportar o resto da mercadoria para onde quisessem sem nada mais pagar<sup>408</sup>.

Em 1468 ou 1469 foi arrendado por cinco anos a Fernão Gomes o exclusivo do trato da zona além da Serra Leoa, onde fenecera o descobrimento henriquino, por 200\$000 anuais, com condição de descobrir em cada ano cem léguas de costa para diante<sup>409</sup> — o que veio a criar conflitos com os colonos de Cabo Verde e a obrigar o monarca a declarar formalmente que os direitos destes se limitavam à zona descoberta no momento da concessão do privilégio<sup>410</sup>. Tudo indica que os bens que os navios de Fernão Gomes trouxessem da Guiné, à excepção apenas da malagueta, tenham gozado desde logo de isenção de direitos alfandegários, o que lhe veio a ser confirmada em 1472<sup>411</sup>. Em data indeterminada entre 1469 e 1473 foi-lhe também arrendado o estanco da malagueta por 100\$000 ao ano e possivelmente ainda o trato de Arguim por outro tanto. O exclusivo do comércio entre o Cabo Bojador e a Pedra da Galé, onde principiava a zona de Arguim, foi pouco depois concedido por cinco anos, a contar do S. João de 1474, a Fernão Teles e João Gonçalves Ribeiro, em troca do pagamento de 1/6 das mercadorias trazidas<sup>412</sup>; mas no ano imediato um contrato entre os adjudicatários e o Rei alargava a concessão para nove anos, estendia-a às pescas e remia o sexto a pagar por uma soma de 28\$000 adiada ao fisco. As presas de guerra, que haviam sido proibidas pelo Infante em 1448, continuavam vedadas e por isso a concessão era feita com condição de “que não façam guerra nem outro allguum mal aos mouros da dicta terra, que traudem e resgatem com eles mui pacificamente”<sup>413</sup>.

---

<sup>403</sup> *De Ceuta a Timor*, pp. 141-142.

<sup>404</sup> Carta de mercê a Diogo Borges, Évora, 2.II.1461, *PMA*, I, doc. 33, p. 108.

<sup>405</sup> Carta régia de Lisboa, 4.VII.1463, *PMA*, I, doc. 48, p. 133.

<sup>406</sup> Carta régia de Beja, 12.VI.1466, *ibidem*, doc. 58, pp. 147-149; *cf.* Barros, *Ásia*, I, ii, 2.

<sup>407</sup> Carta régia de Alenquer, 19.X.1470, *PMA*, I, doc. 67, pp. 161-162.

<sup>408</sup> Carta de privilégio aos moradores de Santiago, Beja, 12.VI.1466, *ibidem*, doc. 58, pp. 147-149.

<sup>409</sup> Barros, I, ii, 2; prorrogação do contrato por mais um ano, carta régia de Lisboa, 1.VI.1473, *PMA*, I, doc. 85, pp. 193-194.

<sup>410</sup> Carta régia de Sintra, 8.II.1472, *PMA*, I, doc. 71, pp. 166-168

<sup>411</sup> Carta régia de Carnide, 30.V.1472, *PMA*, I, doc. 74, p. 172

<sup>412</sup> Carta régia de Torres Vedras, 2.XII.1473, *PMA*, I, doc. 87, pp. 196-197.

<sup>413</sup> Carta régia de Évora, 17.IV.1473, *PMA*, I, doc. 93., pp. 207-208.

Contratos e concessões de mais reduzido alcance e licenças para pescar anteriormente concedidas, foram em 1473 declaradas “mortas e consumidas” à data em que expirasse o contrato de Fernão de Gomes <sup>414</sup>, talvez porque houvesse já intenção de doar toda a costa africana ao Príncipe, futuro D. João II — o que veio a suceder em 1474, ao mesmo tempo que se estabeleciam rigorosas penas para quem violasse os defesos <sup>415</sup>.

A doação do senhorio da Guiné ao Príncipe — que só veio a ser passada à forma escrita em 1481<sup>416</sup> — incluía as terras achadas e a achar, nas condições outrora outorgadas a D. Henrique, e implicava que nenhum contrato ou concessão em vigor fosse renovado. Nada porém nos diz que se não mantivesse o regime geral até aí em vigor: nacionais ou estrangeiros que quisessem tratar na costa africana pagariam ao Príncipe 25 %, o que incluía os direitos (10 %) e o preço da licença (15 %); e, se não usassem navio próprio, mais 25 % de frete.

Como se pode verificar nenhuma inovação se introduziu neste regime em 1475. E é claro que o juramento de confidencialidade, na Ordem de Cristo como fora dela, jâmais existiu fora da mente vária do autor...

A viagem ou viagens que Colombo fez à Guiné, a que alude em três das suas anotações marginais à *Historia* de Piccolomini e no memorial das façanhas de que consta a da *Fernandina*, são confirmadas por uma despreocupada alusão que no *Diário da Primeira Viagem* faz às sereias que julgou ver no mar (provavelmente focas), que lhe pareceram idênticas às que anteriormente entrevira na Costa da Malagueta; e ainda por diversas comparações inocentes entre palmeiras das Antilhas e da costa de África, tipo físico dos ameríndios e dos africanos, etc.; e observações no mesmo género que ocorrem não só nos *Diários* mas também nas anotações à margem da *Ymago Mundi* de Pierre d'Ailly, destinadas apenas a seu uso pessoal. Não há portanto razão para pôr em causa a historicidade de tal ou tais viagens, tanto mais que os testemunhos involuntários e ocasionais são sempre os mais fiáveis. A crer em um daqueles escólios, tais visitas à Guiné terão sido freqüentes: *nota quod sepe nauigando ex Ulixbona ad austrum in Guinea[m], notau cum diligentia uiam...*, “nota, que navegando bastas vezes de Lisboa para o sul, na Guiné, notei com diligência o caminho...”. Verdade será; mas não sabemos que foi lá fazer, e inútil se torna tentar adivinhar.

Já o que, ao invés, parece menos provável é a troca de correspondência entre Colombo e o cosmógrafo florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli (1397-1482), que D. Hernando transcreve. É bem sabido que a 14 de Junho de 1454 o cosmógrafo endereçara ao cônego Fernão Martins, que o consultara a pedido de D. Afonso V sobre a melhor maneira de atingir a Índia, uma carta em que aconselhava a viagem em direitura

<sup>414</sup> *Ibidem*, doc. 85, pp. 193-194.

<sup>415</sup> Carta régia de Lisboa, 3.VIII.1474, *ibidem*, doc. 90, pp. 202-203; cf. Barros, I, iii, 1.

<sup>416</sup> Carta régia de Torres Novas, 4.V.1481, *ibidem*, doc. 128, pp. 272-274.

para ocidente de preferência à circum-navegação da África; não chegou até nós o documento original, mas apenas a cópia, em bela letra gótica librária, feita por Colombo numa página em branco de um dos livros que possuía. É evidente que a copiou em Lisboa, mas não se sabe ao certo como obteve o seu texto — ponto secundário sobre que não interessa especular. É possível que as boas relações que mantinham quer os seus patrões quer a família de sua mulher lhe tenham facilitado a tarefa; tampouco é impossível que tenha conhecido Fernão Martins, se acaso era ainda vivo, e que este lhe tenha facultado.

A ideia de Toscanelli, a que, pelas razões que abaixo veremos, nem D. Afonso V nem D. João II parecem ter prestado atenção era, ao fim e ao cabo, como que uma evidência, para quem quer que professasse a redondeza da Terra, de há muito conhecida e quase universalmente aceita na época. Não foi só ele a sugeri-la ao monarca português: plano idêntico, expresso em termos muito próximos dos usados pelo cosmógrafo florentino, foi proposto a D. João II pelo médico e humanista alemão Hieronymus Münzer ou Jerónimo Monetário (c. 1437-1508), numa carta que, cerca de um ano antes de visitar Portugal e se encontrar em Évora com o *Príncipe Perfeito*, lhe escreveu de Nuremberga a 14.VII.1493. Nesse momento, contudo, sem que ele o soubesse, havia já quatro meses que Colombo, que ao serviço de Castela o pusera em prática, era tornado da sua viagem descobridora em que, sem dar bem fê disso, topara com o Novo Mundo. Ignoramos por que razão terá o compilador do chamado *Guia Náutico de*



#### Uso do astrolábio náutico

(Gravura do *Regimiento de Navegación* de Pedro de Medina, edição de 1563, reproduzida do *Curso de História da Náutica* de Luís de Albuquerque, Liv<sup>o</sup> Almedina, Coimbra, 1972, p. 96)

O astrolábio náutico constitui uma simplificação do astrolábio astronómico usado desde a Antiguidade.

Era particularmente adequado à observação do sol, pois ao contrário do quadrante não requeria que se fizesse através dele o astro do dia: mantendo-o suspenso, e portanto em posição vertical, e fazendo passar um raio de sol pelos dois orifícios da *mediclina* (a peça móvel que gira sobre a *alidade* ou círculo graduado) aparece no chão, ou no convés do navio, um ponto brilhante na sombra do aparelho, que indica estar a *mediclina* na exata direção do sol; basta então ler o ângulo que a *mediclina* faz com a horizontal, que é igual à altura do astro sobre o horizonte. Como o astrolábio se suspendia como se fora uma balança, chamava-se na época à operação *pesar o sol*. Colombo servia-se normalmente do quadrante, mais simples e adequado para observar astros durante a noite. Se não treslemos, nos seus escritos não refere explicitamente ter alguma vez utilizado o astrolábio; mas, como veremos adiante, afirma ter, nas suas viagens à Guiné, tomado “a altura do sol com o quadrante e outros instrumentos por muitas vezes”. Ter-se-á, pois, servido também do astrolábio e da balestilha, que mencionámos já.

Évora incluído nele a tradução da missiva, mais de uma década após a morte de D. João II e anos já volvidos sobre a viagem do Gama e o descobrimento do Brasil <sup>417</sup>.

Quanto a Toscanelli, a autenticidade da sua carta a Fernão Martins e até a própria existência deste — que alguns, como o hiper crítico Henry Vignaud (1830-1922), haviam chegado a pôr em dúvida <sup>418</sup> — bem como as assíduas relações entre ambos foram, há uma trintena de anos, amplamente demonstradas, sobre uma sólida base documental recolhida nos arquivos vaticanos, pelo P<sup>e</sup> António Domingues de Sousa Costa <sup>419</sup>.

Segundo D. Hernando <sup>420</sup>, que Las Casas <sup>421</sup> repete, teria sido Colombo a consultar o cosmógrafo, por intermédio de Lorenzo Girardi, mercador florentino estabelecido em Lisboa, enviando-lhe ao mesmo tempo um globo que fabricara. Toscanelli ter-lhe-ia respondido por uma carta estimulante e amistosa, em que transcrevia a que anos antes escrevera a Fernão Martins, e um mapa-múndi. Ter-lhe-ia mais tarde enviado segunda carta, em resposta a outra que recebera de Colombo, exortando-o a prosseguir na empresa; “pelas quais cousas e por muitas outras que se poderiam dizer, não me maravilho de que tu, que és de grande coração, e toda a nação portuguesa, a qual sempre houve varões assinalados em todas as empresas, seiais com o coração aceso e em grão desejo de prosseguir a dita viagem?”. A maior parte dos autores pensa, todavia, que as duas cartas de Toscanelli a Colombo tenham sido forjadas por este para as brandir perante os Reis Católicos, cobrindo assim com a autoridade do famoso matemático o seu projeto.

Mascarenhas Barreto <sup>422</sup> afirma que a carta de Colombo a Toscanelli, que não chegou até nós, ia escrita em português, o que não consta do testemunho de D. Hernando nem do de Frei Bartolomeu, os únicos autores que se lhe referem; as do cosmógrafo florentino a Fernão Martins e ao próprio Colombo eram em latim, mas em ambas as obras aparecem vertidas em romance. Da primeira conserva-se, contudo, o texto latino original, copiado por Colombo numa página em branco de um dos livros que possuía.

---

<sup>417</sup> *Tractado da Spera do Múdo tirada de latim em lingoagē portugues, com hũa carta que huĩ grãde doutor Allemam mandou a elRey de Portugal dom Joam ho segundo*, citado acima, pp. 34-36.

<sup>418</sup> Henry Vignaud, *Mémoire sur l'authenticité de la lettre de Toscanelli du 25 juin 1474 adressée d'abord au Portugais Fernam Martins et plus tard à Christophe Colomb, précédé d'une réponse à mes critiques*, extrait do Compte Rendu do Congrès international des Américanistes tenu en septembre 1900 [reimp. Pravna boobs, Índia, s/d; cf. Idem, *Histoire Critique de la Grande Entreprise de Christophe Colomb (...)*, 2 vols, H. Welter, Paris, 1910-1911, vol. I, pp. 89-301.

<sup>419</sup> P<sup>e</sup> António Domingues de Sousa Costa, OFM, *Cristóvão Colombo e o cónego de Lisboa Fernando Martins de Reriz, destinatário da carta de Paulo Toscanelli sobre os Descobrimentos Marítimos*, Extractum ex Antonianum 65 (1990), Pontificium Athenaeum Antonianum, Roma, 1990 (pp. 188-276).

<sup>420</sup> *HA*, cap. vii-viii.

<sup>421</sup> *HI*, I, xii.

<sup>422</sup> *op. cit.*, p. 99.

Barreto afirma em seguida, sibilamente: “aquele cartógrafo [Toscanelli] ao referir-se a Colón-Zarco através do seu mapa, não hesitou em anunciá-lo como *português*”. Se o mapa anunciava Colombo como português, ninguém sabe, pois como é bem notório o mapa não chegou até nós; quer-nos, contudo, parecer que uma carta geográfica não é o modo mais usual nem mais prático de anunciar a quem quer que seja a nacionalidade de uma personagem...

O que poderia ser tomado por uma declaração da crença do florentim na portugalidade do nosso homem é o trecho final da segunda carta que lhe teria enviado para Lisboa, que é geralmente reputada espúria, mas que diria assim:

...por las cuales cosas y otras muchas que se podrían decir, no me maravillo que tú, que eres de grande corazón, y toda la nación de portugueses, que han seído siempre hombres generosos en todas las grandes empresas, te vea con el corazón encendido y gran deseo de poner en obra el dicho viaje <sup>423</sup>.

Ser visto pela nação portuguesa como “homem de coração aceso” não significa fazer parte dela, como ver lenha a ser queimada na lareira não significa ser de pau e arder...

E para reforçar a credibilidade desse testemunho acerca da vera nacionalidade de Colombo, não hesita Barreto em afirmar que ele é “do próprio punho do cartógrafo”, atribuindo-lhe ao mesmo tempo, de sua natural invenção, um novo predicado: “que vivera em Portugal relacionado com a Corte” — quando na realidade jâmais saiu de Itália.

Las Casas afirma que teve em sua mão a primeira carta, *vuelta de latín en romance*, o que parece designar a versão castelhana feita por Colombo ou por seu filho e não o original; e que guardava em seu poder o mapa que a acompanhava, que o descobridor utilizara na sua viagem de descobrimento mas que infelizmente não chegou até nós. As reproduções que se veem em diversos livros são na realidade reconstituições hipotéticas, baseadas na epístola do cosmógrafo a Fernão Martins que abaixo traduzimos, no que escreveu Las Casas e no globo de Behaim, *grosso modo* coetâneo. É a propósito deste que, repontando contra o facto de em Nuremberga lhe terem erguido uma estátua, sonha acordado Barreto <sup>424</sup>, mais uma vez: “é escusado dizer-se que em Portugal havia já *globos terrestres* desde a era henriquina e que os contemporâneos de Behaim, embora os construíssem de forma similar, davam-lhes uma *característica especial*: as distâncias de longitude e latitude estavam muito menos erradas”. É deveras uma pena que se não conheça nenhum...

<sup>423</sup> Las Casas, *HI*, I, xii.

<sup>424</sup> *op. cit.*, p. 107.

Seja como for, a carta de Toscanelli a Fernão Martins foi determinante para a gênese do projeto colombo. Eis a sua tradução em português, feita sobre o texto latino copiado por Colombo:

A Fernão Martins, cônego de Lisboa, o fisico Paulo saúda! Foi-me grato saber de tua boa saúde e de tua familiaridade e boas graças com o vosso Rei, príncipe mui generoso e magnífico. Conquanto já por outras vezes tenha contigo falado acerca de uma via para os lugares dos aromas, por navegação marítima mais curta do que a que vós fazeis pola Guiné, pede-me agora o Sereníssimo Rei uma declaração, ou antes, uma demonstração aos olhos, por que até os parcamente doutos possam compreender e entender esse caminho. Eu, porém, ainda que saiba que tal se pode mostrar por uma forma esférica como é o mundo, determinei, contudo, para mais fácil inteligência e também para mais fácil execução, mostrar aquele caminho e declará-lo pelo modo como se fazem as cartas de navegar. Mando pois a Sua Majestade uma carta feita por minhas próprias mãos em que se indicam as vossas costas e as ilhas de onde comeceis a fazer caminho, sempre em direção ao Poente, e os lugares a que deveis chegar, e quanto do polo ou da linha equinocial vos deveis afastar e por quanto espaço, ou seja, quantas milhas, deveis chegar aos lugares fertilíssimos de todos os aromas e gemas. E não vos admireis se chamo de ocidentais as partes onde há aromas, conquanto comumente se digam orientais, pois tais partes sempre são achadas dos que navegam a ocidente por navegações subterrâneas [*i. e.*, “por detrás da Terra], assim como se atingem a oriente por terra e pelos caminhos superiores [*i. e.* “pela parte de cima” ou “frente da Terra]. As linhas retas marcadas ao comprimento do mapa mostram, portanto, a distância leste-oeste e as que vão atravessadas mostram o espaço de norte a sul. Marquei também na carta diversos lugares a que podeis chegar, para maior informação dos navegantes, nomeadamente se devido aos ventos ou qualquer outro caso chegarem a ponto diferente do que estimavam; e em parte também para que mostrem aos habitantes que têm alguma notícia de sua pátria, o que deve ser cousa assaz agradável.

Não param, porém, nas ilhas senão os mercadores; e afirma-se, com efeito, que é aí tamanha a cópia de navegadores com suas mercadorias, que em todo o resto do mundo os não há como em um só porto nobilíssimo, dito Zaiton [Zaytūn, nome árabe, usado por Marco Polo, de 泉州Ch'üan Chou (em *pinyin* Quánzhōu, em *hokkien* Choân Chiu), a 24° 50' N, 118° 40' E, no Fuquiém]. Afirmam com efeito que a esse ponto levam cada ano cem grandes naus de pimenta, sem contar as outras naus que transportam outros aromas. Aquela pátria é populossíssima e riquíssima de grande multidão de províncias e reinos, e de cidades sem conta, sob o poder de um só príncipe, o Grão Cã, o que em nossa língua significa “rei dos reis”, cuja sede e residência é, o mais do tempo, na província de Katay. Os seus antecessores desejavam a sociedade com os cristãos. Há já 200 anos enviaram ao Papa, e pediam vários doutores na fé, para que se esclarecessem; mas os que foram enviados, impedidos no caminho tiveram de tornar atrás. Também no tempo de Eugénio [IV, papa de 1431 a 1447] veio um ao dito Eugénio, que afirmava o seu grande bem-querer para com os cristãos, e eu tive com ele grandes práticas acerca de muitas cousas, da grandeza dos edificios reais e da admirável grandeza dos rios em comprimento e largura, e da multidão das cidades nas margens dos rios, a ponto de em um só rio haver 200 cidades; e pontes de mármore de grande comprimento e largura, por todas as partes ornadas de colunas. Esta pátria é digna de ser buscada pelos Latinos, não só porque nela se podem fazer lucros enormes de prata e ouro e de todo o género de gemas e aromas que jamais até nós tem chegado, senão também por causa dos homens doutos, filósofos e astrólogos peritos. E das artes e engenhos com que se governa uma província tão poderosa e magnífica, e de como fazem a guerra, tal como para tua satisfação narrei um pouco a teu pedido, conforme mo permitiram a brevidade do tempo e as minhas ocupações, estou preparado para

no futuro mais largamente satisfazer a Sua Majestade, na medida em que o queira. Dada em Florença a 25 de Junho de 1475.

Da cidade de Lisboa para o ocidente em direitura, até à nobilíssima e máxima cidade de Quinsay, são 26 espaços marcados na carta, cada um dos quais tem 250 milhas. E esta tem em circuito cem milhas e tem dez pontes, e o seu nome significa *cita del cielo*, “cidade do céu” [na realidade, simplesmente “a capital”] e contam-se dela muitas cousas admiráveis, tanto da multidão dos artífices como dos rendimentos. Este espaço é quase a terça parte de toda a esfera. E aquela cidade fica na província de Mangi, ou seja, junto à província de Katay em que fica a residência régia. Mas da ilha da Antilha, de vós conhecida, à nobilíssima ilha de Çippangu são dez espaços. E é na verdade aquela ilha fertilíssima em ouro, pérolas e gemas; e de ouro maciço cobrem os templos e as casas del-Rei. Assim que por caminhos desconhecidos não há para atravessar grandes espaços de mar. Muitas cousas haveria talvez a declarar abertamente, mas por estas, aquele que diligentemente as considerar poderá por si mesmo ajuizar das restantes. Adeus, caríssimo!

Toscanelli era um grande astrónomo. Dir-se-ia, porém, que de tanto olhar para o céu se distraíu do que se passava na terra. Não era pròpriamente nos telhados de ouro do Cipango que os portugueses estavam interessados, era, como disse o degredado que a 23.V.1498 Vasco da Gama mandou descer a terra em Calecut, “em cristãos e especiarias” ou seja, em aliados para a Cruzada, nomeadamente o Preste João, e em produtos de comércio; ora o Preste João reinava na Etiópia e as especiarias medravam sobretudo no Malabar. Mesmo que a Zaitun viessem cada ano cem juncos a *descarregar* espécies e aromatos, não seria aí o melhor lugar para os adquirir, onerados pelas taxas e pelos custos do transporte! A Índia, que as produzia, ficava mais perto!

D. Hernando Colón, na biografia paterna <sup>425</sup>, traduz esta carta, que lhe dá azo a lançar sobre Toscanelli as culpas do tremendo erro em que persistentemente incorreu seu pai ao crer-se no Extremo Oriente quando pairava pelas Antilhas; e o mesmo faz Las Casas <sup>426</sup>. De facto, ao falar da distância de Lisboa ao Cataio, o cosmógrafo florentino estima-a em 6.500 milhas, acrescentando que esse espaço é quase a terça parte da esfera; ora se assim fosse o globo não teria de perímetro senão um pouco mais de 19.500 milhas — o que mesmo à conta de milhas toscanas de 1.654 m, maiores que as romanas, não perfaria senão 32.253 km em vez 40.000. Este erro de c. 20 %, por defeito, explica em boa parte as ilusões do descobridor.

Quanto à ideia, exposta por Mascarenhas Barreto, em como Toscanelli, ao conceber o seu projeto de demandar o Oriente por ocidente, se baseara na obra de Ptolomeu editada dois anos antes é tão despida de fundamento como as demais seiscentas páginas

---

<sup>425</sup> HA, cap. viii. Onde se lê ... *gran città di Quinsay, la quale gira cento miglia, che sono trentacinque leghe*, deve ler-se ...*venticinque leghe*, que é o que consta do texto latino e da versão de Las Casas e está correto.

<sup>426</sup> HI, I, xii.

do livro! As medidas que Toscanelli atribui ao globo terrestre (360 x 67  $\frac{2}{3}$  milhas florentinas, de 1.654 m = 40.291 km), estão longe de coincidir com as que calculava Ptolomeu (360 x 500 estádios x 600 pés x 32 cm = 34.560 km)! Ao fim e ao cabo, Toscanelli baseou-se simplesmente no que toda a gente culta sabia, havia pelo menos milénio e meio, a saber: que a Terra era redonda; a sua originalidade resume-se a suputar em números, aliás rotundamente errados, a distância de Lisboa a Pequim...

Não sabemos quando nem em que circunstâncias precisas apresentou Colombo a D. João II o seu projeto; se não é possível que, como pretende, o tenha acochado com ele durante catorze anos, não seria impossível que, como noutro passo diz, tenha com ele insistido sete. A única alternativa possível que vislumbramos é a seguinte: como a seu tempo veremos, Colombo, desiludido dos Reis Católicos, veio uma segunda vez a Portugal em fins de 1488, regressando à Andaluzia em 1489. Entre o termo desta segunda diligência que fez junto de D. João II, tão infrutífera quanto a primeira, e a data da sua chegada a Portugal em 1476 mediam treze anos incompletos — de que, com a sua ideia fixa das semanas de anos, pode facilmente, sem forçar demasiado a realidade das cousas, ter feito catorze.

De qualquer modo, dados os indícios e os pressupostos sobre que o gizou, seríamos levados a admitir que foi só a partir do seu casamento e estabelecimento na Madeira, por volta de 1480, que definitivamente o arquitetou; terá assim instado com D. João II durante uns quatro anos, e não durante uma ou duas *semanas de anos* como afirma.

D. Hernando afirma que El-Rei escutava com atenção as propostas que lhe fazia seu pai, mas mostrava-se frio em aceitá-las, alegando sempre as grandes despesas que fazia com a exploração do litoral africano. O que terá acabado por exasperar Colombo terá sido o ter tido conhecimento de que, a conselho do Dr. Calçadilha — ou seja do então P<sup>e</sup> Ortiz de Vilhegas, confessor de D. Leonor, a *Excelente Senhora*, e depois, sucessivamente, bispo de Tânger, de Ceuta e de Viseu, que era natural de Calçadilha junto a Cáceres — D. João II mandara à socapa uma caravela a explorar as plagas ocidentais do Atlântico, para assim escusar a despesa dos prémios que o genovês pretendia; mas o estratagema não surtiu efeito, pois a expedição nada achou.

Ignora-se que viagem terá sido essa que D. João mandou fazer. Aventou-se que tivesse sido a de Vicente Dias, mas essa teve lugar ainda em dias de D. Henrique, em 1456, e o biógrafo de Cristóvão Colombo alude-lhe como *precedente* da que este pretendia empreender; aventou-se também que seria a de Fernão Dulmo, capitão das Quatro Ribeiras na Terceira, que, se porventura chegou a realizar-se, foi num momento em que Colombo se encontrava já em Castela: de facto foi por carta régia de 3.III.1486 que D. João II a veio a autorizar, prometendo a Dulmo a capitania das

terras com que topasse <sup>427</sup>; mas em Agosto desse ano não tivera ainda efeito, e a 4 desse mês autorizava El-Rei que Dulmo se associasse ao madeirense João Afonso do Estreito e com ele partilhasse a donataria <sup>428</sup>. De qualquer modo há muitas viagens de que não queda na documentação coeva vestígio algum — inclusive a de Bartolomeu Dias, a pesar da sua importância histórica! Ao tempo os cronistas preocupavam-se quase exclusivamente com feitos nobres, como guerras e batalhas; se registam as viagens de Diogo Cão é porque obtiveram a conversão del-rei do Congo ao cristianismo, o que significava dilatação da Cristandade. Será necessário esperar por meados de Quinhentos, para, na atmosfera de um humanismo mais atento às cousas deste baixo mundo, historiadores como João de Barros e António Galvão se interessarem pelos descobrimentos em si.

Tampouco é impossível que a infrutuosa viagem exploratória enviada de Cabo Verde ao Atlântico Sul em 1484 seja mais ou menos inventada por D. Hernando, para lançar sobre D. João II as culpas da súbita birra de seu pai. Nem nos admiraria que aquele tenha calado uma acariação de Colombo com os astrónomos d'El-Rei, de que este tivesse saído mal impressionado com as capacidades do genovês, e em que, por qualquer palavra menos mesurada, houvesse ferido o seu orgulho.

Segundo a *História do Almirante*, D. João II, arreliado com a expedição que enviara em pura perda, teria reconsiderado; e dipunha-se já a aceitar os serviços de Colombo quando este se lhe escapou para Castela. Esta afirmação é, evidentemente, incontornável. D. Hernando acentua que seu pai saiu de Portugal “secretamente, com medo de que o detivesse El-Rei”, mas atribui essa determinação de D. João II ao despeito pela despesa que fizera em vão. Las Casas por sua parte afiança: partiu de Lisboa *lo más secreto que pudo* <sup>429</sup>. A razão de tal segredo, como as próprias razões por que decidiu Colombo passar-se para o reino vizinho, permanecem obscuras; mas há um documento, que abaixo transcrevemos na íntegra, que nos permite levantar pelo menos a pontinha do véu de tal mistério: o salvoconduto que em 1488 lhe deu D. João II para que pudesse vir a Portugal, que mostra claramente que tinha contas com a justiça. Foi por certo para fugir dela que à socapa se safou.

Terá, por conseguinte fugido na seqüência de qualquer malfeitoria, não sabemos qual, que perpetrara. D. Hernando ou sinceramente o não sabia ou para lançar poeira sobre esse passo pouco honroso da biografia paterna fingiu ignorá-lo. E engendrou

---

<sup>427</sup> Silva Marques, *Os Descobrimentos...*, vol. III, doc. 205. pp. 317-318.

<sup>428</sup> *Ibidem*, doc. 213, 213 & 215, pp. 326 & sqq.

<sup>429</sup> *HA*, cap. xii; *HI*, I, xxix.

uma explicação psicológica assaz de crível, que Frei Bartolomeu perfilha: a morte da mulher, que segundo eles tivera lugar pouco antes de tomar conhecimento de que D. João II lhe tentara comer as papas na cabeça, enviando uma caravela a explorar o Atlântico sudoeste,

o que, tendo vindo a notícia do Almirante, e sendo-lhe já morta a mulher, tomou tanto ódio àquela cidade e nação, que deliberou ir-se a Castela com um filhinho que lhe deixara sua mulher, chamado Diego Colón, que depois da morte do pai sucedeu em seu estado <sup>430</sup>.

Têm-se os historiadores modernos deitado a adivinhar qual teria sido o delito em que incorrera Colombo, pondo as mais diversas hipóteses, que vão do roubo da carta de Toscanelli ao assassinio da própria esposa. Consta-nos que para esta derradeira hipótese se inclinava o Almirante Teixeira da Mota, mas nada deixou escrito sobre o tema. Nesse caso, a enigmática afirmação de Colombo, a que abaixo tornaremos, de que “deixou mulher e filhos para servir os Reis Católicos” teria de ser interpretada como uma das suas mentirolas, proferida anos mais tarde, quando em Castela pouca gente se lembraria do caso, para lançar sobre esse feio antecedente uma núvem de poeira.

No entanto o bom relacionamento que ao longo do tempo os Perestrelos continuaram a manter com os Colombos parece tornar essa hipótese pouco provável: em 1508 Bartolomeu Perestrelo III, 3º capitão do Porto Santo, veio a Sevilha encontrar-se com seu primo D. Diego <sup>431</sup>; e este manteve relações estreitas com duas primas carnais de sua mãe exiladas em Castela, a condessa de Montemor e a de Penamacor.

Que tinha problemas judiciais resulta claro do teor do salvo conduto que em 1488 lhe mandou El-Rei, garantindo-lhe que se viesse a Portugal não seria incomodado pelas justiças do Reino; mas nada permite afiançar que se não tratasse meramente de dívidas não saldadas.

Não é impossível que o futuro Almirante se tivesse simplesmente desentendido com seus patrões e deixado por pagar o que lhes devia (fossem adiantamentos, empréstimos ou mesmo preço de mercadorias) e que esteja aí a causa da sua retirada, pois não há notícia de em Espanha ter voltado a trabalhar para eles ou mantido com eles quaisquer relações. Apenas à hora da morte se lembrou do que lhes devia, como veremos ao falar dos seus sucessivos testamentos. Entretanto escolheu para seus financiadores, e seus agentes em Espanha enquanto deambulava pelas Caraíbas, sobretudo florentinos, como Gianotto ou Juanoto Berardi (1457-95), sócio de Bartolomeu Marchionni em

---

<sup>430</sup> HA, cap. xii.

<sup>431</sup> Juan Gil, *Columbiana*, pp. 167-168

negócios de urzela e de escravos, com quem parece ter tido contactos já no tempo em que vivia em Portugal <sup>432</sup>.

Aventou-se já, igualmente, que estivesse implicado na conspiração do Duque de Bragança ou na do Duque de Beja e Viseu contra D. João II, mas apenas com o argumento de que havia parentes de sua mulher, implicados nela. Estavam-no, de facto, tanto o marquês de Montemor como o conde de Penamacor, ambos casados com primas direitas de Filipa Moniz, mas nem o nome de Colombo nem os dos seus mais próximos afins constam do processo, que está publicado há mais de um século <sup>433</sup>. De qualquer modo as respetivas consortes continuaram nas boas graças da corte portuguesa; a última, que à morte do conde seu marido ficou em precárias condições financeiras, veio inclusivamente a receber de D. Manuel como mercê as rendas da vila de Abiul que pelo seu contrato de casamento lhe cabiam. Foi certamente por isso que D. Diego Colón, 2º almirante das Índias e filho de D. Cristóvão, mandou no seu testamento de 16.III.1509 <sup>434</sup>, a D. Frei Gaspar Gorrício, monge da cartuxa de Las Cuevas e principal confidente do Almirante Velho, que desse parte da verba que consignava a obras pias, *para las necesidades de la Condesa de Benanico, mi tia*. Benanico é certamente erro de copista por *Penamacor*. Quanto a chamar-lhe *tia*, é uma forma de respeito, por ser prima direita de sua mãe e por conseguinte membro da geração precedente. Esse tratamento confirma, portanto, que minha decapentavó, Branca de nome embora não de reputação, mãe da condessa, era irmã e não filha de Bartolomeu Perestrelo; e que não tem razão Luisa d'Arienzo ao negar o parentesco entre pelo menos uma das concubinas do arcebispo e os Perestrelas.

Claro que para Mascarenhas Barreto os principais implicados nas conjurações eram parentes próximos do próprio Colombo: o duque de Bragança seria seu primo em terceiro grau, o de Viseu e Beja seu meio-irmão. Aí estava uma boa razão para fugir para Castela — como fez D. Álvaro, irmão do duque de Bragança — e se apresentar aí como perseguido político no reino comarcão; que necessidade havia de revestir a personalidade dúbia de obscuro genovês a fim de se fazer aceitar pelos Reis Católicos? Só serviria para atrair sobre si próprio desconfiança, levando os monarcas e a corte a interrogarem-se sobre as reais causas de tal duplicidade, e pondo assim em risco a sublime missão de que iria incumbido...

<sup>432</sup> Cf. Consuelo Varela, *Colombo e i Fiorentini*, Vallecchi Ed., Florença, 1991.

<sup>433</sup> vide Anselmo Braancamp Freire, “As conspirações no reinado de D. João II - Documentos”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. I (1903) e II (1904); o artigo saiu como um folhetim ao longo de diferentes fascículos de cada volume, mas existe ao fim de cada um deles um índice alfabético remissivo.

<sup>434</sup> pub. por Harisse, *op. cit.* vol. II, pp. 455 & sqq.

Se bem entendemos o nebuloso raciocínio do autor, Colombo revelaria contudo a alguns eleitos — não se chega a compreender porque não a toda a gente — a sua genealogia pelo costado paterno, pois o materno ocultava-o ele ultracautelosamente, por medo da Inquisição que 48 anos depois da sua retirada para Castela e 28 após a sua morte havia de entrar em Portugal...

De qualquer modo, mesmo que apenas pelo lado de sua mulher Colombo tivesse relações com os conjurados, subsiste um pequeno problema de cronologia: a primeira conspiração teve lugar em 1483, vindo o duque a ser executado em Évora a 21 de Junho, e a segunda no ano imediato, apunhalando El-Rei ao outro duque a 28 de Agosto. Se, de facto, Colombo acompanhou Mestre José Vizinho e Mestre Rodrigo à Mina em 1485, não parece provável que estivesse implicado nas conjuras dos anos precedentes, pois dificilmente teria sido autorizado a embarcar; nem que só tivesse vindo a safar-se para Castela passado mais de um ano<sup>435</sup>. Teria quiçá ainda pernas para fugir, mas não cabeça entre os ombros para pensar...

Dito isto, há que reconhecer que Colombo beneficiou da proteção de D. Álvaro (c. 1440-1503), filho de D. Fernando I, 2º duque de Bragança, que fora chanceler-mor de D. Afonso V, a quem acompanhou a França, mas se exilara em Castela em 1483, quando seu irmão D. Fernando II foi decapitado e confiscado o património da família. Em Castela foi feito senhor de Gelves, e alcaide dos castelos de Sevilha e Andújar, chegando mesmo a exercer as funções de presidente do *Consejo de Castilla*<sup>436</sup>. À morte de D. João II regressou a Portugal, e a partir daí atuou como mediano entre ambas as monarquias, negociando nomeadamente os dois sucessivos casamentos de D. Manuel com D. Isabel e D. Maria, filhas dos Reis Católicos. Em 1501 armou um navio para a Índia, na conserva de João da Nova. Como o próprio Colombo explica num dos seus “memoriais de agravos”<sup>437</sup> (em que fala de si mesmo na terceira pessoa, porque o texto era para ser oficialmente apresentado pelos seus advogados), foi D. Álvaro quem intercedeu junto da Rainha para que lhe fossem pagos os dízimos que, nos termos das *Capitulações de Santa Fé* lhe eram devidos. Segundo Las Casas<sup>438</sup> viria mais tarde D. Álvaro a comentar que, uma vez que se fizera um inquérito ao comportamento de Colombo na Espanhola, se deveria também *tomar residência* ao

---

<sup>435</sup> Pode ver-se um minudente elenco crítico das razões que têm sido alegadas para a *hégira* do descobridor in Vignaud, *Histoire critique...*, vol. I, pp. 363-411.

<sup>436</sup> Vide Juan Gil, *El exilio portugués en Sevilla - De los Braganza a Magallanes*, Fundación Cajasol, Sevilha, 2009, pp. 25 & sqq.

<sup>437</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxiii, p. 466.

<sup>438</sup> *HI*, II, I.

comendador Ovando pelas barbaridades que praticara. Embora o cronista domínico faça essa afirmação a propósito dos suplícios infligidos pelo segundo sucessor de Colombo a 84 caciques e à rainha Anacaona que enforcou entre Agosto e Novembro de 1503, do que D. Álvaro, que morreu súbitamente em Segóvia a 24.IX.1503, muito dificilmente pode ter chegado a tomar conhecimento, é possível que, como sugere Juan Gil, Las Casas se confunda, escrevendo Ovando em vez de Bobadilla; mas tampouco é impossível que, antes de morrer, tenha D. Álvaro tido conhecimento senão daqueles doutros abusos perpetrados pelo comendador de Lares antes daquela hecatombe, e tenha então proferido a frase que o cronista lhe atribui. Segundo Luisa d'Arienzo foi também D. Álvaro quem negociou a libertação de Juan de la Cosa que, acusado de espionagem, fora preso em Lisboa. Seja como for, a estima de D. Álvaro por Colombo explica-se suficientemente pela influência de sua cunhada, a marquesa de Montemor, que era prima direita da finada mulher de Colombo; ora isso não implica necessariamente que o futuro descobridor estivesse implicado na conjura do duque D. Fernando!

Já se aventou, com certa lógica — e, como vamos ver, até com um certo fundamento documental — que Filipa Moniz estaria ainda viva e que Colombo a teria abandonado, estando grávida pela segunda vez, após o que teria morrido de parto<sup>439</sup>. A base sobre que se estriba tal hipótese é uma frase que ocorre quase *ipsis verbis* tanto na carta de 4.III.1493, em que Colombo participa aos Reis o descobrimento que fizera<sup>440</sup>, como na que, ao que parece em 1500 quando o trouxeram das Índias a ferros para Castela, endereçou ao Conselho Régio<sup>441</sup>. Nos termos da primeira: *Agora, serenísimos príncipes, acuerde V. Al. que yo dexé muger y hijos y vine de mi tierra a les servir...*; e na segunda, mais pateticamente ainda: *desé muger y fijos, que jamás vi por ello...* Como Colombo de quando em vez confabula e gosta de se mostrar coitado, não sabemos que crédito atribuir a esta afirmação. A ser verídica, haveria que supor que o filho morreu com a mãe ou pouco tempo depois, porque se tivesse sobrevivido seus tios maternos haviam certamente de ter protestado contra as cláusulas do morgadio instituído pelo descobridor em 1498, em que estatui que, no caso de seu primogénito D. Diego falecer sem descendência, seja chamado a suceder D. Hernando<sup>442</sup>, fruto dos seus amores com Beatriz de Arana, de que falaremos dentro em breve. Seja como for, se em Filipa Moniz teve outro filho, não sobreviveu, pois em carta de 1504 a seu primogénito

<sup>439</sup> Cf. Vignaud, *Histoire critique...*, vol. I, pp. 408-412.

<sup>440</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. vii, p. 233.

<sup>441</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlix, pp. 438-439.

<sup>442</sup> *Ibidem*, doc. xxv, p. 354.

Diego <sup>443</sup> recomendava-lhe o Almirante que olhasse por ele como era dado, pois *tú no tienes otro...* No entanto, a contigüidade sintática de *muger* e *fijos* não implica necessariamente que ambos os abandonos se tivessem produzido na mesma ocasião: ao afirmar que “deixou o filho” (“os filhos” pode ser mero resultado da tendência de Colombo para as multiplicações), pode querer referir-se não a um hipotético segundo filho de Filipa Moniz, mas simplesmente a Diego, que de facto, ao partir para a corte castelhana, deixou em Huelva, ao cuidado de sua tia Violante, irmã da falecida. Há que reconhecer, contudo, que se não encontrou jâmais uma explicação cabal quer para a expressão *dexé muger*, quer para o plural, *fijos*. Não compreendemos por isso porque presta Luisa d'Arienzo fé cega a esta afirmação, que pode muito bem ser uma das habituais fanfarronadas do Almirante, ou um deliberado modo de enganar os Reis.

De facto, se Colombo tinha, como se aventou, assassinado a sua primeira mulher, homiziando-se então precipitadamente em Castela, há que ver nas duas mencionadas cartas, escritas passado já tempo suficiente para o facto ter caído em esquêcimento, uma manobra para dar a entender que por amor aos Reis a deixara viva, enaltecendo-se a seus régios olhos e espalhando ao mesmo tempo sobre o seu passado pouco honroso a névoa da confusão. Mas talvez fosse ousadia a mais...

Tampouco a data da *hégira* de Colombo para Castela é segura. Na edição de *La Vita e i Viaggi di Cristoforo Colombo* preparada por Rinaldo Caddeo lê-se *nel fine dell'anno 1483*, mas na versão castelhana de Luís Arranz *a fines del año 1484*; a corrêção (que deveria ter sido justificada em nota de rodapé, mas não foi) foi aparentemente feita com base no que diz Frei Bartolomeu de las Casas <sup>444</sup>: *llegado en la corte [de los Reyes Católicos] a 20 de Enero año 1485, comenzó a entrar en una terrible, continua, penosa y prolija batalla...* Esta data briga, contudo, com a que se deduz um passo do *Diário* da primeira viagem colombina, *sub die* 14 de Janeiro de 1493: *... después que yo vine a les servir, que son siete años ahora, a veinte días de Henero, este mismo mês...*, o que nos conduz a 1486. Torna-se evidente que Las Casas se enganou nas contas, certamente por não ter reparado que naquele passo do *Diário* se estava havia já duas semanas em 1493 e não já em 1492 como no começo da viagem; contudo, a maioria dos historiadores, sem darem fé do erro em que incorreu Las Casas continua a datar de 1484 a entrada de Colombo no reino de Castela. Em matéria de cronologia, como vimos já, Colombo dá bastos saltos mortais, afirmando noutros passos que veio para Castela e se pôs ao serviço dos

<sup>443</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxxvi, p. 517; cf. doc. lxxxiii, p. 512.

<sup>444</sup> I, xxix.

Reis Católicos ora em 1483, ora em 1484, ora em 1485, ora ainda em 1486; mas a sua tendência é sempre para aumentar e não para diminuir. Parece-nos, portanto, pelas razões apontadas, que, para o que ele próprio considerava ser a sua entrada ao serviço dos Reis Católicos, é esta derradeira data a mas provável. Com efeito, em certo passo do *Diário* da sua primeira viagem <sup>445</sup> Colombo declara *qu'estando em Portugal el año de 1484 vino uno de la isla de la Madera al Rey, a le pedir una caravela para ir a esta tierra que via a occidente*; trata-se, certamente, de Fernão Domingues do Arco [da Calheta], que de facto obteve de D. João II, por carta-régia de 30.VI.1484 <sup>446</sup>, a “capitania de hũa ilha que ha de hir buscar”. Não se sabe por que razão — como de costume! — Mascarenhas Barreto <sup>447</sup> troca o nome ao indivíduo, chamando-lhe João Fernandes do Arco; e põe mesmo a hipótese de que Colombo tenha navegado em sua companhia, o que, quanto mais não seja por razões de cronologia, parece improvável. Aliás, nem sequer se sabe ao certo se a viagem chegou alguma vez a efêivar-se.

Seja como for, como vimos já, o descobridor assevera num dos seus escólios <sup>448</sup> ter tido conhecimento em Lisboa das observações feitas na Serra Leoa por Mestre José Vizinho em Março de 1485. Ora estes testemunhos ocasionais e despreocupados são mais fiáveis do que aqueles em que quer fazer alarde de seus serviços ou meter à força as coisas no esquema das semanas de anos, pelo que nos parece que é de reter o ano de 1486 para a sua chegada à corte castelhana, conquanto deva ter desembarcado em Castela ainda em 1485. A data de 20 de Janeiro corresponde certamente à da primeira audiência que lhe concederam os soberanos, como a seu tempo veremos.

Há finalmente um outro ponto, também importante, a notar: tanto D. Hernando como Las Casas afirmam neste passo que, ao mesmo tempo que fugia para Castela, Cristóvão enviou seu irmão Bartolomeu à corte inglesa, a oferecer os seus préstimos e a pedir apoio para o seu projeto de descobrimento. Las Casas <sup>449</sup>, que, embora com alguma hesitação, atribui a Bartolomeu a autoria quer do escólio que refere a viagem de Mestre José Vizinho à Guiné em 1485, quer a do que refere a tornada de Bartolomeu Dias da sua viagem ao Cabo em 1488, vê-se obrigado a admitir que Bartolomeu Colombo só

---

<sup>445</sup> s. d. 9 de Agosto.

<sup>446</sup> Silva Marques, *op. cit.*, II, doc, 184, p. 278.

<sup>447</sup> *op. cit.*, p. 137.

<sup>448</sup> Varela & Gil, *Textos...*, p. 91

<sup>449</sup> I, xxvii-xxix.

mais tarde tenha partido para Inglaterra, ou então, *si salieron juntos, después que se perdió, Bartolomé Colón debió de tornar a Portugal*. Pela nossa parte, sem pormos em causa as competências de Las Casas em matéria de grafologia, estamos de crer que se Bartolomeu Colombo apusesse anotações da sua lavra à margem dos livros de seu irmão e nelas alegasse factos da sua própria vida, por certo que as havia de assinalar com a sua assinatura ou pelo menos com as suas iniciais; e se as escrevia a ditado do irmão o *eu* que aí se expressa é Cristóvão e não Bartolomeu.

Quanto à *perda* que sofreu Bartolomeu Colombo depois de sair de Portugal, a que Frei Bartolomeu alude, trata-se da sua intercepção por piratas a caminho de Inglaterra, como noutra passo <sup>450</sup> explica, de que resultou estar muito tempo sem poder continuar viagem e desembarcar por fim em mísero estado, doente e em extrema pobreza, o que decididamente não favorecia a sua diligência diplomática. Não se sabe ao certo em que data chegou; sabe-se apenas que encontrou já no trono a el-rei Henrique VII (r. 1485-1509); este era herdeiro da Casa de Lencastre desde a morte de Henrique VI em 1471, mas apenas subiu ao trono de Inglaterra em 1485, após derrotar seu concorrente Ricardo III de York na batalha de Bosworth (22. VIII.1485), que pôs termo à Guerra das Duas Rosas.

Não tendo achado da sua parte a recetividade que esperava, Bartolomeu Colombo acabou por passar, como veremos, à corte francesa, onde permaneceu algum tempo trabalhando como cartógrafo, até se juntar a seu irmão nas Antilhas em Junho de 1494.

Tanto D. Hernando como las Casas veem no seu insucesso diplomático o dedo da Providência, que reservara para Castela a evangelização das Índias e, lógicamente, a sua posse. Já Cristóvão, com a sua habitual propensão para exagerar e aformosear as cousas, utiliza o facto em seu próprio favor, como se não tivesse sido ele próprio a, por assim dizer, pôr em almoeda os seus serviços, mas tivesse pelo contrário repellido *de motu proprio* as propostas que recebera dos reis de França e de Inglaterra: *Ya son XVII años que yo vine a servir estos Príncipes con la impresa de las Indias (...). Yo con amor proseguí en ello y respondí a Françia y a Inglaterra y a Portugal que para el Rey y la Reina, mis Señores, eran esas tierras y señoríos* <sup>451</sup>.

Razão teria Barnaba Caserio Cigala ao escrever, em exposição enviada ao doge e ao senado de Génova entre 1601 e 1616: *Se Enrico Settimo, Re d'Inghilterra avesse atteso a Christoforo Colombo Genovese, la mettá del Mondo sarebbe al presente non de Spagnuoli, mas de Inglesi...*, “se Henrique VII, rei de Inglaterra, tivesse atendido

---

<sup>450</sup> I, xxix.

<sup>451</sup> Apontamento aparentemente dirigido aos membros do Consejo de Castilla redigido em 1500-1501 quando o trouxeram preso, Varela & Gil, *Textos...*, doc. XLII, pp. 271-72

a Cristóvão Colombo genovês {38}, a metade do mundo seria presentemente não de espanhóis, mas de ingleses...”

Foi durante a sua estadia em Inglaterra que Bartolomeu desenhou um mapa, que ofertou a Henrique VII para conquistar as suas boas graças, que embora não tenha chegado até nós, constitui um importante testemunho da genovesidade dos Colombos {39}. São D. Hernando <sup>452</sup> e Las Casas quem nos revela a sua existência, copiando a sua legenda poética. Transcrevemos a versão de D. Hernando, quiçá retocada pelo tradutor ou pelo editor italiano da *História do Almirante* pois vai redigida num latim mais correto do que a de Frei Bartolomeu:

*Terrarum quicumque cupis feliciter oras  
Noscere, cuncta decens hæc pictura docebit,  
Quam Strabo affirmat, Ptolomæus, Plinius atque  
Isidorus, non una tamen sententia quisque  
Pingitur hic etiam nuper sulcata carinis,  
Hispanis zona illa prius incognita genti  
Torrida quæ tandem nunc est notissima multis.*

*Pro auctore sive pictore:*

*Janua, cui patria est, nomen cui Bartholomæus  
Columbus de Terra Rubra: opus edidit istud  
Londiniis anno Domini MCCCCLXXX  
atque insuper anno octavo decimaque die  
cum tertia mensis Februarii.  
Laudes Christo cantentur abunde.*

Quem quer que bem desejes das terras as costas  
conhecer, tudo te ensinará esta decente pintura,  
que Estrabão confirma, Ptolomeu, Plínio e ainda  
Isidoro, conquanto não nos mesmos termos.  
Aqui se pinta também a recém-sulcada, por  
quilhas hispanas, a dantes incógnita à gente,  
zona tórrida, agora bem conhecida de muitos

Quanto ao autor ou desenhador:

Um, de quem Génova é pátria e o nome  
Bartolomeu Colombo de Terra Rubra, esta obra  
produziu em Londres, no ano do Senhor  
MCCCCLXXX com oito mais por cima, no dia  
décimo terceiro do mês de Fevereiro.  
Louvores a Cristo se cantem avonde!

Mostrava assim ao soberano inglês o resultado dos descobrimentos portugueses. Vignaud <sup>453</sup>, que teima em que Bartolomeu Colombo assistiu em Lisboa ao retorno de Bartolomeu Dias, atribuindo-lhe a nota marginal à *Historia* de Piccolomini que se lhe refere e de que voltaremos a falar, dá-o conseqüentemente como presente em Portugal no momento da chegada do descobridor, mas insiste em que o ano começaria em Portugal em dia de Natal, pelo que a data de Dezembro de 1488 indicada no escólio, corresponderia na realidade a 1487; desse modo Bartolomeu Colombo teria tido tempo suficiente para assistir em Lisboa à chegada do navegador, partir, ser pilhado por piratas, ganhar por fim a Inglaterra, aí desenhar o mapa e regalá-lo ao monarca, tudo isso em 1488. Ora em Portugal, até à substituição da era de César, que

<sup>452</sup> Cap. xi.

<sup>453</sup> vol I, cap. iii, pp. 425-452.

começava em 38 A. C., pela “era do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo” em 1422, sempre o ano começou a 1 de Janeiro. A partir daí houve, de facto, puristas que o fizeram começar a 25 de Dezembro, englobando portanto a última semana do ano no ano seguinte; mas são muito raros os documentos em que se verifica tal preciosismo <sup>454</sup>. Adota-o por exemplo o licenciado Gomes Eanes que a 29.XII.1519 lavrou o auto de posse de D. Vasco da Gama como conde da Vidigueira <sup>455</sup>; mas, para evitar confusões, teve o cuidado de escrever: “aos vinte e nove dias do Mez de dezembro em que se começa o anno do nascimento de Nosso senhor Jezus Christo de mill e quinhentos e vinte annos, em a Villa da Vidigueira...”

Por sua parte D. Hernando acrescenta que viu ele próprio algumas assinaturas de seu pai, antes de obter o título de almirante, em que subscrevia *Columbus de Terra Rubra*. *Terra Rubra* é a latinização de *Terra Rossa*, localidade do vale de Fontanabuona, perto de Mocónesi, na parte oriental da Ligúria, onde viveu Giovanni Colombo, avô de Bartolomeu e de Cristóvão; mas nenhum de tais documentos chegou até nós. Claro que para Mascarenhas Barreto *Terra Rubra* não é *Terra Rossa* mas Vila Ruiva, no Alentejo, junto à Cuba, de cujo concelho faz hoje parte, o que comprovaria a origem cubense de Colombo; olvida que Vila Ruiva é povoado antiqüíssimo, que teve o primeiro foral no século XIII e foral manuelino em 1512, e só foi anexada a Cuba após a elevação desta a vila, em 1872. Esquæceu-lhe igualmente explicar o resto da expressão do poemeto de Bartolomeu: *Janua, cui patria est, nomen cui Bartholomaeus, Columbus de Terra Rubra...*

Do nosso ponto de vista, o que mais importa notar é que aquela oferta de serviços aos reis de Inglaterra e França — e a crer certos autores do século XVI também às Senhorias de Génova e Veneza, o que parece desprovido de fundamento <sup>456</sup> — inviabiliza a ideia de que Cristóvão Colombo tivesse atuado como agente de D. João II para atrair para o Novo Mundo as atenções da Espanha, e assim as desviar das verdadeiras Índias {40}. Que teria sucedido se, por exemplo, Henrique VII de Inglaterra — que c. 1490 recusou os serviços de Colombo mas veio uns quatro anos mais tarde a aceitar os de João Caboto, que por sua conta explorou nos anos subseqüentes as costas da América do Norte — tivesse aceitado a oferta do primeiro?

<sup>454</sup> Topámos com um desses raros exemplos num dos documentos que publicámos no nosso estudo “O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização da Java”, in Luís Filipe Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Taprobana - Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin & Denys Lombard*, Centro de História de Além-Mar, FCSH / UNL, Lisboa, 2002, pp. 379-607.

<sup>455</sup> Transcrito por Luciano Cordeiro *De como e quando foi feito conde Vasco da Gama*, Sociedade de Geographia de Lisboa / Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.

<sup>456</sup> O problema é minuciosamente discutido por Vignaud, *Histoire critique...*, vol. I, 2º estudo, cap. ii, pp. 413-424.

D. João II jamais poderia incorrer tamanho risco, pois ao contrário de Castela — que estava limitada pelo Tratado de Alcáçovas, firmado a 4.IX.1479, ratificado por D. Afonso V a 8 do mesmo mês e pelos Reis Católicos em Toledo a 6.III.1480 — nem França nem Inglaterra tinham acordos com Portugal delimitando as respectivas áreas de expansão ultramarina. Se tolerar a ida de Cristóvão para Castela representava um risco limitado, consentir na missão de Bartolomeu equivalia a destapar incautamente a jarra de Pandora.

## As razões da recusa

Nesta conformidade, pode por conseguinte perguntar-se: porque terá então recusado D. João II a oferta de Colombo? Em primeiro lugar, nas palavras de Las Casas, *por parecer al rey de Portugal ser grave cosa pedir Cristóbal Colón tan grandes mercedes, tanta dignidad y preeminencias*. Punha, com efeito ao monarca cinco condições: 1<sup>a</sup>, que El-Rei armasse e tripulasse à sua custa três caravelas e lhes fornecesse todas as mercadorias apropriadas para na Índia se trocarem por ouro, pérolas e especiarias; 2<sup>a</sup>, ser armado cavaleiro de esporas douradas — o que era reservado aos fidalgos solenemente armados cavaleiros na seqüência de qualquer façanha notável — receber o título de *dom* e o cargo de almirante-mor, como os mesmos direitos, privilégios e prerrogativas dos almirantes de Castela; 3<sup>a</sup> ser nomeado vice-rei e governador perpétuo de todas as ilhas e terras firmes que por sua indústria descobrisse; 4<sup>a</sup> receber o dízimo de todas as rendas que o soberano viesse a auferir das terras descobertas, nomeadamente do ouro, prata, pérolas, pedras preciosas, metais e especiarias que lograsse resgatar; 5<sup>a</sup> que, de futuro, lhe assistisse o direito de contribuir com a oitava parte da armação e do frete de todo o navio enviado às Índias, recebendo depois um oitavo do frete de retorno e dos lucros conseguidos <sup>457</sup>. Notemos, de passagem, que a pretensão de receber o título de *dom*, as esporas douradas, etc., não parece compatível com o estatuto de nobre, senão mesmo de infante português, que os nossos historiadores desportivos querem atribuir a Colombo, pois nesse caso gozaria de tudo isso por direito próprio {41}; e que necessidade teria de o esconder antes de ter sido enviado a Castela como agente secreto, fazendo-se passar ante a corte de D. João II por plebeu? Ou era já agente secreto em Portugal? De quem e para que efeito, nesse caso?

Ora se D. João II podia ser mãos largas para os que se propunham achar ilhas desertas e desconhecidas, pois é sempre fácil dar o que se não possui, não estaria por certo disposto a largar mão da Índia, cujo descobrimento tantos trabalhos havia custado aos seus antecessores e lhe continuava a ele a custar.

Contudo, para além desse aspeto meramente conjuntural, havia uma série de razões geopolíticas, que explicam porque recusou D. João II a oferta de Colombo, tal como já seu pai se mostrara indiferente à sugestão de Toscanelli, que ia no mesmo sentido. Há que notar, primeiramente, que o objetivo português não era exatamente atingir o Extremo Oriente nem o reino do Cataio, tão celebrado por Marco Polo, mas apoderar-se do comércio das especiarias do Malabar, muito mais aquém. Se é

---

<sup>457</sup> Las Casas, *HI*, I, xxviii.

duvidoso que esse escopo fizesse já parte dos planos do Infante D. Henrique († 1460), é quase certo que o fazia dos de D. Afonso V, que à morte do tio concedeu a seu irmão D. Fernando, filho adotivo do Infante, todos os senhorios e benesses que este detinha, à exceção da coordenação e exploração do comércio da costa africana, que avocou à Coroa, transferindo em 1463 de Lagos para Lisboa a “Feitoria dos Tratos de Arguim”; e por carta régia de 19.X.1470 declarou monopólio régio todas as especiarias, pedras preciosas, lacre e pau-brasil, produtos tipicamente asiáticos, que viessem a ser encontrados <sup>458</sup>, o que evidencia que nutria esperanças de os achar.

Como em tempos de D. Henrique, fazia também certamente parte dos seus objetivos a cruzada no Levante. À semelhança do que mais tarde planearia D. Manuel <sup>459</sup>, D. Afonso V e D. João II pensariam já provavelmente em intervir no Sultanado Mameluco do Egito e Síria, que detinha a Terra Santa, pela via do Mar Roxo, como o dominicano inglês Guilherme Adam sugerira em 1317 <sup>460</sup>. Contavam para isso com o apoio do Preste João, figura semi-mítica, de início situada na Ásia Central, mas desde c. 1310 identificada com o *nēgusā nāgāst*, “rei dos reis” ou imperador da Etiópia <sup>461</sup>, que os projectos de Toscanelli e de Colombo deixavam fora.

A lenda do Preste João — um poderoso soberano cristão que reinaria para lá da *cortina de ferro* do Islão — engendrou-se c. 1145, num momento de grande descorçoamento dos cruzados do Levante: Urhây ou Edessa (hoje, em turco, Urfa), a primeira cidade de que se haviam apoderado na Síria (1098), fora reconquistada para o campo adverso pelo caudilho turco ‘Imād al-Dīn Zengī (c. 1085-1146), *atabeg* de Moçul e de Alepo. Segundo uma velha lenda, registada já por Eusébio de Cesareia (265-339), o rei Abgar de Edessa oferecera a Jesus, acossado pelos judeus, asilo político na sua cidade; Jesus não aceitara, porque tinha de cumprir em Jerusalém a vontade do Pai, mas prometera que a cidade jâmais seria expugnada por seus inimigos. Foi logo após a sua queda que os cruzados souberam que o sultão seljúquida Aḥmad Sanjar fora derrotado na batalha de Qatwan (9.IX.1141), perto de Samarcanda, por tropas não-muçulmanas da Ásia Central. Tratava-se de forças da dinastia 西遼, Hsi Liao, “Liao Ocidentais”, ou seja, dos Qara Khitai (em mongol moderno, Хар Хятан), ou Khitai Negros (negros no sentido de “pobres”, por terem as tendas sujas de pó), as reliquias do

---

<sup>458</sup> Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, doc. 60, pp. 85-86.

<sup>459</sup> Vide o nosso estudo “L’idée impériale manuéline” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe - Actes du Colloque*, ed. por Jean Aubin, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1990, pp. 35-103; versão portuguesa: “A idéia imperial manuelina” in Andréa Doré, Luis Filipe Silvério Lima & Luiz Geraldo Silva (org.) *Facetas do Império na História – Conceitos e Métodos*, Editora Hucitec, São Paulo, 2008, pp. 39-104.

<sup>460</sup> Cf. a nossa “Introdução” à *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. por A. H. de Oliveira Marques, 1º vol., tomo I, Fundação Oriente, Lisboa, 1998, pp. 15-122.

<sup>461</sup> Dispensamo-nos de dar pormenores sobre esta figura semimítica, a que nem Colombo nem Pedro Mártir nem D. Hernando jâmais aludem e a que Las Casas apenas alude quando fala das navegações portuguesas; achá-los-á o leitor curioso no nosso estudo “Entre l’histoire et l’utopie: le mythe du Prêtre Jean”, in *Les civilisations au regard de l’autre*, Actes du colloque international, Paris, 13 et 14 décembre 2001, UNESCO, Paris, 2002, pp. 117-142; versão portuguesa em preparação para a nossa colêânea de artigos *Oceano Luso-Índico - Estudos de História Mestiça*, a publicar pela Fundação Calouste Gulbenkian.

império Liao, de que falámos já, refugiadas no Turquestão Chinês após terem sido desalojados do norte da China pelos Jurchen (povo do grupo tunguz, estabelecidos na Manchúria) que fundaram a dinastia 金 Chin. Embora houvesse tribos mongóis cristãs (dependentes do *Católico do Oriente* ou patriarca de Babilónia), evangelizadas por missionários nestorianos vindos da Mesopotâmia, os Qara Khitai eram budistas; mas devido a traços comuns (monaquismo, uso de incenso nos rituais, etc.) os budistas eram frequentemente confundidos com os cristãos. Daí a lenda do Preste João, soberano cristão poderosíssimo que reinaria na retaguarda do Islão. Quando na seqüência do Concílio Geral de Lião (1245) os franciscanos começaram a penetrar na Ásia Central em busca da lendária figura, em que o Ocidente via um potencial aliado para a Cruzada, verificaram que não reinava aí nenhum potentado cristão da grandeza e poderio com que a lenda pintava o “Preste João das Índias”; mas a lenda não desapareceu. Foi contudo apenas após a vinda de uma embaixada etíope à corte papal de Avinhão em 1310 que aquela mítica figura, até aí situada nas entranhas da Ásia, começou a ser identificada com o soberano cristão da Etiópia, com o que a lenda tomou novos matizes, atribuindo-se nomeadamente ao Preste a capacidade de cortar ao Egito as águas do Nilo.

Era com o imperador da Etiópia e não com algum dos chefes cristãos da Mongólia que D. João II se procurava aliar.

Pelo contrário, ao invés do que se tem já afirmado, nem sequer as Ilhas da Especiaria, ou seja, as Molucas e ilhas circunvizinhas, faziam parte dos objetivos de D. João II, pela simples razão de que a sua existência não era ainda conhecida no Ocidente: os viajantes medievais, como Ibn Battūta (1304-77) e Jourdain de Séverac (*fl.* 1321–30), imaginavam que o cravo e a noz-moscada eram produzidos em Java, onde de facto eram comercializados; e a mais antiga referência a Maluco que até nós chegou é a de uma carta (esta autêntica) de Américo Vespúcio a Lourenço de Médicis, escrita da angra de Bezeguiche a 4.VI.1501 <sup>462</sup>, em que transmite para Florença as novas do Oriente que lhe forneceu Gaspar da Gama, que viajava na caravela *Anunciada* que aí aguardava o retorno da Índia do resto da frota de Cabral. Por outro lado, embora antes do reinado de D. Manuel a documentação sobre o projeto expansionista português seja escassa, não há dúvidas de que comportou desde sempre uma importante vertente cruzadística, sem o que se não compreenderia a obsessão do infante D. Henrique e depois a de D. João II em aliar-se ao Preste João da Etiópia.

O primeiro, sobretudo durante a regência de seu irmão D. Pedro, avesso à conquista de Marrocos, mostrou grande interesse pela cruzada do Levante, colaborando ativamente nas expedições projetadas por seu cunhado Filipe III, *o Bom*, duque da Borgonha (r. 1419-1467), a quem forneceu construtores navais, marinheiros e homens de armas. Na frota do almirante Geoffroy de Thoisy, que em 1441-1442 foi a socorrer

---

<sup>462</sup> Traduzimo-la em português e publicámo-la, com abundantes anotações, em apêndice ao trabalho que editámos de colaboração com Carmen Radulet, *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) - Fontes Italianas para a sua História: o Códice Riccardiano 1910 de Florença*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 2002, pp. 327 & sqq.

os cavaleiros de Rodes ameaçados pelo sultão mameluco do Egito, os portugueses formavam mais de um terço da guarnição; e uma parte da armada enviada em 1444 ao Mar Negro foi comandada por um português, Martim Afonso de Oliveira <sup>463</sup>. Sabe-se que no mesmo ano dois homens do Infante, o arauto Sacavém e o passavante Guiné, andaram espiando no Levante com os borguinhões, atingindo talvez a Etiópia <sup>464</sup>.

Quanto ao *Príncipe Perfeito*, sabe-se que demandou o Preste mandando subir o Gâmbia, o Senegal, o Níger e o Congo e ainda a partir da Mina. Talvez porque não chegou jamais a surtir efeitos, esta vertente da expansão portuguesa, eclipsada pela sua faceta comercial a que a historiografia contemporânea tem dedicado o melhor dos seus desvelos, é, mesmo entre nós, as mais das vezes transcurada; e fora do país quase inteiramente ignorada. Por outro lado a gesta portuguesa na Índia, que além de abundante literatura em prosa inspirou as imorredoiras estrofes *d'Os Lusíadas*, fez da África como que um parente pobre do Oriente, uma etapa passageira na rota do Malabar — e disso tudo se ressentiu a justa compreensão das relações de Colombo com D. João II.

João de Barros <sup>465</sup>, porém, compreendeu bem o que a África representava na política joanina, e belamente pintou a obsessão do monarca com o continente africano:

*Tão occupado e solícito o trazia este negócio, principalmente depois que vio e gostou de muitas cousas de que os antigos Escritores não tiveram noticia, fallando desta parte de Africa, que não lhe repousava o espirito. E bem como um lião faminto, a quem a caça se esconde com temor delle em meio d'alguma grande e espinhosa balsa, a qual elle rodea e commette per muitas partes, e ferido e espinhado das entradas e saídas, já cansado, se lança com o sentido e tento posto na prea escondida: assi ElRey, commettendo per muitas partes e vezes esta grão balsa de Guiné, que té hoje se não leixou penetrar, cansado desta continuação e despeza de sua fazenda, e assi dos grandes cuidados que lhe deram os negócios do Reyno, principalmente no tempo das traições, se leixou algum tempo repousar deste fervor que trazia. Não porém que leixassem os navios de fazerem suas viagens, té que aprouve a Deos de o levar pera si, e lhe succedeo no Reyno o Duque de Beja seu primo...*

---

<sup>463</sup> Jacques Paviot, *La Politique Navale des Ducs de Bourgogne – 1384/1482*, Presses Universitaires de Lille, 1995; Idem, *Les Relations Diplomatiques et Politiques entre la Bourgogne et le Portugal (1384-1482)*, Publication du Centre Européen d'Études Bourguignonnes (XIVe-XVIe s.), n° 32 (1992); Jacques Paviot & Éric Rieth, "Un Compte de Construction de Caravelles Portugaises à Bruxelles en 1438-1439, separata de *O Arqueólogo Português*, 1988-1989; Charity Cannon-Willard, "Isabel of Portugal and the Fifteenth-Century Burgundian Crusade", in Barbara N. Sargent-Baur (ed.), *Journey towards God – Pilgrimage and Crusade*, West Michigan University, Kalamazoo, 1992, pp. 205-214.

<sup>464</sup> Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle (1384-1482) – Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*, Lisboa; Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, Paris, 1995.

<sup>465</sup> *Da Ásia*, I, iii, 12.

Numa tal estratégia, toda ela enrolada em torno do continente africano, o Cataio e o Cipango do viajante véneto, com que Toscanelli e Colombo lhe acenavam, permaneciam marginais. Reciprocamente, nos escritos de Colombo não encontramos nem uma única referência ao Preste João, conquanto Marco Polo, uma das suas musas inspiradoras, o identificasse ainda com o *ong-khan* ou *ongkân* dos Kerait, uma das tribos cristãs da Mongólia, limítrofe do Cataio, de quem em tempos os mongóis haviam sido tributários: *paioient rente et treuage à un grant sire qu'il nommoient en leur langue Unc can, qui vaut dire en français "Prestre Jehan"; et ce fu le Prestre Jehan de qui touz li monde parole de sa grant siegneurie*<sup>466</sup>. Na realidade o título de *ong-khan* (em chinês 王汗, *wang han*, título híbrido, formado do chinês *wang*, “rei”, mais o mongol *xan*, “cã, cão”, que conhecemos já) fora outorgado em 1198 ao cã Тоорил ou Toğrul (r. 1165-94), que era cristão nestoriano, pelo imperador 章宗 Chang Tsung (r. 1189-1208), da dinastia jurchen 金 Chin, de que falámos já, que dominou o norte da China de 1115 a 1234. De facto, Chinguis Cão começou a sua carreira política como tributário do Ong-Khan.

Não sabemos se nas suas conversações com D. João II o candidato a descobridor lhe acenava ainda com o Preste-João asiático. Se assim era, o *Príncipe Perfeito* e Colombo não falavam a mesma linguagem...

D. João II terá, portanto, declinado o oferecimento do azougado genovês essencialmente por razões geopolíticas. Conquanto estas sejam claras e pareçam suficientes para justificar a recusa, não é descabido discutir se o fez também por ter uma ideia mais clara do que Colombo das reais dimensões da Terra e da distância a que, por conseguinte, o Extremo Oriente quedava da costa portuguesa. Segundo João de Barros<sup>467</sup>, D. João II entregou o caso a D. Diogo Ortiz, que depois seria bispo de Tânger (1491-1500), de Ceuta (1500-1504) e finalmente de Viseu (1505-19), e a seus astrónomos, Mestre Rodrigo e Mestre José Vizinho, “a quem ele commettia estas cousas da cosmografia e seus descobrimentos”, e “todos houveram por vaidade as palavras de Christovão Colom, por tudo ser fundado em imaginações e cousas da Ilha Cypango de Marco Paulo”. Não sabemos se entraram na discussão das veras medidas do Globo; no entanto, como mais tarde veremos, parece certo que o genovês as minimizava, o que explica a dificuldade que igualmente teve em fazer acreditar em Castela o seu plano, que só veio a ser aceito na euforia subsequente à queda de Granada e porque houve, como veremos, um particular que parcialmente o financiou. Foi por isso que, entretantes, tentou oferecer os seus préstimos aos reis de Inglaterra e de França — o que,

<sup>466</sup> Marco Polo, cap. lxxiii.

<sup>467</sup> *Ibidem*, I, iii, 11.

diga-se de passagem, invalida por si só a ideia de que tenha agido de conivência com D. João II, com o deliberado escopo de atrair os espanhóis para ocidente {42}.

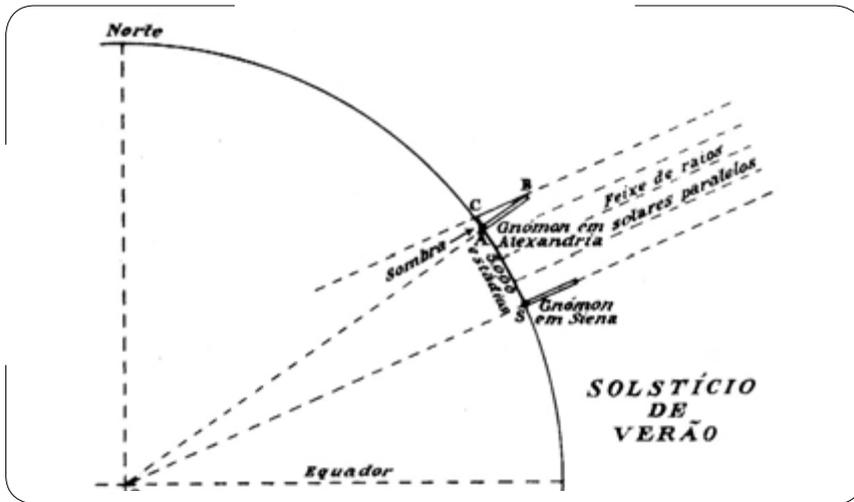
Quanto às medidas do Globo, assaz difícil se torna apresentar cifras exatas, pois, como vamos ver, o problema envolve numerosas incógnitas. Os cosmógrafos helenísticos, por um processo de triangulação das sombras, haviam já medido com razoável aproximação o perímetro do Globo, que, pela definição de metro (décima milionésima parte do quarto do meridiano terrestre), é de 40.000 km: o primeiro a fazê-lo foi Eratóstenes de Cirene (c. 276-194 A. C.) que o estimou em 250.000 estádios (de 600 pés o estádio, medindo o pé olímpico 32 cm e o da Ática 27,57), o que corresponde a cerca de 45.000 km. Com efeito, tendo verificado que a 21 de Junho, no momento do solstício de Junho, em Syēnē (hoje Assuão), sita praticamente sob o trópico de Câncer, num poço não havia sombra, mediu no mesmo dia do ano a sombra de uma vara em Alexandria, verificando que os raios de sol incidiam aí com um ângulo  $1/50$  de círculo, ou seja,  $7^{\circ} 12'$ . Isso implicava que entre Syēnē e Alexandria, situadas sobre o mesmo meridiano, houvesse uma diferença de latitude de  $7^{\circ} 12'$ . Como a distância entre ambas as cidades era de 5.000 estádios, seguia-se de aí, por uma regra de três simples, que a redondeza da Terra, isto é  $360^{\circ}$  do mesmo arco, era de  $50 \times 5.000$  estádios, ou seja, 250.000 estádios; e outros autores atribuíam-lhe dimensões ainda maiores <sup>468</sup>.

Na época abácida, por ordem do califa al-Ma'mūn (Abū al-'Abbās 'Abd Allāh ibn Hārūn al-Rašīd al-Ma'mūn, r. 813–833), os geógrafos árabes, usando um processo mais simples, que não obriga a escavar poços — medir a distância entre dois pontos com um grau de diferença de latitude e multiplicar por 360, o que em terreno plano como é o do Iraque é fácil — haviam chegado também a resultados muito próximos da realidade: al-Mas'ūdī (ca. 890 – 956) <sup>469</sup> aponta diversas cifras, das quais uma enferma apenas de um erro de 0,5 %, e por excesso: 20.160 milhas árabes (de 1995 metros), ou seja 40.219 km em vez dos 40.000 que na realidade tem. E quatro séculos volvidos Al-Dimašqī <sup>470</sup> dá valores da mesma ordem de grandeza: 6.840 parassangas, ou seja, 20.253 milhas ou 40.937 km. Há que notar que o processo de Eratóstenes não era viável no Iraque, nem em qualquer lugar ao norte do Trópico de Câncer (ou a sul do de Capricórnio).

<sup>468</sup> Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, 2 vols, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa & Coimbra, 1969-1970, vol. I. pp. 81 & sqq.

<sup>469</sup> Mas'ūdī, *Les Prairies d'Or* (ed. e trad. de Barbier de Meynard, Pavet de Courteille & Charles Pellat), 5 vols, Société Asiatique, Paris, 1962-1997, §§ 187-192 & 200.

<sup>470</sup> Al-Dimašqī, *Manuel de cosmographie du Moyen Age*, trad. d' A. F. Mehren, [reimp.] Gorgias Press, New Jersey, 2008.



**Medição da circunferência da Terra por Eratóstenes (século III A. C.)**

Ilustração da *História da Cartografia Portuguesa* de Armando Cortesão, vol. I, Coimbra, 1969.

O ângulo ABC é igual ao ângulo AOS, que corresponde em medidas lineares a 5.000 estádios. Para determinar a circunferência da Terra ( $x$ ) basta fazer uma regra de três:

$$\frac{\sphericalangle ABC}{360^\circ} = \frac{5.000 \text{ estádios}}{x} \quad \text{portanto:} \quad x = \frac{360^\circ \times 5.000 \text{ estádios}}{\sphericalangle ABC}$$

Estes cálculos passaram ao Ocidente cristão graças à tradução latina do *Kitāb fī Jawāmi‘ ‘Ilm al-Nujūm*, “livro sobre a generalidade da ciência das estrelas”), de Alfraganus (Abū al-‘Abbās Aḥmad ibn Muḥammad ibn Kaṭīr al-Farḡānī, c. 800/805-870, um dos astrónomos de al-Ma’mūn), escrito c. 833 e traduzido em latim no século XII<sup>471</sup>; foi deste que os tomou o cardeal Pierre d’Ailly (1350-1420), de cuja *Imago Mundi* possuía Colombo um exemplar<sup>472</sup>. Quanto ao mapa-múndi de Fra Mauro<sup>473</sup>, que o descobridor pode também ter conhecido, calcula o raio da Terra em 3.245 <sup>5</sup>/<sub>11</sub> milhas, o que fazendo a conta a milhas árabes corresponde a c. 6.464 km, um pouco mais que o real, que sabemos hoje ser de 6.371 km; o resultado apenas seria nitidamente defeituoso se se tratasse — o que é bem possível que, se leu a legenda, Colombo, tenha imaginado — em vez de milhas árabes de milhas romanas: c. 4.795 km.

<sup>471</sup> H. Suter & J. Vernet, artº “(al)-Farḡānī” in *E. I.*, s. v.

<sup>472</sup> Antonio Ramírez de Verger, Juan Fernández Valverde & Francisco Socas (ed.), *Ymago Mundi y otros opúsculos (Biblioteca de Colón II)*, Alianza Editorial, Madrid 1992.

<sup>473</sup> Legenda do canto superior esquerdo, nº 26; *ed. cit.* p. 722.

O mesmo método de determinar “todo o âmbito da circunferência da Terra” é descrito por João de Sacrobosco ou John of Holywood (1195-1256), logo no capítulo I do seu *Tratado da Esfera*, que na tradução portuguesa de Pedro Nunes soa assim:

Tomem um estrolábio, numa noyte clara e estrellada, e por ambos os furados do mediclínio e do reglado estrolábio acatem o pollo ártico e vejam quantos graos tem de altura; e despoys procedam direyto ao dito pollo ártico até que o vejam um grao mais alto; meçam o espaço de terra que jaz antre ambas as alturas e acharás setecentos estádios.

No entanto, mesmo na posse do texto de Pierre d'Ailly, fácil era a Colombo incorrer em erro, uma vez que se usavam milhas de diverso comprimento, desde a antiga milha romana de 1.477,5 m à milha sarda de 2.518,5, passando pela árabe, de 1.995, e pela toscana, de 1.654. Nos seus escritos, nomeadamente na *Relação da Terceira Viagem*, Colombo dá a equivalência de quatro milhas por légua; mas o termo *légua* não é menos ambíguo do que *milha*, pois designa em princípio a distância que se pode percorrer em uma hora de caminho, o que depende de numerosos factores. Tratando-se, como podemos supor, de *léguas comuns*, de 5.572 metros, as mais usadas nos itinerários e relações de viagem, achamos para a milha uma extensão correspondente a 1.393 metros, o que é ainda menos que a antiga milha romana; se se tratasse de antigas *leguas castellanas*, de 4.190 m, mediria a milha apenas 1.047,5 metros.

Na Península Ibérica, como em França, usavam-se preferentemente as léguas, mas havia-as também de diversa grandeza, desde a antiga légua de Paris (que só em 1674 foi substituída pela nova, um pouco mais longa), que não passava de 3.248 m, à légua portuguesa de 6.179 m, que era quase o dobro, passando pela chamada *légua comum*, de 5.572 m, usada nos itinerários. A antiga légua castelhana media 5.000 varas de Burgos (equivalentes a 3 pés, a 4 palmos ou a 83,5905 cm), pelo que não ultrapassava os 4.190 m; como permaneceu em uso até ao reinado de Filipe IV, que a mandou substituir pela légua comum, usava-se ainda muitas vezes no tempo de Colombo<sup>474</sup>. Mascarenhas Barreto<sup>475</sup> imagina mesmo que em Portugal existia uma “légua marítima secreta” (provavelmente reservada aos “iniciados na técnica náutico-cosmográfica da *Ordem de Cristo*” de que fala linhas abaixo), equivalente a 5.400 m! À razão de 17,5 ao grau, como se faz as mais das vezes, obter-se-ia com ela para a redondeza da Terra 34.020 km o que está rotundamente errado (erro de 15 % por defeito); para dar aproximadamente certo teriam de se fazer as contas a 20 ao grau. Seria dessa “légua secreta”,

<sup>474</sup> Vide Dionisio Macarte y Díaz, *Lecciones de navegacion, ó principios necesarios á la ciencia del piloto*, Palma de Maiorca, 1819, livº III, secção i, § 494 (pp. 111-112).

<sup>475</sup> *op. cit.*, p. 135.

mais errônea do que a pública, que o seu Colón-Zarco se serviria. O que até hoje ainda ninguém conseguiu lobrigiar é para que serve uma “légua secreta”...

Cerca de vinte anos após a partida de Colombo para Castela, Duarte Pacheco Pereira <sup>476</sup> fazia corresponder o grau da equinocial a 18 léguas. Tratando-se, como parece provável, das que estavam em uso em 1852, quando foi adotado o sistema métrico decimal, vindo a partir daí a ser conhecidas por *léguas velhas*, que mediam 6.179 m, então a redondeza da Terra corresponderia a  $360 \times 18 \times 6.179 \text{ m} = 40.039 \text{ km}$ ; esse estimio anda muito perto das medidas dadas pelos geógrafos árabes e apresenta um erro por excesso de apenas 39 km, ou seja, 1 ‰. Tratando-se de *léguas marítimas*, de 5.926 m, mediria a circunferência do equador 38.400 km, o que corresponde a um erro de 4 %, desta vez por defeito. A maior parte dos pilotos, porém, fazia a légua a  $17 \frac{1}{2}$  por grau, de modo que ao conto de *léguas velhas*, de 6.179 m, o perímetro da equinocial seria de 38.928 km (erro de 2,68 % por defeito). João de Lisboa <sup>477</sup> fazia mesmo as contas a  $16 \frac{2}{3}$  léguas por grau, o que, tratando-se das de 6.179 m, daria para a circunferência do Globo apenas 37.072 km, menos ainda se se tratava de *léguas marítimas*.

Há que notar que, em rigor, devido ao achatamento da Terra nos polos o perímetro do equador é ligeiramente superior ao do meridiano: como o diâmetro do equador mede mais 43 km que o diâmetro da esfera de polo a polo, e  $2 \pi R - 2 \pi r = 2 \pi (R-r)$ , o seu perímetro é  $\pi \times 43 \text{ km} = 135 \text{ km}$  mais extenso que o de um meridiano; o grau da equinocial, que corresponde a  $\frac{1}{360}$  do seu perímetro, mede portanto mais 375 metros que o grau de meridiano. A ideia de que a Terra não é uma esfera perfeita mas um *elipsoide de revolução* (portanto achatado nos polos) foi proposta em 1687 por Newton por razões físico-matemáticas (a força centrífuga que tende a dilatar o equador) e confirmada por medições feitas no Peru e na Lapónia em começos do século XVIII. O achatamento da Terra não era, por conseguinte, ainda conhecido na época de Colombo. De qualquer modo, para o grau de rigor permitido pelos instrumentos da época, a diferença de 375 m (em 111,111 km) é desprezível, pois corresponde a um pouco mais de 3 ‰.

Ora a medida do grau de meridiano era nesta época geralmente bem conhecida, de modo que para nós o problema parece ser antes o inverso: achar a exata medida da légua usada por cada autor. Fazendo desse modo as contas, a légua mais corrente, de 17,5 ao grau, mediria 6.349 m; e fazendo-as ao conto de João de Lisboa, 6.667 m.

Do lado de Castela, Mossen Jaime Ferrer, no parecer que deu sobre a aplicação do Tratado de Tordesilhas, de que abaixo falaremos com detenção, computa o perímetro da Terra em 7.875 léguas de c. 5 km a légua, o que perfaz 39.375 km e está muito próximo

<sup>476</sup> *Esmeraldo de Situ Orbis*, 3ª ed., com intr. e notas de Damião Peres, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1954.

<sup>477</sup> Jacinto Ignacio de Brito Rebello (ed.), *Livro de Marinharia – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa – Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos à navegação* (...), Lisboa, 1903.

da realidade, pois corresponde a um erro por defeito de apenas 1,56 %. Todavia, Martín Fernández de Enciso, na sua *Suma de Geografía* impressa em Sevilha em 1519 <sup>478</sup>, atribui ao equador uma extensão de apenas 6.000 léguas, fazendo o cômputo como João de Lisboa, a 16,66 léguas o grau. Se se trata de antigas léguas castelhanas, de 4.190 m metros, obtêm-se para a redondeza da Terra 25.130 km; mesmo tratando-se de léguas comuns, obtêm-se 33.432 km, o que representa um erro de 16,42 % por defeito. Daí que Enciso cuidasse que o antimeridiano de Tordesilhas, de que se começara entretanto a falar, passaria pelo delta do Ganges, recaindo por conseguinte não só Maluco mas também Malaca na demarcação castelhana.

Os nossos cálculos não se afastam por conseguinte muito dos que em 1939 apresentou o Comandante Fontoura da Costa, no seu clássico estudo sobre a ciência náutica da época dos Descobrimentos <sup>479</sup>:

#### Milha italiana e légua marítima portuguesa, em metros

Medidas (*)	Passos duplos	Estádios	Milhas	Metros	Milhas actuais (**)
1 passo duplo	—	—	—	1.48	—
1 estádio . . .	125	—	—	185	0.1
1 milha . . .	1000	8	—	1.480	0.799
1 légua . . . .	4000	32	4	5920	3.197

(\*) A légua é portuguesa, as outras medidas são italianas.  
 (\*\*) De 1852 metros.

#### Valores portugueses do grau em quilómetros

Léguas marítimas portuguesas	Milhas italianas	Estádios	Quilómetros	Por defeito (*)	Observações
16 $\frac{3}{4}$	66 $\frac{3}{4}$	533 $\frac{1}{2}$	96.666 $\frac{3}{4}$	Cêrca de 15%	1.º valor usado Depois do precedente Duarte Pacheco (1595)
17 $\frac{1}{4}$	70	560	103.600	Cêrca de 7%	
18	72	576	106.560	Cêrca de 4%	

(\*) Em relação ao valor exacto de 111 quilómetros.

Convém, porém, não esquecer que mesmo sem subestimar as dimensões do Globo se podia supor o Extremo Oriente mais próximo das costas europeias do que na realidade é simplesmente por se atribuir à Eurásia uma extensão maior do que a real.

<sup>478</sup> *Suma de Geografía del bachiller Martín Fernández de Enciso*, Madrid, 1948, p. 24.

<sup>479</sup> A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939, pp. 216.

É o que sucede no globo de Martim Behaim — pese a Mascarenhas Barreto, o mais antigo que se conhece — fabricado em Nuremberga *c.* 1490, que atribui à Eurásia uma extensão em longitude de 230°, mais uns 55° do que na realidade mede; por consequência, o continente asiático prolonga-se aí até uma longitude correspondente à da Baixa Califórnia, e o Mar Oceano que o separa da fachada atlântica da Europa estende-se por apenas 130°<sup>480</sup>. No caso do cosmógrafo florentino Paolo del Pozzo Toscanelli, não chegou até nós o mapa que desenhou; mas a concepção que parece subjazer à carta que endereçou a Fernão Martins, aparenta ser igualmente a de uma Ásia excessivamente alongada, uma vez que afirma que o afastamento entre Lisboa e Quinsay corresponde a um terço da redondeza do globo, portanto a 120°, quando na realidade é de 230°. É aí e não na sua estimativa das dimensões do globo que reside o seu erro: de facto, na sua obra Toscanelli usa geralmente as milhas florentinas, de 1.654 m, calculando que 67  $\frac{2}{3}$  milhas perfazem um grau<sup>481</sup> — do que resulta para a redondeza da Terra uma medida de 40.291 km, assaz próxima da real, que é de 40.000. Ora na sua missiva afirma o cosmógrafo que Lisboa distaria apenas 26 espaços de 250 milhas, ou seja, 6.500 milhas (107.510 km), da “nobilíssima cidade de Quinsay” — leitura dialetal de 京 師, “a capital”, binómio que em cantonês se pronuncia *keng si* e em mandarim *ching shih* (grafado *jing shi* em transcrição *pinyin*). É provável que Toscanelli se refira à cidade assim denominada por Marco Polo, que era 杭州 Hangchow ou Hang-chou (*Hangzhou* em transcrição *pinyin*), a 30° 20' N, à latitude das Selvagens, embora pudesse ter já conhecimento de Pequim (北, *Pei Ching*, “capital do norte”), que foi capital da China de 1267 a 1368, sob os Yüan, e de 1421 aos nossos dias, ainda que durante muito tempo tenha em certa medida partilhado a capitalidade com Nanquim (南京, *Nan Ching*, “capital do sul”), relegada em 1421 pelos Ming ao papel de capital secundária. Pequim fica a 39° 54', ligeiramente mais ao norte que Lisboa (38° 42'); parece, contudo, mais provável que Toscanelli se refira a Hangchow, pois di-la sita em Mangi, que é uma expressão, um tanto pejorativa, usada no norte para designar a China meridional. Deixando Hang-Chow em paz e fazendo, para simplificar, as contas ao paralelo 39° — supondo que a viagem se faria a uma latitude constante, seguindo um paralelo e tendo presente que a medida linear do grau de longitude a uma latitude  $\varphi$  é igual ao produto da medida do grau de meridiano (praticamente equivalente ao do grau do equador), por  $\cos \varphi$ , e que  $\cos 39^\circ = 0,777146$  — obtemos para essa latitude uma extensão aproximada de 86,35 km, ou seja, 52,2 milhas toscanas

<sup>480</sup> M. de la Roncière & M. Mollat du Jourdain, *Les Portulans...*, fig. 20 & p. 210.

<sup>481</sup> Vide Gustavo Uzielli & Giovanni Celorie, *La vita e i tempi di Paolo del Pozzo Toscanelli* (RC, p. V, vol. i), Roma 1894, pp. 410 & sqq.

por grau de longitude e, por conseguinte, uma diferença de longitude entre Lisboa e Pequim de 124°, quando na realidade é de cerca de 230°. Isso colocaria a China à longitude da fronteira entre o Canadá e o Alasca, ou das ilhas Tuamotu, bem longe mesmo assim das praias da nossa Hispânia.

Cristóvão Colombo suputava o grau da equinocial em 56 milhas e dois terços, o que no seu latim bárbaro, que não vale a pena corrigir aqui, exprimiam assim <sup>482</sup>:

*Nota quod sepe nauigando ex Ulixbona ad austrum, in Guinea, notauit cum diligentia uiam, ut solent naucleres et malineros, et postea accepit altitudinem solis cum quadrante et aliis instrumentiis plures uices, et inueni concordare cum Alfragano, uidelicet, respondere quolibet gradu miliaria 56 ⅔. Quare ad hanc mensuram fidem adhibendam est. Igitur posimus dicere quod circuitus terre sub arcu equinociali est 20.400 miliaria, similiter quod id inuenit magister Iosepius.* Nota que navegando muitas vezes de Lisboa para o sul, notei com diligência o caminho [percorrido], como o costumam [fazer] tripulantes e marinheiros; e depois tomei a altura do sol com o quadrante e outros instrumentos por muitas vezes, e achei concordar com Alfragano, ou seja, corresponder qualquer grau a milhas 56 ⅔. Pelo que a esta medida se deve dar fé. Portanto podemos dizer que o circuito da terra sob o arco equinocial é de 20.400 milhas, semelhantemente ao que achou Mestre José.

Noutros passos insiste na mesma correspondência, que reputa inquestionável. Na realidade o cálculo apenas estaria aproximadamente correto se se tratasse das milhas árabes de 1.995 m, usadas por Alfragano e Pierre d'Ailly; nessa base a extensão do equador, que é de 40.000, equivaleria a 20.050 milhas, o que não anda muito longe das 20.400 que Colombo diz. A tais contas o grau da equinocial equivaleria a 55,69 milhas e, por conseguinte, o grau de longitude a uma latitude de 39° a 43,28 milhas. As 6.500 milhas que, segundo Toscanelli, Lisboa distaria de Pequim equivaleriam assim a uma diferença de longitude de c. 150°, ou seja: o extremo oriental da Ásia situar-se-ia *grosso modo* à longitude das ilhas de Hawai.

Colombo não dispunha de um processo rigoroso para determinar a longitude, a não ser nos dias em que se poduziam eclipses lunares, o que ocorre apenas duas ou três vezes por ano; fazia, por conseguinte, como à época era normal, as contas em medidas lineares (milhas ou léguas de quatro milhas cada uma, como várias vezes diz), com base na estimativa das distâncias percorridas <sup>483</sup>. Notemos, como que em parêntesis que para tal efeito os eclipses de Sol são inúteis: o começo de um eclipse de Lua corresponde ao momento em que a Lua é atingida pelo cone de sombra da Terra, o que é independente da posição do observador; o de um eclipse solar, ao invés, corresponde

<sup>482</sup> Nota marginal ao seu exemplar da *Imago Mundi*: Varela & Gil, *Textos...*, doc. I, p. 90; Cf. Las Casas, *HI*, I, iii.

<sup>483</sup> *Diario del primer viaje, quotidie* de 3.VIII a 11.X.1492.

ao momento em que sombra da Lua se começa a projètar sobre o observador e depende, conseqüentemente, da posição deste à superfície da Terra.

De qualquer maneira, é muito provável que Colombo tenha minimizado mais ainda a já curta distância entre a Ásia e a Europa calculada por Toscanelli, fazendo as contas em milhas romanas, de 1.477,5 m, em vez de milhas toscanas de 1.654; a largura do Atlântico seria então de c. 9.604 km, o que à latitude média a que navegou, c. 20°, corresponde a c. 92° de diferença de longitude, pelo que o extremo da Ásia ficaria muito mais próximo da Europa do que na realidade é: situar-se-ia a c. 101° W de Greenwich, que é a longitude de San Luís Potosí, no coração do México — mesmo assim uns 26° a oeste das Lucaias. Notemos, a talho de fouce, que a essas contas o grau da equinocial mediria apenas 83,72 km em vez de 111,111 e que, por conseguinte, a redondeza da Terra seria de c. 30.140 km em vez dos 40.000 que na realidade mede. Se, o que parece menos provável, fazia as contas a milhas de 1.393 m, equivalentes a *1/4 da légua comum*, o resultado seria ainda ligeiramente menor: o grau da equinocial mediria 78,936 km e o perímetro do equador 28.417 km, isto é, menos 29 % do que realmente mede. A essas contas a distância entre as costas da nossa Península e a extremidade oriental da Ásia seria de apenas 9.054 km, o que à latitude de 20° a que Colombo navegou corresponde a c. 87°, ficando por conseguinte o Extremo Oriente a c. 96° W de Greenwich, o que na realidade é a longitude do Texas e do istmo de Tehuantepec, no sul do México, que une à América do Norte a Central.

Mesmo assim, somando ao erro de Toscanelli na avaliação da extensão da Ásia o seu próprio erro na subavaliação das dimensões do globo, faltaria ainda a Colombo navegar para oeste mais c. 23° do que navegou até às Lucaias para ter atingido o continente asiático — o que, em contas redondas, corresponde a umas 480 léguas ou 20 dias de navegação. Foi o seu otimismo que o levou a imaginar-se já então nas franjas insulares da Ásia.

As poucas dimensões que Colombo atribuía ao nosso planeta são-nos confirmados por uma carta sua de 26.II.1495, em que dá conta aos Reis do descobrimento da costa meridional de Cuba que acabara de fazer<sup>484</sup>; afirma aí ter atingido um ponto com cerca de 10 horas de diferença horária de Cádiz e Sevilha, o que em longitude corresponde a 150°:

*Más de diez horas de distancia tenía yo de Cáliz, cuando, en la mar blanca navegando, salía el sol en Sevilla después de dos oras cuando yo sentía noche y la vista del sol me dexava.*

---

<sup>484</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 315.

Como Sevilha fica a 4° 59' e Cádiz a 6° 17' W, teria o Almirante na sua segunda viagem atingido a longitude ocidental de c. 155°, que é a do oeste do Alasca e a da ilha principal de Hawai. Na realidade a extremidade ocidental de Cuba, que Colombo aliás não atingiu, mal ultrapassa os 85° W, pelo que o erro é de pelo menos 70°. Já em 1516 o bispo Agostino Giustiniani, nas suas anotações ao *Saltério*<sup>485</sup> se mostrava céptico em relação àquele valor, inserindo no que transcreve de Colombo a nota: “se é verdade o que diz”.

Com a minimização da circunferência do Globo há que conjugar a maximização continente asiático, que Colombo prolongava consideravelmente, invocando a autoridade do 4º livro de Esdras — cujos texto hebraico e grego se perderam, mas de que subsiste a tradução na *Vulgata* latina, que o Concílio de Trento viria anos mais tarde a excluir do cânon dos livros inspirados, mas que ao tempo gozava ainda de considerável crédito, sendo também citado por Duarte Pacheco Pereira: “E no terceiro dia mandaste às águas que se juntassem na sétima parte da Terra; e as outras seis partes secaste e conservaste, para que delas houvesse ante Ti cousas de serventia, convenientemente semeadas e cultivadas”<sup>486</sup>. Colombo louva-se ainda em outros autores, como Aristóteles, Plínio, Santo Agostinho, o *Hexámeron* de Santo Ambrósio, a *Historia Escolástica* de Pedro Coméstor, Nicolau de Lira, Averrois e Pierre d'Ailly<sup>487</sup>, em abono da tese de que as águas cobrem apenas uma pequena parte, não mais de um sétimo, da esfera terrestre, o que explicaria a enorme extensão da Eurásia.

É provável que D. João II tivesse das dimensões do Globo uma noção mais correta do que ele, pelo que não creria que o Cataio distasse tão pouco das costas da nossa Península — e bastaria isso para que não embarcasse de ânimo leve na aventura que lhe propunha o genovês, que tão cara lhe custaria. A própria *Geografia* de Ptolomeu fazia ter por inexecutável, ou pelo menos inexpedita, a proposta de Colombo: de facto, como vimos já, a οικουμένη ou “terra habitada” de Ptolomeu estendia-se entre o meridiano da ilha do Ferro, nas Canárias, considerado a longitude 0°, e 180° E, correspondendo por conseguinte a apenas meia redondeza da Terra. Não se sabe o que, para o célebre geógrafo alexandrino, poderia existir na outra metade. É verdade que Ptolomeu (c. 90-168), adotando, não se sabe porquê, os cálculos de Posidónio, minimizava as dimensões do globo terrestre, atribuindo-lhe um perímetro de apenas 180.000 estádios, ou seja, 28.300 km; roubava-lhe, por conseguinte, c. 30 % da sua dimensão real. É por isso que nos seus mapas o Mediterrâneo se estende por 62° de

<sup>485</sup> RC, III, ii, p. 247.

<sup>486</sup> IV Esdras, 6, 42: vide Robert Weber, *Biblia Sacra iuxta Vulgatam Versionem (...)*, recensuit et brevi apparatu crítico instruxit..., Deutsche Bibelgesellschaft, 5ª ed., Estugarda, 2007, p. 1943.

<sup>487</sup> *Relación del Tercer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, pp. 381-382 & 403

longitude, quando na realidade não mede mais de 42°. Marino de Tiro (c. 70-130) adotara a mesma medida para o equador, mas estendera ainda mais a οικουμένη, considerando que ocuparia 15 dos 24 fusos horários em que se pode dividir o Globo; o Extremo Oriente distaria assim, por ocidente, menos ainda das praias da Europa do que pensava Ptolomeu, que por vezes o corrige. Quanto a este, como a sua *Geografia* regista lugares de latitude austral, resulta evidente que nem partilhava da ideia da inabitabilidade dos trópicos nem da noção pitagórica de *Antíchtōn* ou “anti-terra”, um grande continente antártico, desabitado, por assim dizer simétrico da *oikuménē*, mas separado dela por um grande mar. Fora esta a concepção adotada no século II A. C. por Crates de Malos e perflhada ao depois por Pompónio Mela (c. 42 da nossa era), por Macróbio (sec. V), por vários Padres da Igreja e por numerosos autores medievais.

Ao contrário de Aristóteles, Séneca e Pierre d'Ailly, cuja autoridade Colombo invoca em seus escritos<sup>488</sup>, que tendiam a minimizar a extensão do Mar Oceano que separaria da Europa a extremidade da Ásia, para Ptolomeu mediaria entre elas uma distância imensa, igual à que separava as Canárias da *Sinarum Regio*, ou “região dos chinas”, nos últimos confins da terra habitada; por conseguinte, de acordo com a geografia ptolomaica, demandar a Índia, que jazia a apenas 135° a leste do Ferro, por ocidente seria em qualquer caso escolher o caminho mais longo e percorrer 225° da redondeza da terra em vez de 135°. Não admira, pois, que D. João II tenha optado pelo caminho *a priori* mais curto, tanto mais que ao longo dele não perdia de vista a bombordo o Preste João, por cuja aliança anelava.

Mas há mais: tudo leva a crer que o monarca português entrevisse a existência de terras emersas entrepostas entre a Ásia e a Europa, o que inviabilizaria ou pelo menos dificultaria a rota para as Índias proposta por Colombo, pois mesmo que não houvesse entre o Atlântico e o hoje que hoje chamamos Pacífico uma barreira continental intransponível, haveria pelo menos grandes ilhas a contornar: segundo Ptolomeu<sup>489</sup> eram 1.378 as ilhas dos mares das Índias, mas para Marco Polo o seu número elevar-se-ia a 4.759! É seguro que D. João II entrevia a existência de vastas terras pelo menos no Atlântico sul, onde para mais, dado o régimen de ventos de que já devia ter qualquer noção, lhe poderiam fazer falta como escala na futura rota pelo Cabo. É o próprio Colombo quem no-lo declara uns quinze anos mais tarde, no *Diário* da sua terceira viagem: após ter mandado parte da frota cruzar o

---

<sup>488</sup> Cf. Vignaud, *Histoire critique...*, vol. I, pp. 314 & sqq.

<sup>489</sup> *Geographia*, VII, iv; vide *Geography of Claudius Ptolemy*, Edward Luther Stevenson, translator, introduction by Joseph Fischer, Cosimo Classics, Nova Iorque, 2011 [reimp. anastática da ed. de 1932], p. 159

Atlântico à latitude das Canárias, como fizera nas viagens precedentes, prosseguiu com os demais navios até Cabo Verde e fez a partir daí a travessia, declarando que assim fazia *para ver cuál era la intinción del rey don Juan de Portugal que dezía que al austro avía tierra firme, y por esto dize que tuvo diferencia com los reyes de Castilla*<sup>490</sup>. Já na carta de 5 de Setembro de 1493 ao Almirante, que acima transcrevemos parcialmente, os Reis Católicos haviam dito aproximadamente o mesmo.

Sete anos mais tarde, ao noticiar de Porto Seguro a D. Manuel o achamento do Brasil pela frota de Pedro Álvares Cabral em que ia embarcado, o físico Mestre João declarava ao soberano <sup>491</sup>:

*Quanto, Senhor, al sitio desta terra, mande Vossa Alteza traer um mapa-múndi que tiene Pero Vaaz Bisagudo, e por aí podrá ver Vossa Alteza el sitio desta terra; empero aquel mapa-múndi nom çertifica esta terra ser habitada o no. Es mapa-múndi antiguo e alli fallará Vosa Alteza escrita también la Mina.*

Infelizmente, tal mapa não chegou até nós, pelo que impossível é determinar se no lugar onde foi achado o Brasil debuxava uma ilha imaginária, como a Antília ou a das Sete Cidades, se uma terra real, avistada no decurso de qualquer viagem para sudoeste, que, provavelmente, visto o mapa-múndi ser antigo, teria tido lugar ainda durante o reinado do Príncipe Perfeito.

Além disso é provável que, graças a viagens mal documentadas, feitas por certo a partir dos Açores, e a outros indícios <sup>492</sup>, D. João II suspeitasse também da existência de terras emersas entre a Europa e a Ásia no hemisfério boreal. À latitude dos Açores os ventos sopram as mais das vezes de oeste; contudo, quando o anticiclone se instala sobre as ilhas ou a norte delas, o que sucede frequentemente no verão, a sul do arquipélago sopram em sentido contrário, facilitando a navegação em direção à América setentrional. Muito pouco se sabe das viagens que, com o escopo de explorar o Atlântico norte ou por mero acidente meteorológico, se efetuaram a partir dos Açores, cuja história nos primeiros tempos é bastante mal conhecida. Falámos já da expedição de Diogo de Teive, mas por certo que não foi a única, pois não é impossível, por exemplo, que a de Rui Gonçalves da Câmara se tenha chegado a realizar, quedando porém infrutuosa.

---

<sup>490</sup> *Ibidem*, p. 388.

<sup>491</sup> William B. Greenlee, *A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos e relações coevas*, tradução de António Álvaro Dória, Liv<sup>o</sup> Civilização, Porto (1951), pp. 129-130.

<sup>492</sup> Cf. Damião Peres, *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, antecedentes e intencionalidade*, Portucalense Ed., Porto / Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1949.

São apenas fontes relativamente tardias — a *carta marina* Olof Månsson ou Olavo Magno, 1490-1557 (o amigo sueco de Damião de Góis) publicada em Veneza em 1539, passos da *Historia de Gentibus Septentrionalibus* do memo autor, impressa em Roma em 1555 e uma carta de 3.III.1551 do burgomestre de Kiel, Carsten Crip, a Cristiano III, rei da Dinamarca e da Noruega (r. 1534-1559) — que referem que no reinado de Cristiano I (1448-1481) a Gronelândia fora, a pedido del-rei de Portugal, visitada por uma expedição dinamarquesa comandada por Pinning e Pothorst, de que terá sido piloto o Scolvus de que temos falado <sup>493</sup>. Embora os nossos *cubistas* se comprazam em fazer dela cavalo de batalha, admitindo que coincide com a viagem à Última Thule a que Colombo alude numa carta sua, esta expedição, de que apenas três documentos, mais de meio século posteriores ao momento em que se terá realizado, fazem menção, é assaz de problemática.

Daí o terem certos autores sido levados a admitir que João Vaz Corte-Real e Álvaro Martins Homem, de que falámos já, teriam então topado com a Gronelândia, e que seria exactamente essa a expedição realizada em parceria entre os reis de Portugal e da Dinamarca a que aludia Crip. Tal interpretação, todavia, não se coaduna com a data de 1476 geralmente atribuída à viagem de Skolp ou Scolvus, pois foi por carta da Infanta D. Beatriz — viúva do infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V e pai de D. Manuel I) e tutora de seu filho D. Diogo, duque de Beja e de Viseu de 1472 a 1484 — datada de 2.IV.1474 que João Vaz Corte-Real recebeu a sua capitania da Terceira; da carta, porém, não consta que a recebesse em paga de qualquer descobrimento que tivesse feito, mas tão somente pelos “muytos e grandes serviços” que o dito João Vaz “tem feitos ao Ifante meu senhor e seu padre que Deus haja, e depois a mim e a ele”; nem tampouco se coaduna com a generalidade das fontes históricas portuguesas, que atribuem o descobrimento da Terra Nova a Gaspar Corte-Real, filho de João Vaz, em 1500.

A documentação que nos chegou, cartografia inclusive, confirmam, pelo contrário que, em viagem realizada provavelmente entre 1495 e 1497, outros dois açorianos, Pedro de Barcelos e João Fernandes Lavrador, atingiram a Gronelândia, que supuseram constituir a extremidade ocidental da Ásia. Foi com base nas indicações fornecidas por Fernandes Lavrador que João Caboto — um genovês naturalizado veneziano que andava desde 1472 ao serviço da Inglaterra e em 1498 se deslocara a Lisboa para contratar um piloto que o conduzisse às Índias — decidiu demandar o Cipango por Noroeste, empreendendo assim uma segunda viagem ao

---

<sup>493</sup> Sofus Larsen, *Dinamarca e Portugal no século XV*, tradução de Jaime Cortesão, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983.

Canadá, onde já no ano anterior explorara a ilha de Cabo Bretão. Esta história é confirmada por diversas fontes, entre as quais uma legenda do planisfério de 1532 de Diogo Ribeiro <sup>494</sup> : “Tierra del Labrador, laqual fue descubierta por los ingleses de la vila de Bristol; e porq el q dio el aviso della era Labrador, de las islas de los Açores, le quidó este nombre”. Há que notar que por “Terra do Lavrador” se entendia então a Gronelândia; foi só mais tarde que, devido uma confusão geográfica que nos não interessa analisar aqui, o topónimo se transferiu para a península fronteira, que constitui hoje o extremo nordeste do Canadá. Aliás, já em 1502 figura uma representação assaz correta da Gronelândia no chamado “planisfério de Cantino”, onde uma legenda afirma que foi mandada descobrir pelo rei D. Manuel de Portugal e que se julga ser a extremidade da Ásia.

Estas viagens, apenas nebulosamente conhecidas são, é certo, na sua maioria posteriores à aventura de Colombo; mas antes delas houve certamente outras, mais mal conhecidas ainda, que deixaram entrever, a ocidente dos Açores, *hũa grande ilha, ou ilhas, ou terra firme per costa*, que foi identificada com a Ilha das Sete Cidades da lenda e, na realidade, não pode corresponder senão ao continente norte-americano. A expressão que sublinhámos consta da carta régia de 3.III.1486 pela qual D. João II faz mercê a Fernão Dulmo (originalmente Ferdinand van Olmen), “cavaleiro e capitão na ilha Terceira por o duque D. Manuel meu muito prezado e amado primo”, da capitania-donatária da terra que pretendia descobrir, a título vitalício e hereditário, com suas rendas e sua justiça, com alçada cível e criminal até à pena de morte; se a achasse, receberia “o título de honra que a nós parecer ser rezão”. Ponto interessante: admitia-se que a tal ilha, arquipélago ou terra firme fosse povoada, tornando-se então necessário subjugar-la — o que D. João II prometia fazer com suas forças, embarcadas em armada de que o donatário seria capitão-mor, se este não tivesse poder bastante para o fazer por si.

Pode perguntar-se porque foi D. João II tão parco para com Colombo, cerca de dois anos mais cedo, e tão generoso agora para com Fernão Dulmo; há que notar, porém, as diferenças, que não são despiencias: Dulmo propunha-se fazer a expedição à sua custa, Colombo queria que a financiasse integralmente El-Rei; Dulmo pretendia a capitania da ilha ou terra firme com que topasse, Colombo queria ser vice-rei das Índias; Dulmo contentava-se com o título que lhe conferisse o monarca, Colombo exigia à partida o de *dom*; finalmente Dulmo apenas pedia as rendas que a terra desse, ao passo que Colombo pretendia também exclusivos comerciais.

---

<sup>494</sup> *PMC*, I, 41

Além disso Dulmo, flamengo naturalizado português, era vassalo de D. João II; e Colombo não.

Resumindo e concluindo: D. João II nem devia crer na viabilidade do projeto colombino, nem estava disposto a ceder às exigências exorbitantes do aventureiro genovês. Não se torna, pois, necessário atribuir-lhe segundas intenções na recusa que lhe opôs.

LIVRO II

**ASCENSÃO RETA**



# I

## COLOMBO NO REINO DE CASTELA: DO ANONIMATO À GLÓRIA

### A hégira, a metamorfose e a metonomásia do descobridor.

Foi portanto em fins de 1485 que Cristóvão Colombo se mudou para Castela: as contas que acima fizemos conduzem-nos de facto à mesma conclusão a que chegara Antonio Ballesteros<sup>1</sup>.

D. Hernando<sup>2</sup> afirma que foi então que seu pai trocou de nome, pois chamando-se originalmente

Colombo, pois era esse efetivamente o sobrenome ou apelido de seus maiores, ainda que ele, conforme a pátria em que foi a morar e a começar novo estado, limou-lhe o vocábulo para que se conformasse com o antigo e distinguiu aqueles que dele procedessem de todos os outros que lhe eram colaterais, e assim se chamou Colón.

Não há razões sérias para pôr o testemunho de seu filho em causa, embora, como vamos ver, a substituição não tenha sido imediata<sup>3</sup>: o mais antigo documento em aparece a forma *Colón*, grafada à castelhana, são as *Capitulações de Santa Fé*, de 27.IV.1492, embora no salvo-conduto para vir a Portugal que, a seu pedido, D. João II lhe deu em Avis a 20.VIII.1488, apareça a forma homófona *Colom*, grafada à portuguesa; mas como foi escrita em resposta a uma missiva enviada por Colombo ao monarca português (que não chegou até nós), é de presumir que este tenha reproduzido a forma como na sua aquele se assinava, pelo que nada mais há a concluir daí. Nos outros — raros — documentos em que em Castela é mencionado aparece a forma intermédia *Colomo*.

Mascarenhas Barreto e as pécoras do seu fato fazem finca-pé no sobrenome do Almirante, que jamais se teria chamado *Colombo*, mas, como se intitulava em Espanha, *Colón*. Colombo seria uma invenção dos *genovistas*.

<sup>1</sup> A. Ballesteros Beretta, *Cristóbal Colón y el descubrimiento de América*, vol. I, Barcelona, 1945, p. 395.

<sup>2</sup> *HA*, cap. i.

<sup>3</sup> Para mais pormenores, vide Juan Gil, “'Colones' y 'Colombi'”, *Columbiana*, pp. 131-144.

Ora tudo leva a crer que na época em que viveu em Portugal o futuro descobridor da América ainda se denominava *Colombo*; é certamente por isso que tanto D. João II, na sua carta de 23.V.1493 aos Reis Católicos, como ambos os seus cronistas, Rui de Pina (que por sinal foi um dos embaixadores encarregados das negociações prévias que conduziram ao acordo de Tordesilhas) <sup>4</sup> e Garcia de Resende <sup>5</sup> (escrivão da puridade, ou seja, secretário particular do monarca) o chamam assim. Foi João de Barros, que escreveu na esteira de Gonzalo Fernández de Oviedo, que por vezes se limita a traduzir, quem introduziu em Portugal a forma *Colom*, de que usam ao depois todos os nossos escritores quinhentistas (Antonio Galvão, Pedro de Mariz, Gaspar Frutuoso, etc.) e ainda, ao que cremos (não investigámos em pormenor esse particular) os da centúria seguinte. Usa-a ainda, no primeiro quartel de Oitocentos, António Ribeiro dos Santos <sup>6</sup>. Tanto quando sabemos a forma *Colombo* só no século XVIII veio a ser reintroduzida, acabando por se generalizar no século XIX.

É de qualquer modo importante notar que se não conhecem documentos originais firmados pelo futuro descobridor durante a sua estada em Portugal. Dos que firmou em Espanha nenhum, nem sequer o seu testamento, é assinado com o seu nome em vernáculo: ou assina em latim *Xpo FERENS*, incluso no anagrama de que falaremos mais abaixo, ou, como geralmente prefere a partir de 1493, *el Almirante*. Em Génova, onde (como em França, mas ao contrário do que se passava na nossa Península havia já dois séculos) a língua oficial continuava a ser o latim, tampouco assinava *Colombo*, mas *Columbus*. Não se conhece assim nenhum documento em que assinasse *Colombo*, como se não conhece nenhum em que assinasse *Colón*. Das suas assinaturas não se pode, por conseguinte, tirar qualquer conclusão acerca de qual tenha sido o seu nome original, pelo que não passa de um sofisma a afirmação dos *cubistas*, que tiram argumento do facto de se não conhecer nenhum documento em que assinasse *Colombo* para afirmar que jâmais se chamou assim — pois tampouco se conhece qualquer documento em que assinasse *Colón*.

Pedro Mártir de Angléria, que nos seus escritos apenas se começa a referir a Colombo em 1493, após o descobrimento da América, usa sempre a forma *Colonus*, latinização aproximativa de *Colón*, sobrenome de que o descobridor usava pelo menos desde 1492, pois é nessa forma que aparece nas *Capitulações de Santa Fé*.

<sup>4</sup> *Crónica del Rei D. João II*, cap. lxxvi, in *Crónicas de Rui de Pina (D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, Lello & Irmão Ed., Porto, 1977.

<sup>5</sup> *Vida e Feitos del Rei D. João II*, cap. clxv.

<sup>6</sup> *Do conhecimento que era possível ter da existência da América pela tradição dos Antigos e por motivos Filosóficos*, Academia Real das Ciencias de Lisboa, Lisboa, 1817.

Seu filho deixa entrever três razões para a mudança de sobrenome: acomodá-lo aos usos de Castela, marcar uma rotura com o passado e o início de uma nova vida, e dar início a uma linhagem distinta da de seus colaterais. E, de facto, D. Cristóvão soube manter as distâncias, pois na documentação da época seus primos João e André Colombo jamais recebem nem o título de *don* nem o apelido de *Colón*, continuando sempre a ser designados pelo seu sobrenome italiano {43}. Entrevemos duas possibilidades para a castelhanização de *Colombo* em *Colón*. A primeira é que tenha o genovês escolhido essa forma para o novo apelido a usar na sua nova pátria por ela existir já como sobrenome em castelhano: conhecem-se de facto documentos oficiais de um período ligeiramente anterior firmados por um tal Pedro Colón que foi secretário dos Reis Católicos <sup>7</sup>. A segunda é que a tenha preferido por insinuar um parentesco senão biológico pelo menos moral com o velho corsário Casenove, conhecido por *Coulomb le Vieux*. Em apoio desta segunda hipótese pode-se apresentar um trecho, a que aludimos já, de uma carta sua a D. Juana de la Torre, ama do malogrado príncipe D. Juan, único filho varão dos Reis Católicos; o trecho não consta da sua conhecida carta à ama, datável de 1500 ou 1501 <sup>8</sup>, mas nada impede que fizesse parte de uma outra carta, hoje perdida, à mesma senhora. Conhecemo-lo apenas através da sua transcrição por D. Hernando numa espécie de antologia das bravatas paternas que faz parte da sua biografia <sup>9</sup>:

Eu não sou o primeiro almirante da minha família: deem-me, pois, o nome que quiserem que enfim David, rei sapientíssimo, foi guarda de ovelhas e depois foi feito rei de Jerusalém; e eu servo sou daquele mesmo Senhor que o alçou a tal estado.

Sem negar os seus modestos começos, insinua assim um parentesco entre si e os Coulons da Gasconha, de que vários foram de facto almirantes, com quem Guillaume de Casenove, dito *Coulomb le Vieux* era provavelmente aparentado, de onde a sua alcunha. Com a sua consueta honestidade intelectual os nossos *cubistas* comprazem-se a citar a primeira parte do texto omitindo a segunda, que lhes não convém. Nela Colombo alude indirectamente às suas origens modestas {44}, apresentando para a sua rápida ascensão social o honroso precedente do rei bíblico David <sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> v. g. as instruções que lhe foram dadas pelos Reis em Fevereiro de 1478, pub. por Antonio de la Torre & Luís Suárez Fernández, *Documentos referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, 3 vols, CSIC, Valhadolid, 1958-63, vol. I, doc 988, pp 146 & sqq.

<sup>8</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlvi, pp. 430 & sqq.

<sup>9</sup> *HA*, cap. ii.

<sup>10</sup> I Sam 10, 13.

Quando, porém, com o passar do tempo, a posição da família ficou bem estribada e as suas modestas origens se perderam entre as brumas da memória, houve quem achasse *chic* retomar o nome original e assinar-se *Colombo*: assim o fez em documentos de 1579 e 1580 um bisneto do descobridor e mais tarde, talvez no rescaldo da viagem a Génova a que aludimos acima, D. Álvaro Colón de Portugal, 5º duque de Verágua, 8º almirante das Índias e 2º conde de Gelves <sup>11</sup>. Diga-se a talho de fouce que o *Portugal* lhe advinha de seu avô D. Jorge de Portugal (que era filho de D. Álvaro, por seu turno filho de D. Fernando II, 3º duque de Bragança), que desposou D. Isabel Colón y Toledo, filha de D. Diego, 2º almirante das Índias e, portanto, neta do descobridor.

Segundo Hernando Colón, apesar de ter mudado de apelido, seu pai não deixou, porém, de continuar a merecer o epíteto de *Colombo* {45}, que, como é sabido, significa “pombo”:

*...diremo che veramente fu colombo, in quanto portò la grazia dello Spirito Santo a quel novo mondo che egli scopri, mostrando, secondo che nel battesimo di San Giovanni Battista lo Spirito Santo in figura di colomba mostrò qual era il Figliuolo diletto di Dio che ivi non si conosceva... (diremos que foi verdadeiramente pombo, na medida em que levou a graça do Espírito Santo àquele novo mundo que ele descobriu, mostrando, tal como no batismo de S. João Batista o Espírito Santo em figura de pomba, qual era o Filho dileto de Deus, que ali não era conhecido).*

Tem-se a impressão de que a metonomásia do descobridor em potência não terá tido lugar imediatamente, no momento da mudança para Castela, mas a pouco e pouco. De facto, nos raros documentos castelhanos anteriores às *Capitulações de Santa Fé*, de Abril de 1492, que nos chegaram ocorre sempre a forma intermédia *Colomo* {46}: assim numa relação dos pagamentos feitos por ordem dos Reis Católicos entre 1485 e 1489, conservada no *Archivo Real de Simancas*, que são em número de quatro, mas todos idênticos, pelo que basta citar um:

*En dicho día [5 de Maio de 1487] di a Cristóbal Colomo, extranjero, tres mil maravedís, que está aquí haciendo algunas cosas complideras al servicio de Sus Altezas, por cédula de Alonso de Quintanilla con mandamiento del obispo.*

A mesma forma ocorre no registo dos pagamentos feitos a 27 de Agosto e 15 de Outubro de 1487 e a 16 de Junho de 1488 <sup>12</sup>. Ocorre igualmente quer numa cédula dos Reis Católicos em que ordenam aos concelhos da Andaluzia que quando viajar para a

<sup>11</sup> Juan Gil, *Columbiana*, p. 143.

<sup>12</sup> Pub. por Navarrete, *op. cit.*, vol. I, doc. II, p. 301.

corte lhe dêem aposentadoria <sup>13</sup>, quer ainda numa carta de 19.III.1493 <sup>14</sup> do duque de Medinaceli, D. Luís de Lacerda, ao cardeal D. Pedro González de Mendoza (1428-95), arcebispo de Toledo e primaz de todas as Espanhas desde 1482.

Esta forma, acomodada à tendência do castelhano para reduzir a *-m-* o grupo *-mb-* intervocálico — como em *lomo*, “lombo”, do latim *lumbum*, *plomo*, “chumbo”, do latim *plumbum*, etc. — resulta provavelmente de seu apelido ter sido interpretado como sendo a forma masculina do nome de Santa Comba, em castelhano *Santa Coloma*, bem presente na toponímia peninsular. Por curiosa coincidência, chamava-se Juan de Coloma (c. 1440-1417) o secretário aragonês e protonotário de Fernando, o *Católico*, que, entre muitos outros documentos, lavrou em 1492 as *Capitulações de Santa Fé*. Colombo refere-se-lhe algumas vezes, em geral como *Monsen* ou *Mossen Coloma*, em que o primeiro termo corresponde ao catalão *mossèn*, título dado na Coroa de Aragão aos membros da baixa nobreza e aos eclesiásticos (hoje apenas usado no sentido de “padre”), e *Coloma* o apelido, que em catalão significa “pomba”. Juan de Coloma era de origem plebeia, mas veio a receber dos Reis Católicos o senhorio de Elda, de que seu neto foi feito conde em 1577. Não foram, pois, apenas os Colombos a subir rapidamente na vida...

Embora nem em português nem em castelhano esteja atestada a forma masculina correspondente a *Coloma* ou *Comba*, que seria em português *\*Combo*, é evidente que em castelhano seria *Colomo*, como se pode demonstrar fazendo, como ensina o pai da moderna lingüística, Ferdinand de Saussure, uma espécie de regra de três etimológica:

$$\frac{\text{Colomba}}{\text{Coloma}} = \frac{\text{Colombo}}{x} \quad \text{Portanto: } x = \frac{\text{Colom} - \alpha \times \text{Colomb} - o}{\text{Colomb} - \alpha} = \text{Colomo}$$

Embora, tanto quanto sabemos, a forma *\*colomo* não esteja atestada em castelhano nem como substantivo comum nem como antropónimo, em catalão existe o termo *colom*, que, como seria de esperar, significa “pombo”, e que, à semelhança do italiano *Colombo* ou do português *Pombo*, fàcilmente se pode tornar apelido. É talvez por isso que o cronista Gonzalo Fernández de Oviedo escreve geralmente *Colom*, à catalã, em vez de *Colón*. Dir-se-ia que os escrivães da corte de Castela e Aragão, que conheciam o apelido catalão *Colom*, procederam de maneira idêntica e apenas adotaram a forma *Colón* a partir das *Capitulações*, que revestem a forma de resposta dos Reis aos diversos pedidos formulados por Colombo, entre os quais o de se poder intitular *Don Cristóbal Colón*.

<sup>13</sup> Real cédula de 12.V.1489, *CDD*, I, doc. 18, p. 59.

<sup>14</sup> Navarrete, I, doc. xiv, pp. 310-311.

A estes argumentos responde-me o Eng<sup>o</sup> Branco com o seguinte arazoado:

É pena que LT não transcreva os restantes registos de pagamentos, pois não apoiam a sua hipótese de um Colombo Genovês em Espanha. Para esclarecimento da verdade aqui se transcrevem todos os registos. Após a recepção pelos Reis em Córdoba, por indicação da Rainha Isabel, Quintanilha fica de lhe pagar uma tença (*sic!*) enquanto o Conselho de eruditos se pronuncia.

1487-05-05 – “*En dicho día di a Cristóbal Colomo, extrangero, tres mil maravedís, que está aqui [em Córdoba]*”

1487-10-15 – “*El dicho día di a Cristóbal Colomo quatro mil maravedís, que Sus Altezas le mandaron dar para ayuda de su costa, por cédula del obispo.*” (*Libro de cuentas del tesorero Francisco González de Sevilla*)

1487-10-18 – “*Dj mas a ....., portugues, este dia treynta doblas castellanas, que Su Altesa le mando dar presente el dotor Rodrigo Maldonado de Talavera; dioselas por mj Alonso de Quijtanjlla; este es el portogues que estaua en el Real; esto fue a la partida de Linares, et su altesa me lo mandó en persona ...*” (*Libro de los maravedís que rescibió Pedro de Toledo, de las penas de cámara et del gasto dellos*)

1488-06-16 – “*En 16 de junio de 1488, di a Cristóbal Colom tres mil maravedís por cédula de Sus Altezas.*” (*Libro de cuentas del tesorero Francisco González de Sevilla*).

À exceção do pagamento a um anónimo as verbas são, ao fim e ao cabo, as que eu mencionara... E além dos pagamentos que o nosso bastonário transcreve há o de 27 de Agosto que referimos acima, que deixa no tinteiro; e é dos mais significativos, pois é feito para que Colombo se desloque ao *real*, ou seja, ao campo militar armado às portas de Málaga, onde lhe será dado conhecimento da decisão régia acerca do seu projeto. Por conseguinte, se eu omito uma verba referente a um anónimo, que aparentemente nada tem a ver com Colombo, ele omite uma em que este é expressamente nomeado, o que, para quem pretende em tudo ter a última palavra, é bem pior. Não há nada como ver-se ao espelho antes de se entremeter a pentear o vizinho...

Seja como for, a conclusão que de tudo isto retira o meu interlocutor é, para não dizer pior, pelo menos mirabolante:

- Quando aparece o nome Cristóbal Colomo ou está indicada a palavra estrangeiro ou não está indicado nada sobre a sua nacionalidade. Tal mostra pelo menos que ele não era Castelhana, nem Aragonês (Catalão), já que os dois reinos estavam unidos naquela altura.

A referência à nacionalidade portuguesa aparece no pagamento de Outubro de 1487 em que aparece um espaço em branco seguido da palavra português. Este último pagamento parece ser o mais relevante, pois tem os seguintes três aspectos que o ligam ao Almirante:

- Três dias depois de ser feito um pagamento ao Almirante o registo diz “Dei mais a ...”, o que permite pôr a hipótese de o ligar ao pagamento anterior;

- O pagamento foi mandado fazer pelo Doutor Talavera, que era precisamente o presidente do Conselho de Eruditos, que estava a analisar a viagem do Almirante;

- É referido que nessa data “o português” estava na corte (no Real) e o Almirante estava de facto na corte (pelo menos três dias antes estava, como mostra o pagamento anterior).

O pagamento de 18/10/87 é assim um forte indício de o Almirante ser considerado português em Castela nesta altura.

Em primeiro lugar: é de pasmar que se considere mais probatória uma entrada com o nome em branco do que os documentos em que o nome aparece por extenso, seja qual seja a ortografia!

Em segundo lugar: se as ajudas de custo (e não uma *tença*, que era uma pensão fixa anual!) que os Reis mandaram pagar a Colombo eram, como parecem ser, *grosso modo* trimestrais durante o tempo que permanecia junto à Corte, um pagamento três dias após o precedente parece indicar por si só que não é feito à mesma pessoa, mas a um outro, de que aparentemente se ignorava o nome. Recorde-se, a título de comparação, que na época o pagamento aos soldados se fazia “aos quartéis do ano” ou seja trimestralmente, e que Colombo, como veremos, mandou pagar a sua cunhada Violante Moniz, que lhe criara o filho, 10.000 maravedis anuais, por terços, ou seja, aos quadrimestres. O *maravedi*, que, como o *morabitino* em Portugal, começara por ser uma moeda de ouro cunhada à imitação do *dinar* almorávida, do mesmo peso (4,5 g) e do mesmo toque (23  $\frac{3}{4}$  quilates), era desde a reforma monetária de Afonso X em 1299 mera moeda de conta, apenas utilizada para fins contabilísticos; na época a que nos reportamos o seu valor não andava longe do do *real* português utilizado para o mesmo efeito. A *dobra* castelhana, cuja cunhagem foi suspensa em 1497 pelos Reis Católicos, valia 480 maravedis; a partir daí cunharam-se em ouro os *excelente da granada*, no valor de 336 maravedis, do mesmo peso (3,45g) e toque (23  $\frac{3}{4}$  quilates) dos *florins* de Florença, dos *cequins* ou *ducados* de Veneza, dos *cruzados* de Portugal, dos *xerafins* egípcios, etc.

Em terceiro lugar, com o “pagamento feito por ordem do doutor Talavera” mergulhamos na engenharia textual, operação que a ninguém é lúdima, ainda que seja engenheiro: o que o documento diz é que o pagamento foi feito por ordem de Suas Altezas *presente el dotor Rodrigo Maldonado de Talauera*, acrescentando que *su altesa me lo mandó en persona*. Em parte alguma, portanto, se diz que foi feito “por ordem do doutor Talavera”! Retocando o texto das fontes pouco a pouco, chega-se aonde se quiser chegar. Mas é pouco honesto!

Em quarto lugar: o que o texto diz é que o pagamento foi feito na presença do Dr. Rodrigo Maldonado de Talavera, membro do Conselho Régio que, como negociador que foi do tratado das Alcáçovas (e que seria igualmente do de Tordesilhas), era, por assim dizer, o perito dos Reis Católicos em assuntos portugueses — e não de Frei Hernando de Talavera, presidente da junta de letrados! Não foi, portanto, “mandado fazer pelo Doutor Talavera, que era precisamente o presidente do Conselho de Eruditos, que estava a analisar a viagem do Almirante”, e, por isso mesmo, não prova coisíssima nenhuma acerca deste!

Em quinto lugar: ainda que, por hipótese, tivesse sido feito por mando de Frei Hernando de Talavera, bastaria isso para provar que o pagamento foi feito a Colombo?

Acaso pensará o nosso bom engenheiro que essoutro Dr. Talavera, que de facto estava encarregado do assunto, não fazia mais nada e trabalhava a tempo inteiro no projeto colombino? Teriam então os Reis deputado um homem da craveira do primeiro arcebispo de Granada devolvida à Cristandade apenas para apajear um estrangeiro desconhecido, pobre e mal vestido, que por ali aparecera com a ideia peregrina de alcançar as Índias pelas traseiras do Globo?

Em sexto lugar: quanto ao pagamento a um português anónimo constituir “um forte indício de o Almirante ser considerado português em Castela nesta altura”, trata-se de uma verdadeira pescadinha-de-rabo-na-boca lógica e metodológica: prova-se que Colombo era considerado português porque há um pagamento a um anónimo que é qualificado de português; e prova-se que o português anónimo era Colombo... porque o anónimo é qualificado de português.

Em sétimo lugar: se o pagamento anterior prova que Cristóvão Colombo estava no arraial, afinal é *Cristóbal Colomo* e não o português de nome em branco o futuro descobridor, e *Colomo* sempre é adaptação de *Colombo*...

O raciocínio do nosso bom engenheiro é tão tortuoso neste passo que me recorda a história do naturalista que fazia sucessivas experiências para estudar o comportamento das rãs. Tocava uma buzina e a rã saltava. Cortou as patas à rã, tocou a buzina e a rã não saltou. Daí concluiu, assaz logicamente, que as rãs sem patas não ouvem...

Há que reconhecer que há mais quem raciocine assim. Não aventou um outro luzeiro do mesmo firmamento que até Camões atestava da portugalidade de Colombo? A prova estaria na estrofe 138 do canto X *d'Os Lusíadas*, que, aludindo evidentemente a Fernão de Magalhães, fala de um português que ao serviço de Castela fez viagem por rota jâmais de outrem intentada, completando assim o descobrimento levado a cabo até aí:

*Eis aqui as novas partes do Oriente,  
que vós outros agora ao mundo dais,  
abrindo a porta ao vasto mar patente,  
que com tão forte peito navegais.  
Mas é também razão que no Ponente,  
dum lusitano um feito inda vejais:  
que de seu Rei mostrando-se agravado,  
caminho há de fazer nunca cuidado.*

*Há de fazer* é um futuro perifrástico, aqui empregado porque em 1498 faltavam ainda uns vinte anos para que o feito de Magalhães se consumasse!

Esquêceu, de facto, ao autor que na economia do poema é a viagem do Gama (1497-99) o fio condutor. Tudo quanto até aí se passara, desde a fundação do Reino, é narrado, nos cantos III e IV, no pertérito perfeito, pelo capitão-mor da frota ao rei

amigo de Melinde. O que em seguida se passaria — um futuro no passado — é, por convenção poética, narrado no canto X sob a forma de profecia, feita por uma ninfa ao mesmo Gama, na Ilha dos Amores. Ora em 1497-99 a viagem descobridora de Colombo era volvida, havia já um lustro; não carecia de ser profetizada!

Graças a essa pseudo-profecia, ficam sabendo os navegantes de quanto na Índia se havia de passar até ao vice-reinado de D. João de Castro (1545-48); e o canto da inspirada semi-deusa termina com uma descrição geográfica da Ásia, seguida da visão da Máquina do Mundo. É nesta que se insere a viagem que, pela primeira vez na História, revelou à humanidade o que existia no dorso do globo em que vegeta.

Uma vez que seremos obrigados a lidar bastas vezes com esses conceitos, não é de todo supérfluo discutir a equivalência de *aragonês* a *catalão*, que o Eng<sup>o</sup> parece estabelecer. O reino de Aragão começara por ser um simples condado do de Navarra. Foi à morte de Sancho III de Navarra em 1035, que Ramiro, seu filho, a quem na partilha de seus estados coubera o condado, tomou o título de rei. Aragão foi então, durante cerca de um século governada por monarcas da casa de Navarra. A Catalunha tem uma origem assaz diferente, o que explica a especificidade das suas instituições, de caráter mais vincadamente feudal do que as do resto da Península: conquistada por Carlos Magno e integrada no seu império, veio a dividir-se em feudos autónomos, de que os mais importantes eram os condados de Urgel e Barcelona, dos quais o último acabou por vassalizar quase todos os demais. A 11.XI.1137, por um acordo firmado em Barbastro, o rei de Aragão Ramiro II, *el Monje* (r. 1134-57), embora conservando o título de rei, retirou-se para um mosteiro, abdicando em sua filha D. Petronila (1136-73), que contava apenas 15 meses, e prometendo dá-la em casamento ao conde de Barcelona, Ramon Berenguer IV (r. 1131-62). A união tornou-se efetiva com a celebração do matrimónio entre ambos, em Lérida, em Agosto de 1150. À morte de Ramón Berenguer em 1162 Petronila abdicou em seu filho Afonso II (r. 1164-96) que assim se tornou simultaneamente rei de Aragão e conde de Barcelona, união que viria a perdurar até os nossos dias.

Na segunda metade do século XV a Coroa de Aragão era uma unidade compósita, formada além do reino de Aragão *stricto sensu* e do condado de Barcelona, pelos reinos de Maiorca (desde 1231), Valência (incorporado em 1238-39), Sicília (desde 1282), Sardenha (desde 1297) e Nápoles (desde 1442), para não falar dos títulos platónicos da Córsega (que esteve, pelo menos teoricamente, sob domínio aragonês, mas apenas de 1295 a 1347) e dos ducados de Atenas (1311-88) e Neopátria (1319-90)<sup>15</sup>. As possessões exteriores de Aragão, como as Baleares e a Sicília, estiveram por largos tratos de tempo confiadas a ramos colaterais da casa reinante. Mesmo quando unidas à coroa, conservaram a sua autonomia: basta consultar um bom tratado de numismática, como o de Luís Heiss<sup>16</sup>, para verificar que cada elemento desta infrutescência política fazia as suas próprias cunhagens, o que perdurou até 1707.

Do ponto de vista lingüístico, *aragonês* está longe de ser sinónimo de *catalão*: o primeiro idioma, confinado hoje à região pirenaica, embora possua traços que o aproximam do segundo, integra-se com o castelhano e com o galaico-português no grupo dos iberorromances ocidentais; o catalão (de que o valenciano e o maiorquino são variantes dialéteis), ao invés, mostra-se

<sup>15</sup> Cf. T. N. Bisson, *The Medieval Crown of Aragon*, Clarendon Paperbacks, Oxford, 1991.

<sup>16</sup> Aloïss Heiss, *Descripción General de las Monedas Hispano-cristianas, desde la invasión de los Árabes*, 3 vols, R. N. Milagro, Madrid, 1867-69 [reimp. Luis Marquina Ed., Zaragoza (1962)].

sobretudo afim dos dialetos occitanos, como o provençal, de que apenas se demarcou nitidamente no século XIII. Com toda a probabilidade, para isso contribuiu decisivamente a batalha de Muret, em que em 1213 pereceu às mãos dos cruzados comandados por Simão de Monforte o rei Pedro II de Aragão (1196-1213), que se aliara ao conde Raimundo VI de Tolosa (r. 1195-1222), protetor dos cátaros; foi essa derrota que interrompeu a expansão aragonesa além-Pirinéus e levou Aragão a inflêtir para a Reconquista, tomando então Valência, Maiorca, etc., enquanto o Languedoc tombava sob o cetro da França. À exceção de uma pequena zona em torno de Alghero, no NO da ilha, que fala catalão, a Sardenha possui o seu próprio idioma, o sardo (um romance de tipo ocidental, com o plural dos nomes em -s, como nas línguas da nossa Península), ainda que subdividido em dialetos distintos, ao passo que na Sicília e em Nápoles (como na Córsega) se falam dialetos italianos.

Havia por conseguinte bem sete maneiras de ser súbdito da Coroa de Aragão sem ser catalão!

Tornando a Cristóvão Colombo: se era ele na folha de pagamentos o português de nome em branco, quem era o *Cristóbal Colomo* das outras verbas? Quem sabe? talvez o Cristóvão Colombo' com que topámos no Funchal, que seguisse o seu tocaio como uma sombra... Haveria assim além do verdadeiro Cristóvão Colombo, pelo menos mais um, quiçá mais dois; portanto, Cristóvão Colombo, Cristóvão Colombo' e talvez Cristóvão Colombo". Dir-se-ia que os Colombos eram como as costelas: há-as verdadeiras, falsas e flutuantes. Só que neste caso todos seriam flutuantes, pois ao que consta todos navegaram...

Por outro lado: se o *Cristóbal Colomo* dos pagamentos não era o futuro descobridor, por que motivo quando em 1489 Isabel a Católica, na seqüência de uma diligência de duque de Medinaceli, mandou chamar Colombo a Córdova, ordenou aos concelhos, justiças, regedores, cavaleiros, escudeiros, oficiais e homens bons de todas as vilas e lugares de seus reinos que aposentem *Christoual Colomo*, quando for a tratar *de algunas cosas complideras a nuestro servicio?* {47} E por que razão, logo a 19.III.1493, poucos dias após o regresso de Colombo da América, pediu o Duque ao Arcebispo Primaz de Toledo que, a título de compensação por ter tido *Cristóbal Colomo* em sua casa dois anos, assim evitando que ele fosse fazer seu descobrimento por conta del-rei de França, receba licença para mandar todos os anos às terras por ele descobertas algumas das suas caravelas {48}?

Por outro lado ainda: se, como afirmam os nossos *cubistas*, ele sempre se chamou *Colón*, por que motivo nenhum documento castelhano lhe chama assim antes das *Capitulações de Santa Fé* a 27.IV.1492 ? e por que motivo, logo em Fevereiro de 1493, o diarista Alegretto degli Alegretti, de Sena, ao registar a sua viagem, designa o descobridor da América por *Cristoforo Colombo* {49}? Por influência de um laneiro de Génova, tão famoso em Sena que o seu nome se terá sobreposto ao do Almirante? E como se terá difundido tal tradução do nome se o texto do diarista senense permaneceu inédito até ao século XIX? E por que motivo a 21.IV.1493

Jacopo Trotti, conselheiro do duque Hércules I de Este, transmitiu a este uma missiva recebida de seu irmão Aníbal Zennaro, escrita em Barcelona a 9.III.1493, em que este lhe comunicava o regresso das Antilhas da frota armada pelos Reis Católicos “a rogos de um chamado *Colomba*” {50} que a levou e trouxe a bom recado <sup>17</sup>? E por que motivo D. João II, na sua carta de 23.V.1493 aos Reis Católicos em que lhes declara que, até estar aclarado a quem assistia o direito às terras descobertas, afirma que proibiu seus súbditos de irem *ao que ora novamente achou dom Christouam Colombo* {51} *vosso almirante*? E por que razão traduziu, meses depois, o poeta Giuliano Dati o nome do descobridor por *Cristoforo Colombo* no poemeto que transcreveremos mais abaixo {52}? E por que motivo regista em 1499 o diarista veneziano Gerolamo Priuli as viagens de Colombo e Vasco da Gama, que mistura e funde numa só, afirmando que *a Colicut erano capitate tre charavele del re di Portogallo (...) di quelle era patron il Colombo* {53}? E por que motivo traduz o erudito veneziano Alessandro Zorzi (c. 1470 - c. 1538), no preâmbulo com que apresenta as cópias das cartas de Simão Verde sobre a segunda e a terceira viagem de Colombo, conservadas na Biblioteca Nacional de Florença, o nome do descobridor por *Christofano Colombo* {54}? E a que título o designa Nicolo Schillaci, na sua versão da relação da mesma viagem devida a Guilherme Coma, por *Columbus regie classis prefectus* {55}? E por que razão designa o Bergamasco — ou seja, o monge agostinho Giacomo ou Jacopo Filippo Foresti de Bérghamo (1434-1520) — na sua crónica geral do mundo <sup>18</sup> o descobridor da América por *Christophorus Columbus* {56}? E por que motivo traz a carta de 7.XII.1502 do Magistrado de S. Jorge de Génova ao Almirante por cabeçalho “*Copia di lettera scritta dal Magistrato di S. Giorgio al Colombo*” {57}? E porque o designa o turco Piri Reis, numa das legendas do seu mapa-múndi de 1514, por Qulümbü {58}? E por que motivo na sua primeira edição, de Veneza, 1571, saiu a *Vida do Almirante* com o título: *Historie del S. D. Fernando Colombo; nelle s'ha particolare et vera relatione della vita e de fatti dell'Amiraglio D. Christoforo Colombo* {59}, *suo padre*? Não podiam ter traduzido o castelhano *Colón* por *Colone* ou por *Colono*? ou ainda por *Colonna*, nome de uma família nobre romana, atestado desde 1101, que entre 1193 e o ano do descobrimento colombino dera já à igreja romana onze cardeais? como nome de família devia ser mais conhecido em Itália que o de um tecelão genovês...

<sup>17</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. vi, pp. 147-150.

<sup>18</sup> Jacobo Philippo Bergomense, *Nouissime Historiarum Omnium Repercussiones, nouiter a Reuerendissimo Patre..., ordinis heremitarum edite, que Supplementum Supplementi chronicarum nuncupantur* [reedição atualizada do *Supplementum chronicarum* cuja primeira edição datava de 1483], Veneza, 1502, liv<sup>o</sup> XVI, fl 440 v.

Notemos entre parêntesis que houve um bispo Agapito Colonna que em 1370 foi mandado a Portugal como legado papal, para fazer a paz entre D. Fernando e Henrique II de Castela <sup>19</sup> (e não exatamente, como afirma Barreto <sup>20</sup>, para preparar o casamento de D. Fernando com Leonor Teles, que pouco devia ralar o Papa); interroga-se este autor se esse prelado, que depois foi nomeado bispo de Lisboa (1371-80), onde apenas residiu episódicamente em 1476, pois permaneceu a maior parte do tempo em Avinhão, não terá deixado posteridade em Portugal. E logo em seguida, dando sem apresentar qualquer documento, a hipótese por provada, dá-o por antepassado de uma série de imaginárias famílias portuguesas de navegadores, todas, é claro, aparentadas com Colombo: os Zarco-Colonna, os Moniz-Colonna, os Noronha-Colonna e os Sá-Colonna. Se nenhum nobiliário as regista é, certamente, porque as mães de tais bastardos eram todas elas de cepa judaica...

Se há descendência dos Colonna em Portugal, é por outra via: devido ao enlace de Rodrigo Anes de Sá, senhor de Gaia (bisavô do conhecido poeta Sá de Miranda), com Cecília Colonna <sup>21</sup>, prima de D. Agapito; terá tido lugar em 1354, aquando de uma ida de Rodrigo Anes a Roma como embaixador, o que suscita dúvidas, por se não perceber muito bem que foi o embaixador português fazer a Roma num momento em que o Papa residia em Avinhão. Segundo Mascarenhas Barreto <sup>22</sup>, sendo essa senhora avoenga da mulher de João Gonçalves Zarco, que imagina avô do nosso pseudo-Colombo — e também, não se sabe por que vias, do arcebispo D. Pedro de Noronha — aquele poderia, se o quisesse, usar o apelido Colonna. Pena é que se tenha contentado com um apelido com duas letras a menos...

D. Pedro de Noronha — *o res mirabilis!* — teria assim um terceiro avô, a juntar ao par com que se contenta o comum dos filhos de Adão! Quanto à suposição de que em Castela chamassem a Colombo “o português”, nenhum documento a confirma, mas *a priori* está longe de ser impossível, já que viveu quase uma dezena de anos em Portugal e aqui casou; e por certo que, como mostram os textos que escreveu, sobretudo nos primeiros tempos se exprimia em *portinhol*. Na aldeia dos meus tios em Trás-os-Montes há uma velhota que é conhecida pela “Senhora Africana” — e nem é preta, nem mulata, nem esteve jamais em África. Foi alcunha que herdou do pai, que viveu algum tempo em Angola!

<sup>19</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nove edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vols, Portugalense Editora, Porto, 1967, vol. I, p. 488 & 511-512.

<sup>20</sup> *op. cit.*, p. 271 & sqq.

<sup>21</sup> *Livro de Linhagens do século XVI*, “título de Saas”, p. 195.

<sup>22</sup> *ibidem*, p. 592-593.

Não haveria mais portugueses no arraial, para que o *anónimo português* mencionado seja obrigatoriamente Colombo, cuja portugalidade quedaria assim automaticamente provada? De memória estou-me a recordar pelo menos de mais um: D. Francisco de Almeida, futuro vice-rei da Índia! O montante muito mais elevado que o *anónimo português* recebeu (30 dobras de ouro, equivalente cada uma a 480 maravedis, ao todo portanto 14.400 maravedis) indicia só por si que se tratava de uma pessoa de posição mais elevada do que o pobre aventureiro genovês, que teve de se contentar com três ou quatro mil.

Permitimo-nos inserir aqui um pequeno aparte para explicar que, embora a corte estivesse de momento no *real*, *real* não significa propriamente *corte*: o vocábulo é, em português como em castelhano, uma variante de *arraial*, “ajuntamento de povo, acampamento de tropas”, termo derivado de *arraia*, “povo” (do árabe *ra‘āyā*, plural de *ra‘īya*, “rebanho, grei, povo, massa dos contribuintes, população”), por contaminação com o adjetivo *real* (do latim *regalis*, *regale*), sem dúvida devida ao facto de ao tempo ser costume o rei comandar em pessoa as suas tropas e estar, por conseguinte, fisicamente presente no arraial. No caso vertente poderia tratar-se do campo militar de Santa Fé, que os Reis Católicos tinham instalado em 1483 na veiga de Granada, para dar, a partir dele, o assalto final à cidade; a partir de 1491 transformá-lo-iam em vila de pedra e cal, desenhada no ano anterior pelos melhores engenheiros de que dispunham e de acordo as mais modernas concepções estratégicas que circulavam na época. Dada, porém, a conjuntura em que o pagamento foi feito, é mais provável que o termo designe aqui o campo militar montado às portas de Málaga, que se rendera aos Reis Católicos dois meses antes, a 18.VIII.1487.

Na sua obsessão, os nossos *cubistas* de todo o pau fazem colher: Luciano Pereira da Silva chega ao ponto de entrever no manuscrito das bulas alexandrinas de 1493 que referem um *Christõfum* ou *Christophorum Colon* uma prova da sua portugalidade no facto de sobre o *Christophorum* pairar um til, o que, segundo essa extinta luminária do nosso firmamento científico, apenas seria usado em português<sup>23</sup>! Ora na Idade Média, quando o pergaminho era caro, o til é simplesmente um sinal de abreviação usado avonde, que tanto pode representar uma consoante nasal como quaisquer outras letras. Pelo menos até finais do século XIX usou-se na edição de livros litúrgicos impressos em latim, quando era mister economizar linhas, nomeadamente

---

<sup>23</sup> João Silva de Jesus, “Cristóvão Colombo Português? Não, definitivamente!” comunicação apresentada a um colóquio sobre o “Colombo português” organizado na Academia de Marinha pela *Associação Colón*, a publicar nas respetivas atas, cujo texto nos foi gentilmente facultado pelo autor.

em *Dñus*, i. e., *Dominus*! E em castelhano, onde se mantém em uso sobre o ñ (que remonta geralmente a um duplo *nn* latino, por abreviatura ñ = *nn*), usava-se outrora para suprir qualquer letra que se pudesse facilmente adivinhar, como o leitor pode por si mesmo verificar nos documentos de que mais abaixo inserimos fac-símile.

Seja como for, em Itália o descobridor e seus propínquos continuavam a ser conhecidos por Colombos. A 25 de Abril de 1493, pouco mais de um mês após o regresso do Almirante da sua primeira viagem, anotava no seu diário Allegretto Allegretti, de Sena <sup>24</sup>:

*Quest'anno il re di Spagna à trovato molte isole di nuovo, cioè in Canaria, oltra alle colonne d'Ercole, nelle quali il suo capitano Cristoforo Colombo, capitano delle galere, hà trovato di varie generationi d'huomini com diversi costumi; e a trovato isole com oro...*

O diarista, talvez porque em muitos países da Europa ocidental, como sucedia em Portugal, os almirantes que comandavam as frotas de galés corsárias eram genoveses, atribui a Colombo o cargo de “capitão das galés” — tipo de navio em que jamais poderia atravessar o Atlântico e chegar à América.

Curiosamente em Veneza, a república que mais teria a temer da imiscuência de terceiros no trato da especiaria, a notícia parece ter passado despercebida. Foi só em 1499, quando aí chegaram novas da viagem de Vasco da Gama que o diarista Gerolamo Priuli anotou, fundindo a aventura das três caravelas de Colombo com a dos quatro barinéis do Gama <sup>25</sup>:

A Calecut arribaram três caravelas del rei de Portugal (...) e o patrão delas era o Colombo. Esta nova e successo parece-me grandíssimo, se é verdadeiro; mas não lhe presto verdadeira fê...

A primeira notícia da aventura colombina fora trazida para Itália por Francesco Marchesio e Gioan'Antonio Grimaldo, embaixadores de Génova, que haviam ido a assinar um tratado de paz com os reis de Espanha <sup>26</sup>. Não sei em que se baseia um dos nossos historiadores desportivos para afirmar, com todo o desplante, que a notícia do achamento da América foi noticiada em toda as as cortes europeias exceto em Génova!

Poucos meses depois publicava Giuliano Dati, de Florença, um poemeto de 68 estrofes em oitava-rima sobre o descobrimento do Novo Mundo — versão, *poetica ma non troppo*, da carta de Colombo a Luís de Santángel, de que voltaremos a falar

<sup>24</sup> *Diari Senesi*, Archivio di Stato in Siena, *cod. 25*, c. 27; pub. in *R. C.*, p. III, vol. II, doc. iii.

<sup>25</sup> Gerolamo Priuli, *Diari (Rerum Italicarum Scriptores*, t. XXIV, p. iii, Città del Castello, 1912).

<sup>26</sup> A. Giustiniani, *op. & loc. cit. supra*.

— que parece ter tido bastante sucesso, pois no espaço de dois anos conheceu quatro edições: duas em Roma, em Junho e Outubro de 1493 e outras duas em Florença, em Outubro de 1493 e Outubro de 1495. Reza assim a sua 14ª estrofe <sup>27</sup>:

*Or vo' tornare al mio primo trattato,  
delle isole trovate, igniote a te,  
in quest'anno presente, questo 'e stato  
del mille quatrocen novantatrè;  
un ch'è Christofan Cholombo chiamato,  
ch'è stato in corte del prefato re  
à molte volte questo istimolato,  
e' re che cierchi a crescere 'l suo stato.*

Torno agora ao primeiro meu tratado  
e das ilhas achadas te direi:  
no present' ano isso foi provado  
(noventa e três, segundo a nossa lei),  
por Colombo, Cristóvão, nomeado  
que na corte se achou do dito rei,  
que por ele muita vez foi estimulado  
a que crescer fizesse o seu estado.

Sabemos, igualmente, que seu irmão Giacomo Colombo ao mudar-se para Espanha — onde, por carta régia de 8.II.1504, registada no *Sello de Corte* do Real Arquivo de Simancas <sup>28</sup>, foi feito *natural destos nuestros reinos de Castilla e de León* — se passara a chamar Diego. Desconhece-se a data em que se terá juntado em Espanha a seus irmãos; é provável que tenha sido c. 1488, pois a 25.VIII.1487 estava ainda em Génova onde, como *Iacobo de Columbo textore pannorum lane* (“Giacomo Colombo, tecelão de panos de lã”) firmava como testemunha o testamento de um tal Francesco de Cadenea de Varixio <sup>29</sup>; mas a 21.VII.1489, seu pai Domenico assinava perante o notário Lorenzo Costa um acordo com o queijeiro Giacomo Bavarello, com quem tinha uma pendência àcerca de uma propriedade que fora de sua falecida esposa Susana Fontanarossa, por si e “como pai e legítimo administrador” da herança de seus filhos Cristoforo, Bartolomeo e Giacomo <sup>30</sup>, o que pressupõe que estivessem todos três ausentes de Génova.



**Frontispício da edição romana de 1493 do poemeto de Giuliano Dati sobre o achamento da América**

Os navios representados não correspondem à realidade histórica, pois têm apenas um mastro, de vela redonda, cada um

<sup>27</sup> Transcrita in *R. C.*, p. III, vol. II, doc. vii.

<sup>28</sup> Pub. *ibidem*, doc. cliv, p. 482.

<sup>29</sup> Pub. em fac-simile e parcialmente transcrito in *Colombo*, Génova 1932, pp. 156-157.

<sup>30</sup> *Ibidem*, pp. 114-115. *CDD*, I, doc. 19, p. 60-62.

Seja como for, a identidade de Giacomo / Diego resulta bem clara de um documento exarado em Savona em 1500, pelo qual este é, ao lado de Cristóvão, citado para responder por uma dívida de seu pai, entretanto falecido:

... *executioni mandari dictum instrumentum contra dictos Christophorum et Iacobum, dictum Dieghum, etc.* <sup>31</sup>, “mandar para execução o dito instrumento contra os ditos Cristóvão e Giacomo, dito *Diego*”, etc.

Quanto a este Jacobus / Giacomo / Diego, objeta com a habitual confiança em si próprio e desconfiança em tudo o mais, o meu interlocutor:

Ao contrário do que LT diz, o irmão do Almirante em Espanha sempre se chamou Diego e o seu nome é referido em cartas dos Reis pelo menos desde 5/5/1495 (e não 1504).

Assim parece que em Génova (em 1500) tiveram de corrigir o nome de Iacobum que era o nome original do irmão do Colombo genovês para ficar a bater certo com o do irmão do Almirante. Quem falsifica um testamento também facilmente faz uma mudança de nome, se é que o documento de Savona é verdadeiro.

Como diziam os Antigos, *ignorantia praesumit*, “a ignorância é presumida”! Tudo quanto escreve o Eng<sup>o</sup> Branco queda prejudicado pelo facto de ignorar que *Diego* em castelhano e *Diogo* em português correspondem a *Giacomo* em italiano, pois são meras variantes de *Tiago* (extraído de *Santiago* por falso corte: *San Tiago* em vez de *Sant' Iago*); derivam em última análise do hebraico *Ya'kob*, por intermédio do grego dos Setenta e do latim litúrgico *Iacob* ou *Iacobus* — que por diversas vias deu em português, além de *Jacob*, também *Tiago*, *Diogo*, *Jácome*, *Jaime* e *Jaques*. Eu jamais afirmei que o mano do Cristóvão em Espanha se não denominasse Diego! É exatamente por isso que no presente documento, redigido em Génova, para evitar confusões, uma vez que a correspondência do nome *Giacomo* em italiano (ou *Iacobum* no acusativo latino) não é absolutamente óbvia como o é no caso de Cristoforo/Cristóbal, se esclarece: *Iacobum dictum [in Hispania] Diegho*. É verdade que por vezes *Diego* ou *Diogo* aparece latinizado em *Didacus*, de que deriva o patronímico *Didaci*, étimo de *Díaz* ou *Dias*; mas esse vocábulo não existe em latim clássico nem como substantivo comum nem como antropónimo, parecendo a sua forma resultar de paronímia com o grego *διδασχί*, “ensino, instrução”, que não possui forma masculina correspondente; se a possuísse seria \**διδασχός* e daria em latim \**Didachus*. No entanto a única

<sup>31</sup> Citação de Savona, 8.IV.1500, transcrita por Salinerius, *Annotationes...*, p. 342; pub. in *RC*, p. II, vol. I, doc. lxxxviii; dado que, como seria de esperar, não compareceram, a 26.I.1501 foram, de harmonia com o estatuto de Savona, responsabilizados os vizinhos pela dívida, correspondente à aquisição de duas terras em Legine: *ibidem*, doc. lxxxix.

forma masculina aparentada que existe é διδακτός, “instruído”, que jamais poderia dar *Diego*. Trata-se, por conseguinte, de uma latinização pedante, pseudo-etimológica, motivada pelo desconhecimento de que o verdadeiro étimo de *Diego* ou *Diogo* é *Ya 'kob*. Já Pedro Mártir de Angléria, ao falar de Diego Méndez, criado de Colombo <sup>32</sup>, latiniza mais simplesmente o seu nome na forma *Diecus*.

O *Martirologio Romano* adotou a latinização *Didacus* para o nome de S. Diego ou Diogo (1400-1463), o único santo canonizado pela igreja romana durante todo o século XVI, comemorado a 13 de Novembro. Era um irmão leigo franciscano, célebre pela sua humildade, que foi guardião do convento de Forteventura, nas Canárias, e faleceu em Alcalá de Henares, vindo a ser canonizado por Xisto V em 1588 <sup>33</sup>. É, porém, evidente que essa canonização, um século posterior ao período de que nos ocupamos, ainda que tenha ajudado a popularizar o nome em épocas mais tardias, não pode ter tido influência na onomástica dos Colombos.

Foi certamente por não existir em latim clássico a forma *Didacus* que no ambiente renascentista do século XVI autores houve, de nome Diogo, que preferiram latinizá-lo em *Iacobus*, seu étimo: tal é por exemplo o caso de Diogo de Sá <sup>34</sup> que escreveu e publicou em Paris em 1549 um pequeno livro de navegação, em que tentou refutar Pedro Nunes, que apareceu com o título *De nauigatione libri tres, quibus Mathematicæ disciplinæ explicantur: ab Iacobo a Saa Equite Lusitano nuper in lucem editi* <sup>35</sup>.

No caso de Iacobus / Giacomo / Diego Colombo / Colón, não se trata, portanto, de uma mudança de nome mas da sua tradução corrente. De qualquer modo antes de, por assim dizer, acusar um documento de ser falso, ou, pior ainda, quem quer que seja ou mesmo incertos, de o ter falsificado, há que proceder à sua crítica interna e à sua crítica externa, como mandam as regras mais elementares da boa metodologia histórica; e esta requer que se examine o manuscrito.

Tampouco sei em que se baseia o Eng<sup>o</sup> Branco para asseverar que Diego em Espanha *sempre* se chamou assim, quando é ele próprio a informar-nos de que o irmão do descobridor “é referido em cartas dos Reis pelo menos desde 5/5/1495”. Assim sucede, de facto, numa cédula de 5.V.1495 e numa carta de 1.VI.1495, endereçadas

<sup>32</sup> Década III, cap. iv.

<sup>33</sup> *Dix Mille Saints - Dictionnaire Hagiographique*, rédigé par les Bénédictins de Ramsgate, traduit de l'Anglais et adapté par Marcel Stroobants, Brepols, Turnhout, 1991, s. v. “Didace (Diégo, Diaz)”.

<sup>34</sup> Sobre sua vida e sua obra, vide Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, s. v.

<sup>35</sup> *Parisiis. Ex officina Reinaldi Calderij, & Claudij eius filij*, 1549 [reimp. Classic Reprint Series, Forgotten Books, Londres, s/d].

ambas a D. Juan de Fonseca, bispo de Badajoz, e publicadas já por Navarrete <sup>36</sup> . Notemos já agora que nenhuma delas é o primeiro documento espanhol a referi-lo: é uma carta de D. Cristóvão aos monarcas datável de La Isabela c. 20.IV.1494 <sup>37</sup> — que o nosso bom engenheiro, a quem praz corrigir datações, teria achado, se tivesse folheado os índices alfabéticos das colêções documentais — em que refere a decisão de nomear um conselho de governo para lhe suprir as vezes enquanto se ausentava para ir a descobrir Cuba. Seguem-se-lhe duas cartas dos Reis a D. Juan de Fonseca datadas de 20.IV.1495 <sup>38</sup>, e só então aparecem os documentos que o Eng<sup>o</sup> Branco supõe aparentemente serem os primeiros. De qualquer maneira, o documento de 1504 que eu citava nem é um ato de batismo de D. Diego nem o mais antigo documento que em Espanha o menciona: referia-me simplesmente à carta régia pela qual, a 8.II.1504, foi feito *natural destos nuestros reinos de Castilla e de León*; e foi a tal título que o citei, cito e citarei!

De qualquer maneira não é isso o que está em causa: é o seu nome original. Desde c. 1466, em que nasceu, até 1495, como se chamava? não tinha nome? ou será que nasceu já com 29 anos de idade e só então recebeu nome?

Quanto ao nome de batismo *XpoFERENS*, com que bastas vezes assina Cristóvão, cumpre dar dele uma breve explicação. Antecipando-nos a qualquer visionário que venha a descobrir na terminação *-ns* um indício de que Colombo seria nepalês, recordemos desde já que é a terminação de todos os participios presentes em latim.

No entanto, embora o sintagma *Christum ferens* seja correto, *Xpoferens*, numa só palavra, representaria uma adaptação um tanto canhestra do étimo grego do nome, *Christophoros*, “portador de Cristo”, cuja latinização mais correta seria *Christifer*. Creio que tem razão Juan Gil, que vê em *Xpo ferens*, escrito separadamente em dois vocábulos, não uma palavra mas um sintagma; por conseguinte mais uma glosa ao seu nome de batismo do que a sua tradução. Como *Christo* é um dativo, o sintagma tem uma tradução óbvia: “aquele que leva [*sc.*, as almas dos índios] a Cristo” — o que está de acordo com a ideia de predestinação de Colombo para apóstolo das Índias a que se referem tanto D. Hernando como Frei Bartolomeu de las Casas.

Já Mascarenhas Barreto, ao entremeter-se a interpretar a interpretação da assinatura colombina por um outro visionário, que supõe o descobridor oriundo de Tortosa,

<sup>36</sup> I, doc. xciv & xcv, pp. 405-406.

<sup>37</sup> CDD, I, doc. 190, p. 569.

<sup>38</sup> CDD, II, doc. 268 & 269, pp. 766-767.

confessa <sup>39</sup>: “estranhámos esta interpretação porque julgávamos que *Christo Ferens* significasse “o que leva Cristo”. Só que em latim, como nas demais línguas indo-europeias, o complemento direto se põe em acusativo: “o que leva Cristo” diz-se por isso *Christum Ferens* e não *Christo Ferens*...

A título de curiosidade podemos notar que o nome de batismo *Christophoros*, em grego Χριστοφόρος, de acordo com a regra que estabelece que num vocábulo composto o acento recaia sobre o elemento ativo do binómio, significa de facto “portador de Cristo” <sup>40</sup> — ao passo que \*Χριστόφορος significaria “portado por Cristo”. Tal distinção não pode ter correspondência em latim, onde o acento resulta da quantidade das sílabas. É, evidentemente, da forma latina *Christophorus* que provém o italiano *Cristoforo*. Já a forma portuguesa *Cristóvão* e a castelhana *Cristóbal* (tal como a forma *Cristofan* do poemeto de Dati) não provém de nenhuma delas, mas de uma variante lexical \*Χριστοφάνος, “aquele que mostra Cristo”, em latim \**Christophanus* (ainda que a forma mais normal em grego fosse \*Χριστοφάνης). Seja como for, em qualquer das suas variadas formas, que todas são praticamente sinónimas, a significação do nome devia ser particularmente cara a Colombo, pois concorda plenamente com a missão transcendente para que se julgava predestinado. É isso também que explica o simbolismo místico de que cerca a sua assinatura, como veremos em seguida.

Mascarenhas Barreto aventa para *ferens* <sup>41</sup> — que como qualquer aprendiz de latim sabe é o participio presente do ultra-usual verbo *fero, fers, ferre, tuli, latum* — duas interpertrações inadmissíveis: seria uma abreviação de *Fernandes*, a denotar que Colombo era na realidade filho do infante D. Fernando, ou, pior ainda, uma espécie de anagrama de *Fernandes Henriques*, a indicar que era, além disso, aparentado aos almirantes de Castela. A única abreviação possível de *Fernández* (em que, tanto em português da época como em castelhano, o *z* representava uma fricativa pré-dorsoalveolar, bem distinta do *s* apical) seria *Ferñz*, ou, com mais letras, *Ferñdz*. E para *Fernández Henríquez* requerer-se-iam mais letras ainda, a representar o segundo elemento do composto.

Invoca o mesmo autor como um axioma que ninguém altera o seu próprio nome. No entanto, traduzir o nome e adaptar o sobrenome era à época prática corrente: o cavaleiro francês Barthélémy de Casaux, antepassado de Frei Bartolomeu de las Casas, que participou em 1248 na conquista de Sevilha e aí se estabeleceu, castelhanizou o seu

<sup>39</sup> *op. cit.*, p. 118

<sup>40</sup> Vide G. W. H. Lampe, D. D., *A Patristic Greek Lexikon*, Clarendon Press, Oxford, 6ª ed. 1982, s. v.

<sup>41</sup> *op. cit.*, p. 330.

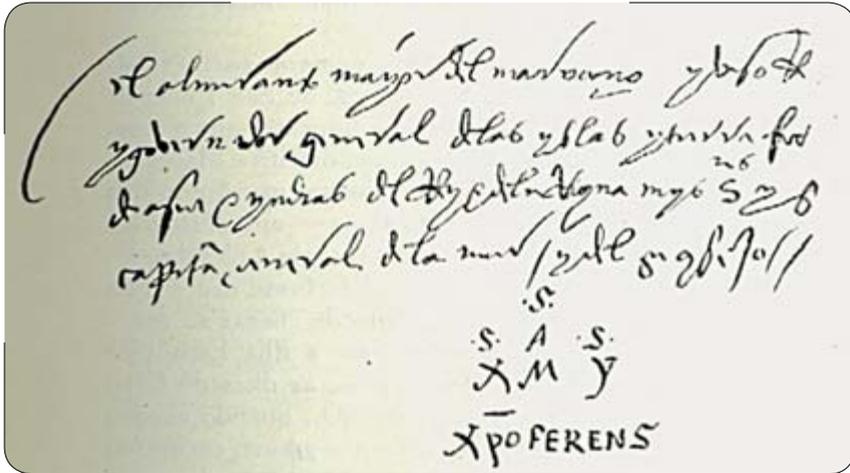
nome em *Bartolomé de las Casas*; os avós da mulher de Colombo, chamados em Itália Pallastrelli, passaram a ser em Portugal *Pero Estrelo* ou *Perestrelo*; anos mais tarde o florentino Francesco Corbinelli foi nomeado feitor de Goa por Afonso de Albuquerque como *Francisco Corvinel*, e assim passou a assinar-se; tal como Simão da Alcáçova, um piloto português ao serviço de Espanha, virou aí *Simón de Alcázaba*. E houve até, em tempos de D. João III, um embaixador português em França de apelido Leitão, que ao cabo de algum tempo em Paris começou a se assinar *Cochon!* Mais perto já de nós, houve uma família, de origem alemã, de apelido *Katzenstein* que durante a guerra, quando usar sobrenome alemão poderia conotar nazismo, se passou a chamar *Castanheira*.

Quem não é profissional da história não é obrigado a conhecer tais detalhes; mas quem quer pontificar sobre a matéria tem o dever de se inteirar deles antes de se entrometer a ensinar os que a conhecem...

## ANEXO

### A ASSINATURA DE COLOMBO

Já que falámos do nome e da metonomásia de Colombo, é talvez este o momento mais azado para falarmos da sua misteriosa assinatura, cuja primeira parte é uma espécie de anagrama fixo, e a segunda umas vezes *Xpo ferens* outras, sobretudo nos documentos mais recentes, *El Almirante*.



A famosa assinatura de Cristóvão Colombo

... el almirante mayor del mar oceano y visorey y governador general de las yslas y tierra firme de asia y yndias del Rey e da la Reyna mys señores, capitã general de la mar, y del su consejo: X<sup>s</sup>. S<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Y<sup>s</sup> Xpõ FERENS. Pese a Luciano Pereira da Silva, que imaginava que o til só se usava em Portugal, *capitan* vai escrito *capitã*... Comprometemo-nos solenemente perante o leitor e o público em geral, a dar de alvissaras um galo, uma galinha e um ovo galado a quem quer que consiga provar que o texto acima vai, como pretende Mascarenhas, escrito em caracteres hebraicos!

A interpretação proposta por Mascarenhas Barreto baseia-se na decifração que diz ter feito da curiosa sigla. Segundo ele seria em caracteres hebraicos, a que, para mais, seria necessário atribuir o significado esotérico que lhes dá a Cabala. Como o próprio leitor pode verificar pelo fac-símile que anexamos, o que qualquer pessoa não analfabeta lá vê são caracteres latinos, idênticos aos de milhares de manuscritos da mesma época que se acham nos arquivos, pouco diferentes, aliás, pelo menos no que toca às maiúsculas, dos que ainda hoje usamos.

A única dificuldade reside em determinar o significado das abreviaturas, que formam uma espécie de anagrama. Eduardo Alexandre Borges Nunes, exímio paleógrafo e professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, decifrou-as de forma

inteiramente satisfatória <sup>42</sup>, guiando-se pela explicação que o próprio Cristóvão Colombo nos deixou no instrumento notarial de 22 de Fevereiro de 1498 por que instituiu na sua família um morgadio: há que lê-la não linearmente, de cima para baixo, mas como uma série de abreviaturas, em que as letras da base são as iniciais e as que figuram em expoente as finais de cada termo. Colombo descreve assim o sinal de que usava: *una .X. con una .A. encima, y encima d'ella una .S. y después una .Y. greca con una .S. encima, com sus rayas y bîrgulas* <sup>43</sup>. Trata-se, pois, de um anagrama de *Y<sup>s</sup>* (Yesus), *X<sup>s</sup>* (Xpistus, ou seja, Christus), e *SM<sup>a</sup>* (Sancta Maria), simbolicamente dispostos de modo a formar uma cruz, como o autor do artigo nele explica em mais detalhe. Recorde-se que, como é do conhecimento de qualquer aluno de paleografia, *xpo* ou *xpto*, abreviação do grego *Χριστός*, é na época a forma usual de abreviar, tanto em latim como em romance, o termo *Cristo* e seus derivados como *xpão*, “cristão”, *Xpvam*, “Cristovam”, etc. É sobretudo frequente na datação de documentos: “anno do nacimiento de Nosso Senhor Jesu Xpo de...”

Esta interpretação condiz inteiramente com o que da religiosidade de seu pai diz Fernando Colombo: *se alcuna cosa aveva da scrivere non provava la penna senza prima scrivere queste parole: “IESUS cum MARIA sit nobis in via”*.

No citado instrumento notarial, que é ao mesmo tempo uma espécie de testamento, Cristóvão Colombo encomenda a seus herdeiros e sucessores que continuem a usar das mesmas siglas em vez de assinarem com seus próprios nomes. Ele próprio assim fez toda a vida, pois não se conhece um só documento que tenha assinado com seu nome próprio em italiano, português ou castelhano. Os seus sucessores, contudo, embora tenham herdado o título de *Almirante das Índias* não cumpriram esta recomendação do fundador da linhagem e passaram a assinar com o seu nome, como toda a gente. Certamente que não atribuíam ao acróstico a significação mística que lhe atribuía o seu antepassado.

---

<sup>42</sup> Eduardo Borges Nunes, “Há Ler e Ler, 2. Mais uma assinatura falsa de Cristóvão Colombo, 3. Uma leitura mais ‘verdadeira’ do criptograma colombino”, *Separata de Brotéria*, nº 137, 1993.

<sup>43</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxv, p. 353 & sqq.

## A travessia do deserto

Se bem entendo o raciocínio dos piedosos apóstolos do Colombo português, foi no momento da sua entrada em Castela que a crisálida do verdadeiro achador do Novo Mundo passou definitivamente a borboleta. A metamorfose não foi todavia fácil.

Os primeiros tempos de Colombo em Castela constituem um dos períodos mais obscuros da sua vida: D. Hernando não lhes dedica senão um magro capítulo, e nem Las Casas nem Oviedo, nem os cronistas posteriores como Francisco López de Gómara <sup>44</sup>, vão muito mais longe. Há que notar que embora tardio e muitas vezes parcial, pelo que não é geralmente muito prezado como cronista, López de Gómara não teve conhecimento nem da obra de D. Hernando nem da de Las Casas, pelo que o seu testemunho, que se baseia aparentemente em fontes orais que recolheu, não é desprovido de interesse. De toda a maneira torna-se sobretudo dificultoso determinar a cronologia relativa dos sucessivos passos que o descobridor então deu, pois embora os seus biógrafos os enumerem não indicam quaisquer datas e para além disso a documentação é escassa. A reconstituição que, da leitura das fontes primárias que conhecemos e da cerrada crítica que lhes faz Vignaud, se nos afigura mais lógica, coincide nas suas linhas gerais com a de Verlinden e sobretudo com a de Manzano <sup>45</sup>, que estudou exaustivamente essa nebulosa época da vida do descobridor, apartando-se, ao invés, consideravelmente da que propusera Rumeu de Armas <sup>46</sup>, como passo a passo veremos.

Colombo deve ter-se transferido para o reino vizinho por via marítima, desembarcando no pequeno porto de Palos de la Frontera, ao tempo bastas vezes designado por Palos de Moguer, na margem esquerda da ria de Huelva, onde confluem o Rio Tinto e o Odiel. Tencionava certamente entregar seu filho, que teria então uns cinco ou seis anos, à sua cunhada Briolanja ou Violante Moniz, que vivia em Huelva com seu marido Miguel Moliart, que era provávelmente flamengo; de feito, em formas como Mouliart, Mouliard ou Mouilliard, o seu nome de família ocorre em épocas subseqüentes na Bélgica, v. g. em personagens como Catherine Mouliart (1656-1741), mais tarde, pelo casamento, Catherine Broudehous, mencionada em

---

<sup>44</sup> *op. cit.*, p. 165.

<sup>45</sup> Juan Manzano Manzano, *Cristóbal Colón - Siete años decisivos de su vida (1485-1492)*, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1989. Nele nos baseámos em quase tudo o que se segue, dispensando-nos de o citar mais amiúde.

<sup>46</sup> Antonio Rumeu de Armas, *La Rábida y el descubrimiento de America*, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1968.

genealogias belgas. O sobrenome de Miguel aparece grafado de diversas maneiras: Muliart, Muliarte, Mulierte etc.; optamos pela ortografia por ele próprio usada no único documento autógrafo que nos chegou: uma nota de dívida a Cristóvão Colombo, de Fevereiro de 1494, conservada nos arquivos da Casa de Alba <sup>47</sup>. Claro que para Mascarenhas Barreto Miguel Muliart era nada mais nada menos do que um agente secreto de D. João II em Huelva. Só lhe esqueceu explicar se o Gão-Cã do Cataio era, também, ele um agente secreto de D. João II em Pequim...

Quanto a Briolanja ou Violante Moniz, embora se tenha posto a hipótese de o duplo nome de batismo corresponder na realidade a duas pessoas distintas, parece que de facto dava pelos dois nomes. Permitimo-nos arriscar uma hipótese: chamar-se-ia originalmente Briolanja, mas como o nome, que devia a sua popularidade em Portugal ao facto de ser o de uma personagem do conhecido romance *Amadis de Gaula*, não era corrente em Castela, ao mudar-se para Huelva terão começado a chamar-lhe Violante. Terá sido por isso que no seu testamento de 16.III.1509 <sup>48</sup>, lavrado em Las Cuevas três ou quatro meses antes de zarpar para as Antilhas de que fora nomeado governador, D. Diego Colón, 2º Almirante das Índias, procurou, mas canhestamente, dar a sua tia o seu nome original, escrevendo: *Item, mando que à mi tia Brigulaga Moniz serán dados por sus tercios veinte mil maravedis...*

Quanto à escolha de Palos como porto de desembarque por Colombo, Las Casas aventa duas outras possíveis razões:

*... y así, tomando a su hijo niño, Diego Colón, dió consigo en la villa de Palos, donde quizá tenía cognoscimiento con algunos de los marineros de allí, e también por ventura, com algunos religiosos de San Francisco, del monasterio que se llama Santa María de la Rábida, que está fuera de la villa, un cuarto o algo más de legua...*

E López de Gómara <sup>49</sup>, que não se serviu do texto de D. Hernando nem no do bispo de Chiapas, uma terceira: Colombo, que *no era doto, mas era bien entendido*, quis informar-se, junto de pessoas que o tivessem conhecido, da viagem empreendida anos antes por um piloto de Palos, que entrevira uma terra a ocidente. Segundo D. Hernando, de Palos era também natural Pedro de Velasco, noutros textos designado por Pedro Vázquez ou Velázquez de la Frontera, que em 1452 teria pilotado Diogo de Teive, na viagem em que topou com Flores e Corvo. E

<sup>47</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. ix, p. 204.

<sup>48</sup> pub. por Harisse, *op. cit.*, vol. II, p. 460.

<sup>49</sup> *op. cit.*, p. 165.

do Puerto de Santa Maria, um pouco mais adiante, perto já de Cádiz, era o *piloto vesgo* que vivera uma aventura semelhante, com quem Colombo se veio a avistar em 1488-89, obtendo dele confirmação do que soubera por Velasco.

Nos *Pleitos Colombinos* depuseram em 1513 e 1515 três testemunhas, que recordavam a passagem do Almirante por Palos, mas parecem não destrinçar bem o que se passou em 1485 com o que sucedeu seis anos mais tarde, quando, desiludido e disposto a partir para França a oferecer seus serviços à corte de Paris, onde permanecia seu irmão Bartolomeu, Cristóvão passou de novo na vila. O testemunho mais curioso é o do médico local, García Hernández <sup>50</sup>:

*... qu'el dicho Almirante don Cristóbal Colón viniendo a La Rábida con su fyjo don Diego, qu'es agora Almirante, a pie se vino a La Rábida qu'es monasterio de frayles en esta villa, el quel demandó a la portería que le diesen para aquel niño, que era niño, pan y agua que beviese y que, estando ally ende este testigo, un frayle que se llamava frey Juan Peres, qu'es ya difunto, quiso fabla con el dicho don Cristóval Colón...*

Este depoimento inspirou diversas gravuras românticas, representando Colombo à porta do convento de la Rábida, pedindo água e pão para seu filhinho. Transcrevemo-lo mais abaixo na íntegra, quando falarmos da segunda visita de Colombo ao convento em 1491, pois é a ela que se reporta a maior parte da história. Claro que para Mascarenhas Barreto o episódio não constitui senão uma das fitas do grande ator que era Colombo... Já Luisa d'Arienzo — que toma ao pé da letra a tirada dramática de Colombo ao afirmar que 'para servir os Reis Católicos veio da sua terra, deixando mulher e filho' em Portugal — pretende que Colombo apenas tenha confiado aos tios o seu Dieguito aquando dessa sua segunda passagem em Palos, desta vez a caminho de França, em 1491; mas nesse caso haveria que admitir que o filho, que ficara em Portugal com a mãe, fora entretanto transferido para junto do pai em Castela por artes de berliques e berloques...

Ao invés, é seguro que é a essa segunda visita que se refere o depoimento de Juan Rodríguez



**Colombo com o filhinho à porta do convento de La Rábida**

Gravura oitocentista

<sup>50</sup> Anunciada Colón, vol. III, p. 1247-1248.

Cabezudo <sup>51</sup>, que emprestou então uma mula a Frei Juan Pérez, guardião do convento de La Rábida e antigo confessor da Rainha, para que pudesse acompanhar Colombo à corte.

O facto de quase tudo nesses depoimentos corresponder à segunda passagem de Colombo em Palos não implica que aí não tivesse passado uma primeira vez em 1485, como sugerem tanto o princípio da história narrada pelo Dr. García Hernández como os relatos de D. Hernando, Las Casas e López de Gómara. Quanto ao testemunho de Alonso Vélez <sup>52</sup>, alcalde de Palos, omisso quanto à data, reza assim:

*Vido este testigo qu'el dicho almirante Colón estuvo en la villa de Palos mucho tiempo publicando el descubrymiento de las Yndias. E posó en el monasterio de La Rábida e comunicava la negociación del descubrir con un frayle estrólogo, que ende estava en el convento por guardián; e así mismo con un fray Juan, que avia servido siendo moço de la reyna doña Ysabel Católica, en oficio de contadores.*

A longa estada no mosteiro deve ser a de 1491. O *frayle estrólogo* é sem dúvida Frei Antonio de Marchena, que Colombo deve ter conhecido logo em 1485; e *Fray Juan* Frei Juan Pérez, que quando ainda leigo fora contador da Rainha, para se tornar, depois de ordenado sacerdote, seu confessor. Quanto a este não é claro se o conheceu logo em 1485 ou apenas em 1491, e parece assaz incerto que, pelo menos da primeira vez, fosse o guardião do convento; de qualquer maneira só na última data veio a desempenhar nesta história um papel decisivo.

Embora breve, a primeira visita ao convento de La Rábida não foi para o genovês infrutífera: foi, com toda a probabilidade, então que conheceu Frei António de Marchena, que pouco depois, c. 1487, seria eleito custódio dos Franciscanos Observantes de Sevilha e era um cosmógrafo reputado. Colombo que, conforme veremos, fazia certo segredo de seus desenhos, não fosse alguém apropriar-se da sua luminosa ideia e fazer como D. João II, sentiu confiança no frade e, no dizer de López de Gómara, perante ele, *en puridad descubrió su corazón* <sup>53</sup>.

Reina uma certa confusão nas fontes, e na interpretação que delas sacam os historiadores modernos, no que concerne à identidade dos Frades Menores com que Colombo contactou em La Rábida — convento que, pelos estatutos franciscanos tinha um superior ou guardião, subordinado ao superior regional ou custódio,

<sup>51</sup> Anunciada Colón, pp. 2298-2300.

<sup>52</sup> *ibidem*, p. 1504.

<sup>53</sup> *op. cit.*, p. 166.

que residia em Sevilha. Por um lado López de Gómara, e a seu exemplo Herrera,<sup>54</sup> fundem Frei Juan Pérez com Frei António de Marchena numa única personagem: Frei Juan Pérez de Marchena. Por outro existiu também na mesma época um Frei Pedro de Marchena, que fora missionário nas Canárias, onde exercera as funções de vigário c. 1456, e veio em 1474 a ser eleito vigário provincial de Castela; referem-se lhe vários documentos que no seu livro publica Rumeu de Armas<sup>55</sup>. Deduz-se de um deles que era em 1475 custódio de Sevilha, funções que terá voltado a exercer c. 1485, para desaparecer em seguida, ceifado sem dúvida pela morte. De qualquer maneira, não desempenhou na história de Colombo qualquer papel. Entre ele e Frei António de Marchena não há necessariamente parentesco, pois os franciscanos tinham por hábito abandonar, ao professarem, o seu nome de família passando a ser conhecidos pelo da terra onde haviam nascido; tal é o caso de Fernando de Bulhões que ao ingressar em 1220 na ordem franciscana passou a ser conhecido por Frei António de Lisboa. As duas personagens em causa eram, evidentemente, oriundas de Marchena, vila da atual província de Sevilha, de que dista cerca de 16 léguas — e não próxima de Huelva como afirma Barreto (a não ser que haja aí uma terreola homónima que desconheçamos). Aparentemente ignorante desta prática franciscana, Mascarenhas Barreto<sup>56</sup> deduz da comunidade de nome que eram primos; e como Deus nosso Senhor o dotou de uma fértil imaginação, tendo topado na documentação portuguesa com um indivíduo chamado Marchão, logo imaginou que Marchão era corruptela de Marchena, localidade de onde eram originários aqueles dois frades menores, que seriam na realidade portugueses, filhos bastardos de D. Pedro de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer, também ele parente do nosso biografado, que adergou estacionar lá; português também seria Frei João Peres. Há que notar que não só eram portugueses como também parentes afastados de Salvador Gonçalves Zarco (que sensivelmente a meio do livro vira Salvador Fernandes), o pseudo-Cristóvão Colombo — pela simples razão de, como escreve Luiz de Mello Vaz de São Payo, serem aparentemente “primos da segunda mulher dum senhor cuja primeira consorte fora cunhada do primo do sogro do irmão da senhora que se pretende que era sua mãe”.

Se para além das seiscentas páginas que escreveu, Mascarenhas Barreto delirava outras seiscentas e continuava a topar com portugueses, acabava sem dúvida por

---

<sup>54</sup> I, i, 7 (*ed. cit.*, tomo II, p. 53).

<sup>55</sup> *op. cit.*, doc I & II, pp. 153-159.

<sup>56</sup> *op. cit.*, p. 441.

despovoar a Espanha inteira! Seriam, se bem compreendo o seu raciocínio, todos aqueles frades agentes secretos de D. João II, infiltrados em Castela para preparar os caminhos a Salvador Gonçalves Zarco, *vulgo*, Cristóvão Colombo, na transcendente missão de que o incumbira Príncipe Perfeito: arranjar conflitos com o reino comarcão, com que desde o tratado das Alcáçovas em 1479, reinava a paz...

Tem-se discutido quem era o guardião de La Rábida que em 1485 acolheu Colombo; ao que parece não era nenhum dos Marchenas, o que não impede que, por qualquer circunstância fortuita, Frei António se não encontrasse ali naquele momento.

Seja como for, Colombo viria a reputá-lo uma das raras pessoas que creram nele desde o princípio. Escrevendo da Espanhola aos Reis, entre Setembro de 1498 e Outubro de 1500<sup>57</sup>, afirma:

*Ya sabem Vuestras Altezas que anduve siete años en su corte importunándoles por esto. Nunca en todo este tiempo se halló piloto ni marinero ni filósofo ni de otra sciencia, que todos no dixesen que mi empresa era falsa; que nunca yo hallé ayuda de nadie, salvo de fray Añoño de Marchena, después de aquella de Dios eterno...*

Em 1493, os Reis designá-lo-iam para acompanhar como cosmógrafo a segunda expedição do Almirante ao Novo Mundo, *porque es buen astrólogo y siempre nos pareció que se conformaba con vuestro parecer*<sup>58</sup> — o que não se sabe se chegou a ter efeito, pois nem chegou até nós a lista completa dos embarcados nem a documentação referente à viagem o volta a mencionar.

Terá de qualquer modo sido ele quem, seduzido pelo projeto do genovês, lhe indicou as pessoas a contactar na corte, dando-lhe inclusivamente cartas de recomendação para algumas delas — nomeadamente para Frei Hernando de Talavera (1428-1507), frade jerónimo que fora confessor da Rainha e prior do mosteiro de Nossa Senhora do Prado, em Valladolid e viria em 1486 a ser nomeado bispo de Ávila e em 1493 primeiro arcebispo de Granada, reconquistada para a Cristandade.

Pouco se deve ter demorado Colombo em Palos, pois tinha pressa de apresentar o seu projeto aos Reis, que desde Março de 1485 estacionavam geralmente em Córdoba, dirigindo daí a guerra de Granada, que era o seu maior empenho. Colombo, certamente após ter confiado o filho aos tios, partiu de imediato para lá. Engana-se obviamente López de Gómara ao afirmar que começou por oferecer os seus serviços aos duques de Medina Sidónia e Medinaceli, e que foi só por não

<sup>57</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxxii, p. 407.

<sup>58</sup> Carta de 5.IX.1493 a Colombo, Navarrete, I, doc. lxxi, p. 365.

ter recebido destes o apoio que pretendia que se dirigiu aos soberanos. Veremos a seu tempo que só depois da sua última visita a Portugal, em 1488-89, deve ter contactado os duques.

Foi certamente em recompensa dos cuidados que Miguel Moliart e Violante Moniz dispensaram entretentes à criança que, em Maio de 1493, pouco tempo após ter regressado da sua viagem descobridora, Cristóvão lhes obteve dos Reis uma mercê: que lhes fossem entregues os bens móveis e imóveis sequestrados pela Inquisição a Bartolomé de Sevilla, vizinho de Huelva acusado de judaizar, que estavam até aí confiados ao escrivão Diego Alonso <sup>59</sup>. Como mais adiante veremos, Moliart, que Colombo levou em 1493 para as Índias como seu contador, acabaria por morrer trágicamente aí, por assim dizer às mãos de seu concunhado. Foi provavelmente por sentir remorso de lhe ter causado a morte que em Março de 1502 <sup>60</sup> D. Cristóvão recomendou a seu filho Diego que desse anualmente à tia 10.000 maravedis; D. Diego, por seu turno, deixar-lhe-ia mais tarde em testamento uma pensão de 20.000 maravedis <sup>61</sup>.

Segundo o testemunho de Las Casas, que em parte se baseia em João de Barros, em Córdoba Colombo não logrou ser recebido pelos Reis, mas contactou diversas personagens influentes na corte, tais como: o cardeal Pero González de Mendoza, arcebispo de Toledo, a quem Pedro Mártir chamava “o terceiro rei de Espanha”; Frei Diego de Deza, precetor do príncipe D. João desde 30.VI.1485, dominicano, futuro bispo de Palência e arcebispo de Sevilha, que se tornaria ao lado do franciscano Frei António de Marchena o grande confidente e protetor do genovês; Frei Fernando de Talavera, que conhecemos já; e Luís de Santángel (c. 1435-98), cavaleiro valenciano que exercia as funções de *escribano de raciones*, espécie de assessor financeiro dos Reis Católicos, que havia de ser um dos seus principais apoiantes. Foi provavelmente Talavera quem primeiro informou os Reis da presença de Colombo e dos projetos que incubava; terá sido por isso que meses mais tarde lhe foi confiado o assunto. Fernández de Oviedo <sup>62</sup> e Herrera <sup>63</sup> insistem também sobre a proteção que dispensou ao descobridor o contador-mor Alonso de Quintanilla, que, vendo-o em necessidade, teria começado a dar-lhe de comer em

---

<sup>59</sup> Carta régia de Barcelona, 30.V.1493, AHI, *Patronato*, legajo 9, ramo 1, fl 40 v, transcrito por Manzano, *op. cit.*, p. 37; CDD, I, doc. 120, p. 418.

<sup>60</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxviii, pp. 476-478.

<sup>61</sup> Pub. por H. Harisse, *op. cit.*, vol. II, apêndice B, doc. I, pp. 455-463.

<sup>62</sup> I, ii, cap. 4.

<sup>63</sup> I, i, 8.

sua casa; mas este só deve ter entrado em cena mais tarde, pois nessa época exercia funções em Valhadolid.

Em Outubro de 1485, terminada a campanha militar contra os mouros granadinos e com a rainha grávida de sete meses, a corte transferiu-se para Alcalá de Henares, e Colombo seguiu-a; deve ter sido aí que conheceu Quintanilla. Sabemos pelo depoimento de Andrés del Corral <sup>64</sup> nos *Pleitos Colombinos* que o seu projeto foi inicialmente apresentado ao conselho régio, que se lhe mostrou desfavorável — o que não é para admirar, pois como atestam Las Casas e D. Hernando, Colombo falava com entusiasmo, mas não descobria inteiramente o seu desenho, com receio de que lho roubassem. Daí que alguns críticos modernos como Vignaud admitam que Colombo não tenha apresentado na realidade aos Reis um plano para alcançar as Índias, mas tão somente para descobrir ilhas no Atlântico, à semelhança do que Diogo de Teive, Fernão Dulmo e vários outros haviam feito em Portugal. Há que reconhecer que para essa ideia contribui D. Hernando Colón, que para disfarçar o tremendo erro em que seu pai incorreu ao julgar-se nas costas da Ásia quando pairava pelas Caraíbas, evita quanto pode falar no Cipango, no Cataio e nas Índias Orientais; e quando outro remédio não tem senão tocar no assunto, deita as culpas sobre Toscanelli. O mesmo faz um pouco mais tarde o cronista António de Herrera (c. 1549-1625) <sup>65</sup>, que, nutrindo por Colombo uma admiração desmesurada, evita imputar-lhe um erro tão grosseiro.

Foi nestas circunstâncias que algum ou alguns dos seus apoiantes, provàvelmente o Dr. Talavera, conseguiram que os Reis concedessem a Colombo uma audiência pessoal. Esta teve, com toda a probabilidade, lugar em Alcalá de Henares, a 20 de Janeiro de 1486, uma sexta-feira, o dia reservado às audiências pelas ordenações vigentes; e no decurso dela Colombo ofereceu a Suas Altezas o seu mapa-múndi <sup>66</sup>. É a esta data que se refere a frase do Almirante no *Diário* da primeira viagem que



**Os Reis Católicos, Fernando e Isabel**

Efigies de um duplo-excelente, duplo-ducado ou  
dobra de ouro

<sup>64</sup> Anunciada Colón, pp. 2139-2141-

<sup>65</sup> I, viii.

<sup>66</sup> Andrés Bernáldez, cap. cxviii.

citámos já: *después que yo vine a les servir, que son siete años agora a veynte días de henero* [de 1493] — estando, por conseguinte, correto desta vez o septénio.

Nessa entrevista, de que temos conhecimento sobretudo pelo depoimento de Andrés del Corral <sup>67</sup>, vendo Colombo que, tal como os do conselho, os soberanos não pareciam dar-lhe grande crédito, declarou-lhes que *pues no le creían a él, que les daría persona a quien creyesen*; e escreveu a Frei Antonio de Marchena pedindo-lhe que se apresentasse perante os monarcas a defender a sua causa, o que ele veio a fazer em Madrid cerca de um mês depois.

Decidiram então os monarcas — como era costume em casos semelhantes, e tal como em Portugal fizera D. João II — submeter o assunto a uma junta de letrados com formação específica em cosmografia, coisa que os membros do conselho, que eram sobretudo juristas, não possuíam. E, pelo seguro, el-rei D. Fernando mandou comprar em Valência um exemplar de Ptolomeu...

A junta foi presidida por Frei Hernando de Talavera; sabemos que dela fazia também parte o Dr. Rodrigo Maldonado de Talavera (a não confundir com o precedente!), membro do Conselho Régio, que como sabemos fora um dos negociadores do tratado de Alcáçovas. Para seu bem ou para seu mal, os Reis Católicos não dispunham ainda, como nós dispomos hoje, de engenheiros polivalentes e omniscientes; tiveram por isso, como sabemos pelo depoimento de Maldonado nos *Pleitos Colombinos* <sup>68</sup>, de recorrer a três classes diferentes de pessoas: *letrados, sabios y marineros*. Ignoramos os seus nomes. De qualquer modo, não deve ter havido dificuldades para recrutar peritos, uma vez que em finais de 1486 a junta se reuniu em Salamanca, à sombra da universidade. É por má vontade para com esse pequeno areópago que não despachou de imediato a seu pai que D. Hernando<sup>69</sup> comenta:

Porém, porque em aqueles tempos não havia i tantos cosmógrafos como há agora, os que se juntaram não entendiam o que deviam, nem o Almirante se queria deixar tanto entender que lhe sucedesse o que em Portugal lhe sucedera e lhe roubassem a bênção.

Nesta última expressão há uma alusão implícita à história bíblica de Esaú, que depois de ter vendido a seu irmão Jacob a primogenitura por um prato de lentilhas, perdeu também a bênção paterna devido a um ardil de sua mãe <sup>70</sup>.

<sup>67</sup> Anunciada Colón, pp. 2140-2141.

<sup>68</sup> *ibidem*, pp. 2369-71.

<sup>69</sup> cap. xii.

<sup>70</sup> Gen 27, 1-29.

Pior é o que se segue: põe na boca dos peritos argumentos de tal infantilidade, mesmo para marinheiros sem grande cultura, que se torna evidente que seu propósito é lançar sobre eles o ridículo. Uns terão dito que, existindo há tantos anos o mundo, não se entrevia razão para que nem sábios nem práticos do mar não tivessem achado mais cedo tais terras, nem razão para que o genovês soubesse mais que todos os passados e presentes — como se o seu propósito, talvez parcialmente inconfessado, fosse descobrir terras ignotas e não a Índia de Plínio e o Cataio de Marco Polo. Outros terão esgrimido com o argumento de que o mundo era de tamanha grandeza que nem três anos de navegação bastariam para chegar ao outro lado — quando as veras dimensões do Globo eram de há muito conhecidas, embora houvesse certa margem de dúvida nos diversos cálculos. Outros emitiam fortes reservas sobre a navegabilidade do Mar Tenebroso (expressão que é tradução do árabe *Baḥr al-Muḥlim* ou *Baḥr al-Ḍulumāt*, “mar sombrio, mar de trevas”, e designava originalmente o Mar do Norte, em geral coberto de espessas névens ou envolto em brumas)<sup>71</sup> — argumento que só pode colher se se queriam referir ao Mar dos Sargaços, conhecido dos portugueses como “Mar de Baga”, que de facto poderia embaraçar a navegação. Outros ainda, fazendo sua a opinião de Esdras, terão argumentado que a parte ignota do Globo era ocupada por terras e não por mares, pelo que só seria navegável por rios e ribeiras, como sucedia no interior do continente africano. Outros, finalmente, louvando-se quiçá em Lactâncio que poucos sequazes teve, terão avançado argumentos ainda mais irracionais, como o de que quem passasse para a “parte de baixo do mundo” não seria jamais capaz de “tornar para cima” — como se o *acima* e o *abaixo* se estendessem no sentido leste-oeste em vez de se referir a distâncias ao centro da Terra, como passados poucos anos muito bem sintetizaria Duarte Pacheco Pereira<sup>72</sup>:

*E de tal modo é o assento do orbe composto, que se algum homem pudesse furar a terra e lançasse ãa pedra da sua superfície cuidando que passaria ao outro cabo, ela não iria senão até o centro, e ali estaria queda, porque ali é o mais baixo e o mêo, e deste lugar pera qualquer parte seria subir, que é impossível e contra natureza nenhũa cousa pesada poder ir pera cima e mover-se do centro pera a circunferência. Assi que os antípodes habitam ãa parte e nós a outra.*

<sup>71</sup> Na interpretação dos termos arábicos servimo-nos de A. de Biberstein Kazimirski, *Dictionnaire Arabe - Français*, 2 vols, Maisonneuve et C<sup>o</sup> Éd., Paris, 1860 [reimp. Librairie du Liban, Beirute, s/d]; e de Hans Wehr, *A Dictionary of Modern Written Arabic*, edited by J. Milton Cowan, 3<sup>a</sup> ed., Spoken Languages Services, Nova Iorque, 1976.

<sup>72</sup> *Esmeraldo*, I, cap. 2<sup>o</sup>.

É verdade que, a despeito de a esfericidade da Terra ter sido afirmada por Pitágoras (c. 580-495 A. C.) continuaram a aparecer de quando em quando autores que duvidavam da possibilidade de haver antípodas, com o argumento de que então do outro lado da Terra as pessoas teriam de andar de cabeça para baixo, e de que aí chuva e neve cairiam para cima: tal é nomeadamente o caso de Lactâncio (c. 250-325)<sup>73</sup>, muito apreciado como estilista no Renascimento, que o considerava “o Cícero cristão”, mas raramente seguido nesta sua concepção. Quanto a S. Agostinho, como foi já notado por José de Acosta<sup>74</sup>, após ter admitido a possibilidade de haver antípodas veio a pô-la em dúvida, ainda que com um argumento menos irracional que o de Lactâncio: a vastidão intransponível do mar que o homem teria de atravessar para ir povoar o hemisfério oposto<sup>75</sup>; e isto se esse não estivesse inteiramente coberto pelas águas. Quanto a Cosme Indicopleustes<sup>76</sup>, que floresceu entre 547 e 549, a sua imagem do Mundo, que não seria redondo nem quadrado, mas perfeitamente análogo ao tabernáculo de Moisés, é muito mais mística do que cosmográfica, e tanto quanto se sabe jamais teve seguidores. Seja como for, a afirmação de que na Idade Média a Igreja ensinava que a Terra era plana é inteiramente mítica: nas escolas o ensino da cosmografia baseava-se no *Tratado da Esfera* de João de Sacrobosco (1195-1256), cujo título diz tudo; e a *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino, embora seja um livro de teologia e não de cosmografia, afirma, logo no artigo primeiro da primeira questão da sua primeira parte, que a Terra é redonda como se pode observar pela sombra que projeta sobre a Lua aquando dos eclipses. A afirmação — proferida há cousa de um ano em França não sei por que luminária do pensamento contemporâneo, na sua introdução pseudo-histórica a uma história aos quadradinhos sobre a primeira circum-navegação do Globo — de que Magalhães era “um homem de grande coragem” por ousar afirmar numa Espanha dominada pela Inquisição que a Terra era esférica, o que lhe poderia ter custado a fogueira, é perfeitamente delirante<sup>77</sup>! Deixando Pitágoras em paz, a esfericidade da Terra era, quase meio século anos antes de Magalhães, um óbvio pressuposto dos projetos de Toscanelli e de Colombo; e afirma-a até

<sup>73</sup> Lucius Caecilius Firmianus Lactantius, *Divinae Institutiones* / Lactance, *Institutions Divines*, Choix de Monuments Primitifs de l'Église Chrétienne, Paris, 1846, III, xxiv.

<sup>74</sup> *HGMI*, livº I, cap. viii.

<sup>75</sup> *De civitate Dei*, livº XVI, cap. ix [José Morán (ed.), *Obras de San Agustín*, edición bilingüe, vol. XVI-XVII, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1964-65], vol. XVII, pp. 213-214.

<sup>76</sup> Cosmas Indicopleustes, *Topographie Chrétienne*, 3 vols, Sources Chrétiennes, Éd. du Cerf, Paris, 1968-73.

<sup>77</sup> A introdução à versão portuguesa da dita banda desenhada, que redigimos para substituir aquela, acabou por ser publicada em volume autónomo: *O drama de Magalhães e a Volta ao Mundo sem querer, seguido de “um Museu dos Descobrimentos: porque não?”*, Ed. Gradiva, Lisboa, 2018.

implicitamente a bula de Alexandre VI em que delimita a área de expansão reservada a Portugal por uma linha traçada *de polo a polo* — coisa que os retângulos não possuem! Espanta-nos, por conseguinte que a Inquisição não tenha queimado vivos nem Fr. João de Sacrobosco, que ousou escrever um tratado *Da Esfera do Mundo*, nem o cardeal Pierre d'Ailly, nem Eneias Silvio Piccolomini (que a despeito de professar a redondeza da Terra chegou a sumo-pontífice), nem Toscanelli, nem Fra Mauro, nem Colombo, nem sequer o papa Alexandre VI, que não contente com admitir que este mundo era uma esfera, a cortou ao meio...

Não se admirarão, pois, as pessoas de juízo de que na junta de Salamanca ninguém tenha oposto ao projeto do genovês o argumento da chateza do orbe, que à época nenhuma mente minimamente ilustrada professava. Parece ser desta vez mais por ignorância aliada a negligência em consultar as fontes que Mascarenhas Barreto <sup>78</sup> imagina que as dificuldades que Colombo experimentou no reino vizinho para fazer aceitar o seu projeto resultaram de se não saber em Espanha que a Terra era redonda:

*É fundamental frisar que tal possibilidade [a de atingir o Oriente por ocidente], exposta por Ptolomeu e aceite pelo papa Pio II, de se atingir a Índia pelo Ocidente, caso não houvesse nada a obstruir o caminho, era ignorada pelos Reis Católicos, ao ponto de Colón-Zarco ter sido forçado a esperar 7 anos em tentativas infrutíferas, até que “Frei João Peres e António Marchena” [dois agentes secretos de D. João II infiltrados em Castela, como por outro passo da obra ficamos a saber] conseguiriam convencer os monarcas de Castela e Aragão a concederem ao futuro Almirante das Índias uma audiência perante a Junta Pericial. Pois até nessa reunião de sábios castelhanos Colón-Zarco teve de pugnar arduamente para fazê-los aceitar a sua teoria!*

Ao lê-lo ficaria o leitor desprevenido a pensar que a redondeza da Terra era quiçá uma teoria esotérica, das muitas que o autor atribui à Ordem do Templo, e que só com Eneias Silvio Piccolomini, futuro Pio II, transpirara para círculos mais dilatados — e não a doutrina corrente do ensino secundário da época, em que o *Tratado da Esfera* de João de Sacrobosco era desde o século XIII o compêndio universalmente utilizado.

De qualquer forma, é de supor que os argumentos aventados pelos peritos não tenham sido tão absurdos como D. Hernando dá a crer. O mais provável é que a generalidade deles se tenham reportado a Ptolomeu, que estava então na moda entre os humanistas. Ora para ele a terra que habitamos correspondia a apenas 180° de longitude, ou seja, metade da redondeza do Globo, não se sabendo o que existiria na outra metade. Supondo que da extremidade oriental da Ásia, que Ptolomeu não representa, ao meridiano do

---

<sup>78</sup> *op. cit.*, p. 127.

Ferro, extremo oriental do hemisfério que habitamos, apenas mediava mar, e que a largura deste correspondia aproximadamente à outra metade do globo, fazendo a viagem à latitude de c. 28°, haveria a percorrer coisa de 9.000 milhas, ou seja, 2.250 léguas. À velocidade média a que em 1492 navegou Colombo, c. 25 léguas por dia, poderiam ser cobertas em cerca de 90 dias, ou seja, três meses de navegação. É verdade que em 1519-21 Magalhães gastaria 19 meses para ganhar as Filipinas pelo Pacífico, mas há que contar com o enorme desvio que teve de fazer para contornar a América meridional, cuja existência se não entrevia sequer ao tempo das reuniões da junta, com os quase seis meses que invernou na Patagónia e com as numerosas paragens que fez para efetuar explorações locais. O tempo útil de navegação foi de cerca de sete meses, dos quais exatamente três (16.XII.1520 - 16.III.1521) para atravessar o Pacífico. Quanto às viagens anuais que os portugueses haviam entretanto começado a fazer à Índia, demoravam em regra seis meses — salvo casos excepcionais, como o de Francisco de Albuquerque que em 1503 ganhou o Malabar em menos de quatro meses (14.IV - 6.VIII.1503). Por conseguinte, o tempo de navegação necessário para atingir o Cataio mesmo no caso de estar correta a concepção de Ptolomeu estava longe de ser assustador. Ignoramos se os peritos estavam ao corrente das concepções de Pierre d'Ailly <sup>79</sup>, que louvando-se em Aristóteles e em Séneca tinha o Mar Oceano por bem mais estreito.

O principal problema, esse ninguém parece tê-lo levantado: se na prática o regime de ventos permitiria o regresso. Com a sua extraordinária intuição de marinheiro, Colombo superou-o à primeira tentativa; mas não teria sucedido necessariamente assim com um capitão menos dotado. Aliás, como veremos, no retorno da sua segunda viagem seria o mesmo Colombo nitidamente menos bem sucedido. E veja-se o que poucas décadas mais tarde sucedeu no Pacífico, onde o sistema de ventos é idêntico ao do Atlântico e mais regular ainda, pois é maior a massa de águas: à viagem de Magalhães, que morreu antes de ter podido empreender o regresso, seguiu-se um hiato de 44 anos, pois foi somente em 1565 que Felipe de Salcedo conseguiu ganhar o México a partir das Filipinas pela *vuelta del Poniente*, ou seja, colocando-se à latitude do Japão para então se poder utilizar dos ventos gerais de oeste. Beneficiou da assistência do cosmógrafo Frei Andrés de Urdaneta, outrora companheiro de Gómez de Espinosa, que por último sucedera a Magalhães como capitão-mor da sua frota. Concluíram assim a primeira travessia do Pacífico no sentido oeste-este, abrindo o caminho ao célebre *Galeão de Manila*, que a partir daí sulcou anualmente o oceano, entre Manila e Acapulco. Entretanto, todos os capitães enviados de Castela às ilhas de

---

<sup>79</sup> cap. viii & xlix.

Maluco regressaram à Europa pela rota do Cabo, geralmente a ferros, após se terem rendido às autoridades portuguesas de Ternate...

As reticências de Colombo tampouco o devem ter ajudado a receber despacho favorável, pois como nota Las Casas<sup>80</sup>: *ellos juntos muchas veces, propuesto Cristóbal Colón su empresa, dando razones y autoridades para que lo tuviesen por posible, aunque callando las más urgentes, por que no le acaeciese lo que con el rey de Portugal*. De qualquer modo o parecer da junta foi-lhe desfavorável. Nos sucintos termos do depoimento prestado nos *Pleitos Colombinos*<sup>81</sup> por Maldonado, membro do conselho e da junta, *todos ellos concordavan que hera ynposyble ser verdad lo que el dicho Almirante desya*. Hernando Colón<sup>82</sup> diz o mesmo por outras palavras, mais prolixas: “resolveram-se a julgar a empresa por vã e impossível, e que não convinha à gravidade e alteza de tão grandes príncipes moverem-se por tão fracas informações”. Colombo, como veremos num instante, só mais tarde o veio a saber, já que os peritos deixaram aos Reis a decisão final.

Em começos de Março, enquanto esperava despacho, Colombo acompanhou a corte a Córdova, onde até 14 de Maio permaneceu a Rainha, enquanto D. Fernando marchava a conquistar Málaga e a assim isolar do mar a capital do reino náçrida, impedindo que fosse socorrida de Marrocos. Foi entretanto que Colombo começou a receber as ajudas de custo que mencionámos já, de que as primeiras lhe foram entregues a 5.V.1487: *En dicho día di a Cristóbal Colomo, extranjero, tres mil maravedís, que está aquí haciendo algunas cosas complideras al servicio de Sus Altezas, por cédula de Alonso de Quintanilla con mandamiento del obispo*. O bispo em questão é Frei Hernando de Talavera, que fora entretanto eleito bispo de Ávila; e Alonso de Quintanilla o *contador mayor de cuentas* de Suas Altezas, que viria a ser um dos protetores de Colombo. E é



**Aspeto de Córdova, onde Cristóvão se tomou de amores por Beatriz**

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérault, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

<sup>80</sup> I, xxix.

<sup>81</sup> Anunciada Colón, pp. 2369-71.

<sup>82</sup> I, xii. Cf. Las Casas, *HI*, I, xxix.

esta a primeira menção escrita que se conhece da presença de Colombo em Espanha. Manzano<sup>83</sup> refere um novo pagamento, em termos idênticos, a 3.VII.1487, de que não achámos o registo, que o autor tampouco especifica; mas isso tem pouca importância.

Mascarenhas Barreto, que num outro passo da sua obra se serve de equivalências que descortinou para fundar a sua afirmação de que os Perestrelos estavam em muito boa situação económica (e que por conseguinte o enlace de Filipa com Cristóvão não foi um casamento de conveniência), parece ter mudado entretanto de parecer ou de aritmética, pois classifica essas ajudas de custo de “fartos proventos”<sup>84</sup>. E cita em seguida, em abono das suas contas, o chamado “codicilo militar” de Colombo, documento reconhecido como falso por todos os historiadores, mesmo os mais *genovistas*. Ora há que notar que o maravedí castelhano correspondia *grosso modo* ao real português, e que no século XVI na Índia Portuguesa o porteiro da alfândega de Ormuz vencia 28\$800 reais de ordenado e o mestre da ferraria da fortaleza de Malaca 26\$600<sup>85</sup> — ou seja, oito a nove vezes o montante concedido a Colombo.

Foi sem dúvida durante esta sua permanência em Córdoba que Colombo conheceu Beatriz Enríquez de Arana por quem se tomou de amores. Beatriz ficara órfã muito cedo; fora criada por sua avó, em seguida por uma tia, e finalmente por um primo materno, homem com certas posses e de certo relevo na vida local<sup>86</sup>. Teria uns 20 anos, uma quinzena menos que Cristóvão, quando este se enamorou dela. Desses amores nasceria a 15 de Agosto de 1488 o pequeno Hernando, futuro biógrafo de seu progenitor. Filho natural ao nascimento, Hernando veio, em data que se ignora, a ser legitimado pelo pai, passando então a D. Hernando; foi-o em qualquer caso antes de 1497, pois na procuração que a 31 de Agosto desse ano passou em Sevilha a Jerónimo de Agüero<sup>87</sup> Colombo di-lo já legítimo, ao lado de D. Diego. O mais provável é que tenha quedado legitimado em 1494, quando seu tio Bartolomeu Colombo o apresentou na corte, onde foi filhado como

---

<sup>83</sup> *op. cit.*, p. 142.

<sup>84</sup> *op. cit.*, p. 255.

<sup>85</sup> Panduronga S. S. Pissurlencar, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, estudo e notas por..., Tipografia Rangel, Bastorá (Goa), 1951; Artur Teodoro de Matos (ed.), *O Orçamento do Estado da Índia, 1571*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Centro de Estudos Damião de Góis, Lisboa, 1999; Idem, *O orçamento do Estado da Índia de 1588*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2003; Idem, *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: Estrutura Administrativa e Económica. Alguns elementos para o seu estudo*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982.

<sup>86</sup> Podem ver-se pormenores in D. José de la Torre y del Cierro, *Beatriz Enríquez de Harana y Cristóbal Colón*, Instituto Hispano-Cubano de Historia de América / Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, Madrid, 1933.

<sup>87</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xviii, pp. 342-344.

pagem do príncipe herdeiro D. João. Para a legitimação de filhos naturais havia três procedimentos jurídicos possíveis: requerer uma carta régia de legitimação, lavrar uma escritura notarial de perfilhação, ou apresentar o filho perante a corte ou um concelho municipal e, sem o que o filho o desmentisse, declarar publicamente que era seu pai<sup>88</sup>. O filho de uma serva — o que não era evidentemente o caso — apenas podia ser legitimado no caso de não haver filhos legítimos de matrimónio canónico.

Como de costume, Mascarenhas Barreto, ou por ter tido um sonho, dos que sonhava de noite, ou por, acordado, ter recebido do Espírito Santo inspiração direta, sem passar pelos arquivos, tem também sobre este ponto uma interpretação muito sua a contrapor ao que afirmam os investigadores que, laboriosamente, quantas vezes através de buscas infundáveis em arquivos e bibliotecas, carregaram os dados que apresentamos sobre Beatriz. Embora apenas conhecesse as investigações de D. José de la Torre através das citações de Morison, baseando-se na versão francesa feita em 1952 da biografia de Colombo por Salvador de Madariaga, publicada em castelhano em 1940, Barreto permite-se alegremente rebater com base em sofismas, generalidades e assunções *a priori* tudo o que La Torre escreveu, contrapondo-lhe uma tese delirante: é evidente que Beatriz Enríquez de Arana se chamava Enríquez por descender de Henrique II de Trastámara, rei de Castela (1369-79), pois Enríquez significa “filho de Enrique” — e Enrique só há um, o segundo e mais nenhum!

Seria, nada mais nada menos, que o fruto do adultério perpetrado, durante a ausência de seu esposo Nuno Pereira de Lacerda em Alcácer Ceguer (1461-63), por Beatriz Henriques (filha de Fernando Henriques, comendador de Alcáçovas e alcaide-mor de Barbacena e de sua esposa D. Branca de Sousa ou de Melo) com seu primo D. Carlos Henriques de Gusmão, fidalgo castelhano estabelecido em Beja. Antes que de Alcácer Ceguer regressasse o marido enganado, terá a bastardinha sido apressadamente levada para Córdova, passando por Elvas, por Badajoz (onde era regedor Alfonso Enríquez de Guzmán, irmão de seu pai) e, com o auxílio de cinco primos deste, dada em Córdova a criar aos que, aos olhos de todos os não iniciados nestes arcanos, passam por ter sido seus pais. Para desgraça de ambos, Colombo viera assim a apaixonar-se por uma prima sua — pois, não esqueçamos, Colombo não era Colombo mas Salvador Gonçalves Zarco — já que todos aqueles Enríquez que colaboraram na delicada operação eram sobrinhos de D. Maria de Noronha, esposa de João Gonçalves da Câmara, 2º capitão-donatário do Funchal, tio direito do pseudo-Colombo. Como tudo isto era segredo, não era possível ao descobridor da América requerer uma dispensa de consanguinidade

---

<sup>88</sup> *Fuero Real* [de Afonso o Sábio], livº III, titº vi, lei 17; cf. *Leis de Partidas*, partida IV, titº XV, leis 5º & 7º.

para desposar a prima; e por isso a não desposou. Provas documentais de toda esta novela? Para quê? se o marido estava ausente em África e de Beja a Serpa, onde residia a mãe da criança, medeiam apenas 30 km? e se os adultérios — como Eça de Queirós viria a provar n'*O Primo Basílio* — se cometem preferencialmente com primos? Não é isso explicação bastante? E explica também, por acréscimo, que, como dizem os nobiliários, Nuno Pereira, alcaide-mor de Fronteira — que não era afinal outro senão Nuno Pereira de Lacerda, embora os *Livros de Linhagens* o desdobrem em dois — tenha, ao regressar de Alcácer, assassinado a mulher!

Voltemos a terra. Embora na sua travessia do deserto Colombo tenha achado em Beatriz como que um oásis repousante, é seguro que jamais a desposou — sem embargo de alguns visionários do século XIX e começos do XX, que sonhavam com canonizar o achador da América, tenham inventado diversos subterfúgios para provar o contrário. Aduziam nomeadamente que D. Hernando era considerado filho legítimo sem que se conhecesse carta régia ou escritura pública de legitimação, o que pressuporia que os pais tivessem contraído matrimónio. A documentação colombina é clara, em particular o derradeiro testamento do descobridor, lavrado na véspera do seu passamento <sup>89</sup>:

*... que [seu filho D. Diego] haya encomendada a Beatriz Enríquez, madre de D. Fernando, mi hijo, para que la provea que pueda vivir honestamente, como persona a quien yo soy en tanto cargo. Y esto se haga por mi descargo de la conciencia, porque esto pesa mucho para mi ánima. La razón dello non es lícito de la escribir aqui.*

Mascarenhas Barreto refere-se também a estes documentos; mas em vez de utilizar os textos castelhanos originais, nuns casos publicados já por Navarrete no primeiro quartel de Oitocentos, noutros por Consuelo Varela e Juan Gil em 1982, serve-se da tradução portuguesa por Carlos Selvagem das frases isoladas citadas por Morison em versão inglesa do original espanhol ...

Os remorsos que Colombo sentia a respeito de Beatriz vinham-lhe certamente do facto de, quiçá com a promessa de a desposar, a ter seduzido e a ter deixado de filho nos braços, sem contudo regularizar jamais a sua situação. Jurídica e moralmente nada o impedia, visto ser viúvo e ela solteira; mas isso brigava com os seus sonhos de grandeza, pois ela, embora possuísse alguns bens, suficientes para a sua subsistência, era filha de modestos proprietários agrícolas e de cepa plebeia. Cristóvão sonharia quiçá desposar alguém de estatuto elevado, à altura da sua ambição, como viria a fazer seu filho D. Diego, que em 1508 desposou D. Maria Álvarez de Toledo, sobrinha de D. Fradique

---

<sup>89</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 499.

Álvarez de Toledo y Enríquez, 2º duque de Alba, primo materno de Fernando *o Católico*, e neta de D. García Álvarez de Toledo y Carrillo de Toledo, 1º duque de Alba de Tormes. Em vida D. Cristóvão tentara casá-lo com uma filha do 3º duque de Medina Sidónia, D. Juan de Guzmán, mas o enlace gorou-se, ao que parece por oposição do Rei, que temia ver o poderio do maior potentado da Andaluzia unido ao do vice-rei das Índias; e a menina, D. Leonor de Mendoça, casou finalmente com o duque de Bragança, D. Jaime — que acabaria por apunhalá-la, por a ter achado com um pagem no seu quarto de dormir...

Beatriz não foi pois jamais senão *barregã* de Colombo. O curioso estatuto de *barregã*, reconhecido pela lei civil, é algo de intermédio entre o simples contubérnio e o casamento canónico. Basta citar as principais disposições que acerca disso contêm as *Leis de Partidas* de Afonso X, *o Sábio* (r. 1252-84)<sup>90</sup>, que exerceram grande influência em toda a Península, vindo a ser traduzidas em português e utilizadas em Portugal como direito supletório até à promulgação das *Ordenações Afonsinas* em 1438.

*Comunalmente, según las leyes seglares mandan, todo ome que no fuese embargado de Orden o de casamiento, puede aver barragana, sin miedo de pena temporal; solamente que non la haya virgen, nin sea menor de doze años, nin tal biuda [= viúva], que biva honesta, e que sea de buen testimonio. E tal biuda como esta, queriendola alguno rescibir por barragana, o a otra muger que fuese libre de su nascencia, que no fuese virgen; dévelo fazer; quando la rescibiere por barragana, ante buenos omes, diciendo manifestamente ante ellos como la rescibe por su barragana*<sup>91</sup>.

A lei menciona em seguida outras restrições: não era legítimo receber por *barregã* mulher que fosse *de muy vil linaje o de mala fama*; que tivesse sido julgada por adultério com homem canonicamente casado; que fosse sua parente mesmo por afinidade até ao quarto grau, o que tornaria incestuosa a relação. A *barregã* devia ser recebida diante de testemunhas honradas, declarando-lhes manifestamente que a aceitava como tal. Uma disposição curiosa é a que impede os *adelantados* de qualquer conquista de contrair matrimónio canónico enquanto permanecessem em tais funções, podendo contudo tomar *barregã* se não tivessem esposa legítima. E conclui assim:

*Otrosí ningun ome non puede aver muchas barraganas. Ca, segundo las leyes mandan, aquella es llamada barragana, que es una sola, e ha menester que sea atal que pueda casar con ella, si quisiere, aquel que la tiene por barragana.*

<sup>90</sup> *Las Siete Partidas del Sabio Rey don Alonso el nono* [sic], nuevamente Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez del Consejo Real de Indias de su Magestad, 3 tomos, Andrea de Portinaris, Salamanca, 1555 [reimp. Boletín Oficial del Estado, s/l, s/d].

<sup>91</sup> *Partida IV*, título xiv, lei 2ª.

Às *ilustres personas* — que detivessem qualquer dignidade, como reis e condes e seus descendentes e *los otros omes honrrados semejantes destos* — quedava vedado tomar por barregãs a servas ou filhas de servas, escravas alforriadas, taberneiras, regateiras, jogralesas, alcoviteiras e pessoas consideradas vis por si mesmas ou pela sua ascendência <sup>92</sup>. Colombo era, como muito bem sabemos, de há muito candidato a *ilustre persona*, o que explica, ainda que não justifique, o seu procedimento para com Beatriz — que, aliás, embora não fosse nobre, não recaía em nenhuma das categorias proscritas. Se é verdade que, como afirma Michele da Cuneo na sua relação

da segunda viagem colombina, o descobridor teve uma paixoneta pela capitã da Gomeira, D. Beatriz de Bobadilla (sobrinha e tocaia da marquesa de Moya, íntima da rainha D. Isabel), que permaneceu viúva de 1488 a 1498, não é impossível que tenha nutrido flatos de a desposar e por isso se tenha furtado a casar canonicamente com a sua barregã.

A despeito do rigorismo moral da Contra-Reforma o estatuto de barregã continuou também em Portugal a ser reconhecido pela lei: as *Ordenações Filipinas*, promulgadas em 1595, que permaneceram em vigor em Portugal até 1867 e no Brasil até 1916, puniam os homens casados que tivessem fora do matrimónio mulher teúda e manteúda, e interdavam-no aos que prestassem serviço na Corte; mas previam, por exemplo, que a barregã de homem solteiro que dele se separasse e levasse consigo parte do bragal não pudesse ser obrigada a restituir o que levava; e puniam como adultério as relações que um homem tivesse com barregã de um terceiro<sup>93</sup>, que definia como “mulher casada de feito e não de direito”. Em certos casos previstos na lei os filhos de barregã, mesmo não legitimados, herdavam como os legítimos.



**Legislação sobre barregãs in *Las Siete Partidas del Sabio Rey don Alonso el nono* [sic] *nuevamente glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez, del Consejo Real de Indias de su Magestad***

Andrea de Portonariis, Salamanca, 1555, tomo II, fl 41 r.

<sup>92</sup> *Ibidem*, lei 3<sup>a</sup>.

<sup>93</sup> *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas per mandado delrey D. Filipe o Primeiro*, 3 vols, 11<sup>a</sup> ed., Imprensa da Universidade de Coimbra, 1847, liv<sup>o</sup> V, títulos xxvi-xxx, pp. 270 & sqq.

viagem o cargo de alguazil (espécie de oficial de polícia) da sua nau a Diego de Arana, primo de Beatriz, que acabou por morrer às mãos dos índios, e na terceira viagem o comando de uma caravela a Pedro de Arana, único irmão de Beatriz, algo mais velho que ela. Mais tarde seu filho D. Diego contemplou-a em seu testamento, e após a sua morte o mesmo fez sua viúva aos Aranas sobrevivivos, pois Beatriz finara-se entretanto, entre 11.V.1521 e 8.IX.1523.

Quanto a Beatriz, limitou-se Colombo a assinar-lhe a modesta pensão de 10.000 maravedis, paga da renda dos açouges de Córdoba, prometida pelos Reis ao primeiro que na viagem descobridora avistasse terra <sup>94</sup>, que havia arrebatado ao pobre marinheiro Juan Rodríguez Bermejo, conhecido por Rodrigo de Triana, que a 11.X.1492 bradara *tierra, tierra* — com o pretexto de que na véspera às 10 da noite enxergara já ele próprio o tremeluzir de uma lâmpada, o que é mais que improvável, pois, segundo as contas do próprio diário de bordo, deviam estar ainda a cerca de 48 milhas da ilha. O golpe ficou-lhe sem dúvida a remoer na consciência, pois mais de um ano volvido, num relatório que enviou aos Reis sobre o descobrimento de Cuba e da Jamaica <sup>95</sup>, ainda se dá Colombo ao trabalho de contar de novo por extenso toda a sua versão da história, deitando as culpas do mal-entendido que se gerara a seu camareiro, Pedro del Arroyal.

Enquanto Colombo se ia reconfortando com as noites que passava nos braços de Beatriz, os Reis Católicos, sem terem dado resposta à sua pretensão, continuavam a guerrear mouros e a deambular pelo reino. Foi só quando, a 18 de Agosto de 1487, Málaga se lhes rendeu que o mandaram chamar à sua presença, concedendo-lhe para tal feito, a 27 do mesmo mês, 4.000 maravedis da ajudas de custo *para ir al real por mandato de sus Altezas*.

O genovês pensaria quiçá que na euforia da vitória lhe dariam despacho positivo, mas não foi exatamente assim: a resposta foi dilatória, de momento negativa. Nas palavras de D. Hernando <sup>96</sup>, que Las Casas <sup>97</sup> repete quase *ipsis verbis*,

Suas Altezas responderam ao Almirante que estavam ocupadas em muitas outras guerras e conquistas, especialmente na de Granada que então faziam, de modo que não tinham comodidade para atender a uma nova empresa; porém, com tempo, se acharia melhor oportunidade para examinar e intender no que o Almirante oferecia.

---

<sup>94</sup> Alvará de Barcelona, 23.V.1493, *CDD*, I, doc. 91, pp. 363-365; *cf.* doc. 177, pp. 494-497 & doc. 192, pp. 574-575.

<sup>95</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 308.

<sup>96</sup> c. xii.

<sup>97</sup> I, xxix.

## Última tentativa em Portugal

Deve ter sido pouco depois de esta decepção o ter fulminado em Málaga que Colombo se resolveu a tentar de novo a sorte em Portugal; e escreveu a D. João II a pedir-lhe um salvo-conduto. Essa sua carta, de que ignoramos a data exata, mas que deve ter sido escrita em começos de 1488, não chegou até nós, mas tão somente a resposta do monarca português, dada em Março desse ano, que abaixo transcrevemos; deduz-se do seu endereço que Colombo lhe escrevera de Sevilha.

A 15.X.1487, em Córdoba, onde a corte estacionou de 20 de Setembro a 17 de Outubro, recebera ainda o genovês ajudas de custo da parte dos Reis: 4.000 maravedis, como da última vez. Deve ter sido a partir daí que, como atesta o cura de Los Palacios<sup>98</sup>, viveu da venda de livros impressos e cartas de marear em torno de Sevilha. Os livros impressos, de que na nossa Península ao tempo se produziam ainda poucos, deviam provir sobretudo de Itália, de onde Colombo os devia importar por intermédio dos numerosos compatriotas seus estantes na Andaluzia, principalmente em Sevilha; os mapas desenhava-os e pintava-os ele próprio, como no-lo atesta Las Casas<sup>99</sup>. Não é impossível que seja do seu punho um mapa conservado na Biblioteca Nacional de França<sup>100</sup>, anterior à viagem de 1492, de que por conseguinte não constam as Antilhas, mas onde figuram a Islândia e um naco da Gronelândia, a costa africana até ao Zaire, designado por “Rio Poderoso”, e as míticas ilhas Brasil e das Sete Cidades, tudo lugares presentes na biografia ou no imaginário de Cristóvão. A representação da Gronelândia, a norte e não a noroeste da Islândia concorda com o que afirma no pequeno texto autobiográfico que transcrevemos mais acima. Nela figuram as duas catedrais de Hólar e Skálholt, o que ou constitui uma reminiscência livresca ou provém de informações recolhidas na Islândia ou nas Ilhas Britânicas aquando da sua viagem, pois ambas as sés haviam sido abandonadas sob o pontificado de Nicolau V (1447-55), apenas vindo a ser restauradas em 1492, quando Colombo se preparava para chegar ao Novo Mundo; essa representação não indicia, portanto, mas muito antes pelo contrário, que o autor tenha visitado efetivamente a ilha. As legendas, que deixam entrever um cartógrafo curioso e bem informado, contêm abundantes informações sobre as terras debuxadas, suas produções, costumes dos habitantes, etc., traíndo nítidas influências da *Imago Mundi* de Pierre d'Ailly, um dos livros de cabeceira do nosso genovês.

---

<sup>98</sup> cap. cxviii.

<sup>99</sup> I, xxx.

<sup>100</sup> BNF, *Cartes et Plans*, Rés. Ge AA 562; cf. M. de la Roncière & M. Mollat du Jourdain, *Les Portulans...*, mapa 21 & pp. 210-212.

Tal como sucede com a sua viagem a Quios em 1474, é por referências e comparações que Colombo faz nos seus *Diários* entre o que via nas terras que ia achando e certas paisagens do Levante peninsular, que se torna claro que viajou também por terras de Valência e Múrcia. Fê-lo certamente durante o período em que a corte por lá deambulou, ou seja, entre 4.III.1488, em que os Reis chegaram a Valência para aí reunir Cortes, permanecendo na cidade até meados de Abril, e 6 de Junho quando D. Fernando abalou para a Andaluzia, a fim de retomar as hostilidades contra o reino de Granada, permanecendo a Rainha em Múrcia.

É provável que Colombo se tenha dirigido uma vez mais à corte com o escopo de pressionar os monarcas, desta vez com a ameaça mais ou menos velada de regressar a Portugal e oferecer de novo o seu projeto a D. João II. A carta deste — que lhe deve ter chegado às mãos em Sevilha em finais de Março, e de que iria já munido — servir-lhe-ia de instrumento de pressão. Por isso nos palpita que foi ao recebê-la que decidiu partir de imediato para junto dos monarcas. Terá alcançado a comitiva régia nos últimos dias da sua estância em Valência, seguindo-a daí para Múrcia. É verdade que na *Relação da Terceira Viagem*<sup>101</sup> Colombo diz do cabo de Galea, na ilha da Trinidad, que

aí havia *muy lindas tierras, atan fermosas y verdes como las huertas de Valencia en Março*; ora o intervalo de dez dias entre 20 de Março, de que data a carta de D. João II, e o fim do mês parece insuficiente para que a missiva tenha chegado a Sevilha e, em seguida, Colombo a Valência. Contudo, na pena de um escritor que dá bastas vezes para o mesmo facto quatro datas diferentes e deixa pairar sobre a sua idade uma incerteza de quinze anos, uma diferença de um mês ao cabo de dez anos não é nada — tanto mais que a ideia a transmitir é simplesmente a verdejância da região da primavera.

Não sabemos se desta feita Colombo chegou a ser recebido pelos Reis ou se contactou somente o seu conselho. Em qualquer dos casos não deve ter sido acintoso, pois a Rainha mostrou-se-lhe de novo benigna, mandando uma vez mais, a última de que há notícia,



**Aspeto de Córdova, onde nasceu D. Hernando Colón, mostrando a prisão da Santa Inquisição**

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérout, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

<sup>101</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 370.

aboná-lo de ajudas de custo: *En 16 de junio de 1488, di a Cristóbal Colom tres mil maravedís por cédula de Sus Altezas*, reza o caderno dos pagamentos. O facto de lhes serem pagas pelo tesoureiro de Sevilha, pode induzir em erro: deriva do facto de ao tempo, tanto em Castela como em Portugal, não existir um erário régio único, para que entrassem todas as receitas e de que saíssem todas as despesas, assinando-se por isso cada débito a um fundo particular, onde houvesse provisão; é pela mesma razão que a pensão que Colombo destinou em 1493 a Beatriz de Arana era paga da renda dos açougues de Córdoba. Colombo recebeu os 3.000 maravedis certamente em Múrcia, onde D. Isabel permanecera enquanto D. Fernando se apoderava de Vera — que se lhe entregou sem combate a 10 de Junho — apenas regressando a Múrcia a 17 do seguinte mês.

Nesta derradeira data já Colombo devia ter regressado a Córdoba, onde Beatriz entrava no oitavo mês da sua gravidez; e só deve ter partido para Sevilha e daí para Portugal, algum tempo depois do parto, que teve lugar a 15.VIII.1488, e do bñtizado da crianca.

Tenha-a ou não exibido perante a soberana ou algum dos seus conselheiros, rezava assim a missiva de D. João II:

(*sobrescrito*:) Por El Rey. A Xpovam Colon, em Sevilla.

Xpovam Colon Amigo: Nós, Dom Joham, per graça de Deos Rey de Portugall e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África, Sñor de Guinee, vos enviamos muyto saudar. Vimos a carta que nos escrevestes e a boa vontade e afeição que por ella mostraes teerdes a nosso serviço, vos agradecemos muyto. E quanto a vossa vinda caa, certo, assi pollo que apontaes como por outros respeitos para que vossa industria e bño engenho nos seraa necessareo, nos a desejamos e prazer-nos-ha muito de virdes, porque em o que a vós toca se dará tal forma de que vos devaaes ser contente. E porque por ventura terees algum reço de nossas justiças por razão dalgũas cousas a que sejaes obrigado, nós, por esta nossa carta vos seguramos polla vinda, estada e tornada, que nom sejaes preso, reteúdo, acusado, citado nem demandado por nenhũa cousa, ora seja civil ora criminal de qualquer qualidade. E por ella meesma mandamos a todas as nossas justiças que o cumpram asi. E portanto vos rogamos e encomendamos que vossa vinda seja loguo e pera isso não tenhaes pejo algum: e agradecer-vo-lo-hemos e teeremos muyto em serviço. Escrip̃ta em Avis a vinte de Março de mil quatrocentos oitenta e oito.

A carta, cujo original se encontra no arquivo dos Duques de Verágua, foi publicada por Navarrete <sup>102</sup>, mas com abundantes erros de transcrição, do que resultou um texto em *portinhol*. Seguimos por isso a transcrição feita pelo general Brito Rebelo a pedido de Henry Vignaud <sup>103</sup>. Céptico como sempre, este pusera em dúvida a autenticidade da carta e consultara a tal propósito não só o então diretor da Torre do Tombo, D. José Pessanha, mas também Brito Rebelo, Gonçalves Viana e Braancamp Freire, que, de

<sup>102</sup> Navarrete, I, doc. III, p. 302.

<sup>103</sup> Vignaud, *Histoire critique...*, I, p. 672-673.

uma maneira geral, tanto quanto se podia ajuizar de um documento de que se não examinara o original, se inclinaram para a resposta positiva; apenas Gonçalves Viana se mostrou reticente, com base em pormenores lingüísticos, que na realidade se não encontram senão na transcrição, assaz defeituosa, de Fernández de Navarrete.

Vignaud permaneceu, no entanto renitente quanto à concretização da viagem de Colombo a Lisboa, dando a entender que jamais teria chegado a realizar-se. Na sua ânsia de tudo passar pela fina peneira da crítica do testemunho, Vignaud, sem embargo de a sua obra ser extemamente útil para quem se debruce sobre os rasgos menos claros da vida do descobridor, acaba bastas vezes por isolar um texto e fazer dele um dogma, mostrando-se a partir daí céptico quando a tudo o que o contradiga; e é por isso que raros são os que seguem as suas hipóteses alternativas, que em muitos casos se não confirmam, como vimos já no caso da inexistência de Fernão Martins. Neste caso a sua presunção baseia-se, em última análise, no talento grafológico de Las Casas, que, como vimos, atribui à mão de Bartolomeu Colombo a nota em que o sujeito que fala se diz presente ao regresso de Bartolomeu Dias a Portugal — nota que, ainda que seja do punho de Bartolomeu Colombo, pode muito bem ter sido escrita a ditado de Cristóvão, como o próprio Frei Bartolomeu <sup>104</sup> admite: *Estas son palabras escriptas de la mano de Bartolomé Colón, no sé si las escribió de si, o de su letra por su hermano Cristóbal Colón; la letra yo la cognozco ser de Bartolomé Colon, porque tuve muchas suyas*. Ora do texto deduz-se que a iniciativa de vir a Portugal partiu do próprio Colombo, que para isso pediu salvoconduto ao Rei, com quem, como tudo leva a crer, continuava a manter boas relações; e não se enxerga motivo para que, após uma resposta tão calorosa do soberano, o não tenha utilizado.

Ficamos ao mesmo tempo sabendo que Colombo tinha problemas com a justiça portuguesa. Ignoramos quais fossem, quiçá meras dívidas; isso explicaria talvez a precipitação da sua fuga três anos antes.

Quanto à classificação de Colombo como “nosso especial amigo”, que não consta da transcrição de Brito Rebelo, acha-se no reverso da carta, junto à sua tradução em castelhano, e parece da mesma mão da carta. Alguns dos nossos historiadores desportivos viram nessa expressão a prova de que Colombo atuava como espião de D. João II; só faltaria nesse caso escrever no sobrescrito “A Cristóbal Colom, nosso especial amigo e nosso espião em Sevilha”...

Seja como for a expressão não é inédita: lê-se igualmente no sobrescrito da carta de 23.VIII.1493 do cardeal D. Pedro de Menoça, arcebispo de Toledo e primaz de todas

---

<sup>104</sup> I, xxvii.

as Espanhas, ao cosmógrafo, cartógrafo e mercador catalão Mossen Jaume (ou Jaime) Ferrer (1445-1523): *A nuestro especial amigo Jaime Ferrer, el Cardenal d'Espanña. arzobispo de Toledo, etc.* <sup>105</sup>. De qualquer modo, se acaso Colombo fosse espião de D. João II e este precisasse de lhe falar, não o chamaria por carta, para não levantar suspeitas, mandaria certamente um moço a convocá-lo em segredo!

D. João II anuiu de boa vontade ao pedido do genovês, de quem aparentemente não guardara ressentimento; mas essa afabilidade pode também ter sido calculada, o que mostraria que se inquietava de ver Colombo, que navegara já muito em águas portuguesas, ao serviço de Castela, a quem poderia passar segredos que não convinha divulgar. Já se tem aventado que seria intenção d'El-Rei atraí-lo de novo à sua serventia, não sabemos para que efeito específico. Trata-se de mera hipótese, que parece todavia confirmada pelo facto de Colombo estar presente à entrevista de Bartolomeu Dias com o monarca, após regressar da viagem em que este dobrou o Cabo da Boa Esperança. É Colombo quem no-lo diz num dos seus escólios à *Imago Mundi* de Pierre d'Ailly, escrito em latim macarrónico, que preferimos traduzir:

Nota que neste ano de 88, no mês de Dezembro, aportou a Lisboa Bartolomeu Dias, capitão de três caravelas que o sereníssimo rei de Portugal mandara à Guiné a experimentar a terra. E participou ao mesmo sereníssimo rei em como navegara além do já navegado 600 léguas, a saber, 450 para sul e 250 para norte, até um promontório por ele denominado “Cabo da Boa Esperança”, que estimamos ficar em Agesimba [Agisymba, nome dado por Ptolomeu a uma terra desconhecida de África, sita além do Equador]; o qual nesse lugar achou, com o astrolábio, distar da Equinocial 45 graus; o qual último lugar dista de Lisboa 3100 léguas. A qual viagem pintou e escreveu de légua em légua em uma carta de navegar, para o mostrar à vista dos olhos do próprio rei, a tudo o qual estive presente.

Com o seu habitual *rigor historiográfico* alude Mascarenhas Barreto<sup>106</sup> a Bartolomeu Dias “com quem Colón-Zarco afirmou ter navegado para a Guiné e S. Jorge da Mina” — como se assistir em Lisboa ao seu regresso equivalesse a navegar em sua companhia, e como se a viagem de Bartolomeu Dias se tivesse dirigido à Guiné ou a S. Jorge da Mina”, e não ao Cabo da Boa Esperança! Utilizando com tal descontração as fontes históricas, pode até provar-se que a Terra era quadrada...

Vignaud, que, como vimos, atribui aquela apostila a Bartolomeu Colombo, admite que este permanecia em Portugal, e que tenha sido simplesmente para se encontrar com ele que Cristóvão tenha pedido a D. João II o salvoconduto que teria acabado por

<sup>105</sup> Navarrete, I, doc. lxviii, pp. 357 & sqq.

<sup>106</sup> *op. cit.*, p. 289.

jamais utilizar. Las Casas <sup>107</sup>, afirma que Bartolomeu Colombo tomou parte na viagem de Bartolomeu Dias, o que parece assaz duvidoso, admitindo mesmo que outro tanto tenha feito seu irmão, o que é inteiramente impossível, como se deduz dos passos que lhe acompanhámos em Espanha: *en estos descubrimientos, y en especial en este del Cabo de Buena Esperanza se halló Bartolomé Colón; puede ser también que se hallase Cristóbal Colón*. Tudo, porém, leva a crer que no momento em que Bartolomeu Dias zarpar de Lisboa Cristóvão pairasse por Córdova ou por Sevilha. Quanto a Bartolomeu, achar-se-ia então quiçá em França, trabalhando como cartógrafo para Ana de Beaujeu, regente de França de 1483 a 1491, e em seguida para seu irmão, o jovem Carlos VIII (r. 1483-98), entretanto declarado maior — até que, enteirado por este, provavelmente em finais de 1493, do descobrimento que fizera seu irmão Cristóvão, que entretanto lhe escrevera a convidá-lo para se lhe juntar, abalou para Espanha para daí ganhar a Espanhola. No entanto, no seu depoimento nos *Pleitos Colombinos* em 1512 veio a afirmar <sup>108</sup>:

*...qu'este testigo anduvo con el dicho Almirante don Xpoual Colon solicitando con el Rey e la Reina nuestros señores (...); al tiempo qu'el dicho Almirante lo solicitava fazian burla del dicho Almirante e deste testigo, diciendo que querian descubrir otro mundo nuevo.*

Dir-se-ia, por conseguinte, que Bartolomeu Colombo, talvez no intervalo entre a sua viagem a Inglaterra (provavelmente em 1485-86) e a sua estada em França (talvez de 1487 ou 1488 a 1493), permaneceu algum tempo ao lado de seu irmão em Espanha, perseguindo a corte dos Reis Católicos — o que torna de todo em todo improvável que tenha acompanhado Bartolomeu Dias, como Las Casas pretende, embora possa ter assistido ao seu regresso. Noutra passo <sup>109</sup>, porém, afirma o domínico que quando, em 1494, Bartolomeu Colombo foi informado do descobrimento que seu irmão fizera e veio a Espanha para se lhe juntar, havia sete anos que não sabiam um do outro, o que, a ser exato, torna improvável que estivesse em Portugal em 1488.

Quanto a Cristóvão, a sua segunda vinda a Portugal é confirmada pelo depoimento de Juan Moreno nos *Pleitos Colombinos*, tomado na Espanhola <sup>110</sup>:

*A la setyma pregunta dixo: que estando este testigo en Castilla, puede aver mas de veynte e tres años, oyó dezir cómo el Rey nuestro Señor no quería qu'el dicho Almirante pasase en estas partes de las Yndias a descubrirlas, porque se desía de cierto que no avía tierra e que hera ynpossible avella; e asy mismo oyó dezir cómo dicho Almirante pasó a Portugal para armar e no pudo; y tornó en Castilla.*

<sup>107</sup> I, xxvii.

<sup>108</sup> AI, *Patronato*, 12, R. 1, fl 43 v, Anunciada Colón, p. 2188.

<sup>109</sup> HI, I, ci.

<sup>110</sup> AI, *Patronato*, 12, pieza 3, fl 72; Anunciada Colón, p. 2345.

De qualquer modo, seríamos levados a atribuir a paternidade moral do escólio sobredito ao futuro Almirante das Índias, e aceitar, por conseguinte, que foi ele quem em Lisboa assistiu ao regresso de Bartolomeu Dias. Aliás, o mau latim em que está escrito (já notado por Las Casas: *algún mal latín parece que hay e todo lo es malo*), aponta mais para Cristóvão que para Bartolomeu, a ajuizar pelos elegantes versos em que este dedicou a Henrique VII o seu planisfério.

A nota é, de qualquer forma, importante, pois é o único testemunho coevo da viagem de Bartolomeu Dias que até nós tenha chegado. Há que notar, todavia, que os dados numéricos apontados por Colombo estão, como de costume, quase todos errados: o Cabo da Boa Esperança não fica a 45° S, fica a 34° 24'; Bartolomeu Dias, passado o Cabo, não navegou para norte 250 léguas, o que o teria levado perto da atual Durban, mas apenas umas cento e tal; segundo João de Barros terá descoberto ao todo 350 léguas de costa, pouco mais de metade do que Colombo lhe atribui. Por outro lado o Cabo não dista de Lisboa 3.100 léguas, que são 12.300 milhas das de Colombo, de c. 1.400 m, mas 6.092 milhas marítimas, umas 8.000 milhas colombinas. Note-se a título de comparação que Duarte Pacheco Pereira atribuía à África, de Alexandria a Suez, um perímetro de 3.850 léguas. Quanto à data da viagem, aceita-se hoje geralmente que tenha tido lugar em 1487-88, como afirmam tanto Duarte Pacheco Pereira<sup>111</sup> como um dos deponentes no processo de Maluco em 1524, e não em 1486-87 como afirma Barros<sup>112</sup>. Por conseguinte um Bartolomeu Dias, “patrão da nossa nao”, que em Setembro de 1488 pediu e obteve de D. João II em Setúbal a confirmação da doação de certas propriedades que lhe fizera Isabel Vaz<sup>113</sup>, será necessariamente um homónimo, o que não é impossível pois tem-se notícia de mais de um Bartolomeu Dias ligado ao mar naquela época.

Se, por hipótese, D. João II estava desta vez inclinado a aceitar os serviços de Colombo, em condições que ignoramos, a chegada de Bartolomeu Dias naquele preciso momento com a boa esperança, que colhera no Cabo, de que em breve se atingiria a Índia, deve-o ter levado a desistir prontamente de quejanda ideia. E o genovês outro remédio não teve senão retornar a Castela...

---

<sup>111</sup> *Esmeraldo de Situ Orbis*, III, vii.

<sup>112</sup> *Da Ásia*, I, iii, 4.

<sup>113</sup> *Bartolomeu Dias - Corpo Documental - Bibliografia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1988, doc. 4.

## O áspero caminho para Santa Fé

Descorçoado das sucessivas recusas que escutara, Colombo retrocedeu para terras de Castela provávelmente em começos de 1489. Las Casas e Oviedo estão de acordo em que foi então que, uma vez que dos Reis não podia, de momento, esperar o que quer que fosse, decidiu abordar o duque de Medina Sidónia, D. Enrique de Guzmán, grão senhor que além de extensíssimos domínios na Andaluzia possuía a sua própria frota, o exclusivo das almadravas de apanhar atum na zona do estreito de Gibraltar e o senhorio das terras de Santa Cruz de la Mar Pequeña, entre o cabo de Guer e o cabo Bojador. Aquando da conquista de Málaga, em 1487, fora o duque quem, vendo D. Fernando num aperto, espontaneamente acorrera a ajudá-lo com suas forças, o que facultara aos cristãos a vitória. Sua esposa D. Leonor de Mendoza fora em 1485 madrinha do príncipe D. João e era por isso influente na corte de sua real comadre.

López de Gómara <sup>114</sup>, que coloca as diligências de Colombo junto dos duques andaluzes logo à sua chegada a Palos, em 1485-86, antes de tentar contactar os Reis, fornece-nos contudo um detalhe tão verosímil como interessante: foi por recomendação do Padre Marchena que Colombo se dirigiu ao duque. Este, porém, *o porque no lo creyó, o porque no entendió la grandeza de la demanda, o porque, como estaban ocupados todos los Grandes del Reyno, mayormente los de Andalucía, con el cerco de la ciudad de Granada, y hacian grandes gastos*, não lhe prestou atenção. E Colombo teve de ir bater a outra porta.

Dirigiu-se então ao duque de Medinaceli, D. Luís de Lacerda — descendente de Afonso X *o Sábio* da Castela e Leão (r. 1252-84) por seu primogénito, D. Fernando de la Cerda (1255-75), falecido antes de subir ao trono, cuja descendência foi, contra a vontade de Afonso X, excluída da sucessão por Sancho IV *o Bravo* (r. 1484-95), segundo filho do monarca, que invocava contra o testamento de seu pai o direito costumeiro de Castela. Embora de poderio inferior ao de Medina Sidónia, o duque era senhor de grandes domínios na Andaluzia, em que entravam a vila de Cogolludo e o Puerto de Santa María, e auferia rendas que montavam anualmente a cerca de 30.000 ducados, o equivalente a 105 quilos de ouro. Segundo Las Casas <sup>115</sup> — que, informado mais tarde na Espanha do sucedido por um Diego de Morales, sobrinho do mordomo do duque de Medinaceli, noticia em pormenor este passo da vida de Colombo — foi o próprio duque quem, prevenido pelo mordomo, tomou a iniciativa de mandar chamar Colombo à sua presença, em

---

<sup>114</sup> p. 166.

<sup>115</sup> I, xxx.

Puerto de Santa María. D. Luís interessou-se pelo seu projeto, hospedou-o em sua casa durante cerca de dois anos (em que o autodidata genovês certamente pôde aumentar sua cultura graças à biblioteca do duque) e finalmente prometeu-lhe que lhe daria três ou quatro mil ducados, com que construísse, aparelhasse e tripulasse três navios, com mantimentos para um ano e mercadorias para o resgate.

Dir-se-ia que chegara ao fim o fadário de Colombo. No entanto não foi bem assim, devido a um escrúpulo do duque, que Las Casas <sup>116</sup> relata e comenta à luz do providencialismo histórico de que estava embebido:

*Esto así mandado y comenzado, por que más fundado y autorizado fuese su hecho, envió por licencia real, suplicando al Rey y a la Reina tuviesen por bien que él con su hacienda y casa favoreciese y ayudase a aquel varón tan egregio que a hacer tan grand hazaña y a descubrir tantos bienes y riquezas se ofrecía y para ello tan buenas razones daba, porque él esperaba en Dios que todo resultaría para prosperidad destes reinos y en su real servicio. Pero, porque la divina Providencia tenía ordenado que con la buena fortuna de tan excelentes Reyes, y no con favor ni ayuda de otros sus inferiores, aquestas felices tierras se descubriesen, ibales quitando los impedimentos que a favorecer esta obra en parte les estorbaban, porque iban al cabo de la guerra del reino de Granada...*

Este relato, que não encontra paralelo nos demais cronistas nem em D. Hernando, é confirmado pela carta do duque ao cardeal González de Mendoza, de 19.III.1493, pedindo-lhe que lhe obtivesse dos Reis licença para, a título de compensação pela hospitalidade que dispensara ao genovês, mandar caravelas suas às terras que ele descobrira, a que aludimos já. O escrúpulo advinha certamente ao duque de saber que o assunto come-



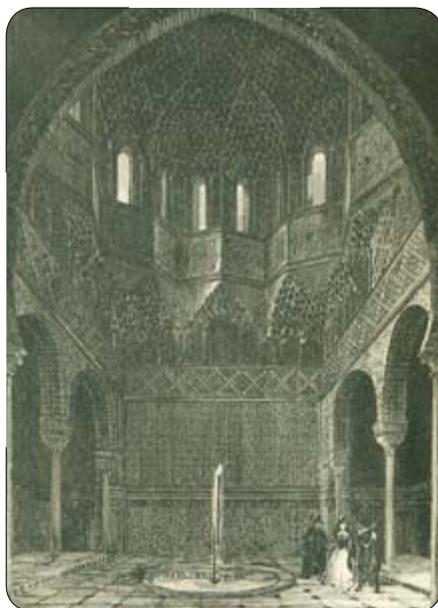
**Aspeto da Alhambra, paço dos reis nácridas de Granada**  
Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérault, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

çara já a ser tratado por Colombo junto dos Reis e não querer tomá-lo em mãos sem lho dar a saber. Talvez por sabê-la mais inclinada que seu real esposo a interessar-se pelo projeto do genovês, D. Luís de Lacerda escreveu uma carta à Rainha, que se achava provavelmente em Valhadolid ou em Medina del Campo, de onde só a 28.III.1489 iniciou a viagem em direção a Córdoba, chegando a 13 de Abril.

<sup>116</sup> I, xxx.

A Rainha respondeu ao duque agradecendo-lhe a sua urbanidade e a sua disponibilidade para aviar Colombo, mas fez-lhe saber que preferia que fosse a Coroa a ocupar-se do caso, logo que o negócio de Granada lhe desse tréguas: nas palavras de Las Casas, *que se gozaba mucho tener en sus reinos persona de ánimo tan generoso (...); pero que le rogaba él se holgase que ella misma fuese la que guiase aquella demanda, porque su voluntad era mandar con eficacia entender en ella*. No entanto chamou desde logo o aventureiro lígure à sua presença, enviando de Córdova, a 12.V.1489, uma cédula <sup>117</sup> em que ordenava aos “concelhos, justiças, regedores, cavaleiros, escudeiros e homens-bons de todas as cidades, vilas ou lugares” por onde ele passasse, que lhe dessem pousada, como era costume fazer aos funcionários régios que andavam pelo reino em correição.

Colombo deve ter encontrado a corte já em Jaén, onde chegara a 22 de Maio. Jaén servia de base militar para o prosseguimento da ofensiva contra Granada. D. Fernando partiu daí logo a 27, para conquistar Baza, que só a 4 de Dezembro, após um apertado cerco de seis meses se lhe entregaria. A Rainha ficara em Jaén e foi aí que, na posse da carta do duque e a instâncias tanto do contador-mor Alonso de Quintanilla, que de momento permanecia ainda em Castela-a-Velha, como do cardeal Mendoça, anuiu a conceder ao aventureiro genovês nova audiência, como afirmam nas suas crónicas tanto Pedro de Salazar y Mendoza (1549-1629) como Alonso de Santa Cruz <sup>118</sup>. Ignoramos em que precisa data foi o petiçãoário genovês recebido pela soberana, mas é notória da parte desta uma mudança de atitude: ontem, no dizer



**Sala dos Abencerrágens na Alhambra de Granada**

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérault, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples* — Espagne, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

<sup>117</sup> Arquivo Municipal de Sevilha, *Tumbo de los Reyes Católicos*, tomo III, fl 246, integralmente transcrito por Manzano, *op. cit.*, pp. 260-261.

<sup>118</sup> Pedro de Salazar y Mendoza, *Crónica del Gran Cardenal de España Don Pedro de González de Mendoça*, Toledo, 1625, I, cap. lxii; Alonso de Santa Cruz, *Crónica de los Reyes Católicos*, ed. de Juan de Mata Carriazo, Sevilha, 1951, I, cap. viii, cit. por Manzano, *op. cit.*, p. 254.

de López de Gómara, *como era estranhero i andaba pobrementemente vestido i sin otro maior crédito que el de un fraile menor, ni le creían, ni aún escuchaban, de lo qual sentía él gran tormento en la imaginación; agora, con buenas palabras, se le dieron esperanças ciertas de que acabando lo de Granada se resolverían* <sup>119</sup>.

Há que atribuir esta mutação não só aos empenhos dos protetores de Colombo junto de D. Isabel, mas também ao bom andamento que tomava a guerra de Granada. Recapitulemo-la: em 1482 o sultão Abū al-Ḥasanī ‘Alī bin Sa‘adī (r. 1464-82), penúltimo soberano Nâçrida ou Nazârida de Granada, conhecido entre os cristãos por Mulei (“meu senhor”) Hacén ou Mulhacén, fora destronado por seu filho Boabdil (Abū ‘Abdī ‘Llāhī Muḥammad bin Abī al-Ḥasanī ‘Alī), com o apoio de sua mãe, a sultana Haixa, e do poderoso clã dos Abencerrágens (Banū al-Sarāj). No entanto, logo no ano seguinte, Boabdil foi aprisionado em Lucena pelos do partido contrário e entregue aos Reis Católicos, enquanto seu pai, na parte oriental do reino, prosseguia a guerra, até à sua morte em 1485. Diz a lenda que foi enterrado no pico mais alto da Serra Nevada, ponto culminante de toda a Península Ibérica, de 3.478 metros, chamado desde então Pico de Mulhacén. Após a sua morte a guerra foi continuada por seu irmão El Zagal (Abū ‘Abd Allāh Muḥammad al-Zaġal), enquanto os Reis Católicos, soltavam e assentavam no trono granadino seu sobrinho Boabdil, *El Rey Chico*, após lhe terem exigido juramento de vassalagem e o pagamento de um tributo. Foi por conseguinte contra El Zagal que se desenrolou a guerra.

Ora a tomada de Baza, em Dezembro de 1489, acarretou de imediato a capitulação de Almería, Guádix, Almuñécar e Salobreña, quedando El Zagal reduzido ao senhorio de Andarax, como vassalo dos Reis Católicos, até se retirar para o Norte de África, onde o rei de Fez, por sugestão de seu sobrinho Boabdil o prendeu e mandou cegar. Encerrou-se assim a mais dura das campanhas da guerra de Granada, a que seguiu uma certa acalmia até ao assalto final à capital do reino nâçrida, a partir do campo militar de Santa Fé, estrategicamente instalado na veiga de Granada desde 1483 <sup>120</sup>.

Foi durante o cerco de Baza que apareceram no arraial dois franciscanos da Custódia da Terra Santa, portadores de um ultimato do *Çoldão de Babilónia*, i. e. do 18º sultão mameluco do Cairo, Al-Ašraf Sayf al-Dīn Qā’it Bāy (r. 1468-96), que ameaçava sequestrar todos os cristãos residentes na Palestina e confiscar seus bens se os soberanos espanhóis não cessassem imediatamente as hostilidades, devolvendo

<sup>119</sup> Salazar y Mendoza, I, cap. lxiii.

<sup>120</sup> Cf. Miguel Ángel Ladero Quesada, *Castilla y la conquista del Reino de Granada*, Diputación Provincial, Granada, 2ª ed., 1993; Idem, *Granada - Historia de un país islámico*, 3ª ed., Gredos, Madrid, 1989.

à mourisma todas as terras conquistadas <sup>121</sup> — manobra que seu sucessor al-Malik al-Ašraf Qānçawh al-Ġawrī (r. 1501-1516) havia de repetir em 1504, desta vez contra os portugueses que haviam ousado desinquietar os muçulmanos do Índico. De Baza os dois Frades Menores seguiram para Jaén a cumprimentar a Rainha. Colombo deve-os ter aí encontrado, formando então o plano, que jamais abandonaria até à morte, de aplicar à conquista de Jerusalém todos os réditos que lograsse sacar das Índias.

Colombo deve ter acompanhado a Rainha até Baza, onde chegou 27 dias antes da rendição da praça, e em seguida o régio casal, que foi a tomar posse de Almería e Guadix, regressando a Jaén a 4.I.1490. Tudo parecia postado para que, finalmente, recebesse despacho favorável e a concretização da *esperanza cierta* que D. Isabel lhe dera meses antes.

Todavia, não foi ainda desta vez. De Guádix os Reis haviam enviado a Granada o conde de Tendilla, a exigir do *Rey Chico* a entrega da sua capital, como em 1487, pelo acordo de Vélez-Málaga, se comprometera a fazer, para então receber dos monarcas o pequeno senhorio que estes lhe haviam prometido. Boabdil, porém, argumentando que a opinião pública em Granada lhe não permitia render a praça, recusou-se a entregá-la. A resposta foi trazido a Jaén pelo embaixador Abū 'l-Qāsim al-Mulīh, a 13 ou 14 de Janeiro de 1490. D. Fernando declarou-lhe que, pois que Boabdil não cumpria a sua parte do contrato, se sentia no direito de o denunciar.

As negociações prosseguiram em Sevilha, onde os monarcas chegaram em Fevereiro, para celebrar a 18 de Abril o desposório da sua filha mais velha, D. Isabel, com o malogrado príncipe D. Afonso, filho e herdeiro do nosso D. João II. É de presumir que o duque de Medinaceli, que compareceu à boda, tenha instado com os Reis para que aviassem Colombo; mas os soberanos não lhe deram por então despacho, e o desventurado aventureiro lígur teve de se resignar a aceitar de novo a hospitalidade do duque.

Entretanto, das conversações com Granada nada de positivo resultou. A guerra reacendeu-se e os soberanos decretaram a mobilização geral dos seus súbditos para o assalto final que tardaria ainda uns dois anos a efetivar-se. Entretanto todos os dinheiros eram poucos para financiar a campanha: a Rainha, que tivera de empenhar as suas jóias para pagar a El Zagal o preço prometido pela sua rendição, vendeu a 21.VIII.1491 ao duque de Cádiz, D. Rodrigo Ponce de León, a sua vila de Casares por dez contos de maravedis, o que correspondia a cerca de 100 kg de ouro. Note-se que por *vender a vila*, que constituía um *senhorio jurisdiccional* (o que em França se chamava *une seigneurie banale*), se entende alienar a jurisdição de primeira instância, o

---

<sup>121</sup> Cf. Zurita, *Anales...*, XX, lxxxiii, pp. 578-580.

levantamento de tropas e os foros, rendas e direitos senhoriais aí cobrados, já que as casas e as terras eram certamente na sua maioria propriedade dos moradores. Muitos nobres castelhanos lhe tiveram de seguir o exemplo. Assaz difícil seria, pois, obter da corte um maravedi para financiar uma aventura incerta.

Por outro lado, como nas suas *Memórias*<sup>122</sup> regista o Cura de Los Palacios, *de los grandes de Castilla, como estavam cansados de venir tan lexos a las otras guerras e cercos, muchos no vinieron a este cerco en persona, salvo enbiaron sus capitanes con gente*. A campanha ameaçava assim eternizar-se.

Deve ter sido quando no verão de 1490 começou a circular o rumor de que os Reis iam levantar o arraial de Santa Fé e adiar para o ano imediato o cerco a Granada, que a paciência de Colombo se esgotou; em data e circunstâncias concretas que nos escapam, decidiu-se então a partir para França, a ver se da parte de Carlos VIII conseguia o apoio ao seu plano que lhe não davam em Espanha. Segundo seu filho D. Hernando<sup>123</sup>, “resolveu ir-se a el-rei de França, ao qual havia escrito acerca de isto, com propósito de, se ali não fosse ouvido, passar logo a Inglaterra, em busca de seu irmão, de que não tinha notícia alguma”.

Ao que parece, el-rei de França respondeu-lhe, e sem dúvida em termos que lhe fizeram luzir alguma esperança. Talvez para pressionar os Reis Católicos a dizerem de vez *sim* ou *não*, Colombo mostrou a carta a um dos membros do Conselho Régio, o Dr. Villalano ou Andrés de Villalón, que a leu a D. Isabel. É o próprio Colombo que o afirma tanto numa carta de finais de 1500 aos monarcas, de que seu filho transcreve um extrato<sup>124</sup>, como numa outra, posterior à morte de D. Isabel, que endereçou a D. Fernando c. 1505: *porque ove cartas de ruegos de tres príncipes [sc., de Portugal, França e Inglaterra] que la Reina, que Dios aya, vido e se las leyó al doctor Villalón*<sup>125</sup>. Por *tres príncipes* deve provávelmente entender-se um dos costumados exageros de Colombo, pois que sabemos apenas el-rei de França lhe escreveu.

Desiludido com o longo compasso de espera que lhe impunham os Reis Católicos, quiçá animado pela carta del-rei de França (cujo preciso teor ignoramos) Colombo decidiu-se então a partir para as Gálias — o que, sublinhe-se uma vez mais, é incompatível com a teoria de que teria agido em conviência com D. João II, para atrair para ocidente as atenções de Castela {60}.

---

<sup>122</sup> cap. ci.

<sup>123</sup> cap. xiii (xii bis).

<sup>124</sup> cap. xiii (xii bis)

<sup>125</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xcvi, p. 530.

Foi lógicamente nesse momento que passou pela segunda vez em La Rábida, onde por certo se dirigiu com o objetivo de recolher o seu Dieguito e o levar consigo.

Como adiantámos já, no seu depoimento nos *Pleitos Colombinos* feito mais de trinta anos depois, o médico local, García Fernández, parece fundir com a primeira, em 1485, esta sua segunda visita à vila. É certamente à primeira que corresponde a cena da chegada do genovês ao convento com o filhinho pela mão a que assistiu, pois afirma que se passou *estando ally ende este testigo*; ao passo que a conversa com Frei Juan Pérez, que *enbió a llamar este testigo (...), porque algo sabía del arte abtrónica*, e tudo o mais que se segue respeita à visita de 1491. Não admira que no seu depoimento misture duas cousas distintas: também no seu, de que a seu tempo falaremos, Diego Pardo, escrivão público de Moguer, confunde numa só as duas primeiras viagens do Almirante, atribuindo à primeira o descobrimento da Guadalupe e das Onze Mil Virgens. Mas escutemo-lo <sup>126</sup>:

El dicho García Fernádes, físico, vecino desta villa, testigo jurado e tomado en la dicha rasón, fue preguntado por las preguntas generales; dixo este testigo que es de cinquenta e cinco años poco más o menos, y que no es pariente de ninguna de las partes (...).

A la trezena pregunta dixo (...) que un frayle que se llamava frey Juan Peres, qu'es ya difunto, quiso fabla con el dicho don Cristóval Colón; e viéndole despuesysión de otra tierra o reyno ageno en su lengua, le preguntó que “quién era e donde venía” e qu'el dicho Cristóval Colón le dixo qu'él venía de la corte de su Alteza; e le quiso dar parte de su embaxada a que fue a la corte e cómo venía, e que dixo el dicho Cristóval Colón al dicho frey Juan Péres cómo avía puesto en plática a descubrir ante su Alteza e que se obligava a dar la tierra fyirme, queryéndole ayudar su Alteza con navíos e las cosas pertenescientes para el dicho viaje e que conviniesen; e que muchos de los cavalleros e otras presonas que ay se fallaron al dicho rasonamiento le bolaron su palabra e que no fue acogyda, mas que antes fazían burla de su rasón, diziendo que tantos tiempos acá se avían provado e puestos navíos en la buscar e que todo era un poco de ayre e que no avía rasón; de lo qu'el dicho Cristóval Colón, viendose su sin rasón desyelta en tan poco conoscimiento de lo que se ofreçia de fazer e cumplir, él se vino de la corte e se yva derecho desta villa a la villa de Huelva para hablar e verse con un su cuñado, casado con hermana de su muger, e que a la sazón estava e que avía nombre Mulyar; e que viendo el dicho frayle su rasón enbió a llamar a este testigo, con el qual tenía mucha conversaçión de amor, e porque alguna cosa sabía del arte abtrónica, para [que] hablase con el dicho Cristóbal Colon e viesse rasón sobre este caso del descubrir, y que este dicho testigo vino luego e fablaron todos tres sobre el dicho caso, e que de a que eligeron luego un ombre para que llevase una carta a la Reyna doña Ysabel, que aya santa gloria, del dicho frey Juan Péres que era su confesor (...).

*Su Alteza*, no singular, é D. Fernando, pois em 1515, quando o depoimento foi tomado, D. Isabel era já morta. Foi certamente nesta deposição que se baseou Las Casas <sup>127</sup>, cujo testemunho é *grosso modo* coincidente.

<sup>126</sup> Vide Anunciada Colón, vol. IV, D-59, 2.5

<sup>127</sup> I, xxx-xxxi.

Como seu confessor, Frei Juan Pérez tinha um certo ascendente sobre o ânimo da Rainha. Sabemos pelo testemunho do próprio Colombo <sup>128</sup>, já após a sua morte, que influíra decididamente quer na empresa de Granada quer na expulsão dos judeus da Espanha unificada. Comungava certamente no milenarismo apocalíptico dos franciscanos de finais da Idade Média, que anteviam o próximo advento de uma nova era em que se revelaria o que quedava ainda oculto, a Igreja seria purificada, Jerusalém retomada, e a Cristandade renovada conduziria todo o mundo a Cristo; e aparentemente deixou-se empolgar pela ideia de Colombo de aplicar à conquista de Jerusalém os réditos que se grangeassem graças ao decobrimento que se propunha fazer.

Em maior ou menor medida, consoante as escolas e as pessoas, os franciscanos refletiam espessas vezes as concêções do Beato Joaquim da Fiore ou de Flora (1130-1202), abade de um mosteiro cisterciense da Calábria, que já em vida gozara de fama de profeta. Foi por isso que, aquando da terceira Cruzada (1187-92), Ricardo *Coração de Leão* e outros próceres da empresa o foram visitar ao seu mosteiro, pedindo-lhe um oráculo; Joaquim vaticinou que não conseguiriam recuperar Jerusalém, mas exortou-os mesmo a assim a combater. Como veremos mais adiante, também Colombo o tinha como grande autoridade, citando-o pelo menos duas vezes em seus escritos. E no *Livro das Profecias*, de que mais adiante falaremos, tem o cuidado de explicar que o 4º concílio de Latrão, em 1215 condenou o opúsculo que o abade Joaquim escreveu contra Mestre Pedro Lombardo, mas não a sua doutrina <sup>129</sup>, o que é correto.

A concêção joaquimita da História é assaz original: em vez de a dividir segundo o esquema tradicional das sete idades do mundo, correspondentes aos sete dias da criação, ou segundo o dos quatro impérios, tirado da profecia de Daniel, o Beato Joaquim adotou um esquema tripartido, bastante simples, no qual as três idades da história do mundo correspondiam às três hipóstases da Santíssima Trindade. O Antigo Testamento corresponderia ao ‘reino do Pai’, enquanto o tempo atual desde o advento de Cristo, corresponderia ao ‘reino do Filho’, dominado

pela Igreja institucional que, muito rapidamente, se deixara corromper e se prostituíra aos poderes do mundo. Em breve, porém, começaria ‘o reino do Espírito Santo’, um tempo de castidade e de virtude, dominado pela vida monástica perfeita, espiritual e igualitária, uma vez que o Espírito Santo estaria em todos, e todos, divinizados, profetizariam. Essa nova era, em que a Igreja institucional, tornada inútil, desapareceria, seria dominada por uma nova estirpe de santos monjes — com que os



**Palos de Moguer e o convento de La Rábida**

Gravura do *Archivo Pittoresco*, vol. I, 1858, p. 25

<sup>128</sup> Carta aos Reis de 3.II.1500, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xvli, pp. 427-428.

<sup>129</sup> Cristóbal Colón, *Livro de las Profecias*, volumen preparado por Juan Fernández Valverde, Biblioteca de Colón, IV, Alianza Editorial, Madrid, 1992, § 113, p. 55.

franciscanos tendiam de bom grado a identificar-se, fazendo assim suas as ideias do abade calabrés<sup>130</sup>. Esta concessão da História foi condenada em Latrão<sup>131</sup>, e a nosso ver a justo título, por separar as três Pessoas da Santíssima Trindade, atribuindo-lhes reinados *sucessivos* em lugar de uma ação providencial conjunta; ora Joaquim acusava Pedro Lombardo (c. 1196-1160) — cujas *Sentenças* constituíram a base do ensino teológico no Ocidente, até serem no século XVI substituídas pela *Summa* de S. Tomás de Aquino — de substituir a Trindade por uma Quaternidade, ao insistir na substância comum que subjaz às três Pessoas Divinas, acusação que o concílio considerou improcedente, pelo que, por seu turno, condenou o opúsculo do abade calabrés sob suspeição de triteísmo. Isso, porém, nem impediu Joaquim de ser venerado como beato nem as suas concessões de fazerem escola<sup>132</sup>.

Vimos já como Colombo, ao gabar-se aos Reis dos seus conhecimentos de *las escrituras, cosmografía, historias, corónicas y filosofía y de otras artes a que me abrió Nuestro Señor el entendimiento con mano palpable*, concluía: *¿Quién dubda que esta lumbre no fuese del Espíritu Santo, así como de mí?* E agradecia-o ao Senhor com uma expressão do Evangelho de S. Mateus<sup>133</sup>, particularmente cara aos franciscanos: *¡Ó, Señor, que quisistes tener secreto tantas cosas a los sabios, y rebelástelas a los inocentes!*”.

A ideia de “reinado do Espírito Santo” coadunava-se aliás com a de *milénio* ou reinado de mil anos de Cristo sobre a Terra antes do fim dos tempos, de que fala o Apocalipse de S. João<sup>134</sup> e a que parece aludir também S. Paulo<sup>135</sup>. Tal como a maioria dos milenaristas, os joaquimitas tinham o advento do “reinado do Espírito Santo” como uma certeza prévia, que no entanto se não devia esperar passivamente que acontecesse, mas acelerar por esforço e obras. Louvando-se em Santo Agostinho e em Pierre d’Ailly, Colombo calculava em 1501, na sua mencionada carta aos Reis, que para o fim do mundo faltassem apenas 155 anos; e que o fim da seita de Mafoma e o advento do Anticristo sobreviriam ao cabo de dez revoluções de Saturno — o que equivale a 600 anos, uma vez que a revolução sinódica de Saturno demora 60 anos<sup>136</sup>, contados não se explica a partir de quando; se fosse 600 anos após a Hégira teria já tido lugar em 1222, o que não foi o caso.

Em finais da Idade Média, à medida que iam fracassando as sucessivas tentativas de recuperar Jerusalém, e que, devido ao crescente individualismo dos estados nacionais em gestação adiantada, a *passagem de ultramar* internacional, coordenada pelo Papa, se tornava cada vez mais impossível, a Cruzada tendia a tornar-se em utopia. Por outro lado, enquanto o Império, minado pela concorrência do Papado, se reduzia a um fantasma, o próprio papado, cada vez mais envolvido na política, caía no descrédito. Daí que a ideia de Império Universal tendesse a coalescer com a de reforma da Igreja<sup>137</sup>. A ideia joaquimita de “reino do Espírito Santo” fornecia enquadramento e justificação teórica à grande utopia que assim se gerou, em que se fundiam todas as frustrações da Cristandade ocidental:

<sup>130</sup> Ver v. g. Norman Cohn, *The pursuit of the Millenium*, 1957 (tradução portuguesa *Na senda do Milénio – Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*, Ed. Presença, Lisboa, 1981).

<sup>131</sup> Vide Raymonde Foreville, *Latran I, II, III et Latran IV (Histoire des Conciles Œcuméniques*, publiée sous la direction de Gervais Dumeige, S. J., tomo 6), Éditions de l’Orante, Paris, 1965.

<sup>132</sup> Henri de Lubac, *La postérité spirituelle de Joachin de Flore*, 2 vols, Lethielleux, Paris, 1979-81; Étienne Gilson, *Les métamorphoses de la Cité de Dieu*, Vrin, Paris, 1952.

<sup>133</sup> 31, 15-16.

<sup>134</sup> 20, 1-4

<sup>135</sup> 1 Tes 4, 17 & 1 Cor 15, 23.

<sup>136</sup> Carta de 1501 aos Reis, Varela & Gil, *Textos...*, doc.liii, pp. 446-448.

<sup>137</sup> cf Robert Folz, *L’Idée d’Empire en Occident du V au XIV siècle*, Aubier/ Éditions Montaigne, Paris, 1953; Jean Delumeau, *Mille Ans de Bonheur*, Fayard, Paris, 1995.

instauração do império, re-espiritualização do papado, reconquista de Jerusalém, restauração do Templo, destruição do Islão identificado com “Babilônia, a grande prostituta” do *Apocalipse de S. João*, e redução final do mundo a Cristo.

Nesta última faceta se integrava a conversão mais ou menos forçada dos hebreus. Com efeito, desde o IV Concílio de Latrão em 1215 — que marca uma viragem importante nas relações entre cristãos e judeus — os teólogos católicos discutiam bastas vezes se estes deviam ou não ser tolerados; a resposta era, as mais das vezes, afirmativa, tirando-se argumento de dois versículos do salmo 58, postos na boca de Cristo durante a sua paixão, que na Vulgata Latina rezam assim: *Deus ostendet me super inimicos meos: ne occidas eos, nequando obliviscantur populi mei; disperge illos in virtute tua et depone eos, protector meus Deus*, ou seja: “Deus me manifestará acima de meus inimigos: não os mates, não suceda esquecerem-se do meu povo; dispersa-os com o teu poder e abate-os, ó Deus meu protetor”. Sempre, todavia, houve exceções, e o Beato João Duns Escoto (1265-1308), um dos maiores expoentes da escola franciscana, é uma delas. Considerava o *Doutor Subtil* que os príncipes podiam piedosamente baptizar os filhos dos judeus e educá-los na fé cristã contra a vontade de seus pais, mediante ameaças e terror. Aos que argumentavam que tal conversão, extorquida por temor de violência, não seria sincera, ripostava Escoto que à segunda ou terceira geração seus descendentes seriam bons cristãos, o que redundaria finalmente em bem.

Não é impossível que, pelo menos em parte, as sucessivas expulsões de judeus dos países da Europa ocidental tenham sido influenciadas pela leitura do *Opus Oxoniense* de Duns Escoto. Seja como for, o banimento dos hebreus de Inglaterra por Eduardo I em 1290 foi imitado em França em 1306, em seguida na Dinamarca, Noruega e Suécia, em 1492 em Castela e Aragão e, finalmente — como é bem sabido, por exigência da infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos — em 1496 também em Portugal <sup>138</sup>.

Ao inspirar aos Reis Católicos a expulsão de 1492, Frei Juan Pérez estava, por conseguinte, em consonância com muitos pensadores da sua ordem e com as correntes messiânicas e utopistas que ao tempo proliferavam na Europa.

O portador da carta de Frei Juan Pérez à Rainha em 1491 foi Sebastián Rodríguez, um piloto de Lepe. Enquanto a resposta não vinha, o que tardou apenas catorze dias, Colombo ficou alojado no convento. Numerosas testemunhas — Pedro Arias, Bartolomé Martín de la Donosa, Pedro Alonso Ambrosio, Juan Domínguez, Rodrigo Prieto, Pedro Medel, Hernán Pérez Camacho e Hernán Yáñez de Montiel <sup>139</sup> — atestaram nos *Pleitos Colombinos* que Colombo chegara a Palos em grande pobreza e necessidade, e que foram os frades quem durante a sua estadia na vila o sustentou. Aproveitou essa espera para conversar longamente com o velho piloto Pedro Vázquez, vizinho de Palos, que havia sido criado del-rei de Portugal e tinha notícia “das Índias”; admitem alguns que tenha sido companheiro de Diogo de Teive, na sua exploração do Atlântico ocidental

<sup>138</sup> Podem ver-se mais detalhes e mais indicações bibliográficas no nosso artigo “As *Trovas das Terças* e o anti-judaísmo no Portugal no Portugal de Quinhentos” in Celeste Augusto, Jef van Egmond & Patricia Couto (coord.), *De Wereld achter het Woord – Um mundo para além da palavra – Liber Amicorum Dr. Luís Crespo Fabião (1925-2001)*, Utreque, 2013, pp. 413-436.

<sup>139</sup> Os testemunhos recolhidos em Palos e em Moguer em 1512 podem ver-se in Anunciada Colón, pp. 2133 & sqq., os recolhidos em 1515, *ibidem*, pp. 2294 & sqq. e 2534 & sqq.; os recolhidos em 1535-36, *ibidem*, pp. 1460 & sqq.; os recolhidos em 1536, *ibidem*, pp. 1678 & sqq.

em 1452. Segundo vários depoimentos nos *Pleitos*, foi também então que conheceu Martín Alonso Pinzón, seu futuro companheiro na viagem descobridora.

Na sua resposta a Frei Juan Pérez pedia-lhe D. Isabel que acompanhasse Colombo à corte, que estava então na Veiga de Granada; e, por intermédio de um Diego Prieto, vizinho de Palos, enviou-lhe 20.000 maravedis em florins de ouro (o que perfaz c. 41 florins, de 3,5 g de ouro cada um), a fim de que o presuntivo descobridor *se vistiese onestamente e mercase una bestesuela*, para não fazer o caminho a pé. Quanto a Frei Juan, proibido pela regra franciscana de andar a cavalo, montou uma mula, emprestada por Juan Rodríguez Cabezudo que depôs também nos *Pleitos*, confirmando a história <sup>140</sup>. Esta é, por outro lado, corroborada pelos depoimentos de Hernando de Villareal, Alonso Vélez e Arias Pérez, filho de Martín Alonso Pinzón.

E foi assim que Colombo veio a obter da Rainha a promessa firme de que, logo que possível, lhe facultaria três navios para a sua viagem descobridora, e desistiu de partir para as Gálias...

Ignoramos a data exata em que isto se passou; é provável que tenha sido após o relançamento das negociações para a entrega de Granada em finais de Agosto de 1491.

As conversações iniciais, entre Fernando de Zafra, secretário dos Reis, e os dois delegados de Boabdil, Abul Cásim el Muleh (Abū 'l-Qāsim al-Mulīḥ) e Iuzaf Aben Comixa (Yūsuf bin-Qumis?), ministro principal do *Rey Chico*, foram secretas; mas a 11.IX.1491 D. Fernando escreveu a Boabdil, pedindo-lhe que desse a sua anuência ao que seus enviados haviam prometido e recebeu uma resposta afirmativa. O acordo final, contendo 67 condições (que mais tarde vieram a ser sistematicamente infringidas pelos sucessores de Fernando e Isabel), foi firmado a 25.XI.1491, prometendo o emir entregar a cidade até Maio. Temendo que, como Boabdil alegara já uma vez, a opinião pública em Granada se mostrasse renitente, os Reis Católicos mandaram, quatro dias depois, deitar bando a todos “os alcaldes, cádis, sábios, letrados, alfaquis, alvazis,



**A Alhambra**

Gravura do *Archivo Pittoresco*, vol. I, 1858, p. 201

<sup>140</sup> *ibidem*, vol. IV, D-42.5, p. 2299.

escudeiros, anciãos, homens bons, grandes e pequenos” do reino náçrida, ameaçando reduzi-los à escravidão, como haviam feito à população de Málaga, se oferecessem resistência — após o que a população se aquietou.

Assim, a 2 de Janeiro de 1492 os Reis Católicos, a sua corte e as suas tropas instalavam-se na Alhambra. Colombo, presente havia já tempo no arraial, assistiu à cena, como atesta logo no começo do *Diário da Primeira Viagem* <sup>141</sup>:

*...este presente año de 1492, después de Vuestras Altezas aver dado fin a la guerra de los moros que reinavan en Europa, y aver acabado la guerra en la muy grande ciudad de Granada, adonde este presente año, a dos días del mes de Enero, por fuerça de armas vide poner las vanderas reales de Vuestras Altezas en las torres de la Alfambra, que es la fortaleza de la dicha ciudad, y vide salir al rey moro de las puertas de la ciudad y besar las reales manos de Vuestras Altezas y del Príncipe mi señor...*

Foi, por certo, para ele um dia de intenso júbilo, pois pareciam enfim reunidas as condições para que fosse finalmente aviado. Assim não sucedeu, no entanto. De feito, os Reis decidiram submeter, uma vez mais, o projeto ao Conselho de Castela; e, para desgraça do genovês, não estavam naquele momento presentes em Granada dois dos seus principais apoiantes: o contador Quintanilla, que permanecia em Castela-a-Velha e, sobretudo, Frei Antonio de Marchena. Sabemos que eram vindos a Granada numerosos notáveis de Castela, a participar na tomada de posse da cidade e do reino; e como aos arcebispos, bispos, duques, condes, marqueses e mestres das ordens militares assistia a faculdade de assistirem às reuniões do conselho, é provável que, como dão a entender D. Hernando e Las Casas muitos tenham tomado parte na reunião. Pelas memórias do nuncio Alexandre Geraldini, publicadas em 1632 em latim por um sobrinho-neto seu <sup>142</sup>, sabemos de um pormenor curioso:

Como, reunido um primeiro conselho de homens principais, fossem de diversos pareceres, pois muitos prelados da pátria hispana declaravam simplesmente que [Colombo] era manifestamente réu de heresia, pois Nicolau de Lira diz que toda a face da terra humana, a partir das ilhas Afortunadas até ao Oriente, sobre a extensão do mar, não possui pela parte inferior da esfera costa alguma; e o divo Aurélio Agostinho afirma não haver nenhuns antípodas. Então eu, ainda jovem, que por acaso me encontrava atrás de Diego de Mendoça, cardeal da santa Igreja Romana, homem ilustre pela linhagem, pela integridade, pela prudência, pelo conhecimento das cousas e por todos os ornamentoes de uma preclara natureza, chamei-o; e como lhe tivesse referido que Nicolau de Lira era um varão egrégio em expor a sacra Teologia e Aurélio Agostinho grande

<sup>141</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. II, p. 95.

<sup>142</sup> *Itinerarium ad regiones sub aequinoctiali plaga constitutas (...)*, parcialmente transcrita in *RC*, p. III. vol. vii, p. 294, e por Harisse, I, p. 380; texto completo in Geoffrey Symcox, Luciano Formisano, Theodore J. Cachey Jr. & John C. McLucas, *Italian Reports on America, 1493-1522 — Accounts by Contemporary Observers*, (Repertorium Columbianum, vol. XII), Brepols, Turnhout, 2002, pp. 242 & sqq. (versão inglesa, pp. 116 & sqq.).

pela doutrina e pela santidade, mas que não tinham noções de Cosmografia, pois os portugueses, deixando o nosso hemisfério ártico, haviam chegado às partes inferiores do outro hemisfério e descoberto outro, sob o outro polo, o antártico, e acharam que tudo na zona tórrida é cheio de população, e haviam visto no eixo dos antípodas novas estrelas...

Os descobrimentos portugueses serviram assim de argumento para mostrar que haviam caducado as concções dos Antigos, como Santo Agostinho, e mesmo de teólogos recentes, como Nicolau de Lira (1270-1349), um judeu convertido, doutorado na Sorbona, que fora de 1319 a 1324 superior geral dos franciscanos de França. Os descobrimentos henriquinos haviam, cerca de oito anos antes, servido de argumento a Lorenzo Bonincontri para, num comentário ao poema *Astronomicon* de Marco Manílio, editado em Roma em 1484, contestar a inabitabilidade da zona tórrida professada por Ptolomeu <sup>143</sup>.

Pouco mais sabemos, contudo, do que se passou, senão só que a maioria do conselho achou imprudente gastar dinheiro com uma projeto tão incerto. Há que notar que antes de Colombo ninguém — nem muito menos ele próprio ! — suspeitava da existência da América. O caminho a percorrer equivaleria à largura do Atlântico, somada à espessura da América e ainda a toda a extensão do Pacífico, o que na realidade perfaz 230° de longitude, quase  $\frac{2}{3}$  da redondeza da Terra, e, àquela latitude, corresponde a c. 3.220 léguas de 17  $\frac{1}{2}$  ao grau. A conta feita pelos cosmógrafos da época era de pelo menos 2.495 léguas, o que parecia pouco ao cura de Los Palacios, que assevera haver dito a Colombo em 1496, quando no regresso da segunda viagem o hospedou em sua casa: *es mi creer que otras mill e dozientas leguas, andando el firmamiento de la mar e tierra en derredor, non llegasse allá* [ao Cataio] <sup>144</sup>. Andrés Bernáldez tinha em parte razão, mas nas suas contas pecava por excesso, pois fazendo a soma seria de 3.695 léguas a distância entre as nossas costas e as do Cataio — se, é bem de ver, a América se não interpusesse de permeio, como veio a suceder. Por outro lado, como nota Las Casas <sup>145</sup>, *hacia más difícil la aceptación deste negocio lo mucho que Cristóbal Colón, en remuneración de sus trabajos y servicios e industria pedia, conviene a saber: estado, almirante, visorrey e gobernador pepetuo, etc.*

Isabel a Católica fizera o que pudera. Perante a decisão do conselho, nada mais podia senão *mandar que le dijessen que se fuese en hora buena*. E Colombo abandonou pela terceira vez a corte, a caminho de Córdova, de onde pensava seguir para França, pois, como atesta D. Hernando, a Portugal não queria mais tornar. O cura de

<sup>143</sup> Citado por W. G. L. Randles, *De la Terre plate au Globe Terrestre - une mutation épistémologique rapide, 1480-1520*, Armand Colin, Paris, 1980, p. 35.

<sup>144</sup> cap. cxxiii.

<sup>145</sup> I, xxxi.

Los Palacios <sup>146</sup> salta este episódio, afirmando que como a maioria do conselho esteve de acordo, os Reis mandaram dar a Colombo três navios, com os quais partiu.

Na realidade quem fez reverter a situação foi Fernando *o Católico*, que ocupado com a guerra de Granada jamais se interessara seriamente pelo projeto colombino, mas desta vez, a instâncias de Luís de Santángel, Frei Hernando de Talavera e Frei Diego de Deza, apoiados por Mossén Juan Cabrero, camareiro régio, decidiu confiar o assunto a Deza e Talavera para que o discutissem com Colombo, dispondo-se a *mandar fazer esta espiriência*, e a arriscar nela um conto de maravedis, o correspondente a cerca de dez quilos de ouro. O próprio Colombo corrobora este detalhe em carta escrita de Sevilha a seu filho D. Diego, a 21.XII.1504 <sup>147</sup>: *y es de dar priesa al Señor Obispo de Palençia [D. Diego de Deza], el que fue causa que Sus Altezas oviesen las Indias y que yo quedase en Castilla, que ya estaba de camino para fuera, y así al señor camarero de Su Alteza*. Corrobora-o também indiretamente Pedro Mártir de Anglèria, na carta de 13.IX.1493 em que participa ao conde de Tendilla e a Frei Hernando de Talavera, agora arcebispo de Granada, o sucesso da primeira viagem de Colombo <sup>148</sup>:

Erguei a mente, vós dois, sábios que envelheceis, e escutai o novo invento: lembrais-vos de o lígur Colón {61} ter instado no arraial junto dos Reis, à cerca de percorrer pelos antípodas ocidentais o novo hemisfério das terras. Convém lembrá-lo, pois de tal cousa se tratou então convosco; nem, ao que julgo, sem vosso conselho teria ele empreendido a cousa. Ele regressou incólume, e gaba-se de ter achado cousas maravilhosas: e mostra ouro, como prova da mineração aurífera em aquelas regiões...

Anglèria usa aqui o termo *antípodas* num sentido vago e aproximativo, pois tènicamente *antípodas* são os que habitam a uma latitude idêntica mas de sinal contrário e a  $\pm 180^\circ$  de diferença de longitude; em rigor, aos que vivem à mesma latitude e a uma longitude verticalmente oposta, dava-se o nome de *periecos* e aos que vivem sobre o mesmo meridiano mas a latitudes de sinal oposto o de *antecos*.

Convém que, de passagem, notemos que a afirmação de uma das ovelhas da excelsa grei de Barreto de que foi a partir desta e de outras cartas de Pedro Mártir que se difundiu a lenda do Colombo lígure não resiste à mais elementar crítica histórica: as cartas só vieram a ser publicadas em 1511, morto já Colombo havia uns cinco anos, e como vimos e voltaremos a ver, há em sua vida dezenas de testemunhos diretos ou indiretos da sua genovesidade!

<sup>146</sup> cap. cxviii.

<sup>147</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxxvii, p. 518.

<sup>148</sup> *Opera (...): Opus Epistolarum*, livº VI, epª. 134, fl. 32r.

Seja como for, não mentiu el-rei D. Fernando quando em 1508, ao dirigir-se ao capítulo geral dos franciscanos espanhóis reunido em Barcelona para lhe pedir missionários para o Novo Mundo, afirmou *haber sido yo la principal causa que aquellas islas se hayan descubierto* <sup>149</sup>. Esta versão dos factos é confirmada por diversos testemunhos: além dos de D. Hernando e de Las Casas, uma carta de 1515 de D. Diego Colón ao soberano, pedindo-lhe um depoimento para os *Pleitos Colombinos* <sup>150</sup> e uma representação de Martín Cabrero, sobrinho do camareiro régio, à Coroa em 1517 <sup>151</sup>.

Entretanto Santángel falava à Rainha, representando-lhe *inter alia* o risco de outra potência, em particular a França, aceder a apoiar Colombo numa empresa que a final de contas não envolvia senão um pequeno empate de capital, e, no caso de esta ter sucesso, se apoderar das Índias. A Rainha deixou-se convencer, pedindo apenas um prazo, pois o tesouro régio estava exausto e havia que pagar a Boabdil, Abul Cásim e Aben Comixa 24 contos e 250 mil maravedis (*i. e.*, c. 227 kg de ouro), como preço combinado pela sua rendição. Disponha-se mesmo a empenhar de novo as suas jóias, quando Santángel se ofereceu para emprestar a soma necessária. E Colombo, que estava ainda apenas a duas léguas de Granada, avisado por um meirinho, tornou atrás, a parlamentar com Deza e Talavera, como havia decidido El-Rei. Foi por isso que as *capitulações* que em breve seriam assinadas em Santa Fé foram preparadas por Juan de Coloma, secretário de D. Fernando, e ficaram registradas nos livros da *Chancelaria de Aragão* <sup>152</sup>. Não sabemos se é propositadamente se por mero acaso que o frontispício da edição romana de 1493 do poemeto de Giuliano Dati sobre o descobrimento da América, que reproduzimos acima, mostra o rei D. Fernando de Aragão, sentado no seu trono, com sua real cabeça devidamente coroada, um pouco inclinado para a frente para não perder pitada do espetáculo, a despachar para uma terra povoada de índios nus três barcas de vela redonda...

Vale apenas abrir aqui um breve parêntesis para notar que a participação da Coroa de Aragão na expansão espanhola no Novo Mundo sempre foi juridicamente um tanto ambígua. Como acabamos de ver foi na *Chancelaria de Aragão* que ficaram registradas as *Capitulações de Santa Fé*; mas quando a 20.V.1493, em Barcelona, os Reis conferiram a Colombo novo brasão de armas, autorizaram-no a incluir nele, ainda que com cores modificadas, os emblemas de Castela e de Leão, mas não o de Aragão. O texto das chamadas “bulas alexandrinas”, de que nos ocuparemos mais tarde, hesita entre conceder as Índias “aos Reis Católicos e seus sucessores” e concedê-las “aos reis de Castela e

<sup>149</sup> Navarrete, II, suplemento I à coleção diplomática do vol. I, doc. lxxvii, pp. 314-315.

<sup>150</sup> AGI, *Legajo 11*, nº 1, Rº 5, fl 85, transcrito por Manzano, *op. cit.* p. 364.

<sup>151</sup> Manzano, *op. cit.* pp- 368-369.

<sup>152</sup> *Livro 9*, registro 3.569, fl 135v-136.

Leão”<sup>153</sup>. No entanto, logo na segunda viagem colombina participaram, em funções de relevo, pelo menos dois aragoneses, Mossen Pedro Margarit e Frei Buil. Nenhuma das reais cédulas de 1495<sup>154</sup> que, embora ao arpejo do pactuado com Colombo em Santa Fé, dão *licença e facultad a todas y qualesquier personas que quisieren ir a las nuestras yslas de las Yndias que puedan ir libremente con sus nauios e mercadurias* prevê exceções, apenas exigindo que partam do porto de Cádiz; mas vincam bem que a licença quer para *descobrir yslas e tierra firme* quer para *rescatar en ellas* é concedida a *qualesquier nuestros súbditos e naturales*.

A primeira vez que, tanto quanto sabemos, ocorre implicitamente uma restrição é na carta régia de Medina del Campo, 15.II.1504<sup>155</sup> que concede licença não só aos vizinhos da Espanhola, mas a *qualesquier personas destes nuestros reynos de Castilla*, para que possam importar livremente, durante dez anos, mantimentos, ferramentas e outras cousas que escasseavam na dita ilha.

Embora sobretudo repetida por autores catalães infetados com o vírus do nacionalismo historiográfico, a afirmação de que os súbditos da Coroa de Aragão foram excluídos do comércio ultramarino, parece assim não ser inteiramente despida de fundamento. Baseia-se especialmente numa cláusula do testamento de Isabel, *a Católica*, lavrado em Medina del Campo a 12.X.1504<sup>156</sup>, que de facto dispõe:

*Otrosí, por quanto las Islas e Tierra Firme del Mar Océano, e Islas de Canaria, fueron descubiertas e conquistadas a costa destes mis Reynos, e con los naturales dellos, y por esto es razón que el trato e provecho dellas se aya e trate e negocie destes mis Reynos de Castilla y de León, y en ellos venga todo lo que dellas se traxere: porende ordeno e mando que así se cumplan, así en las que fasta ahora son descubiertas, como en las que se descubrirán de aquí adelante en otra parte alguna.*

É verdade que um testamento, mesmo de rei, é um mero instrumento de direito privado. Já assim o compreenderam em Portugal João das Regras, em finais do século XIV e, em 1438 o Dr. Diogo Afonso de Mangancha<sup>157</sup>. No entanto o de Isabel *a Católica* fez jurisprudência, pois pouco mais de um mês mais tarde, já o seu viúvo D. Fernando passava uma carta régia a Juan Sánchez de la Tesorería, residente em Sevilha mas natural de Çaragoça, autorizando-o a levar à Espanhola as mercadorias *que pueden llevar los vezinos e moradores naturales destes nuestros reynos (...), no embargante que no seays natural dellos*<sup>158</sup>. No entanto, numa busca rápida pelas fontes publicadas não topámos com mais nenhum documento deste tipo; ao invés, sabemos que o primeiro homem a montar na Espanhola um trapiche e a fazer açúcar foi um catalão, Miguel Ballester<sup>159</sup>.

<sup>153</sup> Este problema é debatido na parte final do livro de Juan Manzano Manzano, *La incorporación de las Indias a la Corona de Castilla*, Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1948.

<sup>154</sup> Madrid, 10.IV.1495, *CDD*, II, doc. 278, pp. 779-782; Madrid, 5.V.1495, *ibidem*, doc. 287, pp. 791-792; Arévalo, 30.V.1495, *ibidem*, doc. 294, pp. 797-801. Cf. Las Casas, *HI*, I cvii.

<sup>155</sup> *CDD*, III, doc. 651, pp. 162527.

<sup>156</sup> Pub. por Diego Josef Dormer, *Discursos varios de Historia*, Çaragoça, 1683, pp. 373-387; parcialmente reproduzido in *CDD*, III, doc. 688, pp. 1673-74.

<sup>157</sup> Cf. F. P. de Almeida Langhans, *Fundamentos Jurídicos da Monarquia Portuguesa*, Edição do Autor, Lisboa, 1951.

<sup>158</sup> Medina del Campo, 17.XI.1504, pub. in *CDD*, III, doc. 685, p. 1669.

<sup>159</sup> Oviedo, *HGNI*, IV, viii.

Vários cronistas, em particular Herrera <sup>160</sup>, fizeram-se todavia eco do testamento da *Católica*, parecendo atribuir-lhe força de lei. Na prática parece ter havido hesitações, o que não cabe aqui esmiuçar; basta notar que na sua *Política Indiana* (versão castelhana, revista e aumentada em 1647, do tratado *De Indiarum jure disputationes*, de 1629-39) o afamado jurista Juan de Solórzano y Pereyra (1575-1655), ouvidor do vice-reino do Peru de 1610 a 1626, considera que D. Isabel estava em seu direito de vedar a navarros e aragoneses residir nas Índias ou comerciar nelas, e que de facto tal fora a norma; mas que essa proibição caducou devido a uma lei de Filipe IV (r. 1621-65) que a revogou <sup>161</sup>. A *Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias*, publicada em 1680, inclui assim esta última disposição que vai em sentido diametralmente oposto ao testamento de D. Isabel <sup>162</sup>:

*Declaramos por Estrangeros de los Reynos de las Indias y de sus Costas, Puertos, e Islas adyacentes para no poder estar ni residir en ellas, à los que no fueren naturales de estos nuestros Reynos: de Castilla, León, Aragón, Valencia, Cataluña y Navarra, y los de las Islas de Mallorca y Menorca por ser de la Corona de Aragón. Y mandamos que con todos los demás se entiendan y pratiquen las composiciones y las penas impuestas, si no se efectuaeren; y asimismo declaramos por Estrangeros à los Portugueses.*

Tornando a 1492 e a Colombo, notemos que López de Gómara <sup>163</sup> afirma que Santángel contribuiu para a sua expedição com um empréstimo de seis contos de maravedis; mas a documentação coeva é clara: a soma que emprestou foi de 1.140.000 maravedis, de que o conto corresponde ao que os Reis haviam decidido arriscar na empresa e os 140.000 ao soldo de capitão-mor adiantado a Colombo por nove meses, e a algo mais para pequenos gastos até partir.

Resolvido assim o problema financeiro, celebraram-se a 17 de Abril em Santa Fé as *capitulações* de Colombo com os Reis, que punham termo aos sete anos que aquele gastara na sua travessia do deserto. Sabemos pelo seu próprio testemunho, em dois dos seus *memoriais de agravos* <sup>164</sup> — em que, após destituído do governo das Índias em 1500, apelava aos Reis para que cumprissem as suas promessas — que o texto apresentado aos monarcas foi preparado por Frei Juan Pérez e pelo secretário Juan de Coloma. Provavelmente o primeiro agiu, por assim dizer, como advogado de Colombo, o segundo como advogado da Coroa, concertando-se para produzirem um texto aceitável, conciso e preciso, o que o candidato a descobridor, pelo que dele sabemos, dificilmente seria capaz.

---

<sup>160</sup> I, iii, 2.

<sup>161</sup> *Política Indiana*, compuesta por el Señor Don Juan de Solórzano y Pereira (...), corregida e ilustrada con notas por el Licenciado Don Francisco Ramiro de Valenzuela, livº IV, capº xix, § 35, Biblioteca de Autores Españoles, vol. CCLII-CCLVI, Madrid, 1972, t. III, p. 300. Cf. III, vi, 33 (t. II, p. 61) & VI, xiv, 14-15 (t. V, p. 65).

<sup>162</sup> *Recopilacion de Leyes de las Indias, mandadas imprimir y publicar por la Magestad Catolica del Rey Don Carlos II (...)*, 4 tomos, Madrid, por Iulian de Paredes, 1681 [reimp. anastática, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1973], t. IV, livro IX, título xxvii, "De los Estrangeros", lei xxviii (fl 15 r).

<sup>163</sup> *ed. cit.*, p. 466.

<sup>164</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxiii, pp. 465-468 & lxiv, pp. 468-471.

Tal como as capitulações celebradas pouco antes com El Zagal, as capitulações colombinas revestem a forma de uma espécie de requisitório, certamente apresentado por escrito, em que Colombo propõe uma a uma as cinco concessões que pretende, a que os soberanos anuem, apondo então o secretário Juan de Coloma a verba: *place a Sus Altezas*.

Como o apontamento original, que terá sido entregue por Colombo a Coloma, não chegou até nós, ignoramos se para além das condições que proveram a Suas Altezas algumas outras inicialmente formuladas pelo genovês foram eliminadas pelo secretário ou pelo frade, ou recusadas pelos monarcas. Seja como for, eis aqui o texto que até nós chegou:

*Las cosas suplicadas e que vuestras altezas dan e otorgan a don Christoual de Colon en alguna satisfacion de lo que ha descubierto en las mares oceanas y del viage que agora con el ayuda de Dios ha de fazer por ellas en seruicio de Vuestras Altezas son las que se siguen:*

[1] *Primeramente, que Vuestras Altezas, como Señores que son de las dichas mares oceanas, hacen desde ahora al dicho don Cristóbal Colon su almirante en todas aquellas islas y tierras firmes que por su mano o industria se descubrirán o ganarán en las dichas mares oceanas para durante su vida y, después de él muerto, a sus herederos y sucesores de uno en otro perpetuamente, con todas aquellas preeminencias y prerrogativas pertenecientes a tal oficio y según que don Alfonso Enriquez, quondam, almirante mayor de Castilla, y los otros sus predecesores en el dicho oficio lo tenían en sus distritos. Place a Sus Altezas. Juan de Coloma.*

[2] *Otrosí, que Vuestras Altezas hacen al dicho don Cristóbal su virrey y gobernador general en todas las dichas tierras firmes e islas que, como dicho es, él descubriere o ganare en las dichas mares; y que, para el regimiento de cada una y cualquiera de ellas, haga él elección de tres personas para cada oficio y que Vuestras Altezas tomen y escojan uno, el que más fuere su servicio; y así serán mejor regidas las tierras que Nuestro Señor le dejará hallar y ganar a seruicio de Vuestras Altezas. Place a Sus Altezas. Juan de Coloma.*

[3] *Ítem, que de todas y cualesquiera mercaderías, siquiera sean perlas, piedras preciosas, oro, plata, especiería y otras cualesquiera cosas y mercaderías de cualquier especie, nombre y manera que sean que se compraren, trocaren, hallaren, ganaren y hubieren dentro en los límites del dicho almirantazgo, que desde ahora Vuestras Altezas hacen merced al dicho don Cristóbal y quieren que haya y lleve para sí la décima parte de todo ello, quitadas las costas todas que se hicieren en ello, por manera que de lo que quedare limpio y libre haya y tome la dicha décima parte para sí mismo y haga de ella a su voluntad, quedando las otras nueve partes para Vuestras Altezas. Place a Sus Altezas. Juan de Coloma.*

[4] *Otrosí, que si, a causa de las mercaderías que él trajera de las islas y tierras que así como dicho es se ganaren o descubrieren o de las que en trueque de aquellas se tomen acá de otros mercaderes, naciere pleito alguno en el lugar donde el dicho comercio y trato se tendrá y hará que, si por la preeminencia de su oficio de almirante le perteneciera conocer del tal pleito, pliega a Vuestras Altezas que él o su teniente y no otro Juez conozcan del tal pleito, y así lo provean desde ahora. Place a Sus Altezas. Juan de Coloma. Place a Sus Altezas si pertenece al dicho oficio de almirante según que lo tenía el dicho almirante don Alonso Enriquez, quondam, y los otros sus antecesores en sus distritos, y siendo justo. Juan de Coloma.*

[5] *Ítem, que en todos los navíos que se armaren para el dicho trato y negociación, cada y cuando y cuantas veces se armaren, que pueda el dicho don Cristóbal Colón, si quisiere, contribuir y pagar la octava parte de todo lo que se gastare en el armazón y que también haya y lleve del provecho la octava parte de lo que resultare de la tal armada. Place a Sus Altezas. Juan de Coloma.*

*Son otorgadas y despachadas, con las respuestas de Vuestras Altezas en fin de cada capitulo, en la villa de Santa Fe de la vega de Granada, a XVII de abril del año del nacimiento de Nuestro Señor Mil CCCCLXXXII.*

*Yo el Rey Yo la Reina.*

*Por mandado del Rey y de la Reina: Juan de Coloma.*

Como tivemos já ocasião de notar, o texto não é o original, firmado pelos Reis, que Colombo depositou na Cartuxa de Las Cuevas, em Sevilha <sup>165</sup>, de onde desapareceu, mas o do seu registro na *Chancelaria da Coroa de Aragão*, em Çaragoça. O registro foi feito por Juan Ruiz de Calcena, que de 1490 a 1495 desempenhou as funções de *sellador real* da Coroa de Aragão. Há também duas cópias do documento no *Archivo de Indias* de Sevilha, uma das quais um treslado autenticado por notário, feito na Espanhola em Dezembro de 1495.

Improvável nos parece que o texto tenha sido retocado antes de ser registado na *Chancelaria*; tal hipótese jamais foi levantada no decurso dos *Pleitos Colombinos*, em que a redação que possuímos foi considerada indiscutível. Para mais, tanto as duas cópias que se conservam no Archivo de Indias em Sevilha, como a do arquivo dos duques de Verágua, concordam inteiramente com a do Arquivo da Coroa de Aragão; concordam igualmente com um folheto quinhentista, de que se conhecem dois exemplares, um em Nova Iorque outro na biblioteca dos Duques de Alba, mandado provavelmente imprimir pelos descendentes de Colombo no quadro dos *Pleitos Colombinos* <sup>166</sup>.



**As Capitulações de Santa Fé**

Cópia da época existente no Archivo de Indias, Sevilha

<sup>165</sup> Juan Gil, “El Archivo colombino de la Cartuja de las Cuevas: el inventario de 1544 y un problema anejo”, *Columbiana*, pp. 621 & sqq.

<sup>166</sup> Mercedes Fernández Valladares, “Una supuesta edición (post)incunable desenmascarada: análisis tipográfico y motivaciones procesales de la impresión de los Privilegios colombinos capitulados en Santa Fé”, *Janus*, 3(2014), pp. 1-26.

Seja como for, o texto das capitulações levanta dois ou três pequenos problemas: em primeiro lugar, a alusão ao que Colombo *ha descubierto en las mares oceanas* é anacrónica, pois no momento em que foram assinadas as capitulações não descobrira ainda cousa alguma. A hipótese de um pré-descobrimento, feito pelo próprio Colombo numa expedição anterior, é absolutamente de excluir, pois não se coaduna de forma alguma com o que sabemos da vida do descobridor. Referir-se-ia Colombo na sua petição, que o secretário régio se terá limitado a copiar, à sua *descoberta platónica* da via por Ocidente para alcançar o Oriente? Tal é a interpretação de Ballesteros e o que mais provável nos parece. Ou terá o texto sido retocado entre a sua assinatura a 17.IV.1492 e o seu registo na *Chancelaria*, já após o regresso do navegador, em Março do ano seguinte? Na transcrição que na sua *Historia de las Indias* Las Casas dá das capitulações, substituiu *ha descubierto* por *ha de descubrir*; o mesmo faz Navarrete na sua edição do documento, que se baseia na cópia existente nos arquivos do ducado de Verágua, que diz estar registrada no *Sello de Corte* em Simancas,

Em segundo lugar, a expressão *Vuestras Altezas, como Señores que son de las dichas mares oceanas* só faria sentido após as bulas alexandrinas, datadas de Maio de 1493, pois até lá brigaria frontalmente com as concessões feitas por Nicolau V aos portugueses pela bula *Romanus Pontifex* de 6.I.1456.

Em terceiro lugar, a designação repetida de Colombo como *don Christoual de Colon*, — 13 dias antes da provisão régia que o autoriza a tomar tanto o título de *Almirante* como o tratamento por *don*, mas somente a partir do momento em que descubra qualquer nova terra — parece ser uma das habituais bazófias de Colombo, que o escriba copiou tal qual. Seja como for, não aparece na carta régia de 30.IV.1492<sup>167</sup>, onde o candidato a descobridor é simplesmente designado por Cristóbal Colón:

*Don Fernando e doña Isabel, por la gracia de Dios Rey e Reina de Castilla (...): por cuanto vós, Cristóbal Colón vades por nuestro mandado a descubrir e ganar con ciertas fustas nuestras e con nuestras gentes ciertas islas e tierra firme en la mar Oceana, e se espera que con la ayuda de Dios se descubrirán e ganarán algunas de las dichas islas e tierra firme en la dicha mar Oceana por vuestra mano e indústria (...), queriéndoo honrar e fazer merced por lo susodicho, es nuestra merced e voluntad que vos, el dicho Cristóbal Colón, después que hayades descubierto e ganado las dichas islas e tierra firme en la dicha mar Oceana, o cualesquier dellas, que seades nuestro Almirante de las dichas islas e tierra firme que así descubriéredes e ganárades, e seades nuestro Almirante e Visorrey e Governador en ellas, e vos podades dende en adelante llamar e intitular don Cristóbal Colón, e así vuestros hijos e sucesores en el dicho oficio e cargo...*

<sup>167</sup> Navarrete, I, doc. vi, pp. 304-305.

Estranha-se não haver, nem aqui nem nas capitulações, qualquer alusão às Índias que Colombo se propunha descobrir, mas apenas, vagamente, a *islas y tierras firmes que por su mano o industria se descubrirán o ganarán en las dichas mares oceanas*. A discussão sobre as dimensões do globo e quejandos demonstram à saciedade que Colombo não fazia já neste momento segredo do seu real objetivo. É possível que quem deu a redação final quer às capitulações quer à carta régia, provavelmente Juan de Coloma, receoso da espionagem portuguesa, tenha, diplomáticamente, redigido o texto de forma ambígua, de modo a que os soberanos nem parecessem dar aquilo que não possuíam nem imiscuir-se nos potenciais domínios do reino comarcão. Daí também deve provir o dizer que Colombo ia a descobrir com *fustas*, que são navios de baixo bordo, mistos de remo e vela, semelhantes às galés, com que muito dificilmente conseguiria chegar às Índias; na realidade, como em breve veremos, Colombo não levou fustas, mas uma nau e duas caravelas.

Digno igualmente de nota é o termo *ganar*, aplicado às ilhas que Colombo pretende descobrir, que se repete umas poucas de vezes quer nas capitulações quer na carta régia: Colombo, que não desejava ser olhado como um mero marinheiro genovês, mas como um capitão de guerra ao serviço de Castela, punha bastas vezes o acento mais na conquista que no achamento de novas terras. Repisa essa ideia em vários dos seus escritos, como por exemplo na *Relación del segundo viaje*<sup>168</sup>, que começa assim, aludindo à viagem precedente, em que não travou combate algum: *la vitoria que Nuestro Señor dio a V. Al., tan aseñalada, de las Yndias, en tan breve tiempo amotrava qu'el subçeder uviese de ser muy próspero....* E na sentida carta que em 1500, quando a sua estrela começava a declinar, escreveu a D. Juana de la Torre, ama do malogrado príncipe D. João<sup>169</sup>: *yo debo de ser juzgado como capitán que fue d'España a conquistar fasta las Indias a gente belicosa y mucha y de costumbres y secta muy contraria, donde por voluntad divina [h]é puesto so el señorío del Rey y de la Reyna, nuestros Señores, otro mundo...*

A título de comparação notemos que também Gomes Eanes de Zurara intitulou a sua crónica *Chronica dos feitos notáveis que se fizeram na conquista de Guiné por mando do Infante Dom Henrique* — como se em dias de D. Henrique os portugueses tivessem conquistado algum centímetro quadrado na Guiné; e cerca de um século mais tarde Fernão Lopes de Castanheda deu à sua o título de *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, como se a Índia não tivesse

<sup>168</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. viii, p. 235.

<sup>169</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlviii, p. 436.

mais de 4 milhões de quilómetros quadrados de que os portugueses não chegaram nunca a ocupar — e muitas vezes graças a diligências diplomáticas e não *manu militari* — 7.000.

Seja como for, é interessante observar que Colombo, que fora rechaçado por D. João II essencialmente por pedir de mais, como Las Casas bem notou, conseguiu dos Reis Católicos tanto ou mais do que o soberano português lhe negara. Ora os tempos em que Castela aparecia aos olhos da aristocracia portuguesa como um verdadeiro paraíso da fidalguia, onde os grandes senhores, além de mais ricos, mantinham considerável poder e influência, eram já volvidos, pois desde 1480 que os Reis Católicos haviam posto em prática uma política de centralização do poder em toda a linha. No contexto de tal política, as promessas feitas a Colombo constituem, como observou Charles Verlinden “um verdadeiro retorno ao passado”: os seus privilégios como Almirante do Mar Oceano são calcados sobre os concedidos ao Almirante de Castela em 1405 e os seus poderes como vice-rei (como aliás o próprio título) sobre os dos vice-reis das possessões da Coroa de Aragão no Mediterrâneo. Frequentemente parece Verlindem exagerar a continuidade entre a moderna expansão ibérica e os seus precedentes medievais <sup>170</sup>; mas desta vez parece-nos ter razão.

Ao invés, razão não parece ter Juan Manzano Manzano ao afirmar que enquanto a dignidade de almirante era outorgada a Colombo a título hereditário, a de vice-rei não tinha termo definido, podendo considerar-se que os Reis lha concediam “enquanto sua mercê fosse” <sup>171</sup>. De facto, o texto das *Capitulações de Santa Fé* apenas refere a hereditariedade do título de almirante; mas a carta régia de 30.IV.1492, que é o instrumento jurídico oficial e definitivo, é bem explícita: ... *que vos podades dende en adelante llamar e yntytular Don Christóval colón, e asy vuestros fijos e subçessores en el dicho ofiçio e cargo se puedan yntitular e llamar don e almirante e visrey e gouernador de las dichas yslas e tierra firme que asi descubrierdes...*

Em 1512 já Fernando o Católico, aparentemente arrependido de ter levemente sido tão mãos-largas com Colombo, se furtava a confirmar a capitulação que o adelantado D. Bartolomé Colón pretendia fazer com Juan Ponce de León para ir a descobrir “a ilha de Bimini”; e justificava assim a sua recusa: *la capitulación que el nos enbió sobre ello va con esta; y cierto es muy desonesta y apartada de razón, porque todo lo que agora se puede descubrir es muy fácil de descubrir y, no mirando, estando todos los que hablan en descubrir quieren tener fin a la Capitulación que se hizo*

---

<sup>170</sup> Vide particularmente *Portugese en Spaanse Feodale en Domaniale Kolonisartiervormen in de Atlantische Ruimte*, Koninklijke Academie vor Wetenschappen, Letteren en Schone Kunsten van België, Bruxelas, 1983.

<sup>171</sup> Manzano, *op. cit.*, pp. 404-405.

*con el Almyrante Colon, y no piensan como entonces nynguna esperança avía de lo que se descubrió ny se pensaba que aquello pudiese ser la merced que Yo le hago* <sup>172</sup>.

É verdade que nesta época não é só no ordenamento dos potenciais domínios ultramarinos de Castela que se recorre a figuras jurídicas de cunho feudo-senhorial, já agonizantes na Europa: do mesmo carácter participam nomeadamente a instituição das capitánias-donatarias no ultramar português <sup>173</sup> e as concessões de senhorios no Canadá francês <sup>174</sup>.

No entanto, a liberalidade dos Reis Católicos para com o futuro descobridor explica-se igualmente pelo pouco interesse que, por então, a Coroa punha nas terras que o genovês se propunha achar. Ainda em Outubro de 1495 Michele da Cuneo, companheiro de Colombo na sua segunda expedição, de quem teremos então basta ocasião de falar, interpretava a licença geral para ir e comerciar no Novo Mundo que a partir de Abril desse ano os Reis haviam concedido como uma mostra do pouco interesse que lhe despertavam as terras achadas por Colombo. Foi, de facto, sobretudo a partir da segunda viagem colombina que os soberanos começaram a entrever não só o valor económico mas também a utilidade social das terras descobertas, para onde poderiam doravante exportar, com todo o seu potencial de turbulência, a nobreza excedentária, o que facilitava a centralização na metrópole. Compreende-se assim perfeitamente que, independentemente das queixas que a partir de 1494 começaram a chover sobre a mesa dos monarcas contra o procedimento tirânico do vice-rei e de seu irmão, o *adelantado* D. Bartolomeu, a Coroa tenha procurado tomar em mãos a América, restringindo gradualmente os poderes de Colombo e dos seus. Vê-lo-emos em maior detalhe mais abaixo.

Basta por ora notar que desde que os Reis começaram a cercar-lhe as prerrogativas, Cristóvão Colombo protestou repetidas vezes contra o incumprimento pela Coroa das promessas a que se obrigara em Santa Fé; mas jamais intentou pôr a questão em tribunal. Os seus *memoriais de agravos* revestem um tom progressivamente mais patético, mas não avançam, em geral, argumentos juridicamente muito sólidos, que obviamente quedavam para além das capacidades da sua cultura de autodidata. Insiste sobretudo em argüir que *foe por privilegios y asiento y com sello y juramentos*, que os Reis o deixaram governar as Índias em seu nome, conferindo-lhe os títulos *de bisorey*,

---

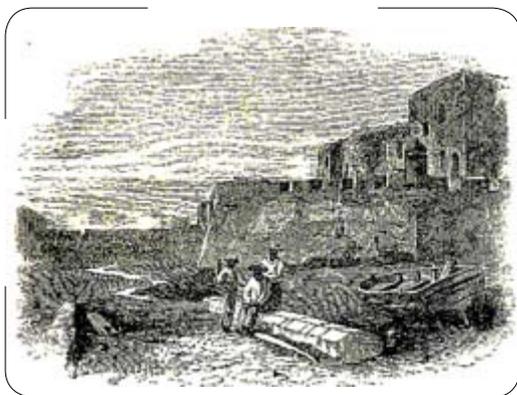
<sup>172</sup> Cédula de Burgos, 23.II.1512, pub. por Vicente Murga Sanz, *Juan Ponce de León: Fundador y primer Gobernador del Pueblo Puertorriqueño, Descubridor de la Florida y del Estrecho de Bahamas*, Editorial Universitaria, Universidad de Puerto Rico, 1971, doc. xv, pp. 298-299.

<sup>173</sup> António Vasconcelos de Saldanha, *As Capitánias: o regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1992.

<sup>174</sup> Cf. Rameau de Saint-Père, *La Colonie féodale en Amérique - L'Acadie (1604-1881)*, 2 vols, Plon / Granger, Paris & Montréal, 1889.

*almirante y gobernador y general de todo*<sup>175</sup>; e contrapõe ao procedimento do monarca a maneira de agir de Deus, que uma voz do céu lhe revelou uma noite, na costa do Panamá: *Los privilegios, cartas y promesas que da Dios, todos los cumple con abantaje, y después de aver recebido el servicio acrecienta las mercedes y les da el Paraíso*<sup>176</sup>.

Foi após a morte do primeiro almirante, em 1506, que as *Capitulações de Santa Fé* suscitaram a grande celeuma dos *Pleitos Colombinos*. Quando o “Almirante Velho” faleceu governava as Índias de Castela o segundo governador de nomeação régia, Frey Nicolás de Ovando y Cáceres (1460-1511), que em 1502 substituíra Frey Francisco de Bobadilla e só cessaria efetivamente funções em 1509. Após alguma hesitação, Fernando o *Católico*, que em Agosto de 1507 assumira a regência de Castela em nome de sua filha Joana a *Louca*, decidiu adotar uma posição de compromisso, substituindo



“Remains of the Palace of Diego Columbus, Santo-Domingo, from a Daguerreotype”

Gravura de W. G. Blackie, *The Imperial Gazetteer, a general Dictionary of Geography, physical, political, statistical and descriptive*, 2 vols, Blackie and Son, Londres, Glásgua e Edimburgo, 1876, vol. II, s. v. “Santo-Domingo”.

Ovando por D. Diego Colón, que nomeou governador das Índias, não *jure hereditario*, mas *el tiempo que mi merced e voluntad fuere*, com o título meramente honorífico de vice-rei; quanto ao título de almirante, não houve objeção ao seu reconhecimento. D. Diego insistira com o Rei Católico para que o nomeasse vice-rei vitalício, na sucessão de seu pai, o que o soberano recusou. D. Diego pediu-lhe então licença para pôr a questão em tribunal, ao que o monarca aquiesceu. Foi então que, com o apoio do duque de Alba, tio de sua mulher, o Almirante

intentou contra a Coroa, por incumprimento dos compromissos que assumira em Santa Fé, a ação em justiça que deu início aos chamados *Pleitos Colombinos*.

Juridicamente o que estava essencialmente em causa era o carácter *sinlagmático* das capitulações, ou seja: se constituíam um contrato, em que o incumprimento por uma das partes dos deveres a que se obrigara escusava *ipso facto* a outra de cumprir os seus, como afirmavam os herdeiros de Colombo; ou se, pelo contrário, como pretendia o *fiscal* ou

<sup>175</sup> *Relação da Quarta Viagem*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 499

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 492.

procurador da Coroa, deviam ser consideradas como uma mercê ou concessão majestática, que a entidade soberana que a fizera podia desfazer *ad nutum*, ou seja, a seu talante. O tribunal deu mostras de grande isenção: foi assim que a primeira sentença, dada em Sevilha a 5.V.1511, foi favorável aos Colombos, reconhecendo muito embora à Coroa o direito de estabelecer juízos de apelação e de *tirar residências*, ou seja, ordenar sindicâncias à atuação dos vice-reis; limitava, contudo, a jurisdição destes às terras descobertas em pessoa por D. Cristóvão. Com razão ou sem ela — os historiadores do Direito não estão ainda hoje de acordo — acabou, portanto, por prevalecer a tese do contrato sinalagmático. Apesar disso, sentindo-se limitado nas suas prerrogativas, D. Diego recorreu, exigindo ao mesmo tempo o governo do Darién (nome que se dá à zona pantanosa que separa o Panamá da Colômbia, que ainda hoje não é atravessada por nenhuma estrada, constituindo assim uma espécie de tampão entre a América Central e a do Sul). Na base da sentença de Sevilha jaz a certeza de que Colombo era estrangeiro — facto do conhecimento comum, tão notório que nem chegou a ser discutido. Tivesse o fiscal o mínimo indício de que o descobridor era súbdito dos Reis Católicos e não teria deixado de brandir esse argumento para demonstrar que as *Capitulações de Santa Fé* eram uma mercê e não um contrato<sup>177</sup>. É por isso que as teorias que fazem dele extremenho, galego ou catalão são as mais absurdas de quantas foram emitidas e só provam a ignorância de quem nas imaginou.

Entretanto, a pedido dos colonos, o regente restringira nitidamente, logo em 1511, os poderes de D. Diego, ao criar uma *Audiencia Real* composta de três juízes; estes estiveram com ele em conflito permanente, até que em 1515, na seqüência das queixas que lhe chegavam da Espanhola, em cujo detalhe nos não interessa entrar aqui, D. Fernando o demitiu e chamou a Espanha.

Nesse ínterim, por exigência de D. Diego, agregara-se ao pleito a questão da extensão da jurisdição dos Colombos à Terra Firme, conhecida por *pleito do Darién*. Foi no âmbito deste que entre 1512 e 1515 se procedeu em Sevilha, Palos, Huelva e Santo Domingo a diversas *provanças*, ou seja, audições de testemunhas, sobre a prioridade do descobrimento da Terra Firme, cujos depoimentos temos citado bastas vezes. D. Diego reclamava, portanto, a jurisdição sobre todos os territórios a oeste da raia de Tordesilhas, com o direito de prover todos os ofícios de administração e de justiça, incluindo a de segunda instância, a isenção de *residência*, a manutenção do direito de repartir índios entre os colonos como servos, que a sentença de Sevilha lhe retirara, e a faculdade de nomear os capitães de todas as embarcações destinadas às Índias Ocidentais.

---

<sup>177</sup> José-Manuel Pérez-Prendes Muñoz-Arraco, “El 'Gran Memorial colombino', un texto desconocido”, *Teoria e História do Direito*, I (Lisboa, 2016), 1, pp. 83-94.

Após a morte de Fernando *o Católico* em 1516, seu neto Carlos I suspendeu durante algum tempo o pleito, pelo que a pendência se arrastou durante oito anos, até à chamada *declaração da Corunha*, em 1520, que limitava a jurisdição do vice-rei às terras descobertas pessoalmente pelo Almirante Velho, restringia a sua faculdade de prover cargos e mantinha à Coroa o direito de tirar residências; para ressarcir D. Diego dos gastos havidos com o processo, atribuiu-se-lhe uma renda de 365.000 maravedis ao ano.

D. Diego foi assim reintegrado nas suas anteriores funções, com a jurisdição limitada, todavia, às terras descobertas por seu pai. No entanto exerceu funções durante apenas três anos, pois foi em 1523 suspenso e chamado de novo a Espanha, onde intentou nova ação contra a Coroa, vindo todavia a falecer em 1526, antes do seu desfecho. A sua enérgica viúva, D. Maria de Toledo, ajudada por seu cunhado D. Hernando, prosseguiu, contudo, os pleitos, até que a 25.VI.1527 a sentença de Valhadolid declarou nulas todas as anteriores, pelo que tudo recomeçou do princípio.

Aparentemente de má fé, o novo fiscal, Juan de Villalobos, centrou-se em tentar demonstrar a todo o custo que o mérito do descobrimento não cabia a Colombo mas a Pinzón, para o que se fizeram novas provanças. Da parte dos Colombos foi na realidade D. Hernando quem tomou em mão as negociações, apelando em 1534 da sentença de Dueñas e em 1535 da de Madrid. Como a questão ameaçava eternizar-se, a vice-rainha D. Maria de Toledo propôs que se submetesse o caso à arbitragem do cardeal García de Loaisa, bispo de Sigüenza e presidente do Conselho das Índias, que pronunciou o seu veredito em Valhadolid a 7.VI.1536: reconhecia-se a D. Luís Colón, filho e sucessor de D. Diego, o título de almirante com os direitos que lhe estavam anexos e em troca da renúncia aos outros direitos conferidos ao Almirante Velho, seu avô, em Santa Fé, atribuía-se-lhe uma pensão de 10.000 ducados, o senhorio da Jamaica com o título de marquês, e um outro, de 25 léguas quadradas, na terra firme de Verágua (Panamá), com o título de duque; dava-se à vice-rainha uma indemnização de 4.000 ducados (14 kg de ouro) e às duas irmãs de D. Luís uma renda de um conto de maravedis<sup>178</sup>, o que à época correspondia a c. 9,3 kg de ouro.

Nestas condições, não voltou a discutir-se o caráter sinalagmático das capitulações de 1492. Seja como for, o conflito entre as duas maneiras de as encarar é, do ponto de vista da história das instituições e das mentalidades, interessante assaz.

A posição do fiscal da Coroa radica do conceito de poder imperial do direito justiniano, ou seja, do direito romano reelaborado, cristianizado e complementado pelo imperador bizantino Justiniano (r. 527-565). Adotado no reino visigótico, mantivera-se em uso na época da Reconquista no pequeno

---

<sup>178</sup> Antonio García y Bellido, artº “Pleitos colombinos”, in *DHE*, vol. III, s. v.; para maiores detalhes, *vide* Anunciado Colón, *op. cit.*, introdução (vol. I).

círculo da corte leonesa, de que Castela o herdou graças à união das duas Coroas (1037-1065, 1072-1157 e, definitivamente, desde 1230). É nele que se inspiram as *Leis de Partidas*, o mais antigo código de leis do Ocidente medieval, que Afonso o Sábio (r. 1252-84) procurou adotar em seus estados. Entretanto em Itália, a Universidade de Bolonha criada em 1088, restaurara o ensino do direito justiniano, que gradualmente começara a exercer a sua influência sobre a Europa feudal, onde o direito público se apagara praticamente e se tendia a encarar o poder como um património e as relações entre os senhores e seus vassallos como contratos de direito privado.

É interessante notar, a título de comparação, a evolução que se registou em Portugal: após a entrega do trono ao Mestre de Avis, em 1385, decidiu-se que de futuro só o Rei teria vassallos, abolindo-se assim as relações feudais dos nobres entre si<sup>179</sup>; e quando em 1434 D. Duarte promulgou a Lei Mental, declarou pouco depois que as doações de bens da Coroa que fazia à nobreza não tinham *natura de feudo*, não revestindo por isso carácter contratual e sinalagmático<sup>180</sup>: eram mercês ou doações majestáticas de soberano a súbdito, pelo que os nobres eram obrigados a fornecer tropas ao Rei e, sempre que o monarca o fizesse, a combater em pessoa a seu lado, pela obrigação geral dos *naturais do Reino* e não pelo contrato de enfundamento que obrigava os vassallos a prestar ao suserano *consilium et auxilium*. Foi de harmonia com essa concepção que D. Afonso V não prestou a mínima atenção às alegações do jurista beneditino Jean Jouffroy, deão de Vergy, enviado pelo Duque da Borgonha<sup>181</sup> a Portugal a defender a título póstumo, após a batalha de Alfarrobeira, a causa de seu cunhado o Infante D. Pedro: *inter alia* redargüia o deão ao monarca português que fora ele próprio o primeiro a romper o contrato de vassalagem que lhe unia seu tio, pelo que assistia a este o direito de repudiar a sua suserania.

Como vimos, no caso de Colombo, a despeito das alegações do fiscal, veio a prevalecer a noção de que as capitulações de Santa Fé constituíam um contrato sinalagmático, que a Coroa não podia unilateralmente revogar. Certamente que nisso pesou o facto de Colombo não ser *natural do reino*, mas estrangeiro. Nem sequer é impossível que tenha sido por tal razão que, ao contrário de seu irmão Diego, D. Cristóvão jamais tenha pedido a nacionalidade castelhana. D. Hernando, num memorial que a pedido de seu irmão D. Diego Colón, o segundo almirante, alegou em 1511 nos *Pleitos*<sup>182</sup>, brande esse argumento:

... y porque la dicha Capitulación fue conçedida en remuneración de serviço tan grande y tan señalado, de que Dios, Nuestro Señor; fue servido y vuestra Alteza acreçentado en mayor estado aproveitados sus súditos y naturales, y porque los benefícios de los príncipes an de ser perpetuos, mayormente quando la causa porque se otorgan es tan perpetua, y que se conçedió al dicho Almirante, que a la sazón no era súbdito, y por razón de las yslas e tierra firme de que no se tenía notiçia, y pudiera el dicho Almirante conçertarse sobre ellas con otro rey o príncipe syn fazer cosa yndevida...

<sup>179</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte II, cap. cliii

<sup>180</sup> *MH*, V, doc. 3, 4 & 24.

<sup>181</sup> Texto original latino pub. por Ch. Fierville, *Le cardinal Jean Jouffroy et son temps*, Paris, 1874, pp. 255-291, de onde os reproduziu Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1947, pp. 383-419; tradução portuguesa, pelo Dr. Vasco Fernandes de Lucena, de uma das quatro orações pronunciadas em Évora pelo deão in D. António Caetano de Sousa, *Provas...*, tomo VI, ii parte, pp. 24-54.

<sup>182</sup> Anunciada Colón, II, doc. P-7, pp. 770 & sqq.

Igualmente digno de menção é o apontamento autógrafo de D. Hernando Colón<sup>183</sup>, redigido no quadro dos *Pleitos*, destinado aos advogados que elaborariam o *Magnus Memorialis Colombinus* (de que existem duas versões, conservada uma em Sevilha outra em Madrid), em que rebate um dos argumentos do *fiscal* da Coroa, que alegava a ilegalidade das concessões feitas a Colombo pelos Reis Católicos por irem contra as *Leis de Partidas*, o *Ordenamento de Alcalá* de 1348 e a *Lei de Toledo* de 1480, que proibiam a nomeação de estrangeiros para cargos de governação e administração de justiça: os cargos concedidos a Cristóvão Colombo não se destinavam a ser exercidos em território espanhol, mas nas Índias, que ao tempo da celebração das *Capitulações de Santa Fé* não pertenciam ainda à Coroa de Castela: *no obsta dezir que extranjeros no pueden tener mercedes ni oficios, porque esto no es para las Indias, do tan extranjero es i era (esto es, al tiempo que se hizo la Capitulacion) el castellano como el ginovés* {62}.

Foi só mais tarde que Filipe II proibiu que se encomendassem descobrimentos “a estrangeiros a nossos reinos”<sup>184</sup>. O costume de celebrar com os potenciais descobridores e conquistadores *capitulaciones*<sup>185</sup>, remonta à conquista das Canárias no século XV: em 1420 D. João II de Castela celebrara um contrato com Alfonso de las Casas para conquistar o arquipélago, e em 1480 os Reis Católicos outro com Alonso de Quintanilla e Pedro Fernández Cabrón para ultimar a expugnação da Grã Canária. A despeito do seu caráter arcaizante, o hábito de celebrar capitulações manteve-se pelos tempos fora, aplicando-se nomeadamente no caso de Fernão de Magalhães<sup>186</sup> em 1518. Na maior parte dos casos (Colombo e Magalhães são exceção) o beneficiário obrigava-se a organizar à sua própria custa, geralmente dentro de um certo prazo, a expedição de descobrimento ou de conquista, o que a Coroa retribuía mediante a concessão de franquezas, liberdades, monopólios e quejandos, bem assim como jurisdição e outros direitos senhoriais sobre os potenciais súbditos do conquistador, variáveis e definidos caso a caso. O concessionário recebia em regra um título, tal como *adelantado*, *governador*, *capitán-general* ou *alguacil-mayor*; vitaliciamente ou mesmo em duas ou três vidas. A perpetuidade concedida, ou melhor, prometida a Colombo e a Magalhães foi assim excepcional na sua época. Na realidade, apesar da sua aparência sinalagmática, o contrato apresentava uma assimetria, já que a Coroa era ao mesmo tempo parte contratante e poder soberano, pelo que, como sucedeu logo no caso do descobridor genovês, se permitia bastas vezes alterar unilateralmente os termos contratados e restringir os poderes do empossado.

Quanto ao sistema das capitulações, celebradas muitas vezes pelos governadores e vice-reis, foi no reinado de D. Carlos I (r. 1516-56) — mais conhecido por “imperador Carlos V”, cargo que exerceu de 1519 a 1558 — amplamente utilizado no Novo Mundo. Filipe II (r. 1556-98) avocou à Coroa, por intermédio do *Consejo de Indias*, o direito de as celebrar, mas Filipe IV (r. 1621-65) autorizou em certos casos a sua celebração pelos vice-reis, determinação que foi incluída na *Recopilación de las Leyes de*

<sup>183</sup> Arquivo General de Indias, *Patronato Real*, 8 R 14, f. 26 v & R 15, f 398 v, pub. por Anunciada Colón de Carvajal, *La Herencia de Cristóbal Colón*, p. 89

<sup>184</sup> *Recopilacion de Leyes de los Reynos da las Indias*, mandadas imprimir, y publicar por la Magestad Catolica del Rey Don Carlos II, va dividida en quatro tomos (...), en Madrid por Iulian de Paredes, año de 1681 [reimp. anastática Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1973], tomo I, libro iv, ley iii (fl. 80 v).

<sup>185</sup> José Maria Font, artº “Capitulaciones” in *DHE*, vol. I, s. v.

<sup>186</sup> Navarrete, II, doc. iii, pp. 474 & sqq.

*las Indias*<sup>187</sup> de 1680. Curiosa pelas suas conseqüências no léxico é uma outra lei, esta de Filipe II, aí recopilada, que ordena que *en todas las capitulaciones que se hizieren se escuse esta palabra conquista, y en su lugar se vse de las de pacificacion y poblacion, pues haviendose de hazer con toda paz y caridad*, se não dê ocasião a que aquele termo, *interpretado contra nuestra intencion*, dê color ao capitulado para que se possa *hazer fuerça ni agravio á los Indios*. Cremos que é daí que radica o uso do eufemismo *colônia* para designar as conquistas e possessões ultramarinas, atestado em castelhano desde 1586, em francês desde 1635, mas em português só nas *Epanáforas de vária história portuguesa*, de D. Francisco Manuel de Melo, publicadas em Lisboa, na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, em 1660, onde se aplica inclusivamente às praças de Castela na costa da Berberia, como Marçalquivir e Ourão<sup>188</sup>. Os seus derivados *colonizar*; *colonial*, etc, só aparecem no século XIX<sup>189</sup>. O termo, que deriva do verbo latino *colo*, “cultivar” (a terra ou as letras) tinha uma conotação assaz apreciativa; foi apenas a partir de finais do século XIX que, devido à influência dos escritos de Carlos Marx (1818-83), se começou a transferir para *colônia* e seus derivados a carga pejorativa que se ligava ao termo *conquista*, no sentido de “domínio, terra dominada, território conquistado”, chegando-se mesmo ao absurdo lingüístico de designar por “povos colonizados” as populações asiáticas ou africanas sujeitas ao domínio europeu, como se carregassem uma plantação no dorso... A evolução em português foi mais lenta: o termo *conquistas*, manteve-se em uso até ao século XIX para designar as possessões ultramarinas, e o termo *colônias* apenas esteve oficialmente em uso, em vez da expressão tradicional *provincias ultramarinas*, de 1920 a 1951, sem embargo de o ministério que as geria ser designado por *Ministério das Colônias* desde que em 1911 fora desanexado do da Marinha e Ultramar.

Regressando às *capitulações*, é interessante notar que o produto final que delas resultava era praticamente idêntico ao das *capitanias-donatarias* do império português, onde, no entanto, não conhecemos exemplos de contratos escritos celebrados com a Coroa. A concessão era, por conseguinte, encarada como doação majestática, ainda que fosse teoricamente perpétua — quando em Espanha fora já limitada a três vidas, como do lado luso apenas sucedia no caso dos *prazos* de Baçaim e da Zambézia. Por isso a não ser em casos de destituição do capitão-donatário por procedimento judicial (como sucedeu em S. Tomé em 1522, devido a corrupção e abuso do poder) ou de extinção da linhagem do donatário, prevaleceu até à época do Marquês de Pombal a prática da compra da donataria, sempre que El-Rei a queria transformar em Capitania da Coroa, como sucedeu em 1548 na Bahia. Assim, a despeito de uma primeira aparência em contrário, o sistema português manteve um caráter mais arcaico do que o espanhol, onde o poder do Estado se afirmou mais cedo. E foi assim que a capitania-donataria do sogro de Colombo, a do Porto Santo, a primeira a ser criada e a última a ser extinta, durou de 1426 a 1770.

<sup>187</sup> Liv<sup>o</sup> IV, títulos i, “De los Descubrimientos”, & ii, “De los Descubrimientos por tierra” (fl 80-86 r).

<sup>188</sup> Agradeço penhorado a minha boa amiga e colega Evelina Verdelho esta informação que teve a gentileza de me facultar.

<sup>189</sup> José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 3 vols, Ed. Confluência, 2<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1967; Joan Corominas & José A. Pascual, *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, 6 vols, Ed. Gredos, Madrid, 1980 [reimp. 1987]; Alain Ray (dir.), *Dictionnaire Historique de la Langue Française*, 3 vols, Dictionnaires Le Robert, Paris, 1998.

## Preparos para a grande aventura

Conforme prometera, Luís de Santángel entregou ao “tesoureiro da Cruzada do bispado de Badalhouce”, Alonso de las Cabeças, a soma combinada para o armamento da frota, juntamente com mais um conto e meio para liquidar ao judeu D. Isaac Abravanel (1437-1508), antigo tesoureiro de D. Afonso V, o empréstimo que fizera a Suas Altezas para a campanha de Granada <sup>190</sup>.

A soma destinada ao armamento da frota foi, perante escrivão público, entregue por Frei Hernando de Talavera a Colombo <sup>191</sup>, que assim pôde começar os seus preparativos. A quantia veio, contudo a revelar-se insuficiente, como o Almirante havia de lamentar entre 1500 e 1502 nos seus sucessivos *memoriais de agravos* e finalmente no testamento que fez na véspera de falecer; terá por isso tido, conforme alega, necessidade de contribuir com outro tanto. Como nada possuía de seu, nem sequer pôde, sem recorrer a empréstimos, pagar o oitavo da armação com que em Santa Fé se comprometera a contribuir, ou seja, 250.000 maravedis. Como os gastos se elevaram a dois contos, excedendo assim o previsto, foi, segundo Frei Bartolmeu de las Casas, obrigado o descobridor a contribuir com 500.000. Aquando da sua terceira viagem, em 1498, esguardando aos serviços que entretanto prestara à Coroa, acabaram os Reis por escusá-lo de contribuir com a oitava parte da armação em troca da renúncia, por parte do Almirante, aos dízimos dos bens móveis levados para a Espanhola, a que segundo as *Capitulações* teria direito <sup>192</sup>. Em 1492, porém, teve Colombo de arcar com a despesa. Las Casas pensa que foram os irmãos Pinzón quem lhe adiantou a soma, mas, como muito bem argumenta Juan Manzano, esses deviam estar nesse momento em Itália, como abaixo veremos, e só mais tarde entraram em cena. Um escritor mais tardio, Frei António de Aspa, afirma que o dinheiro em falta terá sido adiantado por três mercadores genoveses, Jacopo de Negrón, de Sevilha, um Fulano Çapatal de Jerez e Luís Doria de Cádis; é assaz de verosímil, ainda que nenhuma outra fonte o confirme <sup>193</sup>; é contudo interessante constatar que à excção do Çapatal de Jerez todos usam apelidos que denotam parentesco com genoveses com quem Colombo trabalhara, na ida a Xio ou ao depois na Madeira. Colombo haveria de recorrer aos adiantamentos de quatro outros conterrâneos seus — Francisco de Riverol,

<sup>190</sup> Assento de 5.V.1492, pub, in *CDD*, I, doc. 31, pp. 91-91.

<sup>191</sup> Las Casas, *HI*, I, xxxiv.

<sup>192</sup> Provisão de Medina del Campo, 2.VI.1497, *ibidem*, II, doc. 359. pp. 970-972.

<sup>193</sup> J. Manzano Manzano, *op. cit.*, p. 451. Como os dois precentes, todo este capítulo é essencialmente devedor a este autor, o que nos não impede de aqui e acolá lhe contrapormos opiniões diferentes.

Francisco Dória, Francisco Castaño e Gaspar Spínola — mas um pouco mais tarde, em 1501<sup>194</sup>. Manzano Manzano põe a hipótese de que tenha desta vez recorrido a Juanoto Berardi, um florentino, sócio de Bartolomeu Marchionni, a que mais tarde aparece financeiramente muito ligado e a quem deixou como procurador em Espanha quando partiu para a sua terceira viagem; sabe-se que nas vésperas da sua morte, em 1495, Berardi rogou, no codicilo que mandou lavrar, aos seus testamenteiros que cobrassem ao Almirante 180.000 maravedis que este lhe devia<sup>195</sup>; e nada impede que pelo menos parte dessa dívida não remonte a 1492.

O resto, c. 360.000 maravedis, recaiu sobre os vizinhos de Palos, nas circunstâncias seguintes: por terem cometido qualquer coisa em desserviço da Coroa, os palenses haviam sido condenados pelo Conselho a servi-la durante dois meses com duas caravelas. Ignora-se qual tenha sido exatamente esse desserviço, que tampouco logrou Las Casas apurar; pode tratar-se de terem em 1486 recusado participar na armada enviada em socorro del-rei Ferrante de Nápoles, acossado pelos grandes do seu reino em revolta<sup>196</sup>. Seja como for, ordenaram os Reis à vila que, no prazo de dez dias após serem notificados por Colombo, pusessem à sua disposição duas caravelas armadas, para com elas ir a *çiertas partes de la mar oçeana*, com condição de não irem *a la Mina ni al trato della que tyene el serenysimo Rei de Portugal nuestro hermano*<sup>197</sup>. Impunha-se esta ressalva, pois os palenses haviam-se por mais de uma vez imiscuído no comércio da Guiné e praticado tropelias na costa africana, aprisionando nomeadamente 120 azenegues e o próprio rei da Gâmbia, para os venderem como escravos<sup>198</sup>. Os homens que tripulassem as duas caravelas receberiam soldo adiantado para quatro meses, à razão habitual. Do mesmo dia, 30.IV.1492, data uma outra carta régia ordenando a todas as cidades, vilas e lugares da costa da Andaluzia que prestem a Colombo todo o apoio de que careça<sup>199</sup>. Uma terceira carta da mesma data mandava suspender o conhecimento das causas criminais pendentes aos que se dispusessem a tomar parte na expedição<sup>200</sup>. Um cédula isentava de direitos as vitualhas, mantimentos, apetrechos, enxárcias e mais aprestos de que houvessem mister “certas fustas” com que Cristóvão

<sup>194</sup> Memorial de C. Colombo a seu filho Diego antes de empreender a 4ª viagem, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxviii, pp. 476-478.

<sup>195</sup> Codicilo de Berardi, Sevilha, 15.XII.1495, *CDD*, II, doc. 320, pp. 873-874.

<sup>196</sup> J. Manzano, *op. cit.*, pp. 477-478.

<sup>197</sup> Carta patente de Granada, 30.IV.1492, *ibidem*, doc. 24, pp. 78-80.

<sup>198</sup> Alonso de Palencia, *Crónica de Enrique IV*, XXV, iv (*ed. cit.*, vol. II, pp. 260-262).

<sup>199</sup> *Ibidem*, doc. 25, pp. 81-83.

<sup>200</sup> *Ibidem* doc. 26, pp. 83-85.

Colombo estava para ir a “certas partes”, enquanto uma carta régia ordenava aos capitães e gente de mar que lhe obedecessem como capitão-mor <sup>201</sup>.

Foi pela mesma época que os Reis Católicos passaram a Colombo credenciais em latim para o Grão-Cã da Tartária e dois outros potentados asiáticos.

Juan Manzano aventa que os outros dois destinatários seriam o Preste João e o sucessor de Tamerlão, mas não passa de uma hipótese, que aliás não deixaria entrever bem informada a chancelaria dos Reis Católicos. De facto, como vimos, o Preste João, de início situado nas entranhas do continente asiático, era desde c. 1310 geralmente identificado com o imperador cristão da Etiópia, e é por isso que D. João II tentava alcançá-lo mandando os seus homens subir o Senegal, o Gâmbia, o Níger e até o Congo <sup>202</sup>. Resulta daí evidente que se engana redondamente Manzano <sup>203</sup> quando diz que em Portugal o situavam na Ásia. Quanto a Tamerlão (*Timur-e Lang*, “Timur o coxo”, sua alcunha em persa) falecera havia 87 anos, em 1405, após 35 anos de reinado; Henrique III de Castela (r. 1390-1406), avô de Isabel a *Católica* e tio-avô de Fernando, sonhando aliar-se-lhe contra os otomanos, enviara-lhe duas embaixadas, uma em 1402 outra em 1404, de cujos relatos provinha a sua fama em Espanha <sup>204</sup>. Quanto aos seus descendentes, os timúridas, confinavam-se à época ao *Korāsān*, Curação ou Coraçone (nordeste do Irão e franjas do Turquestão e do Afeganistão), não conservando nem um décimo dos domínios de Timur <sup>205</sup>.

Colombo fazia-se acompanhar como intérprete de um judeu convertido, Luís de Torres, que nas palavras de Las Casas, *sabía ebrayco y caldeo y aún diz que arábigo* <sup>206</sup>. Pouco lhe haviam de valer tais competências...

Foi a 12.V.1492 que o futuro descobridor deixou Granada, a caminho de Palos de Moguer, passando provavelmente por Córdova a despedir-se de Beatriz e do filho; sem dúvida que lhes terá deixado parte do soldo adiantado que recebera dos Reis, para seu sustento, como mandava a lei, uma vez que, tendo completado três anos, o menino não devia permanecer a cargo da mãe <sup>207</sup>. Foi certamente então que aliciou Diego de Arana, primo de Beatriz, a acompanhá-lo na aventura que ia finalmente iniciar.

Dando largas à sua imaginação, têm alguns autores congeminado que Colombo tenha aí contactado com o conhecido viajante Pedro Tafur, que embora não tenha passado do Próximo Oriente, pôde aí encontrar-se com Nicolo de' Conti, regressado da

<sup>201</sup> *Ibidem*, doc. 27 & 28, pp. 84-88. Cf. a cédula de Santa Fé, 15.V.1492, *ibidem*, doc. 32, p. 93.

<sup>202</sup> A. Teixeira da Mota, “A Viagem de Bartolomeu Dias e as Concepções Geopolíticas de D. João II”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Outº - Dezº 1958.

<sup>203</sup> *Cristóbal Colón: Siete años...*, p. 434.

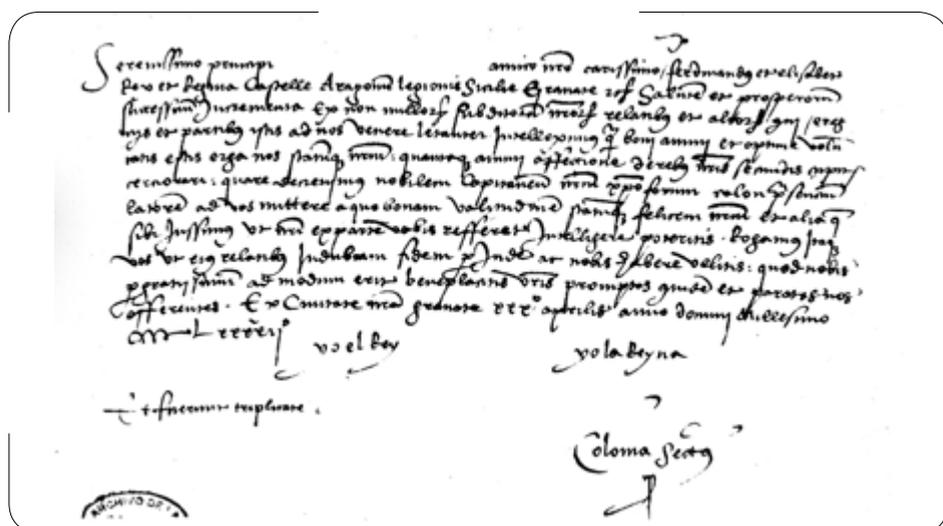
<sup>204</sup> Francisco López Estrada (ed.), *Embajada a Tamorlán*, CSIC/Instituto Nicolás Antonio, Madrid, 1943.

<sup>205</sup> Cf. Béatrice Manz, art.ºs “Tīmūr Lang” e “Tīmūrides”, in *El*, vol. X, s. v.

<sup>206</sup> I, xlv.

<sup>207</sup> *Las Siete Partidas*, quarta partida, título XIX, leis i-iv (ed. cit., fl 52-52 v).

Índia, junto de quem teria colhido informações que depois teria transmitido ao nosso candidato a descobridor. É verdade que Pedro Tafur, embora nascido em Sevilha, como nas suas *Andanças* confessa, viveu na colação de Santa Maria em Córdoba, de cuja municipalidade foi *caballero veinticuatro*. Disso atestam diversos documentos; mas, como se deduz do testamento de sua mulher, falecera c. 1484, pelo que Colombo jâmais o pode ter encontrado <sup>208</sup>. Para mais, nas suas deambulações asiáticas, Nicolò de' Conti, seu informador, não ultrapassou o Champá, no que é hoje a região de Nha Trang, no centro-sul do Vietnã, pelo que não poderia fornecer aos seus possíveis émulos informação àtualizada sobre a Ásia Extrema <sup>209</sup>.



**A credencial passada a Colombo pelos Reis Católicos para a apresentar ao Grão Cã do Cataio e outros príncipes que lograsse contactar**  
(Arquivo da Coroa de Aragão)

**Tradução:**

Ao sereníssimo príncipe e nosso amigo caríssimo, Fernando e Isabel, rei e rainha de Castela, de Aragão, de Leão, da Sicília, etc., [desejam] saúde e incremento de prósperos sucessos. Pelos relatos de alguns súbditos nossos e de outros que de essas partes e reinos vieram até nós, compreendemos com júbilo de quão bom ânimo e ótima vontade sois para connosco e para com o nosso estado, e com quanta afeição de alma vos desejaiis certificar da prosperidade de nossas cousas; pelo que decidimos enviar-vos o nobre capitão nosso Christóforo Colón, portador de esta, por quem podereis entender a nossa boa saúde e próspero estado, e o mais que lhe mandámos referir-vos de nossa parte. Rogamos-vos pois que a seus propósitos e assim mesmo a nós queirais prestar inteira fé — o que em extremo nos será gratíssimo, oferecendo-nos prontos e preparados para quanto vos aprouver. Da nossa cidade de Granada, a 30 de Abril do ano do Senhor 1492. Eu o Rei. Eu a Rainha. Coloma secretário. E foram em triplicado.

<sup>208</sup> Miguel Ángel Pérez Priego, *Pero Tafur - Andanças e viagens*, edición, introducción y notas de..., Fundación José Manuel Lara, Sevilha, 2008.

<sup>209</sup> Geneviève Bouchon & Anne-Laure Amilbat-Szary, *Le voyage aux Indes de Nicolò de' Conti (1414-1439): Les récits de Poggio Bracciolini & de Pero Tafur*, Chandeigne, Paris, 2004.

Deve ter chegado o nosso genovês a Palos por volta de 20 de Maio, pois a 23 era lida na igreja a carta régia que intimava os vizinhos da vila a fornecer-lhe duas caravelas. Não sabemos em que medida a escolha de Palos como porto de armação da famosa expedição foi de iniciativa sua ou dos monarcas, por poderem dispor aí de dois navios armados sem custo para Coroa, pagando apenas o soldo à gente de mar. Provavelmente houve um encontro de vontades: aos Reis conviria o porto pelas circunstâncias apontadas, ao descobridor por contar aí com o apoio moral dos frades de La Rábida, em especial Frei Juan Pérez. Esperaria provavelmente também achar aí colaboração da parte de Martín Alonso Pinzón, com quem deve ter travado conhecimento aquando de uma das suas precedentes passagens por Palos.

Estava já o seu porto escolhido para a armação da frota quando a 24.VI.1492 os Reis compraram a metade da vila que pertencia aos irmãos Silva. Há que notar, de feito, que embora as *Leis de Partidas*<sup>210</sup> previssessem que o rei devesse sempre ser senhor dos portos do reino *e mayormente de aquellos que están en la frontera de los bárbaros*, como era o caso de todos os da Andaluzia, durante o conturbado século XV espanhol a Coroa acabara por os alienar todos, à exceção do porto fluvial de Sevilha, entregando-os a diversas figuras da nobreza. Desde o falecimento de D. Álvaro Pérez de Guzmán, senhor de Palos, a 15.VII.1394, a vila pertencia por herança ao duque de Medina Sidónia, aos Silvas e ao conde de Miranda. É possível que o facto de Colombo se preparar para armar a frota em Palos tenha pesado naquela decisão dos Reis, que já dois ou três anos antes não haviam consentido que a viagem descobridora fosse patrocinada pelo duque de Medinaceli; fosse como fosse, a operação integrava-se na sua política geral de fortalecimento da Coroa, que os levaria a expropriar poucos meses depois o porto de Cádiz a D. Rodrigo Ponce de León, que foi indemnizado com a doação das vilas de Ronda e Casares. Foi na seqüência desta medida que, como a seu tempo veremos, o comércio com as Antilhas veio a ser centralizado em Cádiz<sup>211</sup>.

Chegado a Palos, instalou-se Colombo uma vez mais no convento franciscano de La Rábida. Foi provavelmente então que foi a Huelva, a buscar a casa dos tios seu filho Diego — que a 8.V.1492 fora nomeado pagem do príncipe D. Juan, com 9.400 maravedis por ano para vestuário e mantimento<sup>212</sup> — a fim de o mandar para Córdova, a ser educado por Beatriz junto ao irmão mais novo. Sabemos pelos *Pleitos*<sup>213</sup> que foi Juan

<sup>210</sup> Partida II, titº i, leis 3ª e 8ª.

<sup>211</sup> J. Manzano, *op. cit.*, pp. 482-493.

<sup>212</sup> Alvará da Rainha, s/l, 8.V.1492, *CDD*, I, doc. 31, pp. 91-92.

<sup>213</sup> Anunciada Colón, IV, p. 2299.

Rodríguez Cabezudo, o que emprestara a mula para levar Frei Juan Pérez ao arraial de Granada, quem o conduziu ao seu destino.

A 23 de Maio na igreja de S. Jorge de Palos, na presença dos dois alcaides da vila, foi públicamente lida por Cristóvão Colombo, acompanhado de Frei Juan Pérez, a carta régia de 30 de Abril, conforme consta de uma nota que lhe foi aposta no verso; e precisamente um mês depois, *puso tabla el señor Christóval Colón, capitán de sus Altezas*, para alistar homens para a sua expedição. Foram nessa ocasião arregimentados 39 homens. Pela sua lista nominal <sup>214</sup>, de que nos chegou uma cópia incompleta, sabe-se que os pilotos receberam de soldo adiantado 6.750 a 8.030 maravedis, os marinheiros 4.000 e os grumetes 2.666. Diego de Arana, o primo de Beatriz, que ia por alguazil da armada, recebeu 8.000, Francisco Martín Pinzón, mestre da *Pinta*, outros 8.000 e Martín Alonso Pinzón, capitão da mesma, 16.000. Há que notar que os nomes de Diego de Arana e dos dois Pinzónes constam de uma folha solta, não numerada, pelo que não é absolutamente seguro que se tenham arrolado na mesma data. Hoje, graças às investigações de Alicia B. Gould, dispomos de uma lista mais completa dos participantes na grande aventura, que compreende 89 nomes certos e mais 19 duvidosos — o que deve corresponder à quase totalidade da guarnição da frota, que segundo D. Hernando e Las Casas contava um total de 90 elementos, embora Oviedo diga que eram 120.

É aquele o último documento concernente aos preparativos da armada que nos chegou; do que em seguida se passou, apenas pelos cronistas e pelos depoimentos nos *Pleitos* temos conhecimento. No dia 30 Colombo dirigiu-se à vizinha vila de Moguer para fazer a proclamação das cartas régias. Veio contudo a verificar-se que, a despeito da boa vontade manifestada pelas autoridades locais, as populações faziam resistência passiva e recusavam-se a acatar as ordens recebidas. O capitão-mor embargou então, em nome de Suas Altezas, duas caravelas, como nos *Pleitos* declararam Alonso Pardo, escrivão público de Moguer, e Diego Fernández Colmenero, que havia de capitanear um dos navios de Pinzón na sua expedição de 1499-1500, em que tocaram o que é hoje o norte do Brasil <sup>215</sup>; mas não se arrolavam marinheiros nem, sobretudo, homens qualificados para mestres, pilotos e capitães dos navios. Segundo Fernández Colmenero, não achava gente *salvo de crimen, que halló en esta villa en la cárçel della, y que no hallavan a otra persona alguna*. Alicia Gould conseguiu encontrar os processos de quatro dos delinqüentes que optaram por embarcar com Colombo <sup>216</sup>; dado o estado

<sup>214</sup> Cópia feita em Santo Domingo a 16.XI.1498, *CDD*, I, doc. 35, pp. 99-108.

<sup>215</sup> Anunciada Colón, IV, pp. 2306-09 & III, p. 1257, respetivamente.

<sup>216</sup> Podem ver-se detalhes em J. Manzano, *op. cit.*, pp. 506 & sqq.

fragmentário em que nos chegaram os registros da época, não nos parece impossível que na realidade tenham sido mais.

Talvez que se Colombo tivesse aberto mais o seu jogo e revelado o verdadeiro objetivo da expedição a miragem das riquezas da Índia tivesse atraído mais participantes; mas como declarou em 1535, já aos 85 anos, um dos sobreviventes, Juan Domínguez, de Huelva, diziam *que yban a descubrir tierra, pero no dezian qué tierra era la que iban a descubrir*<sup>217</sup>. Para mais, sabia-se em Palos que a ocidente não havia terras, pois os portugueses haviam feito tentativas nessa direção mas sempre em vão; assim o declararam Bartolomé Colín, o piloto Juan Quintero, Martín Gonzalez, Diego Rodríguez Simón, Juan Cerón, o piloto Juan Rodríguez de Mafra e até o Cabezado que emprestara a mula, de quem se riam tanto como do que por empréstimo a cavalgou<sup>218</sup>.

Colombo deve ter-se lamentado aos Reis da resistência passiva com que deparava em Palos; daí que a 20.VI.1492 estes tenham emitido em Guadalupe duas “reais sobre-cartas” dirigidas ao seu contínuo Juan de Peñalosa instando para que fizesse cumprir as suas provisões<sup>219</sup>. Não temos notícia de que este tenha chegado a deslocar-se a Palos, talvez porque entretanto, graças à intervenção de Martín Alonso Pinzón, as coisas se compuseram.

Valeram nesse momento a Colombo os seus amigos franciscanos, Fr. António de Marchena e Fr. Juan Pérez, prestigiados e influentes na terra. Foi Fr. António que decidiu fazer uma diligência junto de Martín Alonso Pinzón, que possuía navio próprio, e instar com ele para que acompanhasse a expedição. Teve porém que este esperar que regressasse da vigem que, em companhia de seu filho Arias Pérez, fazia a Roma, com um carregamento de sardinhas.

Viria a ser insinuado nos *Pleitos Colombinos* pelo fiscal da Coroa — que daí tomou pretexto para tentar provar que era Martín Alonso Pinzón e não Colombo o verdadeiro descobridor do Novo Mundo — que aquele tinha já formado o designio de descobrir a ocidente; isso por estar na posse de uma antiqüíssima escritura, datável do tempo do rei Salomão, que rezaria assim<sup>220</sup>:

*Navegarás por el Mar Mediterráneo hasta el fin de España, y allí al Poniente del Sol, entre el Norte y el Mediodía, por via temporada hasta 95 grados de camino, e fallarás una tierra de Cipango, la cual es tán fértil e abundosa, e con la grandeza sojuzgará a África y Europa.*

<sup>217</sup> *ibidem*, III, p. 1559.

<sup>218</sup> *ibidem*, IV, pp. 2277, 2300, 2322, 2328, 2348, 2357 e 2567.

<sup>219</sup> *ibidem*, doc. 33 & 34, pp. 94-98.

<sup>220</sup> Las Casas, *HI*, I, xxxiv.

O Cipango ficaria assim à longitude do México, o que, mesmo sem envolver na história o rei Salomão — em cuja época se não usavam ainda os graus de latitude e o Japão permanecia no Neolítico — nos explicaria cabalmente o empenho de Martín Alonso em prosseguir viagem ao cabo de umas 700 léguas de navegação sem acharem terra, como daqui a nada veremos.

Martín Alonso teria trazido esse apontamento de Roma (onde de facto esteve em começos de 1492, como acabámos de ver); segundo o testemunho de seu filho Árias Pérez nos *Pleitos*<sup>221</sup> o apontamento ter-lhe-ia sido oferecido pelo próprio papa Inocêncio VIII (r. 1484-92), em cuja livraria se achava, por intermédio de um criado seu, cosmógrafo, que era parente dos Pinzones. O seu depoimento foi confirmado por duas testemunhas, Juan de Hungria e Antón Hernández Colmenero, ao passo que muitas outras se limitaram a responder vagamente que “assim tinham ouvido dizer” ou declararam nada saber a tal respeito. Não há motivos para duvidar de que tenha ido a Roma e mesmo penetrado na biblioteca papal; só não é crível é que — como alegaram nos *Pleitos* Pedro Árias e Hernando de Villarreal<sup>222</sup> — tenha empreendido a viagem com o objectivo expresso de se informar sobre o ignoto ocidente, por que se interessaria já antes de ter notícia dos desígnios de Colombo. Antón Hernández Colmenero que o acompanhou a Roma testifica<sup>223</sup> que a bordo ouviu, de facto, Martín Alonso ler o traslado daquele tão antiqüíssimo documento; mas não afirma que tenha ido a Roma para o procurar.

O mais provável é que Pinzón tenha começado a pensar em ir a descobrir *depois* de ter conversado com Colombo, aquando de uma das anteriores estadas deste em Palos, e que daí lhe tenha vindo a ideia de aproveitar a ida a Roma a descarregar sardinha para farejar a biblioteca papal; se tivesse pensado nisso antes do genovês teria tido largo tempo para pôr esse projeto em obra, enquanto este se arrastava atrás da corte durante seis ou sete anos.

O testemunho de Gil Romero, vizinho de Palos, na provança feita pelo fiscal Villalobos em Sevilha, a 22.XII.1536<sup>224</sup> é bem claro:

*A la novena pregunta dixo queste testigo: conoçcia muy bien al dicho Martín Alonso Piçón e lo tenía por ombre sabio e agudo en las cosas nel navegar; e que tenía parientes muy honrados e munchos; pero que nunca vió ni oyó dezir que se quería yr a fazer el dicho descubrimiento fasta qu'el dicho don Christóval Colón vino a esta villa de Palos e lo hordenó; e después que lo ordenó el dicho don Christóbal Colón, el dicho Martín Alonso Piçón se juntó con el, e se envarcaron; e qu'esto lo sabe porque lo bió.*

<sup>221</sup> Anunciada Colón, IV, pp. 1246, 2504, 2532, 2580-81, 2628-30.

<sup>222</sup> *Ibidem*, pp. 1484-87 & 1506-08.

<sup>223</sup> *Ibidem*, pp. 2530 & sqq.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 1531.

Algumas testemunhas parecem misturar o que se passou na primavera de 1492 com o que se passara da vez anterior em que aí estivera Colombo; mas outras são claras em afirmar que ele esperou em La Rábida o regresso de Pinzón. Quiçá o mais explícito de todos seja o depoimento do velho Fernán Pérez Camacho <sup>225</sup>, já de 85 anos, na mesma provança:

*... que oyó decir al dicho Martín Alonso Piçón que un frayle de San Francisco, que era guardián del monasterio de la Rábida qu'está junto a la dicha billa de Palos, le avia ynformado e dicho que fuese a descubrir las Yndias, e que plazeria a Dios que avian de fallar la tierra, e qu'este frayle era muy grande astrólogo. Preguntado si quando el dicho Martín Alonso Piçón dixo a este testigo lo susodicho (...), dixo que se quiere acordar este testigo e le paresçe que fue estando el dicho Colón en la dicha villa de Palos y estando entendiendo en fazer la armada para yr.*

Aliviado já do peso das sardinhas, Martín Alonso entendeu-se então com Colombo, que, como se deduz dos vários depoimentos, com ele se abriu inteiramente; nem al podia fazer em circunstâncias tais. Martín Alonso deve ter ficado consciente de que fora ele quem viabilizara a expedição, tirando Colombo do impasse, pois como declarou nos *Pleitos* Alonso Gallego <sup>226</sup>, *si el dicho Colón no se juntara con el dicho Martín Alonso Pinçón, y el dicho Martín Alonso no se determinara de yr en persona el dicho viaje, nunca el dicho Colón fuera a fazer el dicho descubrimiento*. Com o seu testemunho concorda inteiramente o de Francisco Medel <sup>227</sup>:

*... qu'el dicho Martín Alonso Pinzón hera ombre muy sabio en el arte de navegar por todos los mares e hera ombre qu'en todo el reyno no avia otro (...) más determinado, ni que tanto crédito tuviese su persona para fazer qualquier cosa, e que a las vezes tenia un navío, e a otras dos, e otras tres (...) e hera ombre que tenía bien de comer, e tenía tres hermanos e munchos parientes muy honrados, e amigos, e tenía grande aparejo para yr a fazer el dicho descubrimiento, porque el dicho Colón no hera conoçido ni tenía ningun crédito, ni fallara quien fuera con él dicho viaje, porque persona ninguna no osara yr com él, e qu'eso es muy público...*

Isso explica o comportamento altaneiro e solto que para com o Almirante adòtou Pinzón no decurso da viagem, como em seguida veremos.

Árias Pérez e Antón Hernández Colmenero — aquele, filho de Martín Alonso, este, seu companheiro e homem de confiança — afirmaram nos *Pleitos* que Colombo lhe prometera então *la mitad de las mercedes y privilegios que le habían concedido los Reyes*; mas já Las Casas notou que tal testemunho, produzido por dois homens seus,

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 1543.

<sup>226</sup> *Ibidem*, pp. 1566-67.

<sup>227</sup> *Ibidem*, pp. 1554-55.

num momento em que se procurava provar que o verdadeiro descobridor da América fora Pinzón e retirar à família Colon quer honra quer proveito, é suspeito e duvidoso. Observa contudo, sensatamente, o bom dominico: *sin duda es de creer que le debía prometer algo, porque nadie se mueve sino por interesese y utilidad*; mas tanto não! As demais testemunhas, como Gallego e Medel, ficam-se por expressões vagas: prometeu que “repartiria com ele irmãmente”, ou “que lhe daria tudo o que pedisse”. E de facto, sabemos bem que Colombo era suficientemente arguto para não prometer mundos e fundos nem se comprometer por escrito antes de aventura tão incerta. Fosse como fosse, Frei António de Marchena era testemunha, o que para Pinzón devia ser suficiente.

Foi assim em boa companhia que Colombo pôde percorrer de novo a comarca à cata de matalotes, mestres e pilotos. Muitos deles haveriam de declarar nos *Pleitos* que foi por môr de Pinzón que se deixaram seduzir. Houve, todavia, quem no último momento se furtasse a embarcar, um por estar doente, outro por lho não consentir o sogro, os outros sem que saibamos porquê. A tripulação que de feito foi mostrou-se de qualquer modo bastante.

Previa-se que a frota fosse constituída por três caravelas <sup>228</sup>, mas acabou por ser formada por duas caravelas e uma nau: a caravela *Pinta*, que, como o nome indica, deve ter pertencido a algum Pinto, mas pertencia agora a Cristóbal Quintero, de Palos, compulsivamente armada à custa dos palenses e comandada por Martín Alonso Pinzón; a caravela *Niña*, assim chamada por pertencer a Juan Niño, vizinho de Palos, embora o seu nome oficial fosse *Santa Clara*, construída em Moguer e comandada por Vicente Yáñez Pinzón, irmão de Martín Alonso; e a nau *Santa Maria*, por outro nome *La Gallega*, pertencente a Juan de la Cosa, um basco domiciliado no Puerto de Santa María, comandada pelo capitão-mor, que a fretara ao dono. Com efeito os palenses estavam obrigados a fornecer duas caravelas, mas Colombo, como sempre disse, queria levar três navios. Este conheceu quiçá Juan de la Cosa ao tempo em que vivia em casa do duque de Medinaceli, senhor do porto; deve ter recrutado pessoalmente a tripulação, quase toda cantábrica como ele. Seguiu também a bordo, como mestre da sua nau, enquanto que como piloto ia Pedro Niño, irmão de Juan. A função de mestre do navio era uma função-chave, pois era ele quem distribuía as fainas e dirigia a manobra; na moderna hierarquia militar poderíamos compará-lo a um sargento-ajudante ou sargento-mor.

Sobre Juan de la Cosa reina certa confusão, pois há autores que defendem haver dois homónimos: tal é o caso de Verlinden <sup>229</sup>, que defende que o Juan de la Cosa que

---

<sup>228</sup> Resumimos doravante o que diz J. Manzano, *op. cit.*, cap. 18, pp. 531 & sqq., que por seu turno se baseou sobretudo nos estudos de Alicia Gould.

<sup>229</sup> *op. cit.*, pp. 52-53.

participou na primeira viagem colombina não é o mesmo que participou na segunda, pois este estava nesse momento ocupado em transportar trigo da Andaluzia para as Vascongadas. Sabemos, de facto, que para o indemnizar da perda da sua nau — que, como veremos, encalhou em dia de Natal na costa da Espanhola — os Reis Católicos lhe concederam relevo ou prioridade na carga <sup>230</sup> sobre 200 cafizes de trigo (2.400 fanegas, ou 9.600 alqueires, o que corresponde a c. 132.000 litros), que poderia sacar de qualquer porto andaluz salvo Sevilha, para levar para a Biscaia ou para a Guipúzcoa; mas a carta afirma explicitamente que o pode fazer em pessoa ou *por quien vuestro poder oviere*, pelo que nada obsta a que se tenha em Setembro desse ano reembarcado com Colombo para as Antilhas, enquanto em Sevilha seus feitores se ocupavam do carregamento do trigo.

Colombo lamentaria mais tarde ter levado a nau, pois era ronqueira e pesadona, pouco própria para explorar mares desconhecidos, do que, de facto, veio a resultar o seu encalhe. Na *Relação* da sua quarta viagem <sup>231</sup>, já com mais experiência daquelas águas, havia de notar:

*Las naos de las Yndias si no navegan salvo a popa, no es por la mala fechura ni por ser grandes. Las fuertes corrientes que allí vienen, juntamente con el viento, hazen que nada profie con bolina, porque en un día perdería lo que oviese ganado en siete.*

Por essa razão não podiam navegar senão com *colla*, ou seja, vento de feição, pelo qual havia por vezes que esperar no porto seis ou oito meses. As caravelas tinham sobre as naus a vantagem de poder bolinar, ou seja, ganhar terreno contra o vento, devido ao velame latino, pois a vela latina trabalha no sentido de popa a proa, envergada em carangueja, em estai (cabo) ou em verga que cruza obliquamente o mastro, inclinando-se para ré; é por isso muito mais manobrável do que a vela redonda, envergada em verga horizontal, perpendicular ao mastro e transversal, de bombordo a estibordo, que não pode girar do mesmo modo sem embater nas enxárcias. Contudo, ao efeito do vento somava-se, entre as Antilhas, o das correntes, contra as quais pouco podia a vela latina <sup>232</sup>. Voltaremos a falar delas a propósito da terceira viagem colombina.

<sup>230</sup> Carta régia de Barcelona, 28.V.1493, *CDD*, I, doc. 118, pp. 410-411.

<sup>231</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 495.

<sup>232</sup> Com<sup>tes</sup> Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, 2ª ed., Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1974; para termos de marinharia em outras línguas, vide A. Jal, *Glossaire Nautique - Répertoire polyglotte de Termes de Marine anciens et modernes*, 2 vols, Firmin Didot Frères, Paris, 1848 [reimp. Bottega d'Erasmus, Turim, 1964].

Na guarnição da frota havia alguns estrangeiros: pelo menos dois portugueses, um genovês, um veneziano e um grego. O recurso a portugueses como pilotos, capitães ou simples marinheiros era freqüente em Castela, que apenas na costa cantábrica e na da Andaluzia possuía alguma tradição marítima; num levantamento que flevou a cabo, Graça Ventura recenseou cerca de 800, apenas para o período 1492-1557<sup>233</sup>. A *Santa María* deslocaria uns cento e cinqüenta toneladas, a *Pinta* umas cem e a *Niña* um nadica menos. Levavam contudo pouca carga, sendo a maior parte da tonelagem ocupada com lenha, água potável e as vitualhas habituais: biscoito, vinho, azeite, legumes secos, queijos, carnes salgadas, peixe seco, alhos, cebolas e mel. As naus, de pano redondo, mas mais sólidas que as caravelas, usavam-se sobretudo no golfo de Biscaia; estas, de pano latino e mais ligeiras, no Mediterrâneo e no Mar das Éguas (entre o Algarve de Aquém-Mar e o de Além, ou seja, o litoral marroquino).

A *Pinta* fez várias viagens ao Novo Mundo, e em 1494 o Almirante adquiriu-a para a Coroa; pretendeu então que sempre a designassem por *Santa Clara*, nome que dadas as sua tendências franciscanas lhe devia agradar particularmente; mas o vulgo continuou a chamar-lhe *Pinta*.

Arias Pérez, a quem Las Casas tacha de falsidade, viria a afirmar nos *Pleitos*<sup>234</sup> que Colombo esperara dois meses, até a intervenção salvadora de seu pai ter desbloqueado a situação; na realidade a espera durou cerca de um mês, já que o alistamento dos homens começara a 23 de Junho e a armada veio a partir a 3 de Agosto. É até possível que a frota estivesse já prestes dias antes, mas que tenham retardado a partida para poder participar em Palos na festa franciscana da Porciúncula ou Nossa Senhora dos Anjos, sempre celebrada em La Rábida com grande afluência de devotos. Portanto, mesmo que não haja falsidade há pelo menos grande exagero.

Outros deponentes insistiram em que os navios seriam de Pinzón, que generosamente os teria disponibilizado, mas na realidade sabemos bem que nenhum deles lhe pertencia — embora não seja impossível que tivesse já tomado a *Pinta* de aluguer. Em contrapartida, é provável que tenha sido ele quem moveu os proprietários a cedê-los.

Pinzón tem, de qualquer modo, jus a ficar na história ao lado dos dois franciscanos, de Santángel e dos outros protêtore de Colombo na corte, como um dos homens que tornaram possível o achamento do Novo Mundo.

---

<sup>233</sup> Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Portugueses no descobrimento e conquista da Hispano-América - Viagens e Expedições (1492-1557)*, Ed. Colibri / Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Lisboa, 2000.

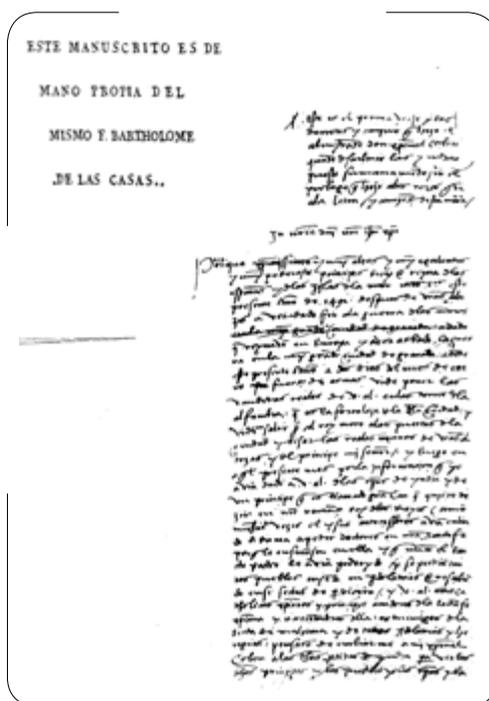
<sup>234</sup> Anunciada Colón, IV, pp. 2577-84.

## A viagem descobridora (3.VIII.1492 - 15.III.1493)

*Viernes, 3 de Agosto: partimos viernes, 3 de Agosto de 1492 años, de la barra de Saltés, a las ocho oras. Anduvimos con fuerte virazón hasta el poner del sol hazia el Sur sesenta millas, que son 15 leguas; después al Sudueste y al Sur cuarta del Sudueste, que era el camino para las Canarias. Assim começa a parte narrativa do Diário da memorável viagem*<sup>235</sup>.

Logo a 6, no alto mar, surgiu o primeiro percalço: desencaixou-se e saltou fora o leme à caravela *Pinta*. Colombo suspeitou de sabotagem por parte de Gómez Rascón e de Cristóbal Quintero, seu dono, que, como vimos, havia sido coagido a cedê-la. Fosse como fosse, tiveram de se deter quase um mês nas Canárias para repará-la. Aproveitaram para lhe mudar o pano, fazendo-a redonda, isto é, substituindo no mastro do traquete a vela latina por vela redonda, o que a tornava um pouco menos manobrável mas mais rápida.

Mascarenhas Barreto, que dá mostras de jâmais ter lido senão em diagonal o *Diário* de Colombo, afirma que “Cristóbal Colón já mandara aparelhar o seu navio 'Pinta' à maneira portuguesa, com panos propensos para a bolina” — no que, em apenas linha e meia, consegue acumular três erros: nem o “mandara já” à partida, pois foi só nas Canárias que o fez, nem o navio era seu, já que a *Pinta* pertencia a Cristóbal Quintero (nem era Colombo quem no comandava, pois seu comandante era Pinzón), nem as velas redondas que lhe puseram a tornavam mais apta para bolinar, antes pelo contrário, mas apenas mais veloz. Teremos ocasião de ver que ao longo da viagem a *Pinta* se adiantou, de facto, diversas vezes aos demais navios; e no regresso,



Primeira página do *Diário da Primeira Viagem de Colombo* copiado por Las Casas

<sup>235</sup> Pode ver-se o seu texto in Varela & Gil, *Textos...*, doc. ii, pp. 95-218, ou em Las Casas, *HI*, I, xxxv-lxxiv.

ao invés, por dificuldade em bolinar, ficou para trás diversas vezes <sup>236</sup>. Como o mesmo Colombo notaria na relação da sua quarta viagem <sup>237</sup>, pior que o vento contrário eram as correntes, contra as quais nada podia a vela latina: *ni saco caravela, bien que sea latina portuguesa*.

Na Gomeira teve Colombo da parte da capitão, D. Inês Peraça (1424-1503) — filha e herdeira de Hernán Peraça *el Viejo* (c. 1390-1452), senhor das ilhas Canárias <sup>238</sup> — notícia de mais tradições relativas ao avistamento de terras a oeste.

A razão de ser da presença castelhana nas Canárias é de certo modo fortuita, não indicando, por conseguinte, a prossecução de uma política de expansão atlântica por parte de Castela antes da época de Colombo. Sob o nome de “Ilhas Afortunadas”, as Canárias eram conhecidas desde a Antiguidade; mas após a expansão islâmica do século VII deixaram de ser frequentadas pelos cristãos. Ao contrário das ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé, eram, à semelhança da ilha de Fernão do Pó, também vizinha do continente africano, povoadas de longa data; os seus habitantes, conhecidos por guanches (nome que em rigor era apenas o dos nativos de Tenerife), eram próximos parentes dos berberes do Norte de África, mas permaneciam no neolítico. A pequena distância que separa o arquipélago do continente (apenas 125 km) explica que, com meios rudimentares de navegação, tenham podido ganhar as ilhas no decurso do I milénio A. C. O primeiro autor a referir-se extensamente ao arquipélago é Plínio *o Antigo*, na sua *História Natural* <sup>239</sup>, em que refere que o rei Juba II da Numídia, e depois também da Mauritânia (r. c. 28 A. C.-23 A. D.) enviou uma expedição às ilhas, de onde trouxe dois cães enormes, de onde o nome de *canária* que se começou a dar a uma das ilhas e, mais tarde, ao conjunto do arquipélago. A história é repetida quase *ipsis verbis* por Solino (c. 210-258) <sup>240</sup>. O nome de *canário* dado ao pássaro *Serinus canarius*, L., provém do das ilhas em que abundavam, embora a sua difusão possa ter sido facilitada pela paronímia com *canoro*, coisa que de facto são.



**Caravela Redonda**

Gravura do *Glossaire Nautique* de A. Jal, Paris, 1848

<sup>236</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 23-I-1493: Varela & Gil, *Textos...*, p. 201.

<sup>237</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 495.

<sup>238</sup> Cf. Justa de la Villa, artº “Canarias, islas” in *DHE*, I, s. v.; para mais detalhes *vide* Francisco Morales Padrón, *Canarias - Crónicas de su Conquista*, Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, Las Palmas, 1993.

<sup>239</sup> livº VI, §§ 202-205; *vide* Pliny, *Natural History*, with an English Translation by H. Rackam, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts) & Londres, vol. II, pp. 488-490.

<sup>240</sup> Gaius Iulius Solinus, *De rebus mirabilibus*, The Perfect Library, s/l, s/d, LIV, xiii, p. 92.

Em 1347 o papa Clemente VI (r. 1342-52), concedeu a conquista das Canárias a D. Luís de la Cerda (1291-1348), na expressão de Zurita <sup>241</sup> *porque los moradores y pobladores dellas haziã sacrificios nefandísimos a sus Ídolos*. D. Luís, bisneto de Afonso X de Castela e de S. Luís (Luís IX) rei de França, era conde de Talmont e de Clermont e almirante da França, e recebeu do papa o título de “Príncipe da Fortuna”, ou seja, das Ilhas Afortunadas; dirigiu-se à corte de Pedro IV de Aragão a pedir apoio, sendo então autorizado a prover-se dos bastimentos necessários na Sardenha; mas a conquista não chegou a ter efeito. Entretanto, entre 1312 e 1330, o genovês Lanciloto ou Lançarote Malocello, de quem muito pouco se sabe, estabeleceu-se na ilha a que deu o nome; é por isso que na cartografia medieval aparece bastas vezes sobre o arquipélago canarino a bandeira da Sereníssima República de Génova. As ilhas foram também freqüentadas por maiorquinos, súbditos da Coroa de Aragão, que mantiveram uma missão católica nas ilhas e mesmo um bispado em Telde, na Grã Canária, de 1351 a c. 1410.

A primeira expedição bem atestada às Canárias (de que há uma relação escrita em latim por Giovanni Boccaccio, 1313-75) foi comandada por dois florentinos, Angiolino della Teghia de Corbizzi e Nicoloso da Recco, patrocinada por D. Afonso IV de Portugal, e largou de Lisboa em 1336 <sup>242</sup>; no regresso visitou a Madeira, que achou despovoada. É graças a esta expedição que duas das ilhas do arquipélago canário e as do grupo da Madeira figuram já em 1339 na carta de Angelino Dulcert, o mais antigo monumento da escola cartográfica de Maiorca; mas tampouco teve esta expedição continuidade. Foi, porém, com base nela que Portugal protestou diplomáticamente contra a concessão das Canárias, feita pelo papa Clemente VI a D. Luís de Lacerda em 1351.

A ocupação efetiva do arquipélago foi iniciada por dois cavaleiros normandos, Jean de Béthencourt e Gadifer de la Salle, aparentemente interessados no comércio da urzela (*Roccella phycopsis* Ach., um fungo da família das Ruceláceas), muito utilizada em tinturaria. Conquistaram as ilhas menos povoadas (Lançarote, Forteventura, Gomeira e Ferro), declarando-se vassallos da Coroa de Castela, que assim adquiriu pela primeira vez direitos sobre o arquipélago, que até aí apenas suscitara a atenção em países marítimos, como Génova, Catalunha e Portugal.

Em 1405, porém, João de Béthencourt desistiu do empreendimento e retirou-se das ilhas, deixando aí como representante seu sobrinho Maciot de Béthencourt, que em 1418 trespassou os seus direitos ao conde de Niebla, que por sua vez os vendeu ao sevilhano Guillén de las Casas em 1430, mantendo apenas o senhorio de Lançarote; em 1448, porém, vendeu-o ao infante D. Henrique, que fez cinco tentativas infrutíferas, que não nos interessam aqui, para fincar pé no arquipélago. Maciot de Béthencourt estabeleceu-se então no Funchal; uma filha sua, D. Maria de Béthencourt <sup>243</sup>, desposou Rui Gonçalves da Câmara, capitão-donatário da ilha de S. Miguel, que era filho de João Gonçalves Zarco ou João Gonçalves da Câmara de Lobos, donatário do Funchal, de modo que é sobretudo nos Açores e na Madeira que se acha progénie dos Béthencourts.

Quanto à Gomeira, foi ocupada por Hernán Peraça *el Viejo* — que recebera de seu sogro Juan de las Casas, como dote de sua mulher, o senhorio de Forteventura, que lhe fora outorgado por Henrique III em 1391, juntando-lhe em 1445, por escambo de uma fazenda em Huévar del Aljarafe, perto de Sevilha, os direitos de Guillén de las Casas sobre as outras ilhas. Ficou sendo assim, teoricamente, senhor de todo o arquipélago, de que se intitulou rei. No entanto, enquanto seu genro Diego García de Herrera (c. 1417-85) — filho de Pedro García de Herrera y Rojas, marechal de Castela, que desposara

<sup>241</sup> Geronimo Zurita, *Los Cinco Libros Postremos de la Primera Parte de los Anales de la Corona de Aragón*, compuestos por..., Herederos de Pedro Lanaja y Lamarca, impresores del Reyno de Aragon y de la Universidad, Çaragoça, 1668, t. II, liv<sup>o</sup> VIII, cap. iiiii, fl 186 v - 187 v.

<sup>242</sup> Justificamos a data que lhe assinamos no nosso estudo *L'expansion portugaise...*, pp. 38 & sqq.

<sup>243</sup> Pode ver-se o seu testamento em *MH*, vol. IX, doc. 174, nota.

sua filha D. Inês Peraça — tentava, mas sem êxito, adonar-se de Tenerife e Grã Canária, Guillén Peraça de las Casas (c. 1422-47), seu filho e irmão daquela, morria em combate com os insulares de La Palma, de que buscava apoderar-se. O domínio efetivo da família sobre o arquipélago permaneceu assim precário.

Em 1477, ainda em vida de seu esposo, Diego García de Herrera, D. Inês cederá à Coroa os seus direitos sobre a Grã Canária e sobre Tenerife, ainda insubmissa, renunciando ao título de “rainha das Canárias” e recebendo como compensação cinco contos de maravedis; mas conservara o senhorio das ilhas do Ferro e da Gomeira, conquistadas por seu pai. Os Reis Católicos deram em 1478 início à conquista efetiva da Grã Canária, que confiaram a Juan Rejón. Foi nestas circunstâncias que Colombo, enquanto aguardava que a caravela avariada fosse reparada na Grã Canária, que dependia de seus amos, permaneceu na Gomeira, onde foi hóspede de D. Inês Peraça.

Num futuro próximo, o sucesso das viagens colombinas estimularia a Coroa a ultimar a conquista do arquipélago, útil escala na rota das Índias Ocidentais, ocupando a ilha de La Palma em 1492-93 e a de Tenerife em 1494-96. Não se pode, pois dizer, que a viagem de Colombo se inscreva na lógica de uma estratégia atlântica da Coroa de Castela, de que a conquista das Canárias teria sido o preâmbulo: parece, pelo contrário, constituir não só a causa próxima da inflexão da política castelhana para o Atlântico mas também o principal estímulo que levou a Coroa a terminar a ocupação do arquipélago, cuja conquista, de cometimento senhorial se tornou assim, definitivamente, empresa régia.

Não consta que no decurso das suas precedentes viagens à Guiné e à Mina Colombo tenha visitado as Canárias. A estadia na Gomeira que lhe impôs a reparação da *Pinta* ter-lhe-á permitido inteirar-se da história da conquista do arquipélago a pretexto da idolatria dos nativos, ideia que parece ter retido em mente, e que a partir da sua segunda viagem aplicou no Novo Mundo. Os métodos a que recorreu têm, de facto, muito mais a ver com os utilizados pelos castelhanos no arquipélago canarino do que com os seguidos pelos portugueses na colonização de ilhas desertas, como o Porto Santo e a Madeira, que conhecia de perto. Aparentemente, foi sem pestanejar que os Reis Católicos consideraram desde logo cousa sua as ilhas que Colombo achava, mandando-as colonizar mesmo antes do papado lhes ter confirmado direitos sobre elas. Vivo é o contraste com o que, do lado português, se passou no Brasil, achado na pior das hipóteses em 1500, que apenas em 1532 veio a ser dividido em capitánias-donatárias, outorgadas a particulares para que as povoassem e explorassem. Do lado de cá do Atlântico a diferença é ainda mais gritante, pois a primeira capitania-donatária a ser concedida, a de Angola, apenas o foi em 1571, ou seja, 87 anos após a chegada dos portugueses à região. Não é, pois, mera figura de retórica classicizante afirmar-se que, nas suas linhas gerais, a expansão castelhana é de tipo romano, ao passo que a portuguesa se aproxima mais dos modelos grego e cartaginês.

A 6 de Setembro, chegada a *Pinta* da Grã Canária onde a haviam reparado, pôde enfim Colombo largar e dar início à grande aventura.

Já que ao longo destas páginas toparemos com inúmeros casos semelhantes, aproveitamos o ensejo para explicar que na documentação da época tanto se encontra a ortografia etimológica, *Peraça*, como a moderna, *Peraza*, o que constitui um sinal claro de que na pronúncia corrente se começavam a confundir os dois fonemas, na pronúncia moderna grafados com *z* mas pronunciados *ç*, interdental, sinal que de começo grafava uma africada, pronunciada aproximadamente *tç*. Tanto em castelhano como em português medieval o sistema das espirantes ou sibilantes comportava seis fonemas, três surdos (*ç*, *ss* e *x*) e três sonoros (*z*, *s* e *j*, respetivamente). Este sistema mantém-se em português no falar de Trás-os-Montes e de uma pequena região da Beira (entre Tondela e Oliveirado-Hospital) e em castelhano nalgumas zonas isoladas, nomeadamente na de Las Hurdes, no norte da província de Cáceres, na Extremadura. No português padrão perdeu-se a oposição fonológica

entre -ç-, sibilante pré-dorso alveolar, e ss, sibilante apical, pronunciada como “s de Viseu”, e, paralelamente, entre z e s (intervocálico); em castelhano, e também em galego, perdeu-se numa primeira fase, correspondente *grosso modo* à época de que nos ocupamos, a oposição entre surdas e sonoras, generalizando-se a pronúncia surda dos três fonemas; mais tarde (século XVI-XVII) produziu-se em castelhano (mas não em galego) uma dissimilação do sistema, que levou o ç, agora grafado z, a avançar o seu ponto de articulação, tomando uma pronúncia interdental, e o x, agora grafado j, a recuar a pronúncia para a zona gutural, transformado-se em espirante velar (*jota castellana*, praticamente idêntica ao som da letra árabe ج, geralmente transcrita kh, k ou h). Daí provêm as variações ortográficas que abundam nos documentos que citamos, que tanto quanto possível respeitámos. Quanto às freqüentes trocas de ç e z por s na nossa documentação, resultam de um fenómeno dialectal, conhecido por *seseo*, característico da pronúncia andaluza e da de numerosas regiões do Novo Mundo, que não observam a distinção entre a sibilante apical (s) e a interdental (ç, z); mas esse fenómeno não afeta o castelhano padrão, cuja norma é, tradicionalmente, a língua falada em Burgos.

Já que falamos de fonética, aproveitemos o ensejo para mais uma observação: é também por esta época que se produz um fenómeno característico do castelhano, que assim o opõe quer ao galai-co-português quer ao catalão: a pronúncia bilabial do f, que se tornou semelhante ao do f japonês em ふ ou フ, fu, pronunciado por constrição de ambos os lábios e não, como é normal na mor parte das línguas, do lábio inferior contra os dentes de cima. É daí que vem a hesitação, freqüentíssima nos documentos que citamos, entre f e h, por exemplo em *figo / hijo, fallar / hallar*, etc. Gonzalo Fernández de Oviedo, por exemplo, assina-se *Hernández* no *Sumario de la Natural Historia de Indias*, publicada em 1526, mas *Fernández* na *Historia General e Natural de Indias*, impressa nove anos mais tarde. Exceto em termos eruditos, em que a influência do latim posta na moda pelo chamado “Renascimento” contrariou esta evolução, o f veio a reduzir-se assim a uma ténue aspiração, que acabou por emudecer inteiramente no castelhano moderno. Como no caso de ç / z, etc., respeitamos a ortografia dos documentos.

A partida de Colombo causara certa inquietação em Portugal, onde se desconfiava talvez de que o seu real objêtivo fosse a Mina. Por isso, ao mesmo tempo que dava ordens para que o prendessem em qualquer porto português em que ancorasse <sup>244</sup>, enviara D. João II uma armada a interceptá-lo nas paragens das Canárias <sup>245</sup> se intentasse avançar para sul do arquipélago {63}. Colombo foi na ilha da Gomeira prevenido da sua proximidade: nos termos de Las Casas, a 6 de Setembro de 1492 *supo el Almirante, de uma caravela que venia de la isla del Hierro, que andavan por allí tres caravelas de Portugal para lo tomar*.

Receando as caravelas de D. João II, e obedecendo para mais às instruções que recebera dos Reis, a quem não convinha que, infringindo o tratado das Alcáçovas, criasse problemas com Portugal, Colombo navegou a partir das Canárias em direitura a oeste, mantendo-se a c. 28° de latitude setentrional. Ou por excesso de otimismo, nele habitual, ou porque tivesse sido induzido em erro pelo mapa de Toscanelli, ia crente

<sup>244</sup> Las Casas, *HI*, I, lxxi.

<sup>245</sup> *Ibidem*, I, xxxvi.

em que o Cipango jazia a apenas 750 léguas da ilha do Ferro; por isso dera, logo no primeiro capítulo das instruções que entregara aos capitães das suas duas caravelas, ordens para que quando tivessem percorrido 700 léguas não navegassem depois da meia-noite, ou seja, para além do horizonte visível que aproximadamente haviam tido ao pôr-do-sol, não fossem escorrer alguma ilha <sup>246</sup>.

Por certo por não estar muito seguro da conta das 750 léguas, Colombo adotou a partir de 9.IX.1492, três dias depois de perder de vista a Gomeira, uma dupla contabilidade das distâncias percorridas: a verdadeira, para seu uso pessoal e para depois informar os Reis, e uma fictícia, 10 % a 20 % encurtada, para divulgar à guarnição, de modo a que esta, a quem prometera achar terra ao cabo de 750 léguas de navegação, não desse conta de que estava tão longe da pátria. Disporia assim de uma folga de segurança para evitar que os seus homens o obrigassem prematuramente a arrepisar caminho. Segundo o Almirante Morison <sup>247</sup>, que refez todos passos de Colombo, é a contabilidade “pública” das léguas, concebida para enganar a tripulação, a que anda mais perto da realidade, como se pode verificar marcando sobre um mapa os trajetos cada dia percorridos; a contabilidade “secreta” enferma em regra de um erro de 9 % por excesso.

Uma semana depois, a 16 de Setembro, entraram no Mar dos Sargaços o que os marinheiros, supondo que era erva fresca recém-desprendida de alguma arriba, tiveram por sinal de terra; mas o capitão-mor avisou-os de que a terra firme ficava mais além. A 22 colheram vento pela proa, com o que Colombo muito se alegrou, pois demonstrava às tripulações, sempre receosas, que não era impossível apanharem vento favorável para o regresso.

Colombo, que, em consonância com a espiritualidade franciscana, era muito sensível à natureza, ia anotando as aves com que topavam e deleitava-se com a temperança dos ares, *muy dulces, como en Abril en Sevilla, qu'es un plazer estar a ellos, tan olorosos son*. Apenas sentia a falta de ouvir cantar o rouxinol...

Neste momento a sua admiração é espontânea e sincera. Mais tarde, sentindo-se na necessidade de encarecer aos olhos dos monarcas as novas terras que descobrira, torna-se repetitiva e, tanto quanto parece, um tudo ou nada artificial.

Ao cabo de cerca de um mês de viagem no desconhecido, sem mais ver que céu e mar, a tripulação, porém, começou a mostrar-se irrequieta. A 25 de Setembro, Martín Alonso Pinzón, a quem três dias antes Colombo passara, com uma cana ou com uma

---

<sup>246</sup> Las Casas, *HI*, I, xxxix, p. 139; cf. Herrera, I, i, 11.

<sup>247</sup> *op. cit.*, p. 107

corda, a carta de marear de Toscanelli <sup>248</sup>, achegou-se à sua nau para lhe manifestar a sua estranheza por não terem topado ainda com nenhuma das ilhas que naquela paragem figurava o mapa; mas logo nesse dia ao pôr do sol, cuidando divisar terra, cantaram todos em coro a *Gloria in excelsis Deo*. Era, porém, falso alarme.

O vento caíra, de modo que na semana de 26 de Setembro a 3 de Outubro não puderam avançar mais que umas 150 léguas, ao passo que nas semanas precedentes haviam por vezes chegado a percorrer umas 50 por dia, o que corresponde a uma velocidade média de um pouco mais de 6 nós. Entretanto, os marinheiros regozijavam-se com o bom tempo, e como o mar estava muito calmo deitavam-se à água e nadavam com prazer...

Pelas suas contas secretas, Colombo sabia que haviam já percorrido mais de 750 léguas, mas pelas que divulgava às tripulações estavam ainda atrás. No entanto os pilotos, a quem mostrara a carta de marear que trazia, admiravam-se de que não tivessem ainda avistado nenhuma das pequenas ilhas que o mapa debuxava em torno do Cipango. Como este era aí figurado a cavalo no Trópico de Câncer, Martín Alonso Pinzón, que provavelmente nutria esperanças de ficar na história como seu descobridor, pressionou o capitão-mor a mudar de rumo, inflêntido para sudoeste e quarta de oeste, o que este acabou por aceitar por ter visto um bando de aves que voava naquela direção; foi por isso que acabaram por aterrar nas Lucaias ou Bahamas e não na Florida, a que teriam aportado se continuassem navegando em direitura, como muito bem nota Las Casas. É bem verdade que esta queda apenas uns 5° mais a ocidente, o que à velocidade média a que vinham lhes custaria tão somente mais três dias e meio de navegação. Não tem por isso razão o velho Juan Domínguez que, chamado aos 85 anos a depor nos *Pleitos*, afirmou que fora graças à mudança de rumo sugerida por Martín Alonso que acharam terra, pois se continuassem em frente como Colombo pretendia teriam acabado por voltar para trás <sup>249</sup>. Nem parece tê-la Verlinden, ao vaticinar téticamente que teriam sido arrastados pela corrente do Golfo e trazidos de volta à Europa, se não arremessados à costa e despedaçados contra qualquer escolho.

Mascarenhas Barreto <sup>250</sup>, que não dá mostras de alguma vez ter lido senão em diagonal os *Diários* de Colombo, e parece ignorar a própria existência dos *Pleitos Colombinos*, omite este episódio; e explica assim a mudança de rumo: em vez de tomar, de Palos ou das Canárias, um rumo em direitura para oeste — como deveria

---

<sup>248</sup> *HI*, I, xxxviii.

<sup>249</sup> Anunciada Colón, *op. cit.* III, pp. 1558-1559.

<sup>250</sup> *op. cit.*, p. 132.

fazer “se realmente se guiasse pelo mapa de Toscanelli que localiza a Antília muito mais a norte” (o que não sabemos como pôde o autor adivinhar, visto o mapa estar perdido há séculos) — Colombo inflêtiu, primeiro para sudoeste e depois para oes-sudoeste. Esta afirmação é inteiramente errónea: a 20 de Setembro, forçado pelos ventos, tomara o rumo de oeste e quarta do noroeste; a 22 o de oés-noroeste; e a 23 o de noroeste, por vezes à quarta do norte quando o vento o permitia, voltando a 24 a pôr a proa a oeste. Foi só a 6 de Outubro que, por alvitre de Pinzón, guinou para sudoeste e quarta de oeste. É o que consta do *Diário*. Prouvera, porém, a Deus que se ficasse por aqui o disparate; mas não: para Barreto “a sua rota *intencional*, com objecto *pré-localizado*” era... “apontar ao norte da América do Sul — às “Terras de Gonçalo Coelho”. *Terras de Gonçalo Coelho* é o nome que no mapa de Vesconte Maiollo, datado de 1504, se dá ao norte do Brasil, que fora de facto explorado por Gonçalo Coelho na sua expedição de 1503-1504. Muito grandes teriam de ser os dotes proféticos de Colombo para partir em sua busca doze anos antes de serem achadas!

Como adiantámos já, admirara-se Pinzón, quando lhe foi dado a observar o mapa, de que não tivessem ainda avistado nenhuma das ilhas que este figurava nas imediações do Cipango. Colombo, porém, não quis tornar atrás, em busca das ilhas que a carta figurava mas a realidade omitia; vê-las-iam no regresso, afiançou. E continuou para a frente. Foi então que, a 6 de Outubro, se esboçou contra ele um motim, que o *Diário* prudentemente cala, mas de que temos conhecimento por Pedro Mártir de Angléria:

Os companheiros espanhóis [de Colombo] começaram a murmurar, de começo surdamente, mas logo a increpá-lo com abertos insultos, pensando por fim em matá-lo ou em atirá-lo ao mar. Diziam-se enganados por um homem da Ligúria {64}, que os arrastava para um precipício de que jamais lograriam regressar. Ao trigésimo dia, acesos de furor, bradavam-lhe que os reconduzisse atrás e não avançassem para mais longe. Ele porém, protelando-o dia a dia, acalmava os furiosos, apaziguando-os ora com palavras brandas, ora com grandes esperanças, e explicava-lhes que os reis os tachariam de traição, se contra ele tentassem qualquer cousa ou se recusassem a obedecer.

D. Hernando<sup>251</sup>, que conheceu o texto de Angléria, conta aproximadamente a mesma história, edulcorando-a um pouco e pondo o acento no pavor e na descrença da tripulação amedrontada:

Quanto mais se revelavam vãos os sobreditos sinais [de terra], tanto mais crescia o seu pavor e a sua ocasião de murmurar, retirando-se dentro dos navios e dizendo que o Almirante, com a sua louca fantasia deliberara fazer-se grão senhor à custa das vidas e perigos deles. (...) E que por ser o Almirante estrangeiro {65} e sem favor algum, e por sempre haverem tantos homens sábios e doutos reprovado e vituperado a sua opinião, não haveria agora quem no favorecesse e

---

<sup>251</sup> HA, cap. xix (xx).

defendesse, e lhes seria mais crido o que dissessem, assinando-lhe a ele culpas de ignorância e mau governo, do que quanto para sua justificação pudesse ele dizer. Nem faltou quem propusesse que, para tolher caminho a toda a discussão, se ele não quisesse demover-se de seu propósito, poderiam simplesmente deitá-lo ao mar, e espalhar depois que, querendo ele observar as estrelas e os sinais [de terra], caíra por inadvertência...

O relato de Herrera <sup>252</sup> vai em sentido idêntico. Foi só quatro dias mais tarde, a 10 de Outubro, que Colombo anotou pela primeira vez no seu *Diário* o descontentamento da tripulação atemorizada com a infindável travessia, sem mais ver que céu e mar. Oviedo insinua que o motim fora fomentado pelos irmãos Pinzón; os depoimentos prestados nos *Pleitos Colombinos* afirmam, ao invés, na sua maioria, que desta feita foi Martín Alonso Pinzón quem interveio, animando Colombo e aquietando a taífa com uma espanholada: *armada que salió con mandato de tan altos príncipes no habrá de volver atrás sin buenas nuevas* <sup>253</sup> ! Seu irmão Vicente Yáñez secundou-o; e a Colombo que perguntava: *Capitanes, que faremos, que mi jente mal me aquexa, que vos parece señores que fagamos?* respondeu por sua parte: *Andemos, señor, fasta dos mil leguas y que se aquí no falláremos lo que vamos a buscar, de allí poderemos dar buelta* <sup>254</sup> ! Se de facto os Pinzones tinham qualquer informação, por mítica que fosse, de que o Cipango jazia 95° a oeste das Colunas de Hércules, situar-se-ia à longitude do México, pelo que haveria, de facto, ainda muito caminho a andar. Nos *Pleitos Colombinos* o fiscal da Coroa viria a tirar argumento deste afinco de Martín Alonso em prosseguir para lhe imputar a autoria moral do achamento do Novo Mundo.

No entanto, os mestres, que encabeçavam o pessoal dos três navios, decidiram não dar a Colombo senão um prazo de três dias, passados os quais, se não achassem cousa alguma, teria de arrear caminho.

Dois dias mais se passaram sem que vissem terra. Foi então que, na madrugada de 11 de Outubro, às duas da manhã, Rodrigo de Triana bradou *tierra, tierra!* após o que Colombo mandou amainar as velas e esperar o amanhecer para descer à praia. Vimos já como conseguiu o Almirante empalmar ao marinheiro as alvissaras prometidas ao primeiro que avistasse terra; a história, reportada por Oviedo <sup>255</sup> e Gómara <sup>256</sup>, é confir-

---

<sup>252</sup> I, i, 10-11.

<sup>253</sup> Depoimento de Hernán Pérez Mateos nos *Pleitos Colombinos*, Santo Domingo, 26.I.1536: Anunciada Colón, pp. 1595 & sqq.

<sup>254</sup> cf. o depoimento de Francisco María Vallejos, nos *Pleitos Clombinos*, Palos, 1.X.1515, Anunciada Colón, pp. 2574-75.

<sup>255</sup> I, v.

<sup>256</sup> pp. 166-167

mada pelos depoimentos de Manuel de Valdevinos e Diego Hernández Colmenero nos *Pleitos Colombinos*<sup>257</sup>. O próprio Frei Bartolomeu de las Casas a admite no seu relato, ainda que sem insistir na avidez de Colombo e deixando pairar alguma dúvida:

*Y porque la caravela Pinta era más velera e iba delante del Almirante, halló tierra y hizo las señas qu'el Almirante avia mandado. Esta tierra vido primero un marinero que se dezía Rodrigo de Triana, puesto que el Almirante, a las diez de la noche, estando en el castillo de popa, vido lumbre; aunque fue cosa tan çerrada que no quiso afirmar que fuese tierra, pero llamó a Pero Gutiérrez repostero d'estrados del Rey e dixole que parecía lumbre, que mirasse él, y así lo hizo, y vídola. Díxolo también a Rodrigo Sánchez de Segovia, qu'el Rey y la Reina embiavan en el armada por veedor, el cual no vido nada porque no estava en lugar do la pudiese ver. Después qu'el Almirante lo dixo, se vido una vez o dos, y era como una candelilla de cera que se alçava y levantava, lo cual a pocos pareciera ser indício de tierra; pero el Almirante tuvo por çierto estar junto a la tierra. Por lo cual, quando dixeron la Salve, que la acostumbran dezir e cantar a su manera todos los marineros y se hallan todos, rogó y amonestólos el Almirante que hiziesen buena guarda al castillo de proa, y mirasen bien por la tierra, y que al que le dixese primero que vía tierra le daría luego un jubón de seda, sin las otras mercedes que los Reyes avían prometido, que eran diez mill maravedís de juro a quien primero le viesse.*

Colombo deve ter ficado com remorsos a roer-lhe a consciência, pois dois anos mais tarde, ao relatar aos Reis a viagem exploratória que acabava de fazer a Cuba<sup>258</sup>, acha maneira de lhes lembrar que fora com justiça que arrecadara a mercê prometida, pois fora ele próprio o primeiro a enxergar luz na ilha.

Como era a primeira ilha a que aportavam sãos e salvos, Colombo chamou-lhe, em ação de graças, *S. Salvador*; tratava-se da ilha cujo nome nativo era Guanahaní, que corresponde provavelmente à ilha depois conhecida por Watlings, que em 1925 tomou, nessa presunção, o nome de San Salvador (24° 6' N, 74° 29' E); não é contudo impossível que, como aventaram outros historiadores, corresponda antes à ilha Samana Cay, a SSE daquela, ou ainda à de Plana Cays, a SSE desta. Não há certeza absoluta. Trata-se, de qualquer maneira, de uma das ilhas do grupo das Lucaias, ilhas calcárias que constituem a parte emersa dos bancos da Bahamas, que, tal como a maior parte de Cuba, assentam sobre a placa norte-americana. Na sua *História*, em que por vezes transcreve, por vezes resume e refunde o *Diário* de Colombo, Frei Bartolomeu de las Casas afirma: *llegaron a una isleta de los lucayos que se llamava en lengua de indios Guanahaní*. Pôs-se já a hipótese de que o nome de *lucayos*, dado ao povo das ilhas, lhes tivesse sido dado por Colombo, que julgaria ter chegado às ilhas Léquiias, o arco insular que se estende entre o Japão e a Formosa, chamadas em japonês 琉球, *Ryūkyū*, em cantonês *Láu K'áu* e em

<sup>257</sup> Anunciada Colón, pp. 2414, 2637 & 2644.

<sup>258</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 308.

mandarim *Liu Ch'iu*, que de 1429 a 1872 formaram um reino independente. A forma portuguesa *Ilhas Léquias* ou *ilhas dos Léquios* provém aparentemente da forma árabe *Likīwū*, usada por exemplo nos *Roteiros* de Ibn Mājīd; mas não cremos que tal etnónimo, que apenas está atestado em português desde c. 1515, em cartas dos capitães de Malaca a D. Manuel e na *Suma Oriental* de Tomé Pires, pudesse ser conhecido de Colombo. Em mapas quatrocentistas, tais como o grande mapa-múndi de Fra Mauro<sup>259</sup>, encomendado por D. Afonso V — que não chegou até nós mas de que em Veneza se conserva o protótipo — de que Colombo pode ter tido conhecimento em Lisboa, como o teve da carta de Tosacaneli, figura o nome árabe dos povos desse arquipélago, *ġūrī* (em português *gores*, em italiano *gori*), derivado do topónimo al-Ġūr, termo que na pena dos geógrafos árabes engloba também a Formosa. Seja como for, Colombo jâmais o cita.

Chegado à praia o Almirante desembarcou, caiu por terra e beijou o solo, após o que desfraldou o estandarte de Leão e Castela, enquanto Rodrigo de Escobedo, escrivão da armada, lavrava um auto de posse da ilha em nome de Suas Altezas. Ao contrário do que sucederia em 1500 no Brasil não foi celebrada na nova terra assim achada nenhuma missa de ação de graças, pela simples razão de que não seguia a bordo sacerdote algum.

Imbuído do espírito imperial de Castela, tinha o Almirante intenção de fazer o mesmo em cada uma das ilhas que descobrisse; mas o seu elevado número levou-o a desistir do intento, reservando tal prática apenas para as ilhas principais. Não deixou contudo de, como que em ato de posse, dar a cada uma seu nome, mesmo às habitadas que tinham nome nativo, e é por isso que no basto ilhedeo das Antilhas ainda hoje, se bem contamos, achamos apenas cinco — Cuba, Jamaica, Haiti, Martinica e Aruba — que tenham conservado o seu primitivo nome. Colombo tampouco deixa de assinalar, logo em Guanahaní, um lugar apto para se construir uma fortaleza; o mesmo fez pouco depois nas costas de Cuba e da Espanhola. Pouco versado em direito, partiu do princípio de que a partir do momento em que tomara posse da ilha em nome de Suas



**Desembarque de Colombo no Novo Mundo**  
Gravura de Theodor de Bry, *America - Pars IV*,  
Francoforte, 1594

<sup>259</sup> Legendas nº 607, 1226 e 1370. Pode ver-se uma reprodução completa, a preto-e-branco, do mapa no *Atlas do Visconde de Santarém*, referido acima.

Altezas a terra e a gente lhes pertenciam, como por mais de uma vez afirma no seu *Diário*. Não teve por isso escrúpulos em tomar à força seis nativos, para aprenderem o castelhano, lhe servirem de intérpretes no resto da viagem e os mostrar aos Reis Católicos. À margem do manuscrito alguém, provavelmente Frei Bartolomeu, exarou uma nota: *no fue lo mejor del mundo esto...* Seja como for, o expediente surtiu efeito, pois entre o que os taínos <sup>260</sup> aprenderam de castelhano e o que Colombo aprendeu de taíno, ao cabo de dois meses comunicavam razoavelmente: pôde assim anotar a existência e o nome de ilhas que não visitou, como as dos Caribes *in genere*, Martinino, que corresponde certamente à Martinica envolta nas brumas da lenda, e mesmo o da Jamaica, referida como *Yamaye* a 6.I.1493. Terá até ouvido dos índios referências à Terra Firme, ou seja, ao continente americano, a que parece aludir na mesma data, explicando que ficaria a dez jornadas de canoa da Jamaica, *y que era la gente vestida allí*. Tratar-se-ia provavelmente do Iucatão onde viviam os maias. Como nota Las Casas, a cera que em Cuba a 29.XI se antolhou a Colombo devia daí provir.

Já a referência que a 11. XII.1492 fizera à terra de Caritaba, *que no está cercada de agua, y parece dar a entender ser tierra firme, qu'es aquí detrás* [i. e. a sul, pois percorria-lhe a costa norte] *d'esta Española y qu'es cosa infinita*, se a alguma coisa corresponde, será à América do Sul, ainda que distante assaz dali. No entanto, para aumentar a confusão, *Caritaba* parece ser simplesmente uma deformação, por metátese, de *Caribata*, nome que pouco depois ocorre por várias vezes nas páginas do *Diário* para designar uma região da Espanhola, junto ao Monte Cristi. Noutro passo <sup>261</sup>, porém, Colombo parecia identificar *Caribana*, outro nome da ilha de Baneque ou de Baveque (Inágua Grande) com Caniba, que na realidade deve designar as ilhas dos canibais, mas lhe parecia querer referir-se ao Grão Cã...

Mau cosmógrafo mas fino observador, Colombo notou logo no primeiro dia no seu *Diário* uma série de detalhes acerca das populações com que topara. É curioso reler essas suas primeiras impressões:

*Yo, porque nos tuviesen mucha amistad, porque cognosçi que era gente que mejor se librería y convertiría a nuestra santa fé con amor que no por fuerça, les di a algunos d'ellos unos bonetes colorados y unas cuentas de vidro que se ponían al pescueço, y otras cosas muchas de poco valor, con que ovieron mucho plazer e quedaron tanto nuestros que era maravilla. Los cuales, después venían a las barcas de los navios adonde nos estávamos, nadando, y nos traían papagayos y hilo*

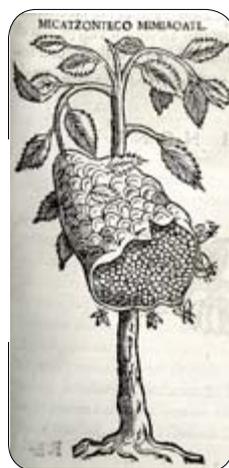
<sup>260</sup> Pode colher-se um panorama das etnias que povoavam o Novo Mundo à chegada de Colombo in Alvin M. Josephy Jr (dir.), *America in 1492 - The World of the Indian Peoples before the Arrival of Columbus*, Alfred Knopf, Nova Iorque, 1992; Michael Coe, Dean Snow & Elizabeth Benson, *Atlas of Ancient America*, Facts on File, Nova Iorque & Oxford

<sup>261</sup> Las Casas, *HI*, I, liii.

*de algodón en ovillos, y azagayas y otras cosas muchas, y nos las trocavan por otras cosas que nos le dávamos, como cuentezillas de vidro y cascaveles. Enfin, todo tomavan e daban de aquello que tenían de buena voluntad, mas me pareció que era gente muy pobre de todo. Ellos andan todos desnudos como su madre los parió, y también las mugeres, aunque no vide más de una, farto moça, y todos los que yo vi eran todos mançebos, que ninguno vide de edad de más de xxx años, muy bien hechos, de muy fermosos cuerpos y muy buenas caras, los cabellos gruesos casi como sedas de cola de cavallos e cortos. (...)*

*Ellos no traen armas ni las cognosçen, porque les amostré espadas y las tomavan por el filo y se cortavan con ignorancia. No tienen algún fierro; sus azagayas son unas varas sin fierro y algunas d'ellas tienen al cabo un diente de peçe, y otras de otras cosas. (...)*

*Yo vide algunos que tenían señales de feridas en sus cuerpos, y les hize señas qué era aquello, y ellos me amostraron cómo allí venían genes de otras islas que estaban acerca, y les querían tomar y se defendían. Y yo creí e creo que aquí vienen de tierra firme a tomarlos por captivos. Ellos deven ser buenos servidores y de buen ingenio, que veo que muy presto dicen todo lo que les dezía. Yo creo que ligeramente se harían cristianos, que me pareció que ninguna secta tenían. Yo, plaziendo a Nuestro Señor, levaré de aquí al tiempo de mi partida seis a Vuestras Altezas para que deprendan hablar. Ninguna bestia de ninguna manera vide, salvo papagayos en esta isla.*



#### Árvores melífluas do México

Gravuras de Francisco Hernández, *Rerum medicarum Novæ Hispaniæ Thesaurus*, livº IX, cap. xxi

Não lográmos encontrar o significado de *isaxalasmilt*; quanto a *micatzonteco mimiaoatl*, cremos que em nahuatl significa simplesmente “favo de mel”.

A partida tinha-a aprazada para a primavera, como mais adiante diz. No dia seguinte anotou novas observações, como o tipo braquicéfalo dos nativos, a sua cor parda, as embarcações de que se serviam, as redes em que dormiam, as frechas e azagaias de pau tostado ou rematado por uma espinha de peixe de que usavam. O facto de não conhecerem o ferro parece não o ter espantado, quiçá por que teria observado que o mesmo sucedia no Velho Mundo com os guanches, os nativos das Canárias. Por duas vezes, contudo, a 26.XII.1492 e a 15.I.1493, alude a cobre, que os taínos, porém, não

sabiam minerar nem trabalhar. Colombo terá quiçá entrevisto qualquer objeto manufaturado, importado da região andina, onde a metalurgia do cobre se desenvolvera, ou da Mesoamérica, onde tampouco era desconhecido, ainda que menos usado. Não é impossível, pois as fontes portuguesas atestam que também no Brasil apareciam objetos de cobre, importados sem dúvida do Peru. Daí viria o apreço que os índios mostravam pelos objetos de metal que os espanhóis traziam, nomeadamente os guisos, em troca dos quais ofereciam grande quantidade de ouro.

Colombo observou igualmente as embarcações dos índios, a que a partir de 3/XII começa a dar o nome nativo, *canoas*. Pedro Mártir traduz o termo pelo cultismo *monoxylum*, “de um só madeiro”. De momento o Almirante designa-as por almadias, termo ibérico de origem árabe (provindo de *al-ma’diyya*, da raiz verbal ‘*adā*, “atravessar”), que se pode aplicar a qualquer piroga ou embarcação ligeira, sobretudo se escavada num só tronco:

*Ellos venieron a la nao con almadias, que son hechas del pie de un árbol como un barco luengo y todo de un pedaço y labrado muy a maravilla según la tierra, y grandes, en que en algunas venían 40 y 45 hombres, y otras más pequeñas, fasta aver d’ellas en que venía un solo hombre. Remavan con una pala como de fornero, y anda a maravilla; y se les transtorna, luego se echan todos a nadar y le endereçan y vazian con calabças que traen ellos. (...).*

O descobridor devia ter visto anteriormente, no decurso das suas viagens à Guiné, almadias não muito dissemelhantes. É acertadamente que nota não serem propulsionadas por remos fixos no costado da embarcação — o que impõe que se reme de costas — mas por pangaios ou pangaias, que compara a pás de forneiro, seguros com ambas as mãos. É curioso notar que o nome que se lhes dá em português não é de origem africana, mas malaia, a entremostar que só na Insulíndia terão os portugueses atentado neles: o étimo é o malaio *pengayuh*, nome de agente ou de instrumento da raiz *kayuh*, que significa “remo”, de onde outras formas prefixadas como *berkayuh*, “remar”; em português veio, contudo a predominar a forma feminina *pangaia*, tirada de *pangaio*, que se usa mais para designar um certo tipo de embarcação da África Oriental.

Quanto às *calabças* que usavam para transportar água ou para retirá-la de dentro das canoas, não é impossível que se trate das nossas cabaças ou abóboras-carneiras [*Lagenaria siceraria*, (Molina), Standl.], pois dizem haver provas arqueológicas de que existiam já no Novo Mundo, fosse porque povoadores neolíticos da América tivessem trazido consigo as sementes — o que não parece muito provável, pois não se entende porque teriam trazido sementes de abóbora mas não de qualquer outra espécie — fosse porque estas houvessem sido transportadas pelos ventos ou pelas correntes marinhas. Parece-nos, contudo, mais provável que se trate de cuias, de que falaremos

adiante; ou então da casca seca de qualquer espécie de abóbora americana, como a abóbora-menina ou jerimum (*Cucurbita maxima*, Duchesne), a abóbora-moganga, abobrinha ou curgete (*C. pepo*, L.N.) ou a abóbora-cheirosa (*C. moschata*, Duchesne ex Poir), pertencentes como aquela à família das Cucurbitáceas, hoje tanto ou mais comuns entre nós do que aquela, pois rapidamente se divulgaram.

Colombo logrou compreender razoavelmente a organização social dos tainos. Embora de nível tecnológico idêntico aos índios do Brasil, os das Antilhas possuíam uma organização mais complexa, em chefaturas hierarquizadas, semelhante à que em Timor, ainda que um tanto modificada pela tutela portuguesa, subsistiu até nossos dias e, de certo modo, também à dos antigos impérios africanos do Congo, do Monomotapa, etc. No Brasil eram raras as etnias que, como os tapajós da bacia amazônica, possuíam chefaturas estáveis, com chefia hereditária, classes sociais jerarquizadas e escravidão institucional; os tupis-guaranis, que ocupavam quase toda a região costeira com que os portugueses tinham mais contactos, possuíam uma organização político-social mais embrionária, em que os *morubixabas* eram meros chefes carismáticos que conduziam a guerra, mas em tempo



Canoa

Gravura da 2ª edição (Veneza, 1572) da *Historia del Mondo Nuovo* de Girolamo Benzoni

Ao contrário dos remos fixos no costado da embarcação, os pangaaios permitem remar para a frente.

de paz pouco poder detinham. Em tais sociedades há uma hierarquia de grupos etários, mas não de classes sociais. Daí o espanto, que Montaigne notou e comentou, que os índios brasileiros que Villegagnon trouxe à Normandia, ao verem os velhos curvarem-se a el-rei de França, que era ao tempo Carlos IX (r. 1560-74), de apenas doze anos de idade<sup>262</sup>.

Colombo percebeu desde o início a existência de chefes entre os nativos, a que no seu *Diário* apenas começa a dar o nome local de *caciques* a 17.XII.1492, já na Espanhola; ou o termo *cacique* se não usava nas Lucaias nem em Cuba, ou Colombo não tomou sentido nele. Até aquela data designava-os geralmente por *reis*, embora por vezes não estivesse certo se eram régulos autónomos se “governadores” que representavam localmente um monarca. Veio a perceber que, consoante os lugares, os havia de uns e de outros pois, como sucede na maioria das sociedades organizadas em chefaturas, havia vários níveis de chefes, subordinando-se os chefes locais aos regionais, o que

conferia à sociedade uma estrutura piramidal. Segundo D. Hernando<sup>263</sup> havia na Espanhola cinco caciques principais e setenta e oitenta subordinados. Ao Almirante não foi difícil compreender o sistema, que tinha muitas analogias com o hierarquia dos nobres em toda a Europa feudal, cuja organização, simplificando um pouco, se pode em duas palavras explicar pela intrusão das chefaturas germânicas no território do que fora o Império Romano, de que sempre permaneceu uma sombra, conferindo às chefaturas superiores um cariz de estado. Herança romana igualmente nos parece ser o acento que o feudalismo europeu põe sobre o carácter contratual da relação vassálica, a que aludimos já.

<sup>262</sup> Cf. Frank Lestringant, *Le Brésil de Montaigne - Le Nouveau Monde des “Essais” (1580-1592)*, choix de textes, introduction & notes de..., Chaandeigne, Paris, 2005.

<sup>263</sup> HA, cap. lxi (lx); Cf. Oviedo, HGNI, III, iv.

A hierarquia que enformava o sistema taíno tornou-se evidente para Colombo no cerimonial de que se rodeava um chefe que recebeu em Cuba e, sobretudo, no que observou aquando dos seus encontros com o cacique Guacanagari no Haiti: tanto ele como seus próximos se sentavam com o Almirante à mesa, enquanto o resto da comitiva se acorava no chão, no convés do navio. Os chefes levavam à boca e provavam cada uma das iguarias que lhes ofereciam, após o que passavam o resto a seus vassalos para que então os comessem. A 26.XII.1492, aquando de um desses repastos oferecidos a caciques, Colombo anotou que o que viera comer a bordo, *en su comer, con su honestidad y hermosa manera de limpieza, se mostrava bien ser de linaje*.

Quanto à religião dos índios, as observações são, como seria de esperar, superficiais. Colombo nota, tanto no *Diário* como nas cartas a Santángel e aos Reis, que “não lhes achou seita”, *i. e.*, que não eram cristãos, nem mouros nem judeus, não pertencendo por conseguinte a nenhuma das seitas ao tempo conhecidas nem aparentando possuir uma religião estruturada. Seguiriam simplesmente aquilo que os Escolásticos designavam por *religião natural*: criam na sobrevivência da alma ao corpo e reconheciam a existência de um ser ou de seres superiores que localizavam vagamente no céu: *conoçi que conoçen que en el çielo están las fuerças y generalmente, en cuantas tierras yo aya andado, creyeron y creen que yo con estes navíos y gente venía del çielo, y con este acatamiento me reçebían*<sup>264</sup>. Não encontrou sinais de idolatria *stricto sensu*, o que em povos daquele nível de civilização, não urbanizados, é normal. A 29.XI.1492 achara numa casa um crâneo dentro de um invólucro de verga por seu turno encerrado num cesto, e o mesmo voltaram a encontrar em outra casa; daí concluiu que deviam ser os restos mortais de alguém de linhagem principal, o que Las Casas confirma. Tratava-se, portanto de uma manifestação do culto dos antepassados. A 3 de Dezembro toparam com uma casa mais formosa que as demais ainda que não muito grande, contendo dentro uma *obra maravillosa*, com muitos caracóis e outras coisas colgadas do seu céu; cuidou o Almirante que fosse um templo e inquiriu se ali faziam oração, mas a resposta foi negativa; e não hesitaram os locais em deixá-los tomar das cousas que havia dentro. Tratava-se, provavelmente, de um lugar semi-sagrado em que se conservavam *cemís*, estátuas de antepassados míticos ou reais e objetos considerados venerandos por lhes haverem pertencido, como mais tarde explicará Frei Ramón Pané no seu memorial sobre os mitos e a religião dos taínos, integralmente transcrito por D. Hernando na biografia paterna<sup>265</sup>.

<sup>264</sup> *Carta a los Reyes*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. vii, p. 230.

<sup>265</sup> *HA*, cap. lxii (lxi).

Alguns dos detalhes que o descobridor regista, sem embargo, afiguram-se-nos duvidosos: assim, logo a 14 de Outubro, a história do velho que veio ao encontro da frota num batel clamando em alta voz: *venid a ver los hombres que vinieron del cielo! Traedles de comer y de beber!* Que os nativos tivessem aquela estranha gente por vinda do céu é crível; é também muito possível que mais tarde Colombo o tenha ouvido da boca de alguns; mas que quarenta e oito horas após a sua chegada à ilha já lhes entendesse a língua, parece-nos pouco provável...

A partir do segundo dia no Novo Mundo a *auri sacra fames* do descobridor torna-se obsessiva nas páginas do *Diário*: durante a sua estadia de duas semanas nas Lucaias constam daquele nada menos que 22 referências ao ouro, de que continuamente inquiria. As razões de tal obsessão parecem ser, por um lado, as alusões de Marco Polo aos edifícios telhados de ouro no Cipango, por outro a crença, comum na época, em que o ouro e as pedras preciosas se geravam nas entranhas da terra devido à incidência do sol, pelo que deviam abundar especialmente nas regiões tropicais. E lá estava a Mina como contraprova...

A 18 de Dezembro, já na Espanhola, soube dos índios que por i algures havia mesmo uma ilha toda feita de ouro; e parece ter tragado a patranha.

As pérolas e as especiarias estão também presentes nos inquiritos, mas muito mais discretamente <sup>266</sup>. Quanto a pérolas, animou-o achar, ao chegar a Cuba, muitas amêijoas, *qu'es señal d'ellas*; mas, tal como aliás sucede à maior parte das pessoas que comem amêijoas, não as achou. A 16 de Novembro, pouco antes de abandonar a costa cubana, volta a referir-se-lhes, notando que inquirira junto de índios que pescavam caracóis se não haveria por ali *nácaras*, que são as ostras perolíferas; acharam-nas em grande número, mas nenhuma trazia pérola. Só em 1498, na sua terceira viagem, viria finalmente Colombo a deparar com verdadeiras pérolas, na região de Pária (costa venezuelana), como a seu tempo veremos.

As pérolas são concreções de carbonato de cálcio (Ca C O<sub>3</sub>), sob a forma de calcite ou de aragonite, que se formam, geralmente em torno de um corpo estranho, como um grãozinho de areia, no interior de alguns moluscos bivalves, em particular das ostras perolíferas (*Pinctada* spp., da família das Pteriídeas). Tradicionalmente extraíam-se, sobretudo no Golfo Pérsico e na Costa da Pescaria, no extremo sul da Índia, defronte de Ceilão, da *Pinctada margaritifera*. L.; trata-se de uma espécie indo-pacífica que após a abertura do canal de Suez em 1867 penetrou no Mediterrâneo. Há, contudo, mais espécies do mesmo género que as podem produzir. As ostras perolíferas que Colombo viria a encontrar na costa da Venezuela na sua terceira viagem pertenciam provavelmente à espécie *P. longisquamosa*, Dunker, que ocorre entre a Florida e a Venezuela. Há a notar que as ostras que

---

<sup>266</sup> Cf. Antonio María Manrique, *Guanahani - Investigaciones histórico-geográficas sobre el derrotero de Cristóbal Colón por las Bahamas y costa de Cuba que comprenden la situación exacta de la primera tierra descubierta del Nuevo Mundo* [1<sup>o</sup> ed., Arrecife (Lanzarote), 1890], Artemisa Ediciones, La Laguna (Tenerife), 2006.

habitualmente se comem pertencem geralmente a espécies de outra família, a das ostreídeas. Há a notar ainda que nácar ou madreperola não é o nome de uma espécie zoológica mas da aragonite que muitos bivalves apresentam na sua face interna; tem, portanto, a mesma composição química que as pérolas, mas dispõe-se em finas camadas planas em vez de camadas esféricas.

Mas tornemos ao 13 de Outubro de 1492:

*Luego que amaneció vinieron a la playa muchos d'estos hombres, todos mançebos, como dicho tengo, y todos de buena estatura, gente muy fermosa: lo cabellos no crespos, (...) y todos de la frente y cabeça muy ancha, más que otra generación que fasta aquí aya visto; y los ojos muy fermosos y no pequeños; y ellos ningún prieto, salvo de la color de los canarios. (...).*

*Y esta gente farto mansa, y por la gana de aver de nuestras cosas, y temiendo que no se les a de dar sin que den algo y no lo tienen, toman lo que pueden y se echan luego a nadar (...). Fasta que vi dar 16 ovillos de algodón por tres çeotis de Portugal, que es una blanca de Castilla, y en ellas avría más de una arrova de algodón filado. Aquí naçe en esta isla, mas por el poco tiempo no pude dar así del todo fé. Y también aquí naçe el oro que traen colgado a la nariz, mas por no perder tiempo quiero ir a ver se puedo topar a la isla Çipango. Agora, como fue noche, todos se fueron a tierra con sus almadías.*

O algodão foi assim o primeiro artigo de comércio a ser descoberto no Novo Mundo. Como andavam geralmente nus, os índios pouco o utilizavam para fabricar tecidos; mas serviam-se dele para confecionar as macas ou redes em que dormiam.

O que correntemente se designa por *algodão* são as fibras, monocelulares, c. 3.000 vezes mais longas que espessas, formadas de celulose quase pura, que cobrem as sementes de diversas espécies de algodoeiros e lhes permitem ser dispersas pelos ventos, assegurando a reprodução da planta à distância. Tais fibras são, de facto, levíssimas, sendo necessários cerca de 200 milhões delas para perfazer um quilograma. Os algodoeiros pertencem todos ao género *Gossypium L.*, da família das Malváceas, mas nem todas as espécies possuem filamentos, pelo que nem todas têm utilidade industrial. Pelo menos uma espécie, o *Gossypium arboreum, L.*, foi cultivada no vale do Indo desde a época da civilização de Harappa (III milénio A. C.); daí foi trazido para a Mesopotâmia, ao que parece durante o reinado de Sennacherib (705-641 A. C.), pois é nessa época que “as árvores que dão lã” começam a ser mencionadas em cilindros-selos. Os gregos conheceram desde cedo a sua existência, pois já Heródoto (c. 480-425 A. C.) refere a “lã de árvore” de que os indianos se vestiam, e de que se usava já em certas partes da Grécia para confecionar tecidos de luxo. Parece ser Plínio o Antigo (23-79 A.D.) o primeiro autor a mencionar a espécie africana de algodão, o *Gossypium herbaceum, L.*, indígena da África oriental. No entanto, o algodão permaneceu mercadoria rara na Europa até ao meado do século X, quando os árabes introduziram o seu cultivo no sul da Península Ibérica. É por isso que na maioria das línguas da Europa é o algodão designado por um vocábulo derivado do árabe *quṭn* ou, dialétalmente, *quṭun*.



**Macas ou redes de dormir dos índios**

Gravura da 2ª edição (Veneza, 1572) da *Historia del Mondo Nuovo* de Girolamo Benzoni

As espécies americanas de algodão de que as mais comuns são o *Gossypium barbadense*, L., originário da região andina, e o *Gossypium hirsutum*, L., oriundo da Mesoamérica (hoje a espécie mais cultivada em todo o mundo) foram domesticados desde c. 3.000 A. C.; modernamente vieram a suplantá-las do Velho Mundo, por terem fibras muito mais longas (pelo menos de 3,5 cm). Mesmo o chamado “algodão do Egito” ou “algodão Jumel” é uma variedade da espécie *G. barbadense*, introduzida por Mehemet Ali, vice-rei otomano do Egito de 1804 a 1849, com a colaboração do industrial francês Louis Alexis Jumel (1785-1843); representa hoje c. 6 % da produção mundial, ao passo que o *G. hirsutum* representa 81,5 %. Este é uma planta anual, ao passo que o *G. barbadense* é, como o *G. arboreum* da Índia, uma espécie vivaz. As espécies americanas são tetraplóides, isto é, têm os cromossomas agrupados a quatro e quatro, num total de 26 pares, ao passo que as espécies asiáticas e africanas (*Gossypium arboreum* e *G. herbaceum*, L.) têm 13 pares, a dois e dois <sup>267</sup>.

É hoje geralmente aceite que praticamente nenhuma espécie botânica do Velho Mundo era, antes de Colombo, cultivada no Novo e vice-versa. O facto, para que durante muito tempo se não achou explicação plausível, foi notado desde a época dos descobrimentos, por Andrés Bernáldez <sup>268</sup> nos capítulos que dedica à segunda viagem colombina:

É maravilha, de como as gentes de todas aquelas ilhas não têm nem possuem ferro, nem são de ferro os utensílios que têm, mui agudos e feitos à maravilha, assim como machadas e enxós e outras alfaias com que se servem e fazem suas cousas. Seus mantimentos são pão de raízes que Deus lhes lançou e deu em aquela terra em lugar de trigo, que trigo, nem centeio, nem cevada, nem aveia, nem espelta, nem painço, nem sorgo, nem milho [miúdo] não há lá, nem cousa que se lhes pareça. (...) Não havia cousa de mantimentos até aquele tempo em que os castelhanos foram lá a povoar das que cá há nem que se lhe parecesse: não havia favas, nem ervanços, nem chícharos, nem lentilhas, nem tremoços, nem rês de quatro pés...

Anos mais tarde, nos seus *Comentarios Reales de los Incas*, o inca Garcilazo de la Vega (1534-1614), dá mais exemplos <sup>269</sup>:

E assim que [no Peru] não havia figos, nem romãs, nem cidras, laranjas, nem limas doces nem azedas, nem maçãs, peros, nem camoesas, marmelos, pêssegos, maracotões, alperces, albaricoques nem sorte alguma de ameixas, nem das muitas que há em Espanha (...); não houve melões, nem pepinos dos de Espanha, nem abóboras das que se comem guisadas.

Das hortaliças que em Espanha se comem não havia nenhuma no Peru, convém a saber: alfaces, escarolas, rábanos, couves, nabos, alhos, cebolas, beringelas, espinafres, acelgas, hortelã,

<sup>267</sup> Podem ver-se mais detalhes in P. Pereira de Carvalho, *Manuel do Algodoeiro*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1996; Bertha S. Dodge, *Cotton, the Plant that would be King*, University of Texas Press, Austin, 1984. Cf. o nosso estudo “Iberian Expansion and the Fortune of Indian Plants in the West” in *Indo-Portuguese Encounters – Journeys in Science, Technology and Culture*, edited by Lotika Varadarajan, 2 vols., Indian National Science Academy, Nova Delhi / Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa / Aryan Books International, Nova Delhi, 2006, vol. I, pp. 153-273.

<sup>268</sup> cap. cxx, *ed. cit.* p. 667.

<sup>269</sup> Garcilazo de la Vega, *Obras Completas del inca...*, vol. II, “Primera Parte de los Comentarios Reales de los Incas”, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1963, liv.º I, cap. xviii & xxix.

coentro, salsa, nem cardos hortenses nem campestres, nem espargos (beldroegas havia, e poejo); tampouco havia bisnagas nem outra erva alguma das que há em Espanha de proveito. Dos grãos, tampouco havia gravações nem favas, lentilhas, erva-doce, mostarda, eruca, alcaravia, gergelim, arroz, alfavaca, cominhos, orégãos, axenuz, aveia, nem dormideiras, trevo, nem mançanilha hortense nem campestre. Tampouco havia rosas, nem cravos de todas as sortes que há em Espanha, nem jasmims, nem açucenas, nem mosquetas.

Escrevendo quase um século após a viagem descobridora de 1492, portanto num momento em que já muitas espécies europeias haviam sido introduzidas e estavam aclimatadas, o P<sup>e</sup> José de Acosta <sup>270</sup> adotou um critério linguístico para discernir das espécies introduzidas as nativas:

*... es bastante prueba ver que los indios no tienen en su lengua vocablos propios para estos animales, sino que se aprovechan de los mismos vocablos españoles, aunque corruptos, porque de donde les vino la cosa, como no la conocían tomaron el vocablo de ella. Esta regla he hallado buena para discernir qué cosas tuviesen los indios antes de venir los españoles y qué cosas no.*

A regra não é infalível, pois por vezes a analogia elude-a — como do lado de cá do Atlântico sucedeu ao *pimento*, que da *pimenta* tomou nome. Serve pelo menos de indício para determinar o que, reciprocamente, no Velho Mundo não existia, e é as mais das vezes conhecido ainda hoje pelo seu nome ameríndio: maiz, mandioca, batata, amendoim, tabaco, ananás, goiaba, papaia, anona, abacate, maracujá, piteira, caju, jacarandá, cacau, tomate... e milhentas outras árvores, ervas e arbustos que hoje fazem de tal modo parte do nosso quotidiano que difícil se nos torna imaginar a vida sem elas.

Esta disparidade entre os dois grandes blocos continentais explica-se pelas teorias, hoje universalmente aceites, da evolução das espécies e da deriva dos continentes: a formação do Atlântico que se processou em três fases a partir de há c. 200 milhões de anos, na era Paleozóica, afastou gradualmente o Novo Mundo do Velho, ao passo que as Angiospermas, entre as quais se classificam as mais das plantas úteis, apenas se desenvolveram a partir do período Cretácico, que teve início há uns 145 milhões de anos, quando os dois blocos continentais estavam já consideravelmente afastados. As espécies tiveram por isso evolução separada num e noutra. Os dois continentes apenas permaneceram vizinhos na zona ártica, cuja flora nos não interessa aqui especialmente: aí existem espécies que ocorrem de ambos os lados do estreito de Behring, como é o caso da *Zizania aquatica*, L., graminea conhecida como “arroz-dos-indios”, ou “arroz-bravo”, recolhido ou cultivado desde a Manchúria até ao Canadá e à Minnesota, no norte dos Estados Unidos. Discorrendo, quase um século após a primeira viagem colombina, sobre as causas dessa diversidade natural, foi o P<sup>e</sup> José de Acosta levado a admitir que terá sido pela zona ártica que se processou o povoamento humano da América <sup>271</sup>, e quiçá também o seu povoamento animal. Não cabe aqui atardarmo-nos sobre a sua

<sup>270</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xxxiv.

<sup>271</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> I, cap. xx-xxi.

obra, que representa a primeira tentativa de interpretação global da história natural do Novo Mundo, mas nos levaria para muito longe de Colombo. Basta que se note que, tomando à letra a mitologia bíblica, nomeadamente a história do Dilúvio e da arca de Noé e os anos de vida dos sucessivos patriarcas, que implicavam que o mundo não tivesse senão uns quatro ou cinco mil anos de idade, dificilmente poderia ter ido mais longe do que foi. Não deixa contudo de se interrogar sobre a diversidade entre ambas as faunas, concluindo <sup>272</sup>:

*Mas por decir lo más cierto, quien por esta vía de poner solo diferencias accidentales pretendiere salvar la propagación de los animales de Indias y reducirlos a las de Europa, tomará carga que mal podrá salir con ella. Porque se hemos de juzgar de las especies de los animales por sus propiedades, son tan diversas, que querellas reducir a especies conocidas de Europa será llamar al huevo castaña.*

Uma exceção parcial é constituída pelas plantas cujas sementes podiam ser transportadas pelas correntes marinhas, como o coqueiro, ou pelos ventos, como sucede com o algodão: de facto, o algodão de tipo americano aparece de longa data também no Pacífico, em ilhas muito distantes do continente, como as de Hawai e Tahiti. Nem é sequer impossível que os algodões cultivados do hemisfério ocidental, como o *Gossypium barbadense*, L., de 26 cromossomas, 13 longos e 13 curtos, resultem do cruzamento de algodões silvestres americanos, como o *G. thurberi*, Todaro, de 13 cromossomas curtos, com o algodão da Índia, o *G. arboreum*, L., de 13 cromossomas longos. São fenómenos que não cabe aqui averiguar, já que na época histórica que nos interessa as espécies tradicionalmente cultivadas na América pré-colombina eram perfeitamente distintas das do Velho Mundo.

Tirante esses casos excepcionais, a esmagadora maioria das plantas evoluiu independentemente em cada um dos hemisférios, dando origem a espécies botânicas diferentes muito antes do Homem ter inventado a agricultura — o que apenas sucedeu no período Neolítico, a partir do IX milénio A. C. nas zonas mais precoces, como o Próximo Oriente. É de notar que embora o povoamento das Américas apenas se tenha processado em época relativamente recente (c. 11.000 A. C.), próxima daquela em que diversas populações do Velho Mundo começavam já a entrar no Neolítico, os primeiros povoadores do Novo, como notámos já a propósito das cabaças, não parecem ter trazido consigo da Ásia nenhuma planta cultivada, vindo a descobrir a agricultura por si próprios, a partir do V milénio A. C., com a domesticação do milho. Não houve assim qualquer intercâmbio de plantas úteis entre os dois hemisférios, oriental e ocidental até às grandes viagens de descobrimento da era moderna, de modo que antes de Colombo nenhuma espécie botânica cultivada no Velho Mundo era conhecida no Novo e vice-versa.

A lista *De las hierbas que hay en esta isla Espanõla, que son como las de España e que acá no había antes que los cristianos pasasen a estas partes e son naturales de la tierra e no se trujeron de Castilla* que nos fornece Oviedo <sup>273</sup> é, como se poderia esperar, uma lista de nomes vulgares que as mais das vezes recobrem diversas espécies do mesmo género e por vezes até géneros diferentes.

Há que notar, com efeito, que antes da publicação, em 1735, do *Systema Naturae* de Carlos Lineu (1707-78), termos como *género* e *espécie* eram usados no sentido um pouco vago que lhes dera Aristóteles, nem sempre correspondendo exatadamente ao sentido técnico introduzido por Lineu, cuja classificação das plantas se baseia na tipologia dos seus órgãos sexuais. Em autores mais antigos, como os que nos ocupam aqui, por exemplo *espécie* pode corresponder ao que se chama um *taxon infraspécificum*, seja uma subespécie, seja uma mera variedade, ou, ao invés, corresponder antes

<sup>272</sup> HNMI, livº IV, cap. xxxvi.

<sup>273</sup> HGNI, livº XI, cap. ii.

ao que modernamente se chama um *género*. Embora já em 1689 o botânico francês Pierre Magnol tivesse tentado classificar as plantas em 76 *familias*, utilizando, à semelhança de Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708) e de John Ray (1627-1705), uma pluralidade de caracteres observáveis e não apenas a tipologia dos órgãos sexuais usada por Lineu, o moderno conceito de *familia botânica*, englobando géneros com características comuns, deve-se sobretudo a botânicos posteriores, como Michel Adanson (1727-1806), Antoine Laurent de Jussieu (1748-1836) e Augustin-Pyramus de Candolle (1778-1841).

Regressando ao *Diário* do nosso descobridor, é a grande diferença entre a flora do Novo Mundo e a do Velho o que explica a dificuldade que sente em descrever as plantas que se lhe antolhavam nas terras que descobrira. Assim o nota por diversas vezes, por exemplo a 17 de Outubro:

*E porque era lexuelos [“longito”, sc., a nascente de que os marinheiros andavam carregando água] me detuve por espaço de dos oras; en este tiempo anduve así por aquellos árboles, que eran la cosa más fermosa de ver que otra que se aya visto, veyendo tanta verdura en tanto grado como en el mes de Mayo en el Andaluzía, y los árboles todos están tan disformes de los nuestros como el día de la noche, y así las frutas, y así les yervas, y las piedras, y todas las cosas.*

Claro que a extensão do contraste entre os dois mundos ao reino mineral é um exagero; mas Colombo que se julgava nas Índias, que os autores antigos e medievais povoavam de portentos, era naturalmente pronô a acreditar no que de mais maravilhoso e extravagante se lhe deparasse. Nada de anormal, ao invés, na maravilha com que diz haver topado na véspera: árvores que tinham no mesmo pé ramos diferentes, como se foram de distinta espécie, um com folhas *de manera de cañas*, portanto folhas lineares, de monocotiledónea, outro *de manera de lantisco*, portanto pinuladas; e — o que deve conter a habitual dose de exagero — até cinco e seis formas de folhas no mesmo pé sem que tivesse havido enxertia, pois eram árvores do monte. Tratava-se, evidentemente, de árvores cobertas de epífitas de diversas espécies, como é freqüente em regiões tropicais; no caso do lentisco com folhas de cana pode mesmo aventar-se que se tratasse de uma aroeira americana (*Schinus terebinthifolia*, Raddi., das Anacardiáceas) — se é que a planta, que é nativa da América do Sul medrava já nesse tempo nas Antilhas — coberta de bromélias (*Bromelia* sp., L.).

Onze dias mais tarde fez observações semelhantes na foz de um rio em que fundeara, notando em especial as palmeiras:

*... lleno de árboles todo cercado el río, fermosos y verdes y diversos de los nuestros, con flores y con fruto, cada uno de su manera; aves muchas y paxaritos que cantavan muy dulcemente; avía gran cantidad de palmas de otra manera que las de Guinea y de las nuestras, de una estatura mediana y los pies sin aquella camisa y las hojas muy grandes, con las cuales cobijan las casas.*

Não podemos saber a que espécies pertenciam as palmeiras (ou, mais tecnicamente, as Arecáceas) que Colombo observou, pois vicejam delas 2584 espécies diferentes, classificadas em 181 géneros; embora se não encontrem senão entre c. 45° N e 45° S, há-as oriundas de ambos os hemisférios, nomeadamente das Caraíbas, da América meridional e do Pacífico sul, sendo a Colômbia o país onde ocorre o maior número de espécies diferentes. Oviedo <sup>274</sup> descreve várias delas, dando especial relevo à que os índios da Espanhola designavam por *manaca*, que é provavelmente a *Euterpe precatoria*, Mart., ou açai-do-amazonas, embora o nome se aplique também a outras espécies do mesmo género. As *de Guinea* seriam certamente as do dendém (*Elaeis guineensis*, Jacq.), e *las nuestras* ou tamareiras (*Phoenix dactylifera*, L.) ou espécies congêneres como a *Phoenix canariensis*, Hort. ex Chabaud, semelhante mas mais gorda, largamente cultivada nos arruamentos de toda a Europa meridional.

Quanto aos coqueiros (*Cocos nucifera*, L.), ao tempo ainda apenas medravam nas franjas tropicais do Índico e do Pacífico; havia-os assim na costa ocidental do continente americano, como atestam tanto Pedro Mártir <sup>275</sup> como, no seu *Sumario*, Gonzalo Fernández de Oviedo <sup>276</sup>, mas não no mar das Caraíbas. É verdade que na sua *Historia General* <sup>277</sup>, dez anos posterior, este derradeiro autor alude um tanto confusamente a *cocos* existentes em Porto Rico, Espanhola e Jamaica, *por industria de los cristianos* e muito apreciados por alguns “negros boçais que se trouxeram de Cabo Verde e Guiné para serviço dos cristãos”; mas a descrição que dá condiz mais com o dendém do que com o coco, termo que aparentemente usa por analogia. Também no Brasil se designam analógicamente por *cocos* os frutos comestíveis de outras espécies de palmeiras. Seja como for, mais adiante, no mesmo capítulo, fala dos verdadeiros cocos, voltando a afirmar que apenas medravam nas costas do Pacífico. Já nas páginas de Fr. Francisco Ximénez <sup>278</sup> se acha uma referência clara à existência de coqueiros, idênticos aos das Filipinas e da costa ocidental do México, na ilha de Porto Rico; mas Francisco Hernández<sup>279</sup> em que se baseia escreveu quase um século depois de Colombo. Nas praias do Pacífico, nasciam só até onde chegavam as marés mais altas, que arremessavam à costa os cocos, pois os ameríndios, ignorando as suas múltiplas utilidades, não os semeavam. Pedro Mártir descreve-os em pormenor, mas a propósito da viagem de Magalhães pelo Pacífico, até às Filipinas. Depois de se estabelecerem no Panamá e conquistarem o México, c. 1519, os

<sup>274</sup> *HGNI*, liv<sup>o</sup> IX, cap. iv.

<sup>275</sup> Década V, cap. ix.

<sup>276</sup> *Sumario de la Natural Historia de las Indias (Historiadores Primitivos de Indias*, vol. I) cap. lxxv.

<sup>277</sup> *HGNI*, liv<sup>o</sup> IX, cap. iv; cf. J. de Acosta, *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xxvi.

<sup>278</sup> liv<sup>o</sup> I, p. ii, cap. xxxix, pp. 47-50.

<sup>279</sup> Francisci Hernández, *Noui Orbis Medici Primarii, Rerum Medicarum Novae Hispaniae Thesaurus, seu Plantarum, Animalium, Mineralium Mexicanorum Historia*, ex... relationibus in ipsa Mexicana Urbe conscriptis, a Nardo Antonio Reccho (...), jussis Philippi II Hisp[aniæ] Ind[iarum], etc. Regis collecta ac in ordinem digesta, a Ioannis Terentio Lynceo (...) notis illustrata, ex Typographeio Vitalis Mascardi, Roma, 1648, liv<sup>o</sup> III, cap<sup>o</sup> xl, ilustrado com uma gravura.

espanhóis, como atesta Angléria, trouxeram da contracosta coqueiros e começaram a plantá-los em torno do mar das Caraíbas; mas não achámos nem datas nem pormenores a tal propósito. Foi entre 1520 e 1550, que, por seu turno, os portugueses os trouxeram da Índia para São Tomé e Cabo Verde, e em seguida para a Bahia, de onde inçariam para todo o Atlântico tropical.

Por conseguinte, as “nozes grandes” com que a 17.XI.1492 toparam numa praia — que Las Casas (que neste passo resume por palavras suas o *Diário*) diz serem *de las de Índia, creo que dize*, ou seja, cocos, conhecidos na Idade Média por *nozes da Índia* — seriam quiçá cuias, conhecidas na América hispanófono por diversos nomes, como *güira, totumo, tecomate, calabacito de chicha*, etc. São os frutos da *Crescentia cujete*, L., da família das Bignoneáceas, grandes e redondos, ligeiramente piriformes, de cuja casca, assaz dura, faziam tanto os indígenas das Antilhas como os do Brasil, malgas, por vezes finamente decoradas com incisões, para beber água, etc. *Cuia* em português é voz de origem tupi, derivada de *kuya*; nalguns textos ocorre a forma *cuiaba*, que deriva de *kuy'awa*. Nada terão a ver com a *cuya* de Fernández de Oviedo <sup>280</sup>, nome taíno de uma árvore da Espanhola, cuja madeira era usada em construção civil, que não sabemos identificar. As verdadeiras cuias, descreve-as com exatidão Pedro Mártir num capítulo referente à exploração de Cuba, durante a segunda viagem colombina <sup>281</sup>:

Têm estas ilhas todas certo género de árvores, iguais a olmos no tamanho, que dão como fruto abóboras; usam deles para servir água, mas de modo algum para comer, pois dizem que a medula deles é mais amarga do que o fel; mas na casca igualam a dureza do barro.

Volta a referir-se-lhes ao falar de Verágua, no Panamá <sup>282</sup>, onde regista, a existência de *curcubiteas quoque arbores ad potus ferendi usum*, “árvores das cabaças usadas para transportar bebidas”. É, portanto, errôneamente que alguns autores (nomeadamente o tradutor espanhol e anotador das *Décadas* de Angléria) identificam tais frutos de casca dura com os cocos, tanto mais que não parece normal comparar coqueiros a olmos; além disso, como é do domínio comum, o miolo do coco está longe de ser “amargo como fel”, e por conseguinte incomedível. No contexto da segunda viagem colombina a cuiá é descrita, sem azo para confusões, na relação de Michele da Cuneo, de que voltaremos a falar, que explica “que não é boa para comer, pois é amarguíssima, tem a polpa como abóbora e dela fazem vasos para beber”. Quanto ao castanheiro-do-pará (*Bertholletia excelsa*, Humb. & Bonpl., das Lecitidáceas) — que, por dar as sementes, em número de 8 a 24, dentro de um invólucro lenhoso semelhante ao endocarpo do coco, se tem também prestado a confusões — está fora de questão, pois não se dá nas Caraíbas. Dir-se-ia que é essa a espécie de cocos *que tiene cantidad de una como almendras que están dentro como los granos en la granada* a que se refere José de Acosta <sup>283</sup>, mas o seu *habitat* não coincide, pois di-los medrar nos Andes.

Quanto a Colombo, é possível que conhecesse os cocos, mas não os coqueiros. Estes não existiam ainda, como vimos, nas terras por onde andara; aqueles, ao invés, importados da Índia pela via do Mar Roxo, apareciam por vezes, senão na Europa pelo menos no Levante, onde já c. 570 Antonino de Placência <sup>284</sup>, que os supôs provindos do Paraíso Terrestre, os pôde observar no decurso de uma peregrinação à Terra Santa; e os médicos medievais disceptavam por vezes sobre as suas

<sup>280</sup> *HGNI*, liv<sup>o</sup> IX, cap. xvii.

<sup>281</sup> Década I, cap. iii, fl ix; cf. Oviedo, *Sumario...*, cap. lxxiii; *HGNI*, liv<sup>a</sup> VIII, cap. iii,

<sup>282</sup> Década III, cap. iv, fl xlili (p. 119).

<sup>283</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xxvi.

<sup>284</sup> Para mais detalhes, *vide* o nosso estudo “Indian Plants...”, pp. 214 & sqq.

propriedades medicinais. É portanto bem possível que o Almirante, sem saber que os cocos nasciam de palmeiras, tivesse confundido com eles as cuias — o que, como vimos, parece ter feito espécie a Las Casas, que, ao tempo em que escreveu a sua *Historia de las Indias* (c. 1527-59), conhecia já tanto a árvore como o fruto, mas sabia serem nas Antilhas de introdução recente.

É de qualquer modo interessante notar a evolução da atitude mental dos sucessivos escritores para com a novidade da natureza do Novo Mundo. Colombo e a maior parte dos seus companheiros nada compreenderam dela, encarando a radical diversidade que se lhes antolhava do mesmo modo como poderiam notar a disparidade entre a flora da Andaluzia e a das Vascongadas; sem, para mais, terem uma noção da grande dissemelhança de clima, flora e fauna entre a Índia e a China, por onde pensavam borboletar, buscavam a todo o custo identificar espécies indianas, usando sistematicamente uma terminologia analógica que nos é difícil decifrar. Os escritores da geração seguinte, como Gonzalo Fernández de Oviedo, Nicolau Monardes, Francisco Hernández ou Fr. Francisco Ximénez parecem já cômicos do abismo que separava as duas metades do orbe, notando claramente, sem contudo a tentar explicar, a originalidade da natureza do Novo Mundo, e recorrendo às línguas nativas para a descrever espécie a espécie. José de Acosta, S. J., finalmente, procura entendê-la no seu conjunto, tentando descobrir as causas ou razões tanto das semelhanças como das diferenças — que, no entanto, só as mais recentes descobertas da ciência permitem explicar cabalmente.

Crendo-se na Índia ou perto dela e influenciado pelas informações empolgantes mas incorretas que bebera em Toscanelli, Colombo estava particularmente atento a espécies e drogarias; e de facto, logo a 21 de Outubro, julgou ter topado com lenho-aloés, de que determinou carregar nas caravelas dez quintais. O verdadeiro lenho-aloés, também conhecido por águila, calambaque ou calambuco, é o cerne, mais ou menos saturado de resina, do tronco de uma árvore da região indo-malaia, a *Aquilaria malaccensis*, Lam., da família das Tímeleáceas, usado em medicina e como incenso. A planta que Colombo achou era provavelmente a *Bursera simaruba* (L.) Sarg., da família das Burseráceas (a que pertencem também a mirra e o olíbano ou incenso-das-igrejas), encontradíssima entre a Florida e a América Central, de aroma semelhante ao da águila, de há muito usada pelos maias nas suas defumações.



**Cujete ou árvore das cuias**

Desenho da *Historia dos animais e arvores do Maranhão*, de Frei Cristóvão de Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa)

A 17 de Novembro cheirou-lhe a almíscar. O verdadeiro almíscar é segregado pelas glândulas abdominais do cervo-almiscareiro ou algália (*Moschus moschiferus*, L., da família dos Mosquídeos), cujo *habitat* natural se estende do Afeganistão e do Tibet à Sibéria; acha-se também em diversos animais da família dos Viverrídeos, como por exemplo no gato-de-algália (*Civettictis civetta*, Schreber) que os portugueses traziam da costa africana desde meados do século XV. O jacaré ou caimão, sobretudo o caimão-almiscarado (*Caiman crocodilus*, L.) também produz um odor semelhante, bem assim como o aligátor ou jacaré-do-mississipi (*Alligator mississippiensis*, Daudin); mas o seu solar não se estende às Antilhas, onde, tanto quanto sabemos, apenas ocorre o crocodilo americano (*Crocodylus acutus*, Cuvier), a que devem corresponder os *lagartos* que Colombo registara a 16 de Outubro <sup>285</sup>. No México e América Central ocorrem duas espécies de tartarugas almiscaradas, *Staurotypus salvinii*, Gray, e *Staurotypus triporcatus*, Wiegmann; mas o seu *habitat* tampouco se estende às Antilhas. Não sabemos, portanto, determinar a espécie botânica ou zoológica que o Almirante farejou na costa cubana, pois ainda que haja igualmente plantas que possuem o mesmo aroma, tanto quanto sabemos nenhuma delas medra em Cuba.

A 6 de Dezembro, na ilha a que chamou La Tortuga, junto ao extremo noroeste da Espanhola, julgou Colombo ter dado com noz-moscada (*Myristica fragrans*, Hout., das Miristicáceas, ao tempo endémica nas ilhas de Banda, vizinhas das de Maluco): em *una playa muy hermosa y un campo de árboles de mill maneras y todos cargados de frutas, que creía el Almirante ser de espeçerías y nuezes moscadas, sino que no estaban maduras y no se cognosçían*. É bem verdade que muito pode a força do desejo... É certo que no Novo Mundo existem espécies aparentadas, como a *Otoba novogranatensis*, Moldenke, (outrora classificada como *Myristica otoba* Humb. & Bonpl.), que não consta medrar nas Caraíbas mas apenas nas terras firmes circundantes, das Honduras à Venezuela; há também lauráceas de aroma semelhante, como a *Ocotea spathulata*, Mez, registada em Cuba e Porto-Rico e conhecida por *nuez-moscada cimarrona*, e a *Ocotea moschata*, (Meisn.) Mez, registada na Venezuela e em Porto-Rico, dita *nuez-moscada del país*; qualquer delas poderia nesse tempo existir também na Espanhola e ter confundido o Almirante, se por ventura foi pelo cheiro que identificou a planta que aventa ser a moscadeira.

Curiosamente foi, se não treslemos, só a I.I.1493 que Colombo deu com pimenta — na realidade pimento ou piri-piri (*Capsicum frutescens*, L., da família

---

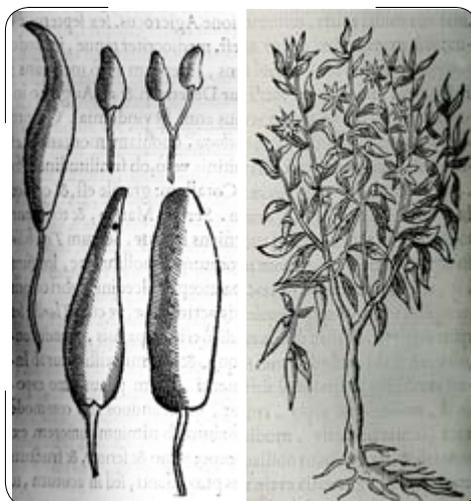
<sup>285</sup> Oviedo (*Sumario...*, cap. lvii, “lagartos ó dragones”) mescla a descrição de vários sáurios, incluindo aparentemente os jacarés que observou em 1514 na Terra Firme.

das Solanáceas), dito nas Antilhas *axí*, a mais vulgar das espécies do Novo Mundo. A sua picância advém-lhe da capsaicina ( $C_{18}H_{27}NO_3$ ), ao passo que a da pimenta verdadeira (*Piper nigrum*, L., das Piperáceas) resulta da presença de piperina ( $C_{17}H_{19}NO_3$ ), um alcalóide. Á vista, a sua parecença com a pimenta da Índia é tamanha como a de um ovo com um espeto; mas enfim, picava...

No dia 15, perto do Golfo das Flechas, na costa setentrional da ilha de Bohio ou Haiti a que dera o nome de Espanhola, Colombo notou de novo:

*... avía muy mucho algodón, y muy fino y luengo, y ay muchas almáçigas, y pareciale que los arcos eran de texo, y que ay oro y cobre; también ay mucho axí, qu'es su pimienta, d'ella que vale más que pimienta, y toda la gente no come sin ella, que la halla muy sana; puédense cargar cincuenta caravelas cada año en aquella Española.*

Neste prognóstico é que se enganou redondamente: ao contrário da pimenta indiana (*Piper nigrum*, L.), que apenas se dá em climas tropicais húmidos, as diversas espécies de pimento (*Capsicum spp.*) são muito rústicas e adaptáveis a uma multidão de climas; depressa se aclimataram na Europa, de modo que todos as podiam cultivar no seu quintal e assim escusar a sua importação de longes terras. Na Europa, como na Índia setentrional, tornou-se a breve trecho “a pimenta dos pobres”. Já c. 1574 Nicolau Monardes<sup>286</sup> o notou: *difieren en que las de la India cuestan muchos ducados; estotra no cuesta mas que sembrarla...*



**Chili: piper siliquosum mexicanorum**

Gravura de Francisco Hernández, *Rerum medicarum Novae Hispaniae Thesaurus*, liv<sup>o</sup> V cap. iii

Trata-se do píri-píri, malagueta, gindungo, pimenta-longa, pimenta-da-terra, etc. (*Capsicum frutescens*, L.), dito *axí* nas Antilhas e *chili* no México. O nome *chilly* que se lhe dá em inglês e passou ao português de Macau provém do termo mexicano (nahuatl) e não, como imaginava Mons. Sebastião Rodolpho Dalgado, que a maior parte dos dicionários modernos repetem, do nome geográfico *Chile*, que teria passado ao português através do malaio, onde aliás o termo é registado pelos dicionários como empréstimo inglês.

<sup>286</sup> Nicolás Monardes, *Primera, segunda y tercera partes de historia medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales que siruen en Medicina*, Alonso Escrivano, Sevilha, 1574, I parte, fl 25.

Foi certamente devido a isso que, quando mais tarde os espanhóis toparam na Terra Firme com espécies locais de *Piper*, de que Colombo e seus companheiros não parecem ter dado fê, pouco ou nada se interessaram por comercializá-las. Nicolau Monardes<sup>287</sup> não só nota a sua existência nas zonas de Cartagena de Índias (atual Colômbia) e de Verágua (Panamá) como desenha uma espiga do que designa por *pimienta luenga*. O desenho e a descrição da infrutescência correspondem muito aproximadamente aos traços das pimentas-longas da Índia (*Piper longum*, L., das Piperáceas) e da Insulíndia (*Piper retrofractum*, Vahl.). Como muito bem nota Monardes, ao contrário do *axí* que é inodoro, esta espécie possui não só a picância mas o aroma da pimenta indiana. O seu desenho parece corresponder ao *Piper consanguineum*, Kunt., (antes classificado como *Piper angustifolium*, Lam.) comum em toda a zona setentrional da América do Sul, da Amazônia à Colômbia, cujas infrutescências são rétilíneas — ao passo que as do *Piper aduncum*, L., cujo *habitat* se estende do sul do Brasil ao México e a Florida são, como o seu nome botânico indica, recurvadas. Parece ser esta a espécie descrita sob o nome nahuatl (mexicano) de *tlantlanquate* e debuxada por Francisco Hernández<sup>288</sup>, na sua versão da obra de Hernández, Fr. Francisco Ximénez<sup>289</sup> designa-a por *tlantlanquaye*, *quauhyauhtli* ou *pimienta larga*, afirmando que no México se encontraram dela já três espécies, o que pode simplesmente significar três variedades, e comparando-a acertadamente à planta das Filipinas chama *buyo*, que é o nome tagalo do bêtele. De facto, ao contrário da pimenta-negra, cujos frutos são peciolados e formam cachos, todas aquelas espécies, à semelhança do bêtele (*Piper betle*, L.), produzem flores séceis, pelo que os frutos nascem em espigas muito cerradas, que parecem um único fruto, muito alongado, de onde o nome de *pimenta-longa*. A pimenta-longa da Índia, que medra no norte do subcontinente, desde há milénios ligado à bacia do Mediterrâneo por rotas comerciais terrestres através do Irão, deve ter sido a primeira a aparecer nos mercados do Levante, razão porque o seu nome sânscrito *pippalī*, de que deriva o grego *πίπερις* e o latim *piper*, foi depois utilizado para todas as castas de pimenta, incluindo a pimenta redonda (*Piper nigrum*); esta, oriunda do sul da Índia, só mais tarde apareceu nos mercados do Ocidente, destronando quase inteiramente a sua antecessora<sup>290</sup>. Colombo pode, por isso, ter cruzado com o *Piper aduncum*, que medra nas Antilhas, sem se aperceber de que era pimenta, por jámais ter visto a pimenta-longa do Oriente, cujo aspeto é muito diferente do da pimenta redonda. Para mais, é bem possível que os tainos, acostumados ao *axí*, a não usassem como condimento, não tendo assim chamado para ela a atenção do descobridor.

Quanto ao ruibarbo, foi Vicente Yáñez Pinzón quem, a 30.XII.1492, afirmou a Colombo ter topado com ele na ilha Amiga, junto à costa norte da Espanhola; dois dias depois este mandou lá uma barca a colher uma amostra, para a levar aos Reis. Colombo não estava bem seguro: de facto, na carta de 15.II.1493 a Luís de Santángel, bem assim como na que a 4.III.1493 endereçou aos Reis, diz prudentemente que “julga ter encontrado também ruibarbo e canela”.

<sup>287</sup> Idem, *ibidem*, parte II, fl 86.

<sup>288</sup> *op. cit.*, livº V, cap. xxxvii, p. 26.

<sup>289</sup> livº I, iii p. cap. xxxvi, pp. 106-107.

<sup>290</sup> Pode ver-se uma sùmula da história da pimenta no nosso estudo *A questão da pimenta... cit. supra*.

Em rigor, nem uma cousa nem outra parece crível: o ruibarbo (*Rheum spp.*, L., da família das Poligonáceas) é planta do Velho Mundo e o que hoje se cultiva por exemplo no Brasil foi introduzido da Ásia; nenhuma espécie do género *Rheum* é de origem americana. Há que notar, todavia, que tanto em castelhano como em português se dá por vezes o nome de “ruibarbo” ou “ruibarbo selvagem” a uma outra poligonácea, o *Rumex obtusifolius*, L., congénere das vulgares azedas, paciências e labças que medram a esmo nos nossos campos. A 30.XII.1492 topou o próprio Colombo com a mesma planta (ou outra semelhante); descreveu-a assim: *echa unos ramitos fuera de tierra y unos frutos que parecen moras verdes cuasi secas, y el palillo qu'está cerca de la raíz es tan amarillo y tan fino, como la mejor color que puede ser para pintar, y debaxo de la tierra haze la raíz como una grande pera*. Esta descrição permite-nos identificar a planta com o *Rumex hymenosepalus*, Tor., que é uma espécie americana, usada em curtimenta, dado ao seu elevado teor em tanino (30 a 35 %), bem como em tinturaria, para tingir de amarelo, cujas folhas são semelhantes às do ruibarbo e como elas comestíveis; é sobretudo comum no SE dos Estados Unidos onde é conhecido por *canaigre dock* e *wild rhubarb*. A planta despertou algum interesse, e em 1574 o Dr. Nicolás Monardes, descreveu-a na sua *Historia medicinal las cosas que se traen de las Indias Occidentales*<sup>291</sup>. É hoje cultivada na Nova Gales do Sul (Austrália).

Quanto à canela, não pode tratar-se do *ispingo* ou canela americana — em que, a despeito de ser botanicamente aparentada às canelas asiáticas (*Cinnamomum spp.*, da família das Lauráceas), o aroma está sobretudo nas bagas e não na casca — produzida pela *Ocotea cinnamomoides*, (Mutis ex Kunth) Kosterm., também das Lauráceas, pois esta dá-se sobretudo na região andina, perto de Quito, no que eram os territórios dos *índios canelos*, que dela tomaram o nome<sup>292</sup>. Não consta que existisse nas Antilhas, como já Las Casas notou em aparte: *la pimienta montés de aquestas tierras, que llaman ají, bien pudieron engañarse diciendo que la había, pero la canela nunca se halló en todas estas islas*. Existem porém nas ilhas espécies de uma outra família (a das Caneláceas, ainda que aparentada à das Lauráceas), que possuem uma casca aromática usada em medicina como tónico: em Cuba o *Cinnamodendron cubense*, Urb., na Espanhola o *C. ekmanii*, Sleum., e na Jamaica o

---

<sup>291</sup> *Ibidem*, II parte, “Del Ruybarbo de Indias”, fl 100.

<sup>292</sup> É esta a canela descrita por Monardes (III parte, fl 98-99), ao passo que a descrita por Hernández e Fr. Francisco Ximénez (livº I, p. i, cap. xi, p. 11) corresponde às canelas asiáticas, trazidas das Filipinas; cf. o nosso estudo “A longa história da canela” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, volume LXXVI (2019), pp. 325-352.

*C. corticosum*, Miers.; é provavelmente ao segundo *Cinnamodendron* de estes que se refere Colombo aqui, e, aquando da sua segunda viagem, também o Dr. Chanca e Michele de Cuneo, como a seu tempo veremos. Seja como for, Colombo trouxe para a Europa amostras da planta que tomou por caneleira, e ofereceu algumas a Pedro Mártir de Angléria que as achou picantes mas com travo a gengibre; e por seu turno enviou delas ao seu correspondente em Itália <sup>293</sup>. Parece que como condimento ninguém o apreciou...

Em compensação a 15.X.1492 deparou com folhas secas de uma planta muito apreciada nas Américas mas desconhecida na Europa, a que não atribuiu nome: o tabaco. É sem dúvida a este que se refere a nota que então tomou:

*Y estando a medio golpho d'estas dos islas (...), fallé un hombre solo en una almadia que se passava de la isla de Santa Maria a la Fernandina y traía un poco de su pan, que sería tanto como el puño, y una calabaza de agua, y un pedaço de tierra bermeja hecha en polvo y después amassada, y unas hojas secas, que debe ser cosa muy apreciada entr'ellos, porque ya me truxeron en San Salvador d'ellas en presente.*

De sua lavra, acrescenta Las Casas <sup>294</sup>:

*... y encendido por una parte de él, por la otra chupan o sorben o reciben con el resuello para adentro aquel humo, com el cual se adormecen las carnes, y cuasi emborracha, y así diz que no sienten el cansancio. Estos mosquetos, o como los llamáremos, llaman ellos tabacos. Españoles cognoscí yo en esta isla Española que los acostumbraron a tomar, que siendo reprendidos por ello, diciéndoles que aquello era vicio, respondían que no era en su mano dejarlos de tomar. Non sé que sabor o provecho hallaban en ellos.*

Os homens de Colombo voltaram a dar com as mesmas folhas secas em Cuba, a 6 de Novembro, notando que homens e mulheres andavam com um tição na mão para suas defumações. A planta é descrita por Oviedo, Las Casas, Monardes <sup>295</sup>, Francisco Ximénez <sup>296</sup> e outros escritores, que gabam as suas propriedades terapêuticas, mas Frei Bartolomeu não deixa de notar que *cási emborracha, y así dicen que ni sienten el cansancio*. Esse efeito estimulante e anestésico advém-lhe da presença de um alcalóide, venenoso quando concentrado, a *nicotina* (C<sub>10</sub> H<sub>14</sub> N<sub>2</sub>), que ocorre também, mas em menor concentração, em outras Solanáceas, como a beringela, o

<sup>293</sup> Década I, cap. i & ii.

<sup>294</sup> HI, I, xlvi.

<sup>295</sup> livº II, fl 41-50 v.

<sup>296</sup> livº II, p. i, cap. li, pp. 149-156.

tomate, o pimento e a batata<sup>297</sup>. Os espanhóis não parecem ter-lhe dado de momento grande importância, pois só c. 1530 se entregaram ao seu cultivo na Espanha. Foi sobretudo a partir do Brasil que, em meados do século XVI, sob o nome de *petume* (do tupi *pe'tima*) a planta se difundiu: o embaixador francês em Lisboa, Jean Nicot, enviou em 1561 a França algumas folhas, para curar as enxaquecas da rainha Catarina de Médicis; é daí que vem o nome botânico de *Nicotiana tabacum* que Lineu deu à planta, e o de *nicotina* dado ao seu principal componente ativo. Entretanto o explorador francês André Thévet (1516-1590) descrevera a planta nas suas *Singularitez de la France Antarctique*, publicadas em 1568, e introduzira o seu cultivo em Angoulême. Parece que inicialmente na Europa se usava mais mascado ou aspirado, sob a forma de rapé, que aparentemente é menos nociva, do que o tabaco enrolado, fumado em cigarro pelo menos não causa tanto dano aos pulmões. Os seus inconvenientes para a saúde — sobretudo os seus efeitos cancerígenos e o seu contributo para as doenças cárdio-vasculares — só muito tarde foram detetados, em parte por apenas se verificarem a longo prazo, em parte por falta de meios técnicos de diagnóstico como o Raio X; ainda durante a Grande Guerra de 1914-18 as rações de combate distribuídas por muitos exércitos aos combatentes continham maços de cigarros. Atribuía-se-lhe as maiores virtudes medicinais e foi durante algum tempo conhecido por *erva santa*. Acabou por prevalecer o nome *tabaco* — que tanto pode provir do taíno, onde designaria o cachimbo e não a erva em si, como afirmam Oviedo<sup>298</sup> e Las Casas, como derivar do árabe *tubāq*, que designava outrora várias ervas medicinais, nomeadamente uma planta que nasce nos arredores de Meca e possui virtudes contra a sarna.

Quanto às plantas alimentares, a 28 de Outubro julgou Colombo ter visto beldroegas (*Portulaca oleracea*, L.) e bredos (*Amaranthus spp.*), o que é bem possível, pois embora não houvesse na América as espécies existentes no Velho Continente, havia-as congéneres, como por exemplo a *Portulaca pilosa*, L., com que Michele da Cuneo toparia de novo aquando da segunda viagem de Colombo, achando-a contudo inferior às beldroegas da Europa, e o *Amaranthus cruentus*, L., congénere dos bredos, que era uma importante planta alimentar na Mesoamérica. A 4 de Novembro toparam com uns tubérculos que pareciam cenouras mas tinham sabor a castanha; tratava-se, obviamente, de batata-doce, *Ipomœa batatas*, (L.) Lam.,

<sup>297</sup> Cf. Christian Rätsch, *The Encyclopedia of Psychoactive Plants — Ethnopharmacology and its Applications*, Park Street Press, Rochester, Vermont, 2005, s. v. “Nicotiana tabacum”; Iain Gately, *Tobacco: the Story of how Tobacco seduced the World*, Gtove Press, Nova Iorque, 2001.

<sup>298</sup> *HGNI*, I, li.

da família das Convolvuláceas <sup>299</sup>. O Almirante notou que arrancavam as batatas para comer mas replantavam os talos, de modo a produzirem novas batatas, o que em climas tropicais, onde o cultivo pode ter lugar em qualquer época do ano e a planta cresce com rapidez, é bem possível. Mais tarde Colombo identificou-as com um tubérculo que conheceu na Guiné, a que chama *niama*: trata-se na realidade do inhame africano (*Dioscorea cayennensis*, Lam., da família das Dioscoreáceas), que é uma espécie bem distinta, de uma família diferente, que escravos negros introduziam mais tarde nas Antilhas <sup>300</sup>.

A batata-doce, encontrada também no Brasil, difundiu-se rapidamente, havendo notícia de que já c. 1550 se cultivava na ilha Terceira; já a difusão batata-semilha (*Solanum tuberosum*, L.), de origem andina, foi entre nós muito mais lenta, apenas se vindo a vulgarizar em finais do século XIX. Na Europa espalhou-se sobretudo a partir da Irlanda.

Levada pelos espanhóis para as Filipinas, a batata-doce difundiu-se tão rapidamente e foi tão profundamente assimilada pelas culturas locais da Insulíndia que durante muito tempo se supôs ser indígena. Essa assimilação foi sobretudo notória entre as populações, como as da Nova Guiné, que desconheciam o cultivo dos cereais e baseavam o seu sustento sobre outros tubérculos, nomeadamente o taro, colcas ou inhame-do-egito [*Colocasia esculenta*, (L.) Schott., das Aráceas] muito cultivado nos Açores, pelo que é também conhecida por *inhame-das-ilhas*, que é uma espécie do Velho Mundo.

Em 1947 o navegador norueguês Thor Heyerdhal organizou uma expedição, a bordo da *Kon Tiki*, uma balsa fabricada com a tecnologia usada pelos nativos de Peru, para demonstrar a possibilidade de atingir as ilhas da Polinésia a partir das costas ocidentais da América do Sul, e, por conseguinte, a probabilidade dos polinésios provirem na realidade do leste do Pacífico. Assim se explicariam não só os megálitos da ilha de Páscoa como o cultivo da batata-doce na Nova Guiné. A teoria não resiste à mais elementar evidência lingüística: em todos os arquipélagos do Pacífico, até Hawaii a NE e à ilha de Páscoa a SE, incluindo a Nova Zelândia, falam-se línguas da família malaio-polinésica, o que demonstra à saciedade que o seu povoamento se fez por migrações no sentido oposto, considerando-se hoje a Formosa como sua primitiva pátria. Foi então emitida a hipótese de que nas suas navegações os polinésios tivessem atingido o litoral peruano, trazendo de lá a batata-doce. A arqueologia mostra contudo que o cultivo desta no Sueste Asiático e nas ilhas da Polinésia, Micronésia e Melanésia não é antigo. Pese a todo o romantismo das teorias emitidas, chegou-se assim à prosaica conclusão de que a batata-doce viajou em meados do século XVI a bordo do famoso Galeão de Manila, que de 1565 a 1815 cruzou todos os anos o Pacífico, entre Manila e Acapulco.

A 15.XI alude Colombo a pão feito de certas raízes, sem dúvida a mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz, das Euforbiáceas). Volta a 21.XII a referir-se a pão, mas desta vez di-lo feito de *aje*, que é o nome taíno da batata-doce; refere da mesma feita uma *gonça avellanada*, que é o amendoim, mendobi, alcagoita, mancarra ou

<sup>299</sup> *Ibidem*, VII, ii & iii.

<sup>300</sup> *Ibidem*, VIII, i.

ginguba (*Arachis hypogaea*, L., das Leguminosas)<sup>301</sup>; certamente porque não teve ocasião de a observar, não anota a sua curiosa peculiaridade, a geocarpia: após a fecundação as flores enterram-se e é debaixo do chão que produzem as suas vagens. Ficam assim desde logo semeadas para a campanha seguinte. Essa singularidade seria mais tarde notada por Monardes, no parágrafo que dedica *a la fruta que se cria debaxo de tierra*<sup>302</sup>. Daí o nome botânico de *hypogaea* dado à sua espécie e o seu nome vulgar em diversas línguas, como por exemplo o malaio e o tétum de Timor em que é designada respetivamente por *kacang tanah* e por *fore-rai*, em que, em ambos os casos, o primeiro termo significa “feijão” e o segundo “terra”.

O nome *amendoim* resulta de uma curiosa atração do tupi-guarani *mandu'wi* ao campo semântico de *amêndoa*. Ao lado da soja, das lentilhas e dos tremoços, é uma das leguminosas mais ricas em proteínas; o reconhecimento do seu valor alimentar favoreceu certamente a sua rápida difusão, facilitada pelo facto de a planta se dar tanto em climas tropicais como em climas sub-tropicais como o da faixa mediterrânica. Somos tentados a admitir que a planta chegou a Portugal por duas vias: por via de Espanha, provavelmente antes de ter sido trazida do Brasil, terá penetrado no Algarve, onde conserva o nome de *alcagoita*, que deriva do nahuatl *tlalcacahuatl*, que à letra significa “semente-de-cacau da terra” (de *tlalli*, “terra” e *cacahuatl*, “cacau”<sup>303</sup>); é ao mesmo étimo que remonta o castelhano *cacahuete*, que parece mostrar que a planta só se popularizou em Espanha após a conquista do México (1519-20). Mais tarde terá sido trazida do Brasil com o seu nome *mendobi*, de que prontamente se fez *amendoim*. Deve ter sido introduzido muito cedo também em França, pois quando em 1555 os franceses se estabeleceram no Brasil, o almirante Coligny ordenou que fossem levadas sementes dele para lá se cultivar.

Embora no estado silvestre se não ache no Brasil a *Arachis hypogaea*, nada nos garante que não fosse já cultivada aí pelos índios, conquanto existam aí espécies nativas congêneres a que se poderia originalmente aplicar o seu nome vernáculo *mandu'wi*: *Arachis diogeni*, Heone, *A. glabra*, Bth, *A. marginata*, Gardn e *A. villosa*, Bth. Em 1594 André Álvares de Almada atesta que se cultivava já na região do Senegal e da Gâmbia, embora se não possa absolutamente excluir que na realidade queira o autor antes referir-se a uma espécie africana de aspeto assaz semelhante, a *Vigna subterranea*, (L.) Verde, antes classificada como *Voandzeia subterranea*, Thouars; é certamente a esta que, entre 1506 e 1510, se refere o *Manuscrito de Valentim Fernandes*<sup>304</sup>, pois nesse momento não poderia ainda ter sido trazido do México ou do Brasil.

Em Angola dá-se ao amendoim o nome de *ginguba* ou *ginguba-de-cambambe*; esta última expressão sugere que tenha sido inicialmente introduzido na região de Cambambe, no vale do Cuanza, a primeira região do interior a ser penetrada pelos portugueses, que aí ergueram em 1583 o forte de Massangano.

<sup>301</sup> *Ibidem*, VII, v.

<sup>302</sup> *op. cit.* III parte, fl 104-104 v.

<sup>303</sup> Cf. Rémi Siméon, *Diccionario de la lengua Náhuatl o mexicana*, 11ª ed., Siglo Veintiuno Ed., México, 1994, s. v.

<sup>304</sup> Th. Monod, A. Teixeira da Mota & R. Mauny, *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels) par Valentim Fernandes (1506-1510)*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, 1951, p. 95.

Por seu turno os espanhóis introduziram-no nas Filipinas, de onde se deve ter espalhado pelo Arquipélago e passado à China. A Timor pode o amendoim ter chegado ou por via das Filipinas ou através de Goa, onde deve ter sido introduzido de Moçambique, como o parece atestar o seu nome em concanim, *mosambichem biknn*, em que *biknn* é o nome vernáculo da semente de jaca [*Artocarpus altilis*, (Parkinson) Fosberg, das Moráceas]<sup>305</sup>.

É curioso notar que o *Diário* se não refere ao milho-grosso ou milho-de-maçaroca (*Zea mays*, L., das Gramíneas), dito em taíno *mahiz*, domesticado há já cerca de 10.000 anos no México e cereal precípua de toda a América pré-colombina. No entanto os homens de Colombo observaram-no, pois Pedro Mártir de Anglória menciona-o já na sua carta de 13.XI.1493 ao cardeal Ascanio Maria Sforza (1455-1505), irmão de Ludovico o Mouro, duque de Milão:

O pão fazem-no também de certo cereal como o painço, de que há entre os insubres [antigo nome do povo da Lombardia] e os hispanos de Granada basta cópia, sem grande diferença; é sua maçaroca mais longa, de um palmo, terminada em ponta, quase da grossura de um antebraço. Os grãos, pela natura dispostos em admirável ordem, assemelham-se na forma e no tamanho a um bago de ervilha. Alvejam quando imaturos; quando amadurecem tornam-se muito escuros; mas quebrados superam a brancura da neve. Chamam *maiz* a este género<sup>306</sup>.

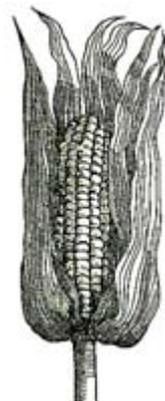
A última proposição não consta da versão original, mas tão somente das posteriores, como a estampada em Alcalá de Henares em 1530, de que traduzimos. O *maiz* ou milho-de-maçaroca é, aquando da segunda expedição de Colombo, mencionado na *Relação* de Michele de Cuneo, de que a seu tempo falaremos; compara-o, corretamente, à *mélega* ou sorgo (*Sorghum* spp., Moench.), o milho-zaburro do Velho Mundo, de que botanicamente de facto não dista muito; mas curiosamente, não podendo suspeitar do resgo que viria a ter entre nós, reputa-o pouco agradável aos palatos europeus.

Embora o termo *maiz* ou *mais* esteja atestado em português desde meados do século XVI, o nome que geralmente se dá a esta espécie é *milho*, que sistematicamente evitaremos, por se prestar a confusões quer com o sorgo, quer com o milhete, milho-miúdo, milho-alvo ou milho-de-canário (*Panicum mileaceum*, L.), quer com o painço [*Setaria italica* (L.), P. Beauv.], quer ainda com o milho-miúdo-silvestre (*Milium effusum*, L.), o que causa fortes dores de cabeça ao historiador que se aventura a traçar a história da difusão do milho americano.

<sup>305</sup> Pio Correia, *Dicionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas*, 6 vols, vol. I-III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1926-52, vol. IV-VI, Ministério da Agricultura - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Rio de Janeiro, 1969-78 [reimp., 1984], s. v. “amendoim”; Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, Melhoramentos, S. Paulo, 2ª ed., 1982, s. v. “amendoim”; I. H. Burkill, *A Dictionary of the Economic Products of the Malay Peninsula*, 2 vols, Government of the Straits Settlements and Federate Malay States, Crown Agents for the Colonies, Londres, 1935, s. v. “Arachis hypogaea”; Dr. D. G. Dalgado, *Flora de Goa e Savantvadi - Catalogo Methodico*, Quarto Centenário do Descobrimento da Índia - Contribuições da Sociedade de Geographia de Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, p. 48.

<sup>306</sup> Década I, cap. i, ed. cit., fl. iiiii. Cf. Oviedo, *HGNI*, vol. 1º, VII, i; J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xvi.

Foi o próprio Colombo quem, como afirma em 1498 na *Relação da Terceira Viagem*, levou ou enviou para Espanha as primeiras sementes de maiz, que nesse momento medrava já em vários pontos de Castela. Deve ter sido pouco mais tarde que os portugueses trouxeram também sementes do Brasil, que, como veremos mais adiante, deram um impulso decisivo ao povoamento das ilhas de Cabo Verde, onde os cereais europeus de sequeiro se não adaptavam. Sabe-se pela *Navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé*, de autor desconhecido mas datável de 1541<sup>307</sup> que nessa época crescia já bastamente em Cabo Verde; e em 1594 André Álvares de Almada<sup>308</sup> atesta sem margem para dúvidas que o milho-de-maçaroca se cultivava já na região dos Rios da Guiné, fronteira ao arquipélago. Em 1575 e de novo c. 1580 há testemunhos, ainda que não apodíticos, da sua introdução em Angola, onde lhe chamavam *mazza maputo*, “grão dos portugueses”<sup>309</sup>. Entretanto, em 1535, a expedição francesa de Jacques Cartier topara com o mesmo cereal no Canadá, não se sabendo ao certo se foi ele quem trouxe sementes para França ou se essas vieram por via de Espanha. Cereal tropical, próprio de climas em que a época chuvosa coincide com o período mais quente do ano, o maiz não suporta os invernos da Europa, pelo que é geralmente cultivado no verão e em muitas regiões requer irrigação. A sua introdução em Entre-Douro-e-Minho, onde começou a ser cultivado intensivamente no século XVII, acarretou uma verdadeira revolução no povoamento, que se tornou disperso, pois, devido à necessidade de regar o cereal, as habitações foram-se transferindo para o meio dos campos, abandonando o centro dos povoados hoje sobretudo marcado pela presença da igreja paroquial. Mais a sul, à latitude de Coimbra, onde os invernos são menos frios, a planta começou a ser cultivada sem irrigação, mas na primavera, quando a temperatura é já mais suave mas persiste o tempo húmido. Ao que parece o milho-de-maçaroca foi mais bem recebido no Próximo Oriente que na Europa, talvez por a broa parecer demasiado pesada aos paladares europeus; difundiu-se rapidamente no Império Otomano, de onde o nome de *grano-turco* que ainda hoje se dá ao maiz em italiano.



**Maçaroca de maiz**

Ilustração do “Sommario della naturale e generale istoria dell’Indie Occidentali” di Gonzalo Ferdinando d’Oviedo na versão italiana de Giovanni Battista Ramusio (1485-1557), *Delle Navigazioni et Viaggi*, Veneza, 1550-1559

**PIMIENTA LVENGA**



**A pimenta luenga de Monardes**

Gravura da *Historia Medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales*, Sevilha, 1574

<sup>307</sup> Retroversão portuguesa da tradução, publicada por Ramúsio em 1550, de um original português hoje perdido, pub. in *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes*, pub. pela Academia Real das Sciencias, tomo II, 2ª ed., Lisboa, 1867, pp. 75 & sqq.,

<sup>308</sup> Luís Silveira (ed.), *Edição nova do Tratado Breve dos Rios da Guiné feito pelo capitão André Álvares de Almada*, Lisboa, 1946, p. 62.

<sup>309</sup> Joaquim Lino da Silva, *O “Zea Mays” e a Expansão Portuguesa*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa 1998.

Na África e na Ásia, em climas do mesmo tipo do da sua pátria original onde continuou a ser cultivado em regime de sequeiro, adaptou-se bem, sobretudo nas zonas em que a fraca pluviosidade tornava pouco viável o cultivo do arroz. Tal é o caso de Timor, onde à exceção das regiões mais pluviosas do extremo leste da ilha, se tornou rapidamente na base do sustento das populações. Já assim era em 1699, três anos antes da chegada a Lifau do primeiro governador português, quando o viajante inglês Guilherme Dampier <sup>310</sup> visitou a ilha:

O trigo-das-Índias [um dos nomes que se davam ao maiz] resulta aqui muito bem e é o alimento mais comum dos insulanos, embora os portugueses e os seus vizinhos semeiem um pouquinho de arroz; mas nem metade do que necessitam para a sua subsistência.

Provavelmente nestas zonas da ilha com poucas condições naturais para a rizicultura, antes da introdução do maiz a alimentação das populações baseava-se em tubérculos como as colcas, alcolcas ou taro, [*Colocasia esculenta*, (L.) Schott.], mais conhecidas por *inhames*, embora botanicamente nada tenham a ver com os inhames africanos. Daí a alcunha pejorativa que os habitantes do leste de Timor e do litoral dão aos rústicos do interior: *caládis*, do malaio *keladi* que significa exatamente “colcas”.

É na relação da segunda viagem colombina devida a Michele da Cuneo, de que a seu tempo falaremos com detença, bem como nas *Décadas do Novo Mundo* <sup>311</sup> de Pedro Mártir de Angléria que se acham pormenores sobre uma outra importante planta alimentar do Novo Mundo, a mandioca, a que Colombo apenas alude vagamente:

Há i também um outro género de raiz, a que chamam *iuca*, e também desta fazem pão. Das batatas-doces, com efeito, usam mais assadas ou cozidas do que para fazer pão. À *iuca* cortada e espremida, pois é sumarenta, amassam e cozem em bolachas. Cousa maravilhosa é que dizem ser o suco da *iuca* mais letal do que o acónito, pois bebido logo mata, mas o pão feito da sua massa todos acham ser saboroso e salubre.

*Acónito* é o nome vulgar de numerosas espécies do género *Aconitum*, da família das Ranunculáceas, de que são hoje reconhecidas 318 espécies diferentes; as mais comuns são a erva-toura (*Aconitum napellus*, L.), de que a subespécie *A. napellus lusitanicum*, Rouy, é endémica em Portugal, Espanha, Itália e sul de França, e o matalobos ou acónito-de-flor-amarela (*A. lycoctonum*, L.). São das plantas mais venenosas da flora europeia, devido à presença de alcaloides tóxicos, em especial a *aconitina*, (C<sub>34</sub>H<sub>47</sub>NO<sub>11</sub>); sem embargo são utilizadas em farmacopeia, especialmente em fármacos homeopáticos.

*Iuca* é o nome taíno da planta, que na mor parte das línguas acabou por ser suplantado pelo vocábulo *mandioca* <sup>312</sup>, do tupi-guarani *mani'oka*, a entremostrar que foi principalmente a partir do Brasil que se difundiu. Foi por engano, pensando que a sua raiz era a mandioca, que se deu o nome de *iuca* a uma planta decorativa também trazida da América, a *Yucca gloriosa*, L., das Liliáceas *lato sensu*. Quanto

<sup>310</sup> Guillaume Dampier, *Voyage aux Terres Australes, à la Nouvelle Hollande, etc.*, Jean-Baptiste Machel, Ruão, 1723, tomo V, p. 61

<sup>311</sup> Década I, cap. ii. Cf. J. de Acosta, *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xvii.

<sup>312</sup> Cf. Oviedo, *HGNI*, *ibidem*, cap. ii. Cf. George Watt, *A Dictionary of the Economic Products of India*, 6 vols em 9 tomos, Londres, 1889 [reimp. Cosmo Publications, Delhi, 1972], s. v. “Manihot”.

à toxicidade do suco de mandioca, deve-se à presença de linamarina ( $C_{10}H_{17}NO_6$ ), que gera facilmente aniões de cianeto (CN), que por seu turno em contacto com a saliva engendram ácido cianídrico (CNH), altamente tóxico — pois torna-se letal a partir da ingestão de 50 a 60 mg por quilo de peso-vivo. O aipim ou mandioca-mansa não contém senão uma pequena porção de cianeto, pelo que basta frigi-lo ou cozê-lo para se tornar inócuo; outras variedades cultivadas requerem, porém, secagem ao sol (que lhes faz perder 40 a 50 % do cianeto, que é assaz volátil), cocção prolongada (que pode retirar-lhes até 75%) ou secagem ao sol após moenda (que lhes pode retirar até 98%).

De diversas espécies de mandioca, especialmente da *Manihot glaziovii*, Muell. Arg., pode extrair-se borracha. Hoje a maior parte da borracha industrial, cuja procura aumentou imensamente após o início da fabricação de pneumáticos pelo veterinário John Boyd Dunlop em 1888, é preparada a partir da seringueira do Amazonas [*Hevea brasiliensis*, (Willd. ex A. Juss.) Müll. Arg.], planta da mesma família das Euforbiáceas em que se classifica a mandioca; em 1876 Henry Alexander Wickham, que em recompensa da sua façanha recebeu o título de *Sir*, conseguiu contrabandear 70.000 sementes des seringueira, após o que o seu cultivo se desenvolveu em numerosas territórios coloniais britânicos, nomeadamente na Malásia. A borracha resulta essencialmente da coagulação de polímeros do isopreno ( $CH_2=C(CH_3)-CH=CH_2$ ), que constitui 15 a 25 % do látex de diversas plantas, após compressão que lhe retira a água que contém, em maior ou menor proporção consoante as espécies. Pode ser extraída de numerosas plantas, incluindo o obscuro amor-dos-homens ou dente-de-leão (*Taraxacum spp.*, F. H. Wigg) que medra a esmo nos nossos campos, e da árvore-da-borracha (*Ficus elastica*, Roxb ex Homem), espécie asiática freqüentemente cultivada entre nós como planta ornamental, que é uma Morácea, congénere das nossas figueiras (*Ficus carica*, L.). A borracha dela extraída era tradicionalmente usada como vedante, pelo menos na região de que esta espécie é indígena: Noroeste da Índia e Bramá. Digamos entre parêntesis que Bramá (do sânscrito Brahmā, nome do deus Criador) é o nome dado pelos nossos clássicos ao país que veio a ser dito, à francesa, Birmânia, topónimo este refeito sobre o etnónimo *birman*, “nativo de Bramá”. Em inglês a transcrição tradicional é *Burma*. Em birmano, língua em que não é possível o grupo *-br-* coexistem duas formas: *Bamma:*, forma popular e, *Mrãma:*, forma literária, assim grafada segundo o MLCTS, sistema académico de transcrição oficialmente adótado, mas correntemente transcrita *Myanmar*, o que transcreve aproximadamente a pronúncia mais corrente, conquanto na pronúncia clássica, conservada no Arração (costa ocidental), o *-r-* seja pronunciado como em português; quanto ao *-r* final, nem se escreve nem se pronuncia, serve apenas para notar, como no inglês *car*, o prolongamento da vogal precedente, representado por *-:*. Em português a transliteração mais óbvia seria *Mrãmá* ou *Myãmá*.

Tornando à borracha, foi na América pré-colombina que a sua preparação se desenvolveu<sup>313</sup>. Na Mesoamérica preparavam borracha a partir do látex da *Castilloa elastica*, Cerv., que pertence



### Mandioca

Desenho da *Historia dos animaes e arvores do Maranhão*, de Frei Cristóvão de Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa)

<sup>313</sup> Harlan L. Trumbull & Edwin Bohannon Newton, artº “Rubber” in *Encyclopedia Britannica*, ed. cit., s. v.

igualmente à família das Moráceas, tratada com seiva de *Ipomoea alba*, L., congénere da batata-doce, das Convolvuláceas, rica em enxofre, o que — antecipando a descoberta de Charles Goodyear em 1839 — permitia uma espécie de vulcanização, capaz de assegurar à borracha dureza e resistência às diferenças de temperatura.

Achámos escrito por diversas vezes que a borracha foi descoberta por Colombo no decurso da sua segunda viagem à América, em que teria observado índios jogando a bola, admirando-se de a ver saltar como se viva fosse. Não conseguimos localizar a fonte primária de que tal afirmação possa ter sido extraída, pois muitos autores têm o vício de citar as crónicas pelo número da página da edição que possuem, em vez de as citar por capítulos, esquecendo que a paginação varia consideravelmente de edição para edição. Não nos parece impossível que tal informação, que não logramos controlar, resulte de confusão com um texto de Fernández de Oviedo <sup>314</sup>, que se não reporta a nenhum facto nem data particular, pois vem inserto numa dissertação sobre os costumes dos taínos: ao descrever o jogo da pelota praticado pelos índios da Espanha, refere o cronista que a bola de que usavam era feita *de unas raíces de árboles e de hierbas e zumos e mezcla de cosas, que toda junta esta mixtura parece algo cerapez negra*; e vinca que as pélas feitas dessa espécie de cerapez ou cerol, depois de cozidas e enxutas, adquirem uma textura esponjosa, não se pegam às mãos, ficam fofas e pesadas, e *saltan mucho más que las de viento, sin comparación, porque de solo soltalla de la mano en tierra suben mucho más para arriba, e dan un salto, e otro, e otro, e muchos, disminuyendo en el saltar por si mismas* <sup>315</sup>. Tratava-se sem dúvida de borracha rudimentarmente preparada, obtida provavelmente da mandioca ou quiçá de outra euforbiácea rica em látex; mas infelizmente Oviedo não fornece pormenores. A borracha só começa a ser referida com frequência após a chegada dos espanhóis ao México e ao Peru. É de uma língua peruana que provém o termo *caucho* ou *cauchú*, atestado em 1653 na pena do jesuíta Bernabé Cobo (1582-1657); o termo *hule*, do nahuatl *ulli* ou *olli*, ocorria já em 1532, na obra de Fr. Bernardino de Sahagún (1499-1590), mas o seu uso ficou limitado ao México.

Em português o termo *borracha* ocorre na Carta de Pero Vaz de Caminha <sup>316</sup>, em que refere que alguns índios traziam os beiços furados, e *nos buracos traziam ãos espelhos de pao que pareciam espelhos de borracha*, onde é óbvio que não designa a substância, mas a borracha ou bota, pequeno odre de couro para trazer vinho (de onde o verbo *emborrachar-se*), cujas tampas eram designadas por *espelhos*. Deve ter sido no Brasil, onde terão provavelmente começado a fazer



**Holquahuitl**  
(“Árvore da goma”, *Castilloa elastica*, Cerv.), uma das fontes de borracha.

Gravura de Francisco Hernández, *Rerum Medicarum Novae Hispaniae*, III, x.

<sup>314</sup> HGNI, livº VI, cap. ii.

<sup>315</sup> Cf. Ricardo E. Alegría, “The Ball Game Played by the Aborigines of the Antilles”, in *American Antiquity*, Society for American Archaeology, Menasha, Wisconsin, nº 16 - 4 (1951), pp. 348-352.

<sup>316</sup> Pêro Vaz de Caminha, *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil (1 de Maio de 1500)*, introdução, actualização do texto e notas de M. Viegas Guerreiro, leitura paleográfica de Eduino Nunes, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1974.

botas da goma-elástica usada pelos índios, que o termo se transferiu do objeto para a substância em que era fabricado. Nos dicionários de Setecentos ou começos de Oitocentos, como o do P<sup>e</sup> Rafael Bluteau (8 tomos e 2 suplementos, 1712-28) e as primeiras edições do de António de Moraes Silva (1789, 1813 e 1823), a matéria é de facto designada por *goma-elástica*. Esta deveria também ser utilizada no fabrico de seringas para clisteres, de onde o nome de *seringueira* dado à árvore de que se extraía. O jesuíta João Daniel (1722-76), no seu *Tesouro escondido no Amazonas*<sup>317</sup> — escrito nas masmorras de S. Julião da Barra em que o marquês de Pombal o reteve durante 18 anos e onde veio a falecer — refere-se-lhe como *leite das seringas*, notando que os portugueses lhe chamam geralmente *nervo*. Para designar a matéria também chamada “cauchu”, o uso do termo *borracha* está atestado desde 1837. De qualquer modo apenas em meados do século XVIII veio a borracha a despertar atenção na Europa, pelo que se não justifica que aqui nos atardemos mais a seu respeito.

Foi assim sobretudo como planta alimentar que a mandioca se difundiu, levando-a os portugueses do Brasil para África, e os espanhóis do México para as Filipinas, de onde passou a outras regiões da Ásia. Conquanto seja hoje sobretudo plantada no sul da Índia — onde o seu cultivo foi promovido pelo rei de Travancor Rāma Varma IV (r. 1880-85), na seqüência de uma grande fome devida a escassez de arroz — foi outrora muito cultivada em Goa, onde é conhecida por *pav de farin*, “pau de farinha” ou por *portugalem chinem*, “inhame português”. Em Timor é designada por *ai-farina*, ou seja “pau-farinha” ou “planta da farinha”.

Como muitos outros povos de tecnologia rudimentar, em África, na Ásia e na Oceânia, os ameríndios praticavam a roça, ou agricultura sobre queimadas, pois o desconhecimento do próprio estrume animal impõe longos pousios, durante os quais as terras são invadidas por ervas e arbustos indesejados. Havia por isso que limpar as ervas por meio de queimadas, antes de as arrotear, pelo que a agricultura era itinerante. Colombo notou por mais de uma vez no seu *Diário*, v. g. a 20.XII.1492, os fogos que via fazer, mas interpretou-os como atalaias, por receio de incursões dos canibais. Mais familiarizado com a vida nativa, Frei Bartolomeu de las Casas notou à margem do seu manuscrito que o objetivo das queimadas era destruir as ervas das savanas, que não só dificultavam o cultivo como arranhavam os agricultores que andavam nus; serviam ao mesmo tempo para apanhar coelhos. Tratava-se, evidentemente de coelhos-americanos (*Sylvilagus spp.* Gray, da família dos Leporídeos), distintos dos europeus (*Oryctolagus cuniculus*, L.), embora da mesma família<sup>318</sup>; há que notar, contudo, que as fontes da época dão também freqüentemente, por analogia, o nome de coelhos às *hutias* (*Capromys spp.*, da família dos Capromídeos)<sup>319</sup>, roedores que se assemelham a coelhos com cabeça de

<sup>317</sup> Padre João Daniel, *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, 2 vols, Prefeitura Municipal de Belém / Contraponto, Belém & Rio de Janeiro, 2004, tratado V, cap. 4<sup>o</sup>, § 15, p. 555.

<sup>318</sup> Oviedo descreve-os brevemente no seu *Sumario...*, cap. XXI, e na *HGNI*, liv<sup>o</sup> XII, cap. xxii.

<sup>319</sup> Oviedo, *HGNI*, liv<sup>o</sup> XII, cap. i.

rato, de que há três espécies nas Caraíbas. Quanto a *savanas*, trata-se do nome que os taínos davam à formação vegetal caracterizada pelo predomínio da vegetação herbácea, entremeada com tufos ou renques de árvores e de arbustos; adotado pelos espanhóis, o nome passou rapidamente às demais línguas europeias, estando por exemplo atestado em francês desde 1529.

Assaz duvidoso nos parece que, como foi já aventado, tenha Colombo na sua primeira viagem, a 23.XII.1492, topado com cacau (*Theobroma cacao*, L. das Esterculiáceas), uma vez que apenas há notícia de este medrar no México e América Central, e nas bacias do Orenoco e do Amazonas, mas não nas Antilhas. Toparia com ele na sua quarta viagem, em 1502, mas na costa das Honduras, onde as suas sementes corriam como moeda. No entanto, em 1526, no seu *Sumario de la Natural Historia de Indias*<sup>320</sup>, Gonzalo Fernández de Oviedo não o descreve ainda; só o faz na *Historia General y Natural de las Indias*<sup>321</sup>, publicada em 1535. Por 1550-54 Girolamo Benzoni nota que apenas se encontra nas Honduras, Guatemala e México<sup>322</sup>, o que confirma a sua inexistência nas Antilhas. Assim sendo, não nos é possível identificar as sementes de que os nativos da Espanhola deitavam um grão nas escudelas de água e bebiam, dizendo que eram *cosa saníssima*.

Entre as mercadorias comercializáveis que achou refere Colombo a cera, que Las Casas explica não ser nativa, mas importada do Iucatão. Esta observação do sábio dominicano dá a entender que os taínos, que ele conhecia de perto, não soubessem extrair das colmeias silvestres cera e mel, e que por conseguinte se não servissem da primeira. Seja como for, a 29.XI acharam um grande pão dela dentro de uma casa com aparência de templo, e Colombo mandou que a tomassem, para a levar aos Reis, comentando com o otimismo habitual: *adonde çera ay, también deve aver otras mil cosas buenas*. Tinha toda a razão... As abelhas que o digam!

Quanto aos animais, nas Lucaias Colombo apenas viu pássaros, lagartos e serpentes — como aliás seria de esperar em ilhas distantes do continente, a que não estiveram ligadas durante as glaciações, que animais vivíparos não conseguiam ganhar a nado. É claro que não observou tigres, nem elefantes, nem leões, nem alimárias semelhantes em que todos os escritores antigos diziam abundar as Índias; mas se o estranhou não o registrou por escrito. A 24 de Outubro deparou-se-lhe numa lagoa uma serpente, que

---

<sup>320</sup> Pode ver-se o seu texto, infelizmente sem notas, in Don Henrique de Vedia (ed.), *Historiadores Primitivos de Indias*, vol. I (Biblioteca de Autores Españoles, tomo XXII), Atlas, Madrid, 1946, pp. 471-515.

<sup>321</sup> livº VIII, cap. xxx.

<sup>322</sup> G. Benzoni, *La historia del Mondo Nuovo*, ed. cit., fl 101 v - 102; versão espanhola: Girolamo Benzoni, *Historia del Nuevo Mundo*, introducción y notas de Manuel Carrera Díaz, Alianza Editorial, Madrid, 1989, p. 216.

mandou matar para trazer a pele a Suas Altezas; numa nota marginal ao texto do *Diário* Las Casas sugere que se tratasse de uma iguana, provavelmente uma iguana-verde (*Iguana iguana*, L.), que é um sáurio e não um ofídio, possui patas e recorda portanto mais um lagarto do que uma cobra; mas há nos primitivos cronistas das Índias, nomeadamente em Angléria, mais exemplos da mesma confusão. Nomeadamente Oviedo <sup>323</sup> exprime-se em termos que não deixam lugar a dúvidas: *Yu-ana es una manera de sierpe de cuatro piés, muy espantosa de ver y muy buena de comer*.

Colombo notou a inexistência de cabras e ovelhas, e a presença de cães que não ladravam <sup>324</sup>. A 29 de Outubro, numa praia de Cuba, julgou adivinhar a existência de vacas, pois viu “cabeças em osso” que lhe pareceram tal; como Las Casas, que bem sabia da inexistência de vacas no Novo Mundo, observou em nota marginal, deviam ser caveiras de manatim-das-caraíbas ou peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*, L.), que na realidade não é um peixe mas um cetáceo. Não se encontra a mais de 15° de latitude, pois não suporta as águas frias; na costa da Guiné há um animal congénere, o *Trichechus senegalensis*, Link., com que provavelmente Colombo não topara nas suas viagens a África. Quanto a peixes pròpriamente ditos, notou a presença de atuns, imaginando que era dali que se dirigiam ao estreito de Gibraltar, onde eram apanhados nas almadravas do duque de Medina Sidónia. Na realidade as almadravas utilizadas no Algarve, na Andaluzia e na costa marroquina destinam-se a capturar os atuns que migram do Mediterrâneo para o Atlântico ou vice-versa.

Colombo notou, logo no dia da sua chegada ao Novo Mundo, a abundância que havia i de papagaios, de que volta bastas vezes a falar nos dias subseqüentes. A 13 de Dezembro os índios que trazia no navio deram a entender aos locais que o Almirante estava assaz interessado em tais aves, e eles trouxeram-lhas em boa quantidade, sem nada pedir em troca. É por Pedro Mártir <sup>325</sup> que entendemos a razão de tal interesse:

Encontraram papagaios cujas asas eram verdes, outros amarelos em todo o corpo, outros semelhantes aos índicos, de gola vermelha, como diz Plínio. Trouxeram quarenta, mas de cores vivíssimas e assaz ledos. Têm asas de variegadas cores: têm-nas algumas azuis e purpúreas mescladas a penas verdes e amarelas, variedade que produz deleite. Isto quis, ó ilustríssimo príncipe, narrar-te, pois conquanto a opinião deste Cristóvão Colono pareça opor-se à dimensão da Esfera e à opinião dos Antigos sobre o mundo navegável, os papagaios, todavia, de aí trazidos e muitas outras cousas, indicam que estas ilhas sabem a solo índico, seja pela proximidade seja pela natureza.

<sup>323</sup> *Sumario...*, cap. lv (cf. cap. vi); HGNI, livº XII, cap. vii.

<sup>324</sup> *Ibidem...*, cap. xxvi; HGNI, livº XII, cap. v & xviii; o nome de *gozques* que lhes dá é analógico, pois em rigor é o de uma raça de cães da Europa.

<sup>325</sup> Década I, cap. i, fl iv.

Foi certamente por isso que trouxe para Espanha tamanha quantidade de papagaios, sem dúvida para os oferecer a Suas Altezas e aos grandes de sua corte, e assim lhes comprovar que se não atingira a Índia andara perto dela — do que, como se deduz da citação acima, nem todos estavam convencidos.

*Papagaio* é o nome vulgar que se aplica a c. 350 espécies diferentes de aves da ordem dos Psitaciformes, em especial da família dos Psitacídeos, de que no Velho Mundo há 10 espécies diferentes. Os papagaios do Novo Mundo, também conhecidos por araras — de que há c. 150 espécies diferentes, distribuídas por 32 géneros — pertencem também a essa família, em que contudo formam uma subfamília distinta; são em geral de maiores dimensões e apresentam uma cauda mais longa que os do Velho Mundo. Razão tem Oviedo <sup>326</sup> para afirmar que são *de tantas maneras y diversidades que seria muy larga cosa decirlo, y cosa más apropiada al pincel que al darlo a entender...*

Nutrido de leituras de Plínio, Colombo esperava encontrar nas Índias, a que julgava ter chegado, seres monstruosos como os cinocéfalos (homens com cabeça de cão), os acéfalos (homens desprovidos de cabeça, com a boca e os olhos no peito) e outros portentos semelhantes, de que falam diversos autores greco-romanos e que algumas iluminuras medievais pintam. Ocorrem quejandos seres fabulosos nas mitologias dos mais diversos povos; e os gregos podem facilmente ter imaginado os cinocéfalos a partir das representações dos deuses egípcios Duamutef, Wepwawet e Anubis, já que usavam todos três cabeça de cão. Quer-nos no entanto parecer que, tal como os descrevem Plínio <sup>327</sup>, Solino <sup>328</sup>, o Pseudo-Calístenes a quem é atribuído o *Romance de Alexandre* <sup>329</sup>, etc., esses entes fabulosos derivam da própria mitologia indiana, pois ocorrem já no *Rāmāyaṇa* de Vālmīki <sup>330</sup>, que na sua forma atual deve datar dos arredores da era cristã, mas cujo argumento deve ter começado a tomar corpo no século VII A. C. A referência ocorre na IV parte do poema, o *Kiṣkindhākāṇḍa* ou “canto de Kiṣkindhā”, quando Rāma, o herói do poema, exilado de seu reino em terras de Kiṣkindhā e privado de sua esposa Sītā que fora raptada pelo demónio Rāvaṇa, senhor de Lan̄kā (Ceilão), se alia a Sugrīva, rei dos macacos; este ordena então ao general da sua hoste de símios que corra o mundo em busca

<sup>326</sup> *Sumario...*, cap. xxix.

<sup>327</sup> *Historia Naturalis*, V, viii, 46; vide Pliny, *Natural History*, with an English Translation by H. Rackham, 15 vols, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts) & Londres, 1942.

<sup>328</sup> *De Rebus mirabilibus*, LII, 24-31.

<sup>329</sup> Pseudo-Calísthène, *Roman d'Alexandre*, Les Belles Lettres, Paris, 1992.

<sup>330</sup> *Kiṣkindhākāṇḍa*, XL, 24-31; vide M. N. Dutt, *Rāmāyaṇa of Vālmīki*, Sanskrit Text and English Translation according to..., edited and revised by Dr. Ravi Prakash Arya, 4 vols, Parimal Publications, Delhi, 1998, vol. II, pp. 111-112.

da desaparecida Sītā, sem esquecer os rincões perdidos em que vivem os seres mais monstruosos: “...os que se cobrem com as orelhas, os que têm por lábios as orelhas, os de horrendas bocas férreas e os que tendo um só pé correm velozes; os que jamais perecem (...), os bárbaros insulanos, comedores de peixe cru, e os anfíbios, a que chamam homens-tigres, seres terríveis...”

Esses mitos chegaram também ao Ocidente por via do mundo muçulmano, e tanto Abraão Cresques como Fra Mauro referem, este em quatro das legendas do seu mapa-múndi <sup>331</sup>, o reino de Benichaleb (do árabe *ibn<sup>u</sup> kalb<sup>in</sup>*, “filho de um cão”), sito no sul da África. Fra Mauro explica que tira o nome do aspeto canino dos seus habitantes: *Benichaleb: questo nome è interpretato 'fiol de can', perché questi populi hano volti cagnesci.*

Claro que à medida que progredia o conhecimento do Globo essas monstruosidades tendiam a migrar, para cada vez mais longes terras. A *Suma Oriental* de Tomé Pires, redigida em Malaca, situa-os na Ilha dos Papuas, ou seja, na Nova Guiné, fazendo-os assim regressar à região “para além da Java” onde o *Rāmāyaṇa* os situava; Piri Reis em 1513 debuxa-os no interior da América do Sul; e o *Atlas Vallard*, um belo atlas da escola de Dieppe iluminado à mão, datado de 1547 <sup>332</sup>, figura um cinocéfalo e um acéfalo no ainda ignoto coração do continente africano.

O livro é na realidade um centão (manta de retalhos) de diversos itinerários antigos e medievais, reais ou imaginários, redigido por um autor que se diz cavaleiro, natural de St Albans em Inglaterra, e depois professor de medicina em Liège, onde de facto morreu e foi sepultado em 1371. O texto inglês, o mais conhecido, é na realidade traduzido do francês, de que há uma cópia manuscrita da Biblioteca Nacional de Paris, que só veio a ser publicada em 1953. Vertido desde logo em numerosas línguas, foi impresso em neerlandês c. 1470, em italiano em 1480, em alemão em 1481 e em latim em 1484. Apesar do seu caráter fantástico o livro reflete uma cosmografia assaz correta: o autor, que conhecia bem a obra de Sacrobosco e sabia determinar latitudes com o astrolábio, atribui ao equador um perímetro de c. 32.000 km e admite explicitamente quer a habitabilidade da zona tórrida quer a existência de antípodas: *car vous sauez que ceuls qui sont en droit de l'antartique sont droitement pié contre pié de ceulz qui demeurent dessouz la tres-montaine.* E um pouco mais adiante explica que, ao contrário do que *semble aus simples gens*, os antípodas não andam de cabeça para baixo, nem se arriscam a cair para o céu: se a gravidade se não exercesse em direção ao centro da Terra mas para um *abaixo* absoluto, cairia a própria Terra que é muito mais pesada... <sup>333</sup>.

<sup>331</sup> legendas 152, 55, 459 & 1043.

<sup>332</sup> Cf. o nosso estudo *O Atlas Vallard* [volume explicativo da edição facsimilada] Moleiro Editor, Barcelona, 2010.

<sup>333</sup> Malcolm Letts, *Mandeville's Travels - Texts and Translations*, 2 vols, Hakluyt Society, Londres, 1953 [reimp. Kraus Reprint Ltd, Nendeln (Liechtenstein), 1967], cap<sup>o</sup> xx.

É óbvio que a Colombo se não deparou nas Antilhas nada de semelhante. É verdade que a 4 e a 23 de Novembro, se bem entendera os índios que consigo trazia, lhes ouvira falar de cinocéfalos e de uma espécie de ciclopes-vampiros — *hombres de un ojo e otros con hoçicos de perros, que comían los hombres y que en tomando uno lo degollavan e le bevían la sangre* — sem que saibamos bem onde terminava a imaginação dos táinos e onde começavam as reminiscências livrescas do Almirante. Seja como for, não volta a referir-se-lhes; e na conhecida carta que no retorno escreveu a Santángel <sup>334</sup>, participou-lhe: *En estas islas fasta aquí no he hallado ombres mostrudos, como muchos pensavan, más antes es todo gente de muy lindo acatamiento, ni son negros como en Guinea, salvo con sus cabellos corridíos... Como monstruosidade, apenas havia a registar a presença dos caribes, que comiam carne humana: ellos no son más disformes que los otros, salvo que tienen en costumbre de traer les cabellos largos como mugeres.*

Já uns quarenta anos antes Fra Mauro se dava ao trabalho de explicar que “ainda que haja muitos cosmógrafos e homens doutíssimos” que escrevam haver nas partes da África, sobretudo da Mauritânia, “muitos homens monstruosos e animais”, conquanto não quisesse de ânimo leve “contradizer a autoridade de tantos”, inquiriu diligentemente da tal assunto, mas foi levado a concluir o contrário: “por todos aqueles reinos de negros não achei nunca alguém que me soubesse dar notícia do que encontro escrito por aqueles” — pelo que resolveu deixar “aos que são curiosos de entender tal novidade” o trabalho de o investigar <sup>335</sup>.

Quanto ao nosso descobridor, não resiste apesar de tudo à tentação de referir a Santángel algumas maravilhas de que ouviu falar aos índios: a ilha sita a oeste de Cuba, onde nascem homens com cauda; a ilha *mayor que la Española en que las*



**Cinocéfalos, acéfalos e outras monstruosidades da Índia imaginada**

Frontispício do *Libro de las Marauillas del Mundo*, versão castelhana, publicada em Valência em 1521, das *Viagens* de João de Mandeville, que teria percorrido todas as Índias de 1322 a 1356.

<sup>334</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. v, p. 224. Podem ver-se muitos mais pormenores sobre estes mitos em Juan Gil, *Mitos y utopías del Descubrimiento*, vol. I: Colón y su tiempo, Alianza Editorial, Madrid, 1989.

<sup>335</sup> *op. cit.*, legenda 1043.

*personas no tienen ningún cabello*; e a Ilha das Mulheres, em que os homens apenas eram admitidos temporariamente, para lhes suscitar progénie, sendo elas quem, como as Amazonas da mitologia greco-romana e de certas tradições medievais, armadas de arco e flecha se defendiam. Diga-se entre parêntesis que o nome de *Rio Amazonas* foi dado ao rio inicialmente designado pelo nome local *Marañón* (como se chama ainda no seu alto curso) ou Maranhão, por Francisco de Orellana, que o desceu desde o Peru em 1542, por uma razão mais concreta: por nas suas margens ter sido atacado por mulheres munidas de arco e flecha, que identificou com as míticas Amazonas. É por uma operação mental semelhante que autores portugueses como Diogo Gomes e Duarte Pacheco Pereira<sup>336</sup> referem a existência de sátiros, cobertos de pelo e dotados de cauda, nas florestas equatoriais da África, querendo sem dúvida aludir aos gorilas.

Da Ilha das Mulheres, indubitavelmente mítica, ouvira Colombo falar a 6.I.1493, a índios que a identificavam com a Jamaica; o mito corria igualmente na Europa, e a ilha figura no mapamúndi de Fra Mauro de c. 1450, no *Atlas Vallard* de 1547 e em outras cartas ainda. Multiplicam-se-lhe as referências no *Diário* de Colombo, a partir de 13 de Janeiro, mas passa então a situar-se nas Antilhas Menores — a que, com medo dos caribes, os taínos se não deviam chegar muito. Começa então a ser chamada *Matinino*, de onde provém aparentemente o nome da Martinica. Com grande desgosto, pois queria trazer aos Reis um punhado de tais mulheres e do muito ouro que aí havia, não conseguiu porém visitá-la...

A 13.XII.1492, no porto a que chamou de La Concepción, na costa setentrional da Espanhola, viu Colombo *dos mugeres moças, tan blancas como podían ser en España*. Têm alguns historiadores visto nesse facto uma comprovação da história do piloto anónimo, falecido em casa de Colombo na Madeira: um navio, provavelmente português, teria já abordado a ilha e feito casta em suas mulheres. À mesma origem remontaria uma moeda de ouro com letras, que a 17 de Outubro Colombo viu nas Lucaias, servindo de ornato ao focinho de um cão, de quem porém não logrou acercar-se. Daí também que, como refere Las Casas<sup>337</sup>, houvesse na ilha quem se recordasse de ter visto homens vestidos, barbudos como os espanhóis, *antes que nosotros no mucho tiempo*. Nada aí há de impossível. A mortandade da tripulação explicar-se-ia provavelmente nesse caso pelo facto de, por via de comércio carnal, terem contraído sífilis, doença americana de que falaremos mais longamente a propósito da segunda viagem colombina.

<sup>336</sup> *Esmeraldo*, I xxxiii.

<sup>337</sup> I, xiv.

Claro que Mascarenhas Barreto<sup>338</sup>, na sua busca desesperada de testemunhos que confirmem a sua teoria do descobrimento prècolombino da América pelos de Luso, não deixa de valorizar este episódio — a propósito do qual invoca a especial autoridade de Las Casas, cujo pai teria acompanhado Colombo na sua viagem descobridora. Ora a verdade é que Pedro de las Casas, que era um comerciante e não um marujo, não tomou parte na primeira expedição colombina, mas na segunda, quando se tratou de fundar uma colónia e criar uma sociedade espanhola nos trópicos. Como seria de esperar, o seu nome não consta da lista de participantes na primeira expedição.

Aproveitemos a deixa para recensear outra das enormidades de Barreto<sup>339</sup>: a propósito das distâncias percorridas por Colombo no Atlântico, de que falámos já suficientemente para que mereça a pena tornar ao assunto, reproduz os números dados por Herrera, e comenta: “o referido cronista Herrera (que acompanhou Colón-Zarco nesta primeira viagem), ao cabo de navegar aquelas mesmas 950 léguas...”. Valha-nos Deus! Como seria possível que Antonio de Herrera Tordesillas, que nasceu em Cuellar em 1549, tivesse acompanhado Colombo na sua viagem de 1492? Contava nessa data 57 anos abaixo de zero!

Dotado de grande sensibilidade para com os encantos da natureza, Colombo não esconde o seu enlevo com a paisagem dos trópicos; e a 19 de Outubro, com ela inebriado, anota:

*... y así no surgí en aquella angla, y aun porque vide este cabo de allá tan verde y tan fermoso, así como todas las otras cosas y tierras d'estas islas, que yo no sé adónde me vaya primero, ni me se cansan los ojos de ver tan fermosas verduras y tan diversas de las nuestras; y aún creo que a en ellas muchas yervas y muchos árboles que valen mucho en España para tinturas y para medicinas de espeçería, mas yo no los cognozco, de que llevo grande pena. Y llegando yo al cabo, vino el olor tan bueno y suave de flores o árboles de la tierra, que era la cosa más dulce del mundo.*



**As Amazonas, de lança em riste, mantendo ao largo as hostes de Gog e de Magog ou as perdas Dez Tribos Pérfidas de Israel**

Página da *Cosmographia* de Sebastião Münster (1488-1552), a primeira geografia em língua vernácula alemã, impressa em Basileia em 1544.

<sup>338</sup> *op. cit.*, p. 129.

<sup>339</sup> *op. cit.*, p. 135.

Ao poético alia-se aqui o utilitário, como seria de esperar na pena de um mercador italiano. Dez dias depois, ajuntava, em termos semelhantes:

*Aquí es unas grandes lagunas, y sobre ellas y a la rueda es el arboledo en maravilla, y aquí y en toda la isla son todos verdes y las yervas como en el Abril en el Andalucía, y el cantar de los paxaritos que parece qu'el hombre nunca se querría partir de aquí, y las manadas de los papagayos que ascorecen el sol, y aves y paxaritos de tantas maneras y tan diversas de las nuestras que es maravilla.*

O aspeto paradisíaco da terra advinha-lhe da sua perpétua verdejância, devido á raridade de árvores de folha caduca, já notada por Oviedo <sup>340</sup>, que apenas conseguiu contar nas Índias Ocidentais seis espécies árvores de folha caduca, entre as quais o *hobo* ou cajazeira, a *ceiba* ou sumaúma e a canafístula, de que voltaremos a falar. O predomínio das perenifólias é próprio dos climas sem uma estação seca bem definida e prolongada; com efeito, ao contrário do que muita gente pensa, em climas tropicais secos como o de Timor, o do planalto da Conquista no sul da Bahia, o de várias regiões de Angola, etc., em que para mais a estação seca coincide com o inverno, ocorrem florestas de caducifólias, embora, como seria de esperar, de espécies diferentes das da Eurásia e da América do Norte.

À suavidade da Natureza juntava-se a bondade dos índios, que pinta num estado paradisíaco:

*Los unos corrían de acá y los otros de allá a nos traer pan que hazen de niames (...) y nos traían agua en calabças e en cántaros de barro, de la hechura de los de Castilla, y nos traían cuanto en el mundo tenían y sabían qu'el Almirante quería, y todo con un corazón tan largo y tan contento que era maravilla. (...), no puede creer que hombre aya visto gente de tan buenos corazones y francos para dar [21.XII.1492].*

*... son gente de amor y sin cudiça, y convenibles para toda cosa, que certifico a Vuestras Altezas que en el mundo creo que no ay mejor gente ni mejor tierra. Ellos aman a sus próximos como a sí mismos, y tienen una habla la más dulce del mundo, y mansa, y siempre con risa [25.XII.1492].*

Estas e outras louvaminhas parecem sinceras, mas adivinha-se que por detrás delas se esconde igualmente o desejo de engrandecer aos olhos dos Reis, a quem o *Diário* é dirigido, a descoberta que fizera.

Embora apenas a partir da terceira viagem, em 1498, juntando diversas indícios, Colombo se tenha definitivamente persuadido de que achara o Paraíso Terreal, essa ideia aflora já nas páginas do *Diário da Primeira Viagem*, a 21.II.1493, véspera da sua chegada aos Açores: *bien dixerón los sacros theólogos que el paraíso Terrenal*

<sup>340</sup> *Sumario...*, cap. lxxviii; *HGNI*, livº IX, cap. xxi.

*está en el fin de Oriente, porque es lugar temperadíssimo; así que aquellas tierras que él agora avía descubierto es — diz él — el fin del Oriente.*

A ideia de situar no extremo oriental da οικουμένη ou terra habitada o Paraíso Terrestre, bebeu-a quicá o Almirante na cartografia medieval que o representa bastas vezes na região correspondente à China, confundindo a Grande Muralha com a cerca que Deus pôs ao Éden, para que Adão não reentrasse. Tal é nomeadamente o caso do atlas de Andrea Bianco de que temos já falado. É, no entanto, mais freqüente a identificação da Muralha da China com o cercado posto, segundo a lenda, por Alexandre Magno para nele manter em cativeiro, até ao fim do mundo, as tribos insubmissas de Gog e Magog, símbolo dos nómadas da Ásia Central, pesadelo dos sedentários, cuja libertação prenunciaria o reinado do Anticristo e o fim dos tempos.

O *Livro de João de Mandeville*, combinando engenhosamente a localização do Paraíso no Extremo Oriente com a lenda do Mar Tenebroso, insinua que na realidade aquele é inacessível, pois para lá do país do Preste João, após a travessia de muitas montanhas e grandes rochedos, entra-se na região das trevas, *où on ne pourroit voir ne de jour ne de nuit*, trevas e desertos esses que duram até ao Paraíso <sup>341</sup>.

Os padres da Igreja mais ilustrados, como S. Gregório de Nissa <sup>342</sup>, sem negarem o estado paradisíaco em que foram criados o padre Adão e sua Eva, entendem que tinham por paraíso a terra inteira, já que em toda ela podiam eles gozar da intimidade com Deus e dos seus dons. Mais crédula, contudo, a Idade Média ocidental, procurou as mais das vezes localizá-lo no espaço físico, de acordo com as indicações que nos fornece o *Génese*. Na *Crónica da Guiné* <sup>343</sup>, de Gomes Eanes de Zurara, tal como nas *Viagens de Alvise da Cadamosto* <sup>344</sup>, sugere-se outra localização: no interior da África, no alto curso do Senegal — que era suposto ser um braço do Nilo, ao passo que este era considerado um dos quatro rios que, segundo a Bíblia, saíam do Paraíso.

É curioso observar que no seu *Tratado del Esphera* <sup>345</sup>, publicado em Sevilha em 1535, Francisco Faleiro — irmão de Rui Faleiro e com ele companheiro de escapada

---

<sup>341</sup> cap. xxviii.

<sup>342</sup> Grégoire de Nysse, *La Création de l'Homme*, Sources Chrétiennes, Éd. du Cerf, Paris, 1944.

<sup>343</sup> cap. lix.

<sup>344</sup> ed. da Academia Portuguesa de História, pp. 27 & 116.

<sup>345</sup> Francisco Faleiro, *Tratado del Esphera y del Arte del Marear, compuesto por... natural del Reyno de Portugal*, reproduction fac-similé de l'exemplaire appartenant à la Bibliothèque Royale de Munich. Édition 1535 Séville [*Histoire de la Science Nautique Portugaise à l'époque des Grandes Découvertes* - Collection de Documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise, par Joaquim Bensaúde, vol. IV], J. B. Obernetter, Munique, 1915, parte I, cap. xvii, fl ciiij.

de Fernão de Magalhães, a quem acabaram, contudo, por não poder acompanhar no seu périplo — ao criticar a teoria da inabitabilidade dos trópicos, enche duas páginas com loas à excelência da zona temperada do norte, em que prefere situar o Paraíso Terreal:

*Esta templada zona es poblada por la mayor parte de gentes más acogidas a razón y de mejores entendimentos, y más áviles & para más que las otras gentes de que son abitadas las otras zonas. Desta plaga o zona salen & la riegan tres ríos de los quatro del parayso terrenal: es a saber, Ganje y Eufrates & Tigris; y el quarto que es el Nilo, aun que sale o nace en la tórrida, de la otra banda de la equinocial, en xv y en xvj grados de apartamiento della, corre derecho al norte hasta entrar en la templada zona; & riega la parte de África que cae en esta zona hasta entrar en el Mar Mediterraneo (...). En esta templada zona han sucedido todas las notables cosas que en el mundo se han visto; porque en ella fue criado el primer hombre & en ella fue su cayda; y en ella fue fecha y salua el arca en que se guardó y conseruó el linaje umano en el diluio general. También fue edificada en ella la grã ciudad de Babilonia...*

Daí se pode deduzir que o Paraíso se situaria por alturas do Próximo Oriente, no coração do Velho Mundo — ficando apenas por explicar porque teimava o Nilo em caminhar às arrecuas.

E prossegue a ladainha das maravilhas operadas no hemisfério boreal: a abertura do Mar Vermelho para dar passagem ao povo eleito, a promulgação da Lei de Moisés, a da Lei Evangélica, a fundação da Cristandade, a edificação e destruição de *la más insigne ciudad del mundo que es Jerusalén, en la que padesció por los pecadores el mismo Criador dellos...*

Esqueceu-lhe mencionar que, como muito bem nota um outro cultor quinhentista do setentrião, cujo nome nos não ocorre, o próprio Sol parece preferir o hemisfério boreal, pois passa todos os anos mais três dias nele que no austral. A razão sabemos-la hoje nós: é a segunda lei de Kepler, segundo a qual o raio vètor dirigido do Sol a cada planeta (cuja órbita é, segundo a primeira lei, elíptica, ocupando-lhe o Sol um foco) varre áreas iguais em tempos iguais. Daí se segue que a Terra caminha mais depressa no periélio (que hoje tem lugar em começos de Julho, mas na época ocorria em Junho, segundo o calendário juliano) do que no afélio (que era em Dezembro e é agora em Janeiro). O verão do hemisfério norte, durante o qual ocorre o afélio, dura assim 92 dias, ao passo que o do hemisfério oposto, em que tem lugar o periélio, não dura senão 89...



## II

# COLOMBO NO NOVO MUNDO

### O primeiro cruzeiro nas Antilhas

Colombo não se demorara nas Lucaias, pois tinha pressa em encontrar o Cipango e atingir a corte do Grão Cã, para lhe entregar as cartas que trazia dos Reis Católicos. Os nativos acenavam-lhe que a sul havia uma ilha grande e rica, a que chamavam *Colba* ou *Cuba*; e para lá se dirigiu, logo que lho permitiu o vento, tanto mais que a sua posição parecia corresponder à que Toscanelli no seu mapa assinava ao Cipango <sup>346</sup>. Passou muito provavelmente entre as ilhas Fernandina (hoje Long Island) e Isabela (hoje Crooked Island), pelo canal conhecido atualmente por Crooked Island Passage, indo aterrar a 28 de Outubro na zona oriental da costa norte de Cuba. O almirante Morison (1887-1976), que refez a viagem de Colombo, conferindo as paisagens que observava com o *Diário* do descobridor, identificou o lugar do seu desembarque em Cuba com a baía de Bariay, onde em conseqüência foi erigido um obelisco comemorativo. Prosseguiu então para oés-noroeste, seguindo a costa. No dia seguinte entrou num grande rio a que chamou Rio de Mares, que Morison, “sem sombra de dúvidas”, identifica com a atual Gibara (21° 7' N, 76° 8' W); *Mares*, como resulta claro da comparação com outros passos dos seus escritos em que se lhe refere, é na pena de Colombo, o planeta Marte, em latim *Mars*; mas no *Diário* não explica por que razão atribuiu tal nome ao rio. A 30 tentou prosseguir a exploração da costa setentrional cubana, mas não pôde avançar mais de umas 15 léguas, pois apanhou vento pela proa. Terá, pois, atingido quando muito a região de Nuevitas (21° 33' N, 77° 16' W), após o que retornou ao Rio de Mares, onde permaneceu onze dias (veja-se mais adiante o mapa que ilustra o capítulo “Novos descobrimentos, hipotéticos e reais”). Tivesse prosseguido na mesma direção e teria não só constatado a insularidade de Cuba como atingido o Iucatão e assim descoberto o México, a civilização maia e quiçá o império azteca. O rei Ahuizotl (r. 1486-1502), 8° *Huēyi tlahtoāni* ou dinasta da Tripla Aliança mexicana, passaria facilmente a seus olhos por Grão Cã...

Foi durante os onze dias que passou em Rio de Mares que alguns dos seus homens deram com almécega, de que calculou poder enviar anualmente aos Reis

<sup>346</sup> Las Casas, *HI*, I, xliii.



uns mil quintais; vimos já a que espécie botânica devia corresponder. Colombo, que conhecia a almécega do Velho Mundo desde a sua viagem a Quios, notou que esta não coalhava, o que atribuiu à estação do ano em que se estava. Na mesma ocasião toparam também com um pau que, certamente pelo cheiro, já que a árvore não existe na Europa, lhes pareceu lenho-aloés; e o porto, dominado por uma penha alta, pareceu-lhe azado para construir uma fortaleza, pois *estarian allí los mercaderes seguros de cualquiera otras naçiones*.

De momento, adotou o ponto de vista de que Cuba não era ilha, como lhe tinham afirmado os nativos das Lucaias, mas parte da terra firme. Estaria, portanto, nas costas do Cataio. Essa identificação tinha porém um óbice: se Cuba era o Cataio, isto é, a China, onde estava o Cipango, ou seja o Japão, sito muito mais aquém para quem viesse de Espanha? Tê-lo-ia escorrido? Na dúvida, deixou prudentemente de se lhe referir daí em diante, e o termo desaparece nos dias imediatos das páginas do *Diário*. Apenas reaparecerá um ou dois meses mais tarde, na Espanhola, onde ouviu falar da zona interior de Cibao, cujo nome lhe pareceu corresponder ao topónimo exarado pelo viajante veneziano, e onde para mais lhe afiançavam haver ouro.

Com base no que afirmava entender dos índios que vinham na sua caravela, Martín Alonso insistia também em que Cuba era parte da terra-firme do Cataio, ainda que estivesse revoltada contra o Grão Cã, a quem fazia guerra<sup>347</sup>; não sabemos que situação real jaz oculta sob este *imbroglio*. Ou porque a isso o tivesse movido o argumento do companheiro, ou porque, tendo já percorrido desde a ilha do Ferro 1.142 léguas e se devesse por conseguinte achar na terra-firme que debuxava Toscanelli, dois dias depois desse alvitre, a 1.XI.1492, Colombo fazia-se no seu diário na costa chinesa, entre Zaitun e Quinsay, ou seja, entre 泉州Ch'üan-Chou, a 24° 50' N, e 杭州Hang-Chou, a 30° 20' N. Embora, como acima notámos, *Quinsay* signifique simplesmente “a capital”, esse nome era dado por Marco Polo a Hang-Chou; e no planisfério de Fra Mauro<sup>348</sup>, a comparação entre esta, sita nas margens de uma laguna, e Veneza, mostra que se continuava a identificar a *Quinsay* de Marco Polo com Hang-Chou, a despeito de a capital do Celeste Império ter sido em 1421 transferida para Pequim. Colombo achar-se-ia, portanto, a c. 27° N — quando na realidade estava a c. 21°, julgando-se a 42° N; em longitude a diferença era a que vai de 76° W a 120° E, ou seja, 224° ...

---

<sup>347</sup> *Ibidem*, I, xlv.

<sup>348</sup> Legenda 2240.

Foi do Rio de Mares, onde estacionava a pequena frota, que o Almirante mandou dois dos seus homens (Luís de Torres que sabia hebraico, caldeu e arábico e podia servir de intérprete, e um tal Rodrigo de Xerez), acompanhados de dois índios, a internarem-se na terra em busca da capital do Grão Cã, cujo fantasma lhe não dava sossego. Como explica Frei Bartolomeu de las Casas <sup>349</sup>, Colombo guiava-se pelo ouvido; e quando escutou aos índios o termo *Cubanacán*, nome que davam à região central de Cuba, pois na língua deles *nacán* significa “centro”, persuadiu-se de que lhe falavam do *Grão Cã* — como antes se persuadira de que *Cuba* (a que os nativos das Bahamas se teriam esquecido de apor uma cedilha) correspondia a *Cipango*; e, mais tarde, de que ao mesmo correspondia *Cibao*, na Espanhola; e na última viagem de que *Çiguare* era a *Cattigara* de Ptolomeu. Sempre convencido de estar prestes a achar o que buscava, passava sem hesitação de uma paronímia a outra, de modo que o Grão Cã, que a 30.X era o *Cami* de que ouvia falar na costa cubana, dois dias depois era o *Cavila* que os índios lhe referiam, cuja capital era da primeira vez Faba e da segunda Bafan. Baralhado com tanta confusão, Las Casas anotou à margem: *esta algarabía no entendo yo...*

Por outro lado, as ideias geográficas de Colombo eram assaz confusas, não distinguindo bem as Índias, de onde provinham as especiarias, da China, onde de facto reinara o Grão Cã; por isso deu aos homens que enviou em busca da corte deste amstras de especiaria, para verem se achavam igual. Os índios da terra que os acompanharam perceberam aproximadamente o que Colombo queria, e levaram os seus emissários à presença do régulo local.

Os enviados regressaram quatro dias mais tarde, a 5 de novembro, com a notícia de que o mais que haviam achado era um povoado de uma cinquentena de casas muito grandes, *de manera de alfaneques*, ou seja, de tendas de campanha, em que viveriam mil pessoas. Receberam-nos com grande solenidade, fazendo-os sentar em cadeirões e vindo em fila a beijar-lhes a mão, primeiro os homens e em seguida as mulheres; aposentaram-nos nas melhores casas, e davam-lhes de comer. Quanto a canela, pimenta e outras especiarias, apontavam-lhes para sueste, onde as haveria, mas diziam-lhes que ali não tinham. De resto, apenas viram o que até aí haviam visto: muito algodão, cães que não latiam, tabaco de que homens e mulheres fumavam, árvores de vária espécie, perdizes, rouxinóis e palmípedes que identificaram com gansos. E assim se gorou a embaixada dos Reis Católicos ao Grão Cã...

---

<sup>349</sup> I, xlv

Não foi, poratanto, ainda desta vez que se topou com especiaria. Notemos, como que em parêntesis, que a especiaria era, ao tempo como ainda hoje, usada sobretudo para conferir sabores requintados aos manjares, e também para ajudar a conservar as carnes cozinhadas; era um tipo de mercadoria muito apreciado na época, pois suportava sem se deteriorar as longas viagens e correspondia a um elevado valor sem ocupar na arcação dos navios, módica ainda, demasiado espaço. Embora muito repetido é, porém, erro crasso afirmar que as espécias se tornavam necessárias para disfarçar a podridão das viandas: conquanto não houvesse ainda frigoríficos elétricos, os géneros eram na Idade Média em regra consumidos assaz frescos, porque as cidades eram pequenas e quase desprovidas de subúrbios, o campo ficava às portas, e os animais eram vendidos vivos e as mais das vezes degolados no próprio mercado, à vista do consumidor. Mesmo a bordo das naus portuguesas da *carreira da Índia*, preparadas para uma viagem de seis meses, a criação e o gado miúdo eram transportados vivos e abatidos à medida que se iam consumindo.

É por outro lado um tremendo exagero afirmar-se, como tantas vezes se tem feito a propósito da viagem de Magalhães e da subsequente questão de Maluco, que o cravinho valia o seu peso em ouro: mesmo em Lisboa, onde chegava encarecido pelo custo da longa viagem, não achámos para o século XVI notícia de se vender a mais de 150 cruzados o quintal do *peso novo* (58,752 kg), ou seja,  $\frac{1}{112}$  do seu peso em ouro, uma vez que um cruzado continha 3,5 g de ouro. O exagero é maior ainda no caso da pimenta, que constituía a maior parte dos carregamentos: enquanto o cravo valia nos começos do século XVI em Cochim 10,48 cruzados por quintal, daquele, a pimenta mercava-se a apenas 2,58 cruzados o quintal, neste caso o do peso velho, de 51,359 kg (que por os contratos com os produtores terem sido feitos antes da adção do peso novo em 1512 continuava em uso no caso da pimenta). Valia assim apenas cerca de um quarto do cravo girofo.

Sempre costeando Cuba pelo norte, Colombo seguira até aí aproximadamente o rumo oés-nordeste; verificara porém que a costa parecia a partir daquele ponto inflêtir um pouco para norte, o que de facto sucede episódicamente na região de Gibara; e como se julgava a 42° N — o que na Península Iberica é a latitude de Baiona, na Galiza, de Palência em Castela e de Gerona na Catalunha — temia o inverno; resolveu por isso não avançar mais para norte, tanto mais que além de não achar o Grão Cã não via fim àquela terra, que cada vez mais tinha por continente. Nesta convicção o firmou o descobrimento de um estuário, que lhe pareceu demasiado ancho e demasiado fundo para rio de ilha.

A continentalidade da sua Juana não se tornou, contudo, para ele uma certeza absoluta, pois quatro meses mais tarde, ao regressar à Europa, volta a falar de Cuba como ilha, tanto na carta a Santángel como na que escreveu aos Reis, esmando-a maior que a Escócia e a Inglaterra juntas — o que é verdade no que toca ao comprimento (750 milhas em vez de 610) mas não no que respeita à área, que corresponde exatamente a metade da da Grã-Bretanha.

Como adiantámos já, em 1494, durante a sua segunda viagem, após explorar a costa meridional cubana, faria jurar aos seus homens que também eles criam piamente na continentalidade de Cuba, do que mandou lavrar um auto. Este foi, contudo, pouco convincente, pois a quase totalidade dos mapas da época — nomeadamente o de Juan de

la Cosa, datado de 1500<sup>350</sup>, e o planisfério português de 1502, dito “de Cantino” — figuram-na como ilha, bem longe da Terra Firme. Os esboços cartográficos de Bartolomeu Colombo, que não estaria muito convencido da teoria de seu irmão, resolvem o problema pela abstenção: não figuram Cuba. Como a seu tempo veremos há apenas um mapa — o de Johann Ruysch, impresso em Roma em 1507 — que não traça a sua costa ocidental, ocultando-a pudicamente com uma espécie de fita em que se explica que “até ali descobriram os navios de Fernando, rei da Espanha”. No entanto, tampouco deixa lugar a dúvidas sobre a insularidade de Cuba, pois embora não debuxe o seu extremo ocidental, figura a ilha a enorme distância do continente asiático. É o mapa de Piri Reis, de que falámos e falaremos — que pode, como o autor afirma, basear-se numa carta debuxada por Colombo — o único que conhecemos a fundir inteiramente Cuba (apenas identificável por dois ou três topónimos que assinala) com o continente sito a oeste.

A 12 de Novembro, animado com o exemplo do que os portugueses haviam outrora feito na costa ocidental africana, resolveu capturar *siete cabeças de mugeres, entre chicas y grandes y tres niños*; e justifica-se: *esto hize porque mejor se comportan los hombres en España aviendo mugeres de su tierra que sin ellas*. E Frei Bartolomeu a comentar à margem: *mira que maravilla!* À noite, porém, apareceu numa almadia o marido de uma delas com três filhos, pedindo que os levasse também.

A confusão que lhe causara não ter dado nem com o grão-cã da Tartária nem com o Cipango de telhados de ouro de que lhe falava Marco Polo, junta ao temor do inverno à latitude boreal a que julgava estar, deve ter tido peso na sua decisão de não avançar mais ao longo da costa setentrional cubana, que aliás no seu traçado geral não inflete para norte como temia, embora tenha reentrâncias em que episódicamente pode correr norte-sul. E a 12.XI.1492 pôs a proa a leste. Foi então percorrendo, porto a porto, o litoral da ilha, apondo aos acidentes geográficos que foi achando topónimos (que rapidamente caíram em desuso) até atingir ao cabo de três semanas a sua extremidade oriental.

A 21 de Novembro, porém, a caravela *Pinta*, mais veleira, comandada por Martín Alonso Pinzón, adiantou-se-lhe e desapareceu; segundo Colombo a deserção foi voluntária, motivada pela cobiça, pois um índio que vinha a bordo acenara a Pinzón com o muito ouro que haveria por i algures. No dia seguinte viram-na ainda, umas 16 milhas mais avante, a caminho da ilha de Baneque ou Baveque — aparentemente identificável com a de Inágua Grande (21° 21' N, 73° 1' W), a norte do estreito que separa Cuba da

---

<sup>350</sup> Vide Luisa Martín Merás, *Cartografía Marítima Hispana - La imagen de América*, Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente - Centro Nacional de Información Geográfica & *alii*, Madrid, 1993; Jesús María Porro Gutiérrez, *Introducción a la cartografía histórica americana*, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1999.

Espanhola — mas a partir daí desapareceu de vez, para apenas reaparecer em Dia de Reis do ano imediato, já na costa norte de Haiti.

Era intenção do Almirante dirigir-se também ele à ilha de Baneque, onde os índios que consigo trazia lhe diziam colher-se ouro na praia, de noite, à luz de candeias — o que coincidia com a tradição medieval que afirmava extrair-se o ouro em Ofir durante a noite, pois de dia estava a praia infestada de leões <sup>351</sup>. A nau era, porém, bem menos manobrável do que a caravela, e como não achou vento favorável teve de desistir. A 5 de Dezembro rumou por isso a sueste, onde se divisava ao largo uma grande ilha, que identificou com a que os índios que com ele vinham designavam por Bohío. Las Casas insiste em que o nome da ilha era Haiti e que em língua taína *bohío* significa “casa”; mas a persistência com que o nome ocorre no *Diário* — uma boa dúzia de vezes, da boca de diversos informadores — parece indicar que também a chamavam assim. Aliás o taíno falado de uma maneira quase geral em todas as Antilhas Maiores tinha, como todas as línguas, sobretudo as não fixadas pela escrita e pelo ensino, muitas variantes dialéticas; é bem possível que em outras ilhas dessem à de Haiti, onde Las Casas viveu, um nome diferente. Como explica o almirante Morison <sup>352</sup>, os taínos consideravam-na como a sua pátria de origem; seria talvez por isso que a designavam por um termo que significa “casa”, no sentido amplo do inglês *home*.

Ao primeiro porto em que, a 6 de Dezembro, fundeou em Haiti deu o nome do santo do dia: S. Nicolau (hoje, Môle Saint Nicolas, 19° 48' N, 73° 23' W). Achou *toda la tierra muy alta (...) y por la tierra dentro muy grandes valles y campiñas y montañas altísimas, todo a semejança de Castilla*. Para mais a formação vegetal que na costa da ilha pôde observar, recordava-lhe uma paisagem ibérica, quicá o matagal mediterrânico que contemplara ao atravessar a Sierra Morena, entre Toledo e Córdova, pois não era *de árboles grandes, sino como carrascos y madroños*; e por isso no dia 9 rebatizou a ilha de *Espanhola*. De S. Nicolau avistara entretanto uma outra ilha, quase contígua, mas de muito menores dimensões, a que chamou La Tortuga, por seu perfil lhe parecer semelhante ao de uma tartaruga. Tornar-se-ia um século mais tarde o grande valhacouto dos flibusteiros e piratas das Caraíbas <sup>353</sup>. Com chuva e ventos fortes, mas ainda com a esperança de dali poder alcançar Baneque, pairou por i durante uma semana, achando de novo almécega, que tampouco coalhava em Dezembro.

<sup>351</sup> Cf. Juan Gil, *Mitos...*, p. 54.

<sup>352</sup> *op. cit.*, p. 153.

<sup>353</sup> A história ulterior da Espanhola não nos interessa especialmente aqui; embora a obra foque sobretudo épocas mais modernas, poderá ver-se um conspecto dela in Frank Moya Pons, *Manual de Historia Dominicana*, 8ª ed., Universidad Católica Madre y Maestra, Santiago (Rep. Dom.), 1984.

A Espanhola atraiu-o mais ainda do que as ínsulas paradisíacas que até aí visitara, e a 13 de Dezembro anotou:

*Estavan todos los árboles verdes y llenos de fruta, y las yervas todas floridas y muy altas; los caminos muy anchos y buenos; los aires eran como en Abril en Castilla; cantava el ruiseñor y otros paxaritos como en el dicho mes en España, que dizen que era la mayor dulçura del mundo; las noches cantavan algunos paxaritos suavemente, los grillos y ranas se oían muchas...*

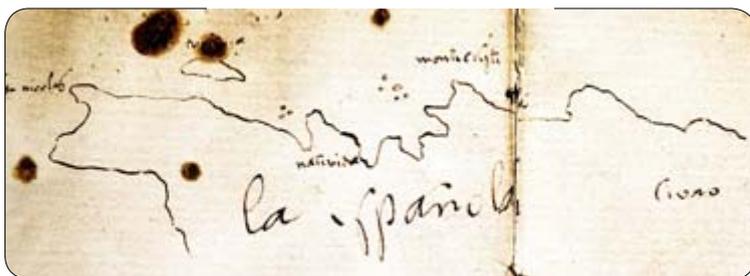
Como os índios lhe diziam que aí havia ouro, a busca do metal amarelo tornou-se-lhe desde o primeiro dia uma obsessão; e entre 12 de Dezembro e 15 de Janeiro fez-lhe no *Diário* 87 referências!

A 18 de Dezembro *mandó ataviar la nao y la caravela de armas y vanderas por la fiesta que era este día de Santa María de la O, o commemoración de la Anunçiaçión.*

No calendário da igreja hispânica — liturgia dita “moçárabe” desde que um concílio reunido em Burgos em 1180 decidiu adotar na parte cristã da Península o rito romano, pelo que o tradicional apenas sobreviveu entre os cristãos que viviam sob jugo árabe — era esta praticamente a única festa mariana, até se importarem do Oriente as da Anunçiação (25.III), da Assunção ou Dormição (15.VIII), da Natividade (8.IX) e da Conceição (8.XII). Com a introdução do rito romano entrou em uso o canto das “antífonas maiores” no ofício de vésperas dos últimos sete dias antes do Natal, antífonas que começam todas pela palavra *ó*, índice de vocativo: *ó Rei dos Reis...*, *ó raiz de Jessé...*, *ó Emanuel...*, de onde o nome popular da festa. A representação da *Senhora do Ó* — ou seja, da Virgem Maria de barriga grande, prestes a parturir — pareceu na época da Contra-Reforma demasiado grosseira às instâncias de Roma, que decidiram banir tal representação; desapareceu assim a venerável solenidade mariana das terras hispanas de antanho, que em Portugal apenas foi conservada pela arquidiocese de Braga. Embora nos diários de Colombo o calendário litúrgico esteja constantemente presente em filigrana, devido ao costume, já seguido pelos portugueses, de dar o nome do santo do dia às ilhas e portos que se iam descobrindo, não deixa de ser interessante notar que é esta a única festa religiosa a bordo mencionada no *Diário* da primeira viagem colombina.

Deram muitos tiros de bombarda e o “rei daquela ilha Espanhola” madrugou, para vir a bordo dos navios, que estavam a umas cinco léguas de sua casa; tratava-se na realidade um dos cinco caciques que governavam outros tantos pequenos reinos da ilha, provavelmente Guacanagari, cacique de Marién (veja-se mais adiante o mapa que ilustra o capítulo “A conquista da Espanhola”). Veio a bordo com duzentos acompanhantes, quatro dos quais o transportavam, nu como os demais, numa espécie de padiola ou andor.

Na Espanhola Colombo registra, por mais de uma vez, a existência de pinheiros, que os naturalistas que nas décadas seguintes escreveram sobre a flora das Índias Ocidentais confirmam; e vincam que não dão pinhões, o que não é maravilha, já que também entre nós os dá o pinheiro-manso (*Pinus pinea*, L., das Pináceas como todos os pinhos), mas não o bravo (*Pinus pinaster*, Aiton), que só dá penisco.



**Esboço da costa noroeste da Espanhola, atribuído a Cristóvão Colombo**

O esboço consta de uma folha solta que parece ter pertencido ao original do *Diário de bordo* de Colombo na sua primeira viagem. Publicado in *Documentos Colombinos en la Casa de Alba*, introducción, transcripción y notas de Consuelo Varela, 2 vols (I, documentos, II, transcripción) Diputación Provincial de Sevilla / Testimonio Compañía Editoria, Madrid & Sevilla, 1987

Colombo tinha razão, pois há na ilha uma espécie endémica, o *Pinus occidentalis*, Sw., que não ocorre em Cuba<sup>354</sup>. Aí encontra-se uma outra espécie, o *Pinus cubensis*, Griseb, que desta feita não deve ter observado, pois dá-se sobretudo na Serra Maestra, na parte sueste da ilha, que o Almirante só visitaria na sua segunda viagem. É curioso notar, como que em àparte, que embora haja pelo menos 126 espécies distintas de pinheiros, espalhadas quer pelo Velho quer pelo Novo Mundo, apenas uma, o *Pinus merkusii*, Jungh. & De Viriese, ou pinheiro-de-samatra, se estende ao hemisfério sul.

Talvez porque pensasse já em estabelecer na Espanhola a sua base de operações para o futuro, Colombo foi notando, com mais pormenor do que fizera em Cuba as conhecenças e caracteres de cada porto em que entrava. Assim a 24.XII.1492, na rada a que chamara “Mar de S. Tomé”, por nela ter entrado a 21, festa do dito santo:

*Quien oviere de entrar en la mar de Sancto Thomé se debe meter una buena legua sobre la boca de la entrada, sobre una isleta llana que en el medio ay, que le puso nombre de Amiga, llevando la proa en ella; y después que llegare a ella con el tiro de una piedra, pase de la parte del Güeste, y quédele ella al Leste, y se llegue a ella y no a la otra parte, porque viene una restringa muy grande del Güeste, e aun en la mar fuera de ella ay unas tres baxas; y esta restringa se llega a la Amiga un tiro de lombarda; y entremedias passará y hallará a lo más baxo siete braças, y cascajos abaxo, y dentro hallará puerto para todas las naos del mundo y que estén sin amarras. Otra restringa y baxas vienen de la parte del Leste a la dicha isla Amiga y son muy grandes y salen en la mar mucho y llega hasta el cabo cuasi dos leguas; pero entr'ellas pareció que avia entrada a tiro de dos lombardas. De la Amiga, y al pié del monte Caribatán de la parte del Güeste ay un muy buen puerto y muy grande.*

O estilo concorda inteiramente com o dos roteiros conservados no chamado *Manuscrito de Valentim Fernandes* e com o do *Esmeraldo de Situ Orbis*. Trata-se de um golfo cercado de montanhas, que penetra uma boa légua pela ilha adentro, sito a 19° 44' N, 72° 20' W; faz hoje parte do Haiti e chama-se em francês “Baie de l'Accul”

<sup>354</sup> Oviedo, *HGNI*, liv° IX, cap. ii.

— pois, de facto, como o atestam as inúmeras carcaças que jazem no seu fundo, muitos foram ao longo dos séculos os navios que ali ficaram acuadaos, para mais que, como o descobridor notou, abunda em baixios. A despeito disso, pareceu-lhe “tão bom e tão belo porto”, que se arrependeu de ter louvado tanto os pretéritos, pois faltavam-lhe agora as palavras para convenientemente o descrever...

Foi no Mar de S. Tomé que o Almirante recebeu convite de vários chefes locais para os visitar; e em seguida uma embaixada do cacique Guacanagari, que reinava sobre a parte ocidental da ilha e lhe mandava numa canoa repleta de gente um belo cinto de algodão com uma bolsa e dentro uma caraça ou máscara de rosto, com as orelhas, língua e nariz em ouro martelado. Convidava-o a visitá-lo, mas Colombo contentou-se de momento com enviar-lhe seis emissários com dádivas, prometendo ir visitá-lo com os seus dois navios logo que tivesse vento favorável. Nesse dia vieram aos navios mais de 120 canoas carregadas de gente e de presentes. No dia imediato teve pela primeira vez notícia das minas de ouro de Cibao, no centro da ilha, que, ao sabor da consonância, logo identificou com o Cipango; e como o vento lhe parecia de feição, zarpu do porto para ir visitar o cacique, que lhe afiançavam fazer-se preceder de bandeiras de ouro martelado; mas o vento era fraco, e pouco conseguiram avançar. Atravessaram, mesmo assim o Mar de S. Tomé e lograram dobrar a Punta Santa (hoje conhecida por Cap Haïtien, junto à cidade do mesmo nome, a 19° 45' N, 72° 12' W). Era véspera de Natal.

Colombo pensava certamente celebrar a Natividade com tanta ou mais pompa do que a Senhora do Ó, mas a noite de Natal reservava-lhe e a seus homens desagradável surpresa. Como era seu costume em momentos de navegação difícil, o Almirante manejava pessoalmente o governo do navio; e como se não deitava havia já dois dias e uma noite, às onze horas da noite deixou-se adormecer. O mesmo fez o oficial de quarto, que entregou o leme a um grumete. O vento caíra e a nau permanecia quase imóvel. Cerca da meia-noite dormiam todos, quando, à vista de terra, a *Santa Maria* deu de proa num baixio em que encalhou. Como Colombo notara desde o começo, a nau tinha, de facto demasiado calado para descobrimentos em águas desconhecidas. Mandou então arrear o batel e deitar uma âncora à popa, pois o calado de água da *Santa Maria* era maior à ré do que à vante, de modo que era urgente evitar que a popa assentasse também no baixio, o que tornaria praticamente impossível safar a nau. Contudo, Juan de la Cosa, mestre do navio, que era o oficial de quarto, ou porque receasse as iras do Almirante por se ter deixado dormir, ou porque temesse um naufrágio, em vez de lançar a âncora pôs-se em fuga no batel, a pedir asilo à *Niña*, que estava a meia légua de distância. Vicente Yáñez Pinzón, todavia, recambiou-o e a seus companheiros, sem os deixar montar a bordo, e enviou em socorro da nau capitaina o batel da sua caravela.

Era, porém, tarde de mais: a maré baixara entretanto, enquanto a ondulação empurrara já a nau para cima do baixio, onde os recifes de coral lhe perfuraram o casco. Colombo ordenou que, para a alijar, lhe cortassem o mastro grande; mas foi em vão.

Houve que descarregar e depor na praia tudo quanto a nau trazia; e nisso passaram o dia de Natal, auxiliados pelos homens que, chorando, Guacanagari enviara em sua ajuda. Nisto se gastaram dois dias. Colombo acabou por se convencer de que o encalhe se dera por um desígnio da Providência: decidiu dismantelar a nau e com o seu tabuado erguer um pequeno forte, a que em memória do dia em que se começou se ficou chamando Villa ou Fuerte de la Navidad (19° 41' N, 72° W). Embora a sua geografia fosse assaz imprecisa, Colombo intuía efetivamente que a ilha Espanhola estava bem posicionada para se poder tornar em placa-giratória do comércio espanhol na zona, como de retorno à Europa explicou a seu amigo Santángel <sup>355</sup>:

*Esta es para desear, e vista, es para nunca dexar. En la cual — puesto que de todas tenga tomada possessión por Sus Altezas, y todas sean abastadas de lo que yo sé y puedo dezir; y todas las tengo por de Sus Altezas, que d'ellas pueden disponer como, y tan complidamente, como de los reinos de Castilla — en esta Española, en el lugar más convenable y mejor comarca para las minas de oro y de todo trato así de la tierra firme de aquí, como de aquella de allá, del Gran Cán, adonde avrá trato e ganancia, he tomado possessión de una villa grande, a la cual puse nombre de Villa de Navidad.*

Uma vez que a carta foi escrita em Lisboa, por *tierra firme de acá* deve entender-se a Europa, e por *tierra firme de allá, del Gran Cán*, o Cataio, com que julgava ter topado em Cuba, a menos que jovesse um pouco mais além. Não parece ter razão Juan Manzano Manzano <sup>356</sup>, que supõe que pela primeira expressão se deveria entender o continente sul-americano, de cuja existência Colombo suspeitaria por confidências que lhe fizera D. João II, mas de que não parece ter por então colhido mais notícia, e pela segunda o país dos Maias e a Mesoamérica em geral, de que, como vimos, teve algum sussurro.

Talvez devido à miragem do ouro, não foi difícil encontrar 39 voluntários para primeiros povoadores da Espanhola; entre eles quis Colombo que ficasse um carpinteiro de naus, um calafate, um bombardeiro, um tanoeiro, um físico e um alfaiate. O comando confiou-o a Diego de Arana, primo de sua amásia Beatriz, com Pedro Gutiérrez e Rodrigo de Escobedo por adjuntos; e nomeou um alguazil e um escrivão. Estava fundada a primeira colónia espanhola no Novo Mundo.

<sup>355</sup> Varela & Gil, *Textos*, doc. v, pp. 223-224.

<sup>356</sup> Juan Manzano Manzano, *Colón descubrió América del Sur en 1494*, Biblioteca de la Academia Nacional de Historia, Caracas, 1972

O Almirante transmudou-se então para a caravela *Niña*. Da *Pinta* tiveram contudo logo no dia imediato novas pelos índios, em como estava surta num rio ao cabo daquela ilha; e numa canoa cedida pelo cacique partiram em sua busca um índio e um marinheiro.

O dia de Natal e os imediatos passaram-nos a descarregar a nau, antes que o mar a desfizesse, e a pôr toda a sua carga a bom recato, em casas que para o efeito lhes disponibilizou o cacique. Os índios, de lágrimas nos olhos, coadjuvaram. O pequeno forte deve ter ficado concluído em menos de uma semana, pois em dia de S. Silvestre começaram a tomar água e lenha para a viagem de regresso.

Logo a 26 de Dezembro pôde Colombo consolar-se do infortúnio que o atingira com as turbas de índios que vinham à caravela, mostrando pedaços de ouro e dizendo *chuq, chuq*, assim imitando o som dos cobiçados guizos e chocalhos de latão que pretendiam receber em troca. Guacanagari almoçou na caravela; em sua companhia eram vindos à praia bem mil homens, que ofereciam aos espanhóis batatas de três sortes, com camarões, caça e pão *caçabi*, ou seja, de *caçava* ou farinha de mandioca. Colombo afiançou ao cacique que os reis de Castela mandariam destruir os caribes e lhos trariam todos de mãos atadas; mas no seu *Diário* foi notando que a gente que consigo trazia na sua pequena armada lhe parecia suficiente para subjugar toda aquela ilha, que lhe parecia tamanha como Portugal — de que, na realidade é um pouco menor. Só mais tarde a acrescentaria, até atingir as dimensões da Espanha inteira...

A 27 veio de novo o cacique comer à caravela, com um irmão seu e um outro parente chegado, que lhe pediram para os levar a Castela. É por isso que hoje em S. Domingos se diz que sofrem de *complexo de Guacanagari* as pessoas que acham que no estrangeiro tudo é melhor do que na sua terra.

No dia seguinte teve Colombo outra mostra da etiqueta de que usavam os caciques: desceu a terra para ver como iam os trabalhos de construção da fortaleza; do batel entrevistou Guacanagari em terra, mas este escondeu-se rapidamente dentro de uma casa. Daí mandou um seu irmão a receber o Almirante e a aposentá-lo na melhor casa da vila, onde o fez sentar num estrado de camisas de palmeira, que Las Casas explica serem “tamanhas como coiros de bezerro, mui frescas e mui limpas”, e chamarem-se na terra *yáguas*. Só então o irmão do cacique enviou um escudeiro a chamá-lo. Guacanagari veio correndo e logo pôs ao pescoço de Colombo uma grande folha de ouro que trazia. E passou com ele o dia. À noite, antes de se recolherem, mandou-lhe o cacique à caravela uma grande caraça de ouro, que Colombo retribuiu com um aguamanil e seu jarro.

No dia 30 saiu o Almirante a comer em terra onde achou cinco “reis”, que entendeu serem vassallos do cacique principal, todos de coroa de ouro na cabeça, embora nus. Guacanagari veio então a recebê-lo, e levou-o *de braços* à mesma casa onde na véspera pousara, onde o fez sentar em cadeiras que lá mandara pôr. Tirou então a coroa que

trazia na cabeça e pô-la sobre a do Almirante; este correspondeu tirando do peito um colar de boas alaquecas (cornalinas) e contas coloridas que trazia e passando-o ao pescoço do cacique; depois enfiou-lhe na cabeça um barrete de grã, no dedo um anel de prata e nos pés uns borzequins coloridos, que mandou buscar ao navio. Cobertas assim suas extremidades, quedou, visivelmente, quanto ao resto *como su madre lo*



**Concluída a construção do forte ou torre da Navidad, Colombo, deixando enclachada num baixio a Santa Maria, despede-se de Guacanagari e parte de regresso a Espanha**

Gravura do frontispício da *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra firme del Mar Océano*, de Antonio de Herrera y Tordesillas, edição de Madrid, 1730.

“El Almirante se despide del Rey Guacanagari, edificada la Torre de Navidad”

a solidão, esperando de Deus que em breve os consolaria dela; que, com a ajuda Guacanagari, tentassem localizar as minas de ouro, e fossem entretanto resgatando discretamente o que pudessem. Em oitavo lugar prometeu que em Castela intercederia junto dos Reis para que lhes fizessem mercês.

*parió...* E assim se despediram, sem que os índios houvessem explicado claramente onde ficava a sua mina de ouro.

Foi a 2 de Janeiro que largaram daquele porto, após ter-se Colombo despedido de Guacanagari, a quem ofertou uma camisa. Alguém lhe confidenciou que o cacique tencionava erguer-lhe uma estátua de ouro puro, em tamanho natural. É Las Casas<sup>357</sup> quem regista as sete recomendações que fez aos 39 homens que deixava no forte Navidad: que tivessem presentes as grandes mercês que lhes fizera Deus, sempre Lhe dessem graças e pusessem n'Ele a sua esperança; que sempre obedecessem ao capitão que da parte de Suas Altezas lhes deixava; que acatassem e reverenciassem sempre a Guacanagari, seus caciques e seus *nitainos* (ou seja “principais, de sangue real, parentes do cacique”), buscando em tudo sempre conservar sua amizade; que a nenhum índio fizessem agravo ou opressão; que se não apartassem uns dos outros, nem entrassem pela terra dentro sem o consentimento dos caciques; que sofressem com paciência

<sup>357</sup> I, lxiii.

E assim largaram, ao tonitruar das bombardas — com que, como explica Frei Bartolomeu, *porque se había hablado de los caribes, so color de que los cristianos los habían de hacer huir; quiso el Almirante a queste día mostrar la fuerza de los cristianos.*

Em dia de Reis, quando rumavam a leste de terral em popa, avistaram finalmente a caravela *Pinta*, do comando de Martín Alonso Pinzón, que pelos índios sabia já do encalhe da *Santa Maria*. Alegou várias razões para explicar o seu desaparecimento, que dizia involuntário. Colombo dissimulou como pôde, pois convinha-lhe navegar em conserva com ele na viagem de regresso. Ao que parece conseguira atingir Baneque, ou seja, Inágua Grande, mas não achara ouro; viera em seguida para a zona de Monte Cristi (19° 51' N, 71° 39'), na costa da Espanhola, onde encontrara algum. Segundo Colombo, defraudando a Coroa, fizera partido com seus homens para ficarem com ele, guardando ele metade e repartindo entre eles a outra metade. Traziam notícia da Jamaica e de uma terra firme onde a gente andava vestida, distante dali dez jornadas de canoa, certamente o Iucatão.

A 13 de Janeiro Colombo resolveu deixar o porto em que se achava, pois era pouco profundo, tanto mais que, segundo o almanaque que trazia, se produziria a 17 uma sizígia, conjunção do Sol com a Lua que provoca marés vivas. Previa de igual modo uma oposição da Lua com Júpiter, Mercúrio em conjunção com o Sol e em oposição a Júpiter, cujos efeitos ignorava e receava — e não era para menos...

À margem alguém anotou ao manuscrito, imputando muito embora a confusão ao copista: *por aquí parece que el Almirante sabía algo de astrología, aunque estes planetas parece que no esten buen puestos, por falta del mal escrivano que los trasladó.* A ausência de terral (vento soprando da terra para o mar) não o deixou contudo zarpar.

Enviou então uma barca a terra a colher batatas, pois as vitualhas eram escassas. Com as batatas subiu a bordo um nativo. Fino observador, Colombo notou que se não apresentava como os que até aí tinham visto:

*Era muy disforme en el acatadura más que otros que oviese visto: tenía el rostro todo tiznado de carbón, puesto que en otras partes acostumbran de se teñir de diversos colores; traía los cabellos muy largos y encogidos e atados atrás, y después puestos en una redzilla de plumas de papagayo, y él así desnudo como los otros.*

Colombo pensou que seria um dos caribes de que ouvira tanto falar. Uma nota à margem, devida aparentemente a Las Casas, explica que não podiam ser caribes, pois nunca os houve na Espanhola, mas *ciguayos*, que todos usavam o cabelo bem comprido. Quanto às pinturas, que Colombo interpretou como uma defesa contra o ardor do sol visto andarem nus, era costume generalizado entre quase todas as populações do Novo Mundo, incluindo, como é bem sabido, as do Brasil. Os pigmentos

que utilizavam eram de origem vegetal, sendo o negro obtido por vários processos: ou de resina de pinho <sup>358</sup>, ou da fermentação das folhas do anil ou índigo americano (*Indigofera anil*, L., da família das Leguminosas) demolidas em água, ou ainda de sumo de genipapo, dito em taíno *xágua* (fruto da *Genipa americana*, L., da família das Rubiáceas), que antes da maturação contém genipina (C<sub>11</sub> H<sub>14</sub> O<sub>5</sub>), que ao reagir com a pele produz uma coloração negra ou azul-escura, que persiste até o epitélio se renovar, o que demora umas duas semanas. Conta Oviedo que houve espanhóis que o trouxeram para a metrópole, para o deitarem nas pias de água benta e assim pregarem partidas aos fiéis, que ao benzerem-se ficavam com a cara e com os dedos pretos <sup>359</sup>. Quanto ao pigmento avermelhado, provém geralmente do urucum, dito nas Antilhas *bixa* (*Bixa orellana*, L., das Bixáceas) <sup>360</sup>. Supomos que é do uso deste último que provém o nome de peles-vermelhas, que outrora se dava aos ameríndios — o que no século XIX chegou a ser olhado como um traço definidor da sua raça!

Na realidade os *ciguayos* ou *macorizes*, que ocupavam a península de Samaná e outros pontos do litoral setentrional da ilha, eram, como também as gentes do extremo oeste de Cuba, o que restava das populações de caçadores-recoltores que haviam precedido aí os taínos. Como a sua língua, já praticamente extinta em dias de Las Casas, desapareceu inteiramente não é seguro que fossem também arahuacos como os taínos; seja como for, possuíam uma civilização mais rudimentar e eram em extremo belicosos.

Da sua belicosidade tiveram imediata experiência os homens de Colombo: quando, após lhe terem dado de comer, foram a depor em terra o índio que subira a bordo, saíram de trás das árvores cerca de cinqüenta guerreiros, armados de arco e frecha, prontos para combater; embora de momento o índio que subira à caravela os tenha aquietado e persuadido a vender aos recém-vindos alguns arcos, logo voltaram a tentar arremeter. Então, a um sinal de Colombo, os espanhóis ripostaram, dando a um uma cutilada numa nádega e a outro uma frechada no peito, após o que os outros se puseram em fuga. O Almirante, que temia por represálias sobre os 39 homens que deixara em Navidad, não deixou que os perseguissem, e ficou-se por ali a escaramuça. Assim foi a primeira refrega entre espanhóis e índios na história do Novo Mundo; e a ampla baía em que teve lugar ficou a chamar-se golfo de Las Flechas.

<sup>358</sup> Oviedo, *HGNI*, vol. 1º, livº V, cap. xvii.

<sup>359</sup> *Ibidem*, VIII, v; cf. *Sumario...*, cap. lxxvi.

<sup>360</sup> *Ibidem*, VIII, vi.

Os verdadeiros caribes ou canibais não chegou finalmente Colombo a enxergá-los desta feita. Trouxe porém para a Europa a sua fama. Foi do que ouviu da boca do Almirante, de algum de seus companheiros ou dos índios taínos que com eles vieram para a Espanha, que Pedro Mártir de Angléria, com mais talento literário que rigor etnográfico, traçou o seu retrato <sup>361</sup>:

Aprenderam por fama haver, não muito longe daquelas ilhas, ilhas de certos homens ferozes que tragam carne humana, e é essa a causa porque tão temerosos fugiram dos nossos à chegada, como ao depois relataram, cuidando que eram canibais, pois assim, ou caribes, chamam àquela gente atroz. Deixaram a sul, quase a meio do caminho para aquelas ilhas, as ilhas destes torpes entes. Queixam-se estes índios mansos de que constantemente são as suas ilhas apremadas pelos canibais, em freqüentes incursões de presúria, não de outro modo senão pelo dos caçadores que pelos bosques perseguem as feras, pela força ou pela astúcia. As crianças que cativam castram, como nós aos frangos galináceos ou aos porcos, que como vianda queremos criar mais gordos e mais tenros, e uma vez crescidos e cevados comem-nos; se quando lhes vêm às mãos são de idade já madura, uma vez abatidos, esartejam-nos e banqueteam-se com os intestinos e com as extremidades dos membros inda frescos; e às outras peças, postas em salmoura como nós aos presuntos suínos, conservam algum tempo. Comer mulheres é entre eles ilícito e indecente; se, porém, algumas apanham jovens, guardam-nas e tratam delas para procriar geração, como nós fazemos às galinhas, ovelhas, bezerras e outros animais; se velhas, mantêm-nas como servas, para lhes prestar serviços.



**O festim dos canibais**

Xilogravura atribuída a Jean Cousin  
Ilustração da edição de 1515 da *Cosmographie*  
*Universelle* de André Thevet

É deste hábito de comer os homens mas poupar as mulheres que resulta um estranho fenômeno lingüístico, registado pelos escritores de antanho e ainda observável hoje em dia entre os caribes da ilha Domínica e, numa forma residual, entre os das Honduras: a coexistência na mesma sociedade de duas línguas distintas, falada uma pelos homens, que se exprimem em caribe, outra pelas mulheres, que mantiveram em uso o seu idioma de origem <sup>362</sup>. É possível que, mais ou menos conscientemente,

<sup>361</sup> Década I, i, *fl* iii v - iiiii (p.40-41)

<sup>362</sup> P. Rivet & ě. Loukotka, “Langues de l’Amérique du Sud et des Antilles”, in A. Meillet et Marcel Cohen, *Les Langues du Monde*, par un groupe de linguistes sous la direction de ..., Nouvelle édition, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1952, p. 1102

os caribes tenham cultivado essa diferença, que acentuava os traços de virilidade nessa sociedade aguerrida.

Os mesmos detalhes sobre a antropofagia ocorrem na carta de Simone del Verde a Piero Nicoli, escrita em Valhadolid a 10.V.1494 <sup>363</sup>, após o regresso a Espanha de António de Torres, vindo das Antilhas como a seu tempo veremos.

Colombo não se conformava, porém, com a ideia de ter falhado o Cã; e a 11 de Dezembro pôs-se a empreender: não seria a *Caniba* de que lhe falavam — uma das Antilhas Menores, povoadas de caribes ou canibais, de que os taínos se temiam tanto — *otra cosa sino la gente del Gran Can, que debe ser aquí muy vezino? E terná navíos y vernán a captivarlos, y como no buelven, creen que los han comido...* Havia que verificar. Foi certamente por isso que no dia em que iniciou a viagem de regresso, 16 de Janeiro, tentou rumar a essa tal ilha, que os índios que consigo trazia diziam jazer a sueste; mas o vento refrescava, as caravelas faziam água e a tripulação inquietava-se de tantas hesitações e vaivéns, pelo que se viu forçado a desistir da sua ideia e a rumar em direitura a Espanha.

Ao cabo de dois meses e meio de permanência nas Antilhas, Colombo sentia-se contente tanto com o descobrimento que fizera à primeira tentativa como com os proventos que a aventura parecia prometer. Por sua vontade permaneceria aí mais tempo, prosseguindo o seu descobrimento:

*Verdad es [comenta Las Casas] que según él dice, no quisiera partirse para volver a España hasta que hobera costeadado y visto toda esta tierra, que le parecia ir al Leste mucho grande; lo uno, por descubrir más secretos della, y lo otro por saber bien el tránsito más proporcionado de Castilla a ella, para que más sin riesgo se pudiesen traer bestias y ganados. Pero no lo osó acometer, por parecerle que no teniendo más de una carabela, según los peligros se podían suceder, navegar más por mar y tierras no cognoscidas no era cosa razonable. Quejábbase mucho de Martín Alonso en haberle dejado, porque destes inconvenientes había sido causa.*

Conformou-se. E a 26.XII.1492 anotou no seu *Diário* que esperava em Deus que *a la buelta que él entendía hazer de Castilla, avía de hallar un tonel de oro, que avrían resgatado los que avía de dexar, y que avrían hallado la mina del oro y la espeçería e aquello en tanta cantidad que los Reyes antes de tres años empriendesen y adereçasen para ir a conquistar la Casa Santa.*

Colombo estava, de facto, em perfeita sintonia com as correntes místico-apocalípticas, populares sobretudo nos meios franciscanos da Península <sup>364</sup>, que previam

<sup>363</sup> CDD, I, doc. 193, pp. 575 & sqq.; Gil & Varela, *Cartas...*, doc. X, p. 206.

<sup>364</sup> Alain Milhou, *Colón y su Mentalidad Mesianica en el ambiente franciscanista español*, Valladolid, Publicaciones de la Casa-Museo de Colon y Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983.

para breve o advento de uma idade de ouro, em que Jerusalém seria restituída à Cristandade, aniquilado o Islão, descoberto o que permanecia ainda oculto, instaurada a justiça e respiritualizada a Igreja decadente. E mostrava-se ufano de para tal haver contribuído. Nessa conformidade escreveu na mesma data:

*protesté a Vuestras Altezas que toda la ganancia d'esta mi empresa se gastase en la conquista de Hierusalem; y Vuestras Altezas se rieron y dixeron que les plazía, y que sin esto tenían aquella gana.*

## Os processos náuticos e as observações astronómicas de Colombo

Inútil se torna repetir aqui o testemunho de Michele da Cuneo àcerca da habilidade natural de Colombo para auscultar o mar e navegar em conformidade com as suas geniais intuições. Alguns depoimentos nos *Pleitos Colombinos* vão no mesmo sentido, nomeadamente o de Alonso Pardo, escrivão público de Moguer, que acompanhou as diligências de Colombo para arrolar voluntários para a sua viagem descobridora, que em 1515 declarou <sup>365</sup> que estivera na Espanhola, onde assistira à passagem dos protagonistas das *viagens menores* de 1499-1501, quase todos meio perdidos; e observou: *a cabsa qu'el dicho Almirante descubrió, los que con él yvan dependieron dél, porque era hombre muy çierto en la mar en el arte de descubrir; e que por esta cabsa de aquí se aventuravan otros a descubrir.*

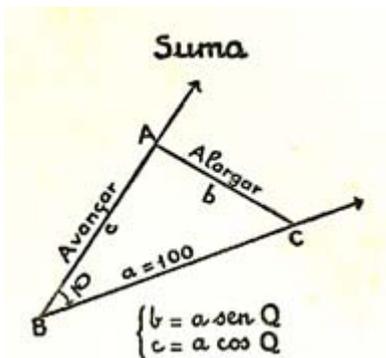
Dos métodos empíricos a que recorria achamos um curioso testemunho no *Diário da Primeira Viagem*, a 20.IX.1492, praticamente a meio da travessia do Atlântico:

*Vinieron al navío, en amaneciendo, dos o tres paxaritos de tierra, cantando; e después, antes del sol salido, desaparecieron. Después vino un alcatraz: venía del Güesnorueste y iva al Sueste, que era señal que dexava la tierra al Güesnorueste, porque estas aves duermen en tierra y por la mañana van a la mar a buscar su vida y no se alexan xx leguas.*

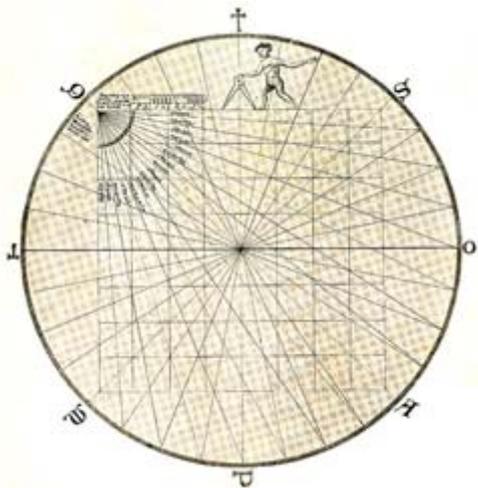
Como adiantámos então, Colombo navegava à maneira mediterrânica, pelo método do *rumo e estima*, embora, pelo menos teòricamente, não desconhecesse a navegação por latitudes, de que ao tempo usavam já os portugueses {66}. Aquele método requeria apenas quatro instrumentos: uma carta náutica, uma régua, um esquadro e uma bússola. Dos mapas constavam sempre numerosas linhas de rumo, norteadas pela agulha magnética, de modo que fácil era, tirando com uma régua e um esquadro uma paralela à derrota pretendida, determinar precisamente a direção magnética que se devia seguir para atingir o ponto de destino; com o auxílio da bússola, metia-se então nessa direção a proa do navio. Para se saber o ponto da rota em que se estava, fazia-se a estima ou estimativa do caminho percorrido, media-se essa distância com um compasso na escala do mapa e então, sobre o rumo que se seguia, traçava-se um pequeno arco de círculo de igual raio.

Se, devido ao vento ou às correntes, o navio se havia desviado da rota pretendida, recorria-se à *toleta de marteloio*, que aparece já em 1436 no atlas de Andrea Bianco. Esta podia ter a forma

<sup>365</sup> Anunciada Colón, IV, p. 2.308.



Alargar	Assinar	Assinar	Assinar	Assinar
1º quarto	90	98	2º quarto	51
2º quarto	78	92	3º quarto	36
3º quarto	55	87	4º quarto	23
4º quarto	31	81	5º quarto	14
5º quarto	8	75	6º quarto	10
6º quarto	2	68	7º quarto	7
7º quarto	0	60	8º quarto	5
8º quarto	0	50	9º quarto	4
9º quarto	0	40	10º quarto	3
10º quarto	0	30	11º quarto	2
11º quarto	0	20	12º quarto	1
12º quarto	0	10	13º quarto	1
13º quarto	0	0	14º quarto	0



A Toleta de Marteloio de Andrea Bianco (1436)

1. O triângulo retângulo a resolver. 2. A primeira tabela numérica da Toleta: a metade direita da tabela contém as indicações para o retorno à rota desejada. 3. Tonda e quadra - a forma gráfica da Toleta.

Reproduzido de A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimientos*, Lisboa, 1939.

de um gráfico e/ou de uma pequena tábua numérica com que se resolvia o triângulo retângulo que tinha por hipotenusa o caminho realmente percorrido pelo navio, e por catetos o *abatimento* ou *alargar* (o seu desvio em relação à rota pretendida) e o *avanço* ou *avançar* (a projeção da rota pretendida sobre a rota efetivamente seguida). Nesse triângulo era conhecida a hipotenusa  $a$  (a estimativa do caminho efetivamente percorrido), e dois ângulos, o ângulo reto e o ângulo  $Q$  correspondente à diferença entre o rumo pretendido e o seguido, o que é suficiente para resolver o triângulo e determinar tanto o abatimento ( $b$ ) como o avanço ( $c$ ):  $b = a \text{ sen } Q$  e  $c = a \text{ cos } Q$ . Em distâncias relativamente pequenas é, de facto, possível desprezar, sem inconveniente de maior, a curvatura da Terra e utilizar nos cálculos a trigonometria plana, já que a trigonometria esférica, muitíssimo mais complexa, pouco mais rigor acrescentaria à computação. Por um processo idêntico se podia em seguida fazer o *retorno*, ou seja, recalcular a rota a seguir desse ponto em diante de modo a aterrar no porto pretendido

A *toleta de marteloio* não nos interessa especialmente aqui, uma vez que Colombo, que em princípio a devia conhecer, já não lhe alude, nem dá mostras de se ter servido dela. Para que de qualquer modo o leitor fique com uma ideia do processo, reproduzimos aqui quer a tabela quer o gráfico que ilustram o atlas de 1436 de Andrea Bianco.

Foi a partir da *toleta* que em Portugal, para facilitar a tarefa aos pilotos que no regresso da Guiné, necessariamente feito contra os ventos alísios, eram obrigados a bolinar, navegando em ziguezague contra o vento, se elaborou o *regimento das léguas*, ao mesmo tempo mais rigoroso, mais simples e mais prático: o cateto adjacente ao ângulo conhecido apresenta uma medida fixa,  $17 \frac{1}{2}$  léguas, considerada a medida de um grau de círculo máximo; e os valores correspondentes aos senos e cossenos dos ângulos foram recalculados, com rigor superior ao da *toleta*. Foram

provavelmente os cosmógrafos de D. João II, quiçá mestre José Vizinho, quem no apurou. Seja como for, aparece já no chamado “*Guia Náutico* de Munique”, assim denominado por se conservar em Munique o único exemplar conhecido da obra, impressa em Lisboa c. 1509. Colombo, que privou com os astrónomos de D. João II poderá tê-lo conhecido em forma manuscrita, mas não há sinais de que alguma vez o tenha utilizado.

Colombo navegava, portanto, ao modo mediterrânico, por rumo e estima, fiando-se quanto ao resto no seu genial instinto náutico. Notemos de passagem que se fosse português e estivesse como pretendem alguns historiadores desportivos, na posse de segredos lusitanos de navegação, por certo que recorreria a processos mais evoluídos, pelo menos aos que usavam já os pilotos do infante D. Henrique.

O *Diário da Primeira Viagem*, o único que nos chegou na sua quase integridade, é bem elucidativo: Colombo não calculava regularmente a latitude a que se achava, nem pelo sol ao meio-dia, nem de noite pela estrela Polar, embora trouxesse consigo um quadrante para medir a sua altura e se deduzia dos seus escritos que teoricamente conhecia ambos os processos. Bem significativo é o que se passou a 19.IX.1492, quando se reuniram os pilotos das três caravelas para conferir entre si o *ponto* que haviam feito. Ninguém fala de latitude ou longitude, apenas fazem a estimativa do caminho percorrido:

*Aqui descubrieron sus puntos los pilotos: el de la Niña se hallaba de las Canarias 440 leguas; el de la Pinta 420, el de la donde iba el Almirant 400 justas.*

Pode objêtar-se que, uma vez que seguiam contantemente rumo a oeste, se tornava inútil determinar a latitude. É facto. No entanto, quer nas singraduras por entre ilhas, subseqüentes à travessia do Atlântico, quer nas viagens seguintes, em que o rumo foi muito menos constante, tampouco abundam as determinações de latitude.

Colombo pisou pela primeira vez terras do Novo Mundo a 11.X.1492, mas só passados vinte dias, a 31 desse mês, já na costa de Cuba, se deu ao trabalho de determinar a latitude; e achou 42° N <sup>366</sup>, o que corresponde à posição do Cape Cod, quase defronte de Boston, no Massachussets — quando a costa setentrional de Cuba, por onde pairava, se situa a c. 21°! A 2 de Novembro repetiu a operação e chegou ao mesmo resultado. O valor, que é o maior de todos os seus erros em latitude, é tão disparatado que na sua transcrição do *Diário* Las Casas acrescentou: *si no está corrupta la letra de donde trasladé esto*. Contudo, a 21 do mesmo mês, ainda em Cuba, fez nova observação e o resultado foi igual; mas não se lhe afigurou tão absurdo como se

---

<sup>366</sup> *Diário da 1ª viagem*, s. d. 21/XI/1492, Varela & Gil, *Textos...*, p. 141.

afiguraria a Las Casas, pois, a olho, queria-lhe parecer que via *el Norte tan alto como en Castilla*....

Foram já sugeridas as mais diversas explicações (algumas delas absurdas) para tamanho erro: o quadrante de Colombo estaria graduado de meio em meio grau, de modo que ele teria tomado o meio grau por grau e achado o dobro do que devia achar; ou então que chegou à conta certa mas, embora o *Diário* fosse apenas destinado aos monarcas, escreveu o dobro, para que se não dissesse que infringira o Tratado das Alcáçovas, que em rigor apenas respeitava à costa africana; ou ainda que falseou o resultado para fazer crer que atingira o Cipango, que no entanto é representado nas cartas e globos da época a cavalo sobre o trópico de Câncer, portanto a uma latitude média de 23° 30'; fora por isso mesmo que, a conselho de Pinzón, inflêtila para sul. Confundido com os desencontrados resultados das suas observações, Colombo admitiu a 21.XI.1492 que o seu quadrante estaria desafinado; e formulou o propósito de o afinar mal chegasse a terra. O que nos custa a compreender é como poderia o quadrante — que é um simples quarto de círculo em madeira ou em metal, graduado de 0° a 90° e munido de um fio de prumo que indica a vertical, estar desafinado...

No entanto, dois dias depois de aterrar nas Lucaias, a 24° N, Colombo notava no seu *Diário* que os habitantes das ilhas não tinham os cabelos crespos nem eram negros, mas “da côr dos canários” — o que o não admirou, visto as ilhas se acharem leste-oeste com a do Ferro nas ilhas de Canária. Estaria portanto a c. 27° 45' N. Esta observação, digamos, a olho acaba assim por estar mais próxima da realidade do que as determinações que fez com o quadrante.

Contudo, a 13 de Dezembro, no porto da Española a que chamou Puerto de la Concepción (hoje Bahía de los Mosquitos), embora continuasse a navegar praticamente à mesma latitude, voltou a servir-se do quadrante para fazer nova observação e achou que estava a 34° N.

A verdade nua e crua é, por conseguinte, assaz simples: porque havia Colombo de acertar neste caso, se praticamente todas as coordenadas que dá nos seus escritos estão rotundamente erradas? Há que aceitar a evidência de que o descobridor as não sabia determinar capazmente! Não sabemos, por conseguinte, que mais admirar: se a sua capacidade de jamais se admirar do desencontro das mensurações que fazia, se a de no meio de tal confusão navegar certamente, com a perícia com que quase sempre o fez.

A navegação por latitudes fora, ao que parece, adõtada nos últimos anos da época henriquina (1434-60), mas tudo leva a crer que se tenha de começo utilizado como mero complemento do método de rumo e estima, permitindo determinar com mais rigor a distância percorrida, que era a parte fraca do processo. As primeiras observações

registradas respeitam às navegações de Cadamosto em 1456 e Pero de Sintra, em 1460, e apresentam um cariz assaz empírico:

Nos dias que estivemos sobre a embocadura deste rio [Gâmbia, a 13° 30' N] só vimos uma vez a estrela polar, e parecia-nos muito baixa sobre o mar; pelo que só podíamos vê-la com tempo muito claro e aparecia-nos acima do mar à altura de uma lança <sup>367</sup>.  
[Chegámos a uma ilha] à qual chamámos Ilha Roxa [7° 55' N], do dito Cabo Roxo; e nesta pequena ilha a Tramontana aparece à altura de um homem sobre o mar <sup>368</sup>.

*Tramontana* era o nome que davam em Itália à Estrela Polar, por se ver “do lado de lá dos montes”, ou seja, para além dos Alpes. Em rigor a latitude é igual à altura do polo e não à altura da Polar, que ao tempo descreveia em torno do polo um círculo de c. 3° 30' de raio.

Não se sabe se a partir dessas observações sabiam determinar a latitude absoluta, se usavam a altura da Polar como conhecimento ou se se limitavam a comparar os dados obtidos em noites contíguas. Quanto a “uma lança” (*rumh*) e “um homem de pé” (*qāmat al-insan*), trata-se de medidas usadas pelos cosmógrafos muçulmanos, nomeadamente pelo astrónomo persa ‘Abd al-Raḥman al-Çūfī (903-986) <sup>369</sup>, para medir a altura dos astros, a extensão dos eclipses, etc. Sabemos que a “lança” equivalia a 6 côvados (*ḍirā’*) de 2° 20', portanto a c. 14°, pelo que a primeira observação, como posição média da Polar, é assaz exata. Os árabes usavam também, para medir distâncias entre os astros, ou de um astro ao horizonte, o “dedo” (*içba’*) geralmente equivalente a 1° 36'; não conseguimos, todavia, achar a exata correspondência do *qāmat al-insan*, mas é de presumir que fosse aproximadamente correspondente a três côvados ou metade de uma lança — pelo que a segunda observação parece igualmente correta.

Seja como for, navegando ao longo da costa africana sobretudo no sentido norte-sul, os navegadores portugueses aperceberam-se de que a Estrela do Norte, descia gradualmente no horizonte à medida que se aproximavam do equador, pois a altura do *polo verdadeiro* (com que a estrela não coincidia exatamente, como vamos ver dentro de um instante) é em qualquer lugar do hemisfério norte igual à latitude do lugar.

<sup>367</sup> *Navegação 1ª de Luís de Cadamosto*, cap. xxxix [1ª ed. por Francanzano di Montalbodo, *Paesi Nuovamente Ritrovati...*, Vicência, 1507], ed. bilingue, italiano e tradução portuguesa de Giuseppe Carlo Rossi, in Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, p. 230; outra versão, também bilingue: [Damião Peres e João Franco Machado (ed.)], *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1988.

<sup>368</sup> *ed. cit.* (Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1988), p. 77 & 176.

<sup>369</sup> Guy Beaujouin, “Réflexions sur les rapports entre théorie et pratique au Moyen-Âge”, in J. E. Murdoch & E. D. Sylla (dir.), *The cultural Context of Medieval Learning*, Dordrecht, 1975, p. 467.



O chamado *Guia Náutico de Évora*, datável de c. 1516<sup>372</sup>, representa como que uma transição entre a identificação dos meridianos pelas partes do corpo e pelos pontos cardeais e colaterais, pois embora não desenhe o homenzinho a imaginar no céu, apõe às oito direções as legendas “cabeça”, “nordeste”, “braço de leste”, “sueste”, “pée”, “sudueste”, “braço d'oeste” e “noroeste”.

De qualquer modo tudo leva a crer que foi do sistema de navegação por diferenças de latitude que gradualmente se passou ao método das latitudes absolutas, do que atesta o *De Prima Inventione Guineæ*, redigido por Martim Behaim e incluso no chamado *Manuscrito de Valentim Fernandes*. O texto de Behaim<sup>373</sup> repousa sobre as memórias do piloto henriquino Diogo Gomes, que efetuou duas viagens à Guiné entre 1456 e 1460. O processo entrou, por conseguinte, em uso antes desta última data. Segundo o testemunho de Diogo Gomes os pilotos terão começado por registar sobre o próprio quadrante com que mediam a altura do polo os nomes dos lugares da costa africana em que se verificava tal altura — Rio do Ouro, Cabo Branco, Palmas do Senegal, etc. — lendo assim diretamente no quadrante o ponto em que se encontravam. Ele próprio se serviu de tal método:

*Et ego habebam quadrantem quando iui in partes istas, et scripsi in tabula quadrantis altitudinem poli arctici, et ipsum meliorem inueni quam cartam. Certum est quod in carta videtur viam marinandi, sed semel errata nunquam redeunt ad primum propositum.* “Também eu tinha um quadrante, quando fui àquelas partes, e escrevi na tabela do quadrante a altura do polo ártico [em cada lugar]; e achei que isso era melhor que a carta [de marear]. É certo que na carta se vê o caminho a navegar; mas após errar uma vez nunca voltam ao primeiro propósito”.

Este método pressupõe que conheciam a distância angular entre a Estrela Polar e o polo verdadeiro que, como veremos num instante, orçava então pelos três graus e meio — sem o que o erro poderia atingir os sete graus, ou seja, 777,777 km, mais do que a distância entre a Madeira e as Canárias.

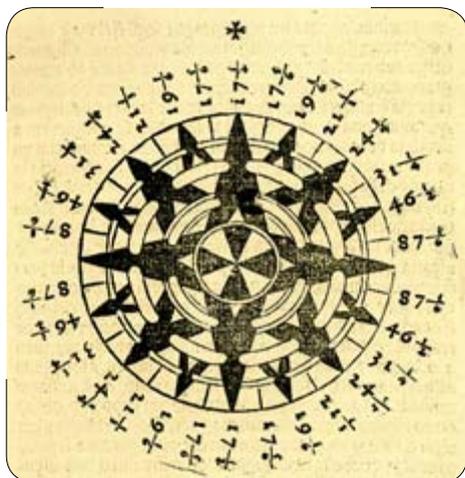
Gonzalo Fernández de Oviedo atribui a Colombo a introdução em Espanha dos métodos de navegação por latitudes, tiradas pelo Sol ou pela Estrela Polar, que aprendera em Portugal:

*Es opinión de muchos (e aun la razón lo enseña e amonesta que se crea) que Cristóbal Colom fué el primero que en España enseñó a navegar el amplísimo Mar Océano por las alturas de los grados de sol y Norte, e lo puso por obra; porque hasta él, aunque se leyese en las escuelas tal arte, pocos (o mejor diciendo, ningunos) se atrevían a lo experimentar en las mares...*

<sup>372</sup> *Tractado da Spera do Mundo: Regimento da Declinação do Sol, reproduction facsimilé du seul exemplaire connu appartenant à la Bibliothèque d'Evora*, pub. por Joaquim Bensaúde, *Histoire de la Science Nautique Portugaise...*, volume 2, Société Sadag, Genebra, s/d (1917).

<sup>373</sup> António Baião, *O manuscrito “Valentim Fernandes” oferecido à Academia por Joaquim Bensaúde*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1946, p. 200.

Esta afirmação, contudo, deve ser tomada *cum grano salis*: tudo leva com efeito a crer que, embora conhecesse os princípios da navegação astronómica, Colombo jamais se ajeitou a pô-los convenientemente em prática.



**Rosa-dos-ventos de 32 rumos, com as léguas correspondentes em cada caso à diferença de 1° de latitude**

Gravura do *Tratado del Esphera y del Arte del Marear* de Francisco Faleiro (Sevilha, 1535)

com a vantagem de escusar as divisões por números irracionais. Os resultados para os rumos *oeste e quarta do noroeste, oés-noroeste* e seus simétricos em relação a qualquer dos dois eixos da figura estão apenas grosseiramente estimados: no primeiro caso o resultado correto não é 87 1/2 mas 89,7; e no segundo não é 46 1/2, mas 45,7. Os demais estão *aproximadamente* certos, uma vez que são números irracionais e por conseguinte não redutíveis a frações. O autor tem o cuidado de explicar que *todos los grados son yguales contandolos por círculo mayor*; todavia, *contandolos por círculo menor son tanto menores quanto más menores son los círculos*.

As alusões que Colombo faz ao método de determinação da latitude pela Estrela Polar são em geral assaz confusas e, conquanto registre algumas das observações que fez, jamais calcula a partir delas a latitude a que se encontra. No *Diário da Primeira Viagem*, se não treslemos, apenas se lhe refere duas vezes, uma à ida outra à volta, veremos já em seguida em que termos. De resto, tanto deste diário como dos relatos da segunda viagem, apenas constam rumos e distâncias. É só na *Relação da Terceira Viagem* que abundam as observações da Polar; embora continue a cometer erros, não são tão grosseiros quanto os da primeira viagem, pois com o tempo foi adquirindo *calo* e prática.

Dir-se-ia que Colombo apenas utilizava corrétemente a observação da Polar no método empírico mais simples de navegação astronómica: a navegação por iguais

Embora a obra não contenha o “Regimento da Léguas”, este queda subjacente ao presente esquema. O desenho repousa na assunção de que o grau de meridiano corresponda a 17 1/2 léguas; na página anterior o autor apresentara um esquema semelhante calculado para a equivalência de 1° a 16 2/3 léguas. Junto a cada rumo está indicada a equivalência do grau a léguas, que varia na razão inversa do cosseno do azimute ( $\alpha$ , ângulo que o rumo escolhido faz com a linha norte-sul), que é igual à unidade no caso do rumo coincidir com um meridiano, pois  $\cos 0 = 1$ . No caso do rumo ser *leste-oeste* e, por conseguinte, o azimute = 90°, como  $\cos 90^\circ = 0$ , o resultado, que seria igual a infinito, não está indicado, pois o símbolo  $\infty$  para significar infinito apenas em 1655 foi introduzido pelo matemático inglês John Wallis (1616-1703), no seu tratado *De sectionibus conicis*. Para calcular as distâncias correspondentes em cada caso a 1° é mais cómodo usar a fórmula  $d = 17,5 \times \sec \alpha$ , que é equivalente ao processo descrito acima,

alturas de um astro, válido tão somente para seguir ao longo de um paralelo, portanto a uma latitude constante. Era um método de que os navegantes árabes se serviam já de longa data no Oceano Índico<sup>374</sup>, e de que os portugueses deviam também usar, por exemplo em navegações para os Açores.

Note-se que o método não era tão simples como à primeira vista se poderia imaginar. Com efeito, devido ao movimento de precessão dos equinócios de que falaremos a seguir, a Estrela Polar encontrava-se em finais do século XV mais longe do polo verdadeiro do que se encontra hoje (89° 15' 51" N), situando-se a uma declinação de c. 86° 30' N. Como a latitude é igual à altura do polo verdadeiro no lugar, havia que introduzir uma correção, que variava entre c. +3° 30' e c. -3° 30', consoante a *hora sideral*.

Parece-nos oportuno abrir aqui, em atenção ao leitor eventualmente menos familiarizado com tais noções, um breve parêntesis para em poucas palavras as explicar. A *hora solar*, computa-se entre duas passagens sucessivas do sol pelo meridiano do lugar — o semi-círculo que une aos dois polos da abóbada celeste o ponto em que nesse lugar o sol culmina ao meio-dia, de onde o nome de *meridiano*. É esse *dia solar médio* (*i. e.*, abstraindo das pequenas diferenças de duração que resultam da inclinação da eclíptica e da desigualdade de velocidade da translação da Terra ao longo da sua órbita, que não é circular mas elíptica) que se subdivide nas 24 horas que os nossos relógios marcam. Contudo, se tomarmos como referência uma estrela fixa e não o sol, veremos que ao longo do ano não passa 365 mas 366 vezes pelo meridiano do lugar, pois uma estrela que num dado dia esteja em oposição ao sol está seis meses depois em conjunção com ele, voltando a estar em conjunção passados outros seis meses. É por isso que as estrelas que se veem de verão se não veem de inverno e vice-versa (a não ser que haja um eclipse total do sol, que provoque escuridão bastante para que se tornem visíveis). No decurso de um ano uma estrela atravessa portanto 366 vezes o meridiano do lugar, ao passo que o sol o cruza apenas 365 vezes; “o dia que falta” corresponde ao movimento anual do sol, que deu entretanto uma volta completa ao zodíaco. O *dia sideral*, contado entre duas passagens da mesma estrela pelo meridiano do lugar (ou se preferirmos noutros termos, entre duas culminações da mesma estrela no lugar em questão), dura assim 23 horas e 56 minutos dos relógios; a hora sideral, que por isso não coincide com a hora solar, corresponde a  $\frac{1}{24}$  dessa duração.

Como a estrela Polar distava no tempo de Colombo c. 3° 30' do polo verdadeiro, não permanecia fixa no céu, mas descrevia nele no decurso de um *dia sideral* um círculo de c. 7° de diâmetro. Para determinar a latitude pela Polar imaginava-se no céu um vulto de homem de braços abertos, com o polo verdadeiro no umbigo, e observava-se em que posição (cabeça, ombro esquerdo, braço esquerdo, etc.) se encontravam as Guardas da Ursa Maior, geralmente bem visíveis, introduzindo-se a partir dela a correção, a somar ou a subtrair, da altura da Polar, por comparação com a altura observável em Lisboa na mesma posição das Guardas, ou seja, à mesma hora sideral. As Guardas da Ursa funcionavam assim como ponteiro de uma espécie de relógio celeste que indicava a *hora sideral*. O processo é empírico e não é necessário invocar a teoria do homem como microcosmo, homotético do macrocosmo, para o justificar.

<sup>374</sup> A. Teixeira da Mota, *Méthodes de Navigation et Cartographie Nautique dans l'Océan Indien avant le XVI<sup>e</sup> siècle*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1963.

Tem-se afirmado, mas sem razão, que foi Colombo quem descobriu o movimento da Polar em torno do polo. Tal posição é insustentável: resulta, de facto, evidente que os portugueses se serviam já na segunda metade do século XV do *Regimento do Norte*, baseado na observação desse mesmo movimento, conquanto não tenha chegado até nós nenhum texto escrito que o ilustre ou explique a sua utilização antes do *Guia Náutico* de c. 1509, dito “de Munique”. Como notámos já, logo em 1436, quando os seus homens atingiram o Rio do Ouro (23° 45' N, 15° 50' E) sito apròximadamente sob o Trópico de Câncer, rejubilou o Infante D. Henrique por constatar que a Zona Tórrida em que penetravam, era, contra o parecer de muitos dos Antigos, fartamente povoada — o que pressupõe que sabiam já determinar latitudes, utilizando segundo tudo leva a crer o *Regimento do Norte*, pois o ponto pelo sol ao meio-dia só mais tarde, sob D. João II, começaria a praticar-se.

Aliás, os próprios termos usados por Colombo demonstram à saciedade que conhecia o processo e trazia consigo, certamente em forma manuscrita, um diagrama semelhante aos que ilustram o *Guia de Munique* ou o *Reportório dos Tempos* de Valentim Fernandes (1518), que reproduzimos abaixo, mas com o homenzinho no céu visto de costas.



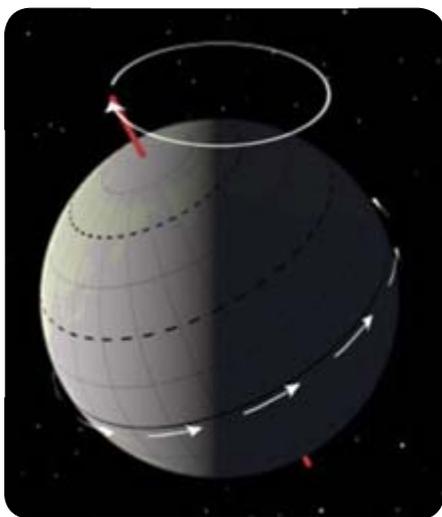
O “regimento da Estrela do Norte”, que permitia a determinação da latitude pela Estrela Polar (Gravura da edição de 1518 do *Reportório dos Tempos* de Valentim Fernandes)

Reproduzido de Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, vol. II, Coimbra, 1970, fig. 95, p. 247.

Os valores numéricos indicados em torno da roda correspondem à altura da Estrela Polar à latitude de Lisboa, nas oito posições principais ocupadas pelas Guardas da Ursa Maior em sucessivos momentos da noite. Obtinha-se a latitude de um lugar comparando-se a observação nele feita com os dados indicados para Lisboa à mesma hora sideral, ou seja, na mesma posição das Guardas. Há que notar que o processo é empírico e que os números indicados são aproximativos.

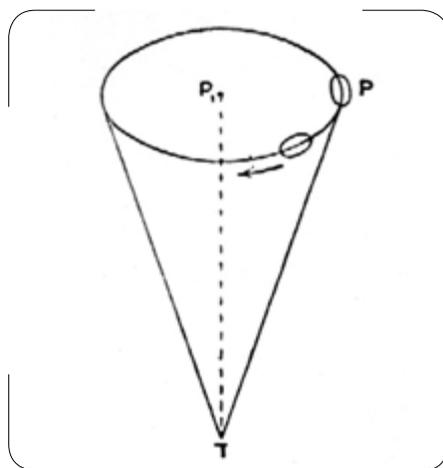
A estrela a que chamamos *polar* (*Polaris* ou *Alpha Ursae Minoris*), que hoje dista 45' do polo verdadeiro, só virá a coincidir rigorosamente com ele a 24.III.2100, após o que recomeçará a afastar-se. Esse fenómeno resulta do movimento de *precessão dos equinócios* que consiste numa rotação do eixo da Terra que, conservando (com pequenas oscilações periódicas, o chamado movimento de *mutilação* a que aludimos já) a inclinação média de c. 23° 30' sobre a eclíptica (o plano em que a Terra gira em torno do Sol), descreve nos céus, em sentido oposto ao da rotação e da translação da Terra, um círculo desse mesmo raio, num período de 25.772 anos. O eixo terrestre descreve assim no espaço

um duplo cone, ou seja, dois cones, um em cada hemisfério, unidos pelos vértices. Embora haja indícios de que os caldeus se haviam já apercebido desse fenómeno — com que poderá estar também relacionado o período de 30.000 anos que intervém nos calendários da Mesoamérica — foi Hiparco quem, c. 130 A. C., ao comparar as suas observações astronómicas com as coordenadas celestes de várias estrelas registadas por astrónomos mais antigos, o registou pela primeira vez. Em consequência desse movimento, o equador celeste, que por definição é perpendicular ao eixo terrestre, mantendo o mesmo ângulo de  $23^{\circ} 30'$  com a eclíptica *desanda* sobre ela, de tal modo que o *ponto vernal* (a intersecção do equador com a eclíptica em que se produz o equinócio da primavera boreal) se desloca sobre a eclíptica à razão de  $1^{\circ} 23'$  por século ( $= \frac{360^{\circ}}{257,72}$ ), o que implica que todos os anos o equinócio tenha lugar, em relação ao tempo sideral, c. 20 minutos mais cedo do que no ano anterior. Daí o nome de *precessão dos equinócios*. O vulgo não se apercebe desse fenómeno porque todos os calendários em uso são construídos sobre a base do *ano trópico*, contado de equinócio de Março a equinócio de Março, que é o que dita a sucessão das estações do ano. Devido à precessão, o ano trópico é 20 minutos mais curto que o ano sideral, medido pelo intervalo entre duas passagens do Sol pela mesma estrela fixa. É por isso que os signos do zodíaco dados pelos almanaques correntes estão totalmente errados, como notámos já, pois desde o tempo de Hiparco para cá, à razão de 20 minutos por ano, o desfasamento acumulado é já de c. 29 dias.



#### Movimento de precessão dos equinócios

Esquema da autoria de Robert Simmon, NASA  
(Domínio público)



#### Movimento de precessão dos equinócios

O cone descrito no espaço pelo eixo da Terra e o círculo por conseguinte descrito na abóbada celeste pelo Polo Norte (P) em torno do polo da eclíptica ( $P_1$ )

Graças a um gnómon que em 1464 instalou no zimbório da catedral de Santa Maria del Fiore em Florença, o nosso conhecido Toscanelli pôde determinar que o polo verdadeiro se deslocava na esfera celeste à razão de  $51''$  por ano, o que aproximadamente perfaz um grau cada 70 anos. Por essa razão na Antiguidade a estrela Polar estava muito mais longe do polo do que estava em dias de Colombo e *a fortiori*, do que está em nossos dias. Os astrónomos conheciam, por isso, há milhares de anos o seu movimento em torno do polo!

A única coisa que Colombo poderia, pois, ter descoberto era o valor da correção a introduzir no cálculo da latitude do lugar a partir da determinação da altura da Polar, sistema que os antigos astrónomos não utilizavam, até porque no seu tempo a Polar estava demasiado afastada do polo para

que fosse cómodo servir-se dela para tal efeito. O processo foi empiricamente introduzido pelos navegadores portugueses em meados do século XV. Ora resulta evidente dos textos colombinos que, sem ser capaz de na prática o aplicar corretamente, Colombo conhecia em teoria o processo e possuía um diagrama idêntico ao que mais acima reproduzimos.

Nos textos colombinos que até nós chegaram a primeira observação da Polar ocorre no *Diário da Primeira Viagem*, a 30.IX.1492, um domingo:

*Las estrellas que se llaman las Guardas, quando anocheçe, están junto al braço de la parte del Poniente, y quando amaneçe están en la linea debaxo del braço del Nordeste, que parece que en toda la noche no andan salvo tres lineas, que son 9 oras, y esto en cada noche.*

O trecho é confuso e inconcluso, e não se pode deduzir dele a latitude a que se achavam, pois Colombo nota tudo menos o mais importante: a altura do polo, que é igual à latitude — ou pelo menos a da Polar acima do horizonte, que daria a latitude com um erro máximo de  $\pm 3^\circ 30'$ . Que as Guardas estivessem ao amanhecer numa posição mais ou menos verticalmente oposta à que ocupavam ao anoitecer é uma evidência, em qualquer momento e em qualquer ponto da Terra em que sejam visíveis; o que não resulta claro é o que quer ele dizer com a frase *que en toda la noche no andan salvo tres lineas, que son 9 oras*. Se a *roda* ou *relógio da noute* manuscrito de que o descobridor dispunha era idêntico ao que reproduzimos, refere-se às oito linhas mais longas que partem do centro da figura; por conseguinte, uma vez que estas distam umas das outras  $45^\circ$  e marcam intervalos de três horas, “três linhas” correspondem efetivamente a 9 horas. Ora no decurso de uma *noite natural* (*i. e.*, do pôr ao nascer do sol), com a *duração média* de 12 horas, as Guardas giram, como qualquer estrela,  $12 \times 15^\circ = 180^\circ$  em torno do polo, ou seja, 4 linhas (e não 3) das que partem do centro ou 12 das do círculo exterior do desenho, que se subdivide em 24, que por conseguinte se sucedem de 15 em 15 graus. Estava-se em fins de Setembro, portanto muito próximo ainda do equinócio (que nesse tempo, pelo calendário juliano, tinha lugar a 11 desse mês), de modo que o *dia natural* (*i. e.*, do nascer ao pôr do sol) durava aproximadamente tanto como a noite — sobretudo a uma latitude relativamente baixa como aquela a que navegava Colombo, que rumava a oeste seguindo aproximadamente o paralelo da Gomeira ( $26^\circ$  N), de onde partira rumo a oeste, para atravessar o Atlântico. É possível que, pelo menos em parte, este erro de Colombo provenha de não ter contado com os crepúsculos, em que as estrelas — em particular a Polar que é de 2ª grandeza (magnitude aparente 1,97) — se veem mal, de modo que as observações que terá feito terão sido espaçadas de menos de 12 horas; mas para que o resultado a que chegou estivesse certo haveria que supor que o eram de apenas 9 horas, o que pressuporia que a soma da duração dos dois crepúsculos, matutino e

vespertino, correspondesse a um total de 3 horas, o que, às latitudes a que Colombo navegou, não é possível. Na realidade a duração do crepúsculo varia (positivamente) com a latitude e com a declinação do sol (*i. e.*, com a sua distância angular ao equador celeste, que varia constantemente ao longo do ano entre c. +23° 30' e -23° 30'); mas, exceto a latitudes circumpolares, jamais atinge tais valores: no Equador oscila entre c. 20 e c. 25 minutos, em Greenwich, a 51° 30' N, entre 33 e 48 m.

No entanto, em vários outros textos, nomeadamente a *Relação da Quarta Viagem*<sup>375</sup>, Colombo usa o termo *linea* no sentido de “fuso horário” em que o usavam Marino de Tiro e Ptolomeu, o que nos reconduz a arcos de 15°, ou seja às 24 linhas do círculo exterior do *relógio da noute* e não às 8 que partem do centro. O mesmo se passa na carta que em Fevereiro de 1502 escreveu ao papa<sup>376</sup>, em que se gaba de ter chegado a um ponto onde no momento em que se punha o sol (por conseguinte, cerca das 6 da tarde) faltavam apenas duas horas para ele nascer em Cádiz (onde seriam, portanto, cerca das 4 da manhã), o que, desprezando a diferença de duração do dia natural entre pontos de diferente latitude, corresponde a uma diferença de longitude de 10 fusos, ou seja, 150°, concluindo: *en manera que yo anduve dies lineas del otro emisperio*. Também aqui, por conseguinte, *linea* equivale a “fuso horário”, ou seja, a um arco de 15°. Claro que só teria entrado dez fusos no “outro hemisfério” se a diferença de hora fosse de 10 entre o lugar a que chegou e o meridiano do Ferro, considerado desde Ptolomeu como limite ocidental da οικουμένη, ou seja, do que hoje designamos por Velho Mundo. Como Cádiz fica a 6° 17' W de Greenwich e a ilha do Ferro a c. 18°, a diferença seria na realidade ainda um pouco maior, cerca de dez fusos e meio. Fosse como fosse, Colombo estaria no meio do Pacífico, à longitude de Hawai...

No trecho acima transcrito o significado de “fusos horários” não tem cabimento, pois o que está em causa é um processo de determinação da latitude pela altura do polo, e não da longitude, que é o que se pode medir em fusos horários; mas devido à rotação da Terra a longitude não se pode na prática determinar pelos astros, cuja posição em relação ao horizonte do observador varia constantemente.

Não restam, pois, dúvidas de que Colombo se refere ao *relógio da noute*, tal como a figura acima o representa; então 9 horas correspondem no círculo exterior a outras tantas *linhas*, espaçadas de 15°, ou seja,  $9 \times 15^\circ = 135^\circ$ . Ora no decurso de uma noite natural (que, como vimos, àquela latitude e naquela época do ano, devia durar aproximadamente 12 horas), as Guardas seriam esperadas rodar c. 180° e não 135°. Só

<sup>375</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 488.

<sup>376</sup> *Ibidem*, doc. lxxix, pp. 479-481.

não seria assim se o navio tivesse entretanto avançado  $180^\circ - 135^\circ = 45^\circ$ , ou seja, 3 fusos, o que àquela latitude corresponde a mais de 4.000 km e é totalmente impossível a qualquer navio, à vela ou a vapor; para mais, mesmo que, por hipótese, o navio se movesse com essa estonteante rapidez, uma vez que rumava a oeste, *atrasar-se-ia* em relação à hora solar, de modo que a noite lhe duraria *mais* três horas do que o esperado, ou seja, 15 horas em vez de 12, e nunca *menos* três. Só navegando em sentido oposto e à vertiginosa velocidade que supusemos, poderia a noite natural durar 9 horas e corresponder assim a uma rotação de  $135^\circ$  das Guardas da Ursa Maior. Somos daí levados a concluir que nem a observação foi correta, nem muito menos o que dela terá deduzido a confusa mente de Colombo.

Quanto a suceder *esto en cada noche*, não é para admirar que assim lhe parecesse, pois a diferença entre a hora sideral, de que depende a posição das Guardas, e a hora solar, de que é função o nascer do sol, é de apenas 4 minutos por dia, o que, embora se vá acumulando, em dias contíguos facilmente passaria despercebido. O mais estanho é, porém, o que se segue:

*También en anochejendo las agujas noruestean una cuarta [i. e.,  $11^\circ 15'$ ] y en amaneciendo están con la estrella justo, por lo cual parece que la estrella haze movimiento como las otras estrellas y las agujas piden siempre la verdad.*

Já a 17 de Setembro ocorrera uma observação semelhante, mais sucinta, que não vale a pena transcrever. Que a *declinação magnética* (ou seja, a diferença angular entre o norte da agulha e o norte verdadeiro, de que falaremos a seguir) diminuísse de uma quarta no decurso de uma só noite parece exagero, mas *a priori* não é totalmente impossível. Que a estrela Polar se movesse como todas as outras tampouco é erróneo; só que por o raio da sua circulação ser muito pequeno (ao tempo,  $3^\circ 30'$ , como vimos) o seu movimento é muito menos evidente. Já que as agulhas “pedissem sempre a verdade” e, ao cabo de certa hesitação, acabassem por se virar para a Polar é erro crasso, que mostra quão pouco familiarizado estava Colombo com a navegação astronómica, de que aparentemente apenas conhecia os processos mais simples, como a navegação ao longo de um paralelo. Diga-se em seu abono que no mesmo erro incorre, 43 anos passados, Fernández de Oviedo<sup>377</sup>, que afirma de igual maneira que ao passo que a Polar gira em torno do polo verdadeiro, as agulhas apontam constantemente para este. Mais de meio século antes de Colombo, já Andrea Bianco sabia que não era assim! Estivesse ou não seguro de que o era, Colombo usou desse argumento para

---

<sup>377</sup> *Historia General...*, I, xi.

aquietar as tripulações desorientadas com a aparente anomalia, que murmuravam entre dentes que estariam talvez em outro mundo; e os homens lá sossegaram <sup>378</sup>.

Na viagem de regresso, no inverno de 1493, o *Diário* apenas regista uma observação da Polar, que não pôde precisar devido ao balanço intenso:

*Domingo, 3 de Hebrero: Esta noche, yendo a popa con la mar muy llana, a Dios gracias, andaría 29 leguas. Parecióle la estrella del Norte muy alta, como en el cabo Sant Viceinte [37° 1' N]. No pudo tomar el altura con el astrolabio ni cuadrante, porque la ola no le dio lugar. El día navegó al Lesnordeste su camino, y andaría diez millas por ora, y así en onze oras, 27 leguas.*

Não é, porém, muito verosímil que a 3 de Fevereiro se achasse à latitude do Cabo São Vicente (37°), pois a 6 desse mês estimavam-se Pinçon e Roldán ainda à latitude da Madeira (c. 32° 45' N) ou do Porto Santo (c. 33° N) e a 10 fazia-se o Almirante à latitude de Anafé, hoje Casablanca (33° 30'N) <sup>379</sup>; e só no dia 18 chegariam à ilha açoriana de Santa Maria (c. 37° 30'), que fica praticamente à mesma latitude do Cabo São Vicente; o erro deve ser da ordem dos sete graus, o que para uma determinação feita a olho se não afigura excessivo. Bom prático do mar, Colombo, após a sua partida das Antilhas, deve ter-se posto rapidamente a uma latitude média para aproveitar dos ventos gerais de oeste e assim reganhar facilmente a Europa.

E, de facto, a 18.II.1493 houve vista de uma ilha que identificou com uma das dos Açores. E no seu *Diário* anotou: *que aquella su navegación avía sido muy cierta y que avía carteadado bien, que fuesen dadas muchas gracias a Nuestro Señor; aunque se hazía algo delantero, pero tenía por cierto qu'estava en la comarca de las isla de los Açores y que aquella era una d'ellas*. Era efetivamente a ilha de Santa Maria, como souberam pelos habitantes, logo que chegaram à fala. A observação que se segue, transcrita por Las Casas na terceira pessoa, é interessante: *y diz que fingió aver andado más camino por desatinar a los pilotos y marineros que carteavan, por quedar él señor de aquella derrota de las Indias, como de hecho queda*. Então, como ainda hoje, o segredo era a alma do negócio...

Como sabemos, nos passos difíceis da sua navegação Colombo manejava pessoalmente o timão do seu navio. Não sabemos se procedia assim por não ter confiança nos pilotos se, velhacamente, para evitar que eles descobrissem os seus segredos. Seja como for, fazia-o por vezes noites seguidas, com o que se esgotou, repetidamente adoeceu e por fim morreu aos 55 anos de idade.

<sup>378</sup> Las Casas, *HI*, I, xxxvi, p. 130, & xxxviii, p. 136.

<sup>379</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d., Varela & Gil, *Textos...*, pp. 203-204.

Efêtivamente, como regista Oviedo <sup>380</sup>, já porque Colombo se não abria demasiado com os pilotos, já porque estes não possuíam a sua intuição náutica, muitas vezes chegavam a demorar três ou quatro meses para regressar das Antilhas a Espanha, pois teimavam em refazer em sentido oposto à vinda o caminho que haviam feito à ida; até que aprenderam a fazer rota pela ilha Bermuda ou de la Garza, a 33° N e atravessar então a essa latitude o Atlântico, em direção a Sanlúcar de Barrameda, de modo que quando não passavam nos Açores passavam perto.

Dir-se-ia, todavia, que o descobridor jamais entendeu bem a diferença entre a hora solar e a hora sideral — que, reconhecamos, em dias próximos é diminuta —, pois seis anos mais tarde, na *Relação da Terceira Viagem*, repete umas quatro ou cinco vezes: ...*en anocheçando, se me alçava la estrella del norte n grados...* (quase sempre 5°), como se a posição da Polar em vez de depender da hora sideral, determinável pelo boneco no céu, dependesse da solar. Para mais, esta é apenas grosseiramente indicada pela expressão *en anocheçando*, pois é só no equador, que Colombo não atingiu, que o pôr-do-sol ocorre quotidianamente às 6 horas da tarde. Por exemplo a 10° de latitude varia de  $\pm c. 25$  minutos entre ambos os solstícios. Desprezando esta variável e desprezando igualmente a diferença entre a hora sideral e a hora solar, que cresce à razão de 4 minutos por dia, é possível comparar a altura da polar à mesma hora, por exemplo ao anoitecer, como faz o descobridor, entre dias muito próximos sem erro apreciável, conquanto o erro se vá acumulando com o passar dos dias, falseando as observações: ao fim de um mês de travessia a diferença é já de  $30 \times 4 = 120$  minutos, *i. e.*, 2 horas. Ora, como se pode verificar observando a *roda do céu* ou *relógio da noute* reproduzido acima, a 2 horas de diferença na observação pode corresponder uma diferença de latitude de 2°, quase tanto como a distância de Lisboa ao Porto.

É curioso notar que Colombo mostra conhecer o *Regimento do Norte*, pois alude várias vezes ao processo que este ensina, a observação das Guardas da Ursa Maior; mas é muito raramente que se dá ao labor de determinar a partir dela a latitude do ponto em que se encontrava. Na Jamaica, no decurso da sua derradeira viagem, aquando do eclipse de 29.II.1504, Colombo fez uma das raras determinações de latitude aproximadamente corretas que constam dos seus escritos: *en el poerto de S. Gloria en Janahica se alça el polo diez e ocho grados, estando las Guardas en el braço* <sup>381</sup>. A Jamaica é de facto cortada pelo paralelo 18° N; mas para a observação ser rigorosa faltaria dizer em qual dos braços estavam as Guardas, pois entre a sua passagem pelo direito e pelo

<sup>380</sup> *História General...*, I, ix.

<sup>381</sup> *Libro de las Profecias*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. ix, p. 455.

esquerdo a altura da Polar varia de 3°. Tampouco há erro considerável na observação que fez a 16.VIII.1498, um dia depois de passar pela ilha Margarita (10° 50' N), onde tudo leva a crer que não desembarcou, num momento em que se devia achar a c. 12° N, uma vez que a 19 desse mês chegaria à ilha Beata (17° 30' N), a sul do extremo sul da Espanhola: *la estrella del norte tenía en catorze grados cuando las Guardas avían pasado de la cabeça el término de dos oras y media*, ou seja, aproximadamente no momento em que a altura da Polar é igual à altura do polo. Errou, portanto, apenas cerca de 2°.

Quando Colombo se limita a anotar a altura a que achara a *estrella del norte*, sem se reportar à posição das Guardas, como muitas vezes faz, não se pode estimar a latitude a que estaria senão com uma aproximação de  $\pm 3^\circ 30'$ , o que corresponde a uma distância linear de c. 777 km, idêntica à que em linha reta medeia entre o Cabo São Vicente e a Corunha. Assim se passa na primeira observação que na 3ª viagem anota: de Cabo Verde *navegué al sudueste cuatroçientas y ochenta millas, que son çiento y veinte leguas, adonde en anocheçiendo tenía la estrella del norte a çinco grados*. Isso significa que pairava naquele momento entre 1° 30' e 8° 30' N. Contudo, Colombo não determina a latitude: limita-se a comparar a altura da Polar aproximadamente à mesma hora solar (*en anocheçiendo*) em dias consecutivos. Mantendo-se, como parece ser sua intenção, constantemente à latitude da Serra Leoa alcançaria o continente sul-americano por alturas da atual Cayenne, na Guiana Francesa. De qualquer modo, observando a Polar a 5° acima do horizonte, com a folga de  $\pm 3^\circ 30'$ , aterraria entre 1° 30' e 8° 30' N, ou seja, entre o Amapá, extremo norte do Brasil, e o delta do Orinoco, na Venezuela. Como é sabido, acabou por tomar terra na ilha da Trinidad, um tanto mais a norte, a quase 11° N.

Recapitulando, um pouco mais abaixo, a travessia do Atlântico, refere o descobridor uma observação mais completa que aí fizera, de que, estranhamente concluíra variar a altura do polo não só com a latitude mas também com a longitude, o que é inteiramente errôneo:

*... en llegando allí aquella liña [100 léguas a oeste de Cabo Verde, portanto um meridiano], como quien transpone una cuesta (...); cuando allí estoy, fallo que la Estrella del Norte escribe un çírculo, el cual tiene en el diámetro çinco grados, y estando las Guardas en el brazo derecho, estonçes está la estrella en el más baxo y se ba alçando hasta que llega al brazo izquierdo; y entonces está çinco grados, y de allí se ba abajando hasta bolver otra bez al brazo derecho.*

Comparando o que diz Colombo com a figura reproduzida acima, duas diferenças saltam à vista: em primeiro lugar, se observação é mais ou menos correta, Colombo refere-se a *lado direito* e *lado esquerdo* do observador e não do homenzinho imaginado

de frente no céu, como consta da figura que reproduzimos; mas sabemos que havia de facto *rodas* que representavam o homem de costas. Só no caso de tal ser a *roda* de que dispunha Colombo é a observação aproximadamente correta, com uma ressalva, contudo: as posições mais baixa e mais alta da Polar não correspondem ao braço direito e ao braço esquerdo (do homem de costas ou do observador), mas ao ombro direito e à anca esquerda do mesmo.

De qualquer modo, uma vez que a Estrela Polar estava nesse tempo a c. 3° 30' do polo norte, o diâmetro do círculo que em torno dele descrevia era de 7° e não de 5°, mas a imperfeição dos instrumentos de observação e o balanço do navio explicam facilmente o erro. Seja como for, para que culminasse a 5° acima do horizonte, teria o observador de estar a 1° 30' N, latitude que Colombo, embora tivesse penetrado da zona das calmarias equatoriais, não parece ter atingido. De qualquer modo, tampouco consta do texto neste passo a determinação da latitude. Quanto ao meridiano sito a 100 léguas a ocidente dos Açores ou de Cabo Verde, que era o que Colombo sugerira e o que constava da bula de Alexandre VI que D. João II não aceitou, veremos mais tarde que o descobridor lhe atribuía um significado sobrenatural, sobre que então nos debruçaremos; de qualquer modo podia corresponder a uma mudança de declinação magnética, mas não de altura do polo, que varia com a latitude e não com a longitude.

No entanto, poucas linhas mais abaixo, volta Colombo a falar das mudanças que ao cruzar essa linha observara não só na declinação magnética (o que pode ser correto) e no clima (o que é um pouco fantasioso), mas também no comportamento da Polar (o que é absurdo):

*Hallé allí que, en anocheçiendo, tenía yo la estrella del norte alta çinco grados, e entonçes las Guardas estavan ençima de la cabeza; y después, a la media noche, hallava la estrella alta diez grados y, en amaneçiendo, que las Guardas estavan en los pies, quinze.*

Uma vez que a altura média da Polar era de 10°, encontrar-se-ia a 10° N. Colombo não indica se esta observação é anterior à precedente se posterior, como parece mais provável, visto que viria a aterrar na Trinidad a c. 10° N. O mais estranho de tudo é que o círculo descrito pela Polar em torno do polo verdadeiro, que da outra vez tinha 5° de *diâmetro* tem agora 5° de *raio*; e que a Estrela Polar que da outra vez culminava no braço esquerdo e conhecia a altura mínima no direito, culmina agora nos pés e tem o mínimo na cabeça. Quem neste ponto tem certamente razão é o diagrama de Valentim Fernandes, que atribui ao círculo descrito pela Polar um diâmetro de 7°, e que situa a culminação numa posição intermédia entre as duas em que a coloca Colombo, ou seja, na anca direita da figura imaginária; e, correlativamente, o ponto mais baixo na posição verticalmente oposta.

Colombo viria, por outro lado, a verificar que entre as observações feitas no decurso das suas duas primeiras viagens e as da terceira havia grandes discrepâncias. Assim o notou a 16.VIII.1498 no seu diário, que Las Casas resume cuidadosamente:

*Dize aquí una cosa maravillosa, que cuando partía de Canaria para esta Española, passando trezientas leguas al oeste, luego noruesteavan las agujas una cuarta [= 11° 15'] y la estrella del norte no se alçaba sino 5 grados; y agora en este viaje nunca le a noruesteado hasta anoche, que noruesteava más de una cuarta y media, y algunas agujas noruesteavan medio viento, que son dos cuartas; y esto fue de golpe, a noche. (...) Halló también allí, donde agora venía, que la estrella del norte tenia en catorze grados cuando las Guardas avían passado de la cabeça el término de dos oras y media.*

A observação tem foros de verosimilhança no que respeita à altura da Polar *cuando las Guardas avían passado de la cabeça el término de dos oras y media*, que era, de facto, a altura que se verificava a c. 14° N, um pouco ao sul de Cabo Verde. Já no que toca ao registro da declinação magnética, de que falaremos a seguir, deixa muito a desejar, pois ainda que a rota diferisse da da primeira viagem, pelo que era natural que topasse com isogónicas diferentes, a declinação varia gradualmente e não *de golpe*, no espaço de uma noite! Colombo nunca aprendeu cabalmente a lidar com o Regimento do Norte; daí que não soubesse determinar com rigor o norte geográfico, o que condenava previamente ao insucesso as suas especulações sobre a declinação magnética.

Quanto à diferença entre as alturas da Polar aquando da primeira viagem e no decurso da terceira, a observação é perfeitamente desconcertante, e é talvez por isso que, eufemisticamente, Las Casas a classifica de *maravillosa*: mesmo concedendo, uma vez que Colombo raramente introduz a correção, uma folga de  $\pm 3^\circ 30'$  à estrela Polar, esta nunca se poderia alçar menos na primeira viagem, em que atravessou o Atlântico da Gomeira, nas Canárias (26° 6' N), a San Salvador, nas Lucaias (24° 2' N), do que na terceira, em que o atravessou de Santiago de Cabo Verde (14° 50' N) à Trinidad (c. 10° 50' N). Os valores médios corretos da altura do polo seriam no primeiro caso c. 25° (jamais 5°!) e no segundo c. 12°.

O absurdo é tão grande que seríamos levados a admitir que o escriba da cópia do *Diário* de que se serviu Las Casas tenha invertido os termos. No entanto, o próprio Colombo se apercebeu desde logo do desencontro das suas observações, de que permaneceu convicto: os resultados paradoxais a que chegou causaram-lhe desde logo imensa estranheza, vindo a concluir daí que a Terra não seria esférica, mas teria a forma de uma pera ou de *una teta de muger*<sup>382</sup> !

<sup>382</sup> *Relación del Tercer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, pp. 376-377; Las Casas, *HI*, I, cxl.

Voltaremos mais abaixo a essa bizarra concepção; o que de momento nos interessa é apenas notar que Colombo não determinava quotidianamente a latitude a que estava — talvez para seu próprio bem e de seus homens, pois é evidente que a não sabia determinar capazmente, pelo que era melhor para todos confiar no seu instinto...

Grande é a diferença com o que, um quarto de século mais tarde, se passaria na viagem de Magalhães, cujos passos podemos seguir dia a dia, graças às latitudes apontadas pelo piloto no seu jornal de bordo. Dos escritos colombinos, a maioria das latitudes que constam parecem ter sido determinadas em terra e mesmo assim estão quase todas erradas. Se tivesse feito as determinações a bordo, por certo que, com o balanço do navio, teria chegado a resultados ainda mais disparatados.

Os grandes erros em que incorre, bem como o absurdo da sua teoria da Terra piri-forme, foram desde logo criticados por Pedro Mártir de Anglória<sup>383</sup>, humanista cultivado, com noções de cosmografia mais sólidas que as do aventureiro genovês:

Aí [na costa venezuelana] refere o Almirante que durante todo o ano nenhum dia é muito mais longo ou mais breve que outro. Sustenta que nessa região, como em Pária, em cujo torno todas estas costas jazem, se eleva o Polo Ártico [acima do horizonte] apenas cinco graus. Acerca das variações do polo refere certas cousas que, pois me parecem proferidas contra a sentença de todos os astrónomos, passarei a pé enxuto. Está verificado, ilustríssimo Príncipe, que aquela estrela Polar, a que os nossos marinheiros chamam Tramontana, não é o ponto exato do polo sobre o qual gira o eixo dos céus, o que facilmente se comprova, se ao aparecerem as primeiras estrelas por um orifício estreito mirares a dita estrela e pelo mesmo orifício a observares no último quarto da noite, quando a aurora as põe em fuga, pois notarás que mudou de sítio. Não entendo como possa então ser que ao primeiro crepúsculo da noite naquela região, por tempos de Junho, se eleve só cinco graus, e ao recolherem-se as estrelas com a chegada dos raios solares, quinze, medidos pelo mesmo quadrante? Nem as razões que ele aduz me satisfazem no todo ou em parte. Diz, de facto, ter conjêturado que o orbe das terras não é esférico, mas que na sua redondeza foi criada uma intumescência saliente, de modo que não é como uma pela ou uma maçã, como dizem os demais, mas tomou a forma de uma pera pendente da árvore, e que é a região que jaz sobre essa eminência mais próxima do céu. Daí que no cume daqueles três montes que da gávea viu de longe o marinheiro de vigia, como dissemos, assevere convictamente ser o Paraíso Terrestre; e que a fúria das águas doces que dos ditos estreito e foz lutam com o fluxo que vem do mar para saírem, é a das águas que dos próprios cumes dos montes descem para o precipício. Mas regressemos destes factos, que me parecem fabulosos, à história de que nos afastámos...

É interessante notar que a 13.XII.1492, data em que pelo calendário juliano ocorria o solstício do inverno boreal, com o auxílio da ampulheta, tomou nota de

<sup>383</sup> Década I, cap. vi, fl xv - xv v (pp. 63-64).

quanto durava o *dia natural* (i. e., do nascer ao pôr do sol) e achou 10 horas. Deve ter feito essa anotação para determinar em qual dos sete *climas* de Ptolomeu se encontrava, pois a tradição ptolomaica, que não professava a inabitabilidade dos trópicos, dividia o hemisfério norte, do equador ao círculo polar, em sete climas, delimitados por 7 dos 21 “paralelos notáveis” assinalados pelo geógrafo alexandrino na sua *Geographia*<sup>384</sup>, consoante a duração do dia mais longo do ano em cada um; como a variação da duração do dia natural é contínua, os paralelos que limitam cada clima foram escolhidas de modo a obter intervalos com um número inteiro de quartos de hora. Esta divisão do mundo em climas é sobretudo corrente entre os geógrafos árabes da Idade Média<sup>385</sup>, pois, como tivemos ocasião de ver, na Europa cristã a obra do geógrafo alexandrino apenas foi conhecida no século XV.

Na realidade a duração exata do dia natural em qualquer data do ano, que é função da latitude do lugar e da declinação do sol nessa data, pode calcular-se pela fórmula seguinte:

$$d = \frac{2 \operatorname{arc} \cos (tg \phi \operatorname{tg} \delta)}{15}$$

em que  $d$  é a duração do dia natural em horas,  $\phi$  a latitude do lugar em graus e  $\delta$  a declinação do sol nesse dia, também em graus. As horas que a fórmula permite determinar correspondem a  $\frac{1}{24}$  do dia solar verdadeiro, cuja duração varia ligeiramente ao longo do ano, e não do dia solar médio, indicado pelos relógios. A diferença entre um e outro (que pode atingir cerca de um quarto de hora), designada por *equação do tempo*, não nos interessa aqui.

Ptolomeu não devia conhecer esta fórmula, de modo que as latitudes que assinala são empíricas e aproximativas. Por tais contas um dia natural de 10 horas (o que postula um de 14 h no solstício oposto) corresponderia ao limite entre o terceiro clima (dia maior entre 13.30 e 14.00 horas) e o quarto (dia maior entre 14.00 e 14.30 h), que se situaria a 30° 20' N. Colombo achar-se-ia por conseguinte quase à latitude de Alexandria (31° 12' N). Na realidade, à latitude a que se achava, c. 21° N, durar-lhe-ia o dia 10 horas e 43 minutos; errou portanto em 43 minutos no seu cômputo, ao passo que Ptolomeu errava apenas 2.

Diga-se em abono de Colombo que não foi o único a incorrer em erros deste tipo: Melchor Maldonado, um dos Vinte-e-Quatro de Sevilha, que por ordem dos Reis

<sup>384</sup> *Geography of Claudius Ptolemy*, Edward Luther Stevenson, translator, introduction by Joseph Fischer, Cosimo Classics, Nova Iorque, 2011 [reimp. anastática da ed. de 1932]. Claudii Ptolemaei, *Cosmographia - Tabulae* [Cosmography, maps from Ptolemy's Geography], introduction by Lelio Pagani, Magna Books, Wigston (Leicester), 1990-

<sup>385</sup> Cf. A. Miquel, artº “Iklim”, in *EI*, vol. III, s. v.

o acompanhou na sua segunda viagem, afiançou a Pedro Mártir que nas ilhas dos Canibais em Dezembro era o dia praticamente igual à noite <sup>386</sup>; ora a c. 16° N, latitude da Guadalupe, dura a noite no solstício 12 h e 53 m, ou seja, quase mais duas horas do que o dia, que dura apenas 11h e 7 m.

Quanto à determinação da latitude pelo sol ao meio-dia, veio a prevalecer na prática sobre o *Regimento do Norte* quando os portugueses se aproximaram do equador, onde a Estrela Polar deixa de ser visível. Foi por isso que D. João II mandou Mestre Rodrigo e Mestre José Vizinho à Mina, a fazer observações perto da linha equinocial, do que Colombo, tivesse-os acompanhado ou não, estava ao corrente. Frei Bartolomeu de las Casas <sup>387</sup> faz jus à prioridade portuguesa no que toca a este ponto:

*Por manera que cierto es haber sido los portogueses los primeros que esta manera de navegar hallaron y usaron; y dellos los españoles la tomamos; no se les quite su merecimiento, antes les demos gracias; y porque Cristóbal Colón y su hermano Bartolomé Colón en aquellos tiempos vivían en Portugal, allende de lo que ellos sabían de teoría y experiencia de navegación, en Portugal se debieron en esta facultad de perficionar.*

O processo requer, além de um instrumento (quadrante ou astrolábio, mais raramente balestilha) que permita medir a altura meridiana do astro acima do horizonte, uma tabela que dê para cada dia do ano a declinação do sol, ou seja, a sua distância angular ao equador. Esta varia constantemente entre +23° 27' a 20 ou 21 de Junho do calendário gregoriano (dependendo dos anos bissextos) e -23° 27', a 21 ou 22 de Dezembro, já que no seu aparente movimento anual o sol não se move sobre o equador, mas sobre a eclíptica ou zodíaco, que faz com aquele um ângulo de 23° 27'. Subtraindo de 90° a altura do sol obtém-se a sua distância zenital, que somada algèbricamente à declinação dá a latitude do lugar, desde que se observe a seguinte convenção: latitudes e declinações positivas correspondem ao hemisfério boreal, negativas ao austral; e as distâncias zenitais são positivas quando as coisas projetam sombras setentrionais, negativas quando meridionais.

Sabemos que Colombo trazia consigo tábuas astronómicas, que por vezes utilizava para prever eclipses, como o de 29.II.1504, com cuja predição conquistou a admiração dos índios da Jamaica. Não achámos, contudo qualquer indício de que as utilizasse a bordo para determinar a latitude. Aliás, Colombo jãmais aprendeu a calcular

<sup>386</sup> Década I, cap. ii, fl vii (p. 47).

<sup>387</sup> I, xxvii.

corretamente latitudes pela Polar; como as poderia determinar pelo Sol, processo que exige cálculos muito mais complexos? As raras latitudes que indica parecem, para mais, ter sido medidas em terra, o que se compende facilmente: se o descobridor estava, como tudo leva a crer, pouco prático na navegação astronómica e se confundia bastas vezes em seus cálculos, é natural que evitasse fazê-los a bordo, onde o balanço do navio facilmente falseava os resultados.

A fidelidade que na prática Colombo mantinha ao sistema do rumo e estima ressalta claramente dos seus registos no *Diario del Primer Viaje*, o mais detalhado, que conhecemos através da transcrição de Las Casas — que por vezes o copia literalmente, outras o resume, passando então os verbos para a terceira pessoa do singular, a concordar com *el Almirante*, expresso ou subentendido. São suficientes dois exemplos:

*Sábado, 15 de Setiembre [de 1492]: navegó aquel día con su noche xxiii leguas su camino al Güeste y algunas más. Y en esta noche, al principio d'ella vieron caer del çielo un maravilloso ramo de fuego en la mar; lexos d'ellos quatro o cinco leguas.*

*Martes, 22 de Enero [de 1493]: Ayer después del sol puesto navegó al Nornordeste con viento Leste y tomava del Sueste; andava 8 millas por ora hasta passadas cinco ampolletas, y tres de antes que se començase la guardia, que eran ocho ampolletas; y así avria andado setenta y dos millas, que son diez ocho leguas. Después anduvo a la quarta del Nordeste al Norte [i. e., numa direção que formava um ângulo de uma quarta, ou seja, 11° 15', com o rumo Norte] seis ampolletas, que serían otras 18 millas. Después quatro ampolletas de la segunda guarda al Nordeste, seis millas por ora, que son tres leguas al Nordeste...*

Como se vê, o tempo de navegação era calculado com o auxílio da ampulheta, porque na época só havia relógios de pêndula, que a bordo se desregulavam com o balanço. Por isso havia sempre um marinheiro encarregado de virar a ampulheta a cada vez que se lhe esgotava a areia, o que sucedia de meia em meia hora. Nos seus *Diários* Colombo não deixa de se queixar de quando em vez (por exemplo a 13.XII.1492) dos moços que dormitavam em serviço e não viravam a ampulheta a tempo, falseando assim os seus cálculos — já de si, as mais das vezes, tão pouco exatos...

A distância era calculada multiplicando o tempo de navegação pela velocidade; esta era, ao tempo de Colombo, geralmente estimada a olho, por vezes com o auxílio de artifícios rudimentares, como atirar um pau ao mar à proa do navio e calcular o tempo que demorava a ficar ao través da popa. Foi a partir desse processo simples que se veio a desenvolver a *barquinha*, instrumento que permite medir com sofrível aproximação a velocidade do navio. Embora se atribua muitas vezes, não sabemos com que fundamento, a sua invenção a um piloto português chamado Bartolomeu Crescêncio, que teria sido *grosso modo* contemporâneo de Colombo, nada indica que este conhecesse já tal aparelho, que nos não aparece descrito em promenor senão no

livro *A regiment for the Sea*, publicado em 1574 pelo piloto inglês William Bourne de Gravesend (1535-82)<sup>388</sup>:

*And to know the ship's way, some do vse this which (as I take) is very good: they haue a pece of wood & a line to vere out ouer borde, with a small line of a great lengthe which they make fast at one ende, and at the other ende and middle, they haue a piece of a line which they make fast with a small thred to stande like vnto a crowfoote: for this purpose, that it should driue a sterne as fast as the shippe doth go away from it, allwayes hauing the line so ready that it goeth out as the ship goeth. In like manner they haue either a minute of an houre glasse, or else a knowne part of an houre by some number of wordes, or suche other like, so that the line being vered out and stopt iuste with that time that the glasse is out, or the number of wordes spoken, which done, they hale in the logge or piece of woode againe, and loke howe many fadome the shippe hath gone in the time: [...]*

A barquinha consistia essencialmente num flutuador, que podia ter formas diversas, geralmente côncavas, como a de uma pequena barca, de onde o seu nome em português. O essencial era que estivesse presa por fios em ambas as extremidades, de forma a que uma vez lançada ao mar se mantivesse atravessada, perpendicularmente à rota do navio, oferecendo assim à água a resistência máxima. A linha que a prendia e se enrolava e desenrolava de um carretel, era, de espaço a espaço, graduada por meio de nós — e é daí que vem a expressão *x nós* para designar a velocidade do navio em milhas por hora. A sua utilização requeria dois agentes: um atirava a barquinha à água à popa do navio, deixando desenrolar e correr livremente a linha que a prendia; outro ia medindo o tempo com a ampulheta. A ampulheta referida por Bourne demorava meio minuto a esgotar-se, mas a descrita da *Arte Náutica* da Biblioteca Pública de Évora, datável de c. 1645, demorava um minuto; em qualquer dos casos, ao brado do que manuseava a ampulheta, o outro retinha a corda da barquinha, soltava com um puxão da tralha a escarvelha ou cavilha amovível que a prendia de um dos lados, de modo a que ela pudesse deslizar longitudinalmente sobre a água sem oferecer resistência, puxava-a para bordo do navio e contava os nós que haviam corrido, que davam com bastante rigor a distância entretanto percorrida. A partir daí, se a graduação dos nós não dava diretamente a velocidade do navio, bastava fazer uma regra de três simples para a determinar em milhas ou léguas por hora. De qualquer modo, a barquinha é posterior a Colombo, pelo que podemos deixá-la em paz.

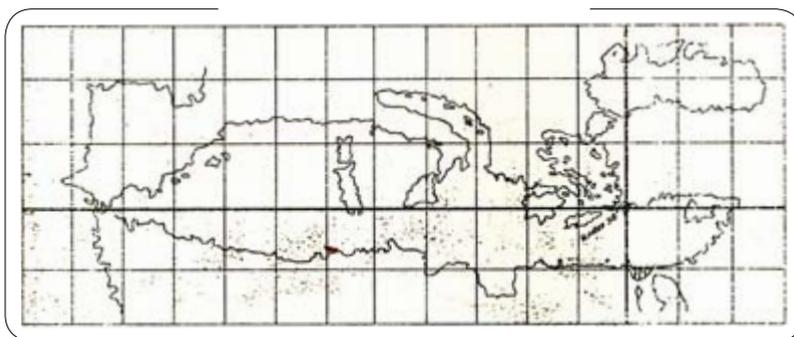
Como vimos já, o futuro descobridor do Novo Mundo desenhava mapas e viveu mesmo desse ofício durante algum tempo em Espanha. Sabemos, porque ele próprio o

<sup>388</sup> Vide José Manuel Malhão Pereira, “A Transição da Navegação do Mediterrâneo para o Atlântico e o Início da Navegação de Alto-mar”, in *Navios Marinheiros e Arte de Navegar, 1139-1499 (História da Marinha Portuguesa)*, Academia de Marinha, Lisboa, 2012.

narra aos Reis, que no decurso da sua segunda viagem desenhou um das Antilhas, que infelizmente não chegou a nós. Seria, de facto, interessante compará-lo com uma carta rigorosa, para apreciarmos se no debuxo prevaleceu a sua intuição náutica sobre a sua incapacidade para determinar corretamente as latitudes ou vice-versa. O mapa continha, como os de Ptolomeu, meridianos e paralelos, e além disso uma linha vermelha a passar pela Espanhola, separando os seus descobrimentos de 1492, a oeste, dos de 1493, a leste. A descrição que dele dá (o único texto colombine referente a cartografia) é correta:

*Con él, bien fecho, verá V. Al. la tierra d'España y Africa, y enfrente d'ellas todas las islas halladas y descubiertas este viaje y el otro. Las rayas que ban en largo amuestran la [d]istancia de oriente a oçidente; las otras qu'están de través amuestran la [d]istancia de setentrion en ahustro. Los espaçios de cada raya significan un grado, que é contado çinquenta y seis millas y dos terçios, que responden, d'estas nuestras leguas de la mar, catorze leguas e un sexto; y así pueden contar de oçidente a oriente como de setentrion en ahustro el dicho número do leguas, y contar con el cuento de Tolomeo, que aporçionó los grados de la longiuitud con los del equinoçial, diziendo que tanto responde quatro grados equinoçiales como çinco por paralelo de Rodas, los treinta e seis grados; así que cada grado qu'está en esta dicha carta responde catorze leguas y un sexto así de setentrion en ahustro como de oriente en oçidente; e por aquí podrán ver la distancia del camino qu'es de España al comienço o fin de las Yndias, y verán en cual distancia las unas tierras de las otras responden.*

Tratava-se, por conseguinte, de uma “carta retangular” como as da Antigüidade, ou seja, uma carta em que a quadrícula de meridianos e paralelos forma retângulos, já que à latitude de Rodes ( $36^{\circ} 12'$ ) o grau de paralelo, que corresponde ao produto de um grau de meridiano pelo cosseno de  $36^{\circ} 12'$ , é igual a 0,80656 do grau da equinocial. Daí que esteja aproximadamente correta a afirmação de que *tanto responde quatro grados equinoçiales como çinco por paralelo de Rodas*, pois de facto  $5 \times 0,80656 = 4,04508$  o que não anda muito longe de 4. Desprezando

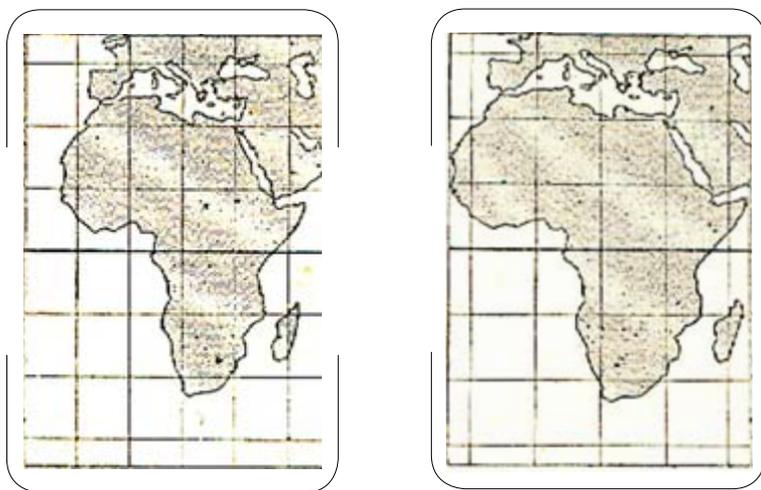


**A carta retangular de Marino de Tiro (séc. I A. D.), reutilizada por Ptolomeu, aferida para a latitude de Rodes.**

(Reproduzida da *História da Cartografia Portuguesa* de Armando Cortesão, vol. I)

o achatamento da Terra nos polos, que é insignificante, o grau de meridiano mede, de facto, tanto quanto o grau da *equinocial*, isto é, do equador. Daí se segue que as distâncias medidas sobre o mapa apenas são corretas à latitude de Rodes. À de Santo Domingo, 18° 30' N, o grau de longitude não mede 0,80656 mas 0,94832 do grau do equador, ou seja, 105,368 km em vez dos 89,617 km que mede em Rodes. As Antilhas apareceriam assim comprimidas em longitude cerca de 15%.

Foi pela mesma época que os navegadores portugueses fizeram esta constatação, que Colombo dificilmente poderia fazer, por falta de conhecimentos matemáticos suficientes. De facto, a utilização a outras latitudes das medidas calculadas por Ptolomeu para a latitude de Rodes implica necessariamente distorções; por isso eram as cartas que os portugueses então utilizavam pouco apropriadas para regiões próximas do equador. Começaram então a desenhar “cartas quadradas”, ou seja, em que o grau de longitude mede tanto como o de latitude — o que torna a carta adequada para navegar nas vizinhanças do equador, mas inadequada para as latitudes médias. Seria Pedro Nunes (1502-78), com o seu *Tratado em defesa da carta de marear* (1539) e, sobretudo, com o *Tratado sobre certas dúvidas da navegação* (1547) a encontrar uma solução razoável para este problema: desenhar os mapas por *quarteladas* consoante as latitudes, cada uma com uma escala diferente, descontínuas entre si. A solução matematicamente perfeita seria achada um pouco mais tarde pelo flamengo Gerhard Kramer, mais conhecido por Mercator (1512-94), que criou a projecção cilíndrica do globo terrestre: tudo se passa como se se envolvesse a Terra num cilindro, tangente



**Comparação de uma carta retangular (à esquerda) com uma carta quadrada (à direita)**

O mapa desenhado por Colombo, a que se refere na sua missiva aos Reis, era do primeiro tipo, do que resulta um perfil da África mais afilado do que o real, devido à compressão da zona equatorial em longitude.

ao globo no equador, sobre o qual, mediante raios que partem do centro da esfera, se projetam os diferentes lugares da superfície terrestre a representar, após o que, desenrolando o cilindro, se obtém o mapa. Esta projeção suprime as descontinuidades ao adotar um sistema de latitudes continuamente acrescidas, na proporção da tangente da latitude. É a única em que o rumo seguido por um navio que se mantenha numa direção constante é sempre representado por uma reta; por isso continua a ser usada tanto na navegação marítima como na aérea.

Passemos agora a um outro ponto, assaz interessante de anotar: é do diário da primeira viagem de Colombo que consta a primeira menção escrita que se conhece da variação da declinação magnética à superfície do Globo — o que, como no caso do movimento da Polar, não significa que tenha sido ele a descobri-la. Dir-se-ia aliás que, de início, Colombo não distinguia muito bem os dois fenómenos, que na realidade são completamente independentes um do outro: o movimento aparente da Polar durante a noite resulta de ela não coincidir com o polo e, como todas as estrelas, girar em torno deste; ao passo que a divergência entre a direção indicada pela agulha e o norte verdadeiro, que é o que normalmente se designa por *declinação magnética*, resulta de o polo magnético não coincidir com o geográfico, em cujo torno gira num ciclo de largas décadas, e de as linhas de força do campo magnético terrestre não corresponderem nem a meridianos nem a quaisquer outros círculos máximos da esfera, como se pode verificar pela figura abaixo. É da combinação dos dois fatores, independentes entre si, que resulta a diferença entre

a direção indicada pela agulha e a indicada pela Polar. Colombo conhecia certamente bem a diferença entre o norte magnético e o geográfico, descoberta meio século antes, bem como o movimento da Polar em redor do polo; mas aparentemente imaginou que a bússola, embora levasse um certo tempo a adaptar-se, *pedia siempre la verdad*, acabando por se dirigir para a estrela, o que é inteiramente erróneo.

É devido a esta confusão que quando usa os verbos *noroeste* e *nordeste*, que aprendera em Portugal, parece as mais das vezes usá-los imprópriamente, querendo significar que as agulhas apontavam um ponto sito a noroeste ou a nordeste *da direção*



**Carta segundo a projeção de Mercator**

Como nesta projeção as longitudes são acrescidas na mesma proporção das latitudes, não se verifica compressão de nenhuma zona em longitude, mas a escala do mapa varia constantemente do equador para os polos à razão da tangente da latitude. Daí que a Gronelândia, que mede c. 2 milhões de km<sup>2</sup>, pareça maior do que a África que mede mais de 30.

*indicada pela Polar* (que como vimos não indicava então o polo) e não uma direção para a esquerda ou para a direita do norte geográfico. Só assim se explica a frequência com que anota que as agulhas ao cair da noite noroesteavam e de manhã nordesteavam — o que, a tomar esses verbos no seu devido sentido, apenas poderia suceder se durante a noite tivesse cruzado uma linha agónica, *i. e.*, de declinação magnética nula, o que não podia suceder em noites quase consecutivas. No entanto, o movimento diurno da Polar explica cabalmente tanto as observações do Almirante como a impropriedade da linguagem de que usa.

As propriedades da agulha magnética haviam sido descobertas na China, sob a dinastia 宋 Sung (960-1279), sendo pela primeira vez descritas pelo filósofo e naturalista 沈括 Shen K'uo (1031–1095); mas a bússola propriamente dita (uma caixinha de tampa de vidro contendo a agulha, com uma suspensão adequada) foi, segundo tudo leva a crer, inventada em Amalfi, na Campânia. A mais antiga referência que se lhe conhece na Europa ocidental é, porém, a que se contém no *De nominibus utensilium* do monge inglês Alexandre Neckam (1157-1217), redigido entre 1180 e 1187. Diga-se a talho de fouce que a ideia de que teria sido trazida da China por Marco Polo é pura lenda, pois Neckam refere-a mais de um século antes da viagem do célebre papa-léguas veneziano. É verdade que o seu uso na navegação tardou em difundir-se no Mar do Norte: ainda em meados de Quatrocentos nota Fra Mauro numa das legendas do seu mapa-múndi <sup>389</sup>, aposta sobre o Mar Báltico: *Per questo mar no se navega cum carta ni bossolo, ma cum scandaio* (*i. e.*, com sonda, utilizando a profundidade como conheçença); mas isso não impede que já em fins do século XI ou começos do seguinte a bússola fosse no norte da Europa conhecida dos académicos.

No mundo muçulmano a agulha magnética é já mencionada em 1187, ou seja, na mesma época em que começa a ser referida na Europa. Dir-se-ia que os árabes a receberam daí e não da China, pois dão-lhe nomes de origem italiana ou latina: *qunbās*, “compasso” e *būçla*, “bússola”.

Não se sabe exatamente quem descobriu a declinação magnética ou seja, a diferença angular entre a direção indicada pela agulha e o norte geográfico ou norte verdadeiro. Foi por certo antes de 1436, pois nessa data o supramencionado atlas do veneziano Andrea Bianco já apresenta os dois nortes, lado a lado, na sua rosa-dos-ventos. Deve ter-se pensado de começo que a declinação magnética era fixa, quando na realidade muda de lugar para lugar, e no mesmo lugar varia lenta mas constantemente com o tempo.

Essa constatação deve ter sido feita antes de 1487-88, se, como parece, foi Bartolomeu Dias quem nessa época deu à extremidade meridional da África o nome, que ainda hoje usa, de Cabo das Agulhas, por ter verificado que aí a agulha apontava precisamente o norte. Em linguagem técnica diríamos que passava por ali uma *linha agónica*, ou seja, que une os vários pontos em que a declinação magnética é nula. De qualquer modo, na forma *G: das Agulhas*, “Golfo das Agulhas”, apostado à angra adjacente ao cabo, o topónimo aparece já no planisfério português de 1502, dito “de Cantino”, pelo que lhe não pode ser posterior.

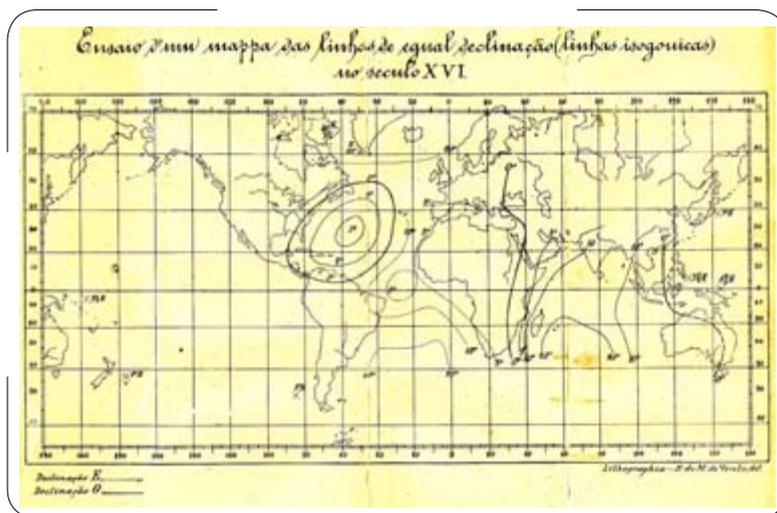
Foi, portanto, certamente na segunda metade do século XV mas antes da hégira de Colombo em 1485, que os pilotos criaram os verbos noroestear e nordestear para

---

<sup>389</sup> Legenda 2.676

indicar se em relação ao polo verdadeiro a agulha se desviava para a esquerda ou para a direita. Seja como for, é no Diário da 1ª viagem de Colombo que se atesta pela primeira vez por escrito o seu uso:

*Jueves, 13 de Setiembre: Aquel día con su noche, yendo a su vía, que era el Güeste, anduvieron xxxiii leguas y contava tres o quatro a menos. Las corrientes eran contrarias. En este día al comienzo de la noche, las agujas noruesteaban y a la mañana nordesteaban algún tanto.*



#### Declinação magnética no século XVI

(Segundo João Andrade Corvo, *Roteiro de Lisboa a Goa por D. João de Castro*, anotado por..., Lisboa, por ordem e na typographia da Academia Real das Sciencias, 1882, est. XIII.

A carta representa as linhas isogónicas (*i. e.*, ligando os pontos de igual declinação magnética) tal como se deixam reconstituir a partir das fontes históricas de que dispomos, para a época de D. João de Castro. Ao contrário do que se tem já escrito, estão longe de coincidir com meridianos. A declinação magnética varia constantemente, pois o *polo norte magnético*, que as bússolas indicam, migra continuamente, em geral dentro de um raio de 1.600 km em torno do polo geográfico; desde as primeiras observações registadas até recentemente movia-se em média a c. 9 km / ano, de modo que no meio século que medeia entre Colombo e Castro não se deve ter deslocado mais de 450 km. São perfeitamente visíveis, a traço negro, a linha agónica que passava pelo Cabo das Agulhas e a que se situava um pouco a oeste dos Açores, com que Colombo topou. A complexidade do magnetismo terrestre, que só pode ser compreendido através das equações de Maxwell (1831-79), explica cabalmente a perplexidade de Colombo.

As correntes não deviam naquele ponto ser contrárias, pois seguia rumo a oeste, mas simplesmente de través. Seja como for, a naturalidade com que Colombo emprega, sem qualquer explicação, os verbos *noroeste* e *nordeste* mostra que eles eram já correntes na linguagem de marinharia — o que lhe não tira o mérito de o ter conseguido observar, nem o de ter sido o primeiro a registrá-lo por escrito. E, pelo menos desta vez, a observação parece correta, uma vez que sabemos passar à

época pelos Açores e ao largo das Canárias uma linha agónica, como se pode ver na figura *supra*.

Prisioneiro da sua judeomania, Mascarenhas Barreto afirma <sup>390</sup>, sem invocar em abono da sua asserção qualquer documento, que “o fenómeno da *declinação* já era, havia muito, conhecido dos Portugueses, por herança árabo-judaica”. Só é pena é que não exista nenhum texto árabe ou judaico que a refira...

Igualmente gratuita é a sua afirmação de que o fenómeno fora já observado em 1452 por Diogo de Teive — de cuja viagem praticamente nada se sabe, senão só que topou com as ilhas das Flores e Corvo.

Já no registo que Colombo fez a 17.IX.1492 não parece que os verbos *noroestear* e *nordestear* estejam usados pròpriamente:

*Tomaron los pilotos el Norte, marcándolo, y hallaron que las agujas noruesteavan una gran cuarta, y tenían los marineros, y estaban penados y no dezían de qué. Cognosciólo el Almirante, mandó que tornasen a marcar el Norte en amaneciendo, y hallaron qu'estavan buenas las agujas. La causa fue porque la estrella [...] parece hace movimiento y no las agujas.*

Uma vez que tinham passado quatro dias antes a linha agónica, as agulhas não podiam continuar a noroestear: teriam de nordestear até que passassem de novo a linha agónica. Tudo leva pois a crer que aqui se não observou nenhuma variação da declinação magnética, mas sòmente do azimute da Polar, isto é, do ângulo que, em consequência do seu movimento diurno, a dirêção que indica faz com o Norte verdadeiro. O mais provável é, contudo, que se tenham verificado cumulativamente ambos os fenómenos e que Colombo não tenha sabido destrinçá-los <sup>391</sup>. A tripulação, que percebia do assunto ainda menos que Colombo, inquietava-se certamente com o que podia fàcilmente observar: o desacordo entre a bússola e a Polar, que lhe devia parecer superior ao habitual, indiciando que estariam já num outro mundo. Deve ter sido para aquietar os homens que o capitão-mor lhes acenou com uma explicação simplificada, bastante para lhes restaurar a confiança nas agulhas. Se Colombo compreendeu claramente o que se passara, é cousa que não podemos discernir; pelo menos, ao que parece, a tripulação sossegou...

Como na sua primeira viagem, Colombo se limita a registar as ocorrências, pode efetivamente admitir-se que não tivesse por então sabido destrinçar bem os

---

<sup>390</sup> *op. cit.*, p. 133.

<sup>391</sup> Cf. Luís Semedo de Matos, “As viagens de Colombo e a Nautica Portuguesa de Quinhentos”, in *Memórias 2013*, vol. XLIII, Academia de Marinha, Lisboa, 2015, pp. 125-144. Agradecemos ao autor o envio deste artigo, bem como a leitura que fez o favor de dar ao rascunho do presente capítulo.

dois fenómenos, movimento da Polar e declinação magnética; embora na prática os mesclasse, é de admitir que, teoricamente, tivesse já tomado conhecimento deles na época que passou em Portugal, onde eram ambos conhecidos. Entre a primeira e a segunda expedição, em Castela, onde se não praticava ainda a navegação astronómica — recordemos a observação de Oviedo! — e onde, entre o seu triunfo ante os Reis e a preparação da viagem colonizadora, pouco tempo lhe terá sobrado para estudar náutica e astronomia, é extremamente improvável que tenha adiantado alguma coisa, tanto mais que, ao que se sabe, não contactou com ninguém que lhas pudesse ensinar.

A afirmação de Mascarenhas Barreto <sup>392</sup> segundo o qual “Colón-Zarco não só tudo enredou para esconder o seu nascimento e adolescência” — o que não deixa de ser verdade, mas por razões verticalmente opostas às que aquele historiador desportivo imagina — “mas também emparedou a fonte da sua educação e dos seus conhecimentos científicos e clássicos que, afinal, provou possuir, verdadeiramente notáveis para aquela época, apenas comum a alguns príncipes e prelados, indiscutivelmente inacessíveis a um 'filho de cardador de lã genovês' “ — dar-nos-ia vontade de sorrir, se antes no-la não desse de chorar...

Entre a sua primeira viagem e as seguintes, particularmente a terceira, Colombo, que era um autodidata inteligente, parece ter refletido e aclarado as ideias, pois tornou-se-nos evidente que a partir da segunda viagem sabia já destrinçar os dois fenómenos, servindo-se das observações da declinação magnética que da primeira vez fizera para as utilizar como conhecença, de modo a identificar mais facilmente a área oceânica em que se achava; e a partir da terceira, como veremos, acaba por lhes atribuir uma significação sobrenatural e profética.

Particularmente elucidativo da utilização da declinação como conhecença é o que seu filho conta do que se passou quando, no desastrado regresso da sua segunda expedição <sup>393</sup> em que empatou três meses — quatro vezes e meia o tempo que gastara à ida. Estavam todos em grande angústia devido à escassez de água potável e de mantimentos; para mais,

ainda que houvesse a bordo das outras duas caravelas oito ou dez pilotos, nenhum deles sabia onde estivessem, ainda que o Almirante fosse certíssimo de que se achavam um pouco a ocidente das ilhas dos Açores, do que dá fê no seu *Itinerário*, dizendo “esta manhã as agulhas flamengas noroesteavam, como costumam fazer, uma quarta, e as genovesas que geralmente se conformam com aquelas, não noroesteavam senão pouco; e de futuro terão de nordestear [no texto impresso noroestear, o que é por certo uma gralha], ao caminhar para leste, que é sinal de que nos

<sup>392</sup> *op. cit.*, pp. 61-62.

<sup>393</sup> *HA*, cap. lxiv (lxv).

encontramos cem léguas pelo menos mais a ocidente do que as ilhas ditas dos Açores”. Depois, quando estivemos a um cento e havia no mar pouca erva de ramitos espalhados, as agulhas flamengas noroesteavam uma quarta e as genovesas acertavam na Tramontana. “E quando estivermos mais a és-noroeste farão alguma mudança”.

O desacordo entre as agulhas flamengas e as genovesas, se acaso o havia fora da imaginação de Colombo e dos marinheiros, não tem explicação; a não ser que estivessem desmagnetizadas. Se de facto estavam desafinadas, bastaria cevá-las, esfregando-as com um íman permanente, como todos deviam saber.

De qualquer modo as observações dos dias imediatos confirmaram a previsão do Almirante: e assim, à quarta-feira 8.VI.1496, “indo todos os pilotos como cegos e perdidos”, mandou amainar as velas para não dar à costa, pois sabia-se já vizinho do Cabo S. Vicente; “da qual cousa se riam todos”, afirmando uns que iam pelo canal de Flandres, outros por Inglaterra, e os que menos erravam faziam-se defronte da Galiza. Foi então que chegaram à vista de terra, que o Almirante reconheceu ser a costa de Odemira.

E desde então foi, na expressão de seu filho, “tido pela gente do mar como sapientíssimo e divino nas cousas da navegação”.

Chegados assim ao cabo desta digressão pela arte náutica de Colombo não sabemos com que mais pasmar: se com a sua monumental ignorância do céu, se com a sua genial intuição do mar, se com o êxito surpreendente que surtiu na Terra a combinação das duas...

## O regresso

Com os dois navios que lhe restavam, Colombo deixou a Espanhola, rumo a Espanha, na madrugada de 16 de Janeiro de 1493. Tomou um rumo nordeste e quarta de leste, o que lhe permitiu aproveitar da corrente do Golfo, de que não parece ter-se apercebido, e da circulação do anticiclone dos Açores, e assim ganhar águas europeias com os ventos gerais de oeste. Utilizou assim a prática da *volta do mar largo*, também chamada *volta da Guiné* ou *volta da Mina*, que os portugueses utilizavam para regressar da costa africana contornando os aliseos de Nordeste. Beneficiou de ter efetuado o regresso no inverno, quando o anticiclone se desloca para sul e é maior a probabilidade de apanhar ventos favoráveis, do sector de oeste, conquanto seja também maior a eventualidade de temporais.

A constância dos ventos aliseos, notada desde o século XV, não foi cabalmente explicada antes de 1735. Na realidade o problema começou a pôr-se desde que se constatou que o sistema de ventos do hemisfério austral era simétrico do do boreal, o que se veio a tornar claro com as viagens de Diogo Cão (1482-85) e Bartolomeu Dias (1487-88). Se, de uma e outra banda, o vento soprava para o equador, para onde ia depois o ar que de ambos os lados para ali convergia? O físico britânico Edmond Halley (1656-1742), célebre por ter descoberto a órbita do cometa que guarda o seu nome prevendo o seu regresso em 1758, explicou, por assim dizer, metade do fenómeno: devido à incidência do sol sobre a zona equatorial o ar aí aquece, rarefaz-se, torna-se menos denso e, por isso, eleva-se na atmosfera. Quem completou a explicação foi o advogado e meteorólogo seu compatriota George Hadley, graças a experiências que fez lançando balões para a atmosfera; descobriu assim o mecanismo que, muito justamente, se ficou a denominar *célula de Hadley*: ao elevar-se, como intuíra Halley, o ar arrefece e a humidade que contém condensa-se, dando lugar à forte pluviosidade que se verifica em toda a faixa equatorial; o ar torna-se então mais seco e, por uma razão que explicaremos mais adiante a propósito dos furacões das Caraíbas, mais denso, o que o faz cair para um e outro lado da equinocial. É devido a essa aterragem maciça de ar seco que sobre os trópicos praticamente não chove e ocorrem grandes desertos. Em seguida, sugado pela elevação de ar húmido sobre o equador, o ar seco afluí de ambos os trópicos à faixa equatorial, carregando-se progressivamente de humidade ao longo do seu trajeto, até fechar à superfície o circuito, em sentido oposto ao que percorrerá do equador para os trópicos, entre 10 e 15 km de altitude. A circulação assemelha-se assim à convecção que se pode observar pondo ao lume uma panela de água.

Todavia, uma parte do ar denso que se acumula sobre os trópicos, escapa-se em sentido oposto, em direção às baixas pressões, mais instáveis, que se formam devido sobretudo à convecção das massas de ar morno e húmido originadas pelas correntes marinhas tépidas, como a do Golfo, que fluem da zona intertropical em direção aos polos. O sistema de circulação do ar a latitudes médias só veio a ser explicado, muito mais tarde, por William Ferrel (1817-91); mas os ventos de oeste, que constituem o seu efeito mais notável, foram observados e utilizados pela navegação desde os começos do século XV. Foi com toda a probabilidade assim que, no regresso de viagens à Madeira, conhecida desde 1336 e povoada a partir de 1418, os mareantes toparam c. 1427 com os Açores.

Mascarenhas Barreto, que aparenta não estar muito ao corrente do regime de ventos do Atlântico norte e dos constrangimentos que impunha à navegação à vela,

afirma neste passo que as tripulações, ansiosas por regressar a casa e ver a família, se inquietavam “daquele desvio em relação à rota natural” — desvio que não podia ser senão premeditado por Colombo, tal com a subsequente visita a Lisboa, “para dar contas a D. João II da missão que lhe confiara”! Ora, em primeiro lugar, a verdade é que em parte alguma do *Diário* se lê que os marinheiros estavam inquietos com tal desvio em relação à normalidade, que assim parece não ter causado inquietude senão à mente vária de Barreto; e, em segundo lugar, dado o regime de ventos, não havia rota mais natural. Colombo seguira-a, por certo, numerosas vezes, quer no regresso da Madeira quer no das viagens que fizera à Mina e à Guiné; e os castelhanos que durante a guerra da sucessão de Castela se aventuraram até à Mina para se intrometerem no comércio da parte adversa, por certo que no retorno não seguiram rota muito diferente, pela simples razão de que não há mais nenhum modo viável de regressar à vela à Europa. Até à invenção do navio a vapor, foi a rota seguida quer pelos que regressavam do Brasil ou da Índia oriental quer pelos que vinham das Antilhas e das Índias de Castela. Espião não consta que tenha sido Sebastião de Elcano, que em 1522, no regresso da sua volta ao mundo, passou entre as Flores e o Faial; nem Frei Bartolomeu de las Casas que nas várias viagens que fez das Antilhas a Castela deve ter passado por mais de uma vez nos Açores, pois fala do Pico como quem o conheceu *de visu*.

A necessidade de seguir essa rota facilitava a vida aos corsários barbarescos que freqüentavam aquelas águas na mira de fazer presas. Foi o que levou a criar na ilha Terceira o cargo de *provedor das armadas*, entidade encarregada de organizar não só o abastecimento mas também a proteção aos navios portugueses que passavam nos Açores e escoltá-los até às costas da Península; e o mesmo faziam aos navios espanhóis, excluindo, é claro, os períodos em que houve guerra entre os dois países. Fazendo o mesmo raciocínio que Mascarenhas Barreto, seríamos levados a concluir que os centos de capitães que na vigência daquele cargo (1527-1818) fizeram no retorno à Europa escala nos Açores eram agentes secretos del-Rei de Portugal...

Tampouco logramos entrever em que passo do *Diário* se baseia para afirmar que o próprio Almirante estava *surpreendido* com as condições meteorológicas com que deparava, como se não se estivesse em pleno inverno — o que, como seria de esperar, lhe serve também de pretexto para uma das suas mórbidas especulações. O que o *Diário* deixa bem claro é que estavam todos *atemorizados* com o mau tempo, o que é assaz diferente.

De facto, menos de um mês após a partida, a 14.II.1493<sup>394</sup>, entre as Antilhas e os Açores, foram os descobridores colhidos por uma grande tormenta, que se prenunciava desde a véspera e por pouco não fez naufragar a frota inteira. Temendo morrer sem que de seu feito quedasse memória, nem que seus filhos, que deixara em Córdoba, recebessem por ele galardão, Colombo escreveu em pergaminho a história da sua viagem, envolveu-o em pano encerado, atou-o bem e meteu-o num barril que lançou ao mar, pedindo por mercê a quem no achasse que o fizesse chegar às mãos dos Reis. Durante a noite precedente desaparecera já a caravela *Pinta*, comandada por Pero Yáñez Pinzón, que não voltou a aparecer; só depois do seu regresso a Espanha soube Colombo que, arrastada pelos ventos, acabara por aportar a Baiona, na Galiza. Propunham-se os homens da *Pinta* seguir dali para a corte, para serem os primeiros a lá dar notícia do grande descobrimento, mas os Reis não lho permitiram; acabaram por isso por se dirigir a Palos, onde o Almirante chegara pouco antes.

Foi durante essa tempestade que os tripulantes da *Niña*, em que vinha o Almirante, fizeram o voto de mandar três deles, tirados à sorte, cada um a seu santuário, a pagar em representação de todos a promessa que naquele aperto fizeram. Ao próprio Almirante, que foi o primeiro a meter a mão no boné onde estavam as sortes, saiu o gravanço marcado com uma cruz, que o obrigava a fazer a peregrinação a Guadalupe transportando um círio de cinco libras<sup>395</sup>. Foi no decurso dessa romagem votiva que Colombo prometeu aos frades dar o nome do convento a uma das ilhas que descobrisse, o que efetivamente fez na viagem seguinte. Tal é a origem do nome da ilha, hoje francesa, de Guadalupe, nas Antilhas.

Seguindo a rota que lhe impunham os ventos, vieram a atingir ao cabo de um mês de viagem um ponto que os pilotos situavam a sul das Flores, a oeste do Porto Santo e da Madeira e a su-sudoeste do Faial. Mascarenhas Barreto afirma neste passo que por ocasião da tempestade a *Pinta* de Pinzón “já rumara, mais ao sul, para leste” (segundo talvez aquela “rota natural” que só existe na imaginação dos néscios); fica a assim o leitor sem compreender como, tendo a sul rumado para leste, não foi aterrar na costa marroquina mas na da Galiza, ao passo que na *Niña* Colombo ia ter aos Açores de onde rumaria a Cascais...

Foi a 18.II.1493 que avistaram terra; tratava-se da ilha açoriana de Santa Maria. Haviam coberto em 33 dias de navegação (tantos quantos à ida haviam levado das

<sup>394</sup> *Diario del Primer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. ii, p. 206.

<sup>395</sup> Las Casas, *HI*, I, lxix.

Canárias às Lucaias), c. 2.700 milhas marítimas, fazendo por conseguinte uma velocidade média de 3,4 nós <sup>396</sup>. A arribada aos Açores deu-se nas circunstâncias fortuitas que o *Diario del Primer Viaje* <sup>397</sup> regista:

*Después del sol salido, vieron tierra; parecías por proa al Lesnordeste; algunos dezían que era la isla de la Madera, otros que era la Roca de Sintra en Portugal, junto a Lisboa (...). El almirante, por su navegación se hallava estar con las islas de los Açores y creía que aquella era una d'ellas.*

Razão tinha o Almirante, e não os pilotos que se faziam 150 léguas mais à frente: era, de facto, a mais meridional das ilhas dos Açores. E aí se acoitou; mas só ao desembarcar soube da boca dos habitantes de qual das ilhas se tratava.

Tem-se aduzido como prova de que Colombo agia em conivência com o soberano português o facto de no regresso do Novo Mundo ter aportado a Santa Maria e em seguida a Lisboa antes de se dirigir a Sevilha. Ora Colombo era um solerte navegador e conhecia bem o sistema de ventos do Atlântico — sem o que não teria tido sucesso no seu descobrimento logo à primeira tentativa. Por isso fez à ida caminho pelas Canárias, de modo a aproveitar-se dos alísios de nordeste, e à vinda pelos Açores, para poder servir-se dos ventos de oeste em direção às costas europeias — rota de que se continuou a usar durante três séculos, tanto quanto durou a navegação à vela.

Embora os Reis Católicos lhe houvessem recomendado *que no dexase de entrar en los puertos de Su Alteza [el Rey de Portugal] a pedir lo que oviese menester*; Colombo deve ter hesitado em fazê-lo, temendo que *algunos ruines, pensando que traía mucho oro, estando en puerto despoblado, se pusiesen a cometer alguna ruindad; y también porque supiese que no venía de Guinea, sino de las Indias*.

Foi, na realidade, a meteorologia que a tal o obrigou; o facto poderia, porém, originar suspeitas, ou pelo menos ser interpretado como uma descortesia para com os Reis Católicos, empresários da expedição, e por isso houve desde logo quem procurasse disfarçar o que poderia ser tomado por um deslize diplomático: a primeira notícia do descobrimento da América a ser divulgada pela imprensa — a carta de 15.II.1493 a Luís de Santángel, escrita entre os Açores e a costa portuguesa e enviada por estafeta de Lisboa, onde a 14 de Março recebeu um *post-scriptum* — aparece na versão castelhana impressa em Barcelona em 1493 enganosamente datada das Canárias, onde, como é bem sabido, o Almirante não passou na viagem de regresso, nem poderia passar, pois

<sup>396</sup> No estimo das distâncias servimo-nos de A. B. Purbrick & William R. Needham, *Reed's Tables of Distances between Ports and Places in all the Parts of the World*, comprising over 31,000 distances with a Table of Constants and Complete Alphabetical Index, 12<sup>a</sup> ed., Thomas Reed & Co., Ltd, Sunderland & Londres, 1953.

<sup>397</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 10.II.1493.

não lho permitiriam os ventos <sup>398</sup>; na realidade a falsificação deve-se ao editor espanhol, pois as demais versões trazem a data “Lisboa, 4 de Março de 1493”, dia em que, de facto, passou a barra do Tejo. Impressa de novo em castelhano em Valladolid em 1497, a *Carta a Santángel* teve, em versão latina de Leandro de Cosco, nove edições em vários pontos da Europa nos anos 1493-94: 3 em Barcelona, 1 em Antuérpia, 2 em Basileia e 3 em Paris. Nesta versão latina aparece por vezes endereçada a Gabriel Sánchez, tesoureiro de Aragão; mas as diferenças de conteúdo são despidiendas <sup>399</sup>.



**De insulis nuper in Mari Indico repertis**

Versão latina da “Carta a Santángel”  
Impressa em 1493

A gravura contém um erro manifesto: representa uma galé, a remos, como as que se usavam no Mediterrâneo, quando o descobrimento foi feito com uma nau e duas caravelas.

Tudo leva a crer que muitas destas edições foram patrocinadas pelo próprio Colombo, para assim se exaltar e fazer propaganda do seu feito.

Um dos luzeiros da *Desordem* tira argumento do facto de não haver edição alguma impressa em Génova para negar que daí fosse natural o Almirante — como se as edições latinas não circulassem na Europa inteira!

Para mais, como vimos já, Giuliano Dati glosou-a em oitava-rima italiana, forma em que conheceu duas edições em Roma e uma em Florença nesse mesmo ano de 1493. Uma versão alemã apareceu em 1497 em Estraburgo. Se excluirmos o *Diário* de Colombo, é desta carta que pela primeira vez consta o termo *Índias* para designar as novas terras descobertas.

Como é moda escrever sobre Colombo, mesmo que nada de novo e de correto se tenha para dizer, não é de admirar a profusão de artigos medíocres que continuam inútilmente a gastar papel e a atulhar as nossas bibliotecas. O pior é que, as mais das vezes, pouco se atenta na documentação recentemente descoberta, que

<sup>398</sup> Cf. D. Demetrio Ramos Pérez, *La primera noticia de América*, Cuadernos Colombinos, XIV, Publicaciones de la Casa-Museo de Colón / Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, Valladolid, 1986. Quedamos grato à memória do sábio Almirante Max Justo Guedes, diretor do Serviço de Documentação da Marinha Brasileira, que em carta amiga teve a gentileza de nos esclarecer amplamente sobre aquela datação anómala, que nos fazia espécie.

<sup>399</sup> Pode ver-se o texto da versão latina de Leandro de Cosco in *CDD*, I, doc. 41, pp. 268-272. O problema das relações entre as diversas versões é discutido em detalhe *ibidem*, pp. 258-267.

frequentemente permite apurar senão rever o que tradicionalmente se repetia. Num artigo publicado em Itália mais de um quarto de século após o achado de Tarragona <sup>400</sup>, afirma-se, fazendo-se complacentemente dogma da data falsa ostentada pela primeira edição da *Carta a Santàngel: come è più che noto, intorno alle mettà di febbraio 1493 Colombo é ancora alle isole Canarie* — quando bastaria ler o *Diário* de Colombo para verificar que no regresso o Almirante não passou nas Canárias e que a 18 de Fevereiro estava à vista dos Açores. E acrescenta-se: *Di una lettera inviata invece ai Reali e di ciò che Colombo vi scrisse nessuna traccia certa!* Sem embargo, reconhece a autora que “em finais dos anos oitenta do século passado” foi achada “uma sua possível versão em cópia dentro de um manuscrito posterior” (?); mas a indiferença para com ela justifica-se plenamente, já que “a comunidade científica não parece ter-lhe prestado fácil atenção” e, para mais, o manuscrito *fu subito editato in una limitatissima edizione che ancora oggi non circola*. Refere-se certamente à de Rumeu de Armas; e a de Consuelo Varela e Juan Gil? E a *Colección Documental del Descubrimiento*? Como a seu tempo veremos a coincidência quase literal entre as cartas do Almirante aos Reis narrando a sua segunda viagem e os capítulos correspondentes da crónica do Cura de los Palacios, tal como a que se observa entre o seu relato da quarta viagem e a chamada *Lettera Rarissima*, sua versão em italiano publicada na época, demonstram à saciedade que o *Libro Copiador* de Tarragona é fidedigno! Ou estaremos simplesmente perante uma desculpa fácil para não citar senão os documentos que se acham traduzidos em italiano? *Nondum matura est; nolo acerbam assumere*, “não estão ainda maduras; não as quero tomar azedas”, dizia a raposa de Fedro para as uvas muito altas...

Na realidade, a missiva que da mesma feita Colombo escreveu a Suas Altezas, recentemente descoberta em Tarragona, é bem esclarecedora de certos pontos; nomeadamente, afixa uma data diplomaticamente neutra: *fecha en la mar de España a quatro días de Marzo de mill y quatroçientos y noventa y tres años!*

Na ilha de Santa Maria Colombo chegara a ser preso pelo capitão da ilha em exercício, João de Castanheira, que afirmou fazê-lo por mando d’El-Rei <sup>401</sup> — o que corresponde exatamente à ordem de D. João II para que o prendessem em qualquer porto português em que fundeasse, referida por Las Casas.

Neste ponto acusa-me o Eng<sup>o</sup> Branco de apresentar “uma incorrecção e uma falta de informação, já que o capitão se chamava João da Castanheira”, e não “de Castanheda”, e de omitir o facto, de significação transcendente, “de que este

---

<sup>400</sup> Valentina Ruzzin, “Tante cose si dicono che parono incredebele” - Lettera sulla scoperta dell’ America”, in *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, LV1 (CXXX), Ommaggio a Fauto Amalberti, Génova, 2016, pp. 329 & sqq.

<sup>401</sup> *Ibidem*, s. d. 18.II.1493.

conhecia muito bem o Almirante”); e no entanto, começa o seu comentário ao que eu escrevera com uma citação de Las Casas que atribui a D. Hernando Colón, e em que, para mais, altera a seu talante o texto. Quem tem telhados de vidro... Não é, de facto, impossível que no manuscrito de Colombo ou na cópia de Las Casas se lesse algo como *Juan de Cast*<sup>a</sup>, que os impressores tenham interpretado como *Castañeda*, à espanhola. É, de facto, *Castanheira* e não *Castanheda* a forma que ocorre *passim* nas *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso<sup>402</sup> — e o seu nome perpetuou-se até no do Pico de João da Castanheira, um dos montes da ilha de Santa Maria. Contudo, mesmo se há todas as razões para considerar que é Gaspar Frutuoso e não Colombo ou Las Casas quem dá ao capitão de S. Maria o nome correto, não é honesto, mesmo quando se é engenheiro, praticar sub-reptícias obras de engenharia textual e adulterar, quando tal nos convém, o texto de uma fonte histórica sem sequer pôr uma nota a justificar a correção! O que está escrito em todas as edições impressas que conheço do *Diário* (que como é bem sabido apenas nos chegou através da transcrição de Las Casas e que D. Hernando neste passo não transcreve) é: ... *y truxeron otras cosas, que le enbiava el capitán de la isla, que se llamava Juan de Castañeda*... Com a ligeireza que é seu apanágio, Mascarenhas Barreto, que se esqueceu de ler Las Casas, imputa a troca de “Castanheira” por “Castanheda” ao tradutor italiano da *História do Almirante*, que nem sequer menciona a personagem — e assim fica tudo resolvido...

De facto, ao contrário do que ambos afirmam, D. Hernando jamais indica o nome do capitão da ilha, o que seria estranho se esse fosse tão prenhe de significações quanto o nosso Engenheiro insinua.

Quanto à relação entre João de Castanheda ou da Castanheira e os Ataídes de Castanheira do Ribatejo — com um dos quais, se não tresleio, identifica o Eng<sup>o</sup> o nosso descobridor — eu diria que Branco vai a galope. Em primeiro lugar há muitas Castanheiras em Portugal: só a menos de 20 km de minha casa em Figueiró dos Vinhos há pelo menos três, a Castanheira de Figueiró, a da Arega e a de Pera... E o *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, de A. A. Dinis Cabral, publicado pela Editorial Domingos Barreira do Porto em 1981, regista 28 lugares com o nome de simplesmente *Castanheira*, além de 9 outros com qualquer epíteto, como *Castanheira Fundeira*, *Castanheira do Vouga*, etc. — para não falar de 25 outras povoações em que ocorre o nome de *Castanheiro* (no masculino) ou de *Castanheiras* (no plural), que não estão em causa.

---

<sup>402</sup> *Saudades da Terra*, liv<sup>o</sup> III.

Em segundo lugar quando um topónimo passa a antropónimo, perpetua-se na mesma linhagem em regra durante séculos, pelo que jamais se pode afiançar que um indivíduo de nome Fulano seja de facto natural de fulana terra. Dois exemplos contemporâneos de Cristóvão Colombo: D. Francisco de Almeida, 1º vice-rei da Índia, era na realidade natural de Abrantes e não de Almeida; e Afonso de Albuquerque, segundo governador dela, não era natural de Albuquerque, mas de Alhandra, conquanto usasse um apelido herdado por via materna de um antepassado que, sete gerações mais atrás, fora senhor de Albuquerque. Aliás, a não ser quando designam o senhor do lugar, estes topónimos que viraram antropónimos aplicam-se sobretudo a gente de fora-parte, que apenas fica conhecida pelo nome do seu torrão natal quando muda de domicílio. É assim que a primeira menção do sobrenome Almeida se acha nas Inquirições de 1258, não na vila de Almeida nem no seu alfoz, mas em Zurara, junto a Vila do Conde....

Quanto ao facto transcendente de João de Castanheda ou da Castanheira dizer que conhecia bem Colombo, tomado à letra pode indicar simplesmente que o terá encontrado durante os oito ou nove anos que durou a sua estada em Lisboa e na Madeira. Pode também ter sido dito manhosamente, para infundir confiança ao Almirante e mais facilmente poder cativar alguns dos seus homens, como de facto no dia seguinte fez a alguns que haviam ido em romagem a uma capela da ilha, pagar uma promessa feita dias antes, no meio da tormenta. Não vale a pena jogar ao Sherlock Holmes e especular sobre um episódio desprovido de significação. Com especulações gratuitas pode provar-se o que quer que seja!

Não é impossível que, como o nosso bastonário sugere, o capitão de Santa Maria tenha tentado prender o Almirante a pretexto do problema pendente com a justiça que, como se deduz da carta de 1488, certamente tinha; mas nada mais sabemos. Contudo, quer o texto de Colombo quer o de seu filho dão antes a entender que o pretexto para a detenção foi a viagem em si mesma, considerada uma intrusão nos domínios portugueses. Segundo D. Hernando o capitão de Santa Maria declarou a Colombo que *tutto quello che faceva e aveva fatto il re suo signore glielo aveva commesso per lettere*, “que tudo o que fizera e ora fazia El-Rei seu senhor lho havia encomendado por carta”. Ora sabemos por Las Casas que D. João II desconfiava de que o alvo da expedição fosse a Mina e por isso mandara prender Colombo em qualquer porto português que escalasse — o que era razão suficiente para que o tentassem deter em Santa Maria, onde tanto poderia aparecer vindo da Mina como do Cipango! Possivelmente acabou por ser deixado ir em paz, ou simplesmente porque João da Castanheira tenha tido medo das bravatas de Colombo, *que les dió su fe y prometió, como quien era, de no descender ni salir de la caravela hasta que llevase un ciento de portugueses a*

*Castilla y despoblar toda aquella isla* <sup>403</sup>; ou então porque além de lhe ter exibido a carta de recomendação de 1492 dos Reis Católicos, e quiçá também o salvo-conduto que D. João II lhe passara em 1488, o tenha persuadido de que fizera uma viagem para ocidente e não para a Mina, o que o capitão terá considerado poder constituir escusa bastante, acabando *in dubio* por o deixar, para evitar quer problemas diplomáticos quer represálias do Almirante.

Finalmente solto, entre ameaças de parte a parte, viu-se em seguida a braços com tormentas mais rijas ainda do que aquelas que o haviam acometido entre as Antilhas e Santa Maria, que o levaram a tentar, mas em vão, refugiar-se em S. Miguel. Sempre com mau tempo, rumou então em direitura a oriente. E na noite de 4 de Março,

*...padecieron terrible tormenta, que se pensaron perder de las mares de dos partes que venían y los ventos, que parecía que levantaban la caravela en los aires y agua del cielo y relámpagos de muchas partes; plugo a Nuestro Señor de lo sostener y anduvo así hasta la primera guardia, que Nuestro Señor le mostró tierra viéndola los marineros (...); y así los guardó Dios hasta el día, que diz que fue con infinito trabajo y espanto. Venido el día, cognosció la tierra, que era la Roca de Sintra, qu' es junto com el río de Lisboa, adonde determinó entrar porque no podía hacer otra cosa, tan terrible era la tormenta que hacía en la villa de Cascaes que es a la entrada del río* <sup>404</sup>.

Um temporal em Fevereiro no mar dos Açores está longe de constituir uma anomalia; mas até disso tiram argumento os *cupistas* para insinuar que a passagem de Colombo em Lisboa foi propositada — argumentação vesga, pois se de facto agisse em cumplicidade com D. João II, não entraria em Lisboa: guardaria as aparências e passaria ao largo!

Para mais, aquele inverno foi em toda a Europa rigoroso em extremo: vimos já o que sucedeu à caravela *Pinta*, que arrastada pelos ventos acabara por arribar à Galiza; e em Génova assevera Giustiniani que sucedeu até durante dois dias congelar o mar em torno dos molhes, coisa que jamais se vira <sup>405</sup>.

O *Diário* de bordo de Colombo é igualmente bem claro, pois atesta:

*Los del pueblo [de Cascais] diz que estuvieron toda aquella mañana haciendo plegarias por ellos, y después qu'estuvo dentro, venía gente a verlos, por maravilla de como avían escapado; y así a ora de terçia, vino a passar a Restelo dentro del río de Lisboa, donde supo de la gente de la mar que jamás hizo invierno de tantas tormenta, que se avían perdido 25 naos en Flandres y otras estavan allí, que avia quatro meses que no avían podido salir.*

<sup>403</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 19 de Fevereiro; *VA*, cap. xxxviii (xxxix).

<sup>404</sup> *Ibidem*, s. d. 4.III.1493.

<sup>405</sup> *Annali...*, livro V, ano 1493, fl ccxlviii v.

D. João II viu-se na necessidade de explicar aos Reis Católicos que não tivera qualquer culpa daquela arribada forçada, que aos olhos de terceiros podia parecer suspeita; e em carta que a 3.V.1493 escreveu a Fernando, *o Católico*<sup>406</sup>, declarou-lhe:

*Ao muyto alto muyto excelente e poderoso príncepe, El Rey de Castela, d'Aragam de Sezília, de Graada, etc., nosso muyto amado e preçado irmão:*

*Muyto alto muyto exçelente e poderoso príncepe, irmão: nós Dom Joham, per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues d'aquem e d'alem mar em África e Senhor de Guiné, vos enuiamos muyto saudar como aquelle que muyto amamos e preçamos. Veo teer com fortuna do mar ao nosso porto da nossa cidade de Lixboa Dom Christouam, vosso almirante, que folgámos muyto de veer e mandar tratar bem, por ser cousa vossa; e por vosso respeito, no caso que quisesse ir per terra, por que mais çedo fosse a vós, lhe mandamos dar cartas e auimento pera despachadamente poder hir per nossos reynos. E houemos muyto prazer de sua nauegaçom, e por seu trabalho nom seer sem boom efecto, e asy da maneyra que teue em cumprir vosso mandado em sua nauegaçom, açerqua do que a nós compria segundo nos certeficou; e nós a vossas cousas avemos sempre de fazer por as estimarmos e querermos como as nossas próprias, sobre o qual screuemos mais largamente a Rui de Sande, caualeiro de nossa casa e alcaide moor de Torres Vedras, algũas cousas que vos falará; rogamos-uos muy afeituosamente praza-uos dar-lhe inteira fê. Muyto alto, muyto excelente e poderoso príncepe e irmão, nosso Senhor haja vossa pessoa e real stado em sua santa guarda.*

*Scrita em Torres Vedras a iij de mayo de 1493.*

*El Rey*

A carta é datada de Maio e não de Março, como por má leitura paleográfica afirmou quem inicialmente a deu a conhecer. Não é portanto o primeiro documento a noticiar o regresso de Colombo, que continua a ser a sua carta a Luís de Santágel a que aludimos já. Foi conhecida de Zurita<sup>407</sup>, que transcreve quase literalmente alguns dos seus passos — o que, diga-se de passagem, prova a sua autenticidade.

<sup>406</sup> Agradecemos penhorado a nosso bom amigo Pedro Pinto a comunicação deste documento recém-descoberto em Toledo, no Archivo Histórico de la Nobleza, *Villagonzalo* (C-149, D. 89), cuja transcrição fez o favor de me enviar; em atenção ao público menos familiarizado com a documentação quatrocentista, retocámos ligeiramente a sua ortografia, suprimindo as letras desprovidas de valor fonético, regularizando o uso de maiúsculas de acordo com a norma hoje corrente e apondo-lhe pontuação e acentos. O autor publicou entretanto o documento in *Fragmenta Historica* 7 (2019), pp. 119-120, onde se pode ver a sua transcrição diplomática.

<sup>407</sup> Jerónimo Zurita, *Historia del Rey Don Hernando el Católico: de las Empresas y Ligas de Italia*, vol. I (livros I e II), edición preparada por Ángel Canellas López, Diputación General de Aragón, Çaragoça, 1989, I, xxv (pp. 91 & sqq.).

Quanto a Colombo, passados mais de sete anos, numa carta a D. Juana de la Torre<sup>408</sup>, que fora ama do malogrado príncipe D. Juan, sentia ainda necessidade de se justificar à cerca da sua arribada a Lisboa, que seus detratores insinuavam ter sido intencional:

*Yo creo que se acordará Vuestra Merced, cuando la tormenta sin velas me echó en Lisboa, que fui acusado falsamente que avía yo ido allá al Rey para darle las Indias. Después supieron Sus Altezas el contrario y que todo fue con malicia. Bién que yo sepa poco, no sé quién me tenga por tan torpe que yo no cognozca que, aunque las Indias fuesen mías, que yo no me pudiera sostener sin ayuda de Príncipe. Si esto es así, ¿adonde pudiera yo tener mejor arrimo y seguridad que en el Rey e Reina, nuestros Señores, que de nada {67} me an puesto en tanta honra y son los más altos príncipes por la mar y por la tierra del mundo?*

O chamado *Memorial de la Mejorada*, que, como veremos, embora não seja do punho de Colombo, é nitidamente de inspiração colombina, contém idênticos protestos de involuntariedade:

*... y después, bolviendo a España, a los dichos Rey y Reina com su vitoria, vino forçado de muy grave tormenta al puerto de la cibdad de Lisboa...  
... al tiempo que qu'el dicho Almirante de los dichos Rey e Reina vino de descubrir las dichas Indias y llegó al dicho puerto de Liboa forçado de tormenta, como dicho és*<sup>409</sup>...

Não foi, pois, propositadamente que Colombo escalou Lisboa à volta da América. Nem foi *sponte sua* que se apresentou perante D. João II: à sua chegada, as autoridades locais, ao mesmo tempo que participavam a El-Rei a sua chegada, intimavam-no a desembarcar e a apresentar-se aos feitores e ao capitão de uma nau bem artilhada, surta no Restelo, cujo patrão era um Bartolomeu Dias, quiçá o descobridor. Cheio, como sempre, de certezas, Mascarenhas Barreto afirma que era pessoa diferente mas certamente seu parente; parece assim ignorar que *Díaz* ou *Dias* significa simplesmente “filho de Diogo” e que, por conseguinte podem trinta pessoas, filhas de outros tantos Diogos, usar esse apelido sem que entre si tenham o mínimo laço de parentesco...

Colombo respondeu com a mesma altivez de que usara em Santa Maria:

*qu'él era Almirante de los Reyes de Castilla y que no dava él tales cuentas a tales personas, ni saldría de las naos ni navíos donde estuviese si no fuese por fuerça de no poder çufrir las armas. (...) Qu'esta era la costumbre de los Almirantes de los Reyes de Castilla: de antes morir que se dar; ni dar gente suya*<sup>410</sup>.

<sup>408</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlviij, pp. 434-435.

<sup>409</sup> *ibidem*, doc. xvi, pp. 333 & sqq.

<sup>410</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d. 5 de Março.

Com esta espanholada, *el patrón se moderó*. Entretanto foi o recado a El-Rei, que estava no convento de Santa Maria das Virtudes, em Val do Paraíso, perto da Azambuja. D. João II escreveu então ao Almirante uma carta, de que foi portador D. Martim ou D. Martinho de Noronha, chamando-o à sua presença. Este D. Martim de Noronha, meu tio-avô à 13<sup>a</sup> geração, era filho de D. Pedro de Noronha <sup>411</sup> de quem falámos já, e por conseguinte, sobrinho-neto do sogro de Colombo, logo, seu primo por afinidade. Os nossos *cubistas* entreveem na escolha de tal mensageiro não sei que significação oculta, como se não fosse absolutamente natural que D. João II, que por certo ardia em curiosidade de conhecer o resultado da aventura colombina, mas não queria azedar as relações com Castela, procurasse resolver as cousas da melhor maneira, procurando uma solução diplomática para a intempestiva irrupção de D. Cristóvão. A escolha de um parente seu como mensageiro era de qualquer modo um gesto de simpatia para com ele. Foi efetivamente D. Martim quem fez o descobridor comparecer perante o monarca — o que, no dizer de João de Barros <sup>412</sup>,

*ele fez de boa vontade, não tanto pera aprazer a El-Rei quanto por o magoar com sua vista (...), e isto com uma soltura de palavras, acusando e repreendendo a El-Rei em não acceptar sua oferta...*

Essa atitude indignou a corte, e logo houve quem se oferecesse para o matar incontinente {68}, porque

*com sua morte o prosseguimento desta empresa, acerca dos Reis de Castela, por falecimento do descobridor cessaria; e que se poderia fazer sem sospeita de seu [de D. João II] consentimento e mandado, porquanto por ele seer descortês e alvoroçado podiam com ele travar por maneira que cada um destes seus defectos parecesse a verdadeira causa de sua morte* <sup>413</sup>.

Não o consentiu El-Rei, “por ser príncipe mui temente a Deos?”; mas foi-se de Vale do Paraíso, onde se encontrava, a Torres Vedras, para aí reunir o seu conselho. Nele se decidiu armar contra Castela uma grande armada, cujo comando foi confiado a D. Francisco de Almeida, futuro vice-rei da Índia. Não sabemos em que se baseia Mascarenhas Barreto para afirmar que a capitania-mor da armada foi entregue a D. Francisco *de Almada*, primo por afinidade do Almirante <sup>414</sup>, de que jàmais ouvíramos falar.

<sup>411</sup> *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 222-223.

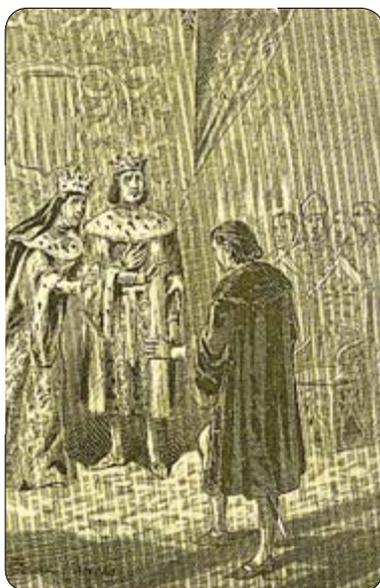
<sup>412</sup> João de Barros, *Da Ásia*, I, iii, 11.

<sup>413</sup> Rui de Pina, *Chronica d'El-Rey D. João II*, cap, lxvi.

<sup>414</sup> *op. cit.*, pp. 81 & 463.

Estava, como o atestam vários testemunhos entre os quais uma carta dos Reis Católicos ao Duque de Medina Sidónia, datada de 2.V.1493 <sup>415</sup>, já prestes a armada de D. Francisco {69} quando os Reis Católicos enviaram a Portugal um mensageiro propondo que se suspendessem as hostilidades *até se ver per direito em cujos mares e conquista o dito descobrimento cabia* <sup>416</sup> — o que deu lugar às negociações que culminariam no ano imediato com o tratado de Tordesilhas.

Já no ano anterior, como vimos, enviara D. João II uma armada a interceptá-lo nas paragens das Canárias <sup>417</sup>, não fosse a Mina o seu objetivo {70}. Estes factos mostram claramente que a preocupação de D. João com o sucesso alcançado por Colombo era séria, incompatível com a comédia que os *cubistas* nisso tudo querem ver!



**Recção dos Reis Católicos a Colombo, no regresso da sua viagem descobridora**  
Gravura de um livro oitocentista de história espanhola

Na quarta-feira 13.III.1493 fez-se Colombo à vela de Lisboa rumo a Sevilha; acabou porém por desembarcar, na sexta-feira seguinte, em Palos, de onde havia partido 7 meses e 11 dias antes. Veio todo o povo a recebê-lo em procissão. Por coincidência, foi nesse mesmo dia que Pinzón arribou à Galiza, de onde, como vimos, não foi autorizado a seguir direito a Barcelona, para ser o primeiro a dar aos Reis a nova da sua proeza. Os soberanos intimaram-no, de facto, a não se apresentar na corte senão em companhia do Almirante; e acabou por morrer dias depois em Palos, sua pátria, sem ter alcançado a cúria régia — provavelmente de sífilis e não de nojo, como aventa D. Hernando <sup>418</sup>.

Foi por terra que Colombo se dirigiu de Palos a Sevilha, para daí seguir para Barcelona, onde pousavam os Reis. Pelo caminho, grande foi a admiração com que deparou, acorrendo em cada

<sup>415</sup> *vide* João M. da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, 3 vols, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1944 [reimp.1988], vol. III, doc. 252; *cf.* doc. 262, 264, 271, 275, 279, 280, 281, 304 & 393. Estes testemunhos concordam com os de Rui de Pina e Garcia de Resende.

<sup>416</sup> *Idem, ibidem*; Garcia de Resende, *Vida e Feitos del Rei D. João II*, cap. clxv, ainda que por outras palavras diz exatamente o mesmo.

<sup>417</sup> *Ibidem*, I, xxxvi.

<sup>418</sup> *HA*, cap. xlii (xli)

lugar a gente ao seu encontro, a ver os índios e mais cousas que trazia.

Foi em meados de Abril que alcançou a Corte. A recepção foi magnífica, saindo todos ao seu encontro e esperando-o públicamente os Reis, assentados em seus tronos sob um dossel de brocado de ouro. Segundo D. Hernando levantaram-se para o receberem, e esboçaram mesmo um gesto de lhe furtarem suas régias mãos, para que o descobridor as não beijasse, após o que o fizeram sentar-se a seu lado. E enquanto permaneceu na cidade, sempre que El-Rei saía a cavalo, ia Colombo a seu lado de uma banda e da outra seu primo carnal o infante *Fortuna* (1445-1522) — ou seja o duque de Villena e de Segorbe, D. Enrique de Aragón y Pimentel, filho do conhecido infante D. Henrique de Trastámara († 1445), que era irmão dos reis Afonso V (r. 1416-58) e João II (r. 1458-79) de Aragão e, por conseguinte tio de Fernando o *Católico* <sup>419</sup>.

Foi então que “por conselho do Almirante, para mais claro e justo título das Índias,” <sup>420</sup> procuraram os Reis obter do papado bulas a confirmar-lhes a posse das terras descobertas, como mais largamente veremos no capítulo dedicado aos preparatórios de Tordesilhas. Foi da mesma feita que, ainda em Barcelona, a 28.V.1493, os soberanos confirmaram e ampliaram todos os privilégios que haviam prometido a Colombo em Santa Fé <sup>421</sup>.

E este, logo em Junho, abalou de Barcelona para Sevilha, para preparar em grande o seu regresso ao Novo Mundo.



**Uma das antigas portas de Barcelona, onde Colombo deve ter passado a cavalo, acompanhando Fernando o *Católico***

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérault, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

<sup>419</sup> Pode ver-se um quadro genealógico das várias casas reinantes da Península e seus intrincados nexos em apenso desdobrável ao nosso estudo “Le Portugal et l’Afrique...”, já citado.

<sup>420</sup> *HA*, cap. xliii (xlii).

<sup>421</sup> As cartas régias podem ver-se in *CDD*, I, *sub die*; e em transcrição de D. Hernando in *HA*, cap. xlv (xliii).

### III

## ENTRE O NOVO E O VELHO MUNDO

### **A Cuba do Alentejo, a sua homónima das Antilhas e a sua vizinha Espanhola**

Aventou Mascarenhas Barreto que Cristóvão Colombo teria nascido na vila alentejana da Cuba, e que teria sido em memória da terra que lhe servira de berço que dera à ilha de Cuba o nome que ainda tem; e que pela mesma razão dera a outros acidentes geográficos com que topara nas redondezas os nomes de povoados alentejanos vizinhos daquela vila.

Deixando para depois os nomes de tais lugares, debrucemo-nos desde já sobre o nome de Cuba. O da vila alentejana deriva de um substantivo comum, *cuba*, ou seja “grande vaso de madeira para deitar vinho ou pisar uvas, recipiente para líquidos, dorna”, por sua vez derivado do latim *cūpa*, étimo também do francês *cuve*. O mesmo termo está igualmente na origem de outros topónimos: de um lugar do concelho do Fundão, de um monte no de Odemira, da vila de La Cuba na província de Teruel, e, no plural, Cubas, de lugares dos concelhos de Barcelos, Fornos de Algodres e Vila Pouca de Aguiar. Tal como o da vila aragonesa, estes usam-se geralmente com artigo: “a Cuba, as Cubas”.

Já o da ilha que Colombo começou a explorar na sua primeira viagem nada tem a ver com ele, pois, embora se ignore a sua significação original, é um topónimo taíno {71}. É curioso notar que também no Azerbaijão, a 41° 22' N, 48° 35' E, existe uma cidade chamada Quba, que não parece dever o nome a Cristóvão Colombo, pois já se chamava assim no século XI, provindo do árabe *qubba*, “cúpula”, e especialmente “túmulo coroadado de cúpula”. E na Rússia há um rio que usa o mesmo nome.

Quanto à ilha do Mar das Caraíbas, basta ler o *Diário* da primeira viagem colombina <sup>422</sup>: o descobridor ouviu falar de Cuba ainda nas Lucaias ou Bahamas, dez dias depois de chegar ao Novo Mundo, ou seja, a 21 de Outubro de 1492, um domingo; e logo arrebitou as orelhas, não fosse tal ilha o Cipango que constituía a sua obsessão:

*... porende, si el tiempo me da lugar, luego me partiré a rodear esta isla, fasta que yo aya lengua com este rey y ver si puedo aver dél el oro que oyo que trae, y después partir para otra isla grande mucho, que creo que deve ser Çipango, según las señas que me dan estes indios que yo traigo, a la cual ellos llaman Colba...*

<sup>422</sup> Varela & Gil, *Textos...*, pp. 95 & sqq. O texto do *Diario* pode também ver-se em Navarrete, vol. I, e na transcrição de Las Casas, *HI*, liv<sup>o</sup> I.

A forma *Colba* ou se deve a uma primeira transcrição, ainda pouco castelhanizada, do nome nativo, cuja exata fonética desconhecemos, ou a má audição de Colombo; não é totalmente impossível que seja mero erro de copista, mas isso parece menos provável, já que constitui a *lectio difficilior*, em princípio sempre preferível como no-lo ensinam as regras da crítica textual. Seja como for, daí em diante a forma aparece sempre corrigida. Assim *sub die* 23 de outubro:

*Quisiera oy partir para la isla de Cuba, que creo que deve ser Çipango, según las señas que dan esta gente, de la grandeza d'ella y riqueza (...). Y no [h]e dado ni doy la vela para Cuba porque no ay viento, salvo calma muerta...*

Pedro Mártir de Anglória <sup>423</sup> dá a entender que *Cuba* seria o nome nativo não do conjunto da ilha, mas da sua parte oriental, fronteira à de Haiti, a que Colombo chamou Espanhola, onde achou um bom porto a que deu o nome de S. Nicolau: *Cubam incolæ hanc partem vocant, in cuius prospectu in Hispaniolæ angulo extremo, portum reperit commodissimum*, “Cuba chamam os habitantes a esta parte, a cuja vista, no extremo ângulo da Espanhola, achou um porto comodíssimo”. Contudo, já a relação da segunda viagem colombina devida a Guilherme Coma parece usar o nome para a totalidade da ilha <sup>424</sup>.

Seja como for, as referências a Cuba reaparecem no *Diário* a 24 e 26 de Outubro, até que a 28 Colombo logrou finalmente alcançar a ilha desejada. Como seria de esperar, as referências diretas ou indiretas a esta multiplicam-se nos dias subsequentes. Do ponto de vista da nomenclatura geográfica, a única novidade de interesse surge a 5 de Dezembro, numa parte do diário aparentemente resumida por las Casas, pois está no discurso indireto:

*D'esta gente [dos Caribes] diz [Colombo] que los de Cuba o Juana y de todas estas otras islas tienen gran miedo, porque diz que comían los hombres.*

A partir daí a ilha passa a ser normalmente designada no *Diário* por *Cuba* o *Juana*, sendo evidentemente *Cuba* o seu nome nativo e *Juana* o que lhe deu Colombo. É seu filho e biógrafo quem no-lo explica <sup>425</sup>: à primeira ilha a que aportou são e salvo chamou em ação de graças *S. Salvador*; à segunda que visitou, por devoção pessoal à Imaculada Conceição (ao tempo, invocação tipicamente franciscana), pôs o nome

<sup>423</sup> Década I, cap. iii.

<sup>424</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. viii, pp. 177 & sqq.

<sup>425</sup> Cap. xxv.

de *Santa María de la Concepción*; à terceira, em honra de Fernando o *Católico*, ilha *Fernandina*; à quarta *Isabela*, em honra da rainha de Castela. Finalmente à que visitou em seguida, ou seja Cuba, o nome de *Juana*, em memória do príncipe D. Juan, que viria a falecer em 1497, mas era ao tempo o herdeiro das coroas de Castela e Aragão.

A última vez que na pena de Colombo ocorre a forma nativa *Cuba* é a 24.XII.1492, quando escreve:

*Crean Vuestras Altezas que en el mundo todo no puede aver mejor gente ni más mansa; deven tomar Vuestras Altezas grande alegría porque luego los harán cristianos (...); y la gente y la tierra en tanta cantidad que yo no sé como lo escriba; porque yo é hablado en superlativo grado <de> la gente y la tierra de la Juana, a que ellos llaman Cuba...*

Daí em diante, e até à morte do descobridor em 1506, o nome nativo jamais volta a ocorrer na sua pena, sendo sempre a ilha designada pelo nome que lhe deu: *la Juana*. Assim sucede nomeadamente na informação por testemunhas tirada a bordo da caravela *Niña*, por Fernán Pèrez de Luna, escrivão público da cidade *Isabela*, a 12.VI.1494 em como Colombo não achara fim a Cuba<sup>426</sup> — em que, como ele queria, todos juraram que não era ilha mas terra firme, quiçá península do Cataio. É também do nome *Juana* que sempre usa o cronista Andrés Bernáldez, amigo de Colombo, que o hospedou em sua casa à tornada da sua segunda viagem, em 1496<sup>427</sup>. Se o nome nativo retomou depois os seus direitos foi, por um lado, porque o príncipe D. João, em cuja honra fora nomeada, faleceu entretanto, e por outro porque Cuba, que se descobrira entretanto ser afinal ilha e não península, apenas se começou a povoar c. 1511, cinco anos após a morte de Colombo, que não estava já lá para defender o nome que lhe dera. E é assim que na sua *Historia General y Natural de las Indias*, publicada em Sevilha em 1535, quando a toponímia atribuída por Colombo tombara já no olvido, Gonzalo Fernández de Oviedo escreve a propósito da segunda viagem colombina:

*Deste viaje descubrió el Almirante la isla de la Jamaica (...). Pero, primer que el Almirante la descubriese, fué a la isla de Cuba, e vido sus costas más particularmente que cuando la habia descubierto en el primer viaje; la cual agora se llama isla Fernandina, en memoria del serenísimo e Católico Rey don Fernando, de gloriosa memoria. Esta isla creo yo que es la que el cronista Pedro Mártir quiso intitular Alfa, e otras veces la llama Juana; pero de tales nombres no hay en estas partes e Indias isla alguna. Y no sé que le pudo mover a la nombrar así...*

<sup>426</sup> Pub. por Navarrete, *op. cit.*, vol. I, pp. 386-390.

<sup>427</sup> cap. cxxiii-cxxiv.

Como sabemos, Alfa não era o nome da ilha mas do seu cabo mais oriental, e o de Juana fora-lhe dado por Colombo, cujo *Diário* o cronista não conheceu. Resulta, pois, claríssimo que não foi Colombo quem deu à ilha o nome de Cuba: antes lho tentou tirar... Inútil será acrescentar que tampouco o nome de *Fernandina* com que foi crismada mais tarde criou raízes, pelo que Cuba ficou até aos dias de hoje. Uma contraprova da mesma constatação é a existência do topónimo *Cubanacán* para referir o interior da ilha; como vimos, significa, segundo Las Casas, “centro de Cuba”; jamais existiria como composto se o nome *Cuba* tivesse sido atribuído à ilha por Colombo.



**Nativos de Cuba**

Gravura de Francisco Serrato, *Cristóbal Colón - Historia del Descubrimiento de América*, El Progreso Editorial, Madrid, 1893, p. 199

Por conseguinte, a relação entre o nome da nossa Cuba e o da ilha que tem por capital Havana é a mesma que existe entre *nora*, termo de parentesco de origem latina, e *nora*, “engenho para tirar água”, vocábulo de origem arábica; ou entre *manga* (da camisa ou do casaco), vocábulo românico, e *manga* (fruto), voz de origem malaiala; ou entre Colombo, capital de Ceilão, e Colombo, apelido do Cristóvão: mera coincidência fónica.

Quanto à ilha Espanhola, cujo nome original Mascarenhas Barreto supõe ser *Hispaniola*, tampouco nesta forma se deve ao descobridor; e está longe de envolver a significação que ele lhe quer atribuir. Barreto supõe que o nome foi dado por Colombo à ilha denominada Ayiti ou Haiti pelos nativos, e vê nele um diminutivo de *Hispânia* no sentido de Península Ibérica. É triplo o erro: em primeiro lugar, como vimos já, a ilha, que Colombo estimou maior que a Península Ibérica, não recebeu o nome porque Colombo tivesse em intenção fazer dela uma “pequena Espanha”, mas simplesmente porque a vegetação do seu extremo ocidental lhe pareceu semelhante ao matagal de carrascos e medronheiros das nossas serras; em segundo lugar a forma *Hispaniola*, que viria a conhecer grande fortuna na cartografia e na literatura anglófonas, não se

deve a Colombo, mas a Pedro Mártir de Anglória; foi, de feito, ele quem nas suas *Décadas* latinizou em *Hispaniola* a designação vernácula atribuída por Colombo, que no *Diario del Primer Viaje* <sup>428</sup> aparece na forma *Española*, na carta de 15.II.1493 a Luís de Santángel <sup>429</sup> na grafia italianizante *Spañola* e na versão latina desta, impressa nesse mesmo ano em Barcelona, traduzida por *Insula Hispana*. Num escólio à *Historia Naturalis* de Plínio-o-Antigo — pese aos adversários da origem genovesa do navegador, redigido em italiano dialetal! {72} — Colombo usa a forma *Spagnola*. No poemeto de 1493 de Giuliano Dati <sup>430</sup> que citámos já, é também a forma vernácula *Spagnuola*, desta vez em bom toscano, que se encontra. Note-se que as formas românicas *español*, *espanhol*, *spagnuolo*, etc., derivam de *hispaniolus*, diminutivo latino de *hispanus*, pelo que na realidade Pedro Mártir, que era bom latinista, se limitou a repor como nome da ilha o étimo latino do vocábulo. No mapa de Piri Reis, de que temos falado bastas vezes a legenda que a identifica, numa mescla de castelhano e árabe, reza: *al-jazīra izle despanya*, ou seja, “a ilha *Isla d’Espanña*”.

Em terceiro lugar, *last but not least*, na época de Colombo ainda se não usava o cultismo *Hispânia* para designar no seu conjunto a nossa Península, em oposição a *Espanña*, que designaria apenas os reinos de Castela e Leão e os da Coroa de Aragão (e certamente também Navarra, embora apenas em 1512 viesse a ser anexada): *Espanha* designava ainda a totalidade da Península, como, muitos anos após a morte de Colombo, se pode ainda ler em Frei Bartolomeu de las Casas <sup>431</sup>, n’*Os Lusíadas* de Camões,

Ouvido tinha aos Fados que viria  
uma gente fortíssima de Espanha,  
pelo mar alto, a qual sujeitaria  
da Índia quanto o Dóris banha <sup>432</sup>,

e em outros textos, incluindo o popular romance da *Nau Catrineta*:

acima, acima, gajeiro,  
sobe a esse tope real:  
vê se vês terras de Espanha,  
areias de Portugal.

<sup>428</sup> *Sub die* 9 /XII/1492.

<sup>429</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. V, pp. 219 & sqq.

<sup>430</sup> R. C., p. III, vol. II, doc. vii, estrofe xxviii.

<sup>431</sup> *HI*, liv<sup>o</sup>. I, cap. xiv.

<sup>432</sup> I, 31; *cf.* III, 17, etc.

Aliás, já nos versos com que Bartolomeu Colombo em 1488 dedicou a Henrique VII de Inglaterra o seu mapa-múndi, se fala da “até aí incógnita zona tórrida, ora sulcada por hispanas quilhas”, aludindo evidentemente aos descobrimentos portugueses, pois os castelhanos não tinham ainda ao tempo descoberto coisa alguma. É o mesmo uso que explica o título da coleção de viagens compilada por Francanzano de Montalbodo em 1507, na sua edição veneziana de 1521: *Paesi nouamente ritrouati per la Nauigatione di Spagna in Calicut (...)*, pois quem atingiu Calecut foi o nosso Vasco da Gama.

*Espanha* era pois à época, à semelhança de *Itália*, ainda um termo de geografia física e não de geografia política, tanto mais que as coroas de Castela e Aragão permaneciam juridicamente separadas, como notámos já. É o que explica que à morte de Isabel em 1504 Fernando tenha continuado a ser rei de Aragão, enquanto sua filha Joana era proclamada rainha de Castela. É também essa separação das coroas o que justifica o célebre epitáfio de Colombo: *A Castilla y a León nuevo mundo dió Colón*<sup>433</sup>.

Não há pois razão para ver no topónimo em questão um diminutivo de Hispânia, escolhido adrede para aludir à Península Ibérica no seu conjunto, incluindo portanto Portugal, e evitar a conotação com Espanha, no sentido que hoje damos a tal termo; e portanto inteiramente arbitrário ver nele um indício de que Colombo seria português {73}.



Rosto da edição de Veneza, 1521, dos *Paesi nouamente ritrouati*, colêctânea de relatos de viagens organizada por Francanzano de Montalbodo e editada pela primeira vez em Vicência, 1505

<sup>433</sup> HA, espécie de posfácio ao fim do derradeiro capítulo.

## Na rota de Tordesilhas

As negociações foram morosas: partira já Colombo para a sua segunda viagem havia nove meses, levando 1.500 pessoas para dar início à colonização da Espanha, quando em Tordesilhas, a 7.VI.1494, os delegados de Castela e Portugal chegaram finalmente a acordo sobre a delimitação das zonas de potencial expansão de um e de outro reino. As negociações são sumariamente referidas por todos os cronistas de ambas as partes; mas os relatos mais circunstanciados são os de João de Barros e Jerónimo Zurita.

Em Maio de 1493, aparentemente logo após receber as propostas de negociação pacífica que lhe fazia Fernando *o Católico*, D. João II fizera-lhe saber que, enquanto se não chegava a um acordo definitivo, não só proibira seus súbditos de navegar para as terras que o genovês achara como sustivera os navios que tinha preparados para irem descobrir “muy alongados do que tinha descuberto o dicto almirante” D. Cristóvão Colombo, dos quais nada mais sabemos <sup>434</sup>:

*Muyto alto muyto exçelente e poderoso príncepe Irmão: Nós, dom Ioham, per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues d'aquem e d'alem mar em África e senhor de Guiné vos enuiamos muyto saudar como àquelle que muyto amamos e preçamos:*

*Per Elycius [forma que explicamos mais abaixo] de Fyrreira vosso contino, recebemos ùa vossa carta de creença, e ouuimos algũas cousas que da vossa parte per vertude dela nos disse. E quanto aos pregões e defesa que nos enuiaes requerer e que mandemos dar pera que nenhũas carauelas e nauios de nossos Reynos e fora deles nom vão ao que ora nouamente achou dom Christouam Colombo vosso almirante, se o dicto Elycus [sic] de Fyrreira trouuera poder pera em vosso Nome fazer dar outros semelhantes em vossos Reynos e portos deles verdaderamente com muy boa vontade folgáramos de o fazer por alguũ tempo, asy longo e conuinháuel, em que se antre Nós podia bem assentar e lymitar os mares ylhas e terras vossas e nossas porque doutra maneira parecia que os dictos pregões se nom podiam bem dar sem se següirem disso alguũs inconuenientes .*

*Mas porque o dicto Lopo de Ferreira nos disse que nom trazia o dicto vosso poder, e sabendo que em nossos reynos se nom podem armar e abitalhar nauios de nossos naturaes e estrangeiros, que com a ajuda de Deus, nós ho nom toruemos, o que asy faremos muy inteiramente, houuemos por bem de sobresseer nysso até primeiro, per pessoas nossas que logo a vós enuiamos com nosso poder abastante se tomar nelo çerto assento porque entonçes saberemos bem os pregões e defesa que de ùa parte e da outra se ham de dar, e asy o que a vós e a nós pode pertençer.*

*E posto que teússemos ordenados alguũs nauios que fossem descobrir muy alongados do que tinha descuberto o dicto almirante e mandássemos a nossos capitães e gentes do mar que asy*

<sup>434</sup> Agradecemos penhorado a nosso bom amigo Pedro Pinto a comunicação deste documento recém-descoberto no Archivo Histórico de la Nobleza (*Villagonzalo*, CP. 553, D. 8), que fez o favor de transcrever, segundo critérios ortográficos que não coincidem com os que geralmente adotamos, que por isso retocámos seguindo o mesmo critério que no documento precedente. O autor publicou entretanto o documento in *Fragmenta Historica* 7 (2019), pp. 121-122, onde se pode ver a sua transcrição diplomática.

*o fizessem e comprissem, pero por nom parecer; enuiando nós os dictos nauios em tal tempo, que antre nós que tanto uos amamos, avia algũa deferença, o que nosso Senhor nom queira, quisemos e nos praz de mandar sobreseer os dictos nauios que asy tínhamos prestes por dous meses depois da chegada das dictas nossas pessoas a vós, porque no dicto tempo se pode com a ajuda de Deus em todo tomar tal assento com que muy çerto se saiba onde vossos nauios e nossos deuem e podem ir:*

*E esperamos em nosso Senhor que estas cousas se façom asy bem e com tanto prazer e acordo de todos que a paz, amizade, irmyndade e grande amor que antre nós há nom mingue, antes se acreçente muyto mais e se conserue pera sempre.*

*E o dicto Lopo de Ferreira com quem falámos vos poderá dizer que sentio de nossa vontade ser asy inteira e boa, como pera verdadeiro irmão que muyto amamos.*

*Muyto alto muyto exçellente e poderoso príncepe irmão, Nosso Senhor haja sempre vossa pessoa e real estado em sua santa guarda.*

*Escrita em Torres Vedras a xxiiij dyas de Mayo de 1493 •*

*a) El Rey*

Entretanto, porém, Fernando *o Católico*, velha raposa, aproveitara-se já da presença no sólio pontifício de um papa nascido em Espanha, Alexandre VI (r. 1492-1503), antigo arcebispo de Valência, para consolidar à face da Cristandade a sua posição. Chamado antes de subir ao sólio papal Rodrigo de Borja, Alexandre VI — no dizer de Zurita <sup>435</sup> *varón de tanto ánimo y de tan grande ambición que correspondía bien con el nombre que tomaba* — nascera no reino de Valência, c. 1431, de uma família oriunda de Borja, entre Çaragoça e Taraçona, em Aragão, que ao depois se transferira para Játiva e daí para Gandía, enquanto um outro ramo se mudava para o reino de Nápoles, também ele pertença da Coroa de Aragão. Foi aí que o sobrenome da família começou a ser grafado, à italiana, Bórgia. Fora Rodrigo de Borja quem, c. 1472, quando legado papal em Espanha, obtivera para Fernando e Isabel a dispensa papal de consangüinidade, operando assim a *sanatio in radice* que legalizava o matrimónio que haviam contraído em Valhadolid em Outubro de 1469; e o régio casal retribuía conferindo o título de duque de Gandía a seu filho Pedro Luís e escolhendo para lhe suceder como arcebispo de Valência seu outro filho César. Os seus outros filhos (à semelhança de meu antepassado, o arcebispo D. Pedro de Noronha, o homem era fecundo...) João, Jofre e Lucrécia Borja permaneceram ao lado do pai, que os utilizou como outros tantos peões no tabuleiro da política italiana.

Avisado do sucesso da primeira viagem colombina, Alexandre VI apressou-se a conceder à Coroa de Castela a soberania sobre as terras descobertas, apenas com a condição de as evangelizar; fê-lo pela bula *Inter cætera*, datada de 3.V.1493 e recebida em Espanha em finais de Maio. Insatisfeitos com as graças recebidas do pontífice, que

<sup>435</sup> Zurita, *Historia del Rey Don Hernando...*, I, xi, p. 43.

se limitava a outorgar ao rei de Castela a soberania sobre as terras até aí descobertas *per nuntios vestros*, “por intermédio de vossos enviados”, o que parecia deixar a porta aberta a concorrentes, os Reis instaram com o seu embaixador em Roma para que lhes obtivesse uma bula mais explícita. O papa emitiu então uma segunda bula *Inter cætera*, que deve ter sido redigida em Junho, mas veio datada de 4 de Maio. É no seu texto que, sem se mencionar expressamente Portugal, se estabelece como limite dos domínios de Castela a célebre raia divisória, cem léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde e dos Açores, que, como sabemos por uma carta dos Reis a Colombo e pelo testemunho de seu filho e biógrafo, fora sugerida por este; proíbe, além disso, sob pena de excomunhão *latæ sententiæ* — ou seja, *ipso facto*, por sentença previamente proferida — todo e qualquer um na Cristandade de, sem licença expressa del-rei de Castela, armar navios, fazer comércio ou por qualquer forma demandar ilhas ou terras firmes sitas para lá dessa raia. É aparentemente esta a mais célebre das bulas alexandrinas, e é por isso que López de Gómara transcreve integralmente na sua crónica o seu texto latino<sup>436</sup>. Perante novas instâncias dos monarcas o papa veio ainda a emitir em Julho a bula *Eximie devotionis*, que aparece datada de 3 de Maio, em que declara que estende a todas as terras achadas ou por achar pelos Reis, seus sucessores ou seus agentes, todas as graças e favores que seus antecessores haviam outorgado a Portugal nas partes de África, Guiné e Mina. A quarta bula — *Dudum siquidem*<sup>437</sup>, que ostenta a data de 26 de Setembro mas deve ter sido redigida em Dezembro — alargava ainda um pouco mais a concessão, especificando que esta se estendia

... a todas e cada uma das ilhas e terras firmes achadas ou a achar, descobertas ou a descobrir, que sejam, forem ou aparecerem aos que naveguem ou caminhem em direção a ocidente ou também a sul, quer se achem nas regiões ocidentais quer nas meridionais e orientais ou existam nas Índias...

O embaixador espanhol em Roma chegou a pedir ao Papa que, considerando o reino de Castela único herdeiro lídimo da monarquia visigótica, lhe outorgasse o exclusivo da reconquista nas Partes de Além, transferindo para a sua soberania Ceuta, Tânger e Arzila mediante uma compensação pecuniária a El-Rei de Portugal pelos gastos que

<sup>436</sup> *ed. cit.*, pp. 168-169.

<sup>437</sup> Pode ver-se o texto das quatro bulas in Luis Adão da Fonseca & José Manuel Ruiz Asencio, *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Valladolid, 1995, doc. 75, 76, 77 & 91, pp. 119 & sqq.; *CDD*, I, doc. 53, 54, 55 & 175, pp. 290-309 & 491-492. Tradução portuguesa das bulas 4ª e 2ª: Paulo Suess (org.), *A Conquista Espiritual da América Espanhola, 200 documentos - Século XVI*, Vozes, Petrópolis, 1992, doc. 32 & 33, pp. 246-252.

fizera em conquistá-las; mas o pontífice não anuiu a tanto <sup>438</sup>. A ideia não era nova, pois apresentara-a já em 1437, ao concílio de Basileia D. Alfonso García de Santa María, bispo de Burgos <sup>439</sup>; e cronistas houve como Alonso de Palencia (1423-92) que fizeram sua essa posição, falando do direito de Castela à conquista do reino de Fez como de um facto adquirido.

Falaremos mais tarde, a propósito do chamado *Memorial de la Mejorada*, das doutrinas jurídicas subjacentes a estas concessões papais. Basta dizer que assentam na teoria da “monarquia universal do Papa”, adõtada desde o século XI, mas que embora ao tempo tivesse ainda seguidores, havia sido na prática rejeitada quer pela França quer pela Inglaterra. A tradição peninsular sempre a recusara tácitamente, pois a praxis habitual era aqui a de delimitar as terras a conquistar aos mouros por acordo entre os vários reinos; pode aliás dizer-se que a Reconquista cristã da Península se inicia em 718 com a batalha de Covadonga, ao passo que foi só em 1063-64, quando Alexandre II (r. 1061-73) lançou a chamada Cruzada de Barbastro, para ajudar Ramiro I de Aragão a tomar essa vila, que o papado começou a intervir na Hispânia. Até aí, aquém dos Pirenéus, era apenas considerado uma autoridade em matéria de fé, e a sua jurisdição efetiva limitava-se praticamente à Itália peninsular e ao que fora o Império Carolíngio. A doutrina segundo a qual cabia ao Papa distribuir a seu talante as terras conquistadas ou a conquistar aos infiéis, reivindicada em 1073 por Gregório VII (r. 1073-85) <sup>440</sup>, jamais teve assim recção <sup>441</sup> aquém Pirenéus. É a doutrina hispânica tradicional que subjaz aos diversos tratados de limites entre Aragão e Castela (tratados de Carrión, 1140, de Tudilén, 1151, de Lérida, 1157, de Cuenca, 1177 e de Cazorla, 1179); e, sobretudo, ao tratado firmado em 1291 pelos dois reinos em Monteagudo, junto a Sória, que partilhava já as zonas de expansão peninsular em terras da Barbaria: a Aragão caberiam os territórios a leste do rio Muluvia (portanto, *grosso modo*, o que é hoje a Argélia), a Castela os que jaziam a ocidente, *del riu de Melehuya enves Ceuta* <sup>442</sup>. Parece que reservavam assim tác-

<sup>438</sup> Zurita, *Historia del Rey Don Hernando*, I, xxxix.

<sup>439</sup> Pub. in *MH*, vol. VI, doc. 57, pp.139-199.

<sup>440</sup> Augustin Fliche, *La Réforme Grégorienne et la Reconquête chrétienne (1057-1123)* [*Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours*, pub. sous la dir. de A. Fliche & Victor Martin, tomo 8], Bloud & Gay, Paris, 1940, pp. 48 & sq.

<sup>441</sup> Sobre este conceito em direito canónico e em teologia, vide José Eduardo Borges de Pinho, “*A recepção como realidade eclesial e tarefa ecuménica*”, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1994.

<sup>442</sup> Julio Valdeón Baroque, “Las particiones medievales en los Tratados de los Reinos Hispánicos. Un posible precedente de Tordesillas”, in *El Tratado de Tordesillas y su Proyección*, Seminario de Historia de América, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973, vol. I, pp. 21-32.

tamente a Portugal, que não era parte contratante, a conquista do reino de Fez, de Ceuta aos confins do reino, no litoral atlântico.

É verdade que ao impetrar de Nicolau V (r. 1447-55) a bula *Romanus Pontifex*, de 6.I.1456, que garantia a D. Afonso V a posse exclusiva das terras descobertas a sul do Cabo Bojador e o direito a nelas comerciar, Portugal reconhecera implicitamente a autoridade papal sob matérias de quejanda natureza, abrindo um importante precedente à diligência que ora faziam os Reis Católicos. Como quer que seja, D. João II decidiu enveredar pela doutrina subjacente a acordos como o de Monteagudo e, desafiando a ameaça de excomunhão contida na bula, recusou aceitar a imiscuência papal neste negócio, que deveria ser regulado por negociações bilaterais. O *Príncipe Perfeito* sentia-se quicá suficientemente forte aos olhos do papado por ter posto, logo ao subir ao trono, as suas forças à disposição do pontífice para a Cruzada contra os turcos e, sobretudo, por ter abolido o Beneplácito Régio, pelo qual as bulas, breves e outras determinações dos papas só podiam circular em Portugal com autorização del-Rei. Havia, para mais, o precedente de D. Duarte em 1436, quando o Papa Eugénio IV (r. 1431-47), em luta com o Concílio Geral pela supremacia no seio da igreja latina, para se assegurar do apoio de Castela à tese papista, anulara a bula de cruzada que concedera a Portugal para se apoderar de Tânger, reconhecendo Castela como única herdeira da monarquia visigótica com direito a reconquistar os seus territórios<sup>443</sup>. D. Duarte teve que se antecipar e pôr o Papa e o Concílio perante o facto consumado, não sem ter feito saber em Itália que estava disposto a voltar contra os cristãos o exército que tinha preparado contra os mouros.

Ao recusar a partição feita pelo Papa e exigir uma negociação bilateral D. João II tinha, pois, abundantes precedentes em que estribar a sua atitude. A sua ousadia não é tamanha como aos que têm algumas luzes das instituições medievais mas não as conhecem a fundo pode parecer. Para mais havia, além da jurisprudência, as posições teológicas dos escolásticos que, em geral tendiam a negar a teoria da monarquia universal do Papa. É verdade que alguns pontífices como Inocêncio IV (r. 1243-54) a procuraram justificar com argumentos bebidos na Escolástica; mas não os aceitava uma figura da craveira de um S. Tomás de Aquino (1225-74), que distinguia nitidamente o plano da natureza, em que se situa o poder político, do da graça, em que se enquadra a salvação eterna e, por conseguinte, a função da Igreja que por meio dos seus sacramentos a ministrava.

---

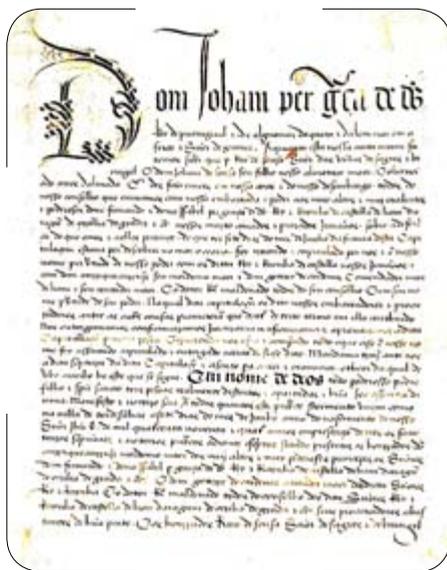
<sup>443</sup> Luis Suárez Fernández, *Castilla, El Cisma y la Crisis Conciliar*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

Ao contrário do que consta de muitos livros por essa Europa fora, que insistem na delimitação feita pelo Papa, o tratado de Tordesilhas <sup>444</sup> viria assim a constituir uma machadada mais no já abalado edifício do poder temporal dos pontífices romanos, visto conter uma cláusula que excluía no futuro todo o recurso a “nosso mui Santo Padre”:

... sobre o qual juramento juraram de nom pedir absoluçam, nem relaxaçom delle a nosso muy Sancto Padre, (...) e ainda que *proprio motu* lha dem, nam usarão della, antes (...) supplicam (...) que à Sua Santidade praza confirmar e aprovar esta dita capitulaçom, segundo em ella se contém e mandando espidir sobre ello suas bullas às partes...

Ao papado não deve ter agradado muito esta cláusula, pois nem Alexandre VI nem seus sucessores expediram quaisquer bulas a aprovar ou abençoar o acordo. Foi só em 1506 que, a instâncias de D. Manuel, por um simples breve (*Ea quæ pro bono pacis*, de 24 de Janeiro) dirigido ao arcebispo de Braga e ao bispo de Viseu, Júlio II os autorizou a confirmarem o tratado <sup>445</sup>, lavando assim da querela as suas mãos.

Entretanto, coisa de um mês após a passagem de Colombo por Lisboa, D. João II enviara a Barcelona, onde se encontravam os Reis Católicos, Rui de Sande, de cuja embaixada dá Zurita <sup>446</sup> notícia, datando de 5 de Abril a sua partida de Torres Vedras para a Catalunha. Esta data é absolutamente plausível, uma vez que na sua carta a Fernando, *o Católico*, escrita da mesma vila de Torres a 3 de Maio, D. João II afirma que “escreveu mais largamente” ao dito Rui de Sande sobre o assunto, o que pressupõe que estava já ausente da corte portuguesa. O monarca luso — que como instrumento de pressão tinha já a postos a armada comandada por



**Original do Tratado de Tordesilhas**

Como é da praxe, a versão portuguesa conserva-se em Espanha, a espanhola em Portugal

<sup>444</sup> *Corpus Documental...*, doc. 96-98 (versões castelhana e portuguesa), pp. 142 & sqq.

<sup>445</sup> *Ibidem*, doc. 134, pp. 190 & sqq.

<sup>446</sup> *Historia del Rey Don Hernando...*, I, xxv.

D. Francisco de Almeida — pedia ao espanhol que respeitasse a letra do tratado das Alcáçovas e não mandasse mais expedições a latitudes inferiores à das Canárias. Rui de Sande deve-se ter cruzado com Lope de Herrera, *contino* do Rei Católico, por este enviado de Barcelona a 22 de Abril. Este Lope de Herrera é a pessoa que na sua carta D. João II refere sob o nome de Elycius ou Elycus de Ferreira, em que o nome de batismo representa uma helenização canhestra de Λύκος (*Lycos*), “lobo”, que é o que de facto o nome significa. Era portador de uma carta em termos assaz comedidos, que no entanto não deveria entregar a D. João II se este mostrasse aspereza, no qual caso lhe deveria apenas mostrar a sua credencial e responder-lhe no mesmo tom. Como se deduz das recém-descobertas cartas do soberano português, o mensageiro alcançou a corte portuguesa em Torres Vedras entre 3 e 13 de Maio.

Lope de Herrera acedeu de boa mente ao pedido de D. João II, que rogava a seu irmão na realeza que, até estar a pendência sanada, se abstinésse de autorizar seus súbditos a irem pescar ao sul do Bojador; e em contrapartida o monarca português garantiu-lhe que, durante os sessenta dias subseqüentes à chegada dos embaixadores que ia despachar para a corte de Barcelona, susteria os navios que tinha preparados para irem “a descobrir”, eufemismo por que se há de entender reconhecer as terras descobertas por Colombo — do que, por intermédio de Duarte da Gama, advertiu Rui de Sande. Seguiu-se, pouco tempo volvido, nova embaixada: a de Rui de Pina e do Dr. Pedro Dias, segundo João de Barros <sup>447</sup> enviada à corte espanhola em Junho, que sabemos ter chegado já ao seu destino em meados de Agosto; de facto, por carta redigida em Barcelona 14.VIII.1493 <sup>448</sup>, os dois embaixadores notificaram os Reis Católicos da posição de D. João II: insistia em que se partilhasse o oceano pelo paralelo do Cabo Bojador, sito ligeiramente a sul do extremo meridional das Canárias, excetuadas em favor de Portugal as ilhas dos Açores e da Madeira, conforme constava das bulas de Nicolau V, Calisto III e Sisto IV e da letra do tratado das Alcáçovas, pelo qual Portugal reconheceu quer a realeza dos Reis Católicos, quer a soberania castelhana sobre o arquipélago canarino.

De seu lado Fernando o *Católico* argumentava que Colombo não ultrapassara as Canárias *contra Guínea*, e propunha que, para manter entre os dois reinos paz e harmonia, se recorresse, quiçá na corte de Roma, a “homens de ciência e consciência” que examinassem os títulos apresentados por cada uma das partes e dirimissem a questão. A 2 de Novembro, partido já Colombo para a sua segunda viagem, os Reis despacharam para

---

<sup>447</sup> *Ásia*, I, iii, 11.

<sup>448</sup> *Corpus Documental...*, doc. 84, pp. 132-133.

Portugal um cavaleiro chamado Garcia de Herrera a avisar de que em breve chegaria aí a sua solene embaixada. Integravam-na D. Pedro de Ayala e Garcí' López de Carvajal, munidos das instruções dadas pelos Reis em Barcelona a 3.XI.1493, e mandados com grande aparato, à corte portuguesa. Foi esta que D. João II classificou de “embaixada sem pés nem cabeça”, pois Pedro de Ayala era manco de um pé e López de Carvajal “homem um pouco enlevado e vão”, nas palavras de João de Barros. Segundo este, a finalidade da embaixada era dilatória, pois Fernando *o Católico* não pretendia de momento senão ganhar tempo, até ter notícia da segunda expedição de Colombo e saber ao certo que tinha ele entretanto descoberto; por isso se ocuparam Ayala e Carvajal de mil problemas secundários transcurando o principal, pelo que voltaram para Castela sem que se tivesse chegado a acordo. O que mais preocupava os Reis Católicos era a sucessão de D. João II, pois desejavam a todo o transe que lhe sucedesse seu primo D. Manuel, que pressentiam mais maleável às suas pressões e às da nobreza portuguesa adversária da centralização do poder régio, do que o Senhor D. Jorge, o bastardo do monarca português, que procurava em Roma legitimá-lo, em quem temiam reencontrar a energia paterna <sup>449</sup>; com tal objêtivo, ao mesmo tempo que instavam com Roma para que negasse a legitimação, enviaram a Portugal os dominicanos Frei Diego de Madaleno e Frei Antonio de la Pena, para persuadirem D. João II a desistir dela.

Enquanto em Sevilha Colombo se arremangava para deitar mãos à sua segunda aventura, os Reis renovavam a proibição a seus súbditos de irem à Mina <sup>450</sup>, alertavam o Almirante para a armada que se preparava em Portugal para o intercêtar <sup>451</sup> e instavam com ele para que se informasse do que se passava no reino vizinho <sup>452</sup> e não dilatasse a partida <sup>453</sup>. Ao mesmo tempo, pensando no acordo que urgia firmar com Portugal, pediam-lhe que lhes enviasse uma carta de marear <sup>454</sup>, enquanto o cardeal Mendoça pedia a Mossen Jaime Ferrer que lhe fornecesse um mapa-múndi <sup>455</sup>.

Provavelmente desde Junho ou Julho que se conhecia em Portugal o teor da segunda bula *Inter cætera*, que, como sabemos, D. João II recusou. Ignoramos contudo

---

<sup>449</sup> Zurita, *Historia del Rey Don Hernando...*, I, xxix; cf. Jean Aubin, “D. João II devant sa succession”, in *Arquivos do Centro Cultural Português - 25 anos do Centro Cultural Português, 1975-1990*, vol. XXVII, 1991, reproduzido in *L. & A.*, vol. II, pp. 49-82.

<sup>450</sup> Barcelona, 20.V.1493; *Corpus Documental...*, doc. 78, p. 130.

<sup>451</sup> Barcelona, 1.VI.1493; *ibidem*, doc. 79, p. 130.

<sup>452</sup> Barcelona, 27.VII.1493; *ibidem*, doc. 81, p. 131.

<sup>453</sup> Barcelona, 18.VIII.1493; *ibidem*, doc. 86, p. 134.

<sup>454</sup> Barcelona, 5.IX.1493; *ibidem*, doc. 89, p. 135.

<sup>455</sup> Barcelona, 26.VIII.1493; *ibidem*, doc. 87, p. 134-135.

o momento exato em que, sem aceitar a letra da bula, decidiu aceitar o princípio da divisão do Atlântico por um meridiano em vez de um paralelo. Portadora dessa decisão foi uma nova embaixada, integrada por Rui de Sousa, senhor de Sagres e Beringel, seu filho D. João de Sousa, almotacé-mor do Reino, Aires de Almada, corregedor da corte, e, como secretário, Estêvão Vaz, que ao depois foi feito da Casa da Índia. D. João II apoderou-os por procuração lavrada em Lisboa a 8.III.1494<sup>456</sup>. Segundo Zurita foram eles quem, examinado o assunto com os enviados de Castela, concluíram que a conquista das terras descobertas por Colombo não cabia ao reino de Portugal, mas a Castela. Instaram, contudo, para que a linha de demarcação fosse arredada para ocidente, pois a cem léguas dos Açores e Cabo Verde deixava aos navios pouco espaço de manobra, sobretudo quando mister lhes fosse bolinar para contornar ventos contrários. Propuseram então que se traçasse a raia a meio caminho entre os dois arquipélagos e as ilhas descobertas por Colombo, o que acabou por ser aceito.

É aí que jaz a razão de ser da estranha conta de 370 léguas que, no entanto, devido às imprecisões de que voltaremos mais tarde a falar, não permitia traçar rigorosamente a raia. Seja como for, esta recaía necessariamente entre 43° 35' e 48° 28' W de Greenwich, por conseguinte *grosso modo* a meio caminho entre a extremidade ocidental de Santo Antão, a 25° 27' W, e o extremo oriental da Espanhola, a 68° 20'.

El-rei D. Fernando recebera entretanto notícias do Novo Mundo pela armada de António de Torres, regressada da Espanhola em Março de 1494; devia portanto estar informado de que entre as Canárias e a Domínica (15° 30' N, 61° 50' W) não jazia ilha alguma de permeio, o que vinha facilitar as cousas. Por seu lado D. João II, que nutria ainda sonhos de casar D. Jorge com uma filha dos Reis Católicos, tinha todo o interesse em que se não azedasse a pendência. Tudo se encaminhava finalmente para o memorável acordo, que veio a ser assinado em Tordesilhas, onde estacionava a corte espanhola, a 7 de Junho de 1494.

Dois dias antes os Reis Católicos haviam apoderado D. Enrique Enríquez, D. Gutierre de Cárdenas e o português Estêvão Vasques, assistido por seu secretário, para em seu nome firmarem o tratado<sup>457</sup>. Este, além de traçar a linha de polo a polo na posição pretendida por D. João II, reconhecia a Portugal o direito à conquista do reino de Fez, até Meça a sul e até à fronteira do reino de Tremecém a leste, reconhecendo muito embora a Castela o direito a apoderar-se de Caçaza e de Melilha<sup>458</sup>.

<sup>456</sup> *Ibidem*, doc. 93, p. 141; cf. Barros, I, iii, 11, Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, cap. 66 & Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, cap. 167-168.

<sup>457</sup> Cartas de Tordesilhas, 5.VI.1494, pub. in *Corpus Documental...*, doc. 94 & 95, pp. 141-142.

<sup>458</sup> Pode ver-se o texto do tratado, muitas vezes publicado, v. g., *ibidem*, doc. 96-98, pp. 142-167.

A questão das pescas entre o Cabo Bojador e o Rio do Ouro, bem como a delimitação rigorosa do Reino de Fez, ficavam em suspenso, até novo acordo — que apenas veio a ser assinado em Sintra a 18 de Setembro de 1509 <sup>459</sup>.

Como, no entanto, se admitia que Colombo, que à data da assinatura do convénio era já partido para a América havia quase quatro meses, tivesse entretanto descoberto novas terras, uma disposição transitória estatuiu que se até 22.VI.1494 fossem achadas dentro das primeiras 120 léguas para lá de Cabo Verde quaisquer ilhas, seriam para El-Rei de Portugal independentemente de quem as descobrisse; se pelo contrário jovessem entre essa linha e a raia definitiva, 370 léguas a poente de Cabo Verde, seriam para os Reis Católicos.

Uma outra disposição do tratado previa que no prazo de dez meses ambas as partes enviassem cada uma uma ou duas caravelas, com um número igual de peritos (astrólogos, pilotos ou marinheiros), que se juntassem nas Canárias, daí rumassem a Cabo Verde para em seguida, em conjunto, medirem as trezentas e setenta léguas e demarcarem os domínios de uma e de outra coroa. Esta cláusula era inteiramente inexecutável, por três razões: primeira, porque faltava definir de que léguas se tratava, pois a chamada *légua comum* (teóricamente correspondente à distância que se pode percorrer em uma hora) equivalia a 5.572,7 metros, ao passo que a *légua portuguesa*, de 18 ao grau de latitude, media 6.179 metros e a antiga *légua castelhana* apenas 4.190; segunda, porque faltava definir de que ilha de Cabo Verde se contaria a medição; e terceira, porque, como é evidente, a raia apenas poderia ser fisicamente assinalada por qualquer balisa se recaísse em terra, ou pelo menos em águas suficientemente baixas para aí se poderem ancorar boias. Não se tratava, como muita vez se tem afirmado, da insuficiência dos meios técnicos existentes na época: tratava-se, pelo menos quanto às duas primeiras razões, de indefinições que só mediante um novo acordo e um aditamento ao tratado poderiam ser eliminadas. Fica-se por isso com a impressão de que os navios portugueses e espanhóis que em 1994, quinto centenário do acordo, foram *soi disant* proceder à delimitação *rigorosa*, foram simplesmente gastar dinheiros públicos para lançar fogo de vista...

É no que toca à medição efetiva das 370 léguas que é possível hoje uma exatidão que o não era no século XV, pois é apenas desde a segunda metade do século XVIII que existem processos rigorosos para determinar a longitude no mar, convertendo-se depois facilmente em léguas os graus de longitude; mas é preciso saber primeiro que léguas estão em causa!

---

<sup>459</sup> *Ibidem*, doc. 138, pp. 195-203.

Num parecer dado aos Reis Católicos em 1495 propunha Mossen Jaime Ferrer que se traçasse *solamente en este nuestro hemisferio* (excluindo, por conseguinte, o conceito de *antimeridiano*), uma linha de polo a polo, que intersêtasse a 370 léguas a ocidente do arquipélago o paralelo 15° N, que corresponderia à latitude média das ilhas de Cabo Verde — que na realidade de estendem entre 17° 13' e 14° 43' N, pelo que em rigor a sua latitude média é de 15° 58'. Para o fazer propunha dois métodos alternativos.

O primeiro, assaz curioso, seria recorrer à Estrela Polar para determinar o ponto de intersêção da raia de Tordesilhas com o paralelo de Cabo Verde, navegando não em direitura para oeste do arquipélago, mas obliquamente, seguindo o rumo oeste e quarta do noroeste até atingir uma latitude de 18°  $\frac{1}{3}$ . Resolvendo em seguida o triângulo retângulo definido pelo ângulo que esse rumo forma com o equador e pelo cateto oposto, que é o segmento de meridiano delimitado pelos paralelos 18°  $\frac{1}{3}$  e 15° e mede por conseguinte 3°  $\frac{1}{3}$ , obtém-se a medida do cateto adjacente, que é a distância de Cabo Verde ao meridiano de Tordesilhas. Como Ferrer se refere a léguas de c. 5 km, a linha divisória situar-se-ia a 1.850 km do arquipélago, apartamento que à latitude de 15° corresponde a c. 17° 15' de longitude; começando a contagem do centro do arquipélago, que se sita a 24° W de Greenwich, obter-se-ia para a raia a longitude correspondente a 41° 15' W — ou seja, cortaria a costa do Brasil a norte aproximadamente no que é hoje a divisa entre o Piauí e o Ceará, e a sul na divisa entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Contando da extremidade ocidental de Santo Antão, a c. 25° 30' W, situar-se-ia a 42° 45' W, passando por consequência ao norte entre Parnaíba, no Piauí, e S. Luís do Maranhão, e ao sul aproximadamente pelo Cabo Frio, a lés-nordeste do Rio de Janeiro. É óbvio que, como notámos já, utilizando léguas de medida diferente, se chegaria a resultados práticos diferentes.

Este processo não postula que se discutam as dimensões da Terra. Para não apesentar o nosso texto e fatigar demasiadamente o leitor menos interessado em pormenores cosmográficos, deixaremos para um anexo, a inserir ao cabo do presente capítulo, a sua discussão. Basta notar aqui que, tanto quanto se podem aplicar à superfície de uma esfera as fórmulas da trigonometria plana — o que na prática, a uma latitude baixa como a de Cabo Verde e para distâncias relativamente pequenas, engendra apenas um pequeno erro, que se pode desprezar — o processo é teòricamente correto; ao explaná-lo, porém, Ferrer engana-se nas contas, como abaixo veremos. Cõnscio, aliás, de que nenhuma carta plana pode representar exátamente a superfície de uma esfera, recomenda Mossen Jaime que nas negociações definitivas se recorra a *una forma mundi en figura esférica*, ou seja, a um globo.

O segundo método é o clássico: estimar a distância percorrida ou medir rigorosamente com a ampulheta a diferença horária e convertê-la em distância linear — o que

em teoria está certíssimo mas implicaria que não houvesse jamais qualquer hesitação no virar da ampulheta, sem o que os erros se iriam acumulando e se chegaria a resultados tão disparatados quanto os de Colombo. Exige, além disso, que se determinem exatadamente as dimensões do Globo, o que deixamos igualmente para o anexo.

Supondo que Colombo fizera o seu descobrimento sobre a base do cálculo rigoroso e não graças à sua intuição náutica, Jaime Ferrer (embora reconheça que numa carta sua o Almirante, com erro evidente, situa a  $9^{\circ} \frac{1}{4}$  as ilhas de Cabo Verde, que na realidade jazem a uma latitude média de c.  $16^{\circ}$ ) recomenda vivamente que submetam à sua consideração as sugestões que faz:

*Y si en esta mi deteminación y parecer será visto algun yerro, siempre me referiré á la corrección de los que más de mi saben y comprenden, especialmente del Almirante de las Indias, el cual tempore existente en esta materia mas que otro sabe: porque es gran teórico y mirablemente plático, como sus memorables obras manifiestan; y creo que la Divina Providencia le tenia por efecto de su grande misterio y servicio en este negocio, el cual, pienso, es dispucion y preparacion del que para delante la misma Divina Providencia mostrará a su gran gloria, salut y bien del mundo.*

Felizmente para os Reis Católicos, Colombo andava então pelas Antilhas...

É interessante notar que os monarcas devem ter entretanto recebido uma proposta, que se conserva no Arquivo Municipal de Çamora <sup>460</sup>, do punho de um tal Dr. Francisco de Cisneros, de Sevilha, que lhes alegava que *las islas que agora son falladas, sabrá Vuesta Alteza que no son en India, sinon en el Mar Oçeano Atlántico Ethiópico*, identificando-as com as Hespérides dos Antigos <sup>461</sup> — que se a alguma coisa correspondem é à nossa Península, sita no extremo ocidental do mundo então conhecido, conquanto existisse na Cirenaica um lugar com esse nome. Enciso <sup>462</sup> identifica o Jardim das Hespérides com o Atlas marroquino. Hespérides, as filhas de Ἑσπερος ou Héspero, o génio da Estrela da Tarde, eram para gregos e romanos as ninfas do entardecer (*cf.* em latim *vespera*, “a tarde”), geralmente em número de três, que habitariam a extremidade ocidental da Terra, onde se põe o Sol <sup>463</sup> — o que coincide com a direção geográfica em que partira Colombo. E oferecia-se para ir a descobrir a Taprobana, *la qual es mayor que vuestra España e tiene mill estadios mathemáticos más que ella. En la qual dizen los auctores que ay más oro y mayores piedras preçiosas e más fynas que no en Yndia, la qual yo descubriré sy fuere menester.*

<sup>460</sup> Sección Histórica, legajo XV, doc. 34.

<sup>461</sup> Demetrio Ramos Pérez, *Memorial de Zamora sobre las Indias*, con estudio y transcripción de..., Fundación Ramos de Castro para el Estudio y Promoción del Hombre, Çamora, 1982.

<sup>462</sup> *Ed. cit.*, p. 160.

<sup>463</sup> *Cf.* Pierre Grimal, *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, trad. de Victor Jabouille, Difel, Lisboa, s/d, s. v.

Sem embargo de alguns escritores do século XVI, como Fernão Lopes de Castanheda, a identificarem com Samatra — por a dizerem os Antigos cortada pelo equador, o que não é o caso de Ceilão — Taprobana é, como vimos já, um dos nomes da ilha também designada por Lañkā e por Simhala, nome este de que se terá derivado um adjetivo \**simhalana*, “cingalês”, que por intermédio do árabe Sīlān ou Saylān dá em português Ceilão. É de *Simhala* que se deriva o entónimo *cingalês*, que se usa tanto para os habitantes do país como para a sua língua, que, curiosamente, deriva do sânscrito e pertence por isso à família indo-europeia. A ilha é de facto rica em gemas, mas as suas dimensões ficam muito aquém das que lhe atribuíam os geógrafos antigos, que a criam atravessada pelo equador, quando o seu ponto mais meridional jaz na realidade a 5° 56' N. Não é assim, de modo algum, maior que a Espanha, pois a sua área, 65.610 km<sup>2</sup>, é menor que a de Portugal.

Quanto à paixão do ouro, pedras, especiarias e demais mercadorias de alto preço não é uma obsessão tão primária como à primeira vista possa parecer, pois tem uma razão lógica. É evidente que na Xri Lancá, como muito bem se sabia pelos relatos dos viajantes e pelas informações que chegavam de Veneza, essas mercadorias se vendiam; não as davam, nem era possível aí extrorqui-las aos nativos, ameaçando-os com cães, como Colombo *y sus muchachos* fariam nas Antilhas...

Os motivos lógicos de tal predilicção são a pequenez dos navios da época, a lentidão das comunicações e os riscos que envolviam e acarretavam numerosas perdas. Há que ter em mente que transportar um quintal de ouro custa tão caro como transportar um quintal de cobre ou de ferro, embora aquele possa valer mil ou duas mil vezes mais. Por exemplo o cobre vendia-se nesta época na Índia à razão de 12 cruzados (ou seja, 42 g de ouro) o quintal (58,752 kg): valia portanto c. 1.500 vezes menos que o ouro<sup>464</sup>. Percentualmente, o custo do transporte encarecia, por conseguinte, 1.500 vezes mais o cobre do que ouro; e o mesmo raciocínio se pode aplicar, *mutatis mutandis*, às gemas, especiaria e demais géneros valiosos. Daí a preferência pelas mercadorias que ocupavam pouco espaço nos navios mas representavam em pequenas quantidades valores elevados.

O memorial, a transbordar de erudição clássica que pouco vinha ao caso, não está datado; e os argumentos com que D. Demétrio, que o publicou, lhe atribui a data de 1497 são pouco convincentes: o texto parece anterior ao convénio de Tordesilhas,

---

<sup>464</sup> Achar-se-ão os dados que alcançámos obter sobre preços de mercadorias indianas ou com valor na Índia no século XVI nos nossos estudos *O Tesouro do “Bom Jesus”*, Academia de Marinha, Lisboa, 2018; “Les Portugais et le commerce de métaux monnayables entre l’Europe et l’Asie au XVI siècle” in *Numismatique Asiatique*”, n° 27, septembre 2018, pp. 9-23; e “O sistema das viagens e a rede portuguesa na Ásia Oriental” in *Anais de História de Além-Mar*, volume XIX, pp. 53-86.

e os Reis poderão tê-lo recebido quando pairavam por aquela zona nas vésperas da assinatura do acordo. Assim se explicaria que se conserve em Çamora, que dista de Tordesilhas menos de 20 léguas.

O mais interessante, porém, é notar que houve logo em 1493 ou 1494 quem percebesse que Colombo não chegara às Índias, mas a ignotas plagas dos mares ocidentais. O descobridor sempre recusou admiti-lo; mas, como se vê pelo título da pseudo-carta de Vespúcio, impressa em 1504 em Augsburg com o título de *Mundus Novus*, e pelo das *Décadas do Novo Mundo (De Orbe Novo Decades)* de Pedro Mártir de Angléria, estampadas em Alcalá de Henares em 1511, para a mor parte das pessoas a novidade do quarto continente tornara-se uma evidência pelo menos desde as viagens de Hojeda, Pinzón, Pero Niño, Diego de Lepe e Rodrigo de Bastidas à América do Sul, entre 1499 e 1501. A Francisco de Cisneros cabe quiçá a glória de ter sido o primeiro a entrevê-lo.

Quanto a D. João II, sabemos que suspeitava da existência de ilhas ou terra-firme do lado de lá do Atlântico, mas ignoramos em que medida teria a noção de que constituíam um continente autónomo. A sua insistência em deslocar para ocidente a raia, de modo a dispor de espaço de manobra suficiente para os seus navios bolinarem, como os seus embaixadores alegaram nas negociações, pode ser mero pretexto, já que assim como os vasos de guerra e de comércio espanhóis, para ganharem a sua zona tinham de atravessar a portuguesa, nada obstaria por certo a que os portugueses no regresso das suas ilhas cruzassem águas da zona castelhana. A melhor explicação parece-nos ser o conhecimento que D. João II teria já da existência do Brasil, embora se ignore totalmente quem o terá entrevisto e quando, uma vez que a expedição de Duarte Pacheco Pereira data de 1498, três anos, pois, após a sua morte; tampouco nos é claro se o cobijava como simples escala na rota para a Índia, se esguardando às riquezas minerais em que o supunha abundar, devido à sua proximidade ao equador. O testemunho de Colombo no *Diário* da sua terceira viagem é concludente. É aparentemente por o ignorarem — bem como à carta de 4.IX.1493 dos Reis Católicos a Colombo, que a seguir citamos, e o capítulo xi da parte II do *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira — que Duviols e Xavier de Castro <sup>465</sup> parecem pôr em dúvida o conhecimento pré-cabralino do Brasil. O que efetivamente estava em causa era a posse de terras, não a travessia de águas oceânicas que, como as dos rios, conforme já em 1442 recordava ao regente D. Pedro o concelho de Santarém, eram segundo o direito “comuns a todo o povo, cristãos, mouros e judeus” <sup>466</sup> — ainda que as bulas papais concedidas aos reis

<sup>465</sup> *op. cit.*, pp. 81 & sqq.

<sup>466</sup> Carta régia de 15.I.1442, *MH*, vol. VII, doc. 196, pp. 284-285.

portugueses parecessem abrir uma exceção, justificável pela antiga norma *res nullius est primi capientis*, “a coisa de ninguém é do primeiro que a tome”, aplicável aos mares sem tradição de navegação de longo curso, como o era o Atlântico para lá das Canárias. A própria letra do tratado é bem explícita: Castela devia abster-se de ocupar novas terras a leste da raia divisória, mas podia livremente atravessar o oceano para tratar com as que Colombo havia descoberto <sup>467</sup>.

Em 1498 D. Manuel enviou Duarte Pacheco Pereira a explorar aquelas paragens do Atlântico Sul, e é praticamente seguro que tenha então avistado terra, sem que no entanto saibamos se nela chegou a desembarcar ou não. É verdade que em 1500 D. Manuel não deu grande importância ao feito de Cabral, em que poderá ter entrevistado uma manobra da oposição à sua política imperial, dominante no Conselho Régio, com o fito de desviar da Índia as suas atenções <sup>468</sup>. De facto, ao contrário do que fizera em 1499 após o regresso do Gama, e do que faria em 1507 na sequência da exploração de Madagáscar por Afonso de Albuquerque, não o participou ao Papa, nem aos sogros, nem aos concelhos do Reino para que organizassem procissões de ação de graças.

Não se pode afirmar que o não fez para manter em segredo o novo descobrimento, pois toda a gente devia saber em Lisboa que do Brasil viera em Junho de 1500 o navio de Gaspar de Lemos com a notícia; aliás já D. João II não fizera segredo da sua convicção da existência de terras emersas naquelas paragens, pois confessara-a a Colombo, tal como seus embaixadores em 1493 a confessaram em Barcelona aos Reis Católicos. Por seu turno Américo Vespúcio, que se cruzou em Berzeguiche com a caravela *Anunciada*, que à volta da Índia se adiantara ao resto da frota de Cabral, referiu imediatamente a Lourenço de Médicis, por carta de 4.VI.1501 <sup>469</sup>, o descobrimento que fizera a armada cabralina, e é possível que a sua carta tenha chegado a Florença ainda antes de Cabral ter regressado a Lisboa. Quando, cerca de um mês depois da feitura da missiva de Vespúcio, tornou a Portugal Pedro Álvares, D. Manuel comunicou aos sogros o sucesso da expedição; e nessa carta, datada de 29.VII.1501, entre as vitórias de Cabral contra os mouros

---

<sup>467</sup> Achar-se-ão elementos de estudo sobre as numerosas implicações do tratado de Tordesilhas in *El Tratado de Tordesillas y su proyección* (Segundas Jornadas Americanistas, Primer Coloquio Luso-Español de Historia Ultramarina), 2 tomos, Seminario de Historia de América, Universidad de Valladolid, 1973-74; *El Tratado de Tordesillas y su época - Congreso Internacional de Historia*, 3 vols, Junta de Castilla y León [Tordesillas ?], 1995.

<sup>468</sup> Cf. o nosso artigo “D. Manuel, a Índia e o Brasil” in *Revista de História*, nº 161, São Paulo, 2º semestre de 2009, pp. 13-57.

<sup>469</sup> Texto italiano in Ilaria Luzzana Caraci, *Amerigo Vespucci*, Nuova Racolta Colombiana, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato / Libreria dello Stato, Roma, 1996, vol. I, doc. 2, pp. 281-87; tradução portuguesa anotada in C. Radulet & L. F. Thomaz, *Viagens Portuguesas à Índia*, apêndice, pp. 325 & sqq; tradução francesa in Luís Filipe F. R. Thomaz, “L’invention de l’Océan Indien” in Didier Marcotte (ed.), *Méditerranée et Océan Indien - Deux mondes en miroir (Topoi, sup. 15)*, Lião, 2017, pp. 257-306.

no Índico, referia-lhes, quase como um *fait divers*, a escala que aquele fizera na Terra de Santa Cruz, que lhe pareceu posta ali pela Providência para que as armadas que os portugueses começavam a mandar à Índia aí pudessem encontrar refresco. Não foi só o soberano português que pouca importância atribuiu ao achamento do Brasil: o mesmo se passou com os mercadores italianos estantes na Península, pois de uma boa dúzia de missivas que enviaram para Itália com as novas da viagem de Cabral apenas uma, a chamada *Relação do Crético*, refere o descobrimento daquela nova terra<sup>470</sup>. Foi a partir daí que em Veneza — onde tanto as viagens de Colombo como a de Vasco da Gama haviam passado praticamente despercebidas — começou a lavrar uma certa apreensão, não devido ao Brasil, mas à imiscuência portuguesa no comércio especieiro de Calecut.

Voltando a D. João II, é possível que, tal como seu primo e sucessor, visse naquela terra sobretudo uma boa escala na rota da Índia, pois devia conhecer já o regime de ventos do Atlântico Sul, que obrigava a fazer à ida um largo bordo para oeste após passar o equador. Foi por esse regime ser já conhecido que Vasco da Gama foi enviado a descobrir a Índia em barinéis, navios de pano redondo impróprios para bolinar. Como adiantamos já, tampouco é impossível que o *Príncipe Perfeito* entreviesse a possibilidade de aí haver minas de ouro, como em África as havia na região da Mina, pois acreditava-se na época que o ouro e as pedras preciosas se engendravam nas entradas da Terra devido à incidência do Sol, pelo que deviam abundar sobretudo nas zonas equatoriais. Daí a sua observação, que Las Casas transcreve do relato da terceira viagem colombina: *y en fin* [das negociações de Tordesilhas] *se concluyó que el rey de Portugal oviese trezientas y setenta leguas de las islas de los Açores y Cabo Verde al ueste (...); y dize más* [Colombo] *que tenía el dicho rey don Juan por cierto que dentro de sus límites avía de hallar cosas y tierras famosas.*

Mais explícitos ainda são os Reis Católicos na sua carta de 4.IX.1493 a Colombo:

*Y porque después de la venida de los portugueses [i. e., de Rui de Pina e Pedro Dias] en la plática que con ellos se ha auído, algunos quieren desir que lo que está em medio, desde la punta que los portugueses llaman de Buena Esperança (...) fasta la raya que vos dexisteis que deuiá venir en la bulla del papa, piensan que podrá aver yslas e aun tierra firme, que segundo la parte del sol que estan se cree que seran muy prouechosas y mas ricas que todas las otras.*

De qualquer modo, ou pela sua posição, ou pelas riquezas minerais que se previa conter, era sem dúvida essa terra emersa a sudoeste que D. João II pretendia reservar para Portugal.

---

<sup>470</sup> Pub. por Greenlee, *op. cit.*, pp. 215 & sqq.

A assinatura do acordo nos termos em que o pretendia o monarca português foi quiçá facilitada pelo falecimento de Ferrante ou Fernando I de Nápoles a 25.I.1494. Embora, entre legítimos e ilegítimos, Ferrante tivesse engendrado dezoito filhos, Carlos VIII de França, apresentando-se como herdeiro da casa de Anjou que governara a “Sicília de Aquém do Farol”, ou seja o reino de Nápoles, de 1266 a 1441, manobrava desde o ano anterior para se apoderar dos seus estados. Para mais, os barões desterrados de Nápoles por Ferrante instavam-no a assumir o cetro <sup>471</sup>. Como rei de Aragão, de cuja Coroa o *Regnum Siciliae ultra Pharus*, ou seja, a Sicília propriamente dita, fazia parte desde 1282 e Nápoles desde 1441 (ainda que por largos períodos tenham sido confiadas a ramos colaterais da casa reinante), Fernando o *Católico*, dispôs-se a intervir. Para isso era-lhe conveniente ter paz a ocidente e não permitir que Portugal, que, em vão convidara a integrar a liga contra a França <sup>472</sup>, se aproximasse desta. Mais tarde chegaria a oferecer a D. Manuel I a Galiza, em troca da beligerância portuguesa no seu campo <sup>473</sup>; mas o *Venturoso* recusou, preferindo uma neutralidade que lhe permitia concentrar no Índico o melhor das suas atenções.

Note-se que há uma pequena diferença entre o que geralmente se afirma e a letra do tratado: tal como já antes deste as bulas alexandrinas, o convénio firmado em Tordesilhas não repartia a Terra em dois hemisférios, pois limitava-se a delimitar a área de expansão de cada uma das potências contratantes no Atlântico. A ideia de *antimeridiano*, sito 180° a leste e a oeste dessa raia, só começa a despontar uns vinte e tal anos mais tarde, quando se esboça o problema da delimitação das zonas reservadas à conquista portuguesa e à castelhana no Extremo Oriente; foi com ele que os domínios potenciais das coroas de Portugal e de Castela quedaram transformados em *hemisférios*. Veremos isso em maior detalhe quando falarmos do *Memorial de la Mejorada*, de c. 1497.

Em Agosto, ao mesmo tempo que pediam a Colombo informações sobre o clima das Antilhas, número, nome e posição das ilhas que tinha descobertas, época em lá se faziam sementeiras e colheitas, se havia lá por ano um inverno se dois, e cousas semelhantes, os Reis, quiçá pressionados pelos que duvidavam de que Colombo houvesse deveras atingido as Índias, participavam-lhe que as coisas com Portugal estavam reguladas, pelo que poderia sem perigo enviar todos os meses uma caravela à Península com

<sup>471</sup> Zurita, *Historia del Rey Don Hernando...*, I, xx & sqq. (pp. 70 & sqq.).

<sup>472</sup> Zurita, *Historia del Rey Don Hernando*, II, xiii; cf. II, xxiii.

<sup>473</sup> Damião de Gois, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, capítulo censurado por ordem da rainha D. Catarina, viúva de D. João III e regente do Reino na menoridade de D. Sebastião, mas conhecido através de uma carta da própria Rainha ao cronista, e publicado em apêndice às edições modernas da crónica.

novas da Espanhola <sup>474</sup>. Enviavam ao vice-rei cópia do tratado, pedindo-lhe que se lhe conformasse, e rogavam-lhe que se possível viesse a Espanha, ou pelo menos enviasse seu irmão, para se proceder ao traçado efetivo da raia — o que, como sabemos, jámais chegou a ser feito.

A pergunta sobre os “dois invernos” (*i. e.*, duas épocas chuvosas) é curiosa: os Reis, ou quem os informou, estariam por certo ao corrente de que em costas das zonas tropicais viradas a leste, como a do Charamândel ou Coromandel, a da China e a do Vietnã, caíam, além das chuvas de verão normais em todos os climas tropicais, chuvas de inverno; vários autores antigos o referem, e Plínio afirma-o inclusivamente da Índia no seu conjunto o que não é muito correto: *alia illi caeli facies, alii siderum ortus; binae aestates in anno, binae messes, media inter illas hieme etesiarum flatu*, ou seja, “diferente lhe é a face do céu, diferente o nascer dos astros; dois verões há i no ano, duas messes, e entre elas o inverno com o sopro dos ventos etésios” <sup>475</sup>. Solino repete-o quase literalmente: “Dos montes da Média se adivinha a Índia, que se estende do mar meridional ao oriental, salubérrima devido ao vento Favónio [*i. e.*, de oés-sudoeste, a monção de verão]; no ano tem dois invernos, duas vezes colhe o fruto, e à chegada do inverno sofre os etésios” <sup>476</sup>. Santo Isidoro de Sevilha, talvez com um pouco mais de razão, afirma-o da Taprobana, ou seja, da ilha de Ceilão ou Xri Lancá <sup>477</sup>, onde de facto se registam por vezes chuvas de inverno, com a monção de nordeste. Seja como for, a ocorrência de “dois verões” só se verifica nas costas expostas a leste, como é por exemplo, além das acima nomeadas, a contracosta de Timor, onde são respetivamente designados por *wai loro* e *wai loro kiik*, “verão” (lit. “tempo de sol”) e “verão pequeno”; as duas messes, possíveis mesmo onde haja uma só estação chuvosa desde que se pratique a irrigação, correspondem ao que em Goa se chama “arroz de sorôdio” e “arroz de vangana”, obtida a primeira graças às chuvas de verão, a segunda durante na época seca, com água armazenada em tanques durante a monção chuvosa. Quanto à expressão “ventos etésios”, ainda que se tenha modernamente especializado para designar o *meltemi*, a nortada que sopra durante o verão no Mar Egeu, deve aqui ser entendida no sentido etimológico do grego ἐτήσιος ἄνεμος, “vento anual”, pois corresponde na Índia ao terral ou monção de inverno, seca e fria, que sopra do interior da

<sup>474</sup> Carta de Segóvia, 16.VIII.1494, *CDD*, doc. 219, pp. 658-664; transcrita também por Las Casas, I, ciii.

<sup>475</sup> Plínio o Antigo, *Historia Naturalis*, VI, xxi, 58: *vide* Pline l'Ancien, *Histoire Naturelle, livre VI, 2<sup>e</sup> partie*, texte établi, traduit et commenté par J. André et J. Filliozat, Les Belles Lettres, Paris, 1980, p. 34.

<sup>476</sup> *De rebus mirabilibus*, LII, 1.

<sup>477</sup> San Isidoro de Sevilla, *Etimologías*, edición preparada por José Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casquero, 2 vols, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1983, XIV, 12 (vol. II, p. 192-193).

Ásia e, por conseguinte, do norte. Os monarcas tentariam assim certificar-se de que era por tais bandas que deambulava Colombo. Ignoramos se foi em resposta a tal pergunta, se meramente para enaltecer a bondade da terra que este, na sua carta de 26.II.1495 aos Reis, se apressa a vincar: *Provado avemos qu'esta tierra da dos vezes al año fruto* <sup>478</sup>.

Chegados assim ao fim desta análise dos passos que conduziram ao convénio, resta-nos notar, uma vez mais, o absurdo da tese de Mascarenhas Barreto e seus correligionários: tudo quanto até este momento se passara seria meramente o *Auto do Genovês*, uma farsa da autoria não de Gil Vicente, mas do próprio D. João II, bem representada por seu dileto e fiel primo — e tudo isso para preparar o acordo que viria a ser firmado em Tordesilhas. Não se compreenderia então por que motivo, logrado o seu intento, permaneceu o espião em Espanha, sujeitando-se à prisão e aos outros vexames que viria a padecer, para mais num momento em que reinava em Portugal nada mais nada menos que seu meio-irmão D. Manuel, que todavia não mexeu um dedo para o salvar...

Resulta de qualquer maneira perfeitamente claro do que observámos que não havia qualquer necessidade de novo acordo, pois o das Alcáçovas, que os Reis deram avondosas mostras de querer respeitar, era mais que suficiente: deixava Portugal na posse da Mina e de toda a costa de África, dos arquipélagos que colonizara no Atlântico, da porta aberta para passar ao Índico e ainda do Brasil. Em termos matemáticos era até pouco equitativo, favorável a Portugal, que teria direito a tudo quando jaz entre as Canárias e o polo austral, ou seja, a 128 dos 180 graus de latitude que separam os dois polos — embora a sul do Cabo da Boa Esperança jovessem apenas mares, desprovidos de qualquer interesse, do que ao tempo se não sabia ainda.

Não sabemos se é em virtude da habitual descontração com que lê e troca as datas, se a sabendas, para melhor demonstrar a sua tese do “agente secreto necessário para preparar o acordo de Tordesilhas”, que Mascarenhas Barreto <sup>479</sup> situa em 1480, portanto após o tratado das Alcáçovas, o apresamento de 35 navios castelhanos que em 1478 haviam ido furtivamente à Mina a comprar ouro <sup>480</sup>; assim se provaria que os castelhanos não respeitavam o convénio... Que Deus lhe perdoe, já que não cabe em nosso poder fazê-lo!

---

<sup>478</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 287.

<sup>479</sup> *op. cit.*, p. 143.

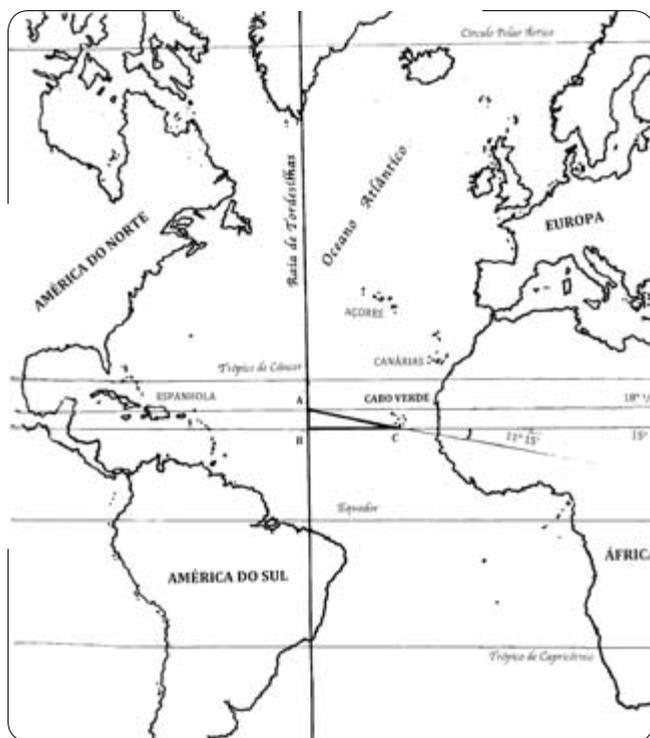
<sup>480</sup> Hernando del Pulgar, *Crónica de los Señores Reyes Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón* [in Don Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde D. Alfonso el Sabio hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, vol. III, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1953, pp. 225-354], cap. lxxvi & lxxxviii.

D. Afonso V teria entretanto, já em 1475, começado a exigir aos capitães e marinheiros nacionais “o tal *juramento de confidência* (já norma da *Ordem de Cristo*) e ordenou que todos os estrangeiros fossem afastados do seu serviço” — informação com que nenhures topámos, e que tem todo o ar de ser simplesmente uma das invenções da fértil imaginação do autor.

Quanto a Colombo, como teremos ocasião de ver melhor em seguida, jamais aceitou bem a repartição feita na sua ausência, a 7.VI.1494, nas margens do rio Douro, pois continuou até à morte a insistir casmurramente na raia que, por intermédio dos Reis, havia sugerido ao Papa, sita a apenas cem léguas para lá de Cabo Verde. Foi provavelmente por ele estar ausente que sem grande dificuldade se chegou a acordo, pois para os Reis Católicos a raia a 100 léguas das ilhas de Cabo Verde ou a meio caminho entre estas e a Espanhola, era praticamente indiferente, uma vez que sabiam não jazer, pelo menos no hemisfério norte, qualquer terra de permeio. Na prática pouco importava também a Colombo, não fosse a sua sofreguidão, mais emocional que racional, de ser vice-rei, governador e almirante no maior naco do globo que ser pudesse...

ANEXO

**OS MÉTODOS PROPOSTOS POR MOSSEN JAIME FERRER  
PARA DEMARCAR A RAIJA DE TORDESILHAS**



**Primeiro processo:** *La nave que partirá de las islas de Cabo Verde por buscar el dicho término es menester que deje el paralelo [de Cabo Verde] ó línea Occidental [isto é, o rumo oeste] a mano izquierda, y que tome su camino para la quarta de Poniente la vuelta del Maestral [= noroeste], y que navegue tanto por la dicha quarta fasta que el Polus Mundi [= o polo norte verdadeiro] se le eleve diez y ocho grados y un tercio, y entonces la dicha nave será justo en la línea suso dicha que pasa de Polo a Polo por el fin de las trescientas setenta leguas; y de aquí es menester que la dicha nave mude, y tome su camino por la dicha línea la vuelta del Polo Antártico fasta que el Ártico se le eleve quinze grados, y entonces será justo en fin de la línea o paralelo que pasa por las islas del dicho Cabo Verde, y en el fin y verdadero término de las dichas trescientas setenta leguas, el cual término muy se muestra por la elevación de la estrella del Norte por la regla suso dicha.*

A prosa do cosmógrafo nem sempre é clara: dir-se-ia que recomenda à nave que siga o rumo noroeste e quarta do oeste, o que o levaria numa direção que formaria com o equador e com os paralelos um ângulo de  $33^{\circ} 45'$ , cortando por conseguinte os meridianos com um ângulo de  $56^{\circ} 15'$ . Nesse caso, após percorrer a hipotenusa e o cateto oposto ao ângulo de rumo, encontrar-se-ia não a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, (distância que corresponde aproximadamente a 1.850 km), mas apenas a c. 103 léguas ( $\approx 518$  km) do arquipélago, o que, como é evidente, estaria rotundamente errado.

É quando o autor tira à operação a prova real pela operação inversa que se nos torna claro o seu pensamento: *y por mayor declaracion de la regla suso dicha es de saber que la cuarta del viento que por su camino tomará la nave, partiendo de las islas del Cabo Verde, al fin de las trescientas setenta leguas será distante del paralelo [de Cabo Verde] ó línea Occidental [i. e., do rumo em direitura para oeste ou ocidente] setenta y cuatro leguas, a razon de veinte por ciento; y porque la dicha cuarta declina versus septentrion, navegando por ella, manifesto parece la diferente elevacion del Polus Mundi [= polo norte], y las dichas setenta y cuatro leguas comprenden en latitud tres grados y un tercio fere [= aproximadamente].*

Trata-se, por conseguinte, de seguir o rumo do oeste e quarta do noroeste e não o do noroeste e quarta do oeste, e assim o desenhámos na figura com que ilustramos o presente anexo. Pela expressão *a razón de veinte por ciento* quer o cosmógrafo designar a tangente de uma quarta ( $11^{\circ} 15'$ ), que na realidade é 0,1989123, portanto, um nadica menos de 0,2 ou 20 %; como vamos ver em seguida intervém no cálculo a tangente ou a cotangente do ângulo que o rumo seguido faz com o paralelo de Cabo Verde (recorde-se que a cotangente é o inverso da tangente, pelo que multiplicar pela cotangente é o mesmo que dividir pela tangente e vice-versa).

Para verificarmos o seu cálculo, há que resolver o triângulo ABC. Nesse triângulo o ângulo B é reto e mede por conseguinte  $90^{\circ}$ ; o ângulo C mede uma quarta, ou seja,  $11^{\circ} 15'$ ; o cateto AB corresponde a um segmento da raia de Tordesilhas com a medida de  $3,33^{\circ}$  de diferença de latitude ( $18^{\circ} \frac{1}{3} - 15^{\circ}$ , o que sabemos equivaler a 370,33296 km); e o cateto BC, que coincide com o paralelo de Cabo Verde, pela força do tratado tem de medir 370 léguas. Ora o cateto BC, que tem de corresponder a 370 léguas, é igual a  $AB \times \text{ctg } 11^{\circ} 15'$ ; portanto,  $AB \times 5,0273395 = 370$ ; logo,  $AB = 73,597576$  léguas. Uma vez que AB, como vimos antes, mede 370,33296 km, concluímos que para o cosmógrafo  $73,597576$  léguas = 370,33296 km, ou seja, Jaime Ferrer utiliza léguas de c. 5 km (mais exatamanete, de 5,0318636 km), o que não corresponde nem à légua castelhana (4,19 km, portanto de c. 26,5 ao grau da equinocial), nem à légua comum (5,572 km, c. 20 ao grau), nem à *légua velha* portuguesa de 18 ao grau, ou seja de 6,179 km, mas a uma légua de c. 22 ao grau. Este cálculo é confirmado pela equivalência aproximada que o autor dá mais adiante:  $21 \frac{5}{8}$  léguas ao grau. Essa légua peculiar baseia-se, como o autor dá noutro passo a entender, na medida da equinocial dada por Estrabão, Alfragano, Teodócio, Macróbio, Ambrósio e Eurístenes, que, tal como mais tarde João de Sacrobosco, faziam as contas à razão de 700 estádios por grau, e não na medida dada por Ptolomeu, que fazia as contas a 500 estádios. Àquela conta as 370 léguas estipuladas pelo tratado de Tordesilhas correspondem a 1.860,11 km; mas por este método não se torna necessário estimar medidas lineares.

Ao recapitular o processo que propõe, para lhe tirar como que uma prova real pela operação inversa, Ferrer explica que, percorrendo o cateto adjacente ao ângulo C até uma distância de 370 léguas a oeste de Cabo Verde, o navio se achará à latitude de  $18^{\circ} \frac{1}{3}$ , por conseguinte  $3^{\circ} \frac{1}{3}$  a norte do paralelo de Cabo Verde, ou seja, a 74 léguas dele, o que é aproximadamente correto, já que a medida exata é, como vimos, de 73,597576 léguas. Como em km essa distância é de 370,33296, dividindo esta cifra por aquele número de léguas, obtemos para a légua um comprimento de 5.031,86 m o que coincide *grosso modo* com o valor que achámos acima.

Há que notar que em rigor, como cerca de meio século mais tarde demonstraria Pedro Nunes, o navio que segue um rumo oblíquo constante, cortando todos os meridianos com o mesmo ângulo, devido à convergência dos meridianos para o polo, não descreve na realidade uma reta mas uma curva loxodrómica; mas a uma latitude baixa como a de Cabo Verde, também neste caso se pode desprezar o erro.

**Segundo processo:** É o método clássico, ainda hoje usado, que consiste em converter em graus de arco a diferença de hora, à razão de  $15^{\circ}$  por hora. Como a letra do tratado de Tordesilhas não fala em graus mas em léguas, necessário se torna fazer a conversão, o que requer que se conheça exatamente o perímetro da Terra. Além disso, como muito bem nota o autor, *esta segunda forma es*

*incierto*, pois a distância percorrida no mar pode ser estimada com muita aproximação, mas, com os meios técnicos existentes na época, jamais calculada rigorosamente. Para minorar o seu grau de incerteza, propõe o seguinte procedimento: *que los Reyes nuestros Señores y el Rey de Portugal tomen veinte marineros, diez por cada parte, los mejores que se fallarán [i. e., que se achem] y de buena consciencia, y que con una nave partan de las islas del Cabo Verde por línea occidental [i. e., rumo a oeste], y cada uno de los dichos marineros, con mucha diligencia, apunte en su carta de seis en seis horas el camino que la nave fará segun su juicio; y que con sagramento [i. e., com juramento] ninguno de ellos no diga su parecer al otro fasta que el primero marinero que se fallará [i. e., que se ache] segun su juicio en el dicho término [de 370 léguas] lo diga a dós capitanes, hombres de pró puestos en la dicha nave de voluntad y concordia de los Reyes suso dichos; y entonces los dichos capitanes tomen los votos y pareceres de los otros marineros...*

Trata-se, por conseguinte, de seguir ao longo do paralelo de Cabo Verde e não de descrever um arco de círculo máximo, como tivemos já ocasião de notar. Aliás, em pequenas distâncias a diferença entre o arco de círculo máximo e o de um paralelo é desprezível: medidas sobre um círculo máximo, as 370 léguas de Tordesilhas, ao conto de  $17 \frac{1}{2}$  ao grau, equivalem a uma diferença de longitude de  $21^{\circ} 8'$ ; medidas sobre o paralelo  $15^{\circ}$ , correspondem a  $20^{\circ} 25'$ . Seja como for, estas contas apenas são úteis se quisermos marcar sobre um mapa a raia prevista no tratado; na época, como não havia ainda um processo rigoroso para calcular a longitude, eram inúteis, e as contas faziam-se em léguas ou em milhas.

Na aplicação prática deste processo há, porém, que contar com um erro que logo no início do seu texto comete Jaime Ferrer: começa, de facto, por afirmar que à latitude de Cabo Verde o grau de paralelo mede em léguas  $25 \frac{5}{8}$  [25,625], no qual caso 370 léguas corresponderiam a  $18^{\circ}$  de longitude. A conta está errada, pois  $370 : 25,625$  não são 18 mas 14,439, ou seja,  $14^{\circ} 26' 20''$ ; ou, se preferirmos, a tais contas  $18 \times 25,625$  não seriam 370 léguas, mas  $461 \frac{1}{4}$ , o que não coincidiria com o acordado em Tordesilhas. Para que à latitude de  $15^{\circ}$  medisse o grau de longitude 25,625 léguas, teria de tratar-se de léguas de 4.188 m (o que coincide aproximadamente com a medida das antigas *leguas castellanas*, 4.190 m, mas não com a medida adotada pelo cosmógrafo), já que o grau de meridiano ou do equador mede 111,111 km e, por conseguinte, a uma latitude de  $15^{\circ}$ , medirá o grau de paralelo  $111,111 \times \cos 15^{\circ}$  [=0,9659258], logo, 107,325 km.

Os parágrafos seguintes dedica-os o autor a discutir a medida da equinocial em estádios, segundo os diversos autores e não nos interessam especialmente aqui. Basta notar que Jaime Ferrer não procede a cálculos trigonométricos, reportando-se por exemplo no que concerne ao perímetro dos trópicos ao que afirmam os Antigos, convertendo os estádios em léguas ou em milhas (fazendo, à maneira de Castela, corresponder cada légua a quatro milhas). Louvando-se em Estrabão, Alfragano e demais autores citados *supra*, atribui assim ao equador o perímetro de 7.875 léguas o que nos reconduz à légua de c. 5 km; e aos trópicos  $7.204 \frac{72000}{180000}$  léguas, bizarra maneira de dizer 7.204,4. O erro não é grande, pois situando-se os trópicos a c.  $23^{\circ} 30'$  o seu perímetro é igual ao do equador multiplicado pelo cosseno de  $23^{\circ} 30'$  [=0,91706], o que equivale neste caso a 7.221,8 léguas.

## A viagem colonizadora

A segunda viagem colombina não está tão bem documentada como a primeira: Colombo mantinha, como daquela, um diário, a que num dos seus escritos chama o *Diurnal*, mas o seu texto, que D. Hernando pôde ainda utilizar, não chegou até nós. Possuímos, contudo, quatro cartas-relatórios, recentemente descobertas em Tarragona, endereçadas pelo descobridor aos Reis Católicos, redigida a primeira cerca de um mês após a sua chegada à Espanhola, com um *post-scriptum* de 20.I.1494, a segunda datável de Abril ou Maio desse ano, a terceira, relatando a viagem que entretanto fizera a Cuba e à Jamaica, datada de 26.II.1495 e a quarta de 14.X.1495<sup>481</sup>. O texto da terceira coincide em boa parte com os capítulos cxx a cxxxi da *Historia de los Reyes Católicos, Don Fernando y Doña Isabel*, do bacharel Andrés Bernáldez, cura da vila de Los Palacios, em cuja casa Colombo de volta a Castela se aposentou em 1496, e a quem deixou diversos papéis seus, incluindo cópia desta e talvez de outras cartas que enviara aos Reis, que o cronista copiou fielmente. Como seria de esperar — uma vez que diz ter conhecido Colombo ao tempo em que andava pela Andaluzia “a vender livros de estampa” e afirmar sem rodeios que era genovês — Andrés Bernáldez é *persona non grata* a Mascarenhas Barreto, que tudo faz para demolir o seu testemunho: exproba-lhe ter induzido em erro ao bispo Giustiniani, esquêcendo que a obra de Giustiniani foi publicada em 1516 e que a de Bernáldez permanecia ainda manuscrita e em poder de um particular (D. Juan Lucas Cortés) quando em 1783 Nicolás Antonio publicou a sua *Bibliotheca*; e acusa-o de falta de formação científica, de nada ter compreendido da profunda cosmografia de Colombo e de ter alinhavado um relato incoerente com base nos papéis que o Almirante lhe facultou, mas de que não entendeu patavina. Infelizmente para Barreto e seus discípulos o achado de Tarragona — de que, é verdade, não pode ter tido conhecimento, pois dera-se em 1985 e só foi publicado em 1989, ao passo que o livro de Barreto está datado de 1988 — mostra que Bernáldez se ateve fielmente ao que o descobridor escreveu, limitando-se as mais das vezes a transcrever *de verbo ad verbum* o seu texto; quem não percebeu o que o cura lhe explicava de cosmografia foi Colombo...

Outras fontes importantes são a relação do Dr. Diego Álvarez Chanca († 1515), físico da armada, muito interessado na flora local<sup>482</sup>, que foi traduzida em latim e

<sup>481</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. viii, pp. 235-254, xi, pp. 273-285, xiii, pp. 286-315, & xiv, pp. 316-330.

<sup>482</sup> Cf. Antonello Gerbi, *La natura delle Indie Nove: Da Cristoforo Colombo a Gonzalo Fernández de Oviedo*, Riccardo Ricciardi Ed., Milão, 1975 (versão inglesa: *Nature in the New World*, University of Pittsburgh Press, Pittsburgh, 1986).

inclusa nas suas *Décadas* por Pedro Mártir de Angléria; a de Guilherme Coma, personagem mal conhecida que a enviou a Nicolo Scillacio, que por seu turno a traduziu num latim pedante e afêtado e a deu à estampa <sup>483</sup>; a de Miguel de Cuneo (1448-1503), mercador de Savona amigo do descobridor, que acompanhou a expedição e no seu regresso a narrou ao nobre genovês Gerolamo Aimari em carta redigida entre 15 e 28 de outubro de 1495; a carta, a que aludimos já, do mercador florentino estante em Sevilha, Simão del Verde, mais tarde testamenteiro de Diego Colón, escrita entre 20.III e 10.V.1493, a um correspondente seu em Florença, baseada sobretudo no que ouviu da boca de António de Torres <sup>484</sup>; e, como seria de esperar, o testemunho dos cronistas, em especial Oviedo e Las Casas.

Quanto ao Dr. Chanca, não é impossível que, conforme foi já aventado <sup>485</sup>, tenha sido enviado às Antilhas pelo Dr. Juan Rodríguez de Fonseca, deão de Sevilha e depois bispo de Badalhouce ou Badajoz (que D. Hernando Colón considerava, com certo exagero, “inimigo mortal” de seu pai) para vigiar o Almirante e o informar do seu comportamento. A carta seria então endereçada ao cabido da catedral de Sevilha de que Fonseca era deão e não ao *cabildo municipal* como geralmente se diz. De facto, *cabildo*, i. e., “capítulo” tanto pode designar a reunião da vereação de uma câmara, como o cabido de uma catedral; dir-se-ia no entanto que o destinatário da carta, tratado por *Muy magnífico Señor* (e não por *Reverendo Señor*), era na realidade uma pessoa singular e mais um leigo de elevada posição do que um eclesiástico.

Quanto a Michele da Cuneo, parece que durante os preparativos para a viagem, Colombo lhe mandara convite para que o acompanhasse. A família Da Cuneo, estabelecida em Savona, tornara-se assaz influente na política local, vindo em 1557 a receber armas de nobreza e a ser inscrita no *Libro d'Oro*, registo da ordem da nobreza savonense. Embora se não possa inteiramente excluir que, como aventa Juan Gil, Michele fosse filho de um Simone da Cuneo, laneiro de Savona (que em 1470 figura com Domenico, pai de Cristóvão, entre os patrões que aprovaram uma tabela salarial para os operários da indústria têxtil da cidade), parece-nos mais provável que, como opinam os compiladores da *Raccolta Colombiana* e Antonio Núñez Jiménez, fosse filho de Corrado da Cuneo, rico comerciante de tecidos e membro do Conselho dos Anciãos de Savona, e isto pela seguinte razão: Corrado da Cuneo vendera em 1474 a Domenico Colombo dois terrenos em Legine, por 250 libras, que o tecelão deveria

<sup>483</sup> *De insulis meridianis atque Indici Maris nuper inventis*, s/l, s/ d, transcrito in *CDD*, doc. 246, pp. 690 & sqq.; versão castelhana in Gil & Varela, *Cartas...*, pp. 192-193.

<sup>484</sup> *CDD*, I, doc. 193, pp. 575 & sqq.; Gil & Varela, *Cartas...*, doc. X, p. 206.

<sup>485</sup> Cf. Adelaida Sagarra Gamazo, “Diego Álvarez Chanca, primer espía en América”, *Dialnet*, 3064451, pp. 19-40.

pagar em peças de fazenda no prazo de cinco anos <sup>486</sup>; já em más condições financeiras, Domenico não saldou a dívida, mas Corrado, magnanimamente, deixou-o até à morte na posse da propriedade, que o pai do achador do Novo Mundo pôde assim arrendar a terceiros em 1481 por ato notarial. O Almirante não estava, evidentemente, em condições de saldar as dívidas paternas, pois ao regressar da sua primeira viagem estava ainda a dever 800.000 maravedis a Juanoto Berardi; mas previa que esta segunda expedição que ora empreendia fosse rendosa. Foi certamente por se sentir moralmente em dívida para com a família Da Cuneo que Cristóvão Colombo convidou Michele a acompanhá-lo na sua expedição de 1493, de que poderia retirar bons lucros e, de certo modo, compensar-se assim da insolvência de Domenico. E destarte se explica a sua precoce ida às Antilhas, onde, no dizer de Pedro Mártir, afirmava o Almirante: *maxima eorum quæ mortales omnes totis viribus sequimur commoda prouentura*, ou seja, “de onde hão de provir as maiores quantidades daquelas cousas, que nós todos, mortais, buscamos de todas as nossas forças” <sup>487</sup>, identificando a Espanhola com Ofir, de onde vinham a Salomão ouro, prata, marfim e pedras preciosas <sup>488</sup>. Do negócio que aí terá feito apenas sabemos, pelo seu próprio testemunho, que participou em Cibao num resgate de ouro em que se recolheram legalmente 2.000 castelhanos, ou seja, o correspondente a 9 kg de metal amarelo, fora outros mil castelhanos, portanto 4,5 kg, que foram contrabandeados. Por outro lado recebeu do vice-rei a doação de uma ilha adjacente à Espanhola, de 110 km<sup>2</sup> de superfície (cerca de duas vezes a Graciosa, quase tanto como as Flores), que em honra de sua terra natal recebeu o nome de *Isla Saona*, de que usa ainda hoje. A doação foi-lhe feita por ato notarial; e, em sinal de posse, Cuneo, como soía ao tempo fazer-se, cortou nela ervas e árvores e plantou uma cruz.

Foi só mais tarde, já depois da morte de Domenico Colombo, que Sebastiano, filho de Corrado e portanto, ao que parece, irmão de Michele, veio a exigir de Cristóvão e de Giacomo ou Diego Colombo o pagamento da dívida paterna — o que lhes foi intimado por notificação judicial de 8.IV.1500 <sup>489</sup> {74}. Como foram dados por ausentes, “nas partes de Espanha, como foi e é notório”, foram a 26.I.1501 responsabilizados seus vizinhos de Savona, como era norma aí <sup>490</sup> {75}. Quer a notificação quer a imputação

---

<sup>486</sup> Compra de dois terrenos em Legine, Valcalda (Savona), ato notarial de 19.VIII.1474, transcrito nas *Annotationes Ivlii Salinerii Ivreconsvl. Savonensis ad Cornelium Tacitum*, Génova, 1602, p. 342, por seu turno transcrito in *RC*, p. II, vol. I, doc. lvi, e por Harisse, vol. II, apêndice A, doc. xxvi, pp. 427-428.

<sup>487</sup> *Década I*, cap. i, fl 4 v (p. 42).

<sup>488</sup> I Rs, 9, 28; 10, 11 & 10, 22; II Cr, 8,18 & 9, 10; Is 13, 12; SI 44 (45), 10.

<sup>489</sup> *Annotationes...*, p. 348; *RC*, p. II, vol. I, doc. lxxxviii; Harisse, vol. II, apêndice A, doc. xxxix-xlii, pp. 445-449.

<sup>490</sup> *Annotationes...*, p. 351; *RC*, p. II, vol. I, doc. lxxxviii; Harisse, vol. II, apêndice A, doc. xliii, pp. 449-450.

da dívida aos vizinhos confirmam a identidade entre o filho do tecelão de Génova domiciliado em Savona e o descobridor da América.

O porta-voz da *Colón* conhece certamente o teor de ambos esses documentos, de que, como é seu hábito, nas suas alegações cita apenas o que lhe convém — sem contudo parecer ter compreendido bem o seu exato sentido, pois exprime-se assim: “Em Abril de 1500, Cristóvão e Giacomo, filhos de Domenico Colombo, são sentenciados a pagar uma dívida, sendo indicado estarem 'ausentes para lá de Pisa e de Nice' (cidades em sentidos opostos em relação a Génova)”. O que parece não haver compreendido é que nem Nice nem Pisa estão no texto da notificação como Pilatus no *Credo*: Nice de um lado constituía o limite ocidental, Pisa o oriental da Senhoria de Génova, da qual por conseguinte estavam ausentes. E o que lhe fica no tinteiro, por certo porque lhe não convinha, é o que se segue: ... *et in partibus Hispaniae commorantes, ut notorium fuit et est...*, “morando nas partes da Espanha, como a todos foi e é notório...”.

Foi provavelmente para regular definitivamente esta pendência que D. Diego Colón, segundo Almirante do Mar Oceano, filho e sucessor do primeiro, passou em Santo Domingo, a 14.I.1514, perante o notário Benito Muñoz, uma procuração ao marinheiro savonense Leone Pancaldo (que cinco anos mais tarde havia de ser um dos pilotos de Magalhães), que este a 30.III.1515, no decurso de uma visita a Savona, subestabeleceu num certo António Romana, que aí exercia o mister de tosador de panos. Ignoramos, contudo, o fim da história <sup>491</sup>; provavelmente, ficaram quites.

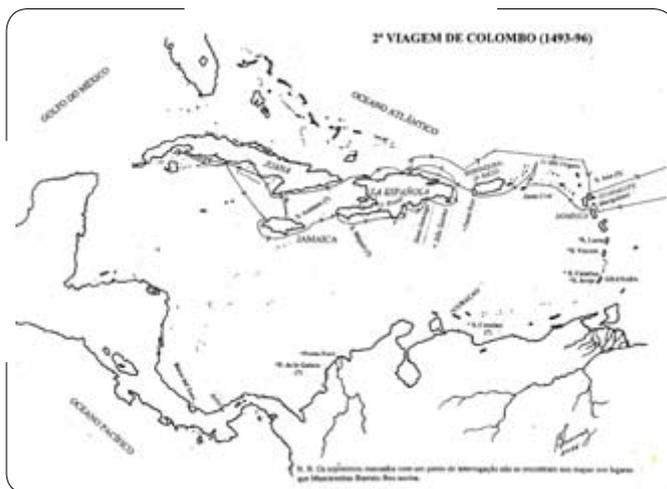
Seja como for, deve-se a Michele da Cuneo o que era até há pouco o mais completo relato da segunda viagem colombina, descoberto em 1885 na Biblioteca Universitária de Bolonha — pois o do Dr. Chanca, regressado a Espanha com a armada de António de Torres, que zarpou da Espanhola a 2.II.1494, não foca senão a primeira parte da jornada <sup>492</sup>. O relato de Cuneo consta de uma carta escrita em Savona entre 15 e 28 de Outubro de 1495, e endereçada ao nobre genovês Gerolamo Annari, grande amigo de Bartolomeu Colombo, de quem insistentemente pedira notícias {76}; tem por título “Sobre as novidades das ilhas do Oceano Hespérico descobertas por D. Cristóvão Colombo genovês” {77} e além de relatar passo a passo a expedição, presta particular atenção à flora e à fauna das Antilhas. Só o recente descobrimento em Tarragona das cartas-relatórios de Colombo aos Reis Católicos, dando minudente conta desta sua expedição, o veio a ultrapassar.

<sup>491</sup> Harisse, vol. II, apêndice A, doc. xliv.

<sup>492</sup> Cf. Fernando Portuondo, *El segundo viaje de descubrimiento. (Cartas de Miguel de Cúneo y Diego Alvarez Chanca)* Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1977; Antonio Núñez Jiménez, *Michele da Cuneo nel nuovo mondo*, Dan. Er. Ed., Savona, 1994, com a versão italiana original do texto, transcrita do manuscrito. Podem ver-se os relatos de Chanca, Cuneo e Coma (retrovertidos em castelhano) in Gil & Varela, *Cartas...*, doc. vii, viii & xvi, pp. 152-203 & 260-235.

Os preparativos para a grande armada com que Colombo partia pela segunda vez para as Índias Ocidentais começaram em Maio de 1493 e foram assaz morosos; são numerosos os documentos que nos permitem segui-los passo a passo <sup>493</sup>. Entretanto confirmaram os Reis a Colombo os títulos e privilégios que lhe haviam outorgado em 1492 em Granada <sup>494</sup>, emitindo ao mesmo tempo uma carta patente em que ordenavam aos capitães e gente de mar que lhe obedecessem como capitão-geral <sup>495</sup>. Foi também nessa ocasião que o autorizaram a incluir nas suas armas os emblemas de Castela e Leão com as cores modificadas, como vimos já. Talvez por causa da sua origem modesta, nem todos o acataram e os monarcas viram-se obrigados a admoestar por escrito João de Sória, secretário do príncipe D. João <sup>496</sup>. Para zelar pelos interesses do fisco nomearam o *alguacil de Casa y Corte* Bernal Díaz de Pisa para que atuasse como lugartenente dos contadores-mores, dando-lhe instruções detalhadas <sup>497</sup>. O Almirante recebera já as suas, que versavam sobretudo sobre os preceitos administrativos a observar <sup>498</sup>.

As coisas com Portugal não estavam ainda arranjadas quando, finalmente, a 25.IX.1493, Colombo abalou de Cádiz para a sua segunda viagem. Levava ao todo 17 navios, cinco naus e doze caravelas, como diz Bernáldez e dá a entender Pedro Mártir, ainda que Cuneo,



A segunda viagem de Colombo

<sup>493</sup> Vide *CDD*, I, doc. 56-168, pp. 309-482.

<sup>494</sup> Carta régia de Barcelona, 28.V.1493, *CDD*, I, doc. 111, pp. 393-399.

<sup>495</sup> Idem, *idibem*, doc. 112, pp. 401-402.

<sup>496</sup> Cartas de Barcelona, 5.VIII.1493 & 18.VIII.1493, *ibidem*, doc. 161 & 166, p. 473 & 481.

<sup>497</sup> Mandato e instruções de Barcelona, 7.VI.1493, *ibidem*, doc. 125-127, pp. 423-427.

<sup>498</sup> Barcelona, 729.V.1493, *ibidem*, doc. 119, pp. 412-417.

intrevertendo as coisas, diga que eram quinze velas quadradas e duas latinas, o que é totalmente improvável; a bordo, entre tripulantes e futuros colonos, seguiam umas 1.500 pessoas, dos quais 1.200 eram, segundo o cura de Los Palacios <sup>499</sup>, *hombres de pelea, para quedar allá prosiguiendo la posesion de la tierra, e para ejercitar e saber del oro lo cierto, y adquirirlo para el Rey é Reina, quier por grado, quier por fuerza.*

Além de marinheiros e soldados iam mestres de diversos officios, com suas ferramentas, em especial, como Colombo diz, para *fabricar çiudad y villa*; iam também 24 cavalos, 10 éguas, 3 mulas, gado de várias sortes para fazer criação, do caprino ao vacum passando pelo suíno, sementes de trigo e de cevada, mudas de árvores frutíferas e canas de açúcar, fadadas, como é bem sabido, para fazer fortuna no novo continente. Os cavalos, desconhecidos no Novo Mundo, valiam cada um, como o Almirante confienciaria aos Reis, mais do que uma fortaleza <sup>500</sup>, pois os índios temiam-nos e fugiam deles, de modo que um só cavaleiro conseguia pôr em fuga três mil homens; pensavam que voassem, que falassem e que entendessem o que se lhes dissesse...

As espécies alimentares destinadas a serem plantadas na ilha foram escolhidas um pouco ao calhar, já que nem todas as que medram na faixa mediterrânica, onde a época chuvosa coincide com o inverno, se adaptam a climas tropicais, em que coincide com o verão. Daí a dificuldade que os portugueses haviam sentido em colonizar Cabo Verde, onde os recursos locais em matéria de plantas alimentares eram poucos senão nulos. Em contraste com o que se passara na Madeira e nos Açores, onde quase todas as plantas do continente se adaptavam, os cereais de sequeiro como o trigo, a cevada, etc., não se aclimatavam, pois semeados de inverno morriam à falta de água, ao passo que semeados de verão apodreciam na terra devido à combinação de calor e humidade. O arroz africano (*Oryza glaberrima*, Steud.), de côr avermelhada, domesticado há dois ou três mil anos nas bacias do Senegal e do Níger, dava bons resultados; mas escasseavam os vales irrigáveis para o cultivar. Trazido da costa africana fronteira para o arquipélago, foi depois daí levado para o Brasil, onde foi cultivado até à época do Marquês de Pombal, que promoveu o cultivo do arroz asiático (*Oryza sativa*, L.), conhecido na Europa de longa data e mencionado já na *História das Plantas* de Teofrasto de Éreso (c. 371-288 A. C.). O que finalmente permitiu ao povoamento de Cabo Verde progredir foi o descobrimento do Brasil, onde foi providencialmente achado um cereal adaptado à combinação de calor com humidade, o milho-maiz. Castela não tinha a mesma experiência neste campo; não admira, pois, que muitas das plantas que Colombo tentou aclimatar na Espanhola, como o trigo e a cevada, fossem mal escolhidas e predestinadas a não prosperarem.

Para evangelizar os índios e assistir aos colonos iam alguns clérigos, entre os quais os catalães Frei Bernat Boïl ou Bernardo Buil ou ainda Boyl, da ordem dos Frades Mínimos de S. Francisco de Paula, nomeado vigário apostólico nas Índias <sup>501</sup>,

<sup>499</sup> cap. cxx, *ed. cit.* p. 668.

<sup>500</sup> Carta de Colombo aos Reis, Abril-Maio de 1494, Varela y Gil, *Textos...*, doc. xi, p. 284.

<sup>501</sup> Cf. A bula *Piis fidelium* de Alexandre VI, Roma, 25.VI.1493, *CDD*, I, doc. 132, pp. 432-434.

e Frei Ramón Pané, frade jerónimo a quem se iria dever a primeira suma etnográfica sobre os nativos da Espanhola <sup>502</sup>. Colombo acabaria, coisa de um ano e picos mais tarde, por se desentender com Frei Buil, de que, com razão ou sem ela, suspeitava ser um espião enviado pelo rei de Aragão, D. Fernando, para o vigiar.

Como médico, autorizado pelos Reis a seu pedido, seguia com a armada <sup>503</sup> o Dr. Chanca, de Sevilha. Giacomo Colombo, dito agora Diego Colón, que Cristóvão mandara chamar, acompanhava a expedição. A bordo seguia apenas um dos índios *ciguayos* que no ano anterior o Almirante apanhara no Porto das Flechas, em Samaná, pois os outros três haviam-se finado em Espanha de varíola, doença desconhecida no Novo Mundo, para a qual não possuíam defesas naturais.

Alguém avisara Colombo de que na Madeira, por ordem de D. João II, haviam armado uma caravela para o intercetar {78}; e escrevera aos Reis, que estavam em Barcelona, pedindo instruções. Propunha-se destacar alguns dos navios da sua frota para apresiar a caravela. Responderam-lhe que o podia fazer, mas sem perder tempo, pois se avizinhava o inverno; nas entrelinhas pode quicá ler-se também o desejo de não protelar a expedição, que poria D. João II perante o facto consumado da presença castelhana na Espanhola. Punham-lhe apenas como condição que de modo algum se acercasse nem da Guiné nem da Mina; e que, para evitar inúteis problemas, procurasse passar longe do Cabo S. Vicente. Quanto à armada, mais potente, que em Portugal se preparava, que lhe fizesse frente, se acaso o fosse desinquietar nas Antilhas <sup>504</sup>.

A frota fez escala na ilha Gomeira, de que era governadora D. Beatriz de Bobadilla (1462-1504) — viúva do capitão Hernán Peraza, *el Joven*, morto em 1488 por seus súbditos em revolta, e portanto nora de Inés Peraza, de quem falámos já — por quem, segundo Cuneo, em tempos nutrira o Almirante uma paixão; mas, ao que parece, apenas se demorou lá cerca de uma semana, que aproveitou para fazer aguada e provisões. Segundo Las Casas foi aí que foram embarcadas quer a mor parte do gado destinado a criação nas Índias quer as mudas de citrinos e outras árvores frutíferas a plantar lá.

Foi assim que, provávelmente a 13 de Outubro, a armada abalou da Gomeira. Essa data é a indicada por Chanca, Cúneo e Pedro Mártir, conquanto a carta de Colombo aos Reis e a *História do Almirante* digam 7, o que se não coaduna com a chegada às Antilhas a 3 de Novembro, “ao cabo de vinte dias de navegação”.

<sup>502</sup> Transcrita por D. Hernando, *HA*, cap. lxii (lxi).

<sup>503</sup> Carta dos Reis a Álvaro Chanca, Barcelona, 23.V.1493, *CDD*, I, doc. 89, p. 361.

<sup>504</sup> Carta dos Reis a Colombo, Barcelona 18.VIII.1493, Navarrete, I, doc. lxxvii, pp. 356-357.

Quando se afastou 100 léguas das Canárias, Colombo deve ter começado a sentir-se mais tranquilo: entrava nos seus domínios, que lhe haviam concedido os Reis, e estes tinham a sua posição consolidada graças às bulas do Papa. Na primeira viagem, por ordem dos monarcas, seguira *grosso modo* o paralelo da Gomeira; mas agora, munido do privilégio pontifício, podia sem riscos optar por um rumo mais meridional. Em mente deveria estar empreendendo na misteriosa desapareição do Cipango, que segundo Marco Polo, jazia 375 léguas aquém do Cataio, mas com que na primeira viagem não topara. Talvez que este fosse identificável com a Espanhola e Cuba fosse então o Cataio; mas o extremo da Espanhola fica apenas a 87 km, portanto c. 15 léguas, daquela e não a 375... Por outro lado, segundo as cartas de que dispunha, que deviam coincidir com o globo de Behaim, as costas do Cipango estendiam-se no sentido norte-sul, ao passo que as de Cuba e da Espanhola corriam leste-oeste. Era portanto possível que o Cipango, que os cartógrafos pintavam atravessado pelo trópico, quedasse mais a sul e mais aquém. Por outro lado ansiava quiçá por verificar se *Canibe*, a SE da Espanhola, era terra de antropófagos, como os índios lhe diziam, se o reino do Grão Cã, como em Janeiro lhe passara pela cabeça; e, tanto pelo que soubera dos índios da Espanhola em Janeiro, como pelo que diziam agora os que consigo trazia conhecia aproximadamente a posição geográfica das suas ilhas.

A sua intuição de marinheiro fez o resto; e assim em vez de rumar em direitura a oeste, como da primeira vez, adotou o rumo oés-sueste. Então, a 3 de Novembro, ao cabo de apenas 20 dias de navegação, aterrou nas Pequenas Antilhas, a c. 16° N. Foi devido a essa celeridade que a mesma rota veio a ser adotada, como sendo a mais expedita, em viagens posteriores, enquanto durou a navegação à vela; de facto, fazendo a travessia do Atlântico aproximadamente à latitude do trópico, há forte probabilidade de, graças aos aliseos, ter vento de feição ao longo de toda o trajeto. Tal como o regresso pelos Açores, essa era considerada “uma viagem segura” e por isso, poucos anos volvidos, as seguradoras não cobravam mais do que 5% do capital arriscado como seguro de viagem <sup>505</sup>.

Como era um domingo, Colombo deu à primeira ilha que avistaram o nome de Domínica; não desembarcaram nela, por não acharem bom ancoradouro e se lhes afigurar inóspita. Mais tarde tentaram estabelecer-se nela alguns espanhóis, mas foram expulsos pelos aguerridos indígenas, de modo que a ilha quedou devoluta até ser incorporada nos domínios franceses em 1632 pela *Compagnie des îles d'Amérique*. Em 1761, durante a Guerra dos Sete Anos, foi ocupada pelos britânicos,

---

<sup>505</sup> O “Anónimo Milanês”, c. 1517-19, in *Italian Reports on America*, p. 241 (trad. inglesa, p. 115).



que dista pouco, mais visível porque mais montanhosa, pois segundo vários testemunhas presenciais avistaram nesse dia seis ilhas; mas de momento não se interessaram por ela. O seu nome não parece dever-se a Colombo, pois não consta de nenhum dos textos colombinos, embora na sua quarta viagem o Almirante, animado pelo sucesso da rota adôta na segunda, tenha de novo rumado em direitura das Canárias às Antilhas Menores, vindo a aterrar na Martinica.

As Antilhas Menores, que se estendem entre a Trinidad e Porto Rico, formam um rosário de ilhas vulcânicas, com excepção das de Tobago e Barbados que são ilhas sedimentares, formadas por acreção; tanto umas como outras foram originadas pela subdução da crosta oceânica da placa sul-americana sob a das Caraíbas. São de parcas dimensões, sendo a maior delas a de Guadalupe, que mede 1.628 km<sup>2</sup>, um pouco mais do dobro da Madeira (753 km<sup>2</sup>). Eram na época do descobrimento povoadas de *caribes* ou *canibes*, que haviam expulsado, dominado ou tragado os tainos que aí os haviam precedido; é da forma *canib* que deriva o termo *canibal* por que muitas vezes se designam os antropófagos, ao passo que da forma *carib* deriva o inócuo topónimo *Caraíbas*, freqüentemente aplicado às Antilhas. A sua língua era ao que parece longinquamente aparentada à dos tainos com que Colombo lidara na primeira viagem, integrando-se como ela no vasto grupo macroarahuaco ou arawak *lato sensu*, representado por numerosas etnias, dispersas entre a Florida, o sul do Brasil e as marcas orientais do Peru; outros autores, no entanto, preferem descrevê-la como uma língua de contacto, de natureza híbrida, em que coexistem elementos de ambas as origens karib e arawak <sup>508</sup>. A arqueologia mostra-nos que foi entre 900 e 1200 A. D. que os caribes afluíram das costas das atuais Colômbia e Venezuela às Antilhas Menores, até à ilha Dominica, de onde lançavam freqüentes ataques às terras povoadas pelos pacíficos tainos.

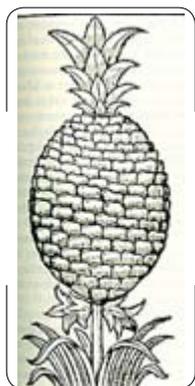
Colombo desembarcou numa pequena ilha vizinha da Dominica, a que chamou Galana, Maria Galana ou Marigalante (forma esta que veio a prevalecer), do nome da sua nau capitaina, *Maria Galante*; aí, com toda a solenidade lavrou, em nome da Coroa de Castela, auto de posse de todas as ilhas que haviam avistado. Dessa ilha passaram à de Guadalupe, onde fundearam e permaneceram seis dias. Foi aí que Colombo descobriu o ananás [*Ananas comosus*, (L.), Merr., da família das Bromeliáceas], de que não dera fé na sua primeira expedição:

Acharam outrossim abóboras e certas frutas que pareciam pinhas verdes, como as nossas, se bem que assaz maiores e, dentro, cheias de polpa maciça, como o melão, mas de muito mais suave odor e sabor; as quais nascem em plantas como os lírios e o aloés pelos campos, conquanto sejam melhores as que cultivam, como ao depois se soube <sup>509</sup>.

<sup>508</sup> Spike Gildea, “La famille caribe”, in Emilio Bonvini, Joëlle Busuttill & Alain Peyraube (dir.), *Dictionnaire des langues*, Quadrige, Presses Uniersitaires de France, Paris, 2011, pp. 1441 & sqq.

<sup>509</sup> *HA*, cap. xlvi (xlvii).

A comparação com os lírios (*Lilium spp.*, L., das Liliáceas) e sobretudo com o aloés, dito também azebre e erva-babosa [*Aloe vera*, (L.) Burm, das Asfodeláceas, Liliáceas *lato sensu*], cujas folhas são também espinhosas, é justa, pois trata-se em todos os casos de monocotiledóneas, de folhas lineares, sem reticulado de nervuras. O nome *pinha* que, por analogia, lhe deu Colombo, permaneceu em uso em castelhano; mas na maioria das línguas foi substituído por *ananás*, de origem tupi-guarani, a entremostrear que terá sido sobretudo a partir do Brasil que a planta se difundiu. A primeira menção escrita que aí lhe achamos data de 1556, quando os franceses se estabeleceram na baía de Guanabara, pois ocorre nas *Singularitez de la France Antarctique* de André Thévet<sup>510</sup>. Em tupi o nome é *na'na*, mas o *s* do plural português acabou por se estender ao singular, como sucedeu por exemplo também com *pires* (do malaio *piring*, “pratinho”), como na linguagem popular se passa com *filhós* (plural de *filhó*), etc. Foi do Brasil que, em datas impossíveis de precisar, o ananás foi levado para a costa africana e para a Índia. Acha-se um curioso testemunho da sua presença no Hindustão nas memórias do grão-mogol Jahāngīr (r. 1605-27)<sup>511</sup>, em cuja introdução geográfica o soberano refere que “nos portos dos Frangues se cria um fruto a que eles chamam *ananās*, de extremada fragrância e refinado sabor”.



**O ananás**

Ilustração do “Sommario della naturale e generale istoria dell’Indie Occidentali” di Gonzalo Ferdinando d’Oviedo na versão italiana de Giovanni Battista Ramusio (1485-1557), *Delle Navigazioni et Viaggi*, Veneza, 1550-1559



**A piteira**

Ilustração dos *Historiæ Rerum Naturalium Brasiliæ Libri Octo* de Jorge Marcgrave de Liebstad, Luís Elzevírio, Amesterdão, 1684, livro I, cap. xviii: “*Caraguatá*, em português *erva babosa*, em latim *aloés* (...). Nota: Esta planta é da mesma espécie do Magüey, ou Metl dos mexicanos, da qual se encontram várias espécies”.

<sup>510</sup> Frank Lestringant, *Le Brésil d’André Thevet - Les Singularités de la France Antarctique (1557)*, édition intégrale établie, présentée & annotée par..., Éd. Chandeigne, Paris, 1997, cap. xlvi, pp. 183.

<sup>511</sup> Alexander Rogers & Henry Beveridge (trad. & ed.), *Tūzuk-i-Jahāngīrī or Memoirs of Jahāngīr*; 2 vols, 1909-14 [reimp. Low Price Publications, Delhi, 1994], p. 5.

O ananás é igualmente descrito por Michele da Cuneo, que o diz semelhante mas quatro vezes maior que a *archigioca*, *happax* que corresponde com toda a probabilidade a uma adaptação do castelhano *alcarchofa* ou *alcachofa*, “alcachofra” (*Cynara cardunculus* L., da família das Compostas), dita *carciofo* em italiano literário — planta que embora botanicamente muito distante do ananás se lhe assemelha no aspeto. Sob diversos nomes nativos, como *yayama*, *boniama* e *yayagua*, que correspondem aparentemente a outras tantas variedades da planta, descreve-a mais tarde em pormenor o cronista Oviedo <sup>512</sup>.

Para além do ananás Colombo noticia a Suas Altezas, com o òtimismo habitual, o achado de numerosos produtos comercializáveis: em primeiro lugar canela (provavelmente a mesma espécie de *Cinnamodendron* com que dera na primeira viagem), ainda que de sabor amargo; tal como no caso na almécega que não coalhava, Colombo não percebeu que estava perante uma espécie botânica diferente, e logo engendrou uma explicação para o seu amargor: *creo que proçede por la sazón y adovo del tiempo*; e só de olhar para ela ou de a levar à boca concluiu incontinentemente que era *sana e probechosa mucho a la persona*. Já Simão Verde, que em geral se mostra muito céptico em relação ao que escutara dos regressados do Novo Mundo em 1493, diz que trouxeram “certa casca de árvore que se atrevem a dizer que é canela”... Para além da canela havia infinitas frutas, que não especifica, almécega, incenso, cera, mel, muitas resinas, aloés, sândalo, *espoliofêlio* (*happax* que se não sabe a que possa corresponder), gengibre finíssimo e o *axí* ou pimento com que topara no decurso da viagem precedente.

A vizinhança entre cera e mel na lista inclinaria a pensar que se tratasse da vulgar cera de abelha. Não é contudo impossível que se trate de um produto vegetal, extraído do *Ceroxylon alpinum*, Bonpl., uma palmeira abundante sobretudo na Colômbia sobre a qual, como veremos a seguir, o Dr. Diego Álvarez Chanca se detém mais longamente. Nesse caso é de admitir que Colombo apenas tenha visto cera vegetal e que o mel que inclui na lista seja simplesmente produto da sua imaginação, òtimismo e desejo de mostrar serviço aos Reis Católicos. José de Acosta <sup>513</sup> notaria mais tarde que nas Índias apenas se acham colmeias silvestres, nas árvores ou então subterrâneas, e são de pouco sumo, pelo que *más parecen paja dulce que panales de miel*, e que o mel que deles se obtém é azedo e negro.

O aloé ou aloés aqui referido nada tem a ver com o lenho-aloés, de que se falou já a propósito da primeira viagem, mas coincide com aquele a cujas folhas foram acima comparadas às do ananás. Diga-se entre parêntesis que se não sabe exatadamente por

---

<sup>512</sup> *HI*, VII, xiv.

<sup>513</sup> *HNMI*, livº IV, cap. xxxiv.

que razão veio a águila ou calambuco a receber o nome de *lenho-aloés*. É devido a essa polissémia que se não sabe ao certo se as “100 libras de mirra e aloés” que, segundo o Evangelho de S. João, Nicodemos forneceu para embalsamar o corpo de Cristo <sup>514</sup> consistiam num ou noutro produto. Tanto a mirra, oriunda da Península Arábica, como o aloés, vulgar na zona mediterrânica, eram fãcilmente encontráveis na Palestina; quanto ao lenho-aloés, conquanto provindo do Sueste Asiático, aparecia já na época de Cristo nos mercados do Império Romano, tendo sido, c. 65 A. C., descrita por Dioscórides, sob o nome de Ἐγγύλλοχος (que reaparece na classificação botânica *Aquillaria agallocha*, Roxb., considerada sinónima de *A. malaccensis*, Lam.). Quanto às várias espécies de aloés pròpriamente dito, pertencem todas ao Velho Mundo; o nome de *Aloe barbadensis*, “aloés de Barbados”, dado por Philip Miller (1691-1771) a uma das espécies de aloés induz em erro: trata-se a final da mesma espécie normalmente descrita como *Aloe vera*, (L.) Burm f., que foi introduzida nos Barbados pela colonização europeia e é na realidade originária do sul da Arábia.

Com toda a probabilidade Colombo refere-se aqui à piteira ou *magüey* (*Agave americana*, L., da família das Agaváceas) <sup>515</sup>, hoje muito comum em toda a faixa mediterrânica, cujo aspeto recorda o do aloés ou erva-babosa (*Aloe spp.*, L., das Asfodeláceas, tradicionalmente classificada nas Liliáceas *lato sensu*), pelo que é em inglês chamada de *American aloe*; aliás, botanicamente, não dista muito do aloé, pois ambas são Monocotiledóneas da ordem das *Asparagales*. É provàvelmente à mesma espécie que se refere Cuneo, explicando que cardam, curtem e fiam dela um fio, fino ou grosso mas muito resistente, de que fazem redes de pesca. Parece, com efeito, que o sisal (*Agave sisalana*, Perrine), congénere da piteira, oriundo do Iucatão e conhecido também no México por *hanequén*, só no século XIX começou a ser industrializado, tendo então sido levado para as Antilhas, para África e partes da Ásia como planta têxtil para alimentar as indústrias da Europa.

Quanto ao “sândalo” (*Santalum album*, L., das Santaláceas) é planta originária de Timor e ilhas circunvizinhas, embora tenha sido introduzida na Índia, em torno de Maiçur, nos primeiros séculos da nossa era, por certo por mercadores indianos que o trouxeram da Insulíndia; mas há nas Antilhas plantas resinosas que exalam um odor semelhante, como a *Amyris balsamifera*, L., das Rutáceas, dita em inglês “West Indies sandalwood”, e a *Amyris elemifera*, L., que podem ter induzido Colombo em erro.

---

<sup>514</sup> Jo 19, 40.

<sup>515</sup> Cf. Oviedo, *HGNI*, livº XI, cap. xi; J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xxiii.

Segundo João de Bardi <sup>516</sup>, este enviou para Espanha amostras desse “sândalo”, bem assim como de outras madeiras aromáticas com que deparou.

Quanto a “gingibre” (*Zingiber officinale*, Roscoe, da família das Zingiberáceas), trata-se de uma planta da região indo-malaia, que se aclimatou desde cedo ao Brasil e às Antilhas, onde, porém, não é indígena; a sua introdução deve ser posterior a 1518, pois nesse ano Carlos V prometeu 20.000 maravedis em padrão de juro perpétuo, a todo o colono que lograsse produzir no Novo Continente dez libras de gengibre, cravo ou canela <sup>517</sup>. Em 1574 Monardes refere também o gengibre entre as “plantas medicinais que se trazem das nossas Índias”, mas frisa que se trata de gengibre asiático, trazido para o Novo Mundo por D. Francisco de Mendoça, filho de D. António de Mendoça, vice-rei do Peru de 1551 a 1552 <sup>518</sup>. Na América há uma planta que produz um rizoma com propriedades semelhantes, chamada “gingibre-do-canadá” (*Asarum canadense*, L., da família das Aristoloquiáceas) mas o seu *habitat* é muito mais setentrional, não atingindo as Antilhas. Não entrevemos, portanto, qual a espécie botânica que tanto o Almirante como o Dr. Chanca tomaram por gengibre <sup>519</sup>.

Já Frei Bartolomeu de las Casas <sup>520</sup> se sentiu confundido com a profusão de especiarias, drogas e outras riquezas que ao fim da sua terceira viagem Colombo se gabava de ter achado:

*grano de cobre de nacimiento de seis arrobas, azul, lácar, ámbar, algodón, pimienta, canela, brasil infinito, estoraque, sándalos blancos y cetrinos, lino aloés, jengibre, incienso, mirabolanos de toda especie, perlas finísimas y perlas bermejas, de que dice Marco Paulo que valen más que las blancas...*

E comenta, com menos entusiasmo mas mais sensatez, e com a experiência de mais de quarenta anos que passou nas Índias (1502-47):

*Cerca de lo que dice de la canela y aloés y jinjibre, incienso, mirabolanos, sándalos, nunca los vi en esta isla, al menos no los cognosci; lo que dice del lino debe querer decir cabuya [Furcraea cabuya, Trel., planta têxtil da famílias das Agaváceas, semelhante ao sisal] (...).*

<sup>516</sup> Carta a alguém da corte de Francisco II Gonzaga, duque de Mântua, Sevilha 19.IV.1494, Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xi, pp. 212-215

<sup>517</sup> Maria Justina Sarabia Viejo, “Posibilidades de la Especería Mejicana en la Economía Mundial del siglo XVI”, in *Andalucía y América en el Siglo XVI - Actas de las II Jornadas de Andalucía y América (Universidad de Santa María de la Rábida, Marzo - 1982)*, Sevilha, 1983, pp. 389-411.

<sup>518</sup> *op. cit.*, fl 99 v - 100.

<sup>519</sup> *Relación del Segundo Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. viii, pp. 235 & sqq.

<sup>520</sup> *HI*, I, cxlviii.

*Estoraque nunca lo olí sino en la isla de Cuba, pero no lo vide; y esto es cierto que en Cuba debe haber árboles dello o de resina que huele como ello, porque nunca lo olíamos sino en los fuegos que hacen los indios de la leña que queman en sus casas, el qual es olor perfectísimo, cierto. Incienso nunca yo supe que en estas islas se hallase.*

Sempre curioso de plantas que pudessem servir de mēzinha, Diego Álvarez Chanca notara, logo em Marigalante, a presença de árvores, semelhantes a loureiros, cuja folha *tenía el más fino olor de clavos que nunca vi* <sup>521</sup>. Ao contrário do que foi já aventado, não se pode de modo algum tratar de malagueta (*Aframomum melegueta*, K. Schum., das Zingiberáceas) ou grão-do-paráiso, que é uma espécie africana semelhante ao cardamomo asiático, que não existia na América; nem tampouco de *axi* ou pimento (modernamente alcunhado, quando picante, de *malagueta*), que nem é árvore nem cheira a cravo, nem cheira a cousa nenhuma; trata-se provavelmente de pimenta-de-chiapas ou pimenta-jamaíca, mais conhecida nos Açores por pau-de-cravo [*Pimenta dioica*, (L.) Merr. da família das Mirtáceas], que é de facto botanicamente aparentada ao cravinho. Ambos são, como também a folha da mor parte das caneleiras, ricas em eugenol (C<sub>10</sub> H<sub>12</sub> O<sub>2</sub>), e daí lhes advém o odor que o médico sevilhano notou. É curioso que ninguém tenha atentado nas bagas: ou não se estava na época da frutificação, ou o exemplar com que toparam era macho — pois, tal como por exemplo o zimbro, a alfarrobeira, a papaieira e os *kiwis*, a árvore é dioica, ou seja, apresenta macho e fêmea; e, como é lógico, só esta produz fruto. Cremos ser esta a planta que mais tarde Fr. Francisco Ximénez descreverá sob o nome de “*xocoxochitl* (*i. e.* “flor azeda”) ou pimenta de Tabasco” <sup>522</sup>.

Havia também uns frutos bem-cheirosos, que pareciam maçãs; e houve quem não soubesse resistir à tentação de os levar à boca e tenha de imediato ficado com incrível ardor na boca e grande inchaço na cara; tratava-se certamente da *Hippomane mancinella*, L., da família das Euforbiáceas, muito tóxica, a que em castelhano se chama hoje *manzanilla de la muerte*. O nome de *mancenilheira* é uma adaptação do castelhano, pois a planta não ocorre nem em Portugal nem no Brasil. Tanto Oviedo <sup>523</sup> como Fr. Francisco Ximénez <sup>524</sup> atestam que era com esta erva que os caribes empeçonhavam as suas frechas.

Mais otimista ainda que Colombo e Chanca se mostra Guilherme Coma, que às drogas e especiarias que aqueles referem ajunta ainda cravo, “com ramos de três

<sup>521</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, p. 158.

<sup>522</sup> livº I, p. i. cap v, pp. 7-8.

<sup>523</sup> *Sumario...*, cap. lxxvii; *HGNI*, livº IX, cap. xii.

<sup>524</sup> livº I, p. ii, cap. lxxxvi, pp. 82-83.

côvados”, almíscar e incenso “em quantidades inesgotáveis”<sup>525</sup>. Imaginando, quiçá, haver refeito o périplo de Hanon, Coma cria-se piamente nas Índias, talvez mesmo na Arábia, de onde provinham arómatos como a mirra, o incenso e o bdélio. *A priori*, nem tudo o que afirma é totalmente inversosímil, pois podiam ter tomada por cravo o pau-de-cravo ou pimenta-da-jamaica, que acabámos de referir, e por incenso qualquer resina aromática como o copal, usado para defumações pelos maias, ainda que hoje mais utilizado na confecção de tintas e vernizes; é extraído de diversas plantas como o jatobá (*Hymenaea courbaril*, L. das Leguminosas), comum nas Américas, onde em castelhano é por vezes designada por *algarroba*, por produzir vagens semelhantes a alfarrobas<sup>526</sup>. Fr. Francisco Ximénez deixou-nos a descrição de nove árvores mexicanas de que se pode extrair copal<sup>527</sup>; mas a que descreve sob o nome de “*mixquilt* ou algarrobo de acassia” é uma planta diferente, de folha recomposta como a do tamarindo, de que se extrai goma e tinta, e deve corresponder a uma ou mais espécies do género *Prosopis*. O *bálsamo de Tolú* referido por Monardes é extraído de uma outra árvore da mesma família, o *Myroxylon balsamum*, (L.) Harms, comum na América Central e NO da Meridional.

Só o almíscar nos deixa na dúvida, pois é aroma característico dos jacarés, com que Colombo apenas viria a topar na sua quarta viagem, visto não existirem nas Antilhas.

Como vamos ver, a identificação da Guadalupe com a Arábia fora sugerida por Colombo, num episódio que, sem dúvida, se passou nessa ilha, apenas narrado por Cuneo, mas que acha confirmação na carta de Simão Verde; ao contrário de Juan Gil que o coloca, a nosso ver corretamente, na Guadalupe, Manzano e, louvando-se nele, Luís Arranz, situam-no na Jamaica, no que, como veremos, não parecem ter razão.

Cuneo (que trata sempre Colombo de *armirante*, ao passo que a forma moderna em italiano é *ammiraglio*) refere-o numa espécie de *post-scriptum* à sua carta a Jerónimo Annari, sem o situar rigorosamente no espaço nem no tempo:

Item. Antes que chegássemos à Ilha Grande, [Colombo] disse-nos estas palavras:

— Senhores meus, quero conduzir-vos a um lugar de onde partiu um do três Magos, os quais vieram a adorar a Cristo; o qual lugar se chama Sabá.

Chegados que fomos a esse lugar, tendo perguntado o nome do lugar, nos foi respondido que se chamava *Sobo*.

Então disse o senhor Armirante que tudo era uma só palavra, mas não a pronunciavam tão corretamente. No qual lugar filhámos dois homens, dos quais um era cacique, isto é, rei, o qual nos

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 198.

<sup>526</sup> Cf. Monardes, livº I, fl 3 v-5

<sup>527</sup> livº I, p. i, cap. i-ix.

presenteou com muitas cousas. E querendo tornar a terra, o dito senhor armirante não quis, dizendo que queria exercitá-lo a descobrir terra, e que depois lhe daria boa licença. Então o dito rei, mostrando com o dedo o céu, lhe respondeu que Deus estava no céu, o qual tomava contas a todo o homem, e que os chamava a juízo perante Ele no devido tempo. A nosso ver era homem muito astuto.

Como numa cena assaz semelhante, que meses depois se passaria em Cuba e que ao seu tempo comentaremos, quer-nos parecer que mais de metade do discurso do cacique terá sido inventada pelo língua Diego Colón, um dos índios capturado em 1492 nas Lucaias, que fora já industriado na religião cristã. Foi também por certo da sua boca que Colombo, antes de desembarcar, soube o nome do tal lugar — o que lhe permitiu montar toda aquela *mise en scène* e, com a sua competência em mitologia bíblica, fazer perante os seus convidados um brilharete.

Ressaltam daqui, ao mesmo tempo, tanto a sua fértil imaginação como a sua grande ignorância de geografia histórica, ao supor que o reino de Sabá, tão gabado na Bíblia e na realidade situado no Iémen, se pudesse localizar numa ilha ao largo da costa do Cataio, por onde imaginava peregrinar!

Não nos parece provável que a cena se tenha passado na ilha hoje holandesa, de Sabá, sita a noroeste da Guadalupe e sueste das ilhas Virgens, a mais setentrional das ilhas vulcânicas das Antilhas Menores. A despeito das suas parcas dimensões (13 km<sup>2</sup>, menos um que a ilha do Corvo), o seu vulcão, de 887 m, é o ponto mais alto de todo o Reino dos Países Baixos. Há que notar que Cuneo jâmais utiliza o topónimo Guadalupe, designando-a por *Isola Grossa*, “Ilha Grande”, o que faz sentido no contexto das Antilhas Menores, de que é de facto a maior, ainda que não no conjunto do arquipélago caribenho, pois tanto Porto Rico como a Espanhola, a Jamaica e sobretudo Cuba, que Cuneo visitou em seguida, são bem mais vastas; mas em relação à Marigalante, de onde vinham, e à Desejada, que pelo menos avistaram, era de facto a “ilha grande”. Deve, pois, ter sido na Guadalupe que se passou a cena. Não nos quer por isso parecer que remonte a esta expedição o nome da ilha de Sabá, que não consta nem da documentação avulsa da época colombina, nem das crónicas de Oviedo ou de Las Casas; a dever-se tal nome a Colombo haveria que admitir que permaneceu pelo menos meio século em uso puramente oral. De qualquer modo, Sabá pode nesta expedição ter sido avistada; mas ninguém por então desembarcou nela.

Foi provavelmente na mesma descida a terra que toparam com um grupo de mulheres nuas e dois moços taínos, que haviam sido espoliados, apresados e deportados pelos caribes e imploraram aos espanhóis socorro e transporte até à sua pátria de origem, a ilha de Borinquen, a derradeira das Antilhas Maiores, imediatamente a leste da Espanhola. Colombo chamar-lhe-ia São João, mas o nome do seu ancoradouro principal, Porto Rico, acabou por se estender mais tarde à ilha no seu conjunto.

Os dois moços portorriquenhos tinham sido amputados do seu membro viril, provavelmente, como Colombo aventa na sua carta, para evitar que se metessem com as mulheres dos caribes enquanto não eram comidos, pois para efeitos de engorda a ablação dos testículos era sem dúvida suficiente.

O aprisionamento do cacique canibal — a quem Colombo certamente nunca fez tenção de ensinar, como na altura pretextou, a “arte de descobrir” — e dos jovens castrados, que não foram deixados em Porto Rico como queriam, mas enviados para Espanha como amostra, era útil ao Almirante para comprovar perante a corte a antropofagia e a barbárie dos caribes. Ele próprio o explica na sua carta:

*Y procuré de aver lengua y supe que todas estas islas heran de canibales, y pobladas d'esta gente que a la otra come, como berá e sabrá V. Al. de los mesmos que agoa en estes navios le enbio. (...) De los hombres pocos se tomaron y pocos fueron vistos; los cuales todos fuyeron por el monte, y por la grande espesura de los árboles no se pudo tornar a prender d'ellos más que las mugeres, las cuales tabiën enbio a V. Al. (...) Las cuales me deçian que las avian traído de otras islas, que, a mi ver, teníanles en servitud y por concubinas; tabiën me deçian por palabra y señas cómo les avian comido los maridos, y a otras los hijos y hermanos, y les fazían qu'ellas mesmas d'ellos comiesen. Tambiën hallé algunos moços que asimesmo se avian traído y a todos avian traído y a todos cortado su miembro.*

Foram por isso enviados todos juntamente para Espanha em Fevereiro de 1494, na armada de António de Torres, como sabemos por Simão Verde. É por isso que o episódio relatado por Cuneo não pode ter tido lugar na Jamaica, onde Colombo apenas esteve em Abril-Maio e de novo em Julho-Agosto desse ano, largos meses após a partida de Torres para Cádiz. Simão Verde, que entrevistou Torres no seu regresso das Índias em Março de 1493, confirma que os dois moços tinham o membro viril cortado rente ao púbis. A maioria das fontes afirma, contudo, que, regra geral, os canibais se limitavam a castrar os prisioneiros, retirando-lhe os testículos, para os cevar e então os comer. Simão Verde afirma ainda que um caribe que Torres trouxe das Índias, sem dúvida o cacique aprisionado por Colombo na Guadalupe, confirmou as práticas antropofágicas do seu povo, dando contudo mostras de que se envergonhava agora delas. Referiu também que todos os anos, durante o verão — ou seja, durante a época seca, que na realidade corresponde ao inverno — os caribes organizavam expedições predatórias às outras ilhas, chegando a afastar-se 300 léguas das suas. Esta informação coincide com a de Coma em como se aventuravam por vezes até mil milhas da sua terra.

O Almirante e a sua frota demoraram-se cerca de uma semana na Guadalupe, aguardando o retorno de um capitão que se internara na ilha para explorar o seu interior e se perdeu, até que deu de novo com o mar e regressou contornando o litoral. Provavelmente para mostrar aos Reis provas da antropofagia dos canibais, que

tencionava escravizar, Colombo trouxe consigo quatro ou cinco ossos de braços e pernas de gente.

Foi também na Guadalupe que da boca dos nativos o Almirante escutou — ao que parece pela primeira vez, pois a alusão que consta do *Diário* da sua primeira viagem é vaga e insegura — a notícia de que ao sul havia terra firme, o que pouco depois lhe foi confirmado pelos índios das ilhas de Santa Cruz e San Juan <sup>528</sup>. Esta informação corroborava as suspeitas de D. João II — e aí está uma das razões por que na viagem seguinte se decidiu Colombo a comprová-lo experimentalmente.

Explorada a Guadalupe, onde *inter alia*, toparam numa aldeia com uma panela ao lume, cozendo um pescoço de homem, a armada fez-se de novo ao mar. Remontou Colombo então para o norte, continuando a seguir o rosário de pequenas ilhas, que foi bñtizando: à primeira que se lhe declarou, Santa María de Monserrate, às seguintes Santa María la Redonda, Santa María la Antigua, San Martín e um arquipélago a que, por ter muitas ilhas e pequenas todas elas, designou coléctivamente por Todos los Santos. É o depoimento de Pedro Enríquez nos *Pleitos Colombinos* que nos dá um rol mais detalhado: S. Jorge, S. Cristóbal, ilha Gorda, Santa Cruz, Anegada, Onze Mil Virgens e S. João <sup>529</sup>. Segundo Pedro Mártir costearam ao todo 46 ilhas; fica-se mesmo assim um tanto abaixo das 700, de que Colombo se gabaria mais tarde...

Colombo informou mais tarde Pedro Mártir de que passara também ao largo da ilha de *Madanino* ou *Matinino*, sita a norte da Guadalupe e povoada apenas de mulheres, que das galerias subterrâneas que escavavam se defendiam à frechada, como as Amazonas de Lesbos. Trata-se, evidentemente, de um mito; seja como for, a ilha que parece ter-lhe herdado o nome, a Martinica, situa-se a sul e não a norte da Guadalupe, jazendo ainda a Domínica de permeio.



**Cenas da vida dos canibais, em que se observa um pedaço de gente a secar ao fumeiro e índios a saborear presunto humano**

Gravura da edição de 1505 da chamada *Carta a Soderini* de Vespúcio, narrando-lhe quatro viagens suas

<sup>528</sup> *Relación del Tercer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 403.

<sup>529</sup> Anunciada Colón, III, p. 2319.

Como a maioria das populações do Novo Mundo, à exceção das da região andina e da área meso-americana, que conheciam o bronze, caribes e tainos permaneciam no neolítico. É verdade que as sucessivas fases da pré-história da América não coincidem exatamente com as do Velho Mundo; mas a expressão não é imprópria, pois tinham também elas passado pela chamada *revolução neolítica*, caracterizada pela transição da economia de recolção à de produção, e conheciam por conseguinte a agricultura e a criação de um ou outro animal doméstico. Apenas na extremidade ocidental da ilha de Haiti ou Espanhola, chamada hoje península de Tiburón, e na de Samaná, no extremo posto, tal como no extremo leste de Cuba subsistiam populações de caçadores-recoltores, de civilização



**Amazonas**

Gravura de *Les Singularitez de la France Antarctique* de André Thévet (1558)

mais rudimentar, ignoras da cerâmica, resto dos primeiros povoadores do arquipélago anteriores às migrações dos arahuacos. Os de Cuba eram conhecidos por *guanahatabeyes* e os da Espanhola, com quem já nos cruzámos, por *ciguayos*. Quanto aos caribes das Antilhas Menores, pertenciam a uma família aparentada e possuíam um nível de civilização idêntico; eram contudo muito mais belicosos, pelo que, a despeito da superioridade do seu armamento, os espanhóis tiveram de travar com eles duras batalhas.

Embora na primeira viagem tivesse ouvido falar deles por muitas vezes, Colombo só na segunda se defrontou com eles. A primeira refrega travou-se a 14.XII.1493, na ilha de Santa Cruz, já perto de Porto Rico. É Guilherme Coma quem no-la descreve em pormenor<sup>530</sup>:

De facto, como no dia décimo oitavo antes das calendas de Dezembro se lhes antolhasse uma ilha de canibais, que por sua posição e aspeto agradável convidava os navegantes, aprouve-lhes tomar aí porto, ainda que ao largo aparecessem outras, de cor sombria ou avermelhada. Deitou-se à água um batel para saber por que língua, que leis e que costumes se distinguiam os ilhéus; e pôs-se ao seu comando um marinheiro com alguns homens armados. Aquele, enquanto buscava tomar porto em terra, onde se enxergavam seis cabanas, vê vir atrás de si uma canoa de bárbaros, que remava do alto mar em direitura às choças. Esses, ao chegar mais perto, admirados com a armada forasteira e estupefactos ante os seus elevados mastros e abruptos

<sup>530</sup> Carta a Ludovico Maria Sforza, duque de Milão, Pavia, 13.XII.1494, *CDD*, II, doc. 246, pp. 690-705 (original perdido; versão latina por Nicolo Schillaci, de que traduzimos).

castelos, dão-se com mais ardor à faina, inclinando-se com mor esforço sobre os remos; e tendo de repente visto o batel com homens armados, contando com ciladas, logo metem proa à parte mais próxima da ilha. Investe-os de súbito o marinheiro e corta-lhes o caminho para terra. Deitam-se ao combate os canibais, batem-se rijamente e ferem dois dos nossos: um finou-se daí a quatro dias, o outro, destroçado o escudo com que se salvou, ficou mal ferido. Como, porém, após isso se não pudessem vergar os canibais a condições de rendição e rechaçassem os sinais de paz, procurava o marinheiro apanhá-los vivos: ataca-os ele então mais hostilmente, irrompe contra a canoa e, aberta em fendas, a embarcação se desfaz. Os bárbaros, que eram três, apenas com duas mulheres e um índio cativo (a este traziam-no surripiado de vizinhas ilhas), buscam contudo a salvação a nado: nadam de facto facilmente e hábilmente flutuam. Agarrados finalmente, são levados ao Almirante. Dos quais um, trespassado de sete feridas, cujas vísceras se mostravam já de fora, julgando-se não ter mais cura, foi atirado ao mar. Ele porém, esbracejando na crista da onda, mantido à tona por um de seus dois pés, segurando com a esquerda os intestinos, com mais ânimo reganhava o litoral — o que incutiu grande temor aos índios que vinham como intérpretes. Receavam, de facto, que os astutos canibais, pondo-se em fuga, intentassem cousas mais cruéis. Por isso recomendavam obstinadamente que os matassem. É de novo apanhado junto à praia: de mãos atadas, mais apertado inda nos pés, de novo é lançado pela borda. Todavia, com mais força ainda nadava aquele bárbaro de afoiteza ingente, até que crivado de inúmeras flechas, exalou o espírito, a pouca distância já da costa. Acorreram quantos canibais puderam, horríveis de ver, de cor negra e ferino aspeto, tintos de vermelho, untados de cores variegadas para realçar sua ferocidade, com uma parte do crânio rapada e a outra coberta de negra cabeleira, longa e estendida. Dos quais fugiram quantos cativos puderam, refugiando-se nos navios como se foram altares, queixando-se bastante da cruza e ferocidade dos canibais.

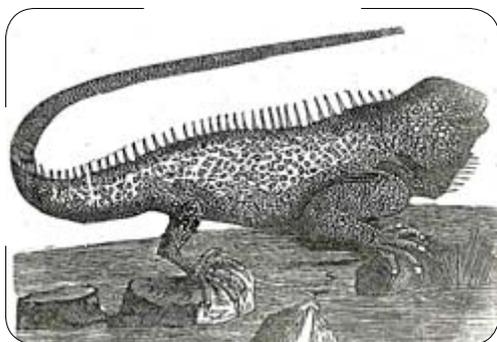
O mesmo episódio é relatado, mais sucintamente, na já citada carta enviada por João de Bardi de Sevilha para Mântua a 19.IV.1494 e brevemente referido por Simão Verde. Resume-o também Cuneo mas com uma pequena variante: o índio heróico não teria sido crivado de setas, mas içado com um gancho para bordo, onde lhe terão cortado a cabeça com um machado. Aparentemente Colombo pensava que, como os caribes comiam gente, se lhes podia fazer tudo quanto se quisesse, exceto comê-los...

Parece que de momento não estava ainda decidido a escravizar os índios, pois propõe que se assalariem, *que ellos por preço travajarian, porque son enbidiosos ultra manera*; eram-no, de facto, pelo menos de campaiñas de latão...

No entanto ofereceu logo ali uma jovem índia das que tinham apanhado a seu amigo Cuneo. É este quem nos narra o episódio:

Estando eu na barca, tomei uma *cambala* [erro de copista por *canibala*] bellissima, a qual o senhor Armirante me doou; a qual, tendo-a eu na minha câmara, estando nua, segundo seu costume, me veio vontade de me divertir com ela. E querendo pôr em prática o meu desejo, ela, não querendo, de tal modo me maltratou com as unhas, que eu antes queria não ter começado. Mas visto isso, para vos dizer o fim de tudo, tomei uma corda e zurzi-a muito bem, de tal modo que dava gritos inauditos, que não o poderíeis jamais crer. Por último, pusemo-nos de acordo de tal forma que só vos sei dizer que no ato parecia amestrada na escola de marafonas.

À vista de Porto Rico os naturais que resgatara dos caribes deitaram-se à água e nadaram para terra; nem todos, porém, pois sabemos que algumas mulheres mai-los dois jovens capados foram enviados para Espanha como amostra da barbárie dos canibais. Colombo não se deteve na ilha senão para fazer aguada. Segundo Michele da Cuneo, a única fonte a fornecer-nos datas, aí se demoraram de 19 a 21 de Novembro. A ilha pareceu-lhe maior do que a Sicília; na realidade mede 9.104 km<sup>2</sup>, enquanto aquela mede 25.832, quase tanto como a Bélgica (30.528 km<sup>2</sup>). Colombo apreciou os bons portos e boas águas, e as belas casas, bem trabalhadas, dos nativos, com quem teve poucos contactos. Em compensação insere na sua carta aos monarcas um longo parágrafo sobre os falcões que encontrou, pois sabia ser el-rei D. Fernando um aficionado da caça. A ideia agradou ao soberano, que após o regresso de Colombo a Espanha deu ordens a Fonseca para mandar às Índias um redeiro, a apanhar-lhe falcões <sup>531</sup>.



**Iguana**

Gravura do século XIX, publicada no *Semanario Pintoresco Español*

Daí, finalmente, navegando por vezes em zig-zag pois lhe faltava fundo, atingiu a 25.XI.1493 a Espanhola, que abordou por Samaná, onde no ano anterior terminara a exploração; aí largou, convenientemente vestido, o único dos índios que trouxera consigo que conseguira escapar à varíola. Foi aí que se finou o marinheiro biscaíno ferido na rixa de Santa Cruz. Óbvio não era expedido andar a fazer descobrimentos com uma armada de 17 velas, carre-

gando milhar e meio de passageiros, sem falar nos cavalos, vacas, cabras, ovelhas, porcos, alfaias, apetrechos e só Deus sabe o que mais; por isso se limitou Colombo a enviar uma caravela a rodear a ilha pelo sul, enquanto ele com o resto da frota seguia em frente, ao longo da costa que, navegando em sentido oposto, reconhecera em Fevereiro. Foi só no porto contíguo ao Monte Cristi que se detiveram dois dias. O Dr. Chanca pôde observar aí hutias, muito boas para comer, lagartos que se não multiplicavam muito porque os índios se regalavam com eles “como nós com faisões”, cobras de vária espécie e um lagarto “da gordura de um bezerro”, que se lhes escapou e se meteu no mar; tratava-se com toda a probabilidade de uma iguana.

<sup>531</sup> Cédula de 16.VIII.1494, *CDD*, II, doc. 226, p. 668.

Apesar do seu dorso eriçado de espinhos que lhe confere um aspeto repelente, a inofensiva iguana é, ao que dizem — tal como Las Casas, jãmais provãmos — uma iguaria requintada, e Pedro Mártir de Angléria <sup>532</sup>, a propósito de um encontro de D. Bartolomeu com o cacique Behechio e sua irmã Anacaona, explica-nos nas suas *Décadas* a maneira de a preparar:

... e das serpentes que entre as iguarias obtiveram a primazia, muito semelhantes a crocodilos, já falãmos acima. Chamam-lhes *serpentes joanas*. Souberam mais tarde que estas nascem na ilha, mas não haviam ousado até aqui provã-las, devido à sua fealdade, que parecia induzir não só horror mas até náusea. Seduzido pelas facécias da irmã do rei, decidiu-se o *adelantado* a modiscar pouco a pouco a tal *joana*; mas mal começou o sabor de suas carnes a afagar-lhe o palato e a goela, parecia que as cobiçava com todas as entranhas e não só com os dentes; e a partir daí não era com a ponta dos lábios mal ungida dela que a provavam, mas feitos todos gulosos, de nada mais para além da suavidade da serpente conversavam, dizendo ser mais delicado o manjar dela do que entre nós o são os de pavão, faisão ou perdiz. Mas se de modo diferente são cozinhadas, a não ser que se assem no espeto envoltas em toucinho, tal como os pavões, faisões e perdizes, perdem o sabor. Estripadas do pescoço até às virilhas e cuidadosamente limpas e lavadas, e passadas depois ao espeto, enroscadas em si mesmas à maneira de cobras de água adormecidas, forçam-nas a entrar numa panela de barro que nada mais possa conter, deitando-lhe por cima um pouco de água com pimenta destas ilhas, e pondo-lhe por baixo um lume brando de certa madeira cheirosa que não deita fumo. De seu abdómen assim destilado se faz um caldo, que é ao que dizem um néctar, e não consideram haver género de iguarias semelhante ao destas serpentes, que por si se cozem, nem mais suave. Assim cozidas, não só frescas são suavíssimas, como também conservadas por alguns dias são agradabilíssimas.

Atento, como físico que era, a tudo quando pudesse ser utilizado em medicina e mais cultivado que Colombo, o Dr. Chanca fornece-nos interessantes pormenores sobre a flora que pôde observar na Espanhola:

*... aunque a seido poco, se an visto cosas bien de maravillar, que se han visto árboles que llevan lana y harto fina, tal que los que saben del arte dizen que podrán hazer buenos paños d'ellas; destos árboles ay tantos que se podrían cargar las caravelas de la lana, aunque es trabajosa de coger, porque los árboles son muy espinosos, pero bien se puede hallar ingenio para la coger. Ay infinito algodón de árboles perpetuos tan grandes como duraznos; ay árboles que llevan çera en color y en sabor, e en arder tan buena como la de avejas, tal que no ay diferençia mucha de la una a la otra; ay infinitos árboles de trementina muy singular y muy fina; ay mucha alquitira también muy buena; ay árboles que pienso que llevan nuezes moscadas, salbo que agora están sin fruto, e digo que lo pienso porque el sabor y el olor de la corteza es como nueces moscadas.*

A lã que se colhe de uma árvore é sem dúvida alguma a sumaúma, que Cuneo refere em termos muito semelhantes; Simone del Verde alude-lhe igualmente, entrevendo que apenas seria útil para encher colchões. A sumaúma que hoje aparece no comércio é

<sup>532</sup> I, v, fl xiii (p. 59).

produzida pela *Ceiba pentandra*, L.<sup>533</sup>, outrora classificada nas Bombacáceas, família que é atualmente considerada mero ramo das Malváceas; quando jovem, o tronco da árvore é de facto coberto de espinhos, que no entanto caem quando a árvore atinge c. 10 anos de idade. Curiosamente a árvore medra naturalmente também na África Ocidental, o que não deve causar espanto, uma vez que, munidas de longas fibras à semelhança do algodão, assaz leves, as suas sementes podem ser transportadas pelos ventos a enormes distâncias. Outras espécies, quer do género *Ceiba* quer do *Bombax*, de tronco igualmente espinhoso, dão uma sumaúma de somenos; algumas, que produzem belas flores, são hoje cultivadas entre nós como planta ornamental, nomeadamente nos arruamentos de Lisboa. As árvores *perpétuas* de algodão devem corresponder ao *Gossypium barbadense*, L., de que falámos já, que é planta perene, como os algodões do Velho Mundo, ao contrário do *G. hirsutum*, L., do México, que é anual.

A árvore da cera é por certo uma palmeira do género *Ceroxylon* (nome que significa exactamente “pau, ou árvore, da cera”), provavelmente o *Ceroxylon alpinum*, Bonpl. ex DC., hoje abundante sobretudo na Colômbia. Uma das espécies desse género, o *Ceroxylon quinduense*, H. Wendl ex H. Karts, pode atingir os 60 m de altura, sendo assim a palmeira mais alta do mundo. Os livros de botânica registam doze espécies de *Ceroxylon*, confinando o seu *habitat* às regiões montanhosas da América meridional; mas perante o claro testemunho do Dr. Chanca seríamos levados a admitir que alguma dessas espécies existisse então nas Caraíbas.

*Alcatira* é o mesmo que tragacanto, goma extraída sobretudo do *Astragalus gummifer*, Labill., uma leguminosa comum no Próximo Oriente; espécies vizinhas medram na Península Ibérica, sendo o *A. tragacantha*, L., conhecido pelo nome vulgar de *alcatira-do-algarve*. Extrai-se uma goma similar da *Sterculia tragacantha*, Lindl., da família das Malváceas, mas essa medra apenas no continente africano e



*Copaifera langsdorffii*, Desf., uma das espécies de que se extrai a copaíba

Segundo Dujardin, Beaumetz & E. Egasse, *Les Plantes médicinales indigènes et exotiques, leurs usages thérapeutiques, pharmaceutiques et industriels*, Octave Doin, Éd., Paris, 1889, s. v.

<sup>533</sup> Cf. Oviedo, *HGNI*, livº IX, cap. xi; J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xxx.

nas ilhas de São Tomé e Príncipe. No Novo Mundo há plantas congêneres quer do *Astragalus gummifer* quer da *Sterculia tragacantha*, mas não conseguimos identificar a precisa espécie que o Dr. Chanca terá observado. Quanto à terebintina, vulgarmente designada por aguarrás, é nome por que se designam genericamente várias óleo-resinas, formadas de misturas de diversos óleos-essenciais. Começou por se extair do terebinto ou cornalheira, que lhe deu o nome (*Pistacia terebinthus*. L. da família das Anacardiáceas), comum em toda a região mediterrânica, mas extrai-se hoje sobretudo de certos pinheiros, em especial o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*; Ait.). Oviedo <sup>534</sup> discute a existência de terebintos na Espanha, propendendo para a negativa, dadas as diferenças existentes entre a árvore descrita por Plínio e as que pôde observar. A que o Dr. Chanca encontrou era provavelmente resina de copaíba [*Copaifera officinalis*, (Jacq.) L., das Leguminosas], espécie americana muito difundida, cujo óleo é usado quer como mēzinha quer, à semelhança da aguarrás, como diluente para tintas. Cuneo parece também referir-se à copaíba, precisando que com ela se medicaram alguns feridos (ao que parece na campanha de Cibao), embora outros se tenham descuidado e deixado morrer de gangrena.

Quanto à noz-moscada de Chanca, a que Cuneo não alude, trata-se provavelmente da mesma espécie com que Colombo topara já na sua primeira viagem, como temos visto acima, que não conseguimos identificar ao certo.

Além destas plantas, Chanca nota ainda, *ad instar* do Almirante, a existência não só de almécega e de lenho-aloés, mas também de gengibre (que não sabemos a que possa corresponder) e de canela — mencionada esta também por Cuneo, que frisa não ter bom sabor — para que aventámos já uma identificação. Quanto aos mirabolanos *citricos*, há que notar que o termo mirobálano ou mirabolano é ambíguo, pois aplica-se quer a diversas plantas do género *Phyllanthus*, da família das Filantáceas (antes incluída na das Euforbiáceas), tais como os mirabolanos êmblicos da Índia (*Phyllanthus emblica*. L.), quer também aos beléricos [*Terminalia bellirica* (Gaertn.) Roxb.] e aos québulos (*T. chebula*, Retz) <sup>535</sup>, que pertencem à família das Combretáceas. No caso vertente trata-se certamente de qualquer das espécies antilhanas de *Phyllanthus*, como o *P. acuminatus*, Vahl., ou groselheira-da-Jamaíca, o *P. polyspermus*, Schumach., muito semelhante ao *P. reticulatus* da Índia, o *P. grandifolius*, L., etc. Tampouco é impossível

<sup>534</sup> HGNI, liv. IX, cap. x.

<sup>535</sup> Dr. D. G. Dalgado, *Flora de Goa e Savantvadi - Catalogo methodico das plantas medicinaes, alimentares e industriais*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898; Cf. Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, por..., ed. pub. por deliberação da Academia Real das Sciencias de Lisboa, dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, 2 vols., Imprensa Nacional, Lisboa, 1891-95, vol. II, col. xxxvii, pp. 151 & sqq.

que, como aventam Núñez Jiménez e Juan Gil, os mirabolanos que, tal como Chanca, Cuneo refere, descrevendo-os como “ótimos e digestivos quando maduros”, correspondam aos cajás (*Spondias mombin*, Jacq., das Anacardiáceas), ditos nas Antilhas *hobos* ou *fobos*<sup>536</sup> e em Goa, para onde foram levados do Novo Continente, *ambaré* (plural de *ambaró*); nada têm contudo a ver com os mirobálanos, antes se aparentando às mangas (*Mangifera indica*, L., da mesma família das Anacardiáceas).

Foi na região de Monte Cristi que Colombo começou a receber más novas. Achara pouco antes nas margens dum riacho quatro cadáveres em decomposição dos quais um tinha barbas, de onde se presumia ser espanhol, pois não as tinham normalmente os índios. A 27.XII.1493, à meia-noite veio a bordo da nau um enviado de Guacanagari, que lhe trazia uma caraça de ouro e profiou até se avistar com ele e com ele falar a sós. Dos doze índios que trouxera a Espanha sete haviam morrido, mas os outros cinco serviam de intérpretes. O mensageiro contou ao Almirante que os espanhóis que deixara no forte da Natividade se haviam desentendido e alguns, abandonando o castelito, se tinham mudado para as terras do cacique Caonaobó, suserano de Guacanagari e senhor das minas de ouro. Três dos homens haviam morrido de doença — sem dúvida a sífilis — devido ao excesso de contactos sexuais, pois cada um tomara para si quatro ou cinco mulheres. Por causa destas também, dois deles mataram um terceiro, após o que se homizaram junto a Caonaobó. Na Navidad apenas ficara Diego de Arana com onze homens. Fora então que, de noite, Caonaobó viera sobre o forte e o incendiara e à povoação, no que pereceram os onze que restavam, três deles enquanto dormiam, os outros oito afogados ao atavessarem o canal para fugir. Passara-se isto, segundo o estimo de Colombo, cerca de um mês atrás. Finalmente, dos 39 espanhóis que haviam ficado na Espanhola não restava um só...

Neste ponto o relato de Pedro Mártir deixa-se nas suas linhas gerais harmonizar com os de Colombo e de Las Casas<sup>537</sup>. Ao invés, os de Chanca, Como e Cúneo, tal como o de Bernáldez, diferem ligeiramente, pois omitindo a história da embaixada nôtorna mandada por Guacanagari ao Monte Cristi — ou porque estivessem a dormir quando o mensageiro subiu a bordo, ou porque Colombo tenha decidido manter por então segredo sobre o que lhe foi comunicado — afirmam que a frota chegara à Navidad de noute e fundeara ao largo. Para noticiarem a sua presença teriam então dado uma salva de artilharia, na esperança de ouvirem resposta. Mas no silêncio da noite apenas o eco das suas próprias bombardas lhes respondera...

---

<sup>536</sup> Oviedo, *Sumario...*, cap. lxxiv; *HGNI*, livº viii, cap. ii.

<sup>537</sup> *HI*, I, lxxxvi

Só ao dia imediato teria tido lugar a vinda de um emissário de Guacanagari. Este, a quem em seguida visitaram, estava de cama, dizia-se doente, atingido por uma pedrada dos homens de Caonaobó, e trazia uma das pernas envolta em ligaduras. O Dr. Chanca retirara-lhas então, constatando que não apresentava lesão alguma. Seria Guacanagari conivente na morte dos espanhóis? ou acobardara-se simplesmente, temendo que Colombo o inculpasse? Jamais o saberemos.

Colombo fingiu crer na inocência do cacique amigo, que dias depois o veio a ver a bordo, folgando muitíssimo de observar os cavalos que os espanhóis traziam, sobretudo ao ser informado de que não comiam gente... Nem D. Cristóvão nem D. Hernando fornecem promenores sobre esta visita. É Pedro Martir, que sem dúvida pôde entrevistar outros expedicionários, quem a descreve em detalhe: Frei Buil e outros mais sugeriram ao Almirante que aproveitasse a oportunidade para prender Guacanagari, o que ele não quis fazer. Pouco depois, porém, as cinco mulheres tainas resgatadas dos canibais fugiram da frota, atirando-se ao mar e nadando para a costa, para se refugiarem junto do cacique. Quando todavia Colombo mandou por elas, tinham desaparecido juntamente com ele — o que aumentou as suspeitas acerca da conviência de Guacanagari na morte dos homens de La



#### Destruição do Forte Navidad

Gravura do frontispício da *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierrafirme del Mar Océano*, de Antonio de Herrera y Tordesillas, edição de Madrid, 1730.

*“Vuelbe el Almirante y alla quemada la Torre de Navidad y los castellanos muertos”*

Navidad. O episódio é também referido pelo Dr. Chanca e por Bernáldez; o silêncio em que o Almirante mai-lo filho o passam induz a pensar que, de facto, Colombo decidira, politicamente, fingir que acreditava na inocência do cacique e, por isso, não forneceu aos Reis mais detalhes sobre a história. Segundo Las Casas terá explicado a seus homens que *queria primero poblar, y que después de poblado y hecho en la tierra fuerte y sabida la verdad, podría castigarlo si lo hallare culpado*; entretanto, na expressão de Bernáldez, pareceu-lhe e a outros muitos, *que se debía disimular*.

São também Pedro Mártir e Bernáldez quem narra a expedição de Melchior Maldonado, com três centenas de homens ao lugar que denominaram de Puerto Real,

onde pensavam que Guacanagari se escondera; aí os informou um chefe local de que era ele e não Guacanagari, que fugira para as montanhas, o verdadeiro senhor daquela terra. Guilherme Coma alude também a esta expedição, que nada adiantou, mas só em breves palavras.

Fosse como fosse, Colombo decidiu não reconstruir o forte da Navidad; no entanto, como dera instruções aos homens que aí deixara para que enterrassem o ouro que obtivessem, não abandonou o local sem mandar escavar a área toda, a ver se achavam algum. Debalde. Foi só então que, deixando para trás aquele lugar aziago, onde lhe naufragara a nau, lhe haviam queimado o forte, morto tantos homens e sumido o ouro, pôs a proa a leste; e a 7.XII.1493 rumou de novo ao Monte Cristi. Foi cerca de oito léguas mais avante que achou o local que lhe pareceu apropriado para fundar a sua nova capital, a que em homenagem à Rainha deu o nome de Isabela. Dali era fácil o acesso às minas de Cibao, mas o porto era desabrigado a nordeste, de onde sopravam os alíseos, e o sítio doentio. De momento Colombo prodigalizou-lhe encômios; mas dois anos apenas decorridos viu-se na necessidade de recomendar a seu irmão, que o substituíra na ilha enquanto ele ia a Espanha, que escolhesse um lugar melhor e para lá mudasse a capital...

No afã da construção do povoado, que seria a primeira cidade espanhola no Novo Mundo, Colombo suspendeu a 11 desse mês o seu diário, para apenas o retomar três meses depois, a 12 de Março do ano imediato. Veremos mais adiante como esse hiato serviu de base a Juan Manzano Manzano para uma teoria bem engendrada mas carecida de base documental suficiente para provar que o Almirante mandou explorar nesse período a costa da Venezuela. Seu filho diz simplesmente que caiu enfermo, e é bem natural que sim, já que exigia demasiado de seu pobre corpo a que não dava repouso. Como quer que seja, a enfermidade não foi tão grave como a que um ano mais tarde o acometeria, que o deixaria praticamente incapacitado durante cinco meses. Aliás muitos outros homens, mal alimentados e esgotados pelo trabalho, se ressentiram da mudança de clima e adoeceram; alguns morreram; outros, sentindo-se defraudados nas expectativas que haviam alimentado, caíram em depressão.

Sabemos por uma carta do Almirante aos Reis que, acabada de construir, a povoação ardeu, o que não espanta muito, já que, como explica Las Casas<sup>538</sup>, os edifícios públicos — forte, paiol, igreja e hospital — eram de pedra, quiçá cobertos de capim, mas os demais de madeira e palha. Ignoramos a data em que isso sucedeu, pois mais nenhuma fonte o refere. Provavelmente foi já após a sua inauguração oficial, que teve lugar em Dia de Reis do ano seguinte, com uma missa solene celebrada por três padres, com

---

<sup>538</sup> *HI*, I, lxxxviii.

coro; mesmo assim há que admitir que foi construída em apenas um mês. Contudo, ao que parece, não arderam os ricos paramentos enviados pela Rainha para a igreja a construir. Foi, de qualquer modo, necessário recomeçar do princípio.

É o Dr. Chanca <sup>539</sup> quem nos fornece mais pormenores sobre a cidade: ficava nas margens de um rio, adossada a um penhasco que a defendia por um dos lados; rodeava-a do outro arvoredado espesso, que deve ter sido em parte desbastado para deixar passar uma acéquia, derivada do rio, que fazia de fosso de defesa e se previa vir a servir também para mover moendas e serras de água.

Guilherme Coma <sup>540</sup> aduz outros detalhes: era atravessada por uma rua larga, traçada a cordel, e apresentava uma planta em esquadria, como um *castrum* romano, que se havia de repetir em quase todas as cidades coloniais espanholas — cuja disposição contrasta assim vivamente com o plano anárquico da maioria das cidades portuguesas <sup>541</sup>, mais semelhantes aos povoados celtas e às urbes muçulmanas. Havia intenção de a rodear de uma muralha. Na praia foi erguida uma fortaleza; e à residência do Almirante chamavam *Palácio Real*, a título de se antever que seria ali que pousariam os monarcas, se alguma vez decidissem cruzar o oceano para visitar os seus novos domínios. Palpita-nos que por detrás de tal designação jaça a megalomania de Colombo, que não deveria estar muito interessado em que os Reis Católicos passassem às Antilhas, o que certamente lhe cercearia os poderes...

Enquanto erguia a nova capital, despachou Colombo a Alonso de Hojeda e Ginés de Gorvalán com quinze homens, a explorar a zona mineira de Cibao, que continuava a identificar com o Cipango <sup>542</sup>. O episódio é também referido por Coma que, com certa lógica do ponto de vista fonético, identifica Cibao com a Sabá da Bíblia, enquanto Colombo a identificava com o Cipango de Marco Polo. Afirma, com efeito, que o vice-rei enviou da Isabela, em embaixada ao rei dos Sabeus, Hojeda e Gorvalán; assim se cumpriria a profecia: *Reges Tharsis et insulae munera offerent, reges Arabum et Saba dona Domino Deo adducent. Omnes de Saba venient, aurum et thus deferentes*, “Os reis de Tarsis e as ilhas oferecerão dons, os reis dos árabes e de Sabá trarão dádivas ao Senhor Deus. Todos os de Sabá virão, transportando ouro e incenso”. A citação é uma combinação de um versículo de Isaías (Is 60, 6) com outro do messiânico salmo 71 (na

---

<sup>539</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. vii, pp. 172-173.

<sup>540</sup> *Ibidem*, doc. viii, § 18, p. 199.

<sup>541</sup> Cf. Dora P. Crouch, Daniel J. Garr & Axel I. Mundigo, *Spanish City planning in North America*, The MIT Press, Cambridge (Massachusetts) & Londres, 1982.

<sup>542</sup> Las Casas, *HI*, I, lxxxix.

Bíblia hebraica 72, 10), combinação esta que ocorre textualmente na falecida liturgia romana, na festa da Epifania, em dois responsórios de Matinas, num responsório breve de Tércia e num versículo de Sexta.

Finalmente Hojeda e Gorvalán não terão encontrado o rei nem a rainha de Sabá; mas em compensação acharam as minas de Cibao... Voltaram com novas que alegraram o vice-rei e consolaram os demais no meio de suas enfermidades: o caminho era árduo, mas passada uma portela chegava-se a uma região bem povoada, onde os índios, amigáveis, recebiam bem os forasteiros, *saliéndolos a recibir y aposentándolos y dándoles de comer de sus manjares como si fueran todos sus hermanos*. Fizeram a viagem em cinco ou seis dias e regressaram com muitas amostras de ouro. Segundo João de Bardi<sup>543</sup> a amostra que trouxeram pesava 20 marcos, ou seja, 4,6 kg. É sem dúvida a esta expedição terrestre que se referem os depoimentos que nos *Pleitos Colombinos* asseveram que foi Hojeda e não Colombo quem descobriu na Espanhola o ouro.

Foi após essa expedição a Cibao, em que de facto não participou, que Colombo despachou de regresso a Espanha, a 2.II.1494, doze dos dezassete navios da frota que o trouxera, sob o comando de António de Torres. Neles seguiu Alonso Sánchez de Carvajal com um presente de ouro, do peso de c. 1 marco e ½ (c. 345g), para os Reis, a quem pessoalmente o entregou, mas de que eles lhe fizeram mercê para ajuda de sua viagem<sup>544</sup>.

O Almirante deve ter dado instruções a Torres para fazer a volta do mar largo, pois, como relata Cuneo, começou por navegar de proa a norte 600 milhas — o que, se se tratasse de modernas milhas marítimas corresponderia exatadamente a 10° de latitude e o traria ao paralelo das Canárias. Há que assumir que em seguida inflêtiu para NE, pois foi parar à Madeira, de onde rumou a les-nordeste, vindo a avistar o Cabo Espartel, junto a Tânger; e daí gñhou Cádiz. É possível que tenha deliberadamente evitado passar nos Açores, temendo defrontar-se com temporais como os que um ano antes Colombo experimentara. De qualquer modo, a despeito do mau tempo com que mesmo assim deparou, normal naquela estação do ano, atravessou o Atlântico em 23 dias. Foi assim que por volta de 15 de Março ancorou em Cádiz, de onde imediatamente enviou uma missiva aos monarcas<sup>545</sup>.

António de Torres era portador de uma dádiva de ouro de Guacanagari e de amostras do que colhera em Cibao Alonso de Hojeda. Dos homens que com ele tornaram a

---

<sup>543</sup> Carta a um correspondente desconhecido na corte de Mântua, Sevilha, 19.IV.1494, Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xi, pp. 212-215.

<sup>544</sup> *CDD*, I, doc. 266 & 267, pp. 764-765.

<sup>545</sup> *Cf.* a carta dos Reis a António de Torres em resposta a uma sua a relatar-lhes a sua viagem, Medina del Campo, 19.III.1494, *CDD*, I, doc. 185, p. 555.

Espanha houve, segundo Bardi, quem trouxesse ouro roubado no valor de 150 castelhanos, ou seja, cerca de 22 onças dele. Permitimo-nos notar, a título de mera comparação, que no dia em que isto escrevemos está a cotação do ouro em 1.700 dólares americanos a onça. Isso não nos permite, porém, converter em moeda hodierna as quantias referidas na documentação, pois os preços dos diversos géneros não mantêm a proporcionalidade entre si: basta notar que a *ratio* entre o valor da onça de prata e o valor do mesmo peso de ouro, que na época de Colombo era de c. 1:10, é hoje de c. 1:110! As contas que Mascarenhas Barreto <sup>546</sup> se deitou a fazer, com base no preço do trigo, dos carapaus ou não sei já de que outra mercadoria, estavam por isso condenadas à partida; e com ela a sua demonstração de que os Perestrelos não estavam em má situação económica — e de que, por conseguinte, o enlace de Filipa com Cristóvão não foi um casamento de conveniência.

Torres trouxe consigo um extenso memorial endereçado aos Reis, em que o vice-rei lhes expunha as necessidades da novel colónia. Esse documento chegou até nós <sup>547</sup>, com o despacho que, item por item, lhe deram os monarcas, como haviam feito com as capitulações de Santa Fé. A alguns pontos, como a proposta do vice-rei de vender índios como escravos, a resposta foi dilatória; na maioria dos casos, remeteram os Reis o assunto para Fonseca, para que lhe provesse.

Colombo encomendava a Torres que encarecesse junto dos soberanos os seus serviços, significando-lhe quantas especiarias havia achado, *en solas las orillas del mar*, e quanto ouro, em uma só expedição ao interior; que lhes pedisse que o escusassem de não mandar mais ouro, o que se devia a ter entretanto adoecido; e que lhes desse a saber que havia muitos doentes, devido à mudança de ares e de águas, pelo que receava que se Caonaobó atacasse houvesse pouca gente em condições de defender a praça. Mais informava que padeciam míngua de vinho, de trigo, e de carnes salgadas ou reses vivas; que careciam de intérpretes, o que se poderia suprir enviando a Espanha escravos que não permanecessem juntos nem se falassem, para mais depressa aprenderem castelhano. Sugeria que se fretassem navios na Flandres, para mandar às Índias com os provimentos necessários. Recomendava que se escolhessem bem as pessoas a mandar à Espanhola, para escusar discórdias, o que constitui talvez um velado remoque contra Bernal Díaz de Pisa, com quem se entendia mal. Louvava os serviços de Frei Buil, de Mossen Pedro Margarit, de Francisco Beltrán e de Juan Aguado — tudo gente com quem a breve trecho viria a desentender-se. Gabava o trabalho do Dr. Chanca,

<sup>546</sup> *op. cit.*, pp. 298-400.

<sup>547</sup> Memorial da Isabela, 30.I.1494, Varela & Gil, *Textos...*, doc. ix, pp. 254-269.

pedindo que o compensassem pelo que, estando ausente, não cobrava dos seus clientes em Sevilha, bem como o de Pedro Coronel. Queixava-se de que os escudeiros de cavalo que recrutara em Granada tinham mostrado no alarde feito em Sevilha bons cavalos, mas trazido para a ilha reles pilecas, atribuindo as culpas a Juan de Soria, com quem tivera já desinteligências. Intercedia por 200 pessoas que tinham vindo sem estarem assentadas em soldo, pedindo que lho pagassem; e que pagassem também às mulheres dos alvenéis e outros oficiais mecânicos que as haviam deixado em Espanha. Pedia roupas de toda a sorte e um barril de mel de cana da Madeira. Finalmente explicava que embora se achasse ouro nos rios, não era na água que ele nascia, mas dentro da terra, de onde as chuvas o arrastavam depois, pelo que seria bom mandarem Suas Altezas lavradores que o soubessem cavar ou mineiros de Almadén.

Tudo leva a crer que foi no retorno de Torres a Espanha que as tripulações regressadas das Antilhas trouxeram para a Europa a sífilis, sem que se possa determinar ao certo o momento exato em que a contraíram. Muito se tem discutido se a doença existia já na Europa na época pré-colombina, pois os seus sintomas coincidem em boa parte quer com lesões em cadáveres encontrados pelos arqueólogos, quer com as das boubas de que falam os médicos medievais. As fontes da época, que lhe dão, como veremos, nomes variados, são contudo unânimes em referir-se-lhe como a uma doença nova, pelo menos na forma virulenta em que agora ocorria. Sabe-se que as boubas e a sífilis são causadas por duas subespécies distintas da mesma espécie de bactéria espiroqueta, o *Treponema pallidum*: a subespécie *pertenue*, originária do Velho Mundo causa as boubas, mais benignas e transmissíveis por contacto cutâneo, ao passo que a subespécie *Treponema pallidum pallidum* provoca a sífilis, muito mais virulenta, essencialmente transmissível por contacto sexual, e para mais, hereditária, já que pode passar de uma mãe infectada ao feto, provocando mal-formações congénitas. Uma outra subespécie, o *Treponema pallidum carateum*, próprio da América central e meridional, provoca a *pinta*, que apenas afeta a pele, tal como o *Treponema pallidum endemicum*, que provoca uma doença semelhante mas não venérea, endémica em países da África tropical. Jean-Paul Duviols e Xavier de Castro — que dedicam à origem e difusão da sífilis um dos capítulos do seu aliás excelente livro <sup>548</sup> — parecem ignorar a existência de diferentes subespécies de treponema, o que os leva a hesitar quanto à origem americana da moléstia. Oviedo <sup>549</sup> nota que os índios se curavam das boubas com grande facilidade — o que quer entremostrear que possuíam para elas anti-corpos.

---

<sup>548</sup> *Idées reçues sur les Grandes Découvertes*, Chandeigne, Paris, 2019, pp. 141 & sqq.

<sup>549</sup> *HGNI*, X, i.

É possível que tenha sido por haver contraído a sífilis que Martín Alonso Pinzón se finou a 31.III.1493, um mês apenas após o seu regresso das Antilhas; mas foi a partir de 1494 que se começou a falar de tal doença na Europa. Os marinheiros espanhóis, desprovidos de anticorpos para ela, contraíram-na por ajuntamento carnal com mulheres índias, e no retorno espalharam-na em Sevilha. Ora a Espanha estava desde 1494 em guerra com a França, cujo rei, Carlos VIII, à morte de Ferrante (25.I.1494), se proclamara herdeiro do nosso conhecido rei Reinel, ou seja, de Renato de Anjou, seu parente afastado, falecido em 1480, e reivindicava a esse título o trono de Nápoles. O seu plano era apossar-se da Itália e em seguida usá-la com trampolim para a reconquista de Jerusalém — de que os soberanos de Aragão, senhores da Sicília, se intitulavam reis, como herdeiros do imperador Frederico II de Hohenstaufen, que em 1229, pelo tratado de Jafa, obtivera do sultão ayúbida al-Kāmil (r. 1218-38), sobrinho de Saladino, a cedência da Cidade Santa. Não era, pois, só Colombo quem sonhava com reconquistar os Lugares Santos...

Carlos VIII começou por se apoderar de Milão, invadindo em seguida a Toscana e os Estados Pontifícios, até entrar triunfante em Nápoles a 22.II.1495. A sorte das armas foi-lhe em seguida menos favorável, acabando por assinar a 24.XI.1497 as tréguas de Alcalá de Henares, com que a paz reinou por dois anos.

Durante a guerra, as prostitutas de Nápoles eram politicamente neutras, de modo que tanto recebiam soldados espanhóis como franceses; e foi assim que estes contraíram a sífilis, que levaram consigo para França, onde foi de início conhecida por *mal napolitano*. Daí se espalhou pela Europa, recebendo dos primeiros médicos que a estudaram o nome de *morbus gallicum* ou “mal gaulês”. Gonzalo Fernández de Oviedo<sup>550</sup>, que viveu em Itália de 1497 a 1502, comenta:

*Muchas veces, em Italia, me reía oyendo a los italianos decir el mal francés, y a los franceses llamarle el mal de Nápoles; y en verdad los unos y los otros le acertaran el nombre si le dijeran el mal de las Indias.*



**Tratamento da sífilis secundária**

Gravura da *A malafranczos morbo gallorum preservatio* de Bartholomäus Steber († 1506), Viena de Áustria, 1497/98

<sup>550</sup> *Historia General...*, livº II, cap. xiv.

Alguns, como Ruy Díaz de Isla (1462-1542), chamaram-lhe *mal serpentino*, nome que alude às erupções cutâneas características da segunda fase da doença, ou *sífilis secundária*, que ocorre as mais das vezes ao cabo de seis a oito semanas após o desaparecimento da infecção primária, caracterizada pelo *cancri duro* ou úlcera cutânea geralmente sita nos órgãos genitais, se essa não foi devidamente tratada.

O nome de *sífilis* que hoje usamos provém do do protagonista do poema épico-patológico *Syphilis Sive Morbus Gallicus*, publicado em 1530 pelo médico, geógrafo e poeta italiano Girolamo Fracastore (1478-1553), que viria a ser clínico dos padres conciliares reunidos em 1545 no Concílio de Trento. Aí se narra a história do pastor Syphilis que por ter irritado Apolo, recebeu dele como castigo uma doença asquerosa.

Entretanto a sífilis passara a Portugal, de onde fora levada para a Índia, provavelmente pela armada de D. Francisco de Almeida em 1505; daí, por seu próprio pé, parece ter ganho a China, ainda antes de os primeiros navios portugueses a atingirem<sup>551</sup>.

Com o mal, veio do Novo Mundo o remédio, tradicionalmente usado pelos índios: o pau de guáiaço (*Guaiacum sanctum*, L., da família das Zigofiláceas), que, concomitantemente com mercúrio e sais mercuriais, viria a ser usado durante séculos, até à descoberta da penicilina em 1928.

É a propósito do guáiaço que no seu *Sumario de la Natural Historia de Indias*<sup>552</sup>, publicado em 1526, Gonzalo Fernández de Oviedo conta em pormenor a história da introdução na Europa da sífilis americana, que designa ainda por *buas*, “boubas”:



**Hoaxacan, Guayacan ou Lignum Sanctum**

Gravura de Francisco Hernández, *Rerum Medicarum Novæ Hispaniæ Thesaurus*, liv<sup>o</sup> III, cap. xxix. Tanto pode tratar-se do *Guaiacum sanctum*, L., como do *G. officinale*, L., espécie congénere e de *habitat* quase idêntico, usada para os mesmos fins.

*Puede vuestra majestad tener por cierto que aquesta enfermedad vino de las Indias, y es muy común a los indios, pero no peligrosa tanto en aquellas partes como en estas; antes muy facilmente los indios se curan en las islas con este palo, y en Tierra-Firme con otras yerbas ó cosas que ellos saben, porque son muy grandes herbolarios. La primera vez que aquesta*

<sup>551</sup> Cf. Alfred W. Crosby, *El intercambio transoceánico: consecuencias biológicas y culturales a partir de 1492*, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1991.

<sup>552</sup> cap. lxxv, “del palo santo, al cual los indios llaman guayacan”, *ed. cit.*, pp. 502-503; Idem, *HGNI*, liv<sup>o</sup> X, cap. ii; Monardes, liv<sup>o</sup> I, fl 12 v-15; Ximénez, liv I, p. ii, cap. xxix, p. 40 & sqq. Duviols e Xavier de Castro não se referem a este texto, que parecem desconhecer. Cf.

enfermedad en España se vido fué después que el almirante don Cristóbal Colon descubrió las Indias y tornó a estas partes, y algunos cristianos de los que con él vinieron que se hallaron en aquel descubrimiento, y los que el segundo viaje hicieron, que fueron más, trujeron esta plaga, y de ellos se pegó a otras personas; y después, el año de 1495, que el gran capitán don Gonzalo Fernandez de Córdoba pasó a Italia, con gente en favor del rey don Fernando, jóven de Nápoles, contra el rey Charles de Francia, el de la cabeza gruesa (...), pasó esta enfermedad con algunos de aquellos españoles, y fué la primera vez que en Italia se vido; y como era en aquella sazón que los franceses pasaron con el dicho rey Charles, llamaron á este mal los italianos el mal francés, y los franceses le llaman el mal de Nápoles, porque tampoco lo habían visto ellos fasta aquella guerra, y de ahí se esparció por toda la cristandad y pasó en África, por medio de algunas mujeres y hombres tocados de esta enfermedad; porque de ninguna manera se pega tanto como del ayuntamiento de hombre á mujer.

Já, porém, antes de Oviedo haviam dissertado sobre esta enfermidade Francisco López de Villalobos (1473-1549), no seu *Tratado sobre las pestíferas bubas*, publicado em Salamanca em 1498, e Ulrich von Hutten (1488-1523), futura vítima da doença, no seu *De guaiaco medicina et morbo gallico*, estampado em Mogúncia em 1519. Mais tarde referem-se-le numerosos tratado de medicina, como o *Libro de las quatro enfermedades cortesianas* de Luís Lobera (c. 1480-1551), publicado em Toledo em 1544.

Um outro mal americano, novo para os europeus, foram as nígua (*Tunga penetrans*, L., da família das Tungídeas), espécie de pulgas que se introduzem sob a pele, em especial dos dedos dos pés, onde põem ovos e se multiplicam, causando comichão e dores, e provocando intumescência e úlceras por vezes graves. Ao contrário da sífilis este mal não se propagou à Europa, porque a nígua não se dá em climas frios; mas passou no século XIX à África, onde é conhecida por *matacanha*, ao passo que no Brasil se denomina *bicho-do-pé*. Oviedo<sup>553</sup> atesta dos grandes sofrimentos que causou aos primeiros colonos da Espanhola.

Foi após a largada de Torres para Espanha que alguns descontentes com a situação e com a governação de Colombo tentaram apoderar-se dos cinco navios que restavam



Frontispício do *Libro de las Cuatro Enfermedades Cortesianas* de Luís Lobera, Toledo, 1544

<sup>553</sup> I, xiii.

para fugirem neles. O intento, contudo, frustrou-se, e o vice-rei mandou concentrar toda a artilharia, munições e petrechos de navegação na nau capitaina, para assim impedir as demais de se escaparem. Deitando as culpas deste primeiro levantamento ao contador Bernal de Pisa, mandou-o prender como seu instigador<sup>554</sup>; e, como veremos mais abaixo, achou diversos modos para se vingar dele e da sua gente.

A 12.III.1494 — data em que retomou a escrituração do seu *Diário*, que D. Hernando e talvez também Las Casas puderam ainda ler — partiu Colombo da Isabela para Cibao, região aurífera já em Janeiro visitada a seu mando por Hojeda; foi a primeira vez que se internou na ilha para fazer uma exploração terrestre. Levou consigo todos os seus homens, no dizer do domínico *por poner temor en la tierra y mostrar que si algo intentassen eran poderosos para ofendelles y danalles, los cristianos*. Atravessou montes e vales, e rios que lhe pareceram maiores que o Ebro e que o próprio Tejo, até chegar à grande planície interior que jaz no sopé dos montes de que se extraía o ouro<sup>555</sup>.

No caminho observou, como seu filho nota<sup>556</sup>, belíssimas florestas, onde havia vides silvestres, árvores de lenho-aloés, de canela selvática e de outra espécie que produzia frutos semelhantes aos figos, das quais “ao que se diz, saía escamónea”. No que toca às vides silvestres, não se pode tratar nem das que fazemos vinhos (*Vitis vinifera*, L., das Vitáceas), que é uma espécie do Velho Mundo, nem da cepa americana, que usamos como cavalo daquelas (*Vitis labrusca*, L.) nem de outras espécies congêneres que apenas medram na América do Norte. Oviedo<sup>557</sup> refere-se-lhe, mas vinca que se acha apenas na Terra Firme. Pode, contudo, tratar-se de qualquer trepadeira da mesma família, por exemplo do género *Cissus*, bem representado no Brasil<sup>558</sup> e na América tropical, que produz cachos semelhantes aos das uvas. Tanto Oviedo<sup>559</sup> como Fr. Francisco Ximénez<sup>560</sup> descrevem com certo pormenor as *parras silvestres* das ilhas e da Terra Firme, a que na Nova Espanha, ou seja, no México, chamavam

<sup>554</sup> Las Casas, *HI*, I, xc; *HA*, cap.li (l).

<sup>555</sup> Colombo descreve a sua jornada em carta aos Reis datável de Abril-Maio de 1494, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xi, pp. 273-285.

<sup>556</sup> *HA*, cap. li (l).

<sup>557</sup> *Sumario...*, cap. lxix.

<sup>558</sup> Cf. Pio Correia, *Dicionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas*, 6 vols, vol. I-III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1926-52, vol. IV-VI, Ministério da Agricultura - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Rio de Janeiro, 1969-78 [reimp., 1984].

<sup>559</sup> *HGNI*, livº VIII, cap. xxiv.

<sup>560</sup> livº I, p. iii, cap. xliii, pp. 111-112.

*hualtichichiltic* ou *tololoctli*; Ximénez explica que os índios as não cultivavam nem cuidavam, *porque no auian conocido aun el vso de Baco*, garantindo que se podia de seus racemos fazer vinho; mas os elementos que dá não nos são suficientes para identificar rigorosamente a espécie botânica a que se refere, além de que nada nos garante que seja a mesma com que deparou Colombo.

Quanto a “figos de que sai escamónea”, é, de facto, possível que tenha deparado com alguma espécie de *Ficus*, pois são em número de 876 as espécies aceites, muitas das quais oriundas do Novo Mundo, ainda que distintas das do Velho; no Brasil contam-se 119 espécies, algumas das quais introduzidas. Já o produzirem escamónea parece bem mais problemático. Com efeito, a escamónea, muito usada na medicina medieval, é uma resina obtida a partir da raiz de uma planta trepadeira, muito afim da nossa corriola (*Convolvulus arvensis*, L., da família das Convolvuláceas), oriunda do Mediterrâneo oriental, o *Convolvulus scammonia*, L., cujo princípio ativo é um glucósido denominado escamonina ou jalapina (C<sub>34</sub> H<sub>56</sub> O<sub>16</sub>). Nas Antilhas há plantas trepadeiras da mesma família, como a *Ipomoea jalapa* (L.) Coxe, de que se extrai uma resina semelhante, usada como purgante drástico. A confusão de Colombo, cujo diário se limita seu filho a transcrever, pode de qualquer maneira provir de ter deparado com essa espécie, ou qualquer outra convolvulácea semelhante, trepando por uma *Ficus*; mas para que desse escamónea necessário seria que se lhe praticassem incisões na raiz, o que não parece ter acontecido. Quanto ao gengibre, como adiantámos já, não logramos entrever de onde exatamente provenha a confusão. E viu, além disso, *frutas de mill maneras y todas diversas de las nuestras y de [su] sabor; mas no menos precioso, mas creo que todo es espeçeria...*

Descobriu também dessa feita que grande parte das árvores que por ali se viam eram amoreiras, ainda que de folha perene, que davam fruto duas vezes ao ano. E logo pensou em fazer seda, para o que apenas faltavam os bichos... Na realidade os bichos-da-seda (*Bombyx mori*, L.) alimentam-se normalmente das folhas da amoreira-branca (*Morus alba*, L., das Moráceas), que, como todas as amoreiras, é de folha caduca, mas apenas existe no Velho Mundo; só mais tarde introduziriam os espanhóis o seu cultivo no México<sup>561</sup>. Contudo, podem também os bichos comer folhas de espinheiro-de-amoras-brancas, tatajuba ou tataíba (do tupi-guarani *tata'yíwa*), nome que se dá a diversas árvores do género *Maclura*, da mesma família, em especial a *Maclura tinctoria*, (L.) D. Don ex Steud., nativa da América tropical, que é de folha perene; foi provavelmente o que Colombo achou. Se tivesse levado a experiência por diante teria assim sido provavelmente mais bem-sucedido que Jaime I (r. 1603-25), que querendo

<sup>561</sup> J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xxxii.

tornar a Grã-Bretanha auto-suficiente em seda, mandou plantar no que é hoje o parque do palácio de Buckingham 4 acres de amoreira-negra (*Morus nigra*, L.), que os bichinhos não consomem...

Os Reis tomaram boa conta desta informação de Colombo, pois em 1503, nas instruções secretas que deram ao comendador Nicolas de Ovando, que haviam nomeado governador das Índias, recomendavam-lhe que se trabalhasse por que os vizinhos da Espanhola ensaiassem a produção, e calculasse o preço a que sairia o fabrico, para depois decidirem o que a seu serviço cumprisse <sup>562</sup>.

Michele da Cuneo, que acompanhou Colombo a Cibao, insere neste ponto na sua relação uma extensa digressão sobre a flora e a fauna da Espanhola. Mencionámos já, de passagem, algumas das plantas que enumera. De algumas a descrição é tão vaga ou tão sucinta que não dá azo a qualquer possibilidade de identificação; outras coincidem com as que descreve Oviedo e permitem ao menos pôr hipóteses. Ao passo que Chanca se mostra sobretudo interessado em plantas medicinais, Cuneo parece inclinar-se mais para as frutas. Entre as que com certo grau de probabilidade se deixam identificar conta-se, além do ananás a que nos referimos já, o fruto “de uma árvore altíssima e grossíssima, semelhante em todos os aspetos aos outros, que tem dentro de um a três caroços, do tamanho de ovos e de toda a bondade ao comer, e logo é digerido, e tem um sabor a pêsego ou ainda melhor que pêsego”: trata-se provavelmente do *mamey* das Antilhas (*Mammea americana*, L., tradicionalmente incluído na família das Gutíferas, hoje classificado numa família à parte, a



#### Urucum e jenipapo

Desenhos da *Historia dos animaes e arvores do Maranhão*, de Frei Cristóvão de Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa)

<sup>562</sup> Instruções de Alcalá de Henares e Çaragoça, 20-29.V.1503, CDD, III, doc. 601, pp. 1496-98.

das Calofiláceas), descrito por Oviedo no seu *Sumario* <sup>563</sup> e conhecido no Brasil por *abricô-do-pará*, com que parece a descrição concordar. Não é contudo impossível que se trate de uma outra planta por vezes confundida com a aquela, como Oviedo veio a reconhecer na sua *Historia* <sup>564</sup>, conhecida por *mamey-zapota* — curioso nome híbrido, em que o primeiro elemento é de origem taína e o segundo, *tzapotl*, o nome da planta em nahuatl — botânicamente classificada como *Pouteria sapota*, (Jacq.) H. E. Moore & Stearn, da família das Sapotáceas. É dela que se retira o *chicle* (do nahuatl *chictli*), goma que no México as mulheres e as crianças tinham o hábito de mascar; e é próxima parente do chicu ou sapotilha da América Central [*Manilkara zapota*, (L.) P. Royen, antes classificada como *Achras zapota*, L.], dita em nahuatl *chicutzapotl* <sup>565</sup>, “sapota diferente” — que, introduzida pelos espanhóis nas Filipinas, daí se espalharia por toda a Ásia tropical. É uma das espécies de que se pode extrair borracha.

Identificável igualmente, embora Cuneo lhe não dê nome, é o *axí* ou píri-píri, que conhecemos já da primeira aventura colombina. O fruto com muitos grãosinhos vermelhos dentro — apenas comparável ao alperce no tamanho, pois é coberto de espinhos tenros, como o rícino ou a figueira-do-inferno — é certamente o urucum (*Bixa orellana*, L., da família das Bixáceas), de que falámos já, mais usado em tinturaria do que para comer, embora os índios apreciassem as suas sementes torradas; como vimos, era dos seus pigmentos que se pintavam de vermelho. O fruto semelhante, mas com grãos negros dentro, que apesar de comestível não agradou muito ao autor é aparentemente o jenipapo (*Genipa americana*, L., das Rubiáceas), chamado em taíno *xágua*, de que também falámos já.

Outros frutos a que alude eram, segundo o autor, apenas bons para os porcos, que os espanhóis tinham trazido consigo para a ilha. Tal é o caso do da árvore que chega a atingir 25 ou mesmo 35 palmos de circunferência, cujos traços coincidem com os da *guama* descrita por Oviedo <sup>566</sup>; embora esse nome se use para diversas leguminosas da América tropical, nomeadamento do género *Inga*, dadas as dimensões que se lhe atribuem parece corresponder antes à *Piscidia piscipula*, (L.) Sarg., comum em todo o arquipélago e em partes do México e América Central. O mesmo diz o autor das “tâmaras”, que jamais chegam a amadurecer, de umas palmeiras altíssimas

<sup>563</sup> cap. lxii; J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xxiv.

<sup>564</sup> *HGNI*, VIII, cap. xx.

<sup>565</sup> J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xxv

<sup>566</sup> *HI*, VIII, viii.

que não sabemos identificar; não se deve tratar da palmeira-imperial [*Roystonea oleracea*, (Jacq.) O. F. Cook], que pode atingir 60 m de altura, pois ao tempo apenas medrava mais a sul, nas Pequenas Antilhas e Terra Firme fronteira — de que um exemplar, a chamada *Palma Mater*, foi levado da Guiana para o Brasil e plantado por suas próprias mãos pelo príncipe-regente D. João no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Poderia, contudo, tratar-se da sua irmã mais modesta, a palmeira-régia ou palmeira-real-de-cuba [*Roystonea regia*, (Kunt) O. F. Cook] que atinge os vinte metros, cujos frutos servem de alimento para gado. De ambas as espécies é comestível o palmito, e é provavelmente ao da segunda que se refere Cuneo ao escrever: *lo bianco é bono ad mangiare*.

Quanto à árvore cujo fruto arde como um brandão, que na sua descrição Cuneo parece misturar com a copaíba, houve já quem aventasse que se trataria da amendoeira-da-índia (*Terminalia catappa*, L.), o que, diga-se à pureza, não tem pés nem cabeça: além de ser uma espécie asiática, introduzida no Novo Continente muito tempo depois de Colombo, jamais se ouviu dizer que os seus frutos ardessem como brandões. Trata-se certamente da *cuaba*, de que nos fala Oviedo<sup>567</sup>: o seu nome taíno significa, ao que se diz, “que arde bem”, e embora hoje em dia se use na Espanhola sobretudo para o *Pinus occidentalis* com que topámos já, aplica-se também à *Amyris balsamifera*, L. da família das Rutáceas, dita em S. Domingos *cuaba blanca* ou *cuaba amarilla* e no Haiti *bois-chandelle*, também conhecido por “pau-rosa da Jamaica” e por *guaconejo*, com que condiz perfeitamente a descrição de Michele da Cuneo.

Não sabemos identificar a árvore que dá como que pequenas favas com sabor a alfistique, nem a que produz um fruto chato, semelhante a uma fogaça, com um palmo de diâmetro e uma casca semelhante à da castanha.

Conforme lhe pedira o seu interlocutor, Cuneo passa em seguida aos animais terrestres, notando a sua raridade:

Diremos dos animais quadrúpedes e terrestres, dos quais pouquíssimos se acham, os quais são estes: cães que não ladram e coelhos de três sortes: grossos como lebres, outros a modo dos nossos e outros muito menores que os nossos. Pela qual razão, que pouquíssimos animais se encontram sobre a dita ilha, o senhor Almirante deles trouxe de Espanha os mais necessários: e temos provado que porcos, galinhas, cães e gatos se reproduzem em grau superlativo, e sobretudo os porcos, pela grandíssima abundância dos sobreditos frutos.

Como vimos já, por “coelhos” devem entender-se não apenas os coelhos-americanos mas também as diferentes espécies de hutias que enumerámos. Simão Verde

---

<sup>567</sup> *HI*, IX, ii.

compara-os a arganazes ou lirões (nome vulgar de diversos roedores da família dos Glirídeos, como o *Glis glis*, L., o *Muscardinus avellanarius*. L. e a *Dryomys nitedula*, Pallas) e informa que Colombo mandou alguns para Espanha <sup>568</sup>.

A escassez de mamíferos era comum às ilhas e à Mesoamérica, não se registando espécies domesticadas para além do cão. Por tal razão nem leite nem laticínios faziam parte da dieta dos ameríndios. Na região andina a situação era um pouco mais favorável, pois contava-se com uma besta de carga, o lama — *Lama glama*, L., artiodáctilo ruminante da família dos Camelídeos de que há duas subespécies domesticadas e uma silvestre, o guanaco — e animais aparentados, apreciados sobretudo pela sua lã: a vicunha, *Vicugna vicugna*, Molina, e a alpaca, *Vicugna pacos*, L., que parece representar o produto do cruzamento de lamas com vicunhas. De qualquer delas se pode utilizar o leite. Em compensação a América Central e as partes meridionais da do Norte contavam com uma ave de capoeira, que não existia nas Caraíbas: o peru, de que voltaremos a falar. No intercâmbio de espécies que se iniciou com a segunda expedição colombina, a América teve assim, no que toca a animais, muito mais a receber do que a dar — ao passo que no que respeita a plantas deu ao mundo uma série de produtos utilíssimos, que, sobretudo em África, contribuíram decididamente para paliar as fomes que periódicamente dizimavam as populações: o milho-maiz, a mandioca, a batata-doce, a batata-semilha, o amendoim, a maioria das castas de feijão grosso, o tomate, o pimento e diversas frutas como a anona, a papaia, a goiaba, etc. <sup>569</sup>

Era devido à escassez de animais domésticos, ovos e laticíneos que os tainos satisfaziam a sua necessidade de proteínas comendo, como Cuneo explicita em seguida, cães, cobras, lagartos, aranhas, caranguejos dos pântanos e outras alimárias pouco convidativas.

Para os colonos, pouco habituados a tais iguarias, o problema era mais difícil. Os soberanos deviam ter disso consciência, pois logo a 28.VIII.1494 isentaram de direitos os mantimentos e outros artigos de necessidade que se enviassem para as Índias <sup>570</sup>; e um pouco mais tarde censuravam àsperamente ao deão Fonseca, ao conde de Cifuentes e às autoridades de Sevilha os empachos que haviam posto à partida de caravelas para a novel colónia <sup>571</sup>.

O dia a dia da expedição de Colombo ao interior não nos interessa particularmente. Basta notar os factos principais: no sopé da serra de Cibao, atravessou uma extensa e formosa veiga, a que deu o nome de Vega Real; e vendo que dali à Isabela mediavam

<sup>568</sup> Carta de Valhadolid, 20.III & 10.V.1494 (no texto, 1493, em estilo florentino), Gil & Varela, *Cartas...*, doc. x, p. 210

<sup>569</sup> Vide os estudo do saudoso Prof. Orlando Ribeiro reunidos na colêânea *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1962; cf. José E. Mendes Ferrão, *A aventura das Plantas, e os Descobrimentos portugueses*, 3ª ed., Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999; servimo-nos sobretudo da versão francesa, revista, atualizada e profusamente ilustrada, *Le voyage des Plantes et les Grandes Découvertes (XV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles)*, ed. Chandeigne, Paris, 2015.

<sup>570</sup> Real provisão de Segóvia, 28.VIII.1494, *CDD*, II, doc. 235, pp. 677-678; cf. a carta régia de Mdríd, 16.IX.1494, *ibidem*, doc. 237, pp. 679-680.

<sup>571</sup> Cartas de Madrid, 8.X.1494, *ibidem*, doc. 240-243, pp. 681-686.

dezoito léguas, que se não podiam percorrer de uma tirada, para bem controlar o acesso às minas decidiu erguer ali um forte. Chamou-o de Santo Tomás, ou seja, de S. Tomé, apóstolo a quem a tradição cristã atribui a primeira evangelização das Índias, por onde o Almirante supunha deambular<sup>572</sup>. Nomeou seu alcaide a Mossen Pedro Margarit a quem deixou 56 homens de armas. Constatou que da montanha — que culmina a 3.098 m, no cimo hoje conhecido por Pico Duarte, o ponto mais alto da ilha e de todo o arquipélago caribenho — desciam quatro rios caudalosos, que repartiam em quatro partes quase iguais o território insular<sup>573</sup>. É bem possível que essa topografia lhe tenha recordado a que a Bíblia atribui ao Paraíso Terreal, onde se originavam igualmente quatro rios, o Físon, o Geon, o Tigre e o Eufrates; e que na sua mente se tenha firmado a ideia de que não andaria longe dele.

A expedição ao interior durou cerca de duas semanas, pois a 21 de Março iniciava o Almirante o regresso e a 29 estava já de novo na Isabela<sup>574</sup>. No dia seguinte segou um lavrador as primeiras espigas de trigo, semeadas em Janeiro, o que lhe deve ter criado uma ilusória impressão de fertilidade que o não deixou prever a grande fome que no ano imediato se abateria sobre a ilha. Esperançoso, mandou construir uma represa e alguns canais, para ali instalar moinhos; mas, enquanto se preparava para partir de novo à descoberta com três navios, fez saber aos Reis:

*La simiente de huerta que acá traximos todas en tres dias salieron de la tierra, y de la hortaliza nos aprobechamos a los quinze dias, y así farían todas cualesquiera simientes que se siembren; y no le impide la saçón porque así siempre es una, como dixe arriba, que hasta hoy no he visto mudamiento en nada [en] diciembre ni otro mes, salvo muy poco en llover, que era más en henero. Los cuescos [caroços das fruteiras] todos nasçieron a los siete días, y nasçen; los sarmientos que de Castilla acá truxeron se plantaron y en un mes hixiéron algunos pámpanos y razimos en ellos. Las cañas de açucar, ansimesmo; los melones y pepinos y cohombros en cuarenta días después de sembrados dieron fruto y maduraron, y tenemos cada día d'ellos; y los mejores melones que jamás se vieron fueron sembrados en fin de henero y en comienços de março los comenzamos a comer, y tengo por dicho que continuamente todo el año los abrá, y calabazas. De trigo fize sembrar muy poco, porque no teníamos aparejo y hera invierno cuando aquí benimos, mas espera un Labrador por una fanega que aya sembrado, çinquenta...*

A lê-lo e crê-lo ninguém diria que no ano seguinte morreria de fome um terço da população da ilha...

<sup>572</sup> Cf. o nosso estudo “A lenda de S. Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa” in *Lusitania Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica portuguesa, 2ª série, vol. III, Lisboa, 1991 (pp. 349 a 418); também pub. na série *Separatas* do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, nº 233, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1992.

<sup>573</sup> Cf. P. M. Angléria, *Década I*, cap. iii.

<sup>574</sup> *HA*, cap. lii (li).

Uma página mais adiante, caiu porém em si e confessou:

*Los mantenimientos acá se nos fazen pocos: ya estamos con gran desesperança que los navios sean aquí en este mes de mayo; socorrémonos al pan de los indios, y nuestra gente lo hace tan bien como ellos y save mejor que vizcocho.*

Entretanto, logo dois ou três dias após ter regressado à Isabela, chegou-lhe da parte de Pedro Margarit recado em como Caonaobó, cacique de Maguana, se preparava para atacar o forte de Santo Tomás. Considerando que os índios eram cobardes e confiando nos seus cavalos, Colombo não se preocupou especialmente; sem embargo, mandou-lhe mais 70 homens com munições e vitualhas, com ordens para descobrirem um novo caminho para a Isabela, pois o que seguira era entrecortado de rios difíceis de vadear. Pouco depois, enviou segunda vez a Cibao Alonso de Hojeda, levando instruções escritas para Pedro Margarit<sup>575</sup>; mandava-lhe 16 cavalos e 250 escudeiros e bêsteiros, 110 espingardeiros e 20 oficiais mecânicos. Deixando Hojeda como alcaide da fortaleza, Margarit devia partir a explorar a ilha e tomar posse dela, erigindo cruzeiros em lugares convenientes e escrevendo os nomes de Suas Altezas nas árvores mais altas. Procuraria deitar mão a Caonaobó com um ardil, e velaria para que a sua justiça fosse temida; evitaria que fosse feito agravo aos índios, pagando-lhes em mercadorias de seu gosto as vitualhas que fornecessem; devia, porém, castigá-los severamente se fossem apanhados a roubar. No entanto ia-lhe recomendando que não podendo comprar mantimentos os tomassem aos nativos, afagando-os para os não descontentar...

À mistura com os receios de Margarit chegaram ao vice-rei novas animadoras: *con ganas de cascabeles y otras cosillas*, viera a Santo Tomás um índio velho trazendo dois grãos de ouro do peso de três castelhanos, isto é, de c. 13,5 g<sup>576</sup>; e, sobretudo, achara-se uma mina de ouro, tamanha ou maior que a Andaluzia! Mediria, por conseguinte, pelo menos 87.000 km<sup>2</sup>!

À construção do forte de Santo Tomás, que em Abril de 1494 possuía já um fosso de 18 pés de largura e 20 de fundura, seguir-se-ia no ano imediato a de mais cinco, entre a Isabela e a zona das minas de ouro: La Concepción, na Vega Real, Magdalena, junto ao rio Yaquí, Santa Caterina, Esperanza e outro ainda em Bonao, nas margens da ribeira Yuna<sup>577</sup> — o que, com a Isabela e Santo Tomás perfaz sete.

<sup>575</sup> La Isabela, 9.IV.1494, Varela & Gil, *Textos...*, doc. x, pp. 269-273

<sup>576</sup> A. Bernáldez, *Crónica...*, cap. cxxii.

<sup>577</sup> Las Casas, *HI*, I, cx.

Tem-se já apontado esta prática de construir de espaço a espaço fortalezas como um traço de influência portuguesa, comparando-as ao rosário de castelos lusos na costa marroquina ou no litoral do Hindustão. A comparação é superficial e apresada. As praças portuguesas eram todas litorais e, tirante alguns intentos frustrados no Magrebe, jamais foram utilizadas como testa de ponte para conquistar o interior: o seu escopo era proteger feitorias de comércio e dar apoio às linhas de navegação. O fito de Colombo era, ao invés, proteger o caminho terrestre que ligava à costa as minas de Cibao, dominar o espaço e assegurar o controle da população nativa. É sem dúvida mais pertinente apresentar como precedente principal da política colombina a conquista castelhana das Canárias.

Foi ainda antes de largar da Isabela para Cuba que Colombo tomou conhecimento do que se passara em Cibao, onde a 9 de Abril enviara Alonso de Hojeda com 400 homens: ao atravessarem um rio, três dos seus homens, que não sabiam nadar, socorram-se de índios para lhe vadarem o fato. Sucedeu, porém, que a meio da travessia os índios lhes fugiram com a roupa, levando ainda a espada de um deles, que entregaram ao seu cacique. Quando o soube o Almirante enviou lá de novo Hojeda com dez soldados a recuperar o fato e a castigar os índios. Tão bem se aveio Hojeda da missão que, a despeito de o cacique ter consigo trezentos a seiscentos homens, deitou-lhe a mão, prendeu-o, bem como a um irmão e a um sobrinho seu, e sem que os seus súbditos ousassem intervir, atou-os e assim os trouxe ao vice-rei. Quanto ao homem que trouxera a espada, alçou na praça um poste, atou-o, cortou-lhe as orelhas e assim o deixou ali amarrado. Logo acorreu um cacique irmão do que estava preso, que havia ajudado Colombo a vadear o rio, a oferecer-lhe uma caraça de ouro e a rogar-lhe que poupasse a vida a seu irmão. Para que todos soubessem que se não deixava corromper, o Almirante recusou a caraça, mas entregou-lhe os prisioneiros, que estavam já atados a um pau para serem degolados com uma espada — tudo para lhes dar *muestra que quien hazía bien, que le faría honra, y quien hiziere mal será bien castigado* <sup>578</sup>.

Foi aparentemente este o último ato de Colombo como vice-rei, antes de entregar o poder à junta que nomeara e abalar para Cuba. E Las Casas a comentar <sup>579</sup>: *esta fué la primera injusticia, con presunción vana y errónea de hacer justicia, que se cometiò en estas Indias contra los indios, y el comienço del derramamiento de sangre, que después tan copioso fué en esta isla...*

---

<sup>578</sup> Carta de Colombo aos Reis, Abril-Maio de 1494, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xi, pp. 280-282.

<sup>579</sup> *HI*, I, xciii.

## Novos descobrimentos, hipotéticos e reais

Dispostas assim as coisas, aprestou-se Colombo para a partida. El-Rei dera-lhe antes de zarpar de Espanha ordens expressas para descobrir a maior extensão de costa que pudesse, antes que qualquer outra potência, em especial Portugal com quem não fora ainda firmado acordo, se entremetesse a descobri-la<sup>580</sup>. Foi nessas circunstâncias que, *por cumprir el mandado de Sus Altezas y ejecutar el apetito e inclinación que Dios le había dado, y para lo que le había escogido*<sup>581</sup>, em Abril de 1494, seis meses após a sua aterragem nas Antilhas, retomou a sua exploração. Na Isabela fez-se substituir por um conselho de governo, presidido por seu irmão Diego e integrado por Frei Boil e Pedro Hernández Coronel, alguazil-mor, a quem assistiam Alonso Sánchez de Carvajal, regedor de Baeza, e Juan de Luján, cavaleiro de Madrid e criado do Rei Católico<sup>582</sup>.

Como tivemos já ocasião de notar, a cronologia dos acontecimentos ocorridos durante toda a sua segunda viagem, de 1493 a 1496 é pouco clara, pois embora o Almirante esmiuce nas suas cartas-relatórios aos Reis o que fez e o que lhe sucedeu, raro é que dê as datas. Ora como sabemos já, havia no seu diário um hiato de três meses, entre 11.XII.1493 e 12.III.1494, que D. Hernando<sup>583</sup> explica pela doença que, em consequência do excesso de trabalho dispendido na fundação da Isabela, acometera seu pai.

Foi daí que, há cerca de meio século, Juan Manzano Manzano<sup>584</sup> tirou argumentos para avançar a hipótese de que nesse ínterim Colombo tenha enviado ao sul em exploração uma ou mais caravelas; estas teriam então topado pela primeira vez com a costa venezuelana, que o Almirante voltaria a explorar na viagem imediata, e com as vizinhas ilhas de Cubáguá e Margarita. À costa setentrional da América meridional se reportaria a expressão *la tierra firme de acá*, de que Colombo usa algumas vezes. Teriam então deparado aí com pérolas, mas D. Cristóvão teria guardado em segredo tal achado — e aí estaria a causa principal da deterioração das suas relações com os soberanos, que em 1495 enviaram Juan Aguado a levantar um inquérito ao seu comportamento.

<sup>580</sup> P. M. Angléria, *Década I*, cap. iii; Las Casas, *HI*, I, xciv.

<sup>581</sup> Las Casas, *HI*, I, xciv.

<sup>582</sup> *HA*, cap. liv (liii).

<sup>583</sup> *HA*, cap. li (l).

<sup>584</sup> J. Manzano, *Colón descubrió América del Sur...*; Luís Arranz Márquez (*Cristóbal Colón - Misterio y grandeza*, Marcial Pons Historia, Madrid, 2006) perfilha de peito e coração a opinião deste autor; idem, na sua versão da *HA*, p. 199, nota 121. Lourdes Díaz-Trechuelo (*op. cit.*, pp. 114-116) resume-a, apresentando-a como uma possibilidade.

A teoria baseia-se fundamentalmente na relação dos descobrimentos colombinos redigida em 1501 por Angelo Trevisan, de que adiante voltaremos a falar, que foi secretário de Domenico Pisani, *orador* ou embaixador da Sereníssima República de Veneza em Espanha. Esta historieta figura numa espécie de *post-scriptum* em que o autor acrescenta à sua relação algo que, *per inadvertentia*, no devido lugar omitira<sup>585</sup>. Esse texto, no entanto, afigura-se-nos demasiado confuso para poder servir de esteio a uma hipótese de trabalho plausível: a omissão ora corrigida respeita, segundo o seu autor, “à quinta navegação” do Almirante, que, como bem sabemos, apenas empreendeu quatro; e o texto não indica o ano em que terá tido lugar a expedição, limitando-se a afirmar que regressara à Espanhola a 14 de Novembro, ao cabo de 45 dias de navegação, o que coloca a partida a 28 de Setembro e está longe de coincidir com o hiato no *diurnal* do Almirante, que apenas começa em Dezembro. Para mais, a 28.IX.1493 Colombo velejava ainda entre as Canárias e as Antilhas, e foi só a 25 de Novembro que alcançou a Espanhola. Além disso, algumas das expressões que Trevisan emprega, quer a propósito dos insuportáveis calores de que teriam padecido quer a respeito dos traços paradisíacos das terras com que depararam parecem repetir quase textualmente passos da *Relação da Terceira Viagem* de Colombo. Ora é na terceira viagem colombina — o que para o autor se deveria a lapso dos cronistas — que Oviedo<sup>586</sup> e na sua esteira López de Gómara<sup>587</sup>, inserem relatos que quanto a certos detalhes condizem com o de Trevisan: Oviedo, fundindo a 3ª viagem de Colombo com a de Alonso de Hojeda no ano imediato, prolonga o descobrimento feito por aquele na sua terceira viagem a diversas ilhas, incluindo a de Curaçao, e a toda a costa venezuelana até ao Cabo da Vela, c. 72° W de Greenwich; é num capítulo subsequente que fornece pormenores sobre o achamento das pérolas na pequena ilha de Cubagua, a sul da Margarita, graças a uma mulher com que toparam, que trazia ao peito um colar de aljófar<sup>588</sup>; quanto a Gómara, além de lhe atribuir a exploração de 330 léguas de costa até ao sobredito cabo, menciona, entre as regiões perolíferas cujo achamento Colombo teria sonogado aos Reis, a zona de Cumaná a sul da ilha de Cubagua, na costa da Terra Firme. Voltaremos ao assunto quando tratarmos da terceira viagem colombina, em que, segundo tudo nos leva a crer, tais factos tiveram lugar.

Quanto à relação de Trevisan há que notar que contém uma série de incongruências: não se percebe porquê, as caravelas teriam sido enviadas em direcção a Cuba — que em 1493 Colombo tinha já intenção de explorar pessoalmente, como de facto veio a fazer em começos de 1494. Teriam por isso rumado a oeste, inflêntido depois para sul e sudoeste (*ostro e garbin*) para escapar às calmas que as afligiam, o que de facto aconteceu à frota de Colombo, mas na sua terceira viagem e na zona equatorial entre Cabo Verde e a Trinidad, conduzindo-o na realidade a *não* guinar para sul e sueste mas prosseguir rumo a oeste par evitar as calmarias; mais adiante, porém, afirma Trevisan que caminharam 12 dias para sul e sueste (*ostro e siroco*), o que parece contradizer o dito pouco acima, e em seguida 33 de novo para oeste. Teriam portanto descrito um Z, deparando com ares cada vez mais temperados à medida que se acercavam do equador, o que é pouco provável, mas evoca a identificação colombina da região de Pária com o Paraíso Terrestre, que data também ela da viagem de 1498. Finalmente, sempre de proa a ponente, teriam percorrido 2.500 milhas (625 léguas) ao longo da costa, topando aí com grande cópia de pérolas, após o que haveriam empreendido o regresso.

<sup>585</sup> Pode ver-se o texto italiano de Trevisan in J, Manzano, *op. cit.*, pp. 459-462, e em CDD, III, doc. 561, pp. 1401-1404.

<sup>586</sup> III, iii; *cf.* III, vi,

<sup>587</sup> *ed. cit.*, pp.170-171.

<sup>588</sup> XIX, i & sqq.

Segundo Manzano, Colombo teria um pouco mais tarde visitado pessoalmente as terras descobertas, confirmando a existência de pérolas, mas escamoteando-a para que não chegasse ao conhecimento dos soberanos. Quer-nos parecer que se a lacuna no seu diário foi propositada, destinada a esconder algo que queria manter secreto, deveria logicamente corresponder a uma ausência inconfessada do Almirante e não a uma exploração que mandara empreender a terceiros, cujo envio poderia simplesmente omitir e de cujo decurso se não poderia inteirar senão à torna-viagem. Nada o impediria de entretanto, sem levantar suspeitas, ir narrando aquilo de que pessoalmente se ocupava. Não lhe faltaria, sem dúvida, com que encher papel, nem que fosse uma vez mais com os ares temperadíssimos da Espanhola, o cheiro das suas flores e o cantar dos passarinhos...

Em confirmação do confuso testemunho de Trevisan aduz Manzano uma série de argumentos, extraídos de outras fontes, mais tardias, de entre as quais privilegia Oviedo e Gómara, que como acabámos de ver situam a descoberta das pérolas no decurso da *terceira* viagem colombina, que misturam com a viagem de Hojeda. Oviedo estava, aliás, tão mal informado acerca desta, que começa o seu relato<sup>589</sup> por afirmar que Colombo *partió de la bahía de Cádiz en el mes de Marzo del año de mill e quatrocientos e noventa e seis, aunque algunos dicen que era el año de noventa e siete...* Nada está certo: partiu de Sanlúcar de Barrameda, e a 30.V.1498!

Os demais testemunhos alegados por Manzano não passam de alusões imprecisas ou ambíguas, que a despeito do virtuosismo com que o autor os maneja não chegam para convencer; sobretudo, nenhum desses vagos testemunhos permite datar com segurança de 1493-94 o episódio. O único que merece discussão é uma carta de Pedro Mártir de Angléria ao cardeal Bernardino de Carvajal, que na compilação das suas obras aparece datada de “Burgos, terceiro dia antes das nonas de Outubro” (ou seja, 5 do mês) de 1496. Aí se lê, com efeito:

Do Novo Mundo trouxe o nosso almirante Colono, de certas costas que percorreu ao meridiano a seis graus da equinocial, várias fiadas de pérolas orientais; [e] julga serem essas regiões contíguas e aderentes a Cuba, de modo que ambas serão o próprio continente da Índia [Trans-]Gangética. Durante muitos dias navegou por esses litorais e confessa não lhes ter visto o fim ou qualquer sinal de terminarem. Diz que esse trato de costa é pelos habitantes chamado Pária, recheado de povos; e que os seus habitadores se nutrem da carne das próprias conchas de que raspam as pérolas, com os restantes alimentos.

Se tivesse chegado até nós o texto original da carta, constituiria um testemunho insofismável do achamento da região de Pária antes de Outubro de 1496, data da carta. No entanto, o texto que consta do *Opus Epistularum* de Pedro Mártir, impresso em Alcalá de Henares em 1530<sup>590</sup>, morto já o autor havia uns quatro anos, parece ser um texto compósito, em que a uma maioria de eventos de facto datáveis de 1496 mistura o relato de alguns que tiveram lugar no ano anterior, como o encontro de Isabel a Católica com a rainha D. Catarina de Navarra, e trechos — como o da alimentação dos nativos com a carne das ostras perolíferas — que reaparecem quase *ipsis verbis* nas suas *Décadas*<sup>591</sup>, mas num passo em que dá conta da exploração da costa venezuelana por Pero Alonso Niño, em 1499. Dir-se-ia, por conseguinte, que o texto que veio a ser impresso foi refeito, aparentemente um pouco à pressa, o que lhe diminui o valor testemunhal. Note-se que a mesma sorte teve o das *Décadas*<sup>592</sup>: na sua primeira edição, datada de 1511, Pedro Mártir limitava-se a anotar que na sua terceira viagem (e

<sup>589</sup> III, iii.

<sup>590</sup> fl. xli r [p. 379].

<sup>591</sup> *Década I*, cap. viii, fl xvii r & v [p. 67-68].

<sup>592</sup> I, viii, fl xv (p. 63)

não na segunda!) achara Colombo pérolas na costa setentrional da América meridional; a esse passo ajuntou na edição seguinte, com base no que entretanto soubera:

Cumaná e Manacapaná eram dos habitantes chamadas aquelas pequenas regiões da grande província de Pária, em espaço de 230 milhas, da qual a outra região, de seu nome Curiana, dista sessenta léguas.

Ora estes detalhes provêm de Hojeda e não de Colombo. Aliás, Angléria limita-se, salvo raras exceções, a anotar por escrito o que Colombo lhe narra, e não se vê razão para este lhe ter revelado algo que pretendia ocultar aos Reis.

Um outro testemunho que Manzano privilegia é o depoimento de Hernán Pérez Mateos, então já octogenário, nos *Pleitos Colombinos* em 1536, ou seja, quase quarenta anos após os factos<sup>593</sup>. Aí afirma, de facto, que foi piloto de um dos navios do Almirante *en el segundo viaje que hizo a estas partes*, em que *con su yndustria descubrió las islas en la pregunta contenidas*, ou seja, *la tierra firme de Paria y la ysla e rescate de las perlas*. Nada, porém, nos garante que o velhote se não tenha enganado na numeração das viagens colombinas — como se engana ao colocar na primeira expedição do Almirante a viagem da nau *Marigalante*, que foi capitânia na segunda! Dir-se-ia que o velho piloto, cuja presença junto de Colombo em qualquer das viagens não está comprovada por nenhum documento para além do seu próprio testemunho, subtrai sistematicamente uma unidade à sua numeração. Deduz-se das suas declarações que não participou na primeira, pois afirma que estava em Baiona da Galiza quando aí chegou, meio perdido, Martín Alonso Pinzón, mas é tudo quanto a seu respeito sabemos; e sabe-se por um outro documento que regressou às Índias com o governador Ovando em 1501-1502<sup>594</sup>, como mestre de uma das caravelas da sua armada.

A este testemunho poderíamos contrapor o do piloto Pero de Ledesma, que acompanhou Colombo tanto na terceira como na quarta viagem sua, que, perguntado nos *Pleitos* se sabia que haviam sido Cristóbal Guerra e Pero Niño quem descobriu a pescaria das pérolas de Cumaná, respondeu assim<sup>595</sup>:

*A la tercera pregunta dixo que este testigo a oydo decir a muchas personas que fueron en el viaje contenido en esta pregunta, qu'el dicho Christóbal Guerra e Pero Alonso Niño fueron a descubrir e que pasaron adelante de la Boca del Dragó donde el dicho don Christóval no avia llegado ni descubierto, e que descubrieron e fallaron la tierra qu'el dicho don Christóval no avia andado e truxeron las perlas, e que este testigo lo tiene por çierto, lo que dicho tiene en este artículo, porque al tiempo que las naos en que los dichos Christóval Guerra e Pero Alonso Niño fueron, este testigo las vido pasar e fue así público, e qu'el dicho don Cristóbal Colón quedó atrás.*

*A la quarta pregunta dixo que, al tiempo que los dichos Juan de la Cosa e Alonso de Hojeda fueron a descubrir, este testigo estaba en la isla Española e los vido pasar en suas naos (...), e dende a çierto tiempo bolvieron, y el dicho Juan de la Cosa venia herido e dezian que de una flecha e dixeron que avian descubierto y fallado en la costa de poniente (...) hasta la parte que agora llaman Quiquibacoa, y así fué público e asy lo traían escrito en las cartas de marear e asy truxeron las figuras por el altura e por punto llano e que sabe este testigo que antes desto el dicho don Christóval Colón no tocó en estas provincias, porque si el tocara este testigo lo oviera sabido, porque anduvo siempre con él fasta que murió.*

<sup>593</sup> Anunciada Colón, III, pp. 1596-1601.

<sup>594</sup> *Noticias sobre la expedición de Frailes Franciscanos embarcados en la Armada de Ovando*, CDD, III, doc. 576<sup>2</sup>, p. 1421.

<sup>595</sup> Anunciada Colón, IV, p. 2449

Este testemunho não é absolutamente apodítico, pois não prova que Colombo não tivesse visitado a zona em questão *antes* da terceira viagem, em que Pero de Lesdema foi seu piloto; mas dificilmente é crível que, em todo o tempo em que aquele permaneceu ao lado do Almirante (1498-1506), este se não tenha nunca descaído a dar qualquer mostra de que conhecia as terras por onde andaram aqueles outros *descobridores* ou *quizás destruidores*, para usar a expressão de Las Casas, tanto mais que, ao tempo, a pescaria das pérolas não era já segredo para ninguém.

Notemos, finalmente, que Manzano acabou por colocar a viagem pessoal de Colombo à Terra Firme entre 1494 e 1495, o que de modo algum se coaduna com o que ao começo pretendia explicar: o hiato no seu diário entre 11.XII.1493 e 12.III.1494. Para mais, não o consente a cronologia: em 1494 o Almirante começou por estar ausente, em Cuba e na Jamaica, e ao depois gravemente enfermo; e em 1495, quando terminou as campanhas militares que, segundo Las Casas o ocuparam durante seis a oito meses, viu-se a braços com a fome que grassava na Espanhola e em seguida com a sindicância de Juan Aguado, pelo que assaz difícil lhe seria ausentar-se da sua ilha.

A teoria, já de si débil, queda ainda mais debilitada com o achado de Tarragona, posterior ao momento em que Manzano escreveu, e com o de Simancas, posterior à sua morte, aos 92 anos de idade, em 2004. Ora do primeiro achado fazem parte três cartas de Colombo aos Reis escritas na Espanhola, que mostram claramente que o vice-rei se não ausentara da ilha senão para ir a descobrir Cuba e Jamaica: a primeira <sup>596</sup>, começada a 31.XII.1493 e concluída “em dia de S. Sebastião”, portanto a 20 de Janeiro de 1494, mostra que estava aí presente nessa data, quando Hojeda voltou de explorar Cibao; e a segunda redigida em Abril ou Maio de 1494 <sup>597</sup>, além de narrar a ida do vice-rei a Cibao, informa-nos de que, concluída havia pouco, fora a vila Isabela pasto das chamas, pelo que mister fora reconstruí-la de raiz. Ora esse facto explica suficientemente a atividade febril e o conseqüente esgotamento do Almirante, que o terá forçado a interromper o seu diário, sem dar azo a que se imagine que o fez propositadamente para ocultar o seu segredo. Quanto ao achado de Simancas, contém acusações mais do que suficientes para suscitar a desconfiança dos Reis e justificar o seu comportamento para com o Almirante logo em 1495, independentemente da questão das pérolas.

O que é certo é que a 24.IV.1494, na expressão de Las Casas <sup>598</sup> *por cumplir el mandado de Sus Altezas y ejercitar el apetito e inclinación que Dios le había dado*, Colombo retomou pessoalmente a exploração das Antilhas, zarpando com três caravelas redondas da Espanhola para Cuba, de que no ano anterior apenas reconhecera a costa setentrional: a *Niña* servia agora de capitaina; e acompanhavam-na duas

<sup>596</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. viii, p. 281.

<sup>597</sup> Os compiladores do *CDD* (doc. 190, p. 563) datam-na de c. 20.IV.1494; Varela & Gil (doc. xi, pp. 273 & sqq.) datam-na mais vagamente de “Abril-Maio de 1494”, esguardando certamente ao facto de Colombo se dizer aí já partido para a sua nova exploração, pelo que será posterior a 24.IV.1494.

<sup>598</sup> *HI*, I, xciv.

caravelas de traça portuguesa, a *San Juan* e a *Cardera*. As caravelas portuguesas eram muito apreciadas e em 1504 o Rei Católico escreveria a el-rei D. Manuel, seu genro, pedindo-lhe para seus súbditos poderem sacar de Portugal três <sup>599</sup>; mas trata-se explicitamente de caravelas latinas e não de redondas, como parece pensar Mascarenhas Barreto.

A documentação que nos chegou não nos dá os nomes dos capitães das duas caravelas que Colombo levou a Cuba, deixando-nos com a impressão de que apenas tinham piloto, mestre e contramestre, diretamente subordinados ao Almirante. Segundo Cúneo a maior das caravelas era de apenas sessenta toneladas; no entanto, como veremos, todas experimentaram sérias dificuldades ao singrar nos canais pouco profundos que separam as ilhotas adjacentes à costa meridional cubana.

Como nota Morison, a sação era azada, pois nela não se produzem furacões; quer-nos, porém, parecer que nada teria perdido se tivesse partido uns dois meses mais cedo, para poder ir e voltar antes das chuvas de verão, que começam normalmente em Maio. Evitaria os problemas que veio a experimentar no regresso. É, porém, evidente que Colombo não podia ainda fazer uma ideia clara do clima daquela região do Globo.

Transpostas as escassas dezoito ou vinte léguas que Cuba dista da Espanhola, a pequena frota aterrou a 30.IV.1494 na ilha fronteira junto à sua extremidade oriental, a que segundo Las Casas se dava o nome nativo de Punta de Bayatiquiri, onde ergueu cruzeiros com o sinal de Suas Altezas em demonstração de posse. Ao cabo pôs o Almirante o nome de “Alfa e O[mega]”: *en la Juana, la cual no es isla salvo tierra firme, fin de las Yndias por oriente y comienço navegando por poniente*, como afirma na sua carta aos Reis. É verdade que esta não é um diário da viagem, mas um resumo dele, feito após o seu regresso à Espanhola, em que por conseguinte pode ter inserido ideias que lhe vieram à mente mais tarde e informações que entretanto coligiu. Seja como for, este topónimo — que o tradutor italiano da *História do Almirante* não compreendeu e verteu por *Capoforte* — denota por si só a aposta de Colombo na continentalidade de Cuba, mesmo antes de a explorar. Como vimos, na primeira viagem mantivera-se hesitante; mas entretanto, refletindo no assunto, deve ter-se persuadido de que era melhor para o seu prestígio que constasse na corte que atingira o Cataio, tanto mais que, se assim não fosse, lá se ia a identificação de Cibao com o Cipango... Não admira, pois, que ao chegar à extremidade oposta de Cuba, como mais adiante veremos, tenha recusado — se de alma e coração se só na pena, para uso externo, só Deus sabe — render-se à evidência de que a ilha terminava ali...

---

<sup>599</sup> Carta de Medina del Campo, 26.VIII.1504, *CDD*, III doc. 670, p. 1645,

O nome “Cabo Alfa y Omega” não vingou, e a extremidade oriental de Cuba veio a ser conhecida por Cabo Mayzí. Foi por sul que, de acordo com os mestres e pilotos das suas caravelas, decidiu Colombo costear a ilha desta vez, pois, como explica Cuneo, todos concordavam em que as riquezas abundariam tanto mais quanto menor fosse a latitude. Animava-o sobretudo a esperança de por aí achar finalmente o grão-cã da Tartária, que não achara da primeira vez.

Com a sua aguda percêção da topografia, juntando o que observara ano e meio antes com o que observava agora, Colombo concluiu que o extremo oriental de Cuba apresentava aproximadamente a forma de uma vela latina enfunada pelo vento, o que é uma imagem feliz. Continuando a navegar para lá do cabo Alfa e Omega, toparam com um porto imenso, a que Colombo chamou Porto Grande, identificável com a baía de Guantánamo. Com o exagero habitual anotou que tinha *longura y anchura para estar todas las naos del mundo*; e o mesmo referiria após o seu regresso a Espanha a Pedro Mártir, que o exarou por escrito na primeira edição das suas *Décadas*, mas prudentemente o suprimiu da segunda. Na primeira baixada a terra não encontraram vivalma, pois como explica Miguel de Cúneo, todos haviam fugido assustados com o troar das bombardas dos navios; mas toparam com bem quatro quintais de peixe a assar ao lume, a que logo lançaram mão. Apenas se abstiveram de tocar nas 50 ou 60 *serpentes* que acharam também na grêlha, que Colombo compara aos crocodilos do Nilo, mas eram certamente iguanas, que lhes devem ter parecido repelentes. Há uma certa diferença de dimensão: o crocodilo mede 4 a 7 metros e a inofensiva iguana não ultrapassa o metro e meio; mas a mesura não era um dos predicados de Colombo. Os nativos, receosos, haviam-se ocultado nas brenhas; foi só mais tarde que, atraindo-os com pequenas dádivas os persuadiram a regressar. Diego Colón, o afilhado do Almirante filhado nas Lucaias dois anos antes, servia de intérprete sempre que podia, pois algumas vezes o dialeto taíno em que se exprimiam os locais era demasiado diferente do seu. Souberam então que a pescaria se fizera por mando do cacique da região, que finalmente se teve de contentar com as iguanas, que como manjar era o que mais apreciava, “como entre nós pavão ou faisão”, anota Pedro Mártir. Perguntados se por ali havia ouro, responderam negativamente.

O segundo encontro com os índios, no ancoradouro em que fundearam em seguida, provávelmente não longe do sítio em que em 1514 Diego de Velázquez fundaria a cidade de Santiago, foi igualmente amistoso, tal como os da viagem precedente. Puderam aí observar como se assava o peixe: fendiam em dois um lenho, punham o peixe no meio, atavam, estendiam o lenho ente duas pedras e faziam fogo por baixo. Foram seguindo a costa, vendo, na expressão de Las Casas, *a cada hora maravillosos puertos (...), montañas muy altas y algunos ríos que salían a la mar*. Era a zona da

Sierra Maestra, que culmina a 1.974 m no Pico Turquino. Devem ter atingido então o Cabo Cruz, provavelmente a 3 de Maio, festa da Invenção de Santa Cruz, conquanto Las Casas diga que o Almirante só lhe deu nome no dia 18, no regresso da Jamaica.

Sempre convencido de que se achava no Extremo Oriente, Colombo buscava a todo o custo tudo o que tivesse consonância com os topónimos que conhecia por Ptolomeu ou por Marco Polo. Com a sua habitual acrobacia lingüística, ao ouvir falar de *Janahica*, *Iamahic* ou *Jamaíca* logo escogitou que se trataria quiçá da *Jaua Chica* — ou seja, a *Jaua Menor* do viajante véneto, que corresponde a Samatra. De facto, em malaio e em javanês, *Jawa*, e o adjectivo correspondente, *jawi*, “jau, javanês”, aplicam-se bastas vezes ao conjunto de Samatra e Java; daí a distinção entre *Java Maior*, a Java pròpriamente dita, e *Java Menor*, que é Samatra — sem embargo de esta medir 473.000 km<sup>2</sup> e aquela apenas 139.000. Mesclando a toponímia de Marco Polo com a sua própria, Colombo obteve mesmo a forma *Juana Maior*; se Cuba era a *Juana Maior*, ou seja, a Java Maior, e a Jamaica a *Java Chica* ou Java Menor, tudo batia certo e se compaginava com o que escrevera o papa-léguas véneto. Colombo tentou impingir essa teoria a Pedro Mártir <sup>600</sup>; mas este mostrou-se pouco convencido: “... e os nossos cosmógrafos, como ele crê, lhe chamam Juana Maior, o que dista muito da verdade, já que põem a Juana no Mar Roxo”, escreveu ainda o humanista na edição de 1511, não sem incorrer numa confusão geográfica quase tamanha como as de Colombo. No entanto, à medida que progredia o conhecimento geográfico do Novo Mundo e que o humanista relia os seus alfarrábios, deu-se conta do absurdo, e em 1530, na segunda edição, por certo com vergonha de reincidir em tão crasso erro, suprimiu todo o parágrafo.

Proseguindo, como era seu hábito, o descobrimento ao improviso, Colombo decidiu então interromper a exploração de Cuba para se dirigir à *Java Chica*, ou seja, à Jamaica.

Aproveitamos o ensejo para explicar a grafia *Jamaíca* de que usamos: como o mostram transcrições como *Jamahic*, *Janahic*, etc., deve ser aquela a que melhor transcreve a forma taína do topónimo, além de que assim o ouvimos pronunciar nos Açores, para designar a pátria do pau-de-cravo ou pimenta-jamaica de que falámos já, muito popular na cozinha local. A forma *Jamaica* foi adótada pelos britânicos que em 1655 se apossaram da ilha, e a partir daí correu mundo.

A Jamaica era, como as ilhas vizinhas, habitada de taínos; eram, porém, mais aguerridos que os seus irmãos de além-mar. Preparava-se o Almirante para fundear no

---

<sup>600</sup> I, iii.

primeiro surgidouro que se lhe deparou; mas logo viu umas cinco dúzias de grandes canoas que remavam ao seu encontro, com intenções hostis; e como não achou maneira de os aquietar e persuadir a entabular resgate, levantou âncoras e, de proa a ocidente, fui surgir um pouco mais adiante, num porto que pela sua formosura chamou de Santa Glória. Aí passou a noite, largando ao outro dia para outro ancoradouro sito quinze milhas mais além, a que chamou Puerto Bueno.

Como necessitavam absolutamente de água e lenha, Colombo decidiu surgir aí a qualquer preço. Ao tentar, porém, desembarcar para fazer aguada,

*...vinieron tantos indios sobre él que cubrían la tierra, y todos teñidos de mil colores y la mayor parte de negro, y todos desnudos á su uso, y traían plumajes en las cabezas, de diversas maneras, y traían el pecho y el vientre cubiertos com hojas de palma, dando la mayor grito del mundo, y tirando varas, aunque no alcanzaba (...); y el Almirante vió que no era razon dejarlos en aquella osadia sin pena, por que otra vez no se atreviesen así*<sup>601</sup>.

Para assustar os remeiros começou por dar uma salva de bombardas, a afugentá-los, o que não se mostrou suficiente, pelo que acabou por renhir com eles. O relato mais circunstanciado desse combate era até há pouco o de Andrés Bernáldez<sup>602</sup>, que o copiou dos papéis que lhe deixou Colombo, quando no seu regresso do Novo Mundo em 1496 se hospedou em sua casa. Entre os documentos achados em Tarragona conta-se, porém, a relação da viagem a Cuba e à Jamaica, enviada pelo Almirante a Suas Altezas a 26.II.1495, por onde se vê que Bernáldez a transcreveu fielmente. Sigamo-lo.

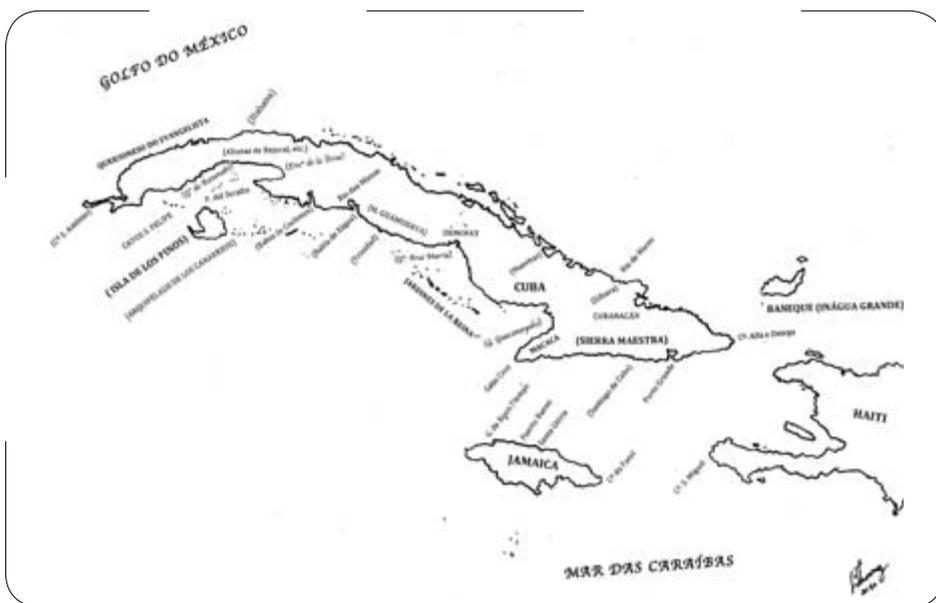
Lançaram contra os índios tiros de bēsta, que segundo Las Casas<sup>603</sup> feriram pelo menos seis ou sete, mas acrescenta: *y Dios sabe cuantos más serían los heridos y muertos*. É Cuneo quem concretiza: mataram 16 a 18 com tiros de bēsta e cinco ou seis com as bombardas. Foi nesse recontro que os espanhóis lançaram pela primeira vez um cão contra os nativos; nos termos de Bernáldez:

*... y como los indios vieron que los castellanos descindieron á ellos, dieron todos los indios á huir, hombres y mujeres, que no pararon ninguno en toda la comarca; e un perro que soltaron de un navío los seguía e mordía, e les fizo gran daño, que un perro vale contra los indios como diez hombres.*

<sup>601</sup> Andrés Bernáldez, *Historia...*, cap. cxxiv.

<sup>602</sup> Andrés Bernáldez, cap. cxxv.

<sup>603</sup> *HI*, I, xciv.



#### A ilha de Cuba e a Jamaica

Os topónimos atuais vão entre parêntesis

Como vimos a propósito da viagem descobridora, na América havia cães, de uma raça que não ladrava, que em muitas partes <sup>604</sup> os índios cevavam com peixe para depois os comerem; mas desconheciam os mastins da Europa. Estes, por seu turno, manifestavam particular ódio aos indígenas, certamente por não reconhecerem neles o cheiro dos que lhes eram familiares.

Deve ter sido aquando deste recontro na Jamaica que Colombo se apercebeu disso e concebeu a sua genial ideia de utilizar cães contra os índios, pois conclui o seu relato com uma frase que, pudicamente, Bernáldez não transcreve: *y tenemos d'ellos gran neçesidad*.

Mais tarde Gonzalo Fernández de Oviedo dedicaria na sua crónica <sup>605</sup> quase um capítulo inteiro ao cão *Becerrico*, que ficou na História por ter abocanhado, trazido nos dentes aos cristãos ou estrefegado e morto não se sabe já quantas dezenas de índios, merecendo assim inteiramente o soldo de besteiro que lhe foi outorgado; para mais conhecia pelo faro os *indios mansos*, aliados dos espanhóis, a quem jàmais fazia mal. Oviedo conheceu ainda um filho seu, chamado *Leoncico*, herdeiro dos

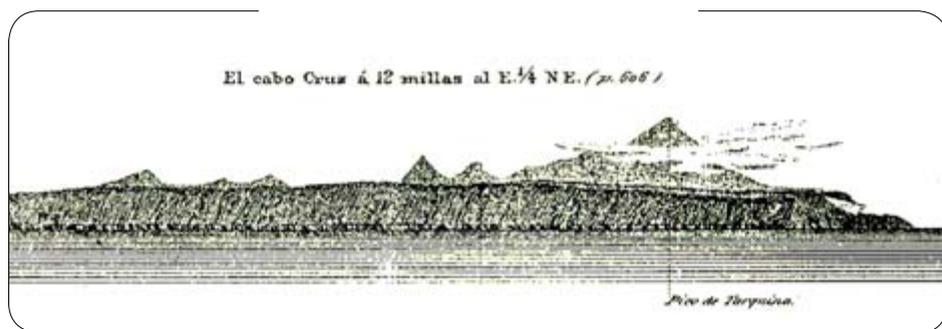
<sup>604</sup> Andrés Bernáldez, cap. cxxvii.

<sup>605</sup> XVI, xi.

predicados paternos, que pertencia ao *adelantado* Vasco Núñez de Balboa e recebia quinhão nas presas de guerra como um soldado, de modo que, muito justamente, possuía até escravos que o serviam!

Ao segundo ataque da frota os índios renderam-se, cruzando os braços e pedindo misericórdia, após o que regalaram os recém-chegados com pão caçabi, peixes, raízes e cabaças cheias de água; e assim fizeram as pazes. Dali prosseguiu viagem, bordejando a costa; e ao cabo de 34 léguas, atingiu um ancoradouro que chamou “golfo de Buen Tiempo”. Os ventos devem, porém, ter tomado tal nome como um menoscabo, pois logo se apressaram a desmenti-lo. Vendo então que o vento lhe não era de feição, considerou mais prudente desistir da exploração da ilha — tanto mais que, ao contrário do que lhe haviam garantido em Guantánamo, não encontrou lá ouro. E a 15 de Maio pôs a proa a norte e regressou a Cuba.

Nem sempre é fácil acompanhá-lo a *pari passu*, pois raramente dá datas ou distâncias, e a toponímia que após aos acidentes geográficos que se lhe foram deparando caiu rapidamente em desuso, já que a colonização da ilha apenas se iniciou uns cinco anos após a morte do descobridor, sob o governo de seu filho D. Diego Colón, com a fundação da vila de Nuestra Señora de la Asunción de Baracoa por Diego Velázquez de Cuéllar em 1511. Procuraremos seguir os passos que narra na sua carta aos Reis datada de 26.II.1495, dia em que foi concluída, que autores como Morison apenas conheceram através das transcrições de Bernaldez — que são aliás assaz fiéis. Na carta afirma que, de regresso à “terra-fime” a costeou para oeste durante 70 dias, até se achar muito próximo da Áurea Quersoneso de Ptolomeu, ou seja, da Península de Malaca; como veremos, exagera conforme seu hábito, pois costeou-a apenas durante cerca de um mês. Passados 70 dias, ou seja, em fins de Julho estava já de novo na Jamaica, arremangando-se para empreender o regresso à Espanha.



#### A costa cubana na zona do Cabo Cruz

Segundo um roteiro naval de 1890; reproduzido de Antonio Núñez Jiménez,  
*Michele da Cuneo nel nuovo mondo*, Savona, 1994

De novo em Cuba, foi D. Cristóvão surgir na *provincia a que llaman Macaca*, que deve corresponder à zona do Cabo Cruz, em que vem morrer a Sierra Maestra. Embora na sua carta o não diga, tanto D. Hernando como Las Casas afirmam que foi ele quem deu ao cabo o nome que ainda tem. No fundeadouro onde surgiu achou quem estivesse ao par da sua passagem pela costa norte da ilha em 1492; o cacique conhecia até o pai de Simón, um índio que ele oferecera ao príncipe D. Juan. A gente pareceu-lhe *muy mansa y desviada de malos pensamientos*; e até a fauna condizia, pois mesmo as aves e as alimárias, comparadas com as das outras partes, *eran de mejor conversación e más mansas*. No dia seguinte, guinando a norte, atravessou o golfo de Guacanayabo até de novo tomar terra.

Nessa zona observaram muitas grulas (também chamadas gruas ou groues), que Las Casas <sup>606</sup> explica serem distintas das da Europa, próprias de Cuba e ilhas vizinhas, brancas ao nascer mas gradualmente mais coloridas à medida que cresciam. Tratar-se-ia provavelmente de exemplares da espécie *Grus americana*, L., da família das Gruídeas, típica da América do Norte, dita em espanhol *grulla blanca*, ou então da *Grus canadensis*, L., dita *grulla gris*, que a despeito do que parece indicar o nome que lhe atribuiu Lineu, é de mais ampla distribuição geográfica, ocorrendo também na América Central e na Oceânia.

Assistiram ainda à captura de quatro enormes tartarugas, apanhadas pelos índios mediante uma curiosa técnica de pesca, servindo-se de um peixe caçador, que segundo Angléria designavam por *guaicano*, a que os espanhóis chamaram *revés*. Utilizavam-no para apanhar os mais diversos animais marinhos, como peixes, moluscos, tartarugas, etc. Tratava-se sem dúvida de *rémoras*, termo que designa genericamente vários peixes da família dos Equeneídeos. Torna-se, porém, difícil determinar de que espécie de rémora se tratava, pois as descrições são desconstruídas: Angléria compara-a a uma enguia, Bernáldez a um congro, outros a uma sardinha; Colombo no seu *Diurnal*, de que se serviu Las Casas, com a habitual desmesura, comparava-o a uma baleia; acabou, porém, por se contentar com as dimensões de um congro ou safio (que pode medir até 3 metros, mas não ultrapassa os 110 kg de peso), e foi com essas que o vendeu no seu regresso a Espanha. É possível que se tratasse de uma *Echeneis naucrates*, L., encontrada nos recifes de coral. Este peixe possui no rosto uma espécie de ventosa, que lhe permite atrelar-se a um hospedeiro — seja uma raia, um tubarão, uma tartaruga, uma baleia, um golfinho ou mesmo uma embarcação — de cujos parasitas ou dos restos de cuja comida se alimenta. Tal como vários povos pescadores da Austrália e da

---

<sup>606</sup> *HI*, I, xcvi.; cf. Oviedo, *HGNI*, livº XIV, cap. viii.

redondeza do Índico, os taínos prendiam a rémora pelo rabo, deixavam-na fixar-se a uma tartaruga, uma raia ou outro peixe, e içavam ambos para bordo das suas canoas, após o que restituíam a rémora ao seu elemento e arrecadavam a sua presa. A despeito das fracas dimensões do peixito os índios conseguiram, graças à força da sua ventosa, obter destarte tartarugas do peso de quatro ou cinco arrobas, tubarões e outras alimárias marinhas de dimensões avantajadas. Assim, enquanto para eles o cão era manjar, servia-lhe a rémora de cão de caça submarina...

O dia de Pentecostes, que nesse ano caíu a 18 de Maio, foram-no passar à “terra firme”, ou seja, ao litoral cubano, onde notaram a existência de *palmas que paresçian llegavan al cielo*, que eram provavelmente as palmeiras-reais-de-cuba a que nos referimos já. Como dois anos atrás, Colombo voltou a inebriar-se com o aroma das árvores e com o cantar dos passaritos. Las Casas <sup>607</sup> explica, mais concretamente, que o bom odor deveria provir de árvores de estoraque. Não se pode tratar do estoraque dos Antigos (*Styrax officinalis*, L., da família das Estiracáceas), nem do benjoim (*Styrax benzoin*, Dryander), nem de estoraque-líquido do Mediterrâneo oriental, de que se extraía o bálsamo de que fala a Bíblia (*Liquidambar orientalis*, Miller, da família das Hamamelidáceas), que tudo são espécies do Velho Mundo; na América, em torno das Antilhas, havia espécies congêneres destas, como o *Liquidambar styraciflua*, L., de que se extrai o estoraque americano, e o *Styrax guianensis*, A. DC, mas não nos consta que medrassem nas ilhas. É certamente a primeira destas espécies que Fr. Francisco Ximénez <sup>608</sup> descreve sob os nomes de *liquidambar indiana*, *xochiocotzotl* e *quahxihuitl*, os dois derradeiros de origem nahuatl ou mexicana. Nicolau Monardes <sup>609</sup> atesta que em seus dias se exportava já abundantemente do México para Espanha, notando que foi pelo cheiro que os primeiros espanhóis a desembarcar na terra o identificaram. No caso vertente, em Cuba, onde ao que parece não medrava ainda nenhuma daquelas espécies, pode quiçá tratar-se de alguma das árvores que produzem o copal, ou da copaíba, de que falámos acima. Acharam também um rio de água quente, sem dúvida saído de qualquer nascente termal, que não conseguimos identificar.

No dia seguinte, prosseguindo na sua navegação para poente ao largo da costa meridional cubana, começaram a singrar entre uma multidão de pequenas ilhas, que da gávea haviam avistado no dia 16, a que o Almirante deu o nome colêtivo de Jardines de la Reina. Além do Cabo Cruz é, tanto quanto sabemos, o único dos topónimos atribuídos por Colombo que permanece em uso.

---

<sup>607</sup> *HI*, I, xcvi.

<sup>608</sup> livº I, p. ii., cap.xviii, pp. 33-34; cf. J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xxix.

<sup>609</sup> livº I, fl 8 & sqq.

Os Jardines de la Reina sitos a c. 20° 49' N, 78° 55' W, são na realidade um arquipélago de mais de 600 *cayos*, que cobre uma área de mais de 2.000 km<sup>2</sup>. Os *cayos*, a que ocasionalmente temos já aludido, são ilhotas rasas de areia, em geral assente sobre recifes de coral. O seu solo é geralmente calcário, formado por restos de conchas e outros esqueletos internos ou externos de animais ou de plantas, como algas coralinas, que os excrementos de aves marinhas tornam férteis. Formam-se por sedimentação de materiais carreados pelas correntes, em pontos em que ou pela natureza do fundo ou devido ao encontro com outras correntes estas perdem velocidade. Segundo D. Hernando <sup>610</sup> um dia houve, logo de começo, em que contaram deles 160, separados por canais que davam passagem aos navios; e a 20 de Maio toparam com 71. Alguns eram povoados, embora apenas tivessem água salobra.



**Xochiocotzoquahuil ou árvore do liquidâmbar indico**

Gravura de Francisco Hernández,  
*Rerum Medicarum Novæ Hispaniæ*  
*Thesaurus*, livº III, cap. xviii.

A travessia dos Jardines — cuja parte oriental figura hoje nos mapas como *Laberinto de las Doce Leguas* — constitui uma das grandes proezas náuticas de Colombo; revelou-se-lhe particularmente difícil, não só porque havia que singrar por canais estreitos, baixos e tortuosos por entre os caios, mas também porque sobrevieram tormentas, aguaceiros e trovoadas quase quotidianos, particularmente ao pôr do sol. Colombo pensou ainda *passar al austro y ver si pudiera navegar al poniente y dexar estas islas a mano derecha*; mas ocorreu-lhe de repente que devia estar muito próximo da *Aurea Chersoneso*, ou seja, na terminologia ptolomaica, da Península Malaia, que sabia cercada de incontável ilhedo: apenas 1.378 ilhas segundo Ptolomeu, mas 4.759 para Marco Polo, 5.000 para João de Mandeville e 7.548 no *Atlas Catalão* de 1375 atribuído a Abraão Cresques, conservado na Biblioteca Nacional de França <sup>611</sup>; dir-se-ia que, com o tempo, tendiam a crescer e multiplicar-se...

A contabilidade insulana de Ptolomeu e Marco Polo impediu-o assim de perceber que, se se fizesse ao largo, contornaria sem dificuldade o arquipélago; mas Ptolomeu afirmava que era sempre assim até ao Trópico de Capricórnio e Colombo sabia-se perto do de Câncer. Seria uma volta demasiado larga. Poderia também ter tentado

<sup>610</sup> *HA*, cap. lvi (lv).

<sup>611</sup> *El Atlas catalán de Cresques Abraham*, primera edición con su traducción al castellano en el sexto centenario de su realización, 1375-1975, Diáfora, Barcelona, 1975; o manuscrito pode também ser visualizado in <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002481n>

passar entre os caios e a costa da ilha principal, cruzando o golfo de Ana Maria, mas aí é bem possível que não achasse fundo bastante. Só na viagem de regresso reconsiderou e contornou os Jardins por fora.

À ida apenas se regista uma escala, provavelmente no Cayo Caballones, um dos dois maiores do grupo. Foi aí que Colombo e seus homens deram pela primeira vez fê de que os índios criavam cães para os comerem, cevando-os com peixe. Achou em seguida *otra isla muy mayor*, que na realidade não deveria ser uma mas um grupo de meia dúzia delas, o Cayo de Cinco Balas. Não se quis, porém, deter, pois estava curioso de observar umas montanhas que divisava ao longe, a umas 14 léguas de distância que seriam com toda a probabilidade as de Guamuhaya, também chamadas de Escambray, na zona de Trinidad, que culminam um pouco mais a ocidente no Pico San Juan, de 1.140 metros.

Foi aterrar no cacicado de Ornofay, entra as atuais províncias de Ciego de Ávila e Sancti Spiritus, e a partir daí seguiu a costa da ilha principal, onde notou a existência de cuias, de que falámos já. Foi também aí que ouviu mais uma vez falar na terra chamada Magón, que logo identificou com a Mangi de Marco Polo, correspondente ao sul da China. Os homens de aí possuíam cauda. Embora vários autores antigos refiram igualmente homens rabudos, parece-nos mais provável que se trate de um mito local, pois muitos povos, olhando-se a si mesmos como centro do mundo e espelho da perfeição, colocavam na periferia do espaço de que tinham notícia essas e outras monstruosidades semelhantes. O caráter animalesco de homens com tal apêndice sugere qualquer bolsa de *guanahatabeyes* que, como vimos já, eram caçadores-recoltores de civilização mais primitiva que a dos taínos. De qualquer forma o mito que escutou quadrava à maravilha a Colombo, pois explicava ao mesmo tempo porque se não vestiam os índios das outras ilhas: *dicen [estos] que los de Magon andan vestidos porque tienen rabo, por cobijar aquella fealdad, é tienen por injuria*



**A costa cubana na zona de Trinidad**

Segundo um roteiro naval de 1890; reproduzido de Antonio Núñez Jiménez, *Michele da Cuneo nel nuovo mondo*, Savona, 1994

*entre ellos andar vestidos* <sup>612</sup>. Para mais concordava com Ptolomeu, na edição latina de cujos mapas aparece a nordeste de Java uma ilha com a legenda: *qui has insulas habitant caudas habere dicuntur, quales satiri pingunt*.

Assim se lê na edição que utilizámos; como, porém, não eram os sátiros quem pintava caudas, mas aqueles a quem nas pintavam, ou, com as quais eram pintados, *satyri*, no nominativo, não faz sentido; em latim correto deveria ser: ... *quales satyri habere dicuntur, quales satyri pinguntur*; ou então *quales satyris pingunt*; de qualquer maneira o sentido é claro: “os que habitam estas ilhas são ditos possuírem cauda, tal como a pintam aos sátiros”.

Se, por um lado, a rabosidade indiciava *guanahatabeyes*, por outro, o facto de andarem vestidos apontaria antes para a costa mexicana, não muito distante; mas não há que procurar em mitos uma lógica racional.

No dia seguinte, como o vento era bom, carregou as velas e seguiu viagem para oeste; mas não achou surgidouro com fundo para ancorar. De repente o mar pôs-se-lhe branco e espesso como leite — como se tivesse sido espargido de farinha, comenta Pedro Mártir — certamente devido à pouca profundidade e à natureza calcária do seu fundo, que segundo Cuneo, era de gesso. Da fome e sede que na travessia passaram é também por Cuneo que o sabemos, pois o Almirante abstém-se prudentemente de o relatar. À visão do Novo Mundo que teima em transmitir aos soberanos se poderia aplicar o provérbio malaio *laut madu berpantai gula*: “mar de mel tem praias de açúcar”...

Andaram assim por entre as ilhas 18 a 20 dias, e começava a escassear-lhes tanto a água como o pão, que Colombo mantinha aferrolhado, não distribuindo aos homens mais de oito onças por cabeça, pois com o mau tempo haviam-se-lhe estragado 15 quintais dele, molhados de água salgada, que haviam arrojado ao mar. Valia-lhes o peixe que apanhavam.

Há que notar que, tal como em português *quintal*, “unidade de peso”, é homónimo de *quintal*, “quinta pequena, horta”, em italiano *cantaro*, “unidade de peso, quintal”, voz de origem arábica — de *qinṭār*, por seu turno do grego bizantino κεντηνάριον e este do latim *centenarium*, “peso de cem libras” — é homónimo de *cantaro*, “vaso, recipiente, cântaro”, que é de origem grega, derivado de κάλυθρον. Nas traduções há que prestar atenção, não vá o leitor imaginar que a bordo trouxessem o biscoito metido em cântaros!

O vento era forte e o canal perigoso, pois, tal como nos Jardines de la Reina, a costa da península de Zapata, que graças ao vento fresco terão rapidamente alcançado, é acompanhada de um cordão de caios; com as quilhas a arrastarem por vezes pelo fundo, foi o Almirante obrigado a prosseguir dez léguas mais, até uma ilha onde achou fundo de

---

<sup>612</sup> Andrés Bernaldez, cap. cxxx.

duas braças e um côvado; e aí surgiu. Quer-nos parecer que escorreu não só a baía de Xágua ou Jagua (c. 22° 8' N, 80° 28' W), em cujas margens se ergueu depois a cidade de Cienfuegos, como a de Cochinos — ou baía dos Porcos (22° 13' N, 81° 10' W), que se viria em nossos dias a tornar célebre pelo desembarque norteamericano de 1961, destinado a derrubar Fidel de Castro — pois, sem embargo do que afirma Morison, não achamos na sua carta sinais de à ida ter penetrado por qualquer baía entre os Jardines de la Reina e a península de Zapata; tampouco Cuneo o dá a entender. O texto de Bernáldez que Morison aduz respeita na realidade a uma escala anterior, na véspera de começarem a serpentear por entre os caios dos Jardines de la Reina. *Interdum etiam bonus dormitat Homerus*, “de quando em vez dormita também o bom Homero...”

Uma caravela enviada a terra em busca de água doce, de que começavam a sentir falta, voltou com a notícia de que toda a terra era lodosa e havia árvores que cresciam dentro do mar. Estavam provavelmente no extremo sul da pantanosa península de Zapata, e a formação vegetal com que depararam era um mangal, tipo de floresta litorânea característico de águas tropicais ou subtropicais pouco profundas. Colombo descreve-o em pormenor, notando que tão basto era que por ele não passaria um gato. Erguia-se o mangal “como muro de cidade”, e durava até 4 ou 5 léguas da costa; só para além dele havia palmas e outras “árvores mui formosas”, prados e campos, como do cimo do mastro puderam observar.

*Mangal* é um matagal de mangues — e não uma “plantação de mangueiras” como pretende o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa! *Mangue* é nome genérico das plantas que crescem na água salgada (desde que fiquem a seco na maré baixa um certo tempo por dia); se, porém, ficam demasiado tempo a seco o terreno torna-se, por evaporação, demasiado salgado e não podem sobreviver. Pertencem na sua maioria à família das Rizoforáceas; a espécie típica é a *Rhizophora mangle*, L., presente no Novo Mundo e em costas do Pacífico, que dá uma madeira dura e resistente à água, ainda que difícil de trabalhar.

A origem do termo *mangue* em português é obscura; dir-se-ia que é de origem asiática, pois a atestação mais antiga que se lhe conhece é uma carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, escrita em Cananor a 4.XII.1513, em que ao narrar-lhe a sua campanha no Mar Roxo afirma da ilha de Camarão (15° 25' N, 42° 35' E), ao largo da costa do Iémen, em que almejava erguer um forte: *na ilha há pouca lenha, somente em ãa terra alagadiça do mar em que há mangues piquenos, mato, arvoredo disto*<sup>613</sup>... Alguns raros dicionários de malaio registam *mangi*, mas deve tratar-se de um empréstimo português. Em castelhano o termo aparece, na mesma forma, em 1519, na *Suma de Geographia* de Enciso, num capítulo dedicado ao Brasil; e na forma *mangle*, que veio a prevalecer, em 1526, na pena de Oviedo<sup>614</sup>. Las Casas reputa-o de origem taína, mas, embora entre 1493 e 1513 tenha havido tempo suficiente para o termo passar do taíno ao castelhano e deste ao português, faltam totalmente

<sup>613</sup> Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, tomo I, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1884, p. 222.

<sup>614</sup> *HGNI*, liv° IX, cap. vi.

as atestações escritas. É do português *mangue* que deriva o inglês *mangrove* — que já vi traduzir por *mangróvias!* — que se deve interpretar *mang-grove*, “bosque de mangues”. Na sua tradução do livro de Samuel Morison, Carlos Selvagem fala de *paletúvias* que dificultavam a passagem dos navios; como *paletúvia* é em português (do Brasil, que é onde as há) o nome vulgar de uma leguminosa cujo *habitat* natural vai do Brasil às Antilhas, a *Inga bourgoni*, DC, planta terrestre que não consta vicejar nos mangais, quer-nos *a priori* parecer que há aqui má tradução — conquanto os dicionários de francês dêem *paletuvier* como equivalente de *manglier* e este de *rhizophore*.

Proseguiram por entre os caios, mais ásperos que os dos Jardins da Rainha, mas cheios de árvores verdes e formosas. Seguiram o rumo de noroeste — ou melhor de oés-noroeste — em direção à extremidade da península, em que a terra boja a oriente. Trata-se indubitavelmente da Punta Gorda, à entrada da Ensenada de la Broa, a que Colombo chamou Punta del Serafín. Diga-se entre parêntesis que esta *broa* nada tem a ver com o pão de milho (dito *boroa* ou *broa* em galego e português, mas *borona* em castelhano): é um termo de origem provávelmente céltica que designa as reentrâncias



**O roc, versão medieval do grifo dos Antigos**

Gravura extraída de Henry Yule e Henri Cordier *The Book of Ser Marco Polo the Venitian, concerning the Kingdoms and Marvels of the East*, Hakluyt Society, Londres, 1903, vol. II, p. 415, desenhada de acordo com uma miniatura persa

da costa de águas pouco profundas. Dobrada a ponta viram a norte montanhas, sem dúvida as alturas de Bejucal, Madruga e Coliseo, de medíocre altura (Lomba do Grilo, 321 m, Palenque, 331) que correm como divisória de águas entre ambas as costas da ilha, a sul de Havana.

Colombo notou que o golfo era limpo de ilhas e foi fundear no litoral oposto, provávelmente na foz do rio Mayabeque.

Foi numa pausa que fizeram para tomar lenha e fazer aguada que um marinheiro, que armado de uma bésta se internara no mato para caçar, deparou com um magote de uns trinta índios, dos quais um envergava uma túnica branca, longa até aos pés, tal como os dois que o carregavam. Tomou-o de início por um frade trinitário que vinha com eles na frota; mas logo apareceram outros dois, de túnica abaixo do joelho, *blancos como nosotros en la color*. Não chegaram, contudo, à fala, pois o caçador, assustado, fugiu para os navios. Não sei em que se baseia Verlinden para afirmar que Colombo pensou que se trataria do Preste João! Sensata mas prosaicamente, Rinaldo Caddeo aventura que se trataria simplesmente de grous. De qualquer modo, vinte e cinco batedores, bem armados, que o Almirante enviou a terra no encalço das bizarras personagens emaranharam-se no basto capim da savana, que os não deixou avançar, e tornaram ofegantes para a praia; e os que,

em nova tentativa, mandou ao dia seguinte julgaram ver pègadas de grifo ou de leão e voltaram espavoridos para os navios. O caso não era para menos, sobretudo se se tratasse de grifos, animais horríveis, que, como atestam vários escritores antigos, possuem cabeça de águia, asas e garras poderosas, mas corpo de leão, sendo capazes de arrebatam e levar por ares e ventos para as incógnitas plagas que habitam um cavalo com seu cavaleiro ou mesmo uma junta de bois...

O nome *roc* provém do persa *ruk*, pelo árabe *ruk*; a mítica ave de rapina é *grosso modo* correspondente ao *Garuda* da mitologia hindu, a que tanto o *Mahābhārata* como o *Rāmāyaṇa* atribuem congêneres façanhas; referem-se-lhe al-Mas'ūdī (c. 896-956), Benjamim de Tudela (1130-73), Marco Polo (1254-1324), Ibn Baṭṭūṭa (1304-69), as *Mil e uma Noites*, as *Viagens de Sindbad*, o *Marinheiro*, uma legenda do mapa-múndi de Fra Mauro, etc. Marco Polo, que reflete o que lhe contavam os seus companheiros de viagem, situava-o em Madagáscar, talvez por aí se terem encontrado gigantescos ovos fósseis do género *Aepyornis*, ave que podia atingir os 700 kg, que os visitantes árabes identificaram com as da ave mítica. Fra Mauro refere-se explicitamente a tais ovos numa das legendas do seu famoso mapa-múndi<sup>615</sup>: “cerca do ano do Senhor 1420 uma nau ou junco da Índia correu por travessia o mar da Índia, em direção às Ilhas dos Homens e das Mulheres, por fora do cabo de Diab [*i. e.*, Madagáscar] entre a Ilha Verde e o Negrume [*i. e.*, o “Mar Tenebroso”, a que aludimos alhures], num direção entre ponente e meio-dia, por 40 jornadas, nunca al achando senão ar e água”; e tendo avançado 2.000 milhas, ao cabo de 70 dias tornaram atrás e acostaram ao dito cabo de Diab; “e acostando com a nau à ribeira do mar, por sua necessidade, viram os marinheiros um ovo de uma ave chamada *chrocho*, o qual ovo era da grandeza de uma ânfora de carga, e a grandeza da ave era tamanha que do cabo de uma asa ao da outra iam 60 passos; e com grande facilidade leva um elefante ou qualquer outros grande animal, e faz dano aos habitantes do país e é velocíssima no seu voar”.

Um pouco mais tarde o *Libro del Infante don Pedro de Portugal El qual anduuo las quatro partes del mundo*, de Gómez de Santisteban, impresso em Sevilha em 1515, transcreve a famosa carta do Preste João ao imperador bizantino Manuel Comneno, em que se lê: *E sabed que en nuestra tierra nascen los elefantes & camellos & leones & grifos: los quales grifos han grandes fuerças: en tal manera que pueden llevar bolando vn buey para que coman sus hijos*.

O mistério, se fora da imaginação do bêteiro o havia, ficou assim por decifrar. Juan Manzano Manzano viu nele mais uma prova do descobrimento prévio das Antilhas pelo famigerado piloto anónimo; mas o indício — *hombres blancos com nosotros* envergando túnicas, que ao fim e ao cabo seriam quiçá aves — é demasiado inseguro.

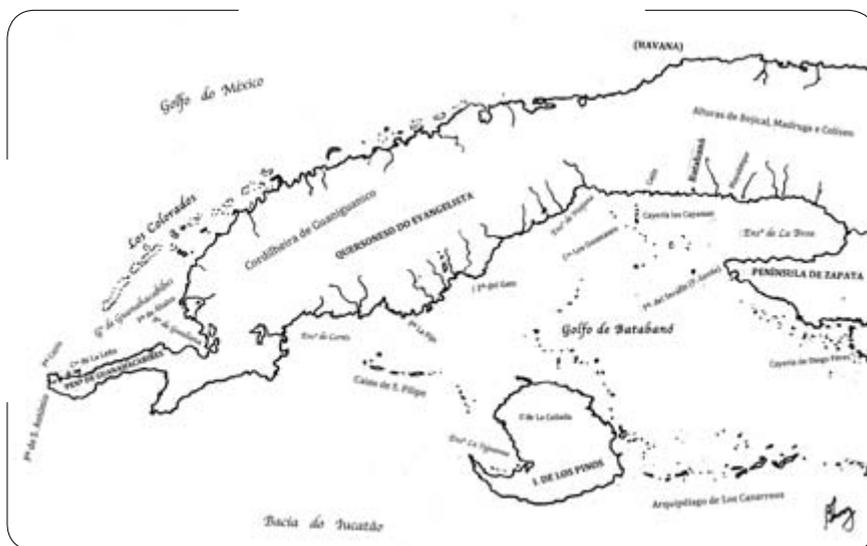
Querira Colombo quedar seguro de que a Punta del Serafín não era a extremidade da ilha e que, por conseguinte, o golfo não tinha saída. Michele da Cuneo dá testemunho de que o Almirante dizia estarem em terra firme, mas os outros criam que fosse ilha, sendo então a enseada de la Broa o estreito que a separaria senão do continente pelo menos de outra ilha. Colombo decidiu por isso explorá-lo até ao fim; e constatou então que *una costa y la otra se ajuntavan y hazian allí seno*. Era o que lhe convinha...

---

<sup>615</sup> Legenda 17.

Também ali o mar era branco; e o Almirante encheu um barril da marga do seu fundo, para enviar aos Reis como amostra, juntamente com parras e agraço das vides com que topara antes. Indeciso como de costume, voltou então à costa em que estivera e recomeçou a percorrê-la em direção a ocidente. Daí divisava a oeste montanhas, certamente a cordilheira de Guaniganico, formada pelas serras dos Órgãos e do Rosário, que na realidade não ultrapassam os 692 metros de altitude. A escala que fez para tomar língua é, segundo Morison, situável no atual Surgidero de Batabanó, ou, quando muito, como aventa Antonio Núñez Jiménez, em Cajío, 38 km mais a oeste, o que não faz grande diferença. O cacique local explicou-lhe que para lá dessas montanhas *era la mar muy fonda e boxía al setentrion muy gran número de jornadas*. De facto, no golfo do México, o mar atinge a uma dúzia de léguas da costa cubana, 1.500 braças de profundidade, e um pouco mais longe mais de 2.000; e o litoral setentrional de Cuba, que se encontra do lado de lá da cordilheira, deve bojar *grosso modo* metade dos 3.735 km da linha de costa da ilha.

O cacique tinha portanto razão; mas não era exatamente a resposta que Colombo desejava ouvir... Não a podia contudo ocultar, pois houve mais quem na ouvisse: pelo menos o língua. Reprodu-la por isso na sua carta aos Reis, explicando, todavia, que decidiu ir pessoalmente verificar, já que o cacique falara *como ignorante e persona que no avia salido de allí*. Restava-lhe ainda outro recurso, que não deixou de explorar amplamente: exagerar as dimensões de Cuba, por forma a que a sua insularidade rondasse a continentalidade: o cacique afirmara que para chegar ao cabo da ilha



O golfo de Batabanó, a ilha de Los Pinos e a extremidade ocidental de Cuba

demoraria 20 dias; quando passou por sua casa segunda vez a pedir-lhe contas por lhe haver mentido, como de aqui a nada veremos, o cacique ter-lhe-á já dito 50 luas, ou seja mais de quatro anos! Quatro anos seriam mais que suficientes para dar a volta ao mundo: um quarto de século mais tarde, mas aproximadamente com os mesmos meios técnicos, a armada de Magalhães completá-la-ia em dois anos, onze meses e dezassete dias, dos quais cerca de nove meses foram de pausa em terra! No entanto, ou porque tivesse reconsiderado entretanto, ou simplesmente porque mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo, quando de regresso a Espanha Colombo vendeu o seu peixe a Andrés Bernaldez, contentou-se com 40 luas...

De ali até ao extremo do quersoneso estendia-se, como quer que fosse, o golfo de Batabanó, todo ele parcelado e salpicado de caios. Logo à partida embarçou-se na Cayería las Cayamas e nos caios Los Guzmanes, e foi à força de âncoras e de cabrestantes que, com os navios por vezes quase a seco, conseguiu avançar por um *canal muy angosto y bajo*, até achar um pouco mais de fundo, não porém mais de três braças. Por ali seguiram, entre caios, em direção a um quersoneso ou promontório que lobrigara ao longe, que, com as lentes de aumentar com que para tudo olhava, pareceu a Colombo tamanho como a Córsega (que de cabo a rabo mede 202 km) ou mesmo como a Áurea Quersoneso de Ptolomeu, que é a península de Malaca e mede uns 1.200 — mas na realidade se não estende por mais de 150. Convém notar que *quersoneso*, termo hoje raramente usado, é transcrição do grego Χερσόνησος (de χέρσος, “continente” e νῆσος, “ilha”), que significa “península”. Colombo chamou-lhe “de S. João Evangelista”. Não se entrevê uma razão especial para essa denominação, pois na liturgia romana as festas de S. João Evangelista ocorrem a 27 de Dezembro e 6 de Maio; Dezembro está, evidentemente, fora de questão, e a 6 de Maio devia Colombo pairar pela zona do Cabo Cruz, de onde não podia ainda avistar o quersoneso.

Além de procurar o fim de Cuba, animava-o a esperança de encontrar um monarca de que lhe fálaram os nativos, que usava uma túnica branca até aos pés e a quem chamavam *Santo*. Dizia-se que não comunicava com os súbditos senão por sinais; sem embargo, era muito obedecido. Las Casas conclui que ou o rei era surdo-mudo ou se tratava de uma fábula, pois como cerimonial nada de semelhante se vira alguma vez em Cuba. Mas ao chegarem, ao fim de uns cinco dias de trabalhosa navegação, ao almejado quersoneso só encontrarem mangais: nem fim da ilha, nem rei *Santo*...

Nada fora da rotina se lhes deparou nessa parte ocidental de Cuba: grandes fumaças sobre os montes, que tomaram por sinais de perigo, avisando de que andava mouro na costa, mas que seriam mais provavelmente queimadas que, ao aproximar-se a estação chuvosa, os nativos faziam para preparar suas roças; uma migração de borboletas, tão bastas que escureciam o céu, que durou um dia inteiro; grandes conchas nacaradas, de

que encheram cinco ou seis barcas, mas sem pérolas, que sem embargo eram muito boas para comer; papagaios, coelhos, pombos de grande envergadura, melhores em gosto que perdizes, quiçá por se alimentarem de ervas aromáticas, como Colombo constatou ao mandar abrir-lhes o papo.

O bico de obra aqui é determinar o ponto exato a que chegou. Adiantemos desde já o que nos palpita: terá atingido a baía de Guadiana, já na vertente setentrional de Cuba, e feito aí aguada, após o que terá iniciado o regresso.

Examinemos primeiramente as fontes. Das fontes narrativas, *a priori* a mais fiável devia ser a carta de Colombo aos Reis, que Andrés Bernáldez reproduz quase *ipsis verbis*; provávelmente nunca se prestou a este a devida atenção, partindo do princípio de que seria o cura o autor das confusões e contradições internas de que enferma o texto; mas o achado de Tarragona que, tanto quanto sabemos, não foi ainda suficientemente explorado e, por assim dizer *digerido*, pela moderna historiografia, confirma a sua genuinidade. Deve por conseguinte primar sobre o de D. Hernando, composto uns quarenta anos mais tarde, e sobre o de Las Casas, ainda mais tardio, se bem que mais assisado. É verdade que D. Hernando (e talvez também Las Casas) pôde ainda usar o *Diurnal* de seu pai, hoje perdido; mas o seu testemunho deve ser utilizado com extremas cautelas, pois é seu costume eliminar, ou pelo menos edulcorar, tudo quanto possa contribuir para ensombrar a memória paterna.

Dispomos contudo igualmente de um documento redigido *in loco*, o único de tal tipo que nos chegou de toda esta expedição: trata-se de uma provança ou audição de testemunhas, lavrada a 12.VI.1494, sem dúvida destinada a ser exibida perante a corte para provar que o Almirante chegara à extremidade da *península* de Cuba.

Comecemos pela carta de Colombo, não esquecendo que foi extraída do *Diurnal* e estruturada uns oito meses após os factos que narra. Retiraremos dela cinco extratos sucessivos, que para comodidade do leitor numeraremos:

[I] *Levanté las áncoras y seguí mi camino muy alegre, pensando que sería así como me avía dicho [o cacique de Batabanó]; y andando otras ... [lacuna] leguas, me fallé embaraçado entre muchas islas y muy poco fondo, de manera que yo no hallava canal que me consintiese andar delante. Mas a Nuestro Señor le plugo a remediar mi deseo, y al cavo de un día y medio, por un canal muy angosto y bajo, por fuerza de anclas y cabestrantes andube pasando los navíos por la tierra en seco casi media braza, fasta aver andado dos leguas, adonde yo fallé dies brazas y media de agua, en que navegan los navíos; e andando más adelante fallé tres brazas. (...).*

[II] *Y así llevé el camino siguiendo la costa de la mar; siempre no más de tres brazas de fondo. Y después de navegado cuatro días y pasado las montañas, que me quedavan muy mucho al oriente, y siempre fallando la costa de la mar anegada y arboleda espesa como dixé, y que era imposible entrar por ellas, y que yo estava metido en un seno, porque otra vez la tierra del austro bojía al oriente, vi unas montañas muy altas, allí donde esta tierra hazía cavo, lejos de mí veinte leguas, pues que la mar no bogía al setentrion ni era de muy grandísimo fondo, como el caçique avía dicho.*

[III] *Al qual torné a repreguntar por qué me mentía; y él dixo que lo avía oído dezir que la costa < de la > tierra que yo seguía que no iria yo al cavo de çinquenta lunas.*

[IV] *Navegué por dentro de muchas islas y al cavo de dos días con sus noches llegué a las montañas que yo avía visto, y hallé que era un cheroneço atán grande como aquél de la Aurea o como la isla de Córçega. Çerquéle todo y nunca pude hallar entrada para ir en tierra adentro, porque era así la costa llena de lodo y de los árboles espesos como de las otras que arribe dixé, y las ahumadas heran en la tierra adentro muy grandes y muchas. Estube allí por esta costa siete días buscando agua dulce, de que yo tenía neçesidad, de la cual fallé en la tierra de la parte del oriente en unos palmares muy lindos.*

[V] *Después que yo ove tomado el agua y leña, navegué al austro siguiendo la costa de la tierra firme, fasta que me llevava al sudueste y paresçia que avía de llevar este camino gran número de jornadas; y al austro vía toda la mar cuajada de islas.*

Prosegue dizendo que, como os navios estavam “mui desconcertados pelas muitas vezes que haviam dado sobre os baixios”, tinham a cordoalha mui gasta, “e a maior parte dos mantimentos perdidos, pela muita água que faziam os navios” e “a gente estava cansada e temerosa”, achando-se para mais a 1.288 milhas do cabo Alfa e Omega, decidiu empreender o regresso, rumando à ponta do Serafim, que como vimos já é a Ponta Gorda, no extremo ocidental da península de Zapata, para então costear de novo a suposta península, agora em sentido inverso.

O início do texto do Almirante (I) é claro e não suscita dúvidas nem grandes dificuldades de interpretação; em seguida, porém, torna-se assaz confuso e, tomado à letra na sua forma atual, levanta numerosos problemas. Em primeiro lugar, não se entende por que motivo, depois de ter navegado com as dificuldades que diz, rebocando as caravelas com cabrestantes, etc. (I), tornou atrás, apenas para pedir contas ao cacique de o ter enganado! Nem se percebe como podia, após quatro dias apenas de navegação, concluir que o cacique lhe mentira ao dizer que não atingiria o cabo da ilha em menos de vinte dias! tampouco se compreende por que razão nesse momento, em vez de empreender de imediato o regresso, recomeçou a viagem em direção ao quersoneso avistado (III)! Que, ao ver-se acuado, tivesse retrocedido, é lógico; que nesse momento, se as condições o forçavam a reiniciar a viagem a partir de Batabanó, se tivesse de novo avistado com o cacique, não é impossível. Tal como a conta, porém, a história não é crível.

Em segundo lugar, para que *después de navegado quatro días*, tivesse *pasado las montañas* e estas lhe quedassem *muy mucho al oriente* (II) era necessário que tivesse efetivamente passado à costa norte de Cuba. Só tendo dobrado o cabo de S. António se acharia efetivamente na costa setentrional da península de Guanahacabibes; teria então podido verificar que ali, na ponta de S. António, *la tierra hacía cavo*, e que a costa *del austro bojía a oriente* (II); o *seno* ou enseada em que então se viu seria portanto o golfo de Guanahacabibes (ou mesmo a baía de Guadiana que o prolonga pela terra adentro para sueste) de onde poderia, de facto, ver defronte de si a cordilheira de Guaniguanico.

Não veria a terra bojar ao setentrião, como dizia o cacique, porque dali começa por bojar a noroeste, e não teria achado as funduras de que este falava porque não ficam dentro do golfo, que é aparcelado, mas umas boas léguas a norte, para lá duma fiada de recifes (os recifes Los Colorados) de que margina a costa. Nada, exceto a falta de água, o impediria então de, como diz, fazer aguada a oriente do ponto onde fundeara (IV).

Em terceiro lugar não se compreende como tendo dado a volta à península e, em quatro dias de viagem, contornado as montanhas (II), pode em seguida, sem haver tornado atrás, ter navegado dois dias, sempre entre ilhas (portanto dentro do golfo de Batabanó), chegando então noutros dois às montanhas, a que acima dizia ter chegado em quatro (IV).

Em quarto lugar, sendo assim, não se compreende que, depois de tudo isso, tivesse navegado *al austro siguiendo la costa de la tierra firme*, até constatar que ela o *llevava al sudueste*: isso só faria sentido se estivesse ainda percorrendo de leste para oeste a costa sul, portanto à ida, pois para quem vem de Batabanó ao longo do litoral, após a enseada de Majana, a costa inflete, de facto, *grosso modo* para sudoeste. Também o ver, *al austro, toda la mar cuajada de islas* aponta para o golfo de Batabanó, onde há efetivamente muitos caios, ainda que não tantos como nos Jardines de la Reina e nos Canarreos, e não para o de Guanahacabibes onde os caios se reduzem praticamente aos de la Leña. Quanto a encontrar a costa coberta de mangais não é muito significativo, pois há-os um pouco por todo o litoral, mas coincide especialmente com a paisagem da Ensenada de Cortés, onde tanto Morison como Núñez Jiménez situam o ponto extremo que terá atingido.

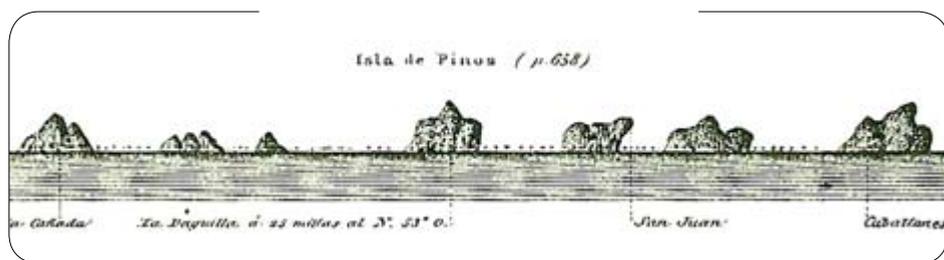
É possível retirar de tudo isto duas conclusões. Primeira: nenhum dos factos que Colombo narra é de per si inverosímil, mas não se podem ter passado pela ordem que a carta indica. Segunda: que a descrição do contorno da costa da península de Guanahacabibes e do golfo do mesmo nome é demasiado correta para a eventualidade de Colombo não ter dobrado o cabo Santo António e penetrado no golfo,

Morison — que não conhecia a carta de Colombo e pode ter imputado as confusões que reinam tanto nela como na sua transcrição por Bernáldez a erro deste — resolve o problema descartando como não correspondente a nada de real o troço II do texto (e implícitamente as frases do IV que de certo modo o confirmam); e conclui daí que Colombo terá no máximo atingido a Ensenada de Cortés (c. 22° 5' N, 83° 50' W), ou seja, a contracosta *oriental* do quersoneso, na vertente *meridional* de Cuba. Antonio Núñez prefere identificar o trato de litoral descrito no troço II da carta e do relato de Bernáldez, com a Ensenada de la Broa, em que de facto a costa corre para leste; mas essa explorara-a o Almirante *antes* e não *depois* da escala em Batabanó, de onde partiu rumo a oeste. Sem discordar de Morison, tenta este autor conciliar a sua opinião com a

identificação feita por las Casas do “Quersoneso do Evangelista” com a ilha de Los Pinos, admitindo que da Ensenada de Cortés Colombo tenha passado à ilha — o que de modo algum é impossível, embora o sejam alguns dos detalhes que D. Hernando dá sobre a estadia paterna nela e, sobretudo, sobre o regresso a partir dela.

Antes de pôr uma hipótese alternativa, convém-nos confrontar a carta de Colombo com as outras fontes primárias, que, para além do auto com que acenámos já e que abaixo analisaremos, se resumem a Cuneo, Angléria, D. Hernando e Las Casas — pois a partir deste a historiografia limitou-se a repeti-los. O depoimento de Cuneo seria *a priori* o mais importante, pois testemunhou presencialmente tudo quanto se passou; infelizmente, porém, é muito mais sucinto que o do Almirante e também ele assaz confuso. Contém, porém, duas afirmações que parecem relevantes e merecedoras de crédito: primeira, que depois de terem tomado refresco (deduz-se que em Batabanó), navegaram *tra ponente e lebechio*, ou seja, para oés-sueste, 60 léguas ao longo da costa, o que corresponde muito aproximadamente à distância de Batabanó ao Cabo S. António, extremidade sudoeste da ilha; segunda, que em seguida, navegando *per maestro* (i. e., NO) *per trovare il Cataio secondo la opinione del signor armirante*, se acharam dentro de um golfo, que não pode ser senão o de Guanahacabibes — embora para entrarem nele tenham de ter guinado a és-nordeste, pois seguindo sempre para noroeste teriam ido aterrar na Luisiana. Terá sido depois disso que *tornassimo al nostro camino*, ou seja, que retomaram o caminho de regresso, *navicando sempre per costa*, até que acharam outro arquipélago branco, que pode ser o dos Cayos de San Felipe.

Quanto a Pedro Mártir, que em geral reproduz tal qual, ainda que inserindo-lhes comentários críticos, as informações que lhe fornecia o Almirante, é também harto sucinto: refere, tal como a carta deste e a de Michele da Cuneo, o que se lhes deparou no extremo ocidental de Cuba: infinitas lagostas, grandes ostras de que encheram seis barcas, mas nas quais não acharam pérolas, etc. E acrescenta um pormenor digno de nota, embora se limite a confirmar o que por outras vias sabíamos já: andaram por



**A costa da ilha de Los Pinos vista de NO para SE**

Segundo um roteiro naval de 1890; reproduzido de Antonio Núñez Jiménez,  
*Michele da Cuneo nel nuovo mondo*, Savona, 1994

aquelas paragens ao todo 38 dias, o que corresponde *grosso modo* à totalidade do período entre a aterragem em Cuba a 15 de Maio e o início do regresso a 25 de Junho, o que perfaz 41 dias; a diferença de três dias é pouco significativa. Deixaremos para daqui a nada o pouco que diz da viagem de regresso.

Como adiantámos já, a solução tradicional adõtada em quase todos os manuais — que Morison, sem a discutir, tácitamente rejeita — é a de Las Casas que, baseando-se em D. Hernando, identifica o “Quersoneso do Evangelista” de Colombo com a Isla de los Pinos, que jaz a sul do golfo de Batabanó.

É de notar, todavia, que nenhum dos textos que examinámos até aqui refere qualquer grande ilha em que tivessem feito escala, mas apenas pequenos caios; ora a Isla de los Pinos totaliza 2.419 km<sup>2</sup>, mais do triplo de S. Miguel ou da Madeira, pelo que se não pode confundir com um ilhéu. É, contudo, possível que, tendo-a avistado à distância, Colombo se não tenha apercebido de que constituía uma única ilha, pois de longe apenas são bem visíveis as eminências do terreno, podendo dar a impressão de um arquipélago de pequenas ilhas, como se vê na figura acima.

É D. Hernando que faz da península ou promontório do Evangelista uma ilha, a que atribui uma circunferência de 30 léguas, e que diz distar 700 léguas da Domínica — pequeno exagero que não tem interesse discutir, mas que servia para mostrar que tampouco desta vez fora Colombo parco em descobrir. Tê-la-iam atingido navegando a sul, a partir de um ponto em que na travessia por entre os caios se acharam encurralados e tiveram de arrear caminho, o que, como vimos, deve ter sucedido a 12 de Junho. Terá sido “com grande consolo e satisfação” que a alcançaram e nela puderam tomar refresco. D. Hernando não lhe dá senão o nome de “Ilha do Evangelista”; mas tinha por certo em mente a Isla de los Pinos (c. 21° 37' N, 83° 13' W), que poderá ter entrevisto no decurso da quarta viagem colombina em que acompanhou seu pai, e que na época em que escreveu constava já dos mapas, pois Cuba começara a ser colonizada uns dez ou doze anos antes; deve ter sido deles que tirou a medida aproximada do seu perímetro. Fazendo do “Quersoneso do Evangelista” uma ilha, D. Hernando resolvia o problema ótico de seu pai, que umas vezes via a montanha a oeste outras a leste, se bem que a Isla de los Pinos culmine a apenas 303 m de altitude na Sierra de la Cañada, que se não pode avistar de tão longe como a cordilheira de Guaniguanico. Por outro lado acrescenta que nessa ilha já antes tinham feito aguada, o que nem nenhum outro passo da sua *História*, nem outra qualquer fonte confirmam, nem se coaduna com o itinerário seguido na viagem de ida, em que contornaram a península de Zapata, explorando em seguida a enseada de la Broa e seguindo depois para oeste ao longo da costa. Por outro lado ainda, distando o ponto da ilha mais próximo da ilha principal 47 km da costa desta (e quase 100

km de Batabanó), Colombo não poderia tê-la atingido em menos de oito a dez horas de navegação: ainda hoje o *ferry-boat* demora sete horas para lá chegar. Por muito atento que estivesse a caios que pudessem existir por ali, ser-lhe-ia impossível não se aperceber durante a travessia da insularidade do suposto quersoneso. Estranho igualmente é o que em seguida diz o filho do descobridor <sup>616</sup>:

Depois que se achou fornecido de tudo quanto lhe era mister, dirigiu seu caminho à volta do meio-dia, esperando encontrar melhor saída por aquela via; e caminhando pelo canal que mais limpo e menos impedido viu, tendo percorrido poucas léguas, o achou cerrado; do que não pouca dor e pavor houve a gente, vendo-se a quase a toda a roda assediada, e sem abita-lhamento nem conforto. Mas porque o Almirante era prudente e animoso, conhecida a fragilidade deles, disse com alegre vulto, “que ele dava muitas graças a Deus que o constringia a tornar para trás por onde eram vindos, já que se houvessem continuado a viagem por onde era seu desígnio passar, ter-se-iam achado acuados em parte donde teria sido o remédio mui difícil (...)”. E assim, com grande consolação e satisfação de todos, deu a volta à ilha do Evangelista, onde da primeira vez fizera aguada; e na quarta-feira 25 de Junho partiu daquelas partes em direção ao noroeste, à volta de algumas ilhotas que se viam a 6 léguas de distância.

Ora, em tal momento e em tal sítio, esta história é impossível: a Isla de los Pinos situa-se exatamente sobre o rebordo da plataforma continental, a sul do qual o mar se torna rapidamente mais profundo, atingindo a escassos 10 km da ilha a profundidade de 1425 braças, e a uns 40 a de 1830; e assim continua descendo gradualmente até à bacia do Iucatão, onde a profundidade média é de 2.000 braças. Nem há i caios, nem canais de navegação difícil, nem baixios em se pudessem ver acuados. Antonio Nuñez Jiménez resolve o problema imaginando que Colombo se viu encurralado dentro da enseada de La Siguanea, principal recorte da ilha de Los Pinos; mas D. Hernando fala de navegação por um *canal*, que ao cabo de algumas léguas achou cerrado, e não de travessia de uma enseada, de que ambas as margens seriam bem visíveis da gávea, não podendo restar dúvidas de que ambas faziam parte da mesma ilha.

A história passou-se, sim, como sabemos pela carta de Colombo aos Reis, mas à partida de Batabanó, rumo ao quersoneso, umas duas semanas mais cedo, e não ao zarpar do quersoneso para iniciar a viagem de regresso; provavelmente ao redigir a sua carta aos Reis Colombo passou o relato do que então se passara para o ponto em que lhe pareceu estrategicamente mais conveniente para o seu fito.

Por conseguinte, das duas uma: ou, despistado pela desordem reinante na carta de seu progenitor, D. Hernando se confundiu e, ao tentar resumir em breves termos o *Diurnal* da viagem, se perdeu; ou tendo compreendido que o Almirante chegara de

---

<sup>616</sup> HA, cap. lvii (lviii)

facto ao extremo sudoeste de Cuba, onde se lhe tornara óbvia a sua insularidade mas não quisera dar o braço a torcer, amanhou uma explicação mais ou menos verosímil para o comportamento paterno...

A dar-lhe crédito, Colombo ter-se-ia finalmente ido embrenhar de novo entre caios até atingir a costa cubana, que teria então começado a percorrer em direção a leste. Tentar rumar a sul, como D. Hernando diz, para se afastar da costa, seria lógico; mas, ao falhar essa tentativa, pôr a proa a noroeste — quando o caminho era para leste — faz muito pouco sentido: para iniciar o regresso a partir da ilha de Los Pinos o mais racional teria sido contorná-la pelo sul ou pelo norte e então meter desde logo a proa a leste, ou quando muito, se queria acercar-se da costa cubana, a nordeste, desde que o vento estivesse de feição. Senão, teria de bolinar, o que não implicava necessariamente que se internasse de novo entre os caios e parcéis da costa de Batanabanó — como dias depois faria nos Jardines de la Reina, que contornou desta feita pelo sul, navegando sem dúvida à bolina, já que os ventos gerais sopram em sentido oposto.

O passo que não deu D. Hernando deu-o Las Casas, que foi o primeiro a aventar, embora sem apor a tal hipótese certeza indubitável, que o “quersoneso do Evangelista” do Almirante, transformado em “ilha do Evangelista” por seu filho, era a Isla de Los Pinos, que Fidel de Castro rebatizaria em 1978 de Isla de la Juventud. De resto a sua narração coincide quase exatamente com a de D. Hernando, afirmando tal como ele que chegaram à ilha a 13 de Junho e daí largaram a 25.



Cuba no planisfério de Juan de la Cosa (1500)

Reproduzido de Antonio Núñez Jiménez, *Michele da Cuneo nel nuovo mondo*, Savona, 1994

A despeito das aporias a que conduz, em favor desta hipótese milita um argumento: o mapa de Juan de la Cosa, debuxado em 1500, parece de facto fundir a Isla de los Pinos com Cuba — concção que reaparece no mapa impresso de Giovanni Contarini e Francesco Rosselli, estampado em Veneza ou em Florença em 1506, no de Johann Ruysch (Roma, 1507) no de Martin Waldseemüller (Estrasburgo, 1507), no de Francesco Rosselli (Florença, 1508), no de Bernard Sylvanus (Veneza, 1511) e no de Gregor Reysch (Estrasburgo, 1515), no de Waldseemüller (Estrasburgo, 1516)<sup>617</sup> e mesmo nalguns mais tardios. Há que notar todavia que o mapa de Juan de la Cosa não é uma carta topográfica mas um mapa-múndi, em que a representação de Cuba é minúscula; além disso o debuxo é, por vezes, assaz grosseiro: note-se a atribuição do topónimo Haiti a uma ilha que não pode corresponder senão a uma das Bahamas, a representação da ilha de La Tortuga a sul daquela e a profusão de ilhas imaginárias que as cerca, e bastará como prova. Por outro lado, em franca contradição com o que o cartógrafo declarou e assinou no auto, no seu mapa Cuba é francamente uma ilha, o que nos conduz a crer que lhe tenha visto o extremo — e isso faz da sua carta uma prova assaz ambígua. Há que notar que Juan de la Cosa jãmais voltou a Cuba, pelo que o seu mapa não pode representar senão o que observou no decurso desta viagem, ou o de que teve conhecimento por terceiros; mas não se conhece expedição alguma que antes de 1500, data do mapa, tenha explorado as costas cubanas. Antes de o desenhar, em 1499-1500, fez, como veremos, em companhia de Alonso de Hojeda e de Américo Vespúcio, nova viagem à América, mas muito mais a sul, explorando as costas das Guianas e da Venezuela, mas não as de Cuba.

Dir-se-ia, portanto, que La Cosa debuxou Cuba como uma ilha na seqüência do que pôde observar em 1495, quando aí esteve em companhia do descobridor e que, por conseguinte, viram fim à ilha. Por outro lado a figuração da Isla de los Pinos como um quersoneso, unido ao extremo oeste de Cuba não é incompatível com a dobragem do Cabo S. António por Colombo: bastaria que tivesse rodeado a ilha *por oriente* para que se não apercebessem da sua insularidade. Há que reconhecer, contudo, que a reconstituição que fazemos do *Diurnal* de D. Cristóvão aponta antes para uma passagem *por oeste*, entre a ilha e as pontas Del Gato e la Fija.

Seja como for, desde então para cá, todos os manuais afirmam que a Isla de los Pinos foi decoberta por Colombo em dia de Santo António do ano 1494 da era cristã. Esta data parece-nos, de qualquer modo, pouco compatível com a do auto levantado a 12.VI.1494, por conseguinte na véspera, pois no meio da trabalhosa navegação por entre caios e baixios dificilmente teriam disponibilidade e sossego para ancorar,

---

<sup>617</sup> Rodney W. Shirley, *The Mapping of the World - Early Printed World Maps, 1472-1700*, The Holland Press Pub., Londres, 1984, entradas 24-36.

proceder a uma audição de testemunhas que fez andar o escrivão de navio em navio, safar as caravelas e atingir enfim Los Pinos — onde teriam assim passado doze dias, por certo então apenas para descansar e recobrar forças para o retorno, já que para fazer aguada não era mister tanta demora.

Há que notar que o descobrimento de Cuba jãmais esteve em causa nos *Pleitos*, de modo que as referências que no pleito do Darién se acham à ilha são fugazes e inconclusivas. Fala-se aí por vezes de “Isla de los Pinos”, mas não é da ilha adjacente a Cuba que se trata, senão que de uma pequena ilha na costa das Honduras, no grupo das chamadas “Islas de la Bahía”, defronte da àtual cidade de Trujillo, a que por estar repleta de pinheiros Colombo deu tal nome em 1502, no decurso da sua quarta viagem. Nem ilha nem quersoneso do Evangelista são alguma vez mencionados em qualquer dos depoimentos. Será talvez por ter acompanhado seu pai na quarta viagem e conhecer essoutra “Isla de los Pinos” que D. Hernando se furta a dar à da costa cubana o nome que já em seus dias devia constar dos mapas.

Resumindo e concluindo, cremos que é legítimo reconstituir os factos assim: o Almirante terá largado de Batabanó, navegando de facto com muita dificuldade por entre caios e baixios; terá sido então que, como diz na sua carta aos Reis e tanto D. Hernando como Las Casas confirmam, teve de retroceder.

Ora desejando Colombo a todo custo demonstrar que Cuba não era ilha, não podia ter ficado contente com a informação que lhe dera o cacique; é natural que procurasse maneira de mostrar que estava errada. O momento em que a frota se viu encurralada num canal sem saída era, psicologicamente, a ocasião ideal para obter da tripulação, exausta e amedrontada, apoio para a sua tese, que lhes permitiria a breve trecho regressar à Espanha; aproveitou por isso a ocasião para lavrar então o auto, em que todas as testemunhas asseveraram não ter achado o fim de Cuba, o que nesse momento não era mentira alguma. A posição em que então se achariam concorda geograficamente com a afirmação que nele se lê em como acabavam de constatar que a partir dali a costa corria ao austro, o que é *grosso modo* correto se de facto estivessem naquele momento na margem ocidental do golfo de Batabanó, pois a partir da enseada de Majana a costa inflete de facto para sul. Coincide igualmente com a asserção, que consta também do auto, de que o Almirante se encontrara quatro dias antes com o cacique, que lhe asseverara durar a terra a ocidente mais de vinte jornadas, mas decidira esperar mais quatro dias, para ver se se confirmava o que aquele dissera. Ter-se-ia portanto avistado com o cacique no dia 8, já que o auto está datado de 12.VI.1494, quase duas semanas antes de iniciar o regresso.

Colombo ordenou então ao escrivão Fernán Pérez de Luna que lavrasse uma escritura de deposição de testemunhas em como a *Juana*, que acabava de explorar, ou Cuba como os índios lhe chamavam, não era ilha, pois não lhe acharam fim, mas terra firme (e, por

consequente, parte do Cataio). Seria portanto o fim da terra para quem quer que tentasse ali chegar de Espanha a pé enxuto, o que confirmava a justeza do topónimo *Cabo Omega* que cerca de um mês antes atribuía à extremidade oposta da ilha. D. Hernando (e na sua esteira também Las Casas), reputando por certo tal manobra jurídica pouco honrosa para seu pai, cala-a inteiramente. Nas suas notas à *História do Almirante* Luís Arranz acusa D. Hernando de, para disfarçar o erro paterno, não só escamotear o auto mas também colocar na precisa data deste o encontro do pai com um índio que lhe garantiu que Cuba era uma ilha. Ora mesmo que a data do encontro com o índio, como parece, esteja errada (o auto afirma que fora quatro dias antes, portanto a 8 de Junho), a entrevista é confirmada por todas as fontes; não se tratava, porém, como o biógrafo do descobridor dá a entender, de um índio avulso que terão detido para tomar língua, mas do cacique de Batabanó. Certíssima, de qualquer maneira, está a informação dada por este, a saber, que Cuba era uma ilha. Colombo descarta-a explicitamente, logo no preâmbulo do auto, insistindo na ignorância daquela *gente desnuda*, que do mundo apenas conhecia até *quatro léguas lexos de sua casa*, e da vida nada sabia, *salvo naçer e morir*.

Não é impossível que, como aventa Morison, Colombo se tenha inspirado em Bartolomeu Dias, que segundo João de Barros <sup>618</sup>, quando dobrou o Cabo da Boa Esperança e seus homens se retraíram de prosseguir mais além, fez lavrar um auto, que todos assinaram, em como lhes parecia inconveniente ou imprudente prosseguir viagem; tratava-se, como aqui, de os co-responsabilizar perante El-Rei pelo abandono da empresa.

Os débeis argumentos que no auto apresentaram todas as testemunhas foi o de que jamais haviam escutado que uma ilha pudesse ter, no sentido leste-oeste, 335 léguas de comprimento — o que aliás, mesmo tratando-se de léguas castelhanas de 4.190 m, Cuba não chega a medir, ficando-se pelas 270 — e o de que, do ponto onde estavam, viam que a costa *tornava a Sur-Sueste y al Sudoest y Oest*, o que se verifica por alturas da Punta del Gato (22° 15' N, 83° 18' W), da Punta la Fija (22° 10' N, 83° 28' W) e dentro da enseada de Cortés (c. 22° 5' N, 83° 45' W). Todos os mestres, contramestres, pilotos, marinheiros e grumetes das caravelas foram convidados a depor, aqueles a título individual, estes, marinheiros e grumetes, coletivamente; os “convidados especiais”, como Michele da Cuneo e o “abade de Lucerna”, de que falaremos num instante, não depuseram. Os depoimentos são rigorosamente iguais, pois a resposta constava já da pergunta; tratava-se apenas de a confirmar ou não. Em consciência, portanto, nenhuma das testemunhas mentiu, embora nem todas pudessem ter uma ideia exata da distância percorrida. De feito, a deposição foi tomada no mar, onde o escrivão andou de caravela

---

<sup>618</sup> *Ásia*, I, iii, 4.

em caravela, estando ainda surtos no golfo de Batabanó; ninguém, portanto, tinha ainda avistado o cabo S. António, que a muitos poderia parecer aquilo que é: o fim da ilha...

Pelo seguro, o Almirante acenara às testemunhas com um argumento bastante convincente: mandara o escrivão avisá-las, antes de deporem, de que se viessem a desdizer o que então dissessem, pagariam uma coima de 10.000 maravedis por cada vez que o afirmassem, além de que lhes seria cortada a língua; e sendo grumetes ou pessoas de baixa sorte seriam, além de deslinguados, açoutados com cem açoutes. Se tivessem dúvidas, que antes de deporem falassem com o Almirante, que ele lhas dissiparia. O auto <sup>619</sup> foi depois passado a limpo e registrado na Isabela, a 14.I.1495 por Diego de Peñalosa, *escribano de Cámara del Rey e de la Reina nuestros Señores e su notario público*.

As ameaças feitas às testemunhas, que constam do próprio auto, evidenciam por demais a incultura jurídica de Colombo e o modo descritório como encarava as suas funções de almirante e vice-rei.

Por outro lado, tais cautelas mostram à saciedade que ele não estava tão persuadido quanto pretendia dar a crer da continentalidade de Cuba e queria a todo transe convencer os monarcas de que alcançara o continente asiático — embora fosse de prever que quando o Almirante ali chegasse estaria já assinado o convénio que veio de facto a ser entretanto firmado em Tordesilhas, do que Colombo apenas viria a saber aquando da segunda viagem do seu amigo Torres. Segundo Mascarenhas Barreto fazia-o por incumbência de D. João II, que queria os reis vizinhos convencidos de que o seu almirante alcançara o Cataio; mas esse ponto é secundário.

Foi de qualquer modo por isso que, como atesta Cuneo, não deixou regressar a Espanha, onde poderia dar testemunho em sentido oposto, um abade de Lucerna, “homem sábio e riquíssimo”, quiçá o primeiro turista da história das Caraíbas, que por curiosidade (*per suo piacere, per vedere cose nove*) decidira acompanhar Colombo à América e se incorporara na expedição, mas teimava com ele que Cuba era uma ilha. Como o abade não depusera no auto, não corria o risco de ficar sem língua; não esperava, certamente, que Colombo lhe aplicaria outra receita.... Não é impossível que, como aventa Juan Manzano, este “abade de Lucerna” retido à força na Espanhola seja o Frei Jorge que se queixou ao bispo Fonseca de estar detido nas Índia pelo Almirante <sup>620</sup>, pelo que os Reis mandaram a Colombo que o deixasse regressar à Europa <sup>621</sup>. Se assim

<sup>619</sup> Conservado no Archivo de Indias em Sevilha, *Patronato Real*, leg<sup>o</sup> 5<sup>o</sup>; pub. por Navarrete, I, doc. lxxvi, pp. 386-390, e in *CDD*, I, doc. 197, pp. 619 & sqq.

<sup>620</sup> Instruções dos Reis a D. João da Fonseca, Arévalo, 1.VI.14945, *CDD*, II, doc. 295, pp. 801-805.

<sup>621</sup> Cédula de Arévalo 1.VI.1495, *CDD*, II, doc. 299, p. 809.

é, há que admitir que, ou por meio de Michele da Cuneo, ou por carta a Fonseca enviada por mão de alguém em quem confiava e partia para Espanha na armada que zarparia da Isabela a 24.II.1495, moveu as influências necessárias para que os monarcas intimassem o vice-rei a soltá-lo. Colombo parece não ter previsto que o tiro lhe podia sair pela culatra, pois ao saber-se na corte dos métodos primários a que recorria, os seus adversários poderiam facilmente manejar contra ele esse argumento. De qualquer modo a teima do abade, que lhe terá acarretado pelo menos seis meses de vilegiatura forçada nas Antilhas, parece confirmar que, de facto, todos viram no decurso da viagem algo que dava mostras de ser o fim da ilha.

Como afirma Cuneo — em carta escrita uns três anos depois de Savona, onde não corria já o risco de ser deslinguado nem arrecadado pelo Almirante — tanto ele próprio como a maioria dos expedicionários se inclinavam para a insularidade de Cuba. Percebia no entanto ser tal facto inconveniente para a reputação de Colombo: poderia, com efeito, o abade “ser rogado de aparecer à majestade del-rei” e suceder que *cum la sua risposta che dicto Re non abandonasse la interpresa*, “não fosse, com a sua resposta, abandonar el-rei a empresa...”

De volta a Espanha, em 1496, explicou Colombo a Andrés Bernáldez que os índios lhe haviam dito que Cuba era uma ilha, mas que o deitara à conta da sua ignorância, pois pensavam que o mundo inteiro consistia em ilhas. É evidente que tal argumento não passa de um sofisma: seria possível que os nativos das Antilhas Menores, de Porto Rico, da Jamaica ou mesmo da Espanhola pensassem que toda a terra habitada era formada de ilhas; mas se Cuba fosse parte do continente, por força saberiam que se lhe não achava fim e não era, por conseguinte, de natureza insular. O que seria talvez possível seria o contrário: que habitantes de uma grande ilha, de que não conhecessem o cabo, imaginassem que era terra-firme. Colombo esqueceu, aliás, que no decurso da sua primeira viagem, a 6.I.1493, recebera notícia de que para lá de Cuba se estendia uma terra firme, onde a gente andava vestida; e que em Novembro do mesmo ano, na Guadalupe, lhe haviam dado também a entender que mais a sul haveria um continente, pelo que, senão na cosmologia de todos os taínos, pelo menos na mente de alguns, nem toda a terra consistiria em ilhas. Tampouco terminava o seu horizonte geográfico “a quatro léguas de sua casa”: sabiam bem onde, a centenas de léguas de ali, viviam os caribes que periodicamente vinham a assolar a sua terra: e tão boa noção tinham da sua localização que haviam fornecido ao Almirante as indicações que lhe permitiriam transpor em vinte dias a distância das Canárias à Guadalupe!

Colombo explicou ainda ao cura que, para mais, os índios de Cuba lhe afiançavam que demoraria 40 luas a percorrê-la toda, o que para ilha era um despropósito. Na

realidade, conforme consta do auto, o cacique falara em vinte jornadas; mas a lupa de que o Almirante se servia ampliava 60 vezes...

Recordou-se também nessa ocasião de que João de Mandeville — arredondando, muito sensatamente, a conta de Marco Polo, que dizia serem 4.759, e assim se poupando ao trabalho de as contar — afirmava haver junto à Áurea Quersoneso, ou seja, à Península de Malaca 5.000 ilhas<sup>622</sup>. Seria uma imprudência aventurar-se por entre elas, onde corria o risco de se perder, de achar tempos contrários ou de lhe virem a faltar os mantimentos, que os trazia escassos. Desistira assim de uma ideia que lhe passara entretanto pela cabeça, pois

*si próspero se hallara, que probara á volver á España por Oriente [i. e., pelo Oriente no sentido convencional do termo; portanto rumando a ocidente a partir de Cuba], viniendo por el Ganges, y dende al Seno Árábico, é después por Etiopía, é despues pudiera venir por tierra á Jerusalén, é dende á Japha, y embarcar y entrar en el mar Mediterráneo, é dende á Cádiz.*

Colombo sonhava acordado. Se penetrasse pelo *Seno Árábico* de Ptolomeu, que é o Mar Vermelho (e não, como já vi aventar, o Golfo Pérsico, que tinha já esse nome na época helenística) esbarraria com o istmo de Suez, pois ao tempo ainda não havia canal; que faria então da sua armada? Mais realista, o cura de Los Palacios, que deu a redação final à sua crónica depois da viagem de Vasco da Gama, acrescenta de sua lavra, à guisa de comentário:

*El viaje bién se pudiera hacer desta manera, empero muy peligroso por la tierra, porque todos son moros dende Etiopía á Jerusalen; empero él pudiera ir por la mar todavía, ir desde allí fasta Calicud, que es la ciudad que salieron los portugueses é la descubrieron; y para no salir por tierra sino todavía por agua, él había de volver por el mismo mar Océano, rodeando toda la Lybia, que es la tierra de los negros, é volver por donde vienen los portugueses con la especería.*

Seja como for, uma vez na posse da provança que desejava, Colombo terá então retomado a exploração do litoral, pretextando quiçá a seus homens a necessidade de fazer aguada, quiçá a de verificar se, como fez escrever no auto, *antes de muchas leguas, navegando por la dicha costa, se fallaría tierra adonde trata gente política de saber y que saben el mundo*, etc. É, contudo, evidente que o movia também o inconsciente intuito de verificar pessoalmente o que lhe afirmara o régulo da Batabanó. Terá então escolhido um caminho mais azado, passando quiçá a *leste* da ilha de Los Pinos, como o dá a entender o mapa de Juan de la Cosa e os que dele derivam, que fundem a

---

<sup>622</sup> André Bernáldez, cap. cxxv-cxxvi.

ilha com o extremo ocidental de Cuba e não com a península de Zapata. Não é impossível que tenha descrito um caminho sinuoso, não só para evitar os caios, mas também para desorientar a sua gente e assim evitar que viesse um dia a dar testemunho contra ele mai-la sua teoria.

Seja como for, a via que escolheu ter-lhe-á permitido avançar mais rapidamente e prosseguir até ao cabo S. António, vendo quase sempre caios a sul (provavelmente os caios de S. Filipe, e os que rodeiam a ilha de Los Pinos); assim o afirma na sua carta aos Reis:

*...navegué al austro siguiendo la costa de la tierra firme, fasta que me llevaba al sudueste y paresçia que avia de llevar este camino gran número de jornadas; y al austro vía toda la mar cuajada de islas. Navegué por dentro de muchas islas y al cavo de dos días con sus noches llegué a las montañas que yo avia visto, y hallé que era un cheroneço atán grande como aquél de la Aurea o como la isla de Córçega.*

Era portanto um quersoneso, não uma ilha. Rodeou-o e achou-o todo cercado de mangais impenetráveis:

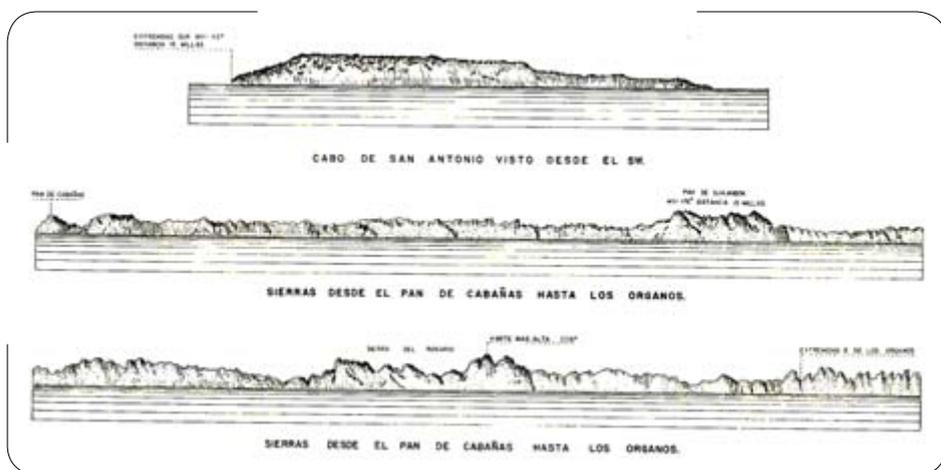
*Çerquêle todo y nunca pude hallar entrada para ir en tierra adentro, porque era así la costa llena de lodo y de los árboles espesos como de las otras que arribe dixé, y las ahumadas heran en la tierra adentro muy grandes y muchas.*

As *ahumadas* correspondem às queimadas que faziam os nativos para roçar a terra ao avizinhar-se a estação chuvosa. O que é importante notar é, em primeiro lugar, que continua a ter o extremo da ilha por quersoneso, o que não seria o caso se tivesse andado em torno da Isla de los Pinos, pois terminada a volta achar-se-ia de novo no ponto de partida e não teria dúvidas da sua insularidade; e em segundo lugar, que dobrou o cabo S. António. É daí que advém a justeza da topografia do que jaz para além dele que na sua epístola resume assim:

*Y así llevé el camino siguiendo la costa de la mar, siempre no más de tres brazas de fondo. Y después de navegado cuatro días y pasado las montañas, que me quedavan [agora] muy mucho al oriente, y siempre fallando la costa de la mar anegada y arboleda espesa como dixé, y que era imposible entrar por ellas, y que yo estava metido en un seno [o golfo de Guanahacabibes], porque otra vez la tierra del austro [na extremidade do cabo] bojía al oriente, vi unas montañas muy altas, alli donde esta tierra hazía cavo, lejos de mí veinte leguas [ao norte], pues que la mar no bogía al setentrion ni era de muy grandísimo fondo, como el caçique avia dicho.*

A passagem do cabo S. António não oferece necessariamente dificuldades de maior a navios de pequeno calado como os de Colombo, desde que se não afastem demasiadamente de terra, pois duas milhas a sul da sua extremidade começa um parcel que o rodeia inteiramente; na sua ourela a profundidade é, mesmo assim, de 16 a 22 braças,

mas na Pasa Sorda, a pouca distância da Punta Cajón, a NNE do cabo, não ultrapassa os 9 pés. Essa ponta situa-se a pouca distância do Cabo San Antonio, no ponto onde a costa da península de Cuanahacabibes inflete episódicamente para SSE ante de tomar a direção leste. O parcel une-se a norte ao baixio de Los Colorados. A c. 9 milhas marítimas a NNO do cabo acha-se o banco de San Antonio, que cobre uma área de c. 5 milhas quadradas e apresenta duas cristas em que a profundidade mínima é de 10 braças. É de admitir que Colombo, que conforme seu costume em situações difíceis devia timonar pessoalmente a sua caravela, tenha, com a sua habitual intuição náutica, identificado pela cor da água os baixios e escolhido o melhor caminho. Ao dobrar do cabo as correntes fluem a apenas 0,5 nós, alternando o seu sentido com as marés; os grandes perigos para a navegação nessa zona são assim, por um lado, os caios costeiros que marginam o litoral setentrional da península, nomeadamente os Cayos de la Leña; e mais ao largo os recifes de Los Colorados, sites sobre o parcel, que começam a c. 2 milhas a oeste da Punta Cajón. Esses recifes correm de início em direção NE, inflêntindo em seguida para ENE ao longo de 120 milhas. De qualquer modo a zona mais perigosa estende-se para lá da Punta Ábalos, no litoral setentrional do golfo de Guanahacabibes, de que Colombo se não deve ter aproximado <sup>623</sup>. Ainda que intercetado por alguns baixios, o golfo tem uma profundidade média de 30 pés, pelo que, segundo o *Derrotero* da Marinha de Guerra cubana, *teniendo en cuenta los*



**Perfis do Cabo de San Antonio, visto de sueste, e da cordilheira de Guaniguanico, vista da vertente norte da ilha, onde se situa o golfo de Guanahacabibes**

Gravura do *Derrotero de la Isla de Cuba*, Havana, 1951

<sup>623</sup> República de Cuba, Marina de Guerra, *Derrotero de la Isla de Cuba, parte segunda: tramo de la costa norte comprendido desde el Cabo San Antonio hasta la Punta Gobernadora*, Havana, 1951, pp. 6 & sqq.

*bajos mencionados, la navegación es fácil y no ofrece dificultades importantes en el interior del Golfo* <sup>624</sup>.

Não nos parece, por conseguinte, impossível que Colombo tenha dobrado o Cabo S. António e penetrado no golfo de Guanahacabibes. Será por certo daí que provirá a teima do abade de Lucerna (com quem Cuneo e muitos outros concordavam *in pectore*, como vimos) na insularidade de Cuba, que o próprio Juan de la Cosa, uma vez longe do Almirante, acabou por professar. O resto da guarnição, entre o medo de ficar sem língua e o desejo de tornar para casa, optou por fechar a boca; e como nos *Pleitos Colombinos* a insularidade de Cuba jámais esteve em causa, acabou por lhes selar a tumba o testemunho.

Terá sido, portanto, já dentro do golfo de Guanahacabibes, talvez na baía de Guadiana, que após uma série de tentativas frustradas de penetrar pelo mangal, conseguiram finalmente fazer aguada *na sua costa oriental* — detalhe que aponta igualmente para a vertente setentrional da ilha, pois no golfo de Batabanó só poderiam ter achado água na costa oriental se o atravessassem de lado a lado até à enseada de La Broa e à península de Zapata:

*Estube allí por esta costa siete días buscando agua dulce, de que yo tenía neçesidad, de la cual fallé en la tierra de la parte del oriente [da enseada], en unos palmares muy lindos.*

Feita aguada, poderá então o Almirante ter rumado a NO, como afirma D. Hernando, para sair da baía de Guadiana para o golfo principal; já ao largo, terá então posto a proa *grosso modo* ao austro, como na sua carta afirma, para dobrar de novo, agora em sentido inverso, o cabo S. António e iniciar então a viagem de regresso, atravessando uma vez mais o golfo de Batabanó.

Se assim foi, cabe perguntar, porque dá o Almirante na sua carta a versão totalmente inverosímil dos factos que acima escalpelizámos. Embora possamos conceder a Colombo o benefício da dúvida e admitir que, ao verificar que depois do cabo S. António a costa corria a leste e não a norte como esperava, se não tenha apercebido de que dobrara efetivamente a extremidade da ilha, tanto mais que se achara dentro de um golfo e não no mar alto de que lhe falara o cacique, parece-nos mais provável que o tenha percebido, mas não tenha dado o braço a torcer porque, politicamente, isso lhe não convinha: poderia assim continuar a teimar ante os Reis e ante o mundo que alcançara a terra firme da Ásia. Embora, uma vez mais, lhe possamos conceder o benefício da dúvida e admitir que ao copiar para a carta aos Reis extratos do seu *Diurnal* os tenha por inadvertência

---

<sup>624</sup> *Ibidem*, p. 23

baralhado, quer-nos antes parecer que o fez propositadamente, para deixar emaranhadas na confusão que assim criava as régias mentes dos destinatários da missiva. Quem de 23 dias de viagem faz 70, e de 20 jornadas de distância 40 ou 50 luas, também fàcilmente interverte — sem jamais mentir, pois tudo constava efêtivamente seu diário — os parágrafos de uma carta e, por conseguinte, a ordem de factos reais...

Quanto à reconstituição que propomos da cronologia dos acontecimentos, não nos parece incompatível com o que sabemos por outras fontes: se o auto foi redigido a 12 de Junho, algures na parte oeste da ilha, quatro dias depois de haverem largado de Batabanó, segue-se que para aí terem chegado no dia 8, demoraram 23 dias a contar da aterragem no Cabo Cruz, à vinda da Jamaica, no dia 15 de Maio *a ora de vísperas*, ou seja, ao fim do dia. A despeito das dificuldades de navegação e das numerosas paragens que fizeram, o périplo da costa meridional cubana durara assim pouco mais de três semanas, tanto mais que devem ter encontrado quase sempre ventos de feição. As voltas que deram em busca do fim de Cuba — se a data de 25 de Junho indicada por D. Hernando e Las Casas para o início do regresso, está certa, o que não parece haver razão para pôr em causa — duraram de 8 a 25 desse mês, por conseguinte 17 dias, o que é perfeitamente suficiente para contornar nos dois sentidos a península de Guanahacabibes e fazer aguada na costa do golfo contíguo. Nada de incompatível há, de igual maneira, com as datas de que dispomos para a viagem de regresso: escalaram o Rio das Missas, em Ornofay, ao cabo de 12 dias, ou seja, a 7 de Julho; atingiram a zona do Cabo Cruz a 16 mas só o dobraram a 18; e daí, metendo a proa a sul, atingiram a Jamaica a 22. Terão assim gasto no regresso, 23 dias, exatamente tantos como à ida, em que fizeram muito mais escalas mas tiveram sempre vento de feição; ao invés, o retorno fez-se necessàriamente contra os aliseos — o que lhes dificultou em especial a passagem do Cabo Cruz — e quase sempre com mau tempo, como seria de esperar durante a estação das chuvas.

Não é impossível que Colombo tenha escalado Los Pinos e descoberto assim a ilha, que pode também ter meramente avistado de longe; mas na sua carta aos monarcas não o refere, nem tampouco nos relatos que facultou a Bernáldez e a Pedro Mártir. Pelo contrário, afirma que no regresso do ponto extremo que atingiu voltou a passar defronte da casa do cacique, ou seja diante de Batabanó, o que dá a entender que fez caminho ao longo da costa, ainda que a uma distância prudente, escaldado que estava com os caios; mas pode ser que se refira simplesmente à sua primeira tornada atrás. Aliás, uma escala na ilha de Los Pinos está longe de ser incompatível com uma visita à península de Guanahacabibes, já que tanto à ida como no regresso teve de qualquer modo de passar perto dela — o que no entanto de modo algum significa que seja ela o “quersoneso do Evangelista” a que na sua epístola se refere. Tampouco Cuneo refere qualquer escala numa ilha daquela zona.

De qualquer modo, se da península do Evangelista o Almirante tivesse perseverado no mesmo rumo, teria, à distância de umas 100 léguas, que com vento de feição podia facilmente cobrir em quatro dias — distância inferior à que medeia entre a Ponta do Serafim e o Cabo S. António — topado com o Iucatão e descoberto a civilização maia e o império azteca...

Colombo, porém, estava exausto. Segundo seu filho <sup>625</sup>, desde que saíra de Espanha até 19 de Maio, em que começara a singrar por entre as ilhotas, apenas se despira e se deitara na cama oito noites. Cansado, com poucas vitualhas, com os navios em mau estado de roçarem pelos baixios, com as tripulações cada vez mais inquietas, é lógico que tenha preferido então retroceder, escalando de novo a Jamaica. Como explicou aos Reis ao começo da sua carta de 1495 aos Reis, sem dúvida acrescentado como uma espécie de prefácio na versão final <sup>626</sup>:

*... por temor de los vientos, porque no mudasen, y por la gravísima navegación que yo fallava, por el poco fondo con navios grandes y muy peligroso navegar por tantas canales, adonde se acaeció muchas vezes me quedar los navios todos tres en seco, qu'el uno no podía ayudar al otro, y otras bezes que no faltava más de un cobdo de agua, y por fuerza de cabestrante y anclas pasava adelante por fuerza...*

Abstraindo do ponto de partida, a viagem de regresso não nos levanta grandes problemas. Apenas Cuneo afirma que das ilhas do golfo de Batabanó até à Jamaica navegaram sem qualquer paragem durante 17 dias, lapso de tempo que segundo todas as demais fontes corresponde antes à travessia entre a segunda escala que fizeram em Cuba e a Jamaica. Todas as fontes concordam em afirmar que penetraram de novo no golfo de Batabanó. Com vimos, na sua carta Colombo afirma mesmo que no regresso da extremidade de Cuba, tentou achar caminho por entre umas ilhas que ali havia, certamente os caios de S. Filipe, mas não achou, pelo que teve de retroceder e percorrer um braço de mar com que deparou. Voltou então a passar às casas do cacique; pode ter sido então que desceu a terra a pedir-lhe contas: *al qual torné a repreguntar por qué me mentía; y él dixo que lo avía oído dezir que la costa < de la > tierra que yo seguía que no iria yo al cavo de çincuenta lunas*. Notar-se-á que no auto se lêem 20 jornadas; temos agora 50 luas, ou seja, quatro anos e dois meses. No espaço de pouco mais de quatro dias Cuba crescera assim 75 vezes...

Terá sido então que partiu de novo, agora em direção à Ponta do Serafim; deve portanto ter passado a norte da ilha de Los Pinos, acercando-se do fundo do golfo; isso

<sup>625</sup> HA, cap. lvi (lv).

<sup>626</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 291.

explica que, tal como Cuneo e Pedro Mártir, a não mencione na sua epístola. Segundo D. Hernando e Las Casas, dos navios viram nessa ocasião um mar manchado de verde e branco que lhes pareceu um baixio que, no entanto, achando duas braças de fundo, passaram sem dificuldade; e, a seguir, águas negras como tinta, onde acharam cinco braças. O *Derrotero de la Isla de Cuba* anota variações idênticas do tom das águas, que correspondem a diferenças de fundo, na zona do golfo de Guanahacabibes. Viram cardumes de enormes tartarugas. Passada a Ponta do Serafim singrando provavelmente entre o arquipélago de los Canarreos e a península de Zapata, e evitando tanto quanto podiam os caios, voltaram a atravessar o Mar Branco, por que haviam passado à vinda, até atingirem de novo a província de Ornofay. A 7 de Julho desceram a terra, para tomar água e celebrar missa, pois era domingo.

Foi então que lhes apareceram um cacique e um ancião de mais de oitenta anos que, nu como os demais, lhes fez por meio do turgimão das Lucaias um discurso filosófico: brindou-o com uma bela dissertação sobre a imortalidade da alma e os dois caminhos que ao deixar este mundo se lhe apresentam: o da glória e o da perdição — sem que possamos determinar ao certo em que medida o disse, em que medida o retocou o intérprete, nem em que medida o inventou Colombo...

Se o próprio Colombo o não resumisse na sua carta aos Reis, de onde o saca e resume ainda mais seu filho D. Hernando, seríamos tentados a imaginar que o discurso do octogénario fosse na realidade da lavra de Las Casas, que parece utilizá-lo ao jeito de Fernão Mendes Pinto <sup>627</sup>, que põe bastas vezes os monges budistas, as crianças e os gentios a ensinarem aos cristãos o verdadeiro cristianismo; seja como for, embora a versão de Angléria pouco difira, é na daquele que nos aparece na forma mais bela e mais incisiva:

*Tú has venido con grande poder a estas tierras que nunca tú antes viste, y con tu venida en todos los pueblos y gentes dellas has puesto gran temor; hágote saber que, según lo que acá sentimos, dos lugares hay en la otra vida donde van las ánimas de los cuerpos salidas, uno malo y lleno de tinieblas, guardado para los que turban y hacen mal al linaje de los hombres; otro lugar es alegre y bueno, donde se han de aposentar los que, mientras acá vivieren, aman la paz y quietud de las gentes. Y por lo tanto, si tú sientes que has de morir y que a cada uno, según lo que acá hiciere, acullá le debe responder el premio, no harás mal ni daño a quien contra ti mal o daño no cometiere.*

A versão dada por Colombo é, como de costume, mais confusa; e remata com a sua réplica ao gimnossofista inopinado: *que yo no avía fecho mal a nadie, salvo a los malos, mas antes fazia bien y honra a todos los buenos, y qu'esto era lo que*

---

<sup>627</sup> Cf. o nosso estudo “As religiões e a Religião na obra de Fernão Mendes Pinto” in *Peregrinação 1614* [Actas do Colóquio Comemorativo do 4º centenário da publicação da ‘Peregrinação’], organização de Isabel Almeida, Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017, pp. 43-130.

V. Al. *avían mandado*. Com isso se mostrou o ancião muito espantado, pois jamais imaginara que o Almirante pudesse ter superior, e obedecesse, como ele então lhe explicou, *a el rey y a la reina de Castilla que son los mayores señores del mundo...*

Que um ancião, nu *como su madre lo parió*, desse provas de tamanha sabedoria não é para admirar, já que todo o homem possui uma intuição inata do bem e do mal; é aquilo a que os Escolásticos chamavam a *moral natural*, suscetível, sem dúvida, de ser prevertida pela ideologia ou por uma cultura viciada, mas comum a toda a nossa espécie. Cerca de um século mais tarde o P<sup>e</sup> José de Acosta exprime-o belamente, num capítulo da sua *História Natural e Moral de las Indias* intitulado “Que en los indios hay algún conocimiento de Dios”<sup>628</sup>:

*Primeramente, aunque las tinieblas de la infidelidade tienen escurecido el entendimiento de aquellas naciones, en muchas cosas no deja la luz de la verdad y razón algún tanto de obrar en ellos; y así comunmente sienten y confiesan un supremo señor y hacedor de todo, al cual los de Perú llamaban Viracocha, y le ponían nombre de gran excelencia, como Pachacamac o Pachayachachic, que es “creador del cielo y de la tierra”, y Usapu, que es “admirable”, y otros semejantes. A éste hacían adoración, y era el principal que veneraban, mirando el cielo. Y lo mismo se halla en su modo en los de Méjico, y hoy día en los chinos en otros infieles. Que es muy semejante a lo que refiere el libro de los Actos de los Apóstoles, haber hallado San Pablo en Atenas, donde vió un altar intitulado Ignoto Deo, al Dios no conocido...*

É exatamente por isso que, segundo S. Paulo<sup>629</sup>, nas suas abominações os pagãos são indesculpáveis. Como muito bem nota Las Casas, tampouco espanta que cressem na sobrevivência da alma, que é uma crença geral da humanidade: *no es de maravillar que aquel viejo dijese tales cosas de la otra vida, porque comúnmente todos los indios destas Indias tienen opinión de las almas no morir...*

O que é assaz duvidoso é que ligasse a essa noção a ideia de uma retribuição diferenciada após a morte. Nas sociedades ditas *primitivas*, de religião animista, a moral está mais ligada aos costumes, considerados estabelecidos de uma vez para sempre pelos antepassados, por assim dizer heróis fundadores do grupo, do que à religião. O culto daqueles desempenha nesta um papel central, mas a maneira como são concebidos é ambivalente: é necessário prestar-lhes a devida veneração, sobretudo ao utilizar as técnicas da agricultura, da metalurgia, da medicina, etc., que, benignos, revelaram à sua descendência, sem o que se podem tornar malignos, vingar-se nos vivos e causar-lhes danos. O culto tem assim um caráter propiciatório e dirige-se a todos os falecidos, independentemente das qualidades morais de cada um. Assim era também entre os taínos, como se pode ver pela suma etnográfica de Frei Ramón Pané, inclusa por D. Hernando na sua *História do Almirante*: apareciam por vezes aos vivos, sobretudo de noite, e por intermédio de uma espécie de xamanes, a que chamavam *behiques*, davam-lhes oráculos e operavam curas em seu favor; quando porém não recebiam oferendas suficientes, enviavam-lhes doenças; eram por conseguinte ora benévolos ora malévolos, conforme o culto que se lhes prestasse.

Fora com os primórdios da urbanização, que acarretara um incremento do individualismo e uma quebra do controle da comunidade sobre o indivíduo, que em sociedades urbanizadas — o que não era o caso dos taínos — a necessidade de uma moral sancionada pela religião se começara a fazer sentir. Apareceu assim, mais tarde ou mais cedo consoante as culturas, a ideia de retribuição *post*

<sup>628</sup> liv<sup>o</sup> V, cap. iii.

<sup>629</sup> Rom 1, 19-24.

*mortem*: esta ocorre já, por exemplo, no antigo Egito e no antigo Irão; mas está ainda ausente da religião greco-romana e da da Índia védica, em que os fiéis se limitavam a pedir aos deuses saúde, sucesso na guerra, bons despojos, abundância de vacas e outros bens temporais, e coisas no mesmo género, mas não ainda a salvação eterna.

Quer-nos parecer, por conseguinte, que o belo discurso que o ancião fez a Colombo, a quem explicitamente dirige uma crítica, é anacrónico ou anatópico, pelo que se nos afigura que, na forma como nos aparece estruturado, se deverá — tal como o discurso do cacique caribe preso na Guadalupe — sobretudo ao intérprete, ao tempo já catequizado na religião cristã, em que o dilema salvação-perdição faz plenamente sentido. Terá assim, argutamente, endereçado ao Almirante uma admoção e uma censura sem contudo se comprometer. Com veremos, o Almirante usaria mais tarde a mesma tática, dirigindo aos Reis Católicos uma crítica, que prudentemente põe na boca do próprio Deus, que lhe teria falado em segredo uma noite. Não sabemos, todavia, se desta feita Colombo dali aproveitou alguma cousa...

Daquele lugar de Ornofay, a que chamou o Rio das Missas (provavelmente a hodierna Jagua, no município de Santa Cruz del Sur, 20° 43' N, 77° 59' W), zarpou o Almirante com a sua pequena armada a 13.VI.1494, contornando, por escusar perigos, os Jardines de la Reina pelo sul, rumo à Jamaica, que rebâtizara de “ilha de Santiago”.

Passara já o solstício, estava-se em plena época chuvosa, quando a convergência intertropical atinge a latitude das Antilhas Maiores. Não é pois de admirar que a viagem tenha sido tão trabalhosa. Na bela prosa de Las Casas,

*Salido de aquel lugar donde aquel viejo indio le habló, parecía que todos los vientos y aguas se habían concordado para le fatigar y añadir angustias sobre angustias, penas sobre penas y sobresaltos a sobresaltos, por que no tuviese tiempo ni sazón para poder resollar. Entre muchos que padeció, vino sobre él un tan súbito y tan horrible y peligroso aguacero, que le hizo poner el bordo debajo del agua, y con gran dificultad y que pareció sólo socorro de Dios poder amainar las velas y, juntamente, con las más pesadas anclas surgir...*

Os marinheiros não tinham já forças para dar às bombas, numa tentativa de esgotar as águas que haviam invadido os porões. Para mais, faltava-lhes comida; não tinham direito senão a uma *libra de podrido bizcoto y un cuartillo de vino* por dia. Valia-lhes de vez em quando o pescado que logravam capturar. Estes promenores coincidem aproximadamente com os que Cuneo coloca na viagem de ida; mas tudo leva a crer que a situação se repetiu mais de uma vez.

A Jamaica foi alcançada ao cabo de duas semanas de navegação sem verem terra, entre murmúrios da tripulação espantada com as perspectivas de fome e sede. Extenuado, Colombo deitara-se; o vento refrescara, mas estava de feição o que permitiu ao piloto conduzir a caravela a salvo à costa jamaicana. O vice-rei promoveu-o a piloto-mor e fez-lhe mercê de 10.000 maravedis.

A ilha, que costeavam pela segunda vez, agora pelo sul, pareceu ao Almirante maior do que a Sicília e, tal como as demais da região, mais extensa no sentido leste-oeste do

que no norte-sul. Enganou-se na primeira afirmação: a Jamaica mede c. 11.000 km<sup>2</sup>, portanto menos de metade da Sicília, que totaliza 25.700; mas acertou no que toca à sua extensão linear, já que a sua maior largura, de norte a sul, não ultrapassa os 80 km, ao passo que o seu maior comprimento é de 231. Afigurou-se-lhe ser a melhor ilha do arquipélago, excetuada apenas *la noble Isabela, que a todas las islas del mundo lleva ventaja y no poca*: quanto ao resto, é a Jamaica a mais fértil, a mais povoada, a de clima mais temperado, a de melhores frutas, abundosa em viandas, sem uma légua de terra estéril, formosa como as hortas de Valência. Ao tratar, contudo, da sua orografia mete os pés pelas mãos: *es tierra altísima, que parece que llega al çielo (...); no es montañosa, salvo de la más linda feçhura del mundo; comienza juncto con la mar, por bajo; ba cresçiendo en espérico, y se sube al colmo que paresze que va por llano (...); ay una montaña altísima, a que yo llamé Christalino, muy mais alta que la isla de Tenerife...* Na realidade a Jamaica culmina a 2.256 m, no Pico da Montanha Azul, ao passo que em Tenerife o Pico de Teide atinge os 3.717.

Aí permaneceram 17 dias, durante os quais se multiplicaram os contactos amistosos com índios, que, daimosos como os demais taínos, vinham a bordo dos navios a trazer-lhes frutas e outras vitualhas; mas pouca novidade oferecem em relação aos precedentes. A um cacique que perguntou a Colombo como se chamava e a que vinha, respondeu que era enviado de Suas Altezas, a *honrar mucho a los buenos y destruir a los malos* — resposta que demonstra bem o papel de cavaleiro do Apocalipse de que se julgava investido.

Viram aí colares de alambre ou âmbar amarelo, resina fóssil existente tanto no Velho como no Novo Mundo, proveniente de diversas árvores da época terciária, em especial coníferas; o que se acha nas Américas provém, todavia, sobretudo da *Hymenaea courbarii* ou algarroba a que aludimos acima, que é uma leguminosa. Nada tem a ver com o âmbar cinzento ou âmbar-gris, que é um cálculo que se forma nos intestinos de cachalotes e baleias.

De um desses encontros com os nativos deixou-nos Colombo uma descrição pormenorizada<sup>630</sup>, que é sem dúvida uma das suas melhores páginas de etnografia:

O cacique de uma mui grande povoação, que ali muito perto, em um alto, estava, veio aos navios e trouxe mui bom refresco. E eu lhe dei as cousas que me pareceu que lhe agradavam. (...). Ao outro dia, que eu andava já à vela com pouco vento, alcançou-me ele com três canoas; e vinha tão bem concertado, que não é de deixar de contar a forma do estado que trazia. Uma das canoas era muito grande, tanto como uma grande fusta, e muito pintada; ali vinha sua pessoa e a mulher e duas filhas: uma era de idade de dezoito anos, formosíssima, nua de todo, como costumam, e

<sup>630</sup> Carta do Almirante aos Reis, 26.II.1494, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, pp. 309-312.

honestíssima; a outra era mais moça, e dous filhos rapazes, cinco irmãos e dezoito criados. Os outros todos deviam de ser vassalos.

Vinha ele em muito boa ordem: trazia na sua canoa um homem como alferes; só este vinha em pé, à proa da canoa, com um saio de plumas coloridas, da mesma feitura de cota de armas, e na cabeça uma grande plumagem, que parecia muito bem; e trazia na mão uma bandeira muito comprida e estreita, de algodão tecida; e era branca, sem sinal algum. Dois ou três homens vinham com as caras pintadas de cores de uma mesma guisa, cada um trazia uma grande plumagem a modo de celada e na frente uma tavoleta redonda, tão grande como um prato, pintadas assim uma como outra da mesma obra e cor, que não havia diferença, assim como nas plumagens e na demais libré; traziam estes nas mãos dois instrumentos com que tangiam. E havia outros dous assim pintados, mas em outra forma: estes traziam duas trombetas mui lavradas, de pássaros e outras sutilezas. Não eram de metal, mas de ébano mui negro e fino; cada um trazia um sombreiro muito lindo de plumas verdes e muito espessas, e sutil obra, e não brancas como outros seis que vinham todos juntos em guarda das cousas de sua câmara.

E ele trazia ao pescoço uma joia de alambre de uma ilha que é de aqui desta comarca, que se chama *guani*, que é muito fino, tanto que parece ouro de oito quilates. Era da feição de uma flor de lis, e grande como um prato. Trazia-a ao pescoço com uma fiada de contas grandes de pedra-mármore, que também têm em grão preço; e na cabeça trazia uma grinalda de pedras miúdas coloridas, postas em ordem, e entremetidas em outras brancas maiores não sem razão, adonde bem lhes parecia. Uma joia grande pendia sobre a frente; e das orelhas pendiam duas grandes tavoletas de ouro com umas sartas de contas de mármore miúdas; e outras sartas ali trazia de contas miúdas, mas verdes. E trazia um cinto, ainda que ele andasse nu, da mesma obra da grinalda, e todo o resto do corpo descoberto. E assim a mulher, salvo um só membro, que [cobria] de uma coisita não maior que uma folha de laranjeira, que de algodão para elo fazem. Trazia aos braços, junto com o sovaco, um chumaço de algodão fiado envolto, que vinha à semelhança das mangas dos jubões antigos dos franceses; não era este chumaço tão grande como o outro que trazia por baixo do joelho em cada perna.

A filha mais formosa toda andava descoberta: um só cordão de pedras mui negras e miúdas trazia cingido; do qual pendia uma cousa da feição de uma folha de hera, de pedras verdes e coloridas, pegadas sobre algodão tecido.

A canoa grande vinha em meio das outras, mas com um pouco de vantagem adiante. E logo que chegou este cacique a bordo do navio, começou de dar aos marinheiros e gente a cada um cousas de sua maneira. Era muito de manhã e eu estava rezando apartado algumas devoções que eu acho que me aproveitam, e não vi tão presto as dádivas nem a determinação da vinda deste homem; o qual logo entrou na caravela com toda sua gente, e quando eu saía ele já tinha mandado aos vassalos que volvessem as canoas a terra, e já estavam muito longe.

E logo que ele me viu veio a mim, de cara muito alegre, dizendo: “Amigo, eu tenho determinado de deixar a pátria e ir-me contigo a Castela a ver ao rei e à rainha e ao príncipe seu filho, os maiores senhores do mundo; os quais têm tanto poder que hajam sujgado cá tantas terras, e que tu lhe obedeces e vais por seu mandado a todo este mundo, como eu tenho sabido destes índios que contigo trazes, e que em todo o cabo estão as gentes de ti tão temerosas (...); eu sei quanto em toda esta ilha de Jamaíca, que é mundo onde há gente sem conta, como a vista to amostra, toda tremia quando te viram com estes navios, que não quedou mulher nem menino nem fazenda nas casas, que tudo não transmudassem às serras e às cavernas. Descansaram quando te viram partido, ainda que não sarará tão presto a dor à gente de Caboni pela morte de seus parentes e maridos, que torpemente te saíram ao encontro, sem considerar tua ousadia...”

Tal como do que sucedera no Rio das Missas, não sabemos quanto neste discurso foi de veras dito, quanto foi acrescentado pelo língua Diego Colón e quanto é da lavra

de Colombo. Seja como for, nesta visita de aparato feita pelo cacique ao Almirante já de partida, entrevê-se um intento de lhe demonstrar que era ele o rei daquela terra; poderia aceitar a suserania do monarca de Castela, mas ali o rei era ele...

Quanto a querer ir a Castela com o Almirante não sabemos em que medida era sincero; o facto é que quando se ergueu um vento favorável e se esboçou a partida, cobraram as mulheres tamanho medo que romperam em pranto, pedindo ao cacique que tornasse a terra; e assim acabou por se fazer, após nova troca de presentes. Quanto à viagem a Castela, ficou para quando ali tornasse o Almirante.

Estava-se já em plena estação chuvosa e os aguaceiros sucediam-se, enquanto o vento continuava a não se mostrar de feição. Segundo Las Casas <sup>631</sup> Colombo — que, evidentemente, não podia ter noção do que é a convergência intertropical — atribuía os chuviros à perspiração das muitas árvores que existiam na ilha e tinha esperança de que, se fosse desmatada, se tornaria menos húmida, como sucedera nos Açores, na Madeira e nas Canárias. Essa observação, porém, não é correta: as árvores contribuem para a absorção da chuva, cujo ímpeto quebram, proporcionando uma infiltração mais paulatina, e igualmente para a precipitação oculta, sob a forma de brumas, névoas e nevoeiros; mas não parecem influir nas chuvas, que se formam a níveis mais altos da atmosfera. Seja como for, a 18 de Julho Colombo achou tempo mais favorável e iniciou o regresso.

A última terra da Jamaica que avistou, terça-feira 19 de Agosto, foi uma ponta a que chamou “Cabo do Farol”, topónimo que abaixo discutiremos. Transpostas, proa a leste, as 25 ou 30 léguas que separam a Jamaica do Haiti, chegou ao dia seguinte a um promontório montanhoso a que chamou “Cabo S. Miguel”, ou, segundo Cuneo, “di San Michele Saonese”, em sua honra. Quando veio à fala com os nativos estes trataram-no por *Almirante*, de onde deduziu que estaria já na Espanhola. E de facto estava. Era a extremidade ocidental da ilha, conhecida desde o século XVI por Península do Tubarão, então parte do cacicado de Xaraguá e hoje da república do Haiti.

O tempo continuava ruim e as duas caravelas perderam-se da capitânia, para só reaparecerem quase uma semana depois. Colombo, que não tinha ainda uma noção clara do clima das Antilhas mas amava a astrologia, atribuía a intempérie a um eclipse de lua, que teve lugar de 14 para 15 de Setembro, de que num instante tornaremos a falar. Para mais arreceava-se de um grande peixe ou mamífero marinho, que descreve confusamente, que aparecera à tona de água, sinal certo de que se avizinhava temporal.

Foi neste ínterim que toparam com a ilha que os nativos chamavam Adamaney, que Miguel de Cuneo foi o primeiro a avistar. Recebeu-a por isso em doação, e dela tomou

---

<sup>631</sup> *HI*, I, xcvi.

posse cortando erva e árvores, como era da praxe, e plantando nela uma cruz. Contava, segundo ele, 37 aldeias e uma população de cerca de 30.000 almas. Em memória da sua pátria longínqua deu-lhe o nome de *Bella Saonese*, mas acabou por ser conhecida apenas por Saona (*i. e.*, Savona), nome que ainda hoje usa.

Foi aí que se acoutaram enquanto não passava o temporal, que apenas lhes consentiu partirem a 24 de Setembro. Tratava-se sem dúvida de uma tempestade tropical, das que na aquela época do ano se engendram no Golfo do México, quiçá um furacão, que contudo os não colheu na sua maior força; é pelo menos o que parece deduzir-se do diário de Colombo, que, exausto, chocando já a enfermidade que o deixaria incapacitado durante cinco meses, interrompeu então, uma vez mais, a sua escrituração. Apenas sabemos que a 29 do mês chegou de volta à Isabela.

Quanto a Cuba, pouco resultado teve o sacrifício da sua insularidade nas aras das prosápias colombinas. Embora por decreto do vice-rei tenha oficialmente ficado a ser península, dir-se-ia que muito raros foram os que tragaram o embuste: é como ilha que aparece em 1500 no mapa-múndi manuscrito de Juan de la Cosa, em 1502 no planisfério português dito “de Cantino” e três anos mais tarde no de Nicolau de Cavério, que o copia. É também como ilha que figura na maioria dos mapas a correr impressos: o mapa em projeção azimutal de Giovanni Contarini e Francesco Rosselli, estampado em Veneza ou em Florença em 1506, o primeiro mapa impresso a representar o Novo Mundo, bem assim como nos dois que Martin Waldseemüller fez imprimir em Estrasburgo em 1507. Não conhecemos nenhum em que figure como península; apenas o mapa-múndi em projeção polar de Johann Ruysch impresso em Roma em 1507 se abstém pudicamente de representar a sua extremidade ocidental, cortando-a por uma banda, estrategicamente colocada sobre o Quersoneso do Evangelista, em que se lê: *huc usque naves Ferdinandi Regis Hispanie invenerunt*, “até aqui acharam as naves de Fernando rei de Espanha”<sup>632</sup>. Foi certamente por isso que este, reinvestido em 1507, na sequência da morte de seu genro Filipe I, *o Formoso*, a 25.IX.1506<sup>633</sup>, na regência de Castela, a que renunciara a 27.VI.1506, ordenou ao governador Frei Nicolás de Ovando que tudo pusesse em pratos limpos. Este mandou então Sebastián de Ocampo — um galego, ao que parece de Tuy, exilado na Espanhola desde 1493, em comutação da pena de morte em que incorrera por homicídio — a explorar Cuba e verificar se de facto era afinal, como se murmurava, uma ilha. A expedição, que teve lugar em 1508, fez o périplo completo da ilha, durou oito meses, sendo particularmente

<sup>632</sup> Rodney Shirley, *The Mapping...*, entradas 24, 25, 26 & 27, estampas 28 a 31.

<sup>633</sup> Podem ver-se detalhes em D. Modesto Lafuente [& D. Juan Valera], *Historia General de España*, 22 vols, Montaner y Simón Ed., tomo VII-VIII, Barcelona, 1888.

duro o regresso, pela costa sul, contra ventos e correntes; mas Cuba pôde assim recuperar definitivamente, de juro e herdade, a sua insularidade <sup>634</sup>.

Enquanto D. Cristóvão deambulava pelas costas de Cuba e da Jamaica, coisa de dois meses antes do seu regresso à Isabela, aparecera aí seu irmão Bartolomeu, *que biviendo con Madama de Borbon le escrivio el almirante Colón que viniese a servir sus Altezas* <sup>635</sup>. “Madama de Bourbon” é Ana de Beaujeu (1461-1522), de que falámos já, a filha mais velha de Luís XI, que foi regente de França de 1483 a 1491, na menoridade de seu irmão Carlos VIII, e, de 1503 a 1521 (portanto à data da feitura do documento citado), regente do ducado de Bourbon em nome de sua filha, a duquesa Susana. Carlos VIII de França, declarado maior uns dois anos antes, em cuja corte Bartolomeu trabalhava como cartógrafo, fez-lhe então mercê de cem escudos para a viagem. Desembarcara em Sevilha, de onde partira para Valhadolid a beijar a mão aos Reis, que o receberam afavelmente tratando-o por “D. Bartolomeu”. Aproveitara então o ensejo para apresentar na corte seu sobrinho Hernando, que assim ficou legitimado e foi feito pagem do príncipe D. Juan, como já o era seu irmão mais velho D. Diego <sup>636</sup>, com 9.400 maravedis ao ano para vestuário e mantimento. Os soberanos deram-lhe então três navios, para que pudesse juntar-se a seu irmão na Espanhola. De passagem na Gomeira, como seu irmão fizera no ano anterior, adquiriu à capitão D. Beatriz gado para levar para as Índias.

D. Hernando (e à sua fê Las Casas), louvando-se num apontamento do próprio D. Bartolomeu em que dizia ter exercido funções de capitão a partir de 14.IV.1494, afirma que seu tio chegara à ilha de Haiti nesse dia <sup>637</sup>; deve ter razão Fernández de Oviedo <sup>638</sup> que data a sua chegada de 28.VII.1494. A data indicada por D. Hernando é provavelmente a da nomeação de D. Bartolomeu para capitão do navio em que se havia de embarcar, pois se tivesse chegado à Espanhola a 14 de Abril teria ainda achado aí o seu irmão, que apenas partiu para o descobrimento de Cuba e da Jamaica a 24 desse mês. Seja como for, desembarcou na Isabela num momento em que D. Cristóvão estava ausente e o governo era exercido por Diego, seu irmão mais novo. Quando o

---

<sup>634</sup> Las Casas, *HI*, II xli; cf. Ramón Ezquerro, artº “Ocampo, Sebastián de” in *DHE*, vol. III, s. v. Oviedo (*HGNI*, livº xvii, cap. iii) não dedica a esta expedição senão meia-dúzia de linhas.

<sup>635</sup> “Información testifical de Don Bartolomé Colón sobre como vino a España a servir desde Francia y como lo hizo según los mandatos del Almirante su hermano”, Sevilha, 17.III.1505, *CDD*, III, doc. 726, pp. 1737-45.

<sup>636</sup> Nomeado por alvará da Rainha de 8.V.1492, *CDD*, I, doc.91, p. 91-92

<sup>637</sup> *HA*, cap. lxi (lx); *HI*, I, ci.

<sup>638</sup> *Historia General...*, II, xii-xiii.

vice-rei regressou nomeou-o *adelantado*, por alvará de 15.X.1494<sup>639</sup>. Embora por real cédula de 28.V.1493<sup>640</sup>, D. Cristóvão estivesse autorizado a prover *oficios de gobernación*, os Reis consideraram que o vice-rei não tinha poderes para tanto e anularam a nomeação. Vieram a nomeá-lo eles para a mesma função, por assim dizer *ex nihilo*, a 22.VII.1497<sup>641</sup>.

Sabemos por Cuneo que D. Cristóvão chegou a formar o projeto de enviar o *adelantado* D. Bartolomeu a prosseguir o descobrimento que não concluíra, com duas caravelas e uma fusta construída localmente. Deveria partir em Abril de 1495 e dirigir-se ao norte — onde teria topado com a Florida, mas certamente não com o Cataio, com que seu irmão sonhava. Foi por certo devido à campanha da Vega Real, de que a seguir falaremos, a outras complicações que entretanto surgiram e culminaram na sindicância de Juan Aguado, e sobretudo ao afundamento, aparentemente por um furacão, de dois dos navios para o efeito construídos, que a expedição acabou por ficar em águas de bacalhau.

Entrementes haviam-se toldado as boas relações de Frei Buil e de Mossen Pedro Margarit com o Almirante. Frei Buil pedira aos Reis licença para se retirar para a Península, a pretexto de se não sentir apto para evangelizar os índios, por desconhecimento da língua; mas os monarcas haviam-lhe respondido que em caso algum o fizesse, a menos que o seu estado de saúde a isso o forçasse<sup>642</sup>.

Oviedo<sup>643</sup> e López de Gómara<sup>644</sup> afirmam que o mal-estar já latente foi espoletado pelo enforcamento de Gaspar Ferriz, aragonês como aqueles, por sodomia, a mando de Colombo; nenhuma outra fonte menciona esse seu sobrenome, mas pode muito bem ser que se trate do homem designado simplesmente por “Gaspar”, nos depoimentos de Mateo Valenciano e Rodrigo Mançorro no inquérito de Bobadilla<sup>645</sup>, que, acusado por Juan Ramírez de ser *sodomético*, fora enviado à forca pelo vice-rei. Houve, ao que parece, outro Gaspar enforcado, pois outras testemunhas do inquérito, como Juan de Salazar, referem um Gaspar de Salinas (que outras testemunhas, contudo, designam por Luís de Salinas), secretário da câmara, mandado também colgar, mas por colaborar num inquérito que Bernal de Pisa tentava fazer ao comportamento do Almirante para

---

<sup>639</sup> Conservado outrora no arquivo colombino da Cartuxa de Las Cuevas, de cujo inventário consta, mas ao depois perdido.

<sup>640</sup> *CDD*, I, doc. 113, pp. 403-404.

<sup>641</sup> Carta régia de Medina del Campo, *CDD*, doc. 371, pp. 999 & sqq.

<sup>642</sup> Carta dos Reis a Frei Buil, Segóvia, 16.VIII.1494, *CDD*, II, doc. 220, pp. 662-663.

<sup>643</sup> *Historia General*, II, xiii.

<sup>644</sup> *ed. cit.*, p. 170.

<sup>645</sup> Varela & Aguirre, *op. cit.*, p. 210

enviar aos monarcas. A despeito da confusão que parece reinar na onomástica dos enforcados, quer-nos parecer que há duas vítimas distintas, uma por sodomia, outra por suposta difamação, e que, por conseguinte, a história reportada por Oviedo deve estar longe de constituir *una de esas fabulosas calumnias admitidas por el crédulo autor*, como em 1918 escrevia Serrano y Sanz.

Segundo Oviedo e Gómara, Frei Buil, forte da sua posição como vigário apostólico nas Índias de Castela, lançava o interdito sobre a ilha, proibindo todos os serviços religiosos, a cada vez que discordava de uma decisão de Colombo; e este respondia reduzindo aos frades a ração de mantimentos. Finalmente, aproveitando-se da presença no porto dos navios que haviam trazido D. Bartolomeu e da ausência ou da incapacidade do vice-rei, de que a seguir falaremos, Margarit e Frei Buil apoderaram-se dos navios e, a 29.IX.1494, no dia em que o vice-rei regressaria à sua capital, partiram ambos a dar aos soberanos capítulos contra ele<sup>646</sup>; com eles se safou também Ginés de Gorvalán, que em companhia de Hojeda explorara pela primeira vez Cibao no ano anterior, e outros fidalgos que Oviedo enumera.

É possível que entretanto tivessem já chegado aos ouvidos dos Reis ecos daquelas desinteligências, pois a 16.VIII.1494, ao mesmo tempo que ordenavam a Frei Buil que se não ausentasse da Espanhola, expediam para a ilha provisões ordenando a todos os residentes qua acatassem as ordens do vice-rei<sup>647</sup>.

Este atingira entretanto o leste da ilha de Haiti, que, como vimos, decidira desta feita contornar por sul. A 14.IX.1494, portanto duas semanas antes da retirada estratégica de Buil e Margarit, ou no porto de Santa Cruz, 29 léguas a sul do Cabo S. Rafael, como afirma na sua carta de 1495 aos Reis<sup>648</sup>, ou na ilha Saona que lhe é fronteira, como diz no *Libro de las Profecías*<sup>649</sup>, Colombo observara um eclipse lunar, de que concluiu haver entre aquele ponto e o cabo S. Vicente uma diferença horária de mais de cinco horas e meia, ou seja, de pelo menos 82° 30' de longitude. O método, conhecido pelo menos desde o século XII, consistia em observar a que hora se iniciava o eclipse da Lua (que, desde que esta seja visível, começa no mesmo momento em toda a Terra, ao contrário do que sucede com os eclipses solares) e compará-la com a hora indicada por um almanaque astronómico para qualquer ponto de longitude conhecida, e em seguida converter a diferença de hora em diferença de longitude, à razão de 15° por

<sup>646</sup> Las Casas, *HI*, I, cvii; Oviedo, *HGNI*, II, xiv.

<sup>647</sup> *CDD*, II, doc. 224 & 225, pp. 665-668.

<sup>648</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 315. Deve querer dizer 29 milhas em vez de 29 léguas.

<sup>649</sup> *Ibidem*, doc. lx, p. 454.

hora. Na época de Colombo corria já impresso o almanaque de Regiomontanus (lati- nização do nome de Iohannes Müller von Königsberg, 1436-76), amigo de Toscanelli, publicado em Veneza em 1474; quanto ao de Abraão Zacuto, terminado em 1478, foi traduzido em castelhano logo em 1481 pelo que não é impossível que Colombo tivesse consigo uma cópia manuscrita <sup>650</sup>. Em apêndice a uma outra obra de Zacuto, o *Tratado de las Ynfluencia del cielo*, encontra-se na Biblioteca Colombina de Sevilha, reunida por D. Hernando, um texto *De los eclipses del Sol y de la Luna* <sup>651</sup>, que pode ter sido utilizado pelo descobridor.

D. Hernando <sup>652</sup> data este eclipse de 15 de Setembro e precisa que a diferença horária que se achou era de 5 h 23 m, mas isso pouca importância tem, pois seja como for os cálculos estão rotundamente errados: na realidade a ilha de Saona situa-se a 68° 40' W de Greenwich e o cabo S. Vicente a 9° W, pelo que o afastamento entre os dois em longitude é de apenas 59° 40' — e, por conseguinte, de quase 23° o erro. Na sua carta de 1495 aos Reis, Colombo afirmou ter percorrido dez dos doze fusos horários do hemisfério desconhecido da Terra, ou seja, não descrito por Ptolomeu nem representado nos mapas que ilustram as edições quatrocentistas da sua *Geographia*; e o mesmo fez saber a Pedro Mártir de Anglória <sup>653</sup> após o seu retorno a Espanha. Estaria, por conseguinte, 150° a oeste do meridiano do Ferro, ou seja a 168° W de Greenwich — quando na realidade o ponto mais ocidental que terá atingido se situa a c. 84° W. Para além do descomunal erro de 84° no cálculo da longitude — que, para mais, implicaria que entre a extremidade ocidental de Cuba, que Colombo atingira em Junho, e a ilha Saona mediassem c. 77°, ou seja, àquela latitude (c. 21° 40'), c. 7.950 km! — há uma contradição de que nem Colombo nem mesmo o sagaz Pedro Mártir se aperceberam: se estava no hemisfério ignoto, a 150° W do Ferro, portanto 30° a leste dos confins da Ásia, não podia estar, como um diz e o outro repete, perto das costas da Áurea Quersoneso, ou seja, da Península Malaia, que Ptolomeu situava a 160°-165° E do Ferro: distaria delas ainda uns bons 45°, *i. e.*, mais de 4.000 km...

Mais culto e mais prudente que Colombo, o humanista lombardo optou finalmente por um valor mais razoável <sup>654</sup>: depois de explicar que não havia acordo quanto às

---

<sup>650</sup> W. G. L. Randles, "Portuguese and Spanish attempts to measure Longitude in the 16th Century", in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIX, também pub. como *Separata Verde* n° 179 do Instituto de Investigação Científica Tropical, Coimbra, 1985.

<sup>651</sup> Cota 5-2-21.

<sup>652</sup> *HA*, cap. lx (lix).

<sup>653</sup> *Década I*, cap. iii, *fl* viii v (p. 50)

<sup>654</sup> *Ibidem*, *fl* viii v (p. 48).

reais medidas da Espanhola, afirma que, de uma maneira geral, os companheiros do descobridor a situavam a uns 49° a oeste de Cádiz, “outros mais, pois até agora não se conseguiu um cálculo exato”. Ao invés da de Colombo, a sua estimativa peca por defeito, já que a diferença de longitude entre Cádiz e Santo Domingo é de c. 63°. Quanto a Las Casas<sup>655</sup>, limita-se a repetir o que diz o Almirante, concluindo prudentemente: *todas éstas son sus palabras*. Já Herrera<sup>656</sup>, embora em geral se limite a copiar o cronista domínico, corrige neste passo a diferença de longitude entre Cádiz e o ponto mais ocidental atingido por Colombo em Cuba, reduzindo-a a metade: cinco fusos horários, ou seja, 75°, o que anda muito perto da verdade, já que o golfo de Batabanó fica c. 74° a oeste do cabo de S. Vicente.

Como tivemos ocasião de notar Colombo tinha por hábito timonar pessoalmente o navio nos passos difíceis; foi assim que tanto nas singraduras pelos Jardines de la Reina como na travessia de volta à Espanhola passou 32 noutes sem se deitar. Foi por certo devido a isso que, pouco tempo após o seu retorno à Espanhola, o acometeu “como que um estupor ou modorra pestilencial, que o deixou sem sentidos e sem forças”, e acabou por privá-lo da vista, como ele próprio diz na sua carta de Fevereiro do ano seguinte aos Reis, e à sua fé repetem D. Hernando e Las Casas<sup>657</sup>. É evidente que se não tratava de pestilência, pois mais ninguém foi atacado; tampouco de sezões, como sugere Samuel Morison, pois os sintomas não condizem. Poderia tratar-se de um ataque de gota como os de que viria a enfermar nos anos seguintes, mas tampouco coincidem os indícios. Dir-se-ia que se tratava antes de um esgotamento nervoso, devido à falta de sono, pois como confessa, nos últimos trinta dias não dormira mais de cinco horas, e na última semana *tres anpolletas de media ora cada una*. Todas as fontes afirmam que tal estupor o acometeu ainda durante a viagem, pelo que foi a tripulação, que lhe não dava mais de um dia de vida, a tomar a decisão de desistir da viagem às ilhas dos Caribes, a punir os antropófagos, e regressar imediatamente à Isabela, o que teve lugar a 29.IX.1494. No entanto — se não há erro de leitura na data do documento, hoje desaparecido — umas duas semanas mais tarde, a 15 de Outubro, tinha ainda forças para assinar a nomeação de seu irmão Bartolomeu para *adelantado* das Índias; mas há que notar que, como escreve aos Reis, o seu estado sofria variações: *quedé medio ciego y en algunas oras del día [ciego] del todo*.

---

<sup>655</sup> *HI*, I, xcvi.

<sup>656</sup> I, ii, 14.

<sup>657</sup> *HI*, I, xcix; cf. *HA*, cap. lx (lix).

O pio dominicano entreviu naquela enfermidade um sinal de Deus, em como não queria que o Almirante, como fazia tenção, destruísse os caribes que comiam carne humana, reservando-os para a conversão mediante a prègação pacífica. Seja como for, durou-lhe a doença perto de cinco meses, de modo que só a 26.II.1495 pôde rematar e assinar a longa carta que do porto de S. Cruz, fronteiro à ilha Saona, começara a escrever aos Reis Católicos, a dar-lhes conta dos descobrimentos que fizera em Cuba e na Jamaica<sup>658</sup>. Foi por António de Torres, que mais uma vez regressava a Castela, que a fez chegar às mãos dos seus régios destinatários.

Foi durante essa enfermidade que o Almirante recebeu a visita do cacique Guacanagari. Como seria de prever, a aliança deste com Colombo desagradara aos outros caciques, que se vingaram dele logo que puderam: Behechio, cacique de Xaraguá matou-lhe uma de suas mulheres e seu cunhado Caonaobó raptou-lhe outra<sup>659</sup>.

É a propósito daquela visita de Guacanagari ao almirante enfermo que Las Casas<sup>660</sup>, com inaudito denodo e espantosa isenção moral, em inteira coerência com as ideias que defendia, o classifica de traidor a seu povo, comparando-o a Raab, a prostituta de Jericó que, segundo o livro bíblico de Josué, ocultou e salvou os espiões israelitas enviados a observar o país. Louvando-se nos teólogos que consideravam que, a despeito de através do seu pecado se terem cumprido os desígnios de Deus para com o seu povo eleito, Raab pecou gravemente, Las Casas afirma:

*Es aquí de notar para las personas que aman la verdad y justicia, que no son otras más sino las que están desnudas de toda pasión, mayormente de temporal interese, que aunque para bien de los cristianos, y para que pudiesen permanecer en la isla, el rey Guacanagari les echase cargo en favorecellos e ayudalles, y así parezca en la superficie a los que no penetran la razón del negocio que el dicho Guacanagari hacía bien y virtuosamente, pero en la verdad, considerada la obligación que de ley natural todos los hombres tienen al bien común y libertad y conservación de su patria y estado público della (...), este rey Guacanagari ofendía y violaba mucho la ley natural, y era traidor y destruidor de su patria y nación, y pecaba mortalmente ayudando y manteniendo, favoreciendo y conservando los cristianos.*

*Y por consiguiente, todos los reyes y señores y toda la otra gente de aquellos reinos, justa y licitamente lo perseguían y tenían justa guerra contra él y contra su reino, como a capital enemigo suyo público de todos, traidor y dissipador de su patria y nación, pues ayudaba y favorecía y conservaba a los hostes o enemigos públicos de la suya y de todas las otras, de los otros reyes, repúblicas: gente áspera, dura, fuerte, extraña, que los inquietaba, turbaba, maltrataba, oprimía, ponía en dura servidumbre y, al cabo, los destruía y mataba.*

<sup>658</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, pp. 286-315.

<sup>659</sup> *HA*, cap. lxi (lx).

<sup>660</sup> *HI*, I cii.

## A conquista da Espanhola

Mal guareceu da enfermidade que o afligia e pôde retomar a atividade militar, logo se decidiu o Almirante a marchar para a Vega Real, onde lavrava a desordem — segundo D. Hernando <sup>661</sup> devido às tropelias e aos descuidos de Margarit, que não teria cumprido as ordens que lhe deixara o vice-rei. Oviedo <sup>662</sup>, ao invés, tece rasgados elogios a Margarit. Ainda que a responsabilidade fosse deste, fora Colombo, como muito bem nota Samuel Morison, quem dera azo aos seus desmandos, ao ordenar-lhe que sobrevivesse com os seus homens com os recursos locais; não havia guizos que chegassem para pagar a alimentação de tanta gente! Seja como for, a sua fuga para Espanha, que deixou os homens sem comando, só há de ter feito piorar a situação, já que os espanhóis *guardaban como ley inviolable, que por cada cristiano que matasen los indios hobiesen los cristianos de matar cien indios* <sup>663</sup>.

Por outro lado a doença de D. Cristóvão, que deixara o governo nas mãos do *adelantado* seu irmão, tampouco deve ter ajudado, já que, segundo Las Casas <sup>664</sup>, ainda que melhor escritor e quiçá mais douto, *era de más recia y seca condición, y no tanta dulzura y benignidad como el Almirante*. Para mais tanto um como outro eram estrangeiros e “governavam a espanhóis, que ainda que a seus naturais senhores fossem sujeitíssimos” eram menos humildes e pacientes e de mais dura cerviz para com superiores de estranha nação {79}.

Pedro Mártir, lúcidamene, atribui à agitação uma causa mais geral: os índios que até aí haviam vivido em sossego, contentando-se com o pouco que possuíam, não suportavam a presença dos soldados espanhóis, que eram na sua maioria corrécios, que à vista de pais e maridos lhes raptavam as mulheres, estupravam as raparigas e multiplicavam as rapinas. Como nota Las Casas quer a prisão dos índios que se haviam apropriado de roupa e armas de cristãos, quer a justiça que, não fora a intercessão de um cacique a quem devia favores, o vice-rei se propunha executar no chefe de quem dependiam, devem ter contribuído poderosamente para o alvoroço. De qualquer modo, como o próprio Colombo observa em carta aos Reis citada pelo cronista dominico <sup>665</sup>,

<sup>661</sup> HA, cap. lxi (lx).

<sup>662</sup> II, xiii.

<sup>663</sup> Las Casas, HI, I, cii.

<sup>664</sup> HI, I, ci.

<sup>665</sup> HI, I, c.

*era de creer que esta gente trabajaría de se volver a su libertad primera, y que bien que ellos eram desnudos de ropa, que en saber, sin letras, ninguna otra generación no les alcanza. E de sua lavra ajunta o frade:*

*... sobran amenazas y no faltaban bofetadas y palos, no sólo entre la gente común, pero también a los hombres nobles y principales que llamaban nitáinos, hasta llegar también a poner amenazas y hacer grandes desacatos a los señores y reyes; parecióles que aquella gente no había nascido sino para comer, y que en su tierra no debían tener mantenimientos, y por salvar las vidas se vinieron a estas islas a se socorrer. Allende sentirlos por intolerables, terribles, feroces, crueles y de toda razón ajenos.*

Daí que se vingassem nos *que se llamaban cristianos*, como diz Frei Bartolomeu, pelas mais diversas formas, do que dá vários exemplos que seria ocioso repetir. Ao recuperar as forças D. Cristóvão constatou que os índios estavam em estado de rebelião geral; e, a dar fê a D. Hernando <sup>666</sup>, que Las Casas repete, haviam-se juntado em número de cem mil para resisitir aos espanhóis. Colombo não lhes podia opor senão duzentos homens, vinte cavalos e outros tantos cães. O pretexto para a guerra era vingar a morte dos 39 cristãos da Navidad, que o vice-rei cessara de imputar à sua má cabeça, atribuindo-a agora a Caonaobó, cacique da Maguana, que os teria matado com o fito de os roubar <sup>667</sup>. Dilui, contudo, um pouco a sua culpa ao reconhecer que Caonaobó havia sido induzido a fazê-lo por outros caciques, que lhe haviam insinuado que os espanhóis tencionavam matá-lo e apossar-se das suas mulheres. Como dá a entender Las Casas, Caonaobó era uma personagem de grande envergadura, um caudilho militar nato, e não admira por isso que os descontentes tenham visto nele a pessoa indicada para expelir da ilha os espanhóis. Seja como for, Colombo decidiu-se a castigá-lo.

Las Casas revolta-se contra a ideia de punir os índios que D. Hernando invoca para justificar a campanha militar que seu pai então empreendeu. Se os espanhóis cometiam impunemente os excessos que acima enumerámos,

*¿como el Almirante pudo en ellos [os índios] hacer castigo? (...) Ni había probado a alguno por razón natural, ni por escriptura auténtica, ni podía probar que le eran obligados a obedecer por superior; porque ni podía, ni la tenía, ni tampoco los entendía, ni ellos a él, ¿como iba y fué y pudo ir por alguna razón divina o humana a castigar la rebelión que don Hernando dice? Los que no son súbditos, ¿como pueden ser rebeldes? ¿Podrá decir por razón el rey de Francia a los naturales de Castilla, si haciendo fuerzas y robos, insultos y excesos, usurpándoles sus haciendas y tomándoles sus mujeres y hijos en sus mismas tierras y casas los franceses, si volviendo por sí e por escaparse de quien tantos males vienen a hacerles, podrá, digo, el Rey de Francia con razón decir que los españoles le son rebeldes?*

<sup>666</sup> HA, cap. lxi (lx).

<sup>667</sup> Carta de 14.X.1495 aos Reis, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiv, pp. 316 & sqq.



A ilha de Haiti ou Ilha Espanhola

Indicam-se os principais topónimos da época colombina, bem assim como a divisão da ilha em cinco cacicados

A importância que Colombo atribuía à neutralização de Caonaobó não parece advir apenas da necessidade de achar um bode expiatório para o morticínio da Navidad, mas também de lhe reconhecer um talento guerreiro, uma personalidade forte e um prestígio geral em toda a ilha que facilmente fariam dele a alma da resistência.

Do que então se passou temos conhecimento por diversas fontes, que nem sempre se compaginam entre si. Ainda que, como toda a fonte histórica, haja que passá-la pela joieira da crítica, *a priori*, a mais fiável é a carta-relatório de Colombo aos Reis descoberta em Tarragona, concluída e datada a 17.X.1495 da veiga de Maguana; há, porém, que descontar-lhe um certo caráter de *apologia pro se ipso*, que o leva a omitir certos detalhes e a edulcorar os restantes. De igual pecha enferma também, como seria de esperar, o testemunho de D. Hernando. André Bernáldez não teve visivelmente acesso à carta de Colombo de Outubro de 1495, de modo que se limita a resumir em breves termos tudo o que se passou desde o regresso deste da Jamaica, no outono de 1494, até sua morte em 1506. Ao invés, Frei Bartolomeu de las Casas, que veio para a Espanhola em 1502 e pôde coligir depoimentos orais ainda frescos, consagra a este período extensas páginas, de que no entanto há que catar cuidadosamente as informações concretas, perdidas na floresta dos seus considerandos morais. Angléria, que, embora de quando em vez dê mostras de ter utilizado outros testemunhos, escreveu por assim dizer a ditado de Colombo, segue quase textualmente a carta daquele aos Reis. Herrera <sup>668</sup>

<sup>668</sup> I, ii, 16-17.

limita-se a reproduzir Las Casas. Quanto a Oviedo baralha tudo, situando quer a campanha da Vega Real quer a prisão de Caonaobó após o regresso do Almirante a Espanha em 1496, e atribuindo conseqüentemente ao *adelantado* a vitória e a prisão. Seja como for, ainda que forneçam muitos pormenores, nenhum destes cronistas dá datas precisas, pelo que nem sequer a cronologia relativa dos factos é segura.

É assaz rapidamente que quase todas as fontes referem as campanhas da Vega Real e da Vega de Maguana, mesclando-as, como veremos, ou mesmo fundindo-as entre si. De uma maneira geral perdem-se em detalhes, sem porem suficientemente em relevo esse acontecimento capital, que assegurou a Colombo o domínio sobre o interior da Espanhola e marca, por conseguinte, uma inflexão notável na história das Índias de Castela, já que é o precedente fundamental de todas as expedições de conquista que tiveram lugar em seguida, nas ilhas como na Terra Firme.

Na esteira de D. Hernando, Las Casas passa diretamente da cura de Colombo à prisão de Caonaobó e à chamada “batalha da Vega Real”, omitindo uma série de acontecimentos de que apenas temos conhecimento pela carta do Almirante: tudo aparentemente se teria passado entre Fevereiro e Março de 1495, o que nos parece um lapso de tempo demasiado curto para tanta cousa. De qualquer modo, a data de 24.III.1495 dada por D. Hernando para a partida de D. Cristóvão da Isabela para a Vega Real, acompanhado quiçá, como querem os seus biógrafos, de D. Bartolomeu, de Guacanagari e de seus 200 homens, 20 cavalos e outros tantos perros, parece-nos verosímil. Na sua carta o vice-rei limita-se a dizer que partiu em Março, após o regresso de António de Torres a Castela, mas sem falar na tropa que levava.

Colombo partiu *en nombre de Dios*, num momento em que *no estaba del todo bien libre de la enfermedad que ove cuando vine a descubrir la tierra firme* (ou seja, Cuba). Como escreve, desejava *ver e sentir de Guarionex*, cacique de Maguá e portanto senhor da Vega Real; e para esse efeito deslocou-se a Santo Tomás, no meio da veiga, onde como vimos já erguera um forte. A apalpação do cacique, que por várias vezes lhe enviara presentes e sabia ser inimigo de Caonaobó, conduziu a resultados positivos, e o Almirante decidiu aliar-se-lhe; para mais, em suas terras colhia-se ainda algum pão, enquanto no resto da ilha começara já a grassar a fome. A aliança foi selada pelo casamento de uma irmã do cacique com o pupilo do vice-rei que lhe servia de intérprete; e o próprio cacique se declarou irmão de Colombo, com o que fez grandes festas, que devem ter durado oito dias, após o que este regressou a Santo Tomás. É provável que aquela declaração de irmandade tenha sido acompanhada de um rito de fraternização, idêntico ao que muitos povos praticam, de

que conhecemos bem o que se usa em Timor <sup>669</sup>; mas nem o Almirante nem Pedro Mártir nos dão quaisquer pormenores, e mais ninguém refere o caso.

Assustados com a sua presença na Vega, talvez mais ainda com a dos cães e dos cavalos, a maioria dos índios, incluindo alguns caciques a quem Colombo mandara dádivas, começaram a fugir *a las agras sierras* — quando, como este muito bem nota, apenas com seu sopro poderiam ter lançado os espanhóis fora da sua ilha...

Deve ter havido, aqui e acolá, escaramuças, mas nem Colombo na sua carta nem Pedro Mártir, que se baseia no que este de regresso a Espanha lhe contou, falam neste ponto de uma autêntica batalha, que se teria travado a 27.IV.1495, como afirma a historiografia tradicional. Esta omite em contrapartida a batalha da Vega de Maguana, transferindo para aquela os seus traços, como a formação dos índios em cinco batalhões. Ora não vemos razão para que o Almirante quisesse ocultar uma pugna de que teria saído vencedor. A expedição à Vega Real ter-se-á assim cifrado a uma mera campanha de intimidação. A descoberta em Tarragona na carta do Almirante não permite outra interpretação. Sem cultura jurídica nem sensibilidade suficiente para pôr em causa a legitimidade de uma expedição contra os índios, que se limitavam a defender de intrusos as terras de seus maiores, Colombo não teria deixado certamente de se gloriar *urbi et orbi*, se na Vega Real tivesse esmagado com um punhado de castelhanos 100.000 índios, como afirmam os seu biógrafos. Limita-se contudo a constatar que se sumiram, abandonando-lhe o campo.

Pacificada assim, por *voluntad de Dios y milagro evidente*, praticamente sem combate, a região de Maguá, aproveitou Colombo a sua estada em Santo Tomás para prender alguns caudilhos da Maguana que ali se teriam infiltrado: *tuve forma de prender ciertos caçiques principais de Çibao, porque avian provado a matar de nuestros cristianos*. É interessante notar, em breve parêntesis, que, *ad instar* do que se observa nas crônicas das Cruzadas e nas do nosso Gomes Eanes de Zurara, é quase sempre por *cristãos* que são designados os espanhóis, o que de certo modo faz, ainda que a martelo, da guerra aos índios uma guerra de religiões. Seja como for aquele detalhe mostra que a estada do Almirante na Vega Real não foi talvez tão pacífica como na sua carta pretende dar a entender, já que não é crível que os caciques se tenham deixado prender sem resistência; é possível que no seu *Diurnal*, hoje perdido, desse mais pormenores, que poderão ter levado D. Hernando e Las Casas a empolar a campanha, conquanto não haja dúvidas de que a fundem com a da Vega de Maguana, a que nem sequer aludem.

---

<sup>669</sup> P<sup>e</sup> Jorge Barros Duarte, “Timor: formas de fraternização”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.

De acordo com Las Casas, no rescaldo da batalha, aos que puderam tomar vivos (que, segundo ele, *fué grande multitud*) reduziram à escravidão <sup>670</sup>. Embora seja verosímil, na sua carta D. Cristóvão não refere esse detalhe; não é de qualquer modo impossível que, além de cativar alguns caciques como afirma ter feito, tenha nessa ocasião feito prisioneiros entre a arraia e os tenha depois exportado como escravos. Há que notar todavia que os 550 cativos enviados nesse ano para Espanha haviam já embarcado com Torres a 17.II.1495, como atesta Cuneo que seguiu na mesma armada; Las Casas <sup>671</sup> data a sua partida de 24.II.1495, o que não é incompatível com o seu embarque dias antes. Não podem, por conseguinte, ter sido aprisionados nesta campanha, o que é indirêtamente confirmado por Colombo, que na sua missiva aos Reis explica que foi *luego que ove despachado el dicho Antonio de Torres, en el mes de Março*, que partiu da Isabela para Santo Tomás, na Vega Real — pelo que a 27.III.1495, quando se teria ferido a batalha, os cativos iam já no alto mar.



**Balboa atira aos cães os sodomitas**

Gravura de Teodor de Bry, *America, pars IV*, pl. xxii.

que partiu da Isabela para Santo Tomás, na Vega Real — pelo que a 27.III.1495, quando se teria ferido a batalha, os cativos iam já no alto mar.

Não nos parece, ao invés, impossível que, como afirma Las Casas, tenha sido no decorrer dessa campanha que Colombo tenha decidido pela primeira vez utilizar a arma providencial que descobrira na Jamaica: os cães. Segundo o cronista, terão aí participado, ao lado de 200 infantes, uma vintena de homens a cavalo e vinte lebreus de fila.

Tendo-se apercebido de que os cães de Espanha se mostravam particularmente ferozes para com os índios, os conquistadores começaram a lançá-los contra os nativos, ou nas campanhas militares ou mesmo em tempo de paz, como punição por certos delitos, como o *pecado nefando*, nesse tempo considerado crime na Europa, mas muito comum entre os ameríndios. Por *pecado nefando* entendia-se, como é bem sabido, a sodomia — e não a bruxaria, como cândida ou atrevidamente opina Mascaranhas Barreto. Um dos perros aqui retratados, quiçá o seu *adelantado*, é possivelmente o famoso *Leoncito*, que Oviedo imortalizou na sua crónica. Os conquistadores consideravam-no uma dádiva do Céu. Dele poderiam escrever: *fuit canis missus a Deo...* Mais tarde os Reis Católicos viriam a proibir a venda de cães de caça aos índios, a título de que estes não sabiam tratar deles <sup>672</sup>.

<sup>670</sup> *HI*, I, civ (ed. cit. p. 285).

<sup>671</sup> *HI*, I, cii.

<sup>672</sup> Segóvia, 27.IX.1503, *CDD*, III, doc. 629, pp. 1575-76

Tal prática revoltou o virtuoso domínico, que a critica acerbamente, num techo que vale a pena transcrever:

...[o Almirante] *dióse cuanta más priesa pudo para salir al campo para derramar las gentes y sobjuzgar por fuerza de armas la gente de toda esta isla (...). Para efecto de lo cual escogió hasta docientos hombres españoles (...), hombres de pie y veinte de caballo, con muchas ballestas y espingardas, lanzas y espadas, y otra más terrible y espantable arma para con los indios después de los caballos, y esta fué veinte lebreles de presa, que luego en soltándolos o diciéndoles “tómalo” en una hora hacían cada uno a cien indios pedazos.*

*Porque como toda la gente desta isla tuviesen costumbre de andar desnudos totalmente, desde lo alto de la frente hasta lo bajo de pies, bien se puede fácilmente juzgar qué y cuales obras podían hacer los lebreles ferocísimos, provocados y esforzados por los que los echaban y azomaban en cuerpos desnudos en cueros y muy delicados (...).*

*Esta invención comenzó aquí escogitada y rodeada por el diablo, y cundió todas las Indias, y acabará cuando no se hallare más tierra en este orbe, ni más gente que sojuzgar y destruir; como otras exquisitas invenciones, gravísimas y dañósísimas a la mayor parte del linaje humano, que aquí comenzaran y pasaron y cundieron adelante, para total destrucción destas naciones, como parecerá.*

*Es también aquí de notar, que como los indios anduviesen, como es dicho, desnudos en estas islas y en muchas partes de tierra firme (...), las ballestas de los cristianos y las espingardas de los tiempos pasados, y más sin comparación los arcabuces de agora, son para los indios increíblemente nocivas. (...).*

*Los caballos, a gente que nunca los vieron y que imaginaban ser todo, el hombre y el caballo, un animal, bastaban [para] de miedo enterrarse dentro de los abismos, vivos (...). Esto es cierto, que solo diez de caballo (...) bastan para desbaratar y meterlos por las lanzas cien mil hombres, que se junten contra los cristianos, de guerra, sin que ciento puedan huir. (...). De las [armas] suyas, ofensivas contra nosotros, no es de hablar; porque como arriba dejamos son las más como de juegos de niños.*

Aproveitemos a deixa para explicar que, embora os antepassados do cavalo tenham sido abundantes no continente americano durante a era terciária, vieram a extinguir-se totalmente com as glaciações, de modo que só os que entretanto haviam passado à Ásia, então unida à América do Norte na zona do Alasca, sobreviveram, vindo a ser introduzidos na Europa pelas migrações dos indo-europeus ou arianos, a partir de c. 3000 A. C. A imagem dos índios norte-americanos cavalgando montes e vales ou domando cavalos selvagens que nos transmitem os filmes de *cow-boys* não é falsa, mas corresponde ao *status quo* do século XIX, quando os índios haviam já, de longa data, adquirido e incorporado na sua cultura o cavalo trazido pelos espanhóis. Os mustangues ou cavalos bravios da América do Norte são simplesmente cavalos domésticos que se evadiram. Na época a que nos reportamos, constituíam ainda para os índios uma novidade, de que se temiam, e a justo título. Em 1519, aquando da conquista do México por Cortés, os índios tentaram propiciá-los, com oferendas de flores e frutos, como se foram divindades, detentoras de poderes sobrenaturais...

Quanto ao arcabuz, trata-se de uma arma de fogo portátil inventada ao que parece na Suíça no século XIV, mas que se difundiu sobretudo no século XVI. Foi o arcabuz que nas guerras de Itália assegurou ao *Gran Capitán*, Gonzalo Fernández de Córdoba, a vitória sobre os franceses na batalha de Cerignola, em 1503, e às forças de Carlos V a supremacia sobre as de Francisco I de França na de Pavia, em 1525; a partir daí substituiu rapidamente a besta como arma da infantaria. Dotada de uma coronha, usava-se já, como as espingardas modernas, contra a espádua, o que permitia uma boa pontaria, embora o seu peso, que podia ir até os 9 quilos, requeresse o uso de uma forquilha como apoio. Ao contrário das espingardas mais antigas, era dotada de uma caçoleta, concavidade em que se depositava a escorva, porção de pólvora que através do ouvido comunicava o fogo à carga. A inflamação desta era assegurada por uma serpe rotativa, manejada pelo arcabuzeiro com um dedo da mão direita, que transportava o morrão, aproximando-o do ouvido da arma no momento do disparo para em seguida o afastar. Disparava balas esféricas de chumbo de 25 a 100 gramas de peso, que a uma distância de c. 50 metros perfuravam qualquer armadura — por onde se pode imaginar o seu poder contra índios nus.



**Mulheres índias fazendo oferendas aos cavalos dos espanhóis**

Gravura de *Viage ilustrado en las Cinco Partes del Mundo*, Edição de lujo, com grabados, Madrid, Establecimiento Tipográfico de Mellado, 1852.

De qualquer modo, com armas de fogo, cães e cavalos ou sem eles, resulta evidente que em 1495, aquando da campanha da Vega Real, o idílio entre Colombo e os índios, que o *Diário* da primeira viagem retratava e que afluía ainda em passos da *Relación del Segundo Viaje* achada em Tarragona<sup>673</sup>, era definitivamente findo.

Estava Colombo ainda em Santo Tomás quando lhe chegaram cartas de Hojeda, que estacionava em Cibao com a sua gente, em como se avistara com Caonaobó, a quem persuadira a ir visitar o vice-rei na Isabela. A ideia agradou a este, tanto mais que o reino

de Caonaobó jazia a setenta léguas de distância, sediando-se numa veiga rodeada de serranias, em que os espanhóis muito dificilmente lograriam havê-lo às mãos. Para mais, teria Hojeda assistido à vinda de numerosos mensageiros de outros cacicados, a instar com ele para que tomasse a ofensiva e expulsasse da ilha os espanhóis, o que lhe devia parecer suficiente como *casus belli*. Neste ponto afirma Pedro Mártir que Caonaobó chegara a sitiá-lo em Santo Tomás durante um mês, apenas levantando o cerco à aproximação de Colombo, mas Las Casas duvida de que assim tenha

<sup>673</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. viii, nomeadamente pp. 248-249.

sido, pois Santo Tomás situava-se em território de Guarionex, seu rival, e muito longe do seu reino.

Assentes, aparentemente, as cousas na Vega Real, pôs-se o vice-rei a percorrer todas as terras que pôde, constatando que por toda a parte escasseavam mantimentos, pelo que havia já muitos índios mortos à fome, e pacificando a ilha mediante uma série de pequenos combates, sobretudo contra as gentes de Maguana. Nisso gastou, segundo Las Casas, nove ou dez meses. Entretanto tomou a decisão de erguer no centro da ilha, onde havia ainda pão, um outro forte, cujo aspeto descreve e gaba largamente aos Reis; chamou-lhe Santa María de la Concepción e veio a ser o embrião da atual cidade da Concepción de la Vega. Situava-se no sopé das serranias de Cibao, madre do ouro, e disso se aproveitou para enviar quadrilhas a explorar as montanhas e a achar minas.

No entanto, mesmo os caciques que apostavam na cartada castelhana viam com maus olhos a prospêção mineira a que Colombo mandava proceder em suas terras. Foi então que, como alternativa, este decidiu propor-lhes o pagamento de um tributo fixo, o que eles terão aceito de bom grado: todos os maiores de catorze anos residentes nas regiões auríferas pagariam trimestralmente uma sineta cheia de ouro em grãos, que poderia conter até oito castelhanos, ou seja, 36 g; o cacique Manicaotex, que reinava numa região vizinha, daria mensalmente meia cabaça cheia de ouro, que pesaria uns três marcos (690 g); os habitantes das outras regiões pagariam de tributo uma arroba de algodão<sup>674</sup>. Conforme pagassem receberiam, à guisa de quitação, uma medalha de cobre para trazerem ao peito, esquivando assim nova exação — o que ao mesmo tempo permitia identificar imediatamente os refratários. Ao que parece, para não ser defraudado, chegou Colombo a intentar um recenseamento dos *naborís* ou vassalos que cada cacique possuía, o que evidentemente era mui pouco viável. Afiançaria mais tarde aos monarcas<sup>675</sup> que os quantitativos do tributo haviam sido estabelecidos de comum acordo com os caciques e após ter feito experimentar aos índios quanto podiam colher; mas é óbvio que no curto espaço de tempo que passara na zona de Cibao não pode ter feito senão uma avaliação muito ligeira. Por seu lado Las Casas acentua que os índios não tinham “indústria nem artifício” para extrair o ouro, limitando-se a garimpá-lo nas ribeiras, deitando água com as mãos juntas sobre a areia e o cascalho<sup>676</sup>, pelo que jãmais poderiam satisfazer a exigência do vice-rei.

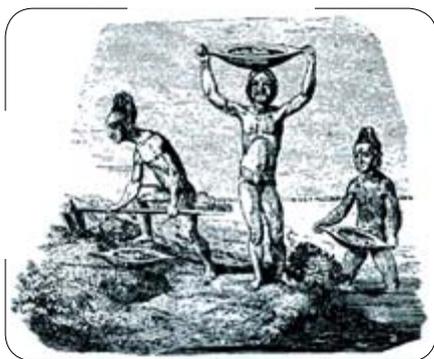
<sup>674</sup> *HA*, cap. lxi (lx); *HI*, I, cap.cv; cf. a carta de Colombo aos Reis datável de 1498-99, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xliii, p. 422.

<sup>675</sup> Carta datável de 1498-99, *ibidem*, doc. xliii, p. 422.

<sup>676</sup> *HI*, I, cv.

Guarionex, cacique da Vega Real, propôs-lhe ainda uma alternativa: os seus súbditos cultivariam um *conuco* ou campo de mandioca *tan grande que durase o llegase desde la Isabela a Santo Domingo*, portanto de costa a costa, e fornecer-lhe-iam sustento para todos os seus homens. O vice-rei, porém, não aceitou a sugestão e continuou a insistir no ouro; esperava, ao que parece, colêtar c. 60.000 pesos (270 kg) dele, mas finalmente não conseguiu juntar mais de 200 (900 g) <sup>677</sup>. A hipótese da exaustão das minas não se lhe punha, uma vez que estava persuadido de que o ouro se engendrava constantemente, como se um ser vivo fora, graças à incidência do Sol sobre a zona tórrida. O Almirante expressaria claramente essa sua concêção do ouro como uma espécie de hortaliça num passo da *Relação da Quarta Viagem* <sup>678</sup> em que expõe quais são os terrenos em que melhor se dá:

*El bulgo es que el oro se engendra en tierras estériles y adonde el sol tenga fuerza. En la Española o en Beragua se ha hallado la mayor catidad en el monte, adonde son los árboles gordos como toneles y adonde el sol no llega a la tierra por la sombra, allí se ha hallado grano en la Española de setenta marcos, como V. Al. bien sabe.*



**Índios garimpando ouro**

Gravura da edição de 1856 da *General y Natural Historia de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo, preparada por José Amador de los Ríos

70 marcos são 15,75 quilos. Com base em testemunhas oculares, tanto Oviedo <sup>679</sup> como Las Casas <sup>680</sup> confirmam o achado de tal pedaço, a que atribuem a massa de 3.600 pesos, ou seja 16,2 kg, de que porém seriam tara uns 10 %; mas desgraçadamente foi para o fundo do mar com Bobadilla, quedando a partir daí apenas visível a cetáceos, peixes e outras bichezas marinhas. E Las Casas a comentar: *aqueste tan gran juicio de Dios, no curemos de esquadriñallo, pues en el día final deste mundo nos será bien claro.*

Angléria teve assim de se contentar com ver em Medina del Campo, onde a corte passava o inverno, um pedaço assaz menor, que mesmo assim pesava 20 onças (574 gramas), enviado por Colombo aos Reis.

<sup>677</sup> Informação anônima (da autoria de Aguado?) sobre a situação na Espanhola, datável de Junho de 1496, *CDD*, II, doc. 337, pp. 907-908.

<sup>678</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, pp. 490-491.

<sup>679</sup> III, viii.

<sup>680</sup> *HI*, II, cap. v.

Pedro Mártir noticia também o achado de uma mina de electro, liga natural de ouro e prata, conhecida por ser o material de que se cunharam as primeiras moedas na Lídia, no século VII A. C. Digamos entre parêntesis que, devido à identidade de cor, o termo grego ἤλεκτρον, designa, como o seu derivado latino *electrum*, tanto essa liga como o alambre ou âmbar amarelo de que falámos já; quanto a *electricitas*, “elêtricidade”, é termo introduzido em 1600 por William Gilbert, no seu tratado *De magnete*, para designar a força atrativa que se gera esfregando pedaços de âmbar. Sabemos que é ao metal e não à resina fóssil que Angléria alude, pois afirma tê-lo visto e assegura que se podia fundir para fazer almofarizes de botica e artefactos semelhantes. Na sua carta Colombo não refere o achamento da mina de electro; mas menciona o de jazidas de *açul* (certamente lapis-lazuli), de âmbar, de “pedra verde”, quiçá malaquite [Cu<sub>2</sub>CO<sub>3</sub>(OH)<sub>2</sub>, um carbonato básico de cobre], e ainda de cobre, metal que os nativos não sabiam extrair nem trabalhar, de que se colheu um pedaço do peso de cinco arrobas.

Sabemos que, entretentes, Colombo tornou à Isabela, onde finalmente não foi procurado por Caonaobó, mas onde foi redigida uma parte da sua epístola aos monarcas; mas não dá datas precisas. A sua presença na Isabela é, além disso, indiretamente confirmada por dois factos que refere: o envio de uma fusta a explorar a ilha de Babueca ou de Baveque (que, como vimos já deve corresponder à Inágua Grande), onde nada achou de especial a não ser uma abundância de pescado comparável à do Cabo Bojador, acabando por visitar em seguida uma dúzia de ilhas das Lucaias; e o envio de uma barca ao Monte Cristi, a tentar apanhar um manatim, para que Suas Altezes lhe pudessem provar a apetitosa carne.

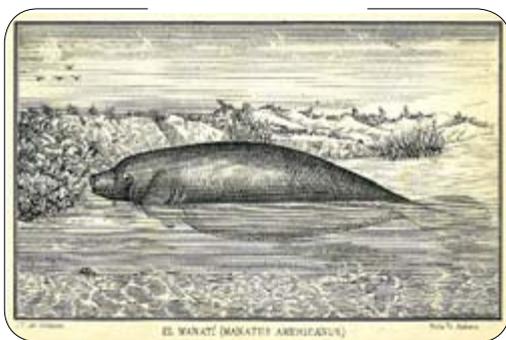
Como tivemos já ocasião de notar, o manatim-das-caraibas ou peixe-boi, já descrito por Oviedo <sup>681</sup> é uma espécie do Atlântico tropical, que nem se acha em águas europeias nem no Pacífico. O peixe-boi-da-amazónia (*Trichechus inunguis*, Natterer) é uma espécie diferente. Escusado será dizer que o nome de *peixe* que lhe dão estes naturalistas deve ser tomado no sentido lato e vago de “animal aquático”; embora autores antigos como Plínio notem já que animais como as baleias são vivíparas e amamentam as crias, termos como *mammalia* e *mammifer* apenas aparecem nas classificações zoológicas da segunda metade de Setecentos. Foi Lineu, em 1758 o primeiro autor a retirar os cetáceos da classe dos peixes (bem assim como os Quirópteros, como os morcegos, da das aves) <sup>682</sup>, integrando-os nos mamíferos. Fr. Francisco Ximenez <sup>683</sup> que identifica erroneamente o manatim com o *rayon* das Filipinas, nota acertadamente os traços que o aproximam dos mamíferos terrestres: *tiene ombligo, patente y el sieso y boca de la madre como mujer; (...) juntandose el macho con la hembra, como hombre con mujer, tendiendose la hembra en la costa cassi toda en la playa y sobreviniendo el macho, con una presteza increíble, engendra sola una cría, la qual es de tanta grandeza que no se podría engendrar más...*

<sup>681</sup> *Sumario...*, cap. lxxxiii; *HGNI*, liv<sup>o</sup> XIII, cap. ix.

<sup>682</sup> Alain Rey (dir.), *Dictionnaire historique de la langue française*, 3 vols, Dictionnaires Robert, Paris, 1998, s. v. “mammifère”.

<sup>683</sup> liv<sup>o</sup> IV, p. i, cap. viii, pp. 278-280.

Na sua carta aos Reis mostrava-se o Almirante persuadido de que a população nativa facilmente se tornaria cristã se se chamassem todos os caciques e povos para serem batizados; mas entendeu, e com certa razão, que não parecia que soubessem ou compreendessem a quanto chegava esse santo mistério. Ou por convicção sincera, ou porque imaginou que poderia assim continuar a escravizar os índios, não adotou portanto a ideia do Beato João Duns Escoto acerca dos judeus: batizá-los primeiro e catequizá-los depois — estratégia que poucas décadas volvidas os portugueses haveriam de adotar na Índia. Colombo estava convicto de que não haveria por enquanto muita necessidade de mestres em Santa Teologia, mas apenas de quem em sua língua lhes explicasse o *Génesis* e a Encarnação de nosso Redentor, pois eles *son gente que, por oír, estarán y vernán del cavo del mundo, y se estarían sin comer escuchando, y sin dubda luego querrián ser christianos*. Concluiu, porém, com um resignado *Nuestro Señor*



**O manatim-das-caraíbas**

Gravura impressa em Cuba em 1859

*lo provea en su santa piedad y nos adereze en su santa via*, sem nada de concreto promover em tal sentido; pediu no entanto aos monarcas que lhe enviassem religiosos devotos para doutrinarem os índios, e sugeriu-lhes que mandassem educar em Sevilha seis a oito moços para depois regressarem às Índias a instruir os seus conterrâneos.

Aparentemente, Colombo permanecia ainda prisioneiro do conceito

medieval de *Cristandade*, que via na massa dos cristãos uma entidade política, chefiava-se-a o papa como queriam os güelfos ou encabeçasse-a o imperador como preferiam os gibelinos; e dentro dessa concção a integração na comunidade e a submissão a um poder cristão tendiam a ter a prioridade. Daí o entusiasmo com as conquistas que dilatavam os limites da Cristandade — entusiasmo que ressumbra não só do espírito que animara as cruzadas mas ainda da literatura respeitante às primeiras fases da expansão portuguesa e da espanhola.

Nas instruções escritas que a 9.IV.1494, antes de partir para Cuba, deixara a Mossen Pedro Margarit<sup>684</sup>, recomendara-lhe o vice-rei que procurasse apanhar Caonaobó, atraindo-o a uma entrevista, agarrando-o, vestindo-lhe uma camisa,

<sup>684</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. x, p. 271.

pondo-lhe um capuz e segurando-o com um cinto; mas Margarit não logrou fazê-lo. Michele da Cuneo, testemunha ocular de todos estes sucessos, atesta claramente que, quando em Fevereiro de 1495 voltou com Torres à Europa, o cacique andava ainda à solta. Foi por isso que mais tarde, mas nesse mesmo ano, em data que não conseguimos precisar, Colombo enviou Alonso de Hojeda, a cavalo, com nove companheiros a pé, a tentar deitar-lhe dissimuladamente a mão, atraindo-o com um ardil que ele próprio imaginou <sup>685</sup>: oferecer-lhe um presente de *turey* (nome que os índios davam aos metais que desconheciam, que supunham vindos do céu) trazido da Biscaia, que era na realidade um par de esporas e outro de grilhetas, de latão, bem pulidas e reluzentes. Os índios tinham uma perdileção louca pelo cobre e suas ligas, sobretudo por aquele *que falava*, ou seja, pelo dos sinos que chamavam os cristãos para as missas na igreja.

Tendo-se internado sessenta ou setenta léguas na ilha, Hojeda alcançou a corte do cacique, onde, com grande espanto dos nativos que supunham ser cavalo e cavaleiro um único animal, desmontou; ajoelhou-se então com todos os seus companheiros ante o chefe, beijou-lhe as mãos e apresentou-lhe, da parte do *guamiquina dos cristãos*, ou seja, do vice-rei, o precioso “*turey da Biscaia*”. Em seguida convidou-o a tomar um banho no rio, onde lhe aporia os ornamentos ou insígnias que lhe outorgara aquele, após o que regressaria a cavalo, *y parecería ante sus vasallos como los reyes o guamiquinas de Castilla*. Assim se fez. Só que, mal o improvisado cavaleiro — devidamente algemado, é claro, como el-rei de Castela quando saía a cavalo — desapareceu da vista dos súbditos que o haviam acompanhado até ao rio, caíram sobre ele os nove espanhóis, ameaçando matá-lo se gritasse por socorro.

Amarraram-no então bem, e foi assim atado que o conduziram à Isabela, à presença de Colombo. Este não ousou condená-lo à morte; antes decidiu guardá-lo prisioneiro em sua casa, até o poder enviar aos Reis para que em Espanha o julgassem. Refere las Casas



#### A suposta batalha da Vega Real

Gravura do frontispício da *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra firme del Mar Océano*, de Antonio de Herrera y Tordesillas, edição de Madrid, 1730.

“*La gran batalla que tubo el Almirante con el Rey Guarionex y cien mil yndios en la Vega Real*”.

<sup>685</sup> É Las Casas (*HI*, I, cii) quem narra a história em detalhe; Herrera (I, ii, 17) reproduz-la quase *ipsis verbis*; como seria de esperar, nem Colombo nem seu filho dão pormenores.

que durante o tempo que permaneceu prisioneiro, nem olhar se dignava para Colombo, perante quem todos se levantavam e curvavam; inclinava-se, ao invés, a Hojeda. Perguntando-lhe alguns espanhóis porque assim fazia, respondeu *que el Almirante no había osado ir a su casa a lo prender, sino Hojeda, y por esta causa a sólo Hojeda debía él esta reverencia*. A despeito da deslealdade que envolveu há de facto que reconhecer que penetrar até à pousada de Caonaobó apenas com nove companheiros foi, da parte de Hojeda, um ato de grande ousadia. Quanto a Colombo, houve já quem, reputando pouco primoroso para ele o episódio, o tenha classificado de lendário; no entanto nada repugna que quem, por escrito, recomendou a Margarit que prendesse Caonaobó enfiando-lhe uma saca pela cabeça e amarrando-o com um cinto, tenha igualmente imaginado este novo ardil.

Na realidade, como vimos, na Vega Real não chegou a travar-se uma verdadeira batalha; e as escaramuças que houve não foram com forças de Guarionex, a quem Colombo se aliara, mas com caudilhos do partido de Caonaobó. A historiografia tradicional parece ter transposto para a Vega Real e imputado a Colombo a vitória obtida por Alonso de Hojeda na veiga de Maguana. Houve mais tarde uma batalha contra Guarionex, mas quem comandava as forças espanholas era o *adelantado* D. Bartoloneu, pois D. Cristóvão estava então em Espanha.

Embora lhe não assinie uma data, Las Casas narra a prisão de Caonaobó antes de passar à história da campanha da Vega Real, mas a carta de Colombo aos Reis confirma o relato de Pedro Mártir de Angléria que apresenta os factos por ordem inversa — embora pudicamente se abstenham tanto um como outro de pormenores sobre o método usado na captura. De qualquer maneira Frei Bartolomeu relata-a com base em testemunhos orais que recolheu na ilha, passados apenas seis ou sete anos, corrigindo expressamente a versão edulcorada de Pedro Mártir, que diz ter sido Caonaoboa trazido por Hojeda ao Almirante “com palavras meigas e promessas” (*blanditiis enim et polliciationibus*), arre- peso já pelo caminho de seus erros...

Quanto a D. Hernando<sup>686</sup>, afirma que o cacique foi apanhado vivo na batalha da Vega Real, com seus filhos e suas mulheres, após o que terá confessado ter sido ele quem matara os cristãos do forte Navidad. E assim sai ilibado o bom nome de Colombo...

No entanto, a carta deste achada em Tarragona, que é *a priori* o documento mais fidedigno, não confirma a versão clássica dos factos, transmitida por D. Hernando e, no seu encaicho, por Las Casas. Para este o vice-rei ter-se-ia posto em campo *para derramar las gentes y sojuzgar por fuerza de armas la gente de toda esta isla*; para aquele, para enxugar as lágrimas de Guacanagari, afrontado com o rapto de uma

---

<sup>686</sup> HA, cap. lxi (lx).

das suas mulheres e com a morte de outra. E assim, a 24.III.1495, em companhia de D. Bartolomeu e de Guacanagari, marchara o vice-rei da Isabela com suas tropas, cães e cavalos em direção à Vega Real, onde no dia 27 se viria a ferir o recontro decisivo. Os índios seriam, segundo D. Hernando, cerca de 100.000; para Las Casas, mais prudente, *dijeron que creían que había sobre cien mil hombres juntos*. Na versão de Oviedo, contudo, não passariam de 7.000 e na de Angléria de 5.000. Todavia, na sua carta aos Reis, Colombo fala apenas de 2.000. A diferença é tão gritante, que cabe perguntar se os diversos autores terão em mente a mesma coisa; não é impossível que D. Hernando e na sua esteira Frei Bartolomeu se queiram referir ao total de índios que, em rebelião latente, vagueavam em torno da Vega Real, ao passo que os demais autores falam dos homens armados que se bateram em peleja. Teriam então os dois Colombos resolvido dividir a sua gente em duas partes, a fim de atacarem os nativos por ambos os lados. Apesar da desproporção numérica, graças às bestas, às escopetas, aos lanceiros a cavalo e à sua matilha de cães, os espanhóis teriam rompido a multidão de nativos, na expressão Frei Bartolomeu, “como se fora um bando de aves”, sofrendo menos perdas do que se tivessem acometido “um fato de ovelhas num aprisco encurraladas”. Para D. Hernando, tanto Caonaobó como seu irmão teriam sido feitos prisioneiros na refrega, o que nenhuma outra fonte confirma.

Neste passo, abespinha-se de novo Las Casas contra D. Hernando, que faz assim o balanço da vitória:

*que dieron los de caballo por una parte y los lebreles por otra, y todos, siguiendo y matando, hicieron tal estrago, que en breve fué Dios servido tuviesen los nuestros tal victoria, que siendo muchos muertos y otros presos y destruidos...*

E quanto a si conclui: *Cierto no fué Dios servido de tan execrable injusticia.*

Na carta de Colombo aos Reis, que Pedro Mártir segue de perto, as coisas passaram-se de maneira assaz diferente: não se alude, como vimos já, a nenhuma grande batalha aquando da estada do vice-rei na Vega Real, embora se deixem entrever possíveis escaramuças, em que aquele apresou os caciques que confessa. Foi depois disso que Caonaobó, já preso por Hojeda — sem que explique como nem quando, prometendo fazê-lo mais tarde, promessa que, como seria de esperar, não cumpre — fez saber ao vice-rei que “pois que a terra era de Suas Altezas”, que mandasse tropas a defendê-la de seus inimigos. Isso teria feito com o intuito de montar uma emboscada aos soldados que fossem enviados a seu reino. Colombo, que estava em La Concepción intendendo na construção do forte, mandou então a Maguana Alonso de Hojeda com 70 homens. Estes, ao chegarem à veiga em que se sediava o cacicado, foram, como o vice-rei temia, cercados pelas forças dos irmãos de Caonaobó, divididas em cinco

batalhões; vinham pintados de várias cores, ornados de espelhos e caraças, soltando enorme grita, enquanto os chefes dirigiam de um cerro as operações. O batalhão da frente estava postado para derribar os cavalos, mas estes foram mais fortes e atropelaram um grande número; então, os outros batalhões fugiram, abandonando o campo. Avisado na Concepción por um índio do que se estava a passar, Colombo correu então a Maguana, ainda que o caminho fosse “mui longo e mau”, pelo que lhe deve ter tomado bem uma semana; por isso achou, ao que parece, os índios já todos em fuga pelas serras. Quanto a Anacaona, a mulher de Caonaobó, fugiu então para o reino de Xaraguá, de que seu irmão Behechio era cacique, onde voltaremos a topar com ela. A grande batalha, em que foi capturado o irmão de Caonaobó, ter-se-á portanto ferido na Vega de Maguana e não na Vega Real, não entre Colombo e as forças dos irmãos do cacique prisioneiro, mas com as de Hojeda e por certo muito depois de 27.III.1495 — pois entre meados de Fevereiro, em que o Almirante ficara outra vez operacional após a sua enfermidade, e essa data não é possível ter havido tempo para todas as andanças e manobras que passámos em revista. O testemunho de D. Cristóvão, que teria todo o interesse em arrogar-se da vitória, parece ser concludente.

Embora confirmada nas suas linhas gerais pelo relato de Pedro Mártir, esta versão dos factos é tão diferente da reportada por D. Hernando e Las Casas, que resulta claro que se deram sucessivamente dois acontecimentos distintos: uma ameaça de peleja na Vega Real, seja a 27.III.1495 como pretendem os cronistas, que se ficou em preparos, porque os índios, assustados, se furtaram ao combate; e a batalha peremptória, na Vega de Maguana, meses depois, em data que não podemos precisar.

Quanto a Oviedo <sup>687</sup>, como adiantámos já, baralha tudo: não só coloca a batalha da Vega Real na interinidade do *adelantado*, portanto entre 1496 e 1498, como dá Caonaobó e seu irmão por presos então; mas depois fã-los viajar para Espanha “numa das duas caravelas que para lá partiram” (comandadas, como sabemos, uma por Aguado e outra pelo Almirante) e morrer de nojo durante a travessia. Como D. Hernando e Las Casas, põe também em campo na Vega Real e contra Hojeda (o que é correto), os cinco batalhões que se bateram na Vega de Maguana.

Terá de qualquer modo sido a batalha de Maguana e não os recontros da Vega Real o que assegurou a Colombo o domínio territorial sobre a ilha e constitui assim na história da América Espanhola uma baliza. Não nos parece descabido pôr a hipótese de que tenha D. Hernando agido a sabendas ao fundir a batalha decisiva de Maguana, que não registra, com as escaramuças da Vega Real, para que transpõe detalhes daquela

---

<sup>687</sup> III, i.

— a fim de avocar a seu pai os méritos da vitória de Hojeda, que como a seu tempo veremos acabara por se tornar entretanto *persona non grata* ao Almirante, que inclusivamente o acusou de conspirar para o assassinar. É de facto estranho que, estando na posse da documentação paterna, não tivesse topado no meio dela com a carta de Outubro de 1495 aos Reis, que parece ignorar inteiramente. De qualquer modo, Las Casas, que se serviu dos papéis de D. Hernando, pode simplesmente ter sido induzido por ele em erro sem dar conta. Há que reconhecer, porém, que a semelhança de nomes entre *Vega Real* e *Vega de Maguana*, ambas por vezes descritas elípticamente por *la vega*, se presta a confusões, pelo que os cronistas se poderão ter equivocado de boa fé.

Na sua epístola afirma o vice-rei que após a refrega permaneceu em Maguana, apenas vindo à Isabela quando chegaram as caravelas de Castela. Sabemos que em Abril se preparavam em Sevilha quatro caravelas para as Índias, a que se referem numerosos documentos <sup>688</sup>, datados na sua maioria de 9.IV.1495; não há porém notícia de que alguma delas haja então efetivamente partido; e Juan Aguado, nomeado, como em breve veremos, para as comandar, não zarpou de Espanha senão em Agosto, chegando à Espanhola em Outubro. Deve ter sido propositadamente, para se não encontrar com Aguado, que estava encarregado de proceder a uma pesquisa ao seu comportameno, que Colombo, após permanecer não sabemos quanto tempo na Isabela, onde foi redigida uma parte da sua missiva aos Reis, regressou a Maguana, onde a concluiu, datou e assinou, a 15 de Outubro desse ano.

De qualquer modo, razão terá D. Hernando ao afirmar que

quedou aquela região tão pacífica que daí em diante um cristão sozinho ia seguramente aonde queria, e os próprios índios o conduziam aos ombros onde lhe agradasse (...); o que o Almirante reconhecia não vir senão de Deus e da boa sorte dos Reis Católicos, considerando que de outro modo teria sido impossível que 200 homens meio enfermos e mal armados fossem bastantes para vencer tamanha multidão.

---

<sup>688</sup> Vide CDD, II, doc. 261-307, pp. 758-817.

## O primeiro ditador da América Latina

Na posse de Caonaobó, determinou o Almirante enviá-lo para Castela para aí ser julgado pelos Reis, junto com uma leva de prisioneiros a serem vendidos como escravos. Para isso, a pretexto de tomar desforço da rebelião do cacique que mantinha prisioneiro, mandou 80 cavaleiros ao interior da ilha a arrebanhar cativos, de que juntaram uns 600. Sucedeu, porém, que na noute em que haviam de largar da Isabela, sobreveio um furacão que fez naufragar ainda no porto seis navios, incluindo os quatro em que viera de Espanha Juan Aguado, de que em breve falaremos <sup>689</sup>; e assim se abismou Caonaobó — e ao que parece também os 600 desgraçados — nas águas do oceano, sem ser julgado pelos homens...

Dir-se-ia que foi este o primeiro furacão a que os espanhóis assistiram nas Antilhas, mas as fontes de que dispomos são confusas: Oviedo <sup>690</sup> refere um temporal anterior, que causou o afundamento na Espanhola de quatro navios, entre os quais a nau capitaina *Marigalante*, em 1494, quiçá durante a ausência de D. Cristóvão, que não menciona o facto nas suas cartas; pode tratar-se do mesmo ciclone que o colheu no sul da ilha, em meados de Setembro, como sabemos já. Quanto à catástrofe em que pereceu Caonaobó, Pedro Mártir afirma que teve lugar em Janeiro, certamente de 1496, o que é surpreendente, pois normalmente no Atlântico norte apenas se registam furacões de Junho a Novembro; e encadeia essa narração com a da chegada de Colombo de regresso a Espanha, que data de 11.III.1495, quando na realidade apenas teve lugar a 11.VI.1496. O documento que acima citamos situa o afundamento dos seis navios em Fevereiro de 1496, o que concorda aproximadamente com Angléria, ao passo que Colombo, na carta que a 15.X.1495 endereçou aos Reis da Vega de Maguana <sup>691</sup>, refere que em Julho desse ano se engendrara súbitamente *un viento con terremoto y tanta tempestad del cielo*, que arrancara árvores que ali estavam “desde a criação de Adão” e metera a pique dois navios, em que no entanto não pereceu ninguém. A simultaneidade entre um sismo e um vendaval, fenómenos cuja etiologia é inteiramente diferente, parece demasiada coincidência; não é impossível que Colombo confabule um pouco ou que misture numa só narração dois acontecimentos distintos. O afundamento de dois navios, *sin tormenta de mar*, parece mais obra de um marmoto, ao passo que o

<sup>689</sup> O afundamento dos quatro navios de Juan Aguado em Fevereiro de 1496 é confirmado pelas contas da armada enviada a 16.VI.1496 (*CDD*, II, doc. 330, p. 894) de que consta a lista das coisas que se puderam salvar dos navios naufragados.

<sup>690</sup> II, xii.

<sup>691</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiv, p. 327.

alagamento de terrenos, devido a terem *crescido las aguas del mar más de dos brazas de tierra adentro, que adonde solía ser seco ay fondo*, tanto pode ser efeito de chuvas tempestuosas como de uma vaga sísmica ou de um aluimento de terrenos na sequência de um terremoto. Os pormenores não coincidem com os do furacão descrito por Pedro Mártir e por Las Casas, em que se afundaram seis navios e morreu Caonaobó, e quiçá os 600 escravos, pois daquela vez afundaram-se apenas dois navios e não morreu ninguém. Seríamos tentados a concluir que se produziram sucessivamente três catástrofes, afundando-se da primeira vez quatro navios, da segunda dois e da terceira seis. Uma vez que os furacões têm em geral lugar de verão, ou no começo do outono, ao passo que os sismos se podem produzir em qualquer momento e época do ano, seríamos *a priori*, inclinados a admitir que houve um furacão em Setembro de 1494 e outro em Julho de 1495, e um marmoto em Fevereiro do ano seguinte; mas os pormenores que nos fornecem os relatos de que dispomos parecem indicar precisamente o contrário: um marmoto em Julho e um furacão em Fevereiro.

É interessante notar que nem Colombo na sua carta aos Reis, nem D. Hernando, que evita o que se lhe afigura pouco honroso para seu pai, nem Angléria, que se limita a registrar o que o Almirante lhe impingia, narram a forma traiçoeira como Caonaobó foi aprisionado. Oviedo <sup>692</sup> deixa pairar uma ligeira supeita sobre Hojeda, mas não alude sequer a Colombo. Andrés Bernáldez <sup>693</sup> é o mais explícito: não se coíbe de afirmar que nem ele, nem seu irmão, nem seu filho de dez anos foram presos em peleja, mas após lhes terem dado seguro e prometido trazê-los a Espanha a ver o Rei e a Rainha. Acrescenta que o irmão do cacique, homem de uns 35 anos, foi batizado com o nome de D. Diego e se hospedou também em sua casa em Los Palacios; e que usava um colar de ouro que pesava 600 castelhanos, ou seja, 2,7 quilos de ouro. Tornou-se pelo batismo homónimo quer do irmão quer do filho do Almirante, quer ainda do Diego Colón trazido das Lucayas e utilizado como intérprete, que conhecemos já. Sobre a morte do cacique seu irmão, o cura de Los Palacios hesita: *murióse el Caonaboa en la mar, ó de dolencia, ó poco placer*; foi certamente essa a versão que lhe impingiu o Almirante. D. Hernando diz Caonaobó embarcado na frota de seu pai, de volta à Península em 1496; mas esquece-se de explicar como desapareceu de cena... Quanto a Pedro Mártir <sup>694</sup>, acentua que ao ver-se prisioneiro “rangia os dentes como um leão da Líbia”, e que, pouco tempo após ter embarcado, junto com seu irmão, se finaram ambos

---

<sup>692</sup> III, i.

<sup>693</sup> cap. cxxxi.

<sup>694</sup> Década I, cap. iv, fl xi v (p. 56)

de nojo (*dolore animi confecti*) a bordo do navio que o levaria a Espanha, versão que coincide com a do cura de Los Palacios; mas refere logo em seguida que o Almirante, “colhido de surpresa por o feroz turbilhão lhe haver tragado os navios” (*summersis fero turbine nauigiis se interceptum videns*), logo mandou construir dois novos — o que parece confirmar a história contada por Las Casas e o afogamento do cacique. Este mistério que em torno de sua morte se criou parece trazer água no bico: dir-se-ia que foi Colombo o seu autor, embora não vejamos claramente a razão por que o terá feito, uma vez que o afogamento de Caonaobó não era responsabilidade sua, ainda que a sua captura à traição o fosse; que se tivesse afogado ou finado de nojo, pouco adiantaria em tal caso... Talvez que o seu fito fosse deixar cair em esquecimento a morte dos 600 cativos, cujo cativo, assaz discutível e agora irremediável, lhe poderia ser imputado.

De qualquer modo os índios diziam que não havia memória de ter atingido a ilha catástrofe semelhante àquela e deitavam a culpa à presença dos espanhóis. No entanto, como a Espanhola se situa por um lado junto ao golfo do México, onde se origina a mor parte dos furacões, por outro na juntura entre a placa norte-americana e a das Caraíbas, que tal como a famosa falha de Santo André na Califórnia, é uma falha de tipo transformante, *i. e.*, em que as duas partes se movem horizontalmente, roçando uma contra a outra, pese ao que diziam os índios, não são raros aí nem os abalos sísmicos nem os furacões.

Seja-nos permitido um breve parêntesis, para falar um pouco destes. O termo é, como atestam Angléria, Oviedo e Las Casas, de origem taina, o que não é para espantar, uma vez que o fenómeno é freqüente nas Antilhas. É do castelhano *huracán* (no século XVI também por vezes grafado *furacán*) que derivam tanto o termo português *furacão* como o francês *ouragan*, o inglês *hurricane*, etc., usados para designar os ciclones tropicais do Atlântico. Angléria tradu-lo pelo termo latino *typho*, do grego τυφών (por sua vez do nome de uma divindade pré-helénica dos ventos), que ocorre já, por exemplo, embora sob a forma de um derivado, ἄνεμος τυφωνικός, “vento tifónico”, nos Atos dos Apóstolos (27, 14), para explicar o naufrágio de S. Paulo em Malta; é desse termo grego que, por intermédio do árabe *tūfān*, deriva o português *tufão*, usado para um fenómeno idêntico, quando tem lugar no Extremo Oriente ou no Índico; a sua origem no cantonês 颱風, *t'ói fōng* (em mandarim *t'ai feng*) “vendaval, vento ciclónico” é, evidentemente, fantasista; o que não é impossível é que o termo chinês derive por paronímia do português, do árabe ou do persa.

Trata-se em todos os casos de depressões de raio relativamente pequeno, mas muito cavadas, ou seja, com uma grande diferença de pressão em relação às massas de ar vizinhas, o que gera ventos muito fortes. O fenómeno produz-se quando a água do mar se encontra a uma temperatura de 28° a 29° à superfície e superior a 26,5° C pelo menos até 60<sup>m</sup> de profundidade. Nessas condições dá-se uma forte evaporação, que impregna de humidade a atmosfera; e como o ar húmido é mais leve que o ar seco, eleva-se rapidamente, originando uma baixa pressão ou depressão atmosférica.

Pode parecer estranho que o ar húmido seja mais leve do que o seco, uma vez que aparentemente contém como aquele o azoto e o oxigénio e ainda mais o vapor de água. Na realidade, como em 1811 intuiu o físico italiano Amedeo Avogadro (1776-1856), “volumes iguais de gases diferentes, nas mesmas condições de pressão e temperatura, contém o mesmo número de partículas”. Ora a molécula

de água, cujo peso molecular é 18 (*i. e.*, correspondente ao de 18 átomos de hidrogénio) é mais leve do que a de azoto (28) e do que a de oxigénio (32), os componentes principais do ar seco; como, independentemente da sua composição química, um dado volume de gás contém sempre, se não variarem pressão nem temperatura, o mesmo número de moléculas, segue-se que quanto mais partículas de vapor de água (mais leves do que as de azoto e de oxigénio) uma massa de ar contenha, menos densa é. É por isso que as massas de ar húmido correspondem a depressões atmosféricas.

Quando se forma uma depressão, o ar aflui das regiões circunvizinhas, produzindo vento. Ora devido à rotação da Terra os ventos inlfetem para a sua direita no hemisfério norte e para a sua esquerda no oposto, desenhando como que uma espiral, de tal modo que no hemisfério boreal os anticiclones ou altas pressões giram no sentido dos ponteiros do relógio e as depressões no sentido oposto, enquanto no austral se passa exatamente o contrário. Esse fenómeno foi constatado desde a viagem de Bartolomeu Dias e permitiu a utilização dos ventos constantes do Atlântico (e de igual modo do Pacífico) aos navegadores subseqüentes, como Colombo, Vasco da Gama e Magalhães. Esta verificação empírica só veio a ser explicada em 1835 pelo engenheiro francês Gaspar-Gustave Coriolis, pelo que o mecanismo que lhe dá lugar — a diferença entre a velocidade linear a que gira em torno do eixo da Terra o ponto em que se origina o vento e a do ponto a que se dirige, velocidade que é tanto maior quanto mais próximo se esteja do equador — é conhecido por “efeito de Coriolis”: os ventos que sopram em direção ao equador *atrasam-se* em relação à rotação da Terra, indo desembocar num ponto sito a *oeste* daquele que, por assim dizer, visavam; e um vento que sopra em sentido oposto, animado à partida de uma velocidade linear de rotação superior à do ponto de destino, adiantar-se-á, desembocando a *leste* do ponto visado.

Muito perto do equador o efeito de Coriolis é desprezível, e é por isso que raramente se originam ciclones a menos de 10°, latitude a que a velocidade de rotação da Terra é quase igual (98 %) da do equador; por outro lado, a latitudes superiores a 20° é excênica que as águas se encontrem à temperatura requerida para dar lugar a tempestades tropicais. É por isso que os furacões se originam em regra entre 10° e 20° de latitude, e quase exclusivamente no hemisfério boreal, pois no austral, onde é maior a predominância das águas sobre as terras, a temperatura do oceano mantém-se mais estável.

Embora no seu trajeto os ciclones tropicais tendam a afastar-se do equador, raro é que atinjam a latitude da Península Ibérica, pelo que o fenómeno era novo para os espanhóis. Anos mais tarde, Girolamo Benzoni<sup>695</sup> — que não assistiu a este furacão, pois não estava ainda na América, mas assistiu a outros — descreve-o assim expressivamente, por certo com base na sua própria experiência, na sua *Historia del Mondo Nuovo*:

Da parte do Levante sobreveio uma grandíssima tormenta, jamais vista pelos insulanos: certos ventos se levantaram, e um poderosíssimo, chamado pelos espanhóis furacão. Veio com tanto ímpeto que pôs terror ao céu e espanto à terra; e pareceu que um e outra se iam a destruir. De onde ficou cada um certo de morrer e de que os elementos se haviam de confundir e dissolver, e dar fim ao mundo. Os relâmpagos do ar eram extremos e constantes, os trovões grandes e espantosos, o dia parecia noute, com trevas de tal modo escuras que se não viam os homens uns aos outros. Haveríeis de ver as gentes aturdidas, espavoridas, fora de si a correr por cada travessa, sem saber para adonde ir. E tamanha era a fúria dos ventos que se entrechocavam urrando, que arrasavam as árvores, arrancavam pedras dos montes e com fúria grandíssima as arrojavam aos plainos, deitando por terra habitações, matando homens; e até casas inteiras, com a gente dentro,

<sup>695</sup> *La Historia del Mondo Nuovo*, Veneza, 1565, fl 18 v - 19.

foram levadas pelo ar e esfrangalhadas. De onde os gritos dos povos, por toda a parte graves e dolorosos. E assim no espaço de poucas horas foram feitos danos extremos; e até três navios, que estavam no porto seguros, soltas as âncoras fortes e destroçadas as amarras grossas e novas, foram submersos, com todos os marinheiros que estavam dentro. Salvaram-se em certas grutas muitos índios, os quais saindo fora ao depois, eram tão espavoridos e tão assombados da novidade do caso, que mal podiam respirar, com a fala entrecortada e a voz toda sumida...

É interessante constatar que tanto os nativos como os espanhóis procuraram detetar para estas catástrofes motivações sobrenaturais; mas ao passo que os índios viram nelas uma conseqüência da presença dos conquistadores, que haviam perturbado os elementos da natureza, Oviedo <sup>696</sup>, que assistiu ao furacão de 3.VIII.1508 e ao de 29.VII.1509, mais brando, considera que o fenómeno, suscitado pelo demónio, tendia a tornar-se raro, ou pelo menos, mais benigno, desde que os cristãos vieram para as ilhas e puseram nas suas igrejas o Santíssimo Sacramento...

Passado o furacão Colombo mandou construir duas caravelas com os restos dos navios anegados. Segundo Las Casas foi nesse momento em que, por devoção a S. Francisco, certamente em ação de graças por ter escapado à tormenta, se começou a vestir da cor da terra e a cingir-se de um cordão como os franciscanos, ao passo que Oviedo e outras fontes imputam essa decisão ao luto que lhe causou a chegada de Juan Aguado, enviado pelos Reis a investigar o seu comportamento. Seja como for, como atesta o cura de Los Palacios <sup>697</sup> em cuja casa se alojou então, foi em tais trajes que regressou a Espanha em 1496.

O que entretanto se foi passando na Espanhola é conhecido tanto pelas cartas do Almirante aos Reis como pelas crónicas e, sobretudo, pela devassa ao comportamento dos três Colombos, Cristóvão, Bartolomeu e Diogo, levantada por Francisco Fernández de Bobadilla, que em 1500 prendeu D. Cristóvão e o substituiu como governador das Índias Ocidentais, cargo que exerceria até 1502. A seu tempo falaremos dele com maior detença, procurando destrinçá-lo dos seus homónimos.

Da devassa resultou serem os três irmãos Colombos presos e remetidos a ferros para Castela. É claro que os depoimentos então exarados têm de ser examinados com espírito crítico, pois foram registrados num momento em que D. Cristóvão e seus irmãos haviam já sido detidos e repatriados, ao passo que Bobadilla exercia as funções de governador, pelo que era impunemente que se podiam apresentar queixas daqueles, que por certo agradariam a este, a quem confirmavam na decisão que tomara de os recambiar para Espanha. O inquérito é também resumido por D. Hernando e por Las

<sup>696</sup> *Historia General...*, VI, iii.

<sup>697</sup> cap. cxxxii.

Casas, que, favoráveis ao Almirante, procuram, sobretudo o primeiro, minimizar o seu alcance. O mesmo fizeram diversos historiadores modernos, em maior ou menor grau admiradores de Colombo, havendo até quem duvidasse da realidade da pesquisa e visse nela um mero “golpe de estado” dos Reis Católicos, para se poderem apossar das riquezas do Novo Mundo prometidas ao descobridor.

A devassa registra factos ocorridos antes de 1496, quando D. Cristóvão foi a Espanha a justificar-se perante os reis, factos ocorridos no período 1496-98 em que esteve ausente mas confiou o governo a seu irmão, o *adelantado* D. Bartolomeu, e factos ocorridos após o seu regresso em 1498; uma vez, porém, que tudo respeita ao mesmo tema não nos parece necessário observar aqui uma ordem rigorosamente cronológica e destrinçar os três períodos — o que nem sempre é fácil!

Conquanto meses depois Colombo se tivesse visto obrigado a reduzir a metade o montante do tributo, os índios não conseguiam satisfazer tal exigência e começaram a fugir para as brenhas, abandonando o cultivo dos seus campos. Aí está uma das causas da grande fome que se estabeleceu em toda a ilha em 1495 e dizimou duramente a sua população.

Ano e meio antes, ao dar conta aos Reis da sua segunda viagem, anotara otimista e triunfante <sup>698</sup>:

*Agora tenemos de todas maneras de hortalizas. Nasçieron las simientes todas al tercero dia. Rábanos y perexil y semejantes yervas ya nos aprovechamos en éstos; y plantas ya son grandes, trigo y çevada ya de un pie en alto, naranjos y sarmientos y cañas dulçes estan ya creçidas (...); que lugar ay aquí para se hazer cañaberales, para hazer un cuento de quintales de açúcar cada año, otros tantos de algodón muy finíssimo y no menos de arroz, si aqui estuvieren los labradores de Valençia. Para el ganado no cumple mas dezir cuánto la tierra para ello es abta e buena. Puercos ya tenemos más de çiento; cabras y obejas ya tenemos d'ellas hartas para semiente, y así de todas otras maneras. Y así espero en Nuestro Señor que antes de muchos años no abrá menester traer acá salvo bistuarios, que de trigo acá dará buena simiente, y vino se halla acá hartas bides, que transponiéndolas y labrándose darán buen fruto. Otras mill maneras de cosas se fallarán cada día.*

No preâmbulo da relação da viagem que meses depois empreendeu a Cuba <sup>699</sup>, repete o Almirante pouco mais ou menos a mesma coisa. Se bem que Guilherme Coma se exprima aproximadamente de maneira idêntica <sup>700</sup>, Colombo parece, conforme é seu hábito, falar com exagero; este, contudo, não é tamanho quanto possa parecer,

<sup>698</sup> *Relación del Segundo Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. viii, pp. 249-250.

<sup>699</sup> Carta de 26.II.1495 aos Reis, *ibidem*, doc. xiii, pp. 286-287.

<sup>700</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, pp. 197-198.

pois, de facto, as plantas, que se desenvolvem graças à energia solar que absorvem, medram logicamente mais depressa em terras mais soalheiras, desde que lhes não falte a humidade. Requerem, porém, mão-de-obra; ora é duvidoso que os espanhóis que a miragem do ouro atraía ao Novo Mundo quisessem trabalhar na terra, ao passo que os índios pouco dispostos estariam a labutar para os conquistadores. De qualquer modo acertava em cheio ao entrever um futuro brilhante nas terras descobertas para a cana de açúcar (*Saccharum officinarum*, L, das Gramíneas), planta oriunda da Nova Guiné, desde cedo aclimatada na Índia e introduzida pelos árabes na nossa Península, de onde Colombo a trouxera <sup>701</sup>. O mesmo se diga do arroz (*Oryza sativa*, L.), cuja história é *grosso modo* semelhante. Já o que afirma do trigo (*Triticum aestivum*, L., e espécies congéneres, também Gramíneas), domesticado no Próximo Oriente, é mais duvidoso o vaticínio, pois este prefere temperaturas entre os 10° e os 25° C, e requiere para a sua maturação certa *secura* (entre 50% e 60% de humidade relativa), o que não coindide exatadamente com as condições na Espanhola, onde a temperatura média é de c. 26° C e a humidade relativa média de c. 83%.

Colombo esperava fazer vinho das espécies locais de vides, que não conseguimos identificar, já que a *Vitis labrusca*, a que aludimos já, e as demais espécies americanas usadas na Europa como porta-enxertos desde a praga da filoxera (c. 1865-85), medravam apenas no continente norte-americano. Quanto às laranjeiras que levava para a Espanhola eram certamente de laranja amarga (*Citrus aurantium*, L., da família das Rutáceas), espécie oriunda da Índia e introduzida na faixa mediterrânica pelos árabes. A laranja doce [geralmente classificada como *Citrus sinensis*, (L.), Osbeck] oriunda da China difundira-se em certas zonas da Eurásia com as invasões mongóis do século XIII, que atingiram a Crimeia, e daí o seu nome em alemão, *Apfelsine*, à letra, “maçã da China”; parece contudo que para a zona mediterrânica só foi trazida pelos portugueses no século XVI, diretamente do Extremo Oriente, e daí os nomes como *burtugal*, *portokali*, *portogallo*, etc. que se lhe dá em árabe, persa, turco, grego, italiano dialetal, etc. No Brasil os citrinos foram provavelmente introduzidos, um pouco antes de 1540, por Cosme Fernandes, o “bacharel da Cananéia”; as chamadas “laranjas da Bahia”, com um “umbigo” e sem grânhas, resultam de uma mutação que em começos do século XIX se produziu na Bahia numa variedade cultivada de laranja-doce trazida de Portugal.

Seja como for, não eram nem o vinho nem as laranjas que obstaríamos à fome na Espanhola. Poderia contribuir para isso uma planta que a Colombo não lembrou trazer: a bananeira (*Musa paradisiaca*, L., das Musáceas), que à semelhança da

---

<sup>701</sup> Cf. o nosso estudo “Iberian Expansion and the Fortune of Indian Plants in the West”, *cit. supra*; e Jean Meyer, *Histoire du Sucre*, Éd. Desjonquières, Paris, 1989.

cana sacarina e do arroz fora introduzida na Península Ibérica pelos árabes e era já cultivada no século XIII na região de Málaga; mas, como atesta Oviedo, a primeira bananeira a ser plantada na América foi-o dez anos após a sua morte, pelo dominicano Frei Tomás de Berlanga, que a trouxe do horto do convento dominicano de La Laguna, nas Canárias; difundiu-se em seguida com extrema rapidez, a ponto de em algumas regiões, como o Maranhão, ter precedido a chegada dos colonos europeus.

De qualquer forma, perante a tragédia da fome generalizada, mostrava-se agora o vice-rei mais circunspeto, deitando parte da culpa da grande míngua de vitualhas aos índios, parte aos caprichos do clima <sup>702</sup>:

*arrancaron los indios los panes y destruyeron la tierra, pensando que la neçesidad nos hecharía (...); las aguas del cielo no les an acudido a sus panes y simientes y, çierto, faltan las tres o quatro partes de la gente de la provinçia, y no es acabado, que, aunque después de llovido ayan sembrado y mucho, no lo an podido esperar que mature, y así lo an comido en fresco...*

E noutro passo confirma a devastação que reinava, que obrigou uma companhia de homens que enviou à contracosta a passar dezasseis dias sem mais comer que ervas e raízes.

Favorável, como sempre, aos colonos e malévolo para com os índios, Oviedo <sup>703</sup> lança as culpas todas sobre estes, acusando-os de, ao verem que os espanhóis davam mostras de querer ficar na terra, se terem posto todos de acordo para não semear o milho no devido tempo, para que assim viesse a faltar o sustento aos indesejados forasteiros, contentando-se eles com a sua mandioca. Ter-se-ia então virado o feitiço contra o feiticeiro, causando a morte a quase metade dos habitantes da ilha. Segundo o mesmo autor os espanhóis viram-se obrigados a recorrer à caça, ajudados de seus cães, apanhando, *hutias*, *quemis* (*Quemisia gravis*, Miller, espécie hoje extinta), *mohuys* (*Brotomys voratus*, Miller) <sup>704</sup> e cobaia (animal conhecido localmente por *curiel*, *conejillo de Indias*, *cobaya*, etc., *Cavia porcellus*, L.), tudo roedores semelhantes a coelhos ou a ratos, que medravam então na ilha; e quando estes se acabaram, a comer cobras, lagartos, lagartixas, iguanas e finalmente os seus próprios cães de caça. Parece que a mortandade maior foi em Santo Tomás, onde os cadáveres que se acumulavam insepultos exalavam um fedor pestífero e espalhavam mil doenças.

<sup>702</sup> Carta de 1495 aos Reis, *ibidem*, doc. xiv, p. 329.

<sup>703</sup> II, xiii.

<sup>704</sup> Sobre este animal, *vide* Oviedo, *HGNI*, livº XII, cap. iii.

Embora assumindo, como de costume, a defesa dos índios, Las Casas <sup>705</sup> confirma que estes, vendo que não havia, após a campanha da Vega Real, *ninguna esperanza de libertad, ni blandura, ni remisión, ni remedio de sus angustias, ni quien se doliese dellos*, haviam abandonado o cultivo dos campos e começado a fugir para as montanhas, esperando manter-se de raízes espontâneas que aí medram e da caça de coelhos e *hutías*. Contudo, a humidade dos bosques, junta à subalimentação, fez-lhes recrescer as maleitas, que aliadas à fome mataram entre 1494 e 1496 um terço da população da ilha <sup>706</sup>.

Confrontado com a fome que grassava pela ilha, com a morte de numerosos índios que necessariamente baixava o montante dos tributos e, sobretudo, com a mais que precária situação dos colonos, que o forçavam a pedir socorros à metrópole, Colombo viu-se obrigado a tartamudear um *mea culpa*. A operação foi, é claro, feita com anestesia: meia dúzia de páginas a falar de esperanças de ouro <sup>707</sup>, antes de abordar o tema da falta de mantimentos. Finalmente, lá virou o bico ao prego:

*Por otras mis cartas dixé que los ajés y yucas que son las raíces de que hazen el pan, y que todos los otros mantenimientos, después de sembrados, a los veinte y cinco días davan fruto: no había yo bien entendido, ni es maravilla, porque aun a los ocho días naze y a los veinte y cinco engendre la raíz, a que yo llamo el fruto de los ajés, fasta cinco lunas pasadas no son comederos, ni la yuca hasta las diez son grandes; y si antes los cojen, todos se desperdician (...). De un año son buenas y en perfección, y de diez y ocho meses y cuanto más están, hasta los cuatro años, siempre son mejores y más gordas e más provecho hacen, y dan el pan más sustancial y blanco.*

Recordemos que *aje* é a batata-doce e *yuca* a mandioca. Refere em seguida o *mahiz*, *mantenimiento preciosísimo* e o *maní*, *qu'es fruta que debajo de la tierra naze*, ou seja, o amendoim, que para sazonar requerem quatro meses.

Picado em pequeno pela mosca do exagero, Colombo, porém, jamais se curou da enfermidade contraída; e assim, os bagos de milho, que para Oviedo eram comparáveis a ervilhas, são na sua pena tamanhos como favas...

Foi a propósito dessa fome que o Almirante, em carta de 15.X.1495 aos Reis, se regozijou de ter enviado 500 índios escravizados para Espanha <sup>708</sup>: *los indios que allá se enbiaron, quiso bien Nuestro Señor, porque acá murieran de hambre como sus vezinos y no fuera ninguno dellos christiano...*

<sup>705</sup> HI, I, cvi.

<sup>706</sup> Sobre a demografia da ilha, vide Luis Arranz Márquez, *Repartimientos y Encomiendas en la Isla Española (El Repartimiento de Albuquerque de 1514)*, Ediciones Fundación García Arévalo, Santo Domingo, 1991.

<sup>707</sup> Carta de 15.X.1495 aos Reis, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiv, p. 322.

<sup>708</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiv, p. 329.

Paradoxalmente, a despeito do seu idílio com a sociedade nativa e da sua religiosidade transbordante, Colombo parece não ter tido, desde a primeira hora, nenhuns escrúpulos em admitir que se explorassem as Índias como fonte de mão-de-obra servil; e logo a 14.X.1492, ou seja, ao terceiro dia de permanência no Novo Mundo, notava no seu diário:

*... esta genta es muy simplice en armas, como verán Vuestras Altezas de siete que yo hize tomar para le llevar e deprender nuestra fabla e bolvellos, salvo que Vuestras Altezas, quando mandáren, puédenlos todos llevar a Castilla o tenellos en la misma isla captivos, porque con cinquenta hombres los ternán todos sojuzgados, y les harán hazer todo lo que quisieren.*

E ainda antes de desembarcar em Espanha, na carta que escreveu a Santángel, que logo correu impressa, anunciava que poderia de futuro fornecer, entre outras mercadorias, *esclavos tantos que no hay número...*; e na carta que endereçou aos Reis<sup>709</sup>: *esclavos cuantos mandarán cargar*. Isto com uma única ressalva: *y serán de los idólatras*. Contudo, linhas antes havia afiançado: *en ninguna parte d'estas islas é conoçido en la gente d'ellas seta ni idolatria...*

Pensaria quiçá nos caribes antropófagos, de que pelos taínos houvera notícia, pois no ano imediato, na *Relación del Segundo Viaje*<sup>710</sup> propõe aos Reis a seu propósito:

*bea V. Al<sup>a</sup> si se abrán de captivar, que creo que después, cada año, se podrán aver d'ellos y de las mugeres infinitos. Crean que cada uno baldría más de tres negros de Guinea en fuerça y ingenio, como berán por los presentes que agora enbío.*

De facto, se fossem todos de tão rija têmpera como aquele que, de tripas na mão, ganhou a praia a nado, valeriam certamente mais que muitos escravos africanos...

Foi no memorial de 4.I.1494 que entregou a António de Torres, que com sua armada regressava à metrópole, que Colombo, desenvolvendo a luminosa ideia que



**Os índios vingam-se das extorsões de ouro por parte dos espanhóis espartilhando-os e comendo-os ou vertendo-lhes ouro fundido na boca**

Gravura de Theodor de Bry, *America, Pars IV*, Francoforte, 1594.

<sup>709</sup> *Ibidem*, doc. v & vi, p. 225 & 232.

<sup>710</sup> *ibidem*, doc. viii, p. 250.

tivera durante a primeira viagem, propôs que se organizasse um comércio regular de escravos entre as Índias e Castela, trocando homens por bestas:

*Item, diréis a Sus Altezas (...) que visto cuánto son acá menester los ganados e bestias de trabajo para el sostenimiento de la gente que acá ha de estar e bien de todas estas islas, Sus Altezas podrán dar liçençia e permiso a un número de carabelas suficiente que vengán acá cada año, e trayan los dichos ganados e otros mantenimientos e cosas de poblar el campo e aprovechar la tierra, y esto en precios razonables a sus costas de los que les truxieren, las cuales cosas se les podrían pagar en esclavos d'estos canibales, gente tan fiera e dispuesta e bien proporcionada e de muy bien entendimiento, los cuales, quitados de aquella inhumanidad creemos que serán mejores que otros ningunos esclavos.*

A resposta de Suas Altezas foi dilatória:

*En esto se ha suspendido por agora, hasta que venga otro camino de allá; y escriba [o deão Fonseca] al Almirante lo que en esto le paresciere.*

Sem esperar por resposta definitiva, Colombo começou a enviar para Espanha contingentes crescentes de escravos: uma cinqüentena, da primeira vez, pouco depois mais 550. Aqueles foram tomados como represália contra o cacique Guatiguaná, de quem eram súbditos, por ter mandado matar dez cristãos, estes eram-no do cacique Caonaobó, considerado responsável pela destruição de Navidad e pela morte dos seus habitantes.

Michele da Cuneo<sup>711</sup> narra plácidamente este segundo envio, que com ele veio para Espanha embarcado na frota comandada por Torres, em Fevereiro de 1495:

Devendo partir para Espanha as nossas caravelas, com as quais eu me queria repatriar, juntámos no nosso povoado 1.600 pessoas, entre machos e fêmeas, daqueles índios, e de entre esses, machos e fêmeas, carregámos os melhores nas ditas caravelas aos 17 de Fevereiro de 1495: 550 almas. Do resto, os que sobraram, se deitou um bando em como quem os quisesse os tomasse a seu talante, e assim se fez. E quando cada um ficou fornecido, sobraram cerca de uns 400, aos quais foi dada licença para que fossem para onde quisessem; entre os quais havia muitas mulheres com filhinhos de peito. As quais para melhor poderem fugir de nós, tendo medo de que as tornássemos a filhar, abandonando os ditos filhos por terra à sua sorte, se puseram a fugir, como pessoas desesperadas. E para tão longe fugiram que se afastaram da Isabela, nosso povoado, 7 ou 8 jornadas, para lá de grandes montanhas e grossíssimos rios, de modo que agora dificilmente se poderão já reaver. Contudo, presa esta gente, foi também preso um de seus reis com dois principais, dos quais foi deliberado que deveriam ser frechados no dia seguinte, e para isso foram metidos em cepos. Mas de noite tão bem se souberam roer um ao outro os calcanhares com os dentes que saíram dos ditos cepos e daí fugiram.

---

<sup>711</sup> A.Núñez Jiménez, *Michele da Cuneo...*, p. 155.

E conclui explicando que no regresso, após terem feito em 23 dias a travessia de Porto Rico à Madeira, faleceram, ao que parece devido à mudança de clima e já no “mar de Espanha”, ou seja no Golfo das Éguas entre a Madeira, Marrocos e a Península, 200 dos índios que traziam, cujos cadáveres atiraram ao mar. Tal como os da primeira leva, tampouco estes eram canibais, mas taínos apesados na Espanhola, em guerra que o Almirante, por sua alta recriação, decretara justa.

Em 1496 D. Cristóvão deslocou-se a Castela, a justificar-se perante os monarcas; mas a pretexto de estes lhe terem dado a entender que era lícito escravizar os apesados em guerra justa, logo escreveu a seu irmão D. Bartolomeu, que lhe supria as vezes na Espanhola, a ordenar-lhe que enviasse mais 300, apanhados na Vega Real numa razia lançada com o apoio de Guacanagari. Assim, quando em 1500 Colombo foi forçado a entregar o governo ao comendador Bobadilha, já 1.500 índios haviam sido remetidos para a Península, para serem postos em almoeda.

De começo os monarcas parecem não ter pestanejado; e quando chegou o primeiro carregamento ordenaram a Fonseca, agora já bispo de Badalhouce, que vendesse os índios na Andaluzia, onde era maior a procura, por certo para trabalharem nos latifúndios <sup>712</sup>. No entanto, passados apenas quatro dias, ou assaltados por escrúpulos ou admoestados por algum moralista, mandaram-lhe reter o dinheiro da venda até se averiguar se a operação era lícita <sup>713</sup>. Juanoto Berardi, mercador genovês que ficara por feitor de Colombo em Espanha, instou para que lhe pagassem a percentagem que cabia ao Almirante; mas os Reis mandaram-no avisar em segredo — para não alarmar os que haviam adquirido os índios — de que o negócio estava suspenso. Sentindo-se lesado, Colombo escreveu então aos Reis a sossegá-los: nenhum dos índios era cristão, a diferença de clima não os devia incomodar, pois também na sua ilha por vezes geava, e não convinha dar-lhes demasiado de comer, pois estavam habituados a comer pouco; o seu cativo fora até, de certo modo, providencial, pois com ele haviam escapado à fome que reinava na Espanhola <sup>714</sup>.

Como explica Las Casas, havia em Castela muito quem não concordasse com a aventura americana, o que obrigava Colombo a demonstrá-la rendosa, lançando mão de tudo quanto pudesse assegurar lucro à Coroa; por isso insistia ainda em 1498 no trato escravista: à passagem em Cabo Verde em 1498 constatara quanto ele rendia aos negreiros do arquipélago, que pareciam dispostos a adquirir uns 4.000 índios, com o que se fariam vinte contos. Para mais, vendendo-os a 5.000 maravedis a peça far-se-ia facilmente

<sup>712</sup> Carta de 12.IV.1495, pub. in *CDD*, vol. II, doc. 280, p. 783.

<sup>713</sup> *Ibidem*, doc. 285, p. 789.

<sup>714</sup> Carta aos Reis, Vega de Maguana, 15.X.1495, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiv, p. 329.

concorrência aos caboverdianos, que a não vendiam a menos de 8.000 <sup>715</sup>. Esta carta de Colombo foi transcrita por Las Casas na sua *História* <sup>716</sup>, ajuntando da sua lavra:

*Teníá determindó de cargar los navíos que viniesen de Castilla de esclavos, y enviarlos a vender a las islas Canarias y de las Azores y a las de Cabo Verde y adonde quiera que bien se vendiesen; y sobre esta mercadería fundaba principalmente los aprovechamientos para suplir los dichos gastos y excusar a los Reyes de costa, como en principal granjería.*

Foi pela mesma época que Colombo decidiu distribuir a cada um dos 300 colonos da Espanhola um escravo por cabeça. Essa atitude indignou a Rainha, que, segundo Las Casas, terá então exclamado: *que poder tiene mío el Almirante para dar a nadie mis vasallos?*

Foi provavelmente esta distribuição que levou os Reis a declarar os ameríndios seus vassalos e proibir a sua comercialização; e — honra lhes seja! — com a armada de Bobadilla começaram em 1500 a devolver à terra natal os índios escravizados que havia em Espanha <sup>717</sup>.

Os nativos distribuídos aos colonos ou por eles adquiridos deviam ser numerosos, pois no inquérito levantado pouco depois por Bobadilha, Juan Vallés veio a declarar que D. Cristóvão pedira cerca de um ano antes a cada espanhol que entregasse um ou dois dos que possuía, para serem enviados para Castela e comercializados aí, mas que a ele, por certo por ter muitos, confiscara três ou quatro.

Como notou Las Casas, estas práticas encontram-se entre as causas próximas da queda de Colombo, em que o bom dominicano viu um castigo do céu. Sempre inclinado a desculpar Colombo, em cuja predestinação acreditava, Frei Bartolomeu imputa, todavia, o erro à sua incultura:

*Y en este error y ceguedad caía por ignorancia (...), no excusable, haciendo quizá cuenta que la gente destas tierras, por ser solamente infieles, eran de derecho más nuestras, como ni aun aquellas de Berbería si en paz con nosotros viviesen, tractallas como a éstas, haciéndoles guerra y captivándolas, no chica sinón grande grande ofensa de Dios ciertamente sería. (...) Pero, pues ignoraban tan oscura y perniciosamente aquesta injusticia los que los Reyes por ojos y lumbre tenían, que el Almirante la ignorase, que no era letrado, cierto no era gran maravilla. (...). Y verdaderamente yo creo(...) que la intención del Almirante, simplemente considerada, sin aplicalla a la obra, sino supuesto su error y ignorancia del derecho, que era rectísima. (...) Y es buena señal que Dios le quiso para sí en la otra vida, pues en esta le corrigió.*

<sup>715</sup> Fragmento, transcrito por Las Casas, de uma carta sem data: Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxxiii, pp. 407-408. Pub. também in *CDD*, II, doc. 408, pp. 1122-1124, com a data de 18.X.1498, que é apenas presumida.

<sup>716</sup> *HI*, I, cxxii

<sup>717</sup> Relação (incompleta) dos índios que foram repatriados com o Comendador Bobadilla, Abril de 1500, *CDD*, II, doc. 444, pp. 1192-93

O virtuoso frade embarca assim num providencialismo histórico muito comum na sua época, que, para não falar das suas raízes bíblicas, remonta pelo menos a Lactâncio (c. 245-325) e entre nós às *Historiae adversus paganos* do clérigo bracarense Paulo Orósio (c. 382-420)<sup>718</sup>, o primeiro escritor conhecido do território português. É, do ponto de vista teológico, uma atitude mais que discutível, já que — em flagrante contradição com a exclamação de S. Paulo “ó profundidade da riqueza da sabedoria e da ciência de Deus! quão insondáveis são seus desígnios e impenetráveis suas vias!”<sup>719</sup> — esquece a transcendência de Deus e o caráter misterioso e inefável dos seus caminhos. Veremos a seu tempo que na mesma mentalidade comunga Oviedo, mas em senso contrário: vendo nos sofrimentos dos índios o justo castigo dos seus pecados, mormente a sodomia. De tal utilização do mesmo argumento em dois sentidos verticalmente opostos resulta bem claro quão frágeis são suas permissas...

Do ponto de vista jurídico, meramente humano, havia de qualquer maneira uma contradição evidente entre as repetidas afirmações de Colombo de que “os índios são de Vossas Altezas” e a sua escravização, pois aquelas jamais deviam ser entendidas no sentido de que eram *propriedade dos Reis*, mas no de que eram *vassallos da Coroa* e, como tal, não passíveis de redução à escravidão. Com efeito, nem o direito civil nem o canónico, como tampouco a lei corânica, admitiam a escravização como castigo de qualquer delito — admitida, contudo, nalguns sistemas jurídicos, como o visigótico — incluindo, é claro, a rebeldia, nem a escravidão por dívidas. Contudo, como muito bem observa Las Casas, Colombo não possuía cultura suficiente para compreender tais subtilezas legais.

Parece-nos oportuno abrir aqui mais um parêntesis, para inserir alguns considerandos sobre a escravatura e sobre o problema jurídico e moral da escravização dos índios.

Tem-se afirmado, e não sem razão, que a escravatura começou por ser uma instituição humanitária. Se, de facto, a prática seguida em dias de Colombo pelos canibais ou caribes — matar os prisioneiros de guerra e comê-los — foi outrora uso geral, poupar-lhes a vida mediante a obrigação de trabalhar para o vencedor deve ter-se afigurado aos primeiros que romperam com tal costume um ato de grande humanidade. Isso ajuda a compreender a indiferença com que o descobridor encarou a escravização dos tainos: mal por mal, antes cadeia que hospital — ou seja, se os vizinhos os matam e os comem, ao reduzi-los à escravidão agimos com muito mais humanidade. Foi certamente um argumento desse tipo que levou no Brasil à legalização da escravidão dos *índios da corda*, ou seja, dos que apresados por uma tribo de antropófagos estavam condenados a servir de manjar aos seus captores.

---

<sup>718</sup> Pauli Orosii presbyteri bracarenensis hispani *Adversus Paganos Historiarum libri septem* (...), Coloniae, apud Maternum Cholinum, 1574; versão portuguesa: Paulo Orósio, *História contra os pagãos: esboço duma história da antiguidade oriental e clássica*, introdução de Lúcio Craveiro da Silva, versão portuguesa e anotações de José Cardoso, índices de Maria Camila Duarte Lumiar Ramos, Universidade do Minho, Braga, 1986.

<sup>719</sup> Rom 11, 33.

O papel que nos impérios da Antiguidade, nomeadamente no Romano, desempenhou a escravidão é geralmente bem conhecido. A legislação romana gradualmente mitigou a dureza do estatuto servil: por exemplo, Domiciano (r. 81-96) proibiu a castração dos escravos, Adriano (r. 117-138) a venda separada de membros da mesma família e os castigos severos a talante do senhor, sem ordem de um magistrado, Marco Aurélio (161-180) a prostituição das escravas, etc.

O cristianismo procurou moralizar a escravatura, mas não a proibiu <sup>720</sup> — sem embargo de alguns Padres de Igreja, como S. Gregório de Nissa (c. 330-395) a condenarem <sup>721</sup>, em nome da dignidade do Homem, “imagem e semelhança de Deus”. Comentando a frase que o livro de *Eclesiastes* <sup>722</sup> põe na boca de Salomão, ao enumerar as vaidades em que incorreu, escreve:

“Possuí assim — diz ele — servos e escravas, e foram como meus criados”. Não vês o tumor da arrogância? Insurge-se contra o Senhor esta palavra! Que todas as coisas são servas d’Aquele que está acima de toda a autoridade, sabemos-lo pelo profeta. Aquele, porém, que faz sua propriedade aquilo que é propriedade de Deus, atribuindo à sua gente poder, como senhora de homens e mulheres, que faz senão ultrapassar todos os limites em que cabe o desdém da natureza? que faz senão olhar-se a si mesmo como diferente daqueles que lhe são sujeitos? “Possuí servos e escravas...”. Condenas à servidão o homem, cuja natureza é livre e independente, e legislas contra Deus, atropelando o que por natureza é a sua lei. Aquele que foi criado para ser senhor da Terra, e que pelo Criador foi colocado à sua testa, sujeitas ao jugo da escravidão, espèzinhando e contrariando a divina ordem. Esquecêste os limites do teu poder? esquecêste que te foi confinado ao domínio dos irracionais? “Impera — disse — sobre as aves, os peixes e os quadrúpedes”. Como podes estender a servidão do que foi posto sob tua mão ao que é da tua própria estirpe e ousas pôr no conto dos quadrúpedes e dos ápodos o que é livre por natureza? “Tudo sujeitaste ao homem” — clama o Verbo através da profecia; e enumera o que a teu poder fica sujeito: “os rebanhos, os bois e as ovelhas”. Acaso dos teus rebanhos se geram homens? Acaso as tuas vacas te pariram seres humanos? Aos homens apenas cabe a servidão de bestas irracionais...

A maior parte dos Padres, contudo, limita-se a condenar os maus tratos infligidos aos servos, a afirmar que perante Deus, e por conseguinte perante a Igreja, são iguais escravo e homem livre, etc.; alguns possuíam escravos, mercê da Providência de que se consideravam indignos, como S. Paulino de Nola (353-451), que a propósito da morte de seu escravo Vítor escreveu <sup>723</sup>: *Servivit ergo mihi; servivit, inquam; et vae mihi misero, quod passus sum; servivit et peccatori qui non serviebat peccato*, “serviu-me pois a mim; serviu, digo bem; e ai de mim, misero que o consenti: serviu a um pecador aquele que não servia ao pecado”.

S. Paulo <sup>724</sup> recomendara a Filémon que recebesse “como irmão” seu escravo Onésimo que lhe fugira e se fizera cristão, mas não pronunciara nenhum veredito contra a escravidão. Apesar do seu igualitarismo, tampouco o Islão o fez. A influência do cristianismo sobre a legislação respeitante à condição servil foi lenta, e é difícil distingui-la da atuação de outras forças que atuaram concomitantemente, em particular da recessão demográfica que tendia a isolar as populações, a dificultar a mobilidade

<sup>720</sup> Vide J. Dutilleul, artº “Esclavage” in *Dictionnaire de Théologie Catholique* (...), sous la direction de A. Vacant & E. Mangenot, tomo V, Létouzey et Ané, Paris, 1913, s. v. (col. 457-520).

<sup>721</sup> “Homilia IV sobre o Eclesiastes”, Migne, *Patrologia Graeca*, tomo 44, col. 663-666.

<sup>722</sup> Ecl 2, 7.

<sup>723</sup> *Epístola xxiii*: Migne, *Patrologia Latina*, tomo lxi, col. 259.

<sup>724</sup> *Epístola a Filémon*.

geográfica e social e levar cada região a ensimesmar-se, buscando a autarcia económica. Constantino (r. 306-337) proibiu que se obrigassem os escravos a trabalhar aos domingos e dias santos; Justiniano (r. 527-565) aboliu todos os impedimentos à alforria de escravos que ainda vigoravam, proibiu os herdeiros de retardar a alforria dada ao escravo por disposição testamentária, a exigência de prestações de serviços aos libertos, etc. Ao escravo era conferido o mesmo direito a contrair matrimónio que ao *ingénuo* (nascido livre), a possibilidade de ingressar na vida monástica, etc.<sup>725</sup>.

Valentiniano I (r. 364-375) proibiu a venda dos escravos agrícolas separadamente da do domínio em que trabalhavam. O resultado foi a transformação gradual dos escravos em servos da gleba, que não podiam ser vendidos, mas continuavam adstritos à terra em que labutavam, sendo em geral retribuídos mediante a concessão de uma parcela de terreno para, nos intervalos dos trabalhos devidos a seu senhor, a cultivarem em seu proveito. A historiografia marxista sempre insistiu sobre o carácter positivo da passagem do “modo de produção escravista” ao “modo de produção feudal”; há contudo que notar para os antigos escravos a evolução foi de facto progressiva; mas com o seu estatuto veio a coalescer o dos antigos inquilinos ou colonos livres, que foram gradualmente privados da liberdade de abandonar a gleba em que laboravam, de modo que para esses a evolução foi regressiva.

Em Castela como em Portugal, graças à Reconquista, que proporcionou uma descompressão da sociedade e muitas hipóteses de melhorar a sorte nas terras ocupadas, a servidão da gleba, que subsistia por exemplo na Catalunha, desaparecera por volta do século XII; mas a escravidão de mouros apesados no campo de batalha ou em operações de corso subsistia. Juristas, teólogos e moralistas continuavam a considerar que, em caso de “guerra justa”, era um *direito natural* do vencedor obrigar o vencido a trabalhar para ele ou para os seus, reduzindo-o assim a um estatuto servil. No caso de guerras entre cristãos considerava-se que esse direito era derogado por um dever superior de caridade fraterna, e era por isso interdito escravizar cristãos — embora aos escravos que se convertessem se não concedesse *ipso facto* a alforria. A língua acompanhou esta evolução: por volta do século VI, quando toda a população do que fora o Império Romano estava cristianizada, enquanto o termo *servus* em latim ou *δοῦλος* em grego, passavam gradualmente a designar o servo da gleba, adstrito à terra e ao labor, mas não passível de venda, o termo *σκλάβος*, literalmente, “eslavo”, generalizava-se para designar o escravo venal, à antiga, pois era então entre os eslavos ainda não convertidos ao cristianismo que haviam invadido os Balcãs que se recrutava a mão-de-obra puramente servil.

Até porque a existência de servos da gleba tornava menos premente a necessidade de mão-de-obra escrava, a escravatura propriamente dito, sem jámais ter desaparecido da Europa meridional, não teve assim na Idade Média grande importância. Foram os descobrimentos portugueses que, ao facilitar o acesso aos mercados fornecedores da África a relançou. Colombo, que viveu em Portugal quase uma década e viveu na Madeira onde, embora não em massa, como mais tarde no Brasil, se utilizava nas plantações de açúcar mão-de-obra servil, constituída sobretudo por escravos guanchos adquiridos nas Canárias, conhecia bem o sistema, pelo que não admira que o tenha procurado imitar.

Foi talvez por conhecer as medidas que interdiziam a escravização de cristãos que na Espanhola, como se veio a provar pelo depoimento de treze testemunhas no inquérito de Bobadilla<sup>726</sup>, Colombo, a despeito de toda a sua religiosidade, começou a fazer quanto pôde para atrasar ou mesmo impedir os batismos, sujeitando-os caso a caso

<sup>725</sup> *Corpus Iuris Civilis reconcionatum, in tres partes distributum* (...), auctore Eusebio Begero, 3 vols., Liv<sup>o</sup> Aug. Leb. Stettin, Francoforte & Lipsia, 1767-68, 2<sup>o</sup> parte, “Institutas de Justiniano”, títulos iii-vi, pp. 17-41.

<sup>726</sup> Varela & Aguirre, *La caída...*, pp. 99 & sqq. & 111-119; vejam-se em particular os depoimentos Pero Ortiz, a p. 199, e de Juan Vallés a p. 202.

à sua autorização prévia; até vir a Espanha em 1496 jamais a concedeu — o que lhe permitia afirmar que apenas reduzia à escravidão populações pagãs. Sabemos por Frei Ramón Pané <sup>727</sup> que — tirante o caso dos nativos trazidos para Espanha e aí batizados, como Diego Colón, afilhado e intérprete do Almirante, e seus criados Pedro e Cristóbal que receberam a iniciação cristã no mosteiro de Guadalupe a 20.VII.1496 <sup>728</sup> — o primeiro batismo que teve lugar nas Antilhas foi o de Juan Mateo, a 21.IX.1496, festa do evangelista S. Mateus, portanto quase quatro anos após o descobrimento, e já depois da largada do Almirante para Espanha, que tivera lugar a 22 de Março. Foi por isso que, quando em 1500 se espalhou a notícia de que D. Cristóvão fora como governador substituído por Bobadilla, muitos religiosos se apressaram a batizar os que consideravam preparados para o batismo, realizando-se então 2.000 batismos <sup>729</sup>.

Na Europa o paganismo desaparecera gradualmente com a conversão ao cristianismo dos germanos, nos séculos VI-VIII, dos búlgaros no reinado de Bóris I (852-889), dos russos entre 867 e 980, dos húngaros ou magiares cerca do ano 1000, dos escandinavos entre o século VIII e o século XII, e finalmente dos lituanos em 1387. Entretanto, porém, entrara em cena o islão. Foi como um corolário da expansão muçulmana dos séculos VII-VIII que na zona mediterrânica da Europa cristã se desenvolveu a escravatura de mouros, aprisionados em batalhas ou escaramuças terrestres e, sobretudo, em operações de corso, que no *Mare Nostrum* de antanho se tornara endémico. É por na Península Ibérica serem os escravos sobretudo muçulmanos aprisionados, que, nomeadamente nas *cartas de foral* em que se estabelecessem os impostos a pagar em cada comunidade, são as mais das vezes designados simplesmente por *mouros*: “por asno peite *x*, por cavalo peite *y* e por mouro ou moura peite *z*”. Com a entrada em cena dos escravos negros importados da Guiné, no século XV, o uso do termo *mouro*, ou em castelhano *moro*, cessou de conotar servidão, ficando confinado à acção religiosa de “maometano”, em que permanece em uso, por exemplo em Goa, em Ceilão, nas Filipinas, etc.; o termo “muçulmano” apenas está atestado em meados do século XVI, na obra de Garcia de Orta. Quanto aos mouros aprisionados em operações de corso no Mediterrâneo ou no Mar das Éguas, entre o Algarve e Marrocos, são geralmente descritos como “escravos brancos”.

A situação era bilateral, pois por seu lado os mouros faziam o mesmo aos cristãos que podiam haver às mãos — situação que perdurou pelo menos até 1830, quando os franceses, no final do reinado de Carlos X, em retaliação de um ataque de corsários argelinos, se apoderaram de Argel. A escravidão de cristãos no norte de África é, até aí, tema comum na literatura, tendo por exemplo inspirado a ópera *O Rapto no Serralho* de Wolfgang Amadeus Mozart. Daí que se tenham até, piedosamente, instituído ordens religiosas, como os Trinitários (1198) e os Mercedários (1218), especializadas, em redimir cativos, trocando-os por prisioneiros do campo adverso, resgatando-os a dinheiro, ou, como os mercedários faziam por voto e muitos trinitários por devoção, oferecendo ao cativo as suas próprias pessoas em troca das dos escravizados.

<sup>727</sup> *Relação* transcrita por D. Hernando (*HA*, cap lxii/lxi), cap. xxvi.

<sup>728</sup> “Partida de Bautismo de Cristobal y Pedro, criados del Almirante”, Guadalupe, 20.VII.1496, *CDD*, II, doc. 338, p. 909.

<sup>729</sup> Carta de Fr. João de Ledeuille ao Cardeal Cisneros, 12.X.1500, *ibidem*, doc. 459, pp. 1223-1224.

Nos começos da época henriquina, enquanto o comércio e a exploração geográfica se não distinguiam ainda claramente da guerra de corso, os homens do Infante D. Henrique faziam ao longo da costa saariana sortidas em terra para se apossarem tanto de gados como de homens, que eram ao depois vendidos como escravos. Em rigor, embora houvesse quem defendesse que toda a guerra contra mouros era justa, como mais abaixo veremos ao analisar o *Memorial de la Mejorada*, a Escolástica apenas considerava “guerra justa” a que se movia aos infiéis por *justa causa, legitima auctoritate e debito modo*, excluindo os casos em que daí recresceriam males piores do que os que se queriam remediar. S. Tomás de Aquino vinca na sua *Summa Theologica* <sup>730</sup> que a mera infidelidade não era justa causa para mover guerra aos infiéis: apenas era lícito fazê-lo se haviam invadido territórios de cristãos, se faziam obstáculo à prêgação pacífica do Evangelho ou se sonegavam direitos naturais, como o direito ao comércio — argumento brandido pelos portugueses na Índia. A mesma posição assume o P<sup>c</sup> Fernão de Oliveira, que no capítulo iv da sua *Arte da Guerra no Mar* <sup>731</sup> sintetiza: *não podemos fazer guerra justa aos infiéis que nunca foram cristãos, como sam mouros e judeus e gentios que cõnosco querem ter paz e nam tomaram nossas terras nem per algũa via prejudicam à cristandade*.

Na prática raros eram os que se interrogavam sobre a legitimidade da guerra contra os muçulmanos e, por conseguinte, sobre se constituíam “presa de boa guerra” os cativos que nela se faziam. Após uma tentativa falhada do regente D. Pedro para interdizer as presas na costa saariana, c. 1443, a prática manteve-se até 1448, ano em que, por uma razão pragmática — para que pudesse prosperar o comércio pacífico, que as contínuas surtidas empachavam — D. Henrique a proibiu. Os portugueses cessaram então de caçar escravos, passando a adquiri-los às caravanas que os traziam do Sudão para o Norte de África; mais tarde adquiri-los-iam em feiras de escravos que se realizavam regularmente nos Rios da Guiné, especialmente em Cantor, no Benim, no vale do médio Congo, etc. Os negreiros podiam assim lavar, como Pilatos, as manitas, pois não eram eles quem escravizava os negros...

Na realidade era impossível aos negociantes de escravos que freqüentavam as costas africanas determinar se os escravos que aí apareciam à venda haviam ou não sido aprisionados em guerra justa; e a si mesmo aplicavam a velha máxima *in dubio pro reo*. Ninguém parece ter-se dado conta de que o aumento brusco da procura de mão-de-obra no litoral acarretava no interior a multiplicação das guerras tribais, feitas com o único objetivo de obter cativos para vender aos forasteiros. Ignaros do complexo mapa étnico e político da África, facilmente se contentavam com o estereótipo dos negros que uns aos outros se vendiam, suprimindo com escravaria a escassez de bestas de carga, que a mosca tsé-tsé não deixava prosperar. Na sua *Miscelânea* <sup>732</sup> Garcia de Resende aponta-o como uma curiosidade entre as muitas de que ao longo da sua relativamente longa vida pôde observar: *ũos aos outros se vendem / e há muitos mercatores / que nisso sòmente intendem / e os enganam e os prendem / e trazem aos tratadores; / muitos se vendem na terra, / se tem uns com outros guerra / servem-se de bestas deles / polas non haver entr'eles; / a mais terra é chã sem serra. // Vem grã somma a Portugal / cad'ano também às ilhas / é cousa que sempre val / e tresporda o cabedal / em Castela e nas Antilhas*.

Raros foram os que em Portugal tiveram escrúpulos quanto à legitimidade do cativo em que tantos africanos jaziam. O caso mais notável é o do P<sup>c</sup> Fernão de Oliveira, a que aludimos acima, dominicano como Las Casas, a quem se devem as mais violentas páginas contra a escravatura que naqueles tempos se escreveram em Portugal. Embora mais tarde os jesuítas da Universidade de Évora

<sup>730</sup> *Summa Theologica*, II<sup>a</sup>-II<sup>ae</sup>, q. 10, art<sup>o</sup> 8.

<sup>731</sup> 1<sup>a</sup> ed., Coimbra, 1555; utilizámos a edição do Ministério da Marinha (Colecção *Documentos*, n<sup>o</sup> 1), Lisboa, 1969.

<sup>732</sup> Estrofes 58-59; E. Verdelho, *Livro das Obras de Garcia de Resende*, p. 549.

tenham também disceptado sobre a legitimidade do cativoiro <sup>733</sup>, rejeitando-o casuisticamente por injusto e ilegal em numerosos casos, quer-nos parecer que é Fernão de Oliveira quem põe o dedo na ferida ao afirmar lapidarmente: *e não é nesta parte boa escusa dizer que eles se vendem uns a outros, cá não deixa de ter culpa quem compra o mal vendido; e as leis humanas desta terra e doutras o condenam, porque se não houvesse compradores, não haveria maus vendedores*. Assim desmontava o argumento cómodo e simplista dos que, implícita ou explicitamente, alegavam que não eram responsáveis pelo cativoiro dos africanos, pois quando os compravam eram já escravos, já que *eles uns aos outros se vendiam*.

De facto, a escravidão e o comércio de escravos estavam de longa data institucionalizados em quase toda a África, e já o antigo Egito se servia bastamente de cativos núbios. O facto era bem conhecido em Israel, e a Bíblia justifica-o pelo mito da maldição lançada sobre Cam, considerado o antepassado das populações africanas, por seu pai Noé, por ter caçoado dele que se desnudara durante uma bebedeira <sup>734</sup>. Nos fins da Idade Média e durante largo trato da Moderna os cristãos da Europa contentaram-se com essa explicação, em que julgavam achar justificação suficiente para o comércio negreiro, e raramente buscaram averiguar se era ou não justo o cativoiro em que jaziam.

Muito diferente era o caso dos índios da América, com quem os cristãos não tinham o contencioso secular que tinham com a mourama. No Novo Mundo a escravidão institucional circunscrevia-se praticamente aos estados bem estruturados, como o império azteca e o inca, e a algumas populações organizadas em chefaturas estáveis, regidas por chefes hereditários, em que existia um nítida hierarquia social; tal era por exemplo o caso dos tapajós da bacia amazónica. Mesmo onde existia escravidão, o comércio de mão-de-obra servil estava longe de revestir a importância que havia adquirido em África muito antes já da chegada dos europeus. Escravizar arbitrariamente os índios que se conseguiam caçar, ou mesmo os que se cativavam na guerra, pareceu desde logo abusivo às consciências cristãs menos empedernidas por hábitos inveterados de cuja legitimidade se não interrogavam; por isso mandaram em 1500 os Reis Católicos — honra lhes seja — recambiar para a América os escravos índios que Colombo mandara vender em Sevilha, por lhes pareceram ilegalmente adquiridos, com ordens para os soltarem <sup>735</sup>. No entanto, verificada a contumácia dos caribes da Terra Firme da América Meridional e ilhas adjacentes, que resistiam por armas ao envio de missionários, a Rainha autorizou em 1503 que os que

<sup>733</sup> Domingos Maurício, S. J., “A Universidade de Évora e a escravatura” in *Didaskalia*, vol. VII, fascº 1 (1977), pp. 153-200.

<sup>734</sup> Gen 9, 18-29.

<sup>735</sup> Cédula de 20.VI.1500, AGI, *Contratación* 3249, fl 242, pub. por Navarrete, I, doc. cxxxiv, p. 449.

fossem de novo a descobrir pudessem cativar os canibais <sup>736</sup>Foi, contudo, só uma trintena de anos mais tarde que o papa Paulo III, pelo breve *Pastorale Officium*, de 29.V.1537 <sup>737</sup>, e mais solenemente pela bula *Veritas ipsa* (também conhecida por *Sublimis Deus*, que é o *incipit* de outras cópias manuscritas), de 4.VI.1537, veio a proibir totalmente a escravização de índios americanos, que além do mais obstava à conversão dos que permaneciam em liberdade:

A todos os cristãos que hajam de ler as presentes letras, saúde e bênção apostólica! A própria Verdade, que nem enganar nem enganar-se pode, ao destinar prêgadores da fê para o ofício da prêgação, disse, como bem se sabe: indo, ensinai a todas as gentes; e disse “todos” sem qualquer exceção, como quer que todos sejam capazes da disciplina da fê. O que, vendo e invejando o inimigo da todo o género humano, que sempre se opõe às boas obras para que fracassem, escogitou uma maneira até aqui inaudita de impedir que a palavra de Deus não fosse prêgada às gentes para que se salvassem: e moveu alguns de seus ministros a que, desejando satisfazer a sua cupidez, ousem muitas vezes afirmar que os índios meridionais e ocidentais e outras gentes que em nossos dias chegaram ao nosso conhecimento, a pretexto de serem ignaros da fê católica, devem ser dirigidos como brutos animais a servir-nos, e reduzi-los à servidão, oprimindo-os com tantas aflições quantas raramente apremem os brutos animais para que nos sirvam. Nós, porém, que do mesmo Senhor nosso, ainda que indignos, fazemos as vezes na terra, e buscamos por todos os modos conduzir ao mesmo redil as ovelhas do Seu rebanho a nós confiadas, esguardando aos próprios índios, como verdadeiros homens não só capazes de receber a fê cristã mas também, como nos foi feito saber, de a ela prontissimamente acorrer, e querendo a isso prover com remédios adequados, pelas presentes letras outorgamos e declaramos com autoridade apostólica que os sobreditos índios e todas as demais gentes que de futuro venham ao conhecimento dos cristãos, embora vivam fora da fê católica, não só podem em sua liberdade fruir e gozar livre e licitamente do domínio das suas próprias cousas, mas também que não devem ser reduzidos à servidão; e que tudo o que contra isso venha a fazer-se seja irritado e inane; e que os ditos índios e outras gentes devem ser convidados à dita fê de Cristo pela prêgação da palavra de Deus e pelo exemplo de uma vida boa. Isso o declaramos pelas presentes letras, sem embargo de quaisquer outras premissas em contrário. Dado em Roma no ano de 1527, terceiro de nosso pontificado, no dia quarto antes dos idos de Junho <sup>738</sup>.

Ao contrário do que, com pouco rigor, se tem muitas vezes afirmado, a bula não declara que os índios eram seres racionais e possuíam alma imortal, pois considera tal afirmação um pressuposto indiscutível; esse pressuposto está implícito tanto na frase “indo, ensinai a todas as gentes (...), como quer que todos sejam capazes da disciplina da fê” como na áspera censura dirigida aos que “a pretexto de eles serem ignaros da fê católica”, entendem que “devem ser dirigidos como brutos animais a servir-nos

<sup>736</sup> Carta régia de Segóvia, 30.X.1503, *CDD*, III, doc. 631, pp. 1579-81.

<sup>737</sup> Pub. em versão portuguesa por Paulo Suess (org.), *A Conquista Espiritual da América Espanhola: 200 documentos - Século XVI*, Vozes, Petrópolis, 1992, doc. 38, pp. 268-270.

<sup>738</sup> Traduzimos do original latino; outra versão, *ibidem*, doc. 40, pp. 273-275.

(...), oprimindo-os com tantas aflições quantas raramente apremem os brutos animais para que nos sirvam”. Tampouco o viria a declarar a Junta de Valhadolid em 1550-51, em que se afrontaram a posição de Las Casas, defensor intransigente dos direitos dos ameríndios, e a de Juan Ginés de Sepúlveda, que, sem pôr em causa a sua humanidade, defendia a necessidade e conveniência de um domínio espanhol paternalista capaz de extirpar a sua idolatria e moralizar os seus costumes, impedindo nomeadamente a antropofagia e os sacrifícios humanos. Sepúlveda ia assim um pouco mais longe do que a Junta de Burgos, que em 1512 consentira em que se movesse guerra aos índios que por força de armas resistissem à evangelização; mas a humanidade dos índios jâmais esteve em questão. Aliás, logo no regresso de Colombo da sua segunda viagem, o cura de Los Palacios <sup>739</sup> anotara:

*Todas aquellas gentes isleñas y de la tierra firme de allá, aunque parezcan bestiales y anden desnudos, según el Almirante y los que con él fueron este viaje, les parecieron bien razonables y de agudos ingenios, los quales todos huelgan mucho de saber cosas nuevas, como hacen acá los hombres que desean saber todas las cosas, que aquello no nace sino de viveza y agudo ingenio...*

Embora atendo-se ao direito positivo, Solórzano y Pereira dedica ao problema da liberdade dos ameríndios todo o livro II da sua obra <sup>740</sup>.

Foi pela mesma ordem de razões que no Brasil, que de momento nos não interessa senão a título de comparação, os jesuítas se bateram pelo total banimento da escravidão dos índios, que uma lei de 1570 de D. Sebastião autorizava quando, não sendo cristãos nem seus aliados, fossem capturados em “guerra justa”, como tal declarada pelo governador. As autoridades locais vieram a consentir também, como um mal menor, na retenção em cativeiro dos *índios da corda* resgatados.

A despeito das medidas que os Reis Católicos haviam começado a tomar para restringir a escravização dos índios, quando a 15.IV.1502 o jovem Bartolomé de las Casas, em companhia de seu pai, aportou pela primeira vez a Santo Domingo, “viu e ouviu com seus próprios olhos e ouvidos” os da terra responderem à pergunta *¿que nuevas, que nuevas hay en la tierra?* com as palavras seguintes: “*buenas, buenas, que hay mucho oro, que se cogió un grano de tantas libras, y que hay guerra con los indios, por que habrá hartos esclavos...*” <sup>741</sup>

<sup>739</sup> A. Bernáldez, *Historia ...*, cap. cxxxi.

<sup>740</sup> *ed. cit.*, tomo I, pp. 131 & sqq.

<sup>741</sup> I, cxxii.

Diga-se o que se disser, foi Cristóvão Colombo o iniciador da escravização dos ameríndios. Dentro da sua concção providencialista da história, Frei Bartolomeu viu, por isso, nas manobras e intrigas que contra ele se começaram a urdir na corte a partir de 1495, ao mesmo tempo uma punição divina e como que uma providência cautelar interposta pelo Céu para evitar a extinção total dos índios:

*Y parece que Dios las permitía (salvos sus secretos y rectos juicios) por afligir al Almirante y a sus hermanos, por la injusticia, injurias, daños y crueldades que en las guerras contra estas inocentes gentes habían cometido, y después de ellas en les imponer los tributos que no debían. (...). Tengo por cierto que, si no fuera impedido con la grande adversidad que al cabo le vino, con hacer injusta y tiránicamente desta gente esclavos y sacarlos y pagar con ellos la gente que acá venía y enviar dellos dineros a los Reyes (...), él acabara en muy poco tiempo de consumir toda la gente desta isla.*

Na realidade o povo taíno, dizimado pelas epidemias introduzidas pelos colonos — em particular o grande surto de varíola de 1518-19 — pelas guerras e pelos trabalhos forçados, reduziu-se já em dias de Las Casas a menos de um terço do seu efetivo antes de Colombo. Os indivíduos que sobreviveram foram rapidamente absorvidos pela sociedade colonial, devido à cristianização, à aculturação, à intensa mestiçagem e à introdução de escravos africanos em quantidades não despidiendas. Embora em Cuba tenham subsistido alguns grupos de taínos até ao século XIX, na Espanha desapareceram rapidamente como etnia. Quanto a Porto Rico, segundo um estudo do ADN mitocondrial dos porto-riquenhos, levado a cabo por Carlos Bustamante na Universidade de Stanford (Califórnia), c. 61 % deles têm sangue ameríndio, embora no seu conjunto preservem apenas 15% do genoma dos taínos <sup>742</sup>.

Menéndez Pidal (1869-1968), que não esconde a sua aversão a Las Casas nem perde uma ocasião para rebater, ou pelo menos pôr em dúvida, o que ele escreve, contesta os números dados pelo cronista dominicano, refugiando-se numa teoria assaz discutível <sup>743</sup>:

*Autores antiguos y modernos han notado que el hombre selvático es demasiado débil para resistir a la vida civil, y que los civilizadores no se toman el cuidado debido para atajar los estragos que hacen la vida sedentaria, la aglomeración, el trabajo y las epidemias de increíble fuerza mortífera en quienes no están endurecidos e inmunizados para tan gran cambio de vida. La civilización es para ellos un veneno lento insoportable, al cual prefieren muchas veces el suicidio.*

<sup>742</sup> Anastasia Gubin, “Portorriqueños mantienen en su ADN un 15% del genoma de los taínos” in *La Gran Época*, 19.X.2011.

<sup>743</sup> Ramón Menéndez Pidal, *El Padre Las Casas - Su doble Personalidad*, Biografías, Real Academia de la Historia, 2ª ed., Madrid, 2012, p. 102.

Insigne filólogo, o autor mostra-se em História demasiado prisioneiro da ideia positivista de progresso orgânico da espécie humana, de onde a sua insensibilidade ao drama dos ameríndios, condenados pelo curso inexorável de uma evolução necessária. Se o seu fado, traçado desde sempre, era serem sacrificados nas aras da evolução inelutável da humanidade, para quê chorar sobre eles?

Ao lado da escravidão pura e dura de ameríndios, Colombo deu início a uma prática relacionada, mais branda, mas que envolvia igualmente o trabalho forçado dos nativos: repartir entre os colonos um certo número deles, com a obrigação de os catequizarem, utilizando entretanto os seus serviços em tarefas domésticas, no cultivo das terras e nas minas. Esta prática daria sucessivamente lugar a duas instituições correlatas, o *repartimiento* e a *encomienda* que, com vicissitudes, perdurariam na prática até ao século XVIII. Foi em Janeiro de 1496, quando se preparava já para ir a Espanha a dar contas da sua administração aos Reis, que, perante o fracasso da política fiscal que inicialmente adotara, Colombo, sem dinheiro para pagar as soldadas de seus homens, deu começo a essa prática, pagando, por assim dizer, as soldadas em atraso em mão-de-obra índia compelida.

Pedro Mártir de Angléria descreve deste modo o sistema:

Na Espanhola são, contudo, postergados todos os demais proventos, e toda a atenção é dirigida à colheita de ouro, a cujo labor foi dada a seguinte ordem: a qualquer homem industrioso que seja de algum peso são assinados um ou vários caciques, ou seja régulos, com seus súbditos. O cacique, em certos tempos do ano, segundo o pacto, acorre com uma turma de insulanos à mina de ouro a que está ascrito. Ali lhes são distribuídas ferramentas de cavar. Ao cacique e aos moradores foi estabelecido certo prémio pelo trabalho, além dos alimentos. Ao retirarem-se das minas de ouro para as sementeiras a que no devido tempo se aplicam para que lhes não falem mantimentos, trazem um um gibão, outro uma roupa interior, outro um saio, outro um barrete. Com tais cousas se satisfazem já e não mais andam nus; deste modo se servem do trabalho dos nativos no ouro e na agricultura, não de outro jeito que do de escravos. *Anaborias* [= *aboris*] chamam a esses mercenários insulares, mas não consente El-Rei que sejam tidos por escravos. São dados e tirados a arbítrio do rei.

Na altura em que são convocados pelos caciques seus régulos, como soldados ou carregadores por seus capitães, os moradores, se podem, evadem-se em grande número para as matas e para os montes. Escondendo-se, contentam-se em esse tempo com alimentos silvestres, para não suportarem tal labor. São todavia dóceis, quase já esquecidos dos primitivos ritos, e creem piamente e recitam o que de nossa fê se lhes ensina. Os principais dos nossos ensinam em casa os filhos dos régulos, e os moços aprendem fãcilmente as letras, ainda que rudimentares, e os costumes urbanos. Adultos, mandam-nos para as terras natais, sobretudo se lhes morreram os pais, para que governem os moradores que herdaram.

Posta ao corrente deste sistema, a Rainha hesitou durante algum tempo; mas, ao contrário do que fizera quanto ao comércio de escravos, acabou por dar o seu

assentimento: em 1503<sup>744</sup>, considerando a dificuldade em persuadir os índios a trabalhar como assalariados para os colonos, e constatando que a ordem que havia dado a Frei Nicolau de Ovando, quando no ano anterior o enviara às Índias como governador, para que os índios fossem declarados *libres e non sujetos a servidumbre*, dera maus resultados — pois que *a cavsa de la mucha libertad (...) huyen e se apartan de la conversacion e comunicacion de los christianos*, o que dificulta a sua conversão — autorizava que doravante pudesse o governador compelir e apremiar os nativos a trabalhar *donde fuere menester*. Punha apenas como condição que lhes pagassem o jornal que o governador lhes taxasse, que os tratassem bem, sobretudo aos que aceitassem o batismo, e que nos dias santos os mandassem à doutrina. Caberia aos caciques escolher e mobilizar de entre os seus súbditos ou *aboris* o número requerido a fornecer.

Tolerados assim, na Espanhola os *repartimientos*, a Coroa autorizou-os depois nas suas outras possessões. As *Leyes Nuevas* de 1542, inspiradas por las Casas, vieram contudo a proibir o trabalho forçado dos índios, que deveria ser substituído pelo pagamento de um imposto<sup>745</sup>; mas a lei de 20.X.1545 abriu a porta à sua reintrodução sob uma forma mitigada. Teoricamente os *repartimientos* deveriam ser subsumidos pelas *encomiendas*, de que falaremos a seguir; mas na prática continuaram muitas vezes a repartir-se índios entre colonos e entidades públicas para prestação de serviços pessoais, trabalho nas minas, guarda de gado, etc., fora do regime de *encomienda*. As prestações de trabalho dos nativos foram regulamentadas por sucessivas leis, que vieram a ser compiladas nos títulos xii a xvii do livro VI da *Recopilación de Leyes de Las Indias*<sup>746</sup>. Para manter o princípio da liberdade dos índios, as leis não autorizavam senão *repartimientos* temporários; o sistema era juridicamente interpretado como produto do cruzamento do direito da Coroa a exigir dos seus súbditos prestações de serviços com o assalariamento livre. A prática mais comum era a distribuição rotativa dos indígenas pelos proprietários agrícolas, de modo a que cada um trabalhasse, a troco de uma pequena remuneração, uma semana por mês para os patrões e para si mesmo as outras três. No Peru, onde foi sobretudo utilizado para os trabalhos de mineração, veio a combinar-se ainda com a *mita* ou corveia, exigida outrora dos seus súbditos pelo Império Inca<sup>747</sup>. Foi a importação maciça de escravos africanos o que veio a tornar praticamente inútil o sistema, que em muitas regiões perdeu, contudo, até à promulgação da Constituição de Cádiz em 1512.

Foi a partir dos primeiros *repartimientos*<sup>748</sup> feitos por Colombo que se desenvolveu uma instituição correlata, a *encomienda* (às vezes designada pelo termo nativo *aboria*, que em rigor

<sup>744</sup> Carta régia de Medina del Campo, 20.XII.1503, *CDD*, III, doc. 639, pp. 1590-91.

<sup>745</sup> José María Font & Ramón Ezquerro, artº “Leyes de Indias”; J. M. Font, artº “Leyes Nuevas de 1542”, in *DHE*, vol. II, s. v.; Silvio A. Zavala, *Las Instituciones Jurídicas en la Conquista de América*, Junta para la Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, Sección Hispano-Americana, Madrid, 1935.

<sup>746</sup> *ed. cit.*, tomo II, fl 241-271.

<sup>747</sup> José María Font, artº “Repartimientos de Indios”, in *DHE*, vol. III, s. v.

<sup>748</sup> Estão sobretudo bem documentados os *repartimientos* a que em 1514 procederam, por ordem régia, Rodrigo de Albuquerque e o licenciado Pedro Ibáñez de Ibarra, exaustivamente estudados por Luís Arranz Márquez, *Repartimientos y Encomiendas...*, de que retira um belo quadro da demografia da ilha.

significa “vassalagem”) em que o acento era posto sobre a doutrinação dos índios, entregues ou *encomendados* a colonos para que estes promovessem a sua catequização, recebendo deles em troca serviços pessoais. Solórzano y Pereira, que dedica à *encomienda* todo o livro III da sua *Política Indiana*, compara-a ao feudo, à enfiteuse, ao usufruto e figuras jurídicas semelhantes, em que sobre uma propriedade ocorre uma dissociação entre domínio eminente, conservado neste caso pela Coroa, e domínio útil entregue ao concessionário; não deixa contudo de explicar que o escopo que presidia à concessão era o de confiar os nativos a espanhóis que os doutrinassem no cristianismo, de que a prestação de serviços decorria como mero corolário. A lei limitou o número de índios encomendados a um máximo de 300 por *encomendero*, e a sua duração a dois ou três anos, em raros casos à vida do *encomendero*. Este devia em contrapartida pagar anualmente por cada cabeça de índio um *peso* de ouro, o que tornava o sistema rendoso para o Estado. Por *peso* deve entender-se o *castelhano* de ouro, de 4,5 g ( $1/50$  do marco de Colónia), que só em 1497 cedeu o lugar ao *excelente*, de 3,5 g como o *florim* de Florença, o *ducado* de Veneza e o *cruzado* português, mas continuou a usar-se como moeda de conta ou unidade de massa. Foi só mais tarde que o nome de *peso* se aplicou à moeda de prata do peso de uma onça, como o *thaler* austríaco, no valor de oito reais, mais conhecida por *real de a ocho*.

De início acordou-se em que os *naborís* trabalhassem cinco meses seguidos para o *encomendero*, um terço dos quais na mineração do ouro, após o que teriam direito a 40 dias de licença, para agenciarem a sua vida pessoal, recebendo em compensação um peso de ouro por ano; mas em 1513 autorizou-se que trabalhassem nove meses nas minas e os outros três nos seus campos ou nos do patrono. A despeito da guerra que lhe moveu Las Casas, que conseguiu a sua abolição em 1542, o sistema foi restabelecido em 1545, embora mitigado e reduzido em princípio a uma vida, ainda que na prática chegasse por vezes a três ou quatro; fracassaram contudo os esforços desenvolvidos pelos *encomenderos* nos reinados de Filipe II (1556-98) e Filipe III (1598-1620) para tornar perpétua a *encomienda*, mediante o pagamento de uma grossa quantia ao fisco, o que as teria transformado numa espécie de donatarias. Transposto das Antilhas para o México, para o Peru e até para as Filipinas, o sistema foi regulamentado por uma série de leis, compiladas nos títulos vii a xi do livro VI da *Recopilacion* de Carlos II <sup>749</sup>. Visto pelos Bourbons como um resquício de senhorialismo que fazia sombra à Coroa, veio a ser abolido pelas leis de 1718, 1720 e 1722 <sup>750</sup>.

Não foi contudo somente da servidão e da tributação forçada que, da parte do Almirante Velho, tiveram os tainos que temer-se: tiveram-no ainda das punições infamantes e por vezes arbitrárias da justiça colombina. Quando Guatigana, cacique de La Magdalena, matou sete cristãos e incendiou uma casa em que jaziam quarenta enfermos, como o vice-rei o não conseguiu haver às mãos, apresou uns tantos dos seus vassalos e despachou-os para Espanha com Torres, para serem vendidos como escravos <sup>751</sup>. Não sabemos se por iniciativa de Hojeda se de Colombo, os três acólitos de Caonaobó que

<sup>749</sup> *ed. cit.*, fl. 221v- 240v.

<sup>750</sup> José María Font & Ramón Ezquerro, artº “Encomienda indiana”, in *DHE*, vol. I, s. v.; Silvio A. Zavala, *La encomienda indiana*, Junta para la Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, Sección Hispano-Americana, Madrid, 1935; Lesley Byrd Simpson, *The Encomienda in New Spain - The beginnings of Spanish Mexico*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles & Londres, 1950 [reimp. 1982].

<sup>751</sup> *HA*, cap. lxi (lx).

com ele foram presos foram amarrados a paus, na praça pública, e cortaram-lhes as orelhas. Aliás, nas instruções que dera a Margarit a 9.IV.1494, antes de zarpar para a exploração de Cuba <sup>752</sup>, Colombo recomendava-lhe: *si halláredes que algunos dellos hurten, castigadlos también cortándoles las narices y las orejas, porque son miembros que no podrán esconder*. Vimos já como o mesmo fez Hojeda ao índio que se pusera em fuga com a espada de um espanhol a quem ajudava a vadear um rio, e o que se propunha o vice-rei fazer ao chefe de quem aquele dependia e aos seus familiares, não foram os rogos de um cacique irmão que, chorando, se lhe lançou aos pés pedindo para eles misericórdia. *¡Hermosa justicia y sentencia para comenzar en gente tan nueva* — comenta Las Casas <sup>753</sup> — *ser amados los cristianos, para traellos al conocimiento de Dios!*

Não foram todavia apenas os índios a poderem lididamente queixar-se das arbitrariedades da justiça do vice-rei de aviário: foram-no também muitos colonos, incluindo alguns dos seus apaniguados.

Caso paradigmático é o de Miguel Moliart, o concunhado de Colombo que lhe ajudara a criar o filho. O Almirante levava-o para as Índias como seu contador, mas depois, não se sabe bem porquê, desavieram-se, quiçá por causa dos 29.000 maravedis que Miguel devia a Cristóvão <sup>754</sup>. Parece que ambos se queixaram aos Reis, que acabaram por ordenar a Colombo que enviasse o concunhado a Castela para aí ser julgado, não sabemos por que delito <sup>755</sup>. O vice-rei, porém, arreceando-se do que Miguel pudesse dele dizer na Corte, fez ouvidos de mercador. Entretanto, a pesar da religiosidade de Colombo, as suas relações com o clero presente na ilha deterioravam-se gradualmente. Assacavam-lhe os religiosos não só empachar os batismos como dificultar os casamentos de espanhóis com mulheres nativas, que fazia depender de autorização sua, dada caso a caso. Como o irmão franciscano conhecido por Frei João Francês desejasse queixar-se dele a Suas Altezas mas não se exprimisse bem em castelhano, redigiu uma carta em francês e pediu a Moliart que lha traduzisse. Quando o Almirante o soube mandou atormentar Moliart, que estava doente e com os tormentos se finou. E assim ficou viúva a pobre tia Violante...

Quanto ao frade, foi Frei Buil, ao tempo ainda em bons termos com Colombo, quem lhe pôs grilhões aos pés <sup>756</sup>.

<sup>752</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. x, pp. 269 & sqq.

<sup>753</sup> *HI*, I, xciii. Colombo refere igualmente estes episódios na sua carta de Abril-Maio de 1494, já citada.

<sup>754</sup> Carta de Miguel Muliart a Colombo, Fevº 1494, Gil & Varela, *Cartas...*, doc. ix, pp. 204-205.

<sup>755</sup> Cédula dos Reis ao Vice-Rei, Arévalo, 1.VI.1495, pub. in *CDD*, vol. II, doc. 298, p. 808.

<sup>756</sup> Varela & Aguirre, *La caída...*, pp. 155, 223 & 249-250. Desta obra extraímos quase tudo quanto de imediato se segue.

Já Michele da Cuneo no seu relato, datado de Outubro de 1495, dá testemunho de que aos que em Cibao contrabandearam ouro mandou o almirante cortar orelhas e narizes, *che era una compassione a vedere* <sup>757</sup>.

Outro caso interessante, registado na devassa, é o de Teresa de Baeça e Inês de Malaver, que constitui ao mesmo tempo um importante testemunho da origem genovesa do Almirante {80}: quatro testemunhas asseveraram que, durante a ausência de D. Cristóvão, D. Bartolomeu mandara cortar a língua às duas mulheres, por haverem afirmado que o pai de ambos era tecelão e que seu irmão Diego aprendera a tecer seda. O facto consta das deposições de Rodrigo Pérez, Francisco de Sesé, Rodrigo Manzorro e Juan de Salazar. É suficiente transcrevermos a primeiro: *El dicho Rodrigo Pérez, lugarteniente de justiça, dize: que podía aver cinco años que Teresa de Baeça e Ynés de Malaver dixeron qu'el Almirante e sus hermanos eran de linaje de texedores, que [en] Moflin avía enseñado a texer a don Diego, e que por ello les cortaron las lenguas; e quando lo supo el Almirante escribió una carta al adelantado [Bartolomé Colón], que leyó este testigo, que en una parte de ella dezía “eso que aveys fecho está bien, que quien dize mal de nos muerte mereçe e asy es el derecho”* <sup>758</sup>. Com esta carta tornou-se D. Cristóvão conivente e encobridor da barbaridade perpetrada por seu irmão.

Já anteriormente mandara o Almirante açoutar a Inês de Malaver, por se ter dito grávida sem no estar; pretenderia quiçá obter um reforço da parca repartição de vitualhas que periódicamente aquele mandava fazer.

Os condenados à forca foram ao todo catorze, ao que parece em geral sem processo escrito nem defesa em forma. A “Luquitas” (identificável quiçá com um dos grumetes Lucas de Gracia e Lucas Gregorio ou com o espingardeiro Lucas de Brujas) condenou à forca por, no meio da grande fome, ter furtado fanega e meia de trigo (6 alqueires); mas como várias pessoas intercederam por ele, limitou-se a cortar-lhe o nariz e as orelhas e desterrá-lo para sempre da ilha. Seu cúmplice, Pero Vello, foi contudo enforcado. Enforcado igualmente, sem processo, foi o próprio mordomo de Colombo, Juan Vanegas, e seu despenseiro, Pedro Gallego, por terem vendido pães destinados ao abastecimento da guarnição. Francisco de Montabán e o tesoureiro Lope de Olano, que renhiram na cidade e acabaram por se esbofetear dentro de uma igreja, foram também condenados à forca; devido, contudo, à intercessão de alguns, acabou por perdoar ao primeiro, contentando-se com cortar-lhe uma mão — pelo que pôde, já maneta, depor contra ele no inquérito de Bobadilla. Enforcou também sem processo a

<sup>757</sup> Nuñez Jiménez, *op. cit.*, p. 148.

<sup>758</sup> AGS, *Incorporado*, legajo 13, pub. por Varela & Aguirre, *La caída...*, pp. 136 & sqq. Agradeço ao meu prezado amigo e colega Juan Gil que me chamou a atenção para este testemunho da genovesidade do Almirante.

Adrian de Múxica e a outros dois, por razões confusas, que cada testemunha explicou à sua guisa: ter-se-ia rebelado, procurado apoderar-se do ouro do Almirante ou libertar D. Hernando de Guevara que, como veremos, estava preso em Santo Domingo; de qualquer modo, segundo o testemunho do próprio padre Pedro Ortiz, o vice-rei não anuiu aos seus rogos para que adiasse por vinte e quatro horas a execução, a afim de que o condenado, que estava fora de si, se pudesse confessar devidamente.

A doze ou treze homens que acoados pela fome foram aos navios sem licença, a trocar ouro por pedaços de toucinho e vinho, agrilhoou uns aos outros pelo pescoço e, com bragas nos pés, fê-los desfilar pelas ruas. Quando constatou o desaparecimento de seis ou sete ovelhas das que os Reis haviam mandado, que andavam em fato nos montes, mandou dar cem açoutes a um criado de Bernal de Pisa chamado Pedro, que estava encarregado delas, sem aceder à sua proposta de dar sete ovelhas por cada uma das que haviam desaparecido — que finalmente reapareceram no dia imediato. Outros cem açoutes levou Juan Moreno, que o Almirante enviara com um cão a caçar para a sua despensa, mas não achou presa...

Colombo tinha pressa de concluir a construção das fortalezas que balisavam a rota da Isabela às minas, entre as quais foi a de La Concepción a mais árdua. Muitos homens, contudo estavam doentes e não podiam trabalhar. Segundo a deposição de Cristóbal Rodríguez no inquérito de Bobadilla, o vice-rei cortava-lhes nesse caso a ração e proibia até aos sãos que lhes dessem de comer. Se o mal fosse apenas ronha, saravam assim mais depressa...

É evidente que o ambiente de terror que se estabeleceu levou muitos a suspirar pela demissão do vice-rei, a afixar nas ruas pasquins contra ele ou esgrafitar nas paredes caricaturas suas — cujos autores, como é óbvio, não puderam ser punidos. Alguns, porém, atreveram-se a gritar em público *viva el rey y muera el mal gobierno*, afirmando que “depois deste outro viria”, ou seja, que os monarcas haviam de substituir Colombo como governador — o que, ao que parece, levou à força pelo menos um dos boateiros.

Em certos casos, dir-se-ia que se arreceou o vice-rei da opinião pública e preferiu infligir aos seus adversários a morte por interposta pessoa; foi assim que enviou dizer ao cacique Guarionex que procurasse matar um tal Jorge de Zamora, ao que parece porque, estando doente, Colombo exigia que trabalhasse na construção da fortaleza de La Concepción, mas apenas lhe dava para comer meia torta *cazabi*, ou seja, meio beiju ou coscorão de mandioca por dia; acoado pela fome, ter-se-á evadido da fortaleza, refugiando-se junto de Guarionex. Segundo o depoimento do língua que foi portador do recado, o vice-rei, indignado, mandou pedir a Guarionex que o matasse, insinuando que era um espia, tratando ao mesmo tempo de espalhar que fora o cacique quem, de sua iniciativa, decidira tirar-lhe a vida.

Raramente é possível datar cada uma destas arbitrariedades, o que aliás pouca importância tem. O caso das ovelhas desaparecidas deve ter tido lugar em 1494, pois nas instruções que, provavelmente a 9.IV.1495, os monarcas deram a Juan Aguado, já lhe recomendavam que se nomeasse um pastor como responsável do “fato real”; quanto ao de Adrian de Múxica, é seguramente posterior à chegada de Hojeda, já desavindo com o vice-rei, a Xaraguá em Setembro de 1499, situando-se por conseguinte durante o segundo período de governo de Colombo <sup>759</sup>.

As primeiras queixas contra a atuação de Colombo na Espanhola devem ter atingido a corte dos Reis Católicos em começos de Abril de 1494, quando chegou a Cádiz António de Torres, que zarpara da Isabela em Fevereiro <sup>760</sup>. Como adiantámos já, o contador Bernal de Pisa fizera um inquérito à governação do vice-rei e escondera-o dentro de uma boia, mas foi caçado — de modo que Colombo ficou a par das suas queixas e em guarda contra ele. Parece que, tal como Moliart e outros mais, pretendia regressar à metrópole; como, porém, Colombo, receoso do que pudessem contar aos Reis, lho vedasse, tentou apoderar-se por força dos cinco navios que ficaram na Espanhola após o regresso de Torres, no que fracassou também. O vice-rei prendeu-o então, e preso o teve até receber ordem dos monarcas para o enviar a Espanha; mais tarde encontrou pretextos para executar dois dos seus sequazes, Juan de Luján e Gaspar de Salinas. Entretanto, por uma via ou outra, outras queixas hão de ter chegado aos ouvidos dos seus destinatários; além de que o próprio Torres há de ter certamente dado conta aos soberanos da mais que precária situação em que quedava a ilha. Seja como for, nas instruções que deram a Juan Aguado em 1495 <sup>761</sup>, recomendavam-lhe os Reis que desse licença para que livremente pudessem regressar para Castela as pessoas que se queixavam de maus tratos por parte do Almirante, que os impedia de regressar a Espanha; e por cédula de Arévalo, 1.VI.1495 <sup>762</sup>, intimavam Colombo a enviar para a metrópole, na torna-viagem das caravelas em que ia Juan Aguado, D. Hernando de Guevara, Formisedo, Bernardo Veneziano e Miguel Moliart.

Tudo veio a precipitar-se quando, como vimos já, cerca de mês e meio mais tarde, Frei Buil e Margarit lograram escapar-se, ganhar a Península e comparecer na corte. Deve ter sido então que os monarcas começaram a pensar em mandar às Índias um *pesquisador*; mas a nomeação de Juan Aguado para tais funções data apenas de 8 de Abril do ano imediato.

<sup>759</sup> *HA*, cap. lxxxix (lxxxiii).

<sup>760</sup> Las Casas, *HI*, I, ciii (p. 296); cf. cap. XC (pp. 256 & sqq.).

<sup>761</sup> Datáveis de c. 9.IV.1495, *CDD*, II, doc. 276, pp. 773 & sqq.

<sup>762</sup> *Ibidem*, doc. 298, p. 808.

Juan Aguado, reposteiro da Rainha, devia ser pessoa de muita confiança desta, que a 30.VI.1493 <sup>763</sup> o recomendara a Colombo, pedindo-lhe que lhe desse *algum cargo bueno* na sua armada; e poucos dias depois, a 12.VII.1493, mandava ao arcediogo Fonseca que lhe confiasse as alfaias necessárias para se celebrar missa que decidira enviar para a Espanhola <sup>764</sup>. Talvez porque tais fossem as ordens da soberana, regressara, contudo, a Espanha com a armada de Antonio de Torres, logo em Fevereiro seguinte. Colombo estava contente com ele, e no memorial que a 30.I.1494 entregou a Torres <sup>765</sup> recomendava-lhe que expusesse aos Reis *cuan bien y diligentemente ha servido en todo lo que le ha sido mandado*, pelo que se tornava merecedor de qualquer mercê. O facto de parecer estar em tão bons termos com o vice-rei influiu certamente na sua escolha para aquela espinhosa missão.

Os Reis estavam gratos a Colombo pela descoberta que fizera, estimavam-no e não o queriam desgostar. Terá sido, pelo menos em parte, por isso que, embora tenham passado a Aguado credenciais para D. Bartolomeu e D. Diego, para o próprio vice-rei e para o povo da Espanhola em geral, a 9.IV.1495 <sup>766</sup>, só quatro meses depois, já em Agosto, o despacharam para as Índias, investido no comando de uma armada de quatro caravelas <sup>767</sup>.

Para atalhar à fome que grassava na colónia, que parece constituir a preocupação principal dos Reis, era portador de 180 cafizes de trigo (o equivalente a 2.160 fanegas ou 8.640 alqueires), 50 de cevada, 60 tonéis de vinho e 60 de azeite, 650 toucinhos, 50 quintais de queijo, pescado salgado, favas, gravações, 360 quintais de biscoito, arroz e painço para semear, mais de 100 cabeças de gado e 200 galinhas, e vários apetrechos para navios <sup>768</sup>. Levou também uma longa lista de conservas e de remédios para uso de soldados e colonos <sup>769</sup>. Ao mesmo tempo faziam os Reis acordo com o mercador florentim Juanoto Berardi, crêdor de Colombo e seu agente em Sevilha, fixando em 2.000 maravedis por tonelada o frete dos navios que, até ao máximo de doze, havia de mandar às Índias <sup>770</sup>. Infelizmente para o Almirante, Berardi faleceria em Dezembro desse mesmo ano.

---

<sup>763</sup> CDD, I, doc. 133, p. 435.

<sup>764</sup> *ibidem*, doc. 136, pp. 438-439.

<sup>765</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. ix, p. 263.

<sup>766</sup> CDD, II, doc. 268, 270 & 274, pp. 766-771; transcritas também por Oviedo, *HGNI*, III, cap. xiii.

<sup>767</sup> Madrid, 12.IV.1495, *ibidem*, doc. 281, p. 784; Madrid, 5.V.1495, *ibidem*, doc. 290, p. 794.

<sup>768</sup> Memorial de Madrid, 9.IV.1495, CDD, II, doc. 275, pp. 771-773; *cf.* o recibo dos quatro mestres das quatro caravelas, *ibidem*, doc. 310, pp. 826-830.

<sup>769</sup> *Ibidem*, doc. 309, pp. 823-826.

<sup>770</sup> Assento da mesma data, *ibidem*, doc. 277, pp. 776-778.

As instruções que, provavelmente na mesma data, Aguado recebeu <sup>771</sup> recomendavam-lhe que pusesse cabo às irregularidades na distribuição de víveres, dando a cada homem cinco celamins (dezasseis-avos de alqueire) de trigo por quinzena, ou seja, duas fanegas por ano, e assim por diante para os demais mantimentos; que recomendasse ao Senhor Almirante deputar uma ou duas pessoas principais, “boas pessoas criados de Suas Altezas” para se ocuparem das distribuições; que despachasse rapidamente as caravelas para que pudessem regressar a Castela e tornar às Índias com mais provisões; que dos grãos que agora iam mandasse semear o que lhe parecesse conveniente, na época do ano que se lhe afigurasse a mais adequada; que lhe recomendasse que deixasse cada um gozar do que levou ou se lhe mandou, criar porcos, galinhas; que não deixasse de prover pastor para o fato real. Nada consta sobre justiça nem sobre as queixas recebidas contra vice-rei; é, porém, óbvio que verbalmente lhe hão de ter recomendado os soberanos que inquirisse bem de tudo, para ao depois capazmente os informar.

Seja como for, Juan Aguado não era o simples comandante de uma armada de abitalhamento como Torres: era portador de credenciais, algo sibilinas, que o acreditavam junto do povo e autoridades das Índias sem contudo definir os seus poderes. No seu laconismo assim rezavam todas: *nos enbiamos allá a Juan Aguado, nuestro repostero, el qual de nuestra parte vos hablará; nos vos mandamos que le dedes fee e creença*. Além disso, como sugere Las Casas <sup>772</sup>, certamente que trazia cartas dos monarcas para o vice-rei, cujo conteúdo nos escapa inteiramente, pois não chegaram até nós. Apenas nos chegaram quatro cédulas datadas de Arévalo, 1.VI.1495 <sup>773</sup>: na primeira ordenam-lhe os Reis que em caso algum, ainda que tenham cometido delitos, prive os homens do seu mantimento; na segunda que deixe vir a Espanha todos os que disso tenham necessidade, desde que permaneçam na Espanhola 500 homens para a defender; na terceira e na quarta que deixe regressar a Castela com a armada do *pesquisador* os que Colombo teimava em reter na ilha: D. Hernando de Guevara, Hormisedo, Bernaldo Veneciano, ou seja o contador Bernal de Pisa, Miguel Moliart e Frei Jorge.

Juan Aguado acabou por apenas chegar à Isabela em Outubro. D. Cristóvão estava então ausente no interior da ilha, guerreando os irmãos de Caonaobó no seu cacicado da Maguana. Ao que parece Aguado entrou imediatamente em conflito de competências com os irmãos do Almirante, tanto mais que era portador das cédulas dos Reis que conferiam a todos os seus naturais licença e faculdade para navegarem

<sup>771</sup> *Ibidem*, doc. 276, pp. 773-775.

<sup>772</sup> *HI*, I, cvii-cix.

<sup>773</sup> *CDD*, II, doc. 296-299, pp. 806-809.

para as Índias<sup>774</sup>, a que de passagem aludimos já. A sua vinda conferiu ânimo aos que, crentes em que “depois deste outro viria”, bradavam “viva o Rei”; e agudizou assim as tensões entre fâções na ilha.

Mal recebido por Bartolomeu e Diego, Aguado decidiu partir ao encontro de D. Cristóvão. Pelo caminho, implícita ou explicitamente, infundiu esperanças aos nativos, pois como comenta Frei Bartolomeu de las Casas,

*como los señores y gente desta isla, en especial las de la comarca de la Isabela y de la Vega Real, y todos los vecinos y gentes de las minas, estaban agraviados y atribulados con las matanzas que en ellos había hecho el Almirante, y los tributos del oro que les había puesto (...) bien creo que de la venida del nuevo Almirante se gozaban, porque apetito es común de todos los que son pobres y de los que padecen adversidades y servidumbre injusta, y más, de los que están muy opresos y tiranizados querer ver cada día novedades. La razón es porque les parece, por el apetito natural y ansia que tienen de salir de sus trabajos, que es más cierta la esperanza de que han de ser, poco que mucho, relevados, que el temor de que vernán con la novedad a más trabajoso estado. (...) Pero engañados estaban, porque cualquiera que fuera y todos los que después fueron, según la ceguedad que Dios, por nuestros pecados y los suyos, en esta materia permitió, no librallos ni dalles lugar para resollar, sino añadilles tormentos a sus males...*

Informado da chegada de Juan Aguado, D. Cristóvão dirigiu-se por seu turno à Isabela, de modo que se encontraram no caminho. Seguiu-se um diálogo de surdos: Aguado apresentou as suas credenciais e pediu ao vice-rei conhecimento de que as havia recebido; mas os escrivães deste, certamente industriados por ele, recusavam ir onde pousava o *pesquisador* para aí lhe darem sua fé, e Aguado recusava-se a mandar-lhes as cédulas por se não fiar deles e temer que lhas destruíssem. E nisto passaram cinco meses!

Segundo Las Casas, que neste ponto toma decididamente o partido de Colombo, Aguado, abusando dos seus poderes — que na realidade ninguém sabe exatamante quais eram — ingeria-se cada vez mais nas competências do vice-rei; por isso, percebendo que a posição deste periclitava, o povo acatava-o cada vez menos.

Entretanto sobreveio o furacão de que falámos, que afundou os navios em que viera Aguado. Como nem D. Cristóvão nas suas cartas, nem D. Hernando na sua *História*, nem Angléria (que se limitava a escrever o que lhe contavam os que regressavam do Novo Mundo) se dignam sequer mencionar o nome de Juan Aguado, e Oviedo, cujos passos segue Gómara, baralhe um bom pedaço as cousas, é grande a míngua de fontes para esta época, de que apenas Las Casas deixa entrever um pouco. Não é impossível que tenha entretanto chegado da Europa algum navio, pois a 29.X.1495 os monarcas

<sup>774</sup> Madrid, 10.IV.1495, *CDD*, II, doc. 278, pp. 779-782; Madrid, 5.V.1495, *ibidem*, doc. 287, pp. 791-792; Arévalo, 30.V.1495, *ibidem*, doc. 294, pp. 797-801.

endereçaram a Colombo uma ordem para que mandasse vir a Espanha García de Cañizares, criado de D. Sancho de Rojas <sup>775</sup>; o navio que terá levado essa ordem, foi provavelmente uma das quatro caravelas que em Dezembro de 1495 se preparavam em Sevilha para as Índias, que partiram em Janeiro seguinte <sup>776</sup>. Não resulta claro se chegaram a encontrar Colombo e Aguado ainda na Espanhola.

Como já Las Casas notou, a afirmação de Oviedo, que Gómara repete, em como Aguado de volta a Espanha trouxe consigo Bernal de Pisa, Margarit, Frei Buil e o próprio D. Cristóvão preso é errônea; apenas pode ser correta no que toca ao primeiro: os outros dois haviam já logrado safar-se e o Almirante foi *de motu proprio* que, receoso do que o *pesquisidor* pudesse dele dizer aos Reis se se lhe antecipasse, decidiu comparecer pessoalmente na corte a justificar-se perante os monarcas. Viajaram com as duas caravelas que após o furacão ou marmoto do mês anterior restavam na Espanhola, a velha *Niña*, que Colombo mandara renovar, e a *Santa Cruz*, que mandara construir, o vice-rei numa e o *pesquisidor* na outra; a bordo vinham também os mestres das quatro caravelas afundadas com o furacão <sup>777</sup>.

Após ter passado, a 17.II.1496, procuração a seu irmão Bartolomeu para na sua ausência exercer os seus poderes <sup>778</sup>, e lhe ter recomendado que escolhesse lugar adequado para uma nova capital, mais sãdia que a Isabela, D. Cristóvão largou daí com 225 cristãos e 30 índios a 10.III.1496 <sup>779</sup>; mas fez ainda uma escala no Puerto de la Plata (hoje San Felipe de Puerto Plata, a 19° 47' N, 70° 41' W), na parte leste da ilha, que desejava explorar, pelo que foi só a 22 de Março que perderam a Espanhola de vista. A despeito de os alíseos soprarem normalmente no inverno um tanto mais a sul, achou ventos contrários; melhores ventos por certo acharia se, à semelhança do que fizera na primeira viagem, se pusesse rapidamente à latitude dos Açores para efetuar a *volta do mar largo*. Segundo D. Hernando foi por os ventos lho não consentirem que decidiu descair para sul, embora a latitudes mais meridionais fosse ainda mais improvável não esbarrar com os alíseos.

Segundo Las Casas o desvio proveio do desejo de fazerem provisões nas ilhas dos Caribes, pois eram escassas as que traziam da Espanhola, o que, esguardando à fome que aí grassava, parece mais plausível. Seja como for, vieram a fundear na Marigalante

<sup>775</sup> CDD, II, doc. 319, p. 872.

<sup>776</sup> “Asiento que se tomó con las personas que se ofrecieron a ir a las Indias a sueldo (...), en las cuatro carabelas que partieron de Sevilla en el mes de Enero de 1496”, CDD, II, doc. 322, pp. 877-879.

<sup>777</sup> Relação dos gastos que se fizeram com a vinda do Almirante em Junho de 1496, CDD, II, doc. 336, pp. 905-907.

<sup>778</sup> CDD, II, doc. 327, pp. 889-891.

<sup>779</sup> HA, cap. lxiii-lxiv (lxxi-lxiii); Las Casas, HI, I, cap. cxi-cxii.

a 9 de Abril, quase um mês depois da largada. Daí seguiram para a Guadalupe, na esperança de encontrarem mantimentos. Necessário lhes foi assustar com o troar das bombardas os índios que se preparavam para os receber às frechadas. Puderam assim sem dificuldade pilhar as suas casas; e aproveitaram para capturar dez mulheres e três moços que trouxeram para os navios. Uma delas era uma cacica, que lhes explicou que na ilha havia apenas mulheres, sendo os homens que haviam visto forasteiros, vindos de outras ilhas; havia-os que ali vinham regularmente, a fazer casta nelas. Assim se pareciam confirmar os mitos das Amazonas e da Ilha das Mulheres, que afinal eram duas, aquela e a de Martinino, de que o Almirante ouvira já falar quando do seu primeiro cruzeiro nas Antilhas — sem falar das Amazonas do Velho Mundo, que a lenda medieval por vezes situava a leste da Caldeia<sup>780</sup>, o que para Colombo devia significar muito perto das Caraíbas.

Observaram que as casas ali eram quadradas e não redondas como nas outras ilhas, e acharam nelas teares, um braço de homem posto ao fogo num assador e, estranhamente, machados de ferro, certamente de fabrico espanhol, trazidos da Espanha. Parecendo-lhe que poderia entabular boas relações com aquele povo uni-sexual, Colombo acabou por soltar as mulheres que tinha aprisionado, à exceção da cacica, que preferiu seguir com ele para Espanha. Segundo D. Hernando a bordo vinha também Caonaobó, que as demais fontes dizem falecido coisa de dois meses mais cedo. E a 20 de Abril, rumo a Cádiz, zarparam da Guadalupe.

A rota escolhida não era certamente a melhor: como Las Casas nota, prosseguiram demasiado tempo a 22° N,

*no cognoscendo aún la calidad de aquel viaje, porque com cási siempre todo el año corran por estas mares vientos, brisas y boreales y levantes, para huir dellos conviene meterse los navios en treinta grados y más, donde se hallan los tiempos frescos y fríos, y así navegan por su propio camino hasta dar en las islas de los Azores las naos.*

Falhou, por uma vez, a intuição náutica de Colombo. Foi por ter demorado demasiado tempo a viagem e trazerem a bordo tanta gente que, como notámos já mais acima, lhes vieram a escassear os mantimentos — a ponto de proporem alguns que se ingerissem os índios que traziam e outros que os atirassem ao mar, para serem menos bocas a comer. A despeito de Colombo ter então tentado usar a declinação magnética como conhecida, continuavam meio perdidos no mar, a umas cem léguas dos Açores, quando a 8 de Junho houveram vista da costa, que Colombo identificou com a zona de Odemira; daí puderam a 11 de Junho, após três meses de navegação, ganhar Cádiz,

<sup>780</sup> vide v. g., *Mandeville's Travels*, cap. xvii.

onde acharam pronta já para partir uma pequena frota de abitalhamento destinada à Espanhola.

Quanto à história da pesquisa de Juan Aguado, fica-nos, pois, por assim dizer, inconclusa. Se é de facto da sua lavra o memorial dirigido à Rainha que citámos já, da sua ida resultou pelo menos uma constatação lúcida, que não sabemos se a alguém aproveitou:

*Lo de las Indias es mucha tierra y de infinita gente. Es de condición que si no les hazen mal o les toman lo suyo no hazen mal a nadie, antes han plazer con nosotros y se huelgan en nos ver; y si algun mal nos quieren es por el mal trato que nosotros le haziamos, porque de otra manera ellos harían todo lo que les mandásemos.*

A Colombo, como quatro anos mais tarde se havia de ver pelo inquérito de Bobadilla, não aproveitou a lição. Prevaleceu o que a sabedoria popular condensa num refrão:

*Se queres ver o vilão mete-lhe a vara na mão...*

ANEXO

**OURO E PRATA NA ECONOMIA DA HISPANOAMÉRICA  
QUINHENTISTA**

Sem embargo das frustrações que o Almirante foi obrigado a tragar, o ouro veio a desempenhar durante toda a primeira metade do século XVI um papel de relevo na economia da América espanhola, graças sobretudo ao achamento de novas jazidas na região a que se chamou “Castilla del Oro”, *grosso modo* correspondente aos atuais estados do Panamá e da Colômbia, que teve a capital em Santa María la Antigua del Darién. A situação só veio a alterar-se inteiramente entre 1560 e 1570, quando a prata decididamente suplantou o ouro, devido ao incremento da mineração daquela após a fundação das cidades mineiras de Potosí, na Bolívia, em 1545 e Zacatecas, no México, no ano seguinte.

O total das exportações oficiais, que não incluem o ouro contrabandeado, pode ver-se no seguinte quadro, baseado nos dados fornecidos por E. J. Hamilton, que se serviu dos registros das diversas casas da moeda de Espanha <sup>781</sup>:

PERÍODO	OURO			PRATA			VALOR TOTAL EM DUCADOS
	Peso em kg	Valor em ducados	% do valor total	Peso em kg	Valor em ducados	% do valor total	
<b>1503-1510</b>	1 418 623	4 965,18	100,00 %	0	0	0,00 %	1 418 623
<b>1511-1520</b>	2 615 206	9 153,22	100,00 %	0	0	0,00 %	2 615 206
<b>1521-1530</b>	1 396 871	4 899,05	99,71 %	148,74	4 203	0,29 %	1 401 074
<b>1531-1540</b>	4 133 246	14 466,33	62,96 %	86 193,48	2 432 490	37,04 %	6 565 736
<b>1541-1550</b>	7 130 609	24 957,13	59,86 %	177 573,16	4 781 827	40,14 %	11 912 436
<b>1551-1560</b>	12 177 165	42 620,08	59,87 %	303 121,17	8 162 681	40,13 %	20 339 846
<b>1561-1570</b>	3 294 554	11 530,94	12,16 %	942 858,79	23 808 390	87,84 %	27 102 944
<b>1571-1580</b>	2 694 040	9 429,14	9,27 %	1 118 591,95	26 369 446	90,73 %	29 063 486
<b>1581-1590</b>	3 457 614	12 101,65	6,52 %	2 103 027,68	49 576 322	93,48 %	53 033 936
<b>SOMA</b>	<b>38 317 928</b>	<b>134 112,75</b>	<b>24,97 %</b>	<b>2 628 487,60</b>	<b>115 135 359</b>	<b>75,03 %</b>	<b>153 453 288</b>

Verifica-se assim, em primeiro lugar, que os máximos anuais de importações de ouro correspondem à década 1551-1570, sendo portanto cerca de meio século posteriores à época de Colombo; em segundo lugar que as importações de prata cresceram constantemente durante todo o período em consideração; e em terceiro lugar que, a despeito disso, só a partir da década de 1561-70 foi o valor total das importações de ouro excedido pelo das importações de prata.

<sup>781</sup> Earl J. Hamilton, *American Treasure and Price Revolution in Spain (1501-1650)*, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts), 1934.

LIVRO III

# DECLINAÇÃO



# I

## ENTRE CASTELA, ANTILHAS E O PARAÍSO TERRESTRE

### **Pausa de semibreve**

Desde que as potencialidades comerciais do Novo Mundo se haviam tornado patentes, haviam os Reis começado a desconsiderar o monopólio que haviam prometido ao descobridor: a 22.III.1495 celebraram contrato com Mestre Paulo Belvis, vizinho de Valência, para ir às Índias “a catar e lavrar o ouro delas”<sup>1</sup>; e a 10.IV.1495, por uma real provisão outorgada em Madrid<sup>2</sup>, considerando ser tanto *servicio de Dios Nuestro Señor* atrair os índios à fé católica como *servicio nuestro e bien e pro comun de nuestros reinos e señoríos e de nuestros subditos e naturales*, conferiram autorização a todos os seus súbditos para emigrarem livremente para a Espanhola, navegarem para as Índias, descobrirem novas ilhas e terras-firmes fora da Espanhola e comerciarem nelas; deveriam partir de Cádiz, levar a bordo um agente do fisco para arrecadar os direitos régios, e pagar à Coroa dois terços do ouro que achassem e colhessem. Duas pequenas ressalvas parecem pecar os privilégios concedidos ao Almirante: na ilha Espanhola não poderiam adquirir ouro por resgate e apenas o poderiam colher *con liçençia de los que nuestro poder touieren o ouieren para ello*; e de todas as mercadorias pagariam o dízimo *a nos o a quien nuestro poder ouiere para lo resçibir*. Colombo apenas é expressamente mencionado na parte final do documento, que estipula que, uma vez que lhe haviam concedido poder carregar em cada navio que fosse às Índias a oitava parte, por cada sete navios que lá fossem poderia o Almirante ou aquele a quem ele o outorgasse mandar um a fazer o mesmo resgate. Foi nesta conformidade que em Dezembro desse ano os Reis fizeram um assento com Vicente Yáñez Pinzón para que os servisse nas Índias com duas caravelas<sup>3</sup>.

Perante o protesto do Almirante e a seu pedido, foi esta licença geral mitigada dois anos mais tarde por real provisão dada em Medina del Campo a 2.VI.1497<sup>4</sup>, que esti-

<sup>1</sup> Contrato de Madrid, 22.III.1495, *CDD*, doc. 259, pp. 751-753.

<sup>2</sup> *CCD*, doc. 278, pp. 779-782; *Cf.* Las Casas, *HI*, I, cvii.

<sup>3</sup> Navarrete, II, doc. I, p. 54.

<sup>4</sup> *Ibidem*, doc. 358, pp. 965-970.

pulava que só seria permitido navegar e tratar nas Índias na medida em que isso não prejudicasse os privilégios de que aquele legalmente gozava.

Sem embargo, adõtando implicitamente o princípio de que os direitos de Colombo se restringiam à Espanhola, os soberanos persistiram daí em diante em fazer assentos com outros mareantes: a 6 de Maio de 1500 autorizaram Juan Dornelas a ir fazer descobrimentos <sup>5</sup>, a 28 de Julho acordaram com Alonso de Hojeda o envio de dez navios para o mesmo efeito <sup>6</sup>, a 15 de Novembro desse ano deram igual licença a Diego de Lepe <sup>7</sup>, e a 10 de Março de 1501 autorizaram inclusive Alonso de Hojeda a trazer da Espanhola 30 quintais de pau-brasil <sup>8</sup>. Como adiantámos já, três meses mais tarde, a 8 de Junho, autorizavam-no a ir de novo a descobrir <sup>9</sup>, e dois dias depois <sup>10</sup> nomeavam-no governador da ilha de Coquibacoa, na Venezuela; em Setembro capitulavam novos descobrimentos com Vicente Yáñez Pinzón <sup>11</sup> e com Diego de Lepe <sup>12</sup>, e em Outubro com Juan de Escalante <sup>13</sup>. Há que notar que entretanto fora já Colombo preso e substituído como governador; não causa pois grande admiração que a 2.I.1502 tenham autorizado o contador Andrés Velázquez, que ia em serviço às Índias, a trazer no



**Alcácer de Sevilha, onde foram assinadas diversas cédulas autorizando particulares a comerciarem nas Índias, bem como as capitulações com Alonso Vélez de Mendoza, para enviar colonos para a Espanhola.**

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérout, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples* — *Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

<sup>5</sup> *Ibidem*, doc. III, p. 55.

<sup>6</sup> *Ibidem*, doc. X, pp. 60-62.

<sup>7</sup> *Ibidem*, doc. VI, pp. 57-58

<sup>8</sup> *CDD*, II, doc. 469, p. 1244.

<sup>9</sup> *ibidem*, doc. 471, pp. 1246-50.

<sup>10</sup> *ibidem*, doc. 473, pp. 1251-52.

<sup>11</sup> Granada, 5.IX.1501, *ibidem*, doc. 484, pp. 1270-74.

<sup>12</sup> Granada, 14.IX.1501, *ibidem*, doc. 491, pp. 1285-88; e Écija, 30.XI.1501, *ibidem*, doc. 531, pp. 1349-50.

<sup>13</sup> Granada, 5.X.15012, *ibidem*, doc. 512, pp. 1326-29.

regresso 50 quintais do mesmo pau <sup>14</sup>; nem que a 15.II.1502 tenham capitulado com Alonso Vélez de Mendoza o estabelecimento de 50 vizinhos na Espanhola com a faculdade de fazerem novos descobrimentos, ainda que se lhes vedasse resgatar ouro, carregar brasil ou ir à pescaria das pérolas achada por Per'Alonso e Cristóbal Guerra <sup>15</sup>.

As dificuldades económicas com que continuava a debater-se a ilha, sempre carente de virtualhas e de outros bens de consumo, acarretavam aí uma enorme carestia da vida, que só poderia ser minorada através do incremento da oferta dos bens que aí tinham procura. Isso permitia aos mercadores embolsar chorudos lucros. Piero Rondinelli, um mercador florentino de lã estabelecido em Sevilha, retrata bem essa situação, favorável a todas as espèculações, que se mantinha ainda em 1502, em carta a um seu anónimo correspondente em Florença, escrita de Sevilha a 3 de Outubro desse ano <sup>16</sup>; nela alude aos bons negócios que fizera outro mercador florentino, Francesco de' Bardi, que havia de desposar mais tarde Violante Moniz, cunhada de Colombo e viúva de Miguel Moliart:

João Santo [provavelmente a mesma pessoa que Giovanni Sanotto, de quem fala mais abaixo] teve licença para armar cinco navios para ir à Índia, isto é, a essas ilhas com mantimentos. E dá o quarto do ganho a El-Rei, tirante o capital: que estimam que fará de um três ou quatro, levando-o Deus a salvamento, que se vende lá aquilo que homem quer; e vale uma arroba de vinho um peso e ½ de ouro [*i. e.*, 5,25 g]; e uma arroba de toucinho isto é, porco, 2 pesos; e uma arroba de sabão, 2 pesos e ½; e uma vara [3 pés, portanto em Castela, 0,8359 m] de pano de Córdova de grã, 5 pesos e ½ e 1 vara de pano de linho de Sevilha ½ peso; 1 vara de holanda, isto é ½ holanda, 1 peso; 1 gibão de fustão, 2 pesos; um ... de lenço, 1 peso e ½; 1 espada, 2 pesos; 1 bésta, 4 pesos; e assim, por conseguinte, tudo o mais se vende, segundo o que por relação tenho havido de um que esteve lá 9 anos. Assim que vedes se não é o partido de grão ganho. Francisco de' Bardi se há de fazer rico a maravilha, que até hoje diz não dar por 1.000 marcos [230 kg de ouro] o que tem na Índia. E ora meterá i 300 ou 400 ducados [1.050 a 1.400 g de ouro], que João Sanotto o serve, e haverá de contínuo de lá 600 ducados [2.100 g de ouro] ou mais. Assim que quem houvesse dinheiro seria bom arriscar-se.

Tanto a população como a Coroa, que embolsava os dízimos, tinham assim todo o interesse em que se incrementasse o comércio, o que postulava a sua liberalização. Na realidade, em 1492 em Santa Fé, os Reis, sem medirem convenientemente as consequências possíveis do seu ato, haviam prometido a Colombo mais do que seria razoável. Por outro lado, provado que muito quedava ainda por descobrir, interessava-lhes agora

<sup>14</sup> Cédula de Sevilha, 2.I.1502, *CDD*, III, doc. 562, pp. 1404-1405.

<sup>15</sup> *Ibidem*, doc. 577, pp. 1428-31.

<sup>16</sup> Publicada, traduzida e anotada em Radulet & Thomaz, *Viagens...*, doc. VIII, pp. 171-181.

que outros o descobrissem, em condições mais vantajosas para a Coroa, para que o aventureiro genovês se não tornasse um potentado de domínios imensamente mais extensos do que toda a Espanha. É certamente por esse motivo, aliado ao facto de as *Capitulações de Santa Fé* não mencionarem expressamente as Índias, que alguns autores mais críticos, como Vignaud, admitem que Colombo não tenha aberto inteiramente aos Reis o seu jogo, apresentando-lhes apenas uma proposta vaga de descobrir terras nas plagas ocidentais do Atlântico. De qualquer modo, aos soberanos convinha agora que outros descobrissem novas terras, para as poderem explorar ou conceder a seu talante, sem voltarem a cair na esparrela em que haviam tombado em 1492.

Por outro lado, como tivemos já basta ocasião de observar, a partir de c. 1495, as relações de Colombo com os Reis haviam começado a anuviar-se, à medida que se avolumavam as queixas, justas ou injustas, contra a sua atuação nas terras que descobrira. Daí a missão de Aguado, com quem, como notámos, Colombo se viu forçado a regressar a Espanha, a justificar-se ante os soberanos. Entretanto, a 26.X.1496, chegou a Cádiz Pero Alonso Niño, que fora às Índias com bastimentos<sup>17</sup> e regressava com um carregamento de escravos enviados pelo *adelantado* D. Bartolomeu. Gabava-se de trazer muito ouro — o que era quiçá uma metáfora para designar a escravaria — e logo deu em Moguer grandes festas a comemorar o seu regresso; mas só em Dezembro entregou aos Reis, com quase dois meses de atraso, as cartas que trazia de D. Bartolomeu. Ora os soberanos estavam contando com o ouro que Niño dizia trazer para financiarem a fortificação de Perpilhão, que a tomada de Salses por el-rei de França tornava premente. Foi em vão que, vendendo trigo em Génova, D. Cristóvão tentou juntar os seis contos com que contavam os Reis, que acabaram por apenas conseguir juntar dois. Nada nesta história favorecia a Colombo.

Sempre trajando à franciscana, este alojara-se, como temos visto, em Los Palacios, perto de Sevilha, em casa do padre-cura, e escrevera aos Reis dando-lhes a saber que era chegado. Foi provavelmente aí que recebeu a resposta dos monarcas, datada de Almazán, 2.VII.1496, em que em termos breves mas amistosos lhe diziam que gozasse do repouso que seus trabalhos mereciam e se apresentasse então na corte, onde folgariam de o receber<sup>18</sup>. Não sabemos se se deslocou a Guadalupe, mosteiro da sua devoção como vimos já, para assistir a 20 de Julho ao batismo de seus criados índios Cristóbal e Pedro; pelo menos não foi seu padrinho, pois a um apadrinhou António de Torres e Andrés Blásquez, a outro Pedro Fernández Coronel e o comendador Gabriel Varela.

---

<sup>17</sup> Las Casas, HI, I, cxliii; veja-se o rol dos gastos P. A. Niño que fez e das cousas que levou em *CDD*, II, doc. 329-332, pp. 892-901.

<sup>18</sup> *CDD*, II, doc. 334, p. 903.

Estivesse onde estivesse, Colombo foi consultado, certamente por carta, pelos monarcas acerca da viagem marítima que a arquiduquesa de Áustria, D. Margarida, filha do imperador Maximiliano, teria de empreender para vir da Flandres a Espanha, a desposar o príncipe herdeiro D. João; a Rainha veio a agradecer-lhe o seu parecer de *home sabio* e com *mucha plática e experiencia en las cosas de la mar* por carta escrita de Laredo a 18.VIII.1496<sup>19</sup>. É possível que a justeza das suas predições meteorológicas tenha contribuído para restabelecer na corte o seu prestígio, abalado pela sindicância de Aguado. O Almirante deve ter-se avistado com os monarcas em Burgos em fins de Outubro, oferecendo-lhes então uma série de regalos, que iam dos papagaios e outras aves de cores variegadas às pepitas de ouro, que chegavam a atingir as dimensões de ovos de pomba, passando pelas máscaras de ouro e pelas amostras de utensílios usados pelos índios<sup>20</sup>. Ainda em Burgos pôde Colombo assistir às bodas principescas aí celebradas a 19 de Março de 1497.

Apesar das queixas recebidas contra ele, os soberanos continuavam a tratá-lo com grande cordialidade, o que D. Cristóvão deve ter aproveitado para lhes requerer a confirmação das mercês que antes lhe tinham feitas: foi assim que, anuindo ao seu pedido, ordenaram os monarcas a 23 de Abril que se lhe fornecesse cópia dos privilégios dos almirantes de Castela, que pelas *Capitulações de Santa Fé* lhe eram extensivos; e no mesmo dia lhe passaram, como pretendia, segunda confirmação do título de almirante, vice-rei e governador das Índias que lhe fora outorgado em 1492 e confirmado já em Barcelona em 1493<sup>21</sup>. Acederam igualmente a revogar a liberdade de navegar para as Índias que haviam concedido a todos os seus vassallos, sujeitando-a doravante à condição de não poder ser usada em detrimento dos privilégios de que gozava o Almirante, que desta feita lhe eram mais uma vez confirmados<sup>22</sup>; e na seqüência de um *memorial de agravios* que apresentara<sup>23</sup>, revogaram ainda outras disposições secundárias com que se reputava lesado. Autorizaram-no a tomar a soldo 300 pessoas, da qualidade e dos officios que melhor lhe parecessem; ordenaram que não lhe encarecessem as mercadorias que pretendia levar para as Índias, eximiram-no dos direitos a pagar em Cádiz ou em Sevilha sobre os mantimentos que carregasse; autorizaram-no a levar consigo até 500 pessoas; mandaram pagar soldo adiantado aos

<sup>19</sup> CDD, II, doc. 339, p. 910.

<sup>20</sup> HA, cap. lxx (lxiv).

<sup>21</sup> CDD, II, doc. 344 & 345, pp. 916-942.

<sup>22</sup> Provisão de Medina del Campo, 3.VI.1497, CDD, II, doc. 358, pp. 965-970

<sup>23</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xvii, pp. 340-341

que com ele embarcassem; e concederam-lhe direito de aposentadoria para si e seus acompanhantes nas vilas por onde passasse; finalmente, autorizaram-no a constituir um morgadio a favor de seu filho <sup>24</sup> — tema com que lidaremos mais de perto no capítulo em que trataremos do seu testamento de 1498.

Las Casas <sup>25</sup>, que transcreve parcialmente o segundo dos documentos desta longa série, acrescenta que se propunham os Reis Católicos fazer-lhe ainda mercê de um naco da ilha Espanhola, com 50 léguas de comprimento no sentido leste-oeste e 25 de largo no sentido norte-sul, de juro e herdade, com título de duque ou de marquês, o que Colombo não quis aceitar — não por ter compreendido que nem rei nem papa tinham poderes para lhe dar o que lhes não pertencia, como o arguto domínico demonstra em seguida, mas simplesmente *para evitar pendencias con los oficiales del rey*, que não deixariam de o acusar de olhar melhor pelo seu senhorio que pelos interesses da Coroa no resto do território. Las Casas inclui lógicamente esta mercê, que não chegou a concretizar-se, ao fim da sua lista, mas não nos parece impossível que cronologicamente falando fosse a primeira. A potencial mercê tem muito em comum com a solução adotada no laudo arbitral de 1536 para o problema da herança de Colombo: aumentar-lhe as honras e os títulos ao mesmo tempo que se lhe diminuía os poderes efetivos. Terão os Reis Católicos pensado em fazer Colombo duque ou marquês de um território restrito na esperança de que progressivamente se confinasse ao seu feudo? ou mesmo como compensação prévia para uma eventual supressão da sua jurisdição vice-real sobre o conjunto das Índias Ocidentais? Não temos meio de o saber. Há no entanto factos posteriores que indiciam esboçar-se uma política desse tipo: em 1499 Hojeda, animado com o descobrimento da zona perolífera de Pária feito por Colombo um ano antes, obteve do bispo Fonseca licença para organizar uma expedição às Índias, com a condição que *no tocasse en tierra del rey de Portugal, ni en la tierra que el Almirante había descubierto hasta el año de noventa y cinco* <sup>26</sup>.

Sempre à espera de obter despacho para retornar às suas Índias, Colombo seguia de perto a corte, que nomadizava em Castela-a-Velha. Foi sem dúvida na primeira quinzena de Julho que aí chegou uma notícia alarmante: a 8 do mês, largara de Lisboa, sob o comando de Vasco da Gama, uma frota de quatro pequenos navios, com a intenção de contornar o Cabo e atingir a Índia Oriental. Não conhecemos a reação dos Reis Católicos ao evento. Sabemos que mais tarde, já após a morte de D. Isabel, quando

<sup>24</sup> CDD, II, doc. 347-357, pp. 942-965.

<sup>25</sup> HI, I, cxxiv-cxxvi.

<sup>26</sup> Las Casas, HI, I, clxiii; as mesmas precisões constam de uma carta de Francisco Roldán a Colombo, de que subsiste uma cópia feita por Las Casas: Gil & Varela, *Cartas...*, doc. XXIV, pp. 280-281.

começava a resultar claro que entre as terras achadas por Colombo e a verdadeira Índia mediava enorme distância, D. Fernando apoiaria francamente a política oriental de D. Manuel I, preferindo vê-lo ocupado com a Índia e com os seus sonhos de cruzada apocalíptica e império universal a tê-lo como rival nas Antilhas ou, pior ainda, no Mediterrâneo, onde poderia facilmente ser levado a aproximar-se da França<sup>27</sup>. No entanto, em 1497, não fora ainda percebido claramente que Colombo não andava nas franjas da Ásia, mas de uma desconhecida quarta parte do mundo. Seja como for, se não se alarmaram os Reis, alarmou-se pelo menos o descobridor das Índias Ocidentais.

Foi talvez por sua própria iniciativa que a 19 ou 20 de Julho este se avistou com os monarcas no mosteiro de Santa María de la Mejorada, no alfoz de Olmedo, perto de Valladolid — embora seja igualmente possível que tenham sido os Reis a chamá-lo para que desse parecer sobre o assunto. Será esse o tema do nosso próximo capítulo, sobre que se torna inútil discorrer mais aqui.

Já na posse das confirmações que requerera, começara entretanto o vice-rei a pensar em regressar quanto antes ao seu vice-reino. Solicitara para isso aos soberanos seis contos de maravedis com que armar oito navios — em que, além das virtualhas, embarcariam como colonos 300 homens e 30 mulheres, abonados de soldo adiantado, com o que se consumiram dois dos seis contos recebidos. Não se sabe exatadamente quantas mulheres embarcaram; sabe-se pelo menos que, ao contrário do que se tem já escrito, não foram as primeiras espanholas a embarcar para o Novo Mundo: como vimos, já lá andavam pelo menos duas, Teresa de Baeça e Inês de Malaver. Os monarcas haviam-no autorizado a aumentar até 500 o número de potenciais colonos, mas veio a verificar-se que não havia voluntários em quantidade suficiente. A notícia de que na Espanha comiam ratos e lagartixas não deve ter sido muito estimulante para os eventualmente interessados; talvez por isso, mandaram os Reis que na armada se enviassem alguns instrumentos de música *para passatiempo de las gentes*. Dada a escassez de voluntários decidiram os monarcas, como haviam feito em 1492, recorrer a condenados, comutando-lhe em desterro para a Espanha as penas com que haviam sido punidos<sup>28</sup>. A médio prazo a solução era contraproducente, pois infestava as Índias de forçados; mas de momento ninguém parece ter pensado nisso.

Os Reis deram-lhe instruções para o seu retorno às Índias<sup>29</sup>. Admitiam a tributação dos índios e a entrega da chapinha de latão a comprovar que estavam quites, mas insistiam no

<sup>27</sup> Cf. o nosso estudo “L’idée impériale manueline”, & J. Aubin, *L. & A.*, III, cit. *supra*.

<sup>28</sup> Provisões de Medina del Campo, 22.VI.1497, *CDD*, II, doc. 364-367, pp. 985-993.

<sup>29</sup> Medina del Campo, c. 15.VI.1497, *CDD*, I, doc. 360, pp. 972-976; cf. os doc. 361 & 362, da mesma data, pp. 977-983.

cuidado que se deveria ter para evitar abusos. Insitiam também com o vice-rei para que procurasse com toda a diligência *animar e atraer a los naturales de las dichas Yndias a toda paz e quietud*, a fim de que estes os servissem benignamente e se convertessem à santa fé católica; e para que instasse com os clérigos e religiosos que lá estivessem para que lhes não faltassem com os necessários sacramentos. Aos que se decidissem a partir adiantava a Coroa 50 cafizes de trigo para semear e 20 juntas de bois para lavrarem. Só os que se mudassem para as Índias seriam autorizados a colher ouro. Recomendava-se ao vice-rei que velasse pela boa administração da justiça, que construísse na ilha um segundo povoado, fomentasse a agricultura, pagasse pontualmente os soldos e mandasse cunhar moeda, em especial *excelentes de la granada*. Nos termos da reforma monetária decretada dias antes pela pragmática de Medina del Campo, de 13.VI.1497<sup>30</sup>, estes seriam moedas do mesmo toque (23  $\frac{3}{4}$  quilates) dos ducados de Veneza, dos florins de Florença e dos cruzados portugueses, mas com o dobro do peso (7 gramas); na prática o nome de *excelente* acabou, porém, por prevalecer para a moeda equivalente ao ducado, vindo a que tinha o dobro do peso a ser conhecida por *dobra* ou *duplo excelente*. Quer num quer noutra aparecia nas armas de Castela e Leão uma granada ou romã, simbolizando o reino de Granada incorporado em 1492, de onde o nome de *excelentes da granada*. Colombo chegou a nomear Juan Pestaña tesoureiro da Casa da Moeda da Espanhola a título vitalício<sup>31</sup>; no entanto, provavelmente por ter sido pouco depois demitido, preso e recambiado para Espanha, não chegou a empreender cunhagens, e tampouco o fizeram os seus sucessores imediatos; de modo que só começou a bater-se moeda nas Índias de Castela após a criação das *cecas* ou casas da moeda da cidade do México em 1535, de Santo Domingo em 1542 e de Lima em 1565.

Estas instruções foram complementadas por outras sobre o pagamento de soldos e a distribuição dos mantimentos, por uma faculdade concedida ao vice-rei para distribuir terras na Espanhola<sup>32</sup> e pela nomeação oficial de D. Bartolomeu para *Adelantado*<sup>33</sup>. Juridicamente, tudo ficava em ordem. Deve ter sido em finais de Julho que Colombo se mudou para a Andaluzia, a fim de intender na preparação da armada.

Na prática, porém, as coisas não avançavam, e a partida da esquadra era indefinidamente procrastinada. Os oficiais régios de Sevilha lançavam sobre Colombo as culpas

<sup>30</sup> Pub. por Aloiss Heiss, *Descripción general de las monedas hispano-cristianas, desde la invasión de los Árabes*, 3 tomos, Madrid, 1867-69 [reimp. Luís Marquina, Çaraçoça, 1962], tomo I, doc. XXVIII, título xxi, lei i, p. 323.

<sup>31</sup> Provisão passada em nome dos Reis em La Concepción, 29.I.1500, *CDD*, II, doc 438, pp. 1173-75.

<sup>32</sup> Provisão de Medina del Campo, 22.VII.1497, *CDD*, II, doc. 370.

<sup>33</sup> Provisão da mesma data, *ibidem*, doc. 371, pp. 999-1001.

do atraso, acusando-o de fazer exigências desmedidas, o que o levou a redigir uma reclamação, de que se conserva o original autógrafo, em que rebatia os seis capítulos que lhe assacavam<sup>34</sup>. D. Hernando deita as culpas do atraso da frota ao “mau governo dos oficiais del-rei, especialmente do arcediogo Fonseca”, mas, segundo Las Casas<sup>35</sup> a história é um pouco mais complexa: D. Juan Rodríguez de Fonseca fora já em 1494 nomeado bispo de Badajoz; mas como antes do Concílio de Trento os bispos não eram obrigados a residir nas suas dioceses, nada impedia que pairasse sobretudo por Sevilha e se ocupasse dos negócios da armação para as Índias. A despeito disso, não sabemos



**O porto fluvial de Sevilha, onde assistia o arcediogo Fonseca, espécie de “ministro da Marinha e Ultramar” dos Reis Católicos.**

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérault, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

por que motivos, talvez para agradar a Colombo que se não dava bem com ele, os Reis decidiram substituí-lo nas suas incumbências ultramarinas por António de Torres, irmão da ama do Príncipe e amigo do Almirante. Foi pior a emenda que o soneto: Torres *pidió tantas condiciones y preeminencias* no cargo que *se enojaron los Reyes y lo aborrecieron*; e tiveram de recorrer de novo a Fonseca. Claro que tudo isso redundou em atraso do negócio; e assim se passou todo o ano de 1497.

De harmonia com as intruções dos Reis, a 1.I.1498, em Sevilha, conjuntamente com o bispo Fonseca, Colombo celebrou um contrato com Antón Mariño e sua mulher Inés Núñez, moradores no bairro de Triana, para comprarem vinho, carne e outras vitualhas, levá-las à sua custa para a Espanhola e venderem-nos aí, ou dá-las aos soldados por conta de seu soldo<sup>36</sup>. Assim se paliaria à fome que continuava a grassar na ilha.

Parece ter sido por esta época que se iniciou a grande amizade de Colombo com Frei Gaspar de Gorrizio ou Gorrício, italiano como ele, ainda que originário de Novara, no Piemonte, como consta do cabeçalho das suas *Meditaciones sobre el Rosario de Nuestra soberana Señora, Virgen y Madre de Dios Sancta María*, impressas em

<sup>34</sup> *Ibidem*, doc. 346, pp. 942-944; Varela & Gil, *Textos...*, doc. xix, pp. 344-345.

<sup>35</sup> *HI*, I, cxxvi.

<sup>36</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxi, pp. 346 & sqq.

Sevilha em 1495; era monge da Cartuxa de las Cuevas, junto a Sevilha e havia de se tornar seu confidente e arquivista <sup>37</sup>.

Um irmão de Fr. Gaspar, também estabelecido em Sevilha, era livreiro-impressor, e é a ele que se deve a edição do missal moçárabe ou *Missale Mixtum Alme Ecclesie Toletane*, impresso por mando do arcebispo primaz, o cardeal Ximénez de Cisneros <sup>38</sup>, em 1499, de que saiu nova edição em 1517.

Data de Sanlúcar de Barrameda, 12.V.1498 a mais antiga carta conhecida endereçada ao religioso pelo Almirante, de que se conserva o original autógrafo no Arquivo dos Duques de Alba <sup>39</sup>. Ao que parece, até aí, Colombo trazia habitualmente consigo a sua documentação: é o que explica que tenha podido, a 16.XII.1495, mandar fazer na Isabela uma pública-forma das *Capitulações de Santa Fé*. Contudo, as agruras por que começara a passar desde a intempestiva visita de Aguado aconselhavam-no a guardar em lugar mais seguro os originais dos documentos, e foi sem dúvida por isso que decidiu confiá-los a Frei Gorrício <sup>40</sup>. Não deixava de ter toda a razão, pois em 1500 Bobadilla, ao chegar à Espanhola, lançou mão aos seus documentos pessoais, sequestrando os que houve por bem. Ao mesmo expediente viria a recorrer seu filho e sucessor D. Diego. A despeito do caráter vincadamente contemplativo da ordem, Fr. Gorrício fora a 6.XII.1503 eleito procurador do seu mosteiro, com o que era obrigado a circular e a ocupar-se de assuntos temporais; quando cessou funções experimentou algumas dificuldade, que o levaram a solicitar ao superior da ordem e ao próprio papa um indulto para poder agir como apoderado de D. Diego. O papa, que era então Júlio II, natural de Albisola, perto de Savona, concedeu-lho de boa mente, por breve de 19.IV.1507, ao mesmo tempo que recomendava D. Diego ao Rei Católico e ao Cardeal Cisneros; recomendou também ao último dois mercadores genoveses, Agostinho Grimaldi e Agostinho Vivaldi, argüindo que eram seus conterrâneos (*ex eadem enim patria qua nos orti sumus*).

Os papéis de Colombo, guardados sem dúvida de início na cela de Fr. Gaspar, vieram a ser transferidos para a capela de Santa Ana, contruída em 1507 pelo prior D. Fernando de Luján. Eram dezassete maços de documentos, guardados numa arca de nogueira, de que subsiste o inventário; mas a vice-raíña D. Maria de Toledo, viúva de D. Diego retirou alguns, que levou para a Espanhola quando para lá tomou após a sentença favorável que obtivera na primeira ronda dos *Pleitos Colombinos*. Em seu testamento de 28.I.1578 o terceiro almirante, D. Diego II, mandou que se entregassem os principais a seu primo D. Cristóbal de Cardona, almirante de Aragão, que presumia vir a ser seu herdeiro. Quando, a 1.IV.1605, após largo litígio, o Conselho das Índias reconheceu como lídimo herdeiro do almirantado e morgadio de Colombo, a D. Nuño Colón de Portugal, este entrou na posse da documentação da família, que em Maio de 1609 retirou da Cartuxa de las Cuevas, com o que se perderam inúmeros documentos, enquanto outros, considerados sem interesse eram rasgados ou queimados. Dos que se salvaram, estão uns hoje em poder dos duques de Verágua, descendentes do descobridor, ao passo que outros foram adquiridos pelo estado e depositados no Archivo de Índias em Sevilha.

<sup>37</sup> Cf. Consuelo Varela, *Cristóbal Colón - Retrato de un hombre*. Alianza Editorial, Madrid, 1992, pp. 159 & sqq.

<sup>38</sup> Sobre esta importante figura, vide José García Oro, *El Cardenal Cisneros*, 2 vols, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1992.

<sup>39</sup> Podem ver-se os documentos colombinos da Casa de Alba, em primorosos fac-símiles, in Consuelo Varela, *Documentos Colombinos en la Casa de Alba*, introducción, transcripción y notas de..., Diputación Provincial de Sevilla / Testimonio, Compañía Editorial, Sevilha & Madrid, 1987.

<sup>40</sup> Manuel Serrano y Sanz, "El Archivo Colombino de la Cartuja de las Cuevas - Estudio Histórico y bibliográfico", in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. XCVII (1930), pp. 145 & sqq.

Não sabemos em que preciso momento tomou o vice-rei conhecimento de que na Espanhola Francisco Roldán se rebelara contra o *adelantado* D. Bartolomeu. Las Casas <sup>41</sup> diz que a revolta se iniciou quinze meses após a partida de D. Cristóvão para Espanha, o que nos conduz a Junho de 1497. Não é por isso impossível que em finais desse ano tenha o vice-rei sabido do que na sua ausência se estava passando, o que deve ter aumentado a sua ansiedade e a sua pressa em regressar à ilha. De qualquer modo, como se deduz da continuação da história, se o soube não há sinais de que o tenha comunicado aos Reis. Daí resultaria em parte a impaciência de que deu mostras por esta altura, em que chegou a agredir, como veremos, o contador Jimeno de Briviesca “com couces e arrepelões”, conforme anota Las Casas.

Antes, porém, que lograsse partir, produziram-se acontecimentos que atraíram noutras direções as atenções dos soberanos, de quem Colombo esperava a agilização do seu despacho. O trabalhoso *intermezzo* que o concurso de todas estas circunstâncias lhe haviam imposto veio assim a prolongar-se por um total de dois anos menos doze dias.

D. João II de Portugal falecera havia já mais de dois anos antes, a 25.X.1495, indigando nos últimos momentos como sucessor seu primo carnal D. Manuel. Desejoso de consolidar a sua posição perante os partidários de D. Jorge, o bastardo de D. João II assim preterido, D. Manuel decidiu desposar a princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos e viúva do único filho legítimo de D. João II, o príncipe D. Afonso, que morrera em 1491, em consequência da queda de um cavalo nos areais do Tejo, perto de Almeirim <sup>42</sup>. Os desposórios tiveram lugar em Setembro de 1497 em Valência de Alcântara, aonde a princesa foi acompanhada por sua mãe, enquanto seu pai acorria à cabeceira do príncipe herdeiro D. João, que adoecera gravemente em Salamanca. Essa doença serviu de pretexto para a ausência de festejos, que o endividamento dos soberanos, sempre à espera do ouro americano que tardava em chegar, explicava por si só...

Foi poucos dias depois, a 4 de Outubro, que D. João, único filho varão dos Reis Católicos, entregou a alma ao Criador. Deixava, todavia, grávida a esposa, D. Margarida de Áustria. Contudo, quando três meses depois esta deu à luz, a criança não sobreviveu ao parto, de modo que na linha da sucessão sua cunhada D. Isabel, viúva do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, e agora esposa de D. Manuel, passou

---

<sup>41</sup> *HI*, I, cxvii.

<sup>42</sup> A documentação respeitante a este enlace acha-se publicada por Antonio de la Torre & Luís Suárez Fernández, *Documentos...*, vol. III, doc. 467-473, pp. 1-20; cf. Zurita, *Historia del Rey D. Hernando*, III, x.

a ocupar o primeiro lugar<sup>43</sup>. Repetir-se-ia, *mutatis mutandis*, o que se passara com Isabel e Fernando em 1478: Castela-Aragão e Portugal seriam governados por um casal de reis.

Nestas circunstâncias os Reis Católicos instaram com o monarca português para que viesse com D. Isabel a Castela, para serem jurados herdeiros do trono pelas Cortes. A cerimônia teve lugar em Toledo a 29 de Abril de 1498. As dificuldades surgiram do lado aragonês, pois as *Cortes de Aragón*, reunidas em Junho em Çaragoça, negaram-se a prestar juramento a D. Manuel. Estavam as cousas num impasse quando a 24 de Agosto a rainha deu à luz o seu filho primogénito, a que foi dado o nome de D. Miguel da Paz; contudo, nesse mesmo dia, morreu de parto. Assim, quem foi jurado príncipe herdeiro de Aragón não foi D. Manuel, mas o recém-nascido. A união das três coroas permanecia destarte em pé. Foi só à morte do pequenino D. Miguel, a 20 de Julho de 1500, que se esboroou.

É verdade que a perspetiva de união ibérica viria facilitar a vida a Colombo na sua terceira viagem (1498-1500), em que não teria a temer-se de intercepção por caravelas portuguesas; foi por isso que pôde fazer tranqüilamente escala no Porto Santo, na Madeira e em Cabo Verde. No entanto, não contribuiu de modo algum para acelerar o seu despacho: não havia desta vez qualquer urgência em antecipar-se aos portugueses. Devido a dificuldades financeiras, nem sequer lhe foi possível regressar à Espanha em começos de 1498: das oito velas previstas para a sua frota, apenas se conseguiram equipar duas, que em finais de Janeiro zarparam para o Novo Mundo com os bastimentos mais urgentes, sob o comando de Pedro Fernández Coronel. *Acabar de cargar los seis navíos (...) fuéle, na expressão de Las Casas, laboriosísimo y difícilimo; pasó grandes enojos, grandes zozobras, grandes angustias y fatigas.*

Vivo é o contraste com o que se passara em 1493, quando eram os soberanos quem instava com ele para que acelerasse a partida; e queixava-se aos Reis, em termos reportados por Las Casas<sup>44</sup>:

*... suplico a Vuestras Altezas que manden a las personas que entienden en Sevilla en esta negociación, que no sean contrarios y no la impidan. Yo no sé lo que allá pasaria Ximeno, salvo que es de generación que se ayudan a muerte y vida, e yo ausente y envidiado extranjero {81}; no me desechen Vuestras Altezas, pues que siempre me sostivieron.*

<sup>43</sup> Zurita, *ibidem*, III, xviii, xxiv & xxxiii; & IV, xiii. Cf. J. Aubin, “D. João II devant sa succession”, *cit. supra*, e “Les mariages du Roi”, in *L. & A., III - Études inédites sur le règne de D. Manuel, 1495-1521*, Paris, 2006, pp. 15 & sqq.

<sup>44</sup> Las Casas, *HI*, I, cxxvi. Os compiladores do *CDD* (II, doc. 411, pp. 1127 & sqq.) publicam também esta carta, datando-a de c. 18.X.1498, quando Colombo estava já em Santo Domingo, sem contudo justificarem essa datação; terão quiçá razão, mas como o não podemos avaliar seguimos a cronologia sugerida por Las Casas.

O *Ximeno* a que Colombo alude é Jimeno de Briviesca, mencionado a partir de 1494 em numerosos documentos, que na dependência do bispo Fonseca exercia o ofício de contador das armadas. No momento de finalmente partir para a viagem enguiçada, o Almirante agredi-lo-ia, com *muchas coces o remesones*, talvez no molhe de Sanlúcar de Barrameda em que comparecera, talvez a bordo da própria nau capitânia a que terá subido — o que, segundo Las Casas, viria a ser um dos fatores que contribuíram para a sua desgraça e queda. Colombo acusa-o veladamente de ser cristão novo, casta de gente sempre suspeita de se entreatar para o bem e para o mal. Um ou dois anos mais tarde, continuava a brandir o mesmo argumento, imputando as más vontades com que esbarrara e as acusações que contra ele se faziam a judeus conversos, *que enemigos son de la prosperidad de Vuestras Altezas y de los christianos...* <sup>45</sup>.

Seja como for, o fragmento acima transcrito revela-nos um novo Colombo, diferente do homem arrogante e “glorioso em seus negócios” que até aqui se nos deparara. Acentuar-se-á doravante o tom patético das suas cartas e, sobretudo, dos seus “memoriais de agravos” — a tal ponto que, a despeito de estar longe de ser uma figura simpática, o leitor moderno chega a sentir-se comovido com o seu infortúnio e a apiedar-se dos seus apelos, cada vez mais lancinantes.

Aproximava-se, para mais, o ano de 1500, em que Colombo atingiria a idade climática de  $7 \times 7 = 49$  anos — o que a um homem que tinha por hábito computar o tempo em “semanas de anos”, forçando por vezes a realidade aritmética das coisas, devia causar singular angústia. Se sentia desilusão, quiçá remorsos, era natural que reconsiderasse a sua postura para com a pátria que o vira nascer, como a seguir veremos.

Ao contrário de seu irmão Giacomo ou Diego — que por carta régia de 8 de Fevereiro de 1504, registada no *Sello de Corte* do Real Arquivo de Simancas <sup>46</sup>, foi feito *natural destes nuestros reinos de Castilla e de León* — Cristóvão não se fizera nunca naturalizar castelhano. Ao que parece em 1495 Giacomo hesitava entre manter-se com seu irmão ao serviço de Castela e regressar a Itália {82}, e os Reis deram instruções ao bispo de Badajoz para que o deixassem partir ou ficar, conforme decidisse <sup>47</sup>. Ficou. Cinco anos mais tarde punha a hipótese de abraçar o estado eclesiástico, e foi aparentemente por isso que pediu a naturalização, já que a lei vigente impedia os estrangeiros de usufruir de prebendas e benefícios <sup>48</sup>. Em Maio de 1502 concretizara já essa intenção, pois num memorial que deixou a seu filho D. Diego antes de partir para a sua derradeira viagem

<sup>45</sup> Fragmentos de uma carta aos reis de c. 1498-99, pub. por C. Varela & J. Gil, doc. XLIII, pp. 423-424.

<sup>46</sup> Navarrete, I, doc. cliv, p. 482.

<sup>47</sup> Carta dos Reis ao bispo de Badajoz de 1.VI.1495, Navarrete, I, doc. xciv, pp. 405-406.

<sup>48</sup> Cf. Solórzano y Pereira, *op. cit.*, IV, iv, 30 (t. III, p. 47).

ao Novo Mundo <sup>49</sup>, D. Cristóvão recomenda-lho, aconselhando-o a obter para ele de Suas Altezas uma conezia ou outra dignidade eclesiástica. Conquanto não haja interesse em nos demorarmos sobre este particular, que nos permanece marginal, notaremos tão somente que na carta régia por que o naturalizam os Reis, embora declarem fazer-lhe tal mercê *acatando vuestra fidelidad e leales servicios que habéis fecho e esperamos que nos faréis de aqui adelante*, acrescentam imediatamente: *para que podáis haber e hayáis cualesquier dignidades e beneficios eclesiásticos que vos fueren dados*.

Quanto a Cristóvão, embora freqüentemente lhe lançassem à cara a sua condição de estrangeiro, é possível que jamais tenha tomado a decisão que seu irmão tomou por uma questão de simples prudência política. Sabia que tinha em Espanha numerosos inimigos, e devia estar consciente de que a sua ascensão fulgurante, suscitando invejas, só os assanhava. Conquanto não pudesse prever que a Rainha D. Isabel, sua protetora, ia falecer em Medina del Campo a 26 de Novembro de 1504, duas semanas após o seu regresso da última viagem, sem que lograsse vê-la uma última vez, sabia que junto de D. Fernando não contava com igual favor; foi certamente por isso que à morte de Isabel, ansiosamente, inquiriu se no seu testamento ela o mencionava <sup>50</sup>, tanto mais que constava em Sevilha que a soberana encomendara nele que lhe devolvessem o governo das Índias <sup>51</sup>.

Não é impossível que Colombo jamais tenha renunciado à nacionalidade genovesa para, por assim dizer, a ter de reserva, e a poder utilizar no caso de cair em desgraça em Espanha, como de certo modo veio a suceder; para mais, a sua condição de estrangeiro ajudava-o a manter com a Coroa uma relação puramente contratual, que lhe convinha e a seus descendentes, como se verificou pelo desfecho que tiveram os *Pleitos*.

Será neste ambiente psicológico que Colombo redigirá o seu testamento de 1498, e que, um pouco mais tarde, se aproximará do embaixador genovês em Castela e lançará o que designamos pela sua *operação de charme* na Ligúria, como veremos a seu tempo.

Como diz o Poeta,

Mudam-se os tempo, mudam-se as vontades,  
todo o mundo é composto de mudança...

Camões compreendeu-o há mais de quatrocentos anos. Só os nossos engenheiros da *Desordem* teimam em o não querer entender, parecendo atribuir às pessoas a rigidez monolítica das pontes de cimento armado...

<sup>49</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxviii, pp. 477-478.

<sup>50</sup> Carta a seu filho D. Diego, Sevilha, 21.XII.1504, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxxvii, pp. 518-519.

<sup>51</sup> Carta a seu filho D. Diego, [Sevilha], 13.XII.1504, *ibidem*, doc. lxxxvi, p. 517.

## A viagem de Vasco da Gama e o *Memorial de la Mejorada*

Como avançámos já, a notícia da partida de Vasco da Gama para o Oriente pela nova rota do Cabo deve ter alarmado muitos em Castela, mas em especial Cristóvão Colombo, que supunha ter atingido a Índia e estava pouco disposto a enfrentar concorrentes, com todos os inconvenientes para os seus monopólios e todas as complicações diplomáticas que daí resultariam. É natural que tenha também inquietado os Reis, pois naquele momento ninguém ainda tinha percebido claramente que as ilhas descobertas pelo genovês jaziam a milhares de léguas das verdadeiras Índias.

Ansioso por obter despacho para partir, Colombo seguia de perto a corte em sua habitual itinerância. Tudo leva a crer que se tenha de novo avistado com os monarcas a 19 ou 20 de Julho no mosteiro de Santa María de la Mejorada, no alfoz de Olmedo, perto de Valladolid. Sabemo-lo por um seu escrito posterior, a carta que em finais de 1500 escreveu à ama do finado príncipe D. João, D. Juana de la Torre, que era irmã do nosso bem conhecido António de Torres, *contino* dos Reis, e de Pedro de Torres, secretário do malogrado herdeiro presuntivo dos tronos de Castela e Aragão. É nessa carta que, ao gabar os seus serviços na descoberta das incontáveis riquezas do Novo Mundo, confidencia:

*Del oro y perlas ya está abierta la puerta, y cantidad de todo, piedras preciosas y especería y de otras mil cosas se pueden esperar firmemente; y nunca más mal me viniese como con el nombre de Nuestro Señor le daría el primer viaje, así como diera la negociación del Arabia Feliz fasta la Meca (como yo escribí a sus Altezas, con Antonio de Torres, en la respuesta de la repartición del mar y tierra con los portugueses) y después viniera a lo de Colucuti, así como lo dije y dí por escripto en el monasterio de la Mejorada.*

Sabemos, por outro lado, pelos itinerários dos Reis Católicos que foi de 19 a 20 de Julho de 1497 que estacionaram pela terceira vez em La Mejorada; as estadas precedentes, em Agosto de 1486 e Março de 1494, estão evidentemente fora de questão.

Ora em 1972 Antonio Rumeu de Armas encontrou entre os papéis da *Colección Vargas Ponte*, na Real Academia de la Historia, um manuscrito de sete folhas, em letra de finais do século XV ou inícios do XVI, contendo uma proposta de protesto contra a viagem do Gama e contra a intrusão dos portugueses na Índia<sup>52</sup>; e identificou esse texto com a informação que, no dizer do próprio Almirante, *lo dije y dí por escripto en el monasterio de la Mejorada*.

Têm-se posto dúvidas e objeções a essa identificação. Na realidade o manuscrito nem é autógrafo, nem está assinado, nem contém qualquer indicação sobre a sua autoria.

<sup>52</sup> Antonio Rumeu de Armas, *Un escrito desconocido de Cristóbal Colón: el Memorial de la Mejorada*, Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1972.

O mesmo se passa, todavia, com as minutas, autógrafas, de diversos “memoriais de agravos” que Colombo redigiu entre a terceira e a quarta viagem, provavelmente para serem apresentadas aos Reis ou a seus agentes por um advogado ou procurador<sup>53</sup>; ao invés desses apontamentos, contudo, este não é autógrafo; a letra em que vai escrito é diferente da de Colombo, mas muito semelhante à da chancelaria dos Reis Católicos, tal como a podemos observar por exemplo na confirmação da constituição de um morgadio a favor de D. Diego Colón, de que abaixo apresentamos um fac-símile.

Tal como aqueles memoriais é sempre na terceira pessoa que este se refere ao achador do Novo Mundo: *El año de 1492, los muy altos e poderosos príncipes, el rrey e la rreyna de Castilla e de Aragon, etc., enbiaron al su almirante a tentar y descubrir las Indias, yslas y tierras firmes del fin de oriente, nauegando de España al poniente, por el mar Oçeano (el qual camino jamás nadie nauegó)...*

Contra a datação do memorial de 1497 há contudo um argumento que se nos afigura de certo peso: o texto refere que D. Manuel *ha mandado nauegar a sus naos grandísimo número de leguas al oriente, atrauesando Arabia, Persia e Yndia, fasta llegar casy adonde auían llegado las naos de los sobredichos rrey e rreyna*. Esta afirmação, em que está implícito que a viagem de Vasco da Gama foi coroada de sucesso, só poderia ser produzida após o seu regresso, em 1499, pois em 1497 não era possível sequer adivinhar se chegaria à Índia são e salvo. Além disso não corresponde exatamente à realidade histórica, uma vez que, como é bem sabido, Vasco da Gama navegou em direitura de Melinde, na costa oriental africana, para Calecut, sem se acercar nem de Arábia nem de Pérsia; corresponde, sim, ao título que D. Manuel de imediato assumiu: *Senhor da Conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*, título que parece ter provocado bastas comichões ao redator, pois a expressão repete-se mais cinco vezes no texto do *Memorial*. Ora o primeiro documento conhecido em que D. Manuel o afixa é a carta que em Julho de 1499 escreveu *aos muy altos, muy eixcelemtes príncipes e muyto poderosos senhores* D. Fernando e D. Isabel, seus sogros<sup>54</sup>.

Se a referência a Calecut constasse do texto, constituiria também um argumento em favor de uma datação mais tardia do *Memorial*, pois em 1497 ninguém poderia adivinhar que Vasco da Gama aportaria a Calecut, porto que, embora registado por Nicolò

<sup>53</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxi-lxiv, pp. 459-471.

<sup>54</sup> O seu texto pode ver-se in António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente - Índia*, vol. I, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1947, doc. 1, pp. 3 & sqq, bem assim como in *CDD*, III, doc. 789, pp. 1835-36.

de'Conti <sup>55</sup> e no mapamúndi de Fra Mauro <sup>56</sup>, permanecia praticamente desconhecido na Europa — de cuja existência, como se deduz do *Roteiro* da sua primeira viagem, o capitão português apenas soube em Melinde. Na realidade, contudo, a menção expressa de Calecut apenas ocorre na *Carta à Ama*, posterior à tornada do Gama, pelo que nada daí se pode deduzir.

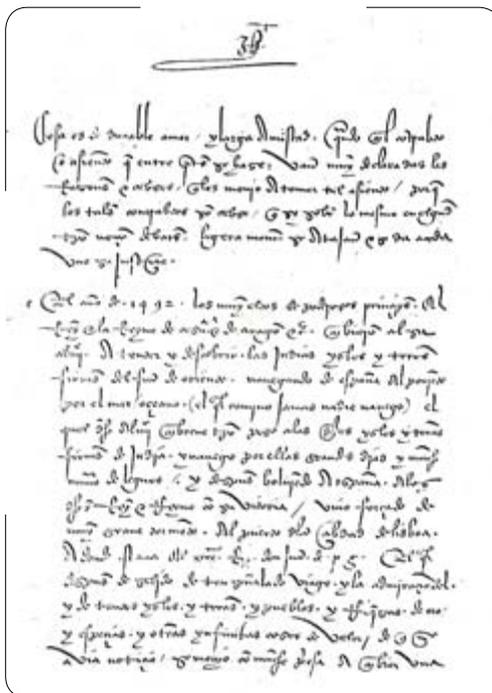
Seríamos, por conseguinte, levados a concluir que, na forma em que nos chegou, o *Memorial* não corresponde ao texto que Colombo terá redigido em 1497 na Mejorada, mas quiçá ao seu resumo por um jurista da corte, que lhe conferiu um cunho metódico e sucinto que os escritos colombinos, sempre prolixos, difusos e confusos, em geral não apresentam. Dizemos *resumo* porque em documentos posteriores que lhe aludem, conservado um deles, como veremos, na Torre do Tombo em Lisboa, o escrito é definido como “hum livro do almirante das Índias, que fizera dom Christovão Colon, seu pay, das demarcações dos mares de Vossa Alteza c'os de Castella”; ora o manuscrito de sete fôlios que até nós chegou dificilmente pode ser definido como *livro*.

Parece-nos por conseguinte que, tal como o possuímos, o *Memorial* não deve datar de Julho de 1497 mas ser posterior a Julho-Agosto de 1499, representando antes uma reação à carta de D. Manuel a seus sogros. Terá sido então que desenterraram o memorando original de Colombo (que nesse momento permanecia na Espanhola) e lhe deram nova forma. É verdade que foi só em Julho de 1500 que faleceu D. Miguel da Paz, filho de D. Manuel I — em relação a quem o texto se revela basto hostil — e neto dos Reis Católicos, que havia sido jurado herdeiro das três coroas de Portugal, Castela e Aragão; mas a hostilidade para com D. Manuel podia constar já do memorando original do despeitado Colombo, redigido antes do falecimento do príncipe D. João, além de que a potencial união das coroas nem apagava a atávica rivalidade entre os dois povos, nem era incompatível com as manhas da velha raposa política que era Fernando, *o Católico*. Seja como for, a versão definitiva do texto não pode ser muito posterior, já pelo tipo de letra em que está escrito, já porque o redator aparenta crer piamente que a Índia a que chegou Vasco da Gama é a mesma que Colombo atingira seis anos antes, ilusão que a partir de 1500, com as viagens de Hojeda, Pinzón, Cabral, Lepe e Bastidas se começou a dissipar. Na realidade Calecut fica 75° 45' a E de Greenwich e o cabo S. António, extremo sudoeste da costa cubana, o ponto mais ocidental que na melhor das hipóteses terá atingido Colombo na sua segunda viagem, a 84° 57' W, pelo que medeiam entre eles, por ocidente, c. 200° de longitude, ou seja, c. 55 % da redondeza da Terra!

<sup>55</sup> *op. cit.*, p. 106-107.

<sup>56</sup> Sob o nome de *Cholochut*: vide *op. cit.*, legenda 293.

A argumentação do *Memorial* baseia-se, em última análise, nas doutrinas ditas do *augustinismo político* <sup>57</sup>, por radicarem da ideia da oposição das duas cidades, a terrestre e a celeste, que o doutor de Hipona expõe no seu livro *De civitate Dei*: “dois amores criaram duas cidades: à terrestre, o amor de si até ao desprezo de Deus; à celeste, o amor de Deus até ao desprezo de si” <sup>58</sup>. Neste mundo, “ambas as cidades se encontram mescladas e confundidas até que as separe o Juízo Final”; a Alta Idade Média, contudo, tendeu a identificar a Cidade de Deus com a Igreja institucional e a dos homens com o Estado (ou o que dele restava nessa época de apagamento do poder político), condenado a desaparecer perante a instauração do reino de Deus na terra. Embora o augustinismo político apresente também uma vertente gibelina, partidária da chefia da Cristandade pelo Imperador, foi sobretudo professado pela corrente güelfa, que preconizava a supremacia papal e, correlativamente, a submissão do Estado à Igreja. É daí que decorre a teoria da monarquia universal do Papa. Segundo esta, Cristo teria acumulado na sua pessoa teândrica a plenitude do poder, tanto espiritual como temporal, que à sua morte teria transmitido a Pedro. Este, por sua vez transmitira-a a todos os seus sucessores, de modo que o único poder legítimo neste mundo era o do Papa, de quem os soberanos temporais recebiam delegação. Foi em conformidade com esta teoria que o papa Inocêncio III (1198-1216), trocou o título de “Vigário de S. Pedro”, que os bispos de Roma tradicionalmente usavam, pelo de “Vigário de Cristo”, de quem decorria a plenitude do poder espiritual e temporal. O poder dos reis infieis, que não podiam alegar delegação do Papa, era por consequência ilegal, e justa *a priori* toda a luta que se lhes movesse para os despojar de uma soberania afinal de contas usurpada.



**Primeira página do Memorial de la Mejorada**  
(reproduzido de Antonio Rumeu de Armas, *Un escrito desconocido de Cristóbal Colón...*)

É verdade que a teoria da Cruzada <sup>59</sup>, expressa neste termos radicais sobretudo pelo *Ostiensis*, ou seja o cardeal Enrico da Susa ou Henrique de Segúσιο (1210-1271), cardeal-bispo de Óstia a partir de 1262, revestiu bastas vezes formas mais moderadas; mas, implícita ou explicitamente, muitos papas adotaram as concepções do *Ostiensis*,

<sup>57</sup> H.-X. Arquillière, *L'Augustinisme Politique - Essai sur la formation des théories politiques au Moyen-Âge*, Lib. Philosophique J. Vrin, Paris, 1972.

<sup>58</sup> *De civitate Dei*, XIV, 28: vide José Morán, O. S. A., (ed.), *Obras de San Agustín - Edición bilingüe*, vol. XVII -XVIII, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1964.

<sup>59</sup> Michel Villey, *La croisade — Essai sur la formation d'une théorie juridique*, Vrin, Paris, 1942.

nomeadamente Bonifácio VIII, que termina a sua célebre bula *Unam Sanctam* de 18 de Novembro de 1302 <sup>60</sup> com esta sentença lapidar:

*Porro, subesse Romano Pontifici omni humanae creaturae declaramus, dicimus, definimus et pronunciamus omnino esse de necessitate salutis, “na verdade, declaramos, dizemos, definimos e pronunciamos que é uma necessidade de salvação para toda a criatura humana estar sujeita ao Pontífice Romano”.*

É esta teoria que subjaz ao direito de que na Baixa Idade Média se arrogam os papas a pôr e depor imperadores, reis e senhores, a condicionar a colação da sagração imperial ao reconhecimento prévio de que o Império é um feudo do papado, etc. É também ela que jaz implícita nas “bulas alexandrinas” pelas quais Alexandre VI doava a Castela as terras descobertas ou a descobrir por Colombo, desde que sitas para lá de um meridiano que passasse 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde e dos Açores. Segundo D. Hernando <sup>61</sup>, fora Colombo quem sugerira aos Reis pedir as bulas ao Papa; e essa afirmação parece corroborada pelo supramencionado passo da carta de 4.IX.1493 dos monarcas a Colombo em que aludem a *la raya que vos dijistes que debía venir en la bula del Papa*.

As ideias do *Ostiensis* foram entre nós adotadas sobretudo por Álvaro Pais (c. 1330-1390), bispo de Silves e chanceler-mor de D. Fernando, e ecoam ainda num passo das *Décadas da Ásia* de João de Barros <sup>62</sup>; mas, em face da manipulação da teoria pelos teóricos do imperialismo castelhano, os juristas portugueses viraram-se predominantemente para as interpretações da Escolástica, que na trilha de S. Tomás de Aquino (1224-74), separava mais claramente o poder temporal do espiritual, vendo no Estado, fosse cristão fosse infiel, a forma *natural* de organização do *animal social* que é o Homem, para a promoção do *bem comum*, e negando assim, pelo menos tácitamente, a doutrina da monarquia universal do Papa. Por outro lado, nas suas fases iniciais a expansão portuguesa, que visava então sobretudo o norte de África, deixava-se facilmente enquadrar no esquema medieval da Cruzada, que os Escolásticos não repudiavam — não porque admitissem que fosse lícito sujeitar pelas armas o orbe inteiro ao papa, mas porque reputavam causa de justa guerra a ocupação pelos infiéis de territórios pertencentes aos cristãos. Ora o norte de África, como toda a redondeza

<sup>60</sup> Pode ver-se comodamente a integralidade do seu texto in Henrici Denzinger, *Enchiridion Symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, 30ª ed., Herder, Friburgo da Brisgóvia & Narcelona, 1955, nº 468.

<sup>61</sup> *HA*, cap. xliiii (xliv).

<sup>62</sup> *Ásia*, I, vi, 1.

do Mediterrâneo, pertencera outrora ao Império Romano e a *Christianitas* considerava-se a legítima herdeira da *Romanitas* de antanho. Durante todo o século XV a expansão portuguesa ao longo das costas africanas foi de caráter quase exclusivamente comercial, pelo que se não chegava a pôr o problema da legitimidade da conquista. E quando, transposto o Cabo das Tormentas, transbordou para o Índico, adergou topar aí como principais rivais comerciais com os mercadores muçulmanos do Egito, e logo com os do Quêrala, de modo que fãcilmente enquadrò a nova situação com que deparrara no velho esquema da Cruzada. Como muito bem notou Ant3nio Jos3 Saraiva <sup>63</sup>, foi por isso que uma g3raç3o antes de Cervantes ter caricaturado a figura anacr3nica do Cruzado no D. Quixote da sua imortal novela, ainda Cam3es assumia plenamente os seus ideais s3diç3os e se comprazia a pintar toda a hist3ria portuguesa como uma longa cruzada contra os infieis. 3 pela mesma raz3o que, ao n3vel universit3rio, a discuss3o sobre a guerra justa e sobre a legitimidade da expans3o foi aqui muito menos viva que no pa3 vizinho — embora em Coimbra tenham brilhado com fulgor compar3vel ao de Las Casas, Vit3ria e Jos3 de Acosta um outro insigne jesu3ta espanhol, o padre Francisco Su3rez <sup>64</sup>.

Em Castela as doutrinas do *Ostiensis* tiveram talvez o seu m3ximo expoente em D. Alonso de Cartagena (1381-1456), a que aludimos j3, que em 1436-37 redigiu umas *Allegationes*, justificando o direito de Castela à conquista das Can3rias, e impugnou perante o Conc3lio de Basileia os projetos portugueses de expugnaç3o de T3nger. Essas ideias, segundo as quais as terras detidas pelos infieis eram *vacantes*, foram retomadas na 3poca de Colombo por Juan L3pez de Viveros (1450-1524), mais conhecido por Juan L3pez de Palacios Rubios, do nome da aldeia do bispado de Salamanca em que viu a luz do dia. Segundo Las Casas foi ele o autor do c3lebre *Requerimiento*, redigido entre 1504 e 1516, em que as populaç3es da Am3rica eram convidadas a submeterem-se volunt3riamente ao monarca castelhano sob pena de serem compelidas pelas armas a faz3-lo.

Correndo o risco de enfastiar o leitor, cremos que vale a pena traduzi-lo *in extensu*, j3 porque p3e a claro uma faceta da expans3o espanhola em que se demarca nitidamente da portuguesa, j3 porque ajuda a explicar as campanhas irrefreadas dos conquistadores castelhanos da Am3rica, antes de os doutores da escola

<sup>63</sup> Ant3nio Jos3 Saraiva, “Os Lus3adas, o Quixote e o problema da ideologia oca”, in *Para a Hist3ria da Cultura em Portugal*, vol. II, 3ª ed., Lisboa, 1972, pp. 162 & sqq.

<sup>64</sup> E. Elorduy, artº “Su3rez, Francisco” in *Verbo - Enciclop3dia luso-brasileira...*, s. v.; cf. Eug3nio de Castro, *O P3 Francisco Su3rez em Coimbra - Notas sobre alguns dos seus contempor3neos e amigos*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VI, n.º 1 e 2, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1917.

de Salamanca <sup>65</sup>, como Frei Bartolomeu de las Casas (1474-1566) <sup>66</sup>, Francisco de Vitória (1483-1546) <sup>67</sup>, José de Acosta (1540-1600) <sup>68</sup>, etc., terem elaborado as doutrinas da soberania e da guerra justa que jazem na base do direito internacional moderno. Eis, em versão portuguesa que fizemos, o texto do *Requerimiento*:

Da parte del-rei D. Fernando e da rainha D. Joana, sua filha, rainha de Castela e Leão, etc., domadores das gentes bárbaras, nós, seus criados, vos notificamos e fazemos saber como melhor podemos, que Deus, Nosso Senhor, uno e eterno, criou o céu e a terra e um homem e uma mulher, de quem nós e vós e todo'los homens do mundo foram e são descendentes e procriados, e todo'los que depois de nós vierem. Mas pela multidão da geração que destes saiu, desde cinco mil anos a esta parte que o mundo foi criado, foi necessário que uns homens fossem por uma parte e outros por outra e se dividissem por muitos reinos e províncias, que em uma só não se podiam sustener nem conservar.

De todas estas gentes, Deus Nosso senhor deu cargo a um que foi chamado S. Pedro, para que de todo'los homens do mundo fosse senhor e superior, a quem todos obedecessem, e fosse cabeça de toda a linhagem humana, onde quer que os homens vivessem e estivessem, em qualquer lei, seita e crença, e deu-lhe o mundo por seu reino e jurisdição.

E como quer que lhe mandou pôr sua cátedra em Roma, como em lugar mais aparelhado para reger o mundo, mas também lhe permitiu que pudesse estar e pôr sua cátedra em qualquer outra parte do mundo e julgar e governar a toda'las gentes, cristãos, mouros, judeus, gentios e de qualquer outra seita ou crença que fossem.

Este chamaram papa, porque quer dizer admirável, maior padre e governador de todo'los homens. A este S. Pedro obedeceram e tomaram por senhor, rei e superior do Universo os que naquele tempo viviam, e assim mesmo tiveram a todo'los outros que depois dele foram ao pontificado eleitos, e assim se continuou até agora e se continuará até que o mundo se acabe.

Um dos pontífices passados, que em lugar deste sucedeu em aquela dinidade e cátedra que tenho dito, como senhor do mundo fez doação destas ilhas e terra firme do Mar Oceano aos ditos Rei e Rainha e a seus sucessores em estes reinos, nossos senhores, com tudo o que nelas há, segundo se contém em certas escrituras que sobre elo passaram, como dito é, que podeis ver se quiserdes.

---

<sup>65</sup> D. Ramos, A. García, I. Pérez *et alii*, *Francisco de Vitoria y la Escuela de Salamanca - La Ética en la Conquista de América*, Corpus Hispanorum de Pace, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1984; Juan de la Peña, *De Bello contra Insulanos - Intervención de España en América - Escuela Española de la Paz - Segunda generación, 1560-1585*, 2 vols., Corpus Hispanorum de Pace, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1982.

<sup>66</sup> Ver particularmente: *De Regia Potestate o Derecho de Autodeterminación*, Corpus Hispanorum de Pace, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1984.

<sup>67</sup> *Relectio de Indis o Libertad de los Indios*, ed. crítica bilingüe por L. Pereña y J. M. Pérez Prendes, 2 vols, Corpus Hispanorum de Pace, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1987.

<sup>68</sup> : “*De Procuranda Indorum Salute* o Predicación del Evangelio en las Indias”, *Obras del Padre José de Acosta*: ver particularmente os cap. ii-iv do livº II, “No es lícito hacer guerra a los bárbaros por causa de infidelidad, aunque sea pertinaz”, “Algunos han creído que por causa de crímenes contra la naturaleza es lícito a los nuestros hacer guerra a los bárbaros”, “Refutación de la doctrina anterior”, pp. 387 & sqq; edição bilingue, anotada e acompanhada de diversos estudos: José de Acosta, *De Procuranda Indorum Salute*, vol. I: Pacificación y Colonización, vol. II: Educación y Evangelización, Corpus Hispanorum de Pace, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1984-87.

Assim que Suas Altezas são reis e senhores destas ilhas e terra firme por virtude da dita doação, e como a tais reis e senhores algumas ilhas mais e quase todas a quem isto tem sido notificado, receberam a Suas Altezas, e as tem recebido e servido e servem como súditos o devem fazer, e com boa vontade e sem nenhuma resistência, logo sem dilação, como foram informados do sobredito, obedeceram e receberam os varões religiosos que Suas Altezas lhes enviavam para que lhes prégassem e ensinassem nossa santa fé; e todos eles de sua livre e agradável vontade, sem apresão nem condição alguma, se tornaram cristãos e o são, e Suas Altezas os receberam alegre e benignamente e assim os mandaram tratar como aos seus súditos e vassallos; e vós outros sois teúdos e obrigados a fazer o mesmo.

Porende, como melhor podemos, vos rogamos e requeremos que entendais bem isto que vos dizemos, e tomeis para entendê-lo e deliberar sobr'elo o tempo que for justo, e reconheçais a Igreja por senhora e superiora do universo mundo, e ao Sumo Pontífice, chamado papa, e em seu nome a el-Rei e à Rainha D. Joana, nossos senhores, em seu lugar, como a superiores e senhores e reis destas ilhas e terra firme, por virtude da dita doação, e consintais e deis lugar que estes padres religiosos vos declarem e preguem o sobredito.

Se assim o fizerdes, fareis bem e aquilo que sois obrigados a Suas Altezas, e nós em seu nome vos receberemos com todo amor e caridade, e vos deixaremos vossas mulheres e filhos e fazendas livres, sem servidão, para que delas e de vós outros façais livremente o que quiserdes e por bem tiverdes, e não vos compelirão a que vos torneis cristãos, salvo se vós, informados da verdade, vos quiserdes converter à nossa santa fé católica, como o têm feito quase todo'los vizinhos destas outras ilhas; e além disto Suas Altezas vos darão muitos privilégios e isenções e vos farão muitas mercês.

E se o não fizerdes e em elo maliciosamente dilação puserdes, certifico-vos que, com a ajuda de Deus, nós entraremos poderosamente contra vós e vos faremos guerra por toda'las partes e maneiras que pudermos, e vos sujeitaremos ao jugo e obediência da Igreja e de Suas Altezas, e tomaremos vossas pessoas e de vossas mulheres e filhos e os faremos escravos e como a tais vos venderemos, e dispostemos deles como Suas Altezas mandarem, e vos tomaremos vossos bens e vos faremos todos os danos e males que pudermos, como a vassallos que não obedecem nem querem receber a seu senhor e lhe resistem e contradizem; e protestamos que das mortes e danos que delo se recrecessem seja vossa a culpa e não de Suas Altezas, nem nossa, nem destes cavaleiros que conosco vem: e de como o dizemos e requeremos pedimos ao presente escrivão que nos dê testemunho assinado e a todos os presentes rogamos que delo nos sejam testemunhas, etc.

É para a mesma teoria que aponta o *Memorial de la Mejorada*, cuja argumentação se pode resumir assim: o Papa, que é senhor do mundo, delegou nos reis de Castela o seu poder sobre todos os infieis não submetidos a um príncipe cristão, com excção dos que, por bulas anteriores, recaíam sob as concessões feitas a Portugal; ora ao tempo dessas doações os portugueses não haviam ainda ultrapassado o Cabo da Boa Esperança, pelo que regime de excção criado a seu favor jámais se estendeu legitimamente para lá do Cabo; o tratado de Tordesilhas, pelo qual os Reis Católicos aceitaram o deslocamento da raia divisória para 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, foi uma concessão benévola que fizeram a D. João II, que *açebto e rresçibió el limite de las dichas cclxx [além das 100] leguas, que los dichos rrey e rreyna le dieron de lo que ya era suyo e auian posesion e señorío por las dichas rasones*.

A ideia de que o limite das águas partilhadas era o Cabo da Boa Esperança não é original, pois aparece já em 1495 no parecer sobre a execução do tratado de Tordesilhas dado aos Reis pelo cosmógrafo catalão Mossen Jaime Ferrer que resumimos acima <sup>69</sup>; na mesma época escrevera o cosmógrafo a Colombo uma carta <sup>70</sup>, cheia de citações clássicas e de exemplos morais, mas em que não aludia à raia.

No *Memorial* a argumentação desenvolve-se, com um rigor jurídico que não parece atribuível à mente confusa de Colombo, num esquema de quatro razões:

— 1ª, quando Colombo, forçado por uma tormenta, entrou no porto de Lisboa, D. João II tomou alguns dos seus homens para os enviar a descobrir pelo mesmo caminho que seguira o Almirante, ao que se opuseram os Reis Católicos; após o que o monarca português enviou mensageiros ao reino vizinho, com poderes para negociarem com ele um acordo, cujas condições acabou por aceitar em Tordesilhas;

— 2ª, o acordo incidia apenas sobre ilhas e terras a descobrir no Mar Oceano, que se situa entre África, Espanha e as terras das Índias (ou seja, no que hoje chamamos o Atlântico, pois ignorava-se a existência do Pacífico), não se estendendo às Índias em si, nem para além das 270 léguas que, *por amor y amistad los sobredichos rrey e rreyna dieron al sobredicho rrey de Portugal* do que, por seu turno, haviam recebido do Papa;

— 3ª, os Reis Católicos deram a D. João II as ditas 270 léguas para que dentro delas tivesse com que se entreter a navegar e descobrir e se não fosse imiscuir na Ásia, ou seja, Arábia, Pérsia e Índia, nem nas ilhas que jazem a sul dessas terras;

— 4ª, o argumento da redução ao absurdo: se a área reservada a Portugal não tivesse a oriente um limite, como a Terra é redonda, os portugueses poderiam, navegando para leste, atingir a raia de Tordesilhas pelo outro lado do mundo, tornando-se assim senhores da totalidade do Globo.

Daí um remoque contra D. Manuel: *asy mismo se declara como el serenísimo rrey don Manuel non guardó el asyento, asy como hasia el rrey don Juan su antecessor*. Para quem, como Mascarenhas Barreto jura a pés juntos, era meio-irmão do novel monarca português, no está mal...

O autor do texto ignora ou escamoteia a existência da bula *Romanus Pontifex* de 6.I.1456 pela qual o papa Nicolau V (r. 1447-55) reconhecia a D. Afonso V a posse exclusiva das terras descobertas a sul do Cabo Bojador e o direito a prosseguir nelas as conquistas e a comerciar com os infiéis *usque ad Indos*, “até aos índios”; bem assim como a das bulas *Inter cætera*, pela qual Calisto III (r. 1455-58) corroborou no ano imediato a concessão de seu antecessor, e *Æterni regis*, de 21.VI.1481, pela qual o mesmo fez Sisto IV (r. 1471-84), confirmando da mesma feita o tratado das Alcáçovas, que pusera ponto final à guerra da sucessão de Castela <sup>71</sup> reiterava as concessões anteriores.

<sup>69</sup> CDD, II, doc. 312, pp. 833-837

<sup>70</sup> De Burgos, 5.VIII.1495, *ibidem*, doc. 311, pp. 831-833.

<sup>71</sup> Cf. Charles Martial de Witte, “Les Bulles Pontificales et l’Expansion portugaise au XV<sup>e</sup> siècle”, in *Revue d’Histoire Ecclésiastique*, XLVIII, n° 3-4, XLIX, n° 2-3, LI, n° 2-3, LIII, n° 2-3 (1958).

Há, de qualquer forma, no texto de que dispomos alguns elementos que permitem atribuir a sua *autoria moral*, e mesmo a *autoria material* de alguns passos, a Cristóvão Colombo. A insistência na involuntariedade da escala de Colombo em Lisboa em 1493 trai uma das obsessões do Almirante, cujos inimigos e detratores insinuavam que o fizera propositadamente, para oferecer as Índias a D. João II; e a expressão *el qual camino jamás nadie nauegó* é bem ao gosto do descobridor, sempre “glorioso em mostrar suas habilidades”, para retomarmos a expressão de João de Barros. Além disso, as concêções geográficas que lhe subjazem condizem perfeitamente com as de Colombo; tipicamente colombina é nomeadamente a identificação do Cabo da Boa Esperança com a Agesimba ou Agisymba de Ptolomeu, topónimo de uso muito raro, com que apenas nos recorda ter topado no mapa de Fra Mauro <sup>72</sup>. A referência a 270 léguas em vez das 370 que constam do convénio, explica-se pelo contexto: o autor persiste em reconhecer legitimidade ao papa para repartir o mundo, pelo que dá por indiscutível a raia por ele traçada a 100 léguas de Cabo Verde. As 270 léguas são o que falta para as 370, que encara como uma concessão benévola dos Reis Católicos a D. João II. Quanto a Colombo, em numerosos textos, receoso de ver encurtado o seu vice-reino e despeitado por não ter prevalecido a sua proposta inicial, teima sempre, até ao testamento lavrado na véspera do seu falecimento, no limite de 100 léguas em vez de 370. Do seu ponto de vista pessoal essa teima compreende-se: era uma maneira de dilatar o seu senhorio, uma vez que, como afirma noutro passo, Suas Altezas lhe haviam feito mercê *del ofício de almyrante e visorrey e governador general en todas las yslas que desobriesen o fallasen en el mar Océano* a oeste da dita raia. Nas suas *Décadas* <sup>73</sup> António de Herrera fala também, corretamente, de 270 léguas, não como posição da raia acordada em Tordesilhas, mas como distância entre ela e o meridiano do Papa, o que confirma a nossa interpretação: *acordaron que la linea de demarcación se echasse doscientas y setenta leguas más adelante, etc.* Este pormenor parece confirmar que não é Colombo o autor material do texto do *Memorial* que até nós chegou, o que não impede que seja o seu autor moral.

Em contrapartida, há no segundo parágrafo do *Memorial*, que transcrevemos em seguida, expressões que coincidem não só com o passo da carta à ama que citámos mais acima, mas também com um trecho da *Relación del cuarto viaje* <sup>74</sup>, em que Colombo gaba em termos quase idênticos, que pelos vistos lhe eram caros, as riquezas

---

<sup>72</sup> Legenda 134.

<sup>73</sup> I, ii, 9.

<sup>74</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 496.

do Novo Mundo: *quando yo descubrí las Yndias, dixé que heran el mayor señorío rico que ay en el mundo; yo dixé del oro, perlas, piedras preçiosas y espeçerías...*

O parágrafo contém, além disso, um pormenor quase autobiográfico sobre a passagem do descobridor por Lisboa no volta da sua primeira viagem, que não consta de nenhuma outra fonte:

*El qual [D. João II], despues de sabido de tan señalado viaje y la admiracion del y de tantas yslas y tierras y pueblos y rriquezas de oro y espeçyas y otras ynfinitas cosas de valor de que se avia notiçia, se mouió, con mucha priesa, a enbiar vna armada suya a esas yslas y tierras firmes. La qual nauegacion y maneras de las gentes de aquellas tierras con grand deligençia procuró de saber, por formas y artes de los pilotos y marineros y gente que venian con dicho almirante, a los quales hiso mercedes y dadiuas de dineros: y allende desto mandó sacar dos marineros portugueses que venian con dicho almirante, para que fuesen pilotos de la dicha armada e la leuase por ese mesmo camino a las dichas yslas y tierras firmes, y le ynformasen mas enteramente de todo.*

Trata-se certamente de João Aires, de Tavira, e de um marinheiro português que ia embarcado em *La Pinta*, cujo nome ignoramos. Não é líquido que o escopo de D. João II fosse utilizá-los como informadores, para refazer por sua conta o itinerário percorrido por Colombo, como este parece insinuar; poderia querer apenas certificar-se de que não haviam ido à Mina e colher informes mais precisos sobre a localização das terras descobertas.

De qualquer forma, o que o texto procura insinuar é que foi D. João II a romper, com esse ato provocatório, a paz que reinava entre os dois reinos, o que teria, por assim dizer, constituído como que o prelúdio da intrusão de Vasco da Gama no que pelas bulas alexandrinas eram domínios castelhanos.

Seja como for, embora seja impossível determinar ao certo o que no texto é da lavra do Almirante e o que o é da do redator final, a posição assumida é nitidamente incompatível com a teoria do Colombo português, agente secreto de D. João II {83}.

Ou porque tenha sido redigido durante o período em que o filho de D. Manuel era também herdeiro presuntivo das coroas de Castela e Aragão e não conviesse hostilizá-lo, ou porque os Reis estivessem demasiado absorvidos pela sua política italiana, pelas conquistas na Barbaria que projetavam e pela colonização das Antilhas, o *Memorial* parece não ter de momento recebido grande atenção, pois nenhum outro texto coevo o cita ou se lhe refere. Só mais tarde parece implicitamente citá-lo o incansável e minudente Jerónimo de Zurita num passo dos seus famosos *Anales de la Corona de Aragón*<sup>75</sup> em que repete a história dos dois marinheiros portugueses

---

<sup>75</sup> Tomo V, liv<sup>o</sup> i, cap. 29.

arrebatados da frota de Colombo pelas autoridades de Lisboa, que nenhuma outra fonte menciona.

O problema dos limites recomeçou na prática a pôr-se a partir de Julho de 1500, quando, quase ao mesmo tempo, faleceu o príncipe D. Miguel da Paz e regressou a Portugal o navio de Gaspar de Lemos com a notícia do achamento da Terra de Santa Cruz por Pedro Álvares Cabral. Gaspar de Lemos costeou o Brasil, de Porto Seguro a Pernambuco, constatando assim a sua continentalidade. Como Vicente Yañez Pinzón atingira meses antes a costa do Ceará, tornou-se praticamente indubitável a continuidade das terras emersas desde a actual Colômbia ao que é hoje o sul da Bahia. Mais tarde ou mais cedo pôr-se-ia a questão dos limites, que o Tratado de Tordesilhas não definia com a precisão desejada.

D. Manuel tinha por isso todo o interesse em disfarçar quanto possível a ocidentalidade da terra descoberta; é certamente por essa razão que enquanto a carta de Pero Vaz de Caminha a declarava distar 660 ou 670 léguas da ilha de S. Nicolau, na carta aos sogros em que lhes dá conta dos sucessos da armada de Pedro Álvares Cabral e do descobrimento que fizera da Terra de Santa Cruz, D. Manuel situa-a a 400 léguas do Cabo Verde, na costa africana — e, portanto, claramente do lado português da raia de Tordesilhas. Durante muito tempo a cartografia imitá-lo-ia, escamoteando o bojo do Brasil. Os processos usados para falsificar as cartas de modo a favorecer as pretensões portuguesas eram vários, consistindo as mais das vezes em, disfarçando a saliência que a costa brasileira faz para leste entre Pernambuco e o Rio de Janeiro, debuxá-la como quase coincidente com um meridiano. Essa deformação propositada é sobretudo notória nos mapas mais antigos, como os de Maiollo, de 1504, o chamado *Kunstmann II*, de 1506, o *Atlas Miller*, de 1519 e, sobretudo, o mapa-múndi de Cavério de ca. 1505, que debuxa uma costa que corre quase no sentido norte-sul em vez correr de nor-noroeste a su-sueste, como na realidade sucede. No chamado *Atlas Vallard*, da escola de Dieppe, datado de 1547, que tivemos ocasião de estudar em pormenor <sup>76</sup>, a diferença de longitude entre o Cabo S. Agostinho, ponto mais oriental do Brasil (8° 21' S, 34° 56' W), e o Cabo Frio (23° S, 42' W), onde a costa inflecte nitidamente para oeste, está reduzida a metade, pois é de ca. 3 ½ graus, quando deveria ser de um pouco mais de 7; e entre o Cabo Frio e o de Santa Maria (34° 39' S, 54° 9' W), no actual Uruguay, medeiam no mapa ca. 5° em vez de 12°. A esta deformação do Brasil junta-se um encurtamento da largura do Atlântico, da ordem dos 5°, e ainda um ligeiro estiramento para oeste das ilhas de Cabo Verde, de

---

<sup>76</sup> *O Atlas Vallard* [volume explicativo da edição facsimilada] Moleiro Editor, Barcelona, 2010.

modo que a ilha de S. Antão, que devia distar *ca.* 8  $\frac{3}{4}$  graus da costa africana fronteira é figurada a 10° dela. À altura do Cabo Frio Portugal ficava assim ganhando já quase 10°, e à entrada do Rio da Prata 17°. Curiosamente, na litoral norte do Brasil, por que nem portugueses nem castelhanos se interessavam muito então, não se verifica encurtamento, de modo que é perfeitamente correto o apartamento entre a foz do Amazonas e o Cabo de S. Agostinho.

De facto, na costa setentrional da América Meridional a questão na prática não se punha, uma vez que entre as terras efetivamente ocupadas por Castela, que se não estendiam para oriente além de Pária, e as freqüentadas pelos portugueses, que se atinham ao tempo à costa norte-sul do Brasil, quedava como que um hiato, uma terra de ninguém que franceses, holandeses e britânicos haviam de aproveitar para se estabelecer nas Guianas. Tãcitamente, como se deduz da carta de Estêvão Fróis, convencionou-se que o limite coincidia *grosso modo* com o equador.

Estêvão Fróis partira para o Brasil integrado na expedição de Diogo Ribeiro (1511-12), de que com maior detença voltaremos a falar mais tarde. Acabou por substituí-lo como comandante da expedição em 1513, quando aquele morreu no norte do Brasil, perto do cabo S. Agostinho, às mãos dos índios; ameaçado, por seu turno, pelos nativos fugira com a sua caravela, indo-se acoitar em Porto Rico, onde foi preso por desrespeito ao tratado de Tordesilhas. Transferido daí para Santo Domingo, escreveu a 30.VII.1514 uma carta a D. Manuel, rogando-lhe que intercedesse pela sua libertação. A carta é interessante pelos argumentos que avança em abono da sua inocência: o cabo S. Agostinho recaía na demarcação portuguesa, além de que, por usucapião, assistiam a Portugal todos os direitos sobre a zona, visto terem-na descoberto e freqüentarem-na “há vinte anos e mais” — expressão demasiado vaga para que dela se possam retirar, como se tem procurado fazer, datas precisas, ou argumentos para provar a presença portuguesa na América Meridional antes de Colombo. Estêvão Fróis acabou por ser liberto em 1517, por escambo com sete espanhóis da frota de João Dias de Solis, detidos entretanto no Brasil.

A questão dos limites apenas se veio a pôr efetivamente um pouco mais tarde, após o descobrimento, em 1516, do Rio da Prata por João Dias de Solis (um piloto português, em última análise oriundo de Solis, no concelho de Mértola, que, ao que parece após assassinar sua mulher, se homiziara em Castela). Tanto portugueses como castelhanos viram nesse acidente geográfico a melhor via para penetrar no interior do continente, onde se entrevia a existência de minas do metal cuja miragem dera o nome ao suposto rio. Quanto aos limites no Índico, a questão tendeu de início a ser olhada como meramente académica, pois Castela acabara por aceitar tãcitamente a presença portuguesa na Índia. Foi assim que, quando em 1512 Fernando, *o Católico*, regente de Castela em nome de sua filha Joana, *a Louca*, tentou enviar secretamente João Dias de Solis pela rota portuguesa do Cabo, a descobrir e tomar posse da China e das ilhas de Maluco e a coisa transpirou, perante os protestos de D. Manuel, seu sogro desistiu do

intento. Tácita e gradualmente, foi-se instalando a noção de *antimeridiano*, ou seja, a de que a oriente o limite entre a zona de influência de uma e de outra coroa seria uma linha sita a 180° da raia de Tordesilhas.

Foi então que, pelo hemisfério castelhano, Fernão de Magalhães alcançou o extremo oriental da Insulíndia, onde se situavam as famigeradas “Ilhas da Especiaria”, o que reacendeu a questão.

Na realidade a letra do tratado de Tordesilhas é pouco precisa, já que não especifica de qual das ilhas de Cabo Verde se haviam de contar as 370 léguas; ora entre a ilha de Santo Antão, a mais ocidental, e a da Boavista, a mais oriental, há uma diferença de cerca de 3°, já que o arquipélago se estende entre 22° 28' e 25° 27' W de Greenwich. Na sua *Suma de Geographia*, impressa em 1519, Enciso opinava que as léguas se deveriam contar da ilha do Fogo, que fica a 24° 21' W. Na junta de Elvas-Badajoz, em 1524, os deputados portugueses teimavam em que se fizesse a contagem a partir de Santo Antão, enquanto os de Castela, entre os quais se achava D. Hernando Colón, profiavam em que fosse a do Sal ou a da Boavista <sup>77</sup>. Por outro lado, pior ainda, a letra do tratado não explicitava de que léguas se tratava, pois vimos já que havia léguas de mui diversa extensão; e como para traçar o meridiano se tornava em qualquer caso necessário calcular em léguas a distância de Cabo Verde à raia, mesmo recorrendo ao método de Jaime Ferrer, era necessário, implícita ou explicitamente, levar em linha de conta o problema da medida exata da circunferência da Terra.

Duarte Pacheco Pereira calculava o grau de latitude, correspondente a  $\frac{1}{360}$  daquela circunferência, em 18 léguas, provavelmente das que se vieram a chamar *léguas velhas*, de 6 km e tal. Havia, porém, quem fizesse as contas de outro modo: João de Lisboa, como Vespúcio, fazia-as a 16,66, a maior parte dos cosmógrafos a 17,5 e alguns a valores mais díspares ainda, como 15 ou 20 ao grau. Deixando de lado estes valores extremos, menos usuais, e tendo em conta que, a uma determinada latitude  $\varphi$ , como acima demonstrámos, o grau de paralelo mede tanto como o produto da medida de um grau do equador pelo cosseno de  $\varphi$  (que à latitude média de Cabo Verde, *c.* 16°, é 0,961262), a raia de Tordesilhas recaía necessariamente entre 43° 35' e 48° 28' W de Greenwich. O antimeridiano passava por conseguinte entre 131° 32' e 136° 25' E, portanto pelo menos uns 4° a nascente de Ternate e Tidore, as “Ilhas do Cravo”, que ficam a *c.* 127° E — e, portanto, no hemisfério português.

<sup>77</sup> Auto dos acontecimentos na ponte do Caia a respeito da demarcação das ilhas, 31.V.1524, TT, *Gaveta XVII*, 1-19, pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1967, pp. 558-576.

Bom cosmógrafo, Fernão de Magalhães, no seu memorial de Setembro de 1519 a Carlos V <sup>78</sup>, fazia as contas, como era corrente, a 17,5 léguas por grau da equinocial; tomando como ponto de partida para a contagem das 370 léguas estatuídas pelo tratado a ilha de Santo Antão (cuja extremidade ocidental jaz na realidade a 25° 27' W), que estimava distar da raia 22° (em rigor, fazendo as léguas a 17,5 ao grau, deveriam ser 21° 8' 34"), colocava a linha divisória entre os domínios de um e outro reino a uma longitude correspondente a c. 47° 30' W de Greenwich, o que recai dentro da margem de imprecisão que definimos mais atrás e é, por conseguinte, muito aceitável; o anti-meridiano situar-se-ia, por conseguinte a c. 132° 30' E de Greenwich. O seu erro não estava aí: estava em equivocar-se quanto à posição real quer de Malaca (que situava a 17° ½ aquém da raia, portanto a 115° E, quando na realidade jaz a 102° 14') quer das ilhas principais de Maluco, ou seja, Ternate e Tidore (que supunha a 2° 30' a oriente do antimeridiano, portanto a 135° E, quando na realidade ficam a 127° E, ou seja, uns 5° a ocidente do antimeridiano). É curioso notar que o erro principal está na estimativa da longitude de Malaca, em que erra c. 13° por excesso, ao passo que, errando por defeito, encurta de 5° a distância entre Maluco e Malaca, esmando-a em c. 20° quando na realidade é de 25°, erro em sentido oposto que não é, porém, bastante para cobrir o precedente. O primeiro erro provinha da insólita metodologia usada: em vez de determinar a longitude de Goa ou de Cochim, e a partir dela, com base nas singraduras efetuadas, estimar a de Malaca, Magalhães calculou-a a partir da distância em direitura do Cabo da Boa Esperança a Malaca, rota que ninguém percorrera ainda e só no último quartel do século XVI começou a ser de quando em vez utilizada; tomou por conseguinte a medida sobre uma carta náutica, certamente uma carta quadrada ou retangular, não equidistante, o que não poderia nunca conduzir a um resultado exato. A divergência corresponde a apenas 2 % da redondeza da Terra, mas politicamente alterava tudo. Parece, por conseguinte, não ter razão João de Barros que imputa o erro aos exageros de Francisco Serrão, que, para fazer valer os seus trabalhos, teria nas suas cartas a Magalhães aumentado desmedidamente as andanças que fizera para atingir Maluco, levando o seu amigo a imaginar que o pequeno arquipélago se situava muito mais a leste do que na realidade jaz.

Após o regresso de Elcano a Espanha, em 1522, esta adotou o ponto de vista de que a raia divisória passaria por Malaca, sita na realidade a 102° 14' E, o que representa um retrocesso em relação ao cálculo de Magalhães, pois contém um erro de c. 30°, ou seja, de 8,33 % da redondeza da Terra; não sabemos se essa posição era de boa fé,

---

<sup>78</sup> Navarrete, *op. cit.*, vol. II, iv parte, doc. xix, pp. 519-520.

correspondendo à estimativa de Elcano, se propositadamente exagerada, de modo a proporcionar-lhe uma margem de manobra para as negociações com Portugal. De uma maneira geral castelhanos e portugueses ao serviço de Castela como Solis, utilizavam a favor desta as imprecisões de Tordesilhas e, de boa ou de má fé, deslocavam a raia das traseiras do globo muito mais para ocidente. O cálculo mais extremo é o de João Dias de Solis, que a fazia passar por Ceilão, que na realidade se situa a uma longitude média de 81° E, ou seja, 51° a oeste da posição que lhe assinava Magalhães; na sua *Suma de Geographia*, publicada em Sevilha em 1519, o bacharel Martín Fernández de Enciso mostra-se um tanto mais modesto, pois fã-la passar pelas bocas do Ganges, a uns 90° E — mesmo assim 42° mais a ocidente do que calculava Magalhães.

Quem jamais se rendeu ao conceito de antimeridiano foi D. Hernando Colón, que possuía uma cópia do *Memorial de la Mejorada* (na forma em que o conhecemos ou na primitiva), cujas ideias adotou. Para dirimir o diferendo reuniu-se em 1524-25, na ponte do Caia, entre Elvas e Badajoz, uma junta luso-castelhana, para a qual, atendendo à sua vasta cultura e ao seu conhecimento da vida paterna, Carlos V nomeou D. Hernando. Este, logo a 9.IV.1524 começou por contestar a posição de D. João III, segundo a qual tudo o que se achasse a oriente da linha de Tordesilhas, sem qualquer exceção, caberia a Portugal <sup>79</sup>. D. Carlos sabia da radicalidade da sua posição, e foi certamente por isso que em carta datável de 5.IV.1524 <sup>80</sup>, ao mesmo tempo que lhe agradecia os apontamentos que ele lhe enviara lhe recomendou que não empatasse a pendência dando aos deputados del-rei de Portugal a impressão de que queriam dilatá-la.

A junta não conseguiu chegar a acordo, de modo que o problema só em 1529 veio a ser regulado pelo tratado de Çaragoça. D. Hernando, porém, redigira entretanto três escritos, de que apenas dois subsistem, insistindo na ideia arcaizante de seu pai, segundo a qual prevalecia em qualquer caso a doação pontifícia, devendo as exceções ser encaradas como uma concessão benévola dos reis de Castela ao de Portugal; na prática isso significava que os domínios portugueses terminavam no Cabo da Boa Esperança e que a presença lusitana na Índia era ilegal.

D. Hernando inspirou-se no escrito paterno para redigir três opúsculos, em que insiste nessa ideia: o *Memorial por el Almirante*, redigido em 1509, o *Colón de la concordia*, escrito em 1511 mas hoje perdido, e a *Declaración del derecho que la Real Corona de Castilla tiene a la conquista de las provincias de Persia, Arabia e India, e de Calicut e Malaca, con todo lo demás que al Oriente del Cabo de Buena Esperanza el*

<sup>79</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Estado*, legajo 367, fl 141; Ruiz Asencio, *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*, doc. 221, p. 234.

<sup>80</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Patronato*, 49, r. 3, nº 1 (11), sumariado *ibidem*, doc. 284, p. 251.

*Rey de Portugal sin título ni derecho alguno tiene usurpadas*<sup>81</sup>, composta em 1524 no quadro das negociações de Elvas-Badajoz. Logo na primeira reunião da junta bilateral, a 9.IV.1524, D. Hernando explicitou a sua posição radical. Foi certamente isso o que levou D. João III a interessar-se pelo *Memorial* colombino e a procurar obter cópia dele, o que veio a conseguir por intermédio de seu embaixador na corte espanhola, D. Duarte de Almeida, graças à cooperação da 3ª condessa de Lemos, D. Beatriz de Castro Osório, a *Fermosa* (1480-1570), ao tempo já viúva de D. Dinis (1481-1516), filho do duque de Bragança D. Fernando e de D. Isabel de Avís ou de Viseu, irmã del-rei D. Manuel, e, por conseguinte, primo direito de D. João III. D. Beatriz prestou-se a desempenhar o papel de espia, porque pedira a D. João III uma mercê, não sabemos qual, que o monarca português negara, e tinha esperança de assim lhe conquistar as boas graças e lhe poder sacar. É o embaixador quem no-lo explica na carta então enviou a D. João III:

Senhor:

Porque não sei se será dada a Vossa Alteza ùa carta minha em que lh'escrevia que me ficavam treladando um livro do almirante das Índias, que fezera Dom Cristóvão Colon seu pai, das demarcações dos mares e terras de Vossa Alteza e os de Castela, lho torno a escrever agora, e o livro já o tenho mandado a Vossa Alteza; e ainda que aquilo nom seja verdade, como me pairesse, todavia dev'yo Vossa Alteza de mandar ver por cosmógrafos, porque também os teólogos vem o Alcorão. A condessa de Lemos mo mandou treladar, e estorvou que nom se entregasse ao Conselho das Índias que o pedia mui apertadamente ao almirante, que é seu sobrinho e muito seu amigo dela. E o livro vae concertado por mim co própeo que fica em poder da condessa pera se nom poder fazer dele nada senão o que for serviço de Vossa Alteza; e mais anda-me sabendo por via do almirante em que assentaram aqueles cosmógrafos que se aqui ajuntaram, sobre que Vossa Alteza m'escreveo. E quem tem este zelo e deseja tanto de o servir, pairesse que lhe devera Vossa Alteza de fazer a mersê que lhe pedia, que assi me salve Deus que soo porque ela é sem est'outras circunstancias que importam muito lhe houvera Vossa Alteza de fazer. E ela está mui desconsolada por lhe Vossa Alteza negar; e não creio que por isso deixará de o servir.

Nosso Senhor a vida de Vossa Alteza com muita saúde e seu estado real guarde e prospere por muitos anos, pera Seu serviço.

De Valhadolid a vintacinco de Novembro [de 1524?]

Beijo as reaes mãos de Vossa Alteza.

Dom Duarte de Almeida<sup>82</sup>

Pena é que o escrito de Cristóvão Colombo não quede anexado à carta. Não é impossível que paire, por catalogar ou mal catalogado, por qualquer das nossas bibliotecas ou arquivos, ou pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, para onde D. João

<sup>81</sup> Pub. por Eustaquio Fernández de Navarrete, *Noticias para la vida de don Hernando Colón*, in "Colección de documentos inéditos para la Historia de España", tomo XVI, Madrid, 1850, pp. 382-420

<sup>82</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IX, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1971, doc. 4508 (Gaveta XVIII-8-7), p. 203

VI transferiu boa parte da livraria do Paço. Permitir-nos-ia cotejá-lo com o manuscrito da Real Academia de la Historia e assim apurar ao certo o que nele não é da lavra do descobridor da América.

Como a ideia de antimeridiano acabou por ser aceita por ambas as partes, o *Memorial* caiu no esquecimento e as diferentes cópias que dele havia vieram a perder-se, à exceção de uma, que se conservava no arquivo de Simancas, e de outra, já setecentista, na biblioteca do Paço Real de Madrid. Quando em 1781 Carlos III (r. 1759-88) encarregou D. Juan Bautista Muñoz de trasladar para Sevilha os documentos ali conservados referentes às Índias Ocidentais, antolhou-se-lhe o *Memorial* — que no entanto datou de 1523, atribuído-o ao Dr. Galíndez de Carvajal (1472-1528), membro do Conselho dos Reis Católicos e seu cronista. No entanto, no *Archivo de Indias* de Sevilha, onde se deveria encontrar, não se acha hoje a sua cópia; não é impossível que se tenha extraviado, acabando por ir parar às mãos do oficial de marinha, político, historiador e poeta satírico José de Vargas Ponce (1760-1821), que foi um dos reorganizadores da *Real Academia de la Historia*, a que por três vezes presidiu e em cuja biblioteca a cópia quatrocentista do *Memorial* foi encontrada.

E aqui temos como o suposto “agente secreto de D. João II” acabou por causar, vinte anos depois de morto, dores de cabeça ao próprio D. João III.

## O testamento de 1498 e a instituição do morgadio

Foi o Colombo humilhado e ofendido de 1496 que, a 22 de Fevereiro de 1498, uma semana antes de, finalmente, ser autorizado a zarpar para a sua terceira viagem, redigiu o instrumento público de criação de um morgadio que constitui ao mesmo tempo uma espécie de testamento, de que a plêiade dos sequazes de Mascarenhas Barreto faz “o inimigo público número 1”. É, de facto, de todos os documentos conhecidos que o Almirante redigiu, o único em que se refere de forma clara e explícita, às suas origens genovesas {84} — o que, dadas as condições psicológicas em que o ditou, é, como notámos já, perfeitamente compreensível.

Foi praticamente na mesma ocasião e no mesmo estado de espírito que, a 15 de Março, mandou fazer cópias autenticadas das cartas-régias contendo os privilégios que lhe haviam outorgado os Reis, o chamado *Libro de Privilegios de Veragua*, que hoje se conserva no Archivo de Indias, em Sevilha. Foi-lhe mais tarde ajuntada a carta-régia de 28.IX.1501, confirmando a instituição do morgadio que fizera pelo instrumento de 1498 de que ora nos ocupamos.

Há que notar, que ambas as iniciativas se inserem perfeitamente na estratégia que Colombo, que não dava ponto sem nó, decidiu adotar quando viu vacilar a sua posição em Castela — coisa que os luminares da *Desordem* não veem, nem querem ver; ou, quiçá, não possam ver, à míngua de cultura histórica e de conhecimento do Homem...

Do texto do testamento consta, de facto, um pedido ao Papa para que, sob pena de excomunhão, o faça cumprir, e também ao Rei, à Rainha e a seu herdeiro, o príncipe D. João, para que *no consientan (...) se disforme este mi compromisso de Mayorazgo y Testamento (...) para que quede para sempre como raíz e pie de mi linaje e memoria de los servicios que a sua Alteças he hecho, que siendo yo nacido em Génova les bine a servir aquí en Castilla, y les descubrí al Poniente de tierra firme las India y las dichas islas sobredichas*. E mais adiante, após numerosas outras disposições e legados que nos não interessam aqui, manda a seus herdeiros que mantenham sempre em Génova *una persona de nuestro linaje, que tenga allí casa y mujer, e le ordene renta con que se pueda bibir honestamente como persona llegada a nuestro linaje, y haga pié e raíz en la dicha ciudad como d'ella, porque podrá aver de la dicha ciudad ayuda e favor en las cosas de menester suyo, pues de aí salí y en ella nazí*. Mais abaixo, finalmente, recomenda a quem herde o morgadio *que procure y se trabaje siempre por la onra y bien y acrecentamiento de la ciudad de Génova y ponga todas sus fuerças e bienes en defender y aumentar el bien e honra de la Repúblia d'ella, no yendo contra el servicio de la Iglesia de Dios e alto estado del Rey o de la Reina, Nuestros Señores*.

Assim dava início a uma “operação de *charme*” na Ligúria que retomaria em 1502, como a seu tempo veremos.

Numa outra cláusula do presente testamento recomenda ainda a seus herdeiros que apliquem o seu cabedal na compra de *logos* (obrigações) do banco genovês de S. Jorge, *los cuales agora rentam seis por ciento y son dineros muy seguros*, insistindo no parágrafo seguinte que *allí en San Jorge está cualquier dinero muy seguro, y Génoa es ciudad noble y poderosa por mar*<sup>83</sup>. Discutiremos este passo no próximo capítulo.

Compreende-se que cubistas, catalanistas *et hoc genus omne* se encarnicem, quase ao rubro, contra este documento, que, de facto, há que reconhecê-lo, é um dos mais problemáticos dos documentos colombinos, já que dele nos não chegaram senão cópias, feitas para mais sobre o que parece ser uma minuta ou versão prévia não corrigida, cujos passos anacrónicos não sabemos se continuavam ou não a constar do documento definitivo e oficial, de há muito desaparecido.

Comecemos por essas dificuldades pontuais, para mostrarmos em seguida que não são dirimentes, ou seja, não bastam por si sós para provar a falsidade do documento. Não mortificaremos o leitor com a transcrição integral do longo e confuso requisitório do nosso conhecido bastonário da *Desordem*, que desta feita, não contente com dissertar sobre História se aventura alegremente a pontificar também sobre Diplomática. Resumiremos apenas os seus argumentos, o que se nos afigura perfeitamente bastante: o documento contém uma súplica ao príncipe D. João, primogénito real, que havia morrido de febres em Salamanca aos dezanove anos de idade, a 4.X.1497, portanto quatro meses antes da data do testamento; refere, como almirante de Castela, “um tal Don Enrique de Castela, que não existiu, pois o almirante da altura chamava-se Don Fradique”; contém uma referência “à linha do tratado de Tordesilhas a 100 milhas [*sic*] de Cabo Verde quando na realidade seriam 370 milhas [*sic*], o que o Almirante por certo saberia”. Pelo respeito que a todos deve merecer o texto de outrem, não ousou, nas citações diretas, corrigir o que escreve o meu ilustre interlocutor, nem mesmo os seus erros de ortografia; no caso vertente, como toda a gente sabe, trata-se de *léguas* e não de *milhas*. E no seu último escrito aduz-me ainda a seguinte frase, que cita e comenta:

*..que todavía esté el dicho Don Diego o la persona que heredare d' este propósito de aumentar el más dinero que pudiere para hir con el Rey Nuestro Señor, si fuere a Jerusalem a le conquistar,... y si no tubiere para conquistar, le darán a lo menos para parte d'ello... y sepa que podrá hacer alguna buena obra en esto de Orán. (Colon indica que se invista o dinheiro que for herdado numa boa obra em Oran). A campanha de D. Fernando contra o Norte*

<sup>83</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxv, pp. 190 & sqq. Como a maioria dos textos colombinos, este doc. pode também ver-se em Navarrete, vol. I.

*de África inicia-se em 1508 culminando com a conquista de Oran em 1509, altura em que começam os pleitos de D. Diego contra a coroa e onde este documento aparece. Em 1498 seria impossível a C. Colon adivinhar que Oran iria ser conquistada depois da sua morte, ou seja isto permite datar o documento numa data posterior a 1509, o que também confirma a troca dos algarismos que aparece na data.*

Outros argumentos são tão pueris que não mereceriam referência, a não ser para mostrar a que extremos chegam as pessoas possessoras das suas próprias ideias como de um espírito imundo, quando se trata de as demonstrar. Tal é nomeadamente o caso do argumento de que o documento “está datado de 22/2/1498, em que o ano tem o algarismo 4 escrito sobre um 5 (1598). Como o Mayorazo descrito foi efectivamente outorgado a 28/9/1498 (depois da data do documento), a correcção visível da data levanta a primeira suspeita sobre a autenticidade do documento” — como se, sendo, como sabemos já, datáveis do século XVI as cópias que existem do documento, não fosse natural o escriba enganar-se e escrever 15..., como no ano em que se estava, em vez de 14... Para mais a redacção do Engº é tão confusa que fica o leitor sem compreender que sucedeu a “28/9/1498 (depois da data do documento)”: que Setembro é posterior a Fevereiro é uma evidência; contudo, a pesar de toda a nossa boa vontade em ajudar o leitor desorientado neste difícil passo, confessamos que nem compreendemos o que quer dizer o nosso bastonário, nem conhecemos qualquer documento correlato datado de 28 de Setembro desse ano. Ter-se-á o nosso bom engenheiro enganado e confundido 1498 com 1501? Foi de facto a 28.IX.1501 que, como em breve veremos, os Reis Católicos *confirmaram* o morgadio *outorgado* por Colombo em Fevereiro — ao que fora *autorizado* pelos Reis a 23.IV.1497.

Igualmente pueril nos parece o argumento de que o testamento não está assinado com o nome do descobridor, mas com a sua sigla, que os copistas imitaram o melhor que podiam — como se assim não estivessem firmados todos os demais documentos que deixou, incluindo o seu testamento de 1506, não se conhecendo um único em que firme com o seu nome de baptismo. Ou ainda o de que Cristóvão não contempla no seu testamento seu pai Domenico — que à data do testamento, se vivo fosse, contaria oitenta anos, mas pode muito bem ter entretanto falecido, pois o último documento que o dá como vivo data de 1494. Estamos de crer que entretanto terá morrido, e que terá sido por isso que seus filhos deram à nova capital da ilha Espanhola, fundada a 5.VIII.1498, o nome do seu santo protetor: Santo Domingo.

Reservando para o capítulo seguinte a análise da afirmação, leviana senão tendenciosa, de que o *Ufficio di San Giorgio* teria permanecido encerrado ou numa espécie de hibernação de 1445 a 1530 (período em que, sem contudo ir à falência, não receberia depósitos!), discutamos, pois, os argumentos que merecem discussão.

A referência ao príncipe D. João é o principal elemento que nos permite aventar, como fizemos, que as cópias existentes tenham sido feitas sobre uma minuta anterior e não sobre o documento final, embora, como veremos em seguida, conste igualmente da carta régia que confirma a *Institución*, datada de Setembro de 1501 e indubitavelmente autêntica, como daqui a nada veremos. Não é impossível que, carecendo de efeitos práticos para a execução do testamento, jamais tenha sido retificada, nem num nem noutra documento.

A referência ao Almirante de Castela não respeita, como pensa o nosso bom engenheiro, ao detentor do cargo à época em que o documento foi escrito, que era de facto D. Fradique Enríquez (1485-1538), mas ao primeiro que o deteve a título hereditário, D. Alonso Enríquez (1405-26), sobre cujos privilégios foram moldados os de Colombo, que por isso deles recebeu uma cópia autenticada. A grafia “D. Enrique” por “D. Alonso Enríquez”, que como a precedente não sabemos se foi emendada na redação final, é aparentemente um mero *lapsus calami* sobre matéria marginal e desprovida por isso de significação. Não é impossível que a confusão provenha do facto de o terceiro almirante, D. Alfonso Enríquez, ter um irmão chamado D. Enrique Enríquez, que exercia funções de mordomo-mor da corte; mas parece-nos pouco provável, uma vez que o que está em causa no documento é o primeiro detentor do título, meio século mais atrás, e jamais D. Fradique, contemporâneo de Colombo, que era o quarto almirante de Castela.

A referência à raia marítima entre a zona de influência castelhana e a portuguesa nada tem a ver com o tratado de Tordesilhas, pois o texto refere-se à colação do título de “Almirante do Mar Oceano” a Colombo, por carta régia de 30.IV.1492<sup>84</sup>, mais de dois anos antes do tratado. É verdade que da carta régia não consta a menção das cem léguas; foi, como vimos, por sugestão de Colombo que veio a ser incluída em 1493 na bula de Alexandre VI. De qualquer modo, como tivemos já ocasião de notar, Colombo tinha todo o interesse em arredar de novo para leste a linha divisória, que constituía não só o limite dos domínios de Castela mas também o da sua própria jurisdição como almirante, vice-rei e governador-geral. De facto, o artigo 3º das *Capitulações de Santa Fé* previa *que de todas y cualesquiera mercaderías (...) de cualquier especie, nombre y manera que sean que se compraren, trocaren, hallaren, ganaren y hubieren dentro en los límites del dicho almirantazgo, que desde ahora Vuestras Altezas hacen merced al dicho don Cristóbal y quieren que haya y lleve para sí la décima parte de todo ello.*

---

<sup>84</sup> Navarrete, I, doc. vi, p. 304.

Colombo tinha, pois, uma razão muito concreta para lutar, fazendo ouvidos de mercador ao Tratado de Tordesilhas, para que de modo algum lhe cerceassem os limites ao almirantado! Por isso continua a insistir nas cem léguas, não só aqui mas em outros documentos mais, nomeadamente nas relações da terceira e quarta viagens, num memorial datável do inverno de 1505-1506 e até no testamento que fez lavrar na véspera da sua morte em 1506 — tudo, por conseguinte, documentos mais posteriores ainda do que este ao tratado de Tordesilhas. Colombo continua aí a afirmar, com a mesma imprecisão ou maior ainda, que os Reis lhe fizeram mercê *del ofiçio de almyrante e vsorrey e governador general en todas las yslas que descubriesen o fallasen en el mar Oçéano, que cominça por una línea o raya que sus Altezas fizieron marcar que pasa por desde las yslas do los Açores a las yslas del Cavo Verde, septentríon en abstro de a polo a polo de manera que todo lo que es adelante la dicha línea al oçidente es de Vuestras Altezas...*<sup>85</sup>. A expressão repete-se textualmente, com a mesma imprecisão, no rascunho autógrafo de um “memorial de agravos” a apresentar aos agentes da Coroa, redigido c. 1501, entre a terceira e a quarta viagem<sup>86</sup>. Na *Relación del Cuarto Viaje*, em 1503<sup>87</sup>, reaparecem as 100 léguas: *y me entitularon de bisorey, almirante y governador y general de todo (...), y aseñalaron el término sobre las islas de los Açores çien leguas, y aquélas del Cabo Verde, por línea que pasa de polo a polo...*

E no testamento de 1506<sup>88</sup> :

*Así que plugo a sus Altezas que yo obiese en mi parte de las Indias, Islas e Tierra-firme, que son al Poniente de una raya, que mandaron marcar sobre las dichas Islas de los Azores y aquellas de Caboverde cien leguas, la qual pasa de polo a polo, que yo obiese en mi parte el tercio y el octavo de todo, y mas el diezmo de lo que está en ellas...*

No testamento de 1498, de que apenas nos afastámos para introduzir comparações, a referência é quase idêntica, pois afirma que recebeu as dignidades de almirante, vice-rei e governador a poente *de una raya que mandó asentar imaginaria su Alteça sobre a cien leguas sobre las islas de los Açores y otro tanto sobre las de Cabo Verde, lo cual por todo Polo a Polo* — o que na realidade constitui uma impossibilidade física, uma vez que os Açores não ficam sobre o mesmo meridiano que Cabo Verde, mas um pouco mais a ocidente: Angra, na Terceira, fica a 27° 12' W, a Praia,

<sup>85</sup> *Petición de D. Cristóbal Colón en un memorial al Rey D. Fernando solicitando ser restituído el los oficios de Virrey y Gobernador*, Anunciada Colón, vol. II, doc. 58, p. 247.

<sup>86</sup> Varela y Gil, *Textos...*, doc. lxi, p. 459.

<sup>87</sup> *Ibidem*, doc. lxxiv, p. 499.

<sup>88</sup> *Memorial ajustado...*, fl 58 r; Varela & Gil, *Textos...*, doc. c, p. 534.

em Santiago, a 23° 30', mas entre os extremos ocidentais dos dois arquipélagos, as Flores e Santo Antão, a diferença seria maior, cerca de 6°.

De qualquer modo, e é isso que convém lembrar ao meu interlocutor, trata-se da “raia imaginária que mandou assentar Sua Alteza”, supostamente em 1492, e não da traçada por Sua Santidade em 1493, nem da acordada entre Portugal e Castela em 1494!

O mais interessante em tudo isto é o significado sobrenatural que, a partir do pouso a que foi obrigado de 1496 a 1498, Colombo começa a atribuir a esse limite oriental do seu senhorio americano, que insinua coincidir com o do Paraíso Terrestre. Disso faz duas vezes menção na *Relação da Terceira Viagem*, antes ainda de chegar às Caraíbas, anotando que das tais cem léguas para ocidente *van los navíos alçándose hazia el cielo suavemente (...) y se muda el aguja de marear* — o que, como muito bem sabemos, se deve ao facto de se transpor ali uma linha agónica da declinação magnética <sup>89</sup>.

Passando agora “à boa obra de Ourão” não se trata, como candidamente parece crer o nosso bastonário, de criar uma cozinha económica para os pobrezinhos da cidade! Trata-se de aplicar à conquista de Ourão os proventos da empresa americana, em sintonia com o que acima lhe ouvimos dizer da de Jerusalém. Para os adeptos da Cruzada, como é nomeadamente o caso do nosso Gomes Eanes de Zurara, dilatar a Cristandade conquistando território aos Mouros constituía, por excelência “a boa obra”. Ora a conquista do Norte de África estava nos planos dos Reis Católicos muito antes do primeiro testamento de Colombo. Já o tratado de Tordesilhas, assinado a 7.VI.1494, o afirma: *como a la parte de los dichos señores Rey e Reyna de Castilla e de Aragón, que para la conquista de allende les es neçesario procurar de aver las villas de Melilla e Caçaça...*, sem embargo de permanecer o reino de Fez reservado à conquista de Portugal, *por conservaçon del debto e amor que en uno tienen los dichos Señores Rey e Reyna de Castilla e de Aragón, etc<sup>a</sup>, e el dicho Señor Rey de Portugal (...) los dichos Señores Rey e Reyna de Castilla e de Aragón etc<sup>a</sup>, puedan aver e gañar las villas de Melilla e Caçaça de los moros e las puedan tener e tengan para si e pera sus reinos* <sup>90</sup>. A hesitação provinha de não ser claro se as ditas vilas, que na prática estavam em autogestão, faziam parte do reino de Fez, reservado à conquista portuguesa, se do de Tremecém ou Tlemcén (em árabe Tilimsān, na actual Argélia), guardado para Castela. Recorde-se que *conquista de allende* é a expressão correspondente à portuguesa “conquista dos lugares de além”, em que “lugares de além” designa por

<sup>89</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 377 (cf. p. 375).

<sup>90</sup> Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, doc. 294, p. 449; cf. Zurita, *Historia del Rey Don Hernando...*, I, xxxix (pp. 144 & sqq.).

elipse tudo o que jaz “para além” do estreito de Gibraltar; é nesse mesmo sentido que, a partir de D. Afonso V, os reis de Portugal se intitulam também reis “dos Algarves de aquém e de além-mar em África” — correspondendo o “Algarve de além-mar” à costa marroquina, ainda hoje designada por Ġarb, *i. e.*, “ocidente”.

Poucos meses após o convénio de Tordesilhas obtiveram os Reis Católicos do papa Alexandre VI a bula *Ineffabilis*, de 13.II.1495<sup>91</sup>, abençoando a *conquista de allende*, ou seja, dos “lugares de além” que não estavam reservados à conquista portuguesa; e à morte de D. João II, a 25 de Outubro desse ano, pressentindo em D. Manuel um interlocutor mais maleável, tentaram persuadi-lo a desistir do próprio reino de Fez, entregando a Castela as praças de Ceuta, Arzila e Tânger<sup>92</sup>, o que foi liminarmente recusado. Quanto a Melilha veio a ser efetivamente ocupada pelo Duque de Medina Sidónia em 1497 e Caçaça em 1505; entretanto a Coroa tinha por seu lado nomeado, pelo menos desde 1500, um *capitan y governador en las partes de Berbería*. O prosseguimento da ofensiva foi quase imediato, vindo Marçalquibir, nos arredores de Ourão, a ser conquistada a mando do Cardeal Jiménez de Cisneros, regente de Castela, em 1505, e usada quatro anos mais tarde como base para a conquista de Ourão<sup>93</sup>. Esta cidade era o objectivo principal, pela simples razão de que era um dos grandes valha-coutos dos corsários barbarescos que constantemente importunavam a navegação espanhola pelo Mar de Alborán.

A peremptória conclusão: “As citações indicadas são assim mais que suficientes para mostrar que o único documento em que C. Colon se afirma Genovês é falso e foi realizado depois da sua morte, em data posterior a 1509” é, para não dizer pior, uma conclusão totalmente leviana! Razão tinham os Antigos em seu ditado: *Ignorantia praesumit...* Se o documento é posterior a 1509, como é que foi confirmado pelos Reis Católicos em Granada a 28.IX.1501 e registrado em seguida no *Sello de la Corte* em Simancas?

Convém recapitular aqui algumas noções que os engenheiros não são obrigados a ter, mas lhes fazem falta — não, evidentemente, para lançarem pontes ou rasgarem estradas, mas para discutirem a documentação histórica. A confusão que o ilustre bastonário da *Desordem* estabelece sobre as relações entre o presente documento e os testamentos colombinos posteriores resulta, evidentemente, da sua falta de familiaridade com a história das instituições e do direito. A criação de um morgadio, embora

<sup>91</sup> pub. por A. Rumeu de Armas, *España en el África Atlántica*, doc. XVII, pp. 38-39.

<sup>92</sup> Zurita, *Historia del Rey Don Hernando*, II, xv.

<sup>93</sup> Cf. José García Oro, *El Cardenal Cisneros - Vida y Empresas*, 2 vols, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1962-63, vol. II, cap. “La Santa Empresa de Orán”.

participe do mesmo caráter de ato jurídico individual, unilateral, não-sinalagmático e com efeitos apenas *mortis causa*, não é meramente um testamento como o meu interlocutor parece crer. Difere essencialmente dele em carecer de autorização e confirmação por El-Rei, documentos que no caso vertente chegaram até nós. Colombo podia, é certo revogá-lo, não em virtude da lei geral, mas porque a carta régia que o autoriza lhe confere, por privilégio, essa faculdade, sem embargo da ordenação *en que se contiene que los mayorazgos no hayan lugar aunque se fagan por virtud de cualesquier cartas e rescriptos que sobre ello se den*.

De facto, a instituição de morgadios não se situa estritamente na área do direito privado, cavalcando em certa medida a do público; é aparentemente por isso que, tanto quanto o texto incompleto que chegou até nós deixa entrever, não é confirmado por testemunhas, mas corroborado pelos escrivães públicos de Sevilha que intervieram no ato.

Preferimos, para traduzir o castelhano *mayoradgo* ou *mayorazgo*, que designa a instituição *in genere* e cada uma das fundações que se enquadram nela, o termo português *morgadio*, ainda que no sentido de “conjunto de bens fruídos e administrados por um morgado”, só apareça registado na edição de 1877 do *Dicionário...* de Moraes, de onde se conclui ter entrado em uso pouco antes. Durante séculos usou-se o termo *morgado* tanto para a instituição como o indivíduo que a detinha.

É nesse sentido que Felgueiras Gayo emprega o termo ao dizer de Martim Mendes de Vasconcelos que era “2º padroeiro de S. Miguel de Lazarim e senhor do Morgado da Fonte Boa, instituído por seu tio D. Martinho”, caso com que topámos acima.

De facto o vocábulo ambivalente *morgado*, do baixo-latim *\*maioricatum*, está atestado em português desde 1317, enquanto o termo castelhano correspondente, *mayoradgo*, depois *mayorazgo* (que não remonta exatadamente ao mesmo étimo mas a um vocábulo cognado, pois deve provir de *\*maioraticum*) se regista desde 1370.

Assim, assaz curiosamente, tendo os morgadios sido abolidos por lei de 19.V.1863, o termo técnico forjado para designar quer o princípio que presidia à instituição, quer cada uma das fundações a que deu lugar só apareceu quando aquela não estava já em vigor. O mesmo se passou, aliás, com numerosas outras noções, como a de *neolítico*, universalmente designada por um termo forjado pelos arqueólogos quando a pedra polida passara de moda havia já milénios...

A criação do termo *morgadio* obedeceu a uma regra comum a todas as línguas: a aparição dos nomes concretos precede sempe, por vezes de longa data, a dos abstratos, cuja necessidade apenas se faz sentir quando se procura elaborar uma linguagem técnica e teórica (histórica, jurídica, teológica, científica, etc.), tanto quanto possível sintética, e estabelecer entre cousas afins distinções rigorosas e por vezes subtis. Por exemplo o termo *feodum*, “feudo”, está atestado em baixo-latim desde o século VIII (no Ocidente peninsular desde 881) e o adjetivo *feodalis* desde 930, ao passo que o substantivo abstrato *feodalitas*, “feudalismo, feudalidade” apenas surge c. 1280, e *feodalisme*, em francês, em 1823<sup>94</sup>. Os termos cognados *feud* e *fief* em inglês são ainda mais tardios, pois ao que se sabe datam

<sup>94</sup> Alain Rey, *Dictionnaire historique...*, vol. II, s. v. “fief”, “féodal” e “major”.

apenas do século XVII, quando do feudalismo apenas restavam resquícios<sup>95</sup>. Em português *feu* ou *feudo* está atestado desde 1313, mas *feudal* apenas surge em 1813 e *feudalismo* em 1843<sup>96</sup>.

A criação de um vocábulo derivado, difícil em certos idiomas que não possuem os mecanismos de composição e derivação das línguas indo-europeias, pode ser substituída pelo *empréstimo vocabular*, como por exemplo sucedeu em Timor, onde para designar o “território e população governados por um régulo ou *liurai*” se usa o empréstimo português *reinu*, sem que se conheça palavra vernácula perfeitamente equivalente, uma vez que *êmar*, coletivo de *êma*, “gente” denota muito mais a grei do que o território.

Para nós o problema aqui era traduzir o termo castelhano *mayoradgo* ou *mayorazgo*, que designa o “conjunto de bens vinculados a um morgado”, não se usando em geral de nenhum termo especial para designar o primogénito habilitado a fruí-lo. É do castelhano que provêm os termos franceses *majorasque*, atestado em 1679, e *majorat*, que aparece em 1701, embora a instituição existisse havia já séculos; em contrapartida o substantivo concreto *ainzné*, depois *ainé*, “primogénito” (do latim *\*antius natus*, “nascido mais em antes”) está atestado desde 1155<sup>97</sup>.

O uso de *morgado* para designar a pessoa mas não a cosa está de há muito consagrado na literatura; pensemos n'*O Morgado de Fafe Amoroso* ou n'*O Morgado de Fafe em Lisboa*, de Camilo Castelo Branco, n'*O Morgado de São Brás e Alcaria* de Eugénio Silva, n'*A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis, etc. É por isso que, para o vulgo, usar *morgado* para significar “morgadio” cria ambigüidade.

A vinculação de propriedades englobava além dos morgados ou morgadios, a instituição de *capelas*, cuja finalidade era principalmente cultural, correspondendo *grosso modo* às fundações pias do direito islâmico, designadas indiferentemente por *waqf* (plural *awāqf*) ou por *hubs* ou *hubus* (plural *ahbās*) entre os sunitas, (usando-se o último termo no Magrebe e o primeiro no Próximo Oriente), embora o direito xiita distingua os dois tipos de instituição<sup>98</sup>.

A talho de fouce notaremos que, ao contrário do que já vimos escrito, a instituição de morgados não se destinava primordialmente a perpetuar o predomínio dos varões sobre o sexo frágil, pois havia-os também que se transmitiam por linha feminina, ou por ambas elas, segundo as regras ditas em cada caso por quem o instituíra, sendo raros os casos de transmissão por varonia pura. Em Portugal a chamada *sucessão regular* apenas veio a ser imposta (mesmo aos morgadios já instituídos, ainda que tivessem originalmente disposições sucessórias diferentes) pela “Lei dos morgados” de 3.VIII.1770, que por outro lado extinguiu os vínculos de fracos rendimentos (menos de 100.000 réis anuais, excepto no Alentejo e Extremadura em que o limite mínimo era de 200.000 réis), restringia a fidalgos ou pessoas com nobreza ilustre a capacidade de vincular bens, e fazia depender de licença régia a fundação de novos morgados. Por *sucessão regular* entendia-se a que vigorava na transmissão da Coroa, alegadamente promulgada nas Cortes de Lamego: os descendentes excluía sempre aos colaterais, os primogénitos aos secundigénitos e entre os descendentes os varões preferiam às fêmeas, que apenas eram chamadas a

<sup>95</sup> C. T. Onions, G. W. S. Friedrichsen & R. W. Burchfield, *The Oxford Dictionary of English Etymology*, Clarendon Press, Oxford, 1966 [reimp. 1995], s. v.

<sup>96</sup> José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico...*, vol. II, s. v.

<sup>97</sup> O. Bloch et W. von Wartburg, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, Presses Universitaires de France, Paris, 1975, s. v.; J. Dubois, H. Mitterand & A. Dauzat, *Dictionnaire étymologique et historique du Français*, Larousse, Paris, 1993, s. v. “naître”.

<sup>98</sup> J. O. Hunwick, art<sup>o</sup> “waqf” in *E. I.*, vol. XI, s. v.

suceder na falta de herdeiros masculinos<sup>99</sup>. O escopo essencial era evitar o empobrecimento das famílias através das sucessivas partilhas, por vezes entre um grande número de herdeiros, que acarretaria o declínio do seu *status* social. Tal era, evidentemente, o objetivo de Colombo ao fundar o seu.

A vinculação de propriedades, quando no século XIII surge em Castela e Portugal, regula-se por princípios pouco explícitos, extraídas do direito justiniano e visigótico uns, simplesmente costumeiros outros, muito mais do que por normas de direito positivo, à exceção de uma pequena disposição incluída nas *Leis de Partidas* de Afonso X, *o Sábio* (r. 1252-84)<sup>100</sup>. Seja como for, até começos do século XVI a criação de morgadios carecia de uma *facultad* ou autorização régia. Colombo obtivera-a por carta régia de Burgos 23.IV.1497. Foi pelas *Leis de Toro*, aprovadas em 1505, que veio a ser regulamentada e, de certo modo facilitada, em Castela e, por reflexo, em Portugal; conjugando os seus artigos 27 e 40-46, os juristas vieram a estabelecer como doutrina que a vinculação de bens que constituíssem herança legitimária requeria sempre autorização régia, dispensável no caso de bens da terça disponível<sup>101</sup>.

Embora tenha mais tarde feito dois outros testamentos, que como é de regra anularam os precedentes, Colombo não voltou aparentemente a alterar o que dispusera quanto ao morgadio que criara pelo instrumento de 1498, de modo que, aprovado por carta régia de 28.IX.1501 (dez meses após a tornada de Colombo da sua terceira viagem), o morgadio continuou sem dúvida a reger-se por ele, sem embargo de as cláusulas puramente privadas do testamento terem sido revogados. É por isso que foi em 1606 impresso no *Memorial del Hecho en el Pleyto sobre el Ducado de Veragua*, publicado para uso dos advogados de ambas as partes, e mais tarde no *Memorial ajustado*. Existe além disso uma cópia manuscrita da minuta de 1498 na Biblioteca Vaticana. Ao revogar esse testamento, substituindo-o por uma nova escritura, datada de 1 de Abril de 1502 (que se perdeu), o próprio Colombo considerou genuína a cópia do primeiro, pois apôs-lhe a verba: *no valga esta escritura y valga otra que yo hize el año de 1502 a primero d'Abril en el Monasterio de las Cuevas de Sevilla, que tiene fray D. Gaspar [Gorrício]* — o que seria impossível se o documento tivesse sido falsificado após a

<sup>99</sup> Cf. Manoel de Almeida e Sousa de Lobão, *Tratado Pratico de Morgados*, 3ª ed., Imprensa Nacional, Lisboa, 1841.

<sup>100</sup> *Partida V*, titº v, lei 44.

<sup>101</sup> Sobre o regimen do morgadio em Castela pode ver-se José Maria Font, artº “Mayorazgos”, *DHE*, vol. II, s. v. Sobre o vigente em Portugal, que não é substancialmente diferente, Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., dir. por Torquato de Sousa Sares, Livª Sá da Costa, Lisboa [1950], tomo VIII, cap. ii, pp. 227 & sqq.; Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV*, Ed. Estampa, Lisboa, 1995.

morte do Almirante. Há que notar que, a despeito do acesso de genovofilia que tivera, a devoção do Almirante para com a sua prístina pátria não foi até ao ponto de determinar que, em caso de se vir a extinguir a descendência de seus filhos varões D. Diego e D. Hernando pudessem herdar o morgadio os seus parentes de Génova: herdá-lo-ia *la mujer más llegada en deúdo y en sangre legítima*, contanto que, tal como seus antecessores, usasse o nome de *Colón*. O primo João António que, como veremos no próximo capítulo, entrara entretanto em cena mas continuava a chamar-se *Colombo*, quedaria por isso excluído.

O Almirante pensava em reformular as suas disposições finais pelo menos desde Maio de 1501, pois a 24 desse mês escreveu de Granada ao seu confidente e guardião dos seus documentos Frei Gaspar Gorrício, pedindo-lhe uma cópia autenticada da carta-régia que o autorizava a instituir um morgadio: *mucho he menester un traslado abtorizado de escriuano público de una provisión que alá está por que pueda yo hazer Mayorazgo, y querría que fuese em pergamino*<sup>102</sup>. A 9 de Junho tinha-o já recebido e agradecia-o ao padre<sup>103</sup>.

Foi pois munido de uma cópia autenticada da carta régia que a isso o autorizava que a 1.IV.1502, três dias antes de zarpar para a sua derradeira viagem ao Novo Mundo, o Almirante redigiu um segundo testamento. Como de todo em todo ignoramos o seu teor, impossível se nos torna discernir as razões que levaram o Almirante a alterar as suas últimas disposições: mudança de estratégia global? ou meras questões pontuais? Nada se pode avançar com segurança; mas tudo leva a crer que a sua atitude para com Génova se não tivesse alterado, pois é exatamente por essa época que lança a sua *operação de charme* na Ligúria e que tenta estreitar as relações com o embaixador genovês em Espanha.

De qualquer maneira o ordenamento do morgadio permanecia inalterado, pois, não se conhece confirmação régia de qualquer instituição posterior; foi assim a de 1498 que, *nemine discrepante*, continuou apesar de tudo em vigor. É certamente por isso que, ao contrário do de 1498, o testamento de 1502, mero instrumento de direito privado, não carecia de confirmação régia, pelo que não foi registado no *Sello de Corte*. Esteve muitos anos guardado na Cartuxa de las Cuevas, em Sevilha, onde Colombo o confiara a seu amigo Frei D. Gaspar Gorrício, e consta ainda do inventário do arquivo colombino do mosteiro feito em 1560<sup>104</sup>; mas

<sup>102</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lvi, pp. 450-451.

<sup>103</sup> *ibidem*, doc. lvii, p. 452.

<sup>104</sup> Juan Gil, “El archivo colombino de la Cartuja de las Cuevas: el inventario de 1544 y un problema anejo”, in *Columbiana*, pp. 621 & sqq.

quando em 1573 D. Diego Colón, sobrinho e sucessor do 3º almirante das Índias, D. Luís Colón, o pediu ao superior do mosteiro, tinha já desaparecido, e não voltou mais a aparecer. Não sabemos por isso em que se baseia Verlinden para afirmar que nele, ao contrário do que se passava no de 1498, Colombo se não esqueceu de Beatriz de Arana.

No contexto da querela sucessória de 1583, a que aludimos já, Baldassare Colombo obteve do núncio apostólico em Espanha uma *paulina* ou autorização especial para investigar eventuais roubos ou falsificações de documentos, e cominar a seus autores a excomunhão papal. Munido da sua *paulina* D. Baltasar conduziu durante vários anos a sua investigação, vindo a descobrir em 1586, através de duas testemunhas, que uma cópia do testamento de 1502 que pertencia ao almirante D. Luís Colón fora confiada a um frade dominicano do Colégio de S. Gregório em Valhadolid, de onde fora misteriosamente transferida para outra casa da mesma Ordem, a fim de evitar que certos títulos de propriedade da família Colón chegassem ao conhecimento do juiz encarregado dos pleitos sucessórios. Além disso não conviria à família que fosse consignada à *Banca San Giorgio* de Génova a dízima de todas as suas rendas, cláusula que indubitavelmente constava desse testamento, como sabemos pela carta que um dia depois de o ter lavrado endereçou à *Banca*. Agindo provavelmente em conivência com um dos candidatos à herança, a quem não agradariam nem essa nem outras das cláusulas do testamento, um dos frades levou-o com outros documentos para uma granja pertencente ao convento, onde os escondeu e finalmente destruiu <sup>105</sup>.

De qualquer modo, nenhum dos testamentos consta dos dois cartulários com cópias notarialmente certificadas dos 36 privilégios que Colombo recebera dos Reis, que em 1501 ou começos de 1502 enviou para Génova por mãos do embaixador genovês na corte espanhola, Nicolò Oderigo: o de 1498 provavelmente por ter já intenção de o anular, como passado pouco tempo efetivamente fez; e o de 1502 por estar ainda por fazer. Sabemos, com efeito, que foi lavrado a 1 de Abril desse ano, ao passo que as cópias autenticadas datavam já de 5.I.1502 <sup>106</sup> e a sua entrega ao mercador genovês de Sevilla *micer* Francisco de Ribarol foi feita antes de 21.III.1502, em que, na sua carta a Oderigo, Colombo a dá por consumada já, em data que não especifica. Do cartulário apenas consta assim o trelado da carta régia de 1497 que autoriza o almirante a instituir um ou dois morgadios.

<sup>105</sup> Anunciada Colón de Carvajal & Guadalupe Chocano Higuera, “En torno al testamento de Cristóbal Colón del año 1502”, in *Quinto Centenario*, nº 15, Universidad Complutense, Madrid, 1989, pp. 157-165.

<sup>106</sup> Cf. o ato-público de Sevilha, 5.I.1502, pub. in *CCD*, III, doc. 564, pp. 1406-07.

Nestas circunstâncias, na ausência do segundo testamento, desaparecido sem deixar rastro, foi a escritura de 1498 que, no que toca à criação do morgadio, acabou por ser tomada como referência, sendo repetidamente utilizada nos *Pleitos Colombinos* de 1508-1535<sup>107</sup>, como consta de uma boa vintena de minutas e de rogatórias anotadas no verso da sua cópia que foi presente a tribunal — o que mostra que, por então, a sua genuinidade não foi posta em dúvida. Veio a sê-lo no pleito de sucessão do ducado de Verágua, de 1583, pelas filhas de D. Luís Colón, também candidatas à herança de seu bisavô, que, como fêmeas, quedavam pela *Institución* excluídas da sucessão do morgadio. É interessante notar que, a despeito de contestar a autenticidade do testamento de seu bisavô, tenha D<sup>a</sup> Francisca Colón nas suas alegações declarado que *don Christtoval Colón, su bisabuelo, primero descubridor, conquistador y Almirante de las Indias, era de Genova {85}, y que allí nació, y que de aquella ciudad y tierra eran su padre y antepassados*<sup>108</sup>.

Seja como for o *Consejo de Indias* rejeitou por improcedente a alegação de que era falso o testamento colombino de 1498, considerando assim fidedigna a cópia que examinou.

D. Luís Colón y Álvarez de Toledo (1522-72), neto do descobridor e 3º almirante das Índias, foi o primeiro duque de Verágua, título que recebeu em 1537 a troco da sua renúncia ao dízimo das rendas do Novo Mundo e ao título de vice-rei. Em 1563 foi condenado por bigamia, preso e exilado para Ourão, onde veio a falecer em 1572. Sucedeu-lhe seu sobrinho D. Diego Colón de Toledo, que foi assim o 4º almirante das Índias, vindo a falecer a 27.I.1578. O pleito sucessório que se seguiu da sua morte foi na época objeto de duas publicações de tiragem reduzida, para uso dos advogados<sup>109</sup>, que contêm uma série de documentos interessantes, de que nos não podemos ocupar aqui. Seguiram-se novos pleitos e demandas, em tribunais de primeira ou segunda instância, em 1622, 1623, 1627, 1651, 1652, 1655, 1656, 1659, 1661, 1664 e 1790, que levaram à impressão de dezanove sucessivos memoriais com os documentos que

---

<sup>107</sup> Pode ver-se uma sùmula histórica dos pleitos na introdução de Cesáreo Fernández Duro à sua edição dos principais documentos que aí foram aduzidos: *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar*, 2ª série, tomo 7 (2 vols), Real Academia de la Historia / Establecimiento Tipográfico “Sucesores de Rivadeneyra”, Impresores de la Real Casa, Madrid, 1892; cf. H. Harisse, vol. II, cap. vi-xv, pp. 180-391.

<sup>108</sup> *Memorial del Hecho en el Pleyto sobre el Estado de Veragua*, Madrid, 1606, fl 211, n. 1445.

<sup>109</sup> *Demanda y Oposición de don Baltasar Colombo de Cucaro, para la sucession que pretende del mayorazgo que fundó D. Christoval, primer Almirante de las Indias*, Pedro Madrigal impressor, Madrid 1590; & *Memorial del Pleyto sobre la sucession en possession del Estado y Mayorazgo de Veragua, Marquesado de Jamayca y Almirantazgo de las Indias que fundó don Christoual Colon, primero descvbridor, Almirante, Virrey y Gouernador general de ellas* [Madrid, 1606]

serviram de base a cada uma dessas querelas sucessórias; utilizámos sobretudo o XIV, datado de 1788, que compendia os autos e sentenças anteriores: *Memorial Ajustado hecho de orden del Real y Supremo Consejo de Indias, con citacion y asistencia de partes en el Pleyto que en grado de revista se sigue en él, por el Señor Don Mariano Colon de Larreategui (...) y Don Pascual Benito Belbis de Moncada (...), con Don Jacobo Stuard Colón de Portugal (...), sobre la propiedad del Mayorazgo que fundó D. Cristóval Colón, (...) primer descubridor, y Almirante de las Indias, de que proceden dichos Mayorazgos, y Estados, Cargo de Almirante, Títulos de Duque y Marqués y lo dependiente de ellos (...)*.

As primeiras cópias manuscritas do testamento de 1498 datam, como adiantámos já, do século XVI: conserva-se uma no *Archivo de Indias*, em Sevilha e a outra nos *Archivi di Stato* de Génova, e não apresentam entre si senão pequenas divergências, sobretudo de ortografia <sup>110</sup>. A que se encontra em Génova foi pedida pelo governo da Sereníssima República {86} em 1586, por intermédio do seu embaixador em Espanha, Giambattista Doria, certamente porque sabia haver cláusulas que a beneficiavam. Outra cópia, mais antiga, estava provavelmente depositada no mosteiro de Las Cuevas, junto a Sevilha, onde o *Consejo de Indias* a mandou arrolar, no contexto da condenação de D. Luís Colón por bigamia <sup>111</sup>. Sabe-se que seu filho bastardo, chamado Cristóbal Colón como o bisavô, que então entrou em conflito com suas tias pela sucessão do Almirante, possuía também cópia desse testamento, trazida provavelmente por seu pai da Cartuxa de las Cuevas; e a 7.III.1578 confiou-a ao Dr. Hurtado, seu advogado e procurador, que foi no entanto intimado pelo *Consejo de Indias* a entregá-lo ao tribunal. Sabe-se que a 3.V.1579 o tribunal recebeu uma cópia do testamento colombino de 1498 (não sabemos se a mesma se uma outra, o que de momento pouca importância tem), das mãos de D. Juana Colón de Toledo, irmã D. Luís Colón e candidata também à sua herança. O tribunal não a levou em conta, por não estar autenticada e por conter a anotação autógrafa de Cristóvão Colombo *no valga esta escritura*, etc.

Por conseguinte, nenhuma das cópias que subsistem do testamento colombino de 1498 pode ter sido, como assevera um dos astros que luzem no firmamento dos sapa-teiros que se atrevem a tocar rabeção, forjada por D. Baltasar em 1583. A história é, na realidade, assaz diferente: D. Cristóbal Colón de Cardona, almirante de Aragão, bisneto também ele do achador do Novo Mundo, apossara-se em 1578 da caixa de ferro depositada na Cartuxa de las Cuevas onde se guardavam os principais documentos

<sup>110</sup> Pode ver-se o seu elenco in H. Harisse, *op. cit.*, vol. I, pp. 156 & sqq.

<sup>111</sup> Toda a história que se segue se pode ver, com infinita cópia de pormenores, no *Memorial ajustado...*, fl 30 & sqq., de onde, segundo toda a evidência, Harisse, a quem seguimos, a sacou: *vide* tomo II, pp. 148-163.

colombinos, em que se continha a *Facultad* mas não a *Institución de Mayorazgo*; tendo exigido que esta lhe fosse entregue, o escrivão Francisco de Valsameda entregou-a a Gaspar de Zarate, procurador do almirante, a 29.IV.1585. Quando mais tarde, o *Consejo de Indias* lhe injunziu que a devolvesse, verificou-se que lhe faltava um fólio. Acusados de terem mutilado o documento, o almirante de Aragão e seu procurador foram então julgados e presos, ficando porém o primeiro, esguardando certamente ao seu estatuto, em prisão domiciliária. Foi nesse momento que D. Baltasar apresentou uma cópia certificada do documento, que o conselho mandou juntar ao processo. No *Memorial Ajustado...* o traslado dessa folha (que trata da ordem de sucessão no morgadio e da assinatura que o Almirante quer que seus sucessores continuem a usar) apresenta à margem um traço vertical contínuo e a nota: *Lo rayado es una hoja que faltó, y se compulsó de otros instrumentos sobre lo que hubo Pleyto, que se dirá.*

O texto incompleto em poder do tribunal foi, por conseguinte, reconstituído por recurso a diversos *otros instrumentos*, e não apenas à cópia facultada por Baldassare. Se a folha cuja falta este supriu tivesse sido por ele falsificada, isso teria imediatamente suscitado os protestos dos outros contendores, em cujo poder estavam outras cópias, ainda que não autenticadas, certamente ávidos de detetar qualquer irregularidade a explorar em seu favor. A acidentada história deste documento é confirmada pelo *Memorial del Hecho...*, que confirma igualmente que a anotação *no valga esta escritura...* foi reconhecida como sendo do punho de Colombo.

Aquí está tudo quanto somos capazes de alegar em favor da autenticidade da *Institución de Mayorazgo*. Se não funda uma certeza, indicia pelo menos uma forte presunção.

Em começos do século XIX lamentava-se D. Martín Fernández de Navarrete (1765-1844) : *aunque no tenemos motivo fundado para desconfiar de la legitimidad de este documento (...) sin embargo carecemos de la satisfacción de haber encontrado en los Archivos (...) un original de letra del Almirante o una copia legalizada en toda forma...* <sup>112</sup>. Encontrou, contudo, no *Libro de registro del Sello de Corte*, em Simancas, embora truncada, a confirmação da criação do morgadio pelos Reis, outorgada em Granada a 28.IX.1501, que transcrevia a *facultad* que, por carta de Burgos, 23.IV.1497, fora concedida ao Almirante para o constituir, que transcreveu e publicou <sup>113</sup>. Mais tarde a investigadora americana Alice Gould (1868-1953) encontrou no arquivo

<sup>112</sup> *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV* [1ª ed., 5 vols., Madrid, 1825-37] in D. Carlos Seco Serrano (ed.), *Obras de D. Martín Fernández de Navarrete*, vol. I (Biblioteca de Autores Españoles, tomo 75), Atlas, Madrid, 1954, pp. 442-443.

<sup>113</sup> *Op. cit.*, vol. I, doc. cxxvi, pp. 433 & sqq; cf. Ilustración 10, *ibidem*, pp. 82-83.

de Simancas mais uma folha, no mesmo papel e da mesma mão, que andava solta, contendo mais um fragmento da confirmação da *Institución del Mayorazgo* pelos Reis Católicos, que mesmo assim não queda completa. Dada a polémica que o documento de há muito tem suscitado, vale a pena transcrever na íntegra o que nos chegou desta confirmação régia <sup>114</sup>:

*Al almirante de las Yndias Xpouel Colon*

*Confirmacion de mayoradgo.*

*Setiembre de 1501*

*En el nombre de Dios, Padre, Fijo e Espiritu Santo, tres Personas, un solo Dios verdadero, que vive e reyna para syempre syn fin, e de la bien aventurada Virgen gloriosa nuestra Señora Santa Maria su Madre a quien nos thenemos por Señora e por avogada en todos los nuestros fechos e a onrra e serviçio suyo e del bien auaenturado apostol Señor Santyago lus e espejo de las Españas, patron e guiador de los reyes de Castilla e de Leon, e de todos los otros santos e santas de la corte çelestial: queremos que sepan por esta nuestra carta de privilegio, o por su treslado sygnado de escriuano publico, todos los que agora son e seran de aqui a delante, como nos don Fernando e doña Ysabel por la gracia de Dios Rey e Reyna de Castilla, de Leon, de Aragon, de Seçilia, de Granada, de Toledo, de Valençia, de Galisya, de Mallorcas, de Sevilla, de Çerdeña, de Cordoua, de Corçega, de Murçia, de Jahen, de los Algarbes, de Algeçira, de Gibraltar, de las Yslas de Canaria, conde e condesa de Barcelona, señores de Viscaya e de Molina, duques de Athenas e de Neopatria, condes de Rosellon e de Çerdania, marqueses de Oristan e de Goçiano: Vimos una escriptura de mayoradgo que vos, Don Xpoval Colón nuestro almirante del Mar Oçeano e nuestro visorrey e governador de las yslas e tierra firme descubiertas e por des [fl 1v] cubrir en el mar oceano fisytes por virtude de una nuestra carta de licencia e facultad, firmada de nuestros nonbres e en ella ynserta, escrita en pergamino, firmada de vuestro nombre e firmada e sygnada de escrivanos publicos fecha en esta guisa:*

*“En la muy noble çibdad de Sevilla, jueves en veynte e dos dias del mes de Febrero, año de nasçimiento de nuestro Salvador Jesus Xpo de mil e quatrocientos e noventa e ocho años, estando dentro en las casas donde posa el muy magnifico señor don Xpoval Colón, almirante mayor del mar oceano, visorrey y governador de las yslas y tierra firma por el Rey e la Reyna nuestros señores, y su capitan general, que son en esta çibdad, en la collaçión de Santa María, estando ay presente el dicho señor almirante y en presencia de mi Martín Rodríguez escrivano público de la dicha çibdad y los escrivanos de Sevilla que dello fueron presentes; e luego el dicho señor almirante presentó ante nos, los dichos escrivanos, una carta de licencia para que el pudiese faser mayoradgo, del Rey e de la Reyna nuestros señores, escrita en papel e firmada de sus reales nombres y sellada con su sello a las espaldas, y firmada del señor doctor Talauera, sygun que por ello pareçia, su thenor de la qual de verbo ad verbum es este que se sygue:*

*Y asy mismo presentó una carta de mayoradgo escrita en papel e firmado del nombre de su señoria del dicto señor dō Xpotuel Colón, segun que por ella pareçia, su tenor de la qual de verbo ad verbum es este que se sygue:*

*Don Fernando e Doña Ysabel por la gracia de Dios Rey e Reyna de Castilla, de Leon, de Aragon de Seçilia de Granada de Toledo, de Valençya, de Galiçia, de Mallorcas, de...*”

<sup>114</sup> AGS, *Registro del Sello*, 1501-IX, fl 21. Após termos transcrito sobre um fac-simile o documento, achámo-lo publicado, com um critério de transcrição um pouco diferente, em CDD, vol. II, doc. 509, pp. 1321-24.

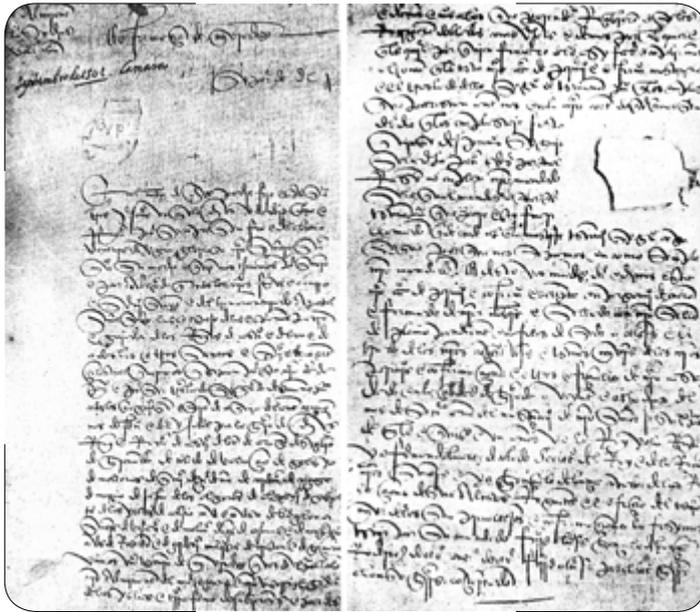
Devia em seguida constar a continuação da autorização para constituir o morgadio e a transcrição do testamento que, *inter alia*, o instituía. Essas páginas desapareceram, contudo, do registro do *Sello de Corte* em Simancas, de que foram arrancadas. Anunciada Colón de Carvajal aventa que o tenham sido por Francisco de Mendoza, marido de Maria de Cardona y Colón, uma das candidatas à herança de Colombo no segundo pleito familiar, afirmando que foi ele quem arrancou à cópia da *Institución* que fora entregue em tribunal a quarta folha — pelo que, descoberto em 1586, foi processado e preso <sup>115</sup>. A história é muito semelhante à contada por Harisse, que no entanto, na seqüência do *Memorial ajustado*..., a imputa ao almirante de Aragão, Cristóbal de Cardona, irmão e não marido de D. María de Cardona y Colón; mas nem de momento temos possibilidade de determinar as causas da discrepância nem nos parece que tal valha a pena, pois levar-nos-ia para muito longe do nosso tema, que é o testamento colombino de 1498. Em qualquer dos casos o móbil do delito é óbvio: fazer desaparecer do processo o documento que reservava a sucessão do ducado aos descendentes de Colombo por varonia, o que implicava a nulidade dos direitos quer das irmãs quer das filhas de D. Luís Colón.

O teor do testamento consta, de qualquer modo, da cópia conservada nos arquivos dos Duques de Verágua, que foi publicada por Navarrete e da que se guarda no *Archivo de Indias* em Sevilha que foi publicada por Consuelo Varela e Juan Gil. Notar-se-á que o seu protocolo, com indicação do nome do tabelião perante quem foi feito, que consta da cópia incompleta que se guarda em Simancas, não consta das cópias da *Institución* conservadas em Sevilha e em Génova, nem da impressa em 1606 no *Memorial del pleyto*..., provavelmente porque estas foram feitas sobre a minuta prévia de que não constavam ainda tais pormenores; mas consta da publicada no *Memorial ajustado*...

Argumentava-me o Eng<sup>o</sup> Branco como prova de que o testamento era falso: “O documento não tem referência a quaisquer testemunhas do acto, nem ao escrivão que o certifica, como ocorreu por exemplo no aditamento ao testamento de 1506”. Como acabámos de ver o protocolo, em que são dados esses elementos, faltaria talvez na edição que o Eng<sup>o</sup> utilizou; mas acha-se em outras. Se o não achou, foi porque não procurou até ao fim...

---

<sup>115</sup> Anunciada Colón, vol. I, p. 77, nota 147.



**Primeira e última página da confirmação da *Institución del Mayorazgo* feita por Colombo em Sevilha a 22 de Fevereiro de 1498, outorgada pelos Reis Católicos em Granada a 28.IX.1501**  
(Arquivo Geral de Simancas, *Livro del Registro del Sello de Corte*)

De qualquer forma o registo do *Sello de Corte* confirma tanto a existência da *Institución* como a sua data (Sevilha, quinta-feira, 22.II.1498), embora não confirme apoditicamente o seu preciso teor visto estar truncado e, na forma em que nos chegou, conter apenas o começo do documento primitivo. Se no texto definitivo o Almirante, por qualquer razão — inclusive um súbito rebate de consciência que lhe segredava que fora demasiado longe no seu serôdio acesso de genovofilia, o que poderia desagradar aos Reis — alterou ou suprimiu os termos em que a expressava, mais uma razão para não pôr em dúvida a genuinidade da minuta original.

Curiosamente houve quem em 1586, em carta escrita de Madrid a 8 de Fevereiro, mandasse para Florença notícia deste sucesso {87}:

Descobriu-se cópia do testamento do almirante D. Cristóvão Colombo, que estava em poder do procurador do almirante de Aragão, que o restituiu, mas com uma folha a menos, que se conhece ter sido cortada (...).

Até aqui não o consegui ler. Entendo que entre muitas outras coisas diz ter nascido em Génova e quer que um seu segundo filho vá habitar em Génova e tome raiz naquela república (...).

E deixa tudo aquilo que se for embolsando do quarto de todas as rendas da Índia, que os Reis Católicos lhe prometeram em recompensa de seus trabalhos, para que se meta em S. Jorge, como lugar mais seguro do que qualquer outro, para que se multiplique e seja bastante para manter um exército suficiente para a conquista de Jerusalém.

A folha reencontrada por Alice Gould contém o final do documento, com a confirmação pelos Reis da constituição do morgadio:

*... e voluntad que pueda gosar, y gose el dicho don Dyego / Colon vuestro fijo del dicho maioradgo y los demas a el llamados que en el suçedieren con todos las dichas / clausulas e con las disposyçiones e ordenaçiones e todas / las otras cosas en el contenidas e espeçificadas; e defen/demos firmemente que nengunos ni / algunos no sean osados de le / yr ni pasar contra la dicha carta de / mayoradgo suso encorporada / ni contra esta nuestra carta de priuilegio / e confirmaçion que asy nos della / vos fasemos en la manera que dicha es / ni contra lo en ella contenido ni contra parte dello en algun/ tiempo ni por alguna manera por gela quebrantar o menguar / ca qualquier o qualesquier que lo fisyere o contra ello / o contra cosa alguna o parte dello fueren o vinieren avran / la nuestra yra e demas pechar-nos-yan la pena contenida en la / dicha carta de maioradgo suso encorporada, e al dicho don Dyego / Colon vuestro fijo y a los demas suçesores / en el dicho maioradgo todas las costas e daños e menos/cabos que porende reçibieren o se les recreçieren do/blados; sobre lo qual mandamos al prinçipe don Juan / nuestro muy caro e muy amado fijo e a los ynfantes / duques condes marqueses rricos omes maestros de las ordenes / priores, comendadores e subcomendadores, alcaides de los castillos / e casas fuertes e llanas e a los de nuestro consejo o oidores / de la nuestra abdiencia alcaldes, alguasyles e otras justiçias e ofiçiales / qualesquiera de la nuestra casa e corte e chancilleria e a todos los / concejos, corregedores, alcaldes, alguasyles, merinos e otros regedores caualleros / escuderos, ofiçiales e omes buenos de todas las çibdades e villas / e logares de los nuestros Reynos e señorios, asy a los que / agora son como a los que seran de aqui a delante e a cada uno / e a qualquier o qualesquier dellos que gelo nõ comsyentan ni den / lugar a ello, mas que le defendan e amaren en esta dicha merçed/ confirmaçion que nos le asy fesemos como dicho es e que prendan / en bienes de aquel o aquellos que contra ello fueren o pasaren / por la dicha pena e la guarden para fezer della lo que / nuestra merçed fuere e que hemienden e fagan emendar / al dicho don Diego Colon vuestro fijo e a los demas que en dicho maioradgo / sucederen e a quien su boz toviere de todas las dichas costas [fl 2 v] / e daños e menoscabos que por ende reçibieren o se les / recreçieren doblados como dicho es, e demás por qualquier / o qualesquier por quien fincare de lo asy faser e cumplir, mandamos/al ome que les esta nuestra carta de priuilegio e confirmaçion mostrare / o el treslado della sygnado de escriuano publico que los emplase / que parescan ante nos en la nuestra corte doquier que nos seamos/ del dia que los emplasare fasta / quinze dias primeros syguientes / so la dicha pena a desir por qual / rason no cumplen nuestro mandado; / so la qual mandamos a qualquier / escriuano publico que para esto fuese / llamado que de ende al que la mostrare testimonio sygnado con su / sygno por que nos sepamos en como se cumple / nuestro mandado; e desto vos mandamos dar e dimos esta / nuestra carta de priuilegio e confirmaçion escripta en pergamino de cuero / e firmada de nuestros nombres e sellada con nuestro sello / de plomo pendiente en filos de seda e colores e li/brada de los nuestros cancilleres e escriuanos mayores de los nuestros / priuilegios e confirmaçiones e otros ofiçiales de nuestra casa. / Dada en la çibdad de Granada a veynte e ocho dias del / mes de setiembre, año del nascimiento de nuestro Señor Jesuxpto / de mil e quinientos e un años. Yo, El Rey. Yo la Reyna. / Yo Fernand'Alvarez de Toledo, secretario del Rey e de la Reyna, / nuestros señores, e yo Gonçalo de Baeça, contador de las re/laçiones de Sus Altezas, regentes en el ofiçio del escriuano / mayor de los sus priuilegios e confirmaçiones, la fesyemos / escriuir por su mandado. Fernando Alvares, Gonçalo de Baeça, / Rodricus doctor, Antonio d'O... (?). Fernand'Alvares por el licenciado Gutierrez. / Alonso Gutierrez. Concertado.*

Embora tampouco disponhamos na sua integralidade do texto da carta de confirmação, a avaliar pelo presente fragmento é evidente que também ela copia, como que mecanicamente, a carta régia de 23.IV.1497 que conferia a Colombo a faculdade de constituir um ou mais morgadios; é o que explica a frase *sobre lo que mandamos al príncipe don Juan, nuestro muy caro e muy amado fijo...* — que, em Setembro de 1501, falecera havia já quase quatro anos. Não há pois que fazer fincapé do anacronismo que se observa na *Institución del Mayorazgo*, pois no mesmíssimo anacronismo incorreu a chancelaria régia!

Uma vez que falámos já dos codicilos apensos ao testamento colombino de 1506, talvez não seja de mais, para melhor orientação do leitor, recapitular a cronologia das disposições *post mortem* do achador do Novo Mundo:

- *facultad* (autorização) dos Reis para constituir um morgadio, Burgos 23.IV.1497;
- escritura de instituição do morgadio, Sevilha, 22.II.1498, de que apenas subsistem cópias;
- confirmação da instituição do morgadio pelos Reis Católicos, Granada 28.IX.1501;
- testamento e possível novo ordenamento do morgadio, por ato notarial de 1.IV.1502, de longa data desaparecido;
- codicilo feito em Segóvia a 25.VIII.1505, subsumido pelo documento seguinte;
- testamento definitivo, lavrado perante notário a 19.V.1506 (véspera da sua morte), ratificando o codicilo de Segóvia.
- codicilo não datado nem datável, copiado de um autógrafo do Almirante e autenticado pelo notário que o copiou em 1524.

Uma conclusão para já se impõe: não há nenhuma razão para rejeitar o texto de que dispomos do testamento de 1498 no que toca à origem genovesa de Colombo, pois as cópias que nos chegaram são um século a século e meio anteriores à época em que aquela foi pela primeira vez posta em causa. Uma vez que, como vincámos já, se não falsificam normalmente documentos por desporto, o único interessado em forjá-lo seria D. Baltasar Colombo; mas as cópias que possuímos são-lhe com toda a certeza anteriores.

Se nos embrenhámos nesta discussão, foi essencialmente para que o leitor tenha uma noção da complexidade dos problemas que por vezes um pequeno pormenor levanta ao historiador, pois no que toca à naturalidade de Colombo, ainda que se tenha por falso o testamento de 1498, ficam de pé todos os demais testemunhos, cujo número ultrapassa uma centena, o que nos parece largamente suficiente para que nos não quedem quaisquer dúvidas.

Reconhecendo, uma vez mais, que tanto este como os subseqüentes testamentos de Colombo levantam problemas intrincados, passemos ao exame de outros documentos, que, no que toca à naturalidade do descobridor, em nada os infirmam.

## O primo João Ant3nio

Entretanto haviam chegado a G3nova novas do sucesso das duas primeiras viagens colombinas e do prest3gio que o descobridor alcanara ante os reis e a naa3o. Foi nesse contexto que a 11.X.1496 seus primos Giovanni, Matteo e Amighetto Colombo, filhos de seu tio paterno Antonio Colombo {88}, decidiram enviar um deles a Espanha, a *encontrar* o Almirante, comprometendo-se por escritura notarial a partilhar as despesas da viagem, bem assim como os fundos que Giovanni, o enviado, eventualmente *recuperasse* em Espanha — o que, a n3o ser que tivessem sido responsabilizados pelas d3vidas de Domenico, parece constituir um eufemismo para designar as merc3es que esperavam obter do primo enriquecido:

*Iohannes de Columbo de Quinto, Matheus de Columbo et Amigetis de Columbo, fratres, quondam Antonii*<sup>116</sup>, *scientes et cognoscentes dictum Iohannem ire debeat Ispaniam ad inveniendum dominum Christophorum de Columbo, armiratum regis Ispanie, et quascunq;ue expensas per dictum Iohannem fiendas causa inveniendi dictum dominum Christophorum, omnes tres fratres superius nominatos esse debeant et esse pro tertia parte, et eas expensas partire debeant pro tertia parte inter eos occaxione predictae; et si dictus Iohannes recuperabit aliquam quantitatem pecuniae pro eundo ad dictum locum Ispanie pro inveniendo dictum dominum Christophorum, dictam quantitatem pecuniarum recuperandam per ipsum Iohannem partire debeat cum dictis Matheo et Amigheto per tertiãam partem, et sic restant de accordo*<sup>117</sup>.

ou seja:

Jo3o Colombo de Quinto, Mateus Colombo e Amighetto Colombo, irm3os, filhos do falecido Ant3nio, cientes e sabedores de que o dito Jo3o deve ir a Espanha, para encontrar o senhor Crist3v3o Colombo, almirante del-rei de Espanha, e de que quaisquer despesas que o dito Jo3o haja de fazer por causa de achar o dito senhor Crist3v3o as devem partilhar entre si em tr3s partes todos os tr3s irm3os sobrenomeados na sobredita ocasi3o, [acordam que] se o dito Jo3o recuperar alguma quantidade de dinheiro ao ir ao dito lugar de Espanha, a dita quantidade de dinheiro a recuperar pelo pr3prio Jo3o a deva repartir com os ditos Mateus e Amighetto pela tera parte, e assim ficam de acordo.

No mesmo dia Jo3o Colombo passou procura3o a sua mulher Bertonia di Figarolo para, com os dois cunhados, gerir os seus neg3cios durante a sua aus3ncia em Espanha<sup>118</sup>. Se partiu de imediato, como 3 prov3vel, deve ter chegado a Sevilha em finais de 1496. Os arquivos de G3nova nada mais nos deixam entrever desta dilig3ncia

<sup>116</sup> A express3o *quondam Antonii, i. e.*, “[filhos] do em tempos Ant3nio” indica na linguagem notarial que o progenitor era j3 falecido.

<sup>117</sup> Ato notarial de G3nova, 11.X.1496, ANG, *Atti del notaro Giovanni Battista Peloso*, filza 5, n3 775; pub. in *RC*, p. II, vol. I, doc. lxxxiii.

<sup>118</sup> *Ibidem*, doc. lxxxiii.

empreendida pelos três primos do Almirante. A história, porém, continua em Espanha.

Giovanni di Antonio Colombo não é, com efeito, outro senão o Juan Antonio Colombo que nos aparece em Espanha por volta de 1497, a quem Cristóvão conquistou dando-lhe parte na sua terceira viagem, que zarpou de Sanlúcar de Barrameda a 30 de Maio de 1498, como veremos em maior detalhe no próximo capítulo.

Como era regra, os capitães dos navios haviam sido nomeados em forma pelos Reis. Contudo, ao chegar às Canárias, Colombo, que por medo de seus adversários ocultara até aí a intenção que tinha de descobrir novas terras, decidiu — ou melhor tornou pública a decisão tomada já *in pectore* — de dividir a sua frota em duas, enviando uma das metades diretamente às Antilhas, e seguindo ele com a outra até Cabo Verde, para efetuar a essa latitude a travessia do Atlântico; desejava *ver cuál era la intención del rey don Juan de Portugal que dezía que al austro avía tierra firme, y por esto dize que tuvo diferencia com los reyes de Castilla*, como por duas vezes registra no seu diário de bordo <sup>119</sup>. Foi então que redistribuiu os comandos dos navios, confiando o de um dos que deviam rumar direitos às Antilhas a Pedro de Arana, irmão de sua barregã Beatriz, o de outro a Alonso Sánchez de Carvajal e o do terceiro a *Juan Antoño Columbo, ginovés, deudo del Almirante* {89}, na expressão de Las Casas <sup>120</sup>, *hombre muy capaz y prudente y de autoridad*. Com essa manobra D. Cristóvão evitava ao mesmo tempo que o primo lhe extorquisse dinheiro e que ficasse em Castela a fornecer aos seus detratores indesejáveis pormenores sobre as suas modestas origens em Génova.

Recorda-nos ter visto algures chamar a João António sobrinho do Almirante; ora não nos consta que Bartolomeu nem Jácome ou Diego Colombo tivessem filhos, além de que o escritura notarial que acima citamos é bem clara: era tal como seus dois irmãos filho do falecido Antonio Colombo, que era irmão de Domenico. Até prova em contrário consideramo-lo, por conseguinte, primo direito de Cristóvão.

É interessante notar que se continua a chamar-lhe Columbo ou Colombo e não Colón, o que confirma o que afirma D. Hernando, que ao mudar-se para Castela seu pai modificou ligeiramente o nome: “conforme a pátria onde foi a morar e a começar novo estado” se chamou *Colón*, “para distinguir aqueles que dele procederam dos outros que eram seus colaterais” <sup>121</sup>. Tal era obviamente o caso do primo João António. O contraste entre os dois ramos da família resulta gritante de um documento de 6.III.1508, em que *Don Diego Colón, tío del señor D. Diego de Colón, almirante mayor de las Yndias del*

<sup>119</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 388.

<sup>120</sup> Las Casas, *HI*, livº I, cap. cxxx; cf. *V. A.*, cap. lxvi (lxvii).

<sup>121</sup> *HA*, cap. I.

*Mar Oçeano (...) e Juan Antonio Colombo, criado del dicho señor almirante, ambos estantes que somos en esta çibdad de Sevilla, reconhecem dever 235.948 maravedis ao mercador genovês Jerónimo Salvago* <sup>122</sup>.

É só no testamento de D. Diego, irmão do Almirante Velho, lavrado em Sevilha a 13.II.1515 que este aparece designado por Colón, *ad instar* de seus primos: *Item, mando que se dén a Juan Antonio Colón cient castellanos de oro é que se los den de los bienes é fazienda del dicho Señor Don Diego Colón* (o 2º almirante, filho e sucessor do descobridor e portanto sobrinho do testador) *que tiene en las Indias*. Ignoramos a razão de ser deste legado; mas a da metonomásia do primo é evidente: a consciência do próximo parentesco entre ambos os indivíduos {90}. O mesmo se passa com seu irmão André, de que falaremos em seguida, que depôs em 1515 nos *Pleitos Colombinos*, na provança então feita nas Índias a rogo do segundo almirante, em que é designado por “Andrea Colón”; é dado como vizinho de Cuba e detentor de uma procuração para representar D. Diego <sup>123</sup>.

Quando em 1500 os Reis enviaram Francisco de Bobadilla à Espanhola como *pesquisador*, com poderes para inquirir do comportamento de Colombo e de seus homens e substituí-lo como governador, três dos cinco franciscanos que se encontravam na ilha como missionários escreveram ao Cardeal Cisneros, arcebispo de Toledo e Primaz de Todas as Espanhas, expondo as suas queixas contra o Almirante, que acusavam de se querer rebelar contra a Coroa. No memorial que enviaram juntamente querelavam-se de João António nos seguintes termos:

*Item, que Vuestra Señoría trabaje con sus Altezas cómo no consientan venir a esta tierra ginoveses, {91} porque la robarán y destruirán, que por cobdicia d'este oro que se ha descubierto, Juan Antonio Ginovés trabajava ya de hazer partido con los vezinos de la isla acerca de los bastimentos, por que otros no pudiesen venir aquí con mercaderías, lo cual es en daño del pueblo y de Sus Altezas...* <sup>124</sup>

Do mesmo dia, 12.X.1500 datam também: uma carta de Fr. Juan de Robles, recomendando ao cardeal que *ni el almirante ni cosa suya vuelva más a esta tierra, porque se destruiría todo*; e outra de um outro frade, Fr. Juan de Trasierra, instando com o arcebispo para que tirasse a Espanhola “do poderio do rei Faraó” e fizesse com que *ninguno de su nación venga en estas islas* <sup>125</sup> {92}. Foi provavelmente devido a estas queixas, que o primaz há de ter feito chegar aos monarcas, que estes, nas instruções

<sup>122</sup> Juan Gil, *Columbiana*, p. 140

<sup>123</sup> Anunciada Colón, *op. cit.*, vol. III, pp. 2330-32, 2335-36, 2354, 2372-73 & 2375.

<sup>124</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xxvi-xxix, pp. 285 & sqq.

<sup>125</sup> CDD, II, doc. 457<sup>1</sup> & 458, p. 1220-1223.

que a 16.IX.1501 deram a Nicolás de Ovando, sucessor de Bobadilla, lhes ordenaram que visse se havia na ilha alguns estrangeiros, e achando-os os recambiasse para Castela <sup>126</sup>. Dois anos mais tarde, recomendavam a Ovando que devolvesse igualmente à procedência *el ginovés que quedó*, chamado Rafael Cataño, guarda-livros em tempos do Almirante, logo que acabasse de prestar suas contas <sup>127</sup>.

Não sabemos se os outros dois irmãos que em Génova haviam assinado o contrato com João António ficaram pura e simplesmente a ver navios, ou se este partilhou com eles algo do que logrou sacar da bolsa ao primo. Mais tarde, um outro documento, a carta do descobridor a Fr. Gaspar de Gorrício, de Sevilha, 4 de Janeiro de 1505, de que esperava resposta por intermédio de André <sup>128</sup>, refere-se a este como *hermano de Juan Antonio, portador d'esta*. Trata-se, sem dúvida, da mesma pessoa que o “Andrea ginovés” que acompanhou o Almirante na sua derradeira viagem, como consta do rol do pessoal que participou na expedição, e que o “Andrea Colón” procurador do almirante D. Diego a que aludimos já. Como nenhum documento anterior se lhe refere e da escritura lavrada em Génova não consta nenhum André, seríamos tentados a imaginar que este André fosse a mesma pessoa que Amighetto, nome sem correspondência em castelhano, que por isso tivesse decidido alterar ao juntar-se-lhes em Espanha; mas o facto de ser sempre designado por *Andrea*, à italiana e não por *Andrés*, à castelhana, parece indicar que já se chamava assim em Itália.

Seja como for, os nossos historiadores desportivos desconfiam da carta de D. Cristóvão a Fr. Gaspar, cujo portador não é convenientemente identificado, pois ao que parece esperavam que se indicasse não só o seu nome, mas também o lugar e data de nascimento, domicílio, idade, filiação e detalhes do parentesco que o ligava a Cristóvão. Talvez que um documento com tamanhas falhas seja falso — mas isso é, para o nosso propósito, perfeitamente indiferente...

Um Juan Antonio que entretanto aparece em Sevilha a coadjuvar nos preparativos da ida de Bobadilla à Espanhola <sup>129</sup> pode, mas não necessariamente, ser um homónimo. Os termos em que em Outubro de 1500 se lhe referem os franciscanos da ilha, que dele falam no pretérito imperfeito, indiciam que nesse momento era já partido; o mais normal seria que tivesse regressado com o primo, que embarcou a ferros para Castela

<sup>126</sup> R. Konezke, “Legislación sobre inmigración de extranjeros en América durante la época colonial”, in *Revista Internacional de Sociología*, III, Madrid, 1945, pp. 269-299.

<sup>127</sup> Carta dos Reis ao governador Ovando, Alcalá de Henares e Çaragoça, 20 & 29.III.1503, *CDD*, III, doc. 602, p. 1500.

<sup>128</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. XCI, p. 524.

<sup>129</sup> Cédula de 30.V.1500, Navarrete, I, doc. cxxxii, pp. 447-448.

a 15 de Setembro. Nada, todavia, prova que, por qualquer razão, não tivesse deixado a Espanhola mais cedo e em Maio se não encontrasse em Sevilha, pois não achámos nenhuma referência à sua presença àtural na Espanhola entre a sua ida a Xarágua em finais de 1498 <sup>130</sup> e as cartas dos franciscanos em fins de 1500. E era, de facto, pessoa indicada para ajudar a preparar a viagem do novo *pesquisidor*:

Após a morte de Cristóvão Colombo, em 1508, seu filho e herdeiro D. Diego, recém-nomeado governador das Índias, foi autorizado a levar consigo os dois irmãos, João António e André, seus primos, a despeito de serem estrangeiros, atendendo a que haviam sido criados do Almirante velho, mas com a condição de se não entregarem ao comércio <sup>131</sup>. A título de curiosidade notemos que foi João António quem, a 11.IV.1509, aquando da trasladação dos restos mortais de Cristóvão Colombo para a Cartuxa de las Cuevas, procedeu ao reconhecimento do cadáver <sup>132</sup>.

De toda esta história conclui, assaz judiciosamente, o porta-voz da *Colón*:

A presença de Juan António (Giovanni) em Castela permite que a partir de 1496 surja pela sua boca, quer em Castela, quer nas Índias, uma história da identidade do Almirante em que este seria Genovês, filho de tecelões de uma família Colombo e o seu pai teria o nome de Domenico. Só contando esta história ele se podia apresentar como sendo primo do Almirante. A propagação desta ligação do Almirante à família Colombo Genovesa desenvolve-se então em Castela. Tal é visível no texto do cronista Genovês António Gallo que registou por volta de 1499 nos seus “*Commentarii*”<sup>133</sup> que o almirante C. Colon tinha nascido em Génova de pais tecelões, e que ele e os irmãos eram tecelões. E a historia do primo Juan António chega mesmo às Índias como é referido por testemunhas no julgamento de Bobadilha (1500): “...*una muger, que se dize Teresa de Baeça, e otra Ynés de Malaver dixerón que el Almirante e sus hermanos heran de linaje de texedores...*”. Assim, a partir de 1496, a narrativa do primo Juan António tornou ainda mais credível a hipótese do Almirante ser Genovês e proveniente de uma família de nome original Colombo, aumentando por isso certamente o número de autores que o citavam assim.

Tiremos-lhe o chapéu! Poucos engenheiros haverá no mundo capazes de engenhar tão engenhosa história para explicar como se gerou e se divulgou a lenda do Colombo genovês!

Ficariam apenas por explicar alguns pequenos detalhes: quando João António, pelos vistos um impostor, apareceu em Espanha a dizer-se primo do Almirante, por que motivo este, em vez de um xuto no traseiro, lhe deu o comando de uma nau? E quando as tais mulherzinhas se puseram a propalar que o pai dos Colombos era tecelão, por

<sup>130</sup> Las Casas, *HI*, I, cxlvii.

<sup>131</sup> Alvará de Fernando, o Católico (regente de Castela por sua filha D. Joana), Realejo, 13.XII.1508, Archivo General de Indias (Sevilha), *Contratación 5089*, vol. I, fl 8v, transcrito por Juan Gil, *op. cit.*, p. 142.

<sup>132</sup> Auto de Sevilha, 11.IV.1509, *CDD*, III, doc. 815, pp. 2113-14.

<sup>133</sup> Gallo António - *Commentarii de rebus Genuensium et de navigatione Columbi*, Ed Lapi, 1911.

que motivo lhes cortaram as línguas a elas, e não ao boateiro do João António que tão vil calúnia espalhava? Só porque tinham gritado “viva o Rei” e afirmado que “depois de Colombo outro viria”, mandara Colombo enforcar a dois...

Para cúmulo da desgraça do nosso Sherlock Holmes falhado, o episódio das mulherzinhas deslinguadas situa-se durante a ausência de D. Cristóvão em Castela, em que o governo foi exercido por D. Bartolomeu, por conseguinte entre Março de 1496 e Agosto de 1498; e segundo os deponentes no inquérito de Bobadilla cerca de cinco anos antes, ou seja, por 1495-96, de qualquer modo uns bons dois anos antes da entrada em cena de João António, o *Boatário*, que apenas veio para a Espanhola em 1498. Terá ele, que ao tempo estava ainda em Génova, revelado às criaturas a naturalidade dos Colombos por *e-mail*? Isso explicaria tudo...

Para construir barragens e traçar rodovias, a cronologia não é importante. Mas, para fazer história, é!

Custa igualmente a entender por que motivo Andrés Bernáldez, cura de Los Palacios — que albergou em sua casa Cristóvão Colombo (que então, pelos vistos, não era ainda genovês), quando em Junho de 1496 regressou da sua segunda viagem, e teve, por conseguinte, basta ocasião de privar com ele — quando meses depois apareceu em cena o boateiro, trouxe tão facilmente a pata que na sua *Historia de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel* a reproduziu sem a mínima hesitação: *ovo un hombre de tierra de Génova, mercader de libros de estampa, que tratava en esta tierra de Andalucia, que llamaban Christobal Colon...* Não tendo argumentos a contrapor a tão cabal testemunho, Mascarenhas Barreto<sup>134</sup>, com exemplar probidade intelectual, escamoteia-o afirmando que a obra de Bernáldez, “cheia de lacunas”, “nada reflecte da naturalidade do Almirante e do seu passado”, pois “apenas o diz estrangeiro perante os Reis Católicos; e era-o efectivamente”. No entanto, porque tal lhe convém, serve-se do texto que fingira ignorar, que retoca a seu talante, para ridicularizar a imagem de Colombo transmitida pelo pobre cura, que dera cama, mesa e roupa lavada ao seu herói: “um aventureiro supostamente genovês, praticamente incógnito, ex-cardador de lãs, que para matar a fome deambulava de porta em porta a impingir estampas coloridas”. Note-se que o cura de Los Palacios fala de *libros de estampa*, ou seja, impressos, e não de *estampas coloridas*, como para o ridicularizar afirma a inspirada musa inspiradora dos *cubistas*!

Quanto à bem engenhada teoria do nosso engenhoso engenheiro, não se fica por ali, antes esbarra com outras doze aporias. Vejamo-las uma a uma.

---

<sup>134</sup> *op. cit.*, p. 88.

Se o primo João António só c. 1497 traz para Espanha a teoria de que o descobridor era genovês e se chamava Colombo, por que motivo já em 1493 Pedro Mártir de Anglória {93}, em três das suas cartas em que noticia a descoberta, escritas entre Setembro e Novembro, lhe chama por duas vezes lígure e uma *genuensis* <sup>135</sup>? E por que razão Bartolomeu Senàrega {94}, em Génova, ao noticiar o seu regresso da viagem descobridora, se lhe refere e a seu irmão nos seguintes termos: *Christophorus et Bartolomæus Columbi, fratres, natione ligures, ac Genuæ plebeis orti parentibus ... , i. e.* “Cristóvão e Bartolomeu Colombo, lígures, nascidos em Génova de progenitores plebeus”? E por que razão o mesmo faz Michele da Cuneo {95}, na carta em que noticia a Girolamo Aimari a segunda viagem colombina, redigida em Savona entre 15 e 28 de Outubro de 1495, que citámos mais acima? E Battista Fregoso, que foi doge de Génova de 1478 a 1483, no seu *De dictis factisque memorabilibus*, publicado póstumamente em Milão em 1509, em que começa assim o resumo da história da primeira viagem colombina: *mirus etiam nauticae artis ac cosmographiae effectus fuit quem Cristophorus Columbus, natione genuensis, anno salutis quadragesimo nonagesimo tertio anno supra mille ostendit...* “admirável efeito da arte náutica e da cosmografia foi o que Cristóvão Colombo, de nação genovês {96}, mostrou no ano da salvação 1493... <sup>136</sup>

Há que admirar, igualmente, a velocidade com que a atoarda se terá divulgado: em 1498, antes do regresso das Antilhas de João António, o *Boatário*, atingira já a Grã-Bretanha, pois em carta escrita aos Reis Católicos a 21.VII.1498, Pedro de Ayala, embaixador espanhol na corte inglesa <sup>137</sup>, inquieto com a partida de uma expedição encarregada de explorar a América Setentrional, receando que os ingleses se fossem a imiscuir nas Índias de Castela, alertava os Reis:

*El Rey de Inglaterra embió cinco naos armadas con otro ginoués como Colón {97} a buscar la ysla del Brasil y las VII Ciudades; fueron proueidadas por un año. Dizen que serán venidos paral el Setiembre. Vista la derrota que lleuan hallo que lo que buscan es lo que Vuestras Altezas possen...*

<sup>135</sup> *Opera*: Década I, cap. i, ed. cit., fl 3 (p. 39); *Opus Epistolarum*, livº VI, epº. cxxxiiii (carta de 13.IX.1493 ao conde de Tendilla e a D. Hernando de Talavera), epº cxxxv (carta da mesma data ao cardeal Ascanio Sforza Visconti), livº VII, epº cxliii (carta de 20.X.1494 ao cavaleiro João Borromeo de Milão), ed. cit., fl xxxii r-v (pp. 361-362) & xxxiiij r-v. (pp. 365-366)

<sup>136</sup> *Italian Reports on America*, p. 156 (trad. inglesa, p. 28).

<sup>137</sup> AGS, *Real Patronato*, Tratado con Inglaterra, p. 9, CDD, II, doc. 404, p. 1086. Uma outra carta de teor semelhante que aí se conserva, atribuída ao embaixador Gonzalez de Puebla, parece ser simplesmente um resumo desta.

Tratava-se na realidade da viagem de Giovanni Caboto, que obtivera a 28.III.1476 a cidadania veneziana por residir em Veneza havia já 15 anos, mas era segundo tudo leva a crer de origem genovesa como Colombo.

Três anos depois chegara o caviloso rumor à Princesa da Laguna: Angelo Trevisan, secretário de Domenico Pisani, orador em Espanha da Sereníssima República de Veneza, a coberto de uma carta escrita de Granada, 21.VIII.1501 a Domenico Maripetro <sup>138</sup> (em que *inter alia* afirma: *ho preso pratica et grandissima amicitia cum el Columbo*), envia-lhe uma relação das viagens do descobridor, extraída das *Décadas* de Anglêria, ainda inéditas, mas a que teve acesso — relação que veio a ser impressa em Veneza em 1504, com o título *Libretto De Tutta La Nauigatione De Re De Spagna De Le Isole Et Terreni Nouamente Trouati* <sup>139</sup>. Ora esta começa com o seguinte retrato de Colombo: *Christophoro Colombo Zenouese {98}, homo de alta & procera statura, rosso, de grande ingegno & faza longa...*

Já nos não admiramos de que o boato tenha prontamente ganho Mântua, pois grassava havia já tempo em Itália. Numa coleção de élogos escritas em excelente latim entre 1480 e 1506, que vieram a ser impressas em Milão em 1507 e fizeram mais tarde as delícias de Lutero e de Shakespeare, o Beato Battista Spagnoli ou Batista Mantuano, erudito carmelita, exorta os cristãos à cruzada contra os turcos, acenando-lhes com o exemplo da Espanha, que acabara de conquistar Granada <sup>140</sup>. E acrescenta, imaginando ainda, como Colombo, que as terras que este achara faziam parte da Ásia:

*(...) Perpende quid acta per Austrum  
classis, et inuento magno ultra sidera Cancri  
insulae in Oceano, Genuensi hortante Columbo,  
polliceantur. Iter spondent ad litora Rubra  
ad Nabathaeum siluas, ad horrea Nili*

Ou seja:

Pondera bem o que não oferecem uma armada / conduzida através do Austro e as ilhas descobertas no grande Oceano / para além da constelação do Cancro, sob o comando / do genovês Colombo {99}. Garantem passagem até ao Mar Vermelho, / até aos bosques dos Nabateus, até aos celeiros do Nilo...

<sup>138</sup> Biblioteca Sneyd (Newcastle), *cod. in-4º do século XVI, 4, 2, 0, 168*, 1ª carta; pub. in *CDD*, III, doc. 557, pp. 1395-97.

<sup>139</sup> Reproduzida, com tradução inglesa, in *Italian Reports*, pp. 81-106 (trad. inglesa) & 207-2318 (texto italiano).

<sup>140</sup> Vide Sebastião Tavares de Pinho, “Turcos, Árabes e Descobrimentos na voz do Virgílio Cristão: Comentário a um poema de Baptista Mantuano”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época - Actas*, vol. IV, Universidade do Porto / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, pp.135-163.

Foi este o primeiro texto impresso em latim, língua internacional da época, a fazer-se eco do boato de genovesidade de Colombo, posto a correr pelo primo João António.

No mesmíssimo ano, um texto impresso em italiano e mais tarde vertido em latim fazia-se também eco da atoarda: os *Paesi Nouamente Retrouati et Nouo Mondo da Alberico Vesputio intitulado*, colêânea de relatos de viagens coligida por Francanzano di Montalboddo e impressa pela primeira vez em Vicência em 1507, que conheceu numerosas edições e traduções em várias línguas <sup>141</sup>, em cujo cap. lxxxiv se descreve a descoberta das Antilhas a mando del-rei de Espanha, por “Cristóvão Colombo, de nação itálico, de pátria genovês” {100}.

Sem embargo, a calúnia, transportado pelos ligeiros zéfiros, começara a circular em outros meios, nomeadamente entre os cartógrafos, ainda em vida do descobridor, que nada fez, porém, para a desmentir: o mapa manuscrito de 1502 publicado por Konrad Kretschmer em 1892 <sup>142</sup> apõe à ilha de Cuba e circunvizinhas a legenda *Omnes iste insule et terre inuente fuerunt ab uno genuensi xphro columbo...*, “todas estas ilhas e terras foram achadas por um genovês [chamado] Cristóvão Colombo... {101}”.

Segue-se-lhe o mapa-múndi desenhado entre 1503 e 1505 por Nicolau Canério ou Cavério (adaptação retocada do planisfério português de 1502 conhecido por “Mapa de Cantino”), que apõe às Antilhas a seguinte legenda, em português salpicado de castelhano *Has Antilhas del Rey de Castella descobertas por Colombo ianuense almirante que es delas...* {102} <sup>143</sup>. É provável que, ao lado de Américo Vespúcio (1454-1512), este cartógrafo genovês tenha estado em Espanha, onde encontramos em 1496 alguém de tal nome envolvido num negócio de escravos índios, a que se referem alguns documentos que até nós chegaram <sup>144</sup>; se é da mesma pessoa que se trata é muito provável que tenha conhecido pessoalmente D. Cristóvão.

Temos finalmente o planisfério de Martin Waldseemüller, estampado provavelmente em Estrasburgo — um dos primeiros três mapas impressos a mostrar o Novo Mundo, ao lado do de Giovanni Contarini e Francesco Rosselli e do de Johann Ruysch, todos impressos em 1506-1507. Aí, junto à ilha da Trinidad, descoberta por Colombo

---

<sup>141</sup> A mais difundida foi a versão latina, impressa pela primeira vez em Milão em 1508 com o título *Itinerarium Portugallensium e Lusitania in Indiam et inde in occidentem et demum ad aquilonem*, reeditada em fac-símile pelos Serviços de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian com um estudo introdutório por Luis de Matos, Lisboa, 1992.

<sup>142</sup> *Die Entdeckung Amerikas in ihrer Bedeutung für die Geschichte des Weltbildes*, Berlim, Londres & Paris, 1892, estampa VIII, à dt<sup>a</sup>.

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*, à esq.<sup>a</sup>. Cf. Monique de la Roncière & Michel Mollat du Jourdin, *Les Portulans*, n<sup>o</sup> 26, estampa 26 & pp. 215-217.

<sup>144</sup> *CDD*, II, doc. 323 & 342, pp. 880, 913 & 914.

na sua terceira viagem, aparece a legenda *Hec insule per Columbum genuensem almirantem ex mandato regis Castelle inuente sunt*, “Estas ilhas por Colombo genovês almirante a mando do rei de Castela foram achadas” {103}<sup>145</sup>. Aproximadamente a mesma legenda, aposta agora sobre a América Meridional, se repete no mapa do mesmo autor que ilustra a edição de 1513 da *Geographia* de Ptolomeu.

E tudo isto antes da divulgação do primeiro texto impresso pôr a correr a cavilosa atoarda de João António! No seu indomável curso, não achou, porém, a atoarda quem na contradissesse... Quem sabe? Talvez fosse verdade...

No entanto, em favor da genovesidade do Almirante militam numerosos outros documentos, de há muito publicados, que os partidários do “Colombo português” transcuram e não discutem, como por exemplo o breve relatório apresentado pelo embaixador Nicolò de Oderigo, correspondente de Colombo que conhecemos já, à Senhoria de Génova, em que refere a descoberta de muitos *incultos barbaros, et retroactis seculis incognitos populos Columbo concive nostro*, “de muitos incultos bárbaros e povos nos séculos pretéritos desconhecidos, por Colombo nosso concidadão”<sup>146</sup> {104}.

Embora já posterior à morte do descobridor merece também referência a relação apresentada ao Senado de Veneza a 16.XI.1525 por Gasparo Contarini, embaixador da Sereníssima República na corte espanhola, em que, após referir as questões de limites entre Portugal e Castela surgidas *al tempo di Colombo genovese*, afirma que naquele momento era governador de Santo Domingo, com a vasta jurisdição outorgada a seu pai, o almirante [D. Diego] *figliulo di Colombo genovese*<sup>147</sup> {105}.

E, *last but not least*, a habilitação de D. Diego Colón, filho do 2º almirante e vice-rei D. Diego, e portanto neto de D. Cristóvão, para ser admitido na Ordem de Santiago, em Madrid a 8.III.1535, em que três testemunhas, Diego Méndez, Pedro de Arana e Rodrigo Barreda afiançaram que o dito almirante e vice-rei era filho de *Christoval Colon ginovés* {106}, natural segundo a primeira testemunha de Savona, segundo as outras duas de um lugar da Senhoria de Génova que não sabiam identificar<sup>148</sup> — o que condiz perfeitamente com o que mais acima lemos de D. Hernando e de Gonzalo

<sup>145</sup> Rodney W. Shirley, *The Mapping of the World - Early Printed World Maps, 1472-1700*, The Holland Press Pub., Londres, 1984, nº 26 & estampa 31, pp. 23-33.

<sup>146</sup> Arquivo do Governo de Génova, *Registro*, vol. IV, p. 2ª, p. 35, copiado por Antonio Doria, pub. por D. Luigi Grillo, *Elogi di Liguri Illustri*, 2ª ed., Génova, 1846, pp. 276-277.

<sup>147</sup> Arquivo de Estado de Turim, *Colèção Mongardino*, vol. 86 (outrora R. A. j. b. X. 25). pub. por Eugenio Albèri *Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato*, série I, vol. II, Florença, 1840, pp. 48 & 50.

<sup>148</sup> Arquivo Histórico Nacional de Madrid, *Archivo Secreto de las Órdenes Militares*, legajo 172, exp. 804.

Fernández de Oviedo. A patranha foi sem dificuldade tragada pelo próprio conselho da Ordem, pois no seu registo genealógico dos cavaleiros que tomaram hábito entre 1501 e 1599 consta <sup>149</sup>:

*Año de 1535*

*Genealogía de D. Diego Colon, natural de S<sup>o</sup> Domingo:*

*Padres:*

*D. Diego Colon, virrey de las Indias del Mar Oceano, natural de Lisboa*

*D<sup>a</sup> Maria de Toledo*

*Abuelos Paternos:*

*Cristóval Colon, natural de Saona, cerca de Genova; y D<sup>a</sup> Felipa Moniz, natural de Lisboa, etc.*

Segundo o nosso alvo engenheiro, tudo isto seria fruto da torpe atoarda posta a circular pelo primo João António, para poder viajar para o Novo Mundo! Todos a teriam engolido, inclusive os netos do descobridor, a ponto de a citarem em documentos oficiais e instrumentos jurídicos destinados a fazer fê em justiça...

E assim o vil boato foi-se espalhando, espalhando — e ganhou o mundo inteiro, como a calúnia de D. Basílio no *Barbeiro de Sevilha*:

*La calunnia è un venticello  
Un'auretta assai gentile  
Che insensibile, sottile,  
Leggermente, dolcemente,  
Incomincia, incomincia a sussurrar:  
Piano, piano, terra terra,  
Sottovoce, sibilando,  
Va scorrendo, va scorrendo  
Va ronzando, va ronzando  
Nell'orecchie della gente  
S'introduce, s'introduce destramente  
E le teste ed i cervelli  
Fa stordire e fa gonfiar.  
Dalla bocca fuori uscendo,  
lo schiamazzo va crescendo,  
Prende forza a poco a poco,  
Vola già di loco in loco,  
Sembra il tuono, la tempesta  
Che nel sen della foresta  
Va fischando, brontolando,  
E ti fa d'orror gelar...*

A calúnia é um ventinho  
uma brisa assaz gentil  
insensível e sutil;  
levemente, docemente  
principia, principia a sussurrar;  
e terra a terra, gemendo,  
a meia voz, sibilando  
vai escorrendo, vai escorrendo  
vai zungando vai zungando  
e na orelha da gente  
introduz-se, introduz-se destramente  
e os miolos e a cachola  
atordoa e faz inchar.  
Fora da boca rompendo  
o boato vai crescendo  
toma força gradual,  
e voa de terra em terra:  
é já trovão, trom de guerra,  
que dentro do matagal,  
sibilando, a resfolgar  
de horror te faz gelar.

<sup>149</sup> Ibidem, *Genealogias de los Caballeros que se han puesto el Habito de la Orden de Santiago desde el año de 1501 hasta el de 1599, inclusive*, tomo I, fl 16.

## A terceira viagem: o descobrimento da Terra Firme e o achamento do Paraíso Terrestre

Foi durante o período de potencial união das três principais coroas peninsulares que teve lugar a terceira viagem de Colombo, que não teve assim a temer, como das outras vezes, a intercção por caravelas portuguesas e pôde, sem problemas, fazer escala no Porto Santo, na Madeira e em Cabo Verde.

No Funchal, como adiantámos já, foi-lhe feito *muy buen recibimiento y mucha fiesta, por ser allí muy cognosçido que fué vezino d'ella en algùn tiempo*<sup>150</sup>.

Afirma Mascarenhas Barreto<sup>151</sup> que Colombo, bem industriado por D. João II, que conhecia já muito bem a topografia das Américas, reservou prudentemente o descobrimento da Terra Firme, a sul das Antilhas, para o período subsequente ao descobrimento da verdadeira Índia por Vasco da Gama. Esquêceu assim que Colombo partiu para o Novo Mundo a 30 de Maio de 1498 e Vasco da Gama só regressou da sua viagem em Agosto ou Setembro de 1499. Não se pode, contudo, excluir como impossível que, por *e-mail* enviado de Calicut, a que chegara a 20 de Maio, portanto dez dias antes da partida de Colombo, Vasco da Gama, que para mais era seu primo, o tivesse prevenido de que já lá estava...

Para o estudo desta viagem dispúnhamos, até há pouco, do relato, assaz sucinto, da *Historia do Almirante*, das crónicas e sobretudo da versão da *Relación del Tercer Viaje* transmitida por Las Casas, que por vezes resume, por vezes interpola com considerandos seus o *diurnal* ou diário de viagem de Colombo, que conheceu ainda. Do achado de Tarragona faz parte uma outra súmula deste, sob a forma de carta aos Reis, mais breve, que ao contrário da que Las Casas nos transmite, termina a 15.VIII.1498, no momento em que o Almirante largou da costa de Pária, na costa



**Funchal**

A casa, hoje demolida, onde, segundo a tradição, viveu Cristóvão Colombo.

<sup>150</sup> C. Varela & J. Gil, doc. XXX, p. 385.

<sup>151</sup> *op. cit.*, p. 593

setentrional do continente sul-americano, para a Espanhola <sup>152</sup>. Esta versão contém um longo preâmbulo, que não sabemos se estava ausente da outra se foi simplesmente suprimido por Las Casas; nele recorda aos Reis os serviços que até aí prestara à Coroa, descobrindo-lhe 330 léguas de costa do continente asiático (que por tal tomava Cuba) e mais de 700 ilhas, a que uma a uma teria dado nome — de onde as grandes invejas de que se tornara alvo e os empachos que lhe punham. É bem o Colombo ressabiado que conhecemos dos documentos mais recentes que começa a aflorar aqui.

Além destas relações dispomos de um considerável acervo de documentação avulsa, concernente senão à viagem em si pelo menos ao período subsequente, em que Colombo governou as Índias, que se estende de 31.VIII.1498 a Novembro do ano seguinte.

Colombo partiu a 30 de Maio de 1498 de Sanlúcar de Barrameda, onde acabava de comprar mais uma caravela a ajuntar às cinco que trazia de Sevilha. Desta vez decidiu seguir uma rota mais meridional do que as que seguira na primeira e na segunda viagem; por isso, como sabemos já, dividiu nas Canárias a frota em duas, despachando três dos navios em direitura para a Espanhola e seguindo ele com os outros três em direção às ilhas de Cabo Verde. Movia-o, por um lado, a curiosidade de constatar se, como lhe haviam dado a entender os índios da Guadalupe, de Santa Cruz e de Porto Rico <sup>153</sup> e lho afirmara outrora D. João II, *al austro avía tierra firme*; por outro, as ganas que tinha de encontrar as riquezas em que se dizia abundar a zona equatorial, pois *debaxo de aquel paralelo del mundo se halla más oro y cosas de valor*. Nessa crença o confirmara o astrólogo Mossen Jaime Ferrer, na carta em castelhano acatalanado que lhe escrevera uns três anos antes, a 5.VIII.1495 <sup>154</sup>, que termina assim:

... y porque, Senior, la Reina nuestra Seniora me mandó que yo escribiese a vuestra Senioria de mi intencion; por esto escribo mi parecer en esta, y digo que la vuelta del equinocio [i. e., cerca do equador] son las cosas grandes y de precio, como son piedras finas y oro y especias y drogaria; y eso es lo que puedo yo decir acerca desto, por la mucha plática que tengo en Levante, en Alcaire [i. e., no Cairo] y Domas [Damasco], y porque soy lapidario, y siempre me plugo investigar en aquellas partes desos que de allá vienen, de qué clima ó provincia traen las dichas cosas; y lo más que pude sentir de muchos Indos y Arabes y Etiopes, es que la mayor parte de las cosas buenas vienen de region muy caliente, donde los moradores de allá son negros ó loros [= pardos, amulados] y por ende, segun mi juicio, fasta que vuestra Senioria falle la gente tal, no fallará abundancia de las dichas cosas; bien que todo esto vos, Senior, sabeis mas durmiendo que yo veilando: y en todo, mediante el divino auxilio, dará vuestra Senioria tan buen recaudo que dello será Dios servido y los Reyes nuestros Señores contentos.

<sup>152</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, pp. 366 & sqq. transcrevem ambas, uma após a outra.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 403.

<sup>154</sup> CDD, II, doc. 311, pp. 831-833.

Em Cabo Verde nem na Boavista, que ao tempo servia de leprosaria, nem em Santiago conseguiu comprar o gado que pretendia; mas confirmaram-lhe que a sudoeste da ilha do Fogo parecia haver terra, e que el-rei D. João II pensara em mandá-la descobrir. Nessa direção zarparam de Santiago a 4 de Julho. Durante os dias que passaram no arquipélago jámais viram sol — sinal de que a convergência intertropical, em que os ventos alíseos de Sueste, que sopram no hemisfério sul, se juntam com os do hemisfério norte que sopram de Nordeste, se deslocara bem para Norte desde o começo do verão. Não admira, pois, que aproximadamente uma semana após deixarem Santiago tenham sido colhidos pelas calmarias equatoriais. A mescla de calor e humidade tornou-se-lhes insuportável: rebentaram os aros de algumas pipas, a carne e o toucinho apodreciam, e Colombo, com a sua habitual propensão para o exagero, anotou no seu canhenho que o próprio trigo se inflamava e que receava bem que se lhe incendiassem os navios...

Na realidade na faixa equatorial as temperaturas ao nível do mar raramente ultrapassam os 30°; a sensação de calor atabafante é subjêtiva, derivada da intensa humidade que não permite a evaporação da transpiração com que naturalmente se refrigera o corpo. Devido a tais medos, decidiu o Almirante infletir para Oeste, deixando para mais tarde a guinada a Sul que trazia em mente; só quando se julgasse à longitude da Espanhola, reconhecidas as costas com que topasse, viraria a Norte. Naquele rumo perseverou durante dezassete dias. Admirava-se, porém, de que ao ultrapassar a raia das 100 léguas a ocidente de Cabo Verde, a que atribuía uma significação sobrenatural, não tivesse sentido, como nas vezes passadas, um *mudamiento en la temperança* a denunciar a proximidade do Paraíso...

Segundo a primeira versão do seu relato, teria atingido a latitude de 5°, embora na segunda versão diga que a 14 de Julho se fazia a c. 7° N, já que tantos eram os graus que o polo se lhe alçava acima do horizonte. Nem uma cousa nem outra é impossível, mas parecem improváveis, uma vez que as ilhas de Cabo Verde jazem a c. 16° e navegando a oeste veio finalmente a pequena frota a aterrar no Novo Mundo junto ao cabo da Galera, que fica a 10° 53' N. Ora, conforme Colombo afirma no seu relatório aos monarcas, *yo seguí al poniente, mas no osé declinar abajo al austro, porque hallé grandísimo mudamiento en el çielo y en las estrellas, mas no hallé yo mudamiento en la temperança*; ficamos por conseguinte céticos quanto à probabilidade de se ter aproximado tanto do círculo equinocial. Compreende-se perfeitamente que não tenha ousado avançar para sul, temendo ser de novo apanhado pelas calmarias; só se não compreende como navegando ao longo de um paralelo achou mudança, inda para mais “grandíssima”, no céu

e nas estrelas. É possível que tivesse em mente um passo da *História Natural*<sup>155</sup> de Plínio o Antigo em que este afirma que, com respeito à Índia, *alia illi caeli facies, alii siderum ortus*, “diferente lhe é o aspeto do céu, diferente o nascer dos astros” e quisesse com o que diz persuadir os Reis de que, de facto, atingira a Índia. Só que a afirmação de Plínio não é correta: como a Índia se estende entre 8° e 35° N, no seu extremo setentrional o céu visível é perfeitamente idêntico ao que se observa em Creta, ou seja, são observáveis todas as constelações sitas entre 55° S e o polo norte, ao passo que do meridional são, além dessas, também visíveis as que se situam entre 55° e 82° S, o que não é diferença que cause espanto, tanto mais que o hemisfério meridional é muito mais pobre em estrelas que o setentrional. De qualquer modo, da Trinidad apenas via a Polar c. 18° mais baixa, podendo observar, a mais do que se vê das Canárias, a faixa de céu que vai de c. 62° a 80° S, quase desprovida de estrelas, o que não chega a constituir *un grandísimo mudamiento en el cielo*...

Após o seu retorno a Espanha Colombo mudou aparentemente a sua opinião sobre a temperatura, pois informou Pedro Mártir<sup>156</sup> de que

... ao terceiro dia todos disseram sentir uma temperatura ameníssima; e asseverou que, após ter saído das calmas e ardores, sempre subiu pelo dorso do mar, como por um alto monte, em direção ao céu, sem contudo divisar terra alguma (...).

Julgou então que aquela região era mais próxima do céu do que as demais daquele paralelo, e mais afastada dos vapores dos vales e dos paúis, tanto quanto do fundo dos vales distam os mais elevados cumes das montanhas altas.

Foi ao cabo de três dias a avistarem aves que denunciavam a vizinhança de terra que, a 31.VII.1498, chegaram à ilha que o Almirante batizou de Trinidad, mistério a que tinha singular devoção; para mais que do mar lobrigara o marinheiro da gávea três montes de igual altura, que lhe evocavam a Trindade das Hipóstases Divinas. Segundo Pedro Mártir, num passo que traduzimos mais acima, pensou que era exatamente naqueles três montes que se situava o Paraíso. *Con grande regozijo y alegría dixéron cantada la Salve Regina*, com mais três devotas coplas, como é costume de marinheiros. Haviam percorrido desde Cabo Verde c. 2.200 milhas marítimas em 27 dias, o que corresponde a uma velocidade média de 3,4 nós. A rapidez da travessia, feita em menos de um mês a despeito das calmarias, explica-se por terem beneficiado do impulso da Corrente Equatorial do Norte, que entre 10° e 20° de latitude flui constantemente para oeste, podendo atingir a velocidade de 100 km por dia. Um pouco mais a

---

<sup>155</sup> VI, xxi, 58.

<sup>156</sup> I, vi, fl xxii.

Sul, a contracorrente da Guiné tê-lo-ia arrastado para a costa africana. Generalizando a observação que então fez, que é válida apenas para a faixa equatorial, Colombo chegou a uma conclusão errada:

*Muy experimentado tengo que las aguas de la mar llevan su curso de oriente a occidente, con los cielos, y que allí en esta comarca, cuando pasan, llevan más beloze camino.*

Já se tem aproximado esta concção da de Homero, que concebia o Oceano como um grande rio, extremamente impetuoso, que cercaria o disco da terra habitada, girando em torno dele, nomeadamente ao aludir a Eurínoma, considerada sua filha: Εὐρυνόμη, θυγάτηρ ἄπορροῦ Ὠκεανοῦ, “Eurínoma, filha do Oceano, que corre atrás da sua própria corrente”<sup>157</sup>. Contudo nem Colombo tinha conhecimento de Homero, que jâmais cita nem mesmo em segundo mão, nem essa concção foi sol de longa dura, pois, criticada já por Hecateu de Mileto (c. 550-480 A. C.), foi abandonada pelos autores do período clássico, com Plínio e Estrabão. Era, com efeito, dificilmente compatível com a esfericidade da Terra. Parece estarmos simplesmente perante uma observação correta, mas explicada sem suficiente base experimental.

No mesmo erro incorre, contudo, quase um século volvido, o P<sup>e</sup> José de Acosta, ao explicar a constância dos ventos do quadrante leste pelo movimento aparente da esfera celeste nesse sentido<sup>158</sup>. Quanto a Colombo, torna-se evidente que não compreendeu que a circulação das águas correspondia à circulação dos ventos que a provocavam — de que, no entanto se servira cinco anos antes, no regresso da viagem descobridora. Visivelmente não se apercebera da corrente do Golfo — de que apenas se teria podido aperceber ao navegar das Antilhas para os Açores — que, desde a formação do istmo de Panamá que fechou a comunicação entre o Atlântico e o Pacífico, flui aproximadamente em sentido contrário ao da corrente equatorial, fechando assim o circuito. Foi em finais de 1502, no decurso da sua quarta viagem, que junto à costa do Panamá, Colombo se apercebeu de que a circulação das correntes correspondia à dos ventos que as impulsionavam, como atesta seu filho que dessa vez o acompanhou<sup>159</sup>. Quanto à corrente do Golfo, tanto quanto as fontes de que dispomos o deixam entrever, apenas veio a ser assinalada a 22.IV.1513 por Antón de Alaminos, piloto de Juan Ponce de León na sua viagem de descobrimento da Florida, que notou que era mais forte do

---

<sup>157</sup> *Iliada*, XIV, 399.

<sup>158</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> III, cap. vi.

<sup>159</sup> *HA*, cap. xciv (xciii).

que o vento, fazendo derivar o navio em sentido oposto ao desejado <sup>160</sup>. É, portanto, sem razão que se tem afirmado que a primeira observação dessa portentosa corrente foi feita por D. Bartolomeu Colombo quando durante a sua interinidade convidou para um passeio de caravela o cacique Behechio de Xaraguá e sua irmã Anacaona, viúva de Caonaobó. Como atesta Pedro Mártir <sup>161</sup>, estes ficaram, de feito, boquiabertos ao ver o navio avançar sem propulsão de remos, mas há que não esquecer na tradução o período gramatical precedente, em que se explicita que o *adelantado* mandara içar as velas!

Já a ideia de que a corrente equatorial do norte se tornava mais veloz ao passar entre as muitas ilhas do mar das Caraíbas é correta; é o que sucede sempre que as águas deparam com um afunilamento do caminho livre à sua frente, uma vez que, como a generalidade dos líquidos, não são compressíveis. O Almirante arriscou mesmo um cálculo da velocidade que as correntes aí atingiam: cerca de 65 léguas num dia natural, *después de ora de missa (...) hasta ora de completas*. Como de costume, o estimo é tremendamente exagerado: com tal rapidez percorreriam as águas em 24 horas pelo menos 130 léguas, ou seja, 544,7 km, o que corresponderia a uma velocidade de 23,7 km/h; ora na realidade, embora em passagens estreitas possa acelerar, a corrente equatorial do norte flui à velocidade média de c. 100 km por dia, ou seja, c. 4,2 km/h, embora a corrente do Golfo, mais célere, atinja os 9 km/h, mesmo assim apenas um sexto da velocidade que lhe creditava o Almirante. A uma velocidade média ligeiramente menor, c. 4 km/h, flui — para leste, ao contrário do que Colombo imaginava — a maior corrente do Globo, a corrente circumpolar antártica.

Inteligentemente, Pedro Mártir de Anglória <sup>162</sup> tira deste ímpeto da corrente no Mar das Antilhas argumento contra a continentalidade de Cuba, que não deixaria às águas saída para o Oceano.

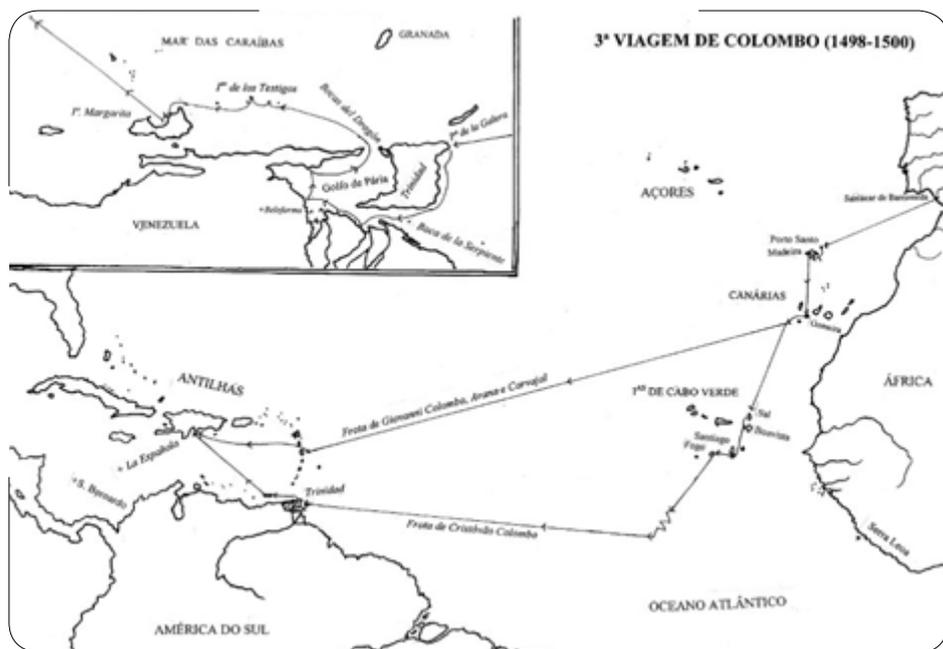
Alegrou-se Colombo por pensar que estava no mesmo paralelo em que da costa africana levavam ouro a Portugal, se bem que na realidade a existência de ouro não dependa da latitude e, por outro lado, entre a do ponto em que se achava e a de S. Jorge da Mina houvesse uma diferença de cinco graus, pois, embora nalguns escritos seus Colombo a suponha sob a equinocial, ou seja, a 0°, S. Jorge fica a 5° 10' e desta feita o Almirante, julgando-se a 6° estava quase a 11°. Nem sequer estava à latitude da Serra Leoa, como diz na primeira versão do seu relato, pois esta situa-se a c. 7° 30' N.

---

<sup>160</sup> Ramón Ezquerro, art. “Alaminos, Antón de” e “Ponce de León, Juan” in *DHE*, s. v.; cf. Vicente Murga Sanz, *Juan Ponce de León*, cit. *supra*, cap. XI, pp. 237 & sqq.

<sup>161</sup> Década I, v.

<sup>162</sup> Década III, cap. iv.



A terceira viagem de Colombo

Foi só no dia imediato, 1 de Agosto, que acharam porto e puderam fazer aguada. Não viram gente, mas toparam com muitas pègadas de animais que lhes pareceram de cabra, animal que no Novo Mundo não existia antes da segunda viagem colombina; e de cabra lhes pareceu o cadáver de uma alimária morta com que toparam. Las Casas anotou à margem: *estas patas eran de venados que hay por allí muchos*<sup>163</sup>. Não é possível saber ao certo de que espécie zoológica se tratava, já que “veado” é um termo genérico que engloba todos os animais da família dos Cervídeos, de que existem três sub-famílias, vinte géneros e quarenta e oito espécies, espalhadas por todos os continentes à exceção da Austrália.

A ilha, montanhosa, bem cultivada e assaz povoada, pareceu grande ao Almirante. Maior ainda lhe pareceu a que lhe jazia a Sul; e era: era o continente sul-americano. No dia seguinte, ao depararem com embarcações nativas, Colombo tentou atrair os homens acenando-lhes com bacinetes de latão e mandando aos seus marinheiros que tangessem e bailassem — o que foi tido por sinal de guerra, levando os nativos a apontarem-lhes os arcos. Tiveram que os assustar disparando as béstas. Contudo o piloto da

<sup>163</sup> Cf. Oviedo, *Sumário...*, cap. XVII & XVIII; *HGNI*, livº XII, cap. xix.

caravela baixou, corajoso, até às canoas a oferecer-lhes presentes, com o que se aquietaram; mas logo se foram. O Almirante, prevenido que fora por Ferrer, admirou-se de que apesar da latitude baixa a que viviam não fossem negros, mas iguais ou mesmo mais claros que os nativos da Espanhola, que supunha jazer 18 graus mais a Norte — conquanto na realidade a diferença de latitude seja de aproximadamente  $7^{\circ} \frac{1}{2}$ . Como quer que seja, o mais próximo parentesco genético dos ameríndios é com as populações da Ásia Oriental — da outrora chamada “raça amarela” ou “raça mongol” — cuja pele é mais espessa que a dos demais ramos da espécie humana, pelo que têm menos necessidade de desenvolver pigmentação para se protegerem do excesso de radiação solar. Não andavam tão nus como os que encontrara até aí, pois traziam enrolados à cinta e na cabeça uns panos que pareceram a Colombo almeizares mouriscos. É inútil imaginar, como fez Manzano, que a sua relativa brancura denunciava cruzamento com os homens do célebre “piloto anónimo” que antes de morrer na Madeira informara Colombo, que teriam feito casta em tudo quanto era Antilha...

Afigurou-se ao Almirante que a amplitude das marés era aí de 65 passos, o que corresponde a cerca de 48 metros ou 29 braças, o que na realidade corresponde quase o triplo do *record* registado em todo o mundo. Quanto ao clima, tudo finalmente lhe pareceu confirmar o *mudamiento* no céu, no mar e na temperança, que prenunciava a vizinhança do Paraíso Terrestre. Embora não haja unanimidade entre os diversos passos da Bíblia que se lhe referem, este era, de facto, em geral situado “no Oriente”, região do Globo que Colombo supunha ter atingido <sup>164</sup>. Nessa crença o confirmavam para mais Estrabão (c. 64 A. C. - 24 A. D.), Santo Ambrósio (c. 340-397), Santo Isidoro de Sevilha (c. 556-636), S. Beda (672-735), S. João Damasceno (675-749), Escoto Eriúgena (810-77) e Pedro Comestor (c. 1100-79), que todos concordavam em localizar o Paraíso numa montanha sita *en fin de Oriente*.

A pequena frota costeou a Trinidad por leste até ao seu extremo meridional, hoje conhecido por Ponta de Icacos, a que Colombo deu o nome de *Punta del Arenal*. Separada dela por um estreito de apenas 9 milhas de largura jazia a América do Sul, que o descobridor imaginou ser uma ilha mais, a que chamou *Isla Santa*.

Um pouco mais tarde, constatando a continuidade entre essa terra e a península de Pária, que limita a norte o golfo do mesmo nome, começou a chamar-lhe ora *Isla de Gracia* ora *Tierra de Gracia*, conforme se inclinava para a sua insularidade ou para a sua continentalidade, ponto sobre que permaneceu largo tempo indeciso. A navegação no estreito que separa do Atlântico o golfo de Pária é em extremo

---

<sup>164</sup> Cf. artº “Paraiso” in Dr. A van den Born (dir.), *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, 6ª ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 2004, s. v.

difícil, por causa dos remoinhos que aí se formam, devido ao embate do gigantesco fluxo das águas do Orinoco, que aí desemboca, com a corrente equatorial do norte, que corre em sentido aproximadamente oposto. Aí observou Colombo pela primeira vez o fenómeno do macaréu, ou seja, da luta da corrente do rio com a maré montante, idêntica à *pororoca* da foz do Amazonas, cujo estrépito se ouve a léguas de distância; tomou-o por estrondo da calema de encontro a baixios, que lhe causaram grandes medos:

*Hallé que venía el agua del oriente hazia el poniente con tanta furia como haze Gadalquivir en tiempo de avenida, y esto de contino, noche y día, que creí que no podría volver atrás, por la corriente, ni ir adelante por los baxos. Y en la noche, ya muy tarde, estando al bordo de la nao, oí un rogir muy terrible que venía de la parte del austro hazia la nao, y me paré a mirar; y vi lebantando la mar de poniente a lebante en manera de una loma tan alta como una nao, y todavía venía un filero de corriente, que venía rugendo con muy grande estrépito, con aquella furia de aquel rugir que de los otros fileros, que yo dixé que paresçia hondas de mar que davan en peñas, que hoy día rugo el miedo en el cuerpo...*

Felizmente para todos, a nau cavalgou a lomba de água sem se virar; e às caravelas, atirou-lhes esta com as âncoras, mas *plugo a Dios que no les hizo daño*. Mais adiante voltaram a presenciar o fenómeno, por certo defronte de outra das bocas do delta, mas aparentemente em proporções menores.

Como é sabido, o macaréu — que apenas se produz em rios, estuários ou braços de mar pouco profundos mas afunilados, como o Geba na Guiné — depende muito da topografia do local, de modo que uma pequena alteração desta pode causar o seu desaparecimento, com há poucos anos sucedeu no Sena; tanto pode registar-se regularmente ao longo de todo o ano como apenas ter lugar nas marés-vivas, e tanto pode revestir a forma de uma vaga única, que inverte bruscamente o sentido da corrente e faz subir de supetão o nível das águas, como a de várias ondas sucessivas. No delta do Orinoco, em que alguns canais apenas levam água em tal momento, o macaréu observa-se em diversos braços, de que um é inclusivamente conhecido por Caño Macareo. É sobretudo notável no braço principal, desigando por Boca Grande ou Boca de Navíos, que é o mais meridional; mas Colombo aterrou no continente sul-americano bem a noroeste de aí, junto à entrada do golfo de Pária, de modo que apenas pode ter observado o macaréu das bocas setentrionais do delta. Complica-se nos canais tramba-las-águas — expressão que provém por aférese de *entre amba'las águas*, que se usa na Amazónia para os canais com duas saídas para o mar, onde se produz um choque secundário entre a maré que sobe por cada um deles.

Devido ao maior volume de águas, o macaréu é mais espêctacular na foz do Amazonas, onde a vaga pode atingir 4 m de altura e propagar-se a 25 km/h. Na Europa produz-se fenómeno idêntico em diversos lugares, como o rio Severn em Inglaterra, onde atinge dois metros de altura, a baía do Mont Saint Michel, em França, onde apenas se produz aquando das marés vivas, mas avança a c. 6 km/h, etc. Visivelmente o Almirante não estava ao corrente de tal fenómeno, inédito no Mediterrâneo, de onde o seu espanto e o seu pavor. Ao invés, Pedro Mártir, homem mais cultivado, embora sem o ver, compreendeu bem o fenómeno: tratava-se simplesmente, da “fúria das águas doces, que dos ditos estreito e foz lutam com o fluxo que vem do mar, para sairem”, e não das águas que do cumo do Paraíso desciam para o precipício.

Foi devido a estas perigosas estranhezas que Colombo deu ao estreito por onde finalmente penetrou no golfo o nome de Boca de la Sierpe; e à saída setentrional do mesmo para o mar das Caraíbas, no extremo sudoeste da Trinidad, que cruzaria duas semanas mais tarde, Boca del Dragón. Ao golfo chamou inicialmente “de la Balena”, até os indígenas o informarem que se chamava de Pária, nome que continua usando até hoje; mais tarde chamou-lhe ainda “de las Perlas”, designação que não vingou. Passado o perigoso estreito constatou, com surpresa, que as águas eram aí ensossas — de onde o nome de *Mar Dulce* dado ao golfo de Pária nos esboços de Bartolomeu Colombo que reproduzimos mais abaixo, e em numerosas cartas do século XVI. A causa de tal sensaboria é, evidentemente, a deságua de diversos braços do Orinoco. Com um débito médio de 33.000 m<sup>3</sup> por segundo, este é, em volume de águas, o terceiro rio do mundo, após o Amazonas (225.000 m<sup>3</sup>/s) e o Zaire ou Congo (41.000 m<sup>3</sup>/s). Colombo chegou à sua foz em Agosto, exatamente no momento em que, devido à estação chuvosa em toda a sua bacia, o seu caudal atinge o máximo. Foi só dias depois que raciocinou sobre o que via e concluiu, acertadamente, que *aquel rugir tan fuerte (...) era pelea del agua dulce con la salada: la dulce enpujaba la otra por que no entrase, y la salada por que ésta otra no saliese*. Como Colombo cria estar perto do Paraíso, de onde proviria o rio, é possível que na sua mente esta luta entre água doce e salgada revestisse o significado apocalíptico de um confronto entre forças do bem e do mal; mas, aparentemente para reforçar os argumentos com que provava ter alcançado o Paraíso, de regresso a Espanha preferiu transmitir a Pedro Mártir a explicação mítica que de início lhe passara pela cabeça: as águas precipitavam-se, Paraíso abaixo, até ao nosso mundo...

O Almirante estava, porém esgotado, tivera um ataque de gota na travessia do Atlântico e, com o não dormir, tinha os olhos ensangüentados. Foi certamente devido a essa enfermidade que atravessou rapidamente o golfo de Pária, poucas vezes se detendo. Segundo o depoimento da maioria das testemunhas nos *Pleitos Colombinos*, não desembarcou na Terra Firme, encarregando alguns homens, entre os quais Hernando Pacheco, um dos deponentes no processo, de “tomar posse da província de Pária em nome do Rei e da Rainha”, chantando em terra uma cruz<sup>165</sup>. Nas suas cartas aos Reis tampouco afirma Colombo ter desembarcado. Tenha-o feito ou não (os depoimentos não são unânimes), o que é secundário, numerosas outras testemunhas que depuseram nos *Pleitos*, algumas delas presenciais, como Hernán Pérez Mateos, Bernardo de Ibarra, Juan Rodríguez de Mafra, Juan Farfán e

---

<sup>165</sup> Anunciada Colón, vol. IV, p. 2.159.

Bartolomé Ruiz <sup>166</sup>, afirmaram peremptoriamente que a chegada de europeus a Pária espantara fortemente os nativos, que jamais haviam visto gente assim — o que inválida que quatro anos antes Colombo a tivesse já visitado, como Manzano se esforçou por provar <sup>167</sup>. Las Casas <sup>168</sup> transcreve também alguns destes depoimentos, mas com o objetivo de demonstrar que Colombo descobriu Pária antes de lá chegar a expedição comandada por Hojeda, em que se incorporaram Juan de la Cosa e Américo Vesúpcio, de que em seguida falaremos; de qualquer modo data de 1498 e não de 1494 ou 95, como aventa Manzano, o descobrimento colombino.

A frota surgiu uma primeira vez na foz dum dos canais do delta e Colombo mandou a terra um batel, que cativou quatro nativos para tomar língua; mas o expediente pouco resultado surtiu, pois o idioma que falavam era diferente do taíno da Espanhola. De facto, como a das Antilhas Menores, a população ali era caribe <sup>169</sup>; foi, aliás, daquela zona que c. 1200 partiram à conquista das ilhas. A frota seguiu viagem e voltou a surgir algumas léguas mais a ocidente, onde saíu ao seu encontro um enxame de canoas, a convidar o Almirante a descer a terra e visitar o seu rei. Foi aí que, além de ouro, aquele viu pela primeira vez algumas pérolas, que os índios traziam atadas aos braços; significaram-lhe então que se pescavam mais a norte <sup>170</sup>. As pérolas foram, aliás, a única descoberta que fez durante esta



**Pesca de pérolas em Cubágu**

(*Perlarum insula ob vnionum copiam sic dicta, “ilha das Pérolas, assim dita pela grande cópia da ostras”*)

Gravura de Théodore de Bry, ilustrando a edição de 1594 da *Historia del Mondo Nuovo* de Benzoni

sua terceira expedição, de cujos relatórios não constam, como nos das anteriores, referências a novos achados botânicos. Na realidade não eram pescadas exatadamente ali, devendo antes provir da zona de Camaná e da ilha de Cubágu, no Mar das Caraíbas, na contracosta da península de Pária, que fecha a norte o golfo. Os homens que mandou

<sup>166</sup> *ibidem*, respetivamente, pp. 1596-1601; 1204-05, 1213 & 2154-56; 1215 & 2346-49; 2166-68; 2201-02.

<sup>167</sup> Veja-se toda a “I Probanza del Almirante de las Indias”, *ibidem*, vol. IV, D-36, pp. 2113 & sqq.

<sup>168</sup> *HI*, I, cxxxix.

<sup>169</sup> *Vide* Meillet et Cohen, *Les Langues du Monde*, pp. 1123-1128.

<sup>170</sup> Pormenores sobre a pesca das pérolas in Oviedo, *Sumario...*, cap. lxxxiv, & in J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xv.

a terra voltaram bem agradados da hospitalidade dos indígenas, que lhes trouxeram várias frutas e lhes deram a beber vinho de maiz — planta que Colombo afirma nesse passo ter levado para Espanha e medrar já em Castela. Notaram que as casas ali eram quadradas, com teto de duas águas, e não redondas como as dos taínos.

Depois de tentar deixar o golfo contornando por ponente a península de Pária e verificar que por ali não tinha saída, uma caravela ligeira que mandou mais adiante achou-lhe a Boca do Dragão, entre a península e a ilha de Trinidad; e por ali saiu, proa a norte. Titubeante como sempre, Colombo abandonou assim a exploração da América do Sul que mal iniciara — como em 1492 deixara a meio a exploração da costa setentrional de Cuba e em 1494 a da meridional. Sabe-se que desenhou um mapa das terras que descobriu e o enviou os Reis, pois nos *Pleitos* <sup>171</sup> Alonso de Hojeda afirma tê-lo visto; mas não chegou até nós. É provavelmente desse mapa que, como afirma no seu *Kitab-ı Bahriye*, Piri Reis possuía cópia, obtida da maneira que dissemos já. Gregory McIntosh sustenta que se trataria de um mapa anterior, subsequente à segunda viagem colombina; mas a história do encontro com mulheres que usavam colares de aljôfar aponta claramente para a terceira, em 1498. A carta turca da América, de 1513 — que como vimos é o pedaço que resta de um planisfério — apresenta, de qualquer modo, traços que apontam para Colombo, nomeadamente a extrema profusão de ilhas ao largo de todo o continente americano, a ausência da ilha de Cuba, que o Almirante jurava a pés juntos ser parte do continente, e a disposição da Espanhola no sentido norte-sul, em vez de leste-oeste, por forma a permitir a sua identificação com o Cipango de Marco Polo, figurado de modo muito semelhante por exemplo no globo de Martim Behaim. Tal como aparece no mapa de Piri Reis a Espanhola sofreu, pois, uma rotação de 90°. Quanto a Cuba, que nem de península toma a forma, apenas alguns topónimos — *Porta Ghande*, “Puerto Grande”, *i. e.* Guantánamo, *Kaw Punta Orofay*, “Cabo y Punta Ornofay” e *Ile Tarsumanye*, talvez “Quersoneso [del Evangelista]” — permitem identificá-la, pois além de ter sofrido idêntica rotação, funde-se inteiramente, sem qualquer solução de continuidade, com a costa do continente vizinho, que corre norte-sul.

Foi em Pária que Colombo arquitetou a sua famosa teoria da Terra piriforme que explicava de uma assentada uma série de fenómenos, que iam da temperança dos ares às variações da agulha magnética, e dos desordenados movimentos da Polar à doçura das águas do golfo, passando pelo estrondo do macaréu do Orinoco e pela igualdade dos dias e das noites, sem esquecer a insubmersibilidade do Paraíso aquando do Dilúvio

---

<sup>171</sup> Anunciada Colón, III, pp. 1223-24.

Universal. É natural que do mar tenha avistado quatro das bocas do Orinoco, o que, a ser assim, mais o terá confirmado em sua crença, pois segundo a Bíblia<sup>172</sup> saem do Paraíso quatro rios: o primeiro é o Físon, “que rodeia toda a terra de Evilat onde nasce ouro, e o ouro daquela terra é ótimo; e aí mesmo se encontra bdélio e pedra-ónix”; no século I Flávio Josefo identificou-o com o Ganges. O segundo é o Geon, “que rodeia toda a terra de Etiópia” e é por conseguinte identificável com o Nilo Azul; e os outros dois o Tigre e o Eufrates.

*Yo siempre leí qu'el mundo, tierra y agua, hera espérico, y que las autoridades y esperiencias que Ptolomeo y todos los otros escribieron d'este sitio davan e amostravan por ello, así por ecreses [= eclipses] de luna y otras demostraciones que azían de oriente hasta oçidente, como de la elevación del polo de setentrion en austro. Agora vi tanta disformidad como ya dixé; y por esto me puse a tentar esto del mundo, y hallé que no hera redondo en la forma que escriven, salvo qu'es de la forma de una pera...*

*Y Ptolomeo y los otros savios que escribieron deste mundo creyeron que hera espéricp, creyendo que este emisperio fuese redondo como aquél de allá, donde ello estavan (...) en el cual emiperio no hago yo que haya mucha dificultad salvo que sea espérico redondo como ellos dizen. Mas estotro digo que sería como la mitad de una pera bien redonda, la cual tubiese el pezón alto como yo dixé, o como una teta de muger en una pelota redonda.*

Redondo seria, portanto, apenas o hemisfério oriental, tendo o ocidental a apontada crescença que o tornava piriforme. O limite entre os dois seria o meridiano que deste lado passa sobre o cabo S. Vicente e do lado de lá passaria pela Catígara e pelos Seres de Ptolomeu, cujo centro seria, como diziam os geógrafos árabes a ilha de Arin, cortada pelo equador, a uma longitude intermédia entre a do Seno Arábico, ou seja, o Mar Vermelho, e o Seno Pérsico.

*Arīn* é um dos nomes que os geógrafos árabes dão à *Qubbat-al-‘ālam* ou *Qubbat-al-‘ard*, “cúpula do mundo, cúpula da terra”, ou seja, o ponto de latitude 0 e longitude 0, sito na interseção do equador com o meridiano escolhido para origem das longitudes; como sabemos, este era para os sequazes de Ptolomeu o meridiano do Ferro (c. 18° W de Greenwich), mas para outros geógrafos, mais influenciados pela cosmografia indiana, o de Ujjain (c. 23° 11' N, 75° 47' E), cidade indiana suposta jazer à mesma longitude da mítica Lañkā, sita sobre o equador (de que tomou nome a Xri Lancá, ou seja, a ilha de Ceilão), a partir da qual se contavam as longitudes. Por erro de copista (confusão entre ر, r, e ز, z) que se perpetuou, passou-se de ازين *Ozayn* (transcrição aproximada de *Ujjayn*, que, uma vez que em árabe as vogais breves se não escrevem, se pode também ler *Azīn*), a ارين *Arīn*<sup>173</sup>. Pedro da Abano, que tem Arin na conta de uma cidade extremamente populosa, tira daí argumento em favor da habitabilidade da zona tórrida.

<sup>172</sup> Gen 2, 10-14. Traduzimos da Vulgata latina.

<sup>173</sup> Ch. Pellat, artº “ḳubba, ḳubbat al-‘ālam, ḳubbat al-‘ard” in *E. I.*, vol V, s. v.

Na mente de Colombo estar-se-ia assim como que num outro mundo, diferente deste em que normalmente vivemos, mais próximo do céu, em que por conseguinte se não verificavam as mesmas leis da física e da cosmografia. Deixando de lado o dia a dia da sua expedição, o Almirante espraia-se em seguida tanto sobre o que várias autoridades disseram do Paraíso como sobre as anomalias que ali observara — algumas das quais, como os desvarios da Polar e das agulhas, os dias todo o ano iguais às noutes e o mar em rampa, a subir para o céu, apenas existiam na sua imaginação. Daí a conclusão de que se achava 3.900 milhas a ocidente do *caos de Ptolomeu*, ou seja, quase setenta graus equinociais. Embora não seja azado localizar o *caos de Ptolomeu*, presumindo que se achasse para lá dos limites da οικουμένη ou terra habitada, conclui-se que Colombo se julgava pelo menos 70° a oeste do meridiano do Ferro, ou seja, à longitude da costa pacífica do Equador ou do centro do Panamá.

O descobridor alega confusamente a este propósito a autoridade dalguns antigos escritores que afirmavam haver partes da Terra mais próximas do céu do que outras. Havia, por outro lado, os que diziam ficar o mar mais acima do que a terra; alguns louvavam-se num verso de Virgílio, em que põe na boca de Eneias: *bis denis Phrygium conscendi navibus æquor*, à letra, “com vinte navios montei ao mar da Frígia”, que se pode interpretar como equivalente a *conscendi viginti naves ut Phrygium æquor navigarem*, “montei em vinte navios para navegar o mar da Frígia”<sup>174</sup>; segundo esta interpretação está, de facto, aí implícita uma ideia de *ascensão*, embora tão somente do cais para bordo dos navios, já que *conscendo* se traduz em geral por “subir para um veículo”, “montar (a cavalo)” ou “embarcar”.

A concêção do mar como *mais alto* do que a terra, nem sempre expressa de forma perfeitamente clara, vem da ideia, corretíssima, de que os quatro elementos, terra, água, ar e fogo, se distribuíam neste mundo por densidades, ficando a terra, mais pesada, no fundo e o fogo, de que eram feitos os astros, mais leve, ao cimo. O nível médio da litosfera, ou seja, a distância média da crosta terrestre ao centro da Terra é, de facto, menor do que o da hidrosfera, ou seja, do que a distância média da massa das águas do mar ao centro do Globo, pois, como toda a gente sabe, no fundo do mar há terra; se em relação aos continentes o mar fica mais abaixo, como é óbvio para qualquer pessoa que o observe do alto de uma arriba, é porque as águas se alojaram nas concavidades da crosta. Numa extensa legenda do seu mapa-múndi<sup>175</sup> Fra Mauro expressava bem esta

<sup>174</sup> *Eneida*, I, 381. Assim o interpreta v. g. o P<sup>o</sup> Arlindo Ribeiro da Cunha in *Publii Vergilii Maronis Æneis*, edição profusamente anotada de harmonia com os programas liceais (terceiro ciclo) pelo..., Liv<sup>o</sup> Cruz, Braga, 1938, p. 65.

<sup>175</sup> Legenda do canto superior direito, *ed. cit.*, pp. 726-729.

concepção, ajuntando-lhe considerandos sobre a diferença de densidade entre os vários elementos que constituem a crosta terrestre que de momento nos interessam menos:

... o Governador e sumo Deus, com admirável providência, assim o ordenou: porque se toda a superfície da terra fosse igualmente distante do centro, ou meio do mundo, a água por toda a parte a circundaria, e cobriria igualmente toda a terra, não tendo esse elemento tanta densidade quanto a que se encontra na parte da terra, a qual água sendo igualmente grave e assim igualmente remota do dito centro quanto a parte superior, isto é a superfície, e por consequência cobrindo uma parte da terra, a cobriria toda, a qual coisa seria em detrimento da vida dos animais terrestres, os quais sobre a água se não podem sustentar por sua gravidade, nem sob a água podem viver por respiração e inspiração do ar (...). Mas sendo a terra elevada mais numa que noutra parte, a água que por natural apetite circunda igualmente o meio do mundo, se segue que a parte da terra deprimida, e mais propínqua ao dito centro, de tal água seja coberta, não podendo porém essa água cobrir de todo a terra, isto é, a parte elevada dela, que por divino designio é disposta para conservação da vida dos sobreditos animais, como dito é. Maravilhosa cousa para a mente humana...

Alguns dos autores da época invocam como prova de que por baixo do mar há terra o que se passou quando os israelitas passaram a pé enxuto o Mar Vermelho, mas a prova é supérflua, pois o facto é evidente para qualquer pessoa que se desloque à praia.

Como notou W. G. Randles — que dedicou à revolução epistemológica provocada pelos descobrimentos portugueses um interessante estudo<sup>176</sup>, baseado em ampla documentação, muita dela mal conhecida — houve, contudo, quem contra toda a evidência, tomasse à letra aquela afirmação e insinuasse que era *milagrosamente* que o mar se deixava conter nos seus limites sem recobrir a terra. É a opinião para que parece inclinar-se o cosmógrafo sevilhano Jerónimo de Chaves (1523-74)<sup>177</sup>, no seu *Tratado de la Esfera*, publicado em Sevilha em 1545, em que afirma que a terra-firme parece não estar no seu lugar natural, erguendo-se, por vontade de Deus, mais alto do que as águas, que a deveriam envolver inteiramente, como de começo faziam — de onde a opinião de alguns doutores que afirmavam que, aquando do juízo final, regressariam à posição original e recobririam as terras. Esta afirmação pode interpretar-se no sentido da eliminação final das irregularidades da crosta, em cujas anfractuosidades se aloja o mar, que assim cobriria inteiramente a Terra, conferindo-lhe então uma forma perfeitamente esférica.

Interpretam alguns autores o facto de as águas não recobrirem inteiramente as terras como um *milagre permanente* — se é que tal noção não constitui uma *contradictio in*

<sup>176</sup> W. G. Randles, *De la terre plate au globe terrestre: une mutation épistémologique rapide, 1480-1520*, Armand Colin, Paris, 1980.

<sup>177</sup> Vide Nicolás Antonio, *BHN*, s. v. “Hieronymus de Chaves”.

*terminis*, uma vez que “milagre” é, segundo a definição de S. Tomás de Aquino <sup>178</sup>, o que Deus obra *praeter ordinem totius naturae creatae*, “fora” ou “para além” da “ordem de toda a natureza criada”. Seja como for, é contra essa concção — com que jamais topámos exatamente em textos da época, mas que alguns sem dúvida perfilhariam — que se insurge o nosso Pedro Margalho (c. 1474-1556) no seu compêndio de física (*Physices compendium*), publicado em Salamanca em 1520 <sup>179</sup> ao escrever:

A razão física conclui que a terra é mais alta do que o oceano, não nas suas montanhas mas também nas ilhas. A isso se junta a presunção teológica de que se não deve invocar o milagre onde por razão natural se possa resolver a dúvida. Com efeito, se o mar fosse mais alto que a terra, teria de ser perpétuamente retido pela violência e isso não seria a ordem natural dos elementos, pois os filósofos opinam que nenhuma violência pode ser perpétua e que um dilúvio universal seria então possível por causas naturais. Não invoquemos, pois, contra os pressupostos da teologia, milagres supérfluos, e reconheçamos que a terra é fisicamente mais alta do que o oceano de que é cingida, tal como qualquer ilha, o que conclui também a experiência: com efeito todos os rios descem para o mar vizinho, o que não sucederia se este fosse mais alto.

No mesmo sentido vai o cardeal Gaspar Contarini, que no seu *De elementis*, publicado em Paris em 1548 <sup>180</sup>, convicto de que é impossível que uma violência seja eterna, aduz em favor da inferioridade do nível dos oceanos em relação ao das terras o mesmo argumento, tão simples como evidente: todos os rios correm para o mar, e a água corre sempre para baixo...

Para os físicos o problema era harmonizar os dados da experiência e da ciência com a cosmogonia da Bíblia, que a Baixa Idade Média ocidental tendia a tomar à letra, afastando-se decididamente da interpretação alegórica praticada outrora, na esteira de Orígenes, por doutores como S. Ambrósio e S. Agostinho. Na esteira de Orígenes notava S. Agostinho que o relato dos “sete dias da criação” se não pode tomar à letra, pois se o Sol apenas foi criado ao terceiro dia, como é que nos dois precedentes “houve tarde e manhã”? Para um pensamento mais ou menos enformado de platonismo, doutrina para a qual as cousas valem mais pelo que significam do que pelo que são, o problema não se punha de forma aguda; mas quando, a partir do século XIII, a filosofia de Aristóteles, para quem as coisas são o que são, começou a predominar no Ocidente e a invadir a teologia católica, a conciliação do relato bíblico com os dados da experiência e da ciência tornou-se bem mais difícil.

Como em muitas outras cosmogonias, na do Génesis tudo se originou das águas <sup>181</sup>: “no princípio criou Deus o céu e a terra; a terra porém era informe e vazia, as trevas cobriam a face do abismo e o

<sup>178</sup> *SummaTheologica*, I, q. 110, artº 4; cf. Gregor Reisch, *Margarita Philosophica cū additionibus nouis*, Basileia, 1508, livº VIII, cap. xx “De miraculis”.

<sup>179</sup> Petrus Margallus, *Physices Compendium*, Salamanca, 1520, fl iii r.

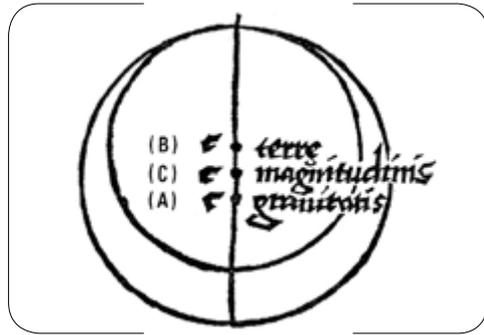
<sup>180</sup> Gasparis Contareni Cardinalis Amplissima Philosophi sua ætate præstantissimi *De Elementis & eorum mixtionibus libri quinque, cum indice copiosiss[imo] nunc primum in lucem æditi (...)*, per Nicolaum Diuitem (...), Paris, 1548, livº II, fl 30 v & sqq.

<sup>181</sup> Cf. Mircea Eliade, *Traité d'histoire des religions*, préface de Georges Dumézil, nouvelle édition entièrement revue et corrigée, Payot, Paris, 1964, capº V, pp. 165 & sqq; Jean Chevalier & Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos — Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, trad. do francês de Cristina Rodríguez e Arut Guerra, Teorema, Lisboa, 1994, , s. v. “água”.

Espírito do Senhor pairava sobre as águas”<sup>182</sup>. A terra seca só aparece no terceiro dia da criação: “E disse Deus: juntem-se as águas que há debaixo do céu num só lugar, e apareça a terra seca”<sup>183</sup>.

A dificuldade jazia em conciliar a irregular repartição de mares, ilhas e continentes com a esfericidade da Terra, evidente a partir da redondeza da sombra que, aquando dos eclipses lunares, projetava sobre a Lua. A solução mais simples era recorrer a uma noção muito geral na Idade Média: a da imperfeição das coisas no *mundo sub-lunar*. Segundo essa teoria, que remonta a Aristóteles, os vários corpos celestes revestem tendencialmente a forma esférica, que no entanto só o é perfeitamente para lá da órbita da Lua. Abaixo dela reinam as *imperfeições*. É por isso que a forma da Terra que, como qualquer um pode observar, não é lisa, mas erichada de montes e entrecortada de vales, não é senão *grosso modo* esférica. Ora foi isso o que permitiu ao oceano alojar-se nas anfractuosidades da crosta, que só não cobre completamente porque lhe falta volume para tanto; por isso, sem embargo de serem mais leves do que a terra, *as águas todas jazem metidas dentro na concavidade da terra*, para nos servirmos da expressão de Duarte Pacheco Pereira<sup>184</sup>. Em abono dessa interpretação alegavam alguns um outro versículo bíblico: na versão da Vulgata, *congregans sicut in utre aquas maris, ponens in thesauris abyssos*, que se pode traduzir: “juntando como num odre as águas do mar, pondo os abismos nos seus esconderijos”<sup>185</sup>.

Alguns, todavia, admitiam que o nível médio dos oceanos fosse mais elevado do que o dos continentes, que só não invadiriam devido à presença de montanhas que



As esferas da terra e das águas

Gravura de Gregor Reisch, *Margarita Philosophica*,  
Estrasburgo, 1504, livº VII, tratº I, capº xlii  
Reproduzida de W. G. L. Randles, *op. cit.*, p. 42

O esquema representa a concção exposta por Jean Buridan (c. 1300-1358) e retomada em seguida por diversos outros autores — entre os quais o cardeal Pierre d’Ailly, tão caro a Colombo — segundo a qual, devido à diferença da densidade entre a terra e a água, o centro geométrico da esfera da terra (B), representada pela circunferência interior, não coincide com o seu centro de gravidade (A), de modo que o verdadeiro centro geométrico do mundo é o ponto C, que coincide com o centro de gravidade da esfera das águas. O esquema é mais simples e mais claro que o que ilustrava as *Postillae Nicolai de Lyra supra totam Bibliam cum additionibus*, de Paulo de Burgos (c. 1350-1435), impressas em Nuremberga em 1481, pois este pretendia representar num só esquema ao mesmo tempo a posição relativa das terras e das águas antes e depois do terceiro dia da criação, em que Deus congregou num só lugar os mares. Qualquer dos esquemas dava conta da emersão da terra habitável quando era ainda concebida como uma espécie de Pangeia compacta, rodeada por todos os lados pela Pantalassa; mas dificilmente explicaria a existência do Novo Mundo, nitidamente separado do Velho. Esta concção foi criticada por Pedro Margalho com um argumento tirado da experiência proporcionada pelos descobrimentos portugueses, que demonstraram estarem terra e mar imbricados um na outra, já que os “nautas do rei da Lusitânia” acharam que tanto mede um grau em terra como no mar<sup>186</sup>.

<sup>182</sup> Gen 1, 1-2.

<sup>183</sup> Gen 1, 9. Veja-se a discussão deste ponto em S. Tomás, *Summa Theologica*, I, q. 69, “Da obra do terceiro dia”.

<sup>184</sup> *Esmeraldo de Situ Orbis*, I, ii.

<sup>185</sup> SIm 32 (33), 7.

<sup>186</sup> *op. cit.*, fl vii.

conteriam as águas — o que não é absolutamente falso, mas apenas se observa em raros lugares, como o vale do Jordão e do Mar Morto, a depressão de Turfan no Turquestão Chinês e a de Afar ou Dancália, no Corno de África.

A teoria mais engenhosa é a que foi desenvolvida no século XIV, a partir de Jean Buridan (1292-1363), pelos físicos da Escola de Paris, que se baseavam na diferença de densidade não só entre a terra e a água, mas também entre os diferentes elementos que constituíam a crosta ou crosta terrestre, o que implicava que o centro de gravidade da esfera terrestre não coincidisse com o seu centro geométrico. Sem abandonarem a clássica teoria dos quatro elementos, mas antecipando a moderna distinção entre SIMA, ou crosta oceânica, formada essencialmente de silicatos de magnésio (de onde o seu nome críptico), e SIAL, ou crosta continental, à base de silicatos de alumínio, ensinavam alguns dos mestres da escola parisiense que o fundo dos oceanos, constituído, por assim dizer, pelo elemento “terra” no seu estado puro, era de facto cerca de dez vezes mais denso do que a água; no entanto, devido à erosão das águas e dos ventos, a terra-firme continha muitas cavidades cheias de ar ou de água, pelo que a sua densidade era muito menor. Não cabe aqui entrar em pormenores, que o leitor curioso achará facilmente na citada obra de W. G. L. Randles.

Tem Randles toda a razão ao afirmar que os descobrimentos, além de *verificarem experimentalmente* a redondeza da Terra, afirmada já por Pitágoras, por Ptolmeu, e por um ror de escritores medievais, passando por João de Sacrobosco e por S. Tomás de Aquino, afastaram definitivamente ideias como a da terra plana (que não sabemos se nesta época teria ainda cultores), a da existência da *Antichthon*, simétrica da οικουμένη no hemisfério sul, mas dela separada por um intransponível trato de oceano, a da impossibilidade dos antípodas, a da inabitabilidade da zona tórrida, etc.

Numa carta a Rudolfo Agrícola (1490-1521) publicada em 1515, o cosmógrafo suíço Joachim von Watt (1484-1551), mais conhecido por Vadianus, latinização do seu nome, compara a Terra a um grande torrão emergindo do vasto oceano, em parte emersa, em parte oculta (*partim latet, partim eminet*), de tal modo que com as águas “constitui uma única redondeza”. Foi a essa redondeza única que a partir do século XVII se começou a chamar o *globo terráqueo*, ou seja “formado de terra e água”<sup>187</sup>.

Embora coexistissem na época diversas concêções cosmológicas, nenhum delas, como seria de prever, admitia que a superfície dos mares não fosse horizontal. O Paraíso podia consistir numa montanha altíssima, mais próxima do céu do que qualquer outra parte do Globo, rodeada ou não pelo Oceano; mas a ideia de que o mar em torno dele fosse a subir ou a descer não parece ter passado pela cabeça de ninguém antes do nosso genovês.

Sempre pronto a desculpar Colombo, Las Casas<sup>188</sup>, ao transcrever os passos do seu *Diário* em que aquele explica porque se convencera de que na região de Pária se situava o Paraíso Terrestre, comenta, sem contudo deixar de aproveitar o ensejo para, uma vez mais, puxar a brasa à sardinha dos índios:

*Cuanto a sospechar que podía ser que el Paraíso Terrenal estuviera en parte de aquella región, tampoco el Almirante opinava fuera de la razón, supuestas las novedades y mudanzas que se le ofrecían, mayormente la templanza y suavidad de los aires y la frescura, verdura y lindeza de*

<sup>187</sup> Randles, *op. cit.*, p. 45.

<sup>188</sup> *HI*, I, cxli.

*las arboledas, la dispusición graciosa y alegre de las tierras, que cada pedazo y parte dellas parece un paraíso, la muchedumbre y grandeza impetuosa de tanta agua dulce, cosa tan nueva, la mansedumbre y bondad, simplicidad, liberalidad, humana y afable conversación, blancura y compostura de de la gente...*

Transcreve em seguida o que escrevera Colombo, concluindo a citação com um breve comentário: *todas estas son palabras del Almirante, con su humilde y falto de propiedad de vocablos, estilo, como quien en Castilla no había nacido* {107}. E alega em seguida uma série de passos escriturísticos e citações de antigos autores em que ele poderia estribar a sua ingênua opinião. Curiosamente, não deixa de explicar que a ideia de que o Paraíso era um ponto mais elevado à superfície da Terra — que atingiria a terceira região da atmosfera, sempre serena, que sobrepuja *todas las pasiones y turbulencias del aire* — não era absurda, pois aplicava-se também, segundo os Antigos, ao monte Olimpo na Grécia (2.917 m), pelo que situavam nele a morada dos deuses; poder-se-ia contudo aplicar também ao monte Athos na Macedónia (2.033 m), ao pico de Teide em Tenerife (3.717 m) e ao nosso Pico dos Açores (2.351 m), que também eles perfuram as nuvens, pairando acima das altitudes a que se origina a chuva. Como pessoa cultivada que era, reputa, contudo inaceitável a comparação da Terra a uma pera. Deixaremos de lado o resto dos seus considerandos que nos não interessam especialmente aqui <sup>189</sup>.

Quanto a Pedro Mártir, que deve ter ouvido a mesma história da boca de Colombo, reproduz-la quase nos mesmos termos, apenas guardando as distâncias devidas mediante um *asseverat praefectus*... : “assevera o Almirante sempre ter subido das calmarias e ardores pelo mar acima, como por um alto monte em direção ao céu...”

Para Colombo, a teoria do *mamilo de Pária*, além de lhe satisfazer as ânsias místico-míticas proporcionava-lhe uma explicação fácil quer para o ímpeto da corrente do



**Subindo pelo mar acima, em direção ao Paraíso que emerge ao longe...**

Gravura da *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt*, “Cópia das novas notícias da terra do Brasil”, opúsculo impresso em Augsburg c. 1514.

Embora o texto se refira ao Brasil, a gravura inspira-se visivelmente no relato da terceira expedição colombina, que o anônimo editor do folheto pode ter conhecido através do texto de Pedro Mártir de Angléria, editado em 1511.

<sup>189</sup> *Ibidem*, cap. clxii-cxlv.

Orinoco, que se precipitaria das alturas do Paraíso para este baixo mundo, quer para a doçura das águas do mar fronteiro e para a amenidade do clima da região, próprias de uma região paradisíaca, mais vizinha do céu. E quanto aos desencontros das suas observações astronómicas, era menos humilhante para a sua auto-estima imputá-los ao sobrenatural que reconhecer a sua própria imperícia...

Deve ter sido por isso que se contentou com a sua teoria e se não preocupou mais com a continentalidade ou insularidade da Tierra de Gracia, acabando por deixar o problema em aberto. Seja como for, as dúvidas de Colombo quanto à continentalidade da costa venezuelana que acabara de descobrir parecem mostrar cabalmente que quando nos seus escritos menciona a *tierra firma de acá* não é ao litoral sul-americano que se refere, mas consoante o lugar de onde escreve, à Europa ou a Cuba. Isso inválida que em finais de 1493 ali tenha enviado uma expedição, que teria percorrido 330 léguas de costa, como refere López de Gómara <sup>190</sup>, pois nesse caso não lhe restariam dúvidas àcerca do seu carácter de terra firme. O cronista mistura aparentemente o relato da terceira viagem colombina com o da segunda, em que explorara de facto trezentas e tal léguas da costa cubana, que tomou ou fingiu tomar por terra firme.

Colombo rebatizou de “Golfo das Pérolas” <sup>191</sup> o golfo que dias antes chamara chamara “da Baleia”, pois foi ali que pela primeira vez topou com margaritas. Não é totalmente impossível que, como disse o acusou Francisco Roldán, tenha tentado manter certo segredo sobre o seu achado. Todavia é na versão mais longa da *Relação*, transcrita por Las Casas e conhecida desde há muito, que aparecem as mais abundantes referências a pérolas, incluindo uma discussão da afirmação de Plínio em como se originavam nas ostras, em águas calmas, devido ao rocío da noite, o que lhe pareceu confirmado pelo intenso cacimbo que na região caía <sup>192</sup>; e é da mesma versão que consta, embora tão somente de passagem, a notícia do achamento da ilha Margarita. Como o texto não explica a origem do topónimo, fica-se sem saber ao certo se Colombo a batizou assim em honra de D. Margarida de Áustria, esposa do príncipe D. João, se devido aos rumores que escutara de que naquelas paragens se criavam pérolas <sup>193</sup>; a não ser que, como pretende D. Hernando <sup>194</sup> a tenha nomeado assim por inspiração divina, a prenunciar que na vizinha Cubágua — que Colombo por então escorreu — se havia de encontrar a basta cópia delas que um pouco mais tarde aí se achou...

---

<sup>190</sup> *ed. cit.*, p. 170.

<sup>191</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 379.

<sup>192</sup> *ibidem*, p. 398; Las Casas, *HI*, I cxxxv.

<sup>193</sup> *ibidem*, p. 402.

<sup>194</sup> *HA*, cap. lxxiii (lxxii).

Embora mais sucinta, a primeira versão da *Relação*, achada em Tarragona, regista o encontro — que Oviedo refere também e a que aludem igualmente tanto Trevisan como uma legenda do mapa de Piri Reis — com mulheres que traziam ao peito colares de aljófar e acenavam ao Almirante que era mais a ocidente que aquele se pescava <sup>195</sup>. Sabe-se, por outro lado, que Colombo, se bem que não de imediato, enviou aos Reis amostras de pérolas <sup>196</sup>, pelo que a acusação de Roldán se nos afigura cavilosa: senão pura calúnia, pelo menos notório exagero. Seja como for o Almirante acusou o toque, pois na sua conhecida carta a D. Juana de la Torre, ama do malogrado príncipe D. João <sup>197</sup>, dá-se ao trabalho de explicar que encomendara aos nativos que lhe haviam mostrado as pérolas que as pescassem, que ele as levaria quando ali tornasse, contando carregar então uma fanega, ou seja, quatro alqueires delas.

Três anos mais tarde arranjava Colombo ainda um pretexto para explicar aos Reis que as pérolas pouco valiam em comparação com o ouro: *Ginobeses y beneçianos y toda la gente que tenga perlas, piedras preçiosas y otras cosas de valor; todos las llevan hasta en cabo del mundo para las trocar y convertir en oro* <sup>198</sup>. Passados eram já oito anos desde que Colombo firmara com os Reis as Capitulações de Santa Fé, pelo que nos não admira que tivesse entretanto esquecido o seu exato teor; na realidade a terceira das suas cláusulas estatuiu exatamente “que de todas e quaisquer mercadorias, como sejam pérolas, pedras preciosas, ouro, prata, especiaria e outras quaisquer cousas, mercadorias de qualquer espécie, nome e maneira que sejam que se comprarem, trocarem, acharem, ganharem ou houverem dentro dos limites do dito almirantado (...) o dito D. Cristóvão Colombo (...) haja e leve para si a décima parte”. As pérolas encabeçam, portanto, ali a lista das coisas a trazer das Índias e não a levar para lá, para se trocarem por ouro!

As amostras de pérolas foram certamente trazidas para a Península pelas cinco caravelas (de onde provirá quiçá todo o *imbroglio* das cinco caravelas de Trevisan e de Manzano) que Colombo despachou de Santo Domingo a 18.X.1498 <sup>199</sup>, que devem ter trazido também o seu relatório aos Reis, onde em ambas as versões alude às pérolas com que deparara coisa de dois meses antes. Se segredo guardou foi, portanto, apenas durante duas luas.

---

<sup>195</sup> *ibidem*, p. 397.

<sup>196</sup> Oviedo, *HGNI*, XIX, i.

<sup>197</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlviii, p. 431.

<sup>198</sup> *Relación del Cuarto Viaje, Ibidem*, doc. lxxiv, p. 497.

<sup>199</sup> *HA*, cap. lxxix (lxxviii).

É verdade que na sua expedição do ano imediato Hojeda dispôs de um mapa da região de Pária desenhado por Colombo, que o bispo Fonseca lhe facultou; infelizmente, porém, não se conserva, de modo que se não pode tirar daí argumento para decidir ao certo quantas léguas da costa do continente ele percorreria. Que este tenha então, como pretendem Oviedo e Gómara, costeado todo o litoral venezuelano até ao Cabo da Vela parece-nos absolutamente de excluir: as 330 léguas de percurso, à velocidade média da viagem descobridora, demorariam dez a doze dias a cobrir, e, lógicamente, pelo menos outros tantos o regresso, contra as correntes. Ora ambas as versões da *Relação da Terceira Viagem* concordam em que foi a 15 de Agosto que o Almirante levantou âncoras, rumo à Espanhola, vindo a atingir no dia 19 a ilha a que chamou Madame Beata, ao largo da Espanhola, e a desembarcar em Santo Domingo, para onde seu irmão havia transferido a capital, em finais do mês. A razão principal da sua pressa deve ter sido a escassez de alimentos, a que no seu *Diário* Colombo alude tantas vezes que Las Casas, enfadado, as não transcreveu na sua *Historia*. Os bastimentos que trazia para os seus três navios eram insuficientes, pois não ousara dizer em Castela *que venía con propósito de descubrir, por que no le pusiesen algún estorbo (...), e andaba la gente muy cansada*. Além disso trazia navios grandes, impróprios para explorar águas desconhecidas; receava certamente que lhe adergasse de novo o que no Natal de 1492 sucedera à *Santa María*. Para mais, desde a travessia do Atlântico que, como vimos, o afligia a gota; e após a sua chegada às Índias as noites sem dormir para manejar o leme agravaram-lhe a enfermidade, a que se veio juntar, como em 1495, a inflamação dos olhos, que pareciam injetados de sangue. Conquanto nem ele o confesse nas suas cartas-relatórios nem Las Casas ou D. Hernando o mencionem, devia a tudo isso adicionar-se a sua preocupação com o que se passava na Espanhola, onde Francisco Roldán se rebelara contra o *adelantado*, do que teria provavelmente ouvido já qualquer zum-zum.

Como o próprio Colombo confessa na primeira versão da *Relação* — que a transmitida por Las Casas confirma inteiramente — na impossibilidade de continuar pessoalmente o descobrimento iniciado formou desde logo o propósito de despachar, em chegando à Espanhola, seu irmão Bartolomeu, *con tres navíos bien ataviados para ello, a ver más adelante y descubrir todo lo que pudiere* naquelas partes.

Sabemos que, a braços com a rebelião de Francisco Roldán, D. Bartolomeu Colombo não pôde assumir o comando da expedição, e que, por exigência de Roldán, como preço da sua submissão, duas das caravelas que restavam na Espanhola lhe foram cedidas. Não nos parece, portanto, provável que a única caravela que sobrou após o envio a Espanha das outras cinco tenha empreendido a expedição de que fala Trevisan; teria então partido da Espanhola a 28.IX.[1498] e regressado a 14.XI.[1498],

como, sem indicar o ano, afirma o veneziano. Contudo, nem D. Hernando nem Las Casas se lhe referem; parece, por conseguinte, que Oviedo, e na sua peugada Gómara, se tenham equivocado e fundido com a viagem de Colombo a exploração feita um ano mais tarde por Hojeda, que Oviedo apenas refere fugazmente e Gómara nem sequer menciona, atribuindo assim ao Almirante o descobrimento de todo o litoral venezuelano até o Cabo da Vela.

O que nos parece absolutamente seguro é que a viagem de descobrimento comandada pessoalmente pelo Almirante terminara no meio de Agosto, com o avistamento da Margarita, de onde a pequena frota rumou em direitura à Espanhola<sup>200</sup>. Com a sua extraordinária intuição náutica, o Almirante meteu então a proa na direção certa: noroeste e quarta do norte. Apanhando os alíseos de través e beneficiando da corrente das Caraíbas, conseguiu assim cobrir em cerca de seis dias as 680 milhas marítimas que separam a Trinidad da ilha Beata, adjacente à Espanhola; ou seja: fez uma média de c. 113 milhas por dia, o que corresponde a uma velocidade média de c. 5,12 nós. Fiel à sua teoria do *mamilo de Pária*, concluiu daí o Almirante que andou lesto porque o caminho era a descer...<sup>201</sup>

A terceira viagem de Colombo é assim de todas quatro a mais curta, pois descontadas os largos dias passados entre céu e mar, apenas explorou terras ignotas durante duas semanas; mas é historicamente importante, pois é a ela que corresponde o início da exploração do continente sul-americano — ainda que o descobridor, teimosamente preso à ideia de que andava pelas franjas da Ásia ou pelo Paraíso Terrestre, não tenha formado do seu descobrimento uma ideia clara.

De qualquer modo, a volta rápida e certa da costa venezuelana à Espanhola constitui quiçá a mais notável proeza náutica do nosso Almirante. Se em matéria de astronomia ele era, como temos vindo a notar, uma perfeita nulidade, no que toca à navegação por rumo e estima era exímio mestre: conforme confidenciou a Angléria, estimava a distância da Margarita à Espanhola em 882 milhas, ou seja, 220 ½ léguas, o que à medida da légua castelhana corresponde a 923,895 km. Ora ensinam-nos os modernos livros de navegação que Port of Spain, a atual capital da Trinidad, praticamente defronte da Margarita, dista de Santo Domingo 681 milhas marítimas, o que equivale a 1.261 km, pelo que o erro em que lavra Colombo é assim de apenas 17 % por defeito; fazendo, contudo, as contas a milhas romanas, seria somente de 4 %.

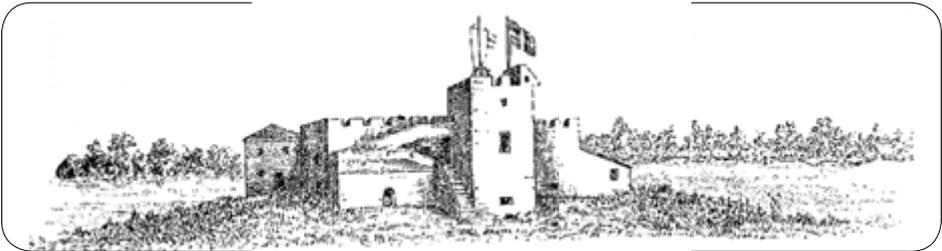
---

<sup>200</sup> Cf. os depoimentos de Manuel de Valdovinos, Diego Pentón, García Hernández, Cristóbal García, Pedro Medel, Diego Hernández Colmenero e AriasPérez nos *Pleitos Colombinos*, Anunciada Colón, pp. 2600-2602.

<sup>201</sup> *Relación del Tercer Viaje*, 1ª versão, Varela Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 381.

## A braços com Roldán

Embora nos não convenha perder de vista o Almirante, impõe-se que, enquanto ele não regressa à Espanhola, atentemos um pouco no que entretanto se passava aí. Do governo na sua ausência ficara, como vimos, encarregado seu irmão, o *adelantado* D. Bartolomeu. Foi ele quem procedeu à mudança da capital para o novo local, escolhido de acordo entre ambos, que era na costa sul da ilha, na margem esquerda do rio Ozama, junto à sua foz. Foi, como veremos, o governador Ovando (1502-1509) quem mais tarde a transferiu para a banda oposta. Obtido o acordo dos Reis para a mudança, o vice-rei escrevera de Cádiz a seu irmão, autorizando-o a pôr em marcha a operação. Dali era mais fácil o acesso às minas, a Cuba e à Jamaica, e o porto, à sombra da ilha, não era batido todo o ano pelos aliseos como o era o da Isabela. A inauguração oficial de Santo Domingo veio a ter lugar a 5.VIII.1498, apenas umas três semanas, portanto, antes do regresso de D. Cristóvão à ilha. Embora tenha rumado diretamente das Canárias à Espanhola o primo João António, que não possuía nem a experiência nem a intuição náutica do Almirante, acabou por chegar ainda depois dele e a aterrar no extremo ocidental da ilha, escorrendo a nova capital.



**O castelo de Santo Domingo**

Gravura de *Cristóbal Colón - Historia del Descubrimiento de América*, por Francisco Serrato, Madrid, 1893.  
Sobre a torre flutua aparentemente a bandeira de Génova!

Como vimos já, a frota de abastecimentos comandada por Pero Alonso Niño que D. Cristóvão achara de partida em Cádiz em 1496 chegara à ilha em princípios de Julho, e regressara a breve trecho a Espanha com um carregamento de 300 índios, que D. Bartolomeu despachava como escravos, a pretexto de serem súbditos de um cacique que matara alguns cristãos <sup>202</sup>. Assim começou D. Bartolomeu o seu governo efetivo.

<sup>202</sup> Las Casas, *HI*, I, cxiii & sqq.

Dirigiu-se em seguida com cerca de cem homens para Xaraguá, onde reinava o cacique Behechío e onde se refugiara Anacaona, viuva de Conaobó. Las Casas dá pormenorizada conta, que Herrera resume, das grandes festas e recebimentos que ao *adelantado* foram então feitos <sup>203</sup>. O intuito deste era exigir-lhes o pagamento de um tributo em ouro, mas os nativos significaram-lhe que não o havia na região; acordou então em que o pagassem em algodão e mandioca.

Daí dirigiu-se à Isabela, onde eram mortos 300 dos homens que aí haviam ficado, pois a fome e suas seqüelas continuavam a grassar na ilha; eram muitos os doentes e não havia mantimentos em bastante. Reinava por isso entre colonos e soldados uma agitação latente. O adelantado decidiu então distribuir alguns pelas várias fortalezas espanholas que se haviam erguido pela ilha, e distribuir os demais pelas aldeias dos índios para que os sustentassem. Foi essa uma das causas da hostilidade mal contida com que desde logo deparou da parte da população nativa, já apremada de tributos e dizimada pela escassez de vitualhas. Foi nessas circunstâncias que instaram com Guarionex para que assumisse o comando da revolta.

O cacique hesitou demoradamente, pois conhecia já o poderio militar dos espanhóis, o poder dos seus cavalos e a potência das suas armas de fogo, e temia sofrer a mesma desdita que Caonaobó; mas acuado ante a ameaça de escolherem outro caudilho acabou por aceitar. Os espanhóis dos fortes de Bonao e La Concepción pressentiram o movimento e avisaram dele D. Bartolomeu. Chegado este a La Concepción deu com cerca de quinze mil índios em pé de guerra. Sabendo que os nativos apenas se batiam durante o dia, decidiu atacá-los à meia-noite o que surtiu efeito: matou muitos e conseguiu prender Guarionex. Acabou contudo por soltá-lo, a rogo instantâneo de todas as populações, que não quis hostilizar, sem dúvida convencido de que lhes aproveitara suficientemente a lição, tanto mais que mandara enforcar três dos seus acólitos. E como lhe veio então recado de Xaraguá em como os tributos exigidos estavam prontos para a cobrança, para lá se dirigiu a recebê-los; e ordenou que da Isabela viesse uma das caravelas a carregá-los no Rincón, a duas léguas apenas da residência de cacique.

Foi nesse momento que teve lugar o passeio de barco para que o *adelantado* convidou o cacique e a cacica sua mana, a que aludimos já.

Foi durante a ausência de D. Bartolomeu em Xaraguá que o alcaide-mor Francisco Roldán, antigo criado do Almirante, se sublevou na Isabela <sup>204</sup>. A causa

<sup>203</sup> *Ibidem*, capº cxiv; Herrera, I, iii, 5.

<sup>204</sup> *HA*, cap. lxxiv & sqq.

próxima foi a chegada da caravela vinda do extremo oeste carregada de pão caçabi e de algodão. Temendo que alguns espanhóis, entre os quais, como vimos, lavrava também o descontentamento, *ad instar* do que anos antes haviam feito Margarit e Fr. Buil, a furtassem e fugissem para Espanha, o *adelantado* dera ordens para que a varassem na praia.

O alcaide-mor mandou então lavrar um auto, que muitos soldados assinaram, em como era o bem comum que exigia que a caravela permanecesse na água. Para

ganhar tempo, D. Diego, que permanecia na vila, enviou Roldán a La Concepción onde reinava o desassossego; mas logo que regressou arrombou as portas da alfândega ou almazém onde se guardavam os mantimentos, apoderou-se deles, e distribuiu as armas aos seus homens; e o mesmo fez às vacas, éguas e potros do fato real. Para que a sua revolta fosse coroada de sucesso, indispensável era a Roldán ter paz com os nativos. Mandou por isso apregoar pelas aldeias que era injustamente que os haviam assoberbado de tributos e lhes ia aliviar a carga; e assentou arraiais nas imediações de La Concepción, com desígnios de ocupar a fortaleza logo que se lhe proporcionasse ocasião.



**Batalha do adelantado D. Bartolomeu com os índios**

Gravura do frontispício da *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra firme del Mar Océano*, de Antonio de Herrera y Tordesillas, edição de Madrid, 1730. “*Los yndios procuran derribar y quemar la Cruz de la Vega y el Adelantado pelea con ellos y los vince*”

Por detrás da cruz, sobre os montes, vê-se no céu uma pequena imagem da Virgem com o Menino, dando apoio moral aos combatentes.

apenas simbolicamente que o governador interino o demitiu das suas funções de alcaide-mor e nomeou outro para o substituir. O próprio Roldán narra, claro está que do seu ponto de vista, todos estes factos, bem como os subseqüentes, ao arcebispo de Toledo — D. Francisco Jiménez de Cisneros, que exerceu funções de 1495 a 1517 e foi por duas vezes (1506-07 e 1516-17) regente de Castela — em carta que

lhe escreveu de Santo Domingo a 10.X.1498<sup>205</sup>; insiste muito no perigo em que os índios punham as fortalezas de Suas Altezas e no que fez para as defender, bem como na fome que grassava na ilha e na sífilis que acometera bem um terço dos espanhóis.

Nestes entretimentos, a 3.II.1498, chegaram à Isabela as três caravelas que de Espanha D. Cristóvão conseguira enviar com mantimentos à ilha, como acima vimos; e nelas vinha o alguacil-mor Pedro Hernández Coronel, que fora e viera à metrópole. D. Bartolomeu enviou-o até junto de Roldán, oferecendo-lhe perdão por tudo quanto até aí se passara, com a condição de regressar à obediência das autoridades constituídas pelos Reis. Roldán, porém, não se vergou e decidiu refugiar-se com seus homens no cacicado de Xarágua, mais farto em vitualhas e mais apartado das miradas do encarregado do governo.

Na pequena frota viera também a carta-régia por que os Reis Católicos nomeavam formalmente *adelantado* das Índias a Bartolomeu Colombo, que entretanto se mudara para Santo Domingo, de onde logo mandou publicar em toda a ilha o diploma que o confirmava no cargo; e levantou um processo a Roldán por rebeldia. Talvez para ter serviços a mostrar aos Reis, virou-se então contra os índios e marchou para a Vega Real em busca de Guarionex. Soube nessa ocasião que ele se refugiara nas terras montanhosas do cacique Mayobanex, por alcunha *el Cabrón*, que reinava em Maguá, no nordeste da Espanhola, e senhoreava os *ciguayos*.

A despeito das sucessivas mensagens que lhe enviou D. Bartolomeu, Mayobanex recusou-se a entregar aos espanhóis o confrade; e pouco depois apareceram mortos dez peões e quatro cavaleiros que iam em sua busca. O *adelantado* mandou então uma pequena força, que logrou deitar mão a Mayobanex e, pouco depois, a Guarionex, cujo paradeiro fora revelado aos espanhóis pelos *ciguayos*. Ambos ficaram sob custódia no forte de La Concepción<sup>206</sup>.

Por meados de Agosto chegaram à Espanhola os três navios de João António Colombo, Alonso Sánchez de Carvajal e Pero de Arana, que D. Cristóvão despachara das Canárias; por má pilotagem a somar-se à força das correntes, haviam escorrido Santo Domingo e aterrado em Xaraguá, 160 léguas mais além, onde Roldán os recebeu, sem lhes dar claramente a entender que estava alçado contra o poder constituído. Daí, para evitar os trabalhos da navegação contra ventos e correntes, mandaram por terra a maior parte dos homens, sob o comando de João António<sup>207</sup>, enquanto Pero de Arana

<sup>205</sup> Santo Domingo, 10.X.1498: Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xix, pp. 271-277; a data de 10.X.1499 que aí se lhe atribui é certamente uma gralha.

<sup>206</sup> Las Casas, *HI*, I, cxv-cxii; Herrera, I, iii, 7-9.

<sup>207</sup> *HA*, capº lxxviii; Herrera, I, iii, 12

conduzia à capital os navios e Carvajal ficava em Xarágua, para tentar levar Roldán a aceitar um acordo. Entretanto, avisado pelos índios, o adelantado mandara uma caravela ao seu encontro, com o que se puderam enfim inteirar claramente da situação.

Assim se tinham as coisas quando nos derradeiros dias de Agosto de 1498 Cristóvão Colombo regressou enfim à Espanhola. Como vimos já, também ele abateu para ocidente e foi aterrar a oeste de Santo Domingo, de onde logo enviou uma carta a seu irmão, que prontamente veio ao seu encontro. O estado em que veio achar a colónia estava longe de ser bom: morrera grande parte da guarnição da praça, e mais de 160 estavam doentes de *mal francês*; e muitos haviam aderido ao bando de Roldán<sup>208</sup>.

Poucos dias depois, chegaram de Xaraguá os três navios, mai-la caravela que os fora a buscar; vinham maltratados dos tempos contrários, tinham perdido quase todos os bastimentos que traziam, e quarenta dos seus homens haviam preferido bandear-se com Roldán. Com tais novas ficou o vice-rei em grande medo, receando que viessem os Reis a saber da rebelião, e ordenou que se levantasse a Roldán novo processo. Entretanto, para apaziguar os alevantados, mandou lançar bando de que estava disposto a deixar embarcar para Castela, na frota que estava pronta a regressar (as famigeradas cinco caravelas), todos quantos o desejassem. E, para adoçar as bocas a Suas Altezas, decidiu mandar-lhes mais uma carregação de escravos. Foi nessa ocasião que redigiu a carta que citámos mais atrás, sobre a grande facilidade de colocar cativos nos mercados das ilhas atlânticas e da Europa, a melhor preço do que faziam os portugueses de Cabo Verde.

Entretanto, informado do regresso de D. Cristóvão, o capitão rebelde decidiu acercar-se; e assentou arraiaias em Bonaio, a vinte léguas da nova capital. O Almirante enviou então o alcaide Miguel Ballester a parlamentar com ele. Segundo o próprio Ballester<sup>209</sup> Carvajal fez nessa ocasião aos amotinados uma prédica digna do rei Salomão; não parece, contudo, ter tido grande sucesso, uma vez que no dia seguinte, os quatro principais cabecilhas da rebelião, todos quatro criados do vice-rei, lhe escreveram uma carta<sup>210</sup> em que declaravam que, uma vez que ele não esguardava a quanto haviam feito na sua ausência por manter a ilha pacífica e obediente a Suas Altezas e, passado mais de um mês do seu regresso, lhes não escrevera ainda, “por remédio de suas honras”, ainda que com grande desgosto, se demitiam do seu serviço. Não falavam em regressar a Espanha, mas é possível que, de viva voz, o tenham dito a Ballester.

<sup>208</sup> HA, capº. lxxiv.

<sup>209</sup> Carta ao vice-rei, Bonaio, 16.X.1498, copiada por Las Casas (HI, I, cli): Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xx, pp. 277-278.

<sup>210</sup> Bonaio, 17.X.1498, *ibidem*, doc. xxi, pp. 278-279.

As cinco caravelas estavam de partida para Espanha, e não era possível ao Almirante ocultar por mais tempo aos Reis a rebelião que se engendrara. Escreveu-lhes por isso duas cartas em que os punha ao corrente da situação e lhes sugeria que fossem eles juizes na questão, para o que se permitiria aos amotinados mandarem a Espanha um delegado. Em alternativa, poder-se-iam mandar para a vizinha ilha de Porto Rico, onde ficariam à sua vontade, sem causarem estorvo na Espanhola <sup>211</sup>. Foi talvez nessa ocasião que, julgando poder assim despachar numa penada o assunto, (como fizera no caso de Ximeno de Briviesca, com quem tivera também um desaguisado) insinuou aos Reis que Roldán era um judeu converso, *porque conversos enemigos son de la prosperidad de Vuestras Altezas y de los cristianos* <sup>212</sup>.

Numa outra carta repetia as consuetas loas à Espanhola <sup>213</sup>:

*...esta tierra es abundosa de todas las cosas, en especial de pan y carne. Aquí hay tanto pan de lo de los indios que es maravilla, con el cual está nuestra gente, según dicen, más sanos que con el de trigo; y la carne es que ya hay infinitísimos puercos y gallinas, y hay unas alimañas [as hutias] que son atanto como conejos y mejor carne, y dellos hay tantos en toda la isla, que un mozo indio con un perro trae cada día quince o veinte a su amo. En manera que no falta sino vino y vestuario.*

Havia mais coisas que faltavam, por exemplo o sabão; de tal modo que Colombo acabou por conceder o monopólio da sua importação para a ilha a Pedro de Salcedo <sup>214</sup>, que de outro modo não aceitava fornecê-lo.

As cinco caravelas partiram a 18 de Outubro, levando entre outros passageiros o pai de Fr. Bartolomeu de las Casas, que regressava a Sevilha. O frete dos navios foi liquidado em gado humano: 200 dos 600 escravos que se enviavam para Espanha.

Foi, como sabemos já, essa frota que trouxe da Espanhola as cartas de Colombo aos Reis a dar-lhe notícia da sua viagem. Curiosamente, Simon del Verde pôde lê-las e resumir delas as cousas principais, que comunicou a Mateo Cini, mercador florentino em Veneza: que a gente da Venezuela era mais polida do que a das ilhas e tinha melhores casas; que havia i animais de quatro pés; que se acharam pérolas, sem que se soubesse ao certo onde as pescavam; que o ímpeto do Orinoco era tal que fazia doces as águas do mar; e que a despeito de os filósofos dizerem que a Terra era redonda, graças ao “grande ânimo e engenho do Almirante” se achara novo mundo, oposto ao

<sup>211</sup> Herrera, I, iii, xv.

<sup>212</sup> Carta de 1498-99, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xliii, p. 423.

<sup>213</sup> Las Casas, *HI*, I, cliv.

<sup>214</sup> Carta régia, passada pelo vice-rei em nome dos Reis em Santo Domingo a 3.VIII.1499, *CDD*, II, doc. 427, pp. 1153-1155.

nosso, e novo céu, em partes onde se supunha haver apenas mar. Só não se atreveu a transmitir a teoria do *mamilo de Pária*...<sup>215</sup>

Com as caravelas seguiram para a corte muitas outras cartas: a de Roldán ao arcebispo, de que falámos já, e por certo mais de idêntico teor, dirigidas aos monarcas, mas que passaram pelas mãos do bispo de Badalhouce, o que a médio prazo prejudicou grandemente ao Almirante.

Colombo pensava em reduzir pela força os rebeldes, que se preparavam para atacar o forte de La Concepción, a que haviam já cortado a água. Fez de imediato alardo, a convocar os homens de guerra disponíveis; mas não achou mais de setenta, nem todos de inteira confiança. Achou então que era melhor capitular; e passados quatro dias escreveu a Roldán uma carta extremamente amistosa<sup>216</sup>, em que o tratava por “caro amigo”, minimizava as diferenças havidas entre eles e o *adelantado*, declarava que estava pronto a recebê-los e falar com eles, explicando que em atenção aos que eventualmente quisessem regressar a Castela havia retardado de dezoito dias a partida dos navios, e mais a retardara, se não temesse que lhes morressem os índios que mandava para a Europa como escravos e estavam já embarcados. E pedia-lhes que o avisassem do que tivessem decidido.

Responderam os quatro cabecilhas que tinham represálias da parte do *adelantado*, e que por isso se não apresentariam perante o vice-rei sem receberem um seguro por escrito<sup>217</sup>. Colombo passou-lho a 26 de Outubro<sup>218</sup>. Veio então Roldán a Santo Domingo, a avistar-se com o seu amo. Finalmente a 16.XI.1498 foi firmado o acordo, que D. Hernando transcreve integralmente<sup>219</sup>. O vice-rei fazia-lhes numerosas concessões: dava-lhes duas caravelas, apetrechadas e abitalhadas, para as levarem para Xarágua e nelas, se lhes aprouvesse, partirem para Castela; permitia que cada um dos alevantados tomasse para si um escravo, além das mancebas que tinham emprenhadas ou que deles haviam já parido; restituíam-se-lhes os bens que lhes haviam confiscado, entre os quais 120 porcos, com suas 230 crias; consentia-se-lhes que se servissem dos índios, em número de uns quinhentos, como carregadores; e passava-se-lhes a todos cartas de bons serviços. Em contrapartida comprometiam-se os rebeldes a não aceitar em sua companhia

<sup>215</sup> Carta de Cádiz, 2.I.1499, *CDD*, II, doc. 419, pp. 1136-1137.

<sup>216</sup> Santo Domingo, 20.X.1498, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxxviii, pp. 412-413; Las Casas, *HI*, I clii; Herrera, I, iii, 13.

<sup>217</sup> Carta transcrita por las Casas, *HI*, I, clii, e por Herrera, I, iii, 14. A data de 16.X.1498 dada por Las Casas não parece estar correta, e é talvez por isso que Herrera a não transcreve.

<sup>218</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxxix, pp. 413-414; Las Casas, *HI*, I, cliii; Herrera, I, iii, 14.

<sup>219</sup> *HA*, capº lxxxi.

mais espanhóis e a retirarem para Xarágua no prazo de cinquenta dias. Com estas capitulações incrementou-se largamente o odioso sistema dos repartimientos. Razão tem o ditado popular: “quando o mar bate na rocha, quem se lixa é o mexilhão...”

Colombo resolveu assim de momento o problema que o angustiava; mas, a médio prazo, esta capitulação em toda a linha danou severamente o seu prestígio, quer aos olhos dos colonos quer na corte, quando lá chegou notícia do que se passava na novel colónia. Mais tarde escreveria aos Reis, a argumentar que as concessões feitas a Roldán, lhe haviam sido extorquidas sob pressão, pelo que em consciência considerava que se não deviam guardar <sup>220</sup>, o que tampouco deve ter contribuído para o seu bom nome — conquanto os Reis Católicos acabassem pouco depois por adotar procedimento semelhante: embora houvessem capitulado em 1491 com Boabdil que os mouros de Granada desfrutariam de liberdade religiosa, vieram a quebrantar o juramento, já que pela pragmática de 14.II.1502 os puseram perante o dilema: emigração ou conversão.

Entretanto haviam os rebeldes recolhido a Xaraguá, que praticamente lhes fora dada em feudo. As caravelas foram colhidas por um temporal e, sobretudo a velha *Niña*, ficaram em mau estado. Quando por fim, em meados de Maio de 1499 <sup>221</sup>, chegaram ao seu destino, os rebeldes não quiseram embarcar-se para Castela, e Carvajal, que as acompanhava, mandou-as recolher à capital. Roldán pediu novo seguro, para ir uma vez mais a avistar-se com Colombo; foi-lhe concedido a 3.VIII.1499 <sup>222</sup>, e na seqüência dele vieram seis ou sete dos cabecilhas do bando a Azúa, onde o Almirante veio por mar a encontrar-se com eles.

O acordo a que chegaram era ainda mais humilhante para Colombo do que o precedente, pois aceitou as quatro condições postas pelos alevantados: facultaria embarque para Espanha na primeira armada que viesse a quinze deles; aos que ficassem daria casas e terras, em pago de seus soldos; mandaria deitar bando em como tudo o que sucedera se devera a falsos testemunhos; e nomearia de novo Francisco Roldán alcaide-mor a título perpétuo. A 5 de Novembro começou Roldán a exercer a sua autoridade nomeando Pedro de Riquelme, que tinha casa em Bonaio, juiz da vila, ficando o próprio Roldán como juiz de segunda instância em La Concepción, com direito exclusivo a dar sentenças de morte.

Foi sob a vigência deste acordo que, como veremos adiante, Hojeda escalou a Espanhola no regresso da América do Sul. Apaniguado de Fonseca, aproveitou do ensejo para menoscar Colombo, espalhando a notícia de que a Rainha estava à morte, com

<sup>220</sup> Fragmento de carta transcrito por Las Casas, *HI*, I, clix; Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlii, pp. 419-420.

<sup>221</sup> Fragmento de uma carta de Carvajal a Colombo, Xaraguá, 15.V.1499, Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xxii, pp. 417-418.

<sup>222</sup> *Ibidem*, doc.xxiii, p. 418.

o que o Almirante não contaria com mais apoio algum na corte. Em bons termos agora com o vice-rei, que lhe fizera uma larga concessão de terras, Roldán prestou-se a ir contra Hojeda com 26 homens armados. Após algumas peripécias em cujo detalhe não cumpre aqui entrar, Roldán conseguiu escapar a uma armadilha que aquele lhe montara e haver às mãos dois sediciosos que se lhe haviam juntado, D. Hernando de Guevara e Adrián de Mújica, que o intentara matar; Mújica foi enforcado e D. Hernando enviado a Colombo para que o justiçasse <sup>223</sup>. Ao enforcamento de Mújica seguiu-se uma forte repressão, em cujo quadro Colombo mandou prender também Riquelme, que destinou à forca.

Sabe-se que o Almirante levantou um auto escrito a vários dos implicados no levantamento; fazia parte de um dos maços de documentos que depositou na Cartuxa de Las Cuevas, e consta do inventário feito em 1544 <sup>224</sup>, mas, tal como muitos outros, desapareceu. Sabemos, contudo, pela devassa de Bobadilla que Colombo mandou o alcalde-mor Rodrigo Pérez interrogar e torturar Riquelme, a quem não achou culpa que merecesse a morte, pelo que o mandou recolher à prisão <sup>225</sup>, onde o pesquisador o veio a encontrar.

Entretanto, Hojeda achara melhor partir, com o que ficara mais sossegada a ilha. D. Cristóvão começou então a percorrê-la; e nisso passou o resto do ano de 1499. Foi durante essa *tournee* que, pelo Natal, jazendo em grande abatimento, foi gratificado com uma teofania e Deus em pessoa lhe falou. Disso falaremos em mor detalhe daqui a um instante.

Compreendera entretanto o Almirante que urgia afastar da ilha seu irmão Bartolomeu, cuja dureza de temperamento estava na raiz de todas aquelas tribulações; e porque sabia que haviam de ser muitos a malsiná-lo na corte, pensou fazer como em 1496 e ir até junto dos Reis a justificar-se e dar-lhes contas, aproveitando o ensejo para deixar na metrópole o *adelantado* <sup>226</sup>. Era tarde de mais: sem que o soubesse, desde Maio de 1499 que lhe estava nomeado um sucessor, encarregado ao mesmo tempo de fazer uma devassa ao seu comportamento.

Ao ler o título que D. Hernando deu ao capítulo em que narra a vinda deste — “como por informações falsas e fingidas queixas de alguns, enviaram os Reis Católicos um juiz às Índias a saber o que se passava” — mais não podemos, pois, fazer que gabar a sua filial ternura...

---

<sup>223</sup> HA, cap. lxxxii-lxxxiv; Las Casas, HI, I, clvi-clxii & clxvii-clxviii.

<sup>224</sup> Pub. por Juan Gil, *Columbiana*, pp. 629 & sqq.

<sup>225</sup> Consuelo Varela, *La caída...*, p. 130; depoimento de Rodrigo Pérez, pp. 227-238. Há que prestar atenção ao índice alfabético da obra, que mistura na mesma entrada Rodrigo Pérez com Frei Rodrigo Pérez.

<sup>226</sup> HA, cap. lxxxiv.

## ***Viagens menores, agruras maiores***

Foi durante a sua estada em Santo Domingo, onde permaneceu como vice-rei quase dois anos certos, de Agosto de 1498 a Agosto de 1500, que Colombo tomou conhecimento das calamidades que lhe haviam entretanto sobrevindo, antes ainda de ser substituído, inquirido e preso por Bobadilla: por um lado os Reis Católicos, desprezando o que com ele haviam acordado nas *Capitulações de Santa Fé*, tinham autorizado uma série de navegantes, na maioria antigos companheiros seus, a fazer ao Novo Mundo viagens de descobrimento e de comércio; por outro, Vasco da Gama, que partira para a sua viagem de descobrimento um ano antes de ele ter zarpado de Sanlúcar de Barrameda para Pária, atingira entretanto a verdadeira Índia e regressara a Portugal com uma pequena carga de especiarias em Julho de 1499, após o que D. Manuel enviara para o mesmo destino uma segunda expedição, mais aparatosa, comandada por Pedro Álvares Cabral.

É certo que ele, Colombo, explorara da última vez não só ilhas mas também um naco de terra firme; embora se julgasse perto do Cipango e do Cataio (ou seja, do Japão e da China) teria quiçá vaga consciência de que estava ainda longe do *Bilad al-falfal* ou “País da pimenta” dos geógrafos árabes da Idade Média, ou seja, do Malabar, sito muito mais a ocidente, que o Gama alcançara havia já dois anos. Embrulhado, contudo, em Ptolomeu e Marco Polo, não se apercebera da continentalidade das terras que descobriria; pelo menos não a brandira claramente perante os monarcas, reivindicando o achamento de um continente desconhecido, com o que deixara periclitar os seus créditos.

Se em 1498, incomodado com a sindicância de Aguado e com os mil empachos que lhe haviam posto para regressar à Espanhola, Colombo se começara a mostrar enfadado da sua pátria adóitva, mais razão para isso tinha em 1500, mesmo antes de Bobadilla o ter recambiado a ferros para Espanha...

Mais tarde procuraria desafogar-se com uma informação que lhe teria fornecido o seu compatriota Girolamo da Santo Stefano, recém-tornado das Índias, minimizando o valor de Calecut em comparação com o do que Colombo achara; e tentou impingir aos Reis essa patranha <sup>227</sup>:

*Gerónimo de Santestevan ginobés el año de 98 navegó de Colocuti al Oriente 58 jornadas (...). Por su carta me escribe esto largo y diz que los navíos de V. Al. están en el mejor de las Yndias y no haz cuenta de Colocuti; y diz que en todo cabo adonde él fue falló qu'el oro hera tenido en tanta estima como en Ytalia.*

---

<sup>227</sup> *Relación del Cuarto Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 497.

Dir-se-ia que procura consolar os Reis da inexistência de especiarias nas ilhas que descobrira com o ouro que encontrara e continuava a sacar em abundância, da posse dos índios ou das entranhas da terra.

*Colocuti* é, evidentemente, uma transcrição aproximada do nome de Calecut, em língua local (malaiala) *Kōlikkoḍū*, em árabe *Qaliquṭ* ou *Kalikat*, de onde a forma portuguesa; outras variantes são *Calecu*, *Calecum* e *Calicute*.

Genovês como Colombo, Girolamo da Santo Stefano, de quem muito pouco se sabe, partira c. 1495 (e não em 1498!) para o Oriente pela via do Cairo em companhia de Girolamo Adorno. Visitou Calecut, Ceilão, a costa do Coromandel, Samatra e o reino de Pegu, de onde penetrou até Avá, na Alta Birmânia, madre dos rubis. O reino de Avá (21° 51' N, 96° E), independente de 1364 a 1555, era governado por uma dinastia de origem *shan*, povo do grupo *thai* que ocupa a parte ocidental da atual Birmânia, limítrofe do Sião, embora a sua população, como a de todo o vale do Irrauadi, fosse maioritariamente bramá ou birmana. Girolamo da Santo Stefano não pôde, contudo, prosseguir a sua jornada mais avante devido ao falecimento do seu companheiro, que el-rei de Avá tomou como pretexto para lhe confiscar a fazenda que trazia, alegando que pertencia na realidade a Adorno, de que ele seria mero servidor. Invocava assim um direito idêntico ao *ius albinagii* da Europa feudal, que alguns estados modernos adotaram, nomeadamente a França, onde se denominava *droit d'aubaine* e não foi definitivamente abolido senão em 1819; segundo esse direito o senhor herdava os bens dos mercadores forasteiros que falecessem dentro dos seus domínios. Girolamo da Santo Stefano teve assim de retroceder, regressando à Europa pela via das Maldivas e de Ormuz, de onde por terra ganhou Alepo e daí o litoral da Síria. Foi em Trípoli da Síria (*Ṭarābulus al-Šām*, hoje parte do Líbano) que, a 1.IX.1499, redigiu uma carta, endereçada a *messer* Giovan Jacobo Mainer, narrando as suas aventuras. Valentim Fernandes verteu-a em português e publicou-a em Lisboa em 1502, como que em apêndice à sua edição de Marco Polo<sup>228</sup>; daí foi retrovertida em italiano e publicada em Veneza em 1550, por Giovan Battista Ramusio, na sua famosa colêctânea *Delle navigationi e viaggi*<sup>229</sup>. O texto original italiano veio a ser encontrado na Biblioteca Universitária de Bolonha e publicado por Mario Longhena<sup>230</sup>.

É possível que Colombo o conhecesse, ou de Génova ou de Lisboa onde viveu algum tempo; não o deve, porém, ter encontrado em Sevilha, onde Jerónimo chegou num momento em que o Almirante era já partido para a sua 4ª viagem, pois nas vésperas de embarcar pedia a Nicolò Oderigo que o persuadisse a aguardá-lo em Sevilha se acaso ali aparecesse<sup>231</sup>. Não é, portanto, Colombo o destinatário da conhecida carta em que narra as suas aventuras; mas não é impossível que, como o descobridor sugere, Santo Stefano lhe tenha escrito uma carta pessoal que nos não chegou, ou que lhe tenha enviado cópia da que ao depois circulou impressa. O que é de todo em todo improvável é que um escritor tão sóbrio e objetivo como Girolamo di Santo Stefano se

<sup>228</sup> Marco Paulo. *Ho liuro de Nycolao Veneto. Ho trallado da carta de huu genoues das ditas terras*, per Valentym Fernández, Lyxboa, 1502; cf. a sua reedição com uma introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1922.

<sup>229</sup> Edição moderna: Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, a cura di Marica Milanese, 6 vols, Giulio Einaudi ed., Turim, 1979, vol. II, pp. 823 & sqq.

<sup>230</sup> Biblioteca Universitária de Bolonha, ms. 4075, pub. por Mario Longhena, "Il testo originale del viaggio di Girolamo Adorno e Girolamo da Santo Stefano", in *Biblioteca degli Studi Italiani di Filologia Indoiranica*, V, v, 1905, app. 3, pp. 1-56.

<sup>231</sup> Carta de Colombo a Oderigo, Sevilha, 21.III.1502, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxx, pp. 481-482.

entremettesse a fazer comparações entre Calecut e as terras descobertas nas Antilhas por Colombo, que não conhecia *de visu*; como seria de esperar, nenhuma comparação desse género aparece no texto que lhe conhecemos.

Não é, porém, impossível que o Almirante haja simplesmente tido notícia das andanças do seu compatriota através do texto impresso em Lisboa por Valentim Fernandes, e que a sua fértil imaginação tenha criado o resto, agarrando-se no momento da desgraça, como a tábua de salvação, à comparação que aquele teria feito. Se de facto, como parece, a frase é da lavra do próprio Almirante, constitui quiçá a maior das suas invencionices — invencionices que, detetada uma, qualquer dos seus inimigos poderia facilmente manejar contra ele, argüindo que “cesteiro que faz um cesto faz um cento, se lhe não faltar vime ou tempo”...

Não sabemos se D. Cristóvão chegou a encontrar-se com Jerónimo, por cujo paradeiro e por cuja saúde pergunta repetidas vezes a seu filho D. Diego <sup>232</sup> nos últimos tempos da sua vida. Queria por certo sacar-lhe mais informações sobre a Índia Transgangética, a esgrimir com seus opositores, ou a utilizar em futuras expedições, que não teve tempo de empreender.

Entretanto, em 1499, como adiantámos já, os Reis haviam, após alguma hesitação, enveredado decididamente pela liberalização do trato ultramarino, multiplicando não só as licenças de comércio mas também as capitulações com outros candidatos a descobridores. Havia para tal orientação razões tanto de política externa como de política interna. Se, graças ao tratado de Tordesilhas, Portugal estava confinado, não o estavam nem França nem Inglaterra. Esta tomara ao seu serviço um compatriota de Colombo, João Caboto (c. 1445-98), que começara a explorar as costas da América do Norte, buscando por noroeste passagem para o Cataio, de onde o resto da Ásia lhe quedaria à mão; após a sua morte, em 1504, a exploração foi prosseguida por seu filho Sebastião (1474-1557). Em França — mesmo se a viagem de Binot Paulmier, senhor de Gonneville, ao Brasil em 1503 não é segura, pois apenas se fala pela primeira vez dela em 1663 — entrou pouco depois em cena um outro navegador italiano, Giovanni di Verrazzano (1485-1528), originário de Florença mas estabelecido em Dieppe em 1506, que em 1524 começaria também a explorar as costas do Canadá e da América do Norte. A Espanha tinha todo o interesse em antecipar-se e devassar tudo quanto jazia em torno das ilhas achadas por Colombo, antes que terceiros se entremettessem a fazê-lo.

No aspeto interno os Reis teriam já dado conta de que em Santa Fé haviam prometido a Colombo mais do que seria razoável conceder. A única maneira de contabalançar o novo potentado que parecia prefilhar-se no seu horizonte político era, sem ofender a letra do contrato que haviam subscrito, deixar a muitos outros que, em condições mais vantajosas para a Coroa, achassem muitas outras terras. Colombo quedaria assim praticamente confinado à Espanha.

---

<sup>232</sup> Cartas a seu filho D. Diego, de 21.XI.1504, 28.XI.1504, 13.XII.1504, 21.XII.1504 & 18.I.1505, *ibidem*, doc. lxxxix, lxxxii, lxxxvi, lxxxvii & xcii, pp. 508-526.

Foi em vão que o Almirante lhes fez chegar os seus protestos <sup>233</sup>, acabando por só em Deus achar consolo, e em D. Juana de la Torre um ombro amigo em que chorar...

Data provavelmente de 1500 uma *Minuta de las enmiendas hechas a las cédulas y provisiones del Almirante*, conservada em Sevilha, no Archivo de Indias. Preveem-se nove restrições aos privilégios de Colombo e mandam-se rasgar a carta que lhe concedia que ninguém fosse às Índias senão com licença sua, passada pelos seus agentes em Cádis, e outra *que habla de cosas del consejo y oidores e justicias* e regulamentava a sua alçada sobre os fornecimentos de vitualhas para as Índias. Restringiam-se-lhe ainda, entre outras cousas secundárias, a faculdade de gozar do oitavo e do dízimo ainda que não tivesse contribuído inteiramente com um oitavo da armação <sup>234</sup>. A posição soberana da Coroa em tais negócios ficou bem patente quando a 4.II.1501 os Reis ordenaram ao Conde de Cifuentes, seu alferes-mor e assistente em Sevilha, que prendesse os mercadores Francisco Riverol, sócio de Colombo, e Juan Sánchez, por terem enviado às Índias sem licença régia, duas caravelas, armadas em Sanlúcar de Barrameda <sup>235</sup>.

É nessa mudança na política oficial que se insere a série das chamadas *viagens menores*, dirigidas todas elas à costa setentrional da América do Sul, de que resumiremos os principais sucessos <sup>236</sup>. Essas viagens são conhecidas sobretudo através das *Décadas* de Pedro Mártir, da relação de Trevisan que as resume e do testemunho de Las Casas; Oviedo <sup>237</sup> é bem mais lacónico, apenas referindo as viagens de Hojeda e de Rodrigo de Bastidas. Há, contudo, nos *Pleitos Colombinos* <sup>238</sup>, quando se tratou de provar que no descobrimento da Terra Firme Hojeda não precedera Colombo,

<sup>233</sup> Carta aos Reis, da Espanhola, 3.II.1500, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlvii, pp. 427-428.

<sup>234</sup> *CDD*, II, doc. 466, pp. 1240-41.

<sup>235</sup> *Ibidem*, doc. 467, p. 1242.

<sup>236</sup> Para um conspecto geral continua a prestar bons serviços a síntese de Navarrete, III parte (vol. II,) pp. 2-53.

<sup>237</sup> III, viii.

<sup>238</sup> Achem-se aqui e acolá informações interessantes nos depoimentos de testemunhas apresentadas ou pelo almirante ou pelo fiscal, recolhidos em Santo Domingo a 15.VI.1512 (Anunciada Colón, vol. IV, pp. 2125-91) e a 12.I.1514, (pp. 2197-2204); Sevilha, Janº-Fevº de 1514, (pp. 2213-21); Santo Domingo, 5.IX.1514, (pp. 2230-47); Porto Rico, 30.IX.1514 (pp. 2254-80); S. Germán de Porto Rico, 12.I.1515 (pp. 2286-94); Moguer, 12.II.1515 (pp. 2296-2309); Palos, 15.II.1515 (pp. 2315-30); San Salvador, Cuba, 16.II.1515 (pp. 2332-35 & 2338-54); Salamanca, 26.II.1515 (pp. 2366-71); Guanabo, Cuba, 17.III.1515 (pp. 2373-79); Sevilla la Nueva, Jamaica, 19.III.1515 (pp. 2382-94); Madrid, 27.X.1515 (pp. 2394-99); Santo Domingo, 7.XII.1512 (pp.2405-28); Sevilha, 12.II.1513 (pp. 2438-62); Santo Domingo, 10.XI.1513 (pp. 2469-85); Sevilha, 11.VIII.1515 (pp. 2493-2505); Lepe, 19.IX.1515 (pp. 2507-2520); Huelva, 25.IX.1515 (pp. 2521-34); Palos, 1.X.1515 (pp. 2536-84); Santa Maria la Antigua del Darién, 30.X.1515, (2587-2600). Resumo dos depoimentos, ordenado por perguntas, pp. 2600-2655.

um razoável número de testemunhos a tal respeito, que já D. Hernando e Las Casas utilizaram para demonstrar a prioridade do Almirante no achamento do continente meridional.

A primeira dessas *viagens menores* foi a de Alonso de Hojeda, a que temos aludido já a propósito das hipóteses de Manzano. Quiçá por ser primo coirmão de Fr. Alonso de Hojeda — o domínico que em 1477-78 persuadira Isabel I a introduzir em Castela a Inquisição (que funcionava na Coroa de Aragão desde 1249) e que a 6.II.1481 prègara no primeiro auto de fé que se celebrou — o navegador estava nas boas graças do bispo D. Juan de Fonseca. Não lhe foi difícil nem alcançar a licença nem obter o financiamento para armar quatro caravelas no Porto de Santa Maria, onde contratou como piloto o já nosso conhecido Juan de la Cosa<sup>239</sup>. Entre os participantes conta-se Américo Vespúcio, florentino estante em Sevilha, antigo feitor de seu compatriota Juanoto Berardi, de quem fora *albacea* ou testamenteiro<sup>240</sup>. Foi esta a primeira expedição em que indubitavelmente tomou parte, pois a de 1497-98, que as suas cartas impressas alardeiam e que justificaria o nome de América dado ao novo continente, parece ser puramente imaginária, como já Las Casas<sup>241</sup> viu claramente.

Fonseca facultou-lhes, como vimos, um mapa da zona de Pária, desenhado no ano anterior por Colombo; este, quando o soube, há de o ter sentido como uma bofetada — ou melhor, duas: uma que lhe dava o bispo, outra que lhe dava Hojeda...

Foi em Maio de 1499 que se fizeram ao mar, seguindo aproximadamente a rota que a Almirante seguira um ano antes e fazendo, como de costume escala nas Canárias. Hojeda foi depois acusado por Colombo de uma série de irregularidades: de ter navegado para as Índias sem licença, o que se não provou; de ter tentado deitar mão a uma caravela que lhe não pertencia em Santa Catalina, junto ao Porto de Santa Maria, acabando por se contentar com o seu batel; de ter vendido ilegalmente pólvora aos mouros do cabo Guer (Agadir); e, finalmente, de se ter apoderado nas Canárias de uma caravela de Huelva, para completar a sua frota, que trazia demasiada gente a bordo — o que tudo foi confirmado pelo depoimento de testemunhas no auto que o Almirante lhe mandou levantar, cujo original se conserva nos arquivos da Casa de Alba<sup>242</sup>. Não ficou, porém, provado que conspirasse para matar o vice-rei.

<sup>239</sup> Las Casas, *HI*, I, clxiii-clxix.

<sup>240</sup> Testamento de Juanoto Berardi, Sevilha, 15.XII.1495, *CDD*, II, doc.320, pp. 873 & sqq.

<sup>241</sup> *HI*, I, clxiii.

<sup>242</sup> Pub. in *CDD*, II, doc. 441, pp. 1179-1189-

Após os 24 dias que lhes tomou a travessia do Atlântico, vieram a aterrar no que é hoje o Surinam ou Guiana Holandesa, umas duzentas léguas a és-sueste de Pária. Oviedo baralha-se mais uma vez ao atribuir-lhes o escopo de *reconocer debajo del río Marañón en la provincia de Paria*: tal como Colombo no ano anterior, cruzaram de facto a foz de grandes rios, que faziam doce o mar; tratava-se sem dúvida das bocas principais do Orinoco, que Oviedo deve ter confundido com o Amazonas, ao tempo denominado Marañón, como ainda o é no seu alto curso. Após três escalas na Trinidad, povoada de caribes, percorreram o golfo de Pária, a ilha Margarita e toda costa da América Meridional até ao cabo da Vela (12° 15' N, 72° 19' W), na península de Guajira (leste da Colômbia). Descobriram a ilha de Curaçao, a que chamaram dos Gigantes, e o golfo de Maracaibo, onde no lugar de Coquibacoa toparam com populações de pescadores que viviam em palafitas, pelo que deram à região o nome de Venezuela, ou seja, “pequena Veneza”. No regresso rumaram diretamente à Espanhola — detalhe que nas suas cartas Vespúcio omite, o que irritou fortemente o bom cronista dominico, pois gaba-se, em contrapartida, de ter trazido das Índias 222 cativos, que foram recebidos em Sevilha com grande alegria e prontamente vendidos. Foi a 5.IX.1499 que atingiram a Espanhola, desembarcando em Yáquimo, a que chamaram Puerto del Brasil, por terem aí topado com pau-brasil.



**Raminho de ibiripitanga ou pau-brasil**

Gravura da *História Natural do Brasil* de Jorge Maregrave, livº III, cap. v.

Como o seu nome botânico indica, a espécie *Caesalpinia echinata* caracteriza-se por, ao contrário da *C. violacea*, apresentar espinhos, que a gravura não mostra.

Tratava-se provavelmente de brasilete ou brasil-açu, *Caesalpinia violacea*, (Miller) Standley, da família das Leguminosas, que dá um corante inferior tanto ao sapão ou pau-brasil asiático (*Caesalpinia sappan*, L) como ao brasileiro (*Caesalpinia echinata* Lam.)<sup>243</sup>. O princípio corante é em todas as espécies o mesmo: a brasilina, de fórmula bruta C<sub>16</sub> H<sub>14</sub> O<sub>5</sub>. O nome de *brasilite*, que é um diminutivo de *brasil*, advém-lhe de ser mais pobre em brasilina, pois a árvore é de maior porte, como o indica o nome de *brasil-açu*, que em *língua geral* do Brasil, mescla de português e tupi-guarani significa “brasil grande”. A espécie asiática é, sob o nome de *baqqam*, descrita por diversos botânicos e farmacólogos árabes da Idade Média, tais como Abū Ḥanīfa (século IX), Ibn Riḍwān (século XI) e Ibn al-Baytār (1197-1248). Na Europa cristã o pau-brasil (nome de cuja etimologia falaremos mais tarde) é mencionado como artigo de comércio desde o século XII<sup>244</sup>. Foi provavelmente

<sup>243</sup> Cf. Oviedo, *HGNI*, livº IX, cap. xv.

<sup>244</sup> Podem ver-se mais detalhes no nosso estudo “Iberian Expansion and the Fortune of Indian Plants in the West”, na secção dedicada ao *Brazil-wood*.

Vespúcio, que participou nesta viagem e observou o brasilete, quem um ou dois anos mais tarde identificou em Terras de Santa Cruz a árvore que havia de dar o nome definitivo ao país.

Usava-se sobretudo para tingir tecidos, mas em receitas de cozinha de luxo da corte inglesa <sup>245</sup> é indicado para dar cor ao arroz, ao lado do açafão que o tingia de amarelo, o que permitia dar aos pratos um aspeto assaz vistoso. Pensando, erradamente, que fora o Brasil que dera o nome ao pau e não o recíproco, admira-se em nota a editora do manuscrito de que antes de Cabral se falasse já em pau-brasil...

Fr. Francisco Ximénez <sup>246</sup> descreve brevemente uma espécie dita localmente *cuhuraqua* mas apelidada de *brasil* pelos espanhóis, existente nas terras frias e montuosas de Mechoacán, na zona de Oaxaca, sul do México, que é provavelmente o *Haematoxylum brasiletto*, H. Karst., árvore de pequeno porte e espinhosa como a *Cesalpinia echinata*, igualmente rica em brasilina, mas pertencente a um outro género botânico, ainda que da mesma família (Leguminosas ou Faváceas, sub-família das Cesalpinóideas); quer a descrição da planta que dá, quer o desenho de Hernández <sup>247</sup>, em que Ximénez se baseou, não deixam lugar para dúvidas, pois a árvore apresenta folhas paripinuladas, de folículos lobados, aproximadamente cordiformes, semelhantes às folhas da alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*, L.), em vez de folhas recompostas como a *Cesalpinia* e a mor parte das Cesalpinóideas. Fr. Francisco nota corretamente o seu parentesco com o *sândalo colorado*, ou seja, o sândalo-vermelho da Índia (*Pterocarpus santalinus*, L.), que com o sândalo verdadeiro (*Santalum album*, L.) apenas tem em comum o facto de ser usado como corante. Refere também a existência de duas outras espécies, a que dá os nomes nativos de *pinguica* e *jacua*, que não sabemos identificar. É possível que uma delas seja o pau-de-campeche (*Haematoxylum campechianum*, L.), muito apreciado no século XVII, que levou ao estabelecimento dos britânicos em Belize, e que além de um corante vermelho produz também azul e negro.

Foi quatro ou cinco dias mais tarde que, em Santo Domingo, Colombo soube da chegada de Hojeda a Yáquimo; e em carta que logo escreveu aos Reis, de que apenas nos resta um fragmento copiado por las Casas <sup>248</sup>, sem conter o seu despeito, protestou:

*Hojeda llegó a cinco días al puerto adonde es el brasil. Dizen estos marineros que, según la brevedad del tiempo que partió de Castilla, que no puede aver descubierto tierra. Bien pudiera cargar de brasil antes que se le pudiera prohibir. Y así como es él, así pueden fazer otros, estrangeros.*

Enganava-se, pois descobrira bem 200 léguas da costa das Guianas e umas 330 da da Venezuela <sup>249</sup>.

Pelo seu lado, Hojeda, ou porque se tivesse já, em circunstâncias que nos não são claras, desavindo com Colombo, ou simplesmente porque pressentisse a sua má-vontade,

<sup>245</sup> Cindy Rainfrow, *Take a thousand Eggs ore more - A Collection of 15th Century Recipes*, ed. da autora, Sussex (Nova Jersey), 1998.

<sup>246</sup> livº I, p. iii, cap. xxviii, p. 103.

<sup>247</sup> livº IV, cap. xxviii, p. 121.

<sup>248</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlv, p. 425.

<sup>249</sup> Cf. os fragmentos de uma carta de Francisco Roldán a Colombo, Outº 1499, CDD, II, doc. 434, pp. 1166-67

tentou em Xaraguá erigir-se em cabecilha da revolta que lavrava já então contra o vice-rei. Não logrou, contudo, aliciar Roldán, que tinha entretanto chegado a termos com este <sup>250</sup>; mancomunou-se então com Adrián de Múxica e com D. Hernando de Guevara, que entrara em conflito com Roldán, por este o impedir de desposar, como pretendia, uma filha de Anacaona, viúva da Caonaobó. Roldán logrou contudo deitar a mão a ambos e, de acordo com o Almirante, aprisionou D. Hernando e enforcou Adrián. Hojeda deve ter então achado mais prudente retirar-se; e levantou ferro com as suas quatro velas de regresso a Espanha. Foi portanto à sua revelia que em Santo Domingo o vice-rei lhe levantou o auto. Da Espanhola dirigiu-se para nordeste, rumo às Lucaias (onde Vespúcio, tanto ou mais gabarola que Colombo, se jacta de ter então descoberto mil ilhas!) e daí para Cádiz, onde devem ter chegado em Junho de 1500 com um pequeno carregamento de pau-brasil, pérolas e grãos de ouro, além de 222 índios escravizados. Razão tinha Las Casas para lastimar o mau exemplo dado seis anos antes por Colombo...

A segunda das “viagens menores” foi a de Peralonso Niño, de Moguer <sup>251</sup>, que à falta de cabedais para armar a expedição se teve de associar ao mercador Luís Guerra, que lhe equipou uma caravela de 50 tonéis com a condição de ser capitaneada por seu irmão Cristóbal Guerra. Zarparam da barra de Saltés, junto a Moguer, poucos dias após Hojeda ter largado de Cádiz e chegaram a Pária umas duas semanas depois dele. Aí, furtivamente, carregaram brasil, o primeiro que se achou na Terra Firme. Após um recontro com os caribes, à saída da Boca do Dragão, dirigiram-se à Margarita, em que foram os primeiros espanhóis a desembarcar e onde resgataram algumas pérolas. Conseguiram mais algumas em Cumaná e ao longo da zona de Curiana, na costa venezuelana, por onde andaram cerca de três meses, entabulando boas relações com os nativos, que eram de boa índole e de bom grado lhes ofereciam coisas e se prestavam a traficar com eles. A presença de cervos, javalis e outros grandes quadrúpedes nos matos fê-los presumir que estariam em terra firme; viram confirmada tal suspeita quando ao sair dali percorreram umas 3.000 milhas de costa sem lhe encontrarem o fim, e assim o explicaram de regresso a Espanha. De facto, caminhando para oeste, ultrapassaram sem dúvida a zona de La Guaira (10° 36' N, 66° 55' W), o porto que hoje serve Caracas, só então iniciando o regresso. Las Casas, à fé de testemunhas presenciais que pôde ainda interrogar, acusa-os de terem extorquido aos índios, sequestrando-lhes o cacique até que lhe dessem a quantidade pretendida, 600 marcos (138 kg) de ouro; e atribui a castigo divino o naufrágio que no regresso padeceram. Se assim foi, já que a Colombo apelidámos de

<sup>250</sup> Podem ver-se pormenores in *Las Casas, HI, I, clvii-clxix*.

<sup>251</sup> *Angléria, I, viii*; *Las Casas, HI, I, clxx-clxxi*.

“primeiro ditador da América Latina” poderíamos sem injustiça conferir a Peralonso Niño e Luís Guerra o título de “primeiros flibusteiros das Caraíbas”...

Haviam entretanto estacionado vinte dias mais em Curiana, procedendo a novos resgates de pérolas. Em Fevereiro regressaram a Espanha, aportando ao cabo de dois meses de navegação difícil, a Baiona, na Galiza. Traziam 96 marcos, ou seja, c. 22 kg, de pérolas, fora as contrabandeadas; quanto ao ouro, tragaram-no provavelmente as ondas, com o navio que o transportava. Traziam também índios para vender, mas os Reis ordenaram que fossem libertados e reconduzidos à sua terra <sup>252</sup>. Peralonso Niño chegou a ser preso, acusado de sonegar pérolas a Suas Altezas, mas acabou por ser solto. Foi esta a mais rendosa das viagens jámais feitas ao Novo Mundo.

A terceira expedição foi a de Vicente Yáñez Pinzón <sup>253</sup>, que a 6.VI.1499 celebrou uma capitulação com o bispo Fonseca para ir às Índias a descobrir e tratar — a mais antiga, após a de Colombo das que até nós chegaram <sup>254</sup>. Vedava-se-lhe visitar as terras já descobertas pelo Almirante e as pertencentes *al Señor Rey de Portugal*, bem assim como carregar pau-brasil; mas conferia-se-lhe antecipadamente a posse dos metais, pedras preciosas, escravos negros (*de los que en España son tenidos por esclavos*), drogas, espécies, pescado e outros animais com que deparasse. Acompanhado de seu sobrinho Arias Pérez, Vicente Yáñez largou com quatro caravelas de Palos em Dezembro desse mesmo ano. Levavam consigo três dos companheiros de Colombo na sua terceira viagem e seguiram aproximadamente a mesma rota. Depois de Cabo Verde, porém, ao passo que aquele, fugindo às calmas equatoriais, rumara em direitura a ocidente, seguiram rumo a sudoeste durante 300 léguas, até perderem de vista a Polar. Foi assim esta a primeira expedição espanhola a passar o equador. Foi em vão que procuraram no céu uma estrela que lhes indicasse o polo sul; mas notaram a raridade de astros naquele sector do céu — que na realidade se deve ao facto do polo meridional do nosso planeta apontar para fora da galáxia — que atribuíram confusamente, a uma “escuridão vaporosa” ou à presença de qualquer acidente orográfico que lhes ocultasse o firmamento. Não deram fé do Cruzeiro do Sul, registado e desenhado já por Cadamosto no relato de uma das suas viagens à Guiné, em 1456, e que o seria de novo, em Abril daquele mesmo ano de 1500, por Mestre João, na carta em que dá parte a D. Manuel do achamento do Brasil. Embora, ao contrário de Colombo, tivessem desta feita achado “novo céu”, não deram bem conta disso...

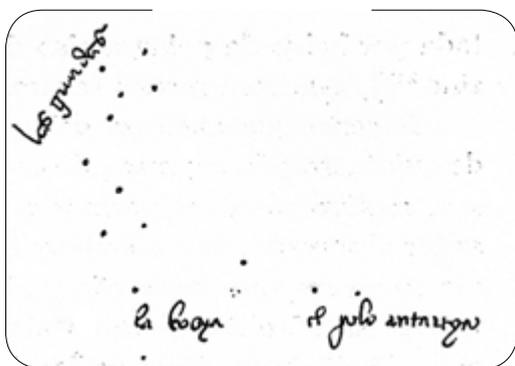
<sup>252</sup> Carta dos Reis a Gómez de Cervantes, Palma del Río, 12.XII.1501, *CDD*, II, doc. 544, p. 1362.

<sup>253</sup> Angléria, I, ix; Las Casas, *HI*, I, clxxii.

<sup>254</sup> *CDD*, II, doc. 426, pp. 1151-1153.

Admiraram-se de que não houvesse no céu uma estrela indicar o polo sul — que facilmente localizavam utilizando a bússola, ou tirando a bissetriz entre o nascer e o por do Sol — como no hemisfério norte fazia Polar. Na realidade há, a estrela *sigma* do Octante ( $\sigma$  *Octantis*), que se acha hoje a  $88^{\circ} 57' S$ , mas é dificilmente observável a olho nu, pois — numa escala logarítmica inversa, ou seja, decrescente, em que o 0 corresponde ao brilho da Vega,  $\alpha$  da Lira — é de magnitude 5,42, ao passo que a nossa *Polaris* (ou  $\alpha$  *Ursae Minoris*) é de magnitude 2. A estrela  $\beta$  da Hidra Macha ( $\beta$  *Hydrae*) é de magnitude 2,8 e portanto bem mais visível, mas dista mais do polo, já que está hoje a  $77^{\circ} 15' S$ . No século XVI os portugueses elaborariam um processo, simétrico do *Regimento do Norte*, para determinar a latitude pelo Cruzeiro do Sul, que é bem visível (a  $\alpha$  é de magnitude 0,77, a  $\beta$  1,25, e a  $\gamma$  1,59), mas dista mais do polo, pois as suas estrelas estendem-se atualmente entre  $55^{\circ}$  e  $64^{\circ} S$ ; para achar o polo há que prolongar 4 vezes e  $\frac{1}{2}$  o eixo principal da Cruz.

Mestre João assinala a posição do Polo Antártico, que não coincide precisamente com nenhuma estrela bem visível, o Cruzeiro do Sul, a que chama *las guardas*, certamente por lhe parecer que poderiam, à semelhança das Guardas da Ursa Maior no hemisfério boreal, servir de *relógio da noute* para indicar a hora sideral, de modo a assegurar a comparabilidade das observações em noites sucessivas,



**O Cruzeiro do Sul e o Polo Austral na carta de Mestre João**

(reproduzido de Luís Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimientos*, Atlântida, Coimbra, 1962, p. 361)

e outras estrelas que Luciano Pereira da Silva identificou com a  $\alpha$  Centauri, as  $\beta$ ,  $\gamma$  e  $\delta$  Apodis (Pássaro da Índia) e as  $\gamma$ ,  $\beta$  e  $\alpha$  Trianguli; e ainda uma estrela a que chama *La Bosya* (o que equivale aparentemente a *Buzina*, nome popular da Ursa Menor, por lhe ter parecido azada para indicar aproximadamente o Sul), que corresponde talvez à  $\xi$  Pavonis.

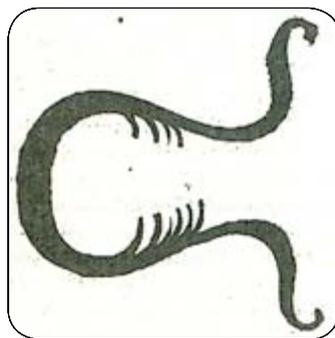
Pedro d'Abano (1250-1316), professor nas universidades de Paris e Pádua e amigo de Marco Polo refere no seu *Conciliator*<sup>255</sup> que aquele lhe afirmara ter observado, no seu retorno da China, num local em que a Polar era invisível, uma estrela que indicava o Polo Sul; alçava-se-lhe *uma lança* (c.  $14^{\circ}$ , como vimos) acima do horizonte, era “como um saco” e tinha uma

grande cauda. Como no seu regresso Marco Polo viajou num navio persa, que viera buscar a princesa Хөхөхчин, Khökhökhchin, Kōkejin ou 闊闊真Kököchin, prometida a Аргун хан, Argun Kān ou Arghun Khan, ilcā (*il-khān* ou “cā subordinado” da Pérsia, r. 1284-91), não admira que use predominantemente de nomes e medidas persas nos derradeiros capítulos do seu relato. Ao contrário do que Pedro d'Abano cuidou não era uma espécie de “Polar do Sul”, mas com toda a probabilidade um cometa. De qualquer modo Marco Polo não chegou jamais a penetrar no hemisfério austral, embora tenha passado muito perto do equador, ao atravessar o estreito de Cingapura (c.  $1^{\circ} N$ ) — pois a descrição que dá de Java (cuja latitude média é de c.  $7^{\circ} S$ ) é de outiva. Se, por hipótese, o cometa se encontrasse, como Pedro d'Abano cuidou, sobre o polo antártico, só seria visível c.  $14^{\circ}$  acima do horizonte a  $14^{\circ} S$ , o que não impede que apontasse *grosso modo* a direção do sul; e se estivesse a uma declinação de c.  $76^{\circ} S$  poder-se-ia ver do equador a c.  $14^{\circ}$  acima do horizonte.

<sup>255</sup> Petro Abano Patavino, *Conciliator Controversiarum, quae inter Philosophos et Medicos versantur, ... auctore (...)*, Apud Iuntas, Veneza, 1564 [reimp. anastática, Ed. Antenore, Pádua, 1985], differentia lxvii, fl 101 v.

João de Mandeville<sup>256</sup> afirma ter viajado no hemisfério sul e observado a estrela que aí indica o polo, mas ou se trata de influência de Pedro d'Abano ou de uma assunção *a priori*; na realidade essa parte do seu itinerário é retirada das viagens do Beato Odorico de Pordenone († 1331)<sup>257</sup>, um missionário franciscano que c. 1321, em rota da Índia para a China visitou Samatra, Java e o sul de Bornéu, mas se limita a registrar que após a escala em Lambri, no norte de Samatra (c. 5° N) perdeu de vista a Tramontana. Por certo que muitos outros devem ter, por analogia, feito um raciocínio semelhante, pelo que não é de admirar o espanto dos homens de Pinzón ao constatarem tal assimetria entre um e outro hemisfério.

Mesmo sem estrela que os guiasse perseveraram na mesma rota 240 léguas mais — ou seja, rumando a sudoeste, no máximo até 6° S, se de facto perderam a Tramontana exatamente ao passar o equador; como, porém, a estrela Polar distava naquele tempo c. 2° 30' do polo, além de que devido às brumas do horizonte é mal visível quando se eleva pouco sobre ele, é bem possível que a tenham perdido de vista ainda antes de cruzar o equador; pelas contas do Almirante Max Justo Guedes ter-se-lhes-á sumido a c. 5° 15' N. Seja como for, provavelmente a 26 de Maio, como se lê em Las Casas e no texto impresso de Angléria (a 20, na versão de Trevisan), avistaram finalmente terra, de que tomaram posse cortando ramos das árvores. Conquanto não seja fácil determinar o preciso ponto em que aterraram, tratava-se necessariamente de parte do atual Brasil, já que estavam no hemisfério sul e o equador passa em Macapá, capital do Amapá; o rio Oiapoque, fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil, desagua junto ao cabo Orange (4° 10' N, 42° 2' W), quase 500 km a norte da linha. Por certo sem disso darem conta, estavam



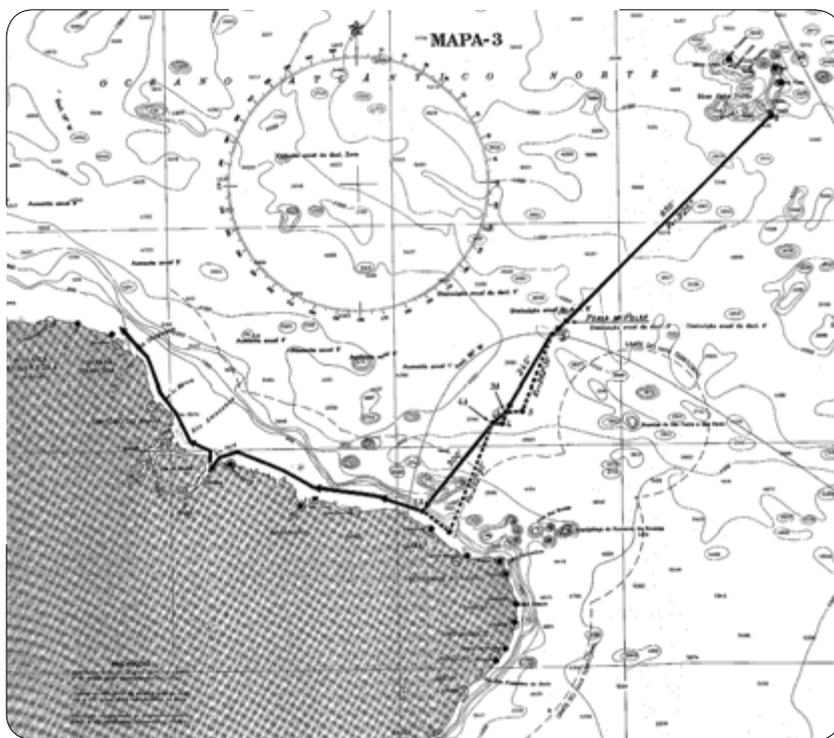
A “Estrela do Sul”, gravura da edição de 1565 do *Conciliator Controversiarum, quæ inter Philosophos et Medicos versantur*, de Pedro de Abano

Parece mais um polvo do que um astro... É evidente que não existem corpos celestes de quejando formato; o autor diz basear-se num esboço que lhe fez Marco Polo, mas não há garantias de que, mais de dois séculos e meio após a morte de ambos, o gravador que ilustrou a edição impressa tenha interpretado corretamente o desenho que viu no manuscrito, nem que neste Pedro de Abano tenha reproduzido convenientemente o esboço de seu amigo. Trata-se certamente de um cometa de dupla cauda visível, o que é um fenómeno frequente: uma cauda rênitinea, de plasma (gás ionizado), que se mantém sempre oposta ao Sol; e uma cauda, mais larga e bem visível, de poeiras impelidas pela radiação solar, que se incurvam sobre o plano da órbita por influência da gravidade do Sol. A parte esquerda do desenho (a cabeça do polvo) deve querer representar a cabeleira do cometa.

<sup>256</sup> cap. xx.

<sup>257</sup> Col. Sir Henry Yule, *Cathay and the way thither; being a collection of Medieval notices of China*, translated and edited by ..., 4 vols, Hakluyt Society, Londres, 1913 [reimp. Kraus Reprint Ltd, Nendeln (Liechtenstein), 1967], vol. II, cap. xx. Podem ver-se os principais textos antigos e medievais sobre a Índia e a China, traduzidos em castelhano, in Juan Gil, *La India y el Catay - Textos de la Antigüedad clásica y del Medievo occidental*, Alianza Editorial, Madrid, 1995.

aquém da raia de Tordesilhas, infringindo, por conseguinte as instruções recebidas; mas nem eles próprios nem ao depois qualquer outro em Espanha o deve ter notado: se nem a latitude sabiam calcular, como haviam de determinar a longitude?



#### **A viagem de Vicente Yáñez Pinzón de Cabo Verde à costa setentrional do Brasil (1499-1500)**

Almirante Max Justo Guedes, *História Naval Brasileira*, 1º vol., tomo I, mapa 3, p. 213

Com efeito, não se conhece exatamente a latitude a que se achavam pela simples razão de que, como no regresso explicaram a Pedro Mártir, a não sabiam calcular — o que, reconhecamo-lo, no hemisfério austral é mais difícil que no boreal. O processo mais corrente é medir a altura do Sol na sua passagem pelo meridiano do lugar, ou seja, ao meio-dia local e, segundo certas regras, adicioná-lo algebricamente à declinação do Sol naquele momento, o que requer a utilização de um almanaque ou de uma tabela. Foi o processo que Mestre Rodrigo e Mestre José Vizinho ensaiaram em S. Jorge da Mina, segundo tudo leva a crer à vista de Colombo — que no entanto em parte alguma dos seus escritos dá mostras de o ter aprendido ou tentado utilizar. Não nos atardaremos por isso sobre ele.

O mapa de Juan de la Cosa, que registra os resultados da viagem, debuxa um cabo que descobriram, que, à fé de Las Casas, que se baseou em diversos depoimentos nos *Pleitos*, tem sido identificado com o de Santo Agostinho, em Pernambuco ( $8^{\circ} 21' S$ ,  $34^{\circ} 56' W$ ). Ora, como vimos, não devem nunca ter baixado a mais de  $6^{\circ} S$ ; além do que, para dobrarem o cabo Santo Agostinho teriam de ter rumado a SSO e não a SO. Se depois de Cabo Verde os ventos e correntes os fizeram abater, foi em sentido oposto, para oeste e jámais para leste. Compare-se o que sucedeu por exemplo a D. Garcia de Noronha, sobrinho de Afonso de Albuquerque, à ida para a Índia em 1511: segundo o testemunho de João de Barros, deixou-se sotaventear em demasia, pelo que as suas naus — menos manobráveis, é certo, do que as caravelas — não conseguiram dobrar o cabo S. Agostinho ponto mais oriental do Brasil; viu-se por isso obrigado a tornar atrás e refazer a volta da Guiné, topando então com os conhecidos penedos de S. Pedro e S. Paulo, em que Gago Coutinho e Sacadura Cabral fariam em 1922 escala na sua célebre travessia aérea. Teve assim de regressar ao hemisfério norte e reiniciar a volta.

Por outro lado, embora utilizassem caravelas, aptas para bolinar, a facilidade com que do ponto em que aterraram remontaram para ONO, rumo a Pária, sugere que se achariam aquém do Cabo S. Roque (5° 28' S, 35° 20' W), no Rio Grande do Norte, em que a costa brasileira inflete decididamente para sul; não se encontrariam, portanto, na costa norte-sul do Brasil, onde ventos e correntes fluem para o austro dificultando em extremo grau a navegação em sentido oposto, mas no seu litoral setentrional, que corre aproximadamente leste-oeste e onde ventos e correntes fluem para ocidente — por conseguinte, no que durante muito tempo se denominou o “Estado do Maranhão”, dependente diretamente de Lisboa, devido precisamente à dificuldade de comunicar por via marítima com a Bahia.

Segundo o saudoso Almirante Max Justo Guedes, grande especialista da história naval brasileira, que examinou exaustivamente as fontes históricas subsistentes, incluindo os *Pleitos Colombinos*<sup>258</sup>, o cabo descoberto por Pinzón e assinalado por Juan de la Cosa não se situa nem em Pernambuco nem mesmo no Rio Grande, antes é identificável com a Ponta de Mucuripê, junto à atual cidade de Fortaleza, no Ceará<sup>259</sup>, a 3° 41' S, 49° 37' W.

Embora esse problema nos permaneça aqui marginal há que reconhecer que, de qualquer modo, os homens de Pinzón atingiram terras hoje brasileiras meses antes de Cabral, embora não antes de Duarte Pacheco Pereira, que se não as visitou pelo menos as avistou em 1498. É curioso notar que conquanto, na esteira de Duarte Leite<sup>260</sup>, vários autores portugueses se encarnicem a esgrimir os mais diversos argumentos contra a prioridade de Pinzón sobre Cabral, tanto quanto sabemos nenhum antes de Jorge Couto<sup>261</sup> atentou no capítulo xi da II parte do *Esmeraldo*, que claramente mostra que a terra que em 1498 Duarte Pacheco entreviu não era a Florida, como se tem aventado, mas o Brasil...

Mais adiante puderam fazer aguada no próprio mar, cujas águas eram doces; estavam por conseguinte nas bocas do Amazonas, conhecido ao tempo pelo seu nome nativo *Marañón*, que em tupi-guarani significa algo como “o mar corrente”, ou “rio semelhante ao mar”<sup>262</sup>. “Atreveram-se a dizer” a Pedro Mártir que a foz do rio media mais de trinta léguas de largura, o que espantou o humanista lombardo, mas é correto. Observaram que “o mar cede ao seu furor”, o que corresponde à pororoca, que Angléria, acertadamente, compara ao macaréu do Orinoco, observado anteriormente por Colombo — o que o leva a aventar que se trate do mesmo rio.

Embora o texto de Pedro Mártir apenas refira um grande rio e um mar doce, a anchura de 30 léguas atribuída à sua foz corresponde à do Amazonas e não à do

<sup>258</sup> São sobretudo relevantes os depoimentos de Andrés de Morales (Anunciada Colón, IV, pp. 2411-12), Alonso de Hojeda (pp. 2413-15), Nicolás Pérez (pp. 2415-17), Rodrigo de Bastidas (pp. 2188-2190 & 2419-21), Diego de Morales (pp. 2425-27), Pedro de Ledesma (pp. 2448-52), Bartolomé Roldán (pp. 2171-73 & 2469-71), Juan de Xerez (pp. 2184-85 & 2471-74), Cristóbal García (pp. 2386-87, 2559-62, 2605, 2610 & 2620, 2623), Diego Fernández Colmenero (pp. 2565-69, 2606, 2610, 2614 & 2620, 2624, 2634), Vicente Yáñez Pinzón (pp. 2452-55) e Arias Pérez (pp. 2609, 2610, 2614 & 2621)

<sup>259</sup> Max Justo Guedes, “As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira”, in *História Naval Brasileira*, vol. I, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975, pp. 178 & sqq.

<sup>260</sup> “Os falsos precursores de Álvares Cabral”, in Carlos Malheiro Dias (dir.), *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. I, Litografia Nacional, Porto, 1921, pp. 157-228; republicado com o mesmo título como livro em 1950 pela Portugália Ed.<sup>3</sup>; e inclusa, sem o apêndice documental, in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos - Coleção de esparsos*, organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, 2 vols, Ed. Cosmos, Lisboa, 1959-62, vol. I, pp. 507-536.

<sup>261</sup> *A construção do Brasil*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1995.

<sup>262</sup> Prof. Dr. Francisco da Silveira Bueno, *Vocabulário Tupi-Guarani Português*, Brasílivros, S. Paulo, 4ª ed., 1986, s. v. (cf. “Maraná” e “Paraná”).

Orinoco, que se espraia por um delta imenso, fracionando-se numa infinidade de canais, o que o não impede de fazer doce o mar. Angléria conhecia um fenómeno idêntico: nas bocas do Danúbio, cujo caudal médio é de 6.700 m<sup>3</sup> por segundo, <sup>1</sup>/<sub>31</sub> apenas do do Amazonas, que é de 209.000 m<sup>3</sup>/s.

Tal como Colombo, Pinzón fazia-se na Ásia, mais precisamene na Índia Transgângética, que equivale aproximadamente à Península Indochinesa.

O relato de Pedro Mártir é, nas suas linhas gerais, confirmado por diversos depoimentos nos *Pleitos Colombianos*, nomeadamente o de Antón Hernández Colmenero <sup>264</sup>, que participou na viagem, assistiu à tomada de posse da terra por Pinzón, em nome do Rei Católico — mais provavelmente em nome da Rainha, ou de ambos, mas D. Isabel falecera já quando o testemunho foi tomado — e no descobrimento do *Mar Dulce*:

*...fueron descubriendo por la costa de la dicha tierra adelante, por la vía del nordeste y entraron en un río en que hallaran agua dulce, que entra en la mar treynta leguas el agua duçe, e hallaron dentro del río um macaro, y estando surtos los navíos alçava de golpe de la mar, y el ruydo que traía, les alçó quatro braças el navío, e que en aquella tierra hallaron mucha gente pintada (...). E de aquel río Grande salieron y fueron descubriendo por la tierra adelante por la tierra firme hasta dentro a Paria.*

O texto é aparentemente elíptico, pois se de facto aterraram a sul do equador deviam ter deparado com dois mares doces, o do Amazonas e o do Orinoco, embora não seja impossível que, sem se aperceberem, tenham passado ao largo de um



#### Índios da bacia amazônica

Gravura de M. Lacroix, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Pérou*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1843.

É curioso notar que a bacia do Amazonas comunica com a do Orinoco por meio do braço ou canal de Casiquiare, de 326 km de extensão (situando-se a bifurcação junto a Piedra Lais, no sul da Venezuela), pelo qual uma parte das águas do Orinoco fluem para o Rio Negro, que por seu turno conflui com o Solimões em Manaus, para formar o Amazonas. Não sabemos se será por ter disso alguma noção se simplesmente por confundir, como Fernández de Oviedo, os dois *mares doces*, que o P<sup>e</sup> José de Acosta <sup>263</sup> se refere ao rio que desemboca defronte das ilhas Margarita e Trinidad, ou seja o Orinoco, como *Marañón*, que, como sabemos, é o nome nativo do Amazonas. Não se conhece menção escrita daquele curioso fenómeno antes século XVIII; a Real Expedición del Orinoco reconheceu-o em 1755 e o célebre naturalista Alexander von Humboldt verificou-o experimentalmente em 1800, passando de barco de uma bacia à outra.

<sup>263</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> VI, cap. ii.

<sup>264</sup> *Anunciada Colón*, III, p. 1234.

deles, provavelmente o do Orinoco, cujo caudal médio é nitidamente inferior ao do Amazonas: 33.000 m<sup>3</sup> por segundo, divididos por um maior número de bocas. Para mais, como atesta Las Casas, tinham instruções para não surgir com seu navio nem baixar a terra a menos de 50 léguas das terras de Pária, que Colombo descobrira, pelo que é natural que tenham passado ao largo, apenas começando a explorar metódicamente a costa a partir de Cumaná. Las Casas afirma, no entanto, que acharam um outro grande rio, a que chamaram Río Dulce, que o cronista identifica com o Yuyaparí de que fala noutros passos da sua obra, que é um dos braços do Orinoco que fluem para o golfo de Pária; no entanto a única menção que achámos deste Rio Dulce consta da deposição do cosmógrafo sevilhano Alonso de Santa Cruz nos *Pleitos*<sup>265</sup>, que se limita a dizer que constitui o limite oriental da terra de Pária.

A rota para nordeste de que fala Colmenero condiz sobretudo com o litoral do Amapá, entre a àtural Macapá e o cabo Norte em que a costa volta a infletir para noroeste; no entanto, se de facto a seguiram *antes* de toparem com desembocadura do Amazonas, terá sido porque se internaram no golfo da Marajó, em cuja margem meridional se situa a àtural cidade de Belém, contornando em seguida a ilha do mesmo nome. Se o macaréu que a testemunha refere correspondesse ao do Orinoco faria pouco sentido o que em seguida diz: *de aquel río Grande salieron y fueron descubriendo por la costa adelante por la tierra firme hasta dentro a Paria* — pois entre as bocas principais do Orinoco e o golfo de Pária pouca terra medeava a descobrir. Não é impossível que o deponente tenha fundido num só ambos os mares doces e ambos os macaréus; mas parece-nos mais provável que, tal como Pedro Mártir, se refira ao Amazonas, e que não tenha dado fé do Orinoco, em cujas bocas não entraram. Os outros depoimentos são demasiado sucintos para permitirem conclusões; mas o de Diego Hernández Colmenero<sup>266</sup>, provavelmente irmão de Antón, que seguia igualmente a bordo do navio de Pinzón contém um dado importante: afirma que do ponto em que aterraram no continente sul-americano até Pária descobriram 800 léguas de costa, o que coincide muito aproximadamente com a distância real entre o Ceará e o golfo achado por Colombo na sua terceira viagem.

Não encontrando nem ouro, nem pérolas, nem outra mercadoria de proveito, Pinzón *y sus muchachos* deitaram mão a 36 indígenas, para os venderem ao depois como escravos.

<sup>265</sup> *Ibidem*, III, p. 1665.

<sup>266</sup> *Ibidem*, III, pp. 1235-1236.

Ao longo da costa tão depressa topavam com nativos aguerridos, com quem tinham briga (sofrendo certa vez oito ou dez mortes), como com índios mansos, que os recebiam como anos antes os das Lucaias e da Espanhola haviam acolhido a Colombo. Em Pária mostraram-se-lhes hostis; Las Casas afiança que os naturais da



**Quauhoyohuatli seu Cassia  
Fistula**

Gravura de Francisco Hernández,  
*Rerum Medicarum Novæ Hispaniæ*  
*Thesaurus*, liv<sup>o</sup> III, cap. lv

A figura representa tanto as  
vagens como os cachos de flores e  
algumas flores individuais abertas.

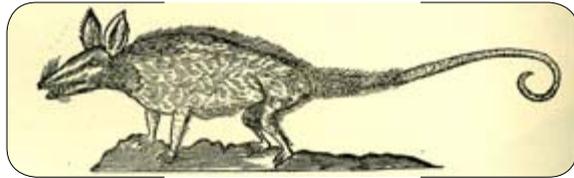
região eram pacíficos, e que só adõtaram uma postura adversa devido aos agravos que pouco antes haviam recebido da parte de Alonso Niño e Cristóbal Guerra, o que os teria posto em guarda contra os europeus. Estes foram entretanto topando em toda a costa com abundante pau-brasil, de que carregaram 3.000 arráteis, ou seja, umas cem arrobas. Trouxeram também, além de canela e gengibre, por certo tão falsos como os de Colombo, alguns topázios e amostras de canafistula<sup>267</sup> — provavelmente *Cassia grandis*, L. f., das Leguminosas, pois a *Cassia fistula*, L., embora hoje cultivada também nas Américas, é uma espécie asiática.

Facto assaz curioso, depararam pela primeira vez com um marsupial. Tratava-se com toda a probabilidade de um *Didelphis marsupialis*, L., da família dos Didelfídeos, animalzinho do tamanho de um gato, designado no Brasil por diversos nomes consoante as regiões, em especial por “gambá-comum”, e também conhecido por “opossum vulgar”. Em castelhano veio a ser chamado *zarigüeya*. Pedro Mártir descreve-o assim, anotando à margem “um animal nunca visto”:

Entre essas árvores foi achado uma alimária monstruosa, de cara de raposa, rabo de macaco, orelhas de morcego, mãos humanas, pés a imitar os dos símios, que os filhos já nascidos leva para outra parte, para onde quer que vá, num útero exterior a modo de bolsa grande. Esse animal, ainda que já morto, tu próprio o viste comigo e lhe deste voltas, e admiraste aquela bolsa, novo útero, novo remédio da natureza, com o qual dos caçadores, como de resto de outros animais violentos e rapaces, livra os filhos levando-os consigo. Dizem ter por experiência que a alimária sempre leva consigo os filhos no útero marsupial, e jâmais os solta senão a fim de os recrear ou amamentar, até que por si aprendam a buscar alimento. Com os filhos haviam agarrado o próprio animal, mas nos navios as crias ao dia seguinte morreram; a mãe contudo sobreviveu aos filhos alguns meses, mas também ela não pôde suportar a mudança de ar e de alimentos.

<sup>267</sup> Monardes, *op. cit.*, I parte, fl 25 & sqq.

Os marsupiais, de que existem 272 espécies diferentes, representam um ramo dos mamíferos distinto mas contemporâneo dos placentários, de que não são portanto antepassados; todos devem remontar a um ancestral comum, que viveu em finais do período Triássico, há coisa de duzentos e poucos milhões de anos. Os marsupiais diferenciaram-se no Cretácico inferior, provavelmente na América do Norte, onde foram encontrados os fósseis mais antigos; daí devem ter migrado para os outros continentes. Houve-os também na Europa, no Cretácico superior, encontrando-se nomeadamente em Portugal restos fossilizados; mas a concorrência dos placentários, de que se registam 5.209 espécies distintas, acabou por excluí-los de praticamente todo o Velho Mundo, bem como da América do Norte, sua pátria de origem. Na Austrália e Nova Guiné (onde os marsupiais devem ter chegado através da América do Sul e da Antártida, ainda unidas) passou-se o contrário, pelo que a sua fauna nativa não comporta mamíferos placentários. Só na América do Sul coexistem as duas ordens. Foi após a formação do istmo vulcânico do Panamá — que uniu as duas Américas, separou o Atlântico do Pacífico e possibilitou, há c. 2,7 milhões de anos, o grande intercâmbio americano do Cenozoico, descoberto em 1876 por Alfred Russel Wallace — que o opossum-da-virgínia (*Didelphis virginiana*, Kerr.) ganhou a América setentrional, onde é na fauna atual o único marsupial existente.



**Çarigüeya ou Taibi**

Gravura da *História Natural do Brasil* de Jorge Marcgrave

Enquanto os placentários, alimentados durante a gestação pela mãe através da placenta, são paridos tardiamente, numa forma quase definitiva, os marsupiais são paridos cedo, numa forma ainda incompleta, e aleitados pela mãe na bolsa marsupial até atingirem o desenvolvimento completo. Embora no Velho Mundo não subsistam em geral marsupiais, na Insulíndia oriental registam-se três espécies do género *Phalanger*. A única espécie conhecida entre nós de longa data (o *Phalanger orientalis*, Pallas, que ocorre em Timor, nas Molucas e na Nova Guiné, de onde foi possivelmente trazido pelo Homem como animal comestível) recebe em português os nomes de *cuço* (nome de origem molucana) ou *meda* (nome de origem tétum usado em Timor); em malaio o de *kuskus*, que passou a diversas línguas europeias. Foi pela primeira vez descrito por António Galvão na sua *História de Maluco*, datável de c. 1544<sup>268</sup>; a mais antiga figura a representá-lo é, tanto quanto sabemos, um desenho a lápis de um dos manuscritos da *História das ilhas de Maluco* de Gabriel Rebelo conservado na Biblioteca Nacional de Portugal<sup>269</sup>.

Na viagem de retorno Pinzón e sua companha passaram na Espanhola, onde chegaram a 23 de Junho, achando por conseguinte Colombo ainda no poder. Daí navegaram a oeste, aparentemente rumo a Cuba, não nos sendo porém claro o ponto que terão atingido. Uma tempestade, provavelmente um furacão, afundou-lhes então duas das caravelas e maltratou-lhes uma terceira; mas a quarta, com 18 homens a bordo,

<sup>268</sup> Hubert Th. Th. M. Jacobs, S. J., *A Treatise on the Molucas (c. 1544), probably the preliminary version of António Galvão's lost História das Molucas (...)*, Jesuit Historical Institute, Roma, (1971), cap. viii, p. 62.

<sup>269</sup> Reproduzimo-lo no nosso artigo “As cartas malaias de Abu Hayat, sultão de Ternate, a El-Rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco” in *Anais de História de Além-Mar*, nº 4 (2003), pp. 381-446.

pôde ainda ao cabo de oito dias resgatar os das demais que se haviam atirado ao mar e ganhado a praia; após o que regressou incólume a Espanha.

Se a viagem de Niño e Guerra foi a mais rendosa, esta foi, indubitavelmente a mais significativa do ponto de vista do conhecimento da Terra, e só por convenção atávica se pode classificar de *viagem menor*. Com ela ficou, de facto, comprovada a continentalidade da América Meridional, do Ceará à Colômbia — e, por conseguinte, posta em causa a competência geográfica do Almirante, que continuava a fazer-se entre o Cipango e o Cataio e a sonhar com o fantasma do Grão Cã...

Pouco tempo depois de Pinzón — mês e meio segundo um dos deponentes nos *Pleitos Colombinos* — fez-se à vela, na expressão de Las Casas, *otro descubridor o quizás destruidor*: Diego de Lepe, que seguiu aproximadamente o mesmo trajeto. Las Casas <sup>270</sup> afirma, certamente com base nos testemunhos apresentados nos *Pleitos* <sup>271</sup>, que aterrou no Brasil, num lugar próximo daquele em que desembarcara o seu predecessor e que se gabava mesmo de ter dobrado o cabo S. Agostinho, o que não parece possível, pois além do mais sabe-se pelo depoimento de Juan Calvo <sup>272</sup> que veio a encontrar Pinzón ainda nas bocas do Amazonas, não sendo portanto suficiente o tempo para tamanho périplo; ter-se-á, quando muito limitado a dobrar a ponta de Mucuripe por onde aquele se ficara. Há que notar que nenhuma das testemunhas que depuseram nos *Pleitos* voltou àquelas paragens, pelo que se torna evidente que apenas conheciam o cabo a que os portugueses chamaram de Santo Agostinho pelos mapas, de modo que a identificação da ponta que dobraram com aquele é meramente hipotética. O mais provável, contudo, é que tenham tomado terra no Pará, a leste da àtual Belém, rumando em seguida para oeste. Foi depois de ultrapassar Pinzón no *Mar Dulce* que Diego de Lepe começou verdadeiramente a descobrir, percorrendo todo o sector de costa hoje brasileira que vai das bocas do Amazonas ao Oiapoque, que constitui àtualmente a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa — ou seja, a costa do Amapá. Deve ser por essa razão que Pinzón veio a receber dos Reis apenas o governo da zona que vai desde o cabo a que chamou de “Santa María de la Consolación”, que deve corresponder à ponta de Mucuripe, a “Santa María de la Mar Dulce” no “Río Grande”, algures na foz do Amazonas, pois daí para norte coube o descobrimento a Lepe, que, como vimos, o ultrapassara entretanto. Pinzón veio a declarar nos *Pleitos* <sup>273</sup> que dobrara o *cabo de*

---

<sup>270</sup> *HI*, I, clxxiii.

<sup>271</sup> Veja-se o resumo das respostas dadas à VI pergunta da provança do fiscal em 1512, Anunciada Colón, III, pp. 1232-36.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 1237.

<sup>273</sup> *Ibidem*, pp. 1232-33.

*Consolação, qu'es en la parte de Portugal agora se llama cabo de Sant Agustín; mas temos sérias dúvidas de que tal identificação seja exata.*

Diego de Lepe prosseguiu do Mar Doce em direção a Pária, sem que se conheçam pormenores acerca da sua jornada. Sabe-se apenas que trouxe alguns cativos, que no regresso a Espanha entregou a D. Juan de Fonseca; e conclui Fr. Bartolomeu: *y fuera justo que el obispo lo castigara, y quizá lo hizo, si por ventura su ceguedad, que en este negocio de las Indas sempre tuvo, no se le estorbaba.*

Ao contrário de Pinzón, Diego de Lepe parece ter dado fé do Orinoco. O testemunho de Juan Rodríguez<sup>274</sup> é pouco claro, pois afirma que descobriram *seisçientas leguas de tierra firme, en que entra en esto el río Grande y el Marañón, y donde está en la mar el agua duçe*, o que pode não corresponder aos dos rios Amazonas e Orinoco (que avistaram por esta ordem), mas, respetivamente, à baía de Marajó, junto a Belém (em que desembocam tanto o Tocantins como ramais do Amazonas que para aí fluem pelos chamados “estreitos de Breves”), e às bocas principais do Amazonas, a norte da ilha de Marajó. O testemunho do português João Gonçalves<sup>275</sup>, que fez também parte da expedição, parece mais explícito: *salió del Río Grande fasta otro río qu'es en la costa, que se dize el dicho río Grande Santa Catalina, que hay más de trescientas leguas*; o Rio Grande *tout court* seria o Amazonas e o Rio Grande de Santa Catalina o Orinoco, devendo-se então subentender que “há mais de 300 léguas entre um e outro”, o que corresponde aproximadamente à distância entre as fozes de ambos os cursos de água, que é de c. 400 léguas, portanto, *más de trescientas*. Não é, porém, de todo em todo impossível, que *trescientas leguas* seja um lapso por *treinta leguas*, referindo-se à largura do Mar Doce, e nesse caso recairíamos no que afirmou Juan Rodríguez.

O piloto Andrés de Morales veio a declarar em 1512 na provança do fiscal<sup>276</sup> que, com base nas informações fornecidas por Vicente Yáñez e Diego de Lepe, desenhara ao tempo uma carta de marear — que fundada sobre informes de segunda mão não devia ser famosa — que entregou ao bispo Fonseca; mas infelizmente não chegou até nós, pois a despeito dos defeitos que por certo continha seria um testemunho interessante da percção que tiveram das terras descobertas. Paleia-nos um tanto a curiosidade o mapa de Piri Reis, a que aludimos já, que pode repousar sobre uma cópia daquele.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 1236

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 1237

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 1232.

Las Casas insere aqui um curto relato da expedição de Pedro Álvares Cabral que por esta época tocou no Brasil, tomado da *Ásia* de João Barros. E não se coíbe de citar o regimento que lhe dera D. Manuel, ordenando-lhe que na Índia procurasse converter mouros e idólatras mediante a pregação dos frades que com ele seguiam; mas que, caso se não convertessem, lhes fizesse “guerra cruel a fogo e sangue”. E conclui comentando: *por manera que a porradas habian de recibir la fe, aunque les pesase, como Mahoma introdujo en el mundo su secta*. Na realidade as coisas não eram assim tão simples: o escopo de D. Manuel não era exatamente impor-lhes a fé cristã, mas, mais prosaicamente, impedir a sua obstrução ao comércio português no Índico; contudo João de Barros, com a sua ideia fixa de tudo reduzir à Cruzada dava azo a tal interpretação.

Seguiu-se a expedição de Rodrigo de Bastidas, autorizado pelos Reis por carta régia de 5.VI.1500<sup>277</sup>. Partiu de Cádiz em Outubro desse ano, levando consigo Juan de la Cosa, e também Vasco Núñez de Balboa, que permaneceria nas Índias e seria o primeiro a avistar o Mar do Sul, mais tarde crismado de Pacífico por Magalhães. Como os seus predecessores rumou à costa venezuelana, percorrendo-a em direção a oeste. Avistou a Sierra Nevada de Santa Marta, na atual Colômbia, um maciço isolado dos Andes sobranceiro à costa, que atinge os 5.700 metros; descobriu em seguida o golfo de Urabá e o Darién, prosseguindo até ao Panamá, que atingiu um ano antes de Colombo. Tanto Oviedo<sup>278</sup> como Las Casas<sup>279</sup> dão alguns pormenores sobre a sua viagem, que Oviedo, no entanto, coloca em 1502. Manteve boas relações com os nativos, com quem comerciou sem violências, resgatando, segundo Oviedo, 40 marcos (9,2 kg) de ouro; sem embargo, a bem ou a mal, trouxe para Espanha um certo número de índios, ao lado de algum pau-brasil. Com os navios em mísero estado, comestos do gusano, foi a reparar-se em S. Domingos, onde porém naufragou, perdendo bens no valor de cinco contos de maravedis. Acusado por Bobadilla de ter defraudado o fisco, foi processado e mandado a ferros para Espanha — mas não juntamente com Colombo como pretende Oviedo, pois aquele fora preso no ano anterior. Seja como for, na corte foi absolvido e recebeu em recompensa de seus serviços uma pensão vitalícia, paga das rendas de Urabá e Cenú que havia explorado<sup>280</sup>. Deixamos de lado as novas viagens que ao depois efêtuou, posteriores à morte de Colombo.

---

<sup>277</sup> Conhecida através de uma pública-forma lavrada em Sevilha a 8.III.1503, *CDD*, II, doc. 451, pp. 1205-1207.

<sup>278</sup> III, viii.

<sup>279</sup> *HI*, II, ii.

<sup>280</sup> Cf. Ramón Ezquerro, artº “Bastidas, Rodrigo de” in *DHE*, vol. I, s. v.

Em 1502 empreendeu Hojeda uma segunda expedição. As capitulações que, por intermédio de D. Juan de Fonseca, agora bispo de Córdoba, celebrou com a Coroa <sup>281</sup> permitiam-lhe armar à sua custa dez navios para as Índias, para assim se ressarcir do prejuízo havido com a viagem precedente; vedavam-lhe tocar em Pária e no resto da zona perolífera até Curiana; autorizavam-no, ao invés, a comerciar no remanescente da costa que descobrira, onde, não sabemos se com razão se sem ela, se temia a intromissão de ingleses, pelo que devia tomar posse dela erigindo marcos; recomendavam-lhe que trouxesse para Espanha mais “pedras verdes” (talvez malaquite, de que terá enviado amostras aos Reis na viagem precedente), a maior porção que conseguisse; que procurasse, dentro da zona que lhe era atribuída, obter pérolas e ouro; e outorgavam-lhe, “enquanto sua mercê fosse” — portanto, por prazo ilimitado, mas revogável *ad nutum* — o título de governador de Cuquivacoa, com direito a metade *del provecho y renta que en la dicha ysla cada año se oviere*, até ao máximo de 300.000 maravedis. Concediam-lhe ao mesmo tempo, de juro e herdade na Espanhola, seis léguas de terra, na costa de Maguana. Estas derradeiras cláusulas devem ter sido sentidas por Colombo, que se encontrava então em Granada, onde foi firmada a capitulação, como outras tantas facadas no seu pobre coração...

A viagem correu mal <sup>282</sup>: Hojeda teve problemas com os portugueses em Cabo Verde, com os índios na Venezuela e finalmente com seus próprios companheiros, que acabaram por o prender, destituir e enviar a ferros para Santo Domingo. É, porém, notável pelo intento, embora frustrado, de fundar na costa da América do Sul, ao que parece na zona de Bahia Honda (12° 18' N, 71° 48' W), na península de Guajira, a primeira colónia espanhola, meses antes de Colombo, no decurso da sua quarta expedição, ter tentado fundar no Panamá a de Santa María de Belén, que não vingou. A ideia foi retomada em 1507 pelo Rei na Junta de Burgos, nomeando Hojeda governador da Nova Andaluzia, entre o cabo da Vela e o golfo de Urabá, na atual Colômbia. Mas essa história, posterior à morte de Colombo, não nos interessa aqui. Foi na Nova Andaluzia, no lugar onde depois foi erguida Cartagena de las Indias (10° 27' N, 75° 36' W), que Hojeda procedeu pela primeira vez à leitura do famigerado *requerimiento*, que acima traduzimos na íntegra.

---

<sup>281</sup> Granada, 8.VI.1501, *CDD*, II, doc. 471, pp. 1246-50.

<sup>282</sup> Acham-se no *CDD*, vol. III diversos documentos (588, 589, 597, 598, 599, 611, 632, 646, 664, 675-678) referentes a esta viagem, que nos não interessa especialmente; menos ainda nos interessa a que se efetuou na seqüência da nova capitulação, Medina del Campo, 30.IX.1504, *ibidem*, doc. 680.

Las Casas <sup>283</sup> dá Américo Vespúcio por companheiro de Hojeda também nesta viagem, o que não é impossível mas parece improvável. É natural que tivesse já regressado de Portugal, a cujo serviço fez pelo menos uma viagem ao Brasil em 1501-1502, conquanto na sua arqui-suspeita *Carta a Soderini* se gabe de ter participado numa segunda expedição que, nas suas grandes linhas, parece coincidir com a de Gonçalo Coelho em 1503-1504. Sabemos pelo testemunho de Petro Rondinelli <sup>284</sup> que em Outubro de 1502 estava de regresso a Sevilha. Nenhum outro documento menciona, contudo, a sua presença em Castela antes de Fevereiro de 1505, o que seria estranho se tivesse participado em posição de destaque na segunda viagem de Hojeda. Não é impossível que após uma estadia episódica em Sevilha haja regressado a Portugal e participado então na segunda viagem de Coelho. A nosso ver, o mais provável é que o probo dominico se tenha deixado despistar por uma das famigeradas cartas atribuídas ao florentino, onde jamais nomeia os capitães sob cujo comando navegou nem indica com precisão os lugares por onde andou. É claro que participação na viagem de Hojeda e na de Gonçalo Coelho são mutuamente exclusivas.

---

<sup>283</sup> *HI*, II, ii.

<sup>284</sup> Carta enviada para Florença a 3.X.1502, pub. por Carmen Radulet e Luis Filipe Thomaz, *Viagens Portuguesas...*, doc. VIII, p. 172 & 180.

## Operação de *charme* na Ligúria

Com esta série de viagens, incrementou-se largamente o conhecimento da América do Sul, cuja continentalidade quedou provada, enquanto os interesses espanhóis no Novo Mundo se começaram a derramar por uma área muito superior à descoberta por Colombo, que deve ter começado a sentir-se ultrapassado. Sentir-se-ia especialmente ultrajado pelas concessões de terras na Espanhola já que, como anota Las Casas <sup>285</sup>, interpretava extensivamente a 3ª cláusula das *Capitulações de Santa Fé*, entendendo que lhe cabia não só um quinhão nos bens móveis que das Índias se trouxessem, mas também a propriedade de um terço das terras que descobrisse. Como um ultraje, igualmente, deve ter Colombo sentido, quando dela soube, a criação de uma *Casa de la Contractación* em Sevilha <sup>286</sup>, que na prática significava o fim do seu quási-monopólio sobre o comércio das Índias. Não é, pois, de admirar que uma vez mais se tenha virado para Génova em busca de apoio moral, lançando uma verdadeira *operação de charme* na Ligúria.

Vendo cerceados pelos Reis Católicos os privilégios que lhe haviam outorgado em Santa Fé, decidiu então entregar cópia deles a Nicolò de Oderigo, embaixador da senhoria de Génova na corte espanhola <sup>287</sup>, depositando os originais na Cartuxa de Santa María de las Cuevas, em Sevilha {108}. Conservam-se duas cartas de Colombo a Oderigo, escritas ambas em Sevilha, datada uma de 21.III.1502 <sup>288</sup> e outra de 27.XII.1504 <sup>289</sup>, em que se refere tanto aos cartulários autenticados que lhe mandara entregar como a dois cartapácios de cartas missivas que mandara copiar, hoje perdidos, de que confiou um exemplar ao banqueiro genovês de Sevilha Francisco de Ribarol, enviando o outro para Génova, ao antigo embaixador, por intermédio de Franco Catanio, também conhecido por Francisco Cataño, igualmente genovês, mercador estante em Cádiz {109}. Se, como imagina Mascarenhas Barreto, Colombo fosse português, e para mais, meio-irmão del-rei D. Manuel, não se percebe porque terá recorrido ao embaixador genovês e não ao mano, que para mais era genro dos Reis Católicos!

---

<sup>285</sup> *HI*, I, cxxv.

<sup>286</sup> Ordenança de Alcalá de Henares, 20.I.1503, *CDD*, III, doc. 596, pp. 1459 & sqq.

<sup>287</sup> Carta de Colombo a Nicolò de Oderigo, de 21.III.1502, *Códice Colombo-Americano*, p. 322, pub. por Navarrete, *op. cit.*, doc. CXLVI, p. 471.

<sup>288</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc lxx, pp. 481-482.

<sup>289</sup> *Idem, ibidem*, doc. lxxxviii, pp. 520-521.

Pouco antes de escrever a primeira carta ao embaixador, em Fevereiro, fizera uma diligência complementar desta: endereçara ao Papa uma missiva, a dar conta dos serviços que prestara à Cristandade e a recomendar a evangelização dos índios do Novo Mundo, impetrando um breve que o autorizasse a escolher de entre o clero regular seis religiosos para enviar às Índias <sup>290</sup>.

Dos originais dos privilégios de Colombo tirara o tabelião Martín Rodríguez, a 5 de Janeiro de 1501, na presença do alcalde de Sevilha, quatro cópias autenticadas, de que apenas duas chegaram a nossos dias. Estiveram até 1670 em poder dos descendentes do embaixador Oderigo — que, pelos vistos as não remeteu integralmente ao doge nem ao conselho, a quem sem dúvida eram destinados — vindo apenas naquela data a ser entregues, agora como antigualha, à *Serenissima Repubblica di Genova*. Hoje conserva-se uma delas nos arquivos genoveses e a outra em Paris, para onde em 1808 a levou Napoleão <sup>291</sup>; uma terceira, não autenticada, acha-se atualmente nos Estados Unidos. Colombo refere-se a essas cópias que confiara a Nicolò de Oderigo na carta que, a 2 de Abril de 1502 — um dia depois de reformular o seu testamento — escreveu ao Banco S. Jorge de Génova, de que se conserva o original autógrafo <sup>292</sup>, hoje exposto na municipalidade genovesa: *yo deso a Don Diego, mi hijo, que de la renta toda que se obiere, que os acuda alí con el diezmo de toda ella cada um año para siempre, para [ser] en descuento de la renta del trigo y bino y otras bitualias comederas*.

Significativamente, a carta começava assim: *Muy nobles Señores: bien que el coerpo ande acá, el corazón está alí de continuo* {110}.

Parece-nos oportuno abrir aqui um parêntesis para explicar tanto aquela cláusula como o que era a *Banca* ou *Oficio de S. Jorge* — pois já um dos nossos historiadores desportivos me esgrimiou o argumento de que de 1445 a 1530 permanecera inativa, não aceitando depósitos, o que provaria a falsidade quer do testamento colombino de 1498 quer a da correspondência que aquele banco trocou com D. Cristóvão.

Sobre as origens desta instituição escreveu Maquiavel <sup>293</sup>:

E depois que os genoveses fizeram paz com os venezianos, após aquela importantíssima guerra, que há muitos anos atrás se seguiu entre eles, não podendo satisfazer aquela sua república àqueles cidadãos que grandes somas de dinheiro haviam emprestado, concedeu-lhes os

<sup>290</sup> Idem, *ibidem*, doc. lxxix, pp. 479-481.

<sup>291</sup> Vide *Il códice dei privilegi di Cristoforo Colombo* (RC, p. II, vol. ii, Roma, 1893), introdução.

<sup>292</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxi, p. 482-483.

<sup>293</sup> *Istorie*, libro VIII, citado por Emilio Marengo, Camillo Manfroni & Giuseppe Pessagno, *Il Banco di San Giorgio...*, “introduzione generale”, pp. 9-10.

ingressos da alfândega, e quis que segundo os créditos cada um pelos méritos da principal soma, daqueles ingressos participasse, até que pela Comuna fossem inteiramente satisfeitos. E para que pudessem reunir-se juntamente, consignaram-lhes o palácio que fica sobre a alfândega. Estes credores ordenaram então entre si um modo de governo, fazendo um conselho de cem deles, que as cousas deliberasse publicamente, e uma magistratura de oito cidadãos, os quais como cabeça de todos o executassem; e seus créditos dividiram em partes, às quais chamaram *logos* [*luoghi*, em italiano literário, *loghi* em dialeto lígure, literalmente “lugares”] e a todo o seu corpo intitularam de S. Jorge. Distribuído assim este seu governo, ocorreram à Comuna da cidade novas necessidades, onde recorreu a S. Jorge para novas ajudas, o qual, achando-se rico e bem administrado, a pôde servir...

Na realidade os primórdios do banco remontam a uma época anterior quer à grande guerra entre Veneza e Génova em 1293-98 quer à guerra de Tenedos e Chioggia, que durou de 1379 à paz de 1381, a que provavelmente quer aqui aludir Maquiavel: o banco resultou, de facto, da fusão de diversas *compere* (lit. “compras”) ou, do ponto de vista do Estado, vendas de rendas públicas aos seus credores, de que as primeiras datam de 1148, quando após a invasão almorávida da Península Ibérica e das Baleares, para reprimir o curso mourisco que recrudescera em toda a bacia ocidental do Mediterrâneo, a Senhoria de Génova decidiu organizar expedições militares contra Tortosa e Almería. Novos empréstimos públicos ou *compere* foram contraídos em anos subsequentes, que não cabe enumerar aqui. Os empréstimos vieram a ser conhecidos por *Compere del capitolo*, “compras do capítulo”, ou seja da assembleia dos magistrados da república. Uma vez que as suas origens remontam a 1148, a instituição é, no seu género, a mais antiga da Europa e quiçá do mundo inteiro. Em Veneza aparecem ligeiramente mais tarde institutos semelhantes, mas que não asseguram a multiplicidade de funções da sua congénere genovesa: os *monti*, originados pelos empréstimos forçados decretados em 1156, 1163 e 1173 pelo doge Miguel II, no quadro das empresas bélicas contra o imperador bizantino Manuel Comneno, que em 1171 se fundiram para dar origem à *Camera degli Imprestiti*, que tem já algo de um banco <sup>294</sup>.

Foi na segunda metade do século XIII que muitas (embora não todas) das *compere* existentes foram reunidas numa massa única, dividida 28.000 *logos* ou ações negociáveis, no valor total de 2.800.000 libras genovesas (o equivalente a 36,4 toneladas de prata), com o que os credores ou *comperisti* quedaram transformados em acionistas do bolo comum.

Pela mesma época foi elaborado o regulamento orgânico das *Compere del Capitolo*, que estava já em vigor em 1300, que regulavam a concessão de empréstimos e previa que toda a escrita da instituição fosse feita segundo o sistema das *partidas dobradas*, que a partir daí se difundiu por toda a Europa. Os rendimentos, chamados *paghe*, “pagas”, eram inicialmente liquidados aos quartéis do ano, e consistiam numa taxa fixa, entre 3 % e 7 %, segundo as diferentes *compere* incorporadas. No entanto no caso de certas alcavalas cuja cobrança o estado entregara à banca, o fruto consistia num dividendo, variável com a receita obtida, cuja gestão era deixada à massa dos credores; gradualmente, este sistema veio a predominar, transformando, por assim dizer em *ações* as *obrigações* da Banca. É também com a ordenança de 1303 que surgem os oito *Protetores*, quatro nobres e quatro mesterais, com que Colombo se viria a corresponder. Com a instituição dos *Protetores*, que podiam representar em juízo as *Compere*, o banco adquiriu definitivamente personalidade jurídica.

<sup>294</sup> Tudo o que se segue sobre a Banca de S. Jorge se baseia em Emilio Marengo, “L'antico debito pubblico genovese e la Casa di San Giorgio”, *ibidem*, livº I, pp. 19-281.

Foi durante o período em que Génova se sujeitou à suserania francesa (1396-1409) que o marechal Boucicault, que representava a França, ouvido o Conselho dos Anciãos, conferiu, em Abril de 1407, plenos poderes aos procuradores de S. Jorge para equilibrarem a dívida pública da Senhoria, que crescera desmesuradamente, revendo as contas, liquidando *logos*, e introduzindo na administração as reformas necessárias. Daí resultou a fisionomia definitiva da Sociedade de S. Jorge, que em 1437 e, sobretudo, em 1454 integrou a quase totalidade das *compere* extravagantes. Em 1488 o governo comprometeu-se a não lançar novas alcavalas nem aumentar as existentes em prejuízo da Banca, e a não se imiscuir na sua administração.

Em 1416 a situação financeira da sociedade era tão excelente que pôde não só pagar de dividendos 7% aos seus àcionistas, como amortizar 200 *logos*, ou seja, um capital de 20.000 libras genovesas. No século XVI o poderio da *Casa di San Giorgio*, que em 1453 assumira o governo de todas as possessões ultramarinas de Génova, era tal que Maquiavel chegou a exprimir o receio de que um dia se apossasse do poder político e absorvesse a república.

No entanto na segunda metade de Quatrocentos o banco experimentara uma série de dificuldades, devido sobretudo aos gastos feitos com a defesa de Caffa, a principal colónia genovesa no Mar Negro, assediada pelos Otomanos em 1456. Os pagamentos de dividendos começaram a ser feitos com grande atraso e anos houve em que não foram sequer pagos. Deve ser a esta crise que se referem os sábios da *Desordem* quando pretendem que a Banca permaneceu inativa de 1445 a 1530. Contudo, de que o banco não estava inativo é testemunho avondoso o facto de um sobrinho de Cristóvão Colombo — Pantaleone Bavarello, filho de Blanchineta Colombo, irmã do descobridor, e de Giacomo Bavarello, negociante de queijos — ter em 1517, por ato notarial, renunciado à parte que, a título de dote de sua mãe, lhe cabia numa casa que fora pertença de seu avô Domenico Colombo, em troca de duas *compere* de S. Jorge <sup>295</sup>. Jámais alguém compraria ações de um banco falido para mais em troca de uma casa, presa ao chão! E se estivesse inativo, como asseguraria a administração de Xio, que lhe estava confiada desde 1437?

Na realidade as dificuldades do banco vieram a ser resolvidas um pouco mais tarde, com o grande contrato de consolidação de 1539; mas foram entretanto paliadas com a venda antecipada dos dividendos futuros a um preço inferior ao nominal. Para isso obtiveram os Protetores um breve do papa Calisto III (r. 1455-58) a autorizar tal prática, que assim não foi assimilada à usura, condenada pela Igreja. É interessante notar que em Portugal, onde o primeiro banco, no sentido atual do termo, o Banco de Lisboa, só em 1821 viria a ser criado, a Coroa recorreu a partir do século XV a um expediente diferente para que os *padrões de juro* da dívida pública do Estado não recaíssem sob a condenação papal da usura: foram apresentados como *tenças* vendidas pelo Rei aos seus súbditos <sup>296</sup>.

Erra Cristóvão Colombo quando no testamento que fez em 1498, ao recomendar a seus herdeiros que apliquem os seus proventos na compra de *logos* do Ofício de S. Jorge, afirma que rendiam 6%: na realidade, embora até 1418 tenham rendido 7%, e em 1429

<sup>295</sup> Instrumento de 26.X.1517, feito em Génova perante o tabelião Parrisola; documento descoberto pelo marquês de Stagliano e por ele comunicado a H. Harisse, pub. *in op. cit.*, vol. II, doc. xlv, pp. 451-454 (*cf.* pp. 222-226).

<sup>296</sup> A. H. de Oliveira Marques, artº “Fazenda Pública”; Armando de Castro, artº “Juros” & artº “Bancos”, *in* Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, s. v.

ainda 6 %, de 1493 a 1499 os dividendos distribuídos equivaleram a apenas 2,8 % do capital investido. Por conseguinte, ou estamos perante uma das costumadas imprecisões exagerativas do Almirante, ou tinha ele em mente a venda antecipada das *paghe* a um preço inferior ao nominal e fez as contas aos fundos efetivamente empatados.

Como adiantámos já, foi a 1.IV.1502, na véspera de escrever à Banca San Giorgio, que Colombo fez um novo testamento, cujo conteúdo desconhecemos inteiramente, pois desapareceu nas circunstâncias que mais acima referimos. É-nos, pois, lícito espècular. O estado de espírito em que o redigiu, tal como a quase coincidência de data com a carta que escreveu à Banca, tornam de todo em todo improvável que dele tivesse eliminado as mostras de gênovofilia que constavam do primeiro; deduz-se até de todo este contexto que as terá ampliado. Nomeadamente, incluiu sem dúvida nele a consignação da dízima das suas rendas ao Ofício de S. Jorge, a cujos protètores escreveu no dia seguinte a comunicar essa decisão. Terá, por conseguinte, sido o silêncio que obteve como resposta da parte de Oderigo — que, ao que parece, nem respondeu às suas cartas, nem sequer fez chegar o cartulário às mãos das autoridades genoveses — que conduziu Colombo a rever a sua atitude, limitando-se no testamento final de 1506 a recomendar que saldasse as pequenas dívidas que mantinha para com diversos genoveses. Da parte do Almirante era, por certo, excesso de ingenuidade cuidar que os poderes de Génova se iriam imiscuir no caso, tanto mais que circulavam boatos de que ele se prepararia para entregar à Sereníssima República as terras que descobrira. Para as boas relações de Génova com Espanha era essencial nada fazer que parecesse confirmá-los.

Convém que expliquemos desde já por que razão, ao querer fazer um ato de caridade em Génova, consignou ele à *Banca* um décimo de todas as suas rendas. O legado devia ser usado *en descuento de la renta del trigo y bino y otras bitualias comederas*. Era de facto o Ofício de S. Jorge que cobrava a maior parte das taxas e alcavalas da República; ora para que aquele pudesse satisfazer os seus encargos e pagar aos seus àcionistas e crêdores, sem o que cessaria de captar a poupança de novos investidores, era necessário que o Estado, explícita ou implicitamente renunciasse ao direito de diminuir a carga fiscal que recaía sobre os seus súbditos, mantendo-a a um nível que permitisse cobrir os encargos da *Banca*. Colombo decidiu por isso beneficiar os pobres e em geral a população da sua terra natal concedendo aquele dízimo ao Ofício de S. Jorge, que não teria assim necessidade de o cobrar dos cidadãos; a população poderia assim adquirir os géneros alimentícios a um preço mais baixo, uma vez que quedariam então, no todo ou em parte, isentos de taxas.

Tornando à nossa história principal: torna-se evidente que nesta fase da vida, amargurado e desiludido com uma Espanha que se lhe afigurava mal agradecida, o

antigo tecelão se virava de novo em espírito para a pátria da sua infância, esperando quiçá receber ainda dela algum apoio.

A 8 de Dezembro a *Banca* respondeu-lhe com uma carta que começa assim <sup>297</sup>:

*Illustri et preclarissimo viro Domino Christofaro, Maiori Admirato Maris Oceani, Visse Regi et Gubernatori Generali Insularum et Continentis Assie et Indiarum cerenissimorum Regis et Regine et Capitaneo Generali Maris et Consiliario*

*Illustris vir et clarissime amantissimeque concivis* {111} *et domine memorandissime* [ou seja: “ilustre varão, claríssimo e amantíssimo concidadão, e mui memorável senhor”].

E continua em italiano, que vertemos:

Pelo respeitável juriconsulto Messer Nicolò de Oderigo, retornado da sua legação por conta desta nossa excelsa comunidade junto daqueles excelentíssimos e gloriosíssimos reis, nos foi dada uma carta de Vossa Claridade, a qual nos deu uma consolação singularíssima, vindo por ela ser Vossa Excelência, como é consentâneo à sua natureza, afeiçoado a esta sua originária pátria, a que demonstra singular amor e caridade, querendo que das graças que a Divina Bondade se dignou fazer a Vossa Excelência, a sobredita pátria e o povo dela devessem sentir boa comodidade e fruto memorável, tendo ordenado ao preclaríssimo Don Diego, vosso filho, que da décima parte de todos os seus réditos se deva nesta cidade prover a desagravo das alcavalas do grão, vinho e outras vidualhas, a qual cousa não poderia ser mais caritativa, nem também mais memorável, nem tender a maior memória de vossa glória; a qual entre as demais cousas é tão grande e tão singular quanto se haja por alguma escritura não haver jamais homem do mundo adquirido, havendo, por vossa própria indústria, ânimo e prudência, achado tamanha parte desta terra e globo do mundo inferior, a qual por todos os séculos passados aos homens da nossa [terra] habitável foi incógnita. Mas esta tamanha excelência vossa de tão singularíssima glória, a dizer verdade, nos parece muito mais memorável e completa, sendo fundada na humanidade e benignidade que demonstrastes ter a esta vossa primitiva pátria, pelo que louvamos com infinitas loas a vossa disposição e oramos ao Deus Omnipotente para que se digne conservar-vos longamente com felicidade. Ao sobredito Don Diego, vosso preclaríssimo filho, seremos sempre tão afeiçoados quanto importa à sua condição por ser vosso filho e pela excelência dos feitos e da glória vossa, de que a nossa pátria comum toma e houve parte; ao qual Don Diego nos oferecemos por carta, e assim nos oferecemos a Vossa Excelência para tudo quanto esteja em nossa mão fazer, para honra e acrescentamento da vossa gloriosíssima casa. O sobredito Messer Nicolò narrou-nos muitas cousas das vossas mercês e privilégios que aqui trouxe e tresladou, com o que estamos consoladíssimos e vos rendemos graças infinitas por aquilo de que nos fizestes partícipes.

Na mesma data os Protetores da Banca endreçaram outra carta ao “preclaríssimo varão D. Diego, honradíssimo filho do Almirante-Mor do Mar Oceano”, em que louvam a grande “caridade e ótima vontade” de seu pai “para com a sua primitiva pátria”, com o que sentiram “inenarrável consolação”.

<sup>297</sup> Minuta do notário Antonio Gallo, Chanceler do Banco, Arquivos do Estado, Génova, [*Registrum*] *Litterarum Officii Sancti Georgii*, 1499-1503, pp. 127-128; e carta dos Protetores do Banco da mesma data, apensa à precedente, Idem, *ibidem*, p. 128.

Estas cartas, que apenas conhecemos pela minuta conservada nos arquivos de Génova, parecem ter-se extraviado. De facto, quando a 7.XI.1504, Colombo regressou da sua quarta e última viagem ao Novo Mundo, não encontrou a que lhe era dirigida nem tomou conhecimento dela. A 27.XII.1504 queixou-se por carta a Nicolò Oderigo<sup>298</sup> de não ter recebido nem resposta deste nem da *Banca* às suas cartas de 1502, o que lhe pareceu que *descortesia fue deses Señores*, tanto mais que soubera por Messer Francisco de Ribarol, que as dádivas haviam chegado a salvamento {112} . Foi quiçá devido a tal aparente descortesia que o pagamento foi suspenso, não sabemos quando, como Giustiniani atesta; apenas sabemos com certeza quase absoluta que constava ainda do testamento de 1502, que desapareceu sem deixar rastro, pois um dia depois de o redigir, por carta autógrafa de que se conserva o original, comunicou à *Banca San Giorgio* que lhe legara o dízimo das suas rendas. Seja como for, não consta do testamento final do Almirante, feito a 19 de Maio de 1506, em que não aparecem já as mostras de genovofilia que caracterizavam o primeiro.

De facto, escrevendo uns trinta anos após os factos, Giustiniani refere ainda o legado, que *nella morte sua fece come bon patriota* {113}, *perche lassò per testamento all'Ufficio di S. Giorgio la decima parte delle sue entrate in perpetuo*, acrescentando: *nõ sò per qual cagione nõ si ha fatto* <sup>299</sup>. A razão, acabámos nós de a ver: é que essa cláusula não consta já do testamento final do Almirante. Seu primogénito D. Diego devia estar ao corrente das intenções de seu pai, pois antes de morrer, no testamento que fez em Sevilha, a 16.III.1509, bem como no que fez em Santo Domingo a 2.V.1523 <sup>300</sup> consignou a obras pias o dízimo das suas rendas; só que em vez de ser enviado para Génova devia ser distribuído em Sevilha por Fr. Gaspar Gorrizio.

Seja como for, as dádivas de caridade que Colombo mandou fazer em Génova são confirmadas quer pelas suas missivas ao embaixador genovês Nicolò de Oderigo quer pela sua correspondência com a *Banca S. Giorgio*, quer ainda pelos *Anais* de Giustiniani. Cabe pois perguntar: se Colombo não era genovês, porque fez, em Sevilha, tamanhos donativos aos pobres daquela cidade da Ligúria? {114} não haveria pobres mais perto ?

A ligação do descobridor a Génova é, além disso, ainda que indiretamente, confirmada pelos codicilos deste seu derradeiro testamento, a que aludimos mais atrás, em que institui seis legados, dos quais cinco a favor de genoveses {115} <sup>301</sup>.

<sup>298</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxxviii, pp. 520-521

<sup>299</sup> A. Giustiniani, *op. & loc. cit. supra*.

<sup>300</sup> Pub. por Harisse, *op. cit.*, tomo II, doc. i & vii, pp. 454 & sqq.

<sup>301</sup> Idem, *ibidem*, doc. XCIII, pp. 359-363.

De qualquer modo Colombo virou-se tarde de mais para a pátria onde nascera. Entre 1492 e 1498, quanto se achava ainda no fastígio da glória, jamais a menciona em qualquer de seus escritos; e, tal como as pessoas que só se lembram de Santa Bárbara quando ouvem fazer trovões, apenas voltou a pensar nela quando caiu em desgraça. A sua decêção perante o desprezo a que o embaixador Oderigo votou a sua carta de 1502 pode comover-nos, mas não espantar-nos.

Que saibamos a única coisa que de tais diligências colheu Colombo foi o elogio fúnebre que o ex-embaixador de Génova em Castela pronunciou na municipalidade genovesa, quando se soube aí da sua morte...

## A evasão mítico-mística

Além deste acesso de genovofilia, a desilusão que Colombo começou a sentir em Espanha desde a segunda viagem causou-lhe um agravamento das suas naturais propensões para a mística e para o ocultismo <sup>302</sup>.

Vimos já como o obsidiava a ideia de recuperar para a Cristandade a Casa Santa de Jerusalém, a que queria aplicar os réditos da exploração das terras que achara, e como o entusiasmava a cruzada magrebina que planeavam os Reis Católicos, de que a “santa empresa de Ourão” era, de momento, a faceta mais saliente. No seu testamento de 1498 repisava a mesma ideia:

*Y porque el tiempo que yo me mobi para ir a descubrir las Indias, fui con intención de suplicar al Rey y a la Reina, nuestros Señores, que de la renta que Sus Altezas de las Indias obiesen, que se determinasse de la gastar en la conquista de Jerusalem, y ansi se lo supliqué (...).  
Que todavía esté el dicho Don Diego o la persona que heredare d'este propósito de aumentar el más dinero que pudiere para hir com el Rey nuestro Señor, si fuere a Jerusalem a le conquistar, o hir solo com el más poder que tubiere, que plaçerá a Nuestro Señor, que si esta intención tiene e tubiere, que le dará el aderezo que lo podrá haçer y lo haga.*

E numa das suas últimas cartas à Rainha, datável de Agosto ou Setembro de 1501, depois de protestar que se entregara de alma e coração ao seu serviço, lamenta-se de que a indisposição da soberana *non da lugar que el regimiento d'este* [do comércio das Índias?] *vaya perfecto*, o que o contrista sobretudo por causa da empresa de Jerusalém <sup>303</sup>. Finalmente, em Fevereiro de 1502, em carta que escreveu ao Papa <sup>304</sup>, queixava-se veladamente do desinteresse dos soberanos por aquela santa empresa:

*Esta empresa [do descobrimento] se tomó con fin de gastar lo que d'ella se oviese en presidio de la Casa Santa a la Sancta Iglesia. Después que fui en ella y visto la tierra, escreví al Rey y a la Reina, mis Señores, que dende a siete años yo le pagaría çinquenta mill de pie y cinco mill de cavallo en la conquista d'ella (...). Nuestro Señor muy bien amostó que yo compliria, por experiencia amostar que podía dar este año a Sus Altezas çinto y veinte quintales de oro (...). Sathanás ha destorbado todo esto y con sus fuerças ha puesto en término que no haya effecto ni el uno ni el otro...*

Em carta aos Reis, escrita da Espanhola a 3.II.1500 <sup>305</sup>, pouco tempo antes de ser preso por Bobadilla, Colombo instara com eles para que além de lhe confirmarem

<sup>302</sup> Para mais detalhes, vide Juan Gil, *Utopías y Mitos del Descubrimiento*, vol. I.

<sup>303</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxv, pp. 471-472

<sup>304</sup> *Ibidem*, doc. lxxix, pp. 479-481.

<sup>305</sup> *Ibidem*, doc. xlvii, p. 427.

uma vez mais todos os privilégios que lhe haviam concedido, lhe confiassem o comando da expedição que iria recuperar Jerusalém; assim, o templo que outrora fora edificado com madeira e ouro de Ofir, poderia ser reconstruído, mais sumptuosamente ainda, com o ouro daquela Ofir em que estava e de que datava a sua carta: “da ilha Espanhola, outrora Ofir, a 3 de Fevereiro de 1500”.

Vimos já que a ideia de recuperar Jerusalém para a Cristandade era comum na época, e que nela comungavam quer Fernando *o Católico* quer Carlos VIII de França. Foi também uma das obsessões do nosso D. Manuel, e a *Crónica de Henrique VII* de Inglaterra (r. 1485-1509) regista a vinda de uma embaixada portuguesa a propor ao soberano inglês uma cruzada conjunta para recuperar a Casa Santa, gabando a humildade de D. Manuel que se declarava pronto a participar na expedição sob o comando de Henrique VII. O monarca português fez, aliás, imprimir em várias partes da cristandade epístolas suas ao Papa a propor-lhe tal cruzada, para assim fazer propaganda do seu projeto; e na Torre do Tombo existiam ainda no século XIX pelo menos três documentos a esse propósito, que ao depois desapareceram — quiçá subtraídos por partidários da teoria da “mercearia histórica”, que procura tudo reduzir a tratos de mercancia<sup>306</sup>. Se os seus projetos abortaram *in ovo* foi, por um lado, devido à oposição interna com que deparou, por outro devido a manobras diplomáticas como as do rei da Escócia, que, ansioso por se afirmar perante o vizinho inglês mais poderoso, queria reservar para si essa empresa, que o magnificaria no conspecto da Cristandade.

Notemos a talho de fouce que a sua estratégia era muito mais coerente do que a de Colombo, que pretendia explorar as terras que achara a ocidente para com os lucros que obtivesse financiar uma grande expedição ao Levante. É verdade que, se como o Almirante pensava, tivesse achado as Índias a incoerência poderia ser menor, pois prosseguindo o descobrimento acabaria por chegar às imediações da Terra Santa, como aliás, como vimos já, durante a sua segunda viagem sonhou um momento fazer. De qualquer maneira a estratégia do *Rei Venturoso* era muito mais consentânea: começou por empreender o bloqueio à boca do Mar Roxo para impedir a passagem de especiaria para Suez, e assim debilitar economicamente o Império Mameluco, contribuindo ao mesmo tempo para alçar o seu preço nos mercados da Europa<sup>307</sup>. A ideia era já antiga, proposta havia já quase dois séculos pelo dominicano francês Guilherme Adam († 1341), missionário na Pérsia (1314-17) e arcebispo

<sup>306</sup> Para mais detalhes *vide* o nosso supracitado estudo “L’idée impériale manuéline”.

<sup>307</sup> Jean Aubin, “Vasco da Gama, 1502”, *L & A*, III, pp. 305-321.

de Soltaniyè (122) no seu livro *De modo Sarracenis extirpandi*<sup>308</sup>. Aí preconizava o estabelecimento de uma base naval na ilha de Socotorá, para daí impor o bloqueio ao comércio muçulmano pelo Mar Roxo; a criação de estaleiros navais no Malabar; e o desvio do comércio especieiro do Egito para o Mar Negro, através do Golfo Pérsico e do Irão. Contudo, a falta de uma rota alternativa viável e a dificuldade do acesso ao Malabar e a Socotorá não permitiram que o projeto passasse do papel. Todavia, a rota alternativa que então faltava tinham-na agora na mão os portugueses: a rota do Cabo; e o achado de bons aliados no Malabar permitia-lhes não só basear aí o seu patrulhamento dos mares, como também criar estaleiros para renovar a sua frota. A viagem de Vasco da Gama abria ainda outras possibilidades: a aliança com a Etiópia Cristã, com que o Ocidente sonhava desde começos do século XIII; e mesmo a coligação com a Pérsia, agora xiita e por conseguinte anti-mameluca e anti-otomana, com que mesmo antes do advento da dinastia safávida (1501-1736), que impusera o xiismo como religião oficial, sonhara Veneza, em dias do sultão Ūzūn Ḥasan (r. 1453-78), da Dinastia do Carneiro Branco. E para além dela havia no Decão o império hindu de Vijayanagar ou Bisnaga, que almejava por se aliar aos portugueses contra os muçulmanos que dominavam o norte da Índia desde o século XIII, e estava mesmo disposto a selar a aliança pelo casamento de um filho de Narasimha Rāya II (r. 1491-1505) com uma filha de D. Manuel ou vice-versa. Tornavam-se teòricamente viáveis dois ataques simultâneos ao Sultanado Mameluco que dominava a Síria e o Egito, e tinha sob sua tutela os lugares santos do islão: um pelo Mar Vermelho, com o auxílio de todos aqueles aliados, outro pelo Mediterrâneo, com o apoio da Espanha, da Inglaterra e de outros voluntários que se oferecessem para a empresa. Com nada de isto podia contar Colombo.

Quanto à ideia colombina de reconstruir o Templo de Jerusalém, assaz pouco ortodoxa do ponto de vista cristão, rescende a judaísmo, mas tanto pode apontar para uma possível ascendência hebreia do descobridor como para as influências judaicas nas correntes milenaristas que ao tempo percorriam a Europa, de que colhia inspiração. Na época, a maior parte dos comentadores, tomando à letra as profecias a tal respeito que abundam na Bíblia, admitia que o Templo viria a ser reconstruído; mas imputavam a obra ao Anticristo, ansioso por afastar os fiéis do Evangelho.

Esta como outras ideias de Colombo, que evidenciam uma certa influência hebraica, assaz comuns na época por exemplo entre os franciscanos, apresentam-se contudo muito mais como resquícios de religião judaica que como criptojudaísmo,

---

<sup>308</sup> Pub. in *Recueil des Historiens des Croisades - Série Armenienne*, vol. II, Paris 1906, pp. 521-555.

como claramente se vê por outros passos do seu *Livro das Profecias*. O mais significativo é, sem dúvida, a transcrição integral de uma epístola de Rabi Samuel, de Fez, a Mestre Isaac, rabino da sinagoga de Marrocos ou Marráquexe <sup>309</sup>, que fora em 1338 traduzida do árabe em romance pelo dominicano espanhol Alfonso Bonhome <sup>310</sup>. A citação ocupa na edição impressa quatro páginas e meia, o que nos impede de aqui a transcrever na íntegra; mas há frases particularmente significativas, como a seguinte, do capítulo 17 (§ 83 da colêânea de Colombo):

*Temo, mi señor, que Dios vencedor vivificó et dio vida a estas gentes [sc., os cristãos] por la su fe, e él nos mató a nos con la incredulidad e dureza, segund' El dise por la boca de Isaías en el capítulo LXV, onde dise assí "Esto dise el Señor: ¿por qué vos llamé e non me respondistes? los mis servos comerán e vos fambrearedes; catad que los mis siervos viverán e vos peresceredes de sed; los mis siervos se alegrarán en alegría de corazón e vos seredes confundidos en amargura de vuestro corazón. Et matar te ha Dios, o Israel, e llamará sus siervos por otro nombre, en el cual nombre bendixirá aquel Dios que es bendicho sobre la tierra".*

E animados por esta e outras profecias que se haviam cumprido nos cristãos, converteram-se ao cristianismo ambos os rabis.

Aparentemente, Colombo sentia-se investido na missão apocalíptica de estabelecer nas Índias a justiça. Assim o afirmou, como vimos, ao ancião que em Cuba lhe endereçou um discurso filosófico; e assim confessa ter feito por várias vezes na Jamaica: quando lhe perguntavam de onde vinha e como se chamava, respondia *como hera enbiado de V. Al. a honrar mucho a los buenos y destruir a los malos* <sup>311</sup>. Daí o seu projeto de destruir as ilhas dos canibais, que apenas a doença que o acometeu em Setembro de 1494 lhe impediu concretizar.

Aterrorizados com os cavalos, os cães e as armas de fogo, os nativos da Espanhola pouca resistência ofereceram à conquista. Em consonância com uma tradição que vinha das cruzadas — em cujas crônicas se vêem os santos, os anjos e mesmo o próprio Deus intervir milagrosamente a favor dos combatentes cristãos — Colombo tendia a apresentar como miraculosas todas as suas vitórias. É interessante comparar esta atitude com o que, poucos anos volvidos, se passa do lado luso, nas Índias Orientais — em que a aprovação divina à luta que conduzem os portugueses se

<sup>309</sup> §§ 81-84.

<sup>310</sup> Nicolás Antonio, *Biblioteca Hispana Antigua, o de los Escritores Españoles que brillaron desde Augusto hasta el año de Cristo de MD*, 2 vols, [Traducción de la edición que hizo Don Francisco Pérez Bayer en 1788, y que fué impresa en Madrid en la Imprenta de la Viúda y Herederos de Don Joaquín Ibarra, impresor real], Fundación Universitaria Española, Madrid, 1998, tomo II, liv<sup>o</sup> VII, cap. i, §§ 7-8, p. 3.

<sup>311</sup> Carta de 26.II.1495 aos Reis, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 309.

manifesta por sinais que muitas vezes se aproximam do milagre: multidões de cadáveres de muçulmanos, mortos por flechas em Ormuz em 1507, sem dúvida pelos anjos do céu, porque os portugueses só estavam armados com fusis <sup>312</sup>; o pequeno número de baixas sofridas pelos portugueses em diversos combates, como em Cochim, onde pereceram 2.000 homens do Samorim sem que nenhum português tivesse sido morto <sup>313</sup>; mesquitas destruídas pelos portugueses cujos pilares desabam levando consigo o teto, acidente de que eles escapam ilesos <sup>314</sup>.

Houve ainda sinais premonitórios da aprovação divina à estratégia que os portugueses tentavam pôr em prática, especialmente a aliança com o Preste João: durante a expedição conduzida em 1513 no Mar Vermelho por Afonso de Albuquerque surgiu no céu uma cruz luminosa, que não pôde ser ofuscada nem mesmo por uma nuvem que se aproximava. A nuvem fendeu-se ao tocar a cruz porque esta indicava a direção do Preste João. Alguns dias mais tarde, um novo sinal foi visto: uma espécie de relâmpago ou raio de fogo, que se levantou da costa da Etiópia, atravessou o Mar Vermelho e caiu, finalmente, sobre Meca <sup>315</sup>.

Sem embargo de a conquista do Novo Mundo nada ter a ver com a Cruzada, também Colombo tomou a facilidade com que se apoderou da Espanhola por um milagre divino; e nos inícios da campanha da Vega Real, em 1495, observou:

*Y así plugo a Nuestro Señor que [Guarionex?] me esperó, que aunque [os caciques] me enbiavan presentes, tienen cobrado un tan gran temor que no osan esperarme y se fuyen a las agras sierras. Ni yo les hize jamás mal, antes les enbió dádivas y halagos a sus criados y a su gente cuando me los embían, ni [h]é usado crueldad con nadie. Todo esto es voluntad de Dios, milagre evidente, porqu'es çierto que ay aquí tanta gente que, en nombre de dezir, que sólo con el soplo, si ellos osasen, nos hechasen sin tocar de los pies hasta Castilla, ni son de poco ingenio ni fuerza ni rudos en pelea.*

Colombo foi-se, por outro lado, gradualmente convencendo de que descobrira o Paraíso Terrestre, que a tradição medieval, que radica em última análise de livro do *Génesis* <sup>316</sup>, colocava na extremidade oriental da terra habitável; é aí que, de facto, figura bastas vezes em antigos mapas. Ora, como notámos já, Colombo jamais se

<sup>312</sup> Carta de Albuquerque ao vice-rei, conservada em versão italiana e em dois manuscritos portugueses apógrafos, recentemente descobertos; edição crítica in Radulet & Thomaz, *Viagens portuguesas à Índia...* (cf. *supra* nota 41), doc. XII, pp. 257 & sq. Este milagre é referido em duas estrofes dos *Lusíadas*: II, 49 e X, 40.

<sup>313</sup> Carta de D. Manuel aos magistrados municipais de Porto, 8.VII.1505, *C.A.A.*, II, pp. 257-258.

<sup>314</sup> Cf. *supra* nota 90.

<sup>315</sup> Carta de Albuquerque ao Rei, 4.XII.1513, *C.A.A.*, I, p. 219 e 231.

<sup>316</sup> 2, 8; 3, 24.

rendeu à evidência de que achara um continente novo e não a extremidade da Ásia, pelo que sempre se creu perto do Paraíso. Nas suas duas primeiras viagens contactou quase exclusivamente os índios taínos, que povoavam as Antilhas Maiores e o norte das Menores, que de uma maneira geral acolheram bem os recém-vindos e estabeleceram com eles relações predominantemente pacíficas. É devido a esses contactos que em castelhano, e daí em português, são de origem taína numerosos termos que designam cousas próprias do Novo Mundo, como *canoa*, *cacique*, *batata*, *goiaba*, *maca*, *piroga*, *maiz*, etc.

Embora dos escritos colombinos não ressumbre em geral tamanha admiração pelo *bom selvagem* como a que transparece na *Carta* de Pero Vaz de Caminha, o carácter pacífico dos taínos não lhe devia parecer incompatível com o que seria de esperar de gentes vizinhas do Paraíso Terreal. É verdade que logo a 13.I.1493 regista no seu *Diário* a existência da gente dita numas partes *de Carib* em outras *de Canib*, que faziam aos taínos grande medo por comerem carne humana; mas, por então, poucos contactos teve com eles.

Relacionando cousas que em rigor não têm entre si qualquer espécie de relação — como a quietude do Atlântico sob o anticiclone dos Açores e a existência de uma linha de magnetismo agónico um pouco a ocidente do arquipélago — Colombo acabou por arquitetar uma teoria que identificava a raia que sugerira dever constar da bula papal de 1493, sita 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde e dos Açores, como limite do mundo paradisíaco que cria ter atingido; é talvez daí que vem a sua teima nas cem léguas que o acompanhou até à morte.

Essa ideia aparece claramente expressa sobretudo na *Relação* da terceira viagem, de que falámos já em detalhe. Colombo encontra-se já no golfo de Pária, entre a ilha da Trinidad e o que é hoje costa venezuelana, mas recapitula o que se passara antes <sup>317</sup>:

*Quando yo nabegué d'Espanña a las Yndias fallo luego, en pasando çien leguas de las islas de los Açores, grandísimo mudamiento en el çielo y en las estrellas y en la temperançia del aire y en las aguas de la mar (...). Fallo que de setentrion en austro, pasando las dichas çien leguas, que luego las agujas de marear, que hasta entonces nordesteavan, nuruestean una cuarta (...), esto es, en llegando alli <a> aquella liña, como quien transpone una cuesta; y ansí mesmo hallo toda la mar llena de yerva (...). Fallo también, en llegando allí, la mar muy suave y llana, y bien que viene recio, nunca se lebanta...*

---

<sup>317</sup> *Relación del Tercer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 375.

Com a sua habitual inépcia para determinar coordenadas geográficas, Colombo continuava cerca de um ano após essa bravata a afirmar <sup>318</sup> que a Espanhola, que se situa entre as latitudes extremas de 17° 36' e 18° 35' N, jazia no mesmo paralelo que as Canárias, que na realidade ficam c. 10° mais a norte, entre 27° 49' e 29° 46' N; a latitude da Espanhola é assim mais próxima da das ilhas de Cabo Verde, que se estendem de 14° 43' a 17° 13' N. A maior verdejância daquela ilha comparada à relativa aridez destes dois arquipélagos, explica-se pela maior pluviosidade das fachadas orientais dos continentes, fenómeno complexo, de que, diga-se em prol da verdade, Colombo não podia ter noção; explica-a assim pela sua maior proximidade ao céu, em consonância com a sua teoria da terra piriforme.

Não é só isso o que constitui erro crasso, mas a afirmação de que o céu era ali diferente do do Velho Mundo. Esse descobrimento de um “novo céu”, com que se cumpriria a profecia do Apocalipse de S. João <sup>319</sup> “vi um novo céu e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra desapareceram e o mar cessou de existir”, jámais teve lugar fora da sua imaginação, pois à mesma latitude o aspeto do céu no Novo Mundo é rigorosamente igual ao que apresenta no Velho. Quem se poderia gabar de ter achado novo céu era Pinzón, que cruzou o equador e penetrou no hemisfério sul. De facto, a visibilidade de cada constelação no céu noturno depende apenas da época do ano e da latitude do observador, jámais da longitude; e do equador de que, se de facto visitou a Mina, andou próximo, pudera Colombo observar a quase totalidade das estrelas da abóbada celeste, pois sob o círculo equinocial o horizonte vai de polo a polo. É por conseguinte totalmente impossível que das Antilhas tenha observado astros desconhecidos. Estava, porém, persuadido do contrário, e foi o que o levou a aplicar à sua pessoa o que o Apocalipse de S. João afirma do fim dos tempos, concluindo: do que Deus *me hizo mensajero y amostró aquella parte* <sup>320</sup>. E no entanto, no meio de tanta novidade, não compreendeu jámais que estava no Novo Mundo, e não nas franjas orientais do Velho...

Foi, como narra na sua conhecida *Carta à Ama* <sup>321</sup>, na noite de Natal de 1499 que Deus lhe dirigiu milagrosamente a palavra, consolando-o e exortando-o a preservar: *esfuerça, no temas* — ter-lhe-á dito então — *Yó proveré en todos: los siete años de término del oro no son pasados, y en ellos y en el otro te dará remedio*. A visão, que

<sup>318</sup> Carta aos Reis, datável de 1498-99, *ibidem*, doc. xliii, pp. 422-423.

<sup>319</sup> 21, 1; *cf.* Isaías, 65, 17

<sup>320</sup> Carta à Ama, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlvi, p. 430-431.

<sup>321</sup> *Ibidem*, doc. xlvi, pp. 430 & sqq.

D. Hernando refere igualmente <sup>322</sup>, teve ao que parece lugar em Concepción de la Vega, no centro da Espanhola; terá sido por isso que no seu testamento encomendou o Almirante a seus herdeiros que ali erguessem uma capela e a dotassem de modo a manter três capelães que aí celebrassem diariamente três missas <sup>323</sup>. Revelou-lhe Deus também dessa feita *que avía ochenta leguas de tierra*, não se percebe bem onde, *y en todas, cabo ellas, minas*.

Esta “mística do ouro”, de que o próprio Deus revelaria as jazidas, insere-se na tradição do messianismo peninsular de finais da Idade Média, de que constitui uma das componentes <sup>324</sup>; remonta em última análise a uma das correntes da apocalíptica judeo-cristã dos primeiros séculos, que tinha a abundância de bens materiais como um dos principais traços da época messiânica. Dessa corrente testemunha Santo Ireneu de Lião ao escrever <sup>325</sup>: “tal como recordam dele haver escutado os anciãos que viram João, discípulo do Senhor, nesses tempos ensinava o Senhor dizendo: 'dias virão em que nascerão vinhas tendo cada uma dez mil sarmentos, e num sarmento dez mil rebentos, e num rebento dez mil cachos, e em cada cacho dez mil bagos, e cada bago espremido dará vinte cinco almudes de vinho (...); e do mesmo modo o grão de trigo há de gerar dez mil espigas, tendo cada uma dez mil grãos, e cada grão dará cinco vezes dois arráteis de farinha alva limpa; e assim por diante os outros pomos e sementes e ervas, à mesma razão' “.

A crer em Oviedo <sup>326</sup>, antes de mandar os seus homens a procurar ouro Colombo coagia-os a confessarem-se e comungarem, para que Deus lhes desse boa colheita. Obrigava também os soldados a assistirem a todas as missas que mandava celebrar em ação de graças, cada vez que a sorte das armas lhe era favorável, que descobria novas ilhas ou achava novas minas de ouro. Da conta em que tinha esse metal é exemplo bastante o que, com a consueta desmesura, escreve na *Relación del Cuarto Viaje* <sup>327</sup>: após afirmar que quem tem pérolas ou pedras preciosas vai até aos confins do mundo para as trocar por ouro, conclui: *El oro es exçelentísimo; del oro se haz thesoro, y con él, quien lo tiene haz quanto quiere en el mundo (...), y llega a que echa las ánimas al Paraíso!*

Colombo olhava sempre os achados de ouro como um favor do céu, que lógicamente devia beneficiar preferentemente os mais vituosos. Deus, porém, na sua filantropia não o negava sequer aos mais graves pecadores: como explica num outro passo da sua *Carta à Ama*: embora a alguns concedesse achar num só dia

<sup>322</sup> HA, cap. lxxxiv (lxiii).

<sup>323</sup> *Ibidem*, doc. ci, p. 535.

<sup>324</sup> Achar-se-ão dados pormenorizados in A. Milhou, *op. cit. supra*.

<sup>325</sup> *Contra Hæreses*, liv<sup>o</sup> V, cap. xxxiii, v. 3: Migne, *Patrologia Græca*, tomo V, col. 1096-1097.

<sup>326</sup> III, iii.

<sup>327</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 497.

até 120 castelhanos (540 g) ou mesmo cinco marcos (1,15 kg) em quatro horas, *por torpe que sea la persona, que no abaxará de un castellano o dos cada día*.

Já antes daquela revelação sobrenatural das jazidas de ouro que teve na noite de Natal de 1499, estando Colombo em estado de profundo abatimento, experimentara uma visita de Deus, que com o seu braço direito o erguera, dizendo-lhe: *o hombre de poca fe, levanta-te que Yo soy, no ayas miedo*. Voltaria a falar-lhe pelo menos uma vez mais, em Janeiro de 1503, na costa do Panamá, rematando a sua teofania com estas palavras consoladoras<sup>328</sup>: *confía y no temas: todas estas tribulaciones están escritas en piedra mármol, y no sin causa*. Certo dessa eleição divina, mostrava-se o descobridor persuadido de que Deus não só lhe viria a fazer justiça na terra, restaurando-lhe os privilégios que lhe haviam sido derogados, mas também a castigar os seus opositores, segundo a experiência que até aí tinha: *hasta hoy no a avido persona contra mí con malicia que no lo haya Él castigado*<sup>329</sup>.

Na carta que, a rogo da Rainha, lhe escrevera de Burgos a 5.VIII.1495<sup>330</sup>, Mossen Jaime Ferrer de Blanes deitara achas na fogueira, chamando-lhe “novo Tomé do Ocidente”, por ter levado por ocidente às Índias a luz da fé que S. Tomé lhes levara por oriente, e acalentando-lhe assim os devaneios messiânicos:

*Yo, Señor; contemplo este gran misterio: la divina e infallible providencia mandó el grande Thomás de Occidente en Oriente por manifestar en India nuestra sancta e cathólica ley: e a vós, Señor, mandó por esta oppósita parte de Oriente a Poniente, tanto que por divina voluntad sois llegado en Oriente y en las estremas partes de la India Superior; para que oyan los siguientes lo que sus antipassados negligeron de la predicación de Thomás (...). E cumplir-se-há lo que dixo la Summa Verdad, que todo el mundo estaría debaxo de un pastor y una ley; el que por cierto sería impossible si en essas partes los pueblos nudos de ropa y más nudos de doctrina no fueren informados de nuestra sancta fe. Y, cierto, en esto que diré no pienso errar: que el oficio que vos, Señor, tenéis, vos pone en cuenta de apóstolo y ambaxador de Dios, mandado por su divinal juizio a faser conocer su sancto nombre en partes de incógnita verdad.*

e conclui com uma crítica às instâncias romanas, ao jeito das que lhes faziam os franciscanos espirituais da época:

*Ni sería apartado de razón ni del precepto divino que un apóstolo o cardenal de Roma en exas partes tomasse parte de vuestros gloriosos trabajos; pero la gravedad y peso de sus grandes mantos y la dolçura de sus delicado bivar les quita la gana de seguir tal camino...*

<sup>328</sup> *Relación del Cuarto Viaje, Ibidem*, doc. lxxiv, p. 492.

<sup>329</sup> Carta aos Reis datável de 1498-99, *ibidem*, doc. xliii, p. 422.

<sup>330</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xv, p. 233.

O mais curioso de tudo isto é que, no momento em que foi escrita a carta, não fora ainda batizado um único índio nas Índias Ocidentais. Haveria que esperar ainda um ano e mais um mês, e que aproveitar de uma ausência de Colombo em Espanha...

Onde, porém, melhor se lê a sua convicção de que Deus o predestinara para uma missão providencial é no *Livro das Profecias*, que compilou com a ajuda de seu amigo, o monge cartuxo Fr. Gaspar Gorrício, após a sua prisão em 1500. É assim contemporâneo



**O altar-mor da catedral de Sevilha**

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérault, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

dos sucessivos *memoriais de agravos*, mais prosaicos, que pela mesma época endereçou aos monarcas. Com a compilação desse impressionante elenco de 277 profecias Colombo procuraria em primeiro lugar firmar-se a si mesmo na crença da sua predestinação; e em segundo lugar convencer dela os Reis, a quem o livro é dedicado, lembrando-lhes ao mesmo tempo a nobre causa da recuperação da Casa Santa.

Dir-se-ia que Colombo aplicava a si próprio a profecia de Jeremias: “antes de te formar no útero de tua mãe Eu conheci-te, e antes de saíres do seu seio consagrei-te e te constituí profeta para as nações”<sup>331</sup>. Fr. Gaspar selccionara-lhe um passo dos *Soliloquios* de Santo Agostinho que a cita e Colombo, de seu punho, transcreveu-a parcialmente à margem<sup>332</sup>, o que mostra que lhes atribuía primordial importância.

Convicto, não sabemos porquê, de que Colombo, além da notável erudição humanística, náutica e científica que lhe empresta, possuía também larga cultura teológica, Mascarenhas Barreto põe em dúvida o contributo de Fr. Gaspar Gorrício para a redação do livro, reduzindo-o a mero “amanuense” de Colombo<sup>333</sup>, pois para tal tarefa um homem da craveira deste não carecia de ajudantes; e, como é seu costume, em vez de investigar deita-se a adivinhar...

<sup>331</sup> Jer 1, 5.

<sup>332</sup> § 86, p. 39

<sup>333</sup> *op. cit.*, p. 270.

Ora do manuscrito original da obra, que se conserva na Biblioteca Colombina da Catedral de Sevilha, consta uma carta de Colombo ao monge cartuxo, escrita de Granada a 13.IX.1501, a pedir-lhe que o auxilie a compor o livro, de que lhe envia uma versão preliminar; e outra de Fr. Gorrício a Colombo, escrita na cartuxa de Las Cuevas a 23.III.1502, informando-o de que aos *testimonia* selêcionados pelo Almirante ajuntara mais uns tantos, escritos de sua mão e letra. O essencial do *Livro* foi, pois, compilado entre a terceira e a quarta viagem do Almirante. Deduz-se que passou de novo pelas suas mãos após o seu regresso desta, pois no § 208 aparece intercalada a observação de um eclipse lunar que fez na Jamaica a 29.II.1504. Da mesma época devem datar as glosas ou notas marginais apostas por Colombo aos trechos copiados por Fr. Gaspar.

É interessante notar que, para confusão dos historiadores desportivos que mantêm que Colombo não sabia italiano, é nesse idioma que está redigida a profecia 203, de seu próprio punho:

*Dopo il peccato delli primi parenti, cadendo l'homo de male en pegio, perdetè la simigliança de Dio, et como dice el psalmista* <sup>334</sup>, *prese similitudine de bestia.*

Não sabemos exatadamente porquê, uma boa parte do livro não é da mão de Colombo, mas do de seu filho D. Hernando — quiçá porque, estando uma vez mais mal da vista, lha ditou ou o encarregou de copiar da Bíblia e demais fontes de que se serviu os passos que selêcionara.

São, ao invés de Fr. Gaspar, a introdução sobre os quatro sentidos da Escritura (§§ 3-5), um tema muito comum na Idade Média <sup>335</sup>, os considerandos sobre a alteração dos tempos verbais na Bíblia (§§ 7-9) e a dissertação sobre o significado de profecias e visões (§§ 80-81) — ou seja, praticamente tudo o que envolve conhecimentos teóricos de teologia. São também do punho de Fr. Gorrício as citações bíblicas que completam as copiadas por D. Hernando (correspondentes aos §§ 126-201, à exceção dos §§ 185-186 que são de uma quarta mão, não identificável); os extratos do comentário bíblico de Nicolau de Lira (§§ 81 & sqq.), insertos a pedido de Colombo; e a parte final da obra (§§ 187-274), intitulada “sobre o presente e o futuro”.

Autógrafas de Colombo parecem apenas ser as pp. 1r-2v, 6v-15r, 21r-22r, 29 r-30r, 58r, 60r-62r, 67v e 77v-83r. Segundo De Lollis, o primeiro a editar o *Livro* <sup>336</sup>, o núcleo original é constituído pelas pp. 30v-57v (§§ 126-201), todas da mão de D. Hernando,

<sup>334</sup> Salmo 48, 13 & 21.

<sup>335</sup> Cf. Henri de Lubac, *Exégèse médiévale: les quatres sens de l'Écriture*, 4 tomos, Aubier-Montaigne, Paris, 1959-62.

<sup>336</sup> *Raccolta Colombiana*, parte I, vol. ii, pp. 75-160.

resultando o resto de sucessivos acrescentos. A cópia em letra assentada que Colombo preparava para enviar aos Reis não sabemos se veio a ser concluída, mas seja como for não chegou até nós. A que nos chegou é de qualquer modo preferível, pois permite-nos distinguir o que é da lavra do Almirante do que lhe foi apostado por Fr. Gaspar.

Na forma em que nos chegou o *Livro das Profecias* apresenta-se, porém, truncado, tendo-lhe sido arrancados catorze fôlios: 28, 63-66 e 68-76. Foram cortados ainda no século XVII, pois a fl 77r acha-se uma anotação, em letra seiscentista, de alguém que conheceu o livro na sua forma íntegra: *mal hizo quien hurtó de aqui estas hojas, porque era lo mejor de las profecias deste libro*. Não é impossível que tenham sido arrancadas por algum inquisidor, ou pessoa integrada nos ideais da Inquisição, a quem as profecias tenham parecido ou demasiado explícitas ou de sabor demasiado judaico.

Sem estudos de teologia, Colombo selêcionou os trechos escriturísticos a incluir na colêtânea com base no seu sentido literal. Não é, porém, necessário recorrer ao argumento da sua suposta ascendência judaica para justificar tal critério, pois é idêntico, por exemplo, ao seguido por D. Manuel num dos folhetos que mandou imprimir, os *Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientabilibus terris*, editados simultâneamente em Roma e em Nuremberga em 1507<sup>337</sup>. Temos sérias razões, que não cabe aqui explanar, para atribuir a sua autoria material a Duarte Galvão, secretário particular do *Venturoso*, tão fervoroso adepto da cruzada e da aliança com o Preste João que, já septuagenário, se ofereceu para ir à Etiópia como embaixador, a negociar a coligação que daria ao Islão o golpe de misericórdia; viria a falecer no Mar Vermelho antes de atingir o seu objêtivo<sup>338</sup>. Ressalta desse opúsculo por um lado, uma alusão de tom joaquimita ao advento da renovação da face da terra pelo Espírito Santo, incluindo uma citação do Salmo 103, 30, que no falecido rito romano é o tema principal da liturgia pentecostal; e por outro lado, uma citação textual do Salmo 71, 8-9, o salmo messiânico por excelência, que o Antigo Testamento applicava a Salomão, o ‘Rei Pacífico’, e a exegese cristã tradicional, ao reino futuro de Cristo, e que aqui parece aplicar-se a D. Manuel. Fácil era, sobretudo, ver no *Apocalipse de São João* as profecias que anunciavam a queda iminente do império muçulmano tramada pelos portugueses. O descontentamento dos comerciantes que forneciam a Babilónia plantas aromáticas do Oriente (Ap 18, 11-19),

<sup>337</sup> *Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientabilibus terris...*, Roma e Nuremberga, 1507; reimp. fac-sim., Eugénio do Canto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906; trad. port. por José Pereira da Costa, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, t. I, 1958, pp. 53-67.

<sup>338</sup> Jean Aubin, “Duarte Galvão”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII (1975), pp. 43-85, rep. in *L. & A.*, I, pp. 11-48.

corresponde, é claro, à desgraça dos comerciantes do Egito que viam a almejada especiaria escapar, a partir de então, pela rota do Cabo. Até o regime dos *cartazes* ou salvo-condutos concedidos pelos portugueses aos navios de reinos amigos para não incorrerem em arresto, nada havia que não tivesse sido profetizado pelas Escrituras; a citação neste caso é de Isaías, 45, 14.

A interpretação histórica e literal das Escrituras, que modernamente veio a ressurgir, atingindo o paroxismo da literalidade entre as Testemunhas de Jeová, começara a ceder lugar a uma interpretação alegórica entre os judeus de Alexandria, sob influência do platonismo, para o qual as coisas valem mais pelo que significam do que pelo que são. Já Filon de Alexandria (c. 20 A. C. - 50 A. D.) recorreu bastamente à interpretação alegorizante. De certo modo o próprio Novo Testamento lhe conferiu direito de cidade, pois já S. Paulo, ao comentar a dupla descendência de Abraão, pela escrava Agar e por Sara, sua esposa, observa, “as quais cousas foram ditas por alegoria”, significando finalmente as duas Alianças, a do Sinai e a do Calvário<sup>339</sup>. Na Antiguidade cristã a interpretação alegórica desenvolveu-se sobretudo no seio da escola de Alexandria; Orígenes (c. 184-c. 253), o seu maior expoente, distinguiu bem os três sentidos possíveis de cada versículo bíblico: literal, moral e alegórico, que entre si se complementam. No Ocidente o alegorismo desenvolveu-se a partir do século IV, na pena de doutores como S. Ambrósio (340-397) e S. Agostinho (354-430). O interesse pelo sentido literal só veio a ressurgir na Baixa Idade Média com as ordens mendicantes.

A Idade Média ocidental desenvolveu a doutrina dos “quatro sentidos da Escritura” a que aludimos já: histórico ou literal, alegórico, moral ou tropológico e anagógico. Fr. Gaspar Gorrício exprime-o logo no começo da obra (§§ 3-5), através de três citações, uma da *Suma Angélica*, ou seja da *Summa Theologiae* do “doutor angélico”, S. Tomás de Aquino (1225-74), outra de uma obra não identificada de Gerson (1363-1429), que foi chanceler da Sorbona, e uma terceira do *Racional do Divino Ofício*, que não sabemos exatamente a que corresponda, provavelmente qualquer texto patrístico lido na liturgia a Matinas, nas lições do segundo noturno. É desta derradeira citação que consta um exemplo sobre as significações possíveis do termo “Jerusalém”:

O quádruplo sentido da Sagrada Escritura está claramente presente nesta palavra: Jerusalém. Com efeito, historicamente significa aquela cidade terrestre a que os peregrinos se dirigem; alegoricamente significa a Igreja Militante; tropologicamente significa qualquer alma fiel; anagógicamente significa a Jerusalém Celeste, a pátria ou reino dos céus.

---

<sup>339</sup> ... *quae sunt per allegoriam dicta sunt*, no texto da Vulgata, Gal 4, 7.

A esta citação segue-se uma oração pedindo a Deus que nos inspire a compreensão da Escritura no mesmo espírito com que foi redigida. Sem embargo, a maioria das citações que integram o *Livro* foi escolhida de acordo com o seu sentido literal.

Quanto à dissertação sobre os tempos verbais, as explicações aduzidas por Fr. Gaspar são um tanto confusas; se bem as entendemos trata-se de explicar por que motivo nas Escrituras se usa por vezes o passado para exprimir o futuro e vice-versa. Na realidade há duas razões, de que Fr. Gorrício, aparentemente, apenas conhecia uma. Por um lado, factos há que segundo o sentido histórico ou literal da Escritura são passados, mas tipologicamente são futuros. Tal é por exemplo o caso do versículo 7 do salmo 21: “trepassaram meus pés e minhas mãos e contaram todos os meus ossos”. O salmista exprime, hiperbolicamente, as tribulações por que de facto passou e por isso usa o passado; mas tais tribulações prefiguram e vaticinam as que na sua paixão sofreria Cristo e desse ponto de vista eram futuras — conquanto para nós, que vivemos depois de Cristo voltem a ser passadas, sem embargo de na liturgia, que misticamente atualiza o sacrifício de Cristo, não sejam passadas nem futuras, mas presentes.

A outra razão, de ordem lingüística, parece ter escapado a Fr. Gaspar, que com toda a probabilidade não sabia hebraico. Nessa idioma, como nas demis línguas semíticas, o verbo não exprime tanto o *tempo* como o *aspecto*, perfetivo ou imperfetivo, da ação. Resume-se, por isso, a opor um *perfeito* a um *imperfeito*. Aquele indica que a ação se concluiu e é o tempo normal da narração, correspondente ao aoristo em grego e ao perfeito em português; mas pode também referir-se a um momento futuro em que a ação se prevê estar consumada e traduz por isso o nosso futuro perfeito. Quanto ao imperfeito, tanto serve para exprimir uma ação ainda não concluída, ou por estar ainda decorrendo no momento a que se reporta a narração, caso em que é traduzida pelo presente, ou por a ação se situar no passado, mas não estar ainda concluída naquele momento, caso em que se traduz pelo pretérito imperfeito; pode além disso servir para exprimir o futuro imperfeito ou mesmo o conjuntivo, se a ação é encarada como meramente intencional, condicional ou potencial — embora certas línguas semíticas mais ricas como o árabe e o *ge'ez* ou etiópico litúrgico possuam tempos especiais a utilizar em tal caso. De qualquer modo, o grego, o latim, o castelhano e o português possuem um número muito mais elevado de tempos verbais, o que causa freqüentemente hesitação quanto à forma mais conveniente a utilizar numa tradução rigorosa e levou muitas vezes, designadamente nos salmos, a uma flutuação, por vezes desconcertante, dos tempos utilizados na tradução.

Torna-se evidente que na seleção dos trechos bíblicos a incluir no seu centão de profecias Colombo se serviu de uma *concordância*<sup>340</sup>. Entende-se por *concordância* uma espécie de índice alfabético das palavras que ocorrem no texto bíblico, com indicação do passo escriturístico em que se encontram. A primeira concordância da Vulgata Latina que se conhece foi organizada em 1230 pelos dominicanos, sob a direção do

<sup>340</sup> Servimo-nos da seguinte: F. P. Dutripon, *Vulgatae editionis Bibliorum Sacrorum Concordantia (...)*, 7ª ed., Bloud & Barral, Paris, 1876.

cardeal Hugo de Saint-Cher e foi certamente dessa que Colombo se serviu. Esse texto, completado por outros dominicanos, veio a ser impresso em 1470 em Estrasburgo, onde conheceu uma segunda edição em 1475; uma versão mais completa foi estampada em Nuremberga em 1485.

Que foi a uma concordância que Colombo recorreu resulta evidente de transcrições que faz cegamente, sem terem a ver com o assunto: ao buscar, por exemplo, trechos bíblicos que aludissem a ilhas e pudessem, por conseguinte ser interpretadas como vaticínios dos seus descobrimentos, inclui nomeadamente o texto de Ester, 10, 1, “mas o rei Assuero [nome que a Bíblia dá a Xerxes] fez tributária toda a terra e todas as ilhas do mar”, *Apocalipse* 1, 9, onde se lê que o autor, tradicionalmente identificado com S. João Evangelista (o que já no século III suscitou dúvidas), “por causa da palavra de Deus esteve em uma ilha chamada Patmos”, etc. — o que nada tem de profético nem, por mais que se torça, se pode forçar a aludir às Antilhas. Deve ter sido também a concordância que permitiu a Colombo reunir e extensa seleção de versículos em que ocorre o termo *Sião* que consta do seu livro: 25 versículos dos salmos e 30 dos livros proféticos. Por *monte Sião* designava-se primitivamente o local fortificado de Jerusalém, tomado aos jebuseus pelo rei David que aí construiu a sua residência; o mesmo nome passou depois a designar a eminência sobre que se erguia o Templo e após a destruição deste um cabeço sito a oeste dele, que se eleva a 765<sup>m</sup> de altitude, na parte de fora das muralhas otomanas da cidade. Estes detalhes topográficos são contudo de somenos importância, pois em geral o nome é usado por sinédoque para designar Jerusalém no seu conjunto, e é nesse sentido que o emprega Colombo.

Mascarenhas Barreto, que parece ter apenas olhado de fora o *Livro das Profecias*, não se apercebeu de que era um mero centão de citações bíblicas, selecionadas graças a uma *concordância*; e explica aos críticos que se espantam com o saber teológico de Colombo e não querem crer que as profecias “tivessem brotado do curso dos seus pensamentos e da sua pena”, que Colombo tinha tudo isso na massa do sangue, visto ser descendente da Rainha Santa Isabel, sobrinho do Infante Santo, primo direito da Princesa Santa Joana e meio-irmão da Rainha D. Leonor, fundadora das Misericórdias <sup>341</sup> — parentescos que, pelos vistos, lhe teriam certamente permitido suplantar a própria *Suma Teológica* de S. Tomás de Aquino, se acaso estivesse para aí virado...

O extenso § 11 contém a transcrição da carta do Almirante aos Reis <sup>342</sup>, a oferecer-lhes o *Livro* e a chamar-lhes a atenção para os seus temas fundamentais: inspiração

<sup>341</sup> *op. cit.*, pp. 593-594.

<sup>342</sup> Transcrita também por Las Casas, *HI*, I, iii. Outra cópia manuscrita na Biblioteca Nacional de Madrid, Res. 21, fl 7r.

divina do autor, a quem sendo homem rude e de poucas letras abriu Deus maravilhosamente o entendimento quer para a compreensão das Escrituras quer para os caminhos que devia seguir para fazer os seus descobrimentos; iminência do fim dos tempos e especulações sobre a data do fim do mundo; e — intercalado por mão do Almirante num passo cuja redação final devia ser do cartuxo, ainda que não copiado pelo seu pulso — profecia do Beato Joaquim sobre a queda do islão às mãos de um rei de Espanha, assim candidato ao império universal.

Colombo tinha Joaquim de Flora como grande autoridade: além de lhe atribuir nesta carta a profecia segundo a qual a restauração de Sião seria obra de Espanha<sup>343</sup>, volta a repetir apròximadamente o mesmo dois anos mais tarde, na *Relación del Cuarto Viaje*<sup>344</sup>. E num passo ulterior deste seu *Livro*<sup>345</sup> insere entre as profecias bíblicas um extrato de uma carta aos Reis Católicos que os embaixadores genoveses em Espanha teriam redigido em 1492 em Barcelona:

Asseguro, com todo o respeito e razão, que a vós outros, magníficos reis, estão reservadas empresas maiores, pois temos lido que o abade calabrês Joaquim predisse que de Espanha seria quem haveria de reconstruir a cidadela de Sião.

A carta, que se não conhece por outra via, é de autenticidade muito duvidosa, até porque em 1492 fazia pouco sentido; fá-lo-ia, sim na euforia do regresso do Almirante da sua viagem descobridora, em 1493. Este, porém, não quis perder uma ocasião mais de, cobrindo-se com a autoridade do Beato Joaquim, insistir na tomada de Jerusalém pelos reis de Espanha como cousa certa e anunciada de há muito.

Na realidade, quem vaticinou a destruição do Islão por um soberano vindo do Ocidente não foi exatadamente o Beato Joaquim, embora se enquadre no mesmo ciclo de profecias: consta de uma revelação, evidentemente apócrifa, feita por S. Pedro a seu discípulo predileto, S. Clemente de Roma. Em versão árabe, foi encontrada pelos soldados cristãos no saque de Damietta, em 1219, durante a 5ª Cruzada<sup>346</sup>; o cardeal Pelágio, legado papal que acompanhava a expedição e fazia o que podia por ser ele a comandá-la, mandou-a traduzir em latim, animado pelo passo em que se afirmava que o golpe final no inimigo seria desferido por dois soberanos vindos dos confins da terra, um do ocidente outro do oriente; e como era de origem hispana teve flatos de ser ele o homem do Extremo Ocidente a que aludia a profecia. Essa tradução latina perdeu-se, conservando-se apenas um resumo<sup>347</sup>; e a tradição

<sup>343</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. liii, p. 448.

<sup>344</sup> *Ibidem*, doc. lxxiv, p. 498.

<sup>345</sup> § 224.

<sup>346</sup> Carlo Conti Rossini, “Il Libro dello Pseudo-Clemente e la crociata di Damietta”, in *Rivista degli Studi Orientali*, vol. IX, Roma, 1921-1923, pp. 31-35.

<sup>347</sup> Reinhold Rohricht, *Quinti Belli Sacri - Scriptorum Minores*, J.-G. Fick, Genebra, 1879.

manuscrita do texto árabe de que foi tirada não foi jámais devidamente estudada; é contudo bem conhecida a sua adaptação etiópica, conhecida por *Qālemēntos* ou *Māçhafā Qālemēntos*, “Livro de Clemente”, que intercala na série de cânones eclesiásticos atribuídos a S. Pedro uma *Revelação* ou *Apocalipse de Pedro a Clemente* de que constam quejandos vaticínios <sup>348</sup>.

Para lá de Colombo, as ideias do Beato Joaquim encontraram repetidos ecos na América, onde inspiraram diversas utopias e mesmo o aparecimento de seitas esotéricas, embebidas do messianismo apocalíptico do abade calabrês, que não cabe aqui esmiuçar <sup>349</sup>.

Com esta profecia coadunava-se um texto do bispo Otão de Freising (1114-58), neto do imperador Henrique IV (r. 1084-1105) e primo de Frederico Barba-Roxa (r. 1155-1190), autor de uma *Chronica sive Historia de duabus civitatibus*, espécie de meditação teológica sobre a história universal, ao jeito do livro da *Cidade de Deus* de S. Agostinho e da *História contra os Pagãos* do nosso Paulo Orósio. Foi ele quem, especulando sobre as idades do mundo, introduziu uma curiosa ideia que influenciaria o imperialismo espanhol no século XVI <sup>350</sup> e terá talvez influenciado igualmente D. Manuel: a ideia que a *translatio imperii* se processa de Oriente para Ocidente, seguindo o curso do sol, passando dos caldeus e persas aos gregos, depois aos romanos e depois aos francos.

Após uma série de profecias bíblicas — extraídas 66 delas, selccionadas por Colombo, dos *Salmos*, 1 do *Eclesiástico* ou *Sabedoria de Ben Sirac*, 27 de Isaías, 9 de Jeremias, 2 de Baruc, 10 de Ezequiel, 3 de Daniel, 2 de Oseias, 2 de Joel, 1 de Amós, 1 Abdias, 3 de Miqueias, 2 de Sofonias e 7 de Zacarias — o *Livro* contém uma segunda série de que constam 8 citações de Isaías, 5 do *1º Livro dos Paralipómenos*, também chamado das *Crónicas*, 3 do *2º*, 1 do *Evangelho* de S. Lucas, 2 do de S. Mateus, 1 do de S. João, e 1 da profecia de Jeremias. Entre elas aparecem alguns textos patrísticos, pouco numerosos mas em geral extensos: 20 textos de S. Agostinho, 2 de S. Gregório Magno e 1 de S. João Crisóstomo; e ainda um texto de Nicolau de Lira (1270-1349), que a tradição diz ser um judeu convertido, famoso exegeta que se doutorou na Sorbona e foi ministro-provincial dos franciscanos em França, e 5 do cardeal Pierre d'Ailly. Aparecem também aqui e além extratos da *Glossa Ordinaria*, colêtânea de trechos patrísticos que explicam o texto bíblico; originalmente era, como o nome indica, um mero glossário de nomes geográficos, antropónimos e substantivos comuns carentes de explicação, mas desenvolveu-se gradualmente, abrindo-se a comentários mais extensos, sobretudo no seio da Escola de Laon, onde tomou a forma definitiva, muito tempo atribuída a Walafrid Strabon, do século IX, mas na realidade devida ao bispo Anselmo de Laon († 1117). Veio a ser impressa em

<sup>348</sup> Cf. Alessandro Bausi, artº “Qālemēntos” in Siegbert Uhlig, Alessandro Bausi et alli (dir.), *Encyclopaedia Aethiopica*, vol. IV, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden, 2010, s. v.; cf. Sylvain Grébaud, *Le Qalēmentos, version éthiopienne en sept livres*, traduite en français par..., I: Livres Premier et Deuxième, Paris, 1913; ver II, 26, pp. 80; A. Mingana “Apocalypse of Peter”, in *Woodbrooke Studies — Christian Documents in Syriac, Arabic and Garshūni edited and translated with a critical Aparatus*, Cambridge, W. Heffer & Sons, 1931, pp. 93 & sqq.

<sup>349</sup> Vide Josep I. Saranyana & Ana de Zaballa, *Joaquín de Fiore y América*, Ediciones Eunat, Pamplona, 1992.

<sup>350</sup> Juan Gil, *Los mitos...*, nota 67; cf. Jaime Gonzalez, *La idea de Roma en la historiografía indiana (1492-1550)*, C.S.I.C., Madrid, 1981.

Estrasburgo c. 1480-81<sup>351</sup>, com a mesma disposição gráfica em que figura nos manuscritos, *scilicet*, impressa nas margens do texto da *Vulgata* que ocupa o centro.

Curiosamente, aparece também inserto no texto, pelo punho de Colombo, uma estrofe da tragédia *Medeia* de Séneca, assim apresentada como autoridade profética:

*Venient annis  
secula seris, quibus Oceanus  
vincula rerum laxet, et ingens  
pateat tellus Tiphisque novos  
detegat orbis, nec sit in terris  
ultima Tille*

que Colombo, em quem de facto se cumpriu inteiramente a profecia, traduziu assim:

*Vernán los tardos años del mundo ciertos tiempos en los cuales el mar Ocçéano aflojerá los atamentos de las cosas, y se abrirá una grande tierra, y un nuevo marinero como aquel que fué guía de Jasón, que obe nombre Típhi, descobrirá nuevo mundo, y entonçes non será la isla Tille la postrera de las tierras.*

Como tivemos já ocasião de notar, em finais da Idade Média, à medida que iam fracassando as sucessivas tentativas de recuperar Jerusalém, a Cruzada tendia a tornar-se em utopia. Nesta fundiam-se com o tema da reconquista de Jerusalém três outros, de não menor importância: o da ruína do Islão, o do império universal e o de reforma da Igreja <sup>352</sup>. É ao primeiro tema, a recuperação da Casa Santa, que se reporta a maioria das profecias compiladas por Colombo ou acrescentadas por Fr. Gaspar. O segundo está igualmente bem presente, ainda que mesclado ao da extirpação da idolatria, que na Idade Média é menos glosado, pois não havia já ídólatras em torno do Mediterrâneo, e a peregrina ideia de que os muçulmanos prestariam culto a três ídolos, Tervagant, Mahon e Apolo, que aflora ainda no século XI na *Chanson de Roland* e na centúria imediata na *Chanson de Antioche*, tombara já em olvido.

Como adiantámos, o Islão era geralmente identificado com “Babilónia, a grande prostituta” de que fala o *Apocalipse de S. João*. A identificação era facilitada pelo facto de o Império Mameluco ter a capital no Cairo, à época muitas vezes designado por *Babylonia sub Aegyptum*, por ter sido fundado em 969 pelos califas fatímidas (909-1171) junto à fortaleza helenística de Babilónia, que, segundo Estrabão, devia o nome a ter sido povoada por caldeus, para ali deportados por Alexandre Magno.

<sup>351</sup> Migne, *Patrologia Latina*, tomos 113-114.

<sup>352</sup> cf Robert Folz, *L'Idée d'Empire en Occident du V au XIV siècle*, Aubier/ Éditions Montaigne, Paris, 1953; Jean Delumeau, *Mille Ans de Bonheur*, Fayard, Paris, 1995.

Fora na Síria recém-conquistada pelas hostes islamitas que, no século VII, surgira a profecia conhecida por *Oráculo de Metódio*, atribuída ao mártir S. Metódio de Olimpo († 311), que vaticinava a ruína do império muçulmano às mãos de um imperador dos romanos, que imporia à mourama “um jugo sete vezes mais pesado do que o era o deles sobre a terra”. Originalmente redigido em siríaco, o *Oráculo de Metódio*<sup>353</sup> foi prontamente vertido em grego, e daí em latim, e mais tarde nas diversas línguas nacionais da Europa. Essa profecia reaparece em França no livro *De nativitate et obitu Antichristi*, devido a Adson de Montier-en-Der (920-992); é mais tarde, c. 1381-82, explicitamente aplicada a Carlos VI (r. 1380-1422), e um século depois glosada poéticamente em versos franceses que a aplicam a Carlos VIII (r. 1483-98). Em começos do século XVI o humanista italiano Fr. Gil de Viterbo embarcou na crença de que o imperador universal e coveiro do Islão prometido para o fim dos tempos seria D. Manuel<sup>354</sup>.

Por mão do Almirante, o *Livro das Profecias*<sup>355</sup> transcreve quase integralmente o *Oráculo de Metódio* do tratado de Pierre d'Ailly *Sobre o acordo da verdade astronómica com a narração da História*. A obra insiste particularmente sobre a contagem das revoluções de Saturno, que se teriam completado em 1189, seguindo-se-lhe o pontificado de Inocêncio III (1198-1216) que de facto corresponde ao apogeu do papado e do seu poder temporal<sup>356</sup>; sinais claros do fulgor com que nessa época brilhou a igreja romana foram a conquista de Constantinopla pela 4ª Cruzada, em 1204, a conversão da Livónia à fé cristã, a batalha das Navas de Tolosa (1212), que para o islão peninsular marcou o princípio do fim, e o IV Concílio de Latrão (1215), que codificou e normalizou o catolicismo romano, e deu início a uma reacção anti-judaica em praticamente todo o Ocidente. O texto enumera em seguida<sup>357</sup> os oito prelúdios ao reino messiânico, dos quais estão já consumados os três primeiros, não resultando claro se o cisma e a apostasia de muitos que caracterizariam o quarto correspondem ou não ao Cisma Oriental de 1054 e ao Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), e estão, por conseguinte, igualmente consumados.

O excerto de uma outra obra de Pierre d'Ailly, o *Livro das Leis e das Seitas*<sup>358</sup>, seguindo uma técnica freqüente neste tipo de literatura — pôr a profecia na boca do

<sup>353</sup> Ernst Sackur, *Sibyllinische Texte und Forschungen: Pseudo-Methodius, Adso und die Tiburtinische Sibylle*, Halle, M. Niemeyer, 1898

<sup>354</sup> Homilia prégada em Roma, enviada a D. Manuel e conservada na Biblioteca Pública de Évora: vide Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Pública Eborensis*, t. I, Lisboa, 1850, pp. 256-258.

<sup>355</sup> §§ 113-114, pp. 55-58.

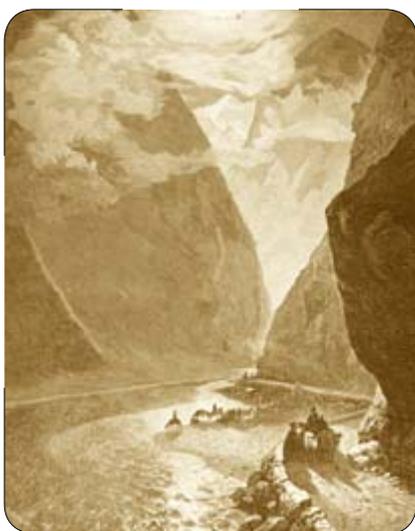
<sup>356</sup> § 113.

<sup>357</sup> § 114.

<sup>358</sup> § 110.

próprio adversário — cita o testemunho do astrónomo, astrólogo e matemático persa Abū Ma‘shar Ja‘far ibn Muḥammad ibn ‘Umar al-Balkī conhecido no Ocidente por Albumáçar (787-886), segundo o qual a seita de Mafoma não poderia durar mais de 693 anos, duração que corresponderia ao “número da Besta” dado pelo *Apocalipse* de S. João, que diz ser 663, embora na realidade do texto bíblico conste 666. Parece deduzir-se de toda esta confusão aritmética que para o Islão a contagem decrescente teria começado com a tomada de Bagdad pelos “tártaros”, que pôs de facto fim ao califado abácida, o que teve lugar em 1258 (e não em 1055, como indica em nota o editor do texto). Por *tártaros* devem entender-se aqui os mongois, que sob o comando de Хулагу, Hulagu ou Hülegü Qan (1217-65), irmão

do grão-cã Мөнх хаан ou Möngqе Qayan (1252-59), neto como ele de Chenguiscão, tomaram, saquearam e incendiaram Bagdad, capital do califado, e executaram o último califa abácida, Al-Mostacim (Abū Aḥmad ‘Abd Allāh bin Mañḩur al-Mustañḩir, dito Al-Musta‘ḩim bi-Llāh, r. 1242-58).



**As Portas Cáspias, por onde no fim dos tempos passarão as hostes endemoninhadas de Gog e de Magog — ou seja, o defiladero de Darial no Cáucaso**

Gravura de Hermann Roskoschny, *Russland Asien*, Gressner & Schramm, Leipzig, 1890

*Tartária* é um termo freqüentemente pelo menos até ao século XIX usado na Europa para designar vagamente a Ásia Central, em particular a Mongólia, a Manchúria e as regiões adjacentes. Tal uso constitui um arcaísmo, uma vez que a confederação de nómadas encabeçada pelos *tatares* (nome mais tarde latinizado em *tártaros* por analogia com o grego Τάρταρος, de onde o latim *Tartarus*, “infimo inferno”, conotando o caráter infernal das suas incursões), teve o seu apogeu no século XII, quando ajudaram os chineses a derrotar os mongóis (1161); mas logo a hegemonia na estepe passou para estes, que os subjugaram e integraram nas suas hostes. Manteve-se, todavia, o uso do termo correspondente a *tatar* para designar genericamente

os nómadas da Ásia Central, atestado em chinês e em persa desde o século XIII; comunicou-se à Europa na seqüência da incursão mongol que atingiu a Hungria em 1241. Hoje subsistem núcleos de tatares *stricto sensu*, povo do grupo turco, na Crimeia, onde formaram de 1449 a 1783 um canado independente, ainda que vassalo da Sublime Porta, e na República Autónoma da Tatária, membro da Federação Russa, com a capital em Kazan (55° 45' N, 48° 8' E).

O texto vaticina em seguida que após a Lei de Mafoma não surgirá mais seita alguma, senão a lei do Anticristo, horrenda e mágica, durante a qual se soltarão as gentes encerradas dentro das *Portas Cáspias* por Alexandre Magno. As Portas Cáspias correspondem a um dos passos por que se pode atravessar a cordilheira do Cáucaso,

para além do qual andariam à solta Gog e Magog. São por vezes identificadas com a portela de Darial, *i. e.*, Dar-e Al[ān], “a Porta dos Alanos” (em que o elemento *-ān*, que é em persa o sufixo com que se forma o plural dos nomes de pessoas, caiu por desnecessário), a c. 42° 44' N, 44° 37' E, pois situam-se de facto na região habitada pelos ossetes, que descendem dos antigos alanos e conservam a sua língua, que é um dialeto iraniano oriental. Outras vezes são identificadas com o passo de Darband (hoje, em russo, Derbent, 42° 3', 48° 18'), entre os contrafortes do Cáucaso e o Mar Cáspio — identificação que ocorre por exemplo no mapa de Fra Mauro <sup>359</sup>.

As figuras bíblicas de Gog e Magog são sem dúvida uma reminiscência das turbulentas hordas de nómadas da Ásia Interior, que constituíam o pesadelo dos sedentários do Próximo Oriente. O Antigo Testamento apresenta-os como uma população imunda, destinada a ser o inimigo final dos eleitos do Senhor, e o Novo faz deles o adversário escatológico da Igreja <sup>360</sup>. Na realidade Magog significa nas línguas semíticas “o lugar de Gog”, mas esse sentido locativo perdeu-se, e na cartografia medieval Gog e Magog são figurados como dois gigantes, aprisionados por Alexandre aquando das suas campanhas na Ásia. Sob o nome de Yājūj e Mājūj aparecem também na escatologia muçulmana, expressa em diversos *ḥadīths* (tradições orais que completam o Alcorão) <sup>361</sup>.

São igualmente mencionados por escritores árabes tais como Edrisi (Abū ‘Abd Allāh Muḥammad al-Idrīsī, 1100-65) ou Abulfeda (Ismā‘īl bin ‘Alī bin Maḥmūd bin Muḥammad bin ‘Umar bin Šāhanšāh bin Ayyūb bin Šādī bin Marwān Abū al-Fidā’, 1273-1331) e Ibn Baṭṭūṭa (Abu ‘Abd Allah Muḥammad bin ‘Abd Allah al-Lawāṭī al-Ṭanjī, Ibn Baṭṭūṭa, 1304-69), que tendem em geral a identificar a sua prisão com a Grande Muralha da China <sup>362</sup>. Fra Mauro confessa numa das legendas do seu mapa-múndi <sup>363</sup> sentir-se pouco inclinado a crer nessa identificação.

<sup>359</sup> Legenda 2.360.

<sup>360</sup> Ez 38, 1 & 39, 20, & Ap 20, 4-15.

<sup>361</sup> El-Bokhārī, *Les Traditions Islamiques*, traduites de l’arabe avec notes et index par O. Houdas et W. Marçais, 4 vol., Paris, Lib. d’Amérique et d’Orient Adrien Maisonneuve, 1984, vol. I, tit° XXV, § xlvii, n° 3 & vol. IV, tit° XCII, § xxviii, etc.; Imam Nawawi, *Gardens of the Righteous, Riyadh as-Salihin* of..., translated from the Arabic by Muhammad Zafrulla Khan, Londres & Islamabad, Curzon Press & Islam International Publications, 1975 [reimp. 1989], cap. 368, § 1314, pp. 304-306.

<sup>362</sup> Henry Yule, *Cathay and the way thither; being a collection of medieval notices of China*, translated and edited by..., with a preliminary essay on the intercourse between China and the Western Nations previous to the discovery of the Cape Route, new edition, revised throughout in the light of recent discoveries by Henry Cordier, Londres, Hakluyt Society, 1913-1916 [reimp. Nedeln (Liechtenstein), Kraus Reprint, 1967], vol. IV, p. 123. Cf. Ibn Battūta, *Voyages*, vol. III: Inde, Extrême-Orient, Espagne, Soudan, traduction de l’arabe de C. Defremery et B. R. Sanguinetti (1858), introduction et notes de Stéphane Yerasimos, Paris, François Maspero, 1982, p. 326.

<sup>363</sup> Legenda 2752.

Para certos escritores ocidentais como Jacques de Vitry, as Portas Cáspias, Portas de Ferro ou Portas de Alexandre, guardadas pelas Amazonas, impediriam também a irrupção das dez tribos infiéis de Israel — as dez que após o cisma das dez tribos, c. 931 A. C. se separaram de Judá para formar o reino de Israel, que viria a ser conquistado pelos assírios em 720 A. C., ao passo que o reino de Judá subsistia até à conquista por Nabucodonosor em 585 A. C.. Das dez tribos de Israel perde-se depois de 720 A. C. o traço; daí a crença de que por detrás das Portas Cáspias aguardariam o advento do Anticristo, concção figurada gráficamente por exemplo no atlas de Andrea Bianco de 1436<sup>364</sup>.

O autor que Colombo transcreve não está, porém, seguro de que estas profecias se tenham já cumprido com a queda de Bagdad às mãos dos mongóis em 1258, concluindo sábiamente com a citação bíblica: “quanto ao dia e à hora, ninguém o sabe, nem os anjos do céu, nem o Filho, mas somente o Pai”<sup>365</sup>.

Aparentemente Colombo estava mais interessado na reconquista de Jerusalém do que na ruína final do Islão, em que não insiste muito. Em contrapartida desenvolve mais do que é habitual na época o tema da extirpação da idolatria.

Na literatura patrística é particularmente nítida a posição de S. Justino (c. 103-165)<sup>366</sup>:

Ortrora, os demónios perversos, fazendo aparições, violaram mulheres, corromperam jovens e mostraram espantelhos aos homens, como que assustando aqueles que não discerniam racionalmente as cousas que sucediam; e tomados uns e outros de temor, sem saberem que os demónios eram perversos, chamaram-lhes deuses e atribuíram a cada um seu nome, conforme cada um dos demónios a si mesmo o dava. Quando, porém, Sócrates, com verdadeira razão examinou e tentou pôr a claro as cousas e afastar dos demónios os homens, os demónios, por meio de homens que se comprazem no mal, fizeram com que fosse executado como ímpio e ateu.

S. Justino contrapõe, pois, claramente a filosofia à idolatria<sup>367</sup>, vendo naquela uma colêção de “sementes do Verbo” e nesta uma ilusão diabólica; e Sócrates é para ele um mártir cristão *ante litteram*. Este derradeiro aspeto não sensibilizou Colombo, que se fixa sobretudo no paganismo dos índios e na prática da sodomia; longe iam já os dias

---

<sup>364</sup> Jacobi de Vitriaco *Libri Duo quorum prior Orientalis sive Hierosolymitanæ alter Occidentalis Historia nomine inscribitur*, Douai, 1597; Claude Buridant, *La Traduction de l'Historia Orientalis de Jacques de Vitry*, Paris, Klincksieck, 1986, chap. LXXXI & XC. Para a cartografia, vide Vicomte de Santarém, *Atlas du...*, édition fac-similé des cartes définitives organisée et avec une préface par Martim de Albuquerque, Administração Geral do Porto de Lisboa, sous les auspices de la CNCDP, Lisboa, 1989.

<sup>365</sup> Mt 24, 36; cf. Mc 13. 33-37; Lc 12, 35-40; 17, 26-27 & 35-36; 21, 34-36.

<sup>366</sup> *I Apologia*, 5, 2-3; cf. *II Apologia*, 4(5), 1-6.

<sup>367</sup> Sobre a evolução da doutrina católica acerca da idolatria, vide A. Michel, artº “Idolatrie, Idole” in *Dictionnaire de Théologie Catholique*, tomo VII, s. v. (col. 602-669).

em que afirmava aos Reis: *en ninguna parte d'estas islas é conoçido en la gente d'ellas seta ni idolatria...*

Já Las Casas, que possuía uma sólida formação humanística e teológica, desenvolve na sua *Apologética Historia* <sup>368</sup> a ideia de que a religião dos ameríndios, mais próxima da *religião natural*, era superior à dos gregos e romanos.

No *Livro* de Colombo abundam as citações bíblicas que referem o Egito, que, talvez devido ao culto de divindades zoomorfas, corporizava aos olhos dos antigos hebreus a mais abominável das idolatrias. A mais explícita é a do § 117: “naqueles dias haverá um altar do Senhor no meio da terra do Egito e o sinal do Senhor até aos seus confins; será um sinal e um testemunho do Senhor dos Exércitos na terra do Egito” <sup>369</sup>. Colombo aplicava aparentemente a si mesmo uma outra profecia de Isaías: “eis que chamarás uma gente que não conhecias; e as gentes que te não conheciam acorrerão à tua presença por causa do Senhor teu Deus, o Santo de Israel, que te glorificou” <sup>370</sup>. Algumas citações parecem justificar o uso de violência para com os infieis, nomeadamente uma de Ezequiel <sup>371</sup>: “todos os incircuncisos foram passados a fio de espada”; ou a seguinte de Isaías <sup>372</sup>, sobretudo se citada na íntegra: “sabei, ó povos, que sereis esmagados; ouvi com atenção, vós, nações longínquas: tomai vossas armas e serão destruídas”.

Particularmente significativa, até porque foi intercalada por Colombo de seu próprio punho, entre outras da mão de Fr. Gorrício é a profecia de Jeremias <sup>373</sup> transcrita no § 143: “Passai às ilhas de Quetim e vede, chegai a Cedar e observai atentamente: vede se ocorreu desta maneira: se a gente trocou seus deuses, estes não eram deuses verdadeiros”. Ao lê-lo pensar-se-ia que obtivera nas Índias uma conversão em massa — quando ao tempo em que transcreveu a profecia praticamente nenhum nativo fora ainda batizado...

O tema do império universal prometido ao recuperador de Jerusalém não teve as honras de um capítulo à parte; mas aflora constantemente nas profecias messiânicas selecionadas no *Livro*, sobretudo nas de Isaías. A mais explícita é a do § 38 <sup>374</sup>:

Os reis de Társis e das ilhas far-lhe-ão oferendas; os reis dos árabes e de Sabá trar-lhe-ão presentes; e adorá-lo-ão todos os reis; todas as gentes o servirão, etc. Bendito seja o seu nome pelos séculos, etc. Todas as gentes o exaltarão, etc. E toda a terra se encherá da sua majestade.

<sup>368</sup> vide *Obras Escogidas*, vol. III (*BAE*, tomo CV), Madrid, 1958.

<sup>369</sup> Is 19, 19-20: § 117.

<sup>370</sup> Is 55, 5: § 125.

<sup>371</sup> Ez 32, 25: § 157.

<sup>372</sup> Is 8, 9: § 190.

<sup>373</sup> Jer 10, 11.

<sup>374</sup> Salmo 71, 10-11, 17 & 19.

Segundo a interpretação tradicional dos Padres e oficial da Igreja a profecia refrere-se ao reinado futuro do Messias, identificável com o milênio de que fala o *Apocalipse*; mas no ciclo derivado do *Oráculo de Metódio* e literatura conexas é normalmente aplicado ao rei terrestre que se prevê recuperar a Casa Santa de Sião e reinar sobre a terra inteira.

A parte final da colêânea (§§ 223 & sqq.) consiste numa seleção de *testimonia* que mostram que, com os descobrimentos de Colombo, se acha já cumprida boa parte dos antigos vaticínios, o que serve para enaltecer aos olhos dos Reis o Almirante, que mereceu as honras de múltiplas citações, ainda que não nominais, na História Sagrada; e ao mesmo tempo para bem vincar que o fim dos tempos, em que se cumprirão as demais, está prestes a chegar, pelo que não convém aos monarcas perder tempo.

Giram todas em torno de três temas sucessivos: Tarsis (§§ 226-237), a “ilha” de Ofir (§§ 238-244), a ilha de Quetim (§§ 245-247) e as “ilhas do mar” (§§ 248-274) — o que tudo cria Colombo haver descoberto. Tarsis, Ofir e Quetim são três localidades longínquas misteriosamente referidas em diversos textos bíblicos como fonte de inestimáveis riquezas, que, como é óbvio, se não situavam nas Antilhas nem da Terra Firme da América Meridional, mas nos confins do Velho Mundo conhecido dos hebreus<sup>375</sup>.

Embora alguns — como o judeu português Isaac Abravanel (1437-1508) — tenham identificado Tarsis (em hebraico *Taršīš*) com Cartago, e outros com a Sardenha, parece mais provável que corresponda a Tartessos (em grego *Τάρτησος*), na Andaluzia, entre Huelva, Sevilha e Cádiz, donde, sem de isso ter noção, Colombo partira para descobrir o Novo Mundo. Os navios que iam a Tartessos facilmente escalariam Cartago e a Sardenha, pelo que as diversas identificações propostas não são mutuamente exclusivas. O reino de Tartessos florescera sobretudo na Idade do Bronze, desaparecendo bruscamente da história no século VIII A. C., talvez em consequência da conquista cartaginesa; a sua prosperidade provinha-lhe da mineração do cobre e da prata, sobretudo na bacia do Rio Tinto, que outrora desaguava num golfo interior, hoje ocupado pelas Marismas do Guadalquivir. O *Livro dos Reis*<sup>376</sup> afirma que, em sociedade com Hiram, rei de Tiro, Salomão aí enviava de três em três anos navios que de lá voltavam carregados de ouro e prata, marfim, macacos e pavões. O ouro e a prata seriam de produção local, o marfim e os macacos da vizinha África; só os pavões fazem pouco sentido, pois provinham da Índia, portanto do Oriente e não do Ocidente. A expressão *naus de Tarsis* acabou por tomar o sentido de “navios de longo curso”, e é nessa acção

<sup>375</sup> Dr. A van den Born (dir.), *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, 6ª ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 2004, s. v.

<sup>376</sup> I Reis, 10. Cf. Sl 47, 8; 71, 10; Is 23, 1-16 & 66, 19; Ez 27, 12; Jon 1, 3.

vaga que é usada na maior parte das profecias aduzidas por Gorrício. Numa das notas em latim macarrónico incluídas nas suas *carte a papiri*<sup>377</sup>, louvando-se numa passagem bíblica que na realidade alude a Ofir e não a Tarsis, Colombo identifica, erroneamente, esta localidade com um porto do Extremo Oriente:

*Nota quod regnum Tharsis est in fine orientis, in fine Katay: vide in libro 3 Regum, cº 9, et Nicolaus de Lira et actor iste Petrus de Aylaco et translator Ptholomei et vide in nostris cartis a papiri ubi est spera* — o que em latim decente se diria assim: *nota quod regnum Tharsis est [melhor: nota regnum Tharsis esse] in fine Orientis, in fine Kataii: vide in libro 3 Regum, cº 9, et Nicolaum de Lyra et auctorem istum Petrum de Aylaco et translatoem Ptolemæi et vide in nostris chartis e papyro ubi est sphaera*. “Nota que o reino de Tarsis é no fim do Oriente, no fim do Cataio: vê o terceiro Livro dos Reis, capº 9, e Nicolau de Lira e este ator (*sic*) Pedro de Ailly e o tradutor de Ptolomeu e vê nas nossas cartas de papiro onde está a esfera”.

Na realidade a menção de Tharsys ou Társis só aparece no capítulo seguinte do 3º Livro dos Reis, de que nada consta que permita localizá-lo no Extremo Oriente. Não foi, todavia, Colombo o primeiro a situá-lo aí: já assim fizera meio século antes o erudito cartógrafo Fra Mauro<sup>378</sup>.

Por outro lado Tarsis aparecia no livro do *Génesis*<sup>379</sup> também como antropónimo, aplicado a um bisneto de Noé, neto de Jafet (o mítico antepassado dos indo-europeus) e filho de Yavân, de quem descendiam os “jónios”, termo que no Próximo Oriente serve, até hoje (na forma árabe Yunānī) para designar os gregos em geral — o que aponta para a Europa e não para a Ásia. A confusão pode provir de um outro texto bíblico<sup>380</sup>, também incluído por D. Cristóvão na sua colêânea, em que se narra que Josafat, rei de Judá, se coligou com Ocozias, rei de Israel, para mandarem navios a Társis, que foram construídos em Asiongaber ou Eçyon-Geber, porto do Mar Vermelho situado na extremidade do golfo de Ácaba, pelo que teria necessariamente que ser ribeirinha do Oceano Índico. Já o *Vocabulário* de Afonso de Palência (1423-92), citado no § 237 — que, como muitos comentadores, mistura Társis com Tarso, a cidade da Cilícia em que nasceu S. Paulo — afirma, mesmo assim, que é uma região da Índia, de onde provinham topázios e jacintos, pedras a que por isso se daria o nome de *tarsis*.

Quanto a Ofir (em hebraico *’ōfir*, cuja insularidade é da lavra do Almirante ou de Gorrício, pois não consta do texto bíblico), é identificada pela *Glossa Ordinária*

<sup>377</sup> Varela & Gil, *Textos...*, I, d, nº 9, p. 92.

<sup>378</sup> Legendas 1442 & 1443.

<sup>379</sup> 10, 4; o mesmo se lê em *I Paralipómenos* (ou *Crónicas*), 1, 7.

<sup>380</sup> *II Paralipómenos* (ou *Crónicas*) 20, 35-37.

com um porto da Índia, o que se coaduna com a informação fornecida pelos livros dos *Reis* e dos *Paralipómenos* <sup>381</sup>, segundo a qual foi alcançada por uma expedição conjunta de Salomão e Hiram, rei de Tiro, armada em Asiongaber. Terá, no regresso, trazido a Salomão 420 ou 450 talentos de ouro — o que pelo padrão de Atenas corresponde a 420 ou 450 x 25,86 kg e pelo de Egina 420 ou 450 x 37,80 kg, por conseguinte a c. 11 a 15 toneladas <sup>382</sup>. Foi sem dúvida isso que fez arrebatar as orelhas a Colombo. O texto bíblico afirma que além do ouro trouxeram pedras preciosas e madeira de *almuggim*, “que jàmais voltou a aparecer em Israel” e que se não sabe a que corresponda; a versão grega dos Setenta diz que se tratava de madeiras em bruto (ἀπελέκητα, “não desbastadas”) e S. Jerónimo na *Vulgata* interpreta como sendo madeira de tuia (*Thuja spp.*, da família das Cupressáceas, portanto uma Conífera). Não é possível identificar exatamente a localização de Ophir ou Ofir (na versão grega Σουφίρ); pode tratar-se de um porto do Mar Vermelho, onde fariam escala os navios vindos da Índia (quicá na zona de Afar, na Somália, de onde o nome), como numa época um pouco posterior fariam em Adulis, na Eritreia; ou então de um porto indiano, como Pūvār (8° 19' N, 77° 4' E), no extremo sul do Quêrala, ou, como outrora sugeriu Max Müller (1823-1900), Abhīra nos confins do Guzarate com o Mahārāṣṭra ou Mahārāshtra, perto de Damão. O ouro proviria em todo o caso ou da África Oriental, em particular do Zimbabué — com que os autores portugueses de antanho indentificavam Ofir — ou da Península de Malaca, dita em sânscrito *Suvarṇabhūmi*, “terra do ouro” e da fronteira ilha de Samatra, dita *Suvarṇadvīpa*, “ilha do ouro”, de onde a expressão greco-romana Χρυσῆ Χερσόνησος, *Aurea Chersonesus*, que, como vimos, Colombo identificou com o extremo oeste de Cuba. As pedras preciosas provinham em geral de Bramá, de que temos falado, da região indiana de Kurnool (15° 83', 78° 5' E), que nos séculos XVI e XVII pertencia ao famoso reino de Golconda, ou da ilha de Ceilão dita também Xri Lancá.

Quanto a Quetim ou Cetim, a terra dos ceteus, *Kittim* em hebraico, sabemos já que é identificável com a ilha de Chipre, cujo nome grego, Κύπρος, é o étimo do latim *cuprum*, que dá o português *cobre*. Não consta que produzisse outro metal.

Na sua carta de Fevereiro de 1502 ao papa Alexandre VI <sup>383</sup> Colombo identifica não só as três localidades bíblicas entre si como todas três com o Cipango de Marco Polo e, é claro, com a sua Espanhola, de onde de facto vinha algum ouro, mas onde se não

<sup>381</sup> III Re 9, 26-28; II Par 8, 17-18.

<sup>382</sup> Equivalências extraídas de Simon Hornblower & Anthony Spawforth, *The Oxford Classical Dictionary*, 3ª ed., Oxford University Press, Oxford, 1996, s. v. “weights”.

<sup>383</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxix, pp. 479-481

achavam pedras preciosas, nem tuia, nem marfim, nem pavões: *Esta isla es Tharsis, es Cethia, es Ophir y Ophaz e Çipanga y nos le havemos llamado Española.*

Quanto ao elenco de passos bíblicos que falam indefinidamente de ilhas, é desprovido de interesse, pelo que nos não ocuparemos dele.

Permita-nos o leitor que encerremos este capítulo com um breve considerando, inspirado em Las Casas. Se Colombo era, de facto, um homem simples e ignorante, há que conceder-lhe o benefício da dúvida e admitir que no *error y ceguedad caía por ignorancia*; podemos mesmo acreditar, com o santo bispo de Chiapas, *que la intinción del Almirante, simplemente considerada, sin aplicalla a la obra, sino supuesto su error y ignorancia del derecho, era rectísima.* Se, pelo contrário, possuía a cultura teológica, a educação e a formação moral de cavaleiro de Cristo que lhe empresta Mascarenhas Barreto, o seu comportamento para com Rodrigo de Triana, as suas atitudes para com os índios, a sua ditadura na Espanhola, a sua subserviência para com Roldán, a forma fementida como tentou a anulação dos salvocondutos que lhe dera, os estratagemas a que recorreu para deitar a mão tanto a Caonaobó como ao *quivián* de Verágua, fariam dele, sem apelo nem agravo, um homem abjeto e execrável...

## II

# EXPULSO, COMO ADÃO, DO PARAÍSO

### A devassa e a desgraça

Tivemos já basta ocasião de notar o otimismo crónico de que sofria o Almirante, que fazia dele uma réplica *ante litteram* do Pangloss do *Cândido*, com que Voltaire procurou ridicularizar o otimismo de Leibnitz: se a almécega do Novo Mundo não coalhava como a de Quios era porque não chovera ainda, se a canela era amarga, era porque fora colhida fora da época, se por enquanto não dera com as especiarias era porque estava ainda distante do Grão Cã e assim por diante. Nem o reduzidíssimo número de batizados, quatro anos após ter feito saber *urbi et orbi* que os índios estavam prontos a abraçar a fé, nem a fome que dizimou um terço da população da Espanhola poucos meses depois de ter dado parte aos monarcas do seu espanto com a velocidade vertiginosa a que se desenvolviam as sementeiras devem ter ajudado à sua reputação. Colombo tinha muitos inimigos na corte, e por certo não deixaram de explorar os seus fiascos para denegrir junto dos Reis a sua imagem. A revolta de Roldán, e a forma como acabou por pactuar com ele, tampouco ajudavam ao seu prestígio.

Entretanto, mandadas por carta ou apresentadas de viva voz à corte pelos que regressavam, choviam em Espanha as queixas contra os Colombos. Assacavam-lhes mau governo, crueldade e inexperiência, como *stranieri e oltramontani*, “estrangeiros e ultramontanos” {116}, que jamais “havia aprendido o modo de governar gente de qualidade”. Recorde-se que *ultramontano*, em sentido próprio, significa “oriundo do outro lado dos Alpes”; foi por translação semântica que veio a assumir em França o sentido de “partidário do Papa” — que de facto residia para lá dos montes — e, por conseguinte, adversário do galicanismo que preconizava a autonomia da igreja nacional sob a proteção do “rei cristianíssimo”. Insinuavam as mesmas bocas que, mesmo que entretanto não fossem aqueles países destruídos pela perversa administração da família Colombo, o próprio Almirante se sublevava, coligando-se com qualquer príncipe que se dispusesse a fornecer-lhe apoio <sup>384</sup>.

---

<sup>384</sup> HA, cap. lxxxv.

Oficialmente, todavia, não foram as queixas contra os Colombos, mas a revolta de Roldán o pretexto para nomear e enviar à Espanhola um *juex pesquisidor*. A escolha recaiu sobre um comendador da ordem militar de Calatrava, Frey Francisco Fernández de Bobadilla. A sua nomeação data de 21.V.1499<sup>385</sup>. Como veremos, foi ele quem destituiu Cristóvão Colombo, o prendeu e remeteu a ferros para Espanha. Tem-se afirmado que ele exagerou as culpas do vice-rei para poder removê-lo do cargo e assumir a governança; mas a verdade é que a sua designação como governador para substituir Colombo data do mesmíssimo dia da sua nomeação como juiz: 21.V.1499<sup>386</sup>. Do mesmo dia data ainda uma provisão dirigida ao vice-rei e a seus irmãos, ordenando-lhes que entreguem a Bobadilla as fortalezas, casas, armas, navios, apetrechos e mantimentos pertencentes a suas régias pessoas<sup>387</sup>; e de 26 do mesmo mês a credencial que deveria apresentar a Colombo para que lhe desse fé e crença, e pusesse em obra o que de sua boca ouvisse<sup>388</sup>.

Quanto à personalidade de Francisco de Bobadilla, há que notar que a existência de pelo menos três homónimos tem, já desde a obra de Oviedo, dado lugar a muitas confusões; e nem sempre é fácil destrinchá-las. Foi o historiador dominicano Juan Marino Inchaustegui Cabral quem, graças a buscas intensivas nos arquivos espanhóis conseguiu aclarar a situação<sup>389</sup>.

Confundiou-se durante muito tempo o *pesquisidor* enviado às Índias em 1500 com um outro Francisco de Bobadilla, que de 1478 a 1488 entre outras funções exerceu as de corregedor e alcaide de Andújar e as de corregedor de Jaén, sobre quem existe abundante documentação; mas esse faleceu em Córdoba a 20.X.1496, pelo que não poderia jámais ser nomeado governador das Índias em 1499.

Era, segundo tudo leva a crer, deste corregedor Francisco de Bobadilla que era irmã D. Beatriz de Bobadilla (1440-1511), camareira e íntima amiga de Isabel, *a Católica*, tia e tocaia de Beatriz de Bobadilla, cognominada *a Caçadora* (1462-1501), senhora e governadora das ilhas da Gomeira e do Ferro, de quem falámos já. A tia estava casada com o financeiro Andrés Cabrera (1430-1511), oriundo provàvelmente de uma família

<sup>385</sup> Carta régia de Madrid, *CDD*, II, doc. 421, pp. 1139-41; transcrita por Las Casas *HI*, I, clxxvii; Consuelo Varela, *La Caída de Cristóbal Colón*, p. 52, por razões que não explica, data a nomeação de Bobadilla como *pesquisidor* de 21.III.1499, e como governador de 21.V.1499. A p. 57, contudo, data a primeira de 21 de Maio, como Las Casas. Trata-se quiçá de um *lapsus calami*.

<sup>386</sup> *Ibidem*, doc. 422, pp. 1141-43.

<sup>387</sup> *Ibidem*, doc. 423, pp. 1144-1145.

<sup>388</sup> Madrid, 26.V.1499, *ibidem*, doc. 424, pp. 1145-46.

<sup>389</sup> J. Marino Inchaustegui Cabral, *Francisco de Bobadilla — Tres homónimos y un enigma colombino descifrado*, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1964.

de judeus convertidos, que fora mordomo, conselheiro e camareiro de Henrique IV de Castela e ativo partidário de Isabel, a *Católica*, na guerra de sucessão, em pago de cujo apoio veio a ser feito marquês de Moya. Um filho seu, secundigénito, D. Francisco de Cabera e Bobadilla († 1529) foi bispo de Salamanca onde em 1512 deu início à construção da nova catedral. Constava na corte que fora a marquesa quem persuadira a Rainha a apoiar o projeto de Colombo. Isso não impediria que seu irmão, se de facto o fosse, tivesse adotado para com o Almirante uma postura assaz hostil; mas torna-o menos provável, pois se D. Beatriz fosse sua irmã não deixaria de o persuadir a ser indulgente para com Colombo, o que está longe de ter sido o caso. Seja como for, o comendador D. Fr. Francisco de Bobadilla, que substituiu e prendeu o Almirante, era pessoa distinta do irmão da Marquesa. Não sabemos se entre eles havia algum parentesco, tanto mais que em Espanha há pelo menos cinco localidades chamadas Bobadilla (uma na província de Logroño, outra na de Valladolid e três na Andaluzia), e não é forçosamente da mesma que aquelas personagens terão tirado o nome.

Um segundo Francisco de Bobadilla é assaz menos conhecido, pois poucos documentos se lhe referem: era frade, exercia em 1485 as funções de visitador da Ordem de Santa Clara e foi em 1499 apresentado pelos Reis para a abadia de Jerez de la Frontera, cujo padroado lhes pertencia. Sabe-se que exercia ainda as funções de abade em 1501, num momento em que o seu primeiro tocaio era já falecido e o segundo permanecia na Espanha.

O escolhido para pesquisador e sucessor de Colombo, Francisco Fernández de Bobadilla (c. 1448-1502), era membro da ordem militar de Calatrava e fora comendador de Auñón, Berninches, Castellanos e El Collado. Era, ao que parece um homem duro, pois sabe-se que em Auñón, perto de Guadalajara, a sua administração suscitou uma revolta popular, que o pôs em fuga da vila, pois intentavam matá-lo.

Sem embargo, os Reis, que estimavam D. Cristóvão e lhe estavam gratos, limitaram-se a nomear formalmente o comendador, não o despachando para as Índias senão em Junho de 1500, passado mais de um ano sobre a sua nomeação. Visivelmente, queriam dar a Colombo uma oportunidade mais de por si mesmo pôr em bom caminho as cousas do seu vice-reino.

Estava D. Cristóvão na Vega da Concepción, procurando aldear os índios, alegadamente para facilitar a sua conversão, e andava D. Bartolomeu em Xaraguá, em companhia de Roldán, a tentar reduzir os últimos alevantados, quando a 23.VIII.1500 surgiram defronte de Santo Domingo duas velas, a caravela *Gorda* e a *Antigua*, a bordo das quais vinha o novo governador com sua gente. Deduz-se de um passo do inquérito que em seguida levantou que vinha com ele o primo João António, que ajudara em Espanha a preparar a pequena armada. Como chegou da parte da tarde, quando sopra

o terral ou brisa da terra, que se não acalma antes das dez ou onze da noite, não pôde naquele dia entrar no porto e fundeou ao largo, a uma légua da cidade <sup>390</sup>. Quem nela assistia era D. Diego. Este estava deserto por saber se viria a bordo o seu sobrinho e tocaio, a quem D. Cristóvão fizera uma concessão de terras na ilha <sup>391</sup>, para onde queria que viesse, para se ir habituando às coisas da governança. Mandou por isso três homens numa canoa ao encontro dos navios, a quem o mestre de um deles perguntou que novas havia na terra. Responderam-lhe que naquela semana haviam enforcado sete espanhóis, e que na fortaleza estavam mais cinco aguardando a mesma sorte, entre os quais Pedro Riquelme e D. Hernando de Guevara. Este era, ao que parece, o capitão do navio a que Hojeda deitara mão no Cabo Guer, como atrás vimos, que, obrigado a seguir para o Novo Mundo, acabara por se mancomunar com os rebeldes de Xarágua.

Na madrugada seguinte, quando caiu o terral, as caravelas entraram no porto; e a primeira coisa que se lhes antolhou foram dois espanhóis enforcados, na margem direita do rio, fronteira à povoação. Foi talvez por isso que Bobadilla não desembarcou naquele dia, preferindo esperar até ao dia imediato, que era domingo, para ir então diretamente para a igreja. Foi no fim da missa, à porta da igreja, que fez ler a provisão que o nomeava *juez pesquisador*. Pediu então que lhe entregassem os presos e seus processos, para lhes fazer justiça; mas D. Diego negou-se, argumentando que os poderes de D. Cristóvão eram superiores aos dele, e que não lhe entregava nada sem mandado do irmão. E pediu um traslado da carta-régia, para enviar àquele, o que Frey Francisco recusou, alegando que se D. Diego não tinha poderes para lhe entregar presos e processos também os não tinha para receber e transmitir o traslado da sua nomeação.

No dia seguinte, perante um grande ajuntamento de povo, decidiu Bobadilla fazer ler publicamente a carta-régia que o nomeava governador em substituição do vice-rei, o que, como seria de esperar causou grande contentamento a muitos, mas desgosto a alguns. A propósito da alegria que reinava nas turbas, faz Fr. Bartolomeu de las Casas uma observação curiosa:

*Todos los que aquí estaban, o los más dellos, como se suele decir, de los pobres, que siempre desean novedades, porque silogizan que no les puede venir cosa nueva que sea peor que la pobreza que tienen a cuestas, y siempre se prometen con lo nuevo mejoría.....*

Acolitado pelo alcalde-mor Rodrigo Pérez, D. Diego, todavia, persistiu na sua. Ao terceiro dia, finalmente, fez o novel governador ler as provisões que ordenavam a todas

<sup>390</sup> Las Casas, *HI*, I, clxxvii.

<sup>391</sup> La Concepción, 21.V.1499, *CDD*, II, doc. 420, pp. 1138-39.

as autoridades locais que o acatassem e lhe obedecessem, mas nem assim se demoveu D. Diego. Como sabia que estavam prestes a enforçar mais cinco homens, entre os quais D. Hernando de Guevara, Bobadilla insistia em que lhe entregassem a fortaleza, os presos e os processos. Perante nova recusa de D. Diego e do alcaide, resolveu então dirigir-se à fortaleza a pedir ao seu alcaide, Miguel Díaz, que lha entregasse. Como o alcaide o recusasse, decidiu tomá-la de assalto, o que fãcilmente fez já que, como nota Las Casas, estava feita para resistir apenas *a gente desnuda* <sup>392</sup>.

Claro que a resistência da fortaleza à autoridade mandatada pelos monarcas ficou constituindo corpo de delito e veio a fazer parte do inquérito às irregularidades cometidas na Espanhola. Dentro do forte achou-se uma arca selada, que o alcaide declarou conter ouro e ser propriedade privada do Almirante. O escrivão Diego de Alvarado, que fora um tempo contador do ouro de Colombo, declarou então que havia já sete anos que exercia funções, em razão das quais vira os processos dos enforcados, que não continham depoimentos de quaisquer testemunhas, mas apenas as suas próprias confissões; não podia porém mostrá-los, pois Rodrigo Pérez levava-os a D. Cristóvão. Quanto aos que não haviam ainda sido executados, Bobadilla mandou-os soltar, visto o caso ser *liviano* e não haver acusador.

Três dias depois chegou um criado do Almirante com uma carta deste, em que mandava enforçar os presos — o que, como seria de esperar, não teve execução.

Bobadilla mandou então a Colombo cópia das suas provisões, sem contudo as fazer acompanhar de uma carta pessoal, o que pareceu àquele descortesia; e, para lhe dar uma lição de educação, escreveu-lhe uma missiva a dar-lhe as boas vindas. Contudo, não veio a Santo Domingo a vê-lo. O juiz-governador enviou então até junto dele um frade franciscano e o tesoureiro Juan Velázquez, que o persuadiram a vir à cidade — o que apenas veio a fazer quase um mês após a chegada do seu substituto. Na sua comovida “carta à ama” <sup>393</sup>, que mencionámos a propósito do *Memorial de la Mejorada*, Colombo confirma nas suas linhas gerais estes acontecimentos, tal como os narra Las Casas <sup>394</sup>; mas queixa-se amargamente de o *pesquisidor* se ter proclamado governador na sua ausência e jamais lhe ter escrito uma carta, ao passo que a Roldán passara uma série de cartas de mercê que os Reis lhe haviam entregado em branco, para delas usar a seu talante. Afirmava que na carta que enviara a Bobadilla, de que jamais houve resposta, lhe afiançava que já antes da sua chegada se preparava para ir de novo à corte, a prestar contas aos monarcas, e pusera

<sup>392</sup> Vide a parte inicial do auto de Bobadilla, C. Varela, *La caída...*, pp. 180 & sqq.

<sup>393</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xlviii, pp. 430-437.

<sup>394</sup> *HI*, I, clxxvii-clxxx

mesmo já os seus bens em almoeda. Lamentava que Bobadilla tivesse tamanhas atenções para com um “ladão da fazenda de Suas Altezas” — esquecendo que meses antes lhe passara uma declaração em como tudo o de que era acusado não era mais que atoarda, e se coligara com ele contra os demais rebeldes...

Pelo inquérito levantado sabemos que Bobadilha mandara a Colombo, que continuava em Bonaio, um procurador devidamente apoderado com cópias das suas provisões. O Almirante mostrou-se reticente, já por se tratar de trelados e não dos documentos originais, já por em nenhum deles se ler explicitamente que os Reis o degradavam da sua dignidade de vice-rei e governador-geral, pelo que considerava que a Bobadilla apenas cabia a justiça cível e criminal, mas não a governança. Sem embargo, submeteu-se e dispôs-se a comparecer em Santo Domingo, o que veio a fazer a 15 de Setembro; quanto aos presos, não os podia entregar, pois estavam com D. Bartolomeu.

Segundo a carta à ama e o testemunho de Las Casas, Bobadilla pô-lo imediatamente a ferros; mas o texto do inquérito, há anos achado em Simancas, dá antes a entender que os contactos entre um e outro começaram por decorrer numa atmosfera de certa cordialidade. Não cabe porém aqui esmiuçar tais pormenores.

D. Cristóvão, D. Hernando e Fr. Bartolomeu afirmam que o comendador se instalou de imediato na casa de Colombo e se apropriou de todos os seus haveres, incluindo os seu papéis. Não temos meio de controlar tal asserção.

Sabe-se pelo auto que Colombo foi interrogado por três vezes. Deve o juiz pesquisador ter, interrogado também D. Diego, mas as suas declarações não constam do processo. Sabe-se também que por três ou quatro vezes pediu o comendador ao Almirante os processos de Guevara e de Riquelme, recebendo como resposta que não havia contra eles quaisquer processos, pelo que os podia soltar de imediato se assim lhe prouvesse. Com tal resposta Colombo enterrou-se ainda mais, pois resultou daí claro que se preparava para os executar sumariamente, sem lhes levantar processo em forma. Desculpou-se alegando que não estavam presos por justiça mas por castigo, ou seja, mais ou menos preventivamente, até que os Reis decidissem a sorte a dar-lhes, pois se os deixasse andar à solta tentariam matá-lo antes que viesse resposta, o que poderia demorar mais de um ano. Quanto aos executados anteriormente, entregara em 1496 os processos à Rainha, mas presumia que os tivessem queimado — o que parece mui pouco provável.

Perguntado pelos soldos que tinha em dívida a 330 homens, desculpou-se com o atraso do tesoureiro Velázquez, que lhe não dissera ainda quanto dinheiro havia em caixa e quanto podia dispendir; mas pagá-los-ia logo que aquele lhe apresentasse contas.

No que toca aos demais presos — dezasseis homens que o *adelantado* mantinha dentro de um poço — não resulta claro se *sponte sua* se por intimação de Bobadilla, escreveu Colombo a seu irmão ordenando-lhe que viesse e os entregasse ao governador.

Foi só a 23 de Setembro que D. Bartolomeu apareceu na capital; declarou que deixara os presos ao cuidado de Cabrejas e que de seus processos não sabia nada. Se porventura os havia, estariam quiçá em poder do alcaide. Foi nessa ocasião que finalmente D. Cristóvão ratificou por juramento as declarações que prestara <sup>395</sup>.

O resto da devassa ocupa-se de casos como o de Miguel Muliart, o das mulherzinhas deslinguadas, o do caçador que não topou com preia, o do mordomo e do despenseiro enforcados por venderem mantimentos, e outros que conhecemos já.

Pressentindo que apesar de tudo, Colombo conservava na ilha numerosos partidários, Bobadilla pôs de imediato em obra uma política populista, quiçá mesmo demagógica, de modo a granjear validos: mandou pagar incontinentemente — o que, aliás, era de elementar justiça — todos os soldos em atraso; alegando que os Reis nem eram lavradores nem tratantes, pôs em almoeda a maior parte das terras e outros bens que Colombo reservara para a Coroa; autorizou que todos pudessem ir a extrair ouro, contanto que pagassem ao fisco  $\frac{1}{11}$  do que achassem; e começou a distribuir em profusão terras e índios aos colonos.

Herrera <sup>396</sup>, baseando-se como de costume em Las Casas, resume também estes acontecimentos. Admirador incondicional de Colombo, toma decididamente o seu partido, dando ao primeiro dos capítulos em que narra a história o significativo título: *Que Francisco Bobadilla llegó a la Española, presentó sus despachos en ausencia del Almirante y emprendió tomar por fuerza la fortaleza de Santo Domingo*.

Não é possível determinar ao certo em que momento pôs Bobadilla Colombo e seus irmãos a ferros. Segundo Las Casas, *por reverencia y compasión*, todos se recusaram a fazê-lo, até que o cozinheiro do Almirante, chamado Espinoza, *desvergonzado (...) se los echó, como si les serviera con algunos platos nuevos y preciosos manjares*.

A descrição do embarque de Colombo para o seu exílio que nos deixou o cronista é comovente:

*Y lo más amargo y más doloroso que sacarle los ojos sentió, y con razón, fué el sobresalto y angustia que, que quando de la fortaleza le sacaron para llevarle al navio, creyendo que le sacaban a degollar, rescibió. Y así, llegando Alfonso de Vallejas, un hidalgo, persona honrada (...) a sacalle y llevale al navio, preguntóle con rostro doloroso y profunda tristeza, que mostraba bién la vehemencia de su temor: “Vallejo, ¿ dónde me llevais?”. Respondió Vallejo: “Señor, al navio va vuestra señoría a se embarcar”. Respondió dudando el Almirante: “Vallejo, ¿ es verdad?”. Responde Vallejo “Por vida de vuestra señoría, es verdad que se va a embarcar”. Con la cual palabra se confortó, y cuasi de muerte a vida resuscitó. ¿Qué mayor dolor pudo nadie sentir? ¿Qué más vehemente turbación le pudo cosa causar?*

<sup>395</sup> Resumimos o que escreve Consuelo Varela em *La Caída de Colón...*, pp. 59 & sqq.

<sup>396</sup> I, iv, 8-10.

Esperava-o porém ainda maior humilhação: os apupos da turba que assistia ao seu embarque, soprando cornos, bradando e afixando nas esquinas pasquins contra os Colombos. É bem verdade que ao leão agonizante até o burro dá couce...

Quando o navio se engolfou no mar e ficou para trás a Espanhola, Alonso de Vallejo e o mestre da caravela *Gorda*, que se chamava Andrés Martín quiseram tirar os grilhões a Colombo; mas não lho consentiu o Almirante. Era agrilhado que desejava apresentar-se aos Reis. E logo que, a 20.XI.1500, chegou a Cádiz, escreveu-lhes uma missiva, que infelizmente não chegou até nós.

Sabemos tão somente que mal os Reis a receberam, considerando certamente que Bobadilla fora demasiado longe, mandaram retirar-lhe os grilhões que trazia aos pés e soltá-lo; e mais tarde escreveram-lhe uma carta a lamentar o sucedido. De facto, em parte alguma das instruções que deram ao comendador se lê que deveria prender Colombo. Há que reconhecer contudo que desde o momento da sua chegada à Espanhola muitas foram as coisas que o escandalizaram e, da parte dos homens do Almirante, inúmeras as atitudes que o exasperaram, pelo que a sua hostilidade para com ele tem fartas atenuantes.

Colombo guardou até à morte os seus grilhões, testemunhas mudas do seu martírio, e quis que com ele baixassem à sua tumba. E assim se fez.

Las Casas vê na demissão e prisão de Colombo uma punição divina pelos maus tratos que infligira aos índios:

*...de lo alto le vino el castigo, divinalmente ordenado: por las injusticias susodichas, guerras primeras y muertes y captiverios sin causa ni razón alguna, antes contra toda razón y ley natural, e imposición de tributos indebidos que hizo y cometió, y fué causa que otros hiciesen contra estas y en estas inocuas e inocentes naciones (que a él ni a otro del mundo nada debían, antes él a ellas debía gran deuda, por el muy señalado recibimiento y hospedaje que le hicieron en el puerto de la Navidad, cuando se le perdió la nao y Guacanagari, el rey de aquel reino, tanto lo remedió y consoló [...] pudiéndole a él y a todos los cristianos que con él venían hacer pedazos, sin que hombre del mundo supiera dellos)...*

E vaticina, aparentemente com base nos numerosos versículos bíblicos <sup>397</sup> que afirmam que por causa dos pais Deus castiga os filhos até à quarta geração:

*... le quiso Dios, que es justo juez, afligir y derrocar en esta vida, y a sus hermanos, y aun a su casa y sucesores en ella, hasta la segunda, al menos, generación (de que somos testigos y adelante se verá, y tengo por cierto que ha de llegar a la cuarta), y quitalle la posibilidad de hacer más daños, que cierto, hiciera y es manifesto, por lo que está dicho, con su buena intención.*

<sup>397</sup> Ex 20, 5 & 34, 7; Num 14, 18; Deut 5, 9.

Quanto a Mascarenhas Barreto, embora lhe tenha esquecido enumerar as vantagens do tratado de Tordesilhas sobre o das Alcáçovas, sustenta a péis juntos que toda a missão secreta de Colombo se resumia a forçar Castela a assinar segundo acordo — que na realidade apenas pôde ser assinado porque Colombo estava longe, sem o que teria porfiado em impor o seu limite de 100 léguas, em que se obstinou até à morte, e teria deixado as coisas num impasse. Não se compreende então porque motivo uma vez assinado o tratado se não retirou de Castela, regressando a Portugal, onde reinava agora um irmão seu, que lhe poderia conceder uma posição confortável e evitar-lhe os vexames porque passou, sobretudo a demissão compulsiva das funções de vice-rei, a prisão e o regresso a ferros a terras de Espanha. Talvez que entendesse que só sujeitando-se a tudo isso se manteria fiel ao voto que fizera como Cavaleiro do Templo — ordem que na realidade fora suprimida pelo papa, 139 anos antes dele vir ao mundo...

### A última viagem (3.IV.1502 - 7.XI.1504)

Entre as fontes para a história da derradeira viagem de Colombo avulta o testemunho de seu filho D. Hernando <sup>398</sup>, que contava então uns treze anos de idade e desta feita, com licença dos monarcas, o acompanhou. É, por conseguinte, um testemunho de primeira mão. Testemunha presencial foi também Bartolomeu Colombo, que poucos anos volvidos se dirigiu a Roma, onde confiou a um frade jerónimo as suas lembranças, amplificadas para servir de propaganda da família, que foram ao depois recolhidas pelo humanista veneziano Alessandro Zorzi <sup>399</sup>, de quem voltaremos a falar. Quanto à carta-relatório enviada pelo próprio Almirante a el-rei D. Fernando, datada da Jamaica, 2.VII.1503, era já conhecida por um manuscrito, um tanto abreviado, conservado na Biblioteca da Universidade de Salamanca, e por uma versão italiana publicada na época, de que se conhece um único exemplar, conservado na Biblioteca Marciana de Veneza que foi editada pelo cavaleiro A. Morelli, sob o título de *Lettera Rarissima di Cristoforo Colombo* <sup>400</sup>; do achado de Tarragona faz parte uma versão mais completa <sup>401</sup>. Não chegou até nós o manuscrito original autógrafo; as variantes entre as três versões hoje conhecidas podem explicar-se ou por iniciativa dos copistas, que decidiram suprimir o que menos lhes interessava ou por o próprio Colombo ter tirado cópias, não rigorosamente iguais do seu texto, como sabemos que fez na segunda viagem, em que deixou a Andrés Bernáldez uma cópia da sua carta aos Reis. Um exemplo curioso: com a habitual dose de exagero Colombo afirma em certo passo que Suas Altezas são senhoras das terras que acabara de costear “como Sevilha ou Toledo”, segundo o manuscrito de Tarragona, “como de Jerez ou Toledo”, prefere o de Salamanca — ao passo que *Lettera Rarissima* traz *come di Spagna e Granata*. As autoridades portuguesas na Índia adotaram o costume de mandar em diferentes navios diferentes vias do mesmo documento, prevendo a eventualidade de um navio naufragar; mas não sabemos se Colombo seguia exatamente o mesmo costume e com o mesmo escopo.

Comparando a vivacidade e a frescura do relato de D. Hernando ao de seu pai, ou este com o seu *Diário da Primeira Viagem*, nota-se bem que Colombo não era já o mesmo: era agora um homem prematuramente envelhecido, partilhado entre as suas

<sup>398</sup> HA, cap. lxxxviii-cviii (lxxxvii-cvii).

<sup>399</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xxxv, pp. 322 & sqq.; CDD, III, doc. 804, pp. 2084-87; *Italian Reports*, doc. 15, pp. 231-241 (trad. inglesa, pp. 106-115).

<sup>400</sup> Ab. Morelli, *Lettera Rarissima di Cristoforo Colombo, riprodotta e illustrata dal cavaliere...*, Stamperia Remondiniana, Bassano, 1810.

<sup>401</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, pp. 485 & sqq.

elocubrações apocalípticas e a defesa dos seus privilégios; desiludido e cansado da vida, já com pouca paciência para registrar as coisas em detalhe, enche metade da carta com recriminações, recordações e antevisões proféticas. É daí que consta uma sentida queixa, que se tornaria célebre:

*Yo hé llorado fasta aquí a otros; aya misericordia agora el çielo y llore por mi la tierra. En el temporal, al cabo de veinte años de servicio que he servido con tantos trabajos y perigros, no tengo oy día en Castilla una teja y, si quiero comer o dormir no tengo adonde, salvo el mesón o en taberna, y las más de las vezes falta por pagar el escote...*

E aproveita o ensejo para inserir, de sua natural invenção, um pormenor a insinuar uma crítica aos governadores que lhe sucederam:

*El emperador del Catayo ya tubo el señorío de toda esta isla [Espanhola]; perdiólo a causa de los gobernadores. Marco Paulo de Beneçia así lo escribe.*

Na realidade Marco Polo <sup>402</sup> limita-se a afirmar que nas 4.759 ilhas do *Mar de Çin* — ou seja, na Insulíndia — há especiarias e muitas outras coisas de proveito, mas nenhuma delas paga tributo ao Grão Cã. Nem diz que alguma vez lhe tenham pertencido, nem fala em governadores. Trata-se por conseguinte de uma das invenções de Colombo, a quem, como a alguns historiadores desportivos dos nossos dias, aprazia retocar as fontes.

Quanto ao relato de Las Casas <sup>403</sup>, segue de perto a carta de Colombo, de que tirara cópia, e a relação do filho; mas junta alguns detalhes que soube provávelmente da boca de um dos pilotos da armada, Pero de Ledesma, que conheceu na Espanhola e, para mais, depôs nos *Pleitos Colombinos*. Acham-se, dispersas, mais informações em todos os depoimentos no *Pleito del Darién*, em especial nas respostas à 8ª pergunta da provança do fiscal <sup>404</sup>; o testemunho mais interessante é precisamente o desse Pedro de Ledesma, piloto da caravela *Biscaínha* <sup>405</sup>. Dispomos ainda, o que não fora o caso nas viagens precedentes, do relatório oficial do escrivão da armada, Diego de Porras <sup>406</sup>, que no decurso da viagem entrou em conflito com o Almirante, acabando por se rebelar contra ele, como veremos; inclui o registro das léguas percorridas cada dia e a relação nominal de todo o pessoal embarcado. Como de costume, dispomos também

<sup>402</sup> cap. clx (= III, iv).

<sup>403</sup> *HI*, II, v-vi & xx-xxxvii.

<sup>404</sup> Anunciada Colón, III, pp. 1239-41 & IV, pp. 2061-2656.

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 2.450.

<sup>406</sup> Pub. por Gil & Varela, *Cartas...*, doc. xxxii, pp. 300-321.

da narração de Pedro Mártir <sup>407</sup>, que contém pormenores que o Almirante transcura; quanto ao de Oviedo <sup>408</sup>, demasiado sucinto, pouco interesse tem. A esta viagem alude também uma carta de Piero Rondinelli, de Sevilha a 3.X.1502 <sup>409</sup>, que quase nada ajunta ao que sabemos por outras fontes. A seu tempo falaremos do testamento de Diego Méndez, que é de excècional interesse.

Colombo permanecia em Granada, junto à Corte, aguardando por despacho; os Reis, que continuavam a confiar na sua experiência, pediram-lhe em Agosto de 1501 um memorando sobre o que se tornava necessário para abastecer as Índias <sup>410</sup>. Foi provàvelmente quando as coisas lhe pareceram encaminhadas para que empreendesse nova expedição que se mudou para a Cartuxa de las Cuevas em Sevilha, onde residia o seu compatriota, amigo e conselheiro Fr. Gaspar Gorrizzio. Entretanto os Reis, prossequindo a política iniciada em 1499, continuavam a fazer capitulações com diversos mareantes para fazerem descobrimentos nas Índias Ocidentais e mesmo para levarem novos povoadores para a Espanhola: a 5.IX.1501 capitulavam com Luís de Arriaga, vizinho de Sevilha, o envio de 200 famílias para a ilha <sup>411</sup>; e na mesma data recompensavam com novas concessões a viagem descobridora que à sua custa fizera Vicente Yáñez Pinzón <sup>412</sup>. A 17.I.1502 autorizavam Diego de Lepe a levar a descobrir mais um navio, além dos quatro que tinha já capitulado <sup>413</sup>; e no dia seguinte capitulavam com Alonso Vélez de Mendoza o estabelecimento de colonos na Espanhola e davam-lhe autorização para que navegasse a descobrir ilhas e terra-firme onde quer que não houvesse governador espanhol, pagando ao fisco metade do ouro, pérolas e pedras preciosas que achasse e trouvesse, e das outras cousas um quarto <sup>414</sup>. Os Reis estavam decididos a assegurar o domínio da Coroa sobre a Espanhola, onde mandaram erguer mais fortalezas <sup>415</sup>, proibindo estritamente pela mesma época que se vendessem armas aos índios ou que estes por qualquer modo as detivessem <sup>416</sup>.

---

<sup>407</sup> Década III, cap. iv. O relato deveria vir na década I, cap. x, onde porém o autor se limita a prometer que o inserirá quando tiver recolhido os testemunhos necessários; aparece assim fora da devida ordem cronológica.

<sup>408</sup> III, ix.

<sup>409</sup> Pub. por Radulet & Thomaz, *Viagens...*, pp. 178 & sqq.

<sup>410</sup> *HDD*, II, doc. 478, pp. 1258-1260.

<sup>411</sup> Capitulação de Granada, 5.IX.1501, *CDD*, II, doc. 483, pp. 1267-1270.

<sup>412</sup> Capitulação da mesma data, *CDD*, II, doc. 484, pp. 1270-74.

<sup>413</sup> Real cédula de Sevilha, *CDD*, III, doc. 572, pp. 1412-13.

<sup>414</sup> *Ibidem*, doc. 577, pp. 1428-1431.

<sup>415</sup> Cédula a Gonzalo Gómez de Cervantes, Granada, 16.IX.1501, *ibidem*, doc. 494, pp.1296-97.

<sup>416</sup> Carta régia de Granada, 16.IX.1501, *ibidem*, doc. 498, pp. 1300-1301

Foi em Setembro de 1501 que, para suceder ao governador Bobadilla, foi nomeado Frey Nicolás de Ovando, comendador de Lares, da Ordem Militar de Alcântara <sup>417</sup>. Levava instruções para tomar residência ao seu antecessor <sup>418</sup>; a este era, porém, concedida a faculdade de regressar de imediato, prestando contas e dando residência por meio de um procurador <sup>419</sup>. Tinha igualmente instruções detalhadas sobre os bens e os direitos que Colombo continuava a ter na ilha, recomendando-se-lhe que restituísse o que Bobadilla lhe confiscara arbitrariamente <sup>420</sup>.

Calculava-se que com a armação da frota de Ovando dispendesse a Coroa mais de um conto e meio de maravedis <sup>421</sup>. Verlinden, que gosta de bater na tecla do *Colombo coitadinho*, indigna-se ao constatar que a Nicolás de Ovando, que a 13.II.1502 partiu para a Espanha, levando consigo 2.500 homens, forneceram 20 vasos (o que permitia acomodar as 2.500 pessoas à razão 125 homens por navio), mas para Colombo, por mais que os pedisse, se não achava nenhum. Não é impossível que, como das outras vezes, Fonseca se tenha feito mula; mas sabemos que na realidade, ao contrário do que se passara em 1497-48, mas tal como sucedera em 1493, eram os próprios Reis quem instava com Colombo para que se não atrasasse <sup>422</sup>; ao mesmo tempo afirmavam-lhe afetosamente “que tivesse por certo que



**A Porta da Justiça, construída em 1348 por Yūsuf I (r. 1333-54), na alcáçova de Granada — cidade em que a Corte estacionou boa parte do ano de 1501, e Colombo com ela.**

Gravura de Joseph Lavallée & Adolphe Guérault, *L'Univers - Histoire et Description de tous les peuples — Espagne*, Firmin Didot Frères, Éd., Paris, 1844.

<sup>417</sup> Carta régia de Granada, 3.IX.1501, *CDD*, II, doc. 479, pp. 1260-62; cf. as instruções que lhe foram dadas a 16.IX.1501, *ibidem*, doc. 492; e a resposta dos Reis às dúvidas que ele pôs, *ibidem*, doc. 501, pp. 1304-1307.

<sup>418</sup> *Real mandamiento* da mesma data, *ibidem*, doc. 480, pp. 1262-63; outro de 16.IX.1501, *ibidem*, doc. 496, p. 1298

<sup>419</sup> Cédula de Granada, 17.IX.1501, *ibidem*, doc. 499, p. 1302.

<sup>420</sup> Cédulas de Granada, 27.IX.1501 e 28.IX.1501, *ibidem*, doc. 505 & 508, pp. 1311-17 & 1320-21; cf. a reclamação de D. Bartolomeu e a resposta que teve, Granada, 10.X.1501, *ibidem*, doc. 513-514, pp. 1329-35.

<sup>421</sup> Orçamento de Granada, 13.IX.1501, *ibidem*, doc. 488, pp. 1277-78.

<sup>422</sup> Carta *que tanto vale como privilegio* de Valencia de la Torre, 14.III.1502, *CDD*, III, doc. 582, pp. 1438-40; transcrita por Las Casas, *HI*, II, iv.

sua prisão lhes pesara muito”, *pues que luego que lo supimos lo mandamos remediar*. E manifestaram a Colombo o seu favor e, implicitamente, o perdão de seus erros, fazendo-lhe mercê de 300.000 maravedis de ajudas de custo <sup>423</sup>. É interessante notar que entre os 2.500 homens que partiam com Ovando iam cinco portugueses, autorizados a estabelecerem-se na Espanha como colonos <sup>424</sup>. Seguiu também a bordo o jovem Bartolomeu de las Casas, que terminara os estudos em Salamanca e conseguira um lugar de catequista na ilha, onde aliás seu pai, o comerciante Pedro de las Casas, que acompanhara Colombo na sua segunda viagem, tinha interesses. Sobre a viagem do comendador há um razoável acervo de documentos, que a não ser quando em alguma guisa toquem a Colombo deixaremos de lado; o mesmo se diga dos que respeitam à viagem de Hojeda <sup>425</sup>, que partira dias antes.

Embora lhe vedassem escalar a Espanha, os Reis continuavam a respeitar os direitos senhoriais de que gozava aí; e a 27.IX.1501 e de novo a 15.I.1502 deram ordens para que se recebesse de Colombo o oitavo das mercadorias a que, nos termos das *Capitulações de Santa Fé*, tinha direito a carregar para as Índias na armada de Ovando <sup>426</sup>. Cerca de um ano depois voltava a recomendar ao governador que respeitasse os interesses do Almirante na Espanha, por que ficava responsável Alonso Sánchez de Carvajal, e autorizavam-no a importar anualmente 111 quintais de pau-brasil <sup>427</sup>. Não era, aliás, apenas a Colombo que se vedava a escala na Espanha: medida idêntica se aplicava igualmente a todos os que celebrassem capitulações com a Coroa para ir a descobrir <sup>428</sup>.

A pressa dos Reis viria de estarem informados de que Vasco da Gama fora enviado pela segunda vez à Índia e temerem que fosse a fazer novos descobrimento, o que não era o caso <sup>429</sup>: o escopo da sua portentosa armada era intimidar os moiros do Índico e seus protetores em Calecut, deixar no Malabar uma frota para patrulhar

---

<sup>423</sup> Juan Gil, “Las cuentas del cuarto viaje de Cristóbal Colón”, in *Anuario de Estudios Americanos*, tomo LX-2 (Julº-Dezº2003), pp. 611 & sqq.

<sup>424</sup> Licença de Sevilha, 17.I.1502, *CDD*, III, doc. 571, p. 1411.

<sup>425</sup> *CDD*, III, doc. 580, 581, 588, 589, 597, 598, 599, etc.

<sup>426</sup> Cédulas de Granada, 27.IX.1501 e de Sevilha, 15.I.1502, *CDD*, III, doc. 507 & 568, pp. 1319 & 1409; cf. as cédula da Rainha, de Segóvia, 27-XI.1503, *ibidem*, doc. 634-635, pp. 1584-87.

<sup>427</sup> Cédula de Segóvia, 27.XI.1503, *CDD*, III, doc. 635, pp. 1585-87.

<sup>428</sup> Carta dos Reis ao governador Ovando, Alcalá de Henares e Çaragoça, 20 & 29.III.1503, *CDD*, III, doc. 602, pp. 1499-1504.

<sup>429</sup> Nas suas notas à *HA*, Luís Arranz imagina que a preocupação era devida ao regresso de Vasco da Gama, “que acababa de llegar a la India (Calicut)”; o regresso da sua 1ª viagem tivera na realidade lugar havia já três anos, tendo entretanto regressado também Pedro Álvares Cabral; mas no seu *Cristóbal Colón* o autor emenda a mão.

a costa e trazer no regresso uma boa carga de especiarias. Um ano mais tarde não melhorara sensivelmente a concessão geográfica de Suas Altezas, que encarregavam Ochoa de Isásaga de, tão secretamente quanto possível, se informar da fortaleza que os portugueses mandavam construir nas Índias, ao que lhes constava muito perto de Pária, que era de sua conquista <sup>430</sup>. Tratava-se possivelmente do forte de Cochim, erguido pelos dois primos Albuquerque, Francisco e Afonso, que haviam largado de Lisboa em Abril de 1503, embora as crônicas deem a entender que a iniciativa de o construir partiu dos próprios capitães-mores, ao constatarem *in loco* o grande aperto em que se achava el-rei de Cochim, principal aliado dos portugueses, sitiado na ilha de Vaipim pelas forças do Çamorim de Calecut <sup>431</sup> — do que se não poderia saber na Europa, a não ser que a ordem para erguer o forte constasse das instruções dadas à partida aos capitães por El-Rei, que não chegaram até nós. Não é, contudo, impossível que se queira antes referir à construção da casa-forte do Cabo Frio, não longe do Rio de Janeiro, destinada a centralizar o comércio do pau-brasil, que é coeva da do forte de Cochim. Em qualquer caso, o Cabo Frio, sito a 22° 52' S, dista de Pária, a c. 10° N, costeando o continente, c. 3.140 milhas marítimas.

Mais tarde, quando se tornou definitivamente claro que as terras a que chegaram Gama, Cabral e os Albuquerque distavam milhares de léguas das achadas por Colombo, os Reis Católicos apoiaram discretamente a política indiana de D. Manuel, em que viam uma maneira cómoda de o manter ao largo do Novo Mundo; mas é possível que de momento, enquanto não eram assimilados os resultados das “viagens menores” e juntadas as peças do *puzzle*, as viagens portuguesas à verdadeira Índia lhes tenham causado preocupação.

Desta vez não teve pois Colombo grande dificuldade em que lhe armassem uma frota de quatro velas, de 50 a 70 toneladas, que largaram de Cádiz a 9.V.1502, tripuladas por 140 homens, alguns dos quais genoveses; tal era o caso de Bartolomeu Fieschi, que comandava a caravela *Biscaíña*, de apenas 50 tonéis, fretada por 7.000 maravedis mensais a Juan de Oquina de Guetaria ou, segundo outro documento, a Juan Pérez, quiçá sócio daquele, que seguia a bordo como mestre, mas a meio da viagem,

---

<sup>430</sup> Cédula da Rainha a Ochoa de Isásaga, Alcalá de Henares, 30.V.1503, *CDD*, III, doc. 609, p. 1509.

<sup>431</sup> Esta viagem foi exaustivamente estudada por Jean Aubin, “L’apprentissage de l’Inde - Cochim, 1503-1504”, in *Moyen-Orient & Océan Indien, XVIe-XIXe s.*, n° 4 (1987), pp. 1-96; reproduzido in *Le Latin et l’Astrolabe*, vol. I, pp. 49-110.; cf. C. Radulet & Luis Filipe Thomaz, *Viagens Portuguesas à Índia*, doc. X, pp. 211-235; e os nossos estudos “*De fœdere et pace inter reges Portugallia et Cholecut* – A armada dos Albuquerque e o primeiro tratado internacional firmado pelos Portugueses na Índia”, in *Humanitas*, vol. 58, Instituto de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2006, pp. 309-33; e “Reflexões sobre as pazes de Calecut em 1503” in *Problematizar a História – Estudos de História Moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Centro de História da Universidade de Lisboa / Caleidoscópico, Lisboa, 2007, pp. 93-142.

a 15.II.1503, a vendeu a Colombo <sup>432</sup>. Quanto à *Gallega*, era pertença de Alonso Çenjajero da Corunha, que a alugara por 8.333 maravedis mensais e vinha também a bordo como mestre. O capitão era Juan de Terreros que acompanhava o Almirante pela quarta e última vez, pois havia de falecer na Jamaica a 29.V.1504. A *Santiago*, de Palos (também chamada *Bermuda*, por pertencer a Franciso Bermúdez, de Palos) fora fretada por 10.000 maravedis e trazia a bordo o *adelantado* D. Bartolomeu, não sendo claro se era este se Francisco de Porras quem na comandava. D. Hernando seguia, como seria de esperar, com seu pai, na caravela capitaina, a *Gracia de Dios*, pertencente a Mateo Sánchez; deslocava 70 toneladas e fora fretada pela Coroa à razão de 9.000 maravedis ao mês. D. Diego ficou em Espanha, provavelmente porque os Reis haviam recomendado ao Almirante que não atrasasse a partida e deixasse o filho tratar-lhe de seus negócios; chegaram até nós as instruções escritas que seu pai lhe deu nessa ocasião <sup>433</sup>.

Previra-se que levassem 64 bombardas, um número não especificado de espingardas, 40 béstas, 48 lanças e outros tantos dardos. Como provisões carregaram mil quintais de biscoito, 3.300 arrobas de vinho, 200 toucinhos, 5 bois salgados e fumados, peixe seco, 8 pipas de azeite, 100 arrobas de queijo, 16 cafizes e 11 fanegas de gravanços, 4 a 8 cafizes de favas e algumas miudezas mais. Os gastos feitos à partida totalizaram 2.259.239 maravedis, bastante menos que os 3 contos que o Almirante previra <sup>434</sup>.

Convicto de que desta vez não deixaria de achar o Grão Cã, levava consigo três intérpretes de arábico, que pedira aos Reis. Ainda que que o alcançasse, de pouco lhe serviriam os turgimões de algaravia, pois a leste do Irão a língua diplomática era o persa e não o árabe. Pelas instruções que lhe deram a 14.III.1502 ordenavam-lhe os monarcas que se não detivesse na Espanhola à ida, embora no regresso a pudesse escalar; e que se porventura se encontrasse nas Índias com os capitães del-rei de Portugal, se tratassem como amigos <sup>435</sup>. Na realidade, como bem sabemos, nas Índias jamais se poderiam encontrar; mas poderia cruzar no Atlântico a frota de João da Nova, que só chegaria a Lisboa, no regresso de Calecut, a 11 de Setembro; quanto a Vasco da Gama, que para lá partira pela segunda vez a 10 de Fevereiro, e seu primo Estêvão da Gama que largara a 1 de Abril, por certo que iam já longe.

---

<sup>432</sup> As informações sobre tonelagem dos navios, custo dos fretes, número de tripulantes, etc., constam do relatório de Porras.

<sup>433</sup> *CDD*, III, doc. 585, pp. 1444-46.

<sup>434</sup> Juan Gil, “Las cuentas...”

<sup>435</sup> *CDD*, III, doc. 583, pp. 1440-1443.

O mofino Almirante depositava nesta viagem grandes esperanças, chamando-lhe *alto viaje* e vaticinando, ainda mesmo quando estava já a meio do seu calvário, que de todas seria *el más noble y provechoso*...

Após uma paragem em Santa Catalina rumaram a Arzila, que sabiam assediada pelos mouros. As praças portuguesas de Marrocos mantinham estreitas relações com os portos da Andaluzia<sup>436</sup>, a que além de facultarem oportunidades de comércio com o Norte de África protegiam do corso barbaresco. Já em 1418, aquando do grande cerco de Ceuta, haviam sido os andaluzes quem dera o alarme; e enquanto durou a presença portuguesa nos Lugares de Além continuaram a ser freqüentes as expedições quer militares quer de abitalhamento enviadas da costa fronteira. Não admira, pois, que D. Quixote Colombo aí se tenha dirigido...

Mascarenhas Barreto tem esse facto por mais um indício da portugalidade de Colombo e do seu parentesco com D. João de Meneses. Ter-lhe-ia bastado ler com um pouco de atenção a descrição do cerco de Ceuta em 1476, a que se prende a aterragem do nosso homem em Portugal, para ver que a presença portuguesa em Marrocos era olhada como um serviço ao bem comum da Cristandade, e que aí acorriam a lavar em sangue mouro os seus pecados cavaleiros dos mais variados rincões da Europa ocidental. Já em 1441, quando o regente D. Pedro — para reaver seu pobre irmão, o infante D. Fernando, que D. Henrique entregara como refém aos mouros em substituição da sua própria pessoa, abandonando-o em seguida — decidiu retroceder Ceuta ao rei de Fez, mandando uma armada a recolher a gente e a despejar a praça, quem impediu a retrocessão foi uma armada genovesa, que não hesitou em atacar a frota portuguesa e matar D. Fernando de Castro, que a comandava. Génova, que vivia em grande parte do comércio com o Mar do Norte, mantendo desde 1277 uma carreira anual para a Flandres, tinha todo o interesse em impedir que o estreito de Gibraltar caísse de novo sob o controle dos muçulmanos<sup>437</sup>.

Da mesma postura mental resulta, por exemplo, o episódio reportado por Rui de Pina na sua *Crónica de D. João II*<sup>438</sup>:

*E neste anno [1486] chegou aa Cidade de Lixboa Monseor Duarte, Senhor d'Escallas em Ingraterra, e gente bem aparelhada, pera servir a Deos na guerra que ElRey Dom Fernando e a Raynha Dona Ysabel de Castella entam faziam ao Regno de Graada, que depois acabaram de tomar; na qual empresa o dicto Monseor se ouve como bõo e devoto cavaleiro...*

<sup>436</sup> Cf. Robert Ricard “Les places portugaises du Maroc et la commerce d'Andalousie” in *Annales de l'Institut d'Études Orientales*, IV, 1938, pp. 129-153; repub. in Robert Ricard, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1955, pp. 143 & sqq.

<sup>437</sup> Cf. o nosso estudo “Le Portugal et l'Afrique au XV<sup>e</sup> siècle: les débuts de l'expansion”, versão portuguesa revista e aumentada in *De Ceuta a Timor*, Difel, Carnaxide, 1985, *cit. supra*.

<sup>438</sup> cap. xxi.

Desta vez, porém, o assalto mouro durara pouco e terminara já, ficando ferido o capitão, que era D. João de Meneses (1495-96 e 1501-05). D. Cristóvão mandou-o visitar a terra, por intermédio de seu irmão, o *adelantado*, e de seu filho D. Hernando; e o capitão retribuiu por meio de fidalgos parentes de Filipa Moniz que ali prestavam serviço, talvez em conseqüência das estreitas relações do arquipélago da Madeira com os Lugares de Além. Mascarenhas Barreto acrescenta, de sua própria lavra, pois nenhuma das fontes primárias o afirma, que Colombo presenteou a guarnição com mantimentos. Embora alguns historiadores prestigiados, como Oliveira Martins, não tenham sabido resistir a tentação de embelezar a sua narrativa com pormenores de sua natural invenção, ainda que verosímeis, tal prática é uma porta aberta a todos os erros que podem decorrer de inventar a História em vez de a buscar nas fontes. Para mais Arzila podia facilmente abastecer-se em dois ou três dias, do Algarve ou dos portos andaluzes de Ponente, pelo que é duvidoso que nesse aspeto estivesse em dificuldades, a não ser que se achasse cercada também por mar.

Da leviandade com que Barreto escreve temos um bom exemplo a páginas 509 do seu livro: reproduz aí uma gravura representando Tânger, a que apõe a legenda: “A cidade fortificada de Tânger em 1660, estando já o Reino de Portugal liberto do domínio filipino, mas tendo ela ficado em poder dos Espanhóis”. Ora o que ficou em poder dos espanhóis não foi Tânger, foi Ceuta, a única praça de todo o império português a não reconhecer a realeza de D. João IV — o que a faria ficar entalada entre dois potenciais inimigos, Espanha e Marrocos. O capitão de Tânger, D. Rodrigo da Silveira, conde de Sarzedas, hesitou; mas a pressão da população acabou por o forçar a aclamar o Duque de Bragança, ainda que com grande atraso: a 24.VIII.1643. Foi por isso que, como nos ensinavam a todos na escola primária, Tânger pôde em 1656 integrar, ao lado de Bombaim, o dote de D. Catarina de Bragança ao desposar Carlos II de Inglaterra! Erros desta natureza, evitáveis mediante o simples uso de uma enciclopédia, lançam o descrédito sobre a obra e sobre o autor.

De Arzila seguiu Colombo para as Canárias, tocando desta vez a Grã Canária, de onde, feita escala de cinco dias para tomar água e lenha, zarpuu a 25 de Maio. Como das vezes passadas a travessia foi rápida, e a 15 de Junho chegaram, segundo D. Hernando e Las Casas, à ilha de Matinínó, uma das dos Caribes, que corresponde aparentemente à que hoje designamos por Martinica (14° 48' N, 61°10' W); na sua carta, porém, Colombo não fala dela, mas da Domínica, que aliás lhe é contígua, que escalara já na sua segunda expedição.

Era intenção do Almirante rumar dali a Pária, para então prosseguir o descobrimento do continente sul-americano, repetindo os passos de Hojeda e de Bastidas. Nutria esperanças de mais adiante achar um estreito que lhe permitisse prosseguir para

mais além. Nos *Pleitos Colombinos* haviam de declarar vários companheiros seus que depuseram como testemunhas, que da Espanhola se dirigiram para ocidente, *en busca de un estrecho donde dezía el dicho don Christóbal Colón que avía el espeçeria* <sup>439</sup>. Por onde, exatadamente, se proporia passar? É difícil dizê-lo, pois a sua geografia era assaz confusa. Diga-se em seu abono que a dos monarcas não era muito melhor, pois entreviam a possibilidade de ele se vir a encontrar com Vasco da Gama, e haviam até escrito a D. Manuel a alertá-lo para tal eventualidade...

O estreito que Colombo procurava era certamente aquele por onde, na viagem de regresso, passara Marco Polo — ou seja, o estreito de Malaca, que se não chamava ainda assim, pois o veneziano cruzou-o em 1295 e Malaca apenas foi fundada em 1403, ou seja, 108 anos mais tarde. Para mais não estaria provávelmente tão seguro como pretendia dar a entender de que alcançara o Cataio, de que Cuba faria parte; mas mesmo juntando a continentalidade da sua Juana à das terras achadas mais a norte por Caboto, de cuja viagem estava bem informado pela carta de John Day, entreveria quiçá que entre a Espanhola e o Cataio algo se entrepunha, embora pareça jamais ter concebido que se tratava de um continente inteiro, até aí desconhecido; e como, graças às *viagens menores* de que estava ao corrente, devia ter já noção da continentalidade da América meridional, sita uns dez a quinze graus mais a sul, imaginaria que entre uma e outra houvesse uma passagem que lhe desse acesso ao Índico onde navegavam já os portugueses. Tinha certamente presente a viagem de Marco Polo, que regressara por via marítima do Cataio, o que seria impossível se o Índico fosse, como nos mapas de Planudes, um mar interior; e sabia por ele que nessas paragens existiam 4.759 ilhas, senão mesmo 5.000 como dizia Mandeville. Seria por entre elas que esperava achar o estreito, que já na segunda viagem se propusera atravessar.

Não deveria estar ao corrente da existência de Maluco, madre do cravinho, de que só Pedro Álvares Cabral trouxe notícia, mas sabia pelo viajante véneto que aquelas muitas ilhas eram abundantes “em espécies e mais cousas de proveito”, e esperaria ter aí mais sorte do que nas Antilhas onde a bem dizer apenas topara com ouro. De qualquer modo, mesmo que Cuba não fosse parte do Cataio, por esse estreito poderia alcançar finalmente o núcleo duro da Ásia — onde o esperariam o Grão Cã, a especiaria e, por i algures, talvez mesmo o Cipango, que havia já uns oito anos andava desaparecido...

Um dos navios, porém, a caravela *Santiago*, em que vinha o *adelantado*, era não só demasiadamente grande, o que para explorar mares desconhecidos não era bom, mas também pouco veleira, pelo que se atrasava constantemente dos demais. Na sua carta

---

<sup>439</sup> Depoimento de Martín de Arriera na 2ª provança do fiscal no “pleito do Darién”, Sevilha, Fevº. 1513, Anunciada Colón, IV, p. 2448; e outros

aos Reis o Almirante classifica-o por mais de uma vez de *navio sospechoso*, o que levou alguns a pensar que de seu nome se chamasse assim. Resolveu por isso passar por Santo Domingo a comprar, à sua custa se necessário fosse, um novo; e na Martinica decidiu mudar de cabo. Costear Pária pelo norte ou Cuba pelo sul conduziria ao mesmo.

É neste momento que se situa o episódio do furacão de 29.VI.1502, que, como referimos já, o Almirante predisse, em que pereceriam Bobadilla, Roldán e Torres, apenas chegando a seu destino o navio em que viajava a sua própria fazenda, restituída por Ovando — que no entanto, como sabemos, o não deixou desembarcar nem trocar de navio. Tem sem dúvida razão Las Casas ao aventar que o comendador o não terá deixado escalar o porto porque tais eram as ordens dos monarcas, que queriam evitar que o Almirante se encontrasse com Bobadilla e com Roldán, para que não avivassem o seu contencioso nem se formassem bandos. Diego de Porras, diplomáticamente, finge ignorar o que se então passou: *mandó ir un suyo a tierra de la isla; a qué fue no se sabe* <sup>440</sup>.

A frota teve assim de rumar a oeste, cosendo-se com a terra para esquivar a borrasca, até se poder abrigar numa angra chamada Açoá, Azua, Puerto Hermoso ou Puerto Escondido; o vento dispersou os navios, mas logo se reencontraram passada a tormenta. Daí, quando voltou a bonança, seguiram para Yáquimo — o Puerto del Brasil de Hojeda — para respirar dos trabalhos sofridos e fazer nos navios as reparações necessárias.

Refeita a sua gente e corregidos os navios, largou Colombo da Espanhola a 14.VII.1502. Passou ao largo da Jamaica, dos Jardines de la Reina e de uma ilha baixa que deve corresponder ao Cayo Largo, no arquipélago de los Canarreos, que *ya antes era descubierta*, como nota Porras; após uma travessia cujos detalhes importam pouco, foi aterrar no dia 31 na costa das Honduras, defronte das ilhas hoje conhecidas por Islas de la Bahía, de que a mais oriental é a de Guanaja, muitas vezes referida na documentação colombina; segundo o piloto Pedro de Ledesma <sup>441</sup> foi a essa que Colombo deu o nome de *Ysla de Pinos*. Ao cabo com que topou na terra-firme fronteira, perto da atual Trujillo, chamou “punta de Caxinas”, nome que davam em Haiti a certas árvores de fruto comestível que ali observaram, que Las Casas não conseguiu identificar e nós tampouco. Como no concelho de Vila do Conde há um lugar chamado Caxinas, talvez em breve surja a teoria de que afinal o descobridor do Novo Mundo não era alentejano nem oriundo de Cuba...

<sup>440</sup> Gil & Varela, *Cartas...*, p. 301.

<sup>441</sup> Anunciada Colón, III, p. 2.449-52.

Essa ponta veio a ser também conhecida pelo nome que lhe deu João Dias de Solis, quando em 1508 voltou a explorar a região: cabo de Honduras, ou seja, “das funduras”, por ter achado o mar aí assaz profundo. Por certo que deitaram a sonda longe da costa, a norte das Islas de la Bahía e para lá do Grande Arrecife Mesoamericano, que ao longo de c. 1000 km acompanha todo o litoral do golfo, do extremo do Iucatão à sua saída para o Mar das Caraíbas; aí o pego é de facto muito fundo, pois coincide com a grande falha tectónica conhecida por Fossa de Caiman, por ser contígua às ilhas chamadas de Los Caimanes (“dos jacarés”) ou Cayman. Nessa fossa, que separa a placa tectónica norte-americana da das Caraíbas, a profundidade do mar atinge os 7.686 metros.



A quarta viagem de Colombo

Domingo, 14.VIII.1502, de bandeiras e tambores, ouviram missa em terra; e na quarta-feira seguinte com a habitual solenidade desembarcaram de novo a tomar posse do país em nome dos Reis Católicos. Nos dias imediatos vieram à praia cerca de 300 nativos a trazer-lhes vitualhas: “galinhas da terra”, patos, peixes assados, favas còradas ou brancas, feijões, e mirobálanos dos que chamam *hobos*, ou seja, cajás. Como vimos já, tanto Andrés Bernáldez como o Inca Garcilaso de la Vega atestam que na América não havia favas; é possível que por *favas* se devam entender aqui simplesmente os feijões americanos, hoje espalhados pelo mundo inteiro (*Phaseolus vulgaris*, L.), de que os há de diversas cores; D. Hernando tê-los-á designado por *favas* por serem em geral nitidamente maiores que os feijões cultivados na Idade Média na Europa, como o feijão-frade [*Vigna cylindrica*, (L.), Skeels]. A cena repetiu-se noutras escalas que fizeram, com índios a virem a nado às caravelas a trazer-lhes dádivas.

Quanto à identificação dessa costa, a que, como veremos, Colombo chamou “de la Oreja”, com a “tierra de Maya”, trata-se de uma imprecisão de linguagem do piloto Pedro de Ledesma no seu depoimento nos *Pleitos*, pois o império maia parece não ter senão raramente estendido até tão longe a sua influência.

Quanto às “galinhas da terra melhores que as nossas”, trata-se sem dúvida de perus, (*Meleagris gallopavo*, L., da família dos Faisanídeos) nas Antilhas e na Colômbia designados por *guanaxos*, modernamente *guanajos*, termo de origem incerta, certamente tomado de uma língua local, ao passo que no México se lhes chama *guajalotes*, vocábulo derivado do nahuatl *uexolotl*. É, tanto quanto sabemos, esta a primeira referência escrita a tal ave. No Iucatão e nordeste da América Central existe no estado silvestre uma espécie cognada, a *Meleagris ocellata*, Cuvier. No seu *Sumario...* <sup>442</sup>, Oviedo deixou-nos a primeira descrição detalhada do peru, dando-lhe o nome de *pavo*, que na Idade Média, em concorrência com *pago* e com *pavón*, servia em castelhano para designar o pavão (*Pavo cristatus*. L., da mesma família), animal trazido da Índia na Antiguidade. O nome de *pavo* perpetuou-se até hoje em castelhano para designar o peru, passando o pavão a ser geralmente denominado *pavo real* <sup>443</sup>. O seu nome corrente em português representa uma abreviação de *galinha-do-peru*, expressão atestada em vários autores de finais do século XVI como Diogo do Couto e Fr. João dos Santos <sup>444</sup>, conquanto a ave não seja originária do Peru, mas do México. Em inglês chamaram-lhe *turkey*, como se viesse da Turquia e em francês *dinde*, *i. e.*, d'Inde, “da Índia”. Quanta calúnia! Pobre animal...

Acharam fartos indícios de que estavam já perto de gentes mais civilizadas do que quantas até aí se lhes haviam deparado: viram nomeadamente, com mostras de ir ser fundida, uma pedra de minério de cobre (provavelmente calcopirite,  $Cu Fe S_2$ ), que D. Hernando designa por *calcide*, o que se deve entender no sentido do latim *chalcites* ou *chalcitis*, que é um composto cuproso e não o que os geólogos designam hoje por *calcite* (carbonato da cálcio,  $Ca C O_3$ ); os marinheiros, cuidando ser ouro, roubaram-na e esconderam-na durante muito tempo. Mais tarde toparam com cadinhos de fundir bronze. Era um indício seguro de que, como souberam dos nativos, estavam perto da região do Cataio em que a gente andava vestida e dormia em lençóis bordados de ouro; se os não viam por ali é porque não havia senão *gente selvaje de la costa de la mar, mas no en la tierra adentro...*

Viram também corpos embalsamados, que deduziram ser de chefes mortos; e depararam com índios que cobriam pelo menos as suas vergonhas com tecidos de algodão. Apoderaram-se de uma grande canoa, tripulada por 25 homens, cheia de artigos de comércio, de que Colombo escolheu os que mais lhe agradaram como amostra. Era provida de um largo toldo, semelhante ao das gôndolas de Veneza, para resguardar da

---

<sup>442</sup> cap. XXXVI.

<sup>443</sup> Cf. Corominas & Pascual, *Diccionario Crítico...*, s. v.

<sup>444</sup> J. P. Machado, *Dicionário Etimológico*, s. v.

chuva mulheres, crianças e mercadorias. Viria do Iucatão, como aventa Las Casas <sup>445</sup>. A bordo traziam mantas e camisetas de algodão de várias cores e véus com que as mulheres, “como as mouras de Granada”, se cobriam; e constataram que, se lhos retiravam, logo elas escondiam cara e partes baixas, tapando-as com as mãos, pudor com que não havia topado até aí. Acharam igualmente vinho de maiz, “semelhante à cerveja de Inglaterra”, que era o que hoje se designa por *chicha*, termo que parece ser de origem panamiana; viram também machados de cobre e espadas de madeira, em cujo fio, presas com pez e cordas, havia feiras de pedras aguçadas que cortavam como aço. Tratava-se sem dúvida de obsidiana, espécie de vidro natural de origem vulcânica, geralmente negro, de fratura conchoidal; era muito usada em toda a Mesoamérica para setas, facas e outros objetos cortantes, e fora-o também em tempos no Mediterrâneo — o que fizera das ilhas Lípari, ao largo da costa setentrional da Sicília, um grande centro de comércio no período Calcolítico.

Sobretudo, deram com certas “amêndoas”, que os índios prezavam mais do que tudo, que D. Hernando na biografia paterna, redigida entre 1523 e 1539, identifica corretamente com a moeda de que se usava no Império Azteca, que eram grãos de cacau <sup>446</sup>; era um sistema simpático, que, pelo menos nas zonas cacauceiras, permitia a cada um cultivar no seu quintal a árvore das patacas...

Como planta, o cacau, que aqui nos não interessa particularmente, é descrito e desenhado no *Thesaurus* de Francisco Hernández <sup>447</sup>, que, tal como Acosta <sup>448</sup>, refere já bebida que a partir dele se preparava, conhecida no México como *chocolatl*, de onde o nosso *chocolate*.



**Cacahuahuatl ou  
árvore cacauífera**

Gravura de Francisco Hernández,  
*Rerum Medicarum Novae Hispaniae  
Thesaurus*, liv<sup>o</sup> III, cap. xlvi

<sup>445</sup> *HI*, II, xx.

<sup>446</sup> Fr. Francisco Ximénez, liv<sup>o</sup> I, p. ii, cap. xxxvii, “del *cacahuahuatl*, árbol del cacao”, pp. 56-59; Oviedo, *HGNI*, liv<sup>o</sup> VIII, cap. xxx; J. de Acosta, *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xxii. Cf. C. Räscher, *The Encyclopaedia of Psychoactive Plants*, s. v. “Theobroma cacao”. *Du cacao au nuevo peso : la numismatique mexicaine*, Catalogue d’exposition, Banque nationale de Belgique, Bruxelas, 1993.

<sup>447</sup> Liv<sup>o</sup> III, cap. xlvi, pp. 79 & sqq. Sobre a sua difusão, vide J. E. Mendes Ferrão, *Le voyage des plantes*, pp. 99 & sqq.

<sup>448</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xxii.

Nesta ocasião ouviu Colombo falar em duas coisas notáveis: minas de ouro, que abundariam sobretudo mais a sul, na zona de Verágua, no norte do atual Panamá, de que seus descendentes seriam duques; e de uma terra denominada Çiguare, onde haveria feiras de mercadorias, naus com bombardas (o que, bem entendido, é impossível), gente que além de andar vestida, usava couraças e espadas e possuía cavalos (o que tampouco é possível); vimos já que, numa das suas piroetas lingüísticas, identificava Çiguare com a *Cattigara* de Ptolomeu. Disseram-lhe mais que as mulheres aí traziam pendurados na cabeça e nas espaldas colares de coral. Não é impossível, mas tratar-se-ia de um coral desprovido de valor comercial, como todos os dos mares tropicais, que em regra perdem rapidamente a côr.

Na realidade *coral* é o nome genérico de infinitas espécies de invertebrados marinhos da classe dos *Anthozoa*, “animais-flores”, mais vulgarmente designados por celenterados, que vivem em colónias compactas de numerosos pólipos idênticos. Muitas dessas espécies, os corais hermatípicos, segregam junto à base carbonato de cálcio, que forma um esqueleto externo, que à medida que os indivíduos morrem se vai acumulando e ramificando, formando recifes submarinos. Foram usados em farmacopeia como fonte de cálcio, mas o seu valor comercial provinha sobretudo do seu uso em joalheria, para o que praticamente apenas uma espécie, o coral-vermelho (*Coralium rubrum*, L.) é adequada. O coral vermelho cresce sobretudo no Mediterrâneo, mas também no Mar Roxo e no Mar das Éguas, entre o Algarve e Marrocos. Como no século I da nossa era notou Plínio, o coral do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico era mais escuro e menos apreciado na Índia, pelo que a maior parte do coral para aí exportado provinha do Mediterrâneo. Ao contrário do que Colombo parece crer, o coral não era portanto uma *exportação* mas uma *importação* das Índias. E na nossa Península não havia necessidade alguma de o importar, pois é nas nossas águas que se produz <sup>449</sup>.

Las Casas explica o despiste de Colombo pelo modo como fazia as perguntas: mostrava aos índios as coisas e inquiria se por ali as haveria, e eles, para lhe não desagradarem, diziam a tudo que sim... No caso da pimenta, que o Almirante diz ter exibido aos nativos, é até muito natural que de boa-fé lhe tenham respondido pela afirmativa: se lhes amostrou *axí*, é evidente que o tinham; se pimenta-negra da Índia, podem tê-la confundido com a pimenta-jamaica, que à parte de serem seus grãos mais grados, é em tudo semelhante.

Quanto à tal Çiguare, quedaria na contracosta, a oeste dali, a nove jornadas de andadura. Houve quem identificasse esse país com o Peru, mas é evidente que este nem fica nessa direção nem a tal distância; há que identificá-lo, portanto, com algum dos reinos maias da Guatemala e sul do México. Aliás, embora a sua geografia seja confusa, tanto Anglêria como a relação de Bartolomeu Colombo recolhida por Zorzi

---

<sup>449</sup> Achar-se-ão elementos sobre o comércio de coral de Portugal para a Índia no nosso livro *O Tesouro do “Bom Jesus”*, Academia de Marinha, Lisboa, 2018.

e mais tarde diversos depoimentos nos *Pleitos* se referem neste passo a *Maya* e a *Iuncatan*; só a localização de *Iuncatan* na contracosta não bate certo, pois ainda que os maias se estendessem de mar a mar, o Iucatão queda protruso na costa oriental mexicana, entre o golfo do México e o Mar das Caraíbas. Segundo a história tradicional <sup>450</sup>, o clã Cocomes, que tinha por animal totémico o pombo-torcaz, formara em começos do século XI com outros dois clãs a “liga de Mayapán” que dominou a península do Iucatão até à sua desagregação, em meados do século XV, em 16 cacicados, que subsistiram até à conquista espanhola em 1526. Daí vêm as referências que achamos a *Maya*, que na época do seu apogeu estendeu, de facto, a sua dominação até à zona oeste das Honduras <sup>451</sup>; não se conhecem porém sítios arqueológicos maias a leste de Copán (14° 50' N, 89° 08' W), junto à hodierna fronteira da Guatemala. No *Pleito do Darién* D. Diego Colón intentou provar que seu pai descobrira *una tierra dicha Maya do estava y está una punta que se nombra de Caxinas* <sup>452</sup>, mas é evidente que ou se trata de uma imprecisão de linguagem ou de um exagero, pois a zona de influência maia termina muito a ocidente de Caxinas. O exagero não é talvez inteiramente inocente — embora nessa época (1512-25) não houvesse ainda em Espanha conhecimento do povo nem da civilização maia — pois, como veremos, estende-se igualmente em sentido oposto, em direção ao Darién, que Colombo tampouco chegou a atingir.

Quanto à informação fornecida pelos índios em como de ali a dez jornadas se achavam as bocas do Ganges, nem merece discussão; para mais, nem sequer há no México ou na Guatemala nenhum grande rio que flua para oeste, pois as montanhas acompanham todo o litoral do Pacífico, de modo que é sobretudo para o Mar das Caraíbas que se faz a drenagem de quase todo o sertão.

Pode perguntar-se porque não prosseguiu Colombo naquela direção promissora. Seu filho não nos faculta uma explicação cabal: limita-se a dizer que seu pai buscava o estreito e perguntava por ele aos índios; e que estes, não entendendo bem e pensando que buscava um istmo ou comunicação por terra e não uma passagem por mar, lhe haviam indicado o Panamá. É plausível. Oviedo atesta que os índios afirmavam que

<sup>450</sup> Compendiada no *Chilam Balam de Chumayel* (ed. por Miguel Rivera, na série Crónicas de América, História 16, Madrid, 1986) e *apud* Diego de Landa, *Relación de las Cosas de Yucatán* (ed. por Miguel Rivera, ibidem, 1985). Cf. David Webster, *La caída del imperio maya - Perspectivas en torno a una enigmática desaparición*, Ed. Destino, Madrid, 2003

<sup>451</sup> Para mais detalhes, *vide* Sylvanus G. Morley, George W. Brainerd & Robert J. Sharer, *The Ancient Maya*, 4ª ed., Stanford University Press, Stanford (Califórnia), 1983; Michael D. Coe, *Os Maias*, Historia Mundi, Ed. Verbo, Lisboa, 1971.

<sup>452</sup> 5ª pergunta da provança do Almirante (1512), Anunciada Colón, III, pp. 1206 & sqq.

na zona do istmo havia cumes de que se avistavam ambos os mares <sup>453</sup>. Gonzalo Díaz declarou nos *Pleitos* <sup>454</sup> outra razão: informaram o Almirante que a “ilha” de Maia tinha muitos baixios e por isso a evitou. Era a terceira vez que Colombo estava no bom caminho para o Iucatão — a “ilha de Maia” de que os índios lhe falaram — e a segunda que estava a menos de cem léguas dele; e deixava fugir a oportunidade... Providencialista como de costume, Las Casas viu na sua perplexidade, que acabaria por o afastar dessa via, o dedo de Deus, que reservara a outrem o achamento da verdadeira Índia e, por certo, também o do México. Já Mascarenhas Barreto <sup>455</sup> se mostra convencido de que Colombo, “maravilhoso actor”, sabia bem que não havia passagem para o Pacífico, mas, fiel ao sagrado princípio templário *sigillum militum Christi*, “o sigilo dos soldados de Cristo”, fingira acreditar. Ora sucede que em latim *sigillum* (da mesma raiz de *signum*, “marca, sinal, sino, signo”) não significa “segredo”, mas, mais prosaica e materialmente, “selo, sinete”, vocábulo português de que é aliás o étimo <sup>456</sup>. Foi provávelmente a partir da expressão *sub sigillo confessionis*, “sob o selo da confissão”, usada em direito canónico, que em português e em castelhano (mas não nos demais romances) se desenvolveu o sentido metonímico de “segredo selado, segredo absoluto”, que na nossa língua apenas se atesta em 1813, mais de três séculos após a morte de Colombo! Por *sigillum militum Christi* não se entende, por conseguinte, como cuidava Barreto, qualquer regra de conduta, mas o sinete usado pelos templários para autenticar os seus documentos, de que constavam de facto esses dizeres, em torno da figura de dois cavaleiros montando o mesmo cavalo!

Nas três viagens precedentes, por um capricho do destino, Colombo topara apenas com populações neolíticas. Se desta vez tivesse porfiado um pouco no rumo que trazia, ou se os azares do descobrimento, que por assim dizer fazia à toa, o tivessem conduzido um pouco mais além, teria quiçá podido assistir aos funerais de Ahuizotl (r. 1486-1502), 8º *Huēyi tlahtoāni* ou dinasta da Tripla Aliança mexicana, que se finou a 2.IX.1502, e à entronização de seu sobrinho e sucessor Moctezuma (Motēcuahzōma Xōcoyōtzin, r. 1502-1520) — em que por certo reconheceria o Grão Cã de Marco Polo, com que continuava a sonhar...

Não soube, contudo, interpretar os indícios com que deparava; e em vez de seguir em frente retrocedeu para leste, na crença de que por ali acharia, mais a sul, estreito

---

<sup>453</sup> *Sumario...*, cap. lxxxv.

<sup>454</sup> Anunciada Colón, IV. p. 2.363.

<sup>455</sup> *op. cit.*, p. 81.

<sup>456</sup> A. Ernout & A. Meillet, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, 4ª ed., Klincksieck, Paris, 1985, s. v. “*signum*”.

que lhe permitisse passar avante e navegar francamente para oeste, em busca daquelas terras fugidias. Deixou o que sabemos ser o México para a vez seguinte, crente em que, jazendo a sotavento de Cuba, fácil lhe seria em qualquer momento alcançá-lo.

Curiosamente não foi só Colombo a ser incapaz de interpretar os sinais que denotavam a vizinhança de uma civilização superior naquela zona: embora as costas do Iucatão tenham sido atingidas em 1508 por Vicente Yáñez Pinzón, acompanhado do piloto português João Dias de Solis, e tocadas em 1512 por um grupo de náufragos que vinham do Darién para a Espanhola, ninguém por então lhe prestou muita atenção; foram portanto apenas as viagens de Francisco Hernández de Córdoba (1517), Juan de Grijalva (1518) e Hernán Cortés (1519), que o deram a conhecer aos espanhóis<sup>457</sup>. Mesmo assim, a sua ligação ao México não foi desde logo percebida, e continuou muito tempo a ser tido por uma ilha: assim figura ainda nos cinco sucessivos mapas de Diogo Ribeiro, piloto português ao serviço de Castela que chegou a piloto-mor da *Casa de la Contratación* de Sevilha, debuxados entre 1525 e 1532<sup>458</sup>.

Foi destarte que no decurso desta sua fatídica viagem o Almirante apenas deparou com populações de civilização rudimentar, comparável à dos taínos: *gente muy selvaje y de muy poco provecho*, na expressão de Porras. Notou este também, corretamente, que os índios se não entendiam uns aos outros, pois *es la gente por toda esta costa tan selvaje y tan sobre sí cada señorío, que de veinte en veinte leguas no se entienden unos a otros*. De pouco proveito, portanto, lhes terá sido tomarem à força um velhote para que lhes servisse de intérprete e de guia. De facto na zona das Honduras em que aterram falava-se uma língua da família *kikak*, mais a leste da *paya*, ao longo da costa da Nicarágua do grupo *miskito-matagalpa*, e daí em diante da grande família *čibča*<sup>459</sup>. Com o habitual otimismo concluiu, porém, Colombo que assim devia ser apenas na costa, pois no interior todos se entenderiam, provavelmente em mongol...

Proa a leste, volvendo o dorso ao Iucatão, teve o Almirante que arrostar não só com o mau tempo que fazia mas também com a corrente das Caraíbas, que flui em sentido oposto, e o com vento contrário; tanto ele como D. Hernando afirmam que levaram 70 dias para, sempre à bolina, vencer as 60 léguas que os separavam de um cabo em que finalmente a costa virava a sul; mas esta cifra, que Las Casas prudentemente não repete, não se coaduna com as datas precisas que conhecemos pelas várias fontes, nomeadamente pelo relatório de Porras: furacão a 29 de Junho, largada para a Jamaica

<sup>457</sup> Juan José Martín González, artº “Yucatán”; Ramón Ezquerro, artºs “Hernández de Córdoba, Francisco”, “Grijalva, Juan de” & “Cortés, Hernán”, in *DHE*, s. v.

<sup>458</sup> *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1960, vol. I, pp. 87 & sqq., mapas 37-41.

<sup>459</sup> Meillet & Cohen, *Les Langues du Monde*, pp. 1067 & sqq., e mapa XVIII.

a 14 de Julho, passagem em Cayo Largo (Cuba) a 27, aterragem em Caxinas a 30 de Julho e finalmente chegada a 12 de Setembro ao cabo em que a costa finalmente inflêtia para o austro. Aí encontraram repouso. E chamou Colombo ao cabo *Gracias a Dios*. Coincide hoje com o limite entre as Honduras e a Nicarágua. Durara-lhes pois a viagem à bolina 44 dias ao todo, e não 70, o que mesmo assim é muito, pois corresponde a um avanço de apenas c. 5,5 milhas por dia! À costa que até ali haviam percorrido chamou Colombo “de la Oreja”, por ter constatado que os índios aí usavam as orelhas furadas, com furos tamanhos que passaria por eles um ovo de galinha.

À primeira vista, não parece ter razão Verlinden ao afirmar que bastaria ter-se afastado da costa para escusar aquele calvário, pois a Corrente Equatorial do Norte flui sempre no mesmo sentido, apenas refluindo para leste, para dar origem à Corrente do Golfo, ao longo do litoral do Texas e da Luisiana.

Pedro Martir de Anglêria<sup>460</sup> refere uma interessante discussão sobre esse fenómeno que teve lugar entre 1514 e 1516, em sua casa em Madrid, entre Gonzalo Fernández de Oviedo e um piloto chamado Andrés. Visivelmente nem um nem outro estavam a par do descobrimento da Corrente do Golfo por Antón de Alaminos em 1513. Eram ambos concordes em como entre a América do Norte e a do Sul não havia solução de continuidade; mas não estavam de acordo quanto ao que sucedia às águas que em tamanha profusão assim entravam no golfo do México: o piloto, e com razão, sustentava que ao embaterem na terra firme inflêtiam para norte e em seguida, ao longo da costa setentrional de Cuba, para oriente, onde o Atlântico as absorvia; Oviedo, com base no que observara com pequenas embarcações, entendia que formavam uma série de pequenos remoinhos em que, a pequena distância da costa, refluíam para oriente — caso em que Verlinden poderia ter razão. Pedro Mártir interrogou mais tarde o 2º Almirante, D. Diego Colón, que nem tinha a intuição náutica do pai nem a cultura do irmão, nem navegara jamais a oeste da Espanhola; não admira, pois, que tenha opinado que o enorme fluxo da corrente provava que entre as duas Américas havia um estreito, por onde as águas se escapavam. No decurso das suas idas e vindas à Espanhola, notara que era muito difícil fazer o retorno pela rota utilizada à ida: havia que inflêtir prontamente para norte, pois aí *sentiebat parum trudi ab aquis*, “sentia-se um pouquinho empurrado pelas águas”; mas parecia-lhe que tal impulso derivava *ex fluxu et refluxu ordinario*, e não de um movimento giratório.

Dobrado, graças a Deus, o cabo, a costa inflêtia para sul e a navegação tornou-se-lhes mais fácil. Para repousar, reparar os navios e se refazer de frescos, fizeram escala num porto denominado Cariay, que segundo D. Hernando atingiram a 25.IX.1502, treze dias depois de terem dobrado o cabo Gracias a Dios. Morison identificou-o com um pequeno porto da àtual Costa Rica, fronteiro à ilha de Quiribrí (9° 59' N, 83° W), popularmente conhecida como Uvita, em inglês Grape Key, (“Caio da Uva”), muito perto da hodierna cidade de Limón; Colombo chamou à ilhota La Huerta em atenção à sua pujante vegetação.

---

<sup>460</sup> Década III, cap. x.

Os nativos de aí, ainda que grandes frecheiros, eram assaz medrosos e acobardaram-se com a presença dos forasteiros: *dieron el mundo por que no me detubiera allí una ora*, explica Colombo aos Reis <sup>461</sup>:

*Cuando llegué allí, luego me enbieron dos muchachas muy bien ataviadas. La más vieja no sería de honze años y la otra de siete, ambas con tanta desenholtura, que no serían más unas putas. Traían polvos y hechizos escondidos. En llegando, las mandé adornar de nuestras cosas y las enbíé luego a tierra.*

D. Hernando mostra-se mais delicado: receando que os cristãos não confiassem neles os nativos haviam mandado a bordo um ancião “de venerável presença”, com uma bandeira içada numa haste, e duas moças, uma de 8 outra de 14 anos, acenando ao Almirante que podia desembarcar em terra e fazer aguada. A discrepância na estimativa da idade das moçoilas parece imputável ao vício do Almirante de em tudo exagerar.

No qual não só eles mostraram mais engenho do que nos outros fora visto, mas também nas moças se viu uma grande fortaleza, pois sendo os cristãos de tão estranha vida, prática e geração, não mostraram sinal algum de dor nem de tristeza, mas sempre estiveram de semblante alegre e honesto; onde foram mui bem tratadas do Almirante, o qual lhes fez dar de vestir e de comer, e depois mandou que fossem reconduzidas a terra, onde estavam 50 homens; e o velho que as trouxera as tornou a receber, alegrando-se muito com elas <sup>462</sup>.

Mais tarde, porém, tornaram atrás, a devolver aos cristãos tudo quanto lhes haviam dado. A história é confirmada nomeadamente pelo depoimento de Ramiro Ramírez, que testemunhou nos *Pleitos* <sup>463</sup> que o Almirante *las hizo meter en una nao y las hizo vestir e calçar e no consentió que les hiziesen desaguisado alguno*.

Ao dia imediato passou-se uma cena curiosa: Colombo mandou a terra o seu irmão, a tomar língua, levando um escrivão para anotar as informações que lhes dessem: os índios pegaram-lhe ao colo e fizeram-no sentar na erva fresca da ribeira; mas quando os escrivães sacaram da pena e do papel, cuidando que eram para os enfeitiçar, largaram a fugir e sumiram-se...

Domingo, 2 de Outubro, voltou o *adelantado* a terra. Dentro de um grande palácio de madeira coberto de canas viu muitas sepulturas, e numa delas um corpo embalsamado; viu mais dois envoltos em panos de algodão; outras tinham ao lado a estátua

<sup>461</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 495.

<sup>462</sup> *HA*, cap. xcii (xci).

<sup>463</sup> Anunciada Colón, III, p. 1208.

do sepultado, ornada de muitas jóias. Tomou então sete homens, de que escolheu dois principais, para lhes servirem de guias no resto da viagem, prometendo libertá-los no regresso. Os índios, todavia, pensando que os tomavam como reféns, trouxeram-lhes um ror das mais diversas vitualhas para os reaver, mas em vão — o que Las Casas reputa justa causa e razão jurídica suficiente para se não fiarem daí em diante de nenhum cristão e com justiça lhes moverem guerra.

As árvores e plantas com que depararam na região eram em geral idênticas às da Espanhola, o que não é para estranhar, visto a latitude ser a mesma. Contaram sete espécies de palmeiras, pinheiros, azinhos (quicá qualquer espécie americana de *Quercus*, embora não conheçamos nenhuma que medre tanto a sul) e outras árvores.

Era na fauna que as diferenças eram notórias: para que soltassem os índios, aparentemente dois chefes, que tinham tomado por força e levado para bordo, os nativos trouxeram-lhes, entre outras coisas, dois “porquitos da terra”, muito bravos; tratava-se certamente de pecaris, nome vulgar que se aplica a diversos animais da família dos Taiaçuídeos, que se assemelham muito aos Suídeos ou suínos do Velho Mundo, especialmente aos javalis, que não existiam no Novo. O nome *pecari*, aparentemente tomado do dialeto caribe da Venezuela e das Gúianas, aparece também na forma *báquira*; na sua carta, que fica constituindo a primeira atestação do vocábulo, Colombo escreve *vegare*, o que mostra que conhecia já o animal, provavelmente desde a sua viagem a Pária.

Na América Central e nas Caríbas as espécies de pecaris que ocorrem são sobretudo o *Pecari tajacu*, L., dito no Brasil caititu, caitatu ou taititu, e o *Tayassu pecari*, Link. No seu *Sumário de la Natural Historia de las Indias*<sup>464</sup>, Oviedo descreve sumariamente estes animais; no *Thesaurus* de Francisco Hernández acha-se uma descrição mais ampla, ilustrada com um desenho, de uma destas espécies, descrita como *aper mexicanus*<sup>465</sup>, “javali mexicano”, com os seus nomes em nahuatl: *quaviltla*, *coymatl* e *quapizotl*. Refere-se-lhes também José de Acosta<sup>466</sup>, embora pondo em dúvida que sejam da mesma espécie que os de Espanha. Sabemos que em 1503 a caça aos porcos monteses na Espanhola estava arrendada a um colono, por 2.000 pesos de ouro, o que mostra que eram frutíferas as montarias<sup>467</sup>.

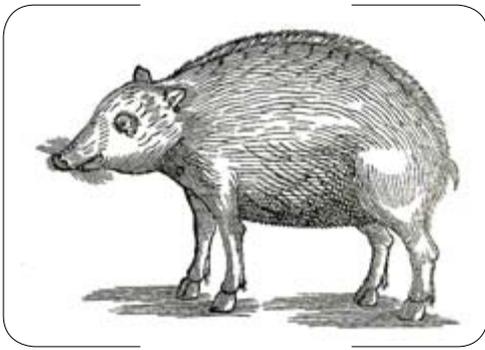
<sup>464</sup> cap. xix; Cf. *HGNI*, livº XII, cap. xx.

<sup>465</sup> pp. 637 & sqq.

<sup>466</sup> *HNMI*, livº IV, cap. xxxviii.

<sup>467</sup> Carta dos Reis ao governador Ovando, Alcalá de Henares & Çaragoça, 20-29.III.1503, *CDD*, III, doc. 602, pp. 1499 & sqq.

Antolharam-se-lhes também outros quadrúpedes, como corços, cervos e “leopardos”, que denotavam encontrarem-se em terra firme, pois de facto a fauna das ilhas que nunca estiveram ligadas aos continentes, nem mesmo durante as glaciações, é geralmente pobre em animais vivíparos, a não ser os introduzidos pelo homem, o que não é jãmais o caso das feras. Como acertadamente nota o P<sup>e</sup> José de Acosta, *pasar a nado el océano es imposible, y embarcarlos consigo hombres es locura* <sup>468</sup>. Por “leopardos” entender-se-ão aqui por certo jaguares, no Brasil mais conhecidos por onças-pintadas (*Panthera onca*, L.) <sup>469</sup>, conquanto o termo *jaguar* seja de origem tupi (< *ya'üara*, nome genérico de todos os grande felinos). O verdadeiro leopardo (*Panthera pardus*, L.), embora congénere, é uma espécie do Velho Mundo, ausente do Novo. Embora o seu aspeto se não assemelhe muito ao dos tigres de Velho Mundo, (*Panthera tigris*, L.),



**Caitatu (*Pecari tajacu*, L.)**

Gravura de Jorge Marcgrave, *História Natural do Brasil*

que são listrados, chamam nalgumas partes da América Latina aos jaguares “tigres”, designação também analógica; são, pelo menos, os maiores felinos do Novo Mundo, tal como os verdadeiros tigres o são do Velho. Também José de Acosta <sup>470</sup> se refere aos “tigres” e aos “leões” do Novo Mundo, ainda que notando que são menos ferozes que os do Velho, além de apresentarem sensíveis diferenças na pelagem. Na realidade, a pelagem do jaguar ou onça-pintada recorda mais a da onça africana (*Acinonyx jubatus*, Screeber), também conhecida por guepardo ou chita, que pertence a um outro género de felinos; foi essa a pelagem que lhe valeu o nome de *chita*, que nas linguas neo-áricas da Índia significa “pintado, desenhado, pintalgado” e, como é bem sabido, se aplica também a tecidos.

Deram também com uma espécie de gato bravo, que saltava de ramo em ramo como os esquilos e se pendurava nas árvores pelo rabo, que se mostrou particularmente assanhado, assarapantando tanto um cão como um dos “porcos da terra”.

<sup>468</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xxxiv, p. 129.

<sup>469</sup> É aparentemente a este animal o “tigre” a que se refere Oviedo, no cap. XI do seu *Sumario*... bem assim como na *HGNI*, liv<sup>o</sup> XII, cap. x.

<sup>470</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. xxxiv.

Não é muito fácil determinar exatamente de que espécie zoológica se tratava. Morison identifica o animal com o coatá ou macaco-aranha, nome vulgar dos símios do género *Ateles*, de que existem sete espécies. O nome de *gato* é evidentemente analógico, pois tanto o gato doméstico (*Felis catus*, L.) como o gato-bravo (*Felis silvestris*, Schreber) são espécies do Velho Mundo, inexistentes no Novo. Há que notar, todavia, que em muitas línguas, nomeadamente em inglês coloquial, há uma forte tendência para chamar “gatos” a todos os felinos. Partindo do princípio de que se tratasse de um felino, o que parece confirmado pelo medo que infundiu tanto ao cão como aos porcos, excluiríamos liminarmente que se tratasse de uma jaguatirica, chamada no México *ocelote*, do nahuatl *ocelotl* (*Leopardus pardalis*, L.) — que parece ser o animal sumariamente descrito por Oviedo<sup>471</sup> sob o nome de gato-cerval, também ele analógico, visto ser um dos nomes dos linceos do Velho Mundo (*Lynx spp.*, L.). De facto, quer as parcas dimensões, quer o comprimento da cauda e os hábitos arbóricolas que, como vamos ver, lhe atribuem ambos os Colombos, pai e filho, apontariam mais para o gato-tigre ou gato-maracajá (*Leopardus wiedii*, Schinz), pequeno felino muito parecido com aquele mas de menor porte (cerca de meio metro de comprimento, cabeça e corpo, como um gato doméstico, cuja cauda, mais longa do que as pernas, pode atingir 70 % dessa dimensão), comum, como a espécie precedente, nas Américas Central e do Sul, embora, como ela, ausente das Antilhas. D. Hernando, porém, di-lo de cor cinzenta, o que à primeira vista se não coaduna com o gato-tigre que é normalmente listrado ou pintalgado, como as onças; no entanto, como sabemos pelo testemunho de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, c. 1777, havia-os também lisos, uns pretos, outros avermelhados, além de duas variedades malhadas.

Na sua carta aos Reis, Colombo refere-se-lhe também, numa segunda parte do texto em que recapitula a viagem e compendia as principais novidades com que deparou: *un balletero avia herido una alimaña que se parece al gato paul, salvo que es mucho más grande y el rostro de hombre*<sup>472</sup>. A expressão *gato paul* ocorria já na versão da *Relação da Terceira Viagem* transmitida por las Casas, onde Colombo narra que os homens que enviou a terra em Pária *hallaran infinitos gatos paulos*<sup>473</sup>; em ambos os casos parece sacada de Marco Polo, na versão latina de Fr. Pipino, que a utiliza duas vezes, a primeira ao referir a fauna da zona do Cabo Comorim, extremidade sul da Índia, a segunda em relação à da “Abássia que é a Índia Média”, ou seja, à Abissínia ou Etiópia: *ibi sunt cati qui dicuntur pauli, valde diversi ab allis*, “há i gatos paulos, muito diferentes dos outros”, e *ibi sunt simice, cati pauli e cati maimones, qui in totis et per totis [sic] eorum faciebus simulantur faciebus hominum*, “há i macacos que em tudo e por tudo por suas faces se assemelham às faces dos homens”<sup>474</sup>. Neste último caso o texto francês reza: *et si ont assez papegaus, moult beaux, et singes et mennons, moult estranges assez*, “também têm assaz de papagaios, muito belos, e macacos e monos, assaz de muito estranhos”. *Gatti* ou *cati maimones* é uma expressão relativamente comum, derivada ao que parece do persa, e este do árabe *maymūn*, língua em que significa “feliz”, aparentemente no sentido de “originário da Arábia Feliz”, ou seja, do Iémen. Esse vocábulo constitui aparentemente o étimo do termo *mono* em português e castelhano; é por *gatto maimone* que a *Lettera Rarissima* traduz o “gato paul” de Colombo. Na realidade a expressão *cati pauli*, “gatos paulos”, é muito rara e nem sequer é registada por Ducange<sup>475</sup>. De qualquer modo

<sup>471</sup> HGNI, livº XII, cap. xiii.

<sup>472</sup> Varela & Gil, *Textos...*, p. 495.

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 395.

<sup>474</sup> III, xxiii & III, xxxv, respetivamente, correspondentes aos cap. clxxv & clxxxvii da versão francesa, de numeração corrida.

<sup>475</sup> Carolo Dufresne, domino Du Cange, *Glossarium ad Scriptores mediæ et infimæ Latinitatis*, auctore..., editio nova locupletior et auctior opera et studio Monachorum Ordinis S. Benedicti, congregatione Sanci mauri, 5 vols, Veneza, 1786-90, s. v. “gattus-maymo”.

a expressão é latina e em latim *paulus*, -a, -um significa “pequeno, módico, modesto” — embora não seja impossível que, conforme sugere Sebastián de Covarrubias Horozco no seu *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, publicado em 1611 (fl 431 v), se trate da generalização do nome próprio de um desses animais trazidos para a Europa como bicho de estimação, a quem tivessem chamado Paulo. Covarrubias regista tanto *gato-paus* como *gato Pablo*. A grafia *pahul* usada por Ximénez é paronímica, como se o nome se aplicasse a um animal dos paúis (que em latim se diz *paludes*), o que não é o caso. Nem o sábio coronel Henry Yule nem Henri Cordier, que reviu e reeditou a sua edição anotada de Marco Polo, conseguiram determinar a espécie ou espécies zoológicas a que se queria o autor referir, que sendo espécies do Velho Mundo jámais poderiam coincidir exatamente com as observadas por Colombo — que aliás, embora conhecesse bem o texto do papa-léguas veneziano, dificilmente poderia conhecer *de visu* os animais que ele descreve. É, portanto, analogicamente que usa o termo.

Infelizmente Las Casas, que conhecia bem a fauna americana, não refere este episódio. Quanto a D. Hernando <sup>476</sup>, exprime-se assim:

Entre os outros animais daquele país há alguns gatos de côr parda [*di color berrettino*], do tamanho de um pequeno lebreu [*di un piccolo veltro*], mas com a cauda mais longa e tão forte que, prendendo algo com ela, parecia que estivesse amarrado com corda. Andam estes pelas árvores como os esquilos [*schirati*], saltando de uma para outra; e quando dão o salto não só se prendem aos ramos com as mãos mas também com a cauda, com a qual espessas vezes quedam suspensos, como que para repousar ou brincar.

A descrição de D. Hernando é fiável, pois assistiu a cena. Induzido provavelmente em erro pela afirmação de Colombo em como o animalejo tinha *rostro de hombre*, Pedro Mártir <sup>477</sup>, que como é óbvio não o viu, refere-o como *cercopithecus*, nome que se usa ainda nas modernas classificações zoológicas, para diversas espécies de bugio ou macaco de cauda longa, e que Ducange dá como sinónimo de *gattus-maymon*. Cabe pois inquirir: tratava-se de um primata ou de um felino?

Como acima adiantámos, quer-nos parecer que a descrição do animal e de seus hábitos coincide com a do gato-tigre ou maracajá — nome este que deriva do tupi *maraka'ya*, que se usou também no Brasil para o gato doméstico, como explica o *Vocabulário na Língua Brasileira* compilado em 1621 quiçá, como aventou Serafim Leite, pelo jesuíta Leonardo do Vale <sup>478</sup>: “*gato: maracaya; se he caseiro acrecente-se-lhe mimbaba*”. Ao mesmo étimo remonta o inglês *marginay*, que se aplica ao mesmo animal. Em 1587 Gabriel Soares de Sousa descreve-o assim <sup>479</sup>:

*Maracajás são uns gatos bravos, tamanhos como cabrito de seis meses, são muito gordos e na feição pontualmente como os outros gatos, mas pintados de amarelo e preto em raias, cousa muito formosa; e são felpudos, mas tem o rabo muito macio e as unhas grandes e muito agudas; parem muitos filhos e mantêm-se das aves que tomam pelas árvores, por onde andam como bugios.*

<sup>476</sup> HA, cap. xcii (xciii).

<sup>477</sup> Década III, cap. iv, fl xlii v.

<sup>478</sup> Vários manuscritos, entre os quais o da Biblioteca Nacional de Portugal, *Fundo Geral*, ms 3144, pub. por Carlos Drummond, São Paulo, 1938 (2ª ed. 1952). Cf. A. Lemos Barbosa, O “*Vocabulário na Língua Brasileira*”, Ministério de Educação e Saúde, Serviço de Documentação, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948.

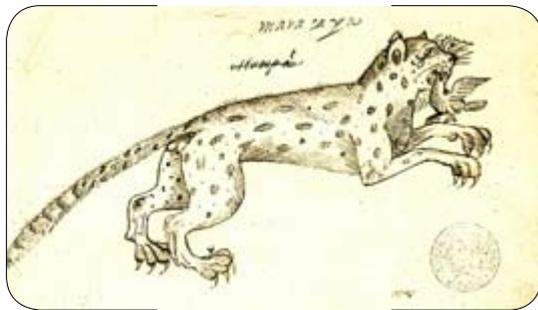
<sup>479</sup> Extraímos as referências de Antônio Geraldo Cunha, *Dicionário Histórico...*, s. v. “maracajá”.

Deve ser deste seu *habitat* arborícola e de diversos traços do seu comportamento, que é um tanto simiesco — consegue imitar, para as atrair, a voz dos animais que cobiça como presa, e pode rodar de 180° os torneselos, o que lhe permite caminhar sobre os extremos das ramagens — que provém a sua assimilação a um símio. Oviedo <sup>480</sup> refere o caso de um que cantava tão bem como rouxinol ou como calhandra, que muita gente porfiava em que tivesse nascido *de adulterio o ayuntamiento de alguna ave con algún gato o gata!*

Se se tratasse verdadeiramente de um macaco é mais provável que os autores portugueses e castelhanos que se lhe referem o descrevessem antes como *mono* ou como *bugio*, nome este que de começo se aplicava sobretudo aos macacos importados de Bugia (em árabe *Bujāya*), na Argélia, de onde se importava também cera, razão porque o termo pode também servir para designar uma vela.

Assim sendo, coincide com a alimária do México e América Central descrita por Oviedo <sup>481</sup> e Fr. Franciso Ximénez <sup>482</sup>, que, respetivamente, dão ao animal o nome nahuatl de *cozumatlé* (em que o *c-* inicial parece adventício) e *otzumelli*. O dicionário nahuatl de Rémi Siméon reflete a mesma hesitação entre símio e felino, pois regista *oçomatli* ou *oçumatli* com o significado de “*especie de mono de larga cola*”; mas a descrição de Fernández de Oviedo parece coincidir nos seus traços gerais com a de Gabriel Soares de Sousa:

*Cozumatlé se llama un animal en lengua de Nicaragua y en la Nueva España [= México], el cual es tamaño como un gato de los caseros de España; y tiene el pelo como marta gallega en el cuerpo y el de la barriga tira a bermejo (...). Haylos en muchas partes de la Tierra Firme e tienen la cola luenga e rolliza como gato, pero más larga que gato, e a trechos toda ella diferenciada en el pelo: que el un trecho es de la color e pelo del lomo, e el otro trecho del pelo de la barriga, e parece bien. Es animal muy manso si no se enoja, porque enojado muerde reciamene, en especial sobre la comida. Es muy alegre animal e retoza mucho con quien conoce. Yo truje uno dellos hasta la villa de Madrid, año de mil e quinientos e cuarenta e siete años, e le dí a un caballero asturiano, mi pariente.*



**Gato-maracajá**

Desenho da *Historia dos animais e arvores do Maranhão*, de Fr. Cristóvão de Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa)

Quer-nos parecer que o animal descrito por Oviedo <sup>483</sup> um pouco atrás como *gato monillo* é ao fim e ao cabo a mesma espécie zoológica; naquele passo não a descrevia, tendo-o por escusado, uma vez que se se haviam trazido já muitos para Espanha, onde era portanto conhecido. Dir-se-ia, pois, que se não apercebeu de que o *ocozumatle* do México e Nicarágua que ora descrevia era a mesma espécie de animal que antes observara na Castilla del Oro (Colômbia).

<sup>480</sup> *HBNI*, liv<sup>o</sup> VII, cap. lii.

<sup>481</sup> *HGNI*, liv<sup>o</sup> XII, cap. xxxix.

<sup>482</sup> liv<sup>o</sup> IV, p. i, cap. xii, “de los gatos pahules ó monas que llaman *otzumelli*”.

<sup>483</sup> *HGNI*, liv<sup>o</sup> XII, cap. xxvi.

Seja como for, ao narrar a história, Angléria, que só entrevistou Colombo no regresso, acrescenta pormenores que se não acham nem na carta daquele nem em D. Hernando, nomeadamente que o bicho terá renhido com o javali acabando por o afogar com a cauda. Na sua carta Colombo limitava-se a dizer que, apesar de os marinheiros lhe terem cortado uma mão, conseguiu, com a mão que lhe restava e com o rabo, segurar o porco pela nuca. Da Nicarágua até Espanha, com o seu vício de tudo ampliar, deve ter ampliado a esse ponto o potencial do já de si portentoso apêndice caudal do animalejo...

A 5 de Outubro, uma quarta-feira, zarparam finalmente de Cariay. Os navios estavam em mau estado, os homens doentes e Colombo de novo quase cego, como da outra vez; mas mesmo assim decidiu seguir viagem. Continuaram a percorrer assim a costa atlântica do que é hoje a Costa Rica, topando aqui e além com índios nus e aguerridos, que assustaram a tiros de bombardarda. Tanto D. Hernando como Angléria enumeram numerosos lugares onde passaram, todos de identificação dificultosa, pois os nomes dados pelo Almirante não permaneceram em uso, vindo a prevalecer os atribuídos por Pinzón, João Dias de Solis e outros descobridores posteriores.

Fiel até à morte a Marco Polo, Colombo identificou aquela costa com a do Champá, que grafa *Çiamba*.

O Champá (*Champā*, em língua chame *Chăm Pa*, em vietnamita *Chiêm Thành*, grafado em ideogramas 占城, que em mandarim da China se leem *Chan-ch'eng*), habitado por uma população austronésia de língua afim do malaio, os chames, foi durante toda a Idade Média uma importante escala na rota marítima entre a Índia e a China e um centro importante de comércio<sup>484</sup>. A sua civilização veio da Índia: seguiam em geral a religião hindu, usavam o sânscrito como língua de cultura e utilizavam uma escrita fonética de origem indiana, derivada como a nossa do alfabeto fenício. Contrastavam assim fortemente com os vietes ou vietnamitas, seus vizinhos pelo norte, de civilização chinesa, que seguiam o budismo Mahāyāna ou do “Grande Veículo” e as religiões da China, e escreviam em ideogramas a sua língua, que é monossilábica e tonal como o chinês, ainda que de diversa origem, e não aglutinante como o chame e o malaio. Não sabemos porquê, pois Marco Polo não o refere, Colombo persuadiu-se que era rico em minas de ouro; um pouco mais tarde, na sua *Suma Oriental*, Tomé Pires afirma que aí se tratava em ouro, mas que era importado de Menancabo ou Minangkabau, em Samatra; a sua principal riqueza era, contudo, o lenho-aloés de que temos já falado. Gradualmente conquistado pelos vietnamitas a partir de finais do século XV, subsistiu até ao século XVIII como estado independente na região de Kauthara (hoje 芽莊 Nha Trang, 12° 15' N, 109° 11' E), e como reino vassalo do Vietnã até ser em 1832 definitivamente anexado a este pelo imperador 明命 Minh Mang (r. 1820-41). Subsistem ainda nessa zona populações de língua chame, em boa parte convertidas ao islão, conquanto haja também animistas e cultores do hinduísmo, sobretudo em Nha Trang.

<sup>484</sup> Vide R. C. Majumdar, *Ancient Indian Colonies in the Far East: vol. I: Champa*, The Punjab Sanskrit Book Depot, Lahore, 1927; Georges Maspero, *Le Royaume de Champa*, Ed. G. van Oest, Paris & Bruxelas, 1927 [reimp.: École Française d'Extrême-Orient, Paris, 1988].



do Camboja. O nome *Cochinchina* deriva do chinês 交趾, (pronunciado *Káu Chi* em cantonês, *Chiao Chih* em mandarim), através do malaio *Koci* ou *Kuci* (a ler *Kochi*, *Kuchi*); como explica Tomé Pires, para evitar a homonímia com o nome de Cochim, na Índia, chamava-se a esta cidade *Koci Kolam*, “Cochim de Coulão”, e àquele território *Koci Cina*, “Cochim da China”<sup>488</sup>. O topónimo emigrou gradualmente para sul à medida que progredia a conquista vietnamita do Champá e, finalmente, do 南圻 *Nam Ky*, ou seja, do delta do Mecom.

De tal modo, porém, se enraizou na mente das pessoas a terminologia colonial francesa que, quando para o *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* dirigido por Luís de Albuquerque redigimos o artigo “Cochinchina”, explicando ao longo de uma página inteira as origens do topónimo e acentuando que quando ocorre em antigos textos portugueses não corresponde à região a que a administração francesa deu tal nome mas ao Tonquim, os editores, que não devem ter lido o que escrevemos, houveram por bem ilustrá-lo com um mapa, com a legenda *Cochinchina* sobre o delta do Mecom!

No mesmo dia, 5.X.1502, por certo à noitinha, chegaram ao porto de Çarabarú ou Cerambaró (escrito também por vezes, por esquecimento da cedilha, Caramburu), já em território hoje panamenho, “que tem seis léguas de comprido e mais de três de largo, em que há muitas ilhotas e três ou quatro bocas muito a propósito”; trata-se indubitavelmente da Bahia del Almirante, espaçosa rada que constitui como que o prolongamento para oeste da laguna de Aburemá (dita hoje de Chiriquí), com que comunica por um canal de apenas 200 metros de largura entre a Isla Popa e uma península da terra firme. As suas múltiplas saídas para o mar são hoje conhecidas por “Bocas del Toro” — um dos topónimos que, não se sabe bem porquê, Mascarenhas Barreto inclui com o número 38 no mapa em que assinala os que são indício da alentejanidade de Colombo, mas que não consta de qualquer texto da época — tendo a mais setentrional das ilhas que separam do mar a baía recebido o nome de ilha de Colón (9° 20' N, 82° 15' W, a não confundir com a cidade de Colón, a 9° 21' N, 79° 54' E, onde o canal de



#### Descobrimto de um estreito

Gravura alemã datável de c. 1505

A cena parece corresponder aproximadamente à passagem de Colombo da baía de Cerambaró para a de Aburemá. No entanto o navio representado em primeiro plano arvora as armas de Portugal, razão por que Carlos Sanz a tem por representação do Rio da Prata, que teria sido alcançado por Vespúcio numa das viagens que, provavelmente em 1503-1504, sob o comando de Gonçalo Coelho, fez à costa brasileira.

<sup>488</sup> Armando Cortesão (ed.), *The Suma Oriental of Tomé Pires...*, f. 138 v; cf. Yule, *Hobson-Jobson*, s. v. “Cochinchina”.

Panamá desemboca no Mar das Caraíbas). No seu relatório Porras explica que Colombo se internou na baía, de que por indicação dos locais passou à laguna dita dos índios Aburemá, cuidando achar ali o estreito por que almejava. Contudo nem D. Cristóvão, que não refere sequer a entrada na laguna, nem seu filho registam o escopo que o movia, por certo por ter redundado em fiasco; e na sua missiva o Almirante abstém-se daí em diante rigorosamente de falar em estreitos.

D. Hernando explica que iam os navios por entre as ilhas como se fossem por ruas, tocando o cordame das caravelas nas ramadas do arvoredo. Trata-se evidentemente da passagem estreita a que acima aludimos. Em 1940 Morison verificou que não era já navegável; mas colheu testemunhos de que o fora até ao terramoto de 1912, que lhe soerguera o fundo.

Nesta zona voltaram a deparar com gente nua, toda pintada, mas com as partes desonestas cobertas por um lenço. Traziam ao pescoço espelhos de ouro, de que por três guizos resgataram um que pesava 19 ducados (35 g). No dia seguinte apareceram mais homens em iguais preparos, mas não quiseram vender os espelhos; prenderam então dois, para tomarem língua; e, não se sabe a que preço, arrecadaram também os espelhos, de que um pesou 14 ducados (49 g) e o outro 20 (70 g). Nos dias imediatos resgataram mais alguns, não sem terem sido recebidos pelos nativos com grande clamor de cornos e tambores, varadas, jactos de água salgada e cuspidelas de ervas que mascavam, quiçá a coca de que voltaremos a falar. Depois que os aquietaram, conseguiram resgatar mais seis espelhos, que valiam 150 ducados (quase meio quilo de ouro), a preço de dois ou três guizos cada um. Os índios apontavam para sueste, indicando que era dali que lhes provinha o cobiçado metal.

No dia imediato, contudo, repetiram-se as ameaças; mas espavoridos os índios com os disparos das bombardas e ferido um num braço com uma frechada, lograram obter mais três espelhos. Juntaram assim dezanove, ao todo. Segundo o depoimento do piloto Pero de Ledesma nos *Pleitos*, que Las Casas utilizou, rendeu-lhes a safra 90 marcos de ouro, ou seja, cerca de vinte quilos, a troco de três dúzias de guizos.

Supomos que foi do uso de tais espelhos que Colombo deduziu estar junto a um povo referido por Eneas Sílvia<sup>489</sup>, em cuja terra escasseavam ferro e prata mas abundava o ouro, metal com que decoravam os freios e os peitorais dos seus cavalos. Só que se não viam cavalos — mas não admirava, pois nas franjas do mar apenas viviam pescadores, casta de gente, aqui como alhures, pouco dada à cavalaria...

---

<sup>489</sup> *Descripción de Asia*, cap. xii, pp. 22-23.

Juntou-se assim a fome com a vontade de comer: o povo a quem Eneias Silvio atribui quejandas práticas eram os masságetas, que viviam entre o Mar Cáspio e o de Aral, no que é hoje o Turquemenistão. Ora nem Colombo se passeava em caravela pelas entra-nhas da Ásia, nem tampouco os *Μασσαγῆται* ou masságetas — de que falavam Heródoto (c. 484-425 A. C.) e Estrabão (c. 64 A. C - 24 A. D.), e que eram provavelmente um ramo dos citas (iranianos nómadas) — continuavam a constar do mapa, pois mesmo antes da sua região ter sido submergida pelas migrações turcas dos século VIII-X da nossa era, haviam-nos os sátrapas de Alexandre integrado nos seus estados, no século III A. C.!

O tempo continuava mau e o vento forte; Colombo confessa que na véspera de S. Simão e S. Judas, ou seja a 27 de Outubro, *corrí adonde el viento me levava, sin poder resistille*. Passando ao largo de Verágua, que só explorou no regresso, continuou assim viagem até à angra a que chamou Portobelo, em que entrou em Dia de Finados. Não aparecia já tanto ouro para resgate como em Çaramburu, o que os deve ter firmado na convicção de que era de facto a zona de Verágua o seu manancial. Passaram ali sete dias, sempre com mau tempo e chuva. Portobelo (9° 32' N, 79° 38' W) havia de se tornar mais tarde uma importante escápula de comércio, em que desembarcavam as mercadorias destinadas ao Peru, que a partir dali atravessavam por terra o istmo para reembarcar na costa do Pacífico e prosseguir por mar até Callao; arruiná-lo-ia finalmente a abertura do canal de Panamá. Notemos entre parêntesis que o canal tem apenas 82 km de extensão e, embora funcione por comportas, o seu nível máximo, na albufeira artificial de Gatún, é de apenas 27,5 metros acima do do mar. A misteriosa *Çiguare* com que acenavam a Colombo, se de facto jazia na contracosta, estava afinal muito mais à mão do que ele pensava...

Ao contrário da costa pacífica do istmo, protegida pela cordilheira, que tem uma estação seca bem marcada e uma pluviosidade média que não ultrapassa os 1.500 mm por ano, na costa do Mar das Caraíbas chove praticamente todo ano e a pluviosidade média eleva-se a 3 metros, tanto como no Gerês, aproximadamente o quádruplo do que chove em Lisboa (774 mm). No verão boreal, quando a convergência intertropical se desloca para norte, o litoral panamenho fica sob a sua influência, mas no resto do ano fica sob a dos alíseos de nordeste, cuja humidade, ao atingir a costa se condensa, sobretudo nas faldas das montanhas, de modo que não há praticamente época seca. Para má sina de Colombo, ou, como diria Las Casas, para castigo de seus pecados, as chuvas mais intensas registam-se exatamente entre Novembro e Fevereiro, a época em que ele por ali andou.

Colombo deve ter dobrado no dia seguinte a Punta Manzanilla (9° 39' N, 79° 32' W), ponto mais setentrional do Panamá; mas logo o tempo ruim o reteve uma vez mais, agora durante catorze dias, um pouco mais além, no porto a que chamou “de Bastimentos”, por ser a região muito fértil em maiz, que, segundo Morison, é hoje o porto de Nombre

de Dios (9° 25' N, 79° 28' W). O texto da carta de Colombo é claro: ...*ali* [em Belporto ou Portobelo] *acordé de non bolver atrás a las minas y dejalas ya por ganadas. Partí por seguir mi biaje* [portanto para leste]. *Lloviendo, llegué a Puerto de Bastimentos...* Todos estes lugares se acham debuxados num dos esboços de Bartolomeu Colombo que reproduzimos mais abaixo, em que o Puerto de Bastimentos fica entre Belporto e Retrete. Modernamente, contudo, por certo devido a qualquer confusão na interpretação das fontes, veio a dar-se o nome de “Isla de Bastimentos” a uma das da Boca del Toro, imediatamente a leste da Isla Colón de que falámos já.

Quanto ao esboço de D. Bartolomeu há que notar que o *adelantado* era tão incapaz quanto o irmão, ou mais ainda, de determinar corrètamente a latitude; daí que, no esboço como na prosa, imagine o trópico de Câncer a atravessar a meio a costa da Nicarágua, na realidade sita a c. 12° 30' N (portanto 11°, ou seja 660 milhas marítimas mais a sul), e o equador a cruzar o Panamá à latitude de Verágua e a costa colombiana à da àtural Cartagena, que se situam entre 9° e 10° 30' N (portanto c. 10°, ou 600 milhas marítimas mais ao norte do que deveras é). Do equador ao trópico mediariam assim no máximo 3° ½, o que em direitura, às contas de Colombo, corresponderia a c. 49 léguas. E no entanto, como regista Porras, só de Cariay a Puerto de Bastimentos haviam percorrido 120, ainda que não ao longo de um meridiano...

Las Casas <sup>490</sup>, que sempre toma o partido dos índios, não se coíbe de registar, com íntimo gozo, um episódio que ali se passou em que os espanhóis lhes não levaram a melhor:

*Vieron una canoa de indios y adelantóse una barca llena de españoles tras ella, por tomar lengua de alguno de ellos; pero los indios, huyendo, dábanse priesa a remar, temiendo si les querían hacer mal. Y como las alcanzasen, llegando la barca como a un tiro de piedra, echáronse todos a la mar para huir nadando; y cuanto los marineros remaban y llegaba la barca junto a ellos, zbullianse, como hacen las aves de agua e iban a salir por debajo del agua un tiro de ballesta y dos desviados de la barca, por una parte o por otra; y esto duró más de grande media legua. Era una fiesta bien de ver y de harto pasatiempo y alegría ver lo que trabajaban los marineros en su barca por tomar alguno y cuán en balde, pues a ninguno indio tomaron, y los indios todos se fueron riendo...*

Largaram dali a 23 de Novembro, segundo a cronologia de D. Hernando, que é mais precisa do que a de seu pai; mas não puderam avançar senão quinze léguas mais, até o porto que chamaram de Retrete, porque não cabiam nele mais de cinco ou seis navios. Há que notar que na época, tanto em castelhano como em português, o termo — que ou provém do catalão *retret*, participio correspondente a *retraído* nos outros romances

---

<sup>490</sup> *HI*, II, xxiii.

peninsulares, ou do francês *retraite* — serve para designar um lugar retirado, por exemplo para meditar, e não necessariamente para satisfazer as necessidades corporais. Segundo o almirante Morison a Retrete de Colombo corresponde ao lugar hoje dito Puerto Escribanos, umas 20 milhas a leste de Nombre de Dios. Porras nota, sagazmente, que os costumes das gentes dali coincidiam em boa parte com os da “Costa das Pérolas”, ou seja, da região de Cumaná no leste da Venezuela, pelo que deveria haver continuidade entre aquelas terras e as descobertas por Hojeda e Bastidas. Quanto a Colombo, não sabemos se tomou consciência de que o porto a que chamou Retrete fora, a dar fé às declarações de Alonso de Hojeda nos *Pleitos*<sup>491</sup>, e a Las Casas, que por certo neles se baseou, o termo alcançado dois anos antes por Rodrigo de Bastidas, vindo de Pária, portanto em sentido oposto. Notou-o pelo menos D. Bartolomeu, que no seu esboço, que abaixo reproduzimos, traça a costa setentrional da América do Sul sem discontinuidades, do Panamá ao norte do Brasil.

Permaneceram nove dias na Retrete. Durante os primeiros ainda conseguiram resgatar com os índios; mas logo estes se retraíram, pois os matalotes, “como gente desenfreada e avara” faziam-lhes tantos ultrajes que se rompeu a paz. A questão foi-se azedando, até que o Almirante, após alguns tiros de pólvora seca, disparou sobre eles as bombardas, “para que percebessem que aquele engenho tinha tanto de raio como de trovão”.

Acharam aí uma sorte de lagartos ou crocodilos, que quando saíam a dormir em terra exalavam um odor suavíssimo, semelhante ao do almíscar. Tratava-se indubitavelmente de caimões-almíscarados (*Caiman crocodilus*, L. da família dos Aligatorídeos), conhecidos no Brasil por jacarétingas (do tupi *yakare'tiña*, “jacaré branco”); o seu solar vai do sul do México ao Maranhão. O jacaré-do-pantanal (*Caiman yacare*, Daudin) e o jacaré-de-papo-amarelo (*C. latirostris*, Daudin), cujo *habitat* é mais meridional são espécies distintas, ainda que congêneres. Ao contrário do que arrisca Las Casas, não se trata da mesma espécie que os crocodilos do Nilo, famosos entre os autores antigos



**Aquetzpalin ou crocodilo, que outros chamam caimán**

Gravura de Francisco Hernández, *Rerum Medicarum Novae Hispaniae Thesaurus*, livº IX cap. iii.

<sup>491</sup> Anunciada Colón, IV, pp. 2.414-15.

(*Crocodylus niloticus*, Laurenti, da família dos Crocodilídeos). Como já notámos, os jacarés não ocorrem nas Antilhas, pelo que eram para eles novidade. Souberam, provavelmente pelos índios, que se apanhavam um homem a dormir à beira de água o abocanhavam, arrastavam e comiam; mas fugiam temerosos para a água se os assustavam com qualquer ruído.

Agravara-se entretanto a *chaga* do Almirante — metáfora por que se deve entender a sua artrite. Decidiu-se então a empreender incontinentemente o regresso, deixando para uma viagem futura a exploração das minas de Verágua, que sabia já localizar, como na sua carta confessa. Seu filho, porém, afirma que resolveu nesse momento voltar a Verágua, para verificar o que os índios lhe haviam dito das minas. Seja como for, tornou atrás. Havia de demorar dois meses para chegar ao destino...

Foi, de facto, então que os colheu um horrível temporal, cuja descrição, recheada de hipérboles que evocam o fim do mundo e recordam a linguagem do profeta Habacuc, é uma das mais belas páginas de Colombo:

*Ojos nunca vieron la mar tan alta, fea, fecha espuma. El viento no era para ir adelante ni dava lugar para correr hacia algún cabo: allí me detenía en aquella mar fecha sangre, ferveiendo como caldera por gran fuego. El cielo jamás fue visto tan espantoso: un día y una noche ardió como forno, y así hechava la llama con los rayos, que cada vez mirava yo se me había lebado los mástiles y velas. Venían con tanta furia y espantables, que todos creíamos que me havian de enhondir los navíos. En todo este tiempo jamás cessó agua del cielo, y non para dezir que llovía, salvo que resecundava otro dilubio. La gente estava ya tan molida que deseavan la muerte y salir de tantos martirios.*

Tanto Las Casas <sup>492</sup> como Herrera <sup>493</sup> devem ter apreciado muito este passo, pois transcrevem-no na íntegra; e glosam da mesma feita o que, dando largas à sua verve literária, lhe acrescentou D. Hernando:

*Los truenos eran bravos y tan espantosos, que pensaban los de un navío que los de los otros disparaban el artillería, demandando socorro porque se hundían. (...). La gente de los navíos estaban tan molida, turbada, enferma, y de tantas amarguras llena, que, como desesperada, deseaba más la muerte que la vida, viendo que todos los cuatro elementos contra ellos tan cruelmente peleaban. Temían el huego por los rayos y relámpagos, los vientos, unos contrarios de otros, tan furiosos y bravos y desmensurados; el agua de la mar que lo comía y la de los celos que los empapaba; la tierra por los bajos y roqueados de las costas no sabidas, que hallandose cabe el puerto, donde consiste el refugio de los mareantes, por no tener noticia dellos, o por no les saber las entradas, escogen los hombres antes pelear y contrastar con bravos vientos y con la espantosa soberbia de la mar y con todos los otros peligros que hay, que llegarse a la tierra...*

---

<sup>492</sup> HI, II, xxiv.

<sup>493</sup> Década I, v, 9.

“Tão desbaratado em costa brava”, não ousou por isso o Almirante aguardar a conjunção de Saturno com Marte, cujos efeitos previa funestos, “pois as mais das vezes traz tempestade ou tempo forte”; e decidiu recolher ao porto de que saíra, disposto a retomar viagem em direção a Verágua logo que lho permitisse o tempo. Colombo sempre se mostrara volúvel e inconstante no rumo a dar às suas expedições: na primeira explorara a costa setentrional de Cuba até meio e tornara para trás; o mesmo fizera na sua costa austral, no decurso da segunda; e na terceira descobrira um naco da Venezuela, mas decidira bruscamente rumar para a Espanhola, sem mesmo explorar a oportunidade que se lhe oferecia de achar a pescaria das pérolas. Desta vez, cego aos sinais de um possível Cataio no Iucatão, preferira dirigir-se às minas; mas ao chegar à região aurífera, acabara por decidir deixá-la para outra vez e demandar o estreito. Desistia agora do estreito para procurar as minas...

Desta vez, teria contudo boas razões meteorológicas para mudar de tenção. Morison parece não as ter percebido inteiramente, ainda que constem também da *Lettera Rarissima* de que se serviu: na sua carta explica, de facto, Colombo aos Reis que decidira desistir da busca do estreito porque percebera que ventos e correntes lhe eram contrários; foi sem dúvida por isso que, mais uma vez, mudou de ideias e resolveu explorar Verágua. De facto, Hojeda, Niño e Bastidas haviam percorrido sem grandes problemas a costa venezuelana, mas de leste para oeste, ao sabor do vento e da corrente.

O vento, porém, mantinha-se forte e variável, e obrigou a frota, que ia já a caminho de Verágua, a tornar a Portobelo, onde, contudo, devido a novo capricho de Eolo, nem sequer conseguiu entrar. Tamanhos eram os trovões, que pensavam num navio que era outro a disparar as bombardas, para pedir socorro. Uma das caravelas perdeu as âncoras, outra o batel; e a *Biscaíña* andou três dias perdida das demais.

Enquanto assim erravam ao sabor dos ventos, a 13.XII.1502, novo perigo ameaçou a armada: uma tromba marinha, tipo muito freqüente de tornado, que se produz sobretudo nos mares tropicais ou subtropicais. Colombo tivera já certamente ocasião de o observar, pois ocorre à latitude das costas da nossa Hispânia e será por isso que se não dá ao trabalho de o registar. É do texto de D. Hernando, para quem seria novidade, que Las Casas retira a descrição que dá:

*Sobrevinoles otro perigo y angustia sobre todod les relatados, y esta fué una manga que se suele hacer en la mar. Esta es como una nube o niebla que sube de la mar hacia el aire, tam gruesa como una cuba o tonel, por la cual sube a las nubes el agua, torciéndola a manera de torbellino, que cuando acaece hallarse junto las naos las anega y es imposible escapar.*

A tromba de água, como os demais tipos de tornado, é um dos fenómenos meteorológicos mais violentos, pois devido à grande diferença de pressão atmosférica os ventos atingem aí freqüentemente a velocidade de 180 km/h; mas é em geral de pequenas dimensões (não mais de 200 m) e de curta

duração, pelo que as mais das vezes não produz grande estrago. No hemisfério norte desloca-se geralmente de SO para NE, a uma velocidade de c. 30 km/h. É sobretudo em terra que os tornados causam dano e envolvem risco; chegam a provocar chuvas de peixes, rãs e outros animais aquáticos que o vórtice aspira. Registam-se sobretudo na região dos grandes plainos norte-americanos, contígua pelo norte ao Golfo do México, onde se originam também os furacões, depressões de dimensões muito maiores e muito mais persistentes; dão-se também na região homóloga do hemisfério austral, entre o Brasil e a Argentina, e ainda na Austrália e Nova Zelândia. Nesses tornados os ventos, que como em todo o mundo giram segundo o efeito de Coriolis, podem atingir 450 km/h. Estão em geral associados a nuvens baixas, as mais das vezes cúmulos ou cúmulo-nimbos, que adquirem a forma de funil. A condensação do vapor de água que aspiram torna-os visíveis, conferindo-lhes frequentemente uma tonalidade negra.

Espantadas, as tripulações puseram-se a ler o Evangelho de S. João e a tromba de água passou por entre os navios, sem atingir nenhum. Na Idade Média atribuíam-se ao prólogo de S. João (*no princípio era o Verbo e o Verbo estava em Deus, etc.*) especiais virtudes taumatúrgicas, a ponto de as autoridades eclesiásticas se verem obrigadas a proibir a sua utilização para fins de adivinhação<sup>494</sup>. Não conseguimos descobrir em que se baseiam Morison e Verlinden para afirmarem que Colombo traçou com a sua espada o sinal da cruz sobre o tornado e que então este se foi — o que o teria confirmado na crença messiânica na sua eleição divina. Nenhuma das duas obras é acompanhada de notas, e, a despeito dos esforços que fizemos, não lográmos encontrar esse detalhe em nenhuma das fontes primárias que conhecemos.

Passada a tromba de água, apareceram em torno da frota numerosos tubarões, o que os marinheiros, crendo que eram no mar o que os abutres eram em terra, tiveram por mau agouro; mas acabaram por pescá-los, achando no bucho dum deles uma tartaruga inteira. Ainda que alguns o tivessem por mau presságio, resignaram-se a comê-los, e parece que os não acharam maus. Quem estas linhas escreve comeu muitas vezes em Timor carne de tubarão, pescado, ou melhor caçado, pelos nativos da ilha de Ataúro com uma espécie de fiska de caça submarina, feita com câmaras-de-ar usadas de bicicleta; e dá testemunho de que é boa. Aliás o *cação*, que é um tubarão de parcas dimensões, é manjar tradicional tanto no Alentejo, onde se faz com ele uma excelente sopa, como em Goa, onde se prepara em *ambott-tik*, ou seja, com um molho “ácido e picante”.

Na realidade, por *tubarão*, *esqualo* ou *cação* designam-se vagamente diversas espécies, cerca de 470 ao todo, de peixes cartilagíneos, carnívoros, pertencentes a diferentes géneros classificados em 35 famílias distintas, que em algumas classificações se integram todas na super-ordem dos

---

<sup>494</sup> Mario Righetti, *Historia de la Liturgia*, vol. II, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1956, § 318, p. 485; J. A. Jungmann, S. J., *El Sacrificio de la Misa - Tratado Histórico-litúrgico*, BAC, Madrid, 1959, §§ 653-654, pp. 1017-1019.

Selaquimorfos<sup>495</sup>. Ocorrem sobretudo em águas tropicais, mas há espécies, como o *Carcharodon carcharias*, L., que freqüentam o Mediterrâneo, e outras que por vezes aparecem ao largo da costa portuguesa, como o que foi pescado em 1901 em Sesimbra e classificado em 1904 por el-rei D. Carlos como *Odontaspis nasutus*, Bragança; acabou por verificar-se que era a mesma espécie descrita seis anos antes como *Mitsukurina owstoni*, Jordan, pelo que veio este nome a prevalecer. Provavelmente D. Hernando nunca vira nenhum e por isso se espraia a descrevê-los, insistindo no tamanho das suas bocas, que quase lhes chegavam à barriga. Dir-se-ia que tampouco os conhecia o tradutor italiano da *História do Almirante*, que se limitou a dar ao nome castelhano do peixe uma terminação italiana: *tiburoni*; a forma que veio a prevalecer é *pescecano*, “peixe-cão”, embora se use também *squalo*, do latim *squalus*, “áspero, rugoso”, aludindo à sua pele. Em português a referência mais antiga a tubarões que se conhece consta da carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel, escrita em Porto Seguro a 1.V.1500: e leuaram daly huum tubaram, que Bertolameu Diaz matou. A naturalidade com que o termo é empregado indicia contudo que era já conhecido; é aliás de todo improvável que tenha sido, como se aventou, usurpado ao tupi-guarani, num momento em que apenas se entendiam por acenos. O termo reaparece, com a mesma naturalidade, em 1516 no auto das Cortes de Júpiter de Gil Vicente: *irão certos bacharéis, em forma de tubarões...* É pela mesma época que se regista *tiburón* em castelhano: ocorre em 1519 na pena de Enciso<sup>496</sup>, que dá já à extremidade ocidental da Espanha o nome de *cabo del Tiburón*. Quer-nos parecer de tais exemplos que o vocábulo, embora não atestado por escrito, estaria já em uso oral havia tempo. Será uma aumentativo de *tubara*? Não é aqui o lugar próprio para o discutirmos!

Traziam já mais de sete meses de viagem e os mantimentos começavam a escassear. Eram obrigados a comer massamorda, espécie de açorda que faziam com os restos do biscoito; mas, como explica o filho do Almirante, tinha já tanto bicho que alguns só a comiam de noite para os não verem. Havia porém, quem já estivesse habituado e a comesse com bichos e tudo, para lhe não faltar a ceia...

A 17 de Dezembro entraram num porto onde pousaram três dias. Segundo D. Hernando, o seu nome nativo era Huiva, mas o Almirante chamou-lhe Puerto Gordo; Morison identifica-o com a hodierna baía de Limón, em que o canal de Panamá desemboca no mar das Caraíbas. Os índios ali viviam “em cima das árvores como pássaros”, construindo cabanas sobre os ramos. A explicação que encontraram, ou que lhes deram, foi a de que assim se defendiam dos grifos, que abundariam naquele país. Ora o grifo é um animal mítico, com cabeça de águia, asas poderosas e corpo de leão; se a alguma coisa correspondem tais temores é ao das onças ou pumas (*Puma concolor*, L. um felino). Na realidade, o termo *puma*, usurpado ao quéchua, principal idioma do Império Inca<sup>497</sup>, usa-se sobretudo na América do Sul; na Central chama-se-lhe *león*, pois é de facto muito semelhante ao leão do Velho Mundo (*Panthera leo*, L.),

<sup>495</sup> Cf. Oviedo, *HGNI*, liv<sup>o</sup> XIII, cap. vi.

<sup>496</sup> *Ed. cit.*, p. 206.

<sup>497</sup> Vide Clodoaldo Soto Ruiz, *Diccionario Quechua Ayacucho-Chanca*, Ministerio de Educación, Instituto de Estudios Peruanos, Lima, 1976, s. v.

ainda que desprovido de juba — razão porque Oviedo <sup>498</sup> lhe chama *león raso*. É animal panamericano, cujo solar se estende do Canadá à Patagônia.

Durante um dia fez bom tempo, e, animados, decidiram deixar o porto; mas logo os acossaram os ventos, que lhes não permitiram sequer tornar atrás, obrigando-os a tomar de novo o rumo de Verágua. Eolo, porém, caprichou, mudando uma vez mais de direção e tiveram de voltar a abrigar-se onde haviam surgido a 22 de Dezembro, ancoradouro que Morison identifica com a atual Coco-Solo (defronte da cidade de Colón, um pouco a leste da saída do canal de Panamá), onde os norte-americanos tinham uma base naval. Os homens começaram a murmurar que estavam enfeitiçados, e alguns mantiveram tal opinião até ao termo da viagem; e Colombo deu àquele litoral o nome de “Costa dos Contrastes”. Como nota Morison, se não estivesse tão obcecado com o ouro e tivesse tomado língua como convinha, ficaria sabendo que subindo dali em barcas o rio Chagres, podia atingir um ponto a uma dúzia de milhas do Pacífico; assim o faria em 1671 o corsário galês Henry Morgan, que subiu o rio e foi pôr cerco a Panamá...

Nesse ano, como em 1492, voltou Colombo a passar um triste Natal: os navios *innabegables*, a gente *muerta y enferma* e ele próprio *sin alento*. Pôde contudo, naquele porto onde permaneceu até 3 de Janeiro, fazer aguada e provisão de lenha e milho, e correger a *Gallega*, que vinha em precárias condições.

Só no dia da Epifania, mais de um mês depois de ter saído da Retrete, conseguiu Colombo tomar porto na foz de um rio em que achou bom ancoradouro; por ali ter chegado em Dia de Reis, chamou-lhe de Belém, nome que se dá ainda hoje à ribeira que ali desagua no Golfo dos Mosquitos. O rio de Verágua quedava uma a duas léguas mais a ocidente, mas não dava tanto fundo. A capitaina e a *Biscainha* entraram no rio de Belém no dia 9; e as outras duas caravelas ao dia imediato. Até 14 de Fevereiro choveu ininterruptamente; e ali ficaram imobilizados. Mandou entretantes seu irmão, acompanhado de 68 ou 70 homens, em busca das cobiçadas minas, que jaziam a coisa de oito léguas da costa; tiveram de subir o rio Urirá ou Hurirá (o atual Calovébora), distante dali umas sete léguas, arrostando com as torrentes de chuva. Parece que as havia mais perto da costa, mas o cacique ou chefe, a que ali chamavam *quivián*, manhoso, temendo a justo título que viessem a ocupar suas terras, enviou-os pelo sertão adentro, para o território de um outro chefe com quem tinha guerra. Puderam nessa ocasião observar um sinal da hierarquia social entre os nativos: nus todos, vinham os do povo pintados de vermelho, mas o cacique de negro. E quando este veio parlamentar com o almirante, para combinar a ida do *adelantado* às minas do

<sup>498</sup> HGNI, livº XII, cap. xii. No *Sumario...*, chamava-lhes *leones reales*.

vizinho, “recordando-se — na expressão de Angléria — da majestade régia, para que o régulo não negociasse permanecendo em pé”, foram buscar à ribeira uma pedra, lavaram-na bem, esfregaram-na e reverentemente a inseriram sob o traseiro real. Segundo Las Casas, o *adelantado* ter-se-á aventurado por duas vezes no sertão, em busca das minas, uma a 6 outra a 16 de Fevereiro; mas as demais fontes apenas referem uma.

Entretanto, a 24 de Janeiro, uma avenida súbita do rio — causada por qualquer chuvada nas montanhas, que ao longe se viam a furar as núvens, a que o Almirante chamou “de S. Cristóvão” — quebrara as amarras aos navios e fizera a capitaina, desgovernada, abalroar a *Gallega*, quebrando-lhe a contramezena; por pouco os não arrastou a todos para o mar...

D. Bartolomeu apenas esgravatou as minas durante quatro horas; mas regressou com algum ouro: coisa de dois ou três castelhanos (9 a 10,5 g) segundo Porras. Seria essa a porção que acharam nas minas escavadas pelos índios, pois trouxeram mais, de resgate: com efeito, D. Bartolomeu mandou parte da sua gente regressar daí à frota por terra, enquanto ele, com 30 homens, subia o rio até umas aldeias sitas umas seis léguas a montante, onde resgataram muitos espelhos de ouro, dos que os índios usavam ao pescoço, pesando em média 12 ducados (42 g) cada um. Foi no seu regresso e com base nos seus informes que D. Cristóvão exarou por escrito a sua concção agronómica das minas de ouro, que transcrevemos já. A sua teoria não anda longe da de Oviedo<sup>499</sup>, que afirma que as minas se encontram sobretudo nas savanas e nas vazantes dos rios; nem da de José de Acosta que, louvando-se em Fílon de Alexandria, afirma que *el oro, plata y metales naturalmente nacían en las tierras más estériles e infructuosas*<sup>500</sup>.

Com esses bons presságios decidiu o Almirante fundar ali um povoado, para o que trazia tudo o necessário. Seu irmão permaneceria ali, como capitão da nova póvoa, em que 80 homens se ofereceram para ficar, enquanto ele ia a Espanha a buscar reforços para subjugar os naturais, e os bastimentos necessários. E na sua carta aos Reis<sup>501</sup> gabou-se:

*... oso dezir; porque ay testigos, y es que yo vide en estas tierras de Viragua mayor señal de oro en dos días primeros, que en la Española en cuatro años; y que las tierras de la comarca no pueden ser más fermosas ni más labradas y buen puerto y fremoso río y defensible ultra modo.*

Os factos desmenti-lo-iam dentro de três meses; mas mesmo assim não eliminou a bravata da carta que enviou aos monarcas...

<sup>499</sup> *Sumario...*, cap. lxxxii.

<sup>500</sup> *HNMI*, liv<sup>o</sup> IV, cap. iii.

<sup>501</sup> Varela y Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, pp- 496-497.

No tempo que durou a construção da povoação D. Hernando observou e anotou os costumes dos nativos <sup>502</sup>, que eram guaymís, um dos povos do grupo lingüístico *čibča*, que se estende do sul da Nicarágua ao norte do Peru, embora entremeados com caribes na Colômbia; pouco tinham, por conseguinte, a ver com os tainos. Viviam sobretudo de pescado, que apanhavam com anzóis de osso ou de tartaruga, pois desconheciam os metais; ou, mais freqüentemente, à rede ou com uma espécie de esteira de folhas de palmeira; capturavam também sardinhas numa espécie de almadras, cercados que faziam de ola, para onde as enxotavam fazendo estrondo com os remos das canoas contra o casco, ou quando vinham à praia, a fugir de peixes maiores; e apanhavam sáveis (talvez o *Megalops atlanticus*, Valenciennes, ou o *Brycon behrae*, Hildbrand, pois os nossos sáveis, *Alosa alosa*, L., não ocorrem naquelas águas), muges ou tainhas (talvez o *Joturus pichardi*, Poey, ou o *Mugil liza*, Valenciennes) e xaréus (talvez o *Caranx hippos*, L., ou o *C. latus*, Agassiz), que vinham ao rio a desovar. Embrulhavam o peixe em certas folhas e secavam-no ao fogo; e assim se conservava muito tempo. Cultivavam maiz, de que também faziam vinho, bem assim como da seiva de certas palmeiras, que não sabemos identificar, espinhosas como ouriços, de que comiam igualmente os palmitos. Faziam também vinho de sapotilha e de ananás.

Todos mascavam certa erva que lhes fazia a boca negra, como Hojeda havia já observado em Cumaná <sup>503</sup>; tratava-se provavelmente de coca da Colômbia [*Erythroxylum novogranatense*, (Morris) Hieron., da família das Eritroxiláceas] mais pobre em cocaína do que a coca dos incas, tradicionalmente utilizada no Peru e na Bolívia (*Erythroxylum coca*, Lam), mas que é também, ainda que em menor grau, um poderoso estimulante do sistema nervoso central <sup>504</sup>. Monardes reporta que quando os índios *se quieren emborrachar o estar algo fuera de juyzio*, misturam tabaco à coca <sup>505</sup>.

A coca era um estimulante muito utilizado pelas populações da região andina, e também na bacia amazônica, onde medra uma variedade da espécie peruviana (*E. coca*, var. *ipadu*, T. Plowman); desempenhava um papel importante em rituais étnicos que o cristianismo não fez desaparecer inteiramente, sobretudo em ritos de ação-de-graças à Terra pelos seus frutos. A arqueologia mostra que era já utilizada há alguns milhares de anos. No século XV, sob o império inca,

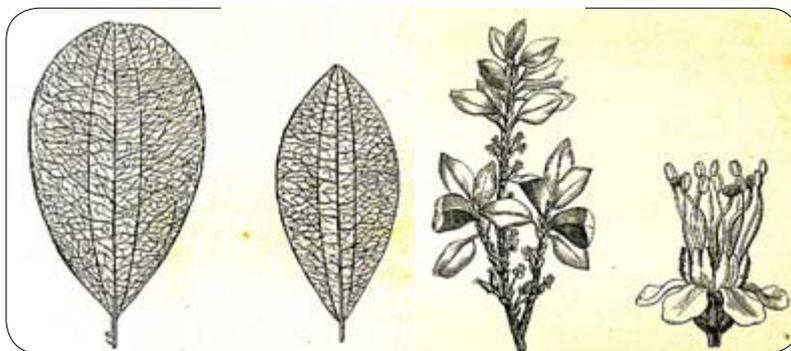
<sup>502</sup> HA, cap. xcvi (xcv).

<sup>503</sup> Las Casas, HI, I, clxx.

<sup>504</sup> Vide Joseph Kennedy, *Coca exotica: an illustrated History of Cocaine*, The Associated University Presses, Cranbury, 1985; C. Rātsch, *The Encycloprdeia of Psychoactive Plants*, s. v. "Erythroxylum coca" & "Erythroxylum novogranatense".

<sup>505</sup> *op. cit.*, III parte, fl 114-115; cf. J. de Acosta, *HNMI*, livº IV, cap. xxii.

tornou-se monopólio estatal, e o seu uso ritual foi restringido aos ritos sacerdotais dos reis e dos nobres, embora os soberanos por vezes a distribuíssem como presente régio. Usava-se também em ritos de adivinhação. Aparentemente os conquistadores espanhóis relançaram o seu uso, pois permitia aumentar o rendimento da mão-de-obra nativa, visto suprimir as sensações de fome, sede e cansaço; mas a Inquisição assimilava muitas vezes o seu uso à bruxaria e contrariava-o. Era também usada como carminativo e como analgésico. Para que a cocaína seja absorvida pelas mucosas da boca deve ser mascarada juntamente com uma substância alcalina: tradicionalmente, cinzas de certas plantas, conchas moídas ou cal extinta; modernamente bicarbonato de sódio. Em infusão é um excelente preventivo para o mal-das-alturas, de que muitas pessoas sofrem a altitudes elevadas. Embora contenha também vitaminas (B<sub>6</sub>, C e E), fósforo, cálcio, potássio, sódio e zinco, o seu principal princípio ativo é a *cocaína*, um alcaloide de fórmula bruta C<sub>17</sub> H<sub>21</sub> NO<sub>4</sub>, que usado no estado puro envolve diversos perigos para a saúde e forte risco de dependência. Embora a planta tenha sido introduzida na Europa c. 1750, a cocaína só em 1855 veio a ser isolada; o seu uso em medicina veio a ser experimentado nomeadamente por Sigmund Freud.



**Ramo, flor e folha da coca**

Segundo Dujardin-Beaumetz & E. Egasse, *Les Plantes médicinales indigènes et exotiques, leurs usages thérapeutiques, pharmaceutiques et industriels*, Octave Doin, Éd., Paris, 1889, s. v.

Como a coca é planta endémica das regiões andinas, apenas de passagem, como aqui sucede, é referida em textos escritos antes da conquista espanhola do Peru (1532-42). O seu nome provém do quéchua, principal língua do império inca, onde tem a forma *kuka*, indiferentemente pronunciada *kuka* ou *koka*, pois nesse idioma não há oposição fonológica entre *o* e *u*, nem entre *i* e *e*. Em castelhano o termo está atestado desde c. 1550, na segunda parte da *Historia General y Natural de las Indias* de Fernández de Oviedo, cuja impressão em Valladolid foi interrompida pela morte do autor em 1557, apenas vindo a ser publicada no século XIX. O termo ocorre frequentemente nas crónicas da conquista e descrições geográficas e etnográficas do Peru. A coca é também descrita na monumental *Rerum medicarum Novae Hispaniae Thesaurus, seu Plantarum, Animalium, Mineralium Mexicanorum Historia* de Francisco Hernández de Toledo (c. 1514-87), a que aludimos já. No entanto, como a planta não medrava no México, Francisco Hernández descreveu-a de outiva, sem ilustrar a descrição com uma figura, como normalmente faz<sup>506</sup>.

<sup>506</sup> liv<sup>o</sup> VIII, cap. lix, pp. 302-303; Fr. Francisco Ximénez, *op. cit.*, liv<sup>o</sup> III, p. ii, cap. lviii, pp. 260-261.

Quando a povoação ficou pronta surgiu um contratempo inesperado: parou a chuva e o rio desceu tanto que não dava aos navios mais de meia braça de fundo; para mais, formou-se na sua foz uma barra de areia que lhes impedia a saída. Puseram-se então a pedir a Deus que mandasse chuva com tanto ou mais ardor do que haviam até ali pedido que cessasse...

O *quivián* apreciava pouco a companhia dos espanhóis; como escreve Angléria: *hospites benigne susceperant, habitatores recusant*, “haviam-nos recebido bem como hóspedes; recusam-nos como vizinhos”. Las Casas escreve toda uma página de bela retórica em sua defesa. Colombo desconfiou, pelos preparativos bélicos que observou que, vendo-os encurralados, determinara o *quivián* aproveitar o ensejo para incendiar a povoação e matá-los a todos. É aqui que se situa a primeira intervenção notável de Diego Méndez, que conhecemos pelo seu prolixo testamento.

Diego Méndez de Segura, filho de García Mendez de Zamora, contínuo de Henrique IV, tinha então 28 anos de idade. Fora criado do conde de Penamacor, D. Lopo de Albuquerque, camareiro-mor de D. Afonso V, que acusado de participar da conjura dos nobres contra D. João II se passara para Castela; e em sua companhia viajara muito na Europa, chegando mesmo à Dinamarca. Há que notar que, na linguagem da época, *criado* não é um vulgar servente, mas alguém, mesmo um parente mais pobre ou um nobre de mais baixo escalão, que vive em casa de um senhor, por quem é *criado*, ou seja, alimentado — o que se aplica especialmente aos que foram criados de meninos em sua casa. É por isso que alguns documentos, como vimos já, designam o nosso já conhecido primo João António Colombo por *criado del Almirante*. Em Portugal e Castela, onde jamais se consolidou a hierarquia vassálica hereditária, assaz rígida, vigente além-Pirinéus, o vínculo de criação era frouxo e facilmente rompido. Já no século XIV uma *cantiga de escárneo e maldizer* escarnecia dessa mobilidade, que tachava de venalidade: “Como asno no mercado / se vendeu um cavaleiro / de Sanh'oan a Janeiro / três vezes — esté provado. / Pero se o'jeste dia / lh' outrem der maior contia / ficará com ele de grado”.

À morte de D. Lopo em 1494 pôs-se ao serviço de Colombo, então já grão senhor, passando após o seu traspasse para o de seu filho D. Diego. Certamente que o facto da viúva do conde (que, como vimos, ficou em más condições económicas), ser prima direita da falecida de Colombo tenha tido influência na escolha do novo amo. Viveu muitos anos em Santo Domingo e em Cuba, onde foi alguazil-mor. Era um homem culto, que possuía uma pequena biblioteca em que figuravam nomeadamente quatro obras de Erasmo, com consta do seu testamento, lavrado em Valhadolid a 19.VI.1536, vindo a falecer a 8 de Dezembro desse ano.

Adivinhando a inquietação de seu amo, que viu *muy congoxado*, Diego Méndez, que aprendera quiçá durante a larga estadia naquele porto um pouco da língua guaymi, ofereceu-se para ir espiar o *quivián* de Verágua à sua própria capital. Aí saberia se os preparos de guerra eram, como se fizera constar, destinados a uma expedição que o cacique preparava contra os de Coraba e Hurirá, esta identificável com Calovébora (8° 48' N, 81° 13' W). A meia légua dali achou, de facto, muita gente em pé de guerra, a quem ofereceu os seus préstimos, os do único companheiro que levava e os da barca armada em que seguia; mas os guerreiros índios declinaram a oferta. Vendo que ele passava ali

a noute, regressaram todos a Verágua. Diego foi às naus a dar contas do que observara ao Almirante. No dia seguindo, tendo arquitetado um plano, levando alfaias de barbeiro, seguiu a pé para as margens do rio onde achou duas canoas de índios estrangeiros, que confirmaram as suas suspeitas e se prestaram a conduzi-lo à povoação onde assistia o régulo. Este vivia num pequeno planalto sobranceiro ao rio, numa casa cercada de 300 câveiras de mortos, sem dúvida troféu de pretéritas vitórias. Aí, ofereceu-se para lhe curar uma chaga que tinha numa perna; mas a família, em grande alvoroço, impediu-o de penetrar no paço. Assentou-se então na erva no meio da praça e pôs o companheiro, munido de espelho, tesoura e pente, a cortar-lhe à vista de todos o cabelo. O expediente resultou: não só lhes ofereceram comida e refrescos, como o próprio régulo pediu que lhe fizesse igual tosquia, após o que Diego Méndez lhe ofertou como regalo o estojo completo de barbeiro. E com isso se veio às naus, onde aconselhou o seu amo a apri-sionar o cacique, sugerindo um expediente que foi aprovado.

Então, a 30.III.1503, o Almirante enviou o *adelantado* com 74 homens à povoação em que aquele residia, para o prender. D. Bartolomeu acercou-se cautelosamente, com poucos homens, permanecendo os demais escondidos; temendo, contudo, que ele visse as suas mulheres, o *quivián* disse-lhe que não entrasse; e saiu ele ao seu encontro. Então o *adelantado* segurou-o por um braço, enquanto dos lados surgiam quatro dos seus homens que o prenderam; e logo, tendo disparado um arcabuz, apareceu o resto da sua gente que cativou todos os da casa. Assim se reproduziu, *mutatis mutandis*, a cena da prisão de Caonaobó, nove anos antes. O piloto Juan Sánchez de Cádiz ofereceu-se para conduzir os prisioneiros numa barca, rio abaixo, até ao porto; mas o cacique tanto se lamentou de que tinha as mãos muito apertadas, que o piloto se amerceou dele e o soltou, após o que ele se deitou à água e nunca mais se viu.

Dois dias depois regressou o *adelantado*, com o espólio que tomara em casa do chefe, que totalizaria uns 300 ducados de ouro, ou seja, mais de um quilo dele, com o que se consolaram da fuga do prisioneiro. E como por esses dias mandou Deus chuva e se abriu a boca do rio, começou Colombo a pensar em partir e regressar à Espanhola. Ter-lhe-á talvez passado então já pela mente a ideia de desistir da nova colónia, pois tinha ainda fresca a memória do desastre da Navidad; é difícil sabê-lo, pois neste ponto a sua carta é particularmente sucinta, resumindo em duas ou três linhas o que apenas por D. Hernando e por Diego Méndez conhecemos em pormenor.

O canal que aparecera no banco de areia que fechava o rio não dava porém fundo bastante: as quilhas das caravelas tocavam na areia e houve que alijar parte da carga. Assim saíram todas as caravelas menos a *Gallega* que ficou dentro da barra, por certo por haver ainda então intenção de a deixar ali com o *adelantado*, que ficaria à cabeça da novel colónia. Em terra permanecia entretanto Diego Méndez com vinte

homens e um cão, que logo se viram cercados por uns 400 índios, com quem pelejaram durante umas três horas, até que eles retiraram: haviam sofrido nove ou dez baixas e os espanhóis sete.

Colombo, já ao largo, não se apercebera de nada; e mandou a terra duas barcas, a buscar lastro e água e tentar recuperar parte do que tinham lançado borda fora. A despeito de Diogo Méndez ter aconselhado o capitão a não se internar no rio, este persistiu em remontá-lo; mas logo foi cercado pelas canoas índias, do que resultou morrerem todos os que tripulavam as barcas, à exceção de um tanoeiro de Sevilha, chamado Juan de Noya que se conseguiu salvar a nado e mais tarde depôs nos *Pleitos Colombinos*. E assim ficou Colombo ao largo sem saber o que se passara em terra, e eles em terra sem barcas para ganharem os navios. Barricaram-se então com tonéis e outras coisas que tinham à mão e guarneceram com artilharia o improvisado forte. O Almirante esperou dez dias por eles, mas foi em vão...

Foi então que Pedro de Ledesma, piloto de Sevilha, se ofereceu para ir a terra a nado a ver o que sucedera; o batel da *Bermuda*, o único que restava à frota, depositou-o na rebentação das ondas, onde ficou esperando pelo seu regresso. Voltou com a nova de que a taifa da caravela estava meio levantada contra o *adelantado*; e recusavam permanecer ali. Entrementes, durante a noite, havia-se safado, derribando os marinheiros que dormiam em cima da escotilha e atirando-se ao mar, quase toda a família do cacique. Os que não tiveram tempo de fugir, pois logo foi dado o alarme, enforcaram-se na cobertura da *Bermuda*, onde ao dia seguinte os acharam mortos. Os espanhóis quedaram assim sem reféns para exigir do *quivián* que fizesse a paz. E Las Casas <sup>507</sup> a aproveitar o ensejo para uma brilhante defesa dos direitos dos índios, oprimidos por tantos crimes quantos os que se perpetraram ali; censurando acerbamente D. Hernando por aprovar a prisão do *quivián* com todos os seus principais, *para que su pueblo quedase en servicio de los cristianos*:

*... ¿qué mayor insensibilidad puede ser boqueada ni pensada? ¿que injuria hicieron los indios a los españoles, pesándoles a todos mucho que quedasen a poblar en su tierra gente bárbara, fiera, inquieta, cuyas obras no sanctas ni de virtud, antes escandalosas, injustas y malas habían ya experimentado? ¿era medicina para aplacar aquel pesar, prender al rey y a su mujer y hijos y a sus principales, y que el pueblo quedase para servilles, para que a él fuese castigo y ejemplo a los comarcanos? ¿que delitos habían cometido? (...) ¿Y quién había constituido juez al Almirante y con qué jurisdicción para castigallos? (...)*

*Por lo cual parece la poca cuenta que don Hernando hace de los crímenes que allí se hicieron, prendiendo tan injustamente aquella gente, y de haber sido causa de que aquellos tristes se ahorcasen, y de tan grande escándalo como quedó por toda aquella tierra e infamia del nombre cristiano.*

---

<sup>507</sup> *HI*, II, xxvii

Curiosamente, também o relatório de Diego de Porras, que andaria talvez já meio desguisado com o Almirante, se lhe mostra desfavorável:

*Es tierra trabajosa, así de montaña como de muchos ríos, que río ay que se pasa treinta e nueve vezes. Hallamos minas fondadas de los mismos indios, fondura de medio estado; son muy diestros en el sacar del oro. Fuimos setenta y cinco hombres a ellas y, en obra de un día, sacamos dos o tres castellanos sin aparejo ninguno sino de las mismas minas que los indios tenían fechas; es el oro muy menudo. No bolvímos más a ellas. Lo que más se anduvo por la tierra fueron dies leguas; no se supo más secreto de dezir que dentro la tierra avía mayores poblaciones; y por ser gente de poca verdad no quiso el Almirante que fuese gente a vella. Y como luego mandó prender al caçique, do se le fizo mucho daño, que le quemaron su población, que era la mejor que avía en la costa e de mejores casas de muy buena madera, todas cubiertas de fojas de palmas, e prendieron a sus fijos e aqui traen algunos d'ellos, de que quedó toda aquella costa escandalizada...*

Não confirma, portanto, a dupla ida às minas de que fala Las Casas; mas, tal como este parece também admitir, para além dos índios que fugiram ou se enforcaram, houve-os que foram trazidos presos para Espanha, talvez noutra caravela.

Colombo, porém, ardia em febre. Subiu ao mais alto do navio, clamando por ajuda; mas ninguém lhe respondeu. Foi então que, como narrámos noutro passo, foi gratificado com uma teofania: Deus, não se sabe se em pessoa se por intermédio de um anjo, falou-lhe do céu a consolá-lo, aduzindo o exemplo de numerosos patriarcas de Israel que esperaram n'Ele e foram salvos — o que lhe encheu a alma de doçura. O Altíssimo, ou a voz que por Ele falou, aproveitou mesmo aquele ensejo para dirigir uma velada crítica aos Reis Católicos, afirmando-lhe *que los privilegios, cartas e promesas que da Dios, todos lo cumple con abantaje, y después de aver recebido el servicio acrecienta las mercedes y les da el Paraíso*. Como seria de esperar, Colombo anotou cuidadosamente o recado na carta que da Jamaica enredeçou aos monarcas, que sem dúvida constituíam o consumidor final a quem se destinava a mensagem.

Embora possuísse cópia da carta de Colombo aos Reis, Las Casas cala inteiramente a teofania com que aquele se diz gratificado. Visivelmente não quis avalizar um fenómeno de que não estava certo, pois tanto poderia ser uma simples bravata do Almirante como o fruto do seu delírio no meio da febre que o acometera.

Ao cabo de dez dias fez-se finalmente bonança, mas não tanta que permitisse sacar fora o navio que ficara dentro. Era a *Gallega*, já toda furada e roída do gusano. Resolveram abandoná-la, transferindo o que puderam para os outros navios, graças a um catamarã feito de duas canoas, improvisado por Diego Méndez, com que recolheram também os homens. A sua carcaça veio anos depois a ser encontrada

por Diego Martín de la Cabrera<sup>508</sup>, que ia iniciar o povoamento da região, que logo a identificou com a *Gallega*, ali abandonada desde 1503.

E ali ficou, até que o tempo a desfez, como testemunha muda do maior fracasso da vida do descobridor, numa viagem que desde o começo parecia enguiçada ou amaldiçoada pelo Céu. Como deixou escrito o Almirante Morison,

...de tempos a tempos, ao longo de três séculos e meio, tentariam ainda teimosamente os espanhóis — mais concretamente os descendentes de Colombo, a quem Verágua coube em sorte, com título de ducado — fundar novas colónias nesses vales de Belém e Verágua. Mas eram insuperáveis as dificuldades para a extracção do ouro. O clima era mortífero para brancos; e uma após outra toda a actividade mineira redundou em desastre. Os guaymis, cujos antepassados foram há muito expulsos dos seus campos e aldeias, refugiaram-se nas montanhas, muito longe, onde ainda hoje vivem. E excepto algumas pobres choupanas, de tectos de palma, onde vegetam uns tantos mestiços, essas ribas desoladas de Belém e de Verágua são hoje mais áridas e selvagens que ao tempo em que as descobriu Colombo...

Finalmente, em dia de Páscoa — que naquele ano caiu a 16 de Abril — ao cabo de quatro meses de desventuras na Costa dos Contrates, zarpu Colombo daquele lugar maldito. Diego Méndez dá a data de 30 de Abril, mas essa não se coaduna com as do que em seguida se passou, que conhecemos por D. Hernando. Cuidavam talvez que, após aquele calvário, iriam em tal dia ressurgir para nova vida; mal sabiam que a sua quaresma não estava ainda a meio...

Guiado pelo seu instinto náutico, Colombo decidiu rumar a leste, por conseguinte, contra os alísios; os pilotos eram de opinião contrária e os homens começaram a agitar-se, imaginando que a tenção do Almirante era seguir dali directamente a Porto Rico e daí para Castela, com os navios naquele mísero estado. Para mais, só restava o batel da *Bermuda*, pois todos os demais se haviam perdido, aqui um, ali o outro, ao longo do aziago périplo da Costa dos Contrastes. Contudo, apoiado pelo irmão, Colombo persistiu na sua; e, como atesta Porras, apreendeu os mapas aos pilotos, que assim foram obrigados a segui-lo. Como já anteriormente sucedera, imaginava candidamente que assim se mostraria insubstituível, já que certamente ninguém mais daria com o caminho para ali tornar:

*Ninguno puede dar cuenta verdadera deste camino, porque no hay razón que abaste, porque fue ir con corrientes sin ver tierra tanto número de días. Seguí la costa de la tierra firme; esta se asentó con compás y arte; ninguno hay que diga debaxo de cual parte del cielo. (...). Digo que no pueden dar otra razón ni cuenta, salvo que fueron a unas tierras donde hay mucho oro y çertifical; mas para bolver allá el camino tienen ignoto.*

<sup>508</sup> Vide v. g. o depoimento de Bartolomé de Caso, no “Pleito do Darién”, Anunciada Colón, IV, p. 2274.

Era aí que rotundamente se enganava: basta ler o relatórios de Porras, que anotara cuidadosamente os rumos seguidos e as distâncias percorridas. Certamente industriado pelo irmão, que fizera a viagem com o pai, D. Diego servir-se-ia mais tarde, no “Pleito do Darién”, da confusão que reinava entre marinheiros e pilotos para tentar demonstrar que o Almirante Velho descobrira muita terra a leste de Verágua. Daí a pergunta repetida em todos os interrogatórios <sup>509</sup>:

*Yten, si saben, creen y es público e notorio que las personas que navegaron con el dicho Almirante, quando descubrió a Beragua, les pareció que avian descubierto tanto al Oriente de Beragua por la costa que les quedava ya La Española casi al oçidente; e quando el dicho Almirante quiso partir de la dicha tierra firme para la Española pensavan de çierto que se venían a Castilla, porque la derrota e navegación para yr a La Española les pareçia que avía de ser navegando al norueste...*

Na realidade achavam-se sobre o meridiano dos Jardines de la Reina em Cuba e do extremo ocidental da Jamaica, portanto precisamente a sudoeste de Santo Domingo, pelo que a rota correta para em direitura demandar tal porto seria nordeste. O intuito de Colombo era visivelmente barlaventear-se tanto quanto possível, para poder então orçar e se meter de ló, ou seja, aproximar a proa da direção do vento. Assim, com os alísios de través, atravessariam o Mar das Caraíbas.

Fizeram de novo escala em Belporto, onde abandonaram outra caravela, a *Biscaíinha*; ou o que dela sobrara após o banquete do gusano...

*Gusano, busano, taredo, teredo, turu* ou *cupim-do-mar* é um molúsculo marinho, bivalve (portanto um lamelibrânquio) de aspeto semelhante a uma minhoca mas com duas valvas calcárias na extremidade, que forma uma espécie de tubo, por onde o animal se alimenta e evacua; possui um par de sífões com que o pode abrir e fechar conforme as necessidades. Pode possuir mais de 10.000 dentes, que embora minúsculos vão roendo a madeira, nomeadamente a do casco dos navios, principal petisco de que se nutre. A espécie mais comum é o *Teredo navalis*, L., da família dos Teredinídeos, mas há espécies congêneres que produzem o mesmo efeito; acham-se distribuídas por todos os mares da Terra, exceto nos que congelam, pois suportam temperaturas de 1° a 30° C, embora só se desenvolvam e reproduzam entre 11° e 25°. Dão-se tanto em água doce como na salgada, e podem resistir até 6 semanas sem respirar, graças às suas reservas de glicogénio. Houve tentativas de esquivar os seus efeitos cobrindo o casco dos navios com folhas de chumbo, o que era assaz pesado, ou de cobre, o que saía caro <sup>510</sup>. O bichinho é comestível, e os ameríndios, sempre carentes de fontes de proteínas, consumiam-no bastas vezes; na Amazónia comem-no ainda hoje como marisco, ou confecionado em sopa. No seu *Tesouro escondido no Amazonas* <sup>511</sup> João Daniel fornece interessantes detalhes a tal respeito:

*Turu é a peste das embarcações do Amazonas, ainda que não é só do Amazonas. É semelhante à minhoca, e pròpriamente é minhoca de água; e branca, mui delgada e tão mole e flexível como*

<sup>509</sup> Anunciada Colón, IV, pp. 2288, 2384, 2396, etc.

<sup>510</sup> Cf. Oviedo, *HGNI*, livº XV, cap. iv.

<sup>511</sup> Tratado I, cap. 27º, p. 247.

*uma tripa delgada; e faz admirar como um tão desprezível bichinho tenha tanta força e atividade que roa, passe e fure as embarcações e qualquer madeira, pondo-o como um crivo! E se esta praga desse sòmente nos navios que são ordinariamente de pinho ou pau-mole, não seria tanto de reparar; mas nas embarcações do Amazonas, que pela maior parte são fabricadas de angelim e ita-iba e semelhantes madeiras, cuja dureza pode competir com o ferro, é mais de admirar! (...) O remédio que lhe aplicam é o breu misturado com azeite de andiroba [Carapa guianensis, Aubl., das Meliáceas], que com o seu grande amargor não deixa chegar a si estas lombrigas. (...) Com serem bichos tão desprezíveis e os índios da Amazónia tão nojentos, fazem destas minhocas ou lombrigas pratinhos de muita estimação e apreço, e ainda muitos brancos; para o que vão nas vazantes pelas praias de lodo, abrem os paus podres de que estão cheios os rios e em breve espaço de tempo enchem pratos ou cuias que levam para casa e guisam e se regalam.*

Por *angelim* entende provávelmente o autor o angelim do Pará, *Hymenolobium spp.*, Benth, das Leguminosas, pois o verdadeiro angelim da Índia, uma espécie de jaqueira silvestre, o *Artocarpus hirsutus*, Lam, das Moráceas, é uma espécie do Velho Mundo; itaíba ou itaúba (“pau pedra”, em tupi-guarani, conotando a sua dureza), é nome nome dado a diversas Lauráceas dos géneros *Ocotea*, Aublet, e *Mezilaurus*, Kuntze ex Taubert. Na bacia amazónica em construção naval usam-se sobretudo a *O. splendens*, (Meisn.), Baill., e o *M. itauba*, (Meiss.) Taubert.

E conclui o autor a sua dissertação sobre os turus fazendo votos de que mais gente os pescasse, pois além de livrarem dele os rios e as embarcações poderiam servir de fortificante aos convalescentes, pois são fáceis de pescar e muito alimentícios; e poderiam também usar-se como isco, para pescar à linha.

Em qualquer dos portos em que se demorou, Colombo poderia ter espalmado as caravelas e aplicado aos seus cascos qualquer cura ou pelo menos breu; é possível que os seus homens lho assacassem, e que seja por prever que em Espanha alguns o fizessem também que escreveu na sua carta: *respondan agora los que suelen tachar y reprender, dizendo allí de en salvo: ¿por qué no hazíades esto y esto? Allí los quisiera en esta jornada...*

A partir deste ponto, contudo, a carta de Colombo é muito lacónica: limita-se a registar que a 13 de Maio alcançou *la provincia de Mango que parte con aquella del Catayo*. A forma *Mango* em vez de *Mangi* ocorre também no mapa-múndi de Fra Mauro<sup>512</sup>; poder-se-á daqui deduzir que Colombo o pôde consultar, *in illo tempore*, em Lisboa?

Seja como for, tendo escorrido o Champá, estaria então portanto na China meridional — o que, traduzido numa geografia menos mítica, significa que estava à vista de Cuba ou das ilhas que a rodeiam.

É por D. Hernando que sabemos pormenores: passando de novo ao largo da Retrete, percorreram, em sentido inverso ao da ida, toda a Costa dos Contrastes, até dobrarem a ponta de S. Brás e entrarem um porto cercado de pequenas ilhas, a que o Almirante chamou Las Barbas, hoje conhecidas por Archipiélago de San Blas, a c. 79° W. Dez léguas mais avante a costa fazia um cabo, a que Colombo chamou Mármol, identificável

---

<sup>512</sup> Legenda 1410.

segundo Morison com a Punta del Mosquito, a 9° 7' N, 77° 52', onde a terra parecia terminar. No seu depoimento nos *Pleitos*<sup>513</sup> o piloto Pedro de Ledesma afirmou perentoriamente que da Terra Firme, além de Pária que explorara na sua terceira viagem, Colombo nada descobriu a norte das ilhas Guanajas nem depois a leste das de Las Barbas, *porque les faltavan los bastimento e las naos estaban comidas de bruma e la gente desfallecida, dellos muertos, dellos dolientes*. Por isso decidiu com seus capitães e pilotos tomar o caminho da Espanhola. E tomaram a altura das ditas ilhas e acharam que estavam a 13° 30' — erraram, por conseguinte, em quatro graus e picos. Pedro de Ledesma, que em 1513, quando depôs, conhecia bem a região, a que tornara entretanto em companhia de Vicente Yáñez e João de Solis, afirma que estavam a “obra de quinze léguas antes do golfo de Urubá e do Darién” — explorados no ano anterior por Bastidas — em que não entraram, pois a partir dali a costa encurvava-se progressiva para sul, o que inquietou as tripulações, ansiosas por rumar a norte, em direção à Espanhola. Segundo D. Hernando afirmavam até alguns pilotos que se deviam já achar a leste das Ilhas dos Caribes, ou seja, das Antilhas Menores, para o que na realidade lhes faltavam ainda c. 18° de longitude, ou seja, cerca de trezentas léguas! É interessante comparar ao seu erro crasso a intuição náutica do Almirante — que parece assim ter um nico de razão ao repisar perante os Reis: *de mi viaje digo que fueron 150 personas conmigo; ninguno puede dar razón çierta por donde fuy yo ni bine*<sup>514</sup>

Foi assim que no dia primeiro de Maio, após seis meses e meio de vaivém por terras panamenhas, guinaram para norte e seguiram viagem, com vento de Levante, ou seja, de través, como o Almirante previra. Tal como em 1498, a travessia do Mar das Caraíbas demorou pouco: logo no dia 10 deram como uma série de pequenas ilhas, a que Colombo chamou de Las Tortugas; Las Casas dá-lhes já contudo o nome porque ainda hoje são conhecidas: de Los Caimanes, de que a principal jaz a 19° 17' N, 81° 23' W. Havia por conseguinte abatido um pouco, cerca de 88 léguas, o que com vento e correntes de leste é natural. Dois dias depois, tendo por certo corrigido o rumo, avistavam os Jardines de la Reina, que Colombo logo identificou com a costa do Mangi; pelo seu estimo estariam, por conseguinte, ao largo de Macau e de Hong Kong...

De qualquer forma, dos Jardins da Rainha sabia bem o Almirante como tornar a casa. Porras insinua que Colombo se enganou, indo aterrar em Cuba em vez da Espanhola, que no entanto ficava mais perto. De facto, ficava; mas para a demandar a partir do golfo de Darién haveria que rumar a NE, portanto contra os alíseos.

<sup>513</sup> Anunciada Colón, IV, pp. 2451-52; cf. III, p. 1230.

<sup>514</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 494.

Já lhes não restava mais que um pouco de biscoito, azeite e vinagre, e faltavam-lhes forças para com três bombas retirarem das caravelas a água, que pelos orifícios praticados pelo gusano as invadia. Na expressão do Almirante, as caravelas eram *como un panal de abejas*: mais pareciam favos do que embarcações...

Estavam pelo menos em terra já sabida; não adivinhavam, contudo, o fadário que os aguardava ainda. A travessia para a Espanhola gorou-se a breve trecho, pois após dois dias de navegação com bom tempo o vento virou, e tiveram de tornar atrás em árvore seca; e acabaram por se embaraçar nos caios que tentavam evitar. E como se isso fosse pouco sobreveio de noite um temporal que fez a *Bermuda* abalroar a capitaina, ficando ambas em mau estado. Por sorte, pois o mar era cheio de escolhos, o cabo da âncora de misericórdia, a única que lhes restava, prestes a rebentar, agüentou até ao romper do dia. Foi apenas ao fim de seis dias que a bonança regressou. Recomeçaram a viagem; mas quando chegaram ao ponto que dias antes haviam atingido, mudou de novo o vento e repeliu-os até à ilhota a que se haviam acoutado durante a borrasca. Foi só ao cabo de mais oito dias que conseguiram retomar caminho. Puderam assim tomar terra em Cuba, no porto da Macaca, perto do Cabo Cruz, e aí fazer refresco. O vento, todavia, não estava de feição para emprenderem a travessia para a Espanhola e o Almirante optou por se dirigir à Jamaica, onde as caravelas chegaram com água até quase à coberta, pois não tinham maneira de a esgotar, apesar de disporem de três bombas e de as coadjuvarem com tinhas e caldeiros. Tiveram como um milagre chegarem a bom porto em dia de S. João, mais de um mês, portanto, após terem avistado as costas cubanas; mas estavam deveras entupigaitados.

Datada de 7 de Julho, a carta de D. Cristóvão suspende aqui a sua narração, que termina com um apelo aos Reis para que enviem à Jamaica um navio a resgatá-los. Os termos em que redige esse final são comoventes, e Las Casas não resistiu à tentação de os transcrever:

*Yo hé llorado fasta aquí a otros: aya misericordia agora el çielo, y llore por mi la tierra (...). Aislado en esta peña, enfermo, aguardando cada día por la muerte y cercado de un cuento de selvajes, llenos de crueldad (...), móviles más que una oja de álamo, y tan apartado de los santos sacramentos de la sancta Yglesia, que se olvidará desta ánima, si se aparta acá del cuerpo. Llore por mí quien tiene caridad, verdad y justicia...*

E ainda não sabia ele o que o esperava nas Antilhas, nem que só 16 meses mais tarde, contados dia a dia, estaria de retorno a Espanha...

Embora escrita em Julho de 1503 a carta só deve ter chegado à Corte na primavera do ano seguinte, pois data dessa época uma série de cédulas reais ordenando

que se pague ao Almirante várias cousas que lhe eram devidas, bem assim como a pensão que estabelecera em Córdoba a Beatriz de Arana, sem embargo de ele não poder de momento fazer prova de vida <sup>515</sup>.

É sobretudo por D. Hernando e pelo testamento do fiel Diego Méndez que conhecemos a continuação da história.

Os dois navios que restavam estavam em tal estado que não era possível prosseguir viagem, nem havia ali meios de os corregerem. Apenas conseguiram mudar-se de Puerto Bueno, a que deram esse nome por lhes parecer bom para ali se repararem, mas onde nem acharam água potável nem gente que lhes desse de comer, para Santa Glória (mais tarde Bahia de Santa Ana), um pouco mais a leste, onde encalharam os navios a um tiro de besta de terra, lado a lado, escorando-os e fixando-os um ao outro, para que nem marés nem vendavais os pudessem apartar. E como estavam alagados até às cobertas construíram sobre os castelos de popa e proa câmaras para alojar os homens. Ficaram assim constituindo como que um pequeno forte, de onde esperavam poder resistir a um eventual ataque dos nativos.

Logo os índios apareceram em canoas a vender-lhes mantimentos em troca das habituais *coisilhas* que cobiçavam. Praticamente nada restava a bordo para comer, e Colombo temia que entre os seus e os índios se engendrasse qualquer conflito que lhes cortasse os suprimentos. Foi após ser distribuída a última ração de pão e vinho que havia a bordo que, conforme no seu testamento ele próprio narra, Diego Méndez se decidiu pela segunda vez a intervir: acompanhado de três homens e armado de uma espada, internou-se na ilha para negociar com os caciques o fornecimento de vitualhas: dar-se-lhes ia uma ponta de agulheta por uma *hutía*, duas ou três contas de vidro colorido por um pão *caçabi* ou beiju, e, por cousa de mais valia, uma tesoura, um espelho, um boné de cores e um guiso ou cascavel para o cacique.

Após remeter para os navios, pelos homens que o acompanhavam, os mantimentos que adquirira, Diego Méndez prosseguiu a sua jornada até ao cabo oriental da ilha, onde por uma bacia de latão e uma camisa adquiriu uma canoa, em que regressou ao ancoradouro em que o esperavam 230 homens a bordo do que restava da frota de Colombo. *Del cual*, escreve, *fuy muy bien recebido, que no se hartaba de verme e abraçarme y preguntar lo que me avía sucedido en el camiño, dando graçias a Dios que me avía llevado y traído a salvamiento libre de tanta gente selvaje.*

O Almirante nomeou então dois almotacés para presidirem aos resgates que se fizessem e dividirem os custos entre a gente dos navios. E sabendo como esta era

---

<sup>515</sup> Cédula de Medina del Campo, 24.V.1504, 7.VI.1504 & 18.VI.1504, CDD, III, doc. 665-667.

descomedida, receando que fossem a terra e começassem a invadir as moradas dos nativos para lhes arrebatarem o que tinham ou abusarem das suas mulheres, proibiu o pessoal de desembarcar sem licença expressa, ficando registado o nome de quem saísse. Tal solução tinha, porém, o inconveniente de incrementar o mal-estar entre as tripulações encurraladas, dando mais azo a fricções internas, como acabou por suceder.

Ao cabo de dez dias, após muitas discussões convieram em que mais nenhum remédio lhes restava senão pedir auxílio ao governador de Santo Domingo e contactar o feitor que o Almirante mantinha na Espanhola, para que com as rendas que tivesse arrecadado comprasse um navio carregado de mantimentos e o enviasse à Jamaica. Segundo o testemunho do próprio, Colombo tomou então à parte o seu fiel Diego Méndez, e disse-lhe:

*...hijo, ninguno de cuantos aquí yo tengo siente el gran peligro em que estamos, sino yo y vos, porque somos muy poquitos y estes indios selvajes son muchos y muy mudables y antojadiços; y en la hora que se les antoxare de venir y quemarnos aquí donde estamos en estos navios hechos casas pajiças, fácilmente pueden hechar fuego dende tierra, y abrasarnos aquí a todos. (...) Yo he pensado un remedio si a vos os parece, que en esta canoa que comprastes, se abenturase alguno a pasar a la isla Española a comprar una nao en que pudiesen salir de tan gran peligro, como este en que estamos.*

Méndez retorquiui-lhe que a empresa lhe parecia impossível, pois havia que atravessar quarenta léguas de mar alto e bastas vezes impetuoso. As 250 léguas que aqui põe D. Hernando não fazem sentido: segundo os roteiros modernos a distância de Kingston, a hodierna capital da Jamaica, a Santo Domingo é de 421 milhas marítimas, e eles estacionavam a oeste da futura Kingston, pelo que distariam algo mais da capital da Espanhola: não muito menos das 525 milhas que o Funchal dista de Lisboa. Como muito bem nota Las Casas, era arriscada a empresa, pois as canoas dos índios — que não tinham flutuadores fora de borda como as dos austronésios que com as suas povoaram todo o Pacífico — facilmente se viram no mar com a ondulação, embora por serem de madeira se não afundem jámais; há, porém, que deitar-se ao mar e nadar para as repor na correta posição e então esgotar a água, o que não permite salvar nem água potável nem comida que a bordo se tragam.

Perante a insistência de seu amo, Diego Méndez acabou por lhe propor que reunisse todos os homens e pedisse voluntários para a espinhosa missão; se ninguém se oferecesse, iria ele. E assim foi. Perante o silêncio geral ergueu-se e disse:

*Señor, una vida tengo, no más; yo la quiero abenturar por servicio de Vuestra Señoría y por el bien de todos los que aquí están, porque tengo esperanza en Dios Nuestro Señor, que, vista la intención com que yo lo hago, me libraré, como otras muchas vezes lo a hecho.*

Então o Almirante levantou-se, abraçou-o e beijou-o, e disse que bem sabia que ninguém senão ele se atreveria a tanto.

Diego Méndez espalmou a canoa, pôs-lhe uma quilha postiça, um mastro e uma vela, calafetou-a com breu e sebo, e fixou-lhe paveses de um e doutro lado, para que o mar lhe não galgasse dentro; e levando seis índios e um cristão por companhia, fez-se ao mar. No entanto, enquanto no extremo leste da Jamaica esperava que o mar amansasse para iniciar a travessia, viu-se rodeado de muitos índios que o tentaram matar e apoderar-se do que trazia. Após prendê-lo, puseram-se os nativos, com uma pelota, a tirar à sorte a qual deles *cabria la execución del negocio* — curiosa utilização do jogo da pela como ordália, como se fazia também na Mesoamérica, inclusive entre os maias e os aztecas <sup>516</sup>, onde perder um jogo significava normalmente ser sacrificado aos deuses.

Nesse ínterim, conseguiu Diogo Méndez esconder-se, reganhar a sua embarcação e regressar por mar à base. Pediu então ao Almirante uma escolta de setenta homens que o acompanhasse por terra até ao cabo da ilha, para aí reembarcar em segurança; e assim se fez.

Terá sido então que o genovês Bartolomeu Flisco ou Fieschi, capitão da *Biscainha* — que haveria de ser uns três ou quatro anos mais tarde uma das testemunhas do último testamento do Almirante <sup>517</sup> — se ofereceu para, numa outra canoa, fazer também a travessia. Assim o referem D. Hernando <sup>518</sup> e Las Casas <sup>519</sup>, que todavia calam a primeira tentativa de Méndez; mas o seu testemunho é confirmado por uma carta de D. Cristóvão ao comendador Ovando, escrita da Jamaica em Março de 1504, em que menciona ambos os argonautas <sup>520</sup>. Curiosamente, porém, no relato apenas ao seu testamento, Méndez nem sequer alude ao companheiro. Ciúme e relutância em



**Jogadores de pelota mesoamericana na corte de Carlos V**  
Desenho de Christoph Weiditz (1528)

Não se lhe pode chamar *foot-ball*, pois não era jogado com os pés, mas com as ancas.

<sup>516</sup> E. Michael Whittington (dir.), *The Sport of Life and Death: The Mesoamerican Ballgame*, Thames and Hudson, Nova Iorque, 2001.

<sup>517</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. ci, pp. 532 & sqq.

<sup>518</sup> *HA*, cap. ci (c).

<sup>519</sup> *HI*, livº II, cap. xxx.

<sup>520</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxvi, pp. 504-505.

repartir os louros do seu feito heroico? Índice de uma tensão latente entre espanhóis e genoveses da frota? Não o podemos determinar.

Fieschi estava encarregado de, em caso de sucesso na travessia, regressar à Jamaica a pôr Colombo ao corrente de tudo o que tivesse sucedido, ao passo que Méndez deveria seguir viagem para Espanha a fim de entregar aos Reis a missiva do Almirante.

Contra ventos e correntes, foi árdua a travessia, que obrigou a usar continuamente os remos. Fiavam-se nas bússolas que traziam, para o caso da força das águas fazer abater as canoas. Imprevidentes, os índios não souberam dosear a água que levavam, beberam-na toda e, como o tempo ia quente, perderam-na depois por transpiração; e na segunda noite um deles pereceu de sede e ficaram outros prostrados, no fundo da canoa. Felizmente Méndez e Fieschi haviam levado dois barrilitos dela, com que se puderam dissedentar e partilhar com os remadores nativos; quando o calor apertava mais, deitavam-se ao mar e nadavam, assim refrescando por fora, e metiam na boca água salgada para sentirem dentro fresca. Como observa Las Casas, era um suplício semelhante ao de Tântalo ver tanta água em torno e não poder bebê-la...

Sabiam que a meio da travessia jazia a pequena ilha de Navassa (18° 24' N, 75° W), em que contavam repousar, mas não a lobrigavam; imaginavam já tê-la escorrido, quando ao cair da noite o seu perfil abaulado se recortou contra a lua que nascia, “como se houvesse um eclipse”. A ilha, deserta, não chega a medir 5 km em comprimento e em largura um nadica mais de 2; e o seu ponto culminante fica apenas a 96 m de altitude. Animados, remaram vigorosamente na sua direção. Puderam então descansar, apanhar mariscos, e até cozê-los, pois Diego levava pederneira para petiscar lume. Quando nasceu o sol divisaram ao longe a silhueta de uma montanha: eram os montes da península do Tubarão, conhecidos hoje por Massif de la Hotte, no extremo sudoeste da Espanhola, que culminam a 2.347 metros. Pouco lhes faltava, pois, para estarem salvos.

Contudo, não acharam na ilha fonte, nem nascente, nem árvore que fosse sinal dela: tudo era rocha viva, pois de facto a ilha é coralina, apenas consentindo vegetação a alguns catos. Resignaram-se então com recolher água da chuva nas concavidades dos rochedos, a que segundo Las Casas os nativos da Espanhola davam o nome de *jagüeyes*; devem corresponder aos *cenotes*, que tão importante papel desempenhavam na civilização dos maias do Iucatão, que são dolinas (galerias devidas à dissolução do calcário pelas águas, comuns nas regiões cársticas), de que por vezes abateu o domo, transformando-as como que em poços naturais. Puderam assim encher os seus barris. Alguns dos índios, porém, beberam-na com tal sofreguidão que adoeceram; e houve-os até que morreram. Foi pela fresca da tarde que retomaram a travessia.

E assim, ao cabo cinco dias e quatro noites de estrénuo navegação, sem nada comerem nos dois últimos por já não terem de quê, atingiram finalmente ao raiar da

aurora do último dia da sua grande aventura o cabo S. Miguel, na península de Xaraguá ou do Tubarão. Após dois dias de descanso, em que os índios os regalaram com o que tinham, Bartolomeu Fieschi dispunha-se a tornar de canoa à Jamaica, a dar a nova a Colombo; mas não achou quem no quisesse acompanhar. Quanto a Diego Méndez, conta Oviedo <sup>521</sup> que em galardão da sua façanha, veio a receber del-rei D. Fernando foro de cavaleiro e armas de nobreza, em que figuravam uma canoa e dois índios; e assim o mandou esculpir na sua tumba.

Não se sabe ao certo o que aconteceu aos índios jamaicanos. Quanto a Fieschi, de que o criado do Almirante jamais fala e de quem Las Casas não conseguiu descortinar o fado, sabemos pela carta do Colombo a Ovando de Março de 1504 que continuava então na Espanhola, ao lado de Diego Méndez. Não sabemos, contudo, se tornou ainda à Jamaica ou se esperou em Santo Domingo que passasse o Almirante, com quem, de qualquer maneira, regressaria a Espanha.

Após o repouso de dois dias em Xaraguá, fez-se Diego Méndez de novo ao mar, rumo a Santo Domingo, acompanhado agora de locais, enquanto os jamaicanos tornavam, quiçá, à sua terra usando a outra canoa. Fieschi deve-o ter acompanhado, mas pelas razões apontadas nada sabemos ao certo. Sabemos, pelo menos, que veio a encontrar-se com o governador Ovando.

É interessante notar que embora, como é lógico, não deixe de manifestar o ressentimento que guardava para com ele, D. Hernando não parece votar-lhe o mesmo ódio que nutria para com Bobadilla. É nestes termos que refere a sua escolha para governador das Índias <sup>522</sup>:

Deu-se o governo a Nicolau de Ovando, comendador de Lares, homem de bom juízo e prudência; se bem que, como depois se viu, muito apaixonado em prejuízo de terceiros, pois guiava as suas paixões com astúcias cautelosas, e dava crédito aos suspeitosos e malignos, executando tudo com crueldade e ânimo vingativo, do que dá testemunho a morte de 80 caciques.

É possível que a relativa moderação deste seu juízo — que no que se refere a crueldade para com os índios é perfeitamente justo — se deva ao convívio que teve com ele, pois quando em 1509 el-rei D. Fernando decidiu entregar o governo das Índias a D. Diego Colón, este encarregou seu irmão, que o acompanhara até Santo Domingo, de reconduzir a Espanha o governador cessante. D. Hernando, que contava apenas dezoito anos de idade e vinha para Espanha estudar, foi nomeado por seu irmão capitão-mor da

---

<sup>521</sup> *HGNI*, livº III cap. ix.

<sup>522</sup> *HA*, cap. lxxxvii (lxxxvi).

frota; e foi sob o seu comando que o comendador-mor de Calatrava regressou à metrópole, o que foi por muitos considerado uma propositada humilhação <sup>523</sup>.

Las Casas resume a sua opinião numa frase lapidar <sup>524</sup>: *este caballero era varón prudentísimo y digno de gobernar mucha gente, pero no indios!* E ao cabo do seu governo:

*Tomóse la residencia al comendador mayor y a sus dos alcaldes mayores; bien creo que la dieron buena, porque como el comendador mayor era tan prudente, amigo de justicia y bueno, no les consintiera hacer cosa que no debiesen.*

Já Oviedo <sup>525</sup>, que o considera o melhor governador que passou pelas Índias não lhe poupa elogios:

*... segund lo que a muchos testigos fidedignos hé oído (...), nunca hombre en estas Indias le ha fecho ventaja ni mejor ejercitado las cosas de la buena gobernación, y tuvo en sí todas aquellas partes que mucho deben estimar los que gobiernan gente; porque él era muy devoto e gran cristiano e muy limosnero e piadoso con los pobres, manso e bien hablado con todos; e con los desatcados tenía la prudencia e rigor que convenía: a los flacos e humildes favorecía e ayudaba, e a los suberbios altivos mostraba la severidad que se requeria haber con los transgresores de las leyes reales. Castigaba con la templanza y moderación que era menester; e teniendo en buena justicia esta isla era de todos amado e temido.*

E prossegue afirmando, com todo o desplante, que *favorecía a los indios mucho* — sem embargo de narrar na página seguinte que certa vez queimou vivos quarenta caciques, apanhados à traição e metidos numa casa a que mandou puxar fogo...

De facto, como veremos abaixo, a sombra negra que manchou o seu governo foi o mau tratamento que infligiu aos nativos; como afirma Las Casas, só o deve, porém, ter compreendido quando após o seu regresso a Espanha foi chamado a apresentar-se perante a *primeira instância*, ou seja, o tribunal do Altíssimo, pois faleceu súbitamente, durante uma reunião da Ordem de Calatrava, ao cabo de uns dois anos:

*Yá habrá visto como acertó en inventar o intablar el repartimiento de los indios y desparcillos entre los españoles, como si fueron cabras: pestilencia vastativa y cruel que todas estas Indias ha extirpado y las otras obras que cerca y contra los indios hizo.*

Ao enviá-lo em 1502 para as Índias, os Reis haviam ordenado a Ovando que comprasse um navio de 70 a 80 tonéis para o ter consigo na Espanhola e mandaram-lhe mais tarde comprar um outro, menor, de 30 a 35 tonéis, para seu serviço, com ordens

<sup>523</sup> Las Casas, *HI*, II, I.

<sup>524</sup> *ibidem*, II, iii.

<sup>525</sup> *HGNI*, III, xii.

expressas de que ninguém se servisse dele sem seu mandado <sup>526</sup>. Parece, portanto, que se o tivesse querido poderia ter de imediato mandado socorro a Colombo e seus homens, retidos na Jamaica.

Não chegou até nós a carta que por mãos de Bartolomeu Fieschi o Almirante lhe enviou. Apenas conhecemos a que lhe escreveu em Março de 1504 <sup>527</sup>; nesta, sem medir as conseqüências da sua imprudência, afirmava-lhe:

*Quando yo partí de Castilla, fue con gran contentamiento de Sus Altezas y grandes promesas, en espeçial que me bolberian todo lo que me perteneçe y acrecentarian de más honra; por palabra y por escripto se passó esto. Allá, Señor, os enbio un capítulo de su carta que dize de la materia.*

Refere-se evidentemente à *carta que tanto vale como privilegio* de Valencia de la Torre, 14.III.1502.

Não sabemos se a carta de 1503 era de teor idêntico, nem qual foi o capítulo da carta régia de que Colombo mandou cópia ao comendador. Este já lhe mandara restituir a fazenda confiscada por Bobadilla, do que, na sua breve passagem em Santo Domingo na véspera do furacão, embora não tivesse sido autorizado a desembarcar, pode D. Cristóvão ter tido qualquer zum-zum pela gente que mandou a terra. Como vimos, a fazenda chegara incólume a Espanha; mas disso não podia Colombo saber. De qualquer maneira acenar ao governador com as honras que os Reis tencionavam devolver-lhe poderia suscitar no comendador a suspeita de que se preparava para recuperar o poder na Espanhola, o que era um bom motivo para que se não apressasse a mandá-lo resgatar. Para mais, os descontentes com a governação de Ovando poderiam juntar-se-lhe e intentarem um golpe. Os inimigos de Colombo insinuavam que ele queria alçar-se contra os Reis e entregar as Índias aos genoveses {117} *o a otra nación fuera de Castilla* <sup>528</sup>; se porventura assim viesse a suceder o golpe seria terrível. Há que notar que o próprio Almirante dera de certo modo azo a tais rumores, pois sempre se associara a mercadores italianos, como Gianotto Berardi, Francesco dei Bardi, Amerigo Vespucci, Girolamo Rufaldi, Simone Verde, Francesco Doria, Francesco Soprani di Riberoll, Gaspar Spinola e Rafele Catagno. Fora Bobadilla quem o obrigara a deixar como seu feitor na Espanhola um espanhol, funções para que o Almirante escolheu Alonso Sanchez de Carvajal, que partiu para as Índias com Ovando, levando cartas de recomendação para as autoridades locais passadas pelos Reis <sup>529</sup>.

<sup>526</sup> Real ordem de Sevilha, 15.I.1502, *CDD*, doc. 567, pp. 1408-09.

<sup>527</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxvi, pp. 504-505.

<sup>528</sup> Las Casas, *HI*, II, cap. xxxiii.

<sup>529</sup> Cédulas de Montemayor, 4.XI.1501, *CDD*, II, doc. 518-519, p. 1340.

Tão persistente foi aquele boato que em 1509, não se sabe bem por cuja ordem, quiçá de Fonseca, foi encarregado um tal Amador de Lares, veterano das guerras de Itália, de inspecionar a residência do vice-rei D. Diego Colón em Santo Domingo, para verificar se tinha caráter de fortaleza e condições para suportar um cerco, achando-a então *llena por todas partes de ventanas, porque así lo requería la tierra por el calor*<sup>530</sup>.

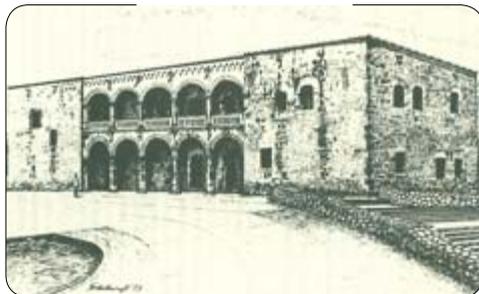
Foi por temer um golpe de Colombo que, como argutamente nota Las Casas, quando ao cabo de oito meses se decidiu finalmente a socorrê-lo, Ovando lhe enviou um caravelão comandado por Diego de Escobar, que tivera desguisados com o *adelantado* D. Bartolomeu e acabara por se juntar à rebelião de Roldán; assim se evitaria que a pequena força embarcada se mancomunasse com o vice-rei degradado.

Tornando a Diego Méndez, foi em Açuá, onde se haviam já detido à vinda, que ao cabo de oitenta léguas aos remos da canoa e faltando ainda vinte e cinco para Santo Domingo, se inteirou de que o governador se não encontrava na capital, mas no extremo ocidental da ilha de onde ele vinha, guerreando os índios de Xaraguá, *para allanarla*, ou seja, para subjugar a terra.

Embora o nosso escopo aqui seja traçar a biografia de Cristóvão Colombo e não fazer uma história da colonização espanhola na América, impõe-se que, para boa compreensão das cousas, façamos ora um parêntesis para resumir as linhas de força e os factos principais da governação de Ovando até este momento.

Com poderes para tirar residência a Bobadilla e inquirir o que se passara com Colombo, partiu de Sanlúcar a 13.II.1502, a bordo de uma luzida armada de 32 naus e navios, comandada, como de costume, por António de Torres. A bordo vinham, além de 2.500 colonos, doze dominicanos e uns tantos franciscanos para darem início a uma nova província da sua ordem; acompanhando seu pai vinha pela primeira vez para as Índias o jovem Bartolomeu de las Casas. Um temporal dispersou a frota logo à partida, e chegou à corte o rumor de que todos haviam soçobrado; mas finalmente apenas se perdeu um, vindo os outros 31 a reunir-se na Gomeira.

Uma das primeiras medidas que o novel governador tomou foi implementar as ordens que recebera dos Reis sobre a mineração do ouro. Bobadilla — aparentemente por demagogia, para se mostrar mais popular ou mais humano que Colombo — fixara adrede o imposto devido à Coroa em apenas  $\frac{1}{11}$  da colheita, com o que os Reis se sentiram lesados. Ordenaram por isso que do ouro já colhido pagassem o terço e do que no futuro colhessem metade. Muitos colonos tiveram assim de vender quanto possuíam, por vezes a menos dum quinto do que lhes custara, tanto mais que a carestia



**Figura 103**

**O alcácer de D. Diego Colón em Santo Domingo**  
Gravura de *Repartimientos y Encomiendas en la Isla Española*, de Luis Arranz Márquez

<sup>530</sup> Las Casas, *HI*, II, liiii.

da vida na Espanhola não dava mostras de se querer reduzir. Tinham sobretudo procura, além dos mantimentos e das roupas, os almocafres para esgravatar ouro, que se vendiam a 2 ou 3 castelhanos (9 a 13,5 g de ouro) a peça. Há que reconhecer que a taxa de 50 % sobre o metal extraído era assaz pesada; no Brasil setecentista a Coroa portuguesa contentava-se com 20 %, e mesmo assim deparou com resistências — ainda que o descontentamento que levou à Inconfidência Mineira não tenha resultado diretamente da cobrança dos quintos habituais, mas da pretensão de, com diversos subterfúgios, continuar a embolsar o mesmo quando as minas começavam a dar sinais de exaustão.

Os recém-chegados, na expressão pitoresca de Las Casas, como que pensavam que o ouro se colhia das árvores, e não almejavam senão por partir para Cibao; e era cousa curiosa ver os fidalgotes que não traziam moços de quem se servir, caminhar léguas a pé, em fila como as formigas, levando na mochila todo o seu fato, mai-las ferramentas necessárias para a mineração...

Prosperavam assim mais os que haviam decidido dar-se à criação de porcos do que os que se haviam entregado à extração do ouro. E como o ouro se não colhia como as maçãs, estendendo o braço, quando se lhes esvaziaram as taleigas, outro remédio não tiveram senão tornar a Santo Domingo, vender a roupa de corpo e, como os 300 que já do antecedente viviam na ilha, passarem a andar nus, à semelhança dos índios, com a diferença específica de que ocultavam as partes vergonhosas com roupetas de algodão. E dos 2.500 que eram vindos, entre os que pereceram de fome, de doença ou de exaustão, levou a morte mais de mil.

Pouco depois, como vimos, capitulara Luís de Arriaga, vizinho de Sevilha, com os monarcas a trazida de 200 colonos em condições mais vantajosas, que Las Casas<sup>531</sup> transcreve; mas finalmente não pôde juntar mais de quarenta. Perante tal fracasso, acabaram os Reis por aligeirar a carga fiscal que pesava sobre os colonos: por carta régia de Medina del Campo, 20.XII.1503<sup>532</sup> reduziram o imposto sobre o ouro a  $\frac{1}{3}$  da colheita e a taxa de  $\frac{1}{3}$  sobre o algodão e demais produtos agrícolas a  $\frac{1}{4}$ . Enviaram então os colonos à corte dois procuradores, a representar a Suas Altezas quão pesada era ainda assim a tributação a que eram obrigados; e, por carta régia de 5.II.1504<sup>533</sup>, obtiveram a redução do tributo sobre o ouro a  $\frac{1}{5}$ . Na mesma data decretaram os monarcas que do espólio obtido pelos espanhóis nas guerras com os índios pagassem à Coroa igualmente o quinto — transferência para o Novo Mundo da prática vigente nas guerras com os mouros desde a época da Reconquista, que era por seu turno uma adaptação da norma de direito muçulmano que reservava ao califa o quinto das presas<sup>534</sup>.

Ovando ficou na história das Antilhas sobretudo como povoador. Deve-se-lhe a transferência da cidade de Santo Domingo para a margem direita do rio Ozama e a construção quer da sua fortaleza quer do hospital de S. Nicolau, bem como a fundação de numerosas vilas: Santa María de de la Vera Paz, em Xaraguá, perto do lago grande, Buena Ventura, a oito leguas da cidade, S. Juan de la Maguana nas margens do Neiva, Santa María del Puerto em Yaguana, Puerto Plata na costa norte, Puerto Real, perto do sítio do malogrado Forte Navidad, Azua, a oeste de Santo Domingo, Lares de Guahaba, Higüey, Yáquimo e La Sabana<sup>535</sup>.

Os Reis haviam-lhe enviado em 1503 instruções detalhadas para o povoamento da Espanhola<sup>536</sup>: ordenavam-lhe que velasse pela evangelização dos índios, evitando que se dispersassem pelos montes onde se não podiam doutrinar mas mantendo-os juntos e aldeados em torno das igrejas, no

<sup>531</sup> *HI*, II; vi.

<sup>532</sup> *CDD*, III, doc. 641, pp. 1593-94; transcrita também por Las Casas, *op. et loc. cit.*

<sup>533</sup> *CDD*, III, doc. 647, pp. 1615-17; transcrita também por Las Casas, *op. et loc. cit.*

<sup>534</sup> Carta régia de Medina del Campo, 5.II.1504, *CDD*, III, doc. 645, p. 1600.

<sup>535</sup> Oviedo, *HGNI*, livº III, cap. xii.

<sup>536</sup> Dadas em Alcalá de Henares e Çaragoça, 20 & 29.III.1503, *CDD*, III, doc. 600, pp. 1489-96.

meio de suas terras de cultivo, devidamente cercadas, tendo cada família sua casa e espaço para criar seus gados; devia colocar à testa de cada povoação de índios *una buena persona* que os mantivesse e regesse em justiça; velar para que não vendessem aos cristãos os seus bens de raiz; obrigá-los a vestirem-se; construir igrejas e escolas; arrolá-los nominalmente; impedir que os caciques os maltratassem; proibi-los de se pintarem e de celebrarem as suas festas gentílicas; construir hospitais para índios e para espanhóis; fazê-los pagar dízimos aos prègadres; promover os casamentos mistos; e celebrar condignamente os officios divinos. Ordenavam-lhe da mesma feita que estabelecesse em Santo Domingo uma *casa de contratación* para gerir o comércio conduzido pela Coroa, nomeando um feitor, tesoureiros e escrivães para se ocupar dele. Recomendavam também que tivesse tento na mineração do ouro, empregando nela índios com experiência, sem contudo deixar de lhes pagar as jornas. Finalmente, autorizavam que todos os vizinhos da Espanhola pudessem livremente para lá levar todas as bestas, gado e vitualhas de que houvessem mister, sem contudo lhes assistir a faculdade de os vender a terceiros ou fazer comércio com eles.

Estas instruções eram complementadas pelo que tem sido descrito com “Instruções secretas”<sup>537</sup> que na realidade são mais um questionário, pedindo a opinião do governador sobre uma série de questões judiciárias e fiscais, como os tributos a lançar sobre os colonos. Aí se lhe recomenda que procure fazer os aldeamentos índios nas imediações das minas, para assim sempre se poder dispor de mão de obra para a mineração. Torna-se assim claro que os Reis pretendiam transformar a Espanhola numa verdadeira colônia, sobrepondo à dos caciques a autoridade dos seus agentes.

Os Reis responderam ao mesmo tempo a uma carta do governador, que não chegou até nós, sobre uma série de problemas de administração que se lhe punham<sup>538</sup>. Tratava-se, por um lado, de fazer duas casas de fundição para o ouro, o que os monarcas autorizaram, ainda que lhes parecesse que uma bastaria. Tratava-se, por outro, de problemas da evangelização, como os salários a pagar ao clero, que os soberanos fixaram em 100 pesos de ouro ao ano, conquanto Bobadilla lhes pagasse a 150. Apesar da decisão antes tomada de banir da ilha os estrangeiros, os Reis autorizavam, a título excêncional, a permanência de quinze que ali estavam de longa data, já integrados, por conseguinte, na sociedade local. Um informação curiosa é a de que os escravos africanos que para ali haviam sido mandados se haviam evadido, pelo que parecia inconveniente mandar vir mais. Como é bem sabido esta disposição não foi de longa dura, pois em breve se retomou a importação maciça de escravos negros, que acabaram por substituir inteiramente os ariscos nativos como mão-de-obra básica.

Quando o governador Ovando entrou em funções, praticamente toda a Espanhola estava pacificada, à excêção de Xaraguá, no seu extremo ocidental, onde lavraram ainda as seqüelas da revolta de Roldán. A breve trecho, porém, se rebelou também a região de Higüey, no extremo oposto, nas circunstâncias seguintes: em busca de vitualhas, foram alguns espanhóis à ilha Saona. Aí, enquanto tratavam com o cacique, lembraram-se levemente de soltar um cão feroz que consigo traziam, que não puderam em seguida conter, de modo que arremeteu contra o régulo a quem abriu o abdômen, regalando-se com as suas tripas, enquanto o pobre agonizava e se finava. Passando por ali a expedição que ia a fundar Puerto Plata, os locais vingaram-se matando oito espanhóis. O governador mandou então levantar tropas em todas as vilas espanholas, que ao tempo eram apenas quatro; e com a mira em potenciais escravos obteve 300 a 400 voluntários, com que o capitão Juan de Esquivel facilmente desbaratou os nativos. Fez então 600 a 700 prisioneiros que mandou passar à espada, expondo os cadáveres na praça para escarmento de outros potenciais rebeldes. Pacificada assim a Saona, o cacique da zona fronteira de Higüey submeteu-se aos espanhóis, celebrando com Juan

<sup>537</sup> Dadas na mesma data, *ibidem*, doc. 601, pp. 1496-97.

<sup>538</sup> Carta dos Reis ao governador Ovando, Alcalá de Henares & Çaragoça, 20-29.III.1503, *CDD*, III, doc. 602, pp. 1499 & sqq.

de Esquivel um pacto de fraternização, pelo qual se tornaram *guatiaos*, ou seja, Esquivel passou a chamar-se Cotubano e o cacique Esquivel<sup>539</sup>.

Entretanto, vagando a comendadoria-mor de Alcântara, os Reis nomearam para o cargo a Ovando, que por isso é a partir daí bastas vezes designado na documentação por *comendador-mor*. Lê-se em alguns livros que apenas foi nomeado para tais funções após o seu regresso a Espanha, mas, conquanto na carta que lhe dirigiram em Março de 1503 os Reis o tratem ainda por *comendador de Lares*, numa cédula de 27.IX.1503<sup>540</sup> tratam-no já por *comendador mayor*. E Colombo na carta que lhe endereçou da ilha Beata a 3.VIII.1504<sup>541</sup>, afirma que folgara muito ao ler a sua assinatura, numa carta que lhe dirigira mas não chegou até nós — em que certamente firmava *El Comendador Mayor* — e esperava folgar mais ainda quando recebesse outra carta em que firmasse *El Maestre*. Soube-se portanto nas Índias da sua promoção entre Abril e Setembro de 1503.

A campanha de Xaraguá é referida, com pequenas discrepâncias, tanto por Las Casas como por Oviedo. Pacificada a província de Higüey, decidiu-se o comendador-mor a assentar também a de Xaraguá, governada desde a morte do cacique Behechio por sua irmã Anacaona, viúva da Caonaobó. Moviam-no os rumores que lhe chegavam de que se preparava a cacica para se rebelar. Juntou 300 homens de pé e 70 de cavalo e com eles marchou para o seu destino. Em Xaraguá foram feitas grandes festas e um grande recebimento, a que acorreram oito dezenas de chefes, vassalos de Anacaona. Ovando fez então como Hojeda, a mando de Colombo, havia feito a seu irmão Caonaobó, e aquele fizera pouco antes ao *quivián* de Verágua: combinou com os seus homens atacarem a um sinal seu, durante um jogo de canas para que convidara todos os caciques. Assim se fez. Anacaona foi maniatada e, passados três meses, enforcada, sobre a base dos rumores que circulavam. Quanto aos 84 caciques, foram queimados vivos dentro do bangaçal ou pavilhão de madeira em que se encontravam, a que os homens de Ovando puxaram fogo. Seja como for, comportamentos traiçoeiros deste tipo espantam mais da parte de um cavaleiro de ordens militares, suposto estar integrado nos ideais medievais da cavalaria do que da parte de Colombo, homem saído da pequena burguesia de uma república mercantil.

Guaorocaya, sobrinho de Anacaona, tomou então o comando da guerrilha anti-espanhola nas serras de Baoruco, onde Ovando lhe mandou fazer guerra por meio de Diego de Velázquez, com 130 soldados. A campanha durou seis meses, apenas se concluindo em Fevereiro de 1504 — de onde se deduz que o massacre dos caciques deve ter tido lugar por Julho-Agosto de 1503.

Seja como for, queda explicado por que motivo foi Diego Méndez encontrar o governador Ovando em Xaraguá, onde o reteve sete meses até lhe dar despacho.

Havia mais de um ano que não chegava nenhuma nau de Castela, pelo que de qualquer modo lhe era impossível comprar uma para enviar ao Almirante.

Entretanto na Jamaica, como seria de esperar após tamanha espera, sem notícias de Diego Méndez nem, sobretudo, de Fieschi, que estava combinado regressar mal tivesse quaisquer novas, começara a lavrar a inquieteção entre os homens do Almirante. Foram os irmãos Porras — Diego, contador da armada, e seu irmão Francisco, capitão da *Bermuda* — quem encabeçou o motim. Foram 48 os que os seguiram, fiados em que o bispo Fonseca, que era inimigo de Colombo lhes obteria perdão, tanto mais que

<sup>539</sup> Las Casas, *HI*, II, viii.

<sup>540</sup> *CDD*, III, doc. 635, pp. 1585 & sqq.

<sup>541</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxvii, pp. 505-506.

uma irmã dos Porras era amante de Alonso de Morales, tesoureiro dos Reis. Na manhã de 2.I.1504 invadiram o castelo da popa da nau em que pousava o Almirante, a perguntar-lhe se se não queria ir a Castela e preferia perder-se ali. Colombo, completamente tolhido devido à gota, saiu ao seu encontro apoiado em dois dos seus homens, e tentou explicar-lhes que outro remédio não havia senão esperar, pois não tinham meio para arrancar dali. Porras respondeu que não tinha tempo para conversas. O Almirante que se embarcasse ou que ficasse ali.

Então aos brados da *a Castilla, a Castilla e queremos ir contigo*, apossaram-se de dez canoas que Colombo adquirira e partiram para o extremo oriental da ilha, decididos a repetir a proeza de Diego Méndez, roubando de caminho aos índios quanto podiam ter à mão e dizendo-lhes que apresentassem ao Almirante a fatura, ou o matassem se não quisesse pagar.

Na extremidade da ilha iniciaram a travessia, forçando alguns índios a acompanhá-los como remadores; mas quando o mar se mostrou mais agitado e as canoas principiaram a fazer água, atiraram dezoito pela borda fora para aliviar as embarcações. Aos que tentavam reganhá-la cortavam-lhes as mãos para que não pudessem subir. Diziam uns que rumassem a Cuba, que era mais vizinha, outros que à Espanhola. Impediu-lho porém o vento, e tiveram de tornar atrás. Instalaram-se na aldeia de Aomaquique, tirando os índios e pilhando os arredores; e ali se quedaram mais de um mês, sem que o mar lhes parecesse suficientemente chão para a travessia.

Entretanto em Santa Glória os que haviam permanecido ao lado do Almirante começavam a padecer da fome, pois os índios, vendo que não davam mostras de arredar dali e que Colombo não era já obedecido como dantes, cessaram de lhes levar provisões — tanto mais que, como muito bem nota Las Casas, não tinham por costume semear senão o que lhes fazia falta para o ano em curso, não guardando excedentes nem constituindo reservas. Para mais estavam habituados a comer pouco, consumindo, como sem dúvida com exagero nota D. Hernando, em vinte dias tanto quanto os espanhóis absorviam num só.

Foi então que pela mente de Colombo passou um expediente astuto. Trazia consigo um almanaque astronómico, provavelmente o de Regiomontanus estampado em Veneza em 1474, ou o de Abraão Zacuto, impresso em Leiria em 1496, que previa para 29.II.1504 um eclipse da lua. Então, em palavras de D. Hernando <sup>542</sup>,

... recordou-se de que ao terceiro dia devia haver um eclipse da Lua, ao começo da noite, pelo que mandou, por meio de un índio da Espanhola que connosco era, que fossem chamados os

---

<sup>542</sup> HA, cap. ciii (cii).

principais índios da província, dizendo que lhes queria falar de uma festa que deliberara fazer-lhes. Sendo assim vindos, um dia antes de que houvesse de ser o eclipse, fez-lhes dizer pelo intérprete que nós éramos cristãos e criamos em Deus que habitava o céu e nos tinha por súbditos, O qual tinha cuidado dos bons e castigava os réus; e que vista a sublevação dos cristãos, não os deixara passar à Espanhola como haviam passado Diego Méndez e o Fiesco, senão que haviam padecido aqueles trabalhos e perigos que por toda ilha eram manifestos; e que, do mesmo modo, no que tocava aos índios, vendo Deus o pouco cuidado que tinham em trazer-lhes vitualhas, para nossa paga e resgate, estava Ele muito irado contra eles e determinara mandar-lhes grande fome e peste. Do que, como eles porventura não dariam crédito, queria Deus dar-lhes um evidente sinal no céu, para que claramente conhecessem que o castigo havia de vir de Sua mão. Portanto, que estivessem eles naquela noite atentos ao aparecer da lua, que a viriam vir fortemente irada e inflamada, denotando o mal que queria Deus mandar-lhes. Findo o qual arazoado os índios partiram, uns com medo, outros tendo-o por cousa vã.

Posto o sol, começou a aparecer a lua, côr de sangue, em eclipse, aumentando mais à medida que subia, com o que os índios, estarecidos, se puseram em pranto e grande grita, correndo carregados de vitualhas aos navios, a pedir ao Almirante que intercedesse por eles e prometendo trazer-lhe tudo o de que tivesse necessidade. Entretanto ia aumentando o eclipse e com ele o estridor dos nativos.



**O eclipse de 29 de Fevereiro de 1504**

A gravura parece figurá-lo como um eclipse de sol, mas o que na realidade se produziu foi um eclipse de lua, à boca da noite (*Creative Commons*).

Ao que o Almirante disse querer um pouco falar com o seu Deus, e se fechou enquanto o eclipse crescia; e eles todavia fortemente gritavam que os houvesse de ajudar. Quando o Almirante viu o crescente do eclipse ser terminado e que em breve tornariam a serenar, veio fora de sua câmara dizendo que suplicara já ao seu Deus e feito por eles oração, e que Lhe havia prometido em nome deles que os índios seriam doravante bons e tratariam bem os cristãos, trazendo-lhes vitualhas e cousas necessárias; e que Deus já lhes perdoava — em sinal do qual perdão veriam que Lhe passava a ira e a inflamação da lua.

E dali em diante não voltou a faltar-lhes cousa alguma. Colombo aproveitou o eclipse para tentar medir a longitude; e obteve para o final do fenómeno, cujo início não pudera observar por ser ainda dia, cinco ampulhetas certas, ou seja duas horas e meia após o pôr do sol. Daí deduziu que a diferença horária a Cádiz era de 7 h e 15 m, ou seja, 120° de longitude. Como de costume, errou: a diferença é apenas de c. 71°. O erro equivale aproximadamente ao apartamento entre Greenwich ou Çaragaoça e a Terra Nova. Em compensação — sem dúvida como prémio pela paciência com que suportara até aí o seu

fadário e exaltara perante os índios o Seu Santo Nome — gratificou-o Deus com um dom raro: a única medição correta da latitude de toda a sua vida: c. 18° N. Com o almanaque que trazia podia o Almirante determiná-la pelo sol ao meio-dia, somando algèbricamente a altura do astro-rei à sua passagem pelo meridiano do lugar com a declinação solar naquela data, como os portugueses haviam começado a fazer uns vinte anos mais cedo. No entanto Colombo devia ignorar de todo em todo esse processo, a que jãmais alude nos seus escritos. Mediu-a por isso pela Polar *estando las Guardas en el brazo*<sup>543</sup>; e acertou.

Oito meses eram já passados sobre a partida de Méndez e Fiesco para a Espanhola; mas nada se sabia deles. Na Jamaíca, cada um espèculava a seu modo. Esboçava-se já segunda conspiração contra o Almirante, encabeçada por um boticário valenciano chamado Bernal quando, providencialmente, chegou da Espanhola um caravelão: pressionado pela opinião pública e pelos prègadores, que do alto do pùlpito lhe expro-  
bavam a desumanidade de que usava para com o Almirante, decidira-se finalmente o comendador-mor a mandar-lhe socorro. O caravelão era, como sabemos já, comandado por Diego de Escobar, e trazia o refrigèrio que mandava o governador: um pipo de vinho e o toucinho de meio porco salgado. Entregue a prenda e o recado voltou para Santo Domingo naquela mesma noite. Por aí se soube que a missão dos dois argonautas fora coroadada de sucesso, com o que se aquietou mais a gente.

Aconteceu porém que os rebeldes do bando de Porras refluíram para Santa Glória; como prova de que ali estivera o caravelão e de que na Espanhola se lembravam deles, enviou Colombo a Francisco de Porras metade do toucinho com que o governador o gratificara. Afirmavam mesmo alguns do seu bando que a caravela não viera de Santo Domingo, mas fora criada pelo Almirante por nigromancia, pois era perito em tal arte. De qualquer modo, Porras punha como condições que até chegar navio que os levasse pudessem os alevantados andar livremente pela ilha; que se viessem dois navios o Almirante lhes desse um; e se viesse um só, que lhes desse metade. Colombo recusou essas condições e eles marcharam contra os navios; mas saiu-lhes ao encontro o *adelantado*, deu-lhes batalha, venceu-os e aprisionou o capitão Porras<sup>544</sup>. Deu-se a refrega a 19.V.1504; e ao dia imediato escreveram os alevantados ao Almirante a implorar-lhe clemência — o que ele concedeu a todos, guardando apenas Porras prisioneiro.

Foi nesse ínterim que chegaram à Espanhola três navios de Castela, de que Diego Méndez adquiriu um para enviar a seu amo à Jamaíca; e partiu num dos outros dois a dar contas aos Reis de quanto se passava e a entregar-lhes a carta do Almirante. Deve ter

<sup>543</sup> *Libro de las Profecías*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lx, p. 455.

<sup>544</sup> *HA*, cap. civ-cvii (cii-cvi); *Las Casas, HI*, II, xxxiii-xxxvii.

chegado a Espanha em meados de Junho, pois data de Medina del Campo, 18.VI.1504 a cédula por que os monarcas ordenam aos oficiais da *Casa de la Contratación* que provejam Colombo de quanto lhe for mister<sup>545</sup>.

Pela mesma época chegou a Santa Glória o navio comprado por Diego Méndez, em que embarcaram todos a 28.VI.1504. Os ventos e correntes adversas retardaram-lhes a jornada, forçando-os a deter-se na ilha Beata, de onde Colombo escreveu a Ovando a carta que já mencionámos, de modo que foi só a 13 de Agosto que surgiram diante de Santo Domingo. Las Casas aproveita para notar que tão fortes são os ventos e as correntes de leste da zona da ilha Beata, que se chegaram a registar casos de navios que tiveram de se deter aí oito meses, à espera de melhores condições para seguir até à capital. Aí recebeu o governador a Colombo com todas as honras e hospedou-o na sua residência; mas para lhe mostrar que ali era ele quem comandava mandou soltar imediatamente, nas barbas do Almirante, Francisco de Porras, ameaçando mesmo processar os que o haviam detido, e tomar conhecimento de tudo o que se passara no decurso da viagem — o que acabou por ficar sem efeito.

Colombo conseguiu fretar aí um outro navio, com que iniciou o regresso a Espanha a 12 de Setembro. Pelo caminho tiveram mau tempo, que quebrou em quatro o mastro grande de um dos dois navios. Mas com o que dele sobrou, madeira que retiraram do castelo da popa e uma antena segura com enxárcias que improvisaram, lograram substituí-lo. Nova tempestade quebrou-lhes ainda a contramezena, mas não os impediu de atingir Sanlúcar de Barrameda a 7.XI.1504.

Assim terminou a última viagem do Almirante-mor do Mar Oceano ao Novo Mundo que descobrira doze anos antes — a mais dura, mais aziaga e quiçá a mais inútil das quatro que empreendeu. Isabel a *Católica*, agonizante, pode ter ainda tomado conhecimento do regresso do seu protegido; mas este não voltou a ver a sua ama e valedora, que se finou dezanove dias mais tarde, a 26 de Novembro de 1504.

Para Mascarenhas Barreto esta viagem, em que se perderam todos os quatro navios, pereceu boa parte da guarnição, se ceifaram inutilmente as vidas de tantos inocentes e se causou à Coroa um prejuízo incalculável mais não foi que o epílogo da farsa, da autoria de D. João II, que o Almirante representara até aí — ao fim e ao cabo para nada, se o tratado de Tordesilhas que constituía o seu objètivo estava assinado havia já quase oito anos no momento da partida...

Como muitas vezes repetia a minha avó paterna: Deus nosso Senhor nos conserve o juízo até à hora da morte, que é o que mais falta nos faz!

---

<sup>545</sup> CDD, III, doc. 667, pp. 1640-41.

## A toponímia da região antilhana e a alentejana

Agora que passadas são em revista as quatro viagens descobridoras de Colombo, podemos ocupar-nos, de uma assentada só, da questão da toponímia da região antilhana, em que vários autores, em particular Mascarenhas Barreto, viam uma prova da alentejanidade do achador do Novo Mundo.

Barreto argumentou que grande parte dos topónimos apostos por Colombo aos acidentes geográficos com que topou eram réplicas de nomes de localidades do “ducado de Beja”, mais ou menos vizinhas da vila da Cuba (que por sinal não fazia parte das vilas concedidas ao duque de Beja, que se limitavam a Serpa e Moura!), ou pelo menos relacionados com Portugal, com a história portuguesa ou com a suposta identidade lusitana do descobridor. Como exemplos mencionava os seguintes trinta e oito: *S. Salvador, Isabela, Joana, Cuba, Hispaniola, Alfa e Omega, Belém, Assumpción, Buena Vista, Brazil, Concepción, Curaçao, Faro, Galera, Graciosa, Guadalupe, Guinchos, Morón, Puerto Santo, Cabo Rojo, San Antonio, San Bartolomé, Sancti Spiritus, San Jorge, San Juan, San Luís, San Miguel, San Nicolás, Santa Catarina, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Lucia, Sant’Ana, Canal de Santarén, Santo Domingo, Trinidad e San Vicente.*

A lista parece ter sido feita com base num passeio dos olhos por um mapa moderno e não na seqüência de um exame cuidadoso da documentação coeva, nomeadamente dos itinerários de Colombo, pois inclui até nomes de localidades sitas a mais de dez léguas da costa, onde o Almirante, por muito bom marinheiro que fosse, jamais conseguiria chegar de caravela... Inclui além disso nomes de vários lugares em que, embora sitos na costa, Colombo jamais passou, cuja onomástica, por conseguinte, se lhe não pode de modo algum imputar.

Tal é, nomeadamente, o caso do *Canal de Santarén*, a sul da Florida, entre o grande banco das Bahamas e o banco de Cay Sal, a norte de Cuba, que o descobridor nunca atravessou: na primeira viagem passou pelo canal conhecido atualmente por Crooked Island Passage, indo aterrar na zona oriental de Cuba, umas 300 milhas a leste do Canal de Santarén; e na exploração da costa setentrional cubana não deve ter ultrapassado a zona de Nuevitas, após o que retrocedeu para leste. Nas viagens subseqüentes sempre percorreu a costa cubana pelo sul, vindo até a persuadir-se de que Cuba não era ilha, mas a extremidade oriental do Cataio, no continente asiático. Se Mascarenhas Barreto conhecesse como devia a documentação colombina e tivesse escrito com um mapa à vista, nunca teria atribuído a Colombo a paternidade onomástica do *Canal de Santarén* que separa Cuba da Florida, por onde o Almirante jãmais passou, pois se o tivesse feito logo teria constatado que a sua *Juana* era uma ilha. É possível que tenha tirado o nome de um certo João de Santarém, que segundo um dos depoimentos nos

*Pleitos Colombinos*<sup>546</sup> foi companheiro de Vicente Yáñez e João de Solis, certamente na viagem de 1509 em que exploraram o Iucatão e entraram no golfo do México, era Colombo já morto havia uns três anos.

Se, de facto, o Almirante Velho atingiu, mas pelo sul, a extremidade ocidental de Cuba, poderiam eventualmente ser-lhe imputados os dois topónimos *Ponta de Santo António* e *baía de Guadiana*; mas não constam de nenhuma das relações das suas viagens nem de quaisquer outros documentos da época, do que se infere que foram atribuídos pelos colonos após o início do povoamento da ilha, que só teve lugar em 1511, cinco anos após a morte do descobridor — facto que Mascarenhas Barreto parece ignorar inteiramente, imaginando uma continuidade que não existe entre a época colombina e a da ocupação efetiva da ilha. Seja como for, Las Casas diz do nome do cabo ou ponta da Santo António: *no sé quién se lo puso, ni porque ocasión*<sup>547</sup>. Quanto a *Guadiana* — que é tanto espanhol como português, pois serve de fronteira em boa parte do seu curso — o nome que na época em Portugal geralmente se lhe dava era Odiana, em que, tal como em Odemira, Odeáxere, Odeceixe, etc., o árabe *wādī*, “vale, talvegue, córrego, ribeiro, rio”, resulta em *ode-*; *guad-*, que aparece em Guadalete, Guadalquivir, Guadalupe, etc., é a forma castelhana, que devido ao caráter lindeiro do rio acabou por penetrar em Portugal. Já a vila de Santa Clara, em Cuba, poderia dever o nome a Colombo, não em memória de uma qualquer Santa Clara do seu Alentejo natal, mas por devoção franciscana à grande discípula e companheira de S. Francisco de Assis; mas, infelizmente, a vila só veio a ser fundada a 15.VII.1689, já os trinetos de Colombo eram de há muito falecidos...

Tampouco podem ser da lavra de Colombo quaisquer nomes de lugares do noroeste de Cuba, onde jâmais pôs os pés e apenas veio a ser explorado por Sebastián de Ocampo em 1508; tal é, por exemplo, o caso de *Santa Lucia* e da *ilha dos Guinchos*, ao largo da costa setentrional da ilha, nome que, para mais, denota em castelhano uma ave, o *Pandion heliaetus*, L., conhecida em português por águia-pesqueira ou gavião-do-mar, e não conota assim necessariamente a praia do Guincho em Cascais. Na Terra Firme passa-se o mesmo com a *Punta Faro*, perto de Barranquilla, na Colômbia, de que voltaremos a falar, onde o Almirante jâmais passou. Assim, o ponto mais alto da Colômbia, a 5.778 m, na Sierra Nevada de Santa Marta, chamado Pico Colón, nunca Colón o viu... Com efeito, assaz curiosamente, Colombo nunca explorou a Colômbia; foram Alonso de Hojeda e Américo Vespúcio, em 1499 e de novo em 1501, e Rodrigo

<sup>546</sup> Depoimento de Bartolomé Roldán na III Provança do Fiscal no pleito do Darién, Santo Domingo, Novº 1513, Anunciada Colón, IV, p. 2.471

<sup>547</sup> *HI*, II, xli.

de Bastidas, neste último ano, quem pela primeira vez percorreu as suas costas. A Colômbia adotou o nome que tem por proposta de Simão Bolívar em 1819, quando compreendia ainda a Venezuela e o Panamá, de facto costeados pelo Almirante, este na quarta, aquela na terceira viagem sua, e ainda o Equador onde evidentemente não esteve, que só em 1830 se tornaram independentes.

De igual modo, também não podem ser colombinos os nomes das ilhas de *Santa Luzia* e *São Vicente*, nas Pequenas Antilhas: na sua segunda viagem o descobridor aterrou na Domínica, seguindo daí para norte até Porto Rico. Na terceira viagem aterrou na Trinidad, após o que costeou o que é hoje território da Venezuela até à ilha a que chamou Margarita, rumando daí em direitura para a Espanhola. E na quarta voltou a aterrar na Domínica, rumando daí à Espanhola, onde Nicolás de Ovando y Cáceres, governador das Índias de Castela de 1502 a 1509, o não deixou desembarcar, seguindo então viagem para oeste. Jámais deve ter avistado nenhuma das “Ilhas de Barlavento” ou Windward Islands, que se estendem entre a Domínica e as de Trinidad e Margarita, ou seja: Martinica, Santa Lucia, S. Vicente, Granadinas e Barbados; provavelmente nem sequer avistou as de Tobago e Grenada, pois a *isla de la Concepción* e a *de la Asumpción* com que topou em meados de Agosto de 1498 ao sair do Golfo de Pária parecem corresponder a pequenos *cayos* mais vizinhos do continente.

O mesmo se passa também com *Curaçao*, nome cuja etimologia é muito controversa. Tem-se aventado que derive do português *curaçã*, por ser alegadamente o lugar onde, devido à abundância de frutas, se curavam do escorbuto os marinheiros enfermos; mas essa etimologia não deve passar de uma lenda, pois é bem sabido que, à excção de um ou outro piloto ao serviço de Castela, os portugueses não navegavam normalmente no mar das Caraíbas, que pelo tratado de Tordesilhas era couto del-rei de Castela. É verdade que no *papiamento* ou dialeto crioulo falado na ilha abundam os vocábulos de origem portuguesa; mas devem-se a judeus sefarditas que, idos da Holanda, ali se estabeleceram em meados do século XVII, quando a ilha já tinha nome há muito tempo. Esse, que em cartas espanholas do século XVI aparece em formas como *Curaçote*, *Curaçaote*, *Curaçaore*, etc., deve ser o da etnia índia que a povoava. Seja como for não foi atribuído à ilha por Colombo, que jamais navegou naquela zona, mas quiçá por Alonso de Hojeda, que a descobriu a 26 de Julho de 1499<sup>548</sup>, num momento em que o Almirante estacionava em Santo Domingo. Tal é ainda o caso da ponta de *San Bernardo* e das ilhas fronteiras homónimas, descobertas pelo mesmo provavelmente a 20 do mês seguinte, festa do dito santo.

---

<sup>548</sup> Oviedo, *HGNI*, I, p. 59; II, p. 322.

Escusado se torna repetir o que num capítulo anterior ficou dito sobre a origem dos nomes *Cuba*, *S. Salvador*, ilha *Fernandina*, ilha *Joana*, ilha *Isabela* e ilha da *Conceição*, pelo que ficam carecendo de explicação apenas vinte e três, que vamos tentar passar em revista.

Começamos pelos hagiotopónimos. Há que notar à partida que só seriam significativos os que correspondessem a santos apenas venerados na região alentejana, como S. Manços, semimítico primeiro bispo de Évora. Nomes como os de S. Miguel Arcanjo, S. João Batista, Santa Catarina, S. Jorge, S. Nicolau e S. Vicente, venerados tanto pela igreja latina como pela grega, aparecem como topónimos por toda a Europa, da Irlanda aos Montes Urais. O seu uso tanto pode indiciar que o descobridor era originário da Cuba, como de Fornos de Algodres, Vila Nova da Cerveira, Cracóvia ou mesmo Novgorod. Só em Portugal é S. João Batista patrono de 172 freguesias, e S. Miguel patrono de 200 além de epónimo de 34 lugares. Para mais, são dez as localidades da zona antilhana denominadas *San Miguel* que menciona Oviedo, sem que de nenhuma atribua a autoria a Colombo. Semelhante é o caso de *Santa Lucia* ou *Santa Luzia*<sup>549</sup>, comemorada a 13 de Dezembro, que no nosso país dá o nome a 21 lugares, espalhados de norte a sul do território. Quanto a *S. António*, é em Portugal orago de 58 freguesias<sup>550</sup> e epónimo de 40 lugares<sup>551</sup>, enquanto *S. Vicente* o é de 62 freguesias e 21 lugares, pelo que o seu uso, a remontar a Colombo, o que não é o caso, tanto apontaria para o Alentejo como para qualquer outra região. De exemplos tais é evidente que nenhuma conclusão se pode retirar.

Por outro lado S. João Batista, S. Jorge e S. Bernardo contam-se entre os cinco santos protetores de Génova, ao lado de S. Siro e S. Lourenço que não aparecem na toponímia das Antilhas. S. Jorge é em Génova patrono do *Ufficio di San Giorgio* ou Banco de S. Jorge, o mais antigo banco do mundo de que falámos já diversas vezes; é além disso o santo patrono de Portofino, enquanto S. Miguel Arcanjo o é de Casarza Ligure e de Valbrenna, na província de Génova, e de Celle Ligure e Albenga, na de Savona; S. Nicolau é padroeiro de Coreglia Ligure, Rondanina e Sestri Levante, e a Senhora de Guadalupe da povoação de Santo Stefano d'Aveto, tudo na província de Génova, e ainda de Calice Ligure, Albisola Superiore e Mallare na de Savona. Parece portanto que a hagiotoponímia é uma arma de dois gumes...

<sup>549</sup> Oviedo, *HGNI*, I, p. 34.

<sup>550</sup> Domingos de A. Moreira, "Oragos Paroquiais Portugueses", in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001, vol. III, s. v.

<sup>551</sup> A. C. Amaral Frazão, *Novo Dicionário Corográfico de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)*, Ed. Domingues Barreira, Porto (1981).

No que toca a *Sancti Spiritus*, situa-se no interior de Cuba, onde Colombo jamais poderia ter chegado de caravela e foi fundada em 1512 por Diego de Velázquez<sup>552</sup>. De qualquer maneira não há qualquer razão para ver no seu emprego, ainda que remontasse a Colombo, um traço de influência do joaquimismo preservado pela Ordem de Cristo, pois é em Espanha (na mesmíssima forma, em latim e, para mais, no genitivo), nome de uma aldeia da província de Salamanca e de outra na de Sevilha, enquanto que em Portugal a forma corrente é, em português e não em latim, *Espírito Santo*, nome de nove lugares do continente e um das ilhas, registando-se *Santo Espírito*, com os termos pela ordem inversa, apenas na ilha açoriana de Santa Maria. De qualquer maneira a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade é em Portugal orago de 50 freguesias, muitas delas fora do Alentejo e da zona que pertenceu à ordem sediada em Tomar, e não tem por isso especial relação com a região da Cuba nem com o “ducado de Beja”.

Seja como for, há que excluir da lista os topónimos que não são mencionados nem nos *Diários* das sucessivas viagens colombinas, nem na biografia do navegador pelo seu filho, nem mesmo referidos nas crónicas quinhentistas, como as de Pedro Mártir de Angléria, Gonçalo Fernández de Oviedo, Fr. Bartolomeu de las Casas ou Francisco López de Gómara, como remontando a Colombo, pois tudo leva a crer serem posteriores à última viagem do nosso herói, em 1502-1504. Tal é o caso das ilhas de *S. Bartolomeu*, de *S. Jorge*, *S. Luís*, *S. Vicente* e da *Boca do Touro*. Restam-nos assim a explicar apenas treze dos trinta e oito nomes de lugares aduzidos por Barreto.

*Morón*, nome de um lugar da ilha de Cuba, se como Mascarenhas Barreto pensava, correspondesse a *Mourão* e fosse da lavra de Colombo, o que seguramente não é o caso, seria o mais significativo dos indícios da alentejanidade do Almirante — ainda que, ao contrário do que o autor afirma, não fizesse parte do ducado de Bejo, que se resumia a Beja, Serpa e Moura. Na realidade deriva evidentemente de *morón*, substantivo comum que significa “morro, montículo” (de onde o verbo *desmoronar*), de uso assaz freqüente na toponímia: ocorre em Espanha nos povoados de Morón de Almazán, na província de Sória, Morón de la Frontera, na de Sevilha, em três localidades cubanas (uma na província de Oriente, outra na de Ciego de Ávila e a terceira na de Pinar del Rio), e ainda em uma do Haiti e outra da Argentina, sem que qualquer deles tenha o que quer que seja a ver com Colombo. Para mais a vila cubana, embora não muito distante do mar, não é porto nem tem praia, e Colombo só a poderia ter descoberto se tivesse entrado de caravela pela terra adentro; para mais a zona só começou a ser povoada em 1525, dezanove anos após a morte de Colombo, datando

---

<sup>552</sup> Las Casas, *HI*, II, xxxii.

a fundação oficial da vila de 24.V.1543. Integra-se por conseguinte, tal como o nome da *Punta Roxa*<sup>553</sup> (ou, em ortografia moderna *Punta Roja*), este colombino, na classe dos topónimos descritivos, que não carecem de justificação externa e de que nenhuma conclusão se pode retirar. Na mesma classe se integram *Buenavista*, nome de pelo menos duas localidades das Antilhas, e o nome da ilha *Graciosa*, que para mais apenas são mencionadas numa época posterior à de Colombo.

Tampouco tem Mascarenhas Barreto razão ao asseverar que: “nem uma única palavra italiana surge na toponímia adoptada por esse ‘Cristoforo Colombo’ a quem os falsificadores de ‘provas’ atribuíram a menção *de Génova saí e em Génova nasci*”<sup>554</sup>, pois há pelo menos dois topónimos de clara origem italiana. O mais significativo é o nome de *Saona* (ou seja, Savona, na forma castelhana corrente na época) dado a uma ilha sita a cerca de uma légua da costa meridional da Espanhola, que ainda hoje se chama assim. Recebeu o nome em homenagem a Michele da Cuneo, mercador de Savona e amigo de longa data da família de Colombo, que, como vimos, a seu convite o acompanhou na sua segunda viagem de descobrimento e foi o primeiro a aperceber-se da insularidade da ilhota, recebendo-a então em doação. O outro topónimo italiano é *Belporto* ou *Portobelo*, nome apostado pelo descobridor ao porto do Panamá que escalou a 2 de Novembro de 1502<sup>555</sup>, que deriva visivelmente do italiano e não do castelhano, onde teria a forma *Puerto Bello*. Las Casas castelhanizou-o na forma *Bel Puerto*, que ocorre também num passo da *Relação da Quarta Viagem* de Colombo, conquanto mais adiante apareça *Belporto*; como a relação não é autógrafa, *Belporto*, que é a *lectio difficilior*, aparenta ser a forma original. Herrera<sup>556</sup> dá-lhe a forma *Portovelo*, como se viesse de *velo*, “véu”. Seja como for, foi a forma italiana *Portobelo* que veio a prevalecer, permanecendo em uso até nossos dias — ainda que grafada com *l* simples, já que em castelhano os dois *ll* da grafia italiana corresponderiam à líquida palatal que em português representamos por *lh*. Outro italianismo parece ser o topónimo *Belaforma*, dado por Colombo a uma ilha que avistou nas imediações do golfo de Pária, na atual Venezuela<sup>557</sup>.

Equivoca-se igualmente o nosso bom autor ao ver no nome do cabo ou dos cabos *Alfa* e *Omega* uma prova da origem judia do descobridor, pois a expressão *Alpha et*

<sup>553</sup> *Diario del Primer Viaje, sub die 8/1/1493.*

<sup>554</sup> A expressão é da escritura de instituição do morgadio que citámos já acima.

<sup>555</sup> Na recém-descoberta *Relación del Cuarto Viaje* (Varela & Gil, *Textos...*, doc lxxiv, p. 493) a forma é *Belporto*; mas na *HA*, cap. xcii, é *Portobelo*, que permanece em uso.

<sup>556</sup> I, v, 7.

<sup>557</sup> Las Casas, *HI*, I, cxxxiii.

*Omega* não é do Antigo Testamento, mas do Apocalipse de S. João <sup>558</sup>, que como é bem sabido não faz parte das escrituras judaicas. Aliás jamais poderia ser do Antigo Testamento, escrito em hebraico, em cujo alfabeto o *ómega* grego não tem correspondência e a derradeira letra é o *tau*, usado com a mesma conotação escatológica do *ómega* do Apocalipse pelo profeta Ezequiel <sup>559</sup>. Foi na segunda viagem que Colombo deu à extremidade oriental de Cuba, que então tinha por terra firme, o nome de “cabo Alfa e Omega”, querendo com isso significar que constituía o fim do Ocidente e o começo do Oriente; essa interpretação coincide aproximadamente com uma apostila de Colombo ao seu exemplar do *Livro de Marco Polo*, em que o identifica com o porto de Zaitun (泉州Ch'üan-Chou), no Fuquiem: *Portus Zaizen, id est, caput de alpha et O*. É daí que Andrés Barnáldez <sup>560</sup>, sem compreender bem, tirou o seu “cabo Alfaeto”, que se deve interpretar “cabo Alfa et O”, pois nos seus manuscritos Colombo escreve sempre *O*, maíúsculo, para significar *Omega*. Outras fontes, porém, sugerem que o de Cuba era o *cabo Alfa*, começo do reino do Grão Cã e do continente asiático, entendendo-se por *cabo Omega* o cabo de S. Vicente, no Algarve, extremidade sudoeste do nosso mundo. Como se poderia esperar, o nome “Cabo Omega”, jamais foi utilizado para designar o cabo S. Vicente, e o de *Cabo Alfa* caíra já em desuso quando Oviedo compôs a sua *História*; seja como for, a documentação de que dispomos situa-o em Cuba e não na extremidade da Espanha oposta ao *Cabo Omega*, onde no mapa que ilustra o seu livro Mascarenhas Barreto os coloca.

Passemos finalmente aos topónimos autenticamente colombinos, registados nos *Diários*, na *História do Almirante* de Hernando Colón ou nas crónicas coevas, começando pelos hagiotopónimos. Muitos deles correspondem, como seria de esperar, aos nomes dos santos festejados no dia em que os lugares em causa foram descobertos. Tal é o caso do porto de *Santa Catalina*, descoberto a 25.XI.1492, do de *S. Nicolao*, achado a 6.XII.1492, do *Puerto de la Concepción*, atingido no dia imediato, vigília da Imaculada Conceição <sup>561</sup>, festa, como vimos já, muito da devoção de Colombo, do da ilha da *Asumpción*, que o Almirante avistou a 15.VIII.1498 <sup>562</sup>, e do do rio de *Belén*, no Panamá, em que entrou a 6.I.1503, festa da chegada dos Reis Magos a Belém, como no-lo explicam os seus diários ou outras fontes coevas <sup>563</sup>.

<sup>558</sup> 1, 8; 21,8; 22, 13.

<sup>559</sup> 9, 4 & 9, 6.

<sup>560</sup> *Historia...*, cap. cxxiii.

<sup>561</sup> Veja-se o *Diario del primer Viaje*, sob as datas respetivas.

<sup>562</sup> Las Casas, *HI*, I, cxxxvii.

<sup>563</sup> *HA*, cap. xciv; Las Casas, *HI*, II, xxiv.

Há meia dúzia de hagiotopónimos da lavra do Almirante que não obedecem a este critério, mas nos são explicados pela documentação de que dispomos. A *Santo Domingo*, cidade fundada pelo *adelantado* Bartolomeu Colombo, foi, como vimos já, dado nome em homenagem a seu pai, Domenico Colombo <sup>564</sup>. À ilha *Domínica*, porque topou com ela um domingo <sup>565</sup>. À ilha a que chamou *Trinidad*, na sequência de um voto que fizera na sua terceira viagem, provavelmente no momento em que lhe começara a escassear a água, e que Las Casas explica assim: *puso nombre a esta tierra la isla de la Trinidad, porque así lo llevaba determinado, que la primera tierra que descubriese así se nombrase* <sup>566</sup>. Colombo era para mais particularmente devoto do Mistério da Trindade e começa quase todos seus escritos pela fórmula *en nombre de la Santísima Trinidad*; pode ser uma maneira de se demarcar dos judeus, que só por si não implica que lhe não corresse sangue hebraico nas veias. Já a ilha de Guadalupe recebeu o nome do célebre santuário da Extremadura espanhola, como explicam tanto o próprio almirante, na sua recém-descoberta carta aos Reis Católicos, como seu filho, *porque así me lo avía encomendado el padre prior y los frailes cuando de allá partí* <sup>567</sup>, ou seja, quando antes de abalar para a sua segunda viagem ali foi a cumprir o voto que fizera num momento difícil da primeira.

Quanto a *Santa Cruz*, o símbolo cristão por excelência, epónimo de 26 localidades portuguesas do continente e 6 das ilhas adjacentes, inútil se torna procurar qualquer explicação para o facto de se dar seu nome a diversos lugares de uma região que se queria conquistar para a Cristandade; de qualquer modo apenas um — o nome da ilha de Santa Cruz a sueste de Porto Rico — é averiguadamente colombino <sup>568</sup>.

Restam-nos assim a discutir apenas quatro topónimos da lista dada por Mascarenhas Barreto: *Brasil*, *Punta Faro*, *Ponta da Galé* ou *da Galera* e *Puerto Santo*.

*Puerto del Brasil* é o nome usado na documentação colombina para Yáquimo (hoje Jacmel, na república do Haiti), na costa meridional da Espanhola, onde, como vimos já, em Setembro de 1499, quase um ano, portanto, antes do descobrimento cabralino do Brasil, Alonso de Hojeda, no regresso da costa venezuelana, fez um bom carregamento de pau-brasil <sup>569</sup>; o Almirante, que, como vimos, permanecia em Santo Domingo, nada

---

<sup>564</sup> *HA*, lxxiii.

<sup>565</sup> *Relación del Segundo Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc VIII, p. 235; P. M. Angléria, I, ii; Oviedo, *HGNI*, I, viii; Las Casas *HI*, I, lxxxiv.

<sup>566</sup> Las Casas, *HI*, I, lxxxi.

<sup>567</sup> *Relación del Segundo Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. VIII, p. 237; *HA*, cap. xlvi.

<sup>568</sup> Mencionado na *Relación del Tercer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, p. 403.

<sup>569</sup> *HA*, cap. lxxxiv.

teve a ver com o batismo do porto, pois são *a posteriori* soube da vinda de Hojeda e do achado que fizera do precioso pau. Não se tratava evidentemente de pau-brasil asiático ou sapao, que não existe no Novo Mundo, nem sequer da principal espécie que viria mais tarde a ser explorada em terras brasileiras, mas provavelmente de brasilete ou brasil-açu, *Caesalpinia violácea*, (Miller) Standley. Foi certamente Hojeda quem deu o nome ao porto, embora possa ter sido informado da existência de brasil por Francisco Roldán, que há tempo já pairava pela zona. Seja como for, pese a Mascarenhas Barreto, o nome nada tem a ver nem com o país a que hoje chamamos Brasil, nem com a mítica *Ilha Brasil* da tradiao céltica. Ao contrário do que parece, o nome desta nada tem a ver com o daquele, pois está para ele como *nora* está para *nora*, *manga* para *manga*, *Cuba* para a *Cuba* e *Colombo* de Ceilão para o *Colombo* do Cristóvão. São homonimos. O nome do Brasil, como é sabido, deriva do do pau-brasil, aí achado em abundância a partir de 1502; e o deste, por seu turno, do italiano *verzino*, que veio a tomar a forma em que ocorre nos romances peninsulares sem duvida por paronímia com *brasa*, sugerida pela cor avermelhada que geralmente apresenta. Quanto a *verzino*, parece derivar do árabe *warsi*, “alaranjado, da cor do *wars*”, sendo *wars* o nome árabe da planta tintureira *Memecylon tinctorium*, Koen., das Melastomataceas, dito por vezes “açafrão do Iemen”. Aplicou-se de início ao pau-brasil asiático e a partir das viagens de Colombo e de Vespúcio também às espécies americanas do mesmo género botânico, de que se extrai o mesmo pigmento. Quanto ao da ilha *Brazil*, *Hy Brysail* ou *O’Brasil* — que é de origem celta, significa “terra dos eleitos” e corresponde aproximadamente ao latim *Terra Repromissionis Sanctorum* que ocorre nalguns textos medievais — está atestado por escrito desde as *Viagem de Maelduin*, romance irlandês muito afim das *Viagens de S. Brandão*, redigido ca. 1100 por um certo Aed the Fair, sobre a base de um texto do século VIII. Na cartografia a ilha aparece representada a SO do Cabo Clear na Irlanda a partir dos mapas de Dalorto (1325) e Dulcert (1339), e mais tarde em diversissimas outras localizaoes, inclusive a meio do Índico <sup>570</sup>.

De qualquer modo Colombo apenas quatro anos mais tarde, na sua derradeira viagem <sup>571</sup>, havia de escalar o tal Puerto del Brasil, que Hojeda assim havia batizado. Quanto a *Punta Faro*, em que Barreto vislumbra um eco da atual capital algarvia: exatamente ao contrário do que afirma, a *Punta Faro* na Colômbia no é mencionada nos textos colombinos nem nas cronicas coevas, nem o podia ser, pois, como vimos já, Colombo nunca la passou; é portanto necessariamente topónimo posterior. Pelo

<sup>570</sup> Podem ver-se mais detalhes no nosso estudo incluso no volume explicativo da ediao fac-similada do *Atlas Vallard*, Moleiro Editor, Barcelona, 2010.

<sup>571</sup> *Relación del Cuarto Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxiv, p. 494.

contrário, a *Punta del Farol*, na extremidade oriental da Jamaica, que Barreto julga topónimo recente, é já referida pelo próprio Colombo em começos de 1495, na relação que enviou aos Reis da sua viagem a Cuba e à Jamaica<sup>572</sup>; e, na sua esteira, tanto por D. Hernando Colón<sup>573</sup> como por Fr. Bartolomeu de las Casas<sup>574</sup>. É provável que não existisse ali farol algum, mas tenha simplesmente parecido ao Almirante que ali se deveria erguer um, por ser o ponto mais saliente da ilha; mas tampouco é impossível que ali tenha visto fogachos dos que os índios por vezes acendiam com lenha de *cuaba*, para se alumiar, quiçá mesmo como aviso da proximidade de terra para as suas canoas pesqueiras<sup>575</sup>.

Quanto à *Punta de la Galea* ou *Cabo de la Galera*, na Trinidad, tampouco tem algo a ver com a *Pedra da Galé* descoberta pelos portugueses na costa saariana, nem com a da ilha açoriana de S. Miguel, como quer Barreto, pois, como explicam tanto D. Hernando<sup>576</sup> como Las Casas<sup>577</sup>, o Almirante deu-lhe esse nome *por una peña grande que tenía, que de lejos parecía galera que iba a la vela*. Terá talvez razão Barreto ao afirmar que existe outra ponta do mesmo nome na costa colombiana, mas de certeza que não foi Colombo quem assim a bătizou, pois, como vimos, jamais passou na Colômbia. Seja como for há lugares homónimos em Espanha, na costa catalã e na província de Granada, nas ilhas de Salomão e nas ilhas de Mindoro e Mindanao nas Filipinas, sem que quem assim os denominou tivesse algo a ver com Portugal nem com a ilha de S. Miguel, de que um suposto tio do Almirante era donatário.

Tampouco o nome de *Puerto Santo* dado à baía de Nipe, em Cuba, tem algo a ver com a ilha portuguesa de que era senhor o sogro de Colombo: este entrou nela a 1.XII.1492<sup>578</sup>, após três dias de mau tempo que o haviam impedido de prosseguir viagem, e deu-lhe certamente tal nome porque, como reza o *Diário*, *ái no puede hacer daño alguno cualquiera tormenta ni viento a las naos que en él estuvieren y es muy hondo y limpio*.

Chegamos assim à conclusão de que nem um só nome há na toponímia colombiana da América que claramente aponte para uma origem portuguesa do descobridor, e ainda menos para uma localização no Alentejo do seu *habitat* primitivo.

<sup>572</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, p. 312.

<sup>573</sup> *HA*, cap. lix.

<sup>574</sup> *HI*, I, xcvi.

<sup>575</sup> Cf. Oviedo, *HGNI*, *HI*, IX, ii.

<sup>576</sup> *HA*, cap. lxxviii.

<sup>577</sup> I, cxxxi.

<sup>578</sup> *Diario del Primer Viaje*, s. d.; Las Casas, *HI*, I, xlix.

## O fim de um Homem

Quando a 7.XI.1504 desembarcou em Sanlúcar de Barrameda, Colombo não era já senão uma sombra do que fora. Recolheu a Sevilha e aí se quedou quatro ou cinco meses, sem forças, nem ânimo de seguir para a Corte. Foi aí que terminou o *Livro das Profecias*.

Tudo o que passara na sua derradeira viagem havia agravado singularmente o seu estado de saúde. Aparentemente enxergava mal, pois numa das cartas a seu filho afirma-lhe que recebera grande prazer em *ouvir* a sua última missiva, o que pressupõe que algém lha leu<sup>579</sup>. A gota tolhia-lhe os membros: como afirma numa outra carta, estranhamente, só conseguia escrever de noite, pois durante o dia não tinha firmeza nas mãos; e como não conseguia caminhar, mandou fazer uma padiola para o transportarem<sup>580</sup>.

A gota, sobre que, a partir de Hipócrates (c. 460-370 A. C.), dissertaram desde a Antiguidade numerosos médicos, é uma forma de artrite aguda, doença não-microbiana devida a deficiências de metabolismo, que podem ser hereditárias, e causam acumulação de ácido úrico nas articulações; é sobretudo potenciada por uma alimentação não adequada, com excessivo consumo de carnes ou de mariscos, apresentando-se como particularmente nocivas as vísceras de animais e a carne de animais jovens, além da ingestão de bebidas alcoólicas, em especial cerveja. Era por vezes referida por metonímia como *doença dos reis*, ou *doença dos ricos*, visto lhe estarem especialmente atreitos os que freqüentavam lautos banquetes em que se consumiam as mais diversas carnes. O sintoma mais característico da gota é a inchação dolorosa do dedo grande do pé, de onde o nome de *podagra* que se lhe dá também. Manifesta-se por crises periódicas, com a duração de cinco a sete dias, entremeadas de períodos de acalmia que podem durar até dois anos. Embora em si não seja mortal, são-no freqüentemente as deficiências de metabolismo de que deriva, que paralelamente podem causar urémia, colesterol, hipertensão, litíase e outras deficiências renais que podem ser fatais.

O desejo do Almirante era partir quanto antes para a Corte, que pairava por Castela-a-Velha, mas a saúde não lho consentia. De tornar ao Novo Mundo não volta jámais a falar; o projeto de navegar de Cuba para oeste, em direção ao que sabemos ser o Iucatão, aproveitando os ventos e as correntes, ficou assim definitivamente adiado para as calendas gregas.

Aos seus achaques veio a breve trecho juntar-se uma perda moral irreparável: a 26.XI.1504, catorze dias após ter feito testamento, finava-se em Medina del Campo Isabel a Católica, a sua grande protetora<sup>581</sup>, do que Colombo apenas veio a saber a 2 de Dezembro, como se deduz da sua correspondência com o filho. No seu testamento a

<sup>579</sup> Carta a D. Diego, Sevilha, 21.XI.1504, Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxxii, p. 508.

<sup>580</sup> Idem, Sevilha 1.XII.1504, *ibidem*, doc. lxxxiii, p. 513.

<sup>581</sup> Cf. Consuelo Varela, “Isabel la Católica y Cristóbal Colón”, Fundación Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes (<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/isabel-la-catolica-y...>).

Rainha designava sua sucessora a sua filha mais velha, D. Joana, depois cognominada *a Louca*, mas estatuiu que permanecesse sob tutela de seu pai até seu filho D. Carlos (o futuro imperador Carlos V) atingir a idade de vinte anos <sup>582</sup>, solução que as Cortes de Castela ratificaram a 11.I.1505. Se não era *stricto sensu* louca, Joana tinha comportamentos exqu岸itos: recusava capitosamente ir à missa e confessar-se, o que sua mãe ciosamente ocultava; e embora tivesse sido por conveniência política que desposara Filipe *o Formoso* — arquiduque de Áustria, duque de Borgonha, Limburgo e Luxemburgo e conde de Flandres, Zelândia, Holanda, Tirol e outras terras mais — apaixonara-se loucamente pelo marido, cuja ausência não suportava. Em 1503, devido a problemas que tinha a regular nos seus domínios, Filipe acorrera à Flandres; contra a vontade dos pais Joana teimava obstinadamente em se lhe juntar, e em 1504, após uma alteração com Isabel *a Católica* — que acabou por se resignar e dar-lhe o seu consentimento — deixara o castelo de La Mota, onde a mantinham reclusa para não fugir, e partira ao encontro do marido. Permanecia assim na Flandres quando sua mãe expirou.

A situação permaneceu algum tempo indefinida: enquanto D. Fernando assegurava efetivamente a regência, seu genro, Filipe *o Formoso* exigia participar no poder, e o duque de Medina Sidónia chegou a oferecer-lhe tropas para o ajudar a lutar pelos seus direitos. A maior parte da nobreza castelhana apoiava-o, ao passo que a maioria das cidades e mesmo alguns poderosos senhores, como o duque de Alba, preferiam que Fernando continuasse à testa de Castela. Foi *inter alia* por isso que o Rei Católico não consentiu no casamento de D. Diego Colón com uma filha da Casa de Medina Sidónia, preferindo-lhe uma da Casa de Alba. Temia-se uma guerra civil <sup>583</sup>. O assunto veio a ser regulado um ano mais tarde pela Concórdia de Salamanca, assinada a 24.XI.1505, que, sem deixar de reconhecer a realeza de Joana, estabelecia uma espécie de *troika* governativa, composta da rainha, seu pai e seu marido. Joana e Filipe partiram então para Castela; mas no canal da Mancha uma tempestade dispersou a frota, de que vários navios naufragaram, e o régio casal teve de se refugiar em Portland. Só a 26.IV.1506 puderam desembarcar na Corunha e assumir o governo dos reinos de Castela e Leão. Foi a 20.VI.1506 que sogro e genro se encontraram em Remesal e Fernando se comprometeu a renunciar ao trono de Castela, onde a maior parte da nobreza castelhana o não via com bons olhos. Nesse momento, porém, falecera já Colombo, havia exatamente um mês, pelo que jãmais chegou a ir à presença do novel casal de monarcas, ainda que pouco antes de morrer lhes tenha endereçado

<sup>582</sup> Presta bons serviços a pequena obra de Pedro de Felipe del Rey, *Desde Don Pelayo hasta Don Juan Carlos I (Cronología Sinóptica y Gráfica)*, Juan José Menezo, Madrid, 1979.

<sup>583</sup> Veja-se uma análise mais detalhada da situação em Luís Arranz, *Cristóbal Colón*, pp. 323 & sqq.

uma missiva, de que voltaremos a falar <sup>584</sup>. D. Filipe I faleceria súbitamente meses depois, a 26 de Setembro, mas o resto da história não nos interessa aqui.

Foi certamente devido à conjugação do seu precário estado de saúde com a indefinição política que continuava a prevalecer no reino que Colombo só em Maio de 1505, seis meses após o seu regresso a Espanha, se dirigiu à Corte, que deambulava então entre Salamanca, Segóvia e Valhadolid, para se encontrar com D. Fernando. Para tal efeito, chegaram a emprestar-lhe na catedral de Sevilha o féretro que servira no enterro do cardeal arcebispo D. Diego Hurtado de Mendoza y Quiñones (1444-1502); mas entretanto melhorou um pouco e pôde fazer a jornada de mula. O transporte em muars era reservado a clérigos e a mulheres, para evitar que os homens capazes para a guerra deixassem de criar cavalos; Colombo teve por isso de obter da Corte uma licença especial <sup>585</sup>. O Rei Católico recebeu-o em Segóvia, cordial mas friamente, e não se mostrou inclinado a renovar-lhe os seus antigos privilégios. Propunha-se atribuir-lhe, em troca da sua renúncia ao vice-reinado das Índias, o senhorio de Carrión de los Condes, perto de Burgos; mas o Almirante recusou e o mesmo veio a fazer seu filho <sup>586</sup>.

É deste período que data toda uma série de cartas de D. Cristóvão a seu primogénito <sup>587</sup>, que permanecia na Corte, que nos revelam facetas do descobridor mais íntimas do que os documentos oficiais. Em todas elas se assina *tu padre que te ama más que a sí*, seguida da sigla habitual. Recomendava-lhe o fiel Diego Méndez, para quemurgia obter qualquer mercê, os seus interesses na Espanhola e, sobretudo, a restauração dos privilégios concedidos em virtude das *Capitulações de Santa Fé*. Instava para que pagassem aos homens que haviam participado na sua desastrosa viagem os soldos que lhes deviam; e com a habitual dose de exagero, queixava-se da penúria em que vivia, conquanto tivesse entretanto recebido o seu ouro, que Ovando lhe liberara na Espanhola. Aliás, conquanto o tivessem demitido das suas funções de vice-rei e governador, os Reis jámais lhe cortaram os réditos que nos termos das capitulações percebia na Espanhola, que seus feitores cobravam. A carta de 3.XII.1504 era acompanhada de um extenso memorando, em que fazia ao seu primogénito uma série de recomendações para o futuro. Nota curiosa: da carta de 5.II.1505 para D. Diego foi portador Américo Vespúcio, que a despeito da sua participação nas *viagens menores* parece ter sempre permanecido em bons termos com Colombo.

<sup>584</sup> Carta aos reis D. Filipe e D. Joana, s/d, *ibidem*, doc. c, pp. 531-532.

<sup>585</sup> Dada em Toro a 23.II.1505, *CDD*, III, doc. 715, pp. 1727-28.

<sup>586</sup> *HA*, cap.cviii.

<sup>587</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. lxxxi-lxxxvii, xc & xcii-xciv.lxxxiii, lxxxiv

Em Janeiro de 1505, D. Diego, que seguia a corte, entregou ao Rei um memorando em que lhe suplicava que restabelecesse seu pai em seu estado e privilégios <sup>588</sup>; mas nada consta ter colhido de quejanda diligência. Em Junho escreveu pessoalmente D. Cristóvão ao soberano <sup>589</sup>, rogando-lhe que pusesse D. Diego em seu lugar nas Índias. Dava-lhe como sinal do céu um “milagre tão público” como fora



A carta de Colombo a seu filho de 5.II.1505, de que foi portador Vespúcio

Archivo de Indias, Sevilha, Patronato 295, nº 59

o afundamento — subentende-se de Bobadilla — na mais escolheita nau que havia das 34 que vinham, logo à saída do porto, sem que ninguém saiba como. Em carta subsequente recordava-lhe ainda que fora milagrosamente que Deus o trouxera à Península, fazendo-o naufragar no Algarve mas atalhando a vista e os sentidos a D. João II para que lhe não desse despacho; e acenava-lhe com os convites que recebera de três príncipes, em cartas que o Dr. Villalón lera à Rainha <sup>590</sup>. Mas o Rei Católico não se demoveu. A última tentativa fê-la pouco antes de morrer, escrevendo aos novos soberanos, D. Joana e D. Filipe, por certo entre o desembarque destes na Corunha, a 26 de Abril, e o seu próprio falecimento, a 20 de Maio seguinte: escusava-se de não ter podido ajudá-los, com a experiência que tinha, na sua atribulada navegação da Flandres para a Galiza, nem ter ido ao seu encontro, por ter chegado a *gran extremo*, devido à enfermidade que *me trabaja así agora sin piedad*. Pedia-lhes que aceitassem, pois, ao menos a sua intenção, *como de quien espera de ser buuelto en mi honra y estado, como mis escituras lo prometen*. Era a sua ideia fixa.

<sup>588</sup> CDD, III, doc. 706, p. 1718.

<sup>589</sup> Varela & Gil, *Textos...*, doc. xcvi, pp. 527-528.

<sup>590</sup> *Ibidem*, doc. xcvi, p. 530.

Deduz-se das suas cartas que quem o coadjuvava nestes derradeiros dias de vida terrena eram, além de seus filhos, seu irmão Bartolomeu e Alonso Sánchez de Carvajal, de quem, por Roldán lhe ter feito saber que não aceitava pactuar senão com ele, desconfiara outrora, mas que finalmente se lhe mostrou fiel até ao fim.

De Génova não houvera notícias. Escrevera de novo a Nicolò Oderigo<sup>591</sup>, pois não sabia de fonte limpa se o cartulário dos seus privilégios chegara ao seu destino. Da Banca S. Jorge, a quem prometera o dízimo de todas as suas rendas, não encontrara resposta ao regressar; como notámos atrás; por certo que se extraviara a missiva da Banca em resposta à sua, de que subsiste a minuta. Escrevera-lhe antes de zarpar para a derradeira viagem, havia já bem três anos e a falta de resposta aumentava a sua inquietação. No mesmo sentido escreveu a Juan Luís de Mayo<sup>592</sup>, personagem de quem nada sabemos, a quem manifestou a esperança de receber dentro de uma semana réplica de S. Jorge; mas nada nos indica que, da parte de Oderigo ou da Banca, tenha chegado a receber qualquer resposta.

Foi assim amargurado tanto com a sua prístina pátria como com a pátria que adõtara que feneceu seus dias.

A 19 de Maio, em Valhadolid onde continuava acompanhando a corte, deve ter presentido que estava à vista o seu fim. Chamou Pedro de Inoxedo ou de Hinojedo, escrivão da câmara de Sua Alteza e de sua corte e chancelaria, escrivão e notário público em todos os seus reinos e senhorios, e ditou-lhe as suas últimas vontades, como *Almirante e Visorey e Governador General de las islas y tierra firme de las Indias descubiertas e por descubrir que diso que era*: confirmava e aprovava toda a ordenança do morgadio que instituíra bem como o testamento, hoje perdido, que fizera em 1502; afirmava que por vontade de Deus dera as Índias a Suas Altezas, que em compensação o fizeram senhor de quanto se achasse a ocidente de uma linha de polo a polo, traçada a cem léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde, com o oitavo de tudo e mais o dízimo do que está nas ditas partes; ordenava que desse rendimento se retirasse para D. Hernando um conto e meio por ano; recomendava a seus herdeiros que saldassem todas as suas dívidas, de que lhes deixava um memorando; e encomendava-lhes Beatriz Enríquez, mãe de D. Hernando para que a proovessem de quanto necessitasse, *como persona a quien yo soy en tanto cargo (...), por descargo de la conçiençia*. Ratificava assim o codicilo que, em circunstâncias que nos escapam, fizera a 25.VIII.1505 em Segóvia. De Génova, de onde não recebera resposta, não se

<sup>591</sup> Carta de Sevilha, 27.XII.1504, *ibidem*, doc. lxxxviii.

<sup>592</sup> Carta da mesma data, *ibidem*, doc. lxxxix.

lembrava desta vez. Foram testemunhas dois vizinhos de Valhadolid, o bacharel de Mirueña e Gaspar de la Miseriordia, o seu compatriota e companheiro de aventura, o argonauta Bartolomé de Fiesco, e seis criados seus.

No dia seguinte era a vigília — e não a festa da Ascensão, como afirma D. Hernando, pois essa caiu nesse ano a 21 de Maio, já que a Páscoa fora a 12 de Abril <sup>593</sup>.

O Almirante estava rodeado de seus filhos, irmãos, criados e amigos. Um franciscano celebrou missa, e ministrou-lhe a comunhão e a santa unção.

Após ter repetido as palavras do salmo 30 que S. Lucas põe na boca de Cristo agonizante — *in manus tuas Domine, commendo spiritum meum*, “nas Tuas mãos, Senhor, entrego o meu espírito” — entregou também ele a alma ao Criador, após 54 anos de vida intensamente vivida, de que só ao Criador cabe ajuizar.



**A morte de Colombo**

Gravura de A. del Ronargue in *Vie et voyages de Christophe Colomb*, Paris, 1862

Que lhe ergam estátuas ou que lhas derribem, pouco importa. Aparentemente, os europeus que graças à sua viagem pioneira se puderam transmutar para as Américas, têm todas as razões para lhe quedarem gratos e lhas erguerem; e os índios sobeja razão para lhas derribarem...

Era um super-homem? Não o cremos. E isto pela mesma razão por que tampouco cremos que os seus marinheiros tenham visto em Cuba e no Panamá pègadas

de grifos: é que, tal como grifos, na Natureza não existem super-homens, mas só homens, cada qual com suas virtudes, cada qual com seus defeitos.

Como homem que era, Colombo deu ao Velho Mundo o Novo e à Espanha um império. Isso lhe basta. Foi, pois, com toda a justiça que no seu túmulo fizeram gravar:

*A Castilla y a León, nuevo mundo dio Colón.*

<sup>593</sup> A. Cappelli, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*, 6ª ed., Ulrico Hoepli, Milão, 1988, p. 78.

## Restos mortais em bolandas

A história do descobridor do Novo Mundo não termina com o seu falecimento. Deixando para o capítulo seguinte a da sua memória, alinhemos desde já algumas breves notas sobre a história do seu envólucro mortal que é, por assim dizer, a de um autêntico cadáver ambulante. Razão tem a sua descendente Anunciada Colón de Carvajal ao escrever “Colón, prácticamente, viajó tanto después de muerto como en vida”.

Falecido em Valhadolid, Colombo foi aí enterrado pela primeira vez, ao que reza a tradição no convento franciscano da cidade, junto aos frades da ordem de que era tão devoto. Foi cerca de uma semana após o seu traspasse que, a pedido de D. Diego, por cédula real de 2 de Junho <sup>594</sup>, se comunicou o sucedido a Nicolás de Ovando, notificando-o de que daí em diante devia pagar a seu herdeiro os direitos de que o Almirante Velho fruía na Espanhola. Dois dias mais tarde em Astorga passava o novel almirante das Índias procuração a Francisco Bardi para que os pudesse arrecadar <sup>595</sup>. Entretanto, porém, os cartuxos de Las Cuevas haviam concluído a construção de uma nova capela na sua igreja e, talvez por sugestão de Fr. Gorrício, confidente e arquivista do Almirante Velho, em 1509 seu filho mandou para lá trasladar os restos mortais daquele, em troca de cuja guarda viria a constituir, por disposição testamentária, uma pensão anual de 10.000 maravedis *para que rueguen por su ánima y de quien es obligado*. Foi o primo João António quem, a 11.IV.1509, entregou aos monges o cadáver, a cujo reconhecimento procedeu, do que se lavrou um auto. Entretanto o segundo vice-rei procurava na Espanhola levar a cabo o desejo paterno de erguer em Concepción de la Vega uma capela onde se poderia quiçá dar a seus restos sepulcro definitivo <sup>596</sup>. No seu testamento, porém, contemplava igualmente a possibilidade de o tumular na catedral de Sevilha, na capela da Antígua, defronte do túmulo do cardeal Mendoça. Morreu, contudo, a 23.II.1526, sem ter podido concretizar o seu desiderato, e inumaram-no em Las Cuevas ao lado de seu pai, procedendo-se da mesma feita à trasladação de seu tio Diego, falecido a 21.II.1515.

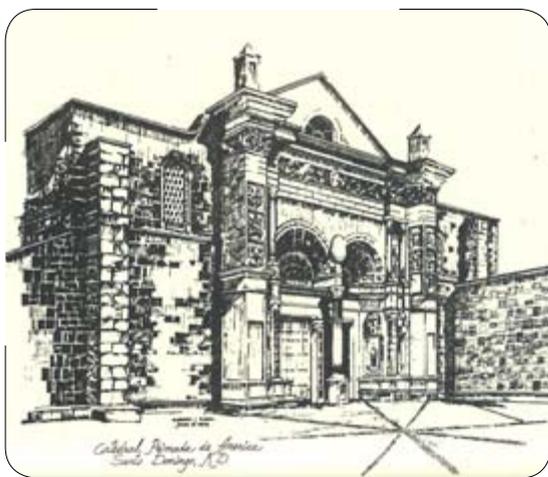
Descartara-se entretanto a hipótese de construir uma capela em Concepción de la Vega, preferindo-se-lhe um mosteiro de clarissas em Santo Domingo. Para aí se

<sup>594</sup> CDD, III, doc. 787, pp. 1830-31.

<sup>595</sup> *Ibidem*, doc. 788, pp. 1831-32.

<sup>596</sup> Limitamo-nos doravante a resumir o que escrevem Anunciada Colón de Carvajal & Guadalupe Chocano, *Cristóbal Colón - Incógnitas de su muerte, 1506-1902. Primeros Almirantes de Indias*, 2 vols [vol. I, texto; vol. II, documentos], Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1992.,; e Luis Arranz Márquez, *Cristóbal Colón...*, cap. XVIII, pp. 341 & sqq.

trasladariam tanto os restos de D. Cristóvão como os de Filipa Moniz que jaziam no convento do Carmo em Lisboa, e os de D. Bartolomeu, que estavam já nas Antilhas, no convento franciscano da capital; mas ficou-se aguardando o desfecho dos *Pleitos Colombinos*. Após a sentença de 1536 a vice-rainha viúva, D. Maria de Toledo obteve finalmente do imperador, por real provisão de 22.VIII.1539, licença para, a título excèncional, esguardando aos serviços relevantes prestados por seu sogro à Coroa, o tumular na catedral de Santo Domingo, cujo padroado cabia ao soberano. Para esse efeito comprometia-se D. Maria a ampliar à sua custa a capela-mor da catedral. Após alguns desaguisados entre a vice-rainha e o cabido, este submeteu-se a uma ordem de Carlos V, dada a 5.XI.1540, e dispôs-se finalmente a aceitar as ossadas dos



**A Sé Catedral de Santo Domingo, primacial das Américas**  
Gravura de *Repartimientos y Encomiendas en la Isla Española*,  
de Luís Arranz Márquez

Colombos. Sabe-se, contudo, pelas crónicas do próprio mosteiro que os monges de Las Cuevas as haviam já entregado à vice-rainha em 1536. Não se sabe ao certo onde os terá esta depositado entretanto: quiçá em casa de seu cunhado D. Hernando, quiçá no alcácer de Sevilha, de que seu genro, D. Jorge Alberto de Portugal y Melo, filho do nosso conhecido D. Álvaro e primeiro conde de Gelves, era alcaide vitalício.

É aqui que começa a confusão, pois há historiadores que, com diversos argumentos, em que avulta o facto da cripta do mosteiro estar alagada pela cheia do Guadalquivir, negam que a transladação possa haver tido lugar. Tal é nomeadamente, o caso do marquês de San José de Serra, Carlos de Serra y Pickman, que na década de 1930 fez excavações na cartuxa onde deu com os ossos de um homem de c. 60 anos, com profundos sinais de artrite, que identificou com o descobridor — ao que se opõem as declarações perentórias da enérgica vice-rainha em como a transladação se realizara em 1544. Opõe-se-lhe igualmente a letra do testamento de D. Hernando (3.VII.1539), em que afirma não estarem já na cartuxa de Las Cuevas os restos mortais de seu pai nem os de seu irmão. Julgam, por isso, muitos que os ossos achados pelo marquês de San José são os de seu irmão Diego que foi enterrado juntamente e jâmais trasladado.

Colombos. Sabe-se, contudo, pelas crónicas do próprio mosteiro que os monges de Las Cuevas as haviam já entregado à vice-rainha em 1536. Não se sabe ao certo onde os terá esta depositado entretanto: quiçá em casa de seu cunhado D. Hernando, quiçá no alcácer de Sevilha, de que seu genro, D. Jorge Alberto de Portugal y Melo, filho do nosso conhecido D. Álvaro e primeiro conde de Gelves, era alcaide vitalício.

É aqui que começa a confusão, pois há historiadores que, com

D. Maria de Toledo estava firmemente persuadida de que as ossadas que lhe foram entregues, que fez ao depois trasladar para Santo Domingo, eram autênticas, pois no seu testamento, exarado a 12.X.1549, pede que, revestida do hábito de S. Francisco, a inumem juntamente, *por que estemos juntos en la muerte, como Nuestro Señor quiso que lo estuviésemos en la vida*. Não se sabe todavia ao certo quando procedera à trasladação, de que não queda registo algum. O mais provável é que, como afirma Esteban de Garibay, cronista de Filipe II, os tenha levado consigo quando em Julho-Agosto de 1544, virada a primeira página dos *Pleitos*, regressou à Espanhola. Tampouco se sabe em que exato local da catedral de Santo Domingo foram depositados, pois numa carta de 20.II.1540 ao imperador afirmava o cabido que lhes preparara espaço na espessura da parede da capela-mor, ao passo que a vice-rainha no seu testamento pedia para ficar em campa rasa aos pés do marido, abaixo do presbitério. Parece que foi na mesma zona da catedral que, aqui e ali, vieram a ser inumados os seus herdeiros.

Em 1664 o arcebispo D. Francisco de la Cueva Maldonado mandou fazer obras na cabeceira da sé metropolitana, alargando o presbitério, rebaixando-lhe o piso e caian-do-lhe as paredes, com o que desapareceram as armas dos Colombos que aí estivessem pintadas. Acharam-se então duas urnas de chumbo com restos mortais “dos progenitores do duque [de Verágua]”, não se tendo, porém, podido determinar ao certo quais deles nelas jaziam; afirmava-se que a do lado do Evangelho era a do Almirante Velho, sem que contudo houvesse provas concludentes. Em 1877, contudo, descobriu-se que a do lado da Epístola continha os restos do terceiro almirante, D. Luís Colón, o que, por exclusão de partes, fazia aumentar a probabilidade de que a do lado oposto contivesse os de D. Cristóvão.

Muito trabalho vai, portanto, dar depois de morto o descobridor do Novo Mundo aos nossos historiadores desportivos que pretendem determinar, por análise ao ADN, se Colombo era deveras o genovês de que nos falam as mais diversas fontes coevas se um qualquer fulano que tenha fraudulentamente usurpado a sua identidade...

A história, porém, não fenece aqui, e a confusão aumenta.

Em 1783, no decurso de novas obras que se fizeram na catedral de Santo Domingo, quando se derribou um espesso lanço de muro, apareceu numa cavidade uma urna de chumbo que logo começou a ser identificada com a do Descobridor; se assim o era, não jazia afinal na capela-mor, do lado do Evangelho, como até aí se pensava.

Estavam as coisas neste pé quando se produziram imprevistos acontecimentos políticos, cuja ressaca veio desassossegar uma vez mais o descanso eterno de Colombo.

Tornemos um pouco atrás. Ao longo do século XVI haviam começado a aparecer na zona das Caraíbas numerosos aventureiros franceses, ingleses e holandeses; eram conhecidos por *bucaneiros*, por se dedicarem a caçar gado grosso de que preparavam

carne fumada, dita em francês *boucan*. Mais tarde, quando se dedicavam sobretudo ao contrabando e à pirataria, vieram a ser conhecidos por flibusteiros, termo que parece ter origem no neerlandês *vrijbuitter*, “franco predador”. Como a parte ocidental da Espanhola, assaz montanhosa, quedava longe de Santo Domingo e era pouco povoada, frequentavam sobretudo essa região. Zeloso dos monopólios realengos na Espanhola, ordenou em 1605-1606 o governador António de Osório que recolhessem à parte oriental da ilha os habitantes da zona ocidental, o que permitiu que bucaneiros e flibusteiros, principalmente franceses, tomassem conta desta; sob Richelieu (1624-42) a França começou a reivindicar a soberania sobre essa parte da ilha, para que em 1665 nomeou um governador. A Espanha veio a reconhecer a soberania gaulesa sobre o que viria a ser mais tarde

a República do Haiti em 1697, pelo tratado de Ryswick, que pôs fim à Guerra dos Nove Anos.

Após a execução de Luís XVI tanto a Espanha como Portugal, alarmados com a Revolução Francesa, aliaram-se à Inglaterra contra a França, dando início à conhecida Campanha do Rossilhão (1793-95), que foi desastrosa sobretudo para Espanha, pois as tropas francesas ocuparam a Catalunha, Navarra e as Vascongadas, chegando a Miranda do Ebro. O governo espanhol decidiu então capitular separadamente, firmando a Paz de Basileia (22.VII.1795), pela qual cedia à França o resto da Espanhola em troca da evacuação das províncias



**Último adeus à Espanhola, ou talvez não...  
O féretro de Cristóvão Colombo é conduzido ao navio  
*El Descubridor* que o levará a Cuba**

Gravura da *Historia de la Marina Real Española desde el descubrimiebto de América hasta la batalla de Trafalgar*, de Ferrer de Couto, Madrid, 1840

ocupadas. Como Colombo se tornara entretanto em Espanha um herói nacional, foram expedidas ordens para Santo Domingo no sentido de enviar os seus restos mortais para Havana, que permanecia sob soberania espanhola.

A operação, conduzida pelo arcebispo D. Fr. Fernando Portillo y Torres e pelo general Gabriel Aristizábal foi feita com grande pompa e circunstância, em cujos detalhes não cabe entrar aqui. Desta vez chegou até nós o auto de exumação, lavrado pelo escrivão José Francisco Hidalgo. Basta notar que aquela se fez a toda a pressa, a 20.XII.1795. Aberta uma cavidade abobadada existente numa parede do presbitério, do lado do Evangelho,

acharam-se restos de uma urna de chumbo desfeita e um série de ossos dispersos. Para os recolher mandou o 12º duque de Verágua, D. Mariano Colón de Larreátegui y Ximénez de Embún, fazer uma nova urna de chumbo, dourada, que se meteu num primoroso ataúde, com uma inscrição redigida pelo duque. Os ossos assim tumulados eram os das canelas e o crâneo, estando o resto praticamente reduzido a cinzas. Como a despedaçada urna primitiva não contivesse, por fora nem por dentro, qualquer inscrição o probo escrivão Hidalgo limitou-se a anotar que que eram *de algún difunto*.

No dia seguinte, 21.XII.1795 celebraram-se exéquias na catedral, após o que o belo ataúde providenciado pelo duque embarcou no bergantim de Sua Majestade chamado *El Descubridor* em direção ao que parece ter sido o quinto jazigo do Almirante. Foi assim que, a 5.I.1796, ao cabo de 301 anos e meio de ausência, Cristóvão Colombo, ou o que dele restava, terá regressado a Cuba. Após solenes exéquias celebradas pelo bispo de Havana a 19 de Janeiro, ficaram as exúvias do descobridor depositadas num nicho praticado na parede-mestra da catedral, do lado do Evangelho — não sem que se tivesse aberto uma vez mais a urna, onde as autoridades presentes puderam observar *unos pedazos pequeños de huesos, como de algún difunto*.

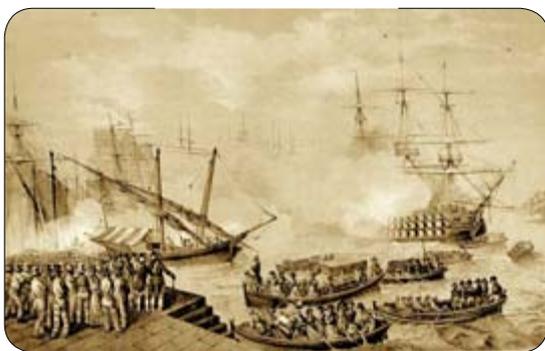
O que restava *del incomparable almirante Don Cristóbal Colón* — como no auto notarial da sua quinta inumação lhe chamou o governador de Cuba, Luís de las Casas — pôde gozar durante 26 anos em Havana do repouso que merecia. Em 1822, porém, desinquietaram-no de novo. Decorria em Espanha e seus domínios o chamado *Triénio Liberal*, que se estendeu do juramento da Constituição de Cádiz por Fernando VII, a 10.III.1820, à sua reposição no poder absoluto, com o apoio militar da França, em Outubro de 1823. Pareceu então às autoridades de Cuba que aos ossitos do descobridor que persistiam em se não reduzir a pó se deveria adicionar outra relíquia preciosa: um exemplar da Constituição, acompanhado de medalhas comemorativas da mesma, um calendário civil, outro eclesiástico e um guia de Havana para forasteiros. Este devia ser particularmente útil ao Almirante Velho em caso de eventual ressurreição, uma vez que não vinha a Cuba desde Julho de 1494, ou seja, 21 anos antes da fundação de Havana, que apenas teve lugar a 25.VIII.1515. Poder-se-ia assim inteirar, mesmo antes de abandonar a catedral, de que finalmente não era ali que residia o Grão Cã do Cataio, e assim evitar uma desagradável decepção...

A dar fé ao auto que então foi lavrado, quando abriram a urna para lhe introduzir aqueles preciosos itens, verificou-se que a caixa de chumbo que continha os restos mortais de Colombo tinha na tampa uma inscrição que não coincidia com a que redigira em 1795 o duque de Verágua: nomeadamente, a inscrição designava o antepassado deste por *Primer Almirante y Descubridor de las Américas*, quando na redação do duque se falava de *Descubridor y Conquistador del Nuevo Mundo, primer Almirante*,

*Virrey y Gobernador General de las Indias Occidentales*. Não se sabe de onde provém a discrepância.

A inscrição redigida pelo descendente de Colombo terminava com a sigla *R. I. P. A.*, ou seja, *requiescat in pace*, “que descanse em paz”, *ámen*. A paz, porém, foi de pouca dura: quando no outono de 1823 terminou o Triénio Liberal, abriram-lhe de novo a urna, desta vez para retirar dela a Constituição de Cádiz.

Em seguida durou-lhe, ao que parece, a paz três quartos de século precisos. Dizemos “ao que parece” porque, como vamos ver, não é bem certo: acharam-de sinais de que em 1876, pelas traseiras da parede que separa o presbitério da sé de Havana da capela do Loreto, o nicho que abrigava os restos do nosso herói fora aberto. Daí que tenha corrido o boato de que os ossos de Colombo haviam sido subtraídos e reconduzidos a Santo Domingo — onde no entanto circulavam já rumores de que as relíquias levadas para Havana em 1795 não eram as do descobridor mas as de um dos seus familiares.



**Chegada das exúvias de Colombo a Havana**

Gravura da época

De facto, como que a confirmar esse rumor, quando em 1877 se fizeram de novo obras na cabeceira da catedral de Santo Domingo, para ampliar uma vez mais o presbitério, toparam com uma porta entaipada, que dava para a sacristia, que formava como que um nicho, em cujo interior se achou uma urna de chumbo.

Ora a parte hispanófona da Espanhola, depois de permanecer

em poder da França de 1795 a 1809, regressara nominalmente à soberania espanhola de 1809 a 1821, ano em que proclamara a independência — que lhe duraria um ano apenas, pois seria ocupada pelo Haiti em 1822. Após declarar-se de novo independente em 1844, rechaçando as invasões haitianas de 1844, 1845, 1849 e 1855-56, decidira regressar à soberania espanhola em 1861, para reganhar a sua independência, desta vez com efeitos duradoiros, em 1865<sup>597</sup>.

Em 1877 era, por conseguinte, uma república independente, onde havia uma embaixada de Itália. Como o arcebispo era italiano, quando encontrou a urna de chumbo, embandeirou em arco; e com o apoio do embaixador afirmou *urbi et orbi* que haviam

<sup>597</sup> Cf. Franck Moya Pons, *Manual de Historia Dominicana*, Universidad Católica Madre y Maestra, Santiago (R. D.), 1984.

sido finalmente achados os veros restos mortais do Almirante. Retirada a urna verificou-se que tinha inscrições nas suas diversas faces, crípticas todas elas, à exceção da do interior da tampa onde se lia em letra gótica alemã, o que suscitou interpretações desconstruídas: *Yllustre y Esdo. Varon Dn Cristobal Colon*. Dentro havia treze pedaços de osso, que foram devidamente identificados: um fêmur, um perônio, um rádio, uma clavícula, etc. Tudo o mais se reduzia a cinzas. Destas ofereceu o arcebispo ao embaixador uma porção, contemplando com rações menores diversas entidades, a começar pelo papa Leão XIII.

Quem não gostou muito da história foi o governo espanhol, ao tempo ainda senhor de Cuba. De acordo com a Real Academia de la Historia enviou então a Santo Domingo vários investigadores. Um deles, Antonio López Prieto foi autorizado a examinar a urna, e achou nela uma placa de prata com a inscrição *Ua parte de los rtos del pmer Ate D Cristoval Colon*. Se a inscrição era genuína, dava a entender que os restos do primeiro Almirante haviam sido divididos, seguindo para Cuba apenas uma parte, o que está longe de ser impossível. A opinião que predomina em Espanha, que Anunciada Colón prefilha, é a de que as exúvias de Santo Domingo são na realidade as do terceiro almirante, D. Luís Colón, e as de seu irmão, chamado D. Cristóbal como o avô.

Guardadas inicialmente na igreja da Regina Angelorum, as relíquias achadas em 1877 no presbitério da catedral de Santo Domingo foram dois anos mais tarde transferidas para a capela de Rodrigo de Bastidas, na mesma sé. E em 1895 abriu-se concurso público para a construção de um monumento condigno para abrigar os restos do Descobridor, vindo a construir-se em 1898 um mausoléu de bronze e mármore, conforme com o projeto vencedor.

Em 1923, na V Conferência Internacional Panamericana alguém lançou a ideia de erguer em Santo Domingo um *Faro a Colón*. A República Dominicana aceitou o alvitre, com a condição de que o monumento a erguer pudesse albergar dentro em si o mausoléu erigido na catedral em 1898, o que se veio a executar em 1948, nas margens do rio Ozama.

Entretanto, em Havana, a História tecia as suas malhas, que uma vez mais iam enredar o mofino cadáver ambulante, sobre quem parecia pesar a maldição lançada outrora pelo Senhor contra Caim<sup>598</sup>: *vagus et profugus eris super terram*, “serás errante e vagabundo sobre a terra”. Não era já, certamente, o sangue do justo Abel a clamar da terra por vingança; mas poderia talvez ser, não muito longe dali, o de Caonaobó a clamar por ela, das profundezas do mar...

---

<sup>598</sup> Gen, 4, 14.

Em 1895 estalara em Cuba uma revolta contra o regime espanhol, que em 1898 veio a receber o apoio decisivo dos Estados Unidos da América. A paz, assinada em Paris a 10.X.1898 entre os Estados Unidos e a Espanha, à revelia de representantes dos povos de cujo futuro se decidia, obrigava a Espanha a abandonar as colónias que ainda lhe restavam: Cuba, Porto Rico, as Filipinas e várias ilhas do Pacífico, de que Guam quedou em poder dos americanos, e as demais foram vendidas por 25 milhões de pesetas ao Império Alemão, ávido de crescimento; e em troca das Filipinas os Estados Unidos comprometiam-se a pagar à Espanha vinte milhões de dólares no prazo de três meses. Durante as negociações um jornal de Paris exprimiu o voto de que esta não retirasse das Antilhas “mais que um punhado de cinzas”. Tinham evidentemente em mente as do Descobridor. A imprensa espanhola secundou o alvitre, e o 14º duque de Verágua, D. Cristóbal Colón y de la Cerda, fez o que pôde junto do governo e das Cortes para que aquelas fossem trazidas para Espanha, o que foi aprovado a 16.IX.1898, antes ainda da assinatura do tratado.

A 26 de Setembro foi a urna mais uma vez aberta: acharam-se restos de ossos, dos quais o mais notável era um fragmento de dois centímetros, que parecia ser do cúbito. Entretanto, na metrópole, discutia-se onde se haviam de inumar, sugerindo uns Granada, onde jazem os Reis Católicos, outros o Mosteiro de la Rábida, outros ainda Córdova ou S. Fernando, às portas de Cádiz, onde se situa o Panteón de Marinos Ilustres; mas o duque preferiu tumulá-los na catedral de Sevilha.

O embarque do que era tido em Cuba por restos mortais de Colombo teve lugar a 13.XII.1898, e o desembarque em Cádiz a 16.I.1499. A rainha D. Maria Cristina, regente na menoridade de Afonso XIII (r. 1886-1931), filho póstumo de Afonso XII (r. 1874-85), decretou que os despojos fossem recebidos e conduzidos à derradeira morada que lhes fora assinada “com honras de capitão-general morto em praça”. Quando se abriu o invólucro que continha a urna, verificou-se que esta afinal trazia a inscrição ditada em 1795 pelo duque de Verágua: *Aquí yacen los huesos de D. Cristóbal Colón, Primer Almirante y Descubridor del Nuevo Mundo, R.I.P.A.* Faltava só escolher o lugar preciso onde colocar o monumento. Como a capela de Nuestra Señora la Antigua era exígua, acabou por se decidir colocá-lo num dos braços do cruzeiro. A tumulação definitiva (*'in šā'a Llāh!*) teve lugar a 17.XI.1902.

Os despojos jacentes em Santo Domingo foram já por cinco vezes observados por peritos: em 1877, em 1878, em 1891, em 1945 e em 1959. As conclusões foram que os 69 fragmentos de osso examinados pertenciam a um homem de cerca de sessenta anos, de 1,73 m de altura, que sofria de artrite — o que condiz com o que sabemos de Colombo. Havia contudo, à mistura, ossos de pelo menos mais uma pessoa.

Os da catedral de Sevilha foram analisados em 2003, juntamente com os de seu filho D. Diego, ao passo que os de D. Diego, seu irmão, que jaziam em Las Cuevas,

havam sido já examinados coisa de um ano antes. Desta vez por exigência da ciência exata, para que o seu ADN possa ser analisado, mais uma vez foram desinquietados o que se supõe serem os minguados restos do achador do Novo Mundo: estão agora arrecadados num cofre forte da Universidade de Granada, à espera do veredito dos peritos. Está este previsto para 12 de Outubro de 2021, em que se celebrará o 529º aniversário da chegada do seu único possuidor legítimo às Lucaias. Restará, contudo, fazer idêntico exame aos ossos de Santo Domingo; e, se nenhum deles der resultados aceitáveis, novas buscas em Las Cuevas.

Cristóvão Colombo queda de facto numa situação pior ainda do que a de Santa Ifigénia, de que em certa igreja de província se exibiam como venerandas relíquias duas câveiras, uma maior, outra menor; o sacristão tinha, porém, o cuidado de explicar aos visitantes que uma era a câveira da santa em criança, a outra a de depois de adulta...

### III

## EPÍLOGO

#### Lenda negra, lenda dourada

Desde muito cedo que uma certa tendência para a mitificação da história, aliada às conveniências políticas do lugar e do momento, engendraram duas lendas, paralelas e correlativas, sobre o descobrimento da América: a lenda negra da expansão espanhola, que pintava os conquistadores do Novo Mundo como os mais bárbaros dos bárbaros, e a lenda dourada, que fazia do índio o bom selvagem, em estado paradisíaco.

Para esta contribuiu decididamente Colombo, logo desde a viagem descobridora, com as suas descrições idílicas dos bons taínos, apenas ao de leve ensombradas pelo vulto sombrio dos caribes que de fora os espreitavam — imagem que assoma na *Carta a Santángel* e com ela, graças à imprensa, correu mundo logo a partir de 1493. Como notámos já esta imagem tem, do lado português, o seu *pendant* na célebre carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel que transmite uma impressão semelhante. No Brasil, o *pendant* dos caribes antropófagos seriam os tupinambás, predadores dos pacíficos tupiniquins, aliados dos portugueses.

A rápida difusão de tal imagem prende-se com a sua coincidência com o mito da Idade de Ouro da cultura greco-romana, que o Renascimento tendia a volver presente. O conceito de “história regressiva” que subjazia à teoria das quatro idades do mundo é provavelmente de origem indo-europeia, pois acha-se tanto na cultura indiana como na grega ou na romana. Na Índia a primeira idade é geralmente designada por *satyayuga*, “era da verdade”, a que se teriam seguido três outras, cada vez piores, designadas pelos nomes de outras tantas faces do dado: *tretāyuga*, “era do terno”, *dvāparayuga*, “era do duque” e finalmente *kaliyuga*, “era do ás”, a sombria idade em que vivemos (por vezes designada, por má tradução, por “idade de tevas”, devido a confusão entre os termos sanscíticos *kali*, “ás” e *kālī*, “negra”, termo este que de qualquer modo jamais poderia concordar com *yuga* que é masculino). Na Grécia e em Roma foram designadas, também em ordem regressiva, pelo nome dos quatro principais metais: idade do ouro, idade da prata, idade do bronze e idade do ferro; escusado será dizer que estas duas derradeiras designações nada têm a ver com os períodos homónimos da prè-história hoje em uso, prosaicamente denominados segundo a matéria utilizada em cada uma na confção de armas e de utensílios.

O conceito greco-romano de *Idade de Ouro* aparece já n'*Os trabalhos e os dias* de Hesíodo, no século VI A. C. e reaparece em obras posteriores como o *Crátilo* de Platão. Na literatura latina é sobretudo célebre o quadro traçado por Ovídio nas suas *Metamorfoses*; mas refere-se-lhe também Virgílio no livro I das suas *Geórgicas* <sup>599</sup>, em que faz de Júpiter coveiro desses venturosos tempos:

*Ante Iouem nulli subigebant arua coloni  
ne signare quidem aut partiri limite campum  
fas erat; in medium quaerebant, ipsaque tellus  
omnia liberius nullo poscente ferebat.*

o que, com alguma liberdade, se pode verter assim:

Antes de Júpiter reinar no mundo  
não arava inda o campo o lavrador;  
nem de delimitar o próprio fundo  
alguém era senhor;  
sem deles requerer qualquer labor  
a todos, em comum, oferecia,  
a terra generosa o que queria  
quem quer que desejasse o seu favor.

Pedro Mártir de Angléria <sup>600</sup> identifica explicitamente o estado em que viviam os haitianos com essa mítica era:

Mas sinto que mais felizes que esses [os antigos povos do Lácio] são os nossos insulares da Espanhola, logo que sejam banhados pela religião, pois vivendo na idade de ouro, nus, sem pesos nem medidas, sem a finalmente mortífera moeda, sem leis, sem caluniosos juizes, sem livros, levam a vida contentes com a natureza, em nada se preocupando com o futuro. Contudo, mesmo estes por ambição de poder se atormentam e entre si fazem guerras, peste de que nem a idade de ouro cremos ter sido imune — conquanto não coressse tanto em tal tempo entre os mortais o “dá! não darei!”.

Quase o mesmo diz, pouco mais tarde, a propósito da exploração colombina de 1494, dos nativos de Cuba e da Jamaica <sup>601</sup>:

Verificou-se ser entre eles comum a terra, como o são a água e o sol, nem haver i *meu* nem *teu*, semente de todos os males; de tal modo são contentes com o pouco, que naquela vasta terra mais são os campos que sobram que os que a alguém possam faltar. Deles é a idade de ouro, e nem com fossos, nem com paredes ou sebes vedam os seus prédios. Vivem de hortos abertos, sem leis, sem livros, sem juizes; de sua própria natureza cultivam a retidão, julgando mau e celerado o que se compraz em a qualquer um fazer injúria...

<sup>599</sup> *Georgica I*, vv. 25-28: Virgile, *Les Bucoliques et les Géorgiques*, Lib. Garnier, Paris, s/d, p. 74.

<sup>600</sup> Década I, ii, *fl vi v* (p. 46).

<sup>601</sup> *Ibidem*, I, iii, *fl x* (p. 53).

Estas e outras descrições congêneres viriam a inspirar no século XIX a Carlos Marx e Frederico Engels a pintura idealizada do estágio evolutivo da sociedade humana a que chamaram *comunismo primitivo*.

É contra este quadro paradisiaco que se vai recortar o vulto sinistro dos conquistadores, que a breve trecho o destruiriam. Na bela expressão de Fr. Bartolomeu de las Casas na sua *Brevísima Descripción de la Destrucción de las Indias*, publicada em Sevilha em 1552, que viria a ser proibida pela Inquisição na centúria seguinte:

*En estas ovejas mansas y de las calidades susodichas por su Hacedor y Criador así dotadas, entraron los españoles desde luego que las conocieron como lobos y tigres y leones crudelísimos de muchos días hambrientos. Y otra cosa no han hecho de cuarenta años a esta parte, hasta hoy, y hoy en este día lo hacen, sino despedazallas, mattallas, angustiallas, afligillas, atormentallas y destrullas por las estrañas y nuevas y varias y nunca otras tales vistas ni leídas ni oídas maneras de crueldad, de las cuales algunas pocas abajo se dirán, en tanto grado que habiendo en la isla Española sobre tres cuentos de ánimas que vimos, no hay hoy de los naturales della doscientas personas.*

A Fr. Bartolomeu moviam, ao escrever, os mais nobres sentimentos de caridade e de comiseração para com a sociedade indígena, que dia a dia via desaparecer, e para com os pobres índios, oprimidos, explorados e dizimados não só pelas guerras e pela escravidão, como pelas doenças do Velho Mundo — em especial a varíola, para que não possuíam anticorpos — que, ainda que involuntariamente, os espanhóis haviam espalhado no Novo.

Fr. Bartolomeu <sup>602</sup> começara por ser *encomendero* na Espanhola, onde herdara os interesses de seu pai; e em Cuba, para onde se transferiu em 1512, recebeu uma nova *encomienda*. Fora em 1507 ordenado presbítero em Roma, e em Cuba, onde escasseava o clero, acabou por assumir as funções de prègador, sendo bastas vezes chamado a prègar perante Diego Velázquez, governador da ilha e Pánfilo de Narváez, seu adjunto. Foi provavelmente o choque que lhe causou a *matança de Caonao* pelos homens de Narváez em 1513, que o despertou para a injustiça da conquista e o levou a assumir-se como predestinado para defensor dos índios. Decidiu então renunciar às suas *encomiendas*, resolução que começou por comunicar secretamente ao governador, tornando-a pública no sermão que pregou na recém-fundada vila de Sanctispiritus a 15.VIII.1514, festa da Assunção de Maria. Tornou-se a partir daí o apóstolo da liberdade dos índios e em 1515 deslocou-se a Espanha em companhia do dominicano Fr. António de Montesinos, mas apesar dos esforços de Fr. Diego Deza, entretanto nomeado arcebispo de Sevilha, não

---

<sup>602</sup> A principal fonte para a biografia de las Casas é a *Historia General de las Indias Occidentales y particular de la gobernación de Chiapa y Guatemala* de Fr. António de Remesal, O. P., (edición y estudio preliminar del P. Carmelo Saenz de Santa María, S. J., Biblioteca de Autores Españoles, tomos CLXXXV & CLXXXIX, Atlas, Madrid, 1964-66), liv<sup>o</sup> II, cap. ix & sqq.

pôde entrevistar-se como desejava com Fernando, *o Católico*, que, moribundo, veio a finar-se em Madrigalejo a 23.I.1516. Foi assim do arcebispo de Toledo Francisco Jiménez de Cisneros, nomeado pela segunda vez regente do reino, que obteve o afastamento do bispo Fonseca e a sua própria nomeação como *procurador o protector universal de todos los indios de las Indias*, cargo com que regressou à Espanha em 1516, acompanhado de três frades jerónimos enviados pelo regente. Foi, porém, somente em 1523 que ingressou na ordem dominicana. Voltara em 1517 a Espanha, onde perdera a confiança de Cisneros, a prosseguir sua cruzada, para que dispôs do apoio da *entourage* flamenga de Carlos V, em especial do grão-chanceler Jean Sauvage.

Foi então que começou a dedicar-se ao estudo do direito, de modo a poder formular argumentos jurídicos válidos e convincentes para as posições que defendia. Não cabe aqui acompanhar as peripécias da sua longa vida, o que nos levaria tanto ou mais longe do que a de Colombo. Basta notar o seu papel na elaboração do *dereito das gentes*, ao lado de Francisco de Vitória <sup>603</sup>, a sua influência da promulgação das *Leyes Nuevas* para as Índias, em 1542, a sua nomeação para bispo de Chiapas, no México, em 1543 — cargo a que renunciou passados quatro anos para poder regressar a Espanha e ocupar-se junto da corte dos direitos e interesses dos índios — e a sua intervenção na Junta de Valladolid (1550-51). Foi em Madrid, no convento da Atocha, que veio a falecer, já octogenário, em Julho de 1566 <sup>604</sup>.

Las Casas não foi contudo, o primeiro não só a contestar os métodos como a pôr em dúvida a própria legitimidade da conquista. Já Isabel *a Católica* sentia a tal propósito escrúpulos na consciência; e a 25.XI.1504, na véspera de falecer, acrescentou ao seu testamento <sup>605</sup> uma verba em que dizia:

*Ytem. Por quanto al tiempo que nos fueron concedidas por la Santa Sede Apostólica las islas e tierra firme del mar Océano, descubiertas e por descubrir, nuestra principal intención fue, al tiempo que lo suplicamos al Papa Alejandro sexto de buena memoria, que nos hizo la dicha concession, de procurar inducir e traher los pueblos dellas e los convertir a nuestra Santa Fe católica, e enviar a las dichas islas e tierra firme del mar Océano prelados e religiosos e clérigos e otras personas doctas e temerosas de Dios, para instruir los vezinos e moradores dellas en la Fe católica, e les enseñar e doctrinar buenas costumbres e poner en ello la diligencia debida (...), suplico al Rey, mi Señor, mui afectuosamente, e encargo e mando a la dicha Princesa mi*

<sup>603</sup> Vide Bartolomé de las Casas, *De Regia Potestate o Derecho de Autodeterminación*, edición crítica bilingüe por Luciano Pereña, J. M. Pérez-Prendes, Vidal Abril y Joaquín Azcárraga, Corpus Hispanorum de Pace, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1984.

<sup>604</sup> Vide v. g., Marianne Mahn-Lot, *Bartolomé de las Casas - L'Évangile et la Force*. Éd. du Cerf, Paris, 1991; Idem, *Bartolomé de las Casas et le Droit des Indiens*, Payot, Paris, 1982. A obra de Menéndez Pidal, *El Padre Las Casas - Su doble Personalidad*, contém muita informação útil, mas apresenta Las Casas como uma espécie de paranoico obcecado pela sua inclinação para os índios.

<sup>605</sup> CDD, III, doc. 688, pp. 1673-74.

*hija e al dicho Príncipe su marido, que así lo hagan e cumplan, e que este sea su principal fin, e que en ello pongan mucha diligencia, e non consientan e den lugar que los indios vezinos e moradores en las dichas Indias e tierra firme, ganadas e por ganar, reciban agravio alguno en sus personas e bienes; mas mando que sean bien e justamente tratados.*

No seio da ordem dominicana Las Casas teve um insigne precursor em Fr. Antonio de Montesinos, apoiado pelo superior dos Frades Pregadores da Espanhola, Fr. Pedro de Córdova. Ficou célebre o *Sermão do Advento* que em Dezembro de 1511, passado pouco mais de um ano após a sua chegada ao Novo Mundo prègou em Santo Domingo, em que, com grande escândalo de D. Diego Colón, então vice-rei, proclamou <sup>606</sup>:

*Para os los dar a cognoscer me he sobido aquí, yo que soy voz de Cristo en el desierto desta isla, y por tanto conviene que con atención, no cualquiera, sino con todo vuestro corazón y con todos vuestros sentidos, la oigáis; la cual os será la más nueva que nunca oísteis, la más áspera y dura y más espantable y peligrosa que jamás pensasteis oír.*

*Todos estáis en pecado mortal y en él vivís y morís, por la crueldad y tiranía que usáis con estas inocentes gentes. Decid, ¿con qué derecho y con qué justicia tenéis en tan cruel y horrible servidumbre aquestos indios? ¿Con qué auctoridad habéis hecho tan detestables guerras a estas gentes, que estaban en sus tierras mansas y pacíficas, donde tan infinitas dellas, con muerte y estragos nunca oídos habéis consumido? ¿Cómo los tenéis tan opresos y fatigados, sin dalles de comer ni curallos en sus enfermedades, que de los excesivos trabajos que les dais incurren y se os mueren, y por mejor decir los matáis, por sacar y adquirir oro cada día? ¿Y qué cuidado tenéis de quien los doctrine, y cognozcan a su Dios y criador, sean bautizados, oigan misa, guarden las fiestas y domingos?*

*¿Estos, no son hombres? ¿No tienen ánimas racionales? ¿No sois obligados a amallos como a vosotros mismos? ¿Esto no entendéis, esto no sentís? ¿Cómo estáis en tanta profundidad de sueño tan letárgico dormidos? Tened por cierto que, en el estado en que estáis, no os podéis más salvar que los moros y turcos que carecen y no quieren la fe de Jesucristo.*

D. Diego Colón dirigiu-se ao convento para pedir a Fr. Pedro de Córdova que expulsasse da ilha a Fr. António, ou que pelo menos o obrigasse a retratar-se em sermão subsequente; a resposta foi um sermão mais violento ainda passados oito dias.

À voz de Montesinos outras se juntaram, quase todas no seio da Ordem Dominicana: Fr. Vicente de Valverde (1498-1541), que acompanhou Pizarro na conquista do Peru e bătizou o inca Atahualpa e viria a ser o primeiro bispo de Cusco; Fr. Domingo de Santo Tomás (1499-1570), autor da primeira gramática da língua quéchua e de uma *Relación a S. M. acerca de los vejámenes que sufren los indios*, datada de 1550; e outros mais. Foi devido às pressões de Fr. Antonio de Montesinos, que para se queixar a El-Rei se deslocou à Península, que Fernando, o *Católico*, reuniu uma assembleia de teólogos e

<sup>606</sup> Las Casas, *HI*, III, iv & v (*Obras Escogidas*, vol. II, pp. 176 & sqq.).

juristas, conhecida por Junta de Burgos, e a 27.XII.1512 promulgou as *Leis de Burgos*, que tentavam morigerar os colonos. Consideradas insuficientes pelo superior Fr. Pedro de Córdova, que veio por seu turno a Espanha a avistar-se com o monarca, foram no ano seguinte substituídas pelas *Leis de Valladolid*, mais explícitas, que afixavam como lema: *el amor de muchos es el mio*. A contínua pressão dos moralistas acabou por levar Carlos I a fazer nova revisão, substituindo-lhes em 1542 as *Leyes Nuevas*.

Foi no entanto a *Brevísima Relación* de Las Casas que a nível mundial mais impacto teve, pois conheceu numerosas edições, sobretudo após a sua tradução em neerlandês em 1578, durante a sublevação das Províncias Unidas contra o domínio espanhol. Nessa língua conheceu 16 edições; e em francês oito a partir de 1617. Entretanto, em 1583, aparecera uma tradução inglesa, em 1597 uma alemã e em 1598 uma em latim, profusamente ilustrada com gravuras de Theodor de Bry (1528-98). Escusado seria dizer que a obra teve sobretudo resgo nos países em conflito com a Espanha...

Embora Fr. Bartolomeu apresente por vezes a tipologia da expansão portuguesa na Guiné, comércio pacífico sem conquista, como alternativa ao modelo imperial espanhol, não deixa de vituperar acerbamente os portugueses devido à sua industrialização da escravatura, a que dedicou a *Brevísima Relación de la Destrucción de África*<sup>607</sup>. Seja como for, embora a penetração portuguesa no Brasil não tenha revestido o mesmo carácter violento da conquista espanhola, por ter sido muito mais paulatina, e do lado português a violência apareça sobretudo



#### **Maus tratos infligidos pelos espanhóis aos ameríndios**

Gravura de Theodor de Bry, sobre um desenho de J. de Winghe, ilustrando a edição latina de 1598 da *Brevísima Descripción de la Destrucción de las Indias* de Fr. Bartolomeu de las Casas.

Corresponde aproximadamente ao seguinte texto da *Historia de las Indias* (II, xvii): *Holgábanse por extraña manera en hacer crueldades, unos más crueles que otros en derramar con nuevas y diversas maneras sangre humana. Hacían una horca lengua y baja, que las puntas de los pies llegasen al suelo por que no se ahogasen, y ahorcában 13 juntos, en honor y reverencia de Cristo nuestro Redentor y de sus doce apóstolos; y saí ahorcados y vivos probaban en ellos sus brazos y sus espadas. Abrianlos de un revés por los pechos, descubrianles las entrañas; otros hacían de otras maneras estas hazañas. Después de así desgarrados, aún vivos, poníanles huego y quemábanlos. Liaban el indio todo con paja seca y poníanles fuego y quemábanlos.*

<sup>607</sup> Fray Bartolomé de las Casas, *Brevísima Relación de la destrucción de África. Preludio de la destrucción de Indias. Primera defensa de los Guanches y Negros contra su esclavización*, estudo, edição e notas de Isacio Pérez Fernández, Viceconsejería de Cultura y Deportes del Gobierno de Canarias / Editorial San Esteban, Salamanca, 1989.

nas lutas com os muçulmanos da Índia, que se inscrevia na tradição medieval da Cruzada, os portugueses vieram a ser associados aos espanhóis na mesma *lenda negra* que circulou pela Europa, cujas vicissitudes não cabe aqui acompanhar.

Basta notar que a *lenda negra* comporta muitos elementos rigorosamente históricos, mas escolhidos a dedo para provarem a tese que se buscava fundamentar; aí acharão, se quiserem, os nossos historiadores desportivos um venerando precedente da metodologia de que lançam mão. Com os factos históricos coexistem, todavia, bastas vezes falsidades — como a asserção de que Filipe II teria preso, acorrentado e mandado D. Sebastião para as galeras — comentários facciosos, omissões graves, etc.

A expressão *lenda negra* foi já empregada por Vicente Blasco Ibáñez (1867-1928), mas foi popularizada sobretudo por Julián Juderías y Loyot (1877-1918) no seu livro *La Leyenda Negra*, publicado em 1914. Aí lamenta:

*... el ambiente creado por los relatos fantásticos que acerca de nuestra patria han visto la luz pública en todos los países, las descripciones grotescas que se han hecho siempre del carácter de los españoles como individuos y colectividad, la negación o por lo menos la ignorancia sistemática de cuanto es favorable y hermoso en las diversas manifestaciones de la cultura y del arte, las acusaciones que en todo tiempo se han lanzado sobre España fundándose para ello en hechos exagerados, mal interpretados o falsos en su totalidad, y, finalmente, la afirmación contenida en libros al parecer respetables y verídicos y muchas veces reproducida, comentada y ampliada en la Prensa extranjera, de que nuestra Patria constituye, desde el punto de vista de la tolerancia, de la cultura y del progreso político, una excepción lamentable dentro del grupo de las naciones europeas.*

A *lenda negra* medrou em diversos terrenos, que as circunstâncias históricas lhe tornaram férteis: nos meios judaicos, revoltados contra a inquisição espanhola; na Sicília e em Nápoles, muito tempo sujeitas ao domínio aragonês; em Roma saqueada em 1527 pelas tropas de Carlos V; no Milanado que este anexou em 1535; e na Alemanha protestante, logo a partir de Lutero — que, tendo por certo em mente o mesmo Carlos V, escreveu:

*Ideo prophetatum est Hispanos velle subigere Germaniam aut per se aut per alios, scilicet Turcam (...). Et ita Germania vexabitur et viribus ac bonis suis exhausta Hispanico regno subiugabitur. Eo tendit Sathan, quod Germaniam liberam perturbare tentat, ou seja, “foi assim profetizado que os espanhóis queressem dominar a Germânia, ou por si mesmos ou por outros, como o Turco (...). E assim a Germânia será vexada e, despojada de suas forças e seus bens, será subjugada ao reino hispânico. Isso busca Satanás, que tenta perturbar a Germânia livre”.*

Foi contudo nos Países Baixos, em luta contra a Espanha pela sua independência desde a União de Utreque em 1579, que a *lenda negra* se desenvolveu, através de sucessivas publicações de que mencionámos já algumas. Daí passou à Inglaterra ameaçada pela *Invincível Armada* e em seguida a França, em luta com a Espanha na última fase da Guerra dos Trinta Anos, entre 1636 e 1648.

Não espanta que no coro tenham entrado dissidentes espanhóis, como Antonio Pérez del Hierro, secretário de Filipe II caído em desgraça, nem portugueses partidários de D. António Prior do Crato exilados em França. Deve-se provavelmente ao dominicano Fr. José Teixeira <sup>608</sup>, confessor de D. António, o *Traicté Paraenétique c'est à dire exhortatoire. Auquel se montre par bonnes et viues raisons, arguments infailibles histoires très certaines et remarquables exemples, le droit chemin et vrais moyens de résister à l'effort du Castillan, rompre la trace de ses desseins, abaisser son orgueil, et ruiner sa puissance. Dédié aux Roys, Princes, Potentats et Républiques de l'Europe; particulièrement au Roy Très-Chrestien. Par un Pèlerin Espagnol, battu du temps et persécuté de la Fortune. Traduict de langue castillane en langue Française. Par I. D. Dralymont, Seigneur de Yarlène*, publicado em Auch em 1597, que logo no ano imediato conheceu duas novas edições e uma última em 1641 <sup>609</sup>; foi entretanto traduzido em neerlandês (1598), italiano (1616) e inglês (1625) <sup>610</sup>.

No contexto do iluminismo pré-revolucionário do século XVIII a lenda negra ecoa de novo na obra do Abbé Reynal (1713-96), *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, ferventemente anti-colonialista e anti-esclavagista, cuja primeira edição data de 1770 <sup>611</sup>.

De tal modo impregnou a opinião pública e os próprios livros escolares que em 1944 o *American Council on Education* se sentiu no dever de esclarecer:

*The "Black Legend" is a term long used by Spanish writers to denote the ancient body of propaganda against the Iberian peoples which began in sixteenth century England and has since been a handy weapon for the rivals of Spain and Portugal in the religious, maritime, and colonial wars of those four centuries.*

Uma das obras que mais contribuiu para a formação da *lenda negra* foi *La Historia del Mondo Nuovo di M. Girolamo Benzoni Milanese* publicada em Veneza em 1565 e de novo, com adições e 18 ilustrações, em 1572. Apesar dos numerosos erros que contém — como dizer que Colombo zarpou de Cádiz e não de Palos, que seu irmão Bartolomeu o acompanhou na viagem descobridora, etc. — a obra gozou de grande popularidade, sendo em 1578 traduzida em latim, em 1579 em francês e alemão,

<sup>608</sup> Cf. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana (...)*, tomo II, Lisboa, 1747 [reimp. Atlântida Editora, Coimbra, 1966], s. v., pp. 904-907.

<sup>609</sup> Servimo-nos da edição que possuímos, Agen, 1598.

<sup>610</sup> Guida Marques, "La dimension atlantique de l'opposition antonienne et l'enjeu brésilien (1580-1640)", in *Anais de História de Além-Mar*, IV (2003), pp. 213-246.

<sup>611</sup> Servimo-nos da edição que possuímos: Guillaume-Thomas Raynal, *Histoire Philosophique et Politique...*, 10 vols., Genebra, 1780.

em 1610 em flamengo e em 1625, inclusa no *Purchas his Pilgrimes*, em inglês. Nos séculos XVI e XVII conheceu assim ao todo pelo menos 23 edições.

O escrito, violentamente anti-espanhol, é mais uma relação de viagem do que um livro de história; com efeito, Girolamo Benzoni (1519-70), que passou quatorze anos na América (1542-56), percorrendo as Antilhas, o Panamá, a Guatemala e o norte do Peru, descreve nela, de forma assaz confusa e com numerosas reticências, as suas andanças, intercalando-as de narrações históricas, baseadas sobretudo em López de Gómara, mas também em Pedro Mártir, Oviedo e Cieza de León (1520-54)<sup>612</sup>; este, de quem não falámos ainda, foi o principal cronista da conquista do Peru, qualificado por D. Marcos Jiménez de la Espada (1831-98) de *príncipe de los cronistas españoles*.

É curioso registar que é na história de Benzoni que pela primeira vez aparece a lenda do *ovo de Colombo*, que não resistimos a traduzir na íntegra<sup>613</sup>:

Achando-se, pois, Colombo num convívio com muitos nobres espanhóis, onde se arrazoava (como é costume) sobre as Índias, um deles veio a dizer: “se vós, Cristóvão, não houvésseis tomado tal empresa, não teria faltado quem semelhante cousa houvesse achado como vós, cá em nossa Espanha, como terra que é repleta de grandes homens judiciosos, cosmógrafos e letrados”. Não respondeu Colombo a tais palavras com palavras, mas mandou trazer um ovo e fê-lo pôr sobre a mesa, dizendo: “vós, senhores, o fareis estar em pé, mas não com farelo, sal ou cousa alguma, senão nu, sem cousa alguma, pois com serradura ou saibro muitos o sabem fazer; mas nu vos rogo que o endireiteis: tentai, senão o farei eu, que sou quem as Índias achou primeiro”. Experimentaram todos e a nenhum adregou fazê-lo estar de pé. E quando às mãos de Colombo ele veio, dando-lhe uma batida sobre a mesa e amolgando assim um pouco da ponta, o firmou; do que todos ficaram vencidos, entendendo o que queria dizer: que depois do feito, qualquer um o sabe fazer, que deviam primeiro buscar as Índias e não rir-se de quem as buscava à sua frente, como um bom pedaço haviam rido, estranhando-o como cousa impossível de ser.

Há que notar que, como milanês, Benzoni se tornara, à força, súbdito da Coroa de Espanha, uma vez que Carlos V reivindicara em 1535 o Milanado, como feudo que fora do Sacro Império, e instalara em 1540 seu filho Filipe como duque. Foi provavelmente essa situação que lhe permitiu partir para a América, embora vigorassem restrições à presença de estrangeiros, e até mesmo de aragoneses, nos domínios de Castela. “Arruinada e empobrecida a sua casa, por causa das contínuas guerras”, como afirma na dedicatória do livro ao papa Pio IV (r. 1569-65), deambulou por Itália, França e Alemanha, passando em seguida a Espanha, de onde embarcou para a América,

<sup>612</sup> Vide Pedro de Cieza de León, *Obras Completas*, edición crítica, notas, comentarios e índices, estudios y documentos adicionales por Carmelo Saenz de Santa María, 3 vols, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto “Gonzalo Fernández de Oviedo”, Madrid, 1984-85.

<sup>613</sup> *f* 11-12.

decidido a tentar aí a sorte. Parece que começou por militar como soldado na hoste de Jerónimo de Orta, que se dedicava a explorar o território em torno do golfo de Pária e a capturar escravos, servindo em seguida na de Alonso de Pisa; mais tarde parece que ganhou a vida como mercador e prateiro. Regressou à Europa em 1556, embarcando de Cádis para Génova, de onde seguiu de retorno para Milão.

O seu *parti pris* anti-espanhol ressumbra já, embora discretamente, da história do *ovo de Colombo*. É igualmente conspícuo na forma como relata o descobrimento do Novo Mundo: para ele Colombo teria começado por propor o seu plano à Senhoria de Génova, de que era natural {118}, que, no entanto, o teve “por sonho e fabulação”. Ter-se-ia feito então cartógrafo, dirigindo-se a Portugal para aí se informar dos descobrimentos portugueses e para melhor vender seus mapas, acabando por casar e se estabelecer na Madeira. Aí teria acolhido o piloto moribundo, que acabaria por morrer em sua casa, após ter-lhe narrado o descobrimento fortuito que fizera a ocidente — como consta do relato do licenciado de Tudela, que traduzimos acima, e da crónica de López de Gómara. E daí conclui <sup>614</sup>:

E esta se crê ter sido a ocasião que tenha movido Colombo a ir buscar as Índias; empero que nós podemos crer que Gómara se tenha metido a confundir com muitas invenções a verdade, e tivesse ânimo de diminuir a fama de Cristóvão Colombo, não podendo muitos suportar que um italiano {119} haja conquistado tanta honra e tanta glória, não sòmente entre a nação espanhola, mas entre todas as do mundo.

Ao contrário do *Diário da Primeira Viagem* colombina, Benzoni não cala que ao cabo de muitos dias sem ver terra se esboçou uma revolta na tripulação, que ameaçava atirar pela borda fora o capitão-mor — episódio que deve ter bebido em Pedro Mártir. Daí que Colombo tenha prometido inverter a rota e regressar a Espanha se dentro de poucos dias não achassem terra. E remata <sup>615</sup>:

... e prosseguindo felizmente sua viagem, dentro de dois dias viram terra. Camanho fosse o prazer de cada um, não é possível narrá-lo com palavras, que com festa se não saciavam de olhar, este com lágrimas o abraçava, aqueles reverentemente lhe beijavam as mãos; e quem no ofendera, chorando pedia vénia e perdão da sua ignorância; e todos se lhe ofereciam como servos e humildes escravos do seu grande valor.

Na esteira de Oviedo e López de Gómara, refere igualmente a história do marinho de Lepe que foi o primeiro a avistar terra americana, e contava por isso receber uma mercê dos Reis; mas não recebeu nada, pelo que, despeitado, terá passado à Berberia e renegado a sua fé, fazendo-se moiro. Omite, porém, explicar que foi seu

---

<sup>614</sup> fl 12 r-v.

<sup>615</sup> fl 14 r.

compatriota Colombo quem, para a consignar à sua amante, arrebatou ao coitado a pensão de 10.000 maravedis prometida pelos monarcas, de modo que é sobre estes que vem a recair o odioso.

Como seria de esperar, o italiano omite igualmente que foi o seu compatriota Colombo quem deu início a muitos dos abusos que acerbamente exproba aos espanhóis: extorsões de ouro, *repartimientos*, escravização dos índios, trabalhos forçados, uso de cães contra as populações nativas...

A catástrofe demográfica que, devido a um somatório de fatores — introdução de novas doenças, como a varíola, guerras, subalimentação, maus tratos e excesso de trabalho infligidos aos índios *repartidos* ou *encomendados* — atingiu as Índias Ocidentais e em especial a Espanhola, é um facto, atestado por numerosas fontes, embora estas não sejam rigorosamente concordes no que toca a números. Aos que morreram em consequência direta destes fatores há a juntar os que preferiram a si mesmos dar a morte e assim escapar à sua triste sina.

Sem depor inteiramente o seu desprezo pelos índios, Gonzalo Fernández de Oviedo regista-o, a propósito do inquérito de Bobadilla que levou à prisão dos três Colombos:

*Todos los indios desta isla fueron repartidos y encomendados por el Almirante a todos los pobladores que a estas partes vinieron a vivir; y es opinión de muchos que lo vieron e hablan en ello como testigos de vista, que falló el Almirante, cuando estas islas descubrió, un millón de indios e indias, o más, de todas las edades, o entre chicos e grandes. De los cuales todos, e de los que después nascieron, no se cree que hay al presente en este año de mill e quinientos y cuarenta e ocho, quinientas personas entre chicos e grandes, que sean naturales e de la progenie o estirpe de aquellos primeros. (...).*

*Pues como las minas eran muy ricas, y la cobdicia de los hombres insaciable, trabajaron alguns excesivamente a los indios; otros no les dieron tan bien de comer como convenia, e junto con esto, esta gente, de su natural, es ociosa e viciosa, e de poco trabajo, e melancólicos, e cobardes, viles e mal inclinados, mentirosos e de poca memoria, e de ninguna constancia. Muchos dellos, por su pasatiempo, se mataron con ponzoña por no trabajar; otros se ahorcaron por sus manos propias, y a otros se le recrescieron tales dolencias, en especial unas viruelas pestilenciales que vivieron generalmente en toda la isla, que en breve tiempo los indios se acabaron.*

Oviedo assume geralmente o ponto de vista dos colonos, para quem os índios apenas possuíam defeitos; e apresenta o seu extremínio como um castigo divino pelos seus muitos pecados, em particular pelo *nefando*, muito divulgado em todo o Novo Mundo. Por *pecado nefando* entendia-se a sodomia, que o *Repertorio das Ordenações*<sup>616</sup> define como “maldade que comete um homem com outro” ou “hũa mulher com outra”, e era severamente reprimida pela legislação civil e eclesiástica. Era considerada “caso

<sup>616</sup> L.º Manoel Mendes de Castro, *Repertorio das Ordenações do Reyno de Portugal*, Coimbra 1699, s. v.

reservado” às jurisdições superiores e causa legítima de divórcio e de privação de benefícios eclesiásticos <sup>617</sup> — o que não obsta a que se reconheça que os conquistadores da América, a começar por Colombo, exageraram bastas vezes na sua repressão.

Escutemos agora o relato de Benzoni, que lança a totalidade das culpas sobre os governadores espanhóis que sucederam aos dois Colombos, pai e filho, insistindo particularmente sobre o suicídio dos nativos:

Morto que foi o Almirante Colombo, el-rei D. Fernando mandou Diego, seu filho, por vice-rei da Espanhola, com a mesma autoridade que havia dado ao pai; mas durou i pouco, pois os espanhóis não podiam de maneira alguma suportar ser comandados por um forasteiro: escreveram a el-rei muitos males de ele, de onde el-rei o privou do governo; e chamado a Espanha, litigou muitos anos com el-rei àcerca de seus privilégios, e assim morreu sem conclusão alguma.

Depois foram mandados à Espanhola outros governadores, tanto religiosos como seculares; e vendo os insulanos que de todos os lados eram oprimidos de intoleráveis e insuportáveis fadigas e trabalhos, e não havia modos de recuperar a sua liberdade, chorando e suspirando, cada um desejava morrer, por onde muitos, desesperados, se iam aos bosques e lá se enforcavam, tendo porém morto primeiro os filhos, dizendo que bem melhor para eles era morrer que viver assim miseramente, servindo a tais e tão péssimos ladrões e ferocísimos tiranos. As mulheres, com certo suco de ervas, interrompiam a sua gravidez para não parir as criaturas, e depois seguiam as pisadas de seus maridos, enforcando-se. Deles deitavam-se de um alto monte ao precipício, deles se atiravam ao mar; alguns aos rios, de arremesso, e outros se deixavam morrer de fome; ora se matavam com as suas facas de sílex, ora trespassavam o próprio peito com lenhos aguçados. Em suma: finalmente de dois milhões de índios que havia naquela ilha, entre os que a si mesmos se mataram e os que morreram oprimidos pela fadiga ou acabados pela crueldade dos espanhóis, presente-mente não se acham mais de cento e cinqüenta. E foi este o modo de os fazer cristãos...



**Suicídios e infanticídios de ameríndios para escaparem à tirania dos espanhóis**

“Índios da Espanhola, para não servir aos cristãos iam-se enforcar aos bosques”  
Gravura da segunda edição (Veneza, 1572) da *Historia del Mundo Nuovo* de Girolamo Benzoni

Estes exemplos bastam, para demonstrar que na escrita da História há sempre um pouco, por vezes muito, de subjétividade, pelo que se torna necessário proceder a uma cuidadosa crítica das fontes, levando em conta quer as circunstâncias em que foi produzido cada relato, quer os interesses e a própria psicologia de cada autor.

<sup>617</sup> Augustini Barbosa (...), *Repertorium Iuris Civilis et Canonici*, Lião, 1668, s. v. (p. 354).

## Índias ou América?

Recapitulemos. Contestado na sua convicção de ter atingido as Índias, Colombo fizera finca-pé na continentalidade de Cuba, de que em 1494, como vimos, mandara lavrar um auto. Procurava assim convencer os Reis Católicos, seus patronos, de que atingira a terra firme do Cataio. Tudo leva a crer, de facto, que jamais concebeu a ideia de que na realidade se encontrava num Novo Mundo, que nada tinha a ver com o dos Antigos; e essa ideia pré-concebida não o ajudou a compreender a continentalidade da América, mesmo quando esbarrou com ela, nomeadamente na sua derradeira expedição. Embora na sua terceira viagem, em 1498-1500, tenha percorrido um trato da costa setentrional da América Meridional, correspondente à atual Venezuela, e na quarta (1502-1504) a costa da América Central, das Honduras ao Panamá, acabou por morrer convicto de que atingira as Índias Orientais. É devido ao seu equívoco que as regiões ribeirinhas do Mar das Caraíbas se denominam ainda hoje *Índias Ocidentais* e que aos indígenas da América se dá o nome de *índios*, utilizado pela primeira vez por Colombo a 17.X.1492, no *Diário* da sua primeira viagem; tanto quanto sabemos apenas em português e em italiano, para fazer a distinção, se dá aos naturais da verdadeira Índia o nome de *indianos*, deixando o de *índios* para os do Novo Mundo. Em espanhol, francês e inglês são homónimos.

Na terceira viagem, passada a ilha de Trinidad onde aterrara, penetrou no Golfo de Pária, onde desembocam várias dos canais do delta do Orinoco, o terceiro mais caudaloso rio da Terra após o Amazonas e o Zaire. Admirou-se da grande quantidade de água doce que havia no mar, *porque ni Ganjes, ni Eufrates, ni el Nilo no ha oído que tanta agua dulce truxese*<sup>618</sup>. Não entrevendo que achara um novo continente, chamou àquela costa, hoje parte da Venezuela, *Isla de Gracia*. Ficara-lhe, contudo, a dúvida, pois *no vía tierras tan grandes de donde pudiesen naçer tan grandes ríos, salvo si esta no es tierra firme*<sup>619</sup>; mas, como que obcecado pela ideia de que se achava na periferia insular da Ásia, senão no paraíso Terreal, não conseguiu ir mais além desta sua ténue suspeição.

Na sua última viagem, na região de Verágua — de que os seus descendentes viriam a ser duques, sita em território hoje panamiano — Colombo soube da boca dos nativos que na contracosta havia mar, mas continuou pensando que não estava longe das *Índias* de Ptolomeu e seus discípulos. Estes enumeravam três: a *Índia*

<sup>618</sup> *Relación del Tercer Viaje*, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xxx, p. 402; cf. p. 479.

<sup>619</sup> *Ibidem*, p. 403.

*Maior* ou Cisgângética, a verdadeira Índia aquém do Ganges, a *Índia Menor* ou Transgângética, designação cômoda para designar o conjunto dos territórios, de cultura mais ou menos indianizada, que jazem para além do Ganges, até aos confins da China, e a *Índia Média* ou Etiópica que corresponde à África Oriental, ribeirinha do Oceano Índico. Colombo identificou uma região americana chamada *Çiguare*, de que aí ouviu falar com *Catigara*, o lugar mais remoto mencionado na *Geografia* de Ptolomeu, que no entanto o situava no hemisfério sul. Deduziu daí que o Panamá não devia ficar longe do delta do Ganges:

*Otrosí dizen que las naos traen bombardas, arcsos y frechas y espadas y corazas y andan bestidos, y en la tierra ay cavallos y usan la guerra y traen ricas vestiduras y tienen buenas casas. También dizen que la mar boja a Çiguare, y de allí a diez jornadas es el río de Ganges. Paresze que estas tierras están con Beragua como Tortosa con Fuenterravia e Pisa con Beneçia.*

Vimos já esse país que deve corresponder a um dos reinos maias <sup>620</sup>. Quanto à anchura do istmo de Panamá, orça na realidade pelos 60 a 100 km, ao passo que a Península Itálica, à latitude de Pisa (Veneza fica um tanto mais a norte), mede uns 160, e a Península Ibérica entre Tortosa na Catalunha e Fuenterravía (ou Honderribia) na Guipúzcoa cerca de 350. Colombo estava, portanto, mais perto do Pacífico do que imaginava; contudo, suputando a circunferência da Terra 26 % menor do que na realidade é, imaginava que do outro lado do istmo panamenho se achava um braço de mar e não o mais vasto oceano do Globo.



**O primeiro esboço de Bartolomeu Colombo**

(Reproduzido de CDD, p. 2090).

<sup>620</sup> CDD, III, doc. 804, pp. 2084-87. Pode ver-se o texto completo de Zorzi in *Italian Reports*, doc. 15, pp. 231-241 (trad. inglesa, pp. 106-115).

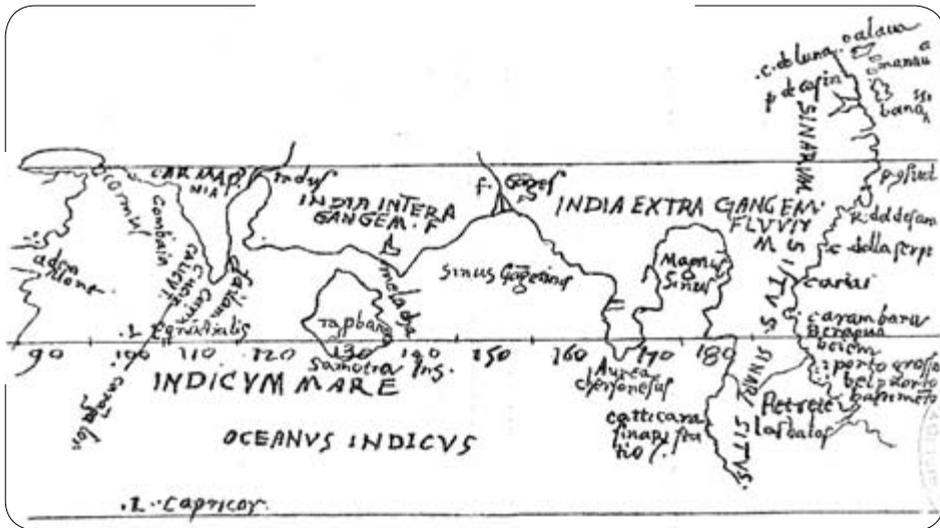
O traçado inicia-se na protuberância para leste da América Central, correspondente às Honduras e à Nicarágua, e, combinando o resultado da segunda e da terceira viagem colombinas com o das explorações de Alonso de Hojeda (1499) e de Rodrigo de Bastidas (1501) estende-se sem solução de continuidade até um pouco a oriente da região de Pária e do *Mar de Aqua Dolce*, correspondente ao delta do Orinoco, a que, saltando sobre as Guianas, se segue imediatamente o Brasil (*S. Crose*, em dialeto véneto), que é figurado mais a leste que as ilhas mais ocidentais de Cabo Verde, a pequena distância da costa africana. De acordo com a informação oral recolhida por Colombo na sua quarta viagem, o Panamá é figurado como um istmo, com um traço ondulante a simbolizar a sua costa pacífica. A ilha de Cuba, que D. Cristóvão decretara ser parte do continente asiático, não consta do mapa, certamente por Bartolomeu não estar de acordo com o irmão quanto à sua continentalidade, em que ninguém mais cria, e não ter querido tomar posição. No Velho Mundo o trópico de Câncer é representado à latitude correta; mas no Novo aparece à da Espanhola, sita na realidade a uma latitude média de 18°, o que corresponde a um erro de c. 5°; o equador é figurado aproximadamente na posição correta no Velho Mundo, mas no Novo aparece na posição na realidade ocupada pelo paralelo 10° N, o que parece mostrar que Bartolomeu sabia tão pouco de latitudes como Cristóvão. O equador apresenta as divisões para uma escala de longitudes que não chegaram a ser numeradas.

Seu irmão Bartolomeu, que como sabemos era cartógrafo e, a crer em Las Casas, *más recatado y astuto, a lo que parecía, y de menos simplicidade que Cristóbal Colón*<sup>621</sup>, parece ter resolvido o problema de forma mais racional, sem recorrer a argumentos, absurdos como o da terra piriforme. Em 1506 Bartolomeu dirigiu-se a Roma, a pedir a intercessão do Papa para que em Espanha fossem respeitados os privilégios outorgados a seu falecido irmão; daí resultaram duas cartas de recomendação de Júlio II (r. 1503-1513), uma de 10.IV.1507 a Fernando *o Católico*, outra de 19 do mesmo mês ao cardeal Cisneros, regente de Castela<sup>622</sup>. Foi certamente nessa ocasião que desenhou três mapas, entre os quais um da Ásia, em que, combinando habilmente as informações recentes, hauridas das explorações portuguesas, com a geografia helenística, resolvia graficamente o enigma das Índias Ocidentais, sem recorrer a argumentos absurdos, como o do *mamilo de Pária*: a uma Índia triangular acompanhada de uma ilha de Ceilão de dimensões razoáveis, sacada da cartografia portuguesa, ajuntava uma Índia tirada de Ptolomeu, praticamente desprovida de parte peninsular e acompanhada de uma Taprobana enorme, cortada pelo Equador; e a uma Península Indochinesa inspirada nos planisférios de Cantino e de Cavério, uma segunda, de tipo ptolomaico, que aparentemente se prolongaria até ao Brasil.

---

<sup>621</sup> I, xxix.

<sup>622</sup> RC, III, 1, doc. viii & x, pp. 21-23.



O segundo esboço de Bartolomeu Colombo.

(Reproduzido de CDD, p. 2088).

O mapa debuxa a Somália, a Arábia, o Golfo Pérsico, a Índia e a ilha de *Sailam* (Ceilão), aparentemente extraídos dos planisférios de Cantino e de Cavério. Segue-se-lhe uma *India Intragangética*, com a sua *Taprobana* cortada pelo equador e identificada com Samatra, um *Sinus Gangeticus* (Golfo de Bengala), uma *Aurea Chersonesus* (península de Malaca) e um *Magnus Sinus* (golfo de Sião) extraídos de Ptolomeu. A leste do *Magnus Sinus*, porém, a costa, em vez de inflêtir para sul e depois para oeste para se ligar à África Oriental, como nos mapas de Planudes, inflêtu para SSE em direção ao trópico de Capricórnio, como no mapa de Cantino, formando um largo istmo, em cuja contracosta se lêem os topónimos apostos por D. Cristóvão às costas da América Central, que aqui ultrapassam largamente para norte o trópico de Câncer. Embora o autor tenha acompanhado seu irmão na sua quarta vigem, em que não desceram abaixo de c. 9° N, tal como no esquema precedente figura aqui as terras então descobertas desde Verágua a Retrete ao sul do equador. Este está graduado em longitudes, contadas como em Ptolomeu, do meridiano do Ferro e todas orientais; mas a inserção da “Índia portuguesa” entre a “Índia ptolomaica” e a Áurea Chersoneso, bem assim como a do “Sueste Asiático português / Panamá” a leste daquela leva a que o meridiano 180° que em Ptolomeu constituía o limite oriental da Terra Habitada passe agora pelo *Magnus Sinus*; sem embargo as terras descobertas pelo irmão do autor não se situam, como este pretendia “no outro hemisfério”, ou seja a mais de 180° W (*i. e.*, a menos de 180° E), mas entre 180° e c. 210° E, ou seja, entre c. 150° e 180° W.

Com efeito, o primeiro esboço traz sobre a zona da Nicarágua a legenda *Asia*, sobre as Honduras a legenda *Serica*, um dos topónimos ptolomaicos correspondentes à China, e ao longo da costa ocidental do Panamá, *Sinarum Situs*, “sítio das Chinas”; e estas terras ligam-se, sem qualquer solução de continuidade, à costa setentrional da América meridional, assinalada pela legenda “Mundo Novo”, que se estende até à longitude das ilhas de Cabo Verde. E no esquema seguinte, que figura o Atlântico e a África, reaparece, em idêntica posição em relação a Cabo Verde, a mesma protuberância, com as legendas



rando que os acompanha, Bartolomeu entregou a Fr. Jerónimo, cónego regular de S. João de Latrão, que por seu turno, aquando de uma ida a Veneza, os comunicou ao erudito veneziano <sup>624</sup>. Seja como for, correspondem assaz perfeitamente às conceções colombinas. Essa representação conheceu uma certa difusão, servindo nomeadamente de protótipo ao mapa-múndi de Francesco Rosselli, impresso em Florença c. 1508 <sup>625</sup> (*vide* o anexo cartográfico ao fim do capítulo, mapa III), e aos que dele derivam, como a carta ptolomaica corrigida de Bernardo Sylvanus, estampada em Veneza em 1511 <sup>626</sup> e a carta em projeção cordiforme do mesmo autor, lugar e ano <sup>627</sup>. A solução é engenhosa; mas está longe de corresponder à realidade das coisas.

No entanto, mesmo após a exploração das costas chinesas pelos portugueses e o achamento do Japão em 1543, uma vez que as navegações lusas não parecem ter ultrapassado para norte o arquipélago nipónico, continua na cartografia a aparecer a América setentrional unida à Ásia na região correspondente ao estreito de Behring, ainda desconhecido. É nos sucessivos atlas de Diogo Homem, debuxados entre 1559 e 1576, que, quiçá graças a informações recolhidas pelos portugueses no Japão, a separação entre ambos os continentes se afirma. Deve ter sido daí que passou às cartas impressas na Europa, a partir da de Gastaldi estampada c. 1562 <sup>628</sup>. O estreito que os divide recebe, a partir de um mapa de Zaltieri impresso em 1566, a designação de “estreito de Anian” — nome este que provém de uma má leitura e de uma má interpretação de Marco Polo. Este fala, de facto, de um país de An Nan (安南, pronunciado *An Nam* em vietnamita, *An Nan* em mandarim e *Ón Nam* em cantonês), que significa “Sul pacificado” e foi o nome atribuído em 679 ao governo militar de Hanói pela dinastia chinesa 唐T'ang (618-907), ao tempo ainda senhora do Vietnã. O viajante véneto situa-o porém, corretamente, a sul da China, e não a norte como o pintam os mapas quinhentistas. Seja como for a concêção que estes refletem até ao aparecimento do estreito é a de um continente americano autónomo, ainda que unido por um istmo à Ásia, como a África o é pelo de Suez.

À concêção da América como um continente *a se* opunham-se tanto o peso da tradição clássica, como as teorias elaboradas pelos físicos da escola de Paris para

<sup>624</sup> Cf. John Bigelow, “The So-Called Bartholomew Columbus Map of 1506”, *Geographical Review*, vol. 25, nº. 4, American Geographical Society, Outº de 1935, pp. 643-656.

<sup>625</sup> Rodney W. Shirley, *The Mapping of the World - Early Printed World Maps 1472-1700*, The Holland Press Ltd, Londres, 1987, mapas nº 28 & 29.

<sup>626</sup> *Ibidem*, mapa nº 31.

<sup>627</sup> *Ibidem*, mapa nº 32.

<sup>628</sup> Henri Vignaud “Une carte inconnue de l'Amérique - La première où figure le futur détroit de Behring”, in *Journal de la Société des Américanistas de Paris*, nouvelle série, tome XIII, 1921, pp. 1-5.

explicar a *congregatio aquarum* no terceiro dia da Criação. Sem terem a noção do tempo geológico, já que somando as idades dos patriarcas mencionados na Bíblia obtinham para o Mundo uma idade que orçava entre os 4.000 e os 6.000 anos, alguns autores desenredavam-se do problema sugerindo que a América não existia desde o começo da Criação: ter-se-ia originado devido às *rapinas do oceano* que a separaram do Velho Mundo e aos terramotos, erupções vulcânicas e catástrofes congêneres que se seguiram ao dilúvio <sup>629</sup>. Quem poderá ter a certeza de que existia já em dias de Plínio e de Estrabão? E assim se salvava a honra do convento...

Aparentemente, o primeiro a entrever a continentalidade do Novo Mundo foi o cartógrafo Juan de la Cosa, que acompanhou Colombo nas suas duas primeiras viagens e quiçá também na terceira, e a quem Pedro de Arroyal, camareiro do Almirante — conforme ele próprio afirmou no seu depoimento nos *Pleitos Colombinos* — emprestou durante alguns dias o mapa-múndi de Toscanelli de que se servia o descobridor <sup>630</sup>. Juan de la Cosa participou em 1499 na viagem de Alonso de Hojeda, em que embarcou também Vespúcio; mas é evidente que recolheu também as informações fornecidas pelas expedições de Vincente Yáñez Pinzón, Pero Alonso Niño e João Caboto bem assim como da viagem de Vasco da Gama e talvez ainda da de Cabral, a cujo descobrimento corresponderá talvez a grande ilha figurada no hemisfério meridional, a curta distância do continente sul-americano. A continentalidade da América do Norte deve ter sido apercebida graças sobretudo à viagem descobridora de João Caboto, de que, como vimos, Colombo tomara conhecimento em 1497, graças a John Day; a da América do Sul, entrevista por Colombo aquando da sua terceira viagem, em 1498, tornara-se clara a partir do ano imediato com a de Alonso de Hojeda, que Juan de la Cosa acompanhou.

O mapa de Juan de la Cosa (*anexo cartográfico*, mapa I) foi debuxado no Puerto de Santa María, provavelmente no verão de 1500, pois a sua assinatura reza assim: *Juan de la cosa la hizo en el puerto de S: mã en año de 1500*. Como em Outubro o cartógrafo voltou a embarcar para o Novo Mundo, como piloto-mor da expedição organizada pelo notário sevilhano Rodrigo de Bastidas, o mapa tem necessariamente de ser anterior.

Trata-se de espécie de planisfério, em que as Antilhas aparecem cercadas de uma grande massa de terra firme, pintada de verde escuro, que a sul corresponde com bastante exatidão às costas da América Meridional, desde a península de Guajira, na atual Colômbia, até um “cabo descoberto por Vicente [Yáñez Pinzón] em 1499”;

<sup>629</sup> Vide W. G. L. Randles, *op. cit.*, pp. 66 & sqq.

<sup>630</sup> AI, *Patronato*, I, 5, pieza I, fl 30 v; Anunciada Colón, IV, p. 2162.

que tem sido identificado com o cabo S. Roque no Rio Grande do Norte, mas deve antes corresponder à Ponta de Mucuripe, no Ceará <sup>631</sup>. A representação das Antilhas é bastante correta, aparecendo Cuba não como uma península, como queria Colombo, mas, como uma ilha, mais distante até do continente do que na realidade está. Valeu a Juan de la Cosa não andar o Almirante por perto, pois fora um dos que em 1494 jurara no auto que Cuba não era ilha...

A norte das Antilhas, o traçado é mais fantasioso, faltando nomeadamente a Florida, o que faz do que corresponde aproximadamente ao Golfo do México um mar aberto. No extremo nordeste do que *grosso modo* corresponde à América do Norte quatro pavilhões ingleses e uma legenda *Mar descubierta por Ingleses* apontam para as viagens do veneziano Zuan ou João Caboto, ao serviço de Henrique VII de Inglaterra. A meio da América Central o traçado é interrompido por uma imagem de S. Cristóvão, epónimo de Colombo, que parece estrategicamente colocada para eludir a questão de saber se entre a América do Norte e a do Sul havia continuidade, deixando em aberto a existência entre elas de um estreito, que permitisse navegar para mais além. Como, por outro lado, no hemisfério português o traçado se esbate a partir da Índia, não resulta claro se o cartógrafo concebia as Américas como extremidade da Ásia, como parece provável, se como continente *a se* e, neste caso, se era ou não cercado pelo mar. O verde escuro de que estão pintadas as terras americanas contrasta vivamente com o fundo branco entrecortado de iluminuras, como é normal nos portulanos da época, em que figuram as Antilhas e todo o Velho Mundo; é possível que seja uma convenção para distinguir das bem conhecidas as terras meramente supostas, ou quando muito, entrevistas. Contudo, autores há que defendem que resulta de um retoque posterior feito ao mapa.

A primeira edição das *Décadas do Novo Mundo* de Pedro Mártir de Anglória é ilustrada com um mapa que é uma adaptação deste.

De qualquer maneira, o Novo Mundo é representado numa escala muito maior do que a do Velho, de modo que o cabo S. Roque, que fica a 5° 28' S, aparece defronte da Namíbia, que na realidade é atravessada pelo trópico de Capricórnio a 23° 27' S, não desenhado no mapa; e no hemisfério norte o trópico de Câncer, que passa entre a Florida e Cuba, é figurado a sul desta e da Espanhola (Haiti), de modo que o que deveria corresponder à Florida, que não reveste ainda a forma de península, é figurado defronte da Bretanha. A representação do trópico a sul da Espanhola está de acordo com a concepção de Colombo, que em seus escritos coloca esta ora a

---

<sup>631</sup> Max Justo Guedes, "As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira", in *História Naval Brasileira*, vol. I, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975, pp. 178 & sqq.

25°<sup>632</sup> ora a 26° N<sup>633</sup> — quando na realidade se estende entre 18° e 20° N. Este erro fez escola, pois a maioria das cartas geográficas da primeira década de Quinhentos continua debuxar as Antilhas Maiores a norte do trópico.

A carta não apresenta graduação em latitude, apenas desenhando o equador e o trópico de Câncer. A carta prova, de qualquer modo, que, tal como Colombo, Juan de la Cosa não devia ainda saber navegar por latitudes.

No mesmo ano em que Juan de la Cosa desenhou a sua carta, deu-se, do lado português, o reconhecimento do Brasil, que Cabral supusera ilha, como continente, feito pelo navio de Gaspar de Lemos, enviado pelo descobridor a Lisboa com a nova do descobrimento, que costeou o país de Porto Seguro a Pernambuco. Essa concepção foi nos anos imediatos inteiramente comprovada pelas duas expedições de Gonçalo Coelho (1501-02 e 1503-04). Na primeira delas se incorporou Américo Vespúcio, que à ida, em 1501, se encontrou em Bezeguiche (junto da atual Dacar) com a caravela *Anunciada* da frota de Pedro Álvares Cabral, que no regresso da Índia se adiantara e aí aguardava as demais; a bordo dela navegava Gaspar da Índia, que o informou minuciosamente acerca da geografia do Índico, de que, por carta de 4.VI.1501 que citámos já, deu prontamente conta a seu patrono Lourenço de Médicis<sup>634</sup>. Deve daí ter concluído que as Antilhas e o Brasil não eram a Índia, pelo que lhes deu o nome de *Novo Mundo* — expressão que serve de título a um opúsculo publicado em 1504 em Augsburg, que recapitula, não sem abundantes fantasias, cartas suas. Uma vez que as expedições castelhanas de 1499 haviam percorrido todas as costas entre o Golfo de Pária e o Ceará, no Brasil, ficou praticamente estabelecida a continentalidade da América meridional. Como a da setentrional, quiçá entrevista pelos Cortes Reais, por João Fernandes Lavrador ou por João Caboto, se tornou absolutamente clara desde a viagem de Sebastião Caboto em 1508-09, apenas na zona das Caraíbas e da América Central permaneceu em aberto, até às viagens de João Dias de Solis em 1508 e em 1515-16, a possibilidade de existir uma passagem marítima para o que hoje sabemos ser o Pacífico.

<sup>632</sup> Carta de 1495 aos Reis, narrando a sua expedição a Cuba, Varela & Gil, *Textos...*, doc. xiii, pp. 314-315.

<sup>633</sup> Carta a Santángel, *ibidem*, doc. v, p. 224; *Relación del Segundo Viaje*, *ibidem*, doc. viii, p. 249.

<sup>634</sup> Texto italiano in Ilaria Luzzana Caraci, *Amerigo Vespucci*, Nuova Raccolta Colombiana, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato / Libreria dello Stato, Roma, 1996, vol. I, doc. 2, pp. 281-87; tradução portuguesa anotada in Carmen Radulet & Luís Filipe F. R. Thomaz, *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) - Fontes Italianas para a sua História: o Códice Riccardiano 1910 de Florença*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002, apêndice, pp. 325 & sqq; tradução francesa in Luís Filipe F. R. Thomaz, “L’invention de l’Océan Indien” in Didier Marcotte (ed.), *Méditerranée et Océan Indien - Deux mondes en miroir* (*Topoi*, sup. 15), Lião, 2017, pp. 257-306.

Aproveitamos o ensejo para notar que a afirmação de López de Gómara<sup>635</sup> em como no ano de 1501 foi Américo Vespúcio, *con tres caravelas que dió el Rey Manuel de Portugal para buscar estrecho en aquella costa [sc. do Brasil] por do ir à las Malucas*, é inaceitável: nem D. Manuel, sete anos após o tratado de Tordesilhas e dois após a abertura da rota do Cabo por Vasco da Gama, procurava chegar a Maluco por ocidente, nem mesmo estava já ao corrente da existência desse pequeno arquipélago, de que apenas houve notícia por Pedro Álvares Cabral — que, como vimos já, cruzou em Bezeguiche, perto da atual Dacar, como Vespúcio, que *ia já* a caminho do Brasil, integrado na expedição de Gonçalo Coelho.

O mesmo se diga da expedição de Diogo Ribeiro à costa brasileira em 1511-12, em que parece ter atingido 40° ou mesmo 50° S, penetrando numa reentrância da costa que lhe pareceu ser o fim da América Meridional. Esta viagem, que foi minuciosamente estudada pelo coronel uruguaio Rolando Laguarda Trías<sup>636</sup>, é conhecida sobretudo, através do folheto alemão *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt*<sup>637</sup>, de que temos já falado, que Laguarda Trías traduz e comenta. O seu anónimo autor diz-se “o melhor amigo” do piloto no navio que efetuou a viagem, a quem deve a informação; e afirma a certa altura que aquele opinava que do cabo do Brasil que haviam atingido não haveria mais de 600 milhas até Malaca, pelo que se poderia por tal via aí ir e em pouco tempo voltar a Lisboa com a especiaria. Na realidade a distância é mais que décupla: da ordem das 10.600 milhas marítimas. Dessa afirmação disparatada de um piloto mal informado quanto às veras dimensões do globo e à posição de Maluco têm concluído ligeiramente alguns historiadores que o escopo da expedição seria encontrar por aquele lado uma passagem para as Ilhas das Especiarias — que o texto nem sequer menciona. Como é bem sabido, a armada de António de Abreu viria a atingi-las aproximadamente no momento em que Diogo Ribeiro efetuava a sua exploração em sentido oposto. Mas daí a afirmar que era esse o objetivo da viagem vai uma certa distância!

É verdade que Herrera<sup>638</sup> refere

*la diligencia que el Rey de Portugal ponía en embiar descubridores del estrecho que se certificaua que auía, para pasar a las islas de la especería, para acortar el camino, y muchos anduvieron por el Norte, costeando y trabajando en ello.*

O autor parece ter em mente as expedições açorianas à Terra Nova e à Terra do Lavrador, ou seja, à Gronelândia; mas não se pode deduzir desta afirmação, vaga e tardia, que expedições mandadas de Lisboa como a de 1511-12 tivessem por fito achar o estreito que na sua quarta viagem Colombo não lograra descobrir.

Quer-nos parecer que a pendência diplomática solevada pela intrusão de Estêvão Fróis no hemisfério castelhano, a que se acolhera fugindo aos índios do Brasil que

<sup>635</sup> *Ed. cit.*, p. 211.

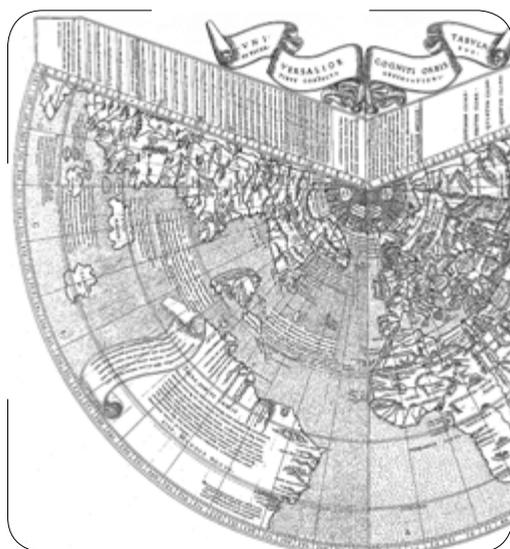
<sup>636</sup> Rolando A. Laguarda Trías, *El predescubrimiento del Río de la Plata por la expedición portuguesa de 1511-1512*, Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1973.

<sup>637</sup> Pode ver-se um fac-simile do folheto, com tradução em inglês e abundantes notas, in *Tidings out of Brazil*, translated by Mark Graubard, commentary and notes by John Parker, The University of Minnesota Press, Minneapolis, 1957.

<sup>638</sup> Década I, liv<sup>o</sup> vi, cap<sup>o</sup> 16.

havia morto Diogo Ribeiro, quedando preso em Santo Domingo até 1517 <sup>639</sup>, seria suficiente para tirar a el-rei de Portugal as veleidades que tivesse de mandar naus a Maluco pelo dorso do globo, quando, via Cochim e Malaca, os seus homens haviam já atingido, em 1512, o cobiçado arquipélago.

Os primeiros mapas impressos a debuxarem partes do Novo Mundo, como o de Giovanni Contarini e Francesco Roselli, estampado em Florença em 1506, e o de Johann Ruysch, impresso em Roma no ano imediato, pintam-no ainda como um arquipélago, pois fazem da América do Sul uma ilha e do pouco que se conhecia ou se adivinhava da do Norte um prolongamento da Ásia.



O Novo Mundo no mapa-múndi de Johann Ruysch, Roma, 1507

Entre uma e outra, num largo canal que se abre entre c. 12° e c. 50° N, figuram as Antilhas, até Cuba e, a pouca distância desta, à mesma latitude, o Cipango de Marco Polo, ou seja, o Japão, que na realidade fica uns 10° ou 15° mais a norte. Como no planisfério de Juan de la Cosa as Antilhas Maiores figuram geralmente a norte do Trópico de Câncer.

É só nas cartas de Martin Waldseemüller impressas em Estrasburgo em 1507 e 1516 que a continentalidade das duas Américas se perfila, conquanto na primeira figure ainda um imaginário estreito a separá-las a c. 10° N e na segunda haja um

prudente hiato entre ambas. É nesse mapa-múndi que pela primeira vez aparece a designação de *América*, dada ao continente em que se situa o Brasil, derivado do nome do navegador florentino Américo Vespúcio, que, no entanto jamais comandou qualquer expedição ao Novo Mundo, já que em 1499-1500 visitou a costa da Venezuela sob o comando de Alonso de Hojeda e em 1501-1502 a do Brasil, sob o de Gonçalo Coelho.

Vespúcio tornou-se amplamente conhecido em toda a Europa ocidental devido à divulgação pela imprensa de duas cartas suas, o *Mundus Novus* publicado em

<sup>639</sup> Pormenores em Laguarda Trías, *op. cit.*, onde publica em apêndice toda a documentação até hoje achada sobre essa pendência.

1504 em Augsburgo, e a *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi*, impressa um ou dois anos mais tarde, provavelmente em Florença, vertida em latim e impressa pela primeira vez em Saint Dié em 1507. É da segunda — mais conhecida por *Carta a Soderini*, por nalgumas das suas versões aparecer endereçada a essa personagem — que aparece datada de Lisboa, 4.IX.1504, que consta a relação de uma viagem que, ao serviço de Castela, o autor teria feito entre 10.V.1497 e 15.VIII.1498, em que teria explorado, portanto antes de Colombo, a costa setentrional da América Meridional. Contudo, em mais nenhuma fonte histórica coeva se encontra o mínimo traço de tal viagem. Mais ainda que Colombo, era Vespúcio gabarola: jámais indica os nomes dos capitães com que viajou, parecendo querer arrogar-se louros de descobridor: em 1502, no regresso da sua viagem ao Brasil, em que navegou sob o comando de Gonçalo Coelho, queixou-se ao seu compatriota Pedro Rondinelli <sup>640</sup> de que:

passou assaz de fadigas e teve pouco proveito, que mesmo assim merecia melhor cousa que a ordem del-Rei de Portugal, que arrendou as terras que ele descobriu a certos cristãos-novos...

Trata-se do contrato com Fernão de Noronha; mas quem descobriu o Brasil foram Duarte Pacheco Pereira, Pedro Álvares Cabral e Gonçalo Coelho, e pelo lado do Maranhão Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe! Vespúcio descobriu, quando muito, o pau-brasil, que daria o nome ao país.

Como nem do *Mundus Novus* nem da *Carta a Soderini* se conhecem manuscritos autógrafos, não se sabe ao certo se as jactâncias, fantasias e incongruências em que abundam ambos são da lavra de Vespúcio se da dos seus editores, que podem ter caldeado com outras informações, de duvidosa fonte, cartas suas autênticas, hoje



**O Novo Mundo no planisfério de Waldseemüller, Estrasburgo, 1516**

Como no planisfério de Juan de la Cosa as Antilhas Maiores figuram a norte do Trópico de Câncer

<sup>640</sup> Carta enviada para Florença a 3.X.1502, pub. por Carmen Radulet e Luís Filipe Thomaz, *Viagens Portuguesas...*, doc. VIII, p. 172 & 180.

perdas <sup>641</sup>. Não cabe aqui entrar na discussão desse árduo problema. A designação de *Novo Mundo* dada às novas terras descobertas parece ser da sua autoria, uma vez que é anterior à publicação das *Décadas do Novo Mundo* de Pedro Mártir de Anglória, cujo primeiro volume apenas saiu em 1511; a de *América* é, como acabamos de ver, da de Waldeseemüller, que a utiliza no seu planisfério de 1506-1507, mas aparentemente se veio a arrepender dela, pois não aparece já no seu planisfério de 1516 — tarde de mais, porém, pois já corria mundo...

Justiça seja feita a Colombo: o novo continente de que recolheu nas Antilhas ecos logo na primeira das suas quatro viagens e veio a encontrar na terceira, mereceria mais o nome de *Colômbia* do que o de *América*.

Na Europa a ideia da existência de um quarto continente, completamente independente da Ásia, demora algum tempo a impor-se; é por isso que no mapa de Waldeseemüller de 1516 aparece aposta à América setentrional, a noroeste da Florida, a legenda *Terra de Cuba, Asiae partis* (*sic*; em latim escorreito deveria ser *Asiae pars*); e no curioso mapa-múndi anónimo em fusos impresso em Nuremberga em 1535 <sup>642</sup>, que debuxa assaz corretamente o Golfo do México com os principais rios que para ele correm, o Mangi de Marco Polo situa-se imediatamente a sul do lago de *Themistitan* (ou seja, Tenochtitlan, o nome nahuatl da cidade do México), na “Hispania Nova”, separada por um rio do Cathay, que assim corresponde *grossomodo* ao Texas...

Na Península Ibérica, como seria de esperar, as cousas correram mais depressa: a continuidade das terras americanas do norte do Canadá ao sul do Brasil é já, cerca de 1507, coisa de um ano após a morte de Colombo, claramente afirmada por Duarte Pacheco Pereira, que no seu *Esmeraldo de Situ Orbis* <sup>643</sup> afirma, como tivemos já ocasião de ver, do novo continente recentemente achado:

*... é achada e navegada ãa tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o polo ártico, e posto que seja assaz fora é grandemente povorada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez e vai além e vinte e oito graus e meio de ladeza contra o polo antártico, e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de ãa parte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e cabo dela.*

---

<sup>641</sup> Cf. Ramón Ezquerro, artº “Vespucio, Américo” in *DHE*, vol. III, s. v.. Pode ver-se texto das cartas, verdadeiras e falsas, de Vespúcio in Ilaria Luzzana Caraci, *Amerigo Vespucci*, Nuova Raccolta Colombiana, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, Libreria dello Stato, vol. I, Roma, 1996; versão castelhana: Amerigo Vespucci, *Cartas de Viaje*, introducción y notas de Luciano Formisano, Alianza Editorial, Madrid, 1986.

<sup>642</sup> Shirley, nº 71

<sup>643</sup> I, ii.

Duarte Pacheco alude aqui a uma viagem exploratória de que foi encarregado em 1498, mas de que nada mais se sabe. Apenas sabemos por um capítulo subsequente do *Esmeraldo* que teve como objetivo a costa brasileira, onde não sabemos se chegou a desembarcar ou se limitou a avistar. 28° 30' é a latitude de Tubarão, no sul do atual estado de Santa Catarina, provável limite meridional das explorações da costa brasileira levadas a cabo até ao momento da redação do *Esmeraldo*.

Seja como for, é este o primeiro autor a afirmar claramente que a América é um continente *a se*, a quarta parte do mundo, além da Ásia, África e Europa que constituíam para os Antigos a totalidade da οικουμένη ou terra habitada. Duarte Pacheco calculava o grau de latitude (que na realidade mede 111,111 km), praticamente equivalente ao grau de longitude medido sobre o Equador, em 18 léguas portuguesas, provavelmente das de 6.179 metros; a essas contas a redondeza da Terra corresponderia a  $360 \times 18 \times 6.179^m = 40.039^{km}$ , o que anda muito perto das medidas dadas pelos geógrafos árabes e apresenta um erro de apenas 1%. Deve ter sido essa noção tão aproximada que tinha das dimensões do Globo, conjugada com o conhecimento da existência de um vasto oceano a oriente da China — que, sob o nome de *Oceanus Orientalis*, aparece já no planisfério português de 1502 conhecido por “mapa de Cantino” (nome do espião italiano que o adquiriu em Lisboa para Ercole da Este, duque de Ferrara) — o que lhe permitiu intuir que a América era a quarta parte do Mundo, um continente independente (*anexo cartográfico*, mapa II).

Em Espanha, depois de ter sido conhecido o sucesso de Vasco da Gama, tornou-se evidente que as terras descobertas por Colombo não eram as Índias Orientais. Crente em que, navegando para além delas, seria de uma maneira ou de outra possível atingir a verdadeira Índia, Fernando, o *Católico*, pensou em 1505, pouco antes de falecer o descobridor genovês, enviar às “Ilhas da Especiaria”, ou seja às Molucas, uma frota; mas outras preocupações o impediram de dar andamento ao seu projeto. Foi só em 1508 que reuniu em Burgos uma junta, em que participaram Vesúcio, Pinzón, Juan de la Cosa e João Dias de Solis; entre outras cousas, que nos não interessam de momento, ficou aí decidido procurar um estreito que se supunha existir entre Cuba e as Honduras, *grosso modo* a noroeste das terras descobertas por Colombo na sua derradeira viagem (1502-1504). Para tal fim celebrou a Coroa, a 23 de Março de 1508, uma capitulação com Pinzón e Dias de Solis; mas nada mais se sabe com certeza da jornada que empreenderam, senão que exploraram a costa das Honduras e tocaram o Iucatão.

A inexistência de um hiato entre ambas as Américas demorou tempo a tomar raízes na consciência geográfica do Ocidente e ainda em 1515 o globo de Johann Schöner, desenhado provavelmente em Estrasburgo, representa a 10° de latitude

norte uma passagem — exatamente na zona que Colombo explorara em 1503, onde verificara não existir passo algum. Curiosamente debuxa também um estreito, aproximadamente correspondente ao de Magalhães, entre a ponta meridional da América do Sul e uma terra austral que designa por *Brasilie Regio* — o que pode constituir um reflexo da expedição de Diogo Ribeiro, que deve ter atingido o Rio da Prata uns dois anos antes.

Nalguns meios aquela crença parece ter-se enraizado fortemente: é o que explica que c. 1527 — oito anos após a conquista do México por Cortês e cinco após o



**Reconstituição do globo de Iohann Schöner a partir das folhas impressas que subsistem e da descrição que dele dá o autor**

Impresso provavelmente em Estrasburgo em 1515

regresso de Elcano da sua circum-navegação do Globo — ainda um mapa-múndi em dois hemisférios, desenhado por Franciscus Monachus e impresso em Antuérpia, figure um estreito a separar o México de “Baragva” (Verágua), unindo assim o Atlântico ao Pacífico.

Deve ter sido então que se começou a tornar evidente para todos no país vizinho a continentalidade da América; com efeito, em 1512 Fernando, *o Católico*, regente de Castela em nome de sua filha Joana, *a Louca*, desesperando de encontrar por entre as Antilhas uma passagem para as verdadeiras Índias, celebrou

nova capitulação com Solis, entretanto nomeado piloto-mor do reino, para que fosse secretamente, pela rota portuguesa do Cabo, descobrir e tomar posse da China e das ilhas de Maluco. Contudo, o seu objêtivo transpirou e, perante os protestos de D. Manuel, a expedição ficou sem efeito.

Crete na ideia apriorística da comunicabilidade entre os oceanos, professada já, ainda que sob uma forma mítica, por Homero <sup>644</sup>, reforçada pela descoberta do “Mar do Sul” por Balboa, Fernando, *o Católico*, insistiu; e em 1514, mediante nova capitulação celebrada a 24 de Novembro, encomendou a Solis o descobrimento da contra-costa da “Castilla del Oro”, nome que então se dava ao Dariên, nos confins

<sup>644</sup> Cf. o nosso estudo “L’invention de l’Océan Indien” in Didier Marcotte (ed.), *Méditerranée et Océan Indien - Deux mondes en miroir* (Topoi, sup. 15), Lião, 2017, pp. 257-306.

do Panamá com a atual Colômbia. Cabia, por conseguinte, ao descobridor achar o estreito que ligaria ambos os oceanos. João Dias de Solis julgou tê-lo encontrado quando, em Fevereiro de 1516, percorrida a costa brasileira, encontrou, a c. 34° S (a latitude do Cabo da Boa Esperança), o largo estuário hoje conhecido por Rio da Prata; mas tendo-se internado nele foi, com oito dos seus companheiros, morto, despedaçado e comido, à vista da sua tripulação, pelos nativos do país, o que levou os sobreviventes a arrear caminho e retornar a Espanha.

Entretanto Vasco Núñez de Balboa (que participara em 1501 na expedição de Rodrigo de Bastidas e em seguida se estabelecera na Espanhola), fugindo em 1509 aos seus credores, escondido dentro de um barril, passou clandestinamente à zona do Darién, onde fundou Santa María la Antigua, primeira colônia espanhola na Terra Firme, a partir da qual organizou várias expedições a explorar a região. Foi numa delas que, a 25.IX.1513 divisou, de um dos cumes da cordilheira, o oceano, do outro lado do istmo de Panamá. Chamou-lhe “Mar do Sul”, pois de facto na zona do istmo fica a sul do Mar das Caraíbas; foi Magalhães quem, a 28.XI.1520, quando nele entrou com sua frota, lhe deu o nome de *Pacífico*, por o ter encontrado tranqüilo. Entretanto Balboa levantara um auto de posse do seu “Mar do Sul” em nome de Carlos I de Espanha, firmado por 64 testemunhas, que em Setembro de 1514 enviou ao soberano.

Ficou assim provado que a América era um continente em si, e que entre ela e a Ásia mediava um oceano. Restava apenas avaliar a sua extensão, o que, como muito bem sabemos, foi experimentalmente levado a cabo por Fernão de Magalhães.



O Novo Mundo no mapa em dois hemisférios de Petrus Monachus (c. 1527)

Junto a uma ilha que deve corresponder ao Iucatão um estreito imaginário, de que Baragva (Verágua) é ribeirinha, separa as duas Américas

## ANEXO CARTOGRÁFICO

### MAPA I



#### O planisfério de Juan de la Cosa, de 1500, hoje no Museu Naval de Madrid

A comparação com o planisfério português dito “de Cantino”, só dois anos posterior, que reproduzimos em seguida, mostra à saciedade a superioridade da cartografia portuguesa

### MAPA II



#### Planisfério português de 1502, dito “de Cantino”

A raia de Tordesilhas corta a América do Sul; as Antilhas, Cuba inclusive, aparecem como ilhas; da América do Norte apenas figura a Terra Nova, arredada para dentro do hemisfério português, a pouca distância dos Açores; para lá de Ceilão o traçado da Ásia deriva de fontes árabes e enferma de uma má conversão de *içbas* (“polegadas” utilizadas para medir a altura dos astros acima do horizonte) a graus; a oriente da China aparece o grande oceano a que Magalhães daria o nome de Pacífico, sob o nome de *Oceanus Orientalis*, que ultrapassa em latitude o Círculo Polar Ártico, deixando implícito que a América do Norte (de que só figura, como ilha, a Terra Nova) não é parte da Ásia. Como no planisfério de Juan de la Cosa as Antilhas Maiores, visivelmente copiadas dum mapa castelhano, figuram a norte do Trópico de Câncer

## ANEXO CARTOGRÁFICO

### MAPA III



**O planisfério de Francesco Rosselli, impresso em Florença c. 1508,  
com base nos esquemas de Bartolomeu Colombo copiados por Alessandro Zorzi**

(exemplar colorido à mão, reproduzido de Rodney W. Shirley, *The Mapping of the World - Early Printed World Maps, 1472-1700*, The Holland Press Pub., Londres, 1984, estampa 32, p. 32).

A América do sul não é já, como sugeria Bartolomeu Colombo, uma excrescência da Aurea Chersoneso (que em Ptolomeu correspondia à Península de Malaca), mas como que uma grande ilha, separada da Ásia por um largo trato de oceano; mas a do Norte é uma excrescência da Ásia, de que constam duas Índias e duas Penínsulas Indochinesas; as Antilhas e o naco que se conhecia da América Central, aparentemente identificado com o Cipango, são figurados como ilhas. O que parece corresponder à Antártida, que por certo não fora avistada até então, representa provavelmente uma reminiscência da *Antichton* ou “Anti-Terra” de alguns geógrafos antigos e medievais. A despeito de ser posterior, a representação é nitidamente mais arcaica do que as de Juan de la Cosa e do planisfério “de Cantino”.

### MAPA IV

**A parte restante do planisfério de 1513 de Piri Reis  
(Museu de Top Kapı, Istambul)**

Baseado, segundo o seu autor, em 34 mapas, quatro dos quais portugueses, constitui, de facto uma das mais rigorosas representações do Atlântico na sua época (embora não, como com exagero se tem afirmado, “o mais rigoroso de todo o século XVI”); é óbvio que, por exemplo, a representação das Antilhas não sofre comparação com a do planisfério dito “de Cantino”. Seja como for, é nitidamente superior ao globo de Schöner, dois anos posterior. É importante sobretudo como testemunho da consciência, que a custo se ia firmando, da continentalidade das Américas, cujo traçado se estende sem interrupção de c. 45° N a c. 50° S.

O mapa não apresenta graduação em latitude, mas apenas reticulado de linhas de rumo, como as cartas mediterrânicas da Idade Média, destinadas à navegação por rumo e estima; no entanto, as rosas-dos-ventos de que partem os diferentes rumos situam-se corretamente, sobre os dois trópicos e sobre o equador. A representação das Antilhas e terras circunvizinhas



é o seu ponto fraco, devido provavelmente ao facto de o autor, a despeito de dispor de cartas mais atualizadas, ter por preconceito apriorístico privilegiado o mapa de Cristóvão Colombo de que possuía cópia e em que visivelmente se baseou nessa secção do seu planisfério. Daí as incongruências que mais acima notámos: profusão de ilhas imaginárias; representação da Espanhola segundo um eixo norte-sul, a sugerir a sua identificação com o Cipango; e total fusão de Cuba, apenas identificável pela toponímia, com o continente, de que nem sequer constitui uma península. A representação melhora a partir do golfo do Darién, registando-se os principais cursos de água: em atual território colombiano o Atrato e o Madalena, mais adiante o Orinoco e o Amazonas, sendo os restantes de identificação problemática.

A representação mais correta é sem dúvida a do Brasil, onde as legendas em aljama assinalam a *Ile de tirnam delonce*, “ilha de Fernão de Loronha”, *Santaloka*, “[cabo] São Roque”, *Kav de Santa Agostini*, “Cabo de S. Agostinho”, *San Megali*, “S. Miguel”, *San Francesko*, “[Rio] S. Francisco”, *Port Dali*, “Porto Real”, *Totel Sante*, “[Baía de] Todos os Santos”, *Abraklok*, “Abrolhos”, *Kav Friyo*, “Cabo Frio”, *Sano Saneyro*, “Rio de Janeiro” (pela primeira vez assinalado num mapa que até nós tenha chegado) e *Katino*, que provavelmente corresponde à Cananéia, já que em aljama é fácil confundir o *nūn* (ن, quando ligado à letra seguinte ð) com um *tā*’ (ت, em ligação ð).

Um rasgo assaz curioso deste planisfério é o facto de prolongar a costa da América Meridional, recurvando-a para leste, parecendo querer fechar a sul o Atlântico — sem que possamos discernir se tal concepção é da lavra de Piri Reis, que devia conhecer Ptolomeu, ou se aparecia já no protótipo português em que se baseia, pois parece esboçar-se no “planisfério de Cantino”. Essa concepção reaparece, de facto, no mapa-múndi do jovem Lopo Homem, incluso no chamado *Atlas Miller* da Biblioteca Nacional de Paris, datado de 1519, em que as demais cartas foram debuxadas pelos dois Reinéis, pai e filho. Deparamos aí com uma insólita ligação terrestre entre o Brasil, a Antártida e a suposta terra que limita a oriente o *Magnus Sinus* de Ptolomeu, que parece corresponder ao Golfo de Sião. Reaparece assim a ponte terrestre que na concepção do geógrafo alexandrino ligaria a extremidade oriental da Ásia ao sul da África, mas deslocada para sul, passando a unir o Extremo Oriente à América do Sul, desconhecida até há pouco. O seu desenho é, evidentemente, conjectural e arbitrário, pois mesmo que algum navio, desgarrado pelos ventos, tenha avistado a Antártida ou as ilhas circunvizinhas, é de todo em todo improvável que a tenha costeado — pelo que é exercício perfeitamente inútil comparar, como faz Gregory McIntosh, o contorno e as reentrâncias dessa terra austral figurada em ambos os mapas com os da vera Antártida. Seria acaso possível topar, num mapa em que 21 anos após o achamento colombino as Índias Ocidentais figuram como figuram, com uma Antártida bem delineada?

Da cartografia portuguesa está quase sempre ausente a Terra Austral que aparecia em 1519 no mapamúndi que abre o *Atlas Miller*. Reaparece numa tapeçaria mandada executar por D. João III em Bruxelas, mostrando Júpiter e Juno, aparentemente de pé sobre a eclíptica, horizontal, protegendo com seus cetros um globo terrestre devidamente inclinado em relação a ela, cuja revelação constituía a glória de Portugal. Embora a possível ponte terrestre entre a América do Sul e a Terra Austral permaneça invisível, na face oculta do globo, este mostra grandes afinidades com o do *Atlas Miller*, não só na figuração dessa Terra Austral mas também no traçado, ainda ptolomaico, do Mar Cáspio, do Golfo Pérsico, ao passo que da costa oriental da Península Hidustânica aponta para outra carta do mesmo atlas. É possível que o tapeceiro se tenha inspirado nele — como aventámos no livro explicativo da sua reprodução fac-similada pelas edições Moleiro de Barcelona — que terá sido oferecido por D. Manuel ao papa Leão X c. 1519, e por este a sua sobrinha-neta Catarina de Médicis, nascida naquele mesmo ano, cujas armas figuram na portada que hoje ostenta. Como Catarina desposou em 1536 o delfim Henrique, futuro Henrique II de França (r. 1547-59), deve ter então levado no seu bragal o atlas para França. O autor da tapeçaria pode tê-lo consultado em Paris ou então utilizado uma cópia do seu mapa-múndi, ou de outro mapa similar, que lhe tenha sido fornecida <sup>645</sup>.

As legendas apostas na carta de Piri Reis ao hipotético continente austral são confusas, referindo vagamente a história de um navio português que, arrastado pelos temporais, aí terá arribado, o que coincide *grosso modo* com os relatos de Vespúcio <sup>646</sup>. Uma das legendas afirma que nessa terra dura o dia mais curto do ano apenas duas horas — o que, mesmo que reflita uma viagem real, constitui sem dúvida uma extrapolação, já que há somente 2 probabilidades contra 363 de que esse tal navio aí tenha chegado em dia de solstício! Seja como for, essa duração do dia mais curto corresponde ao que se observa a uma latitude de c. 65°.

<sup>645</sup> Cf. John Hewitt “The Terrestrial Sphere of the ‘Spheres Tapestries’ - Revisited”, in *Journal of the Australian and New Zealand Map Society Inc.*, n° 81, Março de 2017, pp. 21-36.

<sup>646</sup> Lidámos com este caso em mor detença no nosso estudo do *Atlas Vallard*, já várias vezes citado.

## Porquê agente secreto?

Passando ao plano da interpretação histórica e em complemento do que fica dito, é-nos lícito refletir um pouco sobre os motivos que, supostamente, teriam levado D. João II a utilizar Colombo como agente. Vejamos primeiro os argumentos genéricos, *a priori*.

Há que recordar primeiramente que estava em vigor o tratado das Alcáçovas, firmado a 4 de Setembro de 1479, ratificado por Isabel, a *Católica*, em Trujillo, a 27.IX.1479, na ausência de seu marido, de novo, por ambos os Reis Católicos, em Toledo a 6 de Março do ano seguinte e confirmado pelo papa Sisto IV pela bula *Aeterni Regis clementia* de 21 de Junho de 1481<sup>647</sup>. Por ele Portugal, ao mesmo tempo que mediante as “Terçarias de Moura”<sup>648</sup> se obrigava a não intervir em Castela, reconhecia a esta a soberania sobre as Canárias e o direito à conquista de Granada; por seu turno o reino vizinho reconhecia a Portugal a soberania sobre os Açores, a Madeira e todas as ilhas achadas ou por achar a sul das Canárias, a navegação e comércio da costa africana *de las Canarias para baxo, contra Guinea*, e o direito à conquista do reino de Fez. Portugal tinha assim o caminho aberto para chegar à Índia Oriental, o que fazia parte dos seus objetivos pelo menos desde *c.* 1470.

Mascarenhas Barreto<sup>649</sup>, que visivelmente se não deu ao trabalho de ler o texto o tratado, imagina que se trata de dois acordos sucessivos, firmado um nas Alcáçovas o outro em Toledo, incluindo novas cláusulas não contidas no primeiro — cujo articulado, aliás, não chegou até nós, sendo apenas conhecido através do citado no texto firmado em Toledo.

Foi com base nesse tratado que, por carta régia de 6.IV.1480 — que Mascarenhas Barreto supõe ser um artigo do convénio — fez saber aos capitães de seus navios e dos do príncipe seu filho que deveriam atirar ao mar “para que mouram logo naturalmente” a “jente d’Espanha ou doutro qualquer que seia ou ser possa” que encontrassem “das Canarias pera baixo, contra Guinea”<sup>650</sup>. Fora também com base nele que, como vimos, os Reis Católicos recomendaram a Colombo que não navegasse a sul do arquipélago canarino. Foi dentro da mesma lógica, mas dando-lhe uma interpretação extensiva, que D. João II protestou em 1493 contra a viagem de Colombo, reivindicando as terras

<sup>647</sup> Carmen Radulet, artº “Alcáçovas, Tratado de” in Luís de Albuquerque & Francisco Contento Domingues (dir.) *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, s. v. Pode ver-se o seu articulado in J. M. Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. III, doc. 142-143, pp. 181 & sqq.

<sup>648</sup> Ruy d’Abreu Torres, artº “Terçarias de Moura”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, s. v.

<sup>649</sup> *op. cit.*, pp. 77-78 & 143.

<sup>650</sup> Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. III, doc. 144, pp. 211-212.

que este descobrira, uma vez que se situavam mais a sul do que as Canárias <sup>651</sup>. Em Agosto do mesmo ano continuava a insistir nessa ideia <sup>652</sup>. De que Castela o continuava a respeitar é testemunho bastante a carta de 20.V.1493 em que Colombo é nomeado capitão da segunda viagem castelhana às Antilhas, com expressa proibição “de ir a Mina del-rei de Portugal” <sup>653</sup>. É por não terem folheado a documentação existente que Mascarenhas Barreto e outros historiadores desportivos imaginam que era mister firmar um novo acordo.

Quanto a Castela, sempre fora muito mais um estado continental que uma potência marítima <sup>654</sup>, e é isso o que explica a atração que exercia sobre a nobreza fundiária portuguesa, mais ou menos abertamente inclinada para, de uma forma ou de outra, se aproximar do reino comarcão, como sucedeu na guerra civil de 1319-24 <sup>655</sup>, na crise de 1383-85 <sup>656</sup> e na disputa pela regência à morte de D. Duarte em 1438 <sup>657</sup>; e o que explica também como abriram os Reis Católicos tão facilmente mão do comércio da costa ocidental africana em troca do domínio territorial das Canárias. Se durante o conflito sucessório que estalara à morte de Henrique IV em 1475 os castelhanos haviam tomado pretexto da guerra com Portugal para se imiscuir no comércio da Guiné, fora para aproveitar uma inesperada oportunidade de lucro e, ao mesmo tempo, de concorrência ao inimigo, e não porque Castela tivesse já gizado uma política coerente de expansão cujo horizonte ultrapassasse o Cabo Bojador. A Rainha limitara-se a delegar competências no Dr. Antón Rodríguez de Lillo e no regedor Gonzalo de Coronado, para que passassem licenças aos mercadores que quisessem ir comerciar à Guiné, e a regulamentar a percepção do quinto sobre as mercadorias que resgatassem <sup>658</sup>; mas nem orga-

---

<sup>651</sup> Las Casas, *HI*, I, lxxiv.

<sup>652</sup> Carta de Pero Dias e Rui de Pina, embaixadores del-rei de Portugal, aos Reis Católicos, dando-lhes parte das instruções que haviam recebido de D. João II, Barcelona, 14.VIII.1493, pub. por Luís Adão da Fonseca e José Manuel Ruiz Asencio, *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Valladolid, 1994, doc. 84, pp. 132-133.

<sup>653</sup> Navarrete, II, doc, XI, p. 284.

<sup>654</sup> José Ángel García de Cortázar, *La época medieval*, Historia de España Alfaguara, vol. II, Alianza Editorial – Alfaguara, Madrid, 1973.

<sup>655</sup> José Mattoso “A Guerra Civil de 1319-1324”, in *Estudos de História de Portugal*, vol. I – secs X-XV, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Ed. Estampa, Lisboa, 1982, pp. 163-176.

<sup>656</sup> Idem, “Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, in *Estudos Medievais*, 5-6, Porto, 1984-85.

<sup>657</sup> Mais detalhes no nosso estudo *Le Portugal et l'Afrique au XV<sup>e</sup> siècle: les débuts de l'expansion*, cit. *supra*, e in *De Ceuta a Timor*, Carnaxide, 1995, pp. 43-147.

<sup>658</sup> Ordenações de Valladolid, 19.VIII.1475, conservadas no Arquivo de Simancas, *Registro del Sello*, pub. por Antonio Rumeu de Armas, *España en el África Atlántica*, vol. II. Documentos, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1957, doc. V & VI, pp. 8 & sqq.

nizou viagens de exploração nem deixou entrever qualquer interesse em utilizar aquela via para atingir um dia as Índias Orientais. E as crônicas oficiais apenas registam, entre outros episódios menores da guerra da sucessão, a partida de 35 navios dos portos da Andaluzia a comerciar na Mina em 1478, e o seu apresamento por uma armada portuguesa no ano imediato<sup>659</sup>, a que aludimos já. A documentação dos arquivos refere outros episódios, como a captura de uma caravela portuguesa por Diego de Herrera em 1477, na paragem da Serra Leoa<sup>660</sup>, mas os cronistas oficiais ou oficiosos, mais preocupados com o Sul de Itália, o Norte de África e as incursões turcas no Mediterrâneo, não se dão sequer ao trabalho de os registar.

É, contudo, importante notar que a opção por Isabel, irmã do defunto rei Henrique IV, casada com o rei de Aragão, com exclusão de sua sobrinha D. Joana, filha daquele, apoiada e desposada por D. Afonso V de Portugal, significara para Castela a vitória da estratégia mediterrânica sobre a estratégia atlântica. A escolha não fora pacífica: a polémica começara, a bem dizer, em 1464 quando um largo sector da nobreza castelhana forçou Henrique IV a nomear “Príncipe das Astúrias” e, por conseguinte seu sucessor, a seu meio-irmão D. Afonso, em detrimento de sua filha D. Joana, a quem começaram a chamar por derisão a *Beltraneja*, atribuindo a sua paternidade a D. Beltrán de la Cueva, valido do soberano, que apodavam de impotente. A questão agudizou-se no ano seguinte, quando as Cortes reunidas em Ávila decidiram destronar Henrique IV e substituí-lo por D. Afonso, de apenas doze anos de idade. Agravou-se em 1469, quando D. Isabel, a futura Rainha Católica, fugiu de Ocaña, perto de Toledo, onde pousava, para desposar furtivamente em Valhadolid seu primo D. Fernando, rei da Sicília e herdeiro do trono de Aragão. Degenerou, finalmente, em guerra civil quando em Março de 1475 a população de Alcaraz (perto de Albacete, no reino de Múrcia) se levantou contra o seu castelão, D. Diego Pacheco, marquês de Villena, favorável a D. Joana, proclamando Isabel rainha. E logo se internacionalizou, quando os partidários de D. Joana fizeram apelo a seu tio, o rei D. Afonso V de Portugal — para quem constituía um ultraje acusarem de adultério sua irmã D. Joana, esposa de D. Henrique IV — que, já viúvo, prometeu casar com a sobrinha e em Maio entrou com as suas tropas em território castelhano; foi dois meses depois

---

<sup>659</sup> Hernando del Pulgar, *Crónica de los Señores Reyes Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón* [in Don Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde D. Alfonso el Sabio hasta los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, vol. III, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1953, pp. 225-354], cap. lxxvi & lxxxviii; Andrés Bernáldez (*ibidem*, pp. 567-773) não dedica a estes acontecimentos nenhum capítulo.

<sup>660</sup> Mencionada por Florentino Pérez Embid, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidade castellano-portuguesa hasta el tratado de Tordesillas*, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1948, p. 186, nota 213, de onde a reproduz António Álvaro Dória, na sua recensão dessa obra publicada in *Bracara Augusta*, n° 22, Braga, 1951.

que el-rei de França, a quem não convinha a união de Aragão a Castela, entrou também na liça ao lado de D. Joana e de Portugal. Certamente devido ao seu vício de ler tão sómente em diagonal a bibliografia existente, Mascarenhas Barreto <sup>661</sup> afirma afoitamente que D. Afonso V casou em segundas núpcias com a sobrinha, o que não é confirmado por nenhum documento autêntico, antes formalmente negado por Rui de Pina <sup>662</sup>:

*E ally [em Prazença, ou seja, Plasencia da Extremadura], depois de feita pubrycamente a soledade dos esposoiros, como em tal caso compria, logo com cirimonias de trombetas e Reys d'armas em altas vozes foram pellos Senhores que eram presentes, e com outros muytos com suas procurações, allewantados e jurados por Reis de Castella e de Liam e de Portugal, &c., e chamou aa Rainha esposa, com a qual entam nem despois nunca consumou o matrymonio, por defeito de dispensaçam que nom tinha nem nunca ouve.*

Receberam-se, portanto, por “palavras de futuro” e não “por palavras de presente” como se requeria para que fosse válido o matrimónio.

Não cabe entrar aqui em pormenores, que nos levariam para muito longe do nosso tema <sup>663</sup>; basta notar a complexidade das implicações do conflito, que terminou pelo nosso conhecido Tratado das Alcáçovas, que obrigava a infanta D. Joana a exilar-se em Portugal, contentando-se com o título de *Excelente Senhora*.

Unida a Aragão, o objetivo principal de Castela era, de momento, reconquistar Granada, incorporar quiçá Navarra e consolidar a união das diversas parcelas da Coroa de Aragão, incluindo o reino de Nápoles — conquistado por Afonso V de Aragão em 1442 mas ainda ameaçado pelas pretensões dos angevinos, que só viriam a ser definitivamente afastadas em 1503. Outro objetivo, sempre latente, era a extensão da Reconquista ao Magrebe, em que tanto o arcebispo de Compostela Diego Gelmírez, em começos do século XII, como mais tarde Jaime II de Aragão (r. 1291-1327) viam o melhor caminho para a recuperação de Jerusalém, para o que, como vimos, o Tratado de Tordesilhas deixava aos Reis Católicos as mãos livres, e para o que em 1495 obtiveram os Reis Católicos obtiveram do Papa uma bula de cruzada. Para mais, com a união de Castela e Aragão nas pessoas dos Reis Católicos, quedava eliminada a possibilidade de disputa entre as duas coroas e ultrapassado o tratado de Monteagudo (1290), que reservava a Castela a zona que vai de Ceuta ao Rio Muluya e a Aragão

<sup>661</sup> *op. cit.*, p. 77.

<sup>662</sup> *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. clxxviii.

<sup>663</sup> Achá-los-ão os apreciadores nos manuais detalhados de história espanhola, v. g. D. Modesto Lafuente [& D. Juan Valera], *Historia General de España*, 22 vols, Montaner y Simón Ed., tomo VI, Barcelona, 1888; 11ª ed., Bleye, *Manual de Historia de España*, 3 vols., Espasa - Calpe, Madrid, 1963 [1ª ed. 1914], vol. II, de que aliás se pode colher uma boa visão da conjuntura em que se enquadram.

o resto da Barbaria, do Muluya para leste <sup>664</sup>. Como sabemos já, ainda em vida de D. Isabel ocupou-se Melilha e após a sua morte Caçaça, Marçalquibir e Ourão — e isto a despeito das perspectivas que, graças a Colombo, se haviam já aberto a Ocidente, atraindo para o Atlântico as atenções da Coroa. É verdade que Castela era já senhora das Canárias, que Jean de Bethencourt lhes dera de presente; mas não representavam até aí na sua geopolítica senão um apêndice marginal. Vimos já que foi só após a viagem de Colombo que tomaram a peito a sua conquista integral.

Se a Coroa de Castela estivesse, como supõem os adeptos da conspiração joanina, ansiosa por se lançar no Atlântico e alcançar o Cipango e o Cataio, por certo que não teria feito esperar Colombo seis ou sete anos, até aceitar o seu projeto de organização de uma modesta expedição de três pequenos navios, que como sabemos não lhe custou senão seis contos de maravedis. Se o comércio do Extremo Oriente fosse um dos seus objetivos prioritários, certamente que os Reis Católicos não teriam concedido tão facilmente ao aventureiro genovês as benesses que lhe outorgaram pelas *Capitulações de Santa Fé*, que faziam dele quase um semi-rei, com poderes hereditários e direito ao dízimo de toda a especiaria, metais e pedras preciosas que se trouxessem das terras que descobrisse — do que só vieram a arrepender-se depois de a empresa americana se ter revelado economicamente frutuosa. O interesse de Castela pelo Atlântico em finais do século XV foi, portanto, elícito; e foi Colombo o seu motor.

Sabemos, por outro lado, que, à semelhança de seu tio e predecessor Afonso V de Aragão (r. 1516-58), Fernando, o *Católico*, filho e sucessor de João II (r. 1458-79), irmão de aquele, sonhava com a cruzada; sabemos inclusivamente que a Beata do Barco de Ávila lhe predissera que não faleceria sem reconquistar Jerusalém — pelo que à hora da morte recusou confessar-se, convicto de que não morreria ainda daquela vez <sup>665</sup>. Seja como for, eram as possessões aragonesas no Mediterrâneo que lhe facultavam o acesso à Terra Santa, não a circum-navegação da África nem a travessia do Mar Oceano. É verdade que a Coroa de Aragão perdera em 1388-90 os ducados de Atenas e Neopátria, tomados pelos florentinos; mas conservava Malta e a Sicília, posições-chaves no Mediterrâneo.

As campanhas dos Reis Católicos contra Granada conferiram-lhes enorme prestígio, não só na Europa ocidental mas também entre os cristãos do Oriente. O rei da Geórgia Constantino II (r. 1478-1505) fez tudo quanto pôde para aliciar tanto o

---

<sup>664</sup> Julio Valdeón Baroque, “Las particiones medievales en los Tratados de los Reinos Hispánicos. Un posible precedente de Tordesillas”, in *El Tratado de Tordesillas y su Proyección*, Seminario de Historia de América, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973, vol. I, pp. 21-32.

<sup>665</sup> Cf. Alain Milhou, *Colón y su Mentalidad Mesianica...*, cit. *supra*.

papa Alexandre VI como Isabel, *a Católica*, para a grande cruzada com que sonhava contra os turcos otomanos <sup>666</sup>.

E Batista Mantuano, de que temos já falado, ao exortar a Europa à guerra santa brandia como exemplo a Espanha, que expulsara os Mouros da antiga Bética:

*Cernite ut ipsa suis uoluit cum uiribus uti,  
Bethygenas pepulit pugnax Hispania Mauros*  
“Vede como a combativa Espanha repeliu da Bética os Mouros,  
quando quis, por si mesma, fazer uso das suas forças”.

E numa apóstrofe ao Rei Católico, convidava:

*Tu quoque, Bethygenum domitor fortissime Maurum,  
rex Hispanie, iterum pietas sudare sub armis  
poscit, et Euboicis inflantem cabasa uentis  
mittere ad Argolicas uictricia classica gentes.  
Postquam bellum atrox quod iam bis quattuor ante  
sæcula susceptum a proauis in tempora uenit,  
nostra peregristi, penitusque euulsa recessit,  
aspera barbaries, toto te gloria mundo,  
prædicat inuictum, trepidant tua nomina Seres,  
te timet Arctophylax et quæ contraria torquet  
astra polus, si terra ullis habitata colonis  
ita poteste nostri casus cognoscere mundi.*

ou seja:

Também a ti, ó rei hispano, fortíssimo domador dos mouros,  
da Bética reclama a piedade que de novo ao peso das armas sues,  
e que enfunando as velas ao sopro dos ventos eubóicos,  
envies tua armada vencedora aos povos argólicos.  
Depois que terminaste a guerra atroz, que iniciada por teus avós,  
há já oito séculos atrás, durou até aos nossos tempos,  
e depois que a áspera barbárie se afastou,  
totalmente desbaratada, a glória, pelo mundo inteiro,  
invicto te apregoa: temem teu nome os Seres [*i. e.*, os Chinas],  
receia-te o Arctofilax [*i. e.*, a constelação do Boieiro] e os astros que o polo faz girar  
do lado oposto, se é que tal terra é habitada de algum povo,  
e pode ter conhecimento do que no nosso mundo se passa.

Na Europa católica havia muito quem pensasse assim. Não é impossível que a Espanha unificada, que, como vimos, não renunciara à cruzada magrebina, tivesse enveredado pela via da cruzada levantina, se entretanto Cristóvão Colombo não tivesse desviado para o Atlântico as suas atenções, levando-a a preferir a submissão

---

<sup>666</sup> Vejam-se mais pormenores e referências no nosso artigo “Geórgia” in Luís de Albuquerque & alii, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, s. v.

das populações neolíticas da área caribeana, que lhe ofereciam fraca resistência, às duras sendas da guerra contra um inimigo bem organizado e bem armado como era o Sultanado Otomano.

Atrair os espanhóis para Ocidente era desviá-los do Mediterrâneo para o Atlântico, onde apenas lhes interessavam as Canárias e as pescas da costa marroquina, quiçá o ouro da Mina, e abrir caminho a que amanhã, pelas traseiras do Globo, viessem a interferir com os projetados interesses portugueses no Oceano Índico, como de facto veio a suceder com a viagem de Magalhães. Colombo prestou assim a D. João II um péssimo serviço.

Pior ainda teria sido se, quando durante o longo compasso de espera entre a sua ida para Castela e a aceitação do seu projeto, mandou seu irmão Bartolomeu a oferecer os seus préstimos aos reis de Inglaterra e de França, que não tinham com Portugal qualquer acordo semelhante ao tratado das Alcáçovas, algum deles os tivesse aceitado!

Não contente com tudo isto, no *Memorial de la Mejorada*, como em detalhe vimos já, Colombo forneceu aos Reis Católicos uma série de argumentos para que protes-tassem contra o envio de Vasco da Gama à Índia, insistindo em que, quer pelas bulas de Alexandre VI, quer pela letra do Tratado de Tordesilhas, o limite oriental da zona de expansão reservada a Portugal era o Cabo da Boa Esperança. Não se pode, pois, imaginar da parte de Colombo melhor serviço prestado à coroa portuguesa...

Exceto para a mente tortuosa dos nossos historiadores desportivos, sempre foi a viagem de Colombo considerada um desaire para Portugal, quiçá, mesmo um erro de D. João II — que tal como o Almirante não era uma super-homem, mas simplesmente, um homem. Assim o notava, por exemplo, Antonio Vicente della Nave, na sua tão primorosa como mal conhecida *Historia do Descobrimento e Conquista do Imperio Mexicano* <sup>667</sup>:

*Os Portuguezes, então justamente invejados das outras nações, pela superioridade de seus conhecimentos navaes, vião pezarosos seu erro, em haverem recuzado com desprêzo os serviços de hum homem de merecimento, e que a sua intempestiva recuza concorrêra para o triunfo de huma nação visinha e rival.*

Por outro lado, perante a Cristandade, a posição de Portugal no Atlântico estava no plano jurídico consolidada, graças à bula *Romanus Pontifex* <sup>668</sup>, outorgada a 8 de Janeiro de 1455 ao Infante D. Henrique pelo papa Nicolau V, que instaurava a favor de Portugal o regímen do *mare clausum*. Durante a guerra 1475-79 entre Portugal e

<sup>667</sup> 2 vols, Rio de Janeiro, na Typographia Real, 1821, vol. I, p. 10.

<sup>668</sup> Levy Maria Jordão, *Bullarium...*, tomo I, pp. 31-34.

Castela, os castelhanos desrespeitaram-na; mas o tratado das Alcáçovas viera repor o *status quo ante*. Foi a viagem de Colombo que voltou a tudo pôr em causa, provocando o que seria de esperar: nova intervenção do papado, desta vez a favor de Castela, tanto mais que em Roma tronava agora um papa espanhol, Alexandre VI (r. 1492-1503).

Essa situação obrigou D. João II a recusar as bulas papais — atitude que lhe poderia ter valido a excomunhão, que as bulas não deixavam de cominar — exigindo negociações bilaterais. Pelo Tratado de Tordesilhas comprometeram-se ambas as partes a não recorrer mais a Roma, o que indiretamente constituía uma machadada mais na já enfraquecida doutrina da monarquia universal do Papa, mas não era inteiramente desprovido de riscos. Foi por isso que em 1505 D. Manuel acabou por pedir a Júlio II (r. 1503-1513) a confirmação do tratado, o que o pontífice só indiretamente fez, expedindo um breve <sup>669</sup> endereçado ao arcebispo de Braga e ao bispo de Viseu, que os autorizava a abençoá-lo.

Passemos finalmente aos argumentos *a posteriori*. Que Colombo não agiu de acordo com D. João II resulta para mais evidente quer do facto, reportado por Las Casas e pelo próprio Colombo no *Diário* da sua primeira viagem, de logo após a largada deste de Palos de Moguer ter o monarca português enviado uma armada a interceptá-lo nas paragens das Canárias <sup>670</sup>, dando da mesma feita ordens para que o prendessem em qualquer porto português em que ancorasse <sup>671</sup>; e no ano seguinte, após o seu retorno das Antilhas, chegou igualmente a preparar uma frota para ocupar as terras que descobrira. E quando Colombo partiu para a sua segunda viagem, de novo mandou uma caravela a tentar deitar-lhe a mão, como a seu tempo vimos.

Ora o *Príncipe Perfeito*, cujos desenhos imperialistas suscitavam no Conselho Régio viva oposição jamais se poderia dar ao luxo de despender rios de dinheiro a armar navios apenas para confirmar a sua *mise en scène*! O conselho havia-se oposto quer à construção do forte de S. Jorge na Mina, quer à expedição a Marrocos a fim de construir a fortaleza da Graciosa a montante de Larache, mas o rei não se vergara. Não admira que a expedição enviada a repor D. João Bemoim no trono dos Jalofos e construir um forte na foz do Senegal tenha tido um fim mais trágico: o comandante da armada para esse efeito enviada apunhalou pelo caminho o pobre rei jalofó, assim inviabilizando o estabelecimento oficial português na região <sup>672</sup>. Veio a saber-se que se não tratou de qualquer

<sup>669</sup> Idem, *ibidem*, pp. 70-71.

<sup>670</sup> I, xxxvi.

<sup>671</sup> I, lxxi.

<sup>672</sup> Sobre a oposição ao imperialismo régio e aos monopólios realengos em Portugal permitimo-nos remeter o leitor par o nosso estudo *A questão da pimenta...*, cit. *supra*.

quezília pessoal entre o capitão e o rei negro, mas de uma autêntica conspiração urdida no Reino, em que eram tantos os implicados que, no dizer de Garcia de Resende, El-Rei preferiu dissimular e sofrer a culpa a Pero Vaz Bisagudo, comandante da expedição, “porque auendo de dar castigo compria que matasse muytos que nisto fôrão culpados”. Os interesses privados portugueses e o *partido liberal* que dominava no Conselho buscariam preservar assim o Atlântico meridional como um espaço de liberdade económica, isento de monopólios régios — e foi por isso que em 1497, como atesta João de Barros, se opôs veementemente ao envio de Vasco da Gama à Índia.

Cabe perguntar se não terá sido para tentar polarizar em seu próprio torno essa oposição liberal, alérgica aos estancos realengos, e não só para agradar a Castela, que o duque de Bragança aceitou o princípio de que os exclusivos de que se arrogava a Coroa no comércio africano eram contrários ao *direito das gentes* <sup>673</sup>, pelo que não seria lícito tolher a quem quer que fosse o acesso à Mina, desde que pagasse os justos tributos que El-Rei de Portugal determinasse <sup>674</sup>.

De qualquer maneira, não é de crer que, acochado como o era por uma oposição implacável, pudesse D. João II, em 1492 e em 1493, consentir em tão vultosos gastos, apenas para confirmar uma farsa!

De facto, para os *cupistas*, como em termos patéticos sugere Mascarenhas Barreto nos parágrafos finais da sua obra, toda a comédia de Colombo se teria representado para preparar o tratado de Tordesilhas — numa espécie de bizarro tratamento homeopático, que cria primeiro a doença, para ao depois a curar...

Há que não esquecer que as coisas estavam reguladas pelo acordo das Alcáçovas; foi Colombo quem veio a repor tudo em causa! Mascarenhas Barreto <sup>675</sup> insiste — mas sem aduzir em favor de tal afirmação qualquer facto, prova, ou documento — que a necessidade de um novo acordo se fazia cada vez mais sentir. Para isso

...faltava um agente humano; alguém que reunisse condições excepcionais para convencer os Reis Católicos a abdicarem de uma competição com os Portugueses no caminho da Índia; alguém que lhes apresentasse uma hipótese, logicamente convincente, para alcançar o Oriente pelo Ocidente, sem a necessidade de contornar-se o continente africano. Teria de ser algém de categoria, muito culto e educado, capaz de contactar com reis e convencer almirantes, ousado e experiente na ciência náutica — com a perfeição que só a “Escola de Sagres” e os seus continuadores da *Ordem de Cristo* fruíam; um homem que soubesse línguas e bem conversar, que se sujeitasse até à morte, ao imperativo do *sigilo*.

<sup>673</sup> Cf. Roque Cabral, artº “Direito das Gentes” in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s. v.

<sup>674</sup> Rui de Pina, *Chronica d'ElRey D. João II*, cap. x.

<sup>675</sup> *op. cit.*, p. 79.

Vimos já que *sigilo* era um pedaço de chumbo com armas ou iniciais gravadas, preso a um documento por fitas; que a Escola de Sagres jamais existiu; e que a Ordem de Cristo nada tinha a ver com a navegação. Quanto às qualidades humanas requeridas... pobre Colombo!

Mas ainda que, por mera hipótese, fosse como ele aventa: se, como pretendem os Sherlock Holmes da história quatrocentista, fosse Colombo primo direito de D. João II, mais uma razão para este o não utilizar como espião, pois podia alguém descobrir as suas reais origens e, revelando-as, deitar tudo a perder. Seria mais seguro recorrer, por exemplo, a um autêntico genovês...

A tese de Mascarenhas Barreto, porém, não se contenta com ser desprovida de base documental e de fundamento histórico: é perfeitamente absurda! Senão vejamos: continua o autor a arenga de que citamos acima um extrato, explicando que o agente que se requeria “não deveria ser suposto português, para não despertar a desconfiança da nação rival”. É inteiramente lógico. No entanto, como vimos já, o autor acaba por admitir páginas mais adiante que em Espanha sabiam, tanto os Reis, como o duque de Medina Sidonia, o conde de Medinaceli, o marquês de Moya e por certo muitos outros mais, que Colombo, embora se apresentasse como genovês, era na realidade não só português mas também primo direito del-rei de Portugal. E, no entanto, não só ninguém no desmascarou, como todos fingiram tragar o seu disfarce, acederam aos seus rogos e patrocinaram o seu projeto — que a simples dupla personalidade que revestia demonstrava à saciedade levar água no bico...

A única conclusão válida e lógica que daí se poderia retirar seria a de que os Reis Católicos eram um casal de perfeitos idiotas, cercado de outros idiotas da mesma laia...

A não ser — e porque não? — que os Reis Católicos jámais tenham existido e não passem de uma das invenções dos genovistas...

## Conclusão

N' *Os Filhos do Capitão Grant* de Júlio Verne o mote do enredo é dado por uma mensagem, redigida pelo capitão desaparecido e posta a boiar no mar numa garrafa, que viria a ser engulida por um tubarão e a ser repescada na Escócia. Devido à passagem do tempo e à infiltração da humidade, o escrito estava sumido em vários pontos e prestava-se a diversas interpretações. O capitão achar-se-ia a 37° S, quiçá na Patagónia, quiçá na Nova Zelândia ou mesmo na Austrália, onde sucessivamente o procuraram seus filhos, até finalmente o encontrarem numa ilhota do Pacífico a leste da Nova Zelândia. Qualquer dos quatro paradeiros era, de facto, compatível com a parte legível da mensagem.

Tal não é o caso da vida de Colombo, sobre que, como acabámos de vir, abundam os testemunhos, permitindo, pela dedução lógica, suprir as lacunas da documentação, que não são de tanta monta quanta as da mensagem do capitão Grant. É verdade que subsistem nela alguns pontos obscuros que podem suscitar interpretações desencontradas; mas não chegam para pôr em causa as grandes linhas da sua biografia, em particular no que toca às suas origens genovesas.

Seja como for, há três problemas distintos, que convém não misturar, como fazem Mascarenhas Barreto e seus sequazes: se Colombo nasceu em Génova, se em Portugal ou noutra parte; se era ou não filho do infante D. Fernando; e se foi ou não utilizado como espião por el-rei D. João II. A solução de um deles não implica necessariamente a dos outros dois: como vimos já, em 1928 Pestana Júnior avançava que Colombo fosse de origem portuguesa, mas não o identificava com o suposto filho de D. Fernando, senão com um tal Simão Palha; e Ferreira de Serpa supunha-o filho de D. Fernando, mas nascido em Génova. De qualquer maneira, ainda que a hipótese de Ferreira de Serpa nos pareça a única que não envolve contradições internas, quer-nos parecer que a qualidade de bastardo ducal e primo de D. João II dificilmente seria compatível com a de seu espião...

Julgamos ter mostrado claramente nas páginas precedentes que, na maior parte dos casos, as fontes coevas falam por si; inútil se torna torturá-las para que confessem o que não contêm. A história faz-se com documentos. Sem abdicar da sua crítica interna e externa, é boa norma metodológica não os perder jamais de vista — para se não fazer da história real uma farsa, nem do delírio histórico uma realidade.

Em consonância com o provérbio medieval, *veritas premitur, non opprimitur*, “a verdade pode ser oprimida, mas não suprimida”, colocou Shakespeare na boca de uma das suas personagens: *truth fears no trial*, “a verdade não teme o julgamento”. Para satisfazer o orgulho nacional, basta o pensamento lapidar de Carlos Malheiro Dias<sup>676</sup> com que abrimos este livro:

*Se Colombo, tecelão e depois marinheiro nasceu em Génova, o descobridor nasceu em Portugal.*

E se nas páginas que precedem acaso fui alguma vez injusto para com ele, que mo perdoe lá de cima a alma do Tio Cristóvão!

<sup>676</sup> “Introdução” à *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 3 vols, Porto, 1921, vol. I, p. xcvi.

## NOTAS AOS NOMES CIENTÍFICOS DE SERES VIVOS REFERIDOS NO TEXTO

Os nomes científicos das plantas não têm vírgula entre o nome latino e o nome do primeiro autor <sup>1</sup>. Pela sigla “sp.” entende-se uma espécie não identificada do gênero indicado, por “spp.” várias espécies.

Os nomes científicos dos animais, são diferentes dos das plantas. Existe um código internacional de nomenclatura animal com regras próprias; eu não as sei, mas confio nos sites consultados.

As diferentes espécies foram pesquisadas, quanto ao nome científico, dispersão natural e introdução noutros lugares em sítios científicos cujas informações são recursos que ficaram praticamente completos no final de 2020:

– POWO (2020). “Plants of the World Online. Facilitated by the Royal Botanic Gardens, Kew. Published on the Internet; <http://www.plantsoftheworldonline.org/> Retrieved October-November 2020 <<http://apps.kew.org/wcsp/Retrieved>>

– ITIS(2020). Integrated Taxonomic Information System (ITIS), System on-line database,. Advanced Search and Report .Accessed October.-.November 2020. <[http://www.itis.gov/advanced\\_search.html](http://www.itis.gov/advanced_search.html)>.

– Roskov Y., Ower G., Orrell T., Nicolson D., Bailly N., Kirk P.M., Bourgoin T., DeWalt R.E., Decock W., Nieukerken E. van, Zarucchi J., Penev L., eds. (2020). Species 2000 & ITIS Catalogue of Life, 2020 Annual Checklist. Digital resource at [www.catalogueoflife.org/annual-checklist/2020](http://www.catalogueoflife.org/annual-checklist/2020). Species 2000: Naturalis, Leiden, The Netherlands. ISSN 2405-884X. < <http://www.catalogueoflife.org/col/>>

Consultado também:

– Cano Ortiz A., Musarella M., Carmona E.C. (2017). Biogeographical areas of Hispaniola (Dominican Republic, Republic of Haiti. In: Cano Ortiz A., Musarella M., Carmona E.C. Plant Ecology, Traditional Approaches to Recent Trends,.Publisher: INTECH, Ed:Zubaida Yousaf <DOI:10.5772/intechopen.69081>

– Tropical Plants Database, Ken Fern. [tropical.theferns.info](http://tropical.theferns.info). 2021-01-14. <[tropical.theferns.info/viewtropical.php?id=Sabal+domingensis](http://tropical.theferns.info/viewtropical.php?id=Sabal+domingensis)>

— Liogier H.A. & Martorell L. F. (2000) *Flora of Puerto Rico and adjacent islands: a systematic synopsis*. 2<sup>a</sup> ed., San Juan, Universidad de Puerto Rico.

---

<sup>1</sup> Por uma dificuldade técnica que surgiu não pudemos pôr sistematicamente em prática, como desejávamos, esta recomendação da nossa sábia amiga. Fica porém avisado o leitor de que a forma como apresentamos os nomes dos seres vivos que citamos não está de acordo com a convenção internacional em vigor e, ao mesmo tempo, convidado a introduzir a correção, suprimindo as vírgulas, nas citações deste trabalho que eventualmente faça. A uns e a outros, as nossas desculpas (L. F. T.)

— Don E. Wilson & DeeAnn M. Reeder (editors). 2005. Mammal Species of the World. A Taxonomic and Geographic Reference (3rd ed), Johns Hopkins University Press, 2,142 pp. (Available at <<http://www.press.jhu.edu>>).

– *Aconitum lycoctonum* L., originária do norte, centro e Leste da Europa.

– *Aconitum napellus* L., de que a subespécie *A. napellus lusitanicum* Rouy, é nativa em Portugal, Espanha, sul de França, Itália e Suíça; Visto em: World Flora Online: <http://www.worldfloraonline.org>, acessado Março 2021; WFO (2001): *Aconitum napellus* subsp. *lusitanicum* Rouy. Visto em: <<http://www.worldfloraonline.org/taxon/wfo-0000517719>>

– *Agave americana*, L., da família das Agaváceas, denominada “piteira”, cujo aspeto recorda o do aloés ou erva-babosa (*Aloe* spp., L., das Asfodeláceas). Não me parece provável que Colombo se refira, aqui, à *Agave americana* L., originária do Sul dos EUA e México, habitando terrenos secos, mas sim à *Agave sisalana* Perrine, espécie que apelidamos simplesmente de “sisal”, originária do sul do México, mas disseminada pelos povos locais, devido à sua utilidade para o homem.

– *Alligator mississippiensis* (Daudin, 1802). Ocorre apenas nos EUA. Visto em: Catalogue of life, Disponível em: <<https://www.catalogueoflife.org/data/search?facet=rank&facet=issue&facet=status&facet=nomStatus&facet=nameType&facet=field&limit=50&offset=0&q=Alligator%20mississippiensis%20&sortBy=taxonomic>>

– *Aloe barbadensis*, “aloés de Barbados”, nome dado por Philip Miller (1691-1771) a uma das espécies de aloés induz em erro: trata-se a final da mesma espécie normalmente descrita como *Aloe vera*, (L.) Burm f., que foi introduzida nos Barbados pela colonização europeia e é na realidade originária do sul da Arábia.

– *Aloe vera* (L.) Burm.f., das Asfodeláceas, ordem das Asparagales

– *Amaranthus cruentus* L. – Existe, mas não é originária da ilha, é nativa da América ístmica, do México até à Nicarágua, mas já estava domesticada antes da chegada de Colombo, pelo que poderia estar dispersa pela América Central. Existe também *Amaranthus viridis* L., nativa da ilha.

– *Ananas comosus* (L.) Merr.

– *Aquilaria agallocha* Roxb., considerada sinónima de *A. malaccensis* Lam.

– *Arachis hypogaea* L., das Fabáceas, tradicionalmente designadas por Leguminosas.

– *Astragalus gummifer* Labill., pertencente à família das Fabáceas, de que é sinónima a designação tradicional de Leguminosas.

– *Bertholletia excelsa* Bonpl. não se dá nas Caraíbas, apenas na América do Sul tropical.

– *Bombyx mori* Linnaeus, 1758.

– *Bursera simaruba* (L.) Sarg.; entre a Florida, América Central e México e norte da América do Sul. No Haiti usam o tronco para fazer tambores e a resina como cola, verniz e incenso.

– *Capsicum frutescens* L., da família das Solanáceas, originário da Nicarágua e Centro-ocidental do Brasil, cultivado nas regiões tropicais, subtropicais e temperado-quentes, por vezes naturalizado.

– *Capsicum* spp. As espécies de *Capsicum* existem em diversos ambientes, tropical húmido, subtropical e temperado-quente.

– *Ceiba pentandra* (L.) Gaertn., pertencente à família das Malváceas de que atualmente as Bombacáceas são consideradas um *sinónimo*

– *Ceroxylon alpinum* Bonpl. ex DC. e *Ceroxylon quindiuense* (H.Karst.) H.Wendl: todas as espécies de *Ceroxylon* se situam na América do Sul, da Venezuela até à Argentina, no W do Continente. O *Ceroxylon alpinum* Bonpl. ex DC., é originário da Colômbia e Venezuela

– *Cinnamodendron corticosum* Miers, endémica da Jamaica.

– *Cinnamodendron cubense* Urb., endémica de Cuba, existe apenas nesta Ilha.

– *Cinnamodendron ekmanii* Sleumer, endémica da República Dominicana.

– *Civettictis civetta* (Schreber, 1776). Visto em: Catalogue of life, , disponível em <<https://www.catalogueoflife.org/data/search?facet=rank&facet=issue&facet=status&facet=nomStatus&facet=nameType&facet=field&limit=50&offset=0&q=Civettictis%20civetta&sortBy=taxonomicdec2020>>. ITIS, disponível em: <[https://www.itis.gov/servlet/SingleRpt/SingleRpt?search\\_topic=TSN&search\\_value=621988#null](https://www.itis.gov/servlet/SingleRpt/SingleRpt?search_topic=TSN&search_value=621988#null)>. Nome vulgar português: “civeta-africana, gato-de-algália”.

– *Copaifera officinalis* L., das Fabáceas ou Leguminosas, originária da Venezuela, Brasil e Bolívia. Não existia na Espanha nessa altura, foi introduzida mais tarde; a *Copaifera langsdorffii* Desf., originária da América do Sul ocidental e central, das Guianas até à Argentina, não existe na Espanha ainda hoje.

– *Crescentia cujete* L., pertencente à família das Bignoniáceas, originária e muito comum na América Central, do México à Venezuela, Colômbia e Caraíbas, nomeadamente na ilha Espanhola, tendo-se alargando posteriormente às áreas próximas. Esta espécie tem um fruto globoso a ovoide, de exocarpo (casca) endurecido, mesocarpo (a polpa interior) suculento, amargo e tóxico quando não maduro. Esvaziando a polpa e deixando secar uns dias ao sol, o pericarpo cortado mais ou menos diametralmente, obtêm-se recipientes, tigelas, vasilhas, denominadas no Brasil por “cuias”, que se empregavam e ainda hoje se utilizam, como recipientes para o que for conveniente, nomeadamente como utensílio para levar ou tirar água das canoas, o que se verifica ainda hoje nas regiões rurais e outras da América tropical, onde todas as canoas têm recipientes destes.

– *Crocodylus acutus* Cuvier, 1807 -Visto em Catalogue of Life: Disponível em: <<https://www.catalogueoflife.org/data/taxon/ZKNB>>.

– *Cucurbita maxima* Duchesne é uma espécie resultante de domesticação, originária da Bolívia e Argentina; *Cucurbita pepo* L., também resulta de domesticação no México, com numerosas variedades hortícolas, cultivada em zonas de todos os continentes e *Cucurbita moschata* Duchesne, resultante de domesticação, originária do México até à Guatemala. Todos os frutos destas espécies, denominadas abóboras, têm exocarpo (cascas), em geral, mais frágeis, não dão boas cuias e a sua área natural é diferente, embora todas sejam americanas. Visto em: WCSP (2020). ‘*World Checklist of Selected Plant Families*. Facilitated by the Royal Botanic Gardens, Kew. Published on the Internet -<<http://apps.kew.org/>

[wvsp/Retrievedhttps://www.itis.gov/advanced\\_search.html](https://www.itis.gov/advanced_search.html)>. Cancelier, J.W.( 2018) - *A produção de porongos/cuias como uma estratégia para a reprodução social da agricultura familiar no distrito de Arroio do Só, Município de Santa Maria – RS*. Dissertação de doutoramento. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), 298 p. <http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/Teses/teses2018/TESE%20revisada.compressed.pdf>> Moreira, P.A.(2017) - *História evolutiva das árvores de cuia (Crescentia cujete): uma integração entre genótipo, ambiente e cultura*. Dissertação de doutoramento. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas. Disponível em: [https://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/2479?\\_mode=full](https://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/2479?_mode=full), consultado em Janeiro 2021. Flickr,2018-The gourd files, 3,Calabash. Pass the Flamingo. Disponível em <<https://passtheflamingo.com/tag/taino/>> consultado em janeiro 2021. Visto em: Tropicos.org. Missouri Botanical Garden 23.jan. 2021. < <http://www.tropicos.org/Name/3700574> Tropicos.org> Acessível em: <<http://legacy.tropicos.org/Name/3700574>> Flora of Panama>Bignoniaceae>Crescentia>Crescentia cujete. *Crescentia cujete* L. (Descrição botânica e usos). Disponível em: <<http://legacy.tropicos.org/NamePage.aspx?nameId=3700574&projectId=56>>

– *Cynara cardunculus* L., da família das Asteráceas (Compostas)

– *Dioscorea cayenensis* Lam., - Originária do Oeste e Centro-oeste da África tropical.

– *Dryomys nitedula* (Pallas, 1778)

– *Ficus Tourn. ex L.*: são 876 as espécies aceites.

– *Gossypium arboreum* L., espécie originária da Índia e Sri Lanca (Ceilão ou Xri Lancá), i cultivada palo mebos desde o II milénio A. C.

– *Gossypium barbadense* L., originário da região andina, da Colômbia ao Peru, já estava disperso na América tropical e era cultivado pelos *tainos*. Visto em: POWO (2020). “Plants of the World Online. Facilitated by the Royal Botanic Gardens, Kew. Published on the Internet: <<<http://www.plantsoftheworldonline.org> / Retrieved October-November 2020, Acesso: <<http://apps.kew.org/wvsp/Retrieved>> - *Wikimedia 2020 - Lucayan people*. <[https://pt.qaz.wiki/wiki/Lucayan\\_people](https://pt.qaz.wiki/wiki/Lucayan_people)>.- *Wikipedia 2020 -Gossypium* <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Gossypium\\_barbadense](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gossypium_barbadense)>.

– *Gossypium hirsutum* L., oriundo desde o México estendendo-se hoje através da zona ístmica até ao Equador e a todo o norte da América do Sul e NE do Brasil.

– *Gossypium*: foi G. Watt o primero, autor a mencionar a espécie africana de algodão, classificada inicialmente como *G. africanum* (G.Watt), atualmente como o *Gossypium herbaceum* subsp. *africanum* (G.Watt) Vollesen, originária da África tropical e subtropical ao sul do Equador.

– hutias: diversas espécies de Mamíferos, pertencentes à Ordem dos Roedores, a maioria da família dos Capromiídeos e dos Heptaxodontídeos, sendo estas últimas conhecidas como *hutias-gigantes* já todas extintas), que se assemelham mais ou menos a coelhos divergindo sobretudo na cabeça. Ao tempo de Colombo, existiam cerca de 24 espécies nas Caraíbas, e desde que os europeus chegaram a esta região, oito já se encontram extintas, existindo apenas 17. Destas, quatro não têm, ou apenas apresentam pequeno risco de extinção; quatro encontram-se vulneráveis e nove estão em alto risco

de desaparecer. Na Ilha Espanhola, cinco espécies extinguiram-se, duas apresentam-se apenas residuais e prestes a desaparecer e apenas uma se encontra vulnerável.

– *Hymenaea courbaril* L. das Fabáceas (Leguminosas).

– *Iguana iguana* (Linnaeus, 1758) pertence à família das Iguanídeas e Ordem dos Escamados, (Ordem; *Squamata* Oppel, 1811); (sáurio é agora sinónimo). Tratava-se provavelmente, de uma iguana-verde, da subordem das Iguanas (apresenta membros, como lagartos, lagartixas) e não uma cobra. A cobra, que não tem membros, pertence à subordem das Serpentes (*Ophidea* = Ofídios, agora não é nome considerado taxonomicamente, apenas como sinónimo do nome vulgar – cobras), pertencendo ambas à ordem dos Escamados e Classe dos Répteis.

– *Indigofera*: o índigo-americano ou anil é a *Indigofera suffruticosa* Mill., originária da América tropical e subtropical; *Indigofera anil* L., é agora sinónimo.

– *Ipomoea batatas* (L.) Lam., da família das Convolvuláceas, originária do México, já muito dispersa e naturalizada na América tropical pelos povos locais, antes da chegada de Colombo.

– *Ipomoea jalapa* Nutt. & Coxe = *Ipomoea purga* (Wender.) Hayne

– *Luca* é o nome atribuído nas Antilhas à raiz de *Manihot esculenta* Crantz.

– *Lagenaria siceraria* (Molina) Standl., espécie pertencente à família das Cucurbitáceas, originária da África tropical acima do Equador, descendo a oriente até à Tanzânia, mas difundida desde há muito, não só em África, como mundialmente (já antes dos grandes descobrimentos marítimos), em regiões favoráveis à sua ecologia, existindo testemunhos botânicos, arqueológicos e na arte, sendo admitido por diversos autores, que as sementes, muito leves, terão viajado flutuando através das correntes marítimas, como sabemos que acontece com outras espécies. Ainda hoje o seu exocarpo é usado, depois de retirada a polpa e sementes, mais ou menos ornamentado, sobretudo para guardar ou beber líquidos.

– Lauráceas e Caneláceas atualmente, no sistema de classificação das plantas com flor, APG IV, baseado em estudos de filogenia molecular, inclusas nas *Magnoliídeas*.

– *Lilium* spp., das *Liliáceas*

– *Manilhara zapota*, (L.) P. Royen - *Manilkara zapota* (L.) P. Royen

– *Moschus moschiferus* Linnaeus, 1758. O nome-vulgar: cervo-almiscarado-siberiano ou algália. Existem sete espécies de *Moschus* Linnaeus, 1758 e todos se denominam cervos-almiscarados ou cervos-almiscareiros, pois todos possuem a glândula odorífera, pelo que se indica a origem. Visto em ITIS -disponível em <[https://www.itis.gov/servlet/SingleRpt/SingleRpt?search\\_topic=TSN&search\\_value=625041#null](https://www.itis.gov/servlet/SingleRpt/SingleRpt?search_topic=TSN&search_value=625041#null)>, Acedido em Fev 2021. Catalogue of Life Disponível em: <https://www.catalogueoflife.org/data/search?facet=rank&facet=issue&facet=status&facet=nomStatus&facet=nameType&facet=field&limit=50&offset=0&q=Moschus&sortBy=taxonomic>.

– *Muscardinus avellanarius* (Linnaeus, 1758)

– *Myristica fragrans* Houtt. (ainda hoje endémica das Ilhas de Banda, mas cultivada em regiões próximas e mesmo na Índia), da família das Miristicáceas.

– *Ocotea* Aubl. Existem na Espanhola as espécies *Ocotea cuneata* (Griseb.) M.Gómez, *Ocotea foeniculacea* Mez, *Ocotea wrightii* (Meisn.) Mez.; não consegui encontrar informação sobre elas, embora a primeira espécie tenha diversos sinónimos e sendo conhecida por sassafrás na Rep. Dominicana.

– *Ocotea cinnamomoides* (Mutis ex Kunth) Kosterm., agora denomina-se: *Mespilodaphne quixos* (Lam.) Rohwer, nativa da Colômbia, Equador e Peru. O aroma está nas flores, cúpula dos frutos e também na casca dos ramos, raminhos e folhas.

– *Ocotea moschata* (Meisn.) Mez., originária e circunscrita apenas a Porto Rico e NE da Venezuela.

– *Ocotea spathulata* Mez, originária ou nativa (palavras mais corretas do que “registrada” pois esta palavra pode conter a noção de existir “cultivada” e não ser natural).

– *Oryza glaberrima* Steud. – originária da África tropical ocidental

– *Oryza sativa* L. – origem: China

– *Otoba novogranatensis* Moldenke, ocorre da Nicarágua ao NW da América do Sul.

– *P. reticulatus* Poir.

– **Palmeiras:** existem cerca de 20 espécies de palmeiras na Ilha Espanhola, de entre as quais se nomeiam: *Coccothrinax boschiana* M.M.Mejía & R.G.García, *Coccothrinax spissa* L.H.Bailey, *Copernicia berteroana* Becc., *Gaussia attenuata* (O.F.Cook) Becc., *Prestoea acuminata* (Willd.) H.E.Moore, *Pseudophoenix ekmanii* Burret., *Roystonea borinquena* O.F.Cook., *Sabal causiarum* (O.F.Cook) Becc., *Sabal domingensis* Becc., algumas de entre estas endémicas. De entre as originárias da Ilha, parece que *Sabal domingensis* Becc., poderá ser a espécie da qual retiravam, e ainda tiravam folhas para cobrir abrigos rústicos. As folhas são grandes, de pecíolo com cerca de 1,5 m e limbo com cerca de 1,20 m, flabeliforme, dividindo-se a cerca de 1/3 em segmentos conduplicados e ápice bifurcado. Ainda hoje estas folhas são usadas para tecerem esteiras, chapéus, cestos e para cobrir abrigos. Estas palmeiras são bem diferentes das encontradas na Guiné, na costa ocidental de África, como *Elaeis guineensis* Jacq. (palmeira-do-dendém), *Borassus aethiopicum* Mart. ou *Phoenix reclinata* Jacq. Visto em: *List of palms native to the Caribbean*. From Wikipedia, the free encyclopedia. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_palms\\_native\\_to\\_the\\_Caribbean](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_palms_native_to_the_Caribbean). Acesso em Janeiro 2021. Zona, Scott (1990) “A Monograph of Sabal (Arecaceae: Coryphoideae),” *Aliso: A Journal of Systematic and Evolutionary Botany*: Vol, 12: Iss. 4, Article 2. Disponível em: <<http://scholarship.claremont.edu/aliso/vol12/iss4/2>>.

– *Pinctada longisquamosa* (Dunker, 1852). Não consegui perceber se, para referenciar os nomes científicos dos moluscos, ao mencionarem-se os seguintes pertencentes ao mesmo género, se se podem abreviar como nas plantas, ou se se repete o nome genérico, mas fiquei com a sensação de que se repetiam. Parece-me melhor repetir o nome genérico, pois assim não está errado. Acesso: <<https://www.catalogueoflife.org/data/taxon/4HY7R>>.

– *Pinctada margaritifera* (Linnaeus, 1758). Visto em: Integrated Taxonomic Information System (ITIS), Accessed October- November 2020: < <http://www.itis>.

gov.>. Catalogue of Life, Dec 2020 Annual checklist. Digital resource at <[http:// www.catalogueoflife.org/annual-Checklist/2020](http://www.catalogueoflife.org/annual-Checklist/2020)> Naturalis, Leiden, the Netherlands. Acesso: <<https://www.catalogueoflife.org/data/taxon/4HY7T>>.

– *Pinus cubensis* Griseb., endêmico da Ilha de Cuba

– *Pinus* L.: existem 118 espécies aceites, originárias maioritariamente das zonas temperadas e subtropicais do hemisfério norte

– *Pinus merkusii* Jungh. & de Vriese, pinheiro-de-samatra, originário das Filipinas (ilhas de Mindoro e Luzon) e da Indonésia, na ilha de Samatra. É a única espécie que se estende, na ilha de Samatra, a 1° 40' e 2° 06' do hemisfério sul

– *Pinus occidentalis* Sw.

– *Pinus occidentalis* Sw. é endêmico da Espanha.

– *Pinus occidentalis* Sw., endêmico da ilha Espanhola.

– *Pinus pinaster*, Ait.) - *Pinus pinaster* Aiton, originário da região mediterrânica ocidental e central

– *Rheum* spp.(spp com ponto, não itálico e não com L.), talvez fazer a frase de outra forma, por ex: as espécies de *Rheum* L., da família das Poligonáceas, são plantas originárias da Ásia maioritariamente continental e das regiões adjacentes da Europa e o que hoje medra, é cultivado em jardins caseiros no Brasil, como planta medicinal, foi introduzido da Ásia; na Ilha Espanhola existiam e existem algumas espécies de Poligonáceas no tempo de Colombo, as originárias da ilha. Há várias: *Leptogonum domingense* Benth., que é endêmica, só existe lá, mas não pode ser confundida com o ruibarbo, pois se apresenta como arbustos ou árvore pequena até 10 m de altura; quatro espécies de *Coccoloba* P.Browne, *C. albicans* Ekman e *C. pauciflora* Urb., são endêmicas da ilha, todas as espécies que pertencem a este género são arbóreas ou arbustos trepadores. Também é originária da ilha e de toda a América tropical e subtropical; *Persicaria acuminata* (Kunth) M.Gómez são ervas perenes rizomatosas, de folhas lanceolado-falciformes, habitando lugares encharcados ou perto de água, e não é semelhante ao ruibarbo; *Leptogonum domingense* Benth., é endêmico de Espanola, são plantas arbóreas pequenas ou arbustos de caules com anéis regulares de cicatrizes das ócreas já caducadas, habitando em encostas rochosas perto da costa, ou em encostas até 300 m de altitude.

– *Rumex hymenosepalus* Torr., é originário da América do Norte, do SW e Centro-oeste dos EUA (onde também se cultiva) e N do México, tem raízes tuberosas e rizoma, folhas basilares com ócrea persistente, proeminente, esbranquiçada a prateada na maturação, que habita em terrenos arenosos e desérticos. Não encontrei referência ao seu cultivo na Espanha.

– *Schinus terebinthifolia* Raddi, das Anacardiáceas, espécie originária da América do Sul subtropical, Brasil, Paraguai e Argentina, pelo que não deve tratar-se desta espécie, pois à época não se teria ainda dispersado. A Ilha Espanhola tem (tinha) uma flora muito variada com muitas espécies endêmicas. Poderá tratar-se de qualquer espécie arbórea local de folhas pinuladas, como *Cedrela odorata* L., espécie pertencente à família das Meliáceas, originária do México estendendo-se até ao N da Argentina e às Caraíbas

sul-ocidentais, onde se inclui esta ilha. Poderia ainda apresentar Bromeliáceas e/ou Orquidáceas como epífitas sobre os troncos, podendo ter também outra, ou outras espécies autóctones, mas trepadoras.

– *Sylvilagus* Gray, 1867. Existem naturalmente na América do Norte, região ístmica da América Central, de Belize ao Panamá e América do Sul. Nunca habitaram a Ilha Espanhola.

– *Theobroma cacao* L., pertencente à da família das Malváceas, originária da parte superior das bacias dos rios Orinoco e Amazonas, foi introduzido na América Central ístmica até ao México, pelos povos Maias e Astecas. Chegou à Ilha Espanhola apenas em 1665. Visto em: Ferrão, J. E. Mendes, (2005): *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. 3ª ed., Lisboa, IICT, Fundação Berardo e Chaves Ferreira Publicações, S. A., p. 102.

– *Treponema pallidum* (Schaudinn & Hoffmann, 1905) Schaudinn, 1905; a subespécie *pertenue* é o *T. pallidum* subsp. *pertenue*. Outras subespécies: *T. pallidum* subsp. *pallidum* ; *T. pallidum* subsp. *carateum* e *T. pallidum* subsp. *endemicum*.

– *Trichechus manatus* Linnaeus, 1758, é um Sinerídeo (mamíferos marinhos herbívoros) e não um cetáceo (mamíferos marinhos que se alimentam de pequenos animais ou plâncton). É espécie diferente do *Trichechus senegalensis* Link, 1795.

– *Tunga penetrans* Linnaeus, 1758.

– *Yucca gloriosa* L, espécie decorativa da família das Asparagáceas.

– *Zea mays* L., das Poáceas (tradicionalmente designadas por Gramíneas) é o milho-de-maçaroca.

– *Zizania aquatica* L. Espécie que só ocorre naturalmente na América do Norte (no Centro e E do Canadá e Centro-norte e E dos EUA ;posteriormente introduzida no SE dos EUA e região europeia e asiática do Cáucaso. Dentro do género *Zizania* L., existem mais três espécies: *Zizania latifolia* (Griseb.) Hance ex F.Muell., a única espécie do género que é originária da Ásia, estendendo-se do NE da Índia e Rússia até à China , Mianmar, Coreia e Japão; introduzida noutras regiões da Ásia, centro e centro-leste da Europa (Rússia) e Nova Zelândia. As outras espécies ocorrem apenas na América do Norte. *Zizania palustris* L. é originária do Canadá e norte dos EUA; introduzida no N do Cáucaso e centro-leste da Europa. *Zizania texana* Hitchc., originária do Estado do Texas dos EUA; introduzida em Mianmar. Com origem na Ásia e na América do Norte, não existem espécies de *Zizania* L. Encontram-se nos dois continentes: *Z. aquatica* L.e *Z. palustris* L apenas introduzidas. Disponível em: <<http://www.plantsoftheworldonline.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:30001114-2>>Terrell, E.E.(2006) *Zizania* L. In: Flora of North America North of Mexico, vol .24 (online), vol. 24: 47-50. (Disponível em <<http://beta.floranorthamerica.org/Zizania>>, Acesso em 2020, 12.26).



